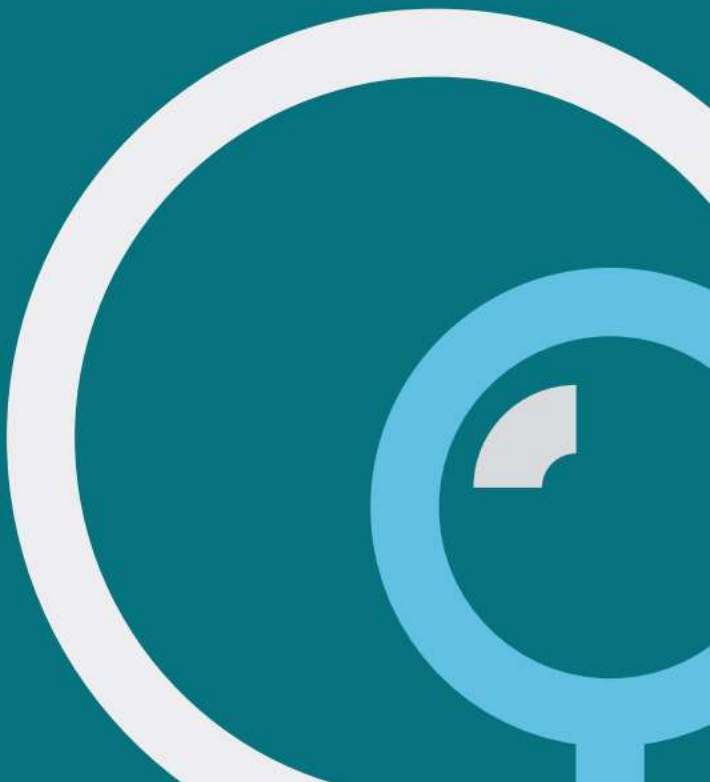
institutos lactec
INOVADORES POR NATUREZA

Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce

Relatório de Linha-Base: Volume II – Meio Biótico e Bens Arqueológicos e Culturais



Institutos Lactec
Curitiba – Paraná – Brasil
Outubro/2017

Documento:	Relatório de Linha-Base: Volume II – Meio Biótico e Bens Arqueológicos e Culturais	
Considerações Gerais:	Este documento refere-se ao relatório de linha-base, volume II – meio biótico e bens arqueológicos e culturais, parte integrante do Diagnóstico Socioambiental dos Danos Decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão na bacia do rio Doce, o qual apresenta o estado do meio biótico e bens arqueológicos e culturais na bacia do rio Doce imediatamente anterior ao desastre.	
Contrato:	**4500173758 – Samarco/Lactec**	
Solicitante:	**Empresa:**	Ministério Público Federal
	CNPJ:	
	Endereço:	Av. Brasil, 1877
	Bairro:	Bairro Funcionários
	Cidade:	Belo Horizonte/MG
	CEP:	CEP 30140-007
	A/C:	Dr. José Adercio Leite Sampaio
	E-mail:	joseadercio@mpf.mp.br
Executante:	Institutos Lactec Rodovia BR-116, km 98, nº 8813 | Jardim das Américas Caixa Postal 19067 | CEP 81531-980 | Curitiba – PR – BR e-mail: leonardo.bastos@lactec.org.br Divisão de Meio Ambiente T + 55 (41) 3361-6882	

Autoria:

Equipe Ténica dos Institutos Lactec

Emitido por:

_____

Leonardo Pussieldi Bastos, M. Sc.
Biólogo / CRBio 28808-07D
Divisão de Meio Ambiente

Aprovado por:

_____

Tânia Lucia Graf de Miranda, D. Sc.
Engenheira Agrônoma / Crea RS 069105/D
Gerente Departamento de Recursos Ambientais

_____

Luiz Alkimin de Lacerda, D. Sc.
Engenheiro Civil / Crea PR 155674/D
Gerente Departamento de Estruturas Civis

PRESIDÊNCIA		
Luiz Fernando Vianna	Diretor Presidente	
DIRETORIA		
Alessandro Zimmer	Diretor de Desenvolvimento Tecnológico	
Lauro Elias Neto	Diretor de Operações Tecnológicas	
Luiz Fernando Vianna	Diretor Administrativo-Financeiro	
DEPARTAMENTOS		
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS CIVIS		
Luiz Alkimin de Lacerda	Gerente do Departamento de Estrutura Civis	http://lattes.cnpq.br/0043721710279191
DEPARTAMENTO DE RECURSOS AMBIENTAIS		
Tania Lucia Graf de Miranda	Gerente do Departamento de Recursos Ambientais	http://lattes.cnpq.br/1121417252853145
COORDENAÇÃO TÉCNICA		
Leonardo Pussieldi Bastos	MSc., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/5329663591015036
GESTÃO E ACOMPANHAMENTO		
Franciele Dãobroski	Esp., Eng. Eletricista	http://lattes.cnpq.br/7297801978779218
Guilherme de Poli	Administrador de Empresas	http://lattes.cnpq.br/5037459782326201
Jefferson Arndt	Esp., Analista de Sistemas	http://lattes.cnpq.br/2235028013916918
Leandro Zem	Gerente Escritório de Projetos	http://lattes.cnpq.br/2357615179502522
MEIO FÍSICO		
GEOPROCESSAMENTO		
Ana Paula Zampieri da Silva	Téc. em Geoprocessamento	http://lattes.cnpq.br/7147163601134808
Cesar João Andreazza	MSc., Analista de Sistemas	http://lattes.cnpq.br/5387403645633748
Danielle Drago	MSc. Engenheira Cartógrafa	http://lattes.cnpq.br/5640462622387315
Edson Haruo Yoshizumi	Téc. em Geoprocessamento	http://lattes.cnpq.br/9032121183333722
Fabiano Scheer Hainosz	Gerente da Divisão de Geossoluções	http://lattes.cnpq.br/4182830081560022
Lázaro Filipe de Souza	Geografo	http://lattes.cnpq.br/6531432009823859
Maricler Toigo	Esp., Analista de Sistemas	http://lattes.cnpq.br/4705344015597145
Yuri Arnold Gruber	Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/0119998808279360
GEOLOGIA E GEOTECNIA		
Amanda Jarek	Dra., Engenheira Civil	http://lattes.cnpq.br/1505490272203990

Betina Lepretti Medeiros	Gerente da Divisão de Pesquisa em Estruturas Civis	http://lattes.cnpq.br/1756315291615130
Bruno Endo Ribeiro	Téc. Em Construção Civil	http://lattes.cnpq.br/4603691886693999
Eduardo Alberto Garotti Orlowski	Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/7796199656235610
Ernesto Goldfarb Figueira	MSc., Geólogo	http://lattes.cnpq.br/4401942500945463
Isabella Françoso Rebutini Figueira	Dra., Geóloga	http://lattes.cnpq.br/2157580235609038
Joubert Weigert Favaro	Engenheiro Ambiental	http://lattes.cnpq.br/9803440730131162
José Henrique Ferronato Pretto	MSc., Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/0011830871815627
Kleber Franke Portella	Dr., Químico	http://lattes.cnpq.br/3831923854387307
Marcelo Buras	MSc., Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/6794337770630385
Mariana D´Orey Gaivão Portella Bragança	Dra., Engenheira Ambiental	http://lattes.cnpq.br/0715737214891999
Mário Sérgio Mandu Kleina	Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/6538424098662887
Rodrigo Moraes da Silveira	Dr. Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/0100630696334012
Rodrigo Soares Ferreira	Gerente da Divisão de Química	http://lattes.cnpq.br/2988740732783866
SOLOS		
Bernardo Lipski	MSc., Engenheiro Agrônomo	http://lattes.cnpq.br/6729588963615658
HIDROLOGIA		
João Paulo J. Saboia	MSc., Engenheiro Ambiental	http://lattes.cnpq.br/1148076312542763
Julio Werner Yoshioka Bernardo	MSc., Engenheiro Ambiental	http://lattes.cnpq.br/9289720469347369
Rosana de Fátima Colaço Gibertoni	MSc. Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/0468168157068042
Rubem Luiz Daru	MSC., Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/5523700772597388
Tobias Bernward Bleninger	Dr., Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/5131189316971564
SEDIMENTOS		
Camila Ghilardi Cardoso Fontanella	MSc., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/6768888804239630
Gheysa do Rocio Morais Pires	MSc., Química Ambiental	http://lattes.cnpq.br/2618972397792943
Rosemary Aparecida Brogim	Dra., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/2848426979042715
ÁGUAS SUPERFICIAIS		
Alexandre Brandelli	MSc., Oceanologo	http://lattes.cnpq.br/3313473380886724
Ana Carolina Wosiack	MSc., Ciências Biológicas	http://lattes.cnpq.br/1895187637306662
Kleber Franke Portella	Dr., Químico	http://lattes.cnpq.br/3831923854387307

Luciano Hermanns	Dr., Oceanologo	http://lattes.cnpq.br/0771345308920546
Marianne Schaefer França Sieciechowicz	MSc., Engenheira Ambiental	http://lattes.cnpq.br/5577907738809542
Nicole Machuca Brassac de Arruda	Dra., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/2555202156228591
Patrícia Dammski Borges de Andrade	MSc., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/3040297416264303
Priscila Izabel Tremarin	Dra., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/3229087673435470
Susan da Silva	Tecnóloga em Gestão Ambiental	http://lattes.cnpq.br/6563092431055823
Tomaz Bohrer Brentano	Engenheiro Ambiental	http://lattes.cnpq.br/1685187955178243
ÁGUAS SUBTERRÂNEAS		
André Virmond Lima Bittencourt	Dr., Engenheiro Químico	http://lattes.cnpq.br/2304114776847879
Ernesto Goldfarb Figueira	MSc., Geólogo	http://lattes.cnpq.br/4401942500945463
Gheysa do Rocio Morais Pires	MSc., Química Ambiental	http://lattes.cnpq.br/2618972397792943
MEIO BIÓTICO		
FLORA		
Fernando Camargo da Silva	Esp., Engenheiro Florestal	http://lattes.cnpq.br/8784632725243557
Flávio Fonseca do Carmo	Dr., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/3978893948218087
Juliano José da Silva Santos	MSc., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/2365223544076944
Luciana Hiromi Yoshino Kamino	Dra., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/9740020349411811
FAUNA SILVESTRE		
Robson Odeli Espíndola Hack	Esp., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/9746099348251654
CETÁCEOS		
Leonardo Liberali Wedekin	Dr., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/1896046647953008
Patrícia Dammski Borges de Andrade	MSc., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/3040297416264303
Robson Odeli Espínola Hack	Esp., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/9746099348251654
Samira Costa da Silva	MSc., Medica Veterinária	http://lattes.cnpq.br/0633669594672967
QUELÔNIOS		
Camila Ghilardi Cardoso Fontanella	MSc., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/6768888804239630
Fabrício Locatelli Trein	Esp., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/9787718063873855
Letícia de Paulo Koproski	Dra., Medica Veterinária	http://lattes.cnpq.br/3556372314320095
Lucas Reinert Laufer Pereira Mendes	Biólogo	http://lattes.cnpq.br/8111616653190732
Matheus Ferreira de Souza	Médico Veterinário	http://lattes.cnpq.br/2616758728280165
ICTIOFAUNA		

Matheus Oliveira Freitas	Dr., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/5550609084808301
Maurício Belézia de Oliveira	Esp., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/6239819920450961
Vinícius Abilhoa	Dr., Biólogo	http://lattes.cnpq.br/0315094345358871
ECOTOXICOLOGIA		
Luciana Rodrigues de Souza Bastos	Dra., Bióloga	http://lattes.cnpq.br/5026609882283698
MEIO SOCIOAMBIENTAL		
BENS ARQUEOLÓGICOS E CULTURAIS		
Camila Azevedo de Moraes Wichers	Dra., Historiadora	http://lattes.cnpq.br/1268440854810735
Ellen Christine Prestes Ferronato	Esp., Engenheira Ambiental	http://lattes.cnpq.br/4095113991099031
Gabriela Ribeiro Faria	Arquiteta e Urbanista	
Glória Tega-Calippo	MSc., Jornalista	http://lattes.cnpq.br/5685354287267640
Lucas de Paula Souza Troncoso	MSc., Historiador	http://lattes.cnpq.br/6039279007350089
Luciana Bozzo Alves	MSc., Oceanógrafa	http://lattes.cnpq.br/8996132819081810
Luiz Antonio P. de Queiroz	MSc., Historiador	http://lattes.cnpq.br/5102530761530772
Paulo Eduardo Zanettini	Dr., Historiador	http://lattes.cnpq.br/7082884046494039
Rodrigo Silva	Historiador	
VALORAÇÃO ECONÔMICA DE DANOS AMBIENTAIS		
Gleiciane Fernanda de Carvalho Blanc	MSc., Engenheira Ambiental	http://lattes.cnpq.br/2504229052050442
EQUIPE DE APOIO		
Alika Solange Ferraro Pires	MSc., Engenheira Química	http://lattes.cnpq.br/3298740626944749
Cassio Paluch Menini	Engenheiro Químico	http://lattes.cnpq.br/3928241891571165
Fernando Ribas Terabe	MSc., Engenheiro Civil	http://lattes.cnpq.br/8779660471099331
Heloisa Nunes da Motta	Dra., Engenheira Química	http://lattes.cnpq.br/2397275311285980
Henrique Reisdorfer Leite	Geografo	http://lattes.cnpq.br/9699202060197015
Joseane Valente Gulmine	Dra., Química	http://lattes.cnpq.br/6342685330476104
Juliane de Melo Rodrigues	MSc., Engenheira Química	http://lattes.cnpq.br/0795738038871361
Juliano de Andrade	Dr., Engenheiro Química	http://lattes.cnpq.br/8262822300990775
Karime Dawidziak Piazzetta	MSc., Processos Ambientais	http://lattes.cnpq.br/8808958375177172
Kassia dos Santos Kanieski	MSc., Química	http://lattes.cnpq.br/2502706807690600

Kelly Jacqueline Campos Brambilla	MSc., Química	http://lattes.cnpq.br/5492151072187815
Luciane Tulio	MSc., Química	http://lattes.cnpq.br/4270356760335865
Luis Eduardo Soares Mayer	Geografo	http://lattes.cnpq.br/4640846227554410
Luiz Eduardo da Silva Santos	Engenheiro Químico	http://lattes.cnpq.br/2511544322329869
ESTAGIÁRIOS		
Alcides Conte Neto	Estatística	http://lattes.cnpq.br/6629850738248226
Ana Carolina Canossa Becker	Engenharia Civil	http://lattes.cnpq.br/6054762283835269
Angel Aparecida Maia	Geologia	http://lattes.cnpq.br/4055730889405891
Bruna Gomes Dias	Química	
Carolina Valério Leme	Engenharia Ambiental	http://lattes.cnpq.br/9673870579986011
Eduardo Miguel Zanette Correia	Ciências Biológicas	http://lattes.cnpq.br/9916816146000799
Gabriela Massame Ono	Engenharia Ambiental	http://lattes.cnpq.br/5402256742761917
Hauane da Silva Correa	Ciências Biológicas	http://lattes.cnpq.br/3654828416979927
Jaqueline Schmidt	Ciências Biológicas	http://lattes.cnpq.br/2113943688297300
Jéssica Cristina Lozovei	Geografia	http://lattes.cnpq.br/3151692305270284
Luiz Guilherme Tatsch Henriqui	Engenharia Ambiental	http://lattes.cnpq.br/3720037483658594
Mariana Simões Stuckert Fialho	Tecnologia em Processos Ambientais	http://lattes.cnpq.br/6990586044503074
Matheus de Andrade Machado	Engenharia Cartográfica	http://lattes.cnpq.br/1568039676134081
Murilo Radloff Barghouthi	Engenharia Florestal	http://lattes.cnpq.br/9618792830948893
Natalia Martins Azevedo	Engenharia Ambiental	http://lattes.cnpq.br/5770998043434746
Nilo Kruchelski	Engenharia Civil	http://lattes.cnpq.br/4021235461471453
Renan José Alberton Disner	Engenharia Ambiental	http://lattes.cnpq.br/3465652787199534
Vitor Mittelstaedt Alfaro	Engenharia Civil	http://lattes.cnpq.br/4050568861324374

Apresentação

Este volume é continuação do volume 1, onde apresenta-se o quarto capítulo da linha-base, referente ao meio biótico, com os temas: áreas de conservação, flora, fauna silvestre e ecotoxiciologia e o quinto capítulo de bens arqueológicos e culturais. No final do documento, constam os apêndices e anexos, devidamente referenciados ao longo do texto.

Lista de Figuras

Figura 1 – Unidades de conservação terrestres diagnosticadas a 10 km das margens do rio Doce.....16

Figura 2 – Unidades de conservação terrestres diagnosticadas a 10 km das margens do rio Doce.....16

Figura 3 – Unidades de conservação costeira (terrestre e marinha) diagnosticadas de acordo com a pluma, elaborada pelo ICMBio, de maior e menor concentração. ...17

Figura 4 – Unidades de conservação costeira (terrestre e marinha) diagnosticadas de acordo com a pluma, elaborada pelo ICMBio, de maior e menor concentração. ...18

Figura 5 – A área de estudo (em vermelho) está sob o Domínio Fitogeográfico da Mata Atlântica (em verde). 46

Figura 6 – Áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da flora brasileira ameaçada de extinção. 48

Figura 7 – Registros de ocorrências de plantas ameaçadas de extinção na bacia do rio Doce, com destaque para as que ocorrem nas áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da flora brasileira ameaçada de extinção. 49

Figura 8 – Mapa de vegetação da bacia do rio Doce. 55

Figura 9 – Seis sub-regiões adotadas pelos autores para realização das análises dos dados. 55

Figura 10 – Diagrama da análise de ordenação na bacia do rio Doce. 57

Figura 11 – As formações florestais da floresta ombrófila densa. 58

Figura 12 – Vista aérea da Rebio de Sooretama (acima) e interior da floresta (abaixo).....60

Figura 13 – Quatro formações da floresta estacional semidecidual. 65

Figura 14 – Aspecto da floresta estacional semidecidual do rio Doce em fazenda no município de Barra Longa. 71

Figura 15 – Floresta estacional semidecidual do Parque Estadual do Rio Doce. 72

Figura 16 – Localização dos campos rupestres associados aos quartzitos próximo ao distrito de Bento Rodrigues e margens do córrego Ouro Fino, córrego Santarém e o rio Gualaxo do Norte, município de Mariana, Minas Gerais. 73

Figura 17 – Aspecto de vegetação rupestre associada aos quartzitos próximos às margens do rio Gualaxo do Norte, município de Mariana, Minas Gerais. 74

Figura 18 – Aspecto de vegetação rupestre granito-gnáissica associada a *inselbergs* próximos à usina de Aimorés. 74

Figura 19 – Área da restinga próxima da foz do rio Doce em Regência. No detalhe, palmeira *Allagoptera arenaria*. 76

Figura 20 – Aspecto da vegetação nas lagoas próximas ao rio Doce. 78

Figura 21 – Frequência absoluta de táxons levantados para a bacia hidrográfica do rio Doce, distribuídos de acordo com as ordens. 86

Figura 22 – Número de táxons levantados para a bacia hidrográfica do rio Doce, distribuídos de acordo com as famílias. 86

Figura 23 – Frequência absoluta de táxons levantados para a foz do rio Doce e ambiente marinho adjacente, distribuídos de acordo com as ordens..... 87

Figura 24 – Modelo geral de migração de peixes de água doce do Brasil. 91

Figura 25 – *Astyanax* aff. *fasciatus*. 92

Figura 26 – *Astyanax* aff. *Lacustris*. 92

Figura 27 – *Leporinus copelandii*. 92

Figura 28 – *Prochilodus costatus*. 93

Figura 29 – *Characidium* sp. 93

Figura 30 – *Hoplias malabaricus*. 93

Figura 31 – *Rineloricaria* sp. 93

Figura 32 – *Crenicichla* sp. 94

Figura 33 – *Hypostomus* sp. 94

Figura 34 – *Crenecichla* sp. 94

Figura 35 – *Gymnotus* aff. *carapo*. 94

Figura 36 – *Anisotremus virginicus*. 99

Figura 37 – *Carangoides bartolomei*. 99

Figura 38 – *Cephalopholis fulva*. 99

Figura 39 – *Carangoides crysus*. 99

Figura 40 – *Haemulon plumierii*. 100

Figura 41 – *Epinephelus itajara*. 100

Figura 42 – *Lutjanus synagris*. 100

Figura 43 – *Epinephelus morio*. 100

Figura 44 – *Calamus pena*. 101

Figura 45 – *Lagocephalus laevigatus*. 101

Figura 46 – *Odontocion dentex*. 101

Figura 47 – *Rhinobatos percellens*. 101

Figura 48 – *Acanthochelys radiolata*, espécie ocorrente na bacia do rio Doce 132

Figura 49 – *Phrynops geoffroanus*, espécie ocorrente no leito principal do rio Doce e de seus maiores afluentes. 133

Figura 50 – Jabutis (*Chelonoidis carbonarius* à esquerda e *C. denticulatus* à direita), espécies ocorrentes na bacia do rio Doce. 133

Figura 51 – Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), espécie com reprodução registrada no litoral do Espírito Santo. 135

Figura 52 – Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), espécie registrada no litoral do Espírito Santo. 136

Figura 53 – Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), espécie registrada no litoral do Espírito Santo. 136
Figura 54 – Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), espécie registrada no litoral do Espírito Santo....137
Figura 55 – Grupo de botos-cinza (*Sotalia guianensis*). 166
Figura 56 – Área de ocorrência do boto-cinza. 167
Figura 57 - Área de ocorrência do boto-cinza na foz do rio Doce....169
Figura 58 – Toninha (*Pontoporia blainvillei*). 170
Figura 59 – Área de ocorrência da toninha, com definição das "áreas de manejo" (FMAs)....171
Figura 60 – Reavaliação das FMAs. 172
Figura 61– Avistamentos da toninha no Espírito Santo durante um levantamento aéreo realizado em 2011/2012. 173
Figura 62 – Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*). 174
Figura 63 – Estimativas de abundância da baleia-jubarte na costa brasileira. 175
Figura 64 – Distribuição da baleia-jubarte na costa do Espírito Santo e Bahia....176
Figura 65 – Áreas prioritárias para conservação da baleia-jubarte no Espírito Santo e Bahia....177
Figura 66 – Distribuição da baleia-jubarte em (a) 2003 e (b) 2004. 178
Figura 67 – Distribuição da baleia-jubarte em (c) 2005 e (d) 2011....178
Figura 68 – Imagem representativa de um espécime de Geophagus brasiliensis. 194
Figura 69 – Imagem representativa de um espécime de *Centropomus parallelus*. 200
Figura 70 – "Schiffarht auf dem Rio-doce", gravura de autoria do naturalista francês Ferdinand Denis (1846). 248
Figura 71 – Origem e expansão Tupi. 257
Figura 72 – Áreas de ocorrência dos conjuntos cerâmicos Tupi. 258
Figura 73 – Distribuição das tradições Aratu e Uru. 264
Figura 74 – Número de permissões de pesquisa arqueológica por município. 270
Figura 75 – Sítios arqueológicos cadastrados por municípios. 273
Figura 76 – Número de sítios arqueológicos por município. 275
Figura 77 – Número de sítios arqueológicos pré-históricos, históricos e sem informação por município. 278
Figura 78 – Sítios arqueológicos. 280
Figura 79 – Sítios arqueológicos – detalhe 1. 282
Figura 80 – Sítios arqueológicos – detalhe 2. 284
Figura 81 – Sítios arqueológicos – detalhe 3. 286
Figura 82 – Sítios arqueológicos – detalhe 4. 288

Figura 83 – Sítios arqueológicos – detalhe 5. 290
Figura 84 – Sítios arqueológicos – detalhe 6. 292
Figura 85 – Sítios arqueológicos – detalhe 7. 294
Figura 86 – Sítios arqueológicos – detalhe 8. 296
Figura 87 – Número de sítios arqueológicos pré-históricos, históricos e sem informação por município. 299
Figura 88 – Sítios arqueológicos associados ao Cenário 1. 303
Figura 89 – Sítios arqueológicos associados ao Cenário 2 – categorizados de acordo com as tradições arqueológicas estabelecidas. 306
Figura 90 – Sítios arqueológicos associados ao Cenário 3 – categorizados de acordo com os contextos identificados. 309
Figura 91 – Quadro síntese para o patrimônio arqueológico no território-alvo. 313
Figura 92 – Detalhe da carta da província de Minas Gerais 1861 – parte 2. 317
Figura 93 – Detalhe da carta da província de Minas Gerais -1861 (parte 3). 318
Figura 94 – Patrimônio cultural por município. 326
Figura 95 – Patrimônio ferroviário por município. 330
Figura 96 – Bens tombados em âmbito federal, estadual e municipal. 335
Figura 97 – Bens culturais por município. 341
Figura 98 – Bens materiais e imateriais por município. 345
Figura 99 – Comunidades tradicionais. 351

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Unidades de conservação diagnosticadas na área de estudo. 19

Tabela 2 – Áreas prioritárias para conservação da flora nos estados de Minas Gerais.....50

Tabela 3 – Áreas-chave para conservação de plantas raras brasileiras que ocorrem na área de estudo e a lista de espécies, com suas respectivas observações. 50

Tabela 4 – Classes de vegetação nativa e antrópica ocorrentes da bacia do rio Doce. 54

Tabela 5 – Espécies de quelônios continentais registrados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e sua ocorrência na bacia do rio Doce. 130

Tabela 6 – Lista de espécies de quelônios continentais ameaçadas de extinção em algum nível, segundo listas de espécies ameaçadas mundial, nacional ou estaduais (Minas Gerais e Espírito Santo).....131

Tabela 7 – Lista de espécies de tartarugas marinhas presentes no litoral do Espírito Santo e situação nas listas de espécies ameaçadas mundial, nacional ou estadual. 138

Tabela 8 – Relação dos municípios afetados (ordenação de oeste para leste).....246

Tabela 9 – Sítios inseridos em áreas imediatamente adjacentes ao vale do rio Doce. 311

Tabela 10 – Indicações de sítios de naufrágios na desembocadura do rio Doce. 319

Tabela 11 – Totais de bens e referências culturais por categoria. 333

Tabela 12 – Inventários e planos de inventários consultados por município. 338

Tabela 13 – Data de fundação dos municípios alvo de estudo. 342

Tabela 14 – Bens e referências culturais – total por estado. 355

Sumário

4 LINHA-BASE MEIO BIÓTICO 12
4.1 ÁREAS DE CONSERVAÇÃO 12
4.1.1 Unidades de conservação 13
4.1.2 Corredor Central da Mata Atlântica 36
4.1.3 Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade 38
4.1.4 Reservas da Biosfera 41
4.2 FLORA 43
4.2.1 Materiais e métodos 44
4.2.1.1 Levantamento de dados secundários 44
4.2.1.2 Trabalho de campo 45
4.2.2 Resultados 45
4.2.2.1 Domínio fitogeográfico da Mata Atlântica 45
4.2.2.2 Áreas prioritárias para conservação da flora 46
4.2.2.3 Histórico da ocupação na bacia do rio Doce e o desflorestamento 51
4.2.2.4 Tipologias vegetacionais 55
4.2.3 Considerações finais 79
4.3 FAUNA SILVESTRE 79
4.3.1 Importância ambiental do tema 79
4.3.2 Aspectos metodológicos 84
4.3.3 Ictiofauna 85
4.3.3.1 Metodologia 85
4.3.3.2 Resultados 86
4.3.4 Entomofauna 102
4.3.4.1 Metodologia 102
4.3.4.2 Resultados 104
4.3.5 Herpetofauna 110
4.3.5.1 Metodologia 111

4.3.5.2 Resultados 112
4.3.6 Avifauna 138
4.3.6.1 Metodologia 138
4.3.6.2 Resultados 139
4.3.7 Mastofauna 153
4.3.7.1 Metodologia 153
4.3.7.2 Resultados 154
4.3.8 Considerações finais 182
4.4 ECOTOXICOLOGIA 184
4.4.1 Importância ambiental do tema 184
4.4.2 Metais e hidrocarbonetos de petróleo 185
4.4.3 Metodologia para linha-base 188
4.4.3.1 Área de abrangência do estudo de linha-base 188
4.4.3.2 Revisão bibliográfica 189
4.4.4 Resultados da linha-base 189
4.4.4.1 Bacia hidrográfica do rio Doce 189
4.4.4.2 Foz do rio Doce 198
4.4.5 Considerações finais 204
REFERÊNCIAS 206
5 LINHA-BASE BENS ARQUEOLÓGICOS E CULTURAIS 240
5.1 Resultados da linha-base 241
5.2 Metodologia 242
5.3 Resultados 245
5.3.1 Caracterização regional 245
5.3.2 Linha-base para o patrimônio arqueológico 249
5.3.2.1 A arqueologia na região do rio Doce 249
5.3.3 O perfil do patrimônio arqueológico antes do desastre 269
5.3.4 Linha-base para o patrimônio cultural 315
5.3.4.1 Ocupação histórica do vale do rio Doce 315
5.3.4.2 Quadro síntese a respeito do patrimônio cultural nos municípios de interesse 333

5.3.4.3 Os bens arqueológicos ou arqueológicos históricos..... 340
5.4 Considerações finais..... 354
REFERÊNCIAS..... 356
APÊNDICES.....377
APÊNDICE A - MAPA DE VEGETAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE 378
APÊNDICE B - LISTA DA COMPOSIÇÃO GERAL DA ICTIOFAUNA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE E AMBIENTE MARINHO ADJACENTE REGISTRADOS POR MEIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS. 379
APÊNDICE C - LISTA DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS DA ICTIOFAUNA COM OCORRÊNCIA NA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE E AMBIENTE MARINHO ADJACENTE. 394
APÊNDICE D - LISTA DAS ESPÉCIES DE PEIXES INTRODUZIDOS (EXÓTICOS) REGISTRADOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE E AMBIENTE MARINHO ADJACENTE..... 396
APÊNDICE E - LISTA DE ESPÉCIES DE ANFÍBIOS E RÉPTEIS COM POTENCIALIDADE DE OCORRÊNCIA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO EM MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO COM DESCRIÇÃO DOS TÁXONS, NOME POPULAR, ENDEMISMO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO..... 397
APÊNDICE F - LISTA DE ESPÉCIES DE AVES COM POTENCIALIDADE DE OCORRÊNCIA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO EM MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO COM DESCRIÇÃO DOS TÁXONS, NOME POPULAR, *HABITAT*, *STATUS* DE OCORRÊNCIA, ENDEMISMO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO. 406
APÊNDICE G - LISTA DE ESPÉCIES DE MAMÍFEROS TERRESTRES NÃO VOADORES E VOADORES COM POTENCIALIDADE DE OCORRÊNCIA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO EM MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO COM DESCRIÇÃO DOS TÁXONS, NOME POPULAR, DIETA, LOCOMOÇÃO, ENDEMISMO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO..... 440
APÊNDICE H - ESPÉCIES DE CETÁCEOS DE OCORRÊNCIA NO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO, COM REGISTRO ANTERIOR AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM MARIANA,
MG.
.....

...447

ANEXOS..... 449

ANEXO 1 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS REFERENTES ÀS PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE PESQUISA..... 450

ANEXO 2 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DISTRIBUÍDOS NO TERRITÓRIO ABORDADO. 463

ANEXO 3 – BENS CULTURAIS NO TERRITÓRIO ABORDADO. 486

ANEXO 4 – CADERNO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA 679

4 LINHA-BASE MEIO BIÓTICO

Neste capítulo é apresentada a descrição e análise da área de estudo por meio de levantamentos de componentes e processos do meio biótico e de suas interações, fornecendo um retrato da situação pré-desastre. O levantamento de linha-base do meio biótico foi realizado segundo seus componentes de áreas de conservação, flora, fauna (abrangendo os grupos de ictiofauna, entomofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna) e ecotoxicologia, em função das técnicas específicas de abordagem de cada uma das áreas.

4.1 Áreas de Conservação

Com o objetivo de diagnosticar as Unidades de Conservação (UCs) existentes na região, possivelmente, afetada pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), foram consideradas as UCs localizadas na margem do rio Doce a uma distância de até 10 km. Essa distância foi adotada com base no art. 27 do Decreto Federal nº 99.274/1990, que dispõe que nas áreas circundantes das UCs, num raio de 10 km, qualquer atividade que possa afetar a biota fica subordinada às normas editadas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Apesar do Conama, na Resolução nº 428/2010, adotar uma faixa de 3 km para os casos de UCs que ainda não possuam zona de amortecimento estabelecida, a disposição do art. 27 do referido decreto, com seus 10 km, permanece referida na legislação ambiental.

Para identificação e caracterização das UCs foram consultadas as bases de dados georreferenciados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais de Minas Gerais (IEDE/MG), do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Prístino.

Considerando que as UCs que se encontram no ambiente marinho abrangem um raio maior que 10 km em torno da foz do rio Doce, foram também consideradas as UCs costeiras, que incluem as terrestres e marinhas. As UCs costeiras foram diagnosticadas com base no mapa da pluma do desastre elaborado pelo ICMBio (2017a).

A partir dessa análise, foram encontrados o objetivo de criação das UCs, o órgão responsável, o uso, o decreto de criação, a data de criação e uma descrição geral das UCs. Algumas unidades possuem informações escassas.

De acordo com o mesmo critério e distância adotados para o diagnóstico das UCs, também foram buscados quais corredores ecológicos foram atingidos. E, para descrição dos corredores, foram consultados o livro *Mata Atlântica, biodiversidade, ameaças e perspectivas* de Galindo - Leal e Câmara (2005) e o livro de *Corredores ecológicos* do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (ARRUDA; SÁ, 2003).

Já os aspectos metodológicos para o levantamento de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade (APs) se resumem em coletar informações da Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007, por meio da 1ª atualização das APs para a conservação,

utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, onde foram estabelecidas as novas áreas prioritárias, pelo MMA (BRASIL, 2007).

Os resultados dessa atualização já foram sistematizados em banco de dados e no mapa do MMA com as novas áreas, já reconhecidas pela portaria. As APs foram encontradas a partir desse banco de dados e, nesse caso, foi considerada uma distância de 5 km da calha do rio Doce. Foi realizada uma descrição geral dessas APs, bem como citadas algumas das suas respectivas ações prioritárias.

Para definir as Reservas da Biosfera que estão na área de estudo, foram utilizados dados georreferenciados do sítio eletrônico dos Instituto Prístino (2017a). Foram, então, sintetizadas as informações gerais das reservas.

4.1.1 Unidades de conservação

Com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e também criado o conceito de UC que pode ser definido como:

> Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Ainda de acordo com a mesma lei, ficaram definidos também os conceitos de UCs de proteção integral e de uso sustentável, entre outros termos. A proteção integral das UCs é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. As categorias desse grupo estão divididas em:

- Estação Ecológica (E.E): tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- Reserva Biológica (ReBio): tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- Parque Nacional (ParNa): tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- Monumento Natural (MoNa): tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

- Refúgio de Vida Silvestre (ReViS): tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Já as UCs de uso sustentável são as de exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. As categorias desse grupo estão divididas em:

- Área de Proteção Ambiental (APA): tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
- Floresta Nacional (FloNa): é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- Reserva Extrativista (ResEx): é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
- Reserva de Fauna (ResFa): é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

As esferas dos órgãos responsáveis pelas UCs podem ser federal, estadual ou municipal. Sendo o órgão federal o ICMBio, os órgãos estaduais IEF/MG, Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (InEA), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (InEMA) e o IEMA e os órgãos municipais que variam de acordo com cada município.

Foram identificadas 59 UCs, sendo 36 terrestres e 23 costeiras/marinhas, apresentadas na Tabela 1, por meio da visualização de mapas gerados com a localização de cada UC e suas respectivas distâncias da calha do rio. Entre a Figura 1 e Figura 4 ilustram a localização das UCs diagnosticadas.

As UCs de proteção integral identificadas foram parques nacionais, parques naturais municipais, parques estaduais, monumentos naturais, reservas biológicas e refúgio da vida silvestre. As UCs de uso sustentável encontradas foram áreas de proteção ambiental, florestas nacionais, florestas estaduais, áreas de relevante interesse ecológico, reservas extrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural. Além dessas categorias de manejo, foi diagnosticada também na região a categoria Área de Proteção Especial (APE), a qual foi enquadrada como outra categoria de manejo distinta das definidas pelo SNUC.

Figura 1 – Unidades de conservação terrestres diagnosticadas a 10 km das margens do rio Doce.

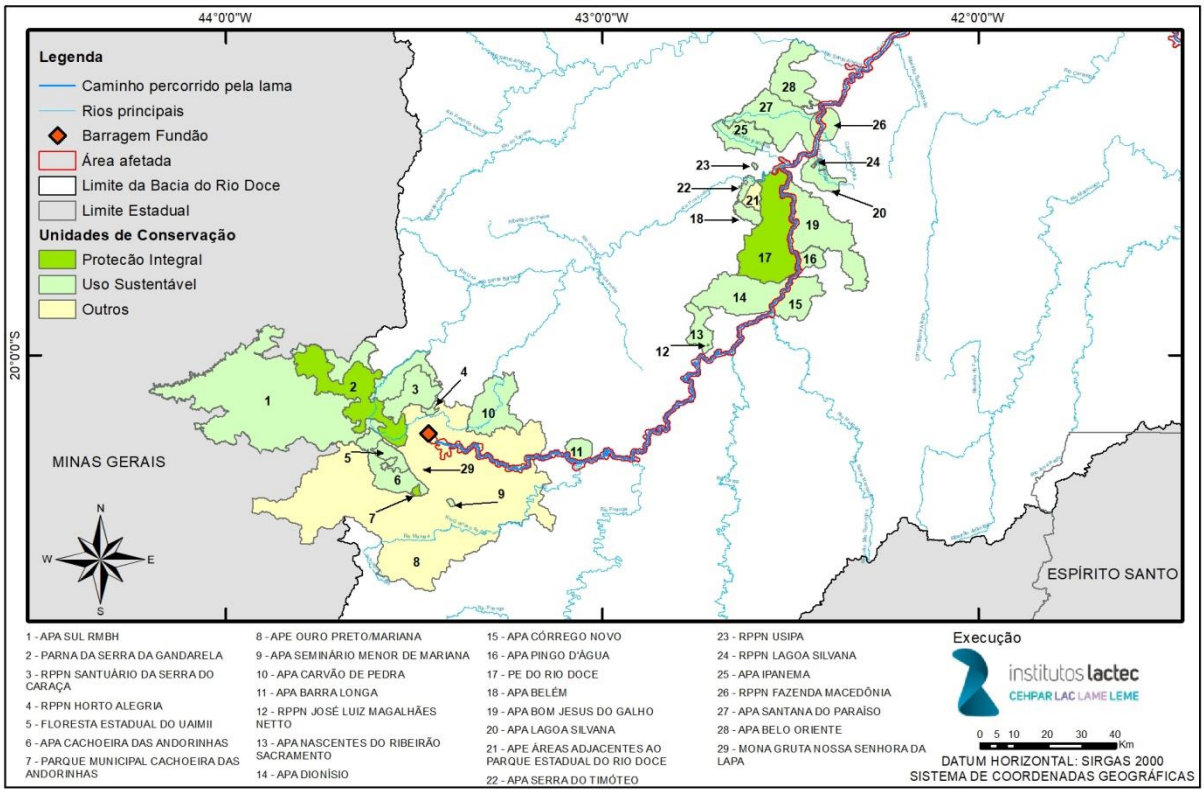


Figura 2 – Unidades de conservação terrestres diagnosticadas a 10 km das margens do rio Doce.

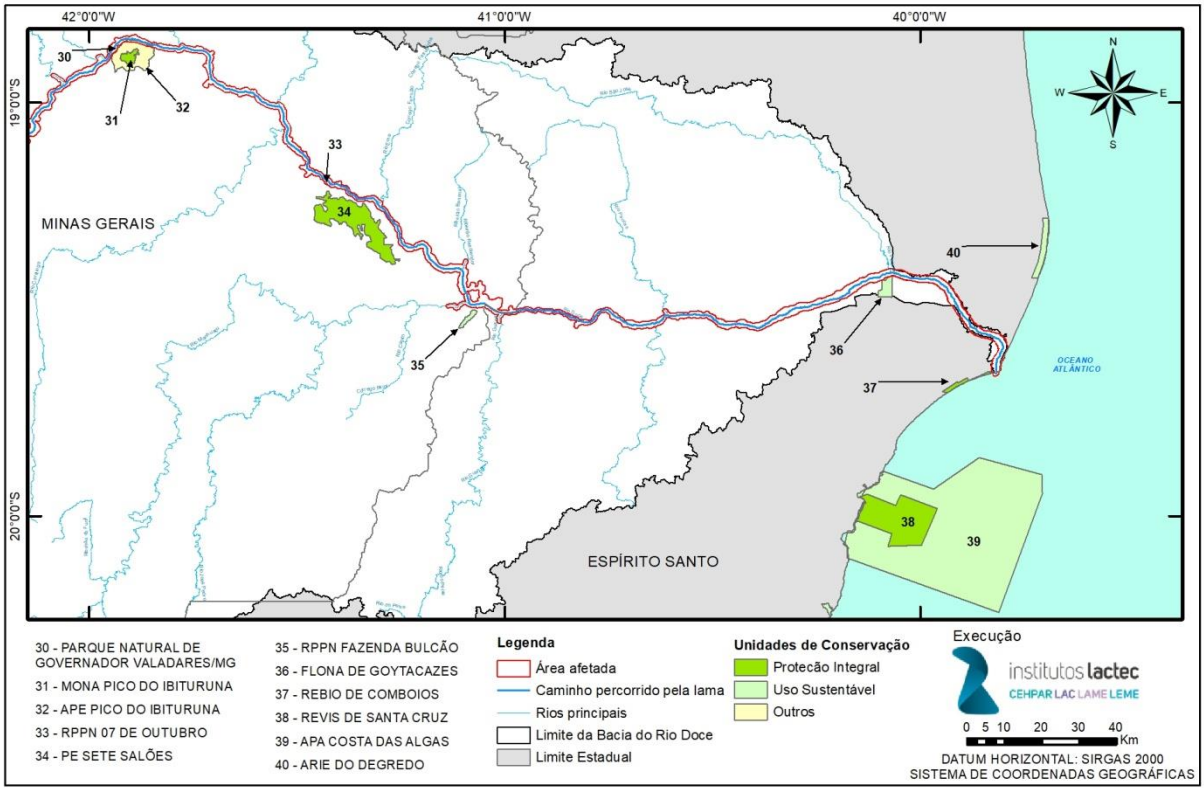


Figura 3 – Unidades de conservação costeira (terrestre e marinha) diagnosticadas de acordo com a pluma, elaborada pelo ICMBio, de maior e menor concentração.

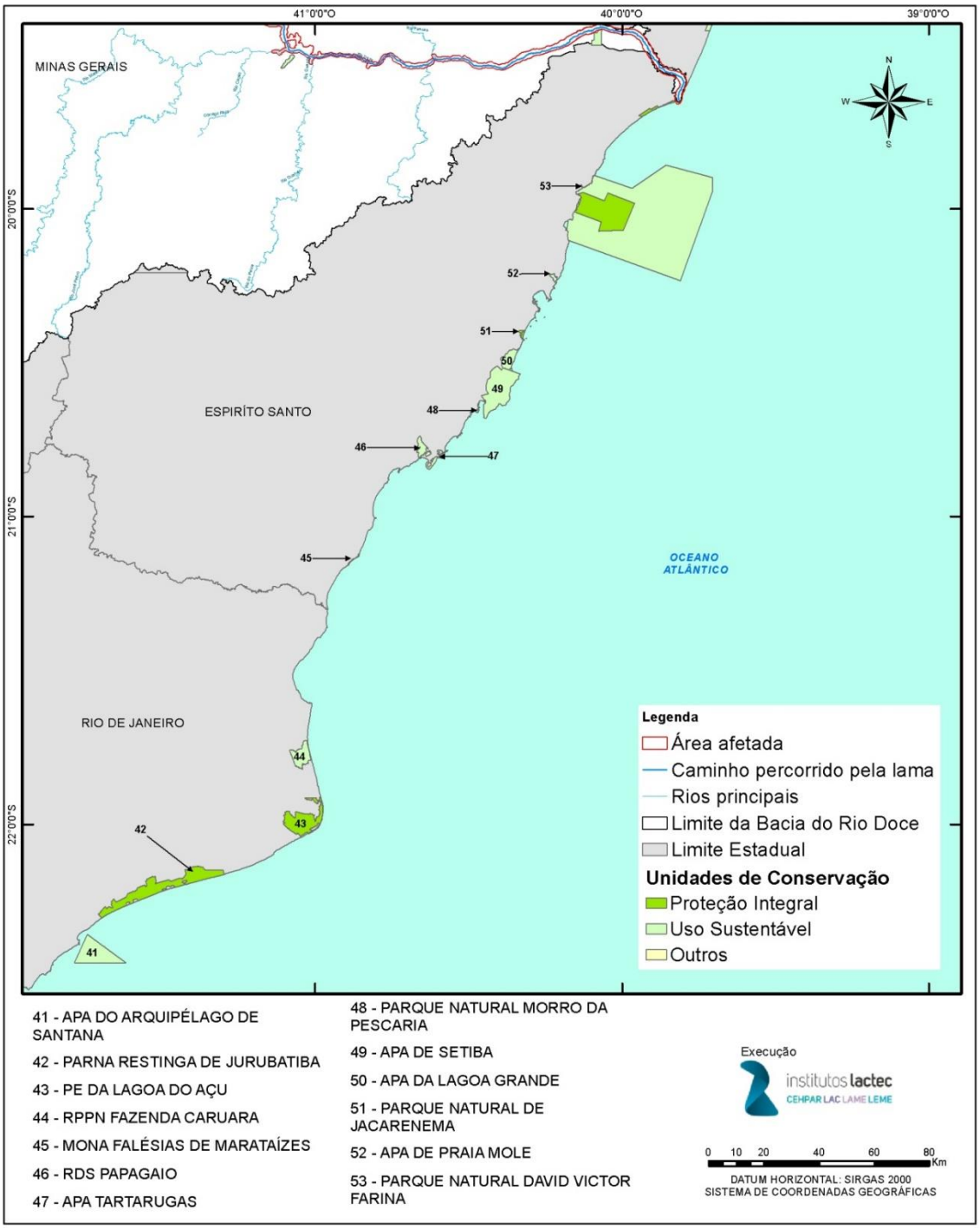


Figura 4 – Unidades de conservação costeira (terrestre e marinha) diagnosticadas de acordo com a pluma, elaborada pelo ICMBio, de maior e menor concentração.

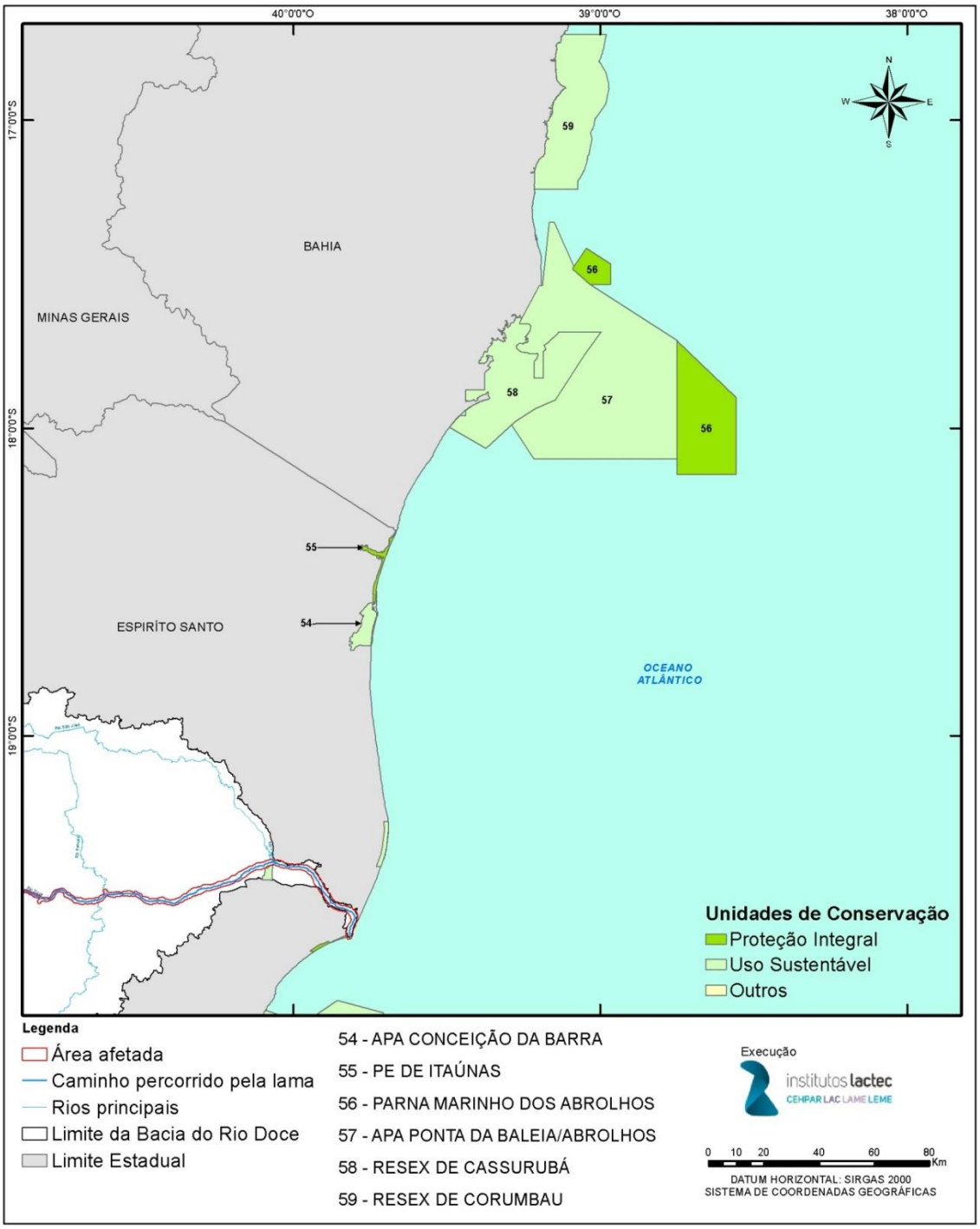


Tabela 1 – Unidades de conservação diagnosticadas na área de estudo.

Ordem	Unidade de Conservação	Categoria de Manejo	Distância da Calha (km)
1	Parque Estadual do Rio Doce	**PI**	0,0
2	Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna	**PI**	2,3
3	Parque Estadual Sete Salões	**PI**	0,8
4	Reserva Biológica de Comboios	**PI**	1,6
5	Parque Nacional da Serra do Gandarela	**PI**	7,8
6	Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas	**PI**	9,7
7	Parque Estadual Itaúnas	**PI**	97,8
8	Parque Natural Municipal Morro da Pescaria	**PI**	138,6
9	Parque Estadual da Lagoa do Açu	**PI**	274,7
10	Parque Nacional Restinga de Jurubatiba	**PI**	322,3
11	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	**PI**	194,9
12	Parque Natural Municipal de Jacarenema	**PI**	98,5
13	Parque Natural Municipal David Victor Farina	**PI**	45,0
14	Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa	**PI**	8,8
15	Parque Natural Municipal de Governador Valadares/MG	**PI**	0,1
16	Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz	**PI**	41,0
17	Monumento Natural Municipal Falésias de Marataízes	**PI**	199,4
18	Área de Proteção Ambiental Serra do Timóteo	**US**	4,3
19	Floresta Nacional de Goytacazes	**US**	0,7
20	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Bulcão	**US**	1,3
21	Área de Proteção Ambiental Municipal Carvão de Pedra	**US**	2,9
22	Área de Proteção Ambiental Municipal Santana do Paraíso	**US**	0,0
23	Área de Proteção Ambiental Municipal Pingo-d'Água	**US**	0,0
24	Área de Proteção Ambiental Municipal Nascentes do Ribeirão Sacramento	**US**	0,5
25	Área de Proteção Ambiental Municipal Lagoa Silvana	**US**	0,1
26	Área de Proteção Ambiental Municipal Dionísio	**US**	0,0
27	Área de Proteção Ambiental Municipal Córrego Novo	**US**	0,0
28	Área de Proteção Ambiental Municipal Bom Jesus do Galho	**US**	0,0
29	Área de Proteção Ambiental Municipal Belo Oriente	**US**	0,0
30	Área de Proteção Ambiental Municipal Barra Longa	**US**	0,0
31	Reserva Particular do Patrimônio Natural José Luiz Magalhães Netto	**US**	3,0
32	Reserva Particular do Patrimônio Natural 07 de Outubro	**US**	0,4
33	Reserva Particular do Patrimônio Natural Lagoa Silvana	**US**	1,9
34	Reserva Particular do Patrimônio Natural Usipa	**US**	7,7
35	Área de Proteção Ambiental Estadual Sul RMBH	**US**	16,8
36	Floresta Estadual do Uaimii	**US**	9,7
37	Reserva Particular do Patrimônio Natural Horto Alegria	**US**	7,7
38	Área de Proteção Ambiental Municipal Ipanema	**US**	7,6
39	Área de Proteção Ambiental Municipal Belém	**US**	8,0
40	Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário da Serra do Caraça	**US**	9,6
41	Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande	**US**	105,0
42	Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana	**US**	265,8
43	Área de Proteção Ambiental Ponta da Baleia/Abrolhos	**US**	182,9
44	Reserva Extrativista Corumbau	**US**	261,5
45	Área de Proteção Ambiental de Praia Mole	**US**	75,2
46	Área de Proteção Ambiental Municipal Tartarugas	**US**	139,6
47	Reserva Extrativista de Cassurubá	**US**	164,7
48	Área de Proteção Ambiental Conceição da Barra	**US**	80,8
49	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Caruara	**US**	78,7
50	Área de Proteção Ambiental de Setiba	**US**	122,3
51	Área de Proteção Ambiental Seminário Menor de Mariana	**US**	14,3
52	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Macedônia	**US**	0,0

Ordem	Unidade de Conservação	Categoria de Manejo	Distância da Calha (km)
53	Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas	**US**	11,6
54	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Papagaio	**US**	149,6
55	Área de Proteção Ambiental Costa das Algas	**US**	23,4
56	Área de Relevante Interesse Ecológico do Degredo	**US**	18,5
57	Área de Proteção Especial Ouro Preto/Mariana	**Outras**	0,0
58	Área de Proteção Especial Estadual Pico da Ibituruna	**Outras**	0,0
59	APE Estadual Áreas Adjacentes ao Parque Estadual do Rio Doce	**Outras**	6,0

Nota: PI = Proteção Integral. US = Uso Sustentável.

- Parque Estadual do Rio Doce

O Parque Estadual do Rio Doce é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 35.970 hectares, pela Lei nº 1.119, de 14 de julho de 1944, com o objetivo de conservar curiosidades naturais, impedir a modificação de aspectos paisagísticos interessantes, proteger e manter a fauna e a flora peculiares às várias regiões do estado, preservar e regular as fontes mananciais (MINAS GERAIS, 1944).

O IEF/MG é a instância estadual responsável pelo parque estadual. Essa UC está situada na porção sudoeste do estado, a 248 km de Belo Horizonte, na região do Vale do Aço, inserido nos municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo. Ela abriga a maior floresta tropical de Minas Gerais e é a primeira UC estadual criada no estado (IEF, 2017a).

O parque estadual é composto por árvores centenárias, madeiras nobres de grande porte e uma infinidade de animais nativos que compõem o cenário de um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica no Brasil. Além de possuir um notável sistema lacustre, composto por quarenta lagoas naturais, entre as quais se destaca a lagoa Dom Helvécio, com 6,7 km^2 de área e profundidade de até 32,5 metros, o parque proporciona um espetáculo de rara beleza. As lagoas abrigam uma grande diversidade de peixes, que servem de importante instrumento para estudos e pesquisas da fauna aquática nativa, com espécies tais como bagre, cará, lambari, cumbaca, manjuba, piabinha, traíra, tucunaré.

No rio Doce, é possível encontrar espécies da avifauna como o beija-flor besourinho, chauá, jacuaçu, saíra, anumará, entre outros. Animais conhecidos da fauna brasileira também são frequentes no parque. A capivara, anta, macacos-prego, sauá, paca e cotia, bem como espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada, o macuco e o mono-carvoeiro, maior primata das Américas.

Com o objetivo de aproveitar a riqueza da flora, de forma sustentável, o parque possui um herbário, que possibilita a identificação de espécies principalmente por meio da análise de suas características morfológicas, constituindo a base de pesquisas taxonômicas.

Desde a adesão do Brasil à Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional, ou Convenção de Ramsar, tratado realizado na cidade Ramsar, no Irã, em 1971, com a presença de diversos países, no intuito de preservar ambientes denominados áreas úmidas, doze locais brasileiros foram aprovados e fazem parte da lista de zonas úmidas de grande importância. Entre eles, está o Parque Estadual do Rio Doce, desde 26 de fevereiro de 2010 (IEF, 2017b).

Os sítios Ramsar foram criados com o objetivo de promover a conservação desses ambientes e a utilização de seus recursos naturais de forma sustentável, garantindo investimentos em pesquisa e preservação com financiamento internacional.

Segundo o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), no Brasil:

> Áreas Úmidas são ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanentes ou periodicamente inundados ou com solos encharcados. As águas podem ser doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptados à sua dinâmica hídrica (IEF, 2017b).

No Brasil, apenas locais estabelecidos como UCs podem se tornar um sítio Ramsar, situação que leva ao reconhecimento internacional e facilita a adoção de medidas para proteção e conservação do ambiente.

O Parque Estadual do Rio Doce é uma das doze UCs escolhidas como zonas úmidas, que representam uma fonte de diversidade biológica, influenciam o regime de água em extensas regiões, são *habitat* de espécies endêmicas, aves migratórias, proporcionam o clima ideal para reprodução e desenvolvimento de muitas espécies, tornando sua preservação extremamente importante e necessária.

- Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna

O Monumento Natural Estadual Pico da Ibituruna é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 1.076,21 hectares, pela Lei nº 21.158, de 17 de janeiro de 2014, com o objetivo de garantir maior proteção à área já tombada pela Constituição Estadual e também abrigar uma APE dos mananciais ali existentes (IEF, 2017c). Além de integrar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e o SNUC (MINAS GERAIS, 2014).

O IEF é a instância estadual responsável pelo monumento natural no município de Governador Valadares. Está inserido no bioma Mata Atlântica e é o maior remanescente florestal contínuo do município de Governador Valadares. A região abrange a APE Pico da Ibituruna, é também uma das mais importantes na preservação de mananciais dos recursos hídricos da região do rio Doce e é fonte de abastecimento de água para a população local (IEF, 2017c).

O Pico da Ibituruna, com seus 1.123 metros de altitude, é um dos locais para a prática de voo livre (asa-delta e *paraglider*) com projeção internacional. A área também recebe um grande número de praticantes de escalada, além de turistas interessados em conhecer suas belezas naturais.

- Parque Estadual Sete Salões

O Parque Estadual Sete Salões é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 12.520,90 hectares, pelo Decreto nº 39.908, de 22 de setembro de 1998, com o objetivo de proteger a fauna e a flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições ao desenvolvimento de pesquisas e estudos

científicos e alternativas de uso racional dos recursos naturais, como o ecoturismo (MINAS GERAIS, 1998).

O IEF é a instância estadual responsável pelo parque. Localizado nos municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, na região do médio rio Doce, o Parque Estadual Sete Salões é um importante remanescente de Mata Atlântica associada a formações de campos rupestres e florestas de candeias. É essencial na recarga hídrica, pois nele nascem 20 córregos que abastecem a região (IEF, 2013).

Possui atrativos naturais de referência, como a caverna Sete Salões e o Pico do Garrafão. O relevo montanhoso em vários locais encontra-se recoberto por grandes formações rochosas, que na região servem de marcos de localização e dominam a paisagem local. O ponto culminante do parque é o Pico de Sete Salões, que compõe a beleza do cenário com seus 1.135 metros de altitude (IEF, 2017d).

Os remanescentes florestais distribuem-se ao longo dos cursos d'água, onde se destacam espécies arbóreas como a peroba, a braúna e o jacarandá. As matas possuem muitos cipós, bromélias e orquídeas, dispostos em nichos ecológicos específicos, ao longo dos estratos de vegetação. A flora possui espécies como sapucaia, quaresmeira, vinhático, ipê-amarelo, sempre-vivas e canelas-de-ema.

Os campos rupestres são ricos em espécies adaptadas a ambientes de estresse hídrico, com evidência para a diversidade de orquídeas, encontradas nas rochas e no solo exposto das montanhas.

Registros importantes sobre a fauna local já foram feitos, com destaque para o urubu-rei, gato-do-mato, onça-parda e bugio, espécies ameaçadas de extinção que habitam as matas de Sete Salões. Existem também referências sobre grande diversidade de aves, que necessitam, prioritariamente, de ambientes florestais para sua sobrevivência.

- Reserva Biológica de Comboios

A Reserva Biológica de Comboios (ReBio Comboios) é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal marinho costeiro. Foi criada com 833,23 hectares, pelo Decreto nº 90.222, de 25 de setembro de 1984, com o objetivo de conservar ecossistemas próprios de restinga e praia oceânica, servindo como *habitat* da tartaruga gigante marinha, que aí desova e faz o seu pouso, nas migrações que empreende entre o continente brasileiro e as Ilhas de Trindade e Ascenção (BRASIL, 1984).

O ICMBio é a instância federal responsável pela reserva. As áreas de influência marinha dessa reserva são restingas, que são um conjunto de ecossistemas que mantém estreita relação com o oceano, tanto na sua origem quanto nos processos nele atuantes (IBAMA, 1997).

- Parque Nacional da Serra do Gandarela

O Parque Nacional da Serra do Gandarela (ParNaSGa) é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 31.270,83 hectares, pelo Decreto sem número, de 13 de outubro de 2014, com o objetivo de garantir a preservação de amostras do patrimônio biológico, geológico, espeleológico e hidrológico associado às formações de canga do Quadrilátero Ferrífero, incluindo os campos rupestres e os

remanescentes de floresta semidecidual, as áreas de recarga de aquíferos e o conjunto cênico constituído por serras, platôs, vegetação natural, rios e cachoeiras (BRASIL, 2014).

O ICMBio é a instância federal responsável pelo ParNaSGa. Infelizmente sua criação não obedeceu às recomendações técnicas e anseios dos movimentos sociais envolvidos, ficando sua delimitação aquém do necessário para preservar o geossistema de cangas ferruginosas da região central de Minas Gerais, que protegem e alimentam os aquíferos mais importantes para o abastecimento dos municípios do entorno da Serra do Gandarela, de Belo Horizonte e sua região metropolitana (ISA, 2017).

Além disso, a criação não respeitou o pedido de comunidades dos municípios de Santa Bárbara e Barão de Cocais de criação de uma RDS complementar à área do parque nacional. E, ainda, houve um avanço sobre áreas nas quais essas comunidades desenvolvem atividades tradicionais, mais uma vez acirrando a situação de conflito de sobreposição de territórios.

- Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas

O Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas é da esfera municipal e do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 18,70 hectares pelo Decreto nº 30.264, de 16 de outubro de 1989 (IEF, 2017b). O parque está inserido na APA de mesmo nome.

- Parque Estadual Itaúnas

O Parque Estadual Itaúnas é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 3.481 hectares, pelo Decreto nº 4.967-E, de 8 de novembro de 1991. O IEMA é a instância estadual responsável pelo parque (BRASIL, 2017a).

Abrange o município de Conceição da Barra (ES), onde o uso público se resume em ecoturismo, visitação, caminhadas, banhos de rio e mar.

- Parque Natural Municipal Morro da Pescaria

O Parque Natural Municipal Morro da Pescaria é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado pela Lei nº 2.790, de 27 de dezembro de 2007. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Guarapari (ES) é instância municipal responsável pelo parque natural (BRASIL, 2017a).

- Parque Estadual da Lagoa do Açu

O Parque Estadual da Lagoa do Açu é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 8.200,00 hectares, pelo Decreto nº 43.522, de 21 de março de 2012. Tem como objetivo principal a preservação da vegetação da restinga, mangue e áreas alagadas do litoral norte fluminense, incluindo a própria lagoa do Açu e o banhado da Boa Vista. O Inea é a instância estadual responsável pelo parque (BRASIL, 2017a).

O parque está situado em Campos de Goytacazes e São João da Barra, no noroeste fluminense.

- Parque Nacional Restinga de Jurubatiba

O Parque Nacional Restinga de Jurubatiba é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal marinho costeiro. Foi criado com 14.922,39 hectares, com o objetivo de conservar e preservar, para fins científicos, educacionais, paisagísticos e recreativos, pelo Decreto sem nº, de 29 de abril de 1998. O ICMBio é a instância federal responsável pelo parque (BRASIL, 2017a).

Localizado no litoral do estado do Rio de Janeiro, com 44 km de costa e 18 lagoas costeiras, o parque representa o trecho de restinga melhor conservado de toda a costa fluminense (ICMBio, 2017b).

- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal marinho costeiro. Foi criado com 91.300 hectares, com o objetivo de proteger a região com a maior biodiversidade marinha no Atlântico Sul, pelo Decreto nº 88.218, de 6 de abril de 1983. O ICMBio é a instância federal responsável pelo parque (BRASIL, 2017a).

O parque possui dois polígonos: um que protege o arco de recifes costeiros localizados em frente ao município de Alcobaça na Bahia, e outro a 70 km da costa englobando o parcel dos Abrolhos e o arquipélago de Abrolhos (ICMBio, 2017c).

A sua zona de amortecimento estendia-se por uma grande região, abrangendo todo o banco dos Abrolhos até a região de Regência, visando a amortecer impactos de possíveis derramamentos de petróleo (MARCHIORO et al., 2005). Entretanto, essa zona de amortecimento foi contestada na justiça e derrubada por uma liminar.

- Parque Natural Municipal de Jacarenema

O Parque Natural Municipal de Jacarenema é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 346,27 hectares, com o objetivo da preservação dos ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica da área, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo, pelo Decreto nº 33, de 9 de fevereiro de 2003 (VILA VELHA, 2003). A Prefeitura Municipal de Vila Velha (ES) é a instância municipal responsável pelo parque.

- Parque Natural Municipal David Victor Farina

O Parque Natural Municipal David Victor Farina é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado pelo Decreto nº 6.144, de 27 de julho de 1995. A Prefeitura Municipal de Aracruz é a instância municipal responsável pelo parque (BRASIL, 2017a).

- Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa

O Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora da Lapa é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado pelo Ato Legal nº 695, de 12 de setembro de 2011. A Secretaria de Meio Ambiente do município de Ouro Preto é a instância municipal responsável pelo Monumento (BRASIL, 2017a).

- Parque Natural Municipal de Governador Valadares

O Parque Natural Municipal de Governador Valadares é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 40,3 hectares, pelo Decreto nº 9.532, de 6 de junho de 2011 (BRASIL, 2017a). Os objetivos do parque são proteger os remanescentes florestais e a fauna no bioma Mata Atlântica possibilitando a realização de pesquisa científica; integrar o mosaico de áreas protegidas da região do Ibituruna, integrando corredor ecológico e ampliando a conectividade entre o pico Ibituruna e o rio Doce; recuperar as áreas degradadas pelo exercício da atividade agropecuária na área do parque; destinar espaços para a promoção de educação e interpretação ambiental e valorização das manifestações culturais e tradições locais e destinar espaços públicos para lazer, recreação e práticas esportivas em contato com a natureza (GOVERNADOR VALADARES, 2011).

A Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento de Governador Valadares é a instância municipal responsável pelo parque. Entretanto, o parque natural municipal é uma obra lançada pela prefeitura em parceria com a Vale. O parque tangencia as margens do rio Doce e protege os remanescentes da Mata Atlântica (GOVERNADOR VALADARES, 2015).

Em média quase nove mil pessoas visitam o parque por mês, tendo a oportunidade de conhecer o que restou da Mata Atlântica no município. É possível encontrar na área do parque 55 espécies vegetais, destas: 24 são nativas, 14 exóticas, 12 herbáceas e 5 trepadeiras. Entre os animais identificados pela direção do parque, estão: capivara, tatu, macaco, sagui, quati, gambá, lagarto teiú, cobras (coral, jararaca, verde), esquilos e pássaros (sabiá, bem-te-vi, anu-preto, anu-branco, maritaca).

- Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz

O Refúgio de Vida Silvestre Santa Cruz é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal marinho costeiro. Foi criado com 17.709,39 hectares, pelo Decreto sem número, de 17 de junho de 2010, com o objetivo proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais (manguezais e vegetação costeira), principalmente os fundos colonizados por algas e outras comunidades bentônicas, bem como sua fauna associada, as espécies residentes e migratórias que utilizam a área para alimentação, reprodução e abrigo e as formações sedimentares bioclásticas e litoclásticas, importantes para a estabilidade da orla marítima. Além disso, valorizar o uso turístico, recreacional da orla marítima através de ordenamento do seu uso e ocupação sustentável, contribuir para a recuperação dos recursos biológicos e para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala praticadas pelas comunidades costeiras da região da UC (BRASIL, 2010).

O ICMBio é a instância federal responsável pelo refúgio. Está localizado no município de Aracruz e no interior da APA Costa das Algas.

- Monumento Natural Municipal Falésias de Marataízes

O Monumento Natural Municipal Falésias de Marataízes é do grupo de uso de proteção integral e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 42,14 hectares, pelo Decreto nº 193, de 1 de dezembro de 2008, com o objetivo de valorizar o patrimônio geológico, a geodiversidade e a preservação ambiental, paisagística, histórica, cultural, monumental e a educação ambiental (MARATAÍZES, 2008).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marataízes é a instância municipal responsável pelo monumento.

- Área de Proteção Ambiental Serra do Timóteo

A APA Serra do Timóteo é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 4.400 hectares, pela Lei nº 2.451, de 4 de junho de 2003 (BRASIL, 2017a).

A APA Serra do Timóteo é a maior reserva ambiental do município e abrange as regiões de leste, sul, sudoeste, norte, sudeste e nordeste. A área é considerada estratégica para o desenvolvimento sustentável do município, com foco na expansão industrial e habitacional, além do turismo ecológico (TIMÓTEO, 2013).

A Prefeitura Municipal de Timóteo é a instância municipal responsável pela APA e iniciou conversações com a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), para uma cooperação técnico-científica na elaboração do plano de manejo e do zoneamento econômico-ecológico da APA Serra do Timóteo. O objetivo é garantir a correta utilização da APA sem prejuízos para a expansão urbana e industrial da cidade e sem degradar o importante patrimônio ambiental do município.

A Prefeitura de Timóteo noticiou que a iniciativa atende às solicitações do Ministério Público, com quem o município assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a regulação do uso da APA. Seu uso ainda não foi regulamentado por um plano de manejo, por esse motivo, a Curadoria de Meio Ambiente do Ministério Público exige que haja diretrizes para o crescimento ordenado na área (TIMÓTEO, 2013).

Segundo a Secretaria de Planejamento, a parceria com a Funarbe vai permitir um completo levantamento da área da APA no tocante à sua fauna e flora, hidrografia e clima, ocupação e atividades, bem como o seu uso para habitação, agropecuária e industrial. A parceria vai fornecer dados de geoprocessamento, mapas e fotos, que vão auxiliar na elaboração do plano de manejo.

- Floresta Nacional de Goytacazes

A FloNa de Goytacazes é do grupo de uso de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criado com 1.423,96 hectares, pelo Decreto sem número, de 28 de novembro de 2002, e ampliado pelo Decreto sem número, de 5 de junho de 2012, sendo o objetivo geral o manejo de uso múltiplo sustentável dos recursos naturais, a educação ambiental e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de

florestas nativas, proteção dos recursos hídricos e a recuperação de áreas degradadas (BRASIL, 2012).

O ICMBio é a instância federal responsável pela FloNa. A FloNa está inserida no distrito de Bebedouro, localizado na porção centro-sul do município de Linhares e ao sul do rio Doce (ICMBio, 2013a).

Na região de localização da FloNa, observa-se o predomínio de extensas planuras referentes a morfologias de suave inclinação, sustentadas exclusivamente pelo domínio morfoestrutural denominado de depósitos sedimentares. Tal domínio morfoestrutural se estende por uma ampla região no estado do Espírito Santo e também por boa parte da região costeira centro-norte, sendo subdividido em duas regiões geomorfológicas distintas, sendo eles os piemontes inumados e as planícies costeiras.

A FloNa de Goytacazes abrange relevante remanescente de Floresta Ombrófila Densa de Aluvião em diferentes estágios de regeneração, porém com um percentual representativo para o estágio avançado/floresta madura. Foram encontradas 291 espécies, distribuídas em 57 famílias. As famílias mais representativas são *Leguminosae* e *Myrtaceae*, representando 27,8% das espécies, evidenciando alta riqueza.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Bulcão

A RPPN Fazenda Bulcão é do grupo de uso sustentável e o bioma em que está inserido é a Mata Atlântica. Foi criada com 608,69 hectares, pela Portaria IEF nº 8, de 7 de outubro de 1998 (IEF, 2017b).

O Instituto Terra é a instância estadual responsável pela RPPN e o proprietário é o Sr. Sebastião Ribeiro Salgado Jr. A reserva se encontrava totalmente degradada em 1997. Com o intuito de fazer a recuperação da área em 1999, houve o primeiro plantio, e até 2013 faltava menos de 10% para restauração completa da área (INSTITUTO TERRA, 2013).

Foram encontrados na Fazenda Bulcão, aproximadamente, 172 espécies de aves, 33 espécies de mamíferos, 15 espécies de anfíbios e répteis e 293 espécies vegetais.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Carvão de Pedra

A APA Carvão de Pedra é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 18.053,87 hectares, pela Lei nº 1.620, de 26 de novembro de 2002 (IEF, 2017b). A APA está localizada no município de Alvinópolis. A prefeitura municipal é a instância municipal responsável.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Santana do Paraíso

A APA Santana do Paraíso é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 18.522 hectares, pelo Decreto nº 066, de 10 de maio de 1999 (IEF, 2017b). A APA está localizada no município de Santana do Paraíso. A prefeitura municipal é a instância municipal responsável.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Pingo-d'Água

A APA Pingo-d'Água é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 3.994,50 hectares, pelo Decreto nº 28, de 7 de agosto de 2001 (IEF, 2017b). A APA está localizada no município de Pingo-d'Água. A prefeitura municipal é a instância municipal responsável.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Nascentes do Ribeirão Sacramento

A APA Nascentes do Ribeirão Sacramento é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 6.686,07 hectares, pela Lei nº 792, de 15 de outubro de 2002 (IEF, 2017b).

- Área de Proteção Ambiental Municipal Lagoa Silvana

A APA Lagoa Silvana é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 5.793 hectares, pela Lei nº 2.447, de 27 de fevereiro de 1998 (IEF, 2017b). A APA está localizada no município de Caratinga. A prefeitura municipal é a instância municipal responsável. Em seu interior está localizada a RPPN Lagoa Silvana.

A RPPN é do grupo de uso sustentável, criada pela Portaria IEF nº 206/2012, com uma área de 255,86 hectares.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Dionísio

A APA Dionísio é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 22.909,37 hectares, pela Lei nº 244, de 1 de fevereiro de 2000 (IEF, 2017b). A APA está localizada no município de Dionísio. A prefeitura municipal é a instância municipal responsável.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Córrego Novo

A APA Córrego Novo é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 11.742,00 hectares, pela Lei nº 695, de 25 de fevereiro de 2003, com o objetivo de proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, com vistas à melhoria de qualidade de vida da população local, à proteção dos ecossistemas e ao desenvolvimento sustentado (CÓRREGO NOVO, 2003).

A Prefeitura Municipal de Córrego Novo (PMCN) é a instância municipal responsável pela APA. A APA Córrego Novo está localizada na porção oeste do município de Córrego Novo, situado na região do Vale do Rio Doce – leste do estado de Minas Gerais (CÓRREGO NOVO, 2008).

Algumas das atividades desenvolvidas na área da APA são em sua maioria atividades agropecuárias, de lazer e entretenimento e atividades preservacionistas. Entretanto, ainda existem atividades conflitantes, como a caça ilegal, incêndios florestais e, até mesmo, algumas atividades de recreação.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Bom Jesus do Galho

A APA Bom Jesus do Galho é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 29.230,00 hectares, pela Lei nº 968, de 29 de abril de 2002, com o objetivo de proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhor qualidade de vida da população local, bem como à proteção de ecossistemas regionais (BOM JESUS DO GALHO, 2002).

O Departamento da Agricultura do município de Bom Jesus do Galho é a instância municipal responsável pela APA.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Belo Oriente

A APA Belo Oriente é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 18.309 hectares, pelo Decreto nº 67, de 20 de março de 2002 (IEF, 2017b). A APA está localizada no município de Belo Oriente. A prefeitura municipal é a instância municipal responsável.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Barra Longa

A APA Barra Longa é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 4.321 hectares, pelo Decreto nº 961, de 27 de dezembro de 2001 (IEF, 2017b). A APA está localizada no município de Barra Longa. A prefeitura municipal é a instância municipal responsável.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural José Luiz Magalhães Netto

A RPPN José Luiz Magalhães Netto é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 17.350 hectares, pela Portaria IEF nº 104, de 3 de junho de 2008 (IEF, 2017b). A RPPN está localizada no município de São José do Goiabal. O responsável pela RPPN é o Sr. José Luiz Magalhães Netto.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural 7 de Outubro

A RPPN 7 de Outubro é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 522 hectares, pela Portaria IEF nº 4, de 4 de janeiro de 2012 (IEF, 2017b). A RPPN está localizada no município de Conselheiro Pena. O proprietário pela RPPN é o Sr. Sérgio Augusto Mesquita.

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Usipa

A RPPN Usipa é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 204,13 hectares, pela Portaria IEF nº 92, de 6 de dezembro de 2016. A RPPN está localizada no município de Ipatinga. A RPPN pertence à empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS) (IEF, 2017b).

- Área de Proteção Ambiental Estadual Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte

A APA Estadual Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul RMBH) é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 163.250,10 hectares, pelo Decreto nº 35.624, de 8 de junho de 1994, com o objetivo de proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos necessários ao abastecimento da população da RMBH e áreas adjacentes, com vistas à melhoria de qualidade de vida da população local, à proteção dos ecossistemas e ao desenvolvimento sustentável (MINAS GERAIS, 1994).

O IEF é a instância estadual responsável pela APA Sul RMBH, que está na região situada nos municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara. Posteriormente, com a Lei Estadual nº 13.960, de 26 de julho de 2001, ficou declarada como APA, além dos municípios citados no Decreto Estadual nº 35.624/1994, as regiões situadas nos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas, Mário Campos e Sarzedo (IEF, 2017e).

Na APA Sul RMBH, estão presentes duas grandes bacias hidrográficas, sendo a do rio São Francisco e a do rio Doce, que respondem pelo abastecimento de aproximadamente 70% da população de Belo Horizonte e 50% da população de sua região metropolitana.

A área possui uma das maiores extensões de cobertura vegetal nativa contínua do estado, abrangendo regiões conhecidas como Caraça e Gandarela. Ocorrem também as matas úmidas de fundos de vales e as matas de altitude e grandes formações rochosas. Essas características determinam inestimável valor em termos de biodiversidade.

- Floresta Estadual do Uaimii

A Floresta Estadual do Uaimii é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 4.398,16 hectares, pelo Decreto sem nº, de 21 de outubro de

2003. O IEF é a instância estadual responsável. A floresta está localizada no município de Ouro Preto (IEF, 2017b).

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Horto Alegria

A RPPN Horto Alegria é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 1.064,00 hectares, pela Portaria IEF nº 138, de 24 de julho de 2008. A RPPN está localizada no município de Mariana e o proprietário é a Companhia Vale do Rio Doce (IEF, 2017b).

- Área de Proteção Ambiental Municipal Ipanema

A APA Municipal Ipanema é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 7,40 hectares, pela Lei nº 1.535, de 26 de agosto de 1997. A Prefeitura Municipal de Ipatinga é a instância municipal responsável pela APA (IEF, 2017b).

- Área de Proteção Ambiental Municipal Belém

A APA Municipal Belém é de esfera municipal e do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 3.247,12 hectares, pela Lei nº 782, de 20 de junho de 2002 (IEF, 2017b).

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário da Serra do Caraça

A RPPN Santuário da Serra do Caraça é de esfera federal e do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal de transição entre Cerrado, Mata Atlântica e campo rupestre. Foi criada com 10.187,89 hectares, pela Portaria Ibama nº 32-N, de 30 de março de 1994. A proprietária pela RPPN é a Província Brasileira da Congregação da Missão. A Reserva abrange os municípios de Catas Altas e Santa Bárbara (IEF, 2017b).

- Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande

A APA da Lagoa Grande é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 2.725,20 hectares pelo Decreto nº 46, de 20 de junho de 2006. A Prefeitura Municipal de Vila Velha (ES) é a instância municipal responsável (BRASIL, 2017a).

- Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana

A APA do Arquipélago de Santana é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pela Lei Ordinária nº 1.216, de 16 de dezembro de 1989, com o objetivo de resguardar o Parque Municipal do Arquipélago de Santana dos impactos potenciais e efetivos oriundos das atividades humanas praticadas em suas adjacências, bem como compatibilizar tais atividades com a proteção do meio ambiente (MACAÉ, 1989).

A Secretaria Municipal de Ambiente de Macaé (RJ) é a instância municipal responsável. (BRASIL, 2017a).

- Área de Proteção Ambiental da Ponta da Baleia/Abrolhos

A APA da Ponta da Baleia/Abrolhos é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pelo Decreto nº 2.218, de 14 de junho de 1993 (BRASIL, 2017a).

A importância da APA se deve ao fato de receber a visita anual das baleias-jubarte (*Megapthera Novaeangliae*), espécie ameaçada de extinção, para a reprodução. E está localizada no extremo sul da Bahia, possui 34.600 hectares na faixa costeira dos municípios de Alcobaça e Caravelas, abrangendo também os recifes e bancos coralíneos (INEMA, 2017).

- Reserva Extrativista Corumbau

A Reserva Extrativista Corumbau é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal marinho costeiro. Foi criada com 89.596,75 hectares, pelo Decreto sem número, de 22 de setembro de 2000, tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista tradicional da área, e garantir a exploração autossustentável e a conservação dos seus recursos naturais. O ICMBio é a instância federal responsável (BRASIL, 2017a).

- Área de Proteção Ambiental de Praia Mole

A APA de Praia Mole é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pelo Decreto nº 3.802-N, de 30 de dezembro de 1994, tendo como objetivos assegurar a qualidade dos recursos hídricos da região, preservar fauna e flora, preservação de sítios abióticos de beleza rara, promoção do desenvolvimento econômico sustentável, atuar como zona de integração entre meio urbano e industrial, entre outros (ESPÍRITO SANTO, 1994). O IEMA é a instância estadual responsável pela APA (BRASIL, 2017a).

- Área de Proteção Ambiental Municipal Tartarugas

A APA Municipal Tartarugas é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pelo Decreto nº 3.693, de 23 de novembro de 2011. A Secretaria de Meio Ambiente de Anchieta (ES) é a instância municipal responsável pela APA (BRASIL, 2017a).

- Reserva Extrativista de Cassurubá

A Reserva Extrativista de Cassurubá é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal marinho costeiro. Foi criada com 100.767,56 hectares, pelo Decreto sem número, de 5 de junho de 2009, com o objetivo de proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência (BRASIL, 2009).

O ICMBio é a instância municipal responsável pela reserva (BRASIL, 2017a). Ela está localizada nos municípios de Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa, no estado da Bahia.

- Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra

A APA de Conceição da Barra é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pelo Decreto nº 1.876-R, de 5 de julho de 2007. O IEMA é a instância estadual responsável pela APA (BRASIL, 2017a).

A APA de Conceição da Barra localizada na extremidade sul do município de Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo, possui extensão territorial de 7.728 hectares e está inserida em um mosaico de paisagem com manchas de formações vegetais naturais dos ecossistemas restinga, manguezal e floresta de tabuleiro, em diferentes graus de estado de conservação, que contribuem com a diversificação ambiental no território da UC (IEMA, 2014).

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Caruara

A RPPN Fazenda Caruara é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pela Portaria nº 306, de 15 de fevereiro de 2012. O Inea é a instância estadual responsável pela reserva (BRASIL, 2017a).

- Área de Proteção Ambiental de Setiba

A APA de Setiba é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 12.960,00 hectares pelo Decreto nº 3.747, de 12 de setembro de 1994, com o objetivo de estabelecer uma zona de amortecimento de impactos do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha (IEMA, 2017a).

O IEMA é a instância estadual responsável pela APA (BRASIL, 2017a). Ela está localizada nos municípios de Guarapari e Vila Velha no estado do Espírito Santo. Na porção continental, apresenta formações de restinga, manguezal, mata do tabuleiro, e na porção marinha encontra-se o arquipélago de Três Ilhas, o qual detém uma das maiores biodiversidades marinhas (IEMA, 2017a).

- Área de Proteção Ambiental Seminário Menor de Mariana

A APA Seminário Menor de Mariana é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 350,0 hectares pelo Decreto nº 23.564, de 11 de maio de 1984 (BRASIL, 2017a).

A Prefeitura Municipal de Mariana é a instância municipal responsável pela APA, que se localiza no próprio município. A área possui ocupação humana e é dotada de atributos bióticos e abióticos, importantes para a qualidade de vida de quem mora na APA e, com isso, protege a diversidade biológica e ordena a ocupação do solo e uso dos recursos naturais (MARIANA, 2017).

- Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Macedônia

A RPPN Fazenda Macedônia é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pela Portaria nº 111, de 14 de outubro de 1994 (BRASIL, 2017a).

A Fazenda Macedônia está localizada na margem direita do rio Doce, no município de Ibapa no estado de Minas Gerais. É considerada um dos principais remanescentes de Mata Atlântica no estado. Os estudos de monitoramento ambientais realizados na Fazenda já possibilitaram o registro de 161 espécies de aves e 27 espécies de mamíferos de médio e grande portea, sendo 6 espécies de aves e 3 de mamíferos encontradas nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção (CENIBRA, 2014).

- Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas

A APA Estadual Cachoeira das Andorinhas é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada com 18.700,0 hectares pelo Decreto nº 30.264, de 16 de outubro de 1989, com o objetivo de preservar as nascentes do alto do rio das Velhas, as quais contribuem para a captação de água do sistema de abastecimento da RMBH. Além disso, a região constitui patrimônio natural de reconhecido valor histórico, cultural e turístico (SCALCO; GONTIJO, 2009).

Abrange o distrito de São Bartolomeu, parte da zona rural do município de Ouro Preto. O IEF é a instância estadual responsável pela APA. Na APA estão inseridos a Floresta Estadual Uaimii e o Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas.

- Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Papagaio

A RDS Municipal Papagaio é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pelo Decreto nº 3.692, de 23 de novembro de 2011, com o objetivo de conservar a natureza e utilizar de maneira sustentável os recursos ambientais pelas populações tradicionais, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações. A Secretaria de Meio Ambiente de Anchieta é a instância municipal responsável pela reserva (BRASIL, 2017a).

- Área de Proteção Ambiental Costa das Algas

A APA Costa das Algas é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal marinho costeiro. Foi criada com 114.803,20 hectares, pelo Decreto sem número, de 17 de junho de 2010. O ICMBio é a instância federal responsável pela APA. Dentro da APA está inserido o Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, ambos localizados nos municípios Aracruz, Fundão e Serra, no Espírito Santo (BRASIL, 2017a).

- Área de Relevante Interesse Ecológico do Degredo

A ARIE do Degredo é do grupo de uso sustentável e de jurisdição legal da Mata Atlântica. Foi criada pela Lei Ordinária nº 2322, de 5 de dezembro de 2002, com o objetivo de conservação do ecossistema sob a gestão da instância municipal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais do Município de Linhares/ES (BRASIL, 2017a).

- Área de Proteção Especial Ouro Preto/Mariana

Apesar de a APE não ser regulamentada como unidade de conservação pela lei do SNUC, a APE Ouro Preto/Mariana foi criada pelo Decreto nº 21.224, de 25 de fevereiro de 1981, para fins de preservação, conservação e valorização do patrimônio cultural, histórico e paisagístico (MINAS GERAIS, 1981). A área que compreende a APE está distribuída no município de Ouro Preto, com 1.274 km^2, e no município de Mariana, com 1.198 km^2.

- Área de Proteção Especial Estadual Áreas Adjacentes ao Parque Estadual do Rio Doce

A APE Áreas Adjacentes ao Parque Estadual do Rio Doce foi criada pelo Decreto nº 38.155, de 24 de julho de 1996. A área que compreende a APE está distribuída no município de Marliéria, com 3.247,12 km², e no município de Timóteo, com 2.703,40 km². A instância responsável pela APE é o IEF.

Outras áreas que não são UCs, mas que possuem papel fundamental na manutenção da conservação da natureza são as terras indígenas. Na distância de 5 km do rio Doce, foi encontrada a Terra Indígena Krenak, na região de Resplendor, em Minas Gerais, e a Terra Indígena de Comboios e a Terra Indígena Tupiniquim, na região de Aracruz, no Espírito Santo.

4.1.2 Corredor Central da Mata Atlântica

Dentro de um raio de 10 km do rio Doce foi encontrado o Corredor Central da Mata Atlântica. Os corredores ecológicos foram criados com o seguinte propósito:

> Devido ao elevado grau de fragmentação das paisagens naturais, a estratégia de atuação foi assegurar a proteção dos remanescentes florestais significativos e incrementar, gradativamente, a ligação entre porções nucleares da paisagem por meio do controle, proteção e recuperação da cobertura florestal (BRASIL, 2015).

Segundo Galindo - Leal e Câmara (2005), o Corredor Central da Mata Atlântica tem uma área aproximada de 8.600.000 hectares, e é biologicamente diversificado e abriga muitas espécies de distribuição restrita, incluindo alguns grupos ameaçados.

A importância biológica desse corredor se deve à riqueza elevada de espécies de plantas, com um total de 454 espécies de árvores por hectare, e na região central do Espírito Santo 443 espécies de árvore por hectare. Da mesma forma, a grande riqueza de mamíferos não voadores de 62 espécies ultrapassa a de outras áreas da Mata Atlântica.

De acordo com Galindo - Leal e Câmara (2005), o Corredor Central contém mais de 50% das espécies de aves endêmicas conhecidas da Mata Atlântica. Altos níveis de diversidade de endemismo de anfíbios e répteis também ocorrem nessa região. Pelo menos 12 novas espécies de sapos e rãs foram recentemente descritas.

Os blocos mais importantes de floresta do corredor estão no extremo sul da Bahia, incluindo os parques nacionais (Descobrimento do Brasil, Pau-Brasil), e protegem uma área de 50.000 hectares de florestas. As pequenas bacias hidrográficas protegidas por esses parques são importantes também pela biodiversidade dos recifes de corais e outros ecossistemas marinhos, no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, o mais rico dos recifes de corais marinho do Atlântico Sul.

Os estados da Bahia e Espírito Santo possuem juntos 41 UCs, sendo que essas unidades representam menos de 2% da proteção oficial do território do Corredor Central. O alto nível de devastação da Mata Atlântica nesses estados faz a criação de novas áreas protegidas e do fortalecimento das existentes uma prioridade máxima para a região. Novas áreas adequadas para a proteção já foram identificadas, mas não há recursos humanos nem financeiros suficientes nem para administrar as já existentes. Há falta de recursos financeiros

para implementar plano de manejo, insuficiência de pessoal técnico, além da coleta ilegal de produtos florestais e das queimadas intencionais (GALINDO - LEAL; CÂMARA, 2005).

Na porção do Corredor no Espírito Santo, encontra-se uma das principais seções de floresta ombrófila densa na tipologia da Mata de Tabuleiros, criada pela ligação natural da Reserva Biológica de Sooretama à Reserva Florestal de Linhares, totalizando cerca de 44.000 hectares. A Mata de Tabuleiros é incomparável a outras formações neotropicais, devido à elevada diversidade de espécies e à elevada densidade de lianas que apresenta (ARRUDA; SÁ, 2003).

O Corredor Ecológico que abrange essas áreas das reservas citadas anteriormente é o Corredor SOCOMGO (Sooretama – Comboios – Goytacazes), o qual é o maior do Espírito Santo. Esse corredor visa à conexão do remanescente (Reserva Biológica de Sooretama à Reserva Florestal de Linhares) à Flona de Goytacazes e esta, à Reserva Biológica de Comboios, já na foz do rio Doce, onde existe um único sítio conhecido de reprodução da tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*).

O Corredor Sossego-Caratinga foi criado em 2014, com uma área de 66.424,56 hectares e está localizado na bacia do rio Doce e abrange os municípios de Caratinga e Simonésia, que formam um eixo de ligação entre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Mata do Sossego – em Simonésia, e Feliciano Miguel Abdala – em Caratinga (BIODIVERSITAS, 2017a). O entorno desses fragmentos é composto principalmente por plantações de eucaliptos e café, na região da Simonésia, e por áreas de pastagem, em Caratinga.

Essas reservas são locais de proteção do maior primata da América, e o maior mamífero endêmico do Brasil, o *Brachyteles hypoxanthus*, conhecido também como muriqui-do-norte, o qual se encontra na lista de espécies da fauna brasileira ameaçada em extinção.

A conexão dessas RPPNs, além da conservação do muriqui-do-norte, irá preservar outras espécies de plantas e animais, acarretando também benefícios para as atividades econômicas praticadas na região e melhoria na qualidade de vida da população local.

4.1.3 Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade

Com base no banco de dados do MMA, foram identificadas 12 áreas prioritárias dentro da área de estudo proposta na metodologia deste relatório.

- Proposta de unidade de conservação de uso sustentável da foz do rio Doce

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica e também Campos Sulinos e pertence ao grupo de uso sustentável. A ação prioritária é que seja criada uma UC, com uma importância e prioridade extremamente alta. A ação dessa AP visa ao ordenamento pesqueiro e à redução de captura acidental de tartaruga marinha e pequenos cetáceos.

Está localizado no estuário da foz do rio Doce, no município de Linhares (ES), onde também é área de desova de tartarugas marinhas, em especial a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*). Na região há presença de populações tradicionais, bem como a presença da macrófita aquática aninga, ecossistemas costeiros apicum, grande estoque de robalo e lagoas costeiras. Algumas das ameaças dessa área são a ocupação urbana, pesca predatória, atividades relacionadas ao petróleo, desmatamento e poluição.

- Quadrilátero Ferrífero

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja criada uma UC, com uma importância e prioridade extremamente alta. A ação dessa AP visa agilizar o processo de normatização do uso e ocupação dos campos rupestres ferruginosos e criar o plano de manejo para UCs não contempladas na base disponível.

A diversidade do Quadrilátero se divide em endemismos de fauna e flora. Abriga também importantes mananciais de abastecimento da RMBH.

As oportunidades dessa AP envolvem uma proposta de Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) para os campos rupestres ferruginosos da região. Também há potencial turístico e ainda há criação de propostas de corredores.

As ameaças dessa área são aquelas relacionadas às atividades antrópicas, como a mineração, a urbanização, as queimadas e a agricultura. Os possíveis municípios atingidos dentro do Quadrilátero e que estão no entorno do rio Doce são os municípios de Auvinópolis, Mariana e Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.

- Parque Estadual Sete Salões

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja mantida como AP, com uma importância e prioridade extremamente alta. Esse parque é uma UC, por isso sua área já é protegida. Os municípios que estão na área de estudo e que pertencem ao Parque Estadual são Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, no estado de Minas Gerais.

- Parque Estadual do Rio Doce

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja mantida como AP, com uma importância e prioridade extremamente alta. Esse parque é uma UC, por isso sua área já é protegida. Os municípios que estão na área de estudo e que pertencem ao Parque Estadual são Caratinga, Dionísio, Ipatinga, Marliéria, Pingo-d'Água e Timóteo, no estado de Minas Gerais.

- Terra Indígena Krenak

A Terra Indígena Krenak está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja mantida como AP, com uma importância insuficientemente conhecida e a prioridade é alta. O município que está na área de estudo é Resplendor, no estado de Minas Gerais.

- Entorno Sudoeste do Parque Estadual do Rio Doce

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja criado o Corredor/Mosaico, com uma importância alta e prioridade extremamente alta. A área do entorno sudoeste do Parque Estadual do Rio Doce é bastante fragmentada, porém abriga diversas espécies ameaçadas.

As oportunidades que podem ser desenvolvidas na AP são preservar as UCs existentes, potencializar o turismo e criar corredores.

Córrego Novo, Dionísio, Marliéria, Pingo-d'Água, Raul Soares, Rio Casca, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros e Sem Peixe, no estado de Minas Gerais, são os municípios que estão no entorno sudoeste do rio Doce que estão na área de estudo.

- Entorno Nordeste do Pares do Rio Doce

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja criada uma UC de proteção integral, com uma importância alta e prioridade extremamente alta. A área do entorno nordeste do Parque Estadual do Rio Doce é bastante fragmentada, porém abriga remanescentes e espécies ameaçadas.

As oportunidades que podem ser desenvolvidas na AP vão desde potencializar o turismo, criar corredores (Projeto de Proteção da Mata Atlântica – Promata), iniciativas e/ou potencial de uso sustentável da região até a educação ambiental.

Bom Jesus do Galho, Caratinga, Ibapa, Ipatinga, Marliéria, Santana do Paraíso e Timóteo, no estado de Minas Gerais, são os municípios que estão no entorno sudoeste do rio Doce que estão na área de estudo.

- Corredor Sete Salões/Aimorés

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que haja ordenamento na AP, com uma importância alta e prioridade extremamente alta. Esse corredor abriga uma grande riqueza de avifauna.

Os municípios que estão na área de estudo e que pertencem ao corredor são Aimorés, Conselheiro Pena, Itueta e Resplendor, no estado de Minas Gerais e Baixo Gandu e Colatina, no estado do Espírito Santo.

- Complexo Lagunar

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja criado um inventário biológico, com uma importância e prioridade alta. A ação desta AP visa também criar um comitê de bacia.

No complexo lagunar, há presença de espécies ameaçadas (aves, répteis e mamíferos) e espécies globalmente ameaçadas. Sua flora é composta pela Flona de Goytacazes, pela floresta de tabuleiro de vários estágios sucessionais de regeneração e as matas ciliares do rio Doce.

Atividades sustentáveis agroflorestais, potencial no turismo, são algumas das oportunidades que o complexo oferece. As ameaças sobre essa AP se resumem a pressões imobiliárias, à caça ilegal (esportiva) e de subsistência, além do tráfico de animais silvestres.

Os municípios que estão na área de estudo são Colatina, Linhares e Marilândia, no estado do Espírito Santo.

- Planície Costeira do Rio Doce

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja criada uma UC de uso sustentável, com uma importância e prioridade extremamente alta. A ação dessa AP visa à manutenção dos mananciais hídricos.

Algumas espécies globalmente ameaçadas estão presentes na AP, como, por exemplo, o bugio (*Alouatta guariba guariba*), macaco-prego (*Cebus robustus*), ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) e preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*).

Oportunidades que surgem com a AP, é que a área é reconhecida como Patrimônio Natural da Humanidade – UNESCO e se evidencia a importância dos corredores ecológicos da Mata Atlântica e Sooretama/Comboios e o arco florestal sustentável. Também surgem as propostas de criação de RDS do rio Doce em análise pelo Ibama e a proposta do Parque das Orquídeas.

Algumas das ameaças sobre a planície costeira se diversificam na exploração de petróleo, pesca predatória, proximidade de complexo industrial de grande porte, exploração e transporte de petróleo, proximidade do Porto Cel., o que acarreta emissários submarinos e poluição atmosférica, além da intenção da implantação do Porto de Barra do Riacho.

O município que está na área de estudo é Linhares, no estado do Espírito Santo.

- Flona de Goytacazes

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja mantida como AP, com uma importância extremamente alta e prioridade muito alta. Essa floresta nacional é uma UC, por isso sua área já é protegida. Na Flona, há presença de três espécies globalmente ameaçadas de extinção, bem como a Mata de Tabuleiros.

Algumas oportunidades que essa AP oferece são a existência de plano de manejo e um estudo florístico concluído recentemente. A caça e o intenso corte de madeira são ameaças reais à Flona. O município que está na área de estudo é Linhares, no estado do Espírito Santo.

- ReBio de Comboios

Esta AP está inserida no bioma da Mata Atlântica. A ação prioritária é que seja mantida como AP, com uma importância extremamente alta e prioridade alta. Essa reserva biológica é uma UC, por isso sua área já é protegida. Na ReBio, há presença de duas espécies de primatas globalmente ameaçados.

Algumas oportunidades que essa AP oferece variaram de atividade petrolífera (áreas de exclusão e compensação ambiental), realce do potencial turístico na área, uma existência de infraestrutura básica para pesquisa e até desenvolvimento para atividades sustentáveis.

A ReBio é ameaçada pela invasão de animais domésticos principalmente cachorros, além das atividades antrópicas como o crescimento urbano, o Terminal de Regência (petróleo, gasoduto), riscos da atividade petrolífera, carvoarias no entorno. Outra ameaça seria a pressão indígena no limite sul da Rebio. O município que está na área de estudo é Linhares, no estado do Espírito Santo.

4.1.4 Reservas da Biosfera

Criadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1972, as Reservas da Biosfera (RBs) são um instrumento de conservação que favorecem a descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica, o efeito estufa, entre outros (BRASIL, 2017b).

A RB é um centro de monitoramento, pesquisas, educação ambiental e gerenciamento de ecossistemas, bem como centro de informação e desenvolvimento profissional dos técnicos em seu manejo. Seu gerenciamento é o trabalho conjunto de instituições governamentais, não governamentais e centros de pesquisa.

O Programa Homem e Biosfera (MaB – *Man and the Biosphere*) foi criado como resultado da Conferência sobre a Biosfera realizada pela UNESCO, em Paris, em setembro de 1968. O objetivo central do Programa MaB é promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta (RBMA, 2017a).

O SNUC reconhece a RB como "um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais" (BRASIL, 2017b).

Para cumprir suas funções, as RBs estabelecem o zoneamento de seu território incluindo: Zona Núcleo, Zona de Transição e Zona de Amortecimento.

O objetivo principal da Zona Núcleo é a proteção da biodiversidade. Já da Zona de Transição, que não possui limite fixo, é prioritário para o monitoramento e à educação ambiental. E, por fim, a Zona de Amortecimento, no entorno da Zona Núcleo, visa minimizar os impactos na Zona Núcleo e garantir a qualidade de vida das populações da área (RBMA, 2017a).

- Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

A proposta de criação da RB da Serra do Espinhaço (RBSE) foi aprovada no dia 26 de junho de 2005 pela UNESCO. Em sua primeira fase de criação, completamente inserida em Minas Gerais, a RBSE possui uma área de 3.070.000 hectares, habitada por 642.000 pessoas. Sua área de abrangência começa pelas serras de Ouro Preto e Ouro Branco, alcançando também as serras do Caraça, Catas Altas e Barão de Cocais, na região de Santa Bárbara. Próximo à Belo Horizonte estão as serras da Piedade, Moeda, Curral, Cipó. A Serra do Cabral encontra-se na região do Alto São Francisco, assim como Diamantina, Serro e Itambé, sendo esta última na região do Alto Jequitinhonha. No total, são abrangidos 53 municípios (BIODIVERSITAS, 2017b).

Dentro do raio de 5 km da calha do rio Doce, estão 40.000 hectares de área da RBSE, e as zonas que estão dentro deste raio são Zonas de Amortecimento e Transição. A RBSE conecta algumas UCs, como, por exemplo: Parque Nacional da Serra do Gandarela, Parque Estadual Cachoeira das Andorinhas, Parque Estadual do Itacolomi, Estação Ecológica Estadual do Tripuí, RPPN Santuário do Caraça, Floresta Estadual Uaimii, APA Estadual Cachoeira das Andorinhas, APA Carvão de Pedra, APA Piranga e APA Sul RMBH.

A Serra do Espinhaço também é uma área prioritária para a proteção de mananciais hídricos, sendo responsável pela atual rede de drenagem das bacias hidrográficas do rio São Francisco, do rio Doce, Jequitinhonha, Mucuri, entre outros (BIODIVERSITAS, 2017b).

A diversidade da RBSE compreende 538 espécies de plantas ameaçadas em Minas Gerais, 81 espécies estão na Mata Atlântica, 19 espécies na Caatinga, 73 espécies no Cerrado e 351 espécies nos campos rupestres. Além de uma quantidade de espécies de fauna ameaçada, mais da metade das espécies de plantas ameaçadas em extinção em Minas Gerais estão nessa reserva.

Em relação ao endemismo na cadeia do Espinhaço, na Serra do Cipó, encontra-se o maior número de espécies endêmicas da flora brasileira. Na fauna é grande a quantidade de espécies endêmicas, especialmente aquelas associadas a plantas como borboletas, abelhas e beija-flores, e no ambiente aquático como anfíbios e insetos aquáticos.

- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) é a maior RB em área florestada do planeta, com cerca de 78.000.000 hectares, sendo 62.000.000 em áreas terrestres e 16.000.000 em áreas marinhas, nos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o bioma. Foi criada em seis fases sucessivas que duraram de 1991 a 2008, pela UNESCO (RBMA, 2017b).

Apesar de possuir grandes proporções, a área da RBMA dentro dos 5 km no entorno da calha do rio Doce é de 207.200 hectares, e as zonas que estão dentro desse raio são Zonas de Núcleo, Amortecimento e Transição. Também estão na RBMA alguns corredores ecológicos, mosaicos de unidades de conservação e cinturões verdes no entorno de áreas urbanas, tornando o desenho da reserva muito complexo.

A RBMA estende-se por mais de 5.000 dos 8.000 km do litoral nacional, desde o Ceará ao Rio Grande do Sul, avançando mar afora englobando diversas ilhas oceânicas, como Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade, e adentrando no interior de vários estados costeiros, bem como em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

A RBMA inclui todos os tipos de formações florestais e outros ecossistemas terrestres e marinhos que compõem o domínio Mata Atlântica, bem como os principais remanescentes florestais e a maioria das unidades de conservação da Mata Atlântica, onde está protegida grande parte da biodiversidade brasileira.

4.2 Flora

A distinção entre flora e vegetação só surgiu em 1849, quando Thurmann (apud PAVILLARD, 1935) conceituou a flora de uma região como uma lista nominal das espécies de plantas, que constituiriam um conjunto considerado de maneira abstrata, sem nenhuma diferença entre plantas abundantes ou raras. Em uma flora, todas as espécies são consideradas igualmente, tanto as raras quanto as frequentes, tanto as plantas grandes quanto as pequenas. A flora resulta de ações e eventos muito antigos e representa toda uma história biogeográfica (MIRANDA, 1995). Thurmann conceituou a vegetação de uma região como a camada de plantas que a recobre, resultante da combinação das espécies da flora em quantidades e proporções diversas, em que as mais abundantes constituem o componente principal, ao passo que as mais raras passam quase despercebidas. A vegetação decorre do arranjo das espécies de plantas no espaço como um resultado das complexas interações bióticas e abióticas atuando no tempo e no espaço. A vegetação pode ser caracterizada por meio de descritores qualitativos (fisionomia, por exemplo) e quantitativos (descritores da estrutura da vegetação, como densidade, estratificação etc.) e se modificar em consequência de influências atuais (MIRANDA, 1995).

Neste relatório de linha-base será realizada a caracterização fitofisionômica da vegetação, buscando reconhecer a cobertura vegetal anterior ao dia 5 de novembro de 2015, data em que a barragem de disposição de rejeitos de minério de ferro, conhecida como barragem de Fundão, rompeu no município de Mariana, estado de Minas Gerais.

4.2.1 Materiais e métodos

4.2.1.1 Levantamento de dados secundários

Devido à grande extensão da área de estudo, a caracterização da vegetação teve início por meio da busca por imagens aéreas, mapas temáticos e outras bibliografias que auxiliassem na identificação das tipologias vegetais existentes.

Para a classificação da vegetação que ocorre ao longo da área afetada pelos rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão, município de Mariana, foi adotado o *Manual técnico da vegetação brasileira* elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). O referido manual utiliza o sistema fisionômico-ecológico para estabelecer as classificações da vegetação, o que, segundo o IBGE, delimita uma região:

> que corresponde a um tipo de vegetação que deve ser inicialmente separada por **classe de formação**, que corresponde à estrutura fisionômica determinada pelas formas de vida vegetal dominantes, podendo ser florestal (dominada por macrofanerófitos e mesofanerófitos) e não florestal (dominada por microfanerófitos, nanofanerófitos, caméfitos, hemicriptófitos, geófitos e terófitos). (IBGE, 2012).

A pesquisa também contou com dados obtidos em plataformas *on-line*, como o zoneamento ecológico econômico do estado de Minas Gerais; os dados da Agência Nacional de Águas (ANA), por meio do estudo de uso e ocupação do solo em moderada resolução espacial (10 m) da bacia do rio Doce (2013-2014); a plataforma *on-line* i3Geo do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA, 2017b) do Espírito Santo; os dados da cobertura vegetal da Mata Atlântica (2013-2014) da Fundação SOS Mata Atlântica; e a plataforma *on-line* do Atlas Digital Geoambiental do Instituto Prístino para os Municípios de Minas Gerais (INSTITUTO PRÍSTINO, 2017b).

Especificamente, para a elaboração do mapa da cobertura vegetal na área de estudo em anexo, foi utilizado para o Espírito Santo: o mapa da cobertura vegetal nativa e do uso das terras, em escala 1/25.000, do estado do Espírito Santo, elaborado pelo IEMA, entre 2007-2008, e os dados de cobertura vegetal oriundos da base de dados do *site* do Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais de Minas Gerais (IEDE/MG).

Para obtenção dos dados sobre a flora, foram consultadas várias bibliografias, entre elas, publicações em periódicos, teses, dissertações, planos de manejo, artigos e resumos. Entre as pesquisas sobre a flora do Espírito Santo se destacam: *Fitogeografia do estado do Espírito Santo*, escrito por Ruschi (1950, 1972). E também as pesquisas de: Thomaz e Monteiro (1997); Kollmann (2003); Sobral (2006); Garay e Rizzini (2008); Kollmann e

Fontana (2006); Assis (2007); Simonelli e Fraga (2007); Simonelli et al. (2008); Araujo, Pereira e Peixoto (2008), entre outros.

Os dados obtidos sobre a composição da vegetação antes do rompimento da barragem de Fundão servirão como comparativo para a situação posterior ao desastre, auxiliando na identificação dos danos à cobertura vegetal.

4.2.1.2 Trabalho de campo

Com intuito de avaliar os dados secundários obtidos e reconhecer a vegetação da área de estudo, foram realizadas duas fases de campo. A primeira fase ocorreu no mês de maio de 2017 e percorreu o trecho entre a área da barragem de Fundão e a foz do rio doce em Regência (distrito de Linhares). A segunda fase ocorreu em julho de 2017 e percorreu o trecho entre o distrito de Camargos até a UHE Risoleta Neves, acompanhando o curso do rio Doce. Durante os deslocamentos, foram realizadas observações que visaram confirmar a identificação dos tipos de vegetação existentes e o seu grau de conservação, quando possível.

4.2.2 Resultados

4.2.2.1 Domínio fitogeográfico da Mata Atlântica

Em âmbito nacional, a área objeto de estudo encontra-se inserida no domínio fitogeográfico da Mata Atlântica (Figura 5), conforme o Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428 de 2006 (IBGE, 2006). Segundo o Decreto Federal nº 750/1993, considera-se:

> Mata Atlântica as formações florestais e ecossistemas associados, inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações e denominações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE: Floresta Ombrófila Densa Atlântica; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional Decidual; manguezais; restingas; campos de altitude; brejos interioranos e encraves florestais do Nordeste. (BRASIL, 1993).

A bacia do rio Doce compreende uma área de aproximadamente 87.000 km2 e está coberta por formações florestais e campestres sob o domínio fitogeográfico da Mata Atlântica. A bacia está situada ao longo dos 4 graus de latitude, desde os 17° S aos 21° S; alcançando uma extensão longitudinal máxima de 4° (39° W a 43° W), e variações altitudinais desde o nível do mar até os 2.072 m no Pico do Sol e 2.068 no Pico do Inficionado, ambos situados na Serra do Caraça, nos limites dos municípios de Catas Altas e Mariana. As fitofisionomias também estão sob influência da combinação de fatores fisiográficos, como, por exemplo: áreas de mamelonização extensiva;

decomposição de rochas cristalinas; convexização em níveis intermontanos; planícies meândricas e com predominância de depósitos finos nas calhas aluviais; superposição de solos (AB'SÁBER, 2003). O regime pluviométrico na bacia é caracterizado por dois períodos bem distintos. No período chuvoso, a precipitação total varia de 800 a 1.500 mm que se estende de outubro a março, com maiores índices no mês de dezembro; e no período seco a precipitação varia de 175 a 400 mm e se estende de abril a setembro, com estiagem mais crítica de junho a agosto (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010). Essa alta heterogeneidade ambiental é que contribui para explicar a riqueza biológica quando comparados com outros domínios fitogeográficos. Saiter et al. (2015) informaram que a precipitação e as variáveis associadas à temperatura são importantes para explicar a distribuição de espécies arbóreas na bacia do rio Doce.

Figura 5 – A área de estudo (em vermelho) está sob o Domínio Fitogeográfico da Mata Atlântica (em verde).



Nota: Bacia Hidrográfica do Rio Doce (limite azul) e seus principais cursos d'água (em azul); e o Domínio Fitogeográfico Cerrado (marrom).

Fonte: IBGE (2006).

4.2.2.2 Áreas prioritárias para conservação da flora

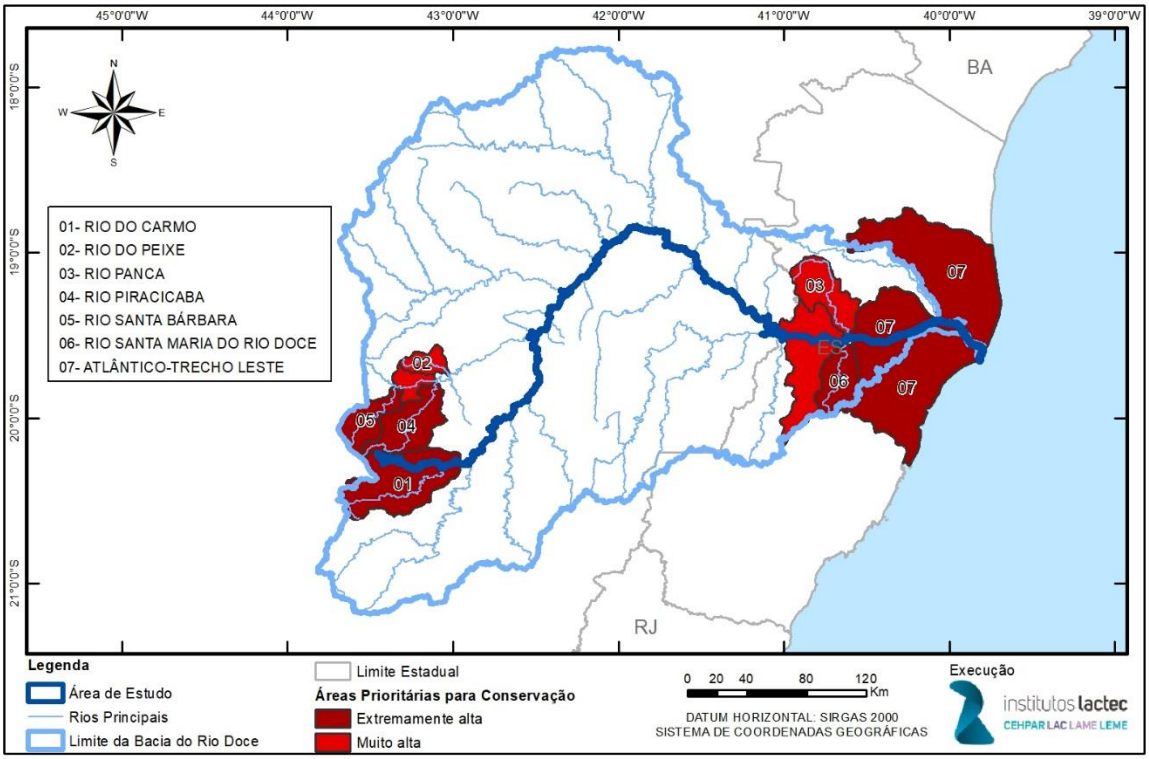
Em virtude dos altos níveis de riqueza e endemismo de plantas e animais, associados à destruição que vem sofrendo, a Mata Atlântica é considerada um dos 34 *hotspots* que

necessitam de ações prioritárias para conservação da biodiversidade mundial (MYERS et al., 2000; MITTERMEIER et al., 2004). Contudo, apesar dos remanescentes de Mata Atlântica existirem em pequenos tamanhos (menores que 100 ha) e encontrarem-se isolados em uma paisagem, onde predominam as atividades de pecuária, agricultura e silvicultura, as estimativas recentes para a Mata Atlântica sugerem uma diversidade botânica extraordinária, representada por cerca de 14.800 espécies de plantas vasculares, sendo que 50% são endêmicas (SILVA; CASTELETI, 2003; FORZZA et al., 2012).

Os esforços para a conservação da Mata Atlântica situada na bacia do rio Doce enfrentam grandes desafios, pois os ambientes naturais foram e ainda são gradativamente substituídos pela pecuária, agricultura, silvicultura de eucalipto, ocupação urbana e outras formas de intervenção antrópica (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010).

Em 2014, o Centro Nacional da Conservação da Flora e o Laboratório de Conservação da Universidade Federal de Goiás publicaram as *Áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da flora brasileira ameaçada de extinção* (LOYOLA et al., 2014), que tem como um dos objetivos apresentar a "maximização do valor de conservação" para identificar as microbacias mais importantes para reter a qualidade e a conectividade de *habitat* para a conservação da diversidade biológica (LOYOLA et al., 2014). Entre essas áreas, constam sete microbacias prioritárias (Figura 6), sendo quatro de prioridade extremamente alta (uma na microbacia do rio do Carmo e três no rio Doce); três categorizadas como muito alta (todas situadas no baixo rio Doce). As microbacias são territórios considerados como representações máximas, em que, nas áreas indicadas como prioritárias, encontra-se o maior valor de conservação possível para garantir a sobrevivência da flora brasileira ameaçada de extinção (LOYOLA et al., 2014). Espera-se com isso favorecer áreas com maior proporção de vegetação nativa e evitando áreas com intensa urbanização, uso intenso para agropecuária e mineração ou sobrepostas às Unidades de conservação e Terras Indígenas já estabelecidas (LOYOLA et al., 2014).

Figura 6 – Áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da flora brasileira ameaçada de extinção.

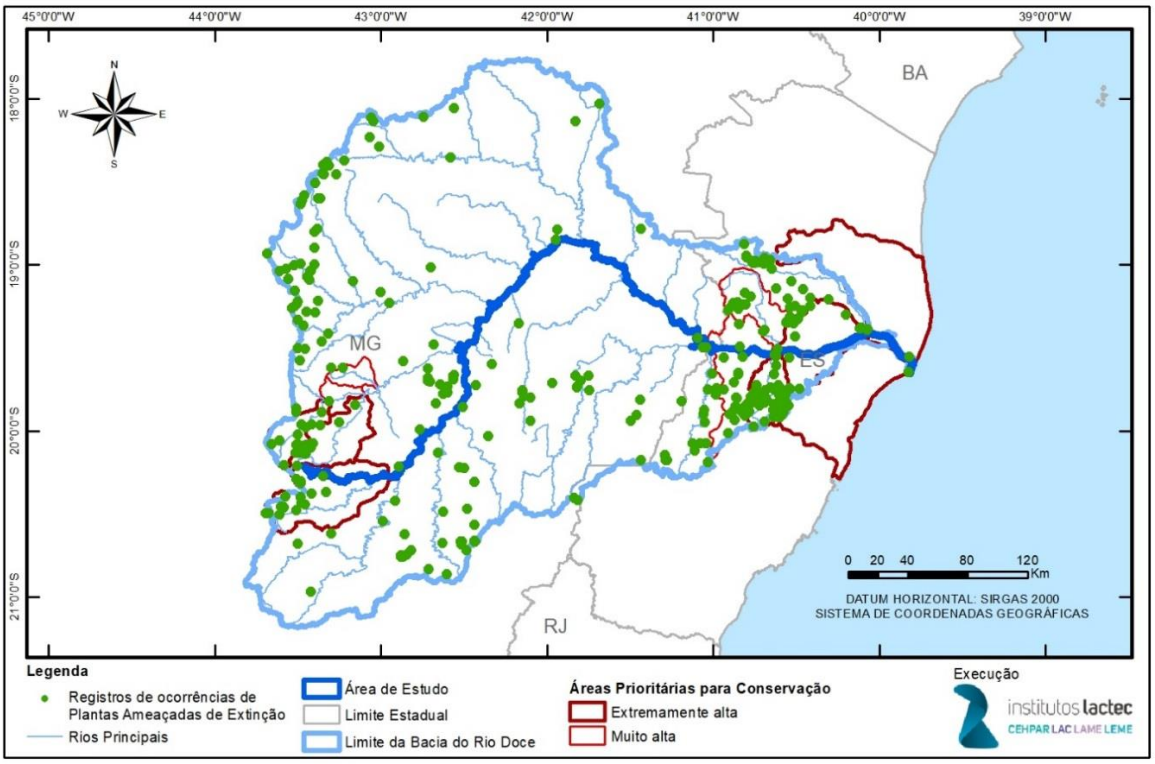


Fonte: Loyola et al. (2014).

Áreas prioritárias para a biodiversidade devem orientar e auxiliar nas propostas de criação de novas unidades de conservação pelo governo federal e pelos governos estaduais, bem como na elaboração de novos projetos para a conservação, uso sustentável e recuperação/restauração da biodiversidade brasileira. Em vários casos, essas áreas são estabelecidas em locais onde ocorrem espécies ameaçadas de extinção.

A bacia do rio Doce abriga um alto nível de representação média da distribuição geográfica das espécies de plantas ameaçadas de extinção que ocorrem no bioma da Mata Atlântica (Figura 7; Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014). Entre estas, citam-se exemplos de registros de ocorrências de espécies ameaçadas na área afetada, a saber: *Accara elegans* (em perigo), *Paratecoma peroba* (em perigo), *Ocotea odorífera* (em perigo), *Tontelea martiana* (em perigo), *Melanoxylon brauna* (vulnerável), *Pseudolaelia dutrae* (vulnerável), *Rourea cnestidifolia* (em perigo), *Rhodostemonodaphne capixabensis* (em perigo), *Tabebuia cassinoides* (em perigo) e *Couepia schottii* (em perigo).

Figura 7 – Registros de ocorrências de plantas ameaçadas de extinção na bacia do rio Doce, com destaque para as que ocorrem nas áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da flora brasileira ameaçada de extinção.



Fonte: Loyola et al. (2014).

A área de estudo também está inserida em cinco áreas prioritárias para a conservação da flora ameaçada de extinção no estado de Minas Gerais, as quais reconhecem relevantes remanescentes de vegetação nativa e que, ao mesmo tempo, estão sob alto grau de ameaça (DRUMMOND et al., 2005; Tabela 2). Cabe destacar que a delimitação dessas áreas foi uma iniciativa do estado, que reconhece as normas, diretrizes e critérios para nortear a conservação da diversidade biológica, com base no documento: *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação* (Deliberação Normativa COPAM nº 55, de 13 de junho de 2002). Destaca-se, ainda, no art. 1º dessa norma, que:

> Os estudos ambientais de empreendimentos, obras ou atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluídoras, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, a serem objeto de análise no Licenciamento Ambiental, deverão considerar como instrumento norteador das ações compensatórias o documento: 'Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua Conservação', em conformidade com o que estabelece a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (MINAS GERAIS, 2002).

Tabela 2 – Áreas prioritárias para conservação da flora nos estados de Minas Gerais.

Nome	Prioridade	Ação Recomendada
Região de Mariana e Ouro Preto (MG)	Extrema	A área possui grandes remanescentes de Mata Atlântica que justifica a criação de unidades de conservação e conectividades entre os remanescentes.
Parque Estadual do Rio Doce (MG)	Especial	Um dos únicos grandes remanescentes de Mata Atlântica de interior, que apresenta uma riqueza de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas; potencial para registrar espécies novas, apresenta uma diversidade de ambiente. Qualquer ação a ser tomada, é necessário consultar ao plano de manejo do parque.
APA Lagoa Silvana (MG)	Alta	Próxima ao Parque do Rio Doce, considerada um refúgio para a manutenção da biodiversidade local por conter um fragmento de floresta estacional semidecidual e lagoa com espelho d'água de mais de 400 ha; por conter espécies ameaçadas e algumas amazônicas; além de proporcionar uma diversidade de nichos. Há necessidade de controle e fiscalização.
RPPN Fazenda Macedônia (MG)	Muita alta	Área contendo três remanescentes florestas estacionais situadas na margem rio Doce, que necessitam ser conectados.
Região de Santa Rita do Itueto / Resplendor (MG)	Potencial	Área de floresta estacional semidecidual com potencial para ser reflorestada com espécies nativas para conectar remanescentes florestais. Necessita-se realizar levantamento florístico.

A área de estudo também está sobreposta por nove áreas-chave para a conservação de plantas raras brasileiras (RAPINI et al., 2009; Tabela 3). De acordo com Rapini et al. (2009), as áreas-chave para a conservação de plantas raras brasileiras devem ser percebidas:

> [...] pelos órgãos ambientais como os setores mais frágeis do território brasileiro e que por isso exigem uma atenção maior no que diz respeito ao licenciamento ambiental, dado que um planejamento inadequado poderá levar à perda de espécies únicas do patrimônio biológico brasileiro. (RAPINI et al., 2009, p. 26).

Tabela 3 – Áreas-chave para conservação de plantas raras brasileiras que ocorrem na área de estudo e a lista de espécies, com suas respectivas observações.

Nome da área-chave para conservação e lista de plantas raras	Observações
SE-204 Ouro Preto, MG	
Agalinis schwackeana* (Orobanchaceae)	Espécie Criticamente em Perigo
Deianira damazioi **(Gentianaceae)**	Não avaliada quanto à ameaça – Campo rupestre em quartzito e canga.
Macropeplus schwakeanus*	Vulnerável – registro para ocorrência em Campo Rupestre e Floresta Estacional Semidecidual
Paepalanthus langsdorffii	Deficiente de Dados – Afloramento Rochoso
Staurogyne vauthieriana	Em Perigo – Floresta Estacional Semidecidual, Vegetação Sobre Afloramentos Rochosos
Stemodia lobata	Não avaliada quanto à ameaça – Campo rupestre
SE-131 Rio Santa Maria do Rio Doce, ES (11.084 ha)	
Adenocalymma salmoneum**	Não avaliada quanto à ameaça – Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial) – registro de ocorrência nas margens do rio Doce
Pseudolaelia maquijensis **(Nome correto: *Pseudolaelia citrina*)**	Em Perigo – Vegetação Sobre Afloramentos Rochosos
Swartzia linharensis	Vulnerável – Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial)
SE-132 Rio Pancas, ES (5.391 ha)	
Begonia kuhlmannii	Em Perigo – Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial) aluvial e montana
Kielmeyera rufotomentosa	Criticamente em Perigo - Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial) aluvial e montana

Nome da área-chave para conservação e lista de plantas raras	Observações
Moldenhawera papillanthera	Vulnerável – Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial) aluvial e montana
Pseudolaelia maquijensis **(Nome correto: *Pseudolaelia citrina*)**	Em Perigo – Vegetação Sobre Afloramentos Rochosos
Stigmaphyllon crenatum	Em Perigo – Campo Rupestre, Vegetação Sobre Afloramentos Rochosos
Turnera rubrobracteata	Não avaliada quanto à ameaça – Floresta Ciliar ou Galeria, Vegetação Sobre Afloramentos Rochosos
SE-134 Colatina, ES (30.631 ha)	
Kielmeyera sigillata	Criticamente em Perigo - Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial)
SE-137 Marilândia, ES (20.028 ha)	
Handroanthus arianeae	Em Perigo - Floresta Estacional Perenifólia, Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial) aluvial
H. cristatus	Quase ameaçada - Restinga
Raddia lancifolia	Não Avaliada quanto à ameaça – Mata de Tabuleiro
Tabebuia reticulata	Afloramento rochoso
SE-138 Linhares, ES (13.678 ha)	
Moldenhawera papillanthera	Vulnerável – Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial) aluvial e montana
SE-139 Rio Bananal, ES (38.850 ha)	
Conchocarpus bellus	Floresta Ombrófila – Conhecida por apenas uma única coleta (1995).
C. cauliflorus	Floresta Ombrófila – Conhecida por poucas coletas
SE-140 Foz do Rio Doce, ES (22.598 ha)	
Marsdenia fontellana	Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial)
SE-141 Rio São José, ES (46.442 ha)	
Adenocalyma salmoneum	Não avaliada quanto à ameaça – Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila (= Floresta Pluvial) – registro de ocorrência nas margens do rio Doce
Cariniana parvifolia	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial)
Conchocarpus marginatus*	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial)
Couratari asterotricha*	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial)
Dorstenia gracilis	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial), mata seca e restinga
Exollodendron gracile	
Hirtella parviunguis	
Marlierea sucrei	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial)
Myrcia follii*	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial) aluvial – registro de coleta nas margens do rio Doce
Myrcia gilsoniana	
Oxalis doceana*	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial) aluvial – registro de coleta nas margens do rio Doce conhecida apenas por duas coletas (1971 e 1943)
Swartzia linharensis	Floresta Estacional Ombrófila (= Floresta Pluvial)

Nota: * registro de coleta próximo à área da Samarco; ** registro de coleta para as margens do rio Doce ou seus afluentes. Grau de ameaça das espécies de acordo com MMA, 2008.

Fonte: Rapini et al. (2009).

4.2.2.3 Histórico da ocupação na bacia do rio Doce e o desflorestamento

A vegetação atual é reflexo de vários ciclos econômicos de exploração da bacia do rio Doce ao longo do tempo. Segundo Hirsch et al. (2003), o processo de exploração dos recursos naturais disponíveis na bacia do rio Doce se iniciou em meados do século XVIII, passando por diferentes ciclos econômicos, desde a mineração do ouro, monocultura do café, cultivo da

cana-de-açúcar e criação de gado associada com outras atividades agropecuárias. Portanto, há, pelo menos, 300 anos de exploração dos recursos naturais existentes nessa região e, consequentemente, nesse período houve diferentes processos de desmatamento para auxiliar o desenvolvimento desses ciclos econômicos.

Um exemplo dessa exploração foi o que aconteceu com a Mata Atlântica no solo capixaba, que cobria originalmente quase 90% do seu território, e que ao longo dos anos foi sendo reduzida durante sucessivos ciclos econômicos. Esse processo foi acelerado significativamente em função do cultivo do café e de um ciclo de exploração de madeira que perdurou por mais de meio século, agravando-se no início da década de 1960, quando o Espírito Santo foi uma das principais fontes de madeira para construção de Brasília. Para exemplificar toda essa exploração, somente em 1964, existia apenas na região norte capixaba 1.500 serrarias em funcionamento. No trecho entre Vitória e Linhares, havia 124 serrarias produzindo pranchões e dormentes para ferrovia. A indústria da madeira, em 1959, empregava 25% da mão de obra da indústria estadual. Estima-se que hoje a cobertura de florestas naturais seja pouco superior a 8% do território capixaba (ALMEIDA, 2000). O incremento industrial ocorrido no Espírito Santo a partir dos anos de 1970 se deu em virtude da chegada de novos polos industriais ao estado como os de siderurgia, celulose e petróleo (BITENCOURT, 1987). Nesse período, ocorreu o plantio de milhares de quilômetros quadrados de eucalipto. O desmatamento no estado ocorreu de forma galopante, se pensarmos que no final de 1920 somente 28,6% estava ocupado (BITENCOURT, 1987).

Machado (1995) destaca que a partir de 1910 houve uma intensificação das atividades de supressão de vegetação nativa na bacia, muito por conta da implantação da lavoura do café cultivado em áreas de encosta, sendo este considerado o primeiro grande estágio de desmatamento da região. Em 1940, a partir do momento que o ciclo econômico do café começou a enfraquecer, houve outro estágio também intenso de desmatamento, nesse momento para converter áreas de florestas nativas em pastagens para atividade pecuária. Em meados de 1950, extensivas áreas de florestas da região continuaram a ser derrubadas, agora com o objetivo de produzir carvão para as indústrias siderúrgicas e para obter celulose à indústria do papel (HIRSCH et al., 2003). Nessa época, foram instalados os grandes parques siderúrgicos na região, tornando o vale do rio Doce conhecido como "Região Metropolitana do Vale do Aço". Devido a todos esses processos exploratórios da Mata Atlântica na região, em 1960 as grandes áreas de florestas nativas se tornaram raras, sendo o carvão de espécies nativas substituído por carvão de origem das monoculturas de eucalipto (HIRSCH et al., 2003).

A implantação da monocultura do eucalipto, associada à indústria siderúrgica, mineração, da monocultura do café e da abertura de pastagens para a criação de gado, é o principal fator responsável pelo generalizado processo de fragmentação da Mata Atlântica nessa região (FONSECA, 1985; DE PAULA, 1997). As políticas públicas de incentivo a essas atividades econômicas desenvolvidas nas últimas décadas na bacia do rio Doce provocaram um padrão de fragmentação do *habitat* único para a região, resultando em uma matriz da paisagem desordenada e dominada por fragmentos induzidos pela ação antrópica.

Em função do histórico do uso e ocupação do solo, os fragmentos florestais mais conservados ficaram restritos às unidades de conservação, sendo que no restante da paisagem prevalecem fragmentos isolados de vegetação secundária em vários estágios de sucessão vegetacional. Um estudo mais detalhado desenvolvido por Landau e Fonseca (1997) tratou do mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo em 29 municípios da região do

médio rio Doce, os quais cobrem uma área de 1.432.033 ha. Nessa região, as autoras mapearam 5.124 fragmentos de mata arbórea com um tamanho médio de 65,14 ha. O estudo mostrou que uma parte desses fragmentos se encontra dispersa e isolada em uma matriz de *habitat* dominada por vastas regiões com monoculturas de eucalipto e de café. A outra parte, a grande maioria, fica situada ao longo das cadeias da Serra do Espinhaço (lado oeste) e da Serra da Mantiqueira (lado leste), em lugares pouco acessíveis para atividades econômicas e/ou agropecuárias devido à sua topografia acidentada.

Em 2006, o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) do Ministério de Meio Ambiente fomentou o mapeamento em mesma escala de detalhamento da cobertura vegetal (escala de análise de 1:100.000), do uso e ocupação solo na Mata Atlântica (Probio/MMA/UFRJ/IESB/UFF, 2006 apud CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010). Esse mapeamento subsidiou o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e dos Planos de Ações de Recursos Hídricos para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos no Âmbito da Bacia do Rio Doce pelo fato de ser o mais atualizado naquela época e por cobrir 97% do território da bacia. O restante foi realizado com base no mapeamento (escala de análise de 1:100.000) e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais realizados pela Universidade Federal de Lavras e o Instituto Estadual de Florestas em 2006 (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010). Os resultados do mapeamento do uso e cobertura do solo na bacia do rio Doce indicam que a maior parte do território se encontra antropizada, principalmente pelo uso agropecuário (64%), seguido por floresta (27%), outras formações naturais (4%), outros usos antrópicos (3%) e o reflorestamento (2%). As florestas, que cobriam cerca de 90% da bacia, foram encontradas em menos de 1/3 da área total e estavam concentradas nas sub-bacias do rio Santo Antônio, rio Piracicaba e rio Piranga. Este último, que contém as cabeceiras do rio Doce até as proximidades do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), foi a principal sub-bacia atingida pelo deslocamento da massa de rejeitos do rompimento da barragem de Fundão. Nessa região, as principais tipologias identificadas foram a pecuária (57%) e a floresta estacional semidecidual (30%) perfazendo mais de 87% da área total dessa sub-bacia (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010a).

Para o presente trabalho, foi elaborado o mapa de vegetação da bacia do rio Doce com base no mapa da cobertura vegetal nativa e do uso das terras, em escala 1/25.000, do estado do Espírito Santo, elaborado pelo IEMA, entre 2007-2008, e também nos dados de cobertura vegetal oriundos da base de dados do *site* do IEDE/MG. Segundo os dados apresentados (Tabela 4, Figura 8, **Apêndice A**), consta a floresta estacional semidecidual montana como a principal formação do sistema natural ocorrente na bacia do rio Doce (1.141.745 ha), seguida pela floresta estacional semidecidual submontana (267.683 ha).

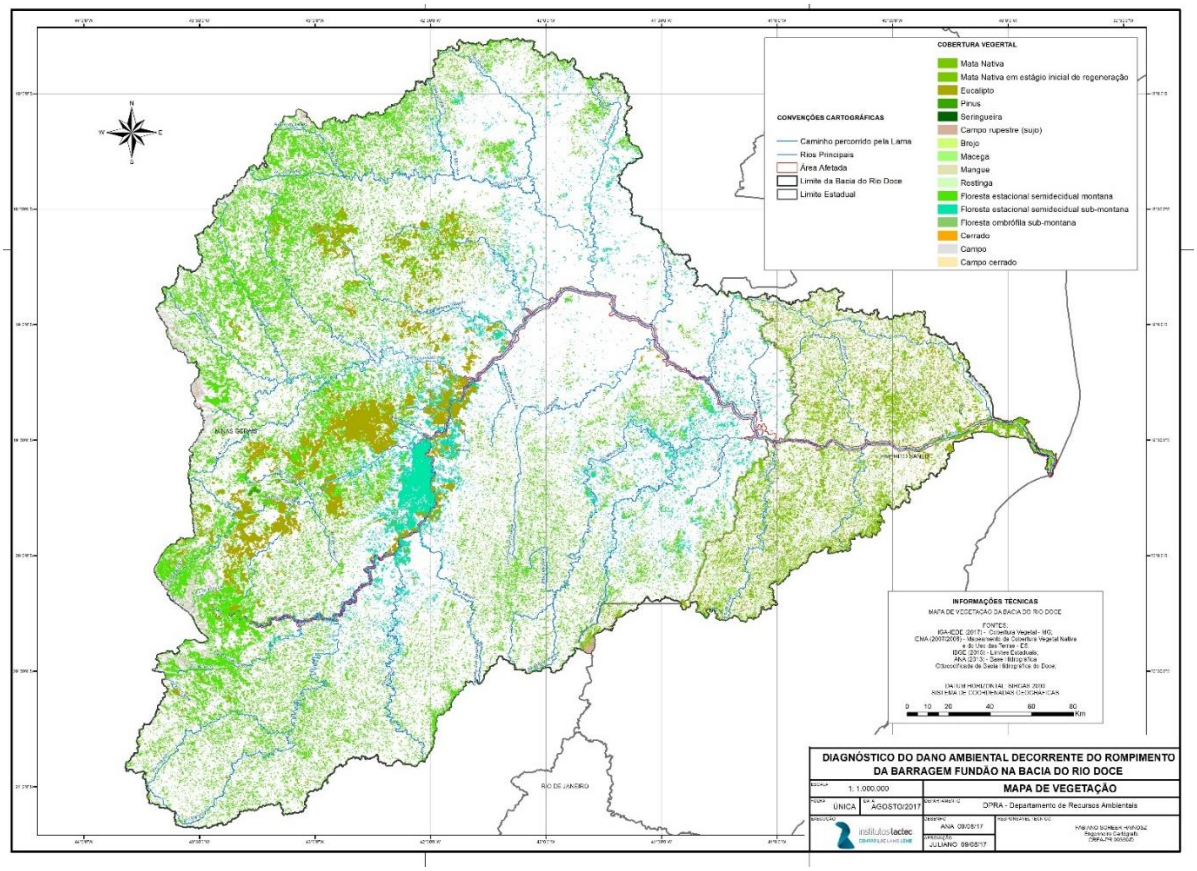
Para a base de dados consultada no Espírito Santo, não havia diferenciação entre as tipologias existentes, sendo estas designadas de forma simplificada como mata nativa (186.507 ha) e mata nativa em estágio inicial de regeneração (91.324 ha).

As formações savânicas (58.599 ha), refúgios vegetacionais (20.292 ha) e as áreas das formações pioneiras (236 ha) ocupam áreas mais restritas. Com relação ao sistema antrópico, as classes que predominam são destacadas como reflorestamento por eucaliptos (312.177 ha), pinus (2.740 ha) e seringueira (647 ha).

Tabela 4 – Classes de vegetação nativa e antrópica ocorrentes da bacia do rio Doce.

CLASSE	ÁREA MG (ha)	ÁREA ES (ha)	TOTAL (ha)
Mata Nativa		186.507,50	186507,50
Mata Nativa em estágio inicial de regeneração		91.324,66	91324,66
Floresta Ombrófila Submontana	1,35		1,35
Floresta Estacional Semidecidual Submontana	267.682,74		267.682,74
Floresta Estacional Semidecidual Montana	1.141.744,65		1.141.744,65
Savana (Cerrado)	696,46		696,46
Savana Parque (Campo sujo-de-Cerrado)	3.767,2		3.767,2
Savana Gramíneo-Lenhosa (Campo Limpo)	54.135,91		54.135,91
Vegetação com influência marinha (Restinga)		203,45	203,45
Vegetação com influência fluviomarinha (Manguezal)		33,1	33,1
Refúgios Vegetacionais (campo rupestre, campo de altitude, inselbergs, cangas etc.)	12.091,96	8.200,98	20.292,94
Reflorestamento (*Eucalyptus* sp.)	260.347,99	51.828,51	312.176,5
Reflorestamento (*Pinus* sp.)	1.520,23	1.220,54	2.740,77
Reflorestamento (Seringueira)		647,48	647,48
TOTAL			**2.081.954,71**

Figura 8 – Mapa de vegetação da bacia do rio Doce.

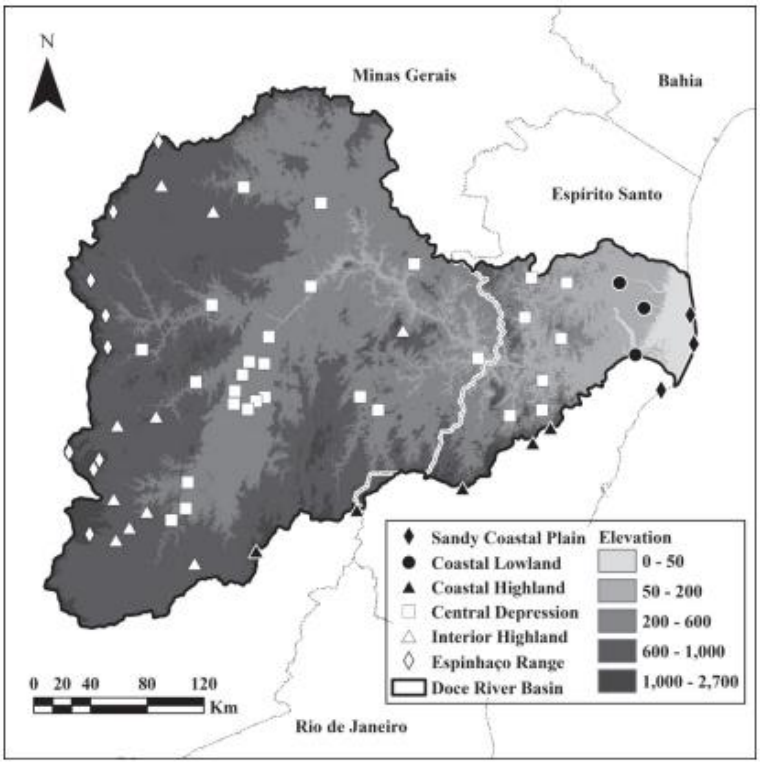


4.2.2.4 Tipologias vegetacionais

Nesta seção serão descritas as diferentes tipologias vegetacionais que ocorrem na área de estudo. A tipologia é muito usada na área de estudos sistemáticos para definir diferentes categorias, nesse caso, de vegetações.

As fisionomias vegetacionais da área de estudo em Minas Gerais e Espírito Santo são constituídas por formações florestais e campestres, enquadradas como floresta ombrófila densa, floresta estacional semidecidual, áreas das formações pioneiras, refúgios vegetacionais, conforme a classificação das regiões fitoecológicas apresentada pelo IBGE (2012). É importante ressaltar que as formações florestais que estão inclusas na área de estudo são as principais fitofisionomias naturais que recobrem a bacia do rio Doce, porém há diferenças florísticas entre as tipologias em função dos gradientes associados à sazonalidade da precipitação, temperatura e altitude (SAITER et al., 2015). As fitofisionomias situadas nas sub-regiões planície arenosa costeira (restingas), terra baixa costeira (matas de tabuleiro), montanha costeira (florestas ombrófilas), e depressão central (florestas estacionais semideciduais) foram reconhecidas como unidades florísticas distintas (SAITER et al., 2015, Figura 9 e Figura 10). A seguir, são apresentadas as descrições das fisionomias supracitadas ocorrentes na área de estudo.

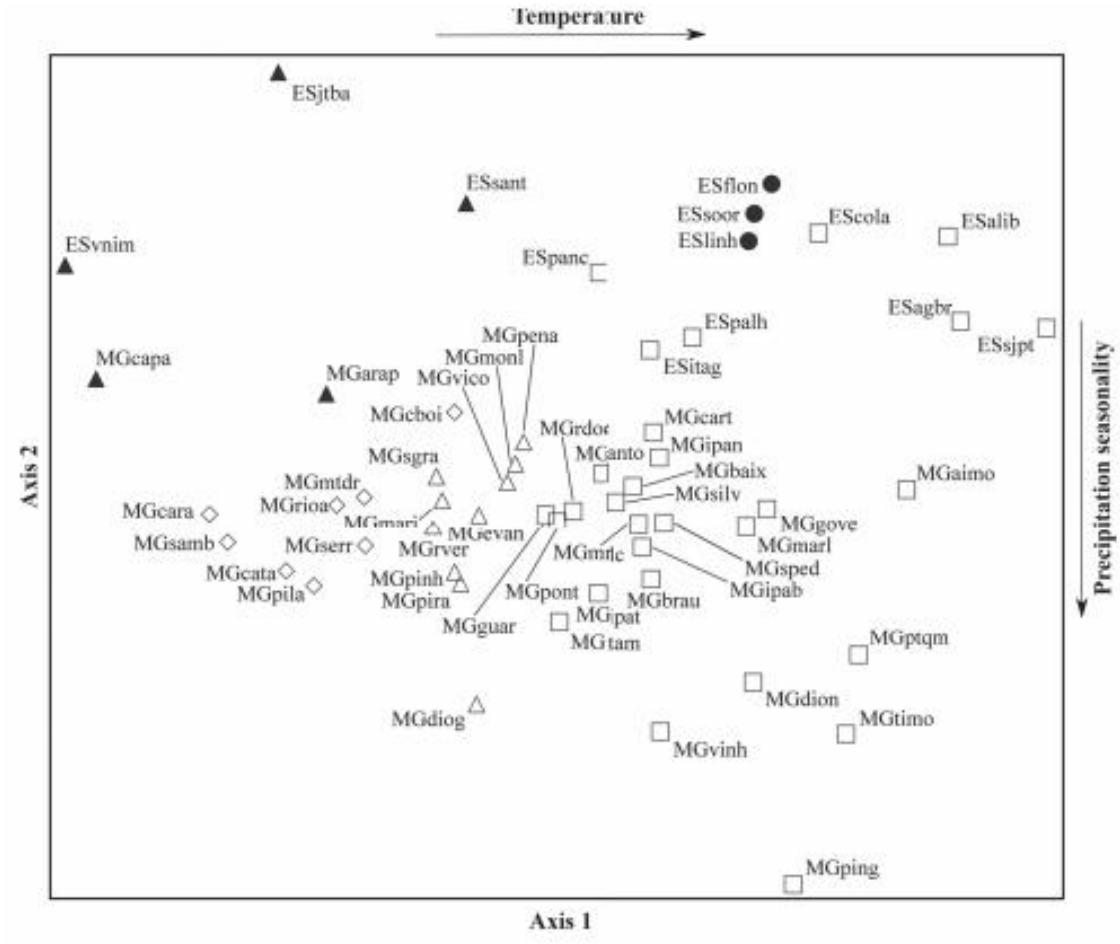
Figura 9 – Seis sub-regiões adotadas pelos autores para realização das análises dos dados.



Fonte: Compilado de Saiter et al. (2015).

Na Figura 9, é possível observar a localização das 55 áreas de estudos (símbolos), onde foram realizados levantamentos florísticos da bacia do rio Doce. A diferença entre os símbolos representa a distribuição destes em seis sub-regiões adotadas pelos autores para realização das análises dos dados (SAITER et al., 2015).

Figura 10 – Diagrama da análise de ordenação na bacia do rio Doce.



Fonte: Compilado de Saiter et al. (2015).

A Figura 10 apresenta o resultado do diagrama da análise de ordenação produzido a partir de dados obtidos de 55 estudos florísticos distribuídos na bacia do rio Doce. A partir da distribuição dos símbolos, é possível visualizar que há correlação entre os agrupamentos entre áreas que apresentam similaridade na composição florística e as variáveis ambientais precipitação e temperatura (SAITER et al., 2015).

Floresta ombrófila densa (floresta tropical pluvial)

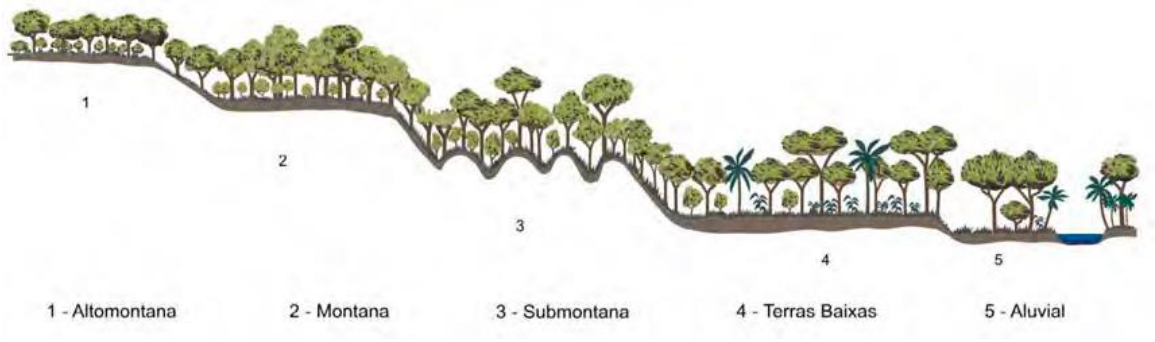
De acordo com a classificação do IBGE (2012), as florestas ombrófilas densas correspondem a:

> Este tipo de vegetação é caracterizado por fanerófitos - subformas de vida macro e mesofanerófitos, além de lianas lenhosas e epífitas em abundância, que o diferenciam das outras classes de formações. Porém, sua característica ecológica principal reside nos ambientes ombrófilos que marcam muito a 'região florística florestal'. Assim, a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25 °C) e de alta precipitação,

bem-distribuída durante o ano (de 0 a 60 dias secos), o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período biologicamente seco. (IBGE, 2012).

A floresta ombrófila densa está subdividida em formações que variam de alto-montana, montana, submontana, terras baixas e aluvial, conforme as variações altitudinais e de temperaturas (Figura 11). Na bacia do rio Doce, há somente as florestas ombrófilas densas das terras baixas situadas na faixa litorânea (50 a 200 m de altitude; IBGE, 2012).

Figura 11 – As formações florestais da floresta ombrófila densa.



Fonte: IBGE (2012).

As florestas ombrófilas densas da faixa litorânea ocorrem em planícies costeiras, ocupadas por tabuleiros pliopleistocênicos do Grupo Barreiras, localizadas desde a Amazônia passando por toda região do Nordeste até o estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2012). São reconhecidas, por diversos autores, como Mata Atlântica propriamente dita, onde a vegetação é mais exuberante e concentra-se o maior número de táxons endêmicos.

Floresta de tabuleiros

No presente estudo, será dada uma ênfase diferenciada à floresta de tabuleiros, que a princípio estava inserida como floresta ombrófila densa de terras baixas, conforme o sistema de classificação apresentado por Veloso, Rangel Filho e Lima (1991), mas diferentes autores estão classificando como floresta estacional semidecídua de terras baixas. Engel (2001), embasado no acompanhamento de fenofases envolvendo 41 espécies do dossel florestal, onde encontrou 49,7% de espécies sempre-verdes, 34% como brevidecíduas e 18,3% como caduciflolias, a denominou como floresta tropical estacional perenifólia, uma classificação baseada em Longman e Jenik (1987), caracterizando-a, assim, como intermediária entre as duas tipologias do sistema de Veloso, Rangel Filho e Lima (1991). Peixoto et al. (2008) apresentam quatro tipos de vegetação natural na mata de tabuleiro na reserva de Linhares: mata alta, floresta de muçununga, áreas de brejo e campo nativo.

Cabe destacar que a classificação “mata de tabuleiro” não faz parte do sistema fisioecológico adotado por IBGE (2012). Cabe esclarecer que o termo “tabuleiro” refere-se a uma unidade geomorfológica de relevo, assim como as chapadas ou as depressões. De acordo com o *Manual técnico de geomorfologia* (IBGE, 2009):

> Tabuleiros e chapadas são conjuntos de formas de relevo de topo plano, elaboradas em rochas sedimentares, em geral limitadas por escarpas; os tabuleiros apresentam altitudes relativamente baixas, enquanto as chapadas situam-se em altitudes mais elevadas. (IBGE, 2009, p.30).

A Mata Atlântica no Espírito Santo estende-se por três zonas geologicamente distintas: a zona da planície quaternária, a zona serrana e a zona dos tabuleiros (AMORIM, 1984). Esta última é assim chamada por sua altitude máxima não ultrapassar 200 metros acima do nível do mar, tendo como média 70 metros de altura (Rebio de Sooretama; IBDF, 1981). A zona dos tabuleiros ocupa áreas expressivas entre as cidades de Linhares e São Mateus, chegando ao sul da Bahia (RIZZINI et al., 1997). O contato com a planície quaternária é feito através de pequenas escarpas ou de maneira gradativa e, nesse contato, têm início os terraços marinhos pleistocênicos formados por sedimentos, que são os mais antigos da planície quaternária (MARTIN; SUGUIO; FLEXOR, 1993).

As florestas sobre os tabuleiros caracterizam-se por uma vegetação densa, com árvores de altura média acima de 30 m (Figura 12). A flora, rica e diversificada, apresenta várias espécies arbóreas endêmicas. Algumas de suas formações destacam-se por apresentar indivíduos de maior porte e sombreamento mais intenso do sub-bosque, que é ralo e facilmente penetrável, tendo como característica sua semelhança fisionômica e florística com a Floresta Amazônica (AMORIM, 1984; PEIXOTO; ROSA; JOELS, 1995). Saiter et al. (2015) apresentam as seguintes espécies arbóreas como indicadoras das matas de tabuleiro: *Amphirrhox longifolia, Annona acutiflora, Aspidosperma camporum, Aspidosperma discolor, Byrsonima cacaophila, Campomanesia espiritosantensis, Couepia carautae, Couepia schottii, Diplotropis incexis, Eugenia copacabanensis, Exellodendron gracile, Exostyles venusta, Glycydendron espiritosantense, Guazuma crinita, Henriettea succosa, Hirtella bahiensis, Inga tripa, Licania salzmannii, Manilkara salzmannii, Marlierea strigipes, Marlierea suaveolens, Maytenus samydaeformis, Miconia mirabilis, Micropholis guyanensis, Myrcia isaiana, Neomitranthes obtusa, Ocotea aniboides, Ocotea confertiflora, Ormosia nitida, Parkia pendula, Pilocarpus grandiflorus, Plinia stictophylla, Pouteria bapeba, Simira grazielae, Tabernaemontana salzmannii, Tovomita brevistaminea* e *Xylopia ochrantha.* Esses autores tomaram por base o levantamento florístico em três áreas de mata de tabuleiro, situadas nos municípios de Linhares, Floresta Nacional dos Goytacazes e em Sooretama.

Figura 12 – Vista aérea da Rebio de Sooretama (acima) e interior da floresta (abaixo).



Fonte: Garay (2003).

Além dos núcleos florestais já citados, outro bastante importante situa-se às margens do rio Doce, no município de Linhares. Grande parte dessa área florestal é ocupada por florestas sobre terrenos aluvionares, frequentemente usadas para o plantio de cacau,

constituindo as chamadas matas de cabruca. A cultura de cacau sombreado, localizada próximo à foz do rio Doce, em Linhares, é responsável pela manutenção de cerca de 29.000 ha de cobertura florestal nativa e, ainda que alterada em sua estrutura, constitui um importante remanescente da floresta ombrófila densa de terras baixas (SIMONELLI; FRAGA, 2007).

Peixoto, Rosa e Joels (1995) descreveram a fisionomia florestal e a ilustraram com diagramas de perfil e cobertura na Reserva Florestal de Linhares. Para elaboração tanto do perfil quanto de coberturas foram demarcadas faixas contínuas com áreas coincidentes e incluído todos os indivíduos arbóreos com Diâmetro à Altura do Peito (DAP) superior a 5 cm. Posteriormente, foi feita a classificação das árvores de acordo com seu estágio de desenvolvimento (árvores potenciais, árvores do presente e árvores em decrepitude) e taxonomia (117 indivíduos pertencentes a 68 espécies, 62 gêneros e 30 famílias). Foram identificados três estratos com características próprias quanto às dimensões, composição florística e fase de desenvolvimento (superior, intermediário e inferior). Na área estudada, o contingente mais abundante do estrato inferior é aquele constituído por indivíduos em crescimento de espécies dos estratos seguintes, enquanto no estrato superior o contingente mais representativo é aquele de indivíduos com maturidade plena ou quase. No total, o número de indivíduos em crescimento na área estudada é maior do que o de maduros, o que demonstra que muitos daqueles têm potencial para alcançar os estratos superiores. Características estruturais da vegetação sucessora estão relacionadas com a maneira pela qual os indivíduos do dossel morrem, abrindo uma clareira ao cair, danificando indivíduos dos estratos inferiores ou perdendo lentamente partes vegetativas.

Costa e Silva (2003) tiveram como objetivo estudar a brioflora das florestas dos tabuleiros na Reserva Natural do Vale do Rio Doce (RNVRD). Foram identificados 55 espécies, 39 gêneros e 21 famílias de briófitas, sendo 12 novas ocorrências para o estado do Espírito Santo. As formações vegetais da reserva que se destacaram pelo número de espécies foram muçununga e mata alta. Nas hepáticas, a família que mais se destacou com um total de 15 espécies foi a Lejeuneaceae. Nos musgos, foram as famílias Leucobryaceae e Sematophyllaceae representadas por 4 espécies cada. Foi também analisada a distribuição geográfica, variação altitudinal para cada táxon.

Yano (2005) realizou um levantamento de espécies briófitas na RNVRD no município de Linhares. As amostras coletadas foram depositadas no herbário do Instituto de Botânica (SP) e duplicatas enviadas para o herbário do vale do rio Doce. Foram identificadas 136 espécies, sendo 55 musgos e 81 hepáticas distribuídos em 27 famílias e 60 gêneros. Destas, 41 espécies são novas ocorrências para o Espírito Santo, *Aphanolejeunea ephemeroides* Shust., *Calypogeia andicola* Bischler e *Radula affins* Lindenb & Gott. são novas ocorrências para o Brasil. As famílias de hepáticas que apresentaram maior número de espécies foram Lejeuneaceae, Frullaniaceae, Plagiochilaceae. Nos musgos foram Calymperaceae, Sematophyllaceae e Fissidentaceae.

Rolim et al. (2006) apresentam a flora de espécies arbóreas e palmeiras na planície aluvial do rio Doce. A análise da composição florística da Floresta Estacional Semidecidual da Planície Aluvial do Rio Doce (FESARD) baseia-se em dois levantamentos fitossociológicos realizados em 20 fazendas onde se cultiva o cacau sob a mata (ROLIM; CHIARELLO, 2004) e em um trabalho de tese em andamento na Floresta Nacional de Goytacazes (J.M.L. Gomes,

dados não publicados) e nas coletas depositadas no herbário da Reserva Natural Vale (CVRD). Um total de 408 espécies, 214 gêneros e 59 famílias, entre arbóreas e palmeiras, foram identificados na FESARD. As famílias mais ricas em espécies são Leguminosae (57 espécies), Myrtaceae (44), Sapotaceae (22), Lauraceae (19), Arecaceae (16), Euphorbiaceae (16), Rubiaceae (15) e Moraceae (15). Em relação aos gêneros, *Eugenia* (14 espécies), *Ocotea* (11), *Pouteria* (11), *Inga* (8), *Myrcia* (8), *Marlierea* (7), *Bactris* e *Tabebuia* (6), *Trichilia*, *Swartzia*, *Myrciaria*, *Miconia*, *Hirtella*, *Cupania*, *Cordia*, *Brosimum* e *Aspidosperma* (5) foram os de maior riqueza específica na listagem apresentada. *Riodocea* é um gênero recém-descrito (DELPRETE, 1999) com coletas nos municípios de Colatina (ES) e Linhares (ES), apenas ao longo do rio Doce. *Paradrypetes ilicifolia* é considerada extinta para o estado do Espírito Santo, segundo a lista oficial elaborada em 2004 e, provavelmente, é uma espécie endêmica, assim como *Riodocea*. A análise de agrupamento confirma a alta similaridade florística da FESARD com a floresta estacional dos tabuleiros terciários (onde se encontra a RNVRD e Rebio de Sooretama). Entretanto, existem espécies comuns a várias áreas de Mata Atlântica e ocorrentes na FESARD, mas que ainda não são registradas para a RNVRD, como *Croton floribundus* e *Maclura tinctoria*, mostrando certa dissimilaridade. O estudo propõe uma proteção para as áreas de mata de cacau, que cobrem 80% da área dessa planície, para conciliar áreas de cultivo com a proteção da biodiversidade.

Rodrigues e Simonelli (2007) realizaram um levantamento botânico na região do delta do rio Doce. Foram realizadas caminhadas aleatórias pelo interior de todo o fragmento onde foram feitas coletas e observações ecológicas sobre todas as espécies encontradas. Foram encontradas 21 espécies pertencentes a 17 gêneros distribuídos nas subfamílias Epidendroideae, Orchidoideae e Vanilloideae. Os gêneros que obtiveram maior número de espécies foram *Cyrtopodium* e *Epidendrum*. O hábito de vida predominante foi a categoria holoepífita (38%), seguida pelas terrestres (33%), epífitas facultativas com (24%) e, por último, as hemiepífitas (5%). Foram encontradas nove espécies, distribuídas em seis gêneros: *Actinocephalus*, *Comanthera*, *Leiothrix* e *Tonina* com um representante cada e *Syngonanthus* e *Paepalanthus* com dois e três representantes, respectivamente. São fornecidas fotografias, descrições, chave de identificação, além de comentários sobre distribuição geográfica e variação morfológica das espécies.

Simonelli et al. (2008) tiveram como objetivo conhecer a composição florística e a estrutura do estrato arbóreo de uma área de muçununga, localizada na Reserva Florestal de Linhares no estado do Espírito Santo. Pretendeu-se caracterizar a fitofisionomia, a composição e a diversidade florística, além de estimar, por espécie, os parâmetros de estrutura horizontal. Para tanto, foram analisadas 93 parcelas de 10×10 m (0,93 ha), nas quais foram amostrados todos os indivíduos com DAP ≥ 5 cm. Para as caracterizações florísticas e fitofisionômicas, foram feitas também coletas de material botânico, fora das parcelas. Foram encontradas 79 espécies arbóreas, pertencentes a 29 famílias, sendo as mais ricas em espécies Myrtaceae e Lauraceae. A densidade total estimada foi de 1.643 indivíduos/hectare. As espécies com maior ocorrência foram *Guapira opposita, Chamaecrista ensiformis var. ensiformis, Manilkara subsericea, Eugenia sulcata, e Tapirira guianensis*. As famílias com maior ocorrência foram Myrtaceae, Nyctaginaceae e Sapotaceae. A comunidade é tipicamente florestal, com presença de várias sinúsias, que se desenvolvem sobre um solo com textura arenosa, pobre em nutrientes e ácido.

Além dos levantamentos sobre a flora, alguns pesquisadores analisaram questões relacionadas ao processo de fragmentação da Mata Atlântica no Espírito Santo. Magnago (2013) investigou os efeitos da fragmentação na Floresta Atlântica nos municípios de Sooretama, Linhares e Jaguaré. Focando nas espécies arbóreas, verificou os impactos da fragmentação nas mudanças abióticas (microclima e atributos do solo) na biomassa florestal acima do solo; os impactos da fragmentação na riqueza, estrutura da comunidade e diversidade funcional de espécies arbóreas; e a existência de cobenefícios entre biodiversidade e estoque de carbono para aplicação de mecanismos de conservação por meio do mercado de carbono (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation* – REDD+). O trabalho foi feito em uma região de floresta de tabuleiros através de 12 fragmentos de diferentes tamanhos (3 repetições/tamanho do fragmento) com 240 parcelas de 10 m x 10 m, a fim de coletar dados sobre a riqueza de espécies arbóreas, estoque de biomassa acima do solo, estoque de carbono, cipós e árvores mortas em pé, bem como dados sobre o microclima e atributos do solo. As espécies foram classificadas quanto às suas características funcionais, endêmicas da Mata Atlântica e ameaçadas de extinção (Lista Vermelha da IUCN). Observou-se que as mudanças no microclima e solo, oriundas da fragmentação, promovem impacto negativo sobre a biomassa de espécies arbóreas e aumento da biomassa de lianas.

Correia (2014) pesquisou indicadores que permitem avaliar uma floresta em restauração na Reserva Natural do Vale, por meio de comparação com uma floresta em estágio primário adjacente (referência). A área de estudo compreendida por uma matriz vegetacional de floresta ombrófila densa. Analisou-se a composição e a estrutura do banco de sementes por meio de 60 amostras de 30x30x5 cm. Durante seis meses germinaram indivíduos de 25 espécies e 15 famílias botânicas, constando-se a presença de espécies facilitadoras e inibidoras no processo de sucessão florestal. Os espécimes que contribuem para o processo de regeneração florestal não foram utilizados durante o plantio da floresta em regeneração, revelando que a área de restauração apresenta uma resiliência a distúrbios, como abertura de clareiras. No conjunto das parcelas foram amostrados 717 indivíduos de 177 espécies e 42 famílias. A amostragem foi conduzida por meio 30 parcelas permanentes de 3 x 3 m alocadas de forma sistemática em cada área, totalizando 60 parcelas (540 m^2), distanciadas em 5 m uma das outras. As famílias que apresentaram a maior riqueza de espécies foram Myrtaceae, Fabaceae e Sapotaceae. Apenas 20 espécies foram comuns entre as duas áreas e apenas dez espécies utilizadas no plantio foram amostradas na regeneração da área. Pela análise de Correspondência Canônica (CCA), observou-se que as parcelas da floresta em restauração estão fortemente ligadas com a maior abertura de dossel e as da floresta de referência com a serapilheira acumulada.

Floresta estacional semidecidual (floresta tropical subcaducifólia)

De acordo com a classificação do IBGE (2012), os refúgios vegetacionais correspondem a:

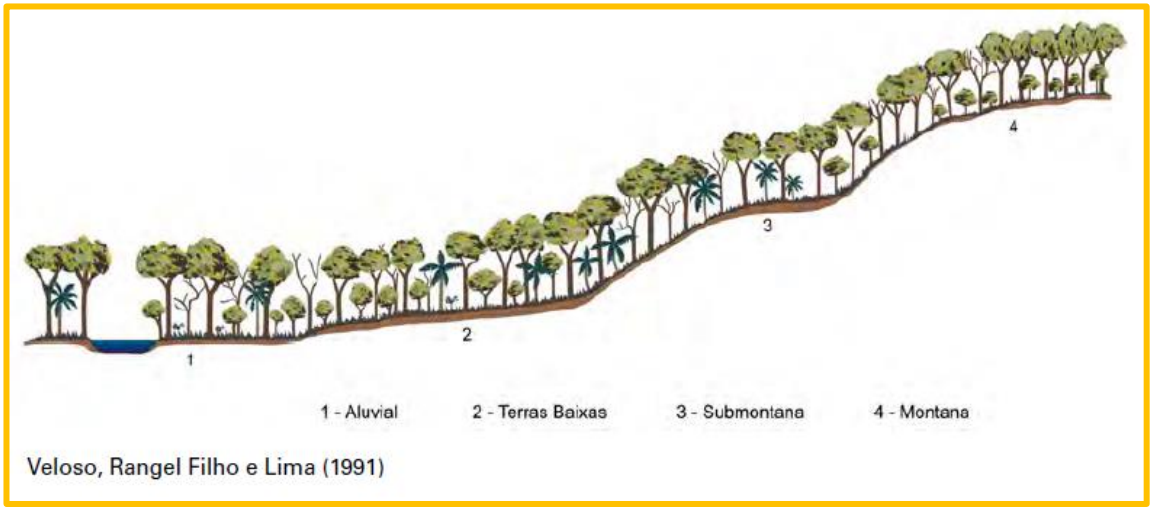
> O conceito ecológico deste tipo florestal é estabelecido em função da ocorrência de clima estacional que determina semideciduidade da folhagem da cobertura florestal. Na zona tropical, associa-se à região marcada por

> acentuada seca hibernal e por intensas chuvas de verão; na zona subtropical, correlaciona-se a clima sem período seco, porém com inverno bastante frio (temperaturas médias mensais inferiores a 15 °C), que determina repouso fisiológico e queda parcial da folhagem. (IBGE, 2012).

As florestas estacionais semideciduais constituem-se, geralmente, de indivíduos arbóreos perenifólios e decíduos, com até 30 m de altura, sem formar cobertura superior contínua. Também existem os elementos arbustivos, lianas e epífitas, sendo estas em menor quantidade, quando comparada às florestas ombrófilas (LEITE; KLEIN, 1990). A floresta estacional semidecidual é um exemplo claro do processo de degradação e fragmentação de ecossistemas tropicais. Os poucos remanescentes preservados dessa formação florestal são de grande valor ecológico e taxonômico, funcionando como uma coleção viva de espécies representantes da flora local e de sua diversidade genética, bem como banco de informações acerca da estrutura e funcionamento desse tipo de ecossistema (ORTEGA; ENGEL, 1992). São reconhecidas quatro formações pelo IBGE (2102): Aluvial, terras baixas, submontana e montana (Figura 13).

No presente estudo, o principal tipo de floresta estacional semidecidual que ocorre na área de investigação corresponde à submontana. A composição florística e a estrutura dessas florestas diferem significativamente das demais formações florestais. Segundo pesquisas, essa diferença é em função dos gradientes térmicos associados às altitudes (OLIVEIRA FILHO et al., 2005; SAITER et al., 2015). Saiter et al. (2015) apresentam as espécies arbóreas indicadoras para tais florestas: *Carpotroche brasiliensis, Casearia guianensis, Gallesia integrifolia, Joannesia princeps, Machaerium incorruptibile, Machaerium pedicellatum, Miconia calvescens, Pseudopiptadenia contorta* e *Sparattosperma leucanthum*.

Figura 13 – Quatro formações da floresta estacional semidecidual.



Fonte: IBGE (2012).

Floresta estacional semidecidual submontana

Segundo o conceito de Veloso et al. (1992), a fisionomia está relacionada ao clima com duas estações, uma chuvosa e outra seca, que condicionam uma caducifólia dos elementos arbóreos dominantes durante o período de estiagem. Considerando o conjunto florestal, a percentagem de árvores caducifólias está situada entre 20 e 50%. A fitofisionomia tem sua distribuição desde o estado do Espírito Santo e sul do estado da Bahia até os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, norte e sudoeste do estado do Paraná, sul de Mato Grosso do Sul, adentrando pelo sul de Goiás através do rio Paranaíba, bem como nos estados de Mato Grosso e Rondônia. A floresta estacional semidecidual ocorre ainda no Centro-Oeste de forma disjunta e entremeada com formações savânicas (IBGE, 2012).

Essa formação se caracteriza por apresentar um dossel não perfeitamente contínuo (irregular), entre 15 e 20 m de altura, com presença de árvores emergentes de até 25-30 m de altura. Nesses estratos superiores pode ser observada a predominância de algumas famílias, como Anacardiaceae, Malvaceae, Apocynaceae, Fabaceae, Lecythidaceae, Lauraceae e outras. Já no estrato superior, as condições de subdossel e sub-bosque são caracterizadas pela presença marcante das famílias Meliaceae, Rutaceae, Rubiaceae, Euphorbiaceae, Sapindaceae e Myrtaceae (IBGE, 2012).

Estudos relacionados a essa formação foram, na maioria, realizados no PERD, o que já era esperado, tendo em vista o apoio à pesquisa científica em unidades de conservação. Segue um pequeno relato sobre algumas pesquisas encontradas para a tipologia floresta estacional submontana.

Meira-Neto et al. (1997) desenvolveram um estudo sobre a estrutura de um fragmento de floresta submontana, no município de Ponte Nova. Em uma área total de apenas 0,22 ha foram identificadas 89 espécies arbóreas distribuídas entre 31 famílias. As espécies com maior índice de valor de importância foram: *Apueila leiocarpa, Piptadenia gonoacantha, Bathysa nicholsoni, Lecytis lúrida, Anadenanthera colubrina e Miconia calvescens*. O estudo estimou uma densidade de 1.786 indivíduos por hectare.

Graçano, Prado e Azevedo (1998) elaboraram um levantamento preliminar de Pteridophyta ao longo das trilhas e estradas do PERD, no período de setembro de 1995 a setembro de 1996, sendo coletadas 15 famílias, 27 gêneros e 57 espécies. As famílias encontradas foram Aspleniaceae, Blechnaceae, Dennstaedtiaceae, Dryopteridaceae, Gleicheniaceae, HymenophyIIaceae, Lomariopsidaceae, Osmundaceae, PoIypodiaceae, Pteridaceae, Schizaeaceae, Selaginellaceae, Tectariaceae, Thelypteridaceae e Woodsiaceae. Todo material do estudo foi coletado em campo, herborizado e incluído no herbário do Departamento de Biologia Vegetal da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Entre elas, 29,8% pertencem à família Pteridaceae, 17,5% à família Thelypteridaceae, 8,8% às famílias Schizaeaceae e Tectariaceae, e 1,8 - 7,0% às demais famílias. Das 15 famílias coletadas, 33% estão representadas por apenas uma espécie. Thelypteridaceae foi a família de ocorrência mais ampla, sendo coletada em nove das dez trilhas analisadas, seguida por Pteridaceae e Schizaeaceae. As trilhas da Mombaça e Porto Capim apresentaram maior diversidade em espécies. Foi realizada também uma análise do solo, em 18 locais distintos, a fim de correlacionar a distribuição das espécies com as características do solo (o pH variou entre 4 e 3,5; o solo coletado foi preferencialmente o argiloso, a muito argiloso e com teores médio a baixo de P, Ca, AI e Mg).

Bortoluzzi (2000) realizou um levantamento florístico de Papilionoideae (Fabaceae) no PERD e analisou a similaridade entre algumas trilhas do local. As coletas foram realizadas mensalmente em 11 trilhas no período de abril de 1998 e maio de 1999, e procedeu-se com o envio das amostras ao herbário da UFV e ao herbário do PERD. Foram identificadas 40 espécies da subfamília, divididas em 21 gêneros, sendo *Machaerium*, *Swartzia*, *Dalgerbia* e *Desmodium* os que se destacaram pela maior quantidade de espécies, em ordem. Quanto ao hábito, 16 espécies eram arbóreas, 11 trepadeiras, 7 subarbustivas e 6 arbustivas escandentes. A estrada que corta o parque foi a mais representativa com 70% das espécies. Em contrapartida, a trilha da Garapa Torta apresentou a menor diversidade específica (10%). As espécies mais bem distribuídas foram *Dalgerbia nigra* e *Swartzia apetala* var. *apetela*, ocorrendo em todas as trilhas do estudo. A similaridade das trilhas se mostrou baixa, com um valor de apenas 20%. Isso provou a heterogeneidade dessa subfamília no decorrer das trilhas, o que aponta uma alta riqueza de espécies. O estudo contou com chaves analíticas, ilustrações e descrições morfológicas das plantas.

Lombardi e Gonçalves (2000) realizaram um estudo com o intuito de revisar as exsicatas depositadas no herbário do Departamento de Botânica da UFMG (BHCB) coletadas na Estação Biológica de Caratinga (EBC) e PERD. Foram encontradas 3.366 exsicatas de 1.048 espécies, agrupadas em 538 gêneros e 123 famílias. Na EBC, há 513 espécies que não ocorrem no PERD, onde há 242 espécies que não ocorrem na EBC; 293 espécies ocorrem em ambas as áreas, com um coeficiente de similaridade de 64%. As cinco famílias com maior número de espécies foram Fabaceae (125), Rubiaceae (69), Asteraceae (51), Bignoniaceae (49) e Myrtaceae (39). Vinte espécies encontradas na EBC e/ou no PERD estão presentes na lista das espécies ameaçadas de extinção do estado de Minas Gerais: *Anaxagorea dolichocarpa*, *Guatteria odontopetala*, G. *vilosissima* (Annonaceae), *Euterpe edulis* (Arecaceae), *Bilbergia leptopoda* (Bromeliaceae), *Caryocar edule* (Caryocaraceae), *Coussapoa floccosa* (Cecropiaceae), *Couepia monteclarensis* (Chrysobalanaceae), *Sinningia villosa* (Gesneriaceae), *Ocotea odorifera*, O. *percoriacea*, *Persea rufotomentosa* (Lauraceae), *Dalbergia nigra*,

Melanoxylon brauna (Fabaceae), *Brosimum glaziovii*, *Dorstenia arifolia*, *D. sucrei* (Moraceae), *Psychotria ipecacuanha* (Rubiaceae), *Solanum warmingii* (Solanaceae) e *Cissus blanchetiana* (Vitaceae). Além destas, são conhecidas de EBC ou PERD espécies com poucas coletas registradas, como *Chionanthus subsessilis* (P.S. Green, com. pess.), e outras recentemente descobertas e em processo de descrição, como, por exemplo *Ephedranthus* sp. (Annonaceae, J. Oliveira, com. pess.), *Rodospatha* sp. (Araceae, T. B. Croat, com. pess.), *Macroditassa* sp. (Asclepiadaceae, J. Fontela-Pereira, com. pess.), *Davilla* sp., *Doliocarpus* sp. (*Dilleniaceae*, G. Aymard, com. pess.), *Piptadenia* sp.2 (Fabaceae, R.Barneby, com. pess.) e *Ternstroemia* sp. (Theaceae, A. Weitzman, com. pess.).

Bovini, Carvalho-Okano e Vieira (2001) realizaram um levantamento florístico da família Malvaceae ocorrentes no PERD. Foram feitas coletas do período de outubro de 1997 a janeiro de 1999 para a descrição das espécies encontradas e elaboração de uma chave taxonômica. Encontraram 19 táxons distribuídos em nove gêneros (*Herissantia*, *Hibiscus*, *Malvastrum*, *Pavonia*, *Peltaea*, *Sida*, *Sidastrum*, *Urena* e *Wissadula*), sendo *Sida* o gênero mais representativo com sete espécies. *Sida santaremensis* é a nova citação de ocorrência para o estado de Minas Gerais e *Sida acuta* var. *obidensis* foi proposta como um sinônimo de *Sida planicaulis*.

Graçano, Azevedo e Prado (2001) fizeram um estudo objetivando selecionar caracteres para a identificação das Pteridaceae que ocorrem no PERD. Realizou-se um levantamento preliminar e identificaram-se 15 famílias, 27 gêneros e 57 espécies de Pteridophyta depositadas no herbário de botânica (SP) e herbário da UFV. A família que apresentou maior número foi a Pteridaceae com 17 espécies, distribuídas nos gêneros *Adiantum*, *Hemionitis*, *Pityrogramma* e *Pteris*. Os caracteres anatômicos mais relevantes para a identificação das Pteridaceae do PERD foram: presença de pelos ou escamas; tipos de estômato; presença e distribuição de idioblastos na epiderme e tipo e disposição do(s) feixe(s) vascular(es) no pecíolo.

Solá (2001) analisou a vegetação nativa primária e secundária da região do PERD. Através de mapas do IBGE e do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, os fragmentos florestais foram estudados em função da legislação florestal e das declividades das encostas tendo em vista a conservação do solo e da biodiversidade. Verificou-se que os remanescentes de vegetação primária correspondem apenas a 0,9% da área total, já a vegetação em estado secundário contribuía com 15,4%. Nas áreas de preservação permanente, somente 12% estavam cobertas por vegetação nativa e, mesmo que totalmente reflorestadas como deveriam por lei, protegeriam 0,7% da área total.

Lopes et al. (2002) estudaram a estrutura de uma porção de floresta estacional semidecidual submontana no PERD, nas proximidades da trilha do Vinhático. Tomando a classificação de Gilhuis (1986), esse transecto do PERD se enquadrou na categoria de mata alta que recobre, aproximadamente, 30% da área do parque. Os indivíduos de porte arbóreo foram amostrados pelo método de quadrantes. Adotaram-se dois procedimentos distintos, dos quais um com inclusão dos indivíduos mortos e em outro não. Foram alocados 200 pontos amostrais, dispostos em 20 linhas paralelas, ao longo de uma encosta. Foram encontradas 143 espécies, pertencentes a 109 gêneros reconhecidos e 38 famílias botânicas. A análise fitossociológica demonstrou predominância das espécies *Bixa arborea*, *Guatteria schomburgkiana*, *Joannesia princeps*, *Aparisthmium cordatum*, *Pseudopiptadenia contorta* e

Carpotroche brasiliensis. O tamanho das populações e sua distribuição pelo ambiente foram os fatores decisivos para o destaque apresentado por essas espécies. As distribuições diamétricas (diâmetro máximo de 28,75 e mínima de 3,75) e de alturas (altura máxima de 27,8 m, mínima de 2,6 m e média de 9,4 m) evidenciaram poucos indivíduos de grande porte, fato que, aliado ao histórico do local, que registra um incêndio em 1967, e à baixa ocorrência de espécies associadas a ambientes climácicos, sugere que o trecho de floresta estudado se encontra em estádio médio de sucessão secundária.

Bortoluzzi et al. (2004) realizaram o levantamento florístico no PERD entre abril de 1998 a maio de 1999. Registrou-se a riqueza de Papilionoidae (Fabaceae) árboreas e arbustivas-escandantes através de uma chave de identificação que totalizou em 22 táxons específicos e infraespecíficos. Foi dividida em 4 tribos: Dalbergieae, com o maior número de gêneros (*Dalbergia*, *Machaerium*, *Platycyamus*, *Platypodium* e *Pterocarpus*) e Phaseoleae, Milletieae e Swartzieae, contendo apenas um gênero cada (*Erythrina*, *Lonchocarpus* e *Swartzia*, respectivamente). Informações sobre a morfologia e distribuição geográfica foram feitas após a descrição de cada táxon através de um relato bastante específico de cada espécie que o estudo abordou. Foram apresentadas informações sobre nome popular, características morfológicas externas, principalmente morfometria. O estudo apresenta que as espécies *Dalbergia nigra*, *Platycyamus regnellii*, *Swartzia apetala* var. *apetala* e *S. myrtifolia* var. *elegans* ocorreram na maioria das trilhas do parque e os demais táxons restringiram-se a uma ou poucas trilhas. Desse modo, foi possível ter uma base da similaridade entre as trilhas (índice inferior a 20%), ressaltando a importância da preservação da área pela diversidade de espécies.

Bosquetti (2004) fez um levantamento florístico da subfamília Caesalpinioidae (Fabaceae) no PERD. Foram coletadas amostras botânicas mensalmente no período de agosto de 2002 e julho de 2003, além de coletas complementares em agosto, setembro, outubro e dezembro de 2003. Foram identificadas 28 espécies nativas (19 árvores, 4 trepadeiras, 3 herbáceas e 2 arbustivas) reunidas em 15 gêneros. *Senna* e *Bauhinia* foram os gêneros mais representativos. As espécies mais comuns foram *Apuleia leiocarpa*, ocorrendo em todas as trilhas percorridas seguida de *Sclerobium rugosum*, ocorrentes em dez trilhas e *Bauhinia longifolia* em nove trilhas. *Chamaescrita ensiformis*, *Chamaescrita glandulosa*, *Chamaescrita nictitans*, *Senna alata* e *Senna pendula* apresentaram-se restritas a uma única trilha. Três padrões de distribuição geográfica foram encontrados: espécies distribuídas por toda região tropical e subtropical, pela América Latina até espécies restritas ao Brasil. *Chamaescrita ensiformis* e *Copaifera reticulata* tiveram sua primeira citação no estado de Minas Gerais. A trilha do Aníbal foi a mais representativa, com 67,8% das espécies, sendo a menor diversidade específica (21,4%) observada na trilha da Garapa Torta. As trilhas com maior similaridade florística são TAN e EST (70%) seguido de TANxTLM e TVxTMB (66.7%). Realizaram-se comparações florísticas entre o PERD e Caratinga, que revelou 45% de similaridade, apontando a importância do PERD como área representativa dessa vegetação no Sudeste devido a peculiaridades de seu relevo e bacia hidrográfica.

Temponi et al. (2006) fizeram um levantamento florístico das espécies da família Araceae no PERD. Foram realizadas excursões mensais de maio de 1999 a abril de 2000 para coleta do material botânico onde foram encontradas 13 espécies pertencentes a oito gêneros (*Anthurium, Asterostigma, Heteropsis, Monstera, Philodendron, Rhodospatha, Syngonium* e

Xanthosoma). O gênero *Philodendron* foi o mais representativo com três espécies. Quatro das espécies encontradas no parque são novos registros para Minas Gerais: *Asterostigma concinnum*, *Heteropsis flexuosa*, *Philodendron speciosum* e *Philodendron vargealtense*.

Nunes et al. (2007) fizeram um levantamento arbóreo da subfamília botânica Mimosoideae (Fabaceae) no PERD. Foram encontrados 26 táxons arbóreos, analisados quanto aos limites de distribuição geográfica e avaliados como indicadores das relações florísticas entre o PERD e outras áreas de Mata Atlântica do Sudeste brasileiro. A coleta do material botânico foi realizada no período de fevereiro de 2001 e abril de 2002 em oito trilhas. Os dados referentes à distribuição geográfica dos táxons foram obtidos de revisões taxonômicas e de levantamentos florísticos. Os táxons, quanto à preferência de *habitat*, foram tratados como elementos florísticos generalistas (73%) e especialistas do domínio atlântico (27%). Os resultados mostraram maior similaridade entre o PERD e trechos de floresta situados em baixas elevações. Existem similaridades florísticas entre florestas ombrófila densa e estacionais semidecíduas do Sudeste, apoiando a proposição de origem comum dessas fitofisionomias. Esses estudos também irão contribuir no desenvolvimento de planos de conservação da biodiversidade para a flora local, uma vez que é significativa a perda de biodiversidade nessa região, tanto como resultado do processo de fragmentação quanto pela supressão direta da vegetação e sua substituição por diferentes formas de uso do solo.

Souza (2008) determinou a composição florística e a estrutura fitossociológica da vegetação arbórea de floresta estacional semidecidual submontana, em uma zona de amortecimento do PERD. Foram identificadas 135 espécies pertencentes a 92 gêneros e 37 famílias. Os gêneros mais abundantes foram *Miconia* e *Myrcia*. As famílias mais ricas foram Fabaceae, Myrtaceae, Lauraceae, Annonaceae, Chrysobalanaceae, Sapotaceae, Bignoniaceae e Malastomataceae (57% das espécies analisadas). Foi relatada a existência de uma espécie rara na região *Brossimum glazioovii* e a presença de espécies listadas como vulneráveis, ameaçadas de extinção e baixo risco de extinção a nível global, são elas: *Astronium fraxinifolium*, *Guatteria vilosissima, Ocotea odorifera, Urbanondredon verrucosum, Dalgerbia Nigra, Inga Leptantha, Compomanesia laurifólia, Xylopia sericea, Helycostylis tomentosa, Phyllostemonodaphne geminiflora, Cauepia schottii, Cassia ferruginea e Pariani brasiliensis.* Foi revelado que esse transecto da floresta está nas etapas finais de sucessão florestal, através da comparação entre espécies pioneiras (9%) e de sucessão média avançada (58%). Foram delimitadas quatro faixas para determinar a fitossociologia da área em questão: alta encosta, topo, rampa baixa, baixa encosta côncava. As espécies que caracterizam esses transectos são: *Ceasaria arborea e Lacistema pubescens; Ceasaria arborea e Acacia polyphylla e Ceasaria arbórea*, respectivamente. Alta encosta e topo apresentaram maiores números de indivíduos. Rampa baixa e topo apresentaram maior área basal. *Casearia arborium* e *Newtonia contorta* estiverem presentes entre as dez espécies mais importantes nas quatro faixas. Foi determinado no estudo que a variação estrutural resulta de um gradiente geomorfológico, onde áreas planas e com menos erosão mostram maiores índices de diversidade e maiores números de espécies raras. Foi analisado também em cada faixa seu respectivo solo e provado que a distribuição das espécies é influenciada com as variações de fertilidade química, acidez e textura do solo. Foi confirmado quando observado que, quanto maior a declividade, maior será a perda de diásporos devido à gravidade e fatores de chuva.

Guimarães e Silva (2009) relataram a descoberta de uma nova espécie de *Piper riodocense* pertencente à secção Ottonia, encontrada no PERD. Nomes novos para duas espécies que se encontravam inseridas no gênero *Ottonia* são apresentados: *Piper carautensei* e *Piper duartei*. *Ottonia vilosa* var. *minensis* constituiu um novo sinônimo.

Lacerda (2011) revelou a importância da proximidade das florestas para o avanço do processo de sucessão em áreas de regeneração natural através da uma análise de uma área que tinha sofrido corte raso há 28 anos. Esta apresentou alta diversidade de espécies, registrando-se 35 famílias e 120 espécies. As famílias Fabaceae, Myrtaceae, Lauraceae, Annonaceae e Chrysobalanaceae destacaram-se pelo elevado número de espécies. Os gêneros com a maior riqueza foram *Miconia, Myrcia, Guatteria, Ocotea, Pouteria* e *Hirtella*. As dez espécies de maior valor de importância na comunidade foram *Casearia arborea, Lacistema pubescens, Matayba elaeagnoides, Pseudopiptadenia contorta, Aniba firmula, Xylopia aromatica, Machaerium brasiliense, Erythroxylum pelleterianum, Myrcia guianensis e Myrcia splendens*. Comparada a outra área que apenas tinha sofrido corte seletivo, os índices de diversidade foram semelhantes, indicando que a proximidade de uma matriz florestal como a do PERD está contribuindo para um acelerado avanço sucessional desse fragmento.

Bastos (2010) realizou um estudo na RPNN Fazenda Bulcão, localizada no município de Aimorés (ES) e teve como objetivos: caracterizar a composição florística e a densidade de espécies germinadas no banco de sementes do solo; caracterizar a composição florística e fitossociológica do estrato da regeneração; identificar as categorias sucessionais e as síndromes de dispersão das espécies amostradas na regeneração natural e no banco de sementes; avaliar o potencial do banco de sementes do solo de cada ambiente para a regeneração natural; bem como o potencial da regeneração natural nas áreas restauradas. Para avaliar os objetivos relacionados ao banco de sementes do solo nas quatro áreas submetidas a diferentes intervenções de manejo, foram amostradas 30 parcelas de 30 x 25 cm e 7 cm de profundidade. Enquanto que, para avaliar os objetivos relacionados à regeneração natural das quatro áreas restauradas, foram instalados sistematicamente cinco transectos, os quais foram subdivididos em 50 parcelas de 2 x 2 m, totalizando uma área de 200 m^2. Na amostragem, incluiu-se todos os indivíduos arbóreos com altura entre 10 cm e 2 metros e com Diâmetro à Altura do Solo (DAS) menor ou igual a 5 cm, à exceção das espécies herbáceas (cipós, gramíneas, ervas e bambus) que foram analisadas através da escala de valor de cobertura e abundância. A amostragem foi realizada no mês de março e abril de 2009. As espécies amostradas foram identificadas e classificadas quanto às categorias sucessionais e quanto às síndromes de dispersão. Para o componente lenhoso, calculou-se os índices de Shannon Wiener (H'), equabilidade de Pielou (J') e os parâmetros fitossociológicos. O resultado encontrado para o banco de sementes, considerando todas as áreas avaliadas, foi de 3.113 indivíduos germinados, distribuídos em 26 famílias, 57 gêneros e 96 espécies. Aproximadamente 31% dos indivíduos amostrados correspondem à *Setaria vulpiseta*, que foi encontrada em todas as áreas amostradas. Na compilação dos dados referentes às quatro áreas, a forma de vida herbácea, a síndrome de dispersão anemocórica e as espécies pioneiras foram as que mais se destacaram no estudo. Quanto à regeneração natural, foram amostrados 346 indivíduos, pertencentes a 18 famílias, 32 gêneros e 52 espécies. De forma geral, as famílias mais ricas em número de espécies para a regeneração natural foram: Fabaceae (12 espécies) e Rubiaceae (3 espécies). Do total de espécies amostradas no estudo, 11 foram

classificadas como pioneiras, 11 como secundárias iniciais e 8 como secundárias tardias. A dispersão zoocórica foi de forma geral a mais abundante. A densidade total estimada por hectare no levantamento do componente lenhoso foi de 4.325 indivíduos. A maior contribuição para esse valor coube à espécie *Machaerium acutifolium* (675 ind/ha). A maior concentração de indivíduos regenerantes encontra-se na menor classe de diâmetro e altura, sugerindo a existência de algum tipo de estresse ecológico nas áreas.

Souza et al. (2008) testaram uma hipótese que relacionava a distribuição das espécies arbóreas com variáveis geomorfológicas e edáficas, observando os efeitos dessa relação em um transecto de uma floresta estacional semidecidual submontana. O trabalho realizado no PERD teve o intuito de fornecer subsídios para a recuperação de áreas degradadas em condições semelhantes à da área de estudo. Realizou-se uma amostragem do solo, com a abertura de três perfis e a coleta de amostras superficiais de cada faixa seccionada na área de estudo (rampa baixa, baixa encosta côncava, alta encosta côncava e topo). Assim, foi possível determinar caracteres pedológicos, como composição química e caracterização dos perfis do solo, resultando que a distribuição das espécies ao longo do gradiente topográfico é associada com as variações da fertilidade química, acidez e textura do solo. *Pera leandri, Astronium fraxinifolium, Pouteria torta, Machaerium brasiliense, Myrcia rufipes, Swartzia apetala e Lecythis lúrida, Pouteria venosa, Apuleia leiocarpa e Acacia polyphylla* apresentaram suas distribuições correlacionadas a esses parâmetros, sendo potenciais para a restauração de áreas similares.

França e Stehmann (2013) realizaram um estudo através de uma tabela que relata a ocorrência de espécies arbóreas encontradas nas seis áreas de Mata Atlântica amostradas no médio do rio Doce, são elas: Campolina, Macuco, Mumbaça, Fazenda Macedônia, Fazenda Sacramento e Morro do Gavião. Seguem imagens de campo no médio rio Doce e seus aspectos vegetacionais na Figura 14 e Figura 15.

Figura 14 – Aspecto da floresta estacional semidecidual do rio Doce em fazenda no município de Barra Longa.



Figura 15 – Floresta estacional semidecidual do Parque Estadual do Rio Doce.



Sistema dos refúgios vegetacionais (comunidades relíquias)

De acordo com a classificação do IBGE (2012), os refúgios vegetacionais correspondem a:

> Toda e qualquer vegetação diferenciada nos aspectos florístico e fisionômico- ecológico da flora dominante na região fitoecológica foi considerada como um 'refúgio ecológico'. Este, muitas vezes, constitui uma 'vegetação relíquia', com espécies endêmicas, que persiste em situações especialíssimas... [...] Os refúgios ecológicos, condicionados por parâmetros ambientais muito específicos, apresentam, via de regra, alta sensibilidade a qualquer tipo de intervenção. Áreas turfosas, em diferentes altitudes e os cumes litólicos das serras, normalmente, suportam relictos vegetacionais. (IBGE, 2012).

Em locais restritos, onde afloram as rochas – principalmente os quartzitos e formações ferríferas/cangas – do domínio das sequências vulcanossedimentares proterozoicas dobradas e as metamorfizadas do domínio dos complexos granito-gnaisse (CPRM, 2010), ocorre um tipo vegetacional caracterizado pelo elevado índice de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (CARMO; JACOBI, 2016). Esse tipo vegetacional, quando desenvolvido sobre os quartzitos, é conhecido como campos rupestres (Figura 16). Quando desenvolve sobre as formações ferríferas/cangas, denomina-se campos ferruginosos ou campos rupestres ferruginosos. Os campos de altitude identificam as vegetações sobre os granitos das serras do Mar e da Mantiqueira e a vegetação sobre *inselbergs*[1] aborda as

[1] Forma residual que apresenta feições variadas tipo crista, cúpula, domo ou "dorso de baleia", com encostas com declives em torno de 50° a 60°, dominando uma superfície de aplanamento herdada ou funcional, com a qual forma no sopé uma ruptura (*knick*) de onde divergem as rampas de erosão. Ocorre com maior frequência em depressões

comunidades que ocorrem associadas aos grandes monólitos “pães de açúcar” inseridos, geralmente, em relevos de superfícies aplainadas (POREMBSKI; BARTHLOTT, 2000; SCARANO, 2007; VASCONCELOS, 2011; CARMO; JACOBI, 2013).

Na área de estudo, os refúgios vegetacionais foram os campos rupestres localizados próximo ao distrito de Bento Rodrigues (Figura 16 e Figura 17). Segue a imagem de refúgio vegetacional próximo à barragem de Aimorés, representado por vegetação associada aos *inselbergs* (Figura 18).

Figura 16 – Localização dos campos rupestres associados aos quartzitos próximo ao distrito de Bento Rodrigues e margens do córrego Ouro Fino, córrego Santarém e o rio Gualaxo do Norte, município de Mariana, Minas Gerais.



Nota: As setas azuis indicam o fluxo dos cursos d’água.

Fonte: Imagens satélites do Google Earth.

periférica e interplanáltica, em áreas de rochas metamórficas cortadas por intrusões, explorando as diferenças de resistências entre estas e as rochas encaixantes (IBGE, 2009).

Figura 17 – Aspecto de vegetação rupestre associada aos quartzitos próximos às margens do rio Gualaxo do Norte, município de Mariana, Minas Gerais.



Foto: Instituto Prísitno (out. 2016).

Figura 18 – Aspecto de vegetação rupestre granito-gnáissica associada a *inselbergs* próximos à usina de Aimorés.



Lemes (2009) realizou um estudo florístico e fitossociológico associado a aspectos edáficos em duas áreas de campo rupestre quartzítico, localizadas na Serra do Itacolomi e na Serra do Ouro Branco, Minas Gerais. Quatro comunidades, delimitadas a partir do *habitat* (afloramentos rochosos e platôs) e da área geográfica (serras do Itacolomi e do Ouro Branco), foram comparadas quanto à composição florística, estrutura da vegetação e características nutricionais do solo. As áreas escolhidas estão situadas em uma altitude aproximada de 1.550 m. A amostragem da vegetação foi realizada de 60 parcelas de 10 x 10 m dispostas sistematicamente nas comunidades. Para análise de pH, nitrogênio e fósforo disponível, coletou-se 32 amostras de solo. Foram encontradas 298 espécies de plantas vasculares, sendo que Asteraceae e Poaceae apresentaram a maior riqueza nas quatro comunidades. Grande parte das espécies com os maiores índices de valor de importância pertence à Poaceae. Somente *Apochloa euprepes* (Poaceae) apresentou alto valor de importância nas quatro comunidades simultaneamente. As análises de similaridade e ordenação com a presença/ausência das espécies revelaram uma composição florística distinta entre as quatro comunidades. De maneira geral, foi observado predomínio das hemicriptofitas quanto ao número de espécies e à cobertura vegetal, sendo que nos afloramentos rochosos aumentou a importância das espécies fanerófitas. Os solos, considerados ácidos e pobres em nutrientes, apresentam diferenças entre os *habitais*. Nos afloramentos rochosos, onde se obteve maior riqueza e diversidade de espécies, além da maior heterogeneidade de formas e de vida, o solo apresentou maiores quantidades de fósforo e nitrogênio. A ocorrência das espécies e o tamanho de suas populações foram fortemente relacionados aos *habitats* e às áreas geográficas. As serras do Itacolomi e do Ouro Branco foram consideradas distintas quanto à composição florística e similares quanto à estrutura da vegetação.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da barragem de rejeito de Fundão (BRANDT, 2005) descreve o campo rupestre como uma feição que apresenta arbustos desenvolvidos e arvoretas com maior grau de lenhosidade, e está restrito aos locais com solo exposto em morrotes divisores de microbacias, com afloramento de rochas e presença de arvoretas de candeia (*Eremanthus erythropappus* e *Eremanthus incanus*) e espécies de Annonaceae e Myrtaceae.

Sistema edáfico de primeira ocupação (áreas das formações pioneiras)

De acordo com o *Manual técnico da vegetação brasileira* (IBGE, 2012), as formações pioneiras, ou os sistemas edáficos de primeira ocupação, ocorrem:

> Ao longo do litoral, bem como nas planícies fluviais e mesmo ao redor das depressões aluviais (pântanos, lagunas e lagoas), há frequentemente terrenos instáveis cobertos por uma vegetação, em constante sucessão, de terófitos, criptófitos (geófitos e/ou hidrófitos), hemicriptófitos, cametófitos e nanofanerófitos. Trata-se de uma vegetação de primeira ocupação de caráter edáfico, que ocupa terrenos rejuvenescidos pelas seguidas deposições de areias marinhas nas praias e restingas, as aluviões fluviomarinhas nas embocaduras dos rios e os solos ribeirinhos aluviais e lacustres. (IBGE, 2012).

Áreas com vegetação sob influência marinha são consideradas como prioritárias para conservação da vegetação estuarina, abrangendo grande parte do litoral do Espírito Santo, como na foz do rio Doce, no município de Linhares, Conceição da Barra, Praia das Neves, Setiba, Guanandi e Anchieta. Saiter et al. (2015) apresentam as seguintes espécies como indicadoras das formações pioneiras da foz do rio Doce: *Abarema filamentosa, Aspidosperma pyricollum, Calyptranthes brasiliensis, C. hilariana, C. spiritu-sanctensis, Eugenia astringens, Leptolobium bijugum, Maytenus obtusifolia, Myrsine parvifolia, Ocotea cernua* e *Protium icicariba.*

Em CIB et al. (2000), as áreas para conservação delimitadas são o delta do rio Doce e os remanescentes florestais na lagoa do Juparanã, e as bacias dos rios Itapemirim e São Mateus. A Rebio de Sooretama e a Reserva Natural da Vale do Rio Doce também incluem diversidade de ambientes, ocorrendo restinga apenas na Reserva Natural da Vale, resultante de deposição no Quaternário (Pleistoceno) (MARTIN et al., 1997).

No EIA da NutriPetro (2013a), registra-se o levantamento florístico primário e secundário no município de Aracruz (ES), incluindo uma região de mangues e restinga. O estudo fornece uma lista de espécies incluindo informação sobre endemismo e estágio sucessional, sendo que 20 espécies foram consideradas endêmicas e, na análise de estágio sucessional, foi realizado o cálculo de índices de diversidade, abundância, frequência, densidade, dominância, valor de cobertura e valor de importância, para cada espécie. Segue imagem (Figura 19), da região próxima à foz do rio Doce, em Regência (ES).

Figura 19 – Área da restinga próxima da foz do rio Doce em Regência. No detalhe, palmeira *Allagoptera arenaria*.



Pivari et al. (2008) realizaram um inventário de vegetação aquática na lagoa da Silvana, localizada no vale do rio Doce. A coleta foi realizada mensalmente do período de outubro de 2001 a julho de 2004 e as amostras botânicas incorporadas aos acervos do Herbário CESJ, localizado no *campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), ou do Herbário HMS, pertencente à Embrapa Gado de Corte, Campo Grande (MS). Esse

trabalho revelou a ocorrência de 35 famílias, 46 gêneros e 56 espécies de macrófitas aquáticas, distribuídas em algas Charofitas, Samambaias, Licófitas e angiospermas. As famílias com maior número de espécies foram Cyperaceae e Onagraceae, com seis espécies cada uma, seguida de Asteraceae e Fabaceae, com três cada. O estudo registrou a ocorrência de espécies de hidrófitas (*Aeschymomene selloi*, *Caperonia palustris*, *Eichhornia azurea*, *Polygonum acuminatum*, *Rynchospora corymbosa* e *Salvinia auriculata*), sugerindo o grau de perturbação da lagoa. Esse estudo registrou o predomínio de espécies epífitas, diferenciando dos demais inventários dessa vegetação realizados no estado de Minas Gerais. O estudo conclui que os dados levantados sugerem um nível sucessional avançado da vegetação aquática, fornecendo bases para inferir sobre o desenvolvimento de ilhas flutuantes no local.

Camargo et al. (2008) pesquisaram se a distribuição de espécies arbóreas e de suas densidades, no entorno da lagoa Carioca do PERD, poderia estar correlacionada com fatores edáficos e procuraram indicar espécies para a recuperação de matas ciliares. A partir de grupos de dez parcelas, formou-se uma amostra composta, que foi submetida à análise química e granulométrica. A ordenação dos dados de solo e vegetação foi realizada pela análise de CCA, que indicou serem os fatores edáficos os responsáveis pela ordenação das espécies. *Xylopia emarginata*, *Calophyllum brasiliense*, *Tapirira guianensis*, *Tabebuia chrysotricha*, *Protium heptaphyllum* e *Cecropia hololeuca* ocorreram restritamente na área de depleção ciliar e foram indicadas para reflorestamento de matas ciliares, uma vez que apresentaram grande resistência e predileção por ambientes úmidos.

Ferreira et al. (2010) analisaram a diferença na cobertura vegetal de três lagoas do PERD (Dom Helvécio, Gambazinho e Preta); pesquisaram a ocorrência de sucessão de espécies na cobertura vegetal; e avaliaram a distribuição das formas de vida e das espécies ao longo do gradiente de profundidade para cada lagoa. As amostragens (fitossociologia, florística e transectos) foram feitas a cada dois meses durante um ano através do método de Pedralli (1990), e para avaliação da distribuição das formas de vida e das espécies foi usado o método de transecção contínua. Durante o período de amostragem, foi registrado um total de 37 espécies, sendo que, das 24 famílias registradas, Cyperaceae e Poaceae foram as que apresentaram mais espécies (6 e 4, respectivamente). Os autores constataram que apenas as lagoas Gambazinho e Preta apresentaram diferenças significativas entre si, devido às diferenças morfométricas das lagoas que afetam a diversidade e abundância das comunidades (BIANCHINI JR, 2003). Por meio da comparação das medições desses banhados (principalmente profundidade), análise da distribuição de espécies e distribuição de formas de vida, foi possível concluir que cada lagoa constitui uma "ilha" em termos de diversidade, uma vez que muitas espécies ocorreram em apenas uma lagoa (E. *interstincta* no Gambazinho; *Eleocharis interstincta* na Dom Hervécio; *Salvinia auriculata* na lagoa Preta). A diversidade beta temporal apresentou uma substituição média de 70% das espécies, e o principal fator que estruturou a comunidade de macrófitas nas lagoas estudadas foi o gradiente de profundidade. Também se registrou espécies reconhecidas como invasoras em corpos d'água, como, por exemplo, *S. auriculata* e *Eichhornia azurea* (Sw.). Kunth (BRANDÃO; LACA-BUENDIA; GAVILANES, 1989).

Pivari et al. (2011) retrataram a composição e a ocorrência de macrófitas aquáticas em área de proteção ambiental e áreas não protegidas, que compõem o conjunto de lagos do vale do rio Doce. As informações foram levantadas a partir de publicações, material

depositado em herbários e coletas botânicas entre os anos de 2007 e 2010, em ambientes aquáticos localizados no PERD e zona de amortecimento. Foram registradas 184 espécies pertencentes a distintos grupos taxonômicos, hábitos e formas biológicas. Destacaram-se os gêneros *Ludwigia* e *Cyperus* e as famílias Cyperaceae e Poaceae. A pesquisa contribuiu com 152 novas citações para o vale do rio Doce em Minas Gerais, com dois primeiros registros nesse estado e com a descrição de uma espécie inédita para a ciência (*Lepidaploa opposita*). Macrófitas estabelecidas em solos orgânicos em ilhas flutuantes nunca foram incluídas em levantamentos anteriores, então os autores designaram o termo "embalsada" (NEIFF 1982) para essa ocorrência. A similaridade florística entre áreas protegidas e não protegidas indicou que o PERD guarda 74% das espécies de macrófitas aquáticas encontradas. Entretanto, 26% do total de espécies estão desprotegidas, pois não ocorrem nessa unidade de conservação. Segue a imagem (Figura 20) da lagoa do Baianinho, próximo ao rio Doce.

Figura 20 – Aspecto da vegetação nas lagoas próximas ao rio Doce.



4.2.3 Considerações finais

As localidades naturais onde ocorreu o deslocamento de rejeitos devido ao rompimento da barragem de Fundão estavam inseridas em diversas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira, incluindo áreas-chave para a conservação de plantas raras. Nessas localidades, foram constatadas ocorrências de plantas raras e ameaçadas de extinção. Devido ao histórico de degradação ao longo da bacia do rio Doce, os fragmentos naturais de vegetação existentes exercem uma função ecológica fundamental para a manutenção da diversidade biológica e dos serviços ambientais e, portanto, devem ser alvo de políticas de conservação.

A principal formação que ocorre ao longo da área afetada corresponde às florestas estacionais semideciduais submontanas. Além desta, próximo às serras interioranas, ocorrem refúgios vegetacionais (comunidades relíquias) compostos por campos rupestres em afloramentos quartzíticos. Seguindo em direção à foz do rio Doce no Espírito Santo, ocorrem também as florestas de tabuleiros caracterizadas por uma vegetação densa, com árvores de altura média acima de 30 m, e rica em espécies arbóreas endêmicas, e também formações vegetacionais pioneiras associadas às influências marinhas, tais como manguezais e restingas, e as associadas aos sistemas lacustres do rio Doce.

4.3 Fauna Silvestre

O estabelecimento da linha-base para a área temática de fauna silvestre consiste em um extenso levantamento bibliográfico sobre o estado do conhecimento dos diferentes grupos taxonômicos (ictiofauna, entomofauna, herpetofauna – inclusos quelônios –, avifauna e mastofauna, inclusos quirópteros e cetáceos) abordados no estudo de diagnóstico do dano socioambiental oriundo do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG).

O objetivo principal desta área temática é realizar uma compilação das informações ecológicas de interesse para os diferentes grupos taxonômicos citados neste estudo, de forma a estabelecer uma linha-base sobre o conhecimento gerado na bacia hidrográfica do rio Doce, com especial enfoque para as áreas afetadas, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em período pretérito ao desastre.

4.3.1 Importância ambiental do tema

A área de abrangência do desastre objeto deste estudo engloba a bacia hidrográfica do rio Doce, a foz deste rio no oceano Atlântico e o ambiente marinho. A bacia possui aproximadamente 83 mil km^2, sendo 86% no estado de Minas Gerais e 14% no Espírito. Essa região engloba o domínio fitogeográfico da Mata Atlântica, com influência em determinadas regiões, do bioma Cerrado, que, devido às suas características de elevada riqueza de espécies e ocorrência de espécies endêmicas e extremamente ameaçadas pelo antropismo, são considerados *hotspots* para a conservação da biodiversidade mundial (MYERS et al., 2000), os

quais perderam pelo menos 70% de sua cobertura vegetal original, mas, juntos, abrigam mais de 60% de todas espécies terrestres do planeta (GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2005).

Segundo Klink e Machado (2005), o Cerrado possui a mais rica flora dentre as savanas do planeta, além de elevada riqueza de espécies de aves, peixes, répteis, anfíbios e insetos. Sua biodiversidade é alta, sendo que, para o grupo da avifauna, a riqueza é superior a 830 espécies, embora o nível de endemismo seja relativamente baixo (menor que 3,4%). Os números de peixes, répteis e anfíbios também são elevados; mesmo que o número de espécies da ictiofauna seja pouco conhecido, a diversidade de organismos endêmicos de répteis e anfíbios é muito superior à da avifauna. A ocorrência de espécies de mamíferos é relativamente pequena, estando associada ou restrita principalmente às matas de galeria e aos fragmentos florestais. Para o grupo dos invertebrados, um estudo desenvolvido por Dias (1992) estimou uma riqueza aproximada de 90 mil espécies. Corroborando essa informação, Cavalcanti e Joly (2002) sugerem a presença de 13% de borboletas, 35% de abelhas e 23% de cupins da região neotropical.

Em porcentagem de espécies endêmicas do grupo de vertebrados que ocorrem nesse bioma, têm-se as seguintes estimativas: 9,5% de espécies de mamíferos, 3,4% para aves, 17,0% para répteis e 28,0% para anfíbios (KLINK; MACHADO, 2005). Entre as principais ameaças para o bioma e toda sua biodiversidade, estão a degradação do solo e dos ecossistemas nativos, a dispersão de espécies exóticas, a fragmentação do ecossistema e a destruição dos seus *habitats*.

A Mata Atlântica é a segunda maior floresta pluvial tropical do continente americano. O bioma é um dos locais que possui maior biodiversidade do planeta, abrigando uma elevada quantidade de espécies endêmicas, que ocorrem apenas nesta região e, devido ao intenso processo de exploração dos recursos naturais, encontram-se ameaçadas. De acordo com Mittermeier et al. (1999) e Brasil (2000), existem aproximadamente 261 espécies de mamíferos, 1.020 espécies de aves, 200 espécies de répteis e 340 espécies de anfíbios registradas para o bioma. As incertezas a respeito do conhecimento taxonômico, da distribuição geográfica das espécies e também dos limites exatos do seu domínio justificam os números aproximados (GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2005).

Por outro lado, é um dos ecossistemas mais destruídos e extremamente ameaçados do planeta (GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2005), cujas estimativas recentes apontam restar menos de 7% (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE, 2017). Desde a colonização pelos espanhóis e portugueses, os recursos naturais da Mata Atlântica vêm sendo explorados, transformando drasticamente a paisagem. Atualmente, as causas da perda de biodiversidade incluem formas intensivas de cultura de soja, a expansão dos plantios homogêneos de pinos e eucaliptos (GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2005) e diferentes tipos de empreendimentos poluidores. Além disso, o crescimento populacional tem elevado a destruição da floresta, devido à expansão urbana descontrolada, à industrialização e às migrações.

O rio Doce percorre 853 km, desde suas nascentes, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, em Minas Gerais, até atingir o oceano Atlântico, em Regência, no Espírito Santo. Seus principais afluentes da margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande, Suaçuí Pequeno, Suaçuí Grande, São José e Pancas e da margem direita, Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté, Manhuaçu, Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce (ANA, 2001).

Sua foz apresenta características peculiares, como a formação de um delta em que a carga de sedimento fluvial recebida na barra da desembocadura é redistribuída pela ação das ondas (POLIZEL, 2014). O delta é representado por uma protuberância costeira de quase 40 km de largura (direção leste-oeste) e 150 km de comprimento (direção norte-sul) no litoral do estado do Espírito Santo, sendo afetado por ondas suficientemente fortes para transportar os sedimentos para longe da desembocadura do rio principal (SUGUIO; MARTIN; DOMINGUEZ, 1982). O rio não sofre influência da água do mar, devido à força de vazão de suas águas (IPEMA, 2009), e o estuário é projetado sobre a área marinha contígua, sem a ocorrência de manguezais na sua porção interna (ALBINO, 1999; IPEMA, 2009).

A área do estudo tem grande biodiversidade marinha, sendo o banco dos Abrolhos um dos maiores bancos recifais e de algas calcárias do oceano Atlântico Sul (DUTRA et al., 2006). Sua riqueza de recifes advém de a região ser um alargamento da plataforma continental que se estende por mais de 200 km de distância da costa. A sudeste do banco dos Abrolhos está a cordilheira submarina Vitória-Trindade, com quase 1.000 km de extensão no sentido leste-oeste. Essa cordilheira consiste em diversos montes submarinos que emergem do fundo até quase a superfície ou, no caso das ilhas de Trindade e Martin Vaz, afloram acima do nível do mar. Essa topografia da área de estudo torna tal região bastante interessante e singular em termos oceanográficos. O banco dos Abrolhos e a cordilheira submarina Vitória-Trindade formam uma barreira para a corrente do Brasil, com águas quentes que correm do norte para o sul (EKAU; KNOPPERS, 1999). Frequentemente, forma-se um vórtice ciclônico que cria a ressurgência das Águas Centrais do Atlântico Sul (ACAS), num fenômeno chamado giro de Vitória, a leste da foz do rio Doce. Essa ressurgência, em conjunto com o aporte de água doce do rio Doce, torna o ambiente marinho da região extremamente produtivo (EKAU; KNOPPERS, 1999). Quanto aos grupos taxonômicos aqui estudados, que merecem destaque quanto a sua importância ecológica e que são considerados indicadores biológicos ou bioindicadores de qualidade ambiental apresenta-se a seguir algumas informações sobre estes aspectos. Primeiramente, bioindicadores são organismos ou comunidades cujas funções biológicas correlacionam-se com determinados fatores e eventos ambientais, os quais podem ser empregados como indicadores na avaliação de uma dada área ou atividade (LIMA, 2000). Esses organismos expressam sintomas particulares (respostas), geralmente de forma qualitativa, que podem indicar mudanças no ambiente (HAWKSWORTH, 1992).

Os invertebrados respondem às diferenças de *habitat* e intensidade de impacto, sendo considerados como indicadores ambientais (LEWINSOHN; FREITAS; PRADO, 2005). Como um exemplo desta afirmação, o grupo dos artrópodes está sendo cada vez mais utilizados na avaliação da qualidade de *habitat* ou fitofisionomia e também na análise de respostas de diferentes tipos de perturbações antrópicas. As borboletas, formigas, vespas, abelhas, cupins e besouros rola-bostas têm sido estudados para elucidar os efeitos da fragmentação de *habitats* em florestas e cerrado. Além do papel de reciclagem de nutrientes, incluindo a retenção e a regulação de fluxos, os invertebrados também são polinizadores, como exemplo, no bioma Caatinga, os insetos são polinizadores da maioria das plantas (MACHADO; LOPES, 2004).

Os peixes são considerados excelentes ferramentas para o monitoramento de ambientes aquáticos (KARR, 1981; RAMELOW et al., 1989; SCHULZ; MARTINS-JUNIOR, 2001), seja por representarem um grupo de vertebrados bastante diversificado (LOWE-

MCCONNELL, 1999) e diverso (NELSON, 2006), com cerca de 30 mil espécies (FROESE; PAULY, 2017), seja por refletirem os efeitos de várias perturbações da integridade biótica do ambiente aquático (FAUSCH et al., 1990). Além da importância dentro das comunidades aquáticas e das cadeias tróficas dos ecossistemas, são recursos alimentares e econômicos para muitas comunidades tradicionais (PAULY et al., 2002).

A região biogeográfica neotropical, que corresponde à América Latina, concentra provavelmente a maior biodiversidade do planeta, com aproximadamente 60 famílias, centenas de gêneros e quase seis mil espécies de peixes (MENEZES, 1996; LUNDBERG et al., 2000; ALBERT; BARTH; REIS, 2011). Embora as estimativas sejam variáveis, por representar uma grande parcela da região, o Brasil apresenta a maior riqueza de espécies de peixes de água doce do mundo. Entretanto, os dados existentes devem ser considerados incompletos, uma vez que a documentação ainda é insuficiente para os diversos ecossistemas aquáticos distribuídos pelo país. Além disso, a cada novo esforço de coleta em áreas pouco exploradas, novas espécies são descobertas e descritas.

Segundo o estudo desenvolvido por Stuart et al. (2004), os anfíbios estão muito mais ameaçados que o grupo de aves e mamíferos. Isto se deve especialmente a algumas características específicas deste grupo taxonômico, como ciclo de vida, aspectos morfológicos e comportamento (TOLEDO, 2009). Quanto ao ciclo de vida, muitas espécies de anfíbios possuem três fases de desenvolvimento: fase de ovos, larval e pós-metamórfica, sendo cada uma destas fases desenvolvida em substratos diferentes (córregos, rios, lagoas, poças, ocos de árvore, copo de bromélias, paredões rochosos, solo seco, entre outros), ficando as populações de anfíbios vulneráveis às perturbações antrópicas. Outro aspecto de destaque é quanto a sua morfologia, os anfíbios possuem pele permeável, qual facilita a intoxicação por produtos químicos (TOLEDO, 2009).

Os répteis compreendem os crocodilianos, anfisbenias, quelônios, serpentes e lagartos. Esses animais são encontrados nos mais diversos ambientes exceto nas áreas mais frias do planeta. Essa classe apresenta alta especificidade de *habitat* e pouca capacidade de deslocamento, exceto as tartarugas marinhas que realizam grandes deslocamentos nos oceanos (GREENE, 1997; PIANKA; VITT, 2003; POUGH et al., 2001; ZUG et al., 2001). Devido a essas características essas espécies são sensíveis às alterações ambientais, principalmente de fontes antrópicas (GREENE, 1997; GIBBONS et al., 2000; PIANKA; VITT, 2003) e são bons bioindicadores de qualidade ambiental (FARIA et al., 2007).

Os quelônios desempenham importantes papéis nas cadeias alimentares nos ambientes em que habitam, podendo ser consumidores primários, no caso de espécies que se alimentam de vegetais (a exemplo da tartaruga-verde – *Chelonia mydas* – e da tartaruga-da-amazônia – *Podocnemis expansa* –, que se alimentam de algas e plantas macrófitas flutuantes), ou consumidores de níveis tróficos superiores, predando invertebrados, peixes, anfíbios, répteis e até mesmo filhotes de mamíferos e aves (como os cágados do gênero *Mesoclemmys*), atuando, assim, parcialmente no controle de populações de tais grupos. Há, ainda, espécies que se alimentam de animais mortos (jabutis – *Chelonoidis* spp.), participando da ciclagem de nutrientes nos ambientes (POUGH; HEISER; JANIS, 2008). Em função de todos esses tipos de hábito, podem acumular toxinas provenientes dos componentes de sua dieta em seus tecidos, fornecendo informações sobre a qualidade ambiental. Ainda a respeito das cadeias alimentares, os quelônios são importantes presas para diversas espécies, tanto no meio

terrestre quanto aquático, geralmente como forma de alimento às espécies do topo de cadeias alimentares.

Os mamíferos terrestres voadores e não voadores de pequeno, médio e grande porte possuem diferentes importâncias ecológicas, onde se destacam: dispersão de sementes, predação e controle de pragas, regulação de presas, contribuindo para a manutenção do equilíbrio dos ambientes onde ocorrem. Como exemplo o peixe-boi fertiliza a água dos rios com os nutrientes encontrados em sua urina e fezes, qual serve de alimento para muitas espécies de peixes e plânctons. Além disso, contribuem para o controle de plantas aquáticas, regulando a sua multiplicação. Algumas espécies de morcegos possuem o hábito alimentar específico em frutas e insetos, desta forma, sendo considerados excelentes dispersores de sementes e controladores de insetos, quais podem transformar-se em pragas que atacam plantações (REIS, et al., 2006).

Os cetáceos apresentam grande importância ecológica. Muitas espécies são predadoras de topo de cadeia e influenciam a estrutura e a dinâmica dos ecossistemas, uma vez que são animais de tamanho grande e consumidores de quase todos os níveis tróficos, retirando dos ambientes grandes quantidades de presas (BOWEN, 1997; PAULY et al., 1998). Por esse motivo, as grandes baleias também possuem um importante papel nos ecossistemas, pois a biomassa ingerida é reciclada e disponibilizada como nutriente na superfície do oceano por excreção para outros seres da base da cadeia trófica. Esse processo que aumenta a produtividade marinha é um exemplo de "bomba" biológica (ROMAN et al., 2014). Os cetáceos também funcionam como hospedeiros para espécies comensais e parasitas (GASPARINI; SAZIMA, 1996), sendo muitas vezes uma relação obrigatória para essas espécies. Quando morrem, sua carcaça constitui uma fonte de recurso para diversas espécies, que podem se suceder até a decomposição total da carcaça (BALLANCE, 2008; BORNATOWSKI et al., 2012).

Também têm grande importância para o homem, fazendo parte do imaginário popular, de lendas e folclores desde a Grécia antiga (CONSTANTINE, 2009). Na modernidade, estão presentes na cultura popular, literatura e artes, exercendo grande fascínio ao público (FORESTELL, 2009). O turismo de observação de cetáceos na natureza (*whale-watching*) movimenta no mundo bilhões de dólares anualmente e atrai milhões de pessoas, encontrando-se em franco crescimento no Brasil e no mundo (HOYT, 2001).

Por conta da sua característica de animais bioacumuladores, com as fêmeas transmitindo contaminantes para sua prole pela amamentação, e com vida longa, os cetáceos são considerados "sentinelas" dos ecossistemas marinhos em que vivem (WELLS et al., 2004), ou seja, sua saúde reflete a dos ecossistemas em que vivem. As respostas que os cetáceos têm aos impactos humanos dão-se de diferentes formas, como mortalidade, diminuição da sobrevivência e/ou natalidade, injúrias, doenças, respostas fisiológicas relacionadas ao estresse, mudanças de distribuição e mudanças comportamentais de variados tipos (como vocalizações, intervalo respiratório, velocidade e direcionalidade dos movimentos). Assim, monitorar distintos parâmetros de certas populações de cetáceos fornece importantes informações sobre os impactos de atividades humanas.

O conhecimento gerado em época pretérita ao desastre ambiental aqui estudado sobre a diversidade, riqueza, parâmetros populacionais, espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, exóticas e/ou invasoras dos grupos taxonômicos abordados nesta área temática é de suma importância na avaliação do impacto ambiental.

4.3.2 Aspectos metodológicos

Os grupos faunísticos aqui abordados são: ictiofauna (peixes), entomofauna (insetos e artrópodes), herpetofauna (répteis e anfíbios, incluindo quelônios de água doce e marinha), avifauna (aves) e mastofauna (mamíferos voadores e não-voadores, incluindo os cetáceos).

A metodologia empregada para a realização deste relatório de linha-base foi basicamente a coleta de dados secundários e descrição das informações encontradas. Em cada grupo taxonômico, será apresentado seu detalhamento metodológico. Para uma melhor compreensão e visualização dos resultados obtidos para os grupos taxonômicos entomofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna, eles são revelados por trecho (alto, médio e baixo rio Doce). Já para os grupos taxonômicos dos cetáceos, quelônios e ictiofauna, os resultados são apresentados para os ambientes continentais e marinhos.

4.3.3 Ictiofauna

4.3.3.1 Metodologia

A caracterização da ictiofauna foi desenvolvida por meio de informações secundárias disponíveis em bancos de dados, bibliografias e entidades ambientais públicas e privadas. Foram utilizadas as seguintes bases para o levantamento e sistematização desses dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, base de dados das universidades: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Itajubá (Unifei), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Universidade Vila Velha (UVV), Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), além do Projeto Taxonline, FishBase e Neodat.

Além dessas informações, coleções científicas de três instituições que apresentam material coligido na região em estudo foram consultadas:

- Rio de Janeiro: Museu Nacional do Rio de Janeiro (**MNRJ**) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – via *on-line* Neodat.
- São Paulo: Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (**MZUSP**) – via *on-line* Neodat.
- Espírito Santo: Coleção Ictiológica da Universidade Federal do Espírito Santo (CIUFES) – *Species Link Network* (http://splink.cria.org.br).
- Rio Grande do Sul: Museu de Ciências e Tecnologia (**MCP**) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – via *on-line* Neodat.

A nomenclatura científica utilizada segue os catálogos e referências tradicionais dos grupos aquáticos (MENEZES et al., 2003; BUCKUP; MENEZES; GHAZZI, 2007).

Para os peixes marinhos, as seguintes bibliografias foram utilizadas para compor a lista referencial de espécies: Andrade (2016), Bolzan (2013), Caldeira (2009), Correa e Krohling (2010), Lima (2012), Macieira (2013), Laffranchi Neto (2013), Pimentel (2013), Pinheiro (2010) e Simon (2010). Para os de água doce, as principais referências empregadas foram: Alves et al. (2007), Cardoso (2010), Fadini (2014), Marques, Belei e Sampaio (2013), Sarmento-Soares (2008), Sarmento-Soares e Martins-Pinheiro (2009, 2010, 2014a, 2014b), Silva, Malabarba e Malabarba (2017), Siqueira (2010), Vasconcellos et al. (2008), Vieira (2006, 2010) e Vieira, Alves e Santos (2000). Também foram consultados os relatórios das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Bom Jesus do Galho e Sumidouro (CEMIG, 2012a), Peti (CEMIG, 2011a), Poquim (CEMIG, 2012b) e Tronqueiras (CEMIG, 2011b) e das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Sá Carvalho (CEMIG, 2011c) e Salto Grande (CEMIG, 2012c).

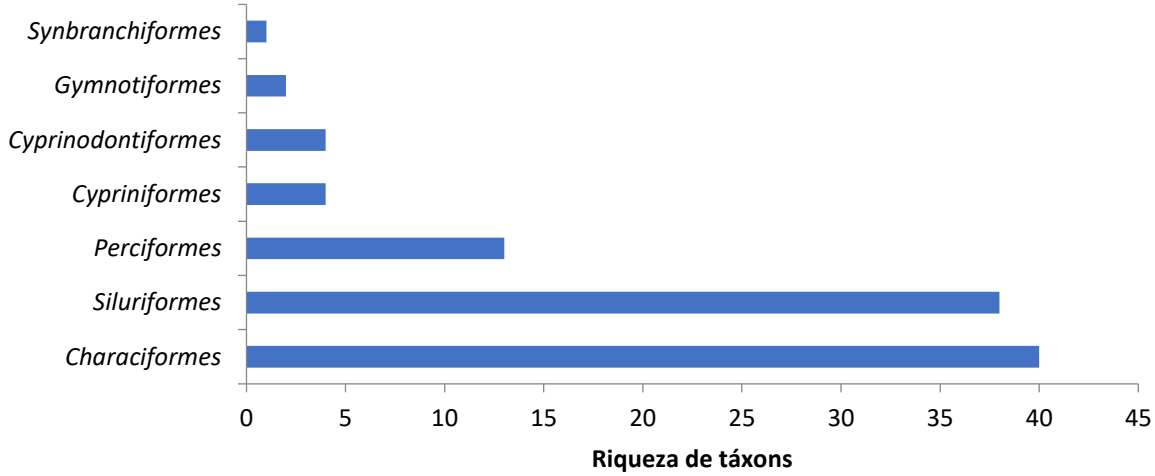
4.3.3.2 Resultados

Riqueza

De forma geral, o levantamento de dados revelou que a ictiofauna da bacia hidrográfica do rio Doce e do ambiente marinho adjacente é composta por pelo menos 501 espécies de peixes de pequeno (< 20cm), médio (entre 20 e 40 cm) e grande porte (> 40cm), as quais estão distribuídas em 126 famílias de 39 ordens. A lista das espécies encontradas no levantamento bibliográfico está no **Apêndice B**. As ordens com maior riqueza foram: *Perciformes* (pescadas, robalos, garoupas, vermelhos e carapicus), com 48,3% do total de espécies registradas, seguidas de *Siluriformes* (bagres e cascudos), com 8,6%, e *Characiformes* (lambaris), com 7,9%.

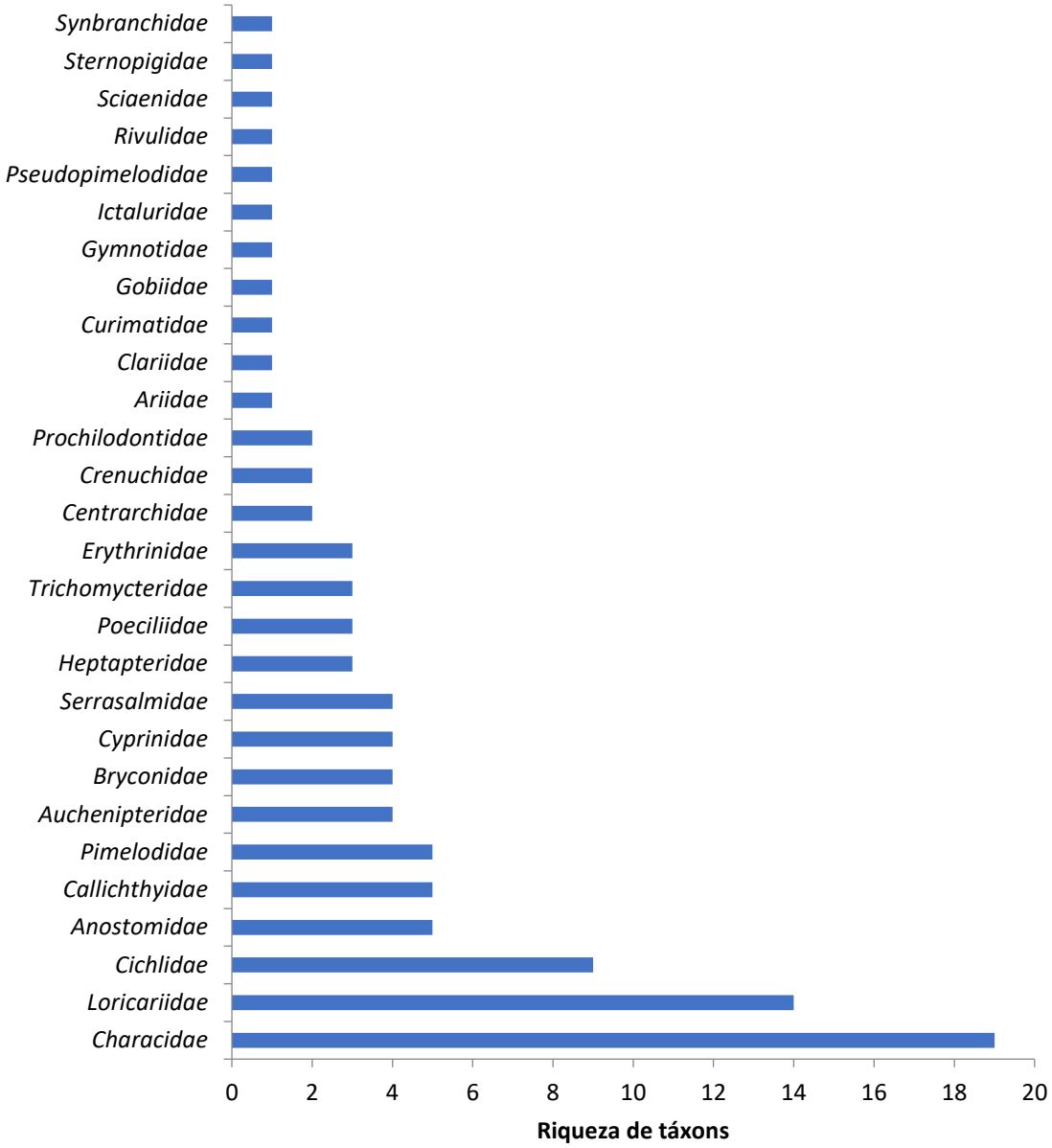
As informações levantadas para os trechos alto, médio e baixo da bacia, ambiente de água doce, indicam a ocorrência de pelo menos 102 espécies de peixes, distribuídas em sete ordens e 28 famílias, sendo as ordens *Characiformes* (39,2%; 40 espécies), *Siluriformes* (37,2%; 38 espécies) e *Perciformes* (12,7%; 13 espécies) as mais representativas. Considerando as famílias, as maiores riquezas foram registradas para *Characidae* (18,6%; 19 espécies), *Loricariidae* (13,7%; 14 espécies) e *Cichlidae* (8,8%; 9 espécies) (Figura 21).

Figura 21 – Frequência absoluta de táxons levantados para a bacia hidrográfica do rio Doce, distribuídos de acordo com as ordens.



A riqueza de táxons levantada para a bacia do rio Doce, considerando apenas as espécies de ambientes de água doce, representa 1,69% das 6.025 espécies de peixes registradas nas Américas do Sul e Central (REIS; KULLANDER; FERRARIS JR, 2003) e 4,25% das 2.400 espécies da região neotropical (LOWE-MCCONNEL, 1999). Especificamente, quanto à ictiofauna da Mata Atlântica, que, de acordo com Abilhoa et al. (2011), apresenta 270 espécies, o valor levantado para a bacia do rio Doce representa 37,8% Figura 22.

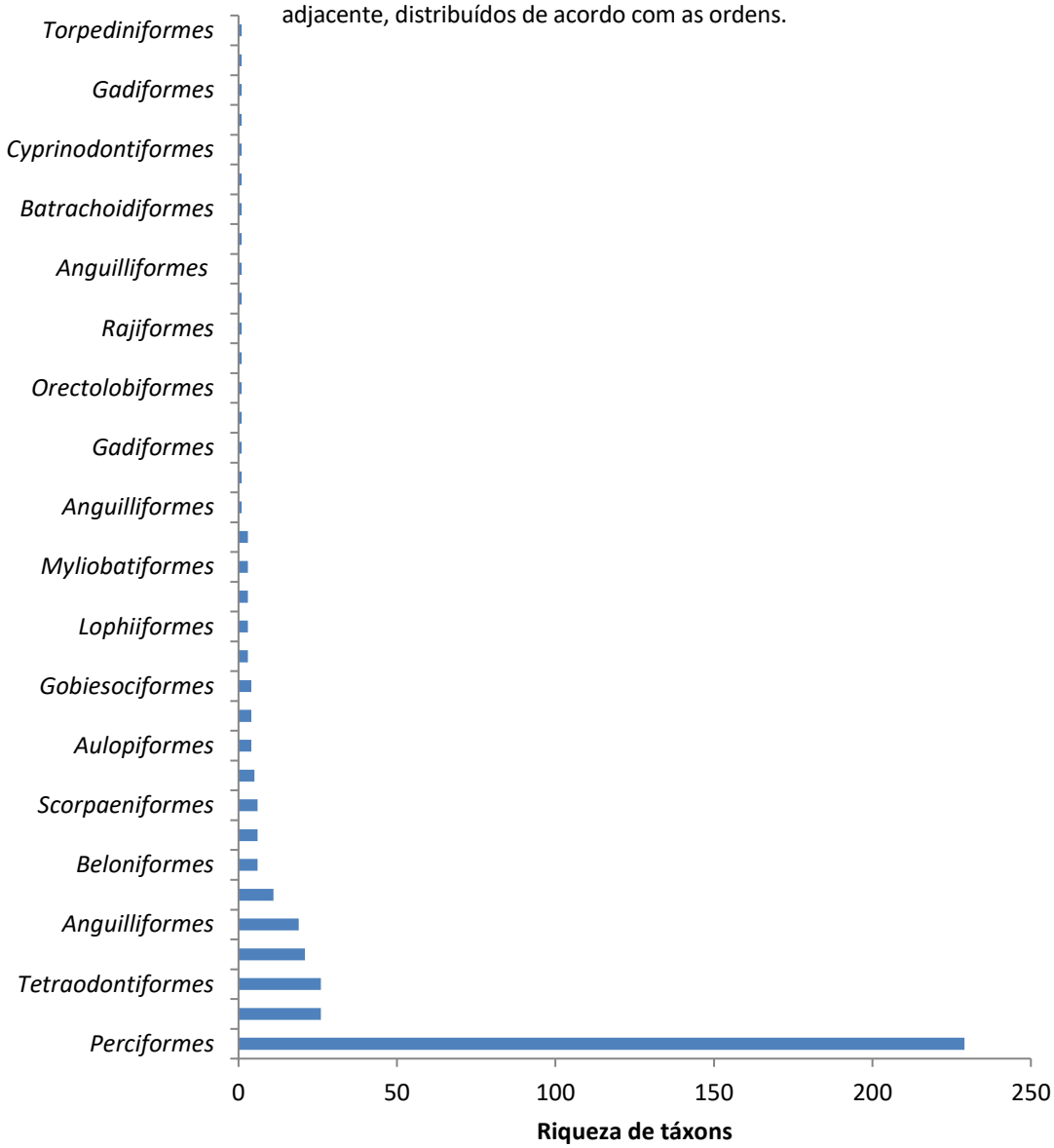
Figura 22 – Número de táxons levantados para a bacia hidrográfica do rio Doce, distribuídos de acordo com as famílias.



As informações levantadas para a foz do rio Doce e o ambiente marinho adjacente indicam a ocorrência de pelo menos 399 espécies de peixes, distribuídas em 35 ordens e 103 famílias, sendo as ordens Perciformes (57,4%; 229 espécies), Pleuronectiformes (6,5%; 26 espécies), Tetraodontiformes (6,5%; 26 espécies) e Clupeiformes (5,3%; 21 espécies) as mais representativas. Considerando as famílias, as maiores riquezas foram registradas para Sciaenidae (7,1%; 28 espécies), Carangidae (5,5%; 22 espécies), Serranidae (5,1%; 20 espécies) e Gobiidae (4,7%; 19 espécies).

De acordo com o número de espécies de peixes predominantemente marinhos registradas para a costa brasileira por Menezes et al. (2003), a riqueza de táxons observada para a foz do rio Doce e ambiente marinho adjacente representa 30,8% (Figura 23).

Figura 23 – Frequência absoluta de táxons levantados para a foz do rio Doce e ambiente marinho adjacente, distribuídos de acordo com as ordens.



Distribuição

Tendo como base a composição e estrutura da ictiofauna da bacia hidrográfica do rio Doce e ambiente marinho adjacente, a área estudada pode ser segmentada em quatro unidades ambientais, ou ictiocenoses, que correspondem a ecossistemas aquáticos com padrões ambientais relativamente homogêneos:

- ictiofauna de água doce;
- ictiofauna estuarina;
- ictiofauna das zonas de arrebentação (praias);
- ictiofauna dos ambientes recifais.

A ocorrência dessas distintas ictiocenoses propicia a manutenção de um considerável número de espécies, as quais apresentam variações na sua abundância e fase de desenvolvimento, de acordo com cada ambiente considerado. Esse fato pode estar

relacionado a diversos fatores, como, por exemplo, as diferentes faixas de tolerância que as espécies apresentam às condições físico-químicas, as distintas exigências e tolerâncias que cada espécie apresenta durante seu ciclo de vida ou, até mesmo, um comportamento nômade ou errante da espécie, a qual pode permanecer em um determinado ambiente enquanto as condições ambientais estão próximas do seu ótimo ecológico.

Ictiofauna de água doce

A floresta atlântica tem seu domínio constituído por várias formações florestais, entre elas, a floresta ombrófila densa (Mata Atlântica) e os ecossistemas associados – manguezal e vegetação de restinga (GUSMÃO, 1990). A área de estudo está localizada na sua região de domínio, que tem alto grau de diversificação e endemismo das espécies de peixes (MENEZES, 1996). Isso se deve à concentração de grande número de bacias hidrográficas independentes, aliada ao efeito isolador das cadeias de montanhas que separam os diversos vales da região. Exemplos de diversidade e endemismo ictiológico dessa área podem ser dados por espécies de lambaris, cascudos, bagres e peixes-anuais.

Essas comunidades são afetadas de modo marcante por mudanças estacionais decorrentes da expansão e contração do ambiente aquático durante as variações climáticas (LOWE-MCCONNELL, 1975), sendo que as espécies resistem a grandes alterações, com o ambiente variando de riachos correntosos, durante a época de chuva, a poças isoladas, nas épocas de baixa pluviosidade (UIEDA, 1983).

De maneira geral, a ictiofauna levantada para toda a região apresenta formas migradoras, que são aquelas espécies que usam a calha dos rios de médio e grande porte para deslocamentos reprodutivos, alimentares e/ou de crescimento; formas de ocorrência generalizada, que são espécies normalmente de médio (entre 20 e 40 cm) e grande (> 40 cm) porte que ocorrem em diversos tipos de ambiente aquático; formas introduzidas, que são aquelas espécies que ocorrem nos ambientes aquáticos por causa da introdução acidental (aquicultura) ou intencional (“peixamento” de represas); e formas de sistemas fluviais pequenos, com ictiocenoses normalmente formadas por espécies de pequeno porte que ocorrem em riachos.

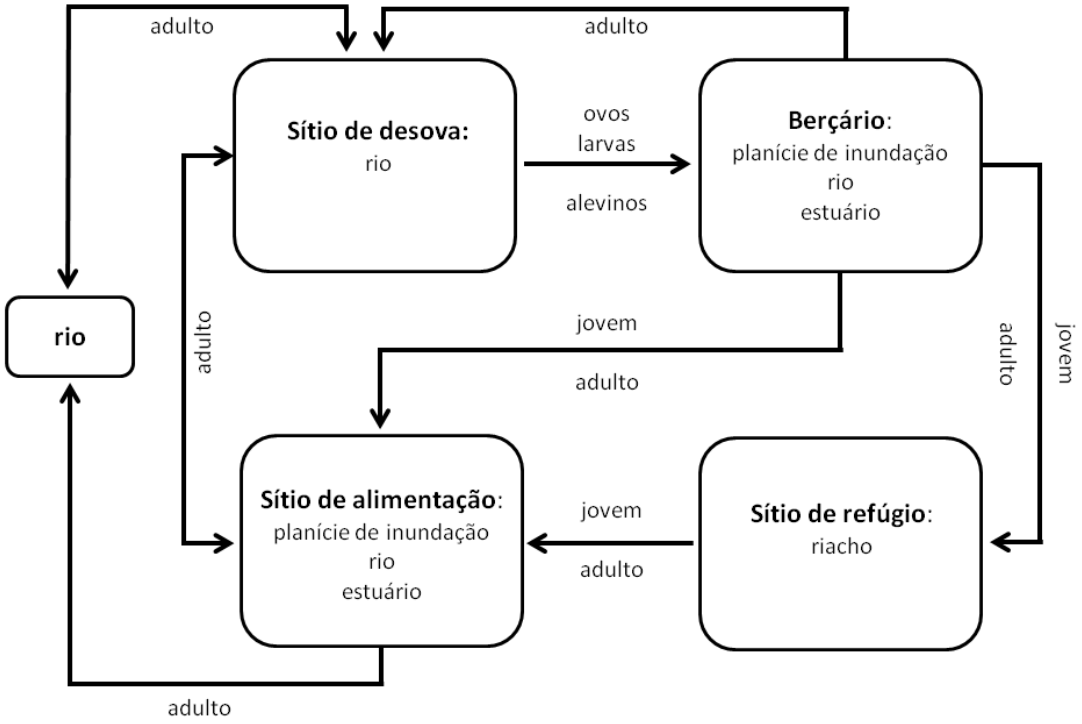
Com relação às espécies migradoras, o modelo de migração das diversas espécies neotropicais é complexo. Normalmente, as distintas espécies migram (ou dispersam) ao longo dos rios durante todos os estágios de vida. Ovos e larvas realizam migrações passivas para jusante, enquanto jovens e adultos em estágios de pré e pós-desova podem tanto subir quanto descer o rio. A migração rio acima é o movimento pré-desova mais comum registrado para as espécies migradoras brasileiras (GODINHO; KYNARD, 2008). Embora a piracema constitua o movimento migratório mais evidente, os deslocamentos dos peixes migradores também incluem o carreamento de ovos e larvas rio abaixo, o movimento dos jovens e o retorno dos adultos para os sítios de alimentação (PETRERE JR, 1985; BARTHEM; RIBEIRO; PETRERE JR, 1991; POMPEU, 2003; BAUMGARTNER et al., 2004; GODINHO; SUZUKI et al., 2004).

Na bacia hidrográfica do rio Doce, as espécies migradoras são aquelas que usam a calha do rio e de tributários para deslocamentos reprodutivos, alimentares e/ou de crescimento, normalmente apresentando desova total e migrando sazonalmente em cardumes a montante durante o período de primavera/verão. Como os ovos derivam rio

abaixo enquanto se desenvolvem, um gradiente longitudinal na densidade de ovos/larvas pode ser observado, sendo os ovos mais abundantes nos trechos superiores ("cabeceiras") e as larvas nos trechos inferiores ("foz") dos rios. Entre os peixes que apresentam esse comportamento, destacam-se Prochilodontidae, Pimelodidae, alguns Characidae e Anostomidae.

Com relação aos riachos, de forma geral a ictiofauna que ocorre nesses ambientes na bacia do rio Doce (BELEI; SAMPAIO, 2013; MARQUES; VIEIRA, 2006; FADINI, 2014) é representada principalmente por espécies torrentícolas, que são aquelas adaptadas à vida em cursos de água corrente, nos quais o regime de chuvas tem papel importante. As chuvas intensas promovem alterações bruscas nos ambientes lóticos, provocando modificações no leito, no carreamento de sedimentos, na vegetação ripária, no substrato e, consequentemente, nos *habitats* nas comunidades (GORDON, 1993). Esses fatores ambientais são relevantes na estruturação das assembleias de peixes e também podem impor uma grande limitação ao estabelecimento de outros organismos no ambiente lótico (VANNOTE et al., 1980).

Figura 24 – Modelo geral de migração de peixes de água doce do Brasil.



No caso de riachos pequenos, além do papel das chuvas na estruturação das comunidades, variações locais na velocidade do fluxo, natureza do fundo, profundidade e vegetação ripária propiciam aos riachos uma grande disponibilidade de pequenos ambientes, que apresentam espécies com diferentes preferências. Em decorrência da redução da luz incidente causada pela sombra das espécies florestais e correnteza relativamente acentuada, os riachos são sistemas aquáticos com baixa produtividade biológica, dependentes da floresta (WALKER, 1990), a qual atua como fonte de recursos alimentares para o sistema lótico, que são a base da cadeia trófica nesses ecossistemas (SANTOS; FERREIRA, 1999).

Muito embora o termo "ictiofauna de riachos" não possa definir uma unidade natural, o pequeno porte (< 15 cm) de seus componentes parece ser uma característica importante desse ecossistema (CASTRO, 1999). Além dela, a ictiofauna da floresta atlântica apresenta alta percentagem de espécies exclusivas (ABILHOA et al., 2011), com destaque para *Deuterodon pedri*, *Moenkhausia doceanus*, *Pareiorhaphis nasuta*, *Parotocinclus doceanus*, *Parotocinclus planicauda*, *Characidium* sp., *Phalloceros elachistos*. Seguem exemplares encontrados na bacia do rio Doce (Figura 25 a Figura 35).

Figura 25 – *Astyanax* aff. *fasciatus*.



Figura 26 – *Astyanax* aff. *Lacustris.*



Figura 27 – *Leporinus copelandii*.



Figura 28 – *Prochilodus costatus*.



Figura 29 – *Characidium* sp.



Figura 30 – *Hoplias malabaricus*.



Figura 31 – *Rineloricaria* sp.



Figura 32 – *Crenicichla* sp.



Figura 33 – *Hypostomus* sp.



Figura 34 – *Crenecichla* sp.



Figura 35 – *Gymnotus* aff. *carapo*.



Ictiofauna estuarina

De forma geral, os estuários podem ser definidos como corpos d'água semiconfinados conectados com o oceano, em que ocorre diluição da água do mar por meio da água doce oriunda de aporte continental (PRITCHARD, 1967). São ambientes dinâmicos que diferem do

ecossistema marinho costeiro por receber influência limnética e nerítica (ELLIOT; MCLUSKY, 2002). Neles, além do papel importante das interações biológicas (KENNISH, 1990), a circulação e mistura da água do mar e água doce controlam muitos processos ecológicos, como, por exemplo, a distribuição de nutrientes, material em suspensão e plâncton, como também a regulação físico-química (DAY JR et al., 1989; MCLUSKY, 1989). Esses ambientes mostram alta produtividade (ODUM, 1988), que ocorre devido aos insumos externos sob a forma de nutrientes trazidos pelos rios e fluxo de marés (RICKLEFS, 2003).

Os estuários caracterizam-se também por apresentar a biota aquática altamente adaptável às pressões ambientais e estabilidade ecológica em um ambiente dinâmico e variável, porém frágil às mudanças provocadas pelo homem (YÁÑEZ-ARANCIBIA, 1985). Esses ambientes oferecem aos organismos importantes áreas de alimentação, crescimento, abrigo e reprodução (KENNISH, 1990), essenciais nas diferentes fases da vida de muitos peixes e invertebrados (RICKLEFS, 2003), funcionando, ainda, como *habitat* permanente para muitos peixes (HORN, 1980; CHAO et al., 1982; CORRÊA, 1987, 1994; YAMAGUTI et al., 1994; MACIEL, 1995; HOSTIN-SILVA et al., 1997a, 1997b).

As espécies levantadas para este ambiente apresentam, como seria de se esperar em uma área com características semelhantes às da zona nerítica adjacente, uma predominância de peixes marinhos costeiros, coincidindo em parte com a ictiofauna estuarina e de águas costeiras rasas (< 10 m) determinada por Yamaguti et al. (1994) para a região entre Rio de Janeiro e São Paulo. Isso está provavelmente relacionado ao fato de a maioria das espécies que ocorrem na costa central e sudeste do Brasil distribuir-se desde os Estados Unidos (ou da região do mar do Caribe) até o norte da Argentina (CORRÊA, 1987; CASTELLO, 1994). Vieira e Musick (1994) determinam, ainda, que a ictiofauna estuarina compreendida entre a Venezuela e o Nordeste do Brasil pode ser agrupada pela sua similaridade em uma zona tropical do Atlântico.

Comparadas ao observado em áreas costeiras para a região da Bahia (LOPES et al., 1999; LOPES; OLIVEIRA-SILVA; SOUZA, 2001), norte do Espírito Santo (LIMA, 2012; BOLZAN, 2013; LAFFRANCHI NETO, 2013; ANDRADE, 2016), Ubatuba, em São Paulo (GIANINNI apud MACIEL, 1995), baías de Paranaguá (CORRÊA, 1987) e Guaratuba (CHAVES, 1995), ambas no litoral do Paraná, Laguna (MONTEIRO NETO et al., 1990) e foz do rio Itajaí-Açu, em Santa Catarina, que citam como particularmente comuns à área espécies de Carangidae, Ariidae, Clupeidae, Haemulidae, Scombridae, Serranidae, Gerreidae, Sciaenide, Tetraodontiformes e Pleuronectiformes, as semelhanças ocorrem principalmente com peixes que apresentam alguma associação com os estuários, o que, segundo Chao et al. (apud HAIMOVICI; VOOREN; CASTELLO, 1994), pode se dar mediante espécies que frequentam os estuários enquanto jovens para seu desenvolvimento, que apresentam seu ciclo reprodutivo ou parte dele ligado às águas estuarinas e costeiras, ou espécies estuarinas residentes.

A ictiofauna da foz do rio Doce é composta por uma combinação de espécies estuarinas residentes (ou residentes), as quais completam seu ciclo de vida no estuário; estuarinas transientes (ou marinhas dependentes), que reproduzem na plataforma continental, porém os indivíduos juvenis usam o estuário como berçário; e visitantes ocasionais (ou marinhas visitantes), geralmente adultas, que entram no estuário para se alimentar.

Com relação a esses grupos funcionais, a grande maioria das espécies registradas no estuário é marinha dependente. Esse grupo é composto, principalmente, por exemplares ainda em fase juvenil, que não necessariamente apresentam uma dependência do ambiente estuarino, mas o utilizam de forma oportunista em busca de refúgio e abundância de alimento. É representado, sobretudo, pelas famílias Engraulidae (manjuba), Clupeidae (sardinha), Mugilidae (tainhas), Carangidae (xaréus e salteiras), Centropomidae (robalos), Lutjanidae (cioba e dentão), Gerreidae (carapebas), Sciaenidae (pescadas) e Gobiidae (amborês).

Ictiofauna das zonas de arrebentação (praias)

Praias são depósitos de sedimentos arenosos não consolidados sobre a região costeira, dominados principalmente por ondas e limitados internamente pelos níveis máximos de ação de ondas e externamente pelo início da zona de arrebentação. A zona de arrebentação (*breaking zone*) é a porção de praia em que ocorre a quebra das ondas (MCFARLAND, 1963; MODDE; ROSS, 1981).

A presença de poucas espécies dominantes é uma característica inerente à ictiofauna deste tipo de ambiente, uma vez que poucas espécies conseguem se manter e reproduzir em um ambiente tão turbulento e mutável (MCFARLAND, 1963; MODDE; ROSS, 1981).

A ação contínua das ondas sobre o fundo arenoso disponibiliza os nutrientes mineralizados pela fauna intersticial e macrofauna, o que permite a ocupação e sobrevivência de uma vasta comunidade de invertebrados filtradores (MCLACHLAN, 1980). Essa grande disponibilidade de alimento filtrante permite o uso dessas áreas por uma grande comunidade de planctófagos, como sardinhas e manjubas (MCLACHLAN, 1983; REINA-HERVAS; SERRANO, 1987). De fato, muitos trabalhos encontraram uma grande quantidade de cardumes de Clupeiformes (sardinhas) habitando as zonas de arrebentação (MCFARLAND, 1963; BECKLEY, 1984; LOPES et al., 1999), indicando a utilização massiva desses *habitats* por uma fauna tipicamente transiente entre os ambientes estuarinos e o mar aberto (STRYDOM, 2003).

Além de Clupeidae e Engraulidae, uma grande quantidade de Carangidae e Sciaenidae é comum em áreas de arrebentação, como registrado em outras praias do mundo (MODDE; ROSS, 1983; ROSS, 1983; NELSON, 1986; ROSS; LANCASTER, 2002). Essas espécies são principalmente zooplanctófagas quando juvenis e encontram grande oferta de alimento em ambientes de áreas rasas, como as praias arenosas oceânicas e estuarinas.

As zonas de arrebentação são dominadas por um pequeno número de espécies, o qual permanece quase constante ao longo de grandes áreas geográficas. De modo geral, a grande maioria das espécies é constituída por migrantes sazonais ou esporádicas, sendo poucas consideradas verdadeiramente residentes nesse tipo de ambiente (MCLACHLAN, 1983).

A ocupação de ambientes pouco profundos, como o praial, é limitada pelo tamanho corpóreo individual, sendo peixes maiores e provavelmente adultos eventuais ou ausentes (LASIAK, 1986; SUDA; INOUE; UCHIDA, 2002) e a maioria dos indivíduos capturados de pequeno porte e imatura (ROBERTSON; LENANTON, 1984; LASIAK, 1986; REINA-HERVAS; SERRANO, 1987; CLARK, 1997).

Na área marinha adjacente, as espécies mais abundantes são praticamente as mesmas que dominam as capturas em zonas de arrebentação de outras regiões do Brasil. A

composição da ictiofauna nessas zonas ao longo do litoral brasileiro é dominada por poucas espécies das famílias Atherinidae, Carangidae, Clupeidae, Engraulidae e Sciaenidae (CHAO et al., 1982; CORRÊA, 1987; PAIVA FILHO; TOSCANO, 1987; CUNHA, 1988; MONTEIRO NETO et al., 1990; LEDO, 1994; FIGUEIREDO et al., 1995; GODEFROID; HOFSTAETTER, 1995; LOPES et al., 1999).

A composição ictiofaunística revela espécies pelágicas, demersais e bentônicas, sendo a maioria abundante em águas rasas (YAMAGUTI et al., 1994). Esses ambientes representam áreas de reprodução, sendo que os jovens também se aproximam da costa em busca de abrigo, alimento ou outras condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Ictiofauna de ambientes recifais

Um recife coralíneo, sob o ponto de vista geomorfológico, é uma estrutura rochosa, rígida, resistente à ação mecânica de ondas e correntes marinhas, construída por organismos marinhos (animais e vegetais) portadores de esqueleto calcário (LEÃO apud SERAFIM; HAZIN, 2005). O termo "ambiente recifal" é utilizado normalmente para designar ambientes consolidados, formados por recifes de coralíneos. Apesar disso, os corais não são os únicos organismos que caracterizam um ambiente recifal, pois o substrato consolidado que forma um recife pode ter origem de rochas, estruturas artificiais, algas ou até mesmo diversas associações entre essas estruturas (LEÃO apud SERAFIM; HAZIN, 2005)

Devido à grande proporção de espécies endêmicas, a ictiofauna recifal brasileira compõe uma província zoogeográfica própria (FLOETER; GASPARINI, 2000; FLOETER et al., 2008), separada de outras províncias do Atlântico por vários filtros biogeográficos (ROCHA, 2003; FLOETER et al., 2008). Por apresentar uma pequena área recifal, quando comparados com o restante das zonas costeiras do Atlântico e do mundo, e abrigar um grande número de espécies endêmicas, os recifes brasileiros possuem grande prioridade para a realização de estudos e programas para conservação (MOURA, 2000).

Em função da complexidade do ambiente, os peixes recifais apresentam uma grande variedade de formas e hábitos, assim como podem ser identificadas diversas associações intra e interespecíficas. A grande variedade de ambientes e nichos faz com que algumas espécies ocupem determinado local, especializando-se na utilização de determinados recursos. No Brasil, por exemplo, são conhecidas mais de 500 espécies de peixes recifais.

A cadeia de recifes coralíneos biogênicos distribui-se por cerca de 3.000 km, desde o norte do Espírito Santo até o Pará, sendo essas cadeias os únicos ecossistemas recifais do Atlântico Sul. A maioria das espécies de corais que formam esses recifes é endêmica da costa brasileira e desenvolve estruturas únicas, não encontradas em outras partes do mundo (SERAFIM; HAZIN, 2005).

Os recifes de coral ocorrem em quase toda a extensão do litoral do estado da Bahia e Espírito Santo, sendo mais comuns na plataforma continental interna (LEÃO, 1996). Na região marinha adjacente, as estruturas recifais apresentam variadas formas de crescimento e dimensões. Os recifes da região são corpos isolados, comumente alongados e paralelos à costa, com dimensões que podem variar de alguns poucos metros de comprimento e largura até cerca de 1 a 2 km de extensão. Essas estruturas estão localizadas em águas rasas (< 10 m) e o

topo pode emergir ou ficar muito raso (cerca de 2 a 3 m de profundidade) durante as marés baixas (MOURA; FRANCINI-FILHO, 2005).

Nesse ambiente, é possível a ocorrência de pelo menos 550 espécies de peixes recifais para a costa brasileira e 266 para o banco de Abrolhos (MOURA; FRANCINI-FILHO, 2005), que se estendem desde a interface areia/rocha e o substrato consolidado propriamente dito até a coluna de água acima deste. Na interface areia/rocha, são comumente observados representantes de *Synodus* (peixe-lagarto). Já nas paredes verticais do recife, são particularmente comuns as espécies *Abudefduf saxatilis* (sargentinho), *Stegastes fuscus* (donzelinhas), *Chaetodon striatus* (peixe-borboleta) e *Holacanthus ciliares* e membros das famílias *Lutjanidae* e *Haeumidae*. Além dessas espécies, de acordo com estudos realizados na região (FLOETER et al., 2001; COSTA; BRAGA; ROCHA, 2002; FEITOZA; ROSA; ROCHA, 2005; PINHEIRO, 2010; SIMON, 2010), várias outras famílias podem ocorrer, destacando-se representantes de Muraenidae, Labridae, Pomacanthidae, Acanthuridae, Scaridae, Balistidae e Diodontidae, assim como cavalos-marinhos (Syngnathidae).

Na coluna de água acima do recife, é possível a ocorrência de predadores pelágicos, como lírios e xaréus (Carangidae), barracudas (Sphyraenidae) e a piragica do gênero *Kyphosus* (*Kyphosidae*). Os grandes predadores demersais estão representados por garoupas (*Epinephelus* sp.), meros (*Epinephelus itajara*) e badejos (*Mycteroperca* sp.), assim como diversos representantes da família Lutjanidae (vermelhos). Seguem as espécies encontradas no ambiente marinho adjacente à bacia do rio Doce (Figura 36 a Figura 47).

Figura 36 – *Anisotremus virginicus.*



Figura 37 – *Carangoides bartolomei*.



Figura 38 – *Cephalopholis fulva*.



Figura 39 – *Carangoides crysus*.



Figura 40 – *Haemulon plumierii*.



Figura 41 – *Epinephelus itajara*.



Figura 42 – *Lutjanus synagris*.



Figura 43 – *Epinephelus morio*.



Figura 44 – *Calamus pena*.



Figura 45 – *Lagocephalus laevigatus*.



Figura 46 – *Odontocion dentex*.



Figura 47 – *Rhinobatos percellens*.



Espécies Raras e Ameaçadas

Recentemente, o esforço conjunto de diversos especialistas permitiu a avaliação do *status* de conservação de 4.507 espécies de peixes (3.131 de água doce e 1.376 marinhos) ocorrentes no Brasil, a qual resultou no diagnóstico que indicou que cerca de 10% das espécies avaliadas estão ameaçadas de extinção, sendo 3% incluídas na categoria de "quase ameaça" (BRASIL, 2016). O esforço dessa avaliação culminou com a publicação da lista de espécies ameaçadas, pela Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Com base na referida portaria e nas listas de espécies ameaçadas de extinção de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2008) e Espírito Santo (PASSAMANI; MENDES, 2007), foram identificadas 38 espécies categorizadas como ameaçadas de extinção (**Apêndice C**).

Espécies Introduzidas (Exóticas)

Apesar das confusões conceituais na utilização dos termos, as denominações "espécie exótica", "espécie introduzida", "espécie alienígena", "espécie não nativa" e "espécie não indígena" devem ser consideradas sinônimas. De forma geral e simplificada, esses termos correspondem a "toda e qualquer espécie transportada e solta pelo homem, ou seja, introduzida, fora de sua área de distribuição natural, intencional ou acidentalmente" (FAO, 2006). Uma definição mais precisa é dada pela The World Conservation Union (IUCN, 2006):

> Espécie, subespécie ou o menor nível taxonômico identificável, encontrado fora de sua área de distribuição natural (atual ou precedente) e potencial dispersão (i.e. fora da área que ocupa naturalmente ou que poderia ocupar sem auxílio direto ou indireto do ser humano) incluindo qualquer parte, gameta ou propágulo da espécie que possa sobreviver e posteriormente reproduzir.

O aparecimento ou aumento de populações de espécies "exóticas" pode causar a redução ou extinção de populações nativas locais, devido à competição por alimentação e abrigo e à disseminação de parasitos. A extinção das espécies ou a alteração da sua composição nos ecossistemas pode levar a perdas irreversíveis dos recursos naturais. Os resultados da redução da biodiversidade são a redução dos recursos genéticos, a perda do potencial de fontes de alimentação e controle de doenças e a redução da estabilidade dos ecossistemas (KNAPP; MATTHEWS, 1999, 2000).

Foram registradas 25 espécies de peixes "introduzidas", ou seja, não nativas. Sua ocorrência nos ambientes aquáticos está relacionada com a introdução acidental (escape de aquicultura) ou intencional ("peixamento" de represas e lagos) (**Apêndice D**).

4.3.4 Entomofauna

4.3.4.1 Metodologia

O estudo da linha-base deste grupo taxonômico foi realizado em duas fases: a primeira tratou-se de um extensivo levantamento bibliográfico dos diferentes tipos de pesquisa desenvolvidos na área de abrangência deste estudo e a segunda foi sua descrição, visando à caracterização da fauna silvestre no período pretérito ao desastre.

É de suma importância a realização de um levantamento bibliográfico para definir um referencial teórico e, por meio disso, identificar as referências a ser utilizadas para a formatação de uma lista de espécies com ocorrência comprovada ou com potencial de ocorrência na área estudada, além de caracterizar a presença de espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, exóticas e/ou invasoras e abordar aspectos como dados de abundância, densidade e outros parâmetros populacionais

Esta pesquisa foi conduzida em toda a área de abrangência do estudo, compreendendo a bacia hidrográfica do rio Doce e os trechos do alto, médio e baixo rio Doce até a desembocadura desse mesmo rio no oceano Atlântico, com enfoque especial nas áreas afetadas pelo desastre. O trecho alto compreende a região da barragem de Fundão até a UHE Risoleta Neves, incluindo as cabeceiras do rio Doce na porção sul da Serra do Espinhaço rios Gualaxo do Norte, Carmo, Piracicaba e Piranga. O trecho médio inclui a região entre as UHEs Risoleta Neves e Mascarenhas, entre os municípios de Rio Doce (MG) e Baixo Guandu (ES), respectivamente. Esse trecho abrange os municípios mineiros de Ipatinga (passando pelo Parque Estadual do Rio Doce – PERD), Governador Valadares e Conselheiro Pena (onde se localiza o Parque Estadual Sete Salões – PESS). Por fim, o trecho denominado baixo rio Doce compreende a região entre o município de Baixo Guandu e Linhares, até a foz do rio Doce no oceano Atlântico.

Este extenso levantamento bibliográfico foi realizado mediante consultas em plataformas de periódicos nacionais e internacionais utilizando o *software* bibliométrico Publish or Perish® e em coleções museológicas pelo sistema integrado de dados primários de coleções científicas conhecido como speciesLink. Além disso, foram consultados diferentes estudos de impactos ambientais de empreendimentos da região disponíveis na rede mundial de computadores, bem como outros desenvolvidos nas unidades de conservação existentes na bacia hidrográfica do rio Doce, com enfoque especial para as áreas afetadas diretamente pelo desastre.

4.3.4.2 Resultados

Alto rio Doce

No estudo desenvolvido por Fagundes et al. (2007), cujo objetivo principal era avaliar o padrão sazonal de forrageio das formigas no Parque Estadual do Itacolomi (PEI), em Mariana/Ouro Preto (MG), foram registradas na transição I (estação chuvosa para seca) 51 espécies, sendo que 26 só ocorrem nessa estação. Na transição II (estação seca para chuvosa), foram encontradas 42 espécies, sendo 17 exclusivas dessa estação. Também foram registradas 25 espécies em ambas as estações. O estudo mostrou uma forte relação entre a sazonalidade e a comunidade de formigas forrageadoras no tocante à abundância, mas baixa relação de riqueza.

Espírito Santo (2008), em estudo realizado também no PEI, visou pesquisar a distribuição, riqueza e abundância de formigas em estágios sucessórios em área de floresta atlântica. Nesse estudo, verificou-se que o solo apresentou maior riqueza e abundância de espécies se comparado ao dossel e sub-bosque da floresta e que, entre os diferentes estágios sucessórios dessa vegetação, não houve diferença significativa quanto à riqueza e abundância, porém a composição foi distinta. No solo, foram registradas 116 morfoespécies (espécie reconhecida apenas pela sua morfologia) pertencentes a 24 gêneros; no sub-bosque, 61 morfoespécies em 16 gêneros; e, no dossel, 49 morfoespécies. Ao todo, foram observadas 155 morfoespécies, distribuídas em 27 gêneros. Entre as subfamílias que mais obtiveram morfoespécies registradas, estavam *Myrmicinae* para os três estratos florestais, *Ponerinae* e *Formicinae* no solo e *Formicinae*, *Ponerinae* e *Dolichoderinae* na vegetação.

Azevedo et al. (2008), em estudo sobre a fauna de abelhas nos campos rupestres da cadeia do Espinhaço, buscaram avaliar a taxa de riqueza, padrões de distribuição geográfica e ameaças para a conservação desse grupo. Os resultados, somando os dados primários e secundários, apontam para a existência de ao menos 600 espécies de abelhas. Entre as principais ameaças diagnosticadas, estão os seguintes aspectos: a mineração, as queimadas, a expansão imobiliária, a agropecuária, a apicultura comercial, o turismo desordenado e os reflorestamentos. A fauna em questão possui um número raro de espécies e pouca abundância de populações. Tanque (2009) analisou a composição e a sazonalidade de algumas subfamílias de *Ichneumonidae* (*Hymenoptera*) na unidade ambiental de Peti, no período de 2002 a 2003, tendo capturado 475 indivíduos pertencentes a 14 gêneros e 39 espécies. Também forneceu valores de diversidade, havendo maior abundância e riqueza na estação chuvosa.

Fagundes et al. (2010) desenvolveram um estudo no PEI em uma região de floresta estacional semidecidual montana, identificando a ocorrência de 15 espécies de formigas em interação com uma espécie de bambu (*Merostachys fichcheriana*), sendo a espécie *Brachymyrmex heeri* mais abundante entre os nós.

Em estudo realizado por Sabino et al. (2011) no PEI, com o objetivo de levantar a riqueza de espécies de abelhas em três fitofisionomias distintas nessa unidade de conservação, foram registradas 54 espécies, distribuídas em 25 gêneros e cinco famílias. Se comparada a riqueza levantada no estudo com outros também realizados na mesma região,

ela é baixa. Os autores justificam esse aspecto pelas particularidades climáticas e altitude elevada da área estudada. Como conclusão, apontam que a riqueza de abelhas foi maior na área de regeneração inicial, provavelmente devido à heterogeneidade nessa área ser maior que a das outras estudadas, tendo registrado um maior número de espécies de abelhas. Outra consideração realizada foi sobre as abelhas possuírem atividade sazonal ao longo do ano, seguindo a variação de recursos disponíveis, bem como estarem intimamente relacionadas com a diversidade de plantas, que disponibilizam alimento e sítio para nidificação.

Almeida, Louzada e Ribeiro (2011), em estudo realizado na estação ecológica do Tripuí, avaliaram a riqueza, abundância e composição de espécies de besouros de serapilheira. Foi registrada a ocorrência de 176 morfoespécies, pertencentes a 29 famílias, sendo a família *Staphylinidae* considerada a mais rica, com 29 morfoespécies (16%). Os pesquisadores constataram que a riqueza é influenciada pelo estágio sucessório da floresta e que as florestas em elevado estágio de conservação possuem grupos taxonômicos distintos. A abundância indicou que o estágio sucessório da floresta influenciou no número de indivíduos capturados. A floresta em estágio avançado também obteve maior quantidade de indivíduos, seguida pela floresta em estágio médio e inicial de sucessão ecológica.

Analisando o estudo desenvolvido por Curletti et al. (2013) sobre os gêneros Agrilus e Geralus da ordem Coleoptera na floresta atlântica presente no PERD e também no PEI, ao todo foram registradas 19 espécies.

Segundo Costa et al. (2015), a região da cadeia do Espinhaço é local de vários centros locais de biodiversidade e endemismo no Brasil. Com o intuito de aumentar o conhecimento sobre a riqueza de espécies de formigas, esses pesquisadores realizaram estudo no qual registraram a ocorrência de 288 espécies e 53 gêneros. *Myrmicinae* e *Formicinae* foram as subfamílias mais representativas, com 53% e 18% da riqueza total de espécies, respectivamente. Os gêneros com maior número de espécies foram *Pheidole* e *Camponotus*. A riqueza de espécies de formigas diminuiu com a altitude, com a maioria ocorrendo abaixo de 800 m s.n.m. (171) e poucas, acima de 1.600 m s.n.m. (17).

Santo e Ribeiro (2011) encontraram no PEI a espécie *Linepithema humile* (MAYR, 1868), considerada invasora em vários lugares do mundo. Essa espécie é nativa do sul da América do Sul e, devido ao seu padrão de comportamento social, possui capacidade de colonizar novos locais e impedir que outras espécies utilizem os mesmos recursos. Sua ocorrência no PEI é preocupante, pois, em outras regiões do Sudeste do Brasil, ela não foi encontrada em baixas densidades. Um exemplo do comportamento agressivo da espécie relatado pelos autores é que, nas árvores em que ela foi registrada, outras espécies de formigas também dominantes e altamente frequentes na unidade de conservação não foram encontradas, podendo *L. humile* estar deslocando espécies nativas do Itacolomi, acarretando alterações na assembleia de formigas e outros artrópodes da região.

Martins et al. (2012) compilaram as informações a respeito da fauna de abelhas dos campos rupestres ferruginosos no quadrilátero ferrífero do Parque Estadual Serra do Rola Moça (PESRM) e Ouro Preto a partir de dados secundários e primários. Os resultados apontam uma riqueza de 107 espécies: 101 na Serra do Rola Moça, 46 em Ouro Preto (área urbana) e 49 na Serra da Brígida, cada área apresentando cerca de 69, quatro e 13 espécies exclusivas, respectivamente. A maioria das espécies pode ser considerada rara pela baixa abundância. A

grande riqueza de espécies raras e/ou restritas aos ambientes de campos ferruginosos aumenta a importância desses ecossistemas para a conservação da fauna de abelhas.

Médio rio Doce

Segundo Francischetti (2007), foi registrada a ocorrência de 50 espécies de *Ephemeroptera*, pertencentes a sete famílias e 32 gêneros, no PERD. Esse grupo de insetos é importante indicador de qualidade ambiental e de interferências antrópicas que alteram o ambiente aquático. Foram descritas duas espécies restritas a áreas em elevado estágio de conservação: *Homoeoneuria* sp.n. (*Oligoneuriidae*) e *Thraulodes* sp.n. (*Leptophlebiidae*). Com a realização desse estudo, foi ampliado o conhecimento de 19 para 25 gêneros registrados para Minas Gerais, bem como de 28 para 37 espécies registradas nesse estado.

Em estudo realizado por Souza et al. (2014), avaliou-se o comportamento sazonal do mosquito palhinha (*Phlebotomine*, família *Psychodidae*), na área urbana de Timóteo (MG), foco endêmico de Leishmaniose Tegumentar (LT). Entre as variáveis climáticas avaliadas (precipitação, umidade relativa e temperatura), apenas a temperatura influenciou a ocorrência sazonal do inseto. No estudo, foi registrada a ocorrência de 17 espécies, sendo *Lutzomyia whitmanii* a mais abundante e principal vetor de LT. Os resultados sugerem que o ciclo de transmissão de *Leishmania* spp. ocorre na área urbana do município de Timóteo. Não houve correlação direta entre o comportamento sazonal e as variáveis climáticas, o que pode ser explicado principalmente por sua grande capacidade de adaptação aos ambientes antrópicos e marginais às residências, havendo acesso aos alimentos com maior facilidade e condições adequadas para sua reprodução. Francischetti et al. (2015) publicaram um estudo realizado na zona de amortecimento do PERD, com foco na efemeropterofauna na família *Baetidae*, registrando a ocorrência de dez gêneros e 19 espécies.

Silva et al. (2010) estudaram as borboletas frugívoras do PERD, registrando a ocorrência de 83 espécies, sendo quatro consideradas raras. Quanto às famílias representadas, *Biblidinae* possuía 28 espécies (33,7%), *Satyrinae*, 28 espécies (33,7%), *Charaxinae*, 16 espécies (19,4%), *Brassolinae*, seis espécies (7,2%), *Nymphalinae*, três espécies (3,6%) e *Morphinae*, duas espécies (2,4%). Foram registradas 75 espécies no dossel, sendo 11 exclusivas desse *habitat*, e 72 espécies no sub-bosque, sendo oito exclusivas desse estrato. Os resultados do estudo sugerem que a riqueza levantada no PERD é similar à de outras áreas da Mata Atlântica. Um destaque apontado pelos autores é sobre o registro da ocorrência de uma espécie ameaçada de extinção, *Agrias claudina*, e três consideradas raras, *Prepona pylene*, *Godartiana byses* e *Diaethria eluina*.

Ao analisar o estudo realizado por Castro et al. (2011) sobre as comunidades de formigas de serapilheira nas florestas estacionais semideciduais do PERD, foram registrados 51 gêneros, distribuídos em 11 subfamílias. Um fator que merece destaque nesse estudo é que foram observadas 11 subfamílias das 14 conhecidas para a região neotropical, demonstrando a importância biológica elevada dessa região para a comunidade de formigas. Desse total de gêneros, registraram-se 196 morfoespécies, entre espécies novas e raras.

Em um estudo elaborado por Souza et al. (2012) com o objetivo de levantar a diversidade de espécies de vespas sociais no PERD, foi registrada a ocorrência de 38 espécies, sendo dez registros inéditos e uma nova espécie do gênero *Mischocyttarus* para o estado. Os

períodos mais quentes e chuvosos do ano foram os mais propícios para o registro das espécies e também dos ninhos. A diversidade observada foi maior que em outros locais, como São Paulo e Bahia, o que pode ter sido motivado pelo elevado grau de conservação e menor antropização da unidade de conservação. Algumas espécies de vespas sociais da Mata Atlântica não ocorrem em áreas de cerrado, florestas ripárias, campo rupestre e áreas de pastagem. Assim, qualquer interferência em remanescentes florestais desse bioma pode afetar e diminuir sua diversidade, demonstrando a importância do PERD para a manutenção da diversidade de vespas sociais em Minas Gerais.

Nemésio (2003), em estudo realizado na Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdalla (RPPN-FMA), em Caratinga (MG), registrou a ocorrência de sete espécies de abelhas *Euglossina*. Oliveira e Wieloch (2005) descreveram uma espécie nova de *Onycophora* para a Mata Atlântica. Nemésio e Silveira (2006), em estudo que objetivou levantar a diversidade de espécies de abelhas associadas a orquídeas no PERD, registraram a ocorrência de 20 espécies. *Euglossa analis* e *Eulaema cingulata* apresentaram distribuições contrastantes com relação ao *habitat*: enquanto os machos da primeira espécie foram coletados em maior número no interior da mata, machos de *E. cingulata* foram mais comuns na borda ou próximo a esta. Neves (2005), em estudo realizado no PERD, amostrou 314 insetos herbívoros e separou-os em guildas por morfoespécies, fornecendo dados de abundância e riqueza para cada ordem/família. Soares (2006), com o objetivo de estudar a influência de fatores bióticos e abióticos nas comunidades de insetos herbívoros do PERD, encontrou 331 insetos herbívoros, de 153 espécies.

Analisando o estudo desenvolvido por Curletti et al. (2013) sobre os gêneros *Agrilus* e *Geralus* da ordem *Coleoptera* na floresta atlântica presente no PERD, foram registradas as espécies: *Geralius furciventris*, *Autarcontes mucoreus*, *Agrilus* (*Agrilus*) *gracchus*, *Agrilus* (*Agrilus*) *zikani*, *Agrilus* (*Agrilus*) *pirilampo*, *Agrilus* (*Agrilus*) *sedyi*, *Agrilus* (*Agrilus*) *luederwaldti*, *Agrilus* (*Agrilus*) *arnus*, *Agrilus* (*Agrilus*) *disorientatus*, *Agrilus* (*Agrilus*) *consentaneus*, *Agrilus* (*Agrilus*) *gileti*, *Agrilus* (*Agrilus*) *coal*, *Agrilus* (*Agrilus*) *rarestriatus*, *Agrilus* (*Agrilus*) *taediosus* e *Agrilus* (*Agrilus*) *vanini*. Para o PEI, foram observadas: *Agrilus* (*Agrilus*) sp., *Agrilus* (*Agrilus*) *clazon*, *Agrilus* (*Agrilus*) *badius* e *Agrilus* (*Agrilus*) *octavius*.

Nemésio e Paula (2013), em estudo realizado na RPPN-FMA sobre a fauna de abelhas associadas a orquídeas, registraram a ocorrência de oito espécies. *Euglossa despecta* foi uma das espécies dominantes registradas em estudo anterior, porém, neste estudo, não foi observada. As espécies registradas foram as seguintes: *Eufriesea surinamensis*, *Ef. violacea*, *Euglossa fimbriata*, *Eg. Pleosticta*, *Eg. securigera*, *Eg. truncata*, *Eulaema marcii* e *El. nigrita*.

Francischetti et al. (2015) realizaram um levantamento de *Ephemeroptera* no PERD e em sua área de amortecimento, identificando dez gêneros e 19 espécies. Também forneceram registros das espécies em outras localidades e relataram o substrato em que as espécies foram registradas em seus respectivos ambientes lóticos. Destaca-se o registro de *Camelobaetidius spinosus* (BOLDRINI; SALLES, 2012).

Baixo rio Doce

As restingas e as matas de tabuleiro presentes no delta do rio Doce, em conjunto com extensas áreas de brejos sob influência de várias lagoas do sistema de várzeas do vale do

Suruaca, foram demarcadas pela atividade agropastoril e crescimento urbano. Nesse conjunto de *habitats*, um levantamento de escarabeídeos (*Coleoptera*) foi desenvolvido por Schiffler et al. (2003), entre agosto e dezembro de 2000, mais especificamente em seis áreas: (i) fazenda Maria Bonita, localizada a cerca de 22 km de Linhares, junto à margem sul do rio Doce; (ii) área de mata de aluvião Reserva Biológica (Rebio) de Comboios, localizada ao sul do rio Doce; (iii) área de cabruca da fazenda Bom Conselho, localizada a 18,6 km de Linhares, junto à margem norte do rio Doce; (iv) área de restinga arbórea da fazenda Benesfort, localizada junto à vila de Povoação, a 36 km de Linhares; (v) área de pastagem na entrada da vila de Pontal do Ipiranga; (vi) área de restinga arbustiva próxima à mesma vila. Registraram-se 23 espécies de escarabeídeos, pertencentes a 13 gêneros e a seis tribos (*Ateuchini*, *Canthonini*, *Phanaeini*, *Eurysternini*, *Onthophagini* e *Coprini*), sendo 15 delas identificadas em nível específico. Da tribo *Ateuchini*, *Ateuchus squalidus* é citada como uma espécie bastante frequente em matas de restinga e *Trichillum externepunctatum*, típica do cerrado e de pastagens. Do gênero *Canthidium*, duas espécies são bastante frequentes na Mata Atlântica, do nível do mar até cerca de 800 m de altitude. Da tribo *Canthonini*, destacam-se *Canthon staigi* e *C. maragdulus*, muito comuns em áreas de Mata Atlântica de baixa altitude, sendo que a primeira também ocorre na restinga. A espécie do gênero *Deltochilum* foi classificada como uma provável nova espécie.

Ainda em relação à caracterização das subtribos encontradas por Schiffler et al. (2003), a tribo *Phanaeini* foi representada apenas por *Coprophanaeus jasius*, espécie de ampla distribuição na América do Sul, e a tribo *Eurysternini*, por duas espécies: *Eurysternus caribaeus* e *Eurysternus hirtellus*. A tribo *Onthophagini* foi representada apenas por *Digitonthophagus gazella*, espécie introduzida na década de 1980 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Por fim, a tribo *Coprini* foi representada por *Chalcocopris hespera*, espécie típica da Mata Atlântica desde o nível do mar até cerca de 1.200 m, além de quatro espécies de *Dichotomius*: *D. nisus*, característica de ambientes abertos da América do Sul; *D. sericeus*, típica de Mata Atlântica de baixa altitude; *D. geminatus,* distribuída por toda a região da Caatinga e pelo litoral, desde o Espírito Santo até o Maranhão; e *D. semisquamosus*, comum em áreas degradadas de restinga e Mata Atlântica.

As moscas-da-fruta (*Tephritidae*) tiveram sua diversidade em pomares comerciais de papaia e em áreas remanescentes de Mata Atlântica do município de Linhares caracterizada por Uramoto (2007). As localidades da Mata Atlântica amostradas foram a Reserva Natural Vale (RNV) e a Floresta Nacional (Flona) de Goytacazes. Com um esforço amostral de cinco anos (de 2001 a 2006), os remanescentes do bioma foram representados por 27 espécies, sendo cinco novas ou possivelmente não descritas. Além disso, 14 exemplares de *Cerattis capitata* e 6.821 fêmeas de *Anastrepha* foram coletados. Nos pomares, por seu turno, foram capturados 30 exemplares de *C. capitata* e 330 fêmeas de *Anastrepha*, distribuídas em 14 espécies. A diferença de abundância e de riqueza, pelo índice de diversidade de Margalef, mostrou-se significativa, exemplificando o impacto do cultivo de pomares pela dissimilaridade desses parâmetros.

A diversidade de *Ephemeroptera* do Espírito Santo foi bem documentada para o estado pela primeira vez por Salles et al. (2010), num estudo que incluiu as regiões da Rebio Sooretama e os municípios de Santa Teresa, Linhares, São Mateus e Fundão, entre outras áreas do estado, de 2008 e 2009. Marcada por uma riqueza surpreendente, os autores registraram

76 espécies de efemerópteros, pertencentes a 41 gêneros e nove famílias, as quais constituem 25% das espécies brasileiras, 65% dos gêneros e quase todas as famílias ocorrentes no Brasil. Ainda, 17 dessas espécies foram novidades científicas: 11 espécies de *Baetidae*, quatro de *Leptophlebiidae* e duas de *Leptohyphidae*. Os registros somaram 64 novas espécies, além de 31 gêneros e quatro famílias para o estado. Das espécies coletadas, cinco não puderam ser identificadas: uma de *Baetidae* (*Callibaetis*), três de *Leptophlebiidae* (*Thraulodes*) e uma de *Oligoneuriidae* (*Lachlania*). Comparado a outros estados, como Rio de Janeiro (30 gêneros e 51 espécies), Amazonas (31 gêneros e 43 espécies), São Paulo (27 gêneros e 35 espécies) e Santa Catarina (20 gêneros e 37 espécies), a diversidade de efemerópteros é extremamente alta, representando mais de um quarto das espécies brasileiras, cerca de dois terços dos gêneros e quase todas as famílias. Ademais, esses registros ampliam a área de ocorrência de diversas espécies de maneira significativa, como *Cloeodes opacus* (*Baetidae*), registrada somente para a Argentina, uma espécie de *Caenidae* (*Caenis fittkaui*), cinco espécies de *Leptophlebiidae* – *Fittkaulus cururuensis*, *Hydrosmilodon gilliesae*, *Miroculis fittkaui*, *Simothraulopsis* (*M.*) *plesius* e *S.* (*S.*) *demerara* –, e uma de *Polymitarcyidae* (*Campsurus latipennis*), todas conhecidas apenas na região amazônica.

Destaca-se que grande parte dos registros realizados por Salles et al. (2010), somada a registros posteriores, resultou na descrição de novas espécies de *Ephemeroptera*, das quais algumas são citadas no Termo de Referência do Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) como espécies representantes da biota impactada pelo rompimento da barragem de Fundão a ser submetidas ao processo de avaliação do estado de conservação. São elas: *Adebrotus lugoi* (SALES, 2010), *Baetodes capixaba* (SOUZA; SALLES; NESSIMIAN, 2011), *Baetodes iuaquita* (SOUZA; SALLES; NESSIMIAN, 2011), *Camelobaetidius spinosus* (BOLDRINI; SALLES, 2012) e *Hermanella nigra* (NASCIMENTO; SALLES, 2013), todas citadas como vulneráveis.

A Flona de Goytacazes e sua área antrópica de entorno tiveram a fauna de *Culicidae* colonizadores de larvitrampas amostrada por Rezende et al. (2011), entre 2008 e 2009. Nesse levantamento, 664 indivíduos pertencentes a seis espécies (*Culex nigripalpus*, *Culex pleuristriatus*, *Haemagogus leucocelaenus* e *Limatus durhami*) foram registrados, sendo 534 espécimes (80,4%) originários do ambiente florestal e 130 (19,6%), do ambiente antrópico. *H. leucocelaenus* não era relatado há mais de 40 anos no estado do Espírito Santo. *H. capricornii* e *H. janthinomys* são essencialmente silvestres, sendo os ocos de árvores seus criadouros preferenciais, e os *Toxorhynchites* spp. ocorreram somente em ambiente florestal. *Culex* spp. foi encontrado quase exclusivamente em ambiente florestal e a ocorrência de *L. durhami* nos dois ambientes sugere tendência de domesticação. Houve maior abundância no período chuvoso, exceto no mês de dezembro, quando teve excesso de chuva, o qual provavelmente influenciou a amostragem pelas larvitrampas.

Pellens e Garay (1999) estudaram o efeito do cultivo do café (*Coffea robusta*) na composição da fauna edáfica na RNV. As unidades amostrais foram uma área florestal primária, também denominada floresta dos tabuleiros terciários, e uma plantação de café. A comunidade edáfica apresentou diversas ordens de macroartrópodes, de diferentes estágios de desenvolvimento. Mensurada pela riqueza média por amostra, a diversidade foi maior no verão, sendo que apenas no mês de setembro os valores de riqueza foram maiores na floresta primária (16,3 grupos por amostra) do que na plantação de *C. robusta* (12,5 grupos por

amostra). Isso se explica pela maior predominância de alguns grupos quando ocorre o aumento da densidade no verão. Os resultados, em termos de densidade, abundância e riqueza, mostraram que a plantação de *C. robusta* proporciona uma comunidade edáfica tão abundante quanto a observada na floresta primária, apesar de apresentar uma estrutura bastante distinta daquela sob a floresta: no solo das plantações de café, a maior parte dos indivíduos coloniza preferencialmente as camadas de folhas em decomposição, com a ausência de grupos como *Diplura* e *Pseudoscorpionida*. Além disso, as densidades variaram mais acentuadamente entre o inverno e o verão, os insetos sociais foram menos abundantes e houve dominância de certos grupos não sociais.

Nogueira (2012) analisou a diversidade e efeito de borda na assembleia de borboletas frugívoras da mata de tabuleiros da Rebio Sooretama. Foram coletados 199 exemplares, distribuídos em 32 espécies, pertencentes a seis subfamílias de *Nymphalidae*: *Satyrinae*, com 34% das espécies, *Biblidinae* (22%), *Charaxinae* (19%), *Brassolinae* (13%), *Morphinae* e *Nymphalinae* (6%). *Satyrinae* e *Biblidinae* apresentaram maior abundância e riqueza de espécies. Para *Satyrinae*, as espécies mais abundantes foram *Pseudodebis euptychidia*, com 44 exemplares, e *Taygetis leuctra*, com 24, e, para *Biblidinae*, *Hamadryas epinome*, com 24, e *Eunica maja*, com 18 exemplares. A curva de acumulação de espécies não alcançou a assíntota, indicando maior riqueza do que a coletada no estudo. Dez espécies tiveram baixa abundância: *Eryphanis automedon automedon*, *Opsiphanes invirae pseudophilon*, *Caligo idomeneus ariphron*, *Archaeoprepona demophon*, *Hypna clytemnestra*, *Biblis hyperia*, *Catonephele numilia penthia*, *Hamadryas arete*, *Taygetis acuta* e *Historis odius dious*. Além disso, cinco não haviam sido registradas para o estado do Espírito Santo: *Morpho helenor achillaena*, com seis indivíduos; *Memphis moruus stheno*, com dois indivíduos; *Cissia myncea*, com três indivíduos; *Cloreuptychia herseis*, com quatro indivíduos; e *Taygetis leuctra*, com 24 indivíduos.

Apesar de nenhuma das espécies registradas por Nogueira (2012) estar incluída em alguma lista de ameaça, quatro da lista de borboletas raras e indicadoras de ambientes especialmente ricos e apontados como prioritários para conservação na Mata Atlântica (BROWN JR; FREITAS, 2000) foram observadas por Nogueira (2012): *Morpho menelaus coeruleus*, com dois indivíduos coletados; *Taygetis acuta*, com um indivíduo; *Godartiana byses*, com quatro indivíduos; e *Caligo idomeneus ariphron*, com um indivíduo. Mesmo sendo uma riqueza baixa quando comparada à de Santa Teresa, também no estado, com 321 espécies de borboletas *Nymphalidae*, das quais 185 eram frugívoras, as 32 espécies registradas somam ao fato de o estado do Espírito Santo ter sua riqueza de borboletas frugívoras pouco conhecida. A análise da abundância e riqueza entre borda e interior da mata mostrou diferença significativa tanto entre espécies quanto entre subfamílias, com 11 espécies ocorrendo exclusivamente na borda: *Taygetis acuta, Historis odius, Historis acheronta, Catonephele numilia penthia, Biblis hyperia, Eryphanis automedon, Cissia myncea, Pareuptychia ocirrhoe interjecta, Hermeuptychia hermes, Archaeoprepona demophoon* e *Archaeoprepona demophon*; e 11 espécies exclusivas do interior da mata: *Hypna clytemnestra, Caligo idomeneus ariphron, Zaretis* sp.*, Myscelia orsis, Hamadryas arete, Morpho menelaus coeruleus, Dasyophthalma creusa, Opsiphanes invirae pseudophilon, Godartiana byses, Archeuptychia clouena* e *Cloreuptychia herseis*.

4.3.5 Herpetofauna

4.3.5.1 Metodologia

O estudo da linha-base deste grupo taxonômico foi realizado em duas fases: a primeira tratou-se de um extensivo levantamento bibliográfico dos diferentes tipos de pesquisa desenvolvidos na área de abrangência deste estudo e a segunda foi sua descrição, visando à caracterização da fauna silvestre no período pretérito ao desastre.

É de suma importância a realização de um levantamento bibliográfico para definir um referencial teórico e, por meio disso, identificar as referências a ser utilizadas para a formatação de uma lista de espécies com ocorrência comprovada ou com potencial de ocorrência na área estudada, além de caracterizar a presença de espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, exóticas e/ou invasoras e abordar aspectos como dados de abundância, densidade e outros parâmetros populacionais.

Esta pesquisa foi conduzida em toda a área de abrangência do estudo, compreendendo a bacia hidrográfica do rio Doce e os trechos do alto, médio e baixo rio Doce, até a desembocadura desse mesmo rio no oceano Atlântico, com enfoque especial nas áreas afetadas pelo desastre. O trecho alto compreende a região da barragem de Fundão até a UHE Risoleta Neves, incluindo as cabeceiras do rio Doce na porção sul da Serra do Espinhaço – rios Gualaxo do Norte, Carmo, Piracicaba e Piranga. O trecho médio inclui a região entre as UHEs Risoleta Neves e Mascarenhas, entre os municípios de Rio Doce (MG) e Baixo Guandu (ES), respectivamente. Esse trecho abrange os municípios mineiros de Ipatinga (passando pelo PERD), Governador Valadares e Conselheiro Pena (onde se localiza o PESS). Por fim, o trecho denominado baixo rio Doce compreende a região entre o município de Baixo Guandu e Linhares, até a foz do rio Doce no oceano Atlântico. Na porção marinha, foi estabelecido um raio aproximado de 50 km da foz do rio para o levantamento das informações.

Este extenso levantamento bibliográfico foi realizado mediante consultas em plataformas de periódicos nacionais e internacionais utilizando o *software* bibliométrico Publish or Perish® e em coleções museológicas por meio do sistema integrado de dados primários de coleções científicas conhecido como speciesLink. Além disso, foram consultados diferentes estudos de impactos ambientais de empreendimentos da região disponíveis na rede mundial de computadores, bem como outros desenvolvidos nas unidades de conservação existentes na bacia hidrográfica do rio Doce, com enfoque especial nas áreas afetadas diretamente pelo desastre.

Foi utilizada como base na elaboração da lista de espécies a nomenclatura sugerida pela Sociedade Brasileira de Herpetologia (COSTA; BÉRNILS, 2015; SEGALLA et al., 2016); nomes populares seguiram os descritos em Deiques et al. (2007) e Haddad et al. (2008), enquanto *habitat* e *status* de ocorrência foram baseados em Haddad et al. (2008). Para a classificação de cada espécie registrada na área de ocorrência deste estudo quanto ao aspecto do estado de ameaça nos diferentes âmbitos abordados (estadual, nacional e mundial), foram utilizadas as listas vermelhas de fauna ameaçada, elaboradas por Passamani e Mendes (2007) para o Espírito Santo e Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (COPAM) (MINAS GERAIS, 2010) para Minas Gerais, além da Portaria nº 444 (BRASIL, 2014) e da lista mundial (IUCN, 2017).

4.3.5.2 Resultados

No estado de Minas Gerais, a fauna de anfíbios é de aproximadamente 200 espécies (SILVANO; SEGALLA, 2005), compreendendo anuros (sapos, rãs e pererecas) e cobras-cegas (anfíbios sem pernas), o que representa quase um terço das mais de 600 espécies existentes no Brasil (PRESERVE MURIQUI, 2014). Os anfíbios são considerados excelentes bioindicadores da qualidade ambiental por atributos de sua biologia, que incluem a dependência da água para a reprodução e crescimento, além das interações ecológicas complexas e aspectos de sua dinâmica populacional (BERTOLUCI et al., 2009).

A dependência de água, principalmente em uma das duas fases da vida de um anfíbio, é um dos principais determinantes da sensibilidade ambiental desses animais, pois implica uma pele muito delicada e permeável. Essa característica confere alta sensibilidade e rápida reação às mudanças do ambiente em que vive, como impactos ambientais no geral, além da presença de poluentes, pesticidas, chuva ácida e radiação (RAMOS; GASPARINI, 2004). Além de bons indicadores, os anfíbios possuem importância ecológica por controlar as populações de diversos invertebrados e são alvos de pesquisas farmacêuticas por seu potencial de produzir diversas toxinas em sua pele, as quais podem servir como medicamento ou fármaco (RAMOS; GASPARINI, 2004).

Poucas áreas foram alvos de estudo de composição de anfíbios na bacia do rio Doce. Apesar dos endemismos gerados pelos complexos serranos (Mantiqueira, Caparaó e Brigadeiro), os quais são considerados de alta prioridade para a conservação, grandes fragmentos da Mata Atlântica localizados em planícies de inundação, como o PERD, também são relevantes para a conservação de anfíbios. A região sul da Serra do Espinhaço, incluindo Mariana e Ouro Preto, ecótono de Mata Atlântica-Cerrado, apresenta elevada riqueza e endemismo, além de espécies associadas a cada um dos biomas. As regiões com maior riqueza de anfíbios na bacia do rio Doce foram identificadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2007), das quais se destacam a região de Linhares, no baixo rio Doce, além do PERD e da região de Conselheiro Pena, próxima ao PESS, ambos situados no médio rio Doce, além do PERD e da região de Conselheiro Pena, próxima ao PESS, ambos situados no médio rio Doce.

Os répteis, por sua vez, possuem diversos representantes de níveis tróficos superiores (predadores, como crocodilos e serpentes), mas também ocupam outros níveis tróficos (BERTOLUCI et al., 2009). Sua representação como bioindicadores, no entanto, não é bem consolidada, devido à existência de alguns lagartos de boa bioindicação e outros que não fornecem bioindicação precoce de mudanças no ambiente (BERTOLUCI et al., 2009). A riqueza da fauna de répteis do estado de Minas Gerais destaca-se com cerca de 180 espécies, ou seja, mais de 25% dos répteis presentes no território brasileiro (PRESERVE MURIQUI, 2014).

Na Mata Atlântica, estudos de comunidades de anurofauna focando a distribuição espacial e temporal, além das estações reprodutivas das espécies e das comunidades de serpentes, são predominantes (BERTOLUCI et al., 2009). A escassez e o viés dos estudos herpetofaunísticos são abordados pela EPE (2007), que afirma que a maioria tem foco nas serpentes, vilipendiando o estudo dos lagartos, quelônios, anfisbenas e jacarés.

Estudos de lagartos também são escassos, sendo mais comuns no Cerrado (BERTOLUCI et al., 2009). Entre os répteis, os lagartos compõem o grupo de amniotas mais

diversos, com cerca de 6.263 espécies descritas, das quais 272 ocorrem no Brasil, de acordo com Costa e Bérnils (2015) e Uetz e Hosek (2017). Cerca de um quarto das espécies brasileiras ocorre no estado de Minas Gerais (BÉRNILS et al., 2009 apud CRUZ et al., 2014).

No estudo desenvolvido pela EPE (2007), é citado que a bacia do rio Doce possui algumas áreas que foram alvos de estudos de composição de espécies de répteis, sendo elas: a região de Ouro Preto e Mariana, o PERD, a região de Caratinga, a Serra do Cipó e a região de Viçosa, em Minas Gerais, e as regiões de Sooretama e Linhares, no estado do Espírito Santo. Ainda, por apresentar grande diversidade de espécies, elevado número de endemismos e espécies ameaçadas de extinção, algumas áreas da bacia do rio Doce foram apontadas como prioritárias para a conservação de anfíbios e répteis (EPE, 2007), a saber: a porção central e sul da Serra do Espinhaço (incluindo a Serra do Cipó e a região de Ouro Preto e Mariana), o PERD, a região de Conselheiro Pena, a região de Caratinga, a Reserva Particular do Patrimônio Natural da Mata do Sossego (RPPN-MS) e a região do Parque Nacional do Caparaó, no estado de Minas Gerais, além das regiões de Santa Teresa e de Linhares, no estado do Espírito Santo.

Entre os anfíbios, as seguintes espécies de anuros e Gymnophiona são endêmicas da bacia do rio Doce: *Crossodactylus bokermanni, Phyllomedusa megacephala, Scinax carnevallii, Scinax pinima, Hylodes otavioi, Physalaemus deimaticus, Physalaemus erythrus, Physalaemus obstectus, Pseudopaludicola mineira, Proceratophrys cururu* e *Proceratophrys paviotii*. A seguir, estão descritos os estudos obtidos para os trechos do rio Doce e que são aqui abordados de modo a caracterizar a herpetofauna e descrever o conhecimento existente sobre a região. No **Apêndice E** segue a lista de espécies comprobabilidade de ocorrência na área de abrangência do estudo, com informações complementares pertinentes a cada espécie, como nome popular e categorias de ameaças nos âmbitos estadual, nacional e mundial.

Alto rio Doce

A região do alto rio Doce é caracterizada pela transição dos biomas Cerrado-Mata Atlântica em sua maior parte, principalmente em sua parcela inicial, que se aproxima de Belo Horizonte, sendo alvo de alguns levantamentos herpetofaunísticos. Para ela, foram encontrados os levantamentos de anurofauna de Canelas e Bertoluci (2007), São Pedro (2008), Bertoluci et al. (2009), São Pedro e Pires (2009), São Pedro e Feio (2010, 2011), Magalhães (2012) e Pirani, Nascimento e Feio (2013), que têm escopo em importantes regiões, como a estação ambiental de Peti, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Santuário do Caraça (RPPN-SC), a Serra do Ouro Branco (SOB) e a FE Uaimií. Em relação aos répteis, foram encontrados os levantamentos de Bertoluci et al. (2009), em Peti, e de Cruz et al. (2014) e São Pedro e Pires (2009), na SOB, município de Ouro Branco. Ainda, Leite, Juncá e Eterovick (2008) fornecem alguns dados pessoais e compilam os registros para toda a cadeia do Espinhaço, por município. Destaca-se, portanto, a região da SOB como uma das áreas mais bem caracterizadas quanto à herpetofauna, seguida por Ouro Preto, de acordo com a revisão bibliográfica.

Anurofauna

Tendo como foco a análise dos padrões reprodutivos, Canelas e Bertoluci (2007) fornecem a primeira lista de anurofauna da RPPN-SC, uma unidade de conservação com 11.233 ha pertencente à Serra do Caraça. Encontraram 43 espécies de anuros, com cinco padrões reprodutivos distintos: (i) espécies que se reproduzem o ano todo ou quase sua totalidade, com grandes agregações nos meses úmidos, como *Crossodactylus trachystomus* e *Hypsiboas polytaeniu,* esta vocalizou esporadicamente até mesmo em temperaturas abaixo de 5 °C; (ii) espécies com atividade reprodutiva oportunística, associada a chuvas nos meses mais quentes do ano; (iii) espécies invernais, que tiveram sua temporada reprodutiva entre os meses de abril e agosto; (iv) reprodutores explosivos (*explosive breeders*), com atividade reprodutiva desencadeada por chuvas fortes durante a estação úmida, como os aglomerados de machos de *Dendropsophus seniculus*, *Leptodactylus jolyi* e *Proceratophrys boiei*, os machos que procuram ativamente por fêmeas, como *Elachistocleis ovalis* e *Scinax* sp., e os de comportamento múltiplo e de deslocamento, como *Chaunus pombali*; (v) espécies de verão, com períodos reprodutivos longos ou curtos, como *Hylodes uai*.

O levantamento dos anuros conduzido por Canelas e Bertoluci (2007) consistiu na amostragem de quatro pontos da RPPN-SC, definidos de acordo com seu *habitat*: R1 corresponde a um pequeno riacho entre 1.600 e 1.700 m de altitude, com predominância de rochas e poços com matéria orgânica; R2 é um riacho de tamanho moderado localizado na floresta primária (1.250 m de altitude), com a cabeceira composta por uma porção de água represada, duas quedas d'água e uma porção de correnteza rápida; L1 é um lago semipermanente (1.200 m de altitude e 1 m de profundidade) localizado na borda de florestas perturbadas, tendo provavelmente surgido pela interrupção de um pequeno corpo d'água; e L2, por fim, é um pântano permanente (1.200 m de altitude) em uma área aberta.

Os autores encontraram correlação positiva entre o número de espécies com exibição de atividade reprodutiva e a precipitação mensal média (ρs= 0,8561, P = 0,00038), como também com a temperatura mensal média (ρs = 0,5888, P = 0,044), com mais de 80% das espécies sendo exclusivas ou predominantes no período chuvoso e apenas quatro com atividade reprodutiva ao longo do ano, padrão também encontrado para o grupo de espécies que atingiram sua classe máxima de machos com vocalização (temperatura mensal média: ρs = 0,7047, P = 0,01049; precipitação mensal média: ρs = 0,8912, P = 0,0001). Não houve menção do número de espécies ameaçadas ou endêmicas, mas a maioria pertence às famílias *Hylidae* e *Lepodactilydae*, padrão que, em conjunto com as correlações com temperatura e precipitação, é comum a outras localidades neotropicais.

As regiões de Ouro Preto e Mariana (limite sul da Serra do Espinhaço), que incluem as unidades de conservação PEI, em Ouro Preto e Mariana, Estação Ecológica do Tripuí (EET), em Ouro Preto, e Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas (APA-CA), em Ouro Preto, têm sua ocorrência de anfíbios registradas pela EPE (2007), com base nos trabalhos de Pedralli, Guimarães Neto e Teixeira (2001), Caramaschi, Feio e Guimarães Neto (2003), Magalhães et al. (2004) e Assis, Drummond e Pires (2005), registrando a ocorrência de 44 espécies de anfíbios concentradas no PEI e na EET. *Physalaemus erythrus* é endêmica da área, sendo descrita para o PEI (CARAMASCHI; FEIO; GUIMARÃES NETO, 2003); outras espécies endêmicas da Serra do Espinhaço também ocorrem na região de Ouro Preto e Mariana: *Scinax curicica*, *Bokermanohyla saxicola* e *Physalaemus evangelistai*. Em Ouro Preto,

registrou-se *Physalaemus maximus*, espécie conhecida anteriormente apenas para a Serra do Brigadeiro, em Araponga (MG), e endêmica da bacia do rio Doce (BAÊTA et al., 2005). Uma espécie de *Gymnophiona* conhecida para poucas localidades da Mata Atlântica, *Lutkenotyphlus brasiliensis*, foi registrada em Ouro Preto e não é conhecida para outras localidades em Minas Gerais (MAGALHÃES et al., 2004).

Bertoluci et al. (2009) realizaram o levantamento da herpetofauna da estação ambiental de Peti, comparando com o inventário anterior (NASCIMENTO, 1988). Registraram 48 espécies, distribuídas em: *Anura* (29), *Gymnophiona* (uma), *Chelonia* (uma), *Crocodylia* (uma) e *Squamata* (16 espécies: uma anfisbena, cinco lagartos e 11 serpentes). A riqueza de anuros pode ser considerada baixa em relação a outras localidades de Minas Gerais, como PERD e RPPN-SC, com 38 e 43 espécies registradas, respectivamente (FEIO et al., 1998; CANELAS; BERTOLUCI, 2007). Houve predominância da família *Hylidae* e presença de nove espécies não registradas na localidade anteriormente, as quais são associadas principalmente a ambientes florestais, a exemplo de *Ischnocnema* sp., que ovipõe na serrapilheira, e outras seis espécies de hilídeos. Apenas *Scinax fuscomarginatus* e *Hylodes* sp., registradas no levantamento anterior, não foram encontradas, sendo a primeira de ampla distribuição e, portanto, de pouca preocupação; a segunda aparentemente sofreu declínio populacional, situação observada em outros fragmentos conservados. Ademais, houve a primeira coleta dos girinos de *Scinax luizotavioi*, que foram descritos por Bertoluci et al. (2007).

São Pedro e Feio (2010, 2011) estudaram a sazonalidade e composição dos anfíbios da SOB, enquanto São Pedro e Pires (2009) analisaram a composição das serpentes da mesma localidade. A SOB situa-se no sul da Serra do Espinhaço, sendo uma reserva da bioesfera, assim como a Serra do Caraça (UNESCO, 2005), e também uma área de importância especial para a conservação de anfíbios em Minas Gerais (DRUMMOND et al., 2005). Contempla uma área de transição Mata Atlântica-Cerrado, sendo que o fluxo de água na face leste corre para o rio Doce. Ainda, compõe a região do alto rio Doce, com vegetação bem preservada de ecótone entre Mata Atlântica e Cerrado e campos rupestres nas altitudes mais elevadas (SÃO PEDRO; FEIO, 2010).

Em relação à distribuição espacial e sazonal dos anuros da SOB, São Pedro e Feio (2010) monitoraram três ambientes aquáticos durante um ano, entre julho de 2006 e junho de 2007: uma lagoa, um riacho permanente e um temporário, a 1.037, 1.029 e 1.213 m de altitude, respectivamente. Registrando 28 espécies de anuros, a lagoa apresentou maior riqueza (20), seguida do riacho temporário (sete) e do riacho permanente (cinco). Essa baixa riqueza no riacho permanente foi associada com as proporções grandes do corpo d'água pelos autores, os quais também esperavam uma maior riqueza no riacho temporário, por geralmente atrair menos predadores de girinos, o que, entretanto, não foi observado. A maior riqueza do ambiente de lago, por sua vez, foi associada com a frequência e intensidade de distúrbios sofridos, pois apresenta uma mata secundária em regeneração e é sujeito a atividades de origem antrópica, como fogo, presença de gado, corte seletivo e trânsito de automóveis. De acordo com a hipótese de distúrbio intermediário (CONNEL, 1978), ambientes mais perturbados podem favorecer uma maior riqueza. De forma interessante, no ambiente de lago, ocorreram espécies de mata (como *Bokermannohyla circumdata*, *Physalaemus maximus* e *Proceratophrys boiei*) e de áreas abertas (como *Dendropsophus*

minutus, *Hypsiboas albopunctatus* e *Physalaemus cuvieri*). Foi encontrado apenas um indivíduo jovem de *Hypsiboas faber*.

Cinco padrões reprodutivos foram definidos por São Pedro e Feio (2010), sendo eles: (i) espécies que vocalizam o ano todo, ou quase todo, com agregações maiores nos meses chuvosos; (ii) espécies oportunistas, com atividade de vocalização associada aos meses chuvosos; (iii) espécies que vocalizam predominantemente no inverno; (iv) espécies com padrão reprodutivo explosivo, com picos de vocalização durante as chuvas intensas; (v) espécies que não apresentaram um padrão definido de vocalização. Além desse padrão reprodutivo, os dados de ocorrência são sumarizados em conjunto com informações referentes à presença dos estágios de vida (incluindo imagos e girinos), abundância e microambientes de vocalização (arbusto, água, árvore, areia, bromélia, sobre pedra, serrapilheira, toca ou sobre vegetação aquática), de acordo com os meses do ano de amostragem.

Quanto à sazonalidade e distribuição espacial, São Pedro e Feio (2010) encontraram um menor número de espécies (três) nos meses de março e abril e maior no mês de setembro (20) vocalizando; ainda, 17 espécies, representando 61% da riqueza total, foram encontradas utilizando apenas um único microambiente como sítio de vocalização, enquanto oito (28%) utilizaram dois microambientes e apenas três espécies (11%), três microambientes. O microambiente de arbusto foi mais explorado, sendo utilizado por 11 espécies (39%), seguido pelo microambiente de árvore, utilizado por sete espécies (25%), enquanto bromélia foi o menos explorado, utilizado por uma única espécie (*Scinax x-signatus*), mas sem confirmação de atividade reprodutiva. *Odontophrynus cultripes* demonstrou diferentes padrões sazonais e comportamentais em dois ambientes: padrão reprodutivo explosivo em riacho temporário e um período de vocalização mais prolongado, porém em menor densidade de machos, em lago. Na Serra do Caraça, *O. cultripes* não demonstrou comportamento reprodutivo explosivo, apenas atividade de vocalização associada ao período chuvoso (CANELAS; BERTOLUCI, 2007). Apesar de não determinadas, *Proceratophrys boiei* e *Elachistocleis ovalis* provavelmente possuem padrão reprodutivo explosivo, pois o exibem em outras localidades. Ainda, algumas espécies podem variar o comportamento reprodutivo anualmente, sendo o caso de *Bokermannohyla alvarengai*, que, apesar de demonstrar padrão reprodutivo explosivo nesse estudo, já foi registrada vocalizando em grandes densidades durante toda a estação chuvosa no mesmo ambiente em anos anteriores.

Os fatores abióticos analisados por São Pedro e Feio (2010), por sua vez, exerceram efeito sobre a reprodução dos anuros apenas em relação à pluviosidade mensal. Registrou-se vocalização de machos da maioria das espécies entre os meses de setembro e março, caracterizados pelo período chuvoso, com pico de abundância (mais de 50 indivíduos da mesma espécie vocalizando) entre setembro e dezembro, no início dessa estação. Houve correlação positiva e significativa entre o número de espécies vocalizando e a pluviosidade mensal tanto na análise conjunta dos três ambientes ($P = 0,018$) quanto no ambiente de lago ($P = 0,0134$), sendo que a pluviosidade também se correlacionou significativamente com a riqueza total no ambiente de lago ($P = 0,0306$), enquanto a riqueza total registrada não se correlacionou com nenhum dos parâmetros ambientais mensurados (pluviosidade mensal, temperatura média mensal e média de temperatura de cada período de observação). A ausência de correlação entre a presença das espécies ou sua atividade de vocalização e a

temperatura, no entanto, não é comum, apesar de ter sido observada na Serra do Caraça por Afonso e Eterovick (2007). Além disso, essa correlação pode ser real apenas para algumas espécies com determinados modos reprodutivos, tendo havido pouca variação de temperatura (de 19 a 25 °C) nos meses de amostragem.

Um artigo científico de composição de anuros (SÃO PEDRO; FEIO, 2011) inclui informações de taxonomia, distribuição geográfica e conservação de algumas espécies obtidas a partir do levantamento realizado pelos autores entre 2006 e 2007. Registram-se, assim, 47 espécies de anfíbios anuros de 18 gêneros diferentes, com informações de *habitat*, altitude, coordenadas geográficas e locais de coleta associadas ao registro, sendo que apenas *Leptodactylus furnarius*, registrada anteriormente, não foi encontrada. Em relação aos trabalhos anteriores, que registraram 34 espécies na localidade, 13 novas espécies de anuros foram documentadas, posicionando a SOB como um dos sítios mais ricos em termos de anuros na Serra do Espinhaço (SÃO PEDRO; FEIO, 2011).

Segundo São Pedro e Feio (2011), havia ocorrência de 47 espécies de anuros na SOB, cuja riqueza corresponde a 23,5% das 200 espécies estimadas para o estado de Minas Gerais (DRUMMOND et al., 2005) e cerca de 44,7% das 105 espécies da Serra do Espinhaço (LEITE; JUNCÁ; ETEROVICK, 2008). Isso é em parte resultante da transição entre dois domínios morfoclimáticos e da presença de fragmentos florestais com vegetação nativa. Dezenove espécies de anuros, representando 40,5% da riqueza da SOB, são típicas da Mata Atlântica, como as dos gêneros *Aplastodiscus* e *Vitreorana*, como também *Phyllomedusa burmeisteri*, *Rhinella pombali* e *Proceratophrys boiei*. Outras seis (13%), como *Rhinella rubescens* e *Hypsiboas albopunctatus*, são típicas do Cerrado, oito (17%) são restritas à Serra do Espinhaço (*Bokermannohyla alvarengai, Phasmahyla jandaia* e *Scinax curicica*), quatro (8,5%) são espécies de áreas abertas de altitude do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, como *Scinax rogerioi*, e dez (21,0%) são de ampla distribuição, como *Hypsiboas faber*, *Physalaemus cuvieri* e *Elachistocleis cesarii*.

Do inventário realizado por São Pedro e Feio (2011), destacam-se algumas espécies: *Bokermannohyla alvarengai*, endêmica dos campos rupestres, que se pensava ocupar o limite sul da distribuição na Serra do Caraça, teve sua nova distribuição delimitada; *Physalaemus crombiei* também teve sua distribuição geográfica aumentada, mais especificamente em 350 km a oeste, dado que só era encontrada do centro do estado do Espírito Santo ao sul do estado da Bahi, além de ter sua altitude recorde registrada em 950 m. Além de *Crossodactylus bokermanni* e *Bokermannohyla alvarengai*, a SOB foi considerada o limite de distribuição sul de outras quatro espécies: *Bokermannohyla martinsi*, *Phasmahyla jandaia*, *Physalaemus evangelistai* e *Scinax curicica*.

Scinax tripui, descrita com base em espécimes de Ouro Preto por Lourenço, Nascimento e Pires (2009), mostrou diferenças morfológicas significativas, sendo considerada *Scinax* aff. *tripui*. Em relação às espécies ameaçadas, duas eram anteriormente assim compreendidas, sendo apenas *Phyllomedusa ayeaye* considerada criticamente ameaçada no estado de Minas Gerais e mundialmente (COPAM, 2010; IUCN, 2017). Entretanto, a unificação de *P. ayeaye* com sua sinonímia *P. itacolomi*, de maior distribuição, levou à sugestão de sua retirada da lista de espécies ameaçadas, tanto que não consta na lista nacional (BRASIL, 2014). *Physalaemus maximus* foi outra espécie conhecida apenas para a Serra do Brigadeiro registrada na SOB, apresentando significativa abundância nessa

localidade. Soma-se à sua ocorrência, também, uma localidade entre os municípios de Ouro Preto e Ouro Branco (BAÊTA et al., 2005). Dessa maneira, além de compor uma das áreas de maior riqueza de anfíbios anuros no estado de Minas Gerais, a SOB abriga populações de espécies típicas do Cerrado e da Mata Atlântica e distribuídas entre a Serra da Mantiqueira e do Espinhaço. Somado a algumas atividades de impacto negativo para os anfíbios da região (lixo em trilhas e corpos aquáticos, presença de gado, corte seletivo, desmatamento para o estabelecimento de monoculturas e queimadas), São Pedro e Feio (2011) destacam a região como foco de medidas de conservação.

Estudo importante para a caracterização da anurofauna da região do alto rio Doce foi realizado por Pirani, Nascimento e Feio (2013), no quadrilátero ferrífero, mais especificamente na FE de Uaimií, localizada no município de Ouro Preto, onde se inicia a cadeia do Espinhaço. Os autores fizeram um levantamento durante setembro de 2009 a agosto de 2010, fornecendo registro da riqueza de espécies e da distribuição temporal da comunidade de anuros, além de considerações de distribuição geográfica das espécies e padrões de reprodução baseados, principalmente, na vocalização das espécies. A FE de Uaimií, assim como a SOB, também situada no alto rio Doce, é caracterizada pela transição entre Cerrado e Mata Atlântica, com a ocorrência de campos rupestres nas altitudes mais elevadas, as quais variam de 900 a 1.400 m, sendo a principal fonte de água do rio das Velhas, um afluente do rio São Francisco. O levantamento teve foco em quatro áreas da Flona: dois pequenos cursos d'água (pontos R1 e R2), uma poça permanente (P1) e outra temporária (P2). Os padrões de vocalização foram distribuídos em cinco classes, similares às criadas no estudo de Canelas e Bertoluci (2009), descrito anteriormente, podendo também ser resumidos em vocalizações: (i) contínuas ao longo do ano; (ii) na estação chuvosa; (iii) na estação seca; (iv) oportunísticas (após chuvas); (v) indefinidas. Com os registros das espécies, os autores incluíram o estágio de vida (girinos, jovens, adultos) e o sexo (fêmeas ou machos vocalizando).

Do estudo de Pirani, Nascimento e Feio (2013), 36 espécies de anuros, distribuídas em dez famílias, foram registradas, sendo o ponto P1 o mais rico, com 14 espécies, e os pontos P2 e R1 os menos ricos, com apenas sete espécies cada. Essa riqueza representa 50% dos anuros conhecidos para a região do quadrilátero ferrífero, de acordo com Leite et al. (2008 apud PIRANI; NASCIMENTO; FEIO, 2013), ficando abaixo apenas da SOB, com 47 espécies (SÃO PEDRO; FEIO, 2011) e da RPPN-SC (CANELAS; BERTOLUCI, 2007). Das 36 espécies, 19 foram identificadas e pertencem à família *Hylidae* (51%), em conjunto com duas (*Bokermannohyla* gr. *circumdata* e *Scinax* aff. *perereca*) que não foram identificadas, sendo a última em processo de descrição na época. Pirani, Nascimento e Feio (2013) creditam a maior riqueza (14 espécies) observada no ponto P1 à maior diversidade de micro-*habitats*, um componente da heterogeneidade espacial, segundo eles. A riqueza de R2 (oito espécies), por sua vez, foi justificada por um grande fluxo de pessoas; em relação aos outros dois pontos (P2 e R1), a baixa riqueza (sete espécies cada) não foi explanada, ainda que uma alta riqueza nos locais temporários tenha sido atribuída por outros autores, fato não observado para a FE de Uaimií.

Quanto aos padrões de vocalização, foram identificadas nas categorias: (i) Aplastodiscus arildae e Hypsiboas polytaenius; (ii) Ischnocnema izecksohni, I. juipoca, Vitreorana uranoscopa, Aplastodiscus cavicola, Phyllomedusa burmeisteri, Scinax sp. (aff. perereca), Physalaemus cuvieri, Pseudopaludicola serrana, Leptodactylus cunicularius, L.

furnarius e L. fuscus; (iii) Scinax luizotavioi; (iv) Proceratophrys boiei; (v) Rhinella pombali, R. rubescens, Haddadus binotatus, Bokermannohyla sp. (gr. circumdata), Dendropsophus minutus, Hypsiboas albopunctatus e H. faber. As espécies Phasmahyla jandaia e Elachistocleis cesarii não foram vistas vocalizando, portanto não foram classificadas. P. jandaia foi vista uma única vez em fevereiro e um único jovem de E. cesarii foi observado em outubro. O registro de Hylodes babax foi o primeiro para o quadrilátero ferrífero. A maioria das espécies de anuros da Flona seguiu o padrão sazonal de vocalização nos meses mais quentes e úmidos, o mesmo verificado para diversas outras localidades do Brasil. O padrão de vocalização contínuo de Aplastodiscus arildae e Hypsiboas polytaenius também foi observado para A. arildae no parque das Mangabeiras, localizado em Belo Horizonte (CARVALHO JR; GALDINO; NASCIMENTO, 2006), e na RPPN-SC (CANELAS; BERTOLUCI, 2007) e para H. polytaenius na RPPN-SC e na SOB (CANELAS; BERTOLUCI, 2007; SÃO PEDRO; FEIO, 2010).

Uma análise de similaridade da composição de anurofauna foi realizada por meio do índice de Jaccard, posicionando-a próxima às outras anurofaunas do mesmo município (PEI e EET) e do município da SOB. O conjunto desse grupo mostrou similaridade com a anurofauna da Serra do Caraça, sendo que todas essas localidades compõem o quadrilátero ferrífero. O agrupamento mostrou-se mais semelhante, por sua vez, com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e com o Parque Nacional do Caparaó (Parna Caparaó), pertencentes à serra da Mantiqueira. O Parque Estadual do Ibitipoca (PE Ibitipoca), também situado na Serra (cadeia) do Espinhaço, e o Parque Nacional da Serra do Cipó, situado na Serra da Mantiqueira, foram os menos similares à anurofauna da FE do Uaimií, do atual estudo (PIRANI; NASCIMENTO; FEIO, 2013). A similaridade entre o grupo do quadrilátero ferrífero e o conjunto do PESB e Parna do Caparaó, pertencentes a diferentes formações montanhosas, foi atribuída pelas espécies ocorrentes, como *Hylodes babax Scinax luizotavioi*, *Physalaemus maxinus*, *Dendropsophus giesleri* e *Ischnocnema izecksohni*. A baixa similaridade da FE Uaimií com o PE Ibitipoca, por sua vez, foi justificada pelas diferentes formações geológicas entre as cadeias, que, por consequência, possuem formações vegetais distintas e geram padrões biogeográficos e peculiaridades ambientais (PIRANI; NASCIMENTO; FEIO, 2013).

Esse padrão de similaridade é previsto por Leite, Juncá e Eterovick (2008), que identificam três regiões de acordo com a ocorrência de anuros endêmicos na cadeia do Espinhaço, sendo uma delas o quadrilátero ferrífero. Também é reforçado pela ocorrência de *Bokermannohyla martinsi*, espécie endêmica dessa unidade da cadeia do Espinhaço. Ainda, é destacado por Pirani, Nascimento e Feio (2013) o efeito da transição Cerrado-Mata Atlântica encontrada na cadeia do Espinhaço, o qual não separa apenas as bacias hidrográficas, mas também, de acordo com os estudos de Leite, Juncá e Eterovick (2008), delimita a ocorrência de diversas espécies e até mesmo gêneros entre o leste e o oeste da cadeia do Espinhaço, estando entre os últimos *Phasmahyla*, *Thoropa*, *Crossodactylus*, *Hylodes* e *Cycloramphus*, que possuem centro de ocorrência na Mata Atlântica. O mesmo pode ser observado para espécies típicas do Cerrado que não ultrapassam a encosta oeste da cadeia, como *Ameerega flavopicta* e *Physalaemus centralis*.

Répteis

A EPE (2007) registrou, nos municípios de Mariana e Ouro Preto (sul da Serra do Espinhaço, transição Mata Atlântica-Cerrado), 50 espécies de serpentes (maioria do bioma Cerrado), representando uma das maiores riquezas conhecidas em todo o Brasil. Os registros de *Echinanthera melanostigma*, *E. cephalostriata* e *Dipsas albifrons* são os únicos para o estado de Minas Gerais e *Drymoluber dichrous* e *Atractus zebrinus* são conhecidas apenas para mais uma localidade no estado. Essas cinco espécies são típicas da floresta ombrófila densa litorânea e seu registro na região de Ouro Preto e Mariana, em que ocorre floresta estacional semidecidual, indica certa similaridade entre a fauna de répteis dessas duas formações e ressalta a importância das matas interioranas para a manutenção da biodiversidade da Mata Atlântica. Também foi registrada *Tantilla boipiranga*, que só era conhecida para sua localidade-tipo na Serra do Cipó, consolidando-a como uma espécie endêmica da porção sul da Serra do Espinhaço.

Em conjunto com a anurofauna, Bertoluci et al. (2009) abordaram os répteis de ocorrência em Peti: um quelônio (*Phrynops geoffroanus*), um crocodilo (*Caiman latirostris*) e 16 espécies de *Squamata*, sendo uma anfisbena (*Amphisbaena alba*), cinco lagartos e dez serpentes, dos quais *C. latirostris*, *Enyalius* cf. *bilineatus*, *Ameiva ameiva* e *Elapomorphus quinquelineatus* não foram registrados pelo levantamento anterior. A riqueza de serpentes pode ser considerada baixa, mas, incluídos os registros do inventário anterior, pode ser comparável a outras localidades da Mata Atlântica. Dos cinco lagartos, *Ophiodes* sp., coletada apenas no inventário anterior, é uma espécie de difícil captura pelo método de procura ativa, o que pode explicar a ausência no levantamento de Bertoluci et al. (2009). Essa espécie foi citada como *O. striatus* no levantamento anterior, mas os autores acreditam que se trate de *Ophiodes* sp., uma espécie não descrita reconhecida por Borges-Martins (1998), que ocorre em vários municípios adjacentes a São Gonçalo do Rio Abaixo e Santa Bárbara, onde se localiza a Peti. Além de *Ophiodes* sp., registraram-se *Tupinambis merianae, Hemidactylus mabouia* (introduzida) e *Ameiva ameiva,* sendo as três primeiras espécies comuns, amplamente distribuídas e tolerantes a alterações ambientais e compondo quase todas as taxocenoses dentro de suas áreas de distribuição.

Ainda, Bertoluci et al. (2009) registraram *Enyalius* cf. *bilineatus* e *E. quinquelineatus*, comumente associadas a áreas florestadas, podendo ter aumentado de densidade ao longo dos anos pela expansão da floresta, ainda que *E*. cf. *bilineatus* tenha obtido apenas um registro, provavelmente pela sua baixa abundância natural ou pelo método de procura ativa. Para as serpentes, no entanto, 11 espécies anteriormente registradas não foram vistas, podendo ser em parte pela diminuição das áreas abertas. Quanto ao endemismo, observaram *Bothrops jararaca* e *Elapomorphus quinquelineatus*, endêmicas da Mata Atlântica. Não houve táxons ameaçados registrados à época, mas a Peti destaca-se pela presença de elementos típicos da herpetofauna do Cerrado e de outras formações abertas, como o anuro *Odontophrynus cultripes*, o lagarto *Tropidurus torquatus* e as serpentes *Oxyrhopus trigeminus*, *Waglerophis merremii*, *Micrurus frontalis* e *Crotalus durissus*.

São Pedro e Pires (2009) levantaram a fauna de serpentes da região de Ouro Branco, localizada no sul da cadeia do Espinhaço, que integra a área de importância biológica especial para a conservação de répteis e anfíbios (DRUMMOND et al., 2005), durante 40 meses, compreendidos entre março de 2002 e junho de 2005. Incluindo áreas urbanas e rurais, bem como áreas adjacentes entre esse município e Conselheiro Lafaiete e Congonhas do Campo,

registraram 28 espécies, distribuídas em quatro famílias e 21 gêneros, sendo a família *Colubridae* a mais rica, com 22 espécies (78% da riqueza total), seguida por *Viperidae* (quatro espécies, 14%). *Elapidae* e *Leptotyphlopidae* tiveram apenas um registro cada (3,5% para cada).

A composição de serpentes da região de Ouro Branco indica a ocorrência de espécies típicas de Mata Atlântica (*Taeniophallus affinis, Tropidodryas striaticeps* e *Xenodon neuwiedii*) e de Cerrado (*Bothrops neuwiedi*, *Crotalus durissus*, *Liophis almadensis* e *Sibynomorphus mikanii*).

A riqueza encontrada é esperada para esse tipo de área de transição e corresponde a 28% da riqueza de serpentes do estado de Minas Gerais, de acordo com a lista de Bertoluci (1998). *Sibynomorphus ventrimaculatus* teve seu primeiro registro em Minas Gerais com esse estudo e *Leptotyphlops dimidiatus* havia sido observada recentemente na região de Ouro Preto, a 3.000 km de distância ao sul de sua área de ocorrência, sendo registrada novamente na região. *Mastigodryas bifossatus* foi relatada como espécie rara, tendo seu último registro sido feito 15 anos antes do estudo. *Pseudablabes agassizii*, por sua vez, só possui um registro de 1949. A ausência de registros mais recentes dessa espécie na região de Ouro Branco e na vizinha região de Ouro Preto, junto ao fato de não ter sido encontrada nesse levantamento, levou São Pedro e Pires (2009) a sugerir que *Pseudablabes agassizii* é naturalmente rara ou pode estar extinta na área em estudo.

Em relação à abundância, registrou-se maior índice no período chuvoso. Comparando a riqueza de serpentes da região de Ouro Branco com as da Serra do Cipó e Ouro Preto, o índice de similaridade de Sorensen mostrou maior semelhança com Ouro Preto (0,67) do que com a Serra do Cipó (0,61), apesar de registrarem-se 28 espécies em Ouro Branco e 51 espécies em Ouro Preto (SILVEIRA et al., 2004 apud SÃO PEDRO; PIRES, 2009). Essa diferença foi atribuída ao esforço amostral do levantamento de serpentes entre as duas regiões e ao fato de a região de Ouro Preto possuir três unidades de conservação, de acordo com São Pedro e Pires (2009).

A região da SOB também passou por um levantamento de espécies de lagartos, em conjunto com a vila de Itatiaia, por Cruz et al. (2014), num esforço amostral de 36 meses, distribuídos de 2006 a 2007 e 2010. A riqueza de lagartos da região foi caracterizada por 15 espécies, divididas em 13 gêneros e oito famílias, sendo *Gymnophthalmidae* e *Leiosauridae*, com três espécies cada, as famílias mais ricas, seguidas por *Mabuyidae*, *Teiidae* e *Tropiduridae*, com duas espécies cada, e *Anguidae*, *Gekkonidae* e *Polychrotidae*, representadas por uma única espécie cada. Os registros das espécies incluem dados sobre a atividade (diurna ou noturna), hábito (semifossorial, terrestre, semiarbóreo, arbóreo ou escalador), *habitat* (floresta, clareiras, campos rupestres ou áreas urbanas), ocorrência (Mata Atlântica, Cerrado ou distribuição ampla), além do método de registro (*pitfall*, busca ativa ou encontro incidental). Essa riqueza registrada não se mostrou exaustiva, pois a curva de rarefação não atingiu a assíntota, indicando que possivelmente alguns táxons não foram registrados.

De acordo com Cruz et al. (2014), a riqueza da SOB corresponde a 26,31% do total de lagartos conhecidos para o estado de Minas Gerais (BÉRNILS; NOGUEIRA; SILVA, 2009) e 6,00% do total de espécies do Brasil (BÉRNILS; COSTA, 2012), uma riqueza inferior a algumas localidades situadas no Cerrado e maior que algumas situadas na Mata Atlântica. Pelo índice de dissimilaridade de Jaccard, a composição da comunidade de lagartos entre a SOB foi

comparada com outras regiões do estado de Minas Gerais, sendo similar à Serra do Brigadeiro e Juiz de Fora, seguidas pela Peti e Viçosa, de acordo com o dendrograma de dissimilaridade gerado no estudo (CRUZ et al., 2014).

Ainda sobre esse estudo, com exceção de *Hemidactylus mabouia*, uma espécie de lagarto exótica (RÖDDER; SOLÉ; BÖHME, 2008), todas as espécies nativas coletadas são diurnas. *H. mabouia* pode ser abundante em ambientes naturais, mas é bastante associada a áreas urbanas. Na SOB, foi encontrada nas áreas periantrópicas. Cruz et al. (2014) sugerem que o hábito noturno e sua ocupação periantrópica contribuem para a baixa competição para a fauna nativa. Ainda, 60% da fauna de lagartos (nove espécies) da SOB é de ampla distribuição, cobrindo a Mata Atlântica e o Cerrado, e sete espécies distribuem-se além desses dois, mas *Ophiodes striatus* e *Enyalius bilineatus* são complexos específicos, isto é, um conjunto de espécies estritamente relacionadas; portanto, essas populações podem representar espécies de distribuição mais restrita. Cruz et al. (2014) registraram, assim, cinco espécies endêmicas da Mata Atlântica, o que reforça a similaridade da fauna de lagartos da SOB com as outras áreas do bioma no estado de Minas Gerais e destaca a pouca influência do Cerrado. Quanto ao *habitat*, 47% das espécies de lagartos são consideradas restritas a ambientes florestais, apesar de *Hemidactylus mabouia*, *Tropidurus torquatus, Tupinambis merianae* e *Ameiva ameiva* aparentemente se beneficiarem de áreas antropizadas, como as clareiras florestais. Nenhuma espécie foi incluída nas listas de ameaça de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2010), do Brasil ou mundial à época, mas *Urostrophus vautieri* e *Enyalius perditus* foram consideradas vulnerável e possivelmente ameaçada nas listas de espécies ameaçadas dos estados do Rio Grande do Sul (MARQUES et al., 2002) e Rio de Janeiro (ROCHA et al., 2000), respectivamente.

Médio rio Doce

Anuros

A EPE (2007) relatou 38 espécies de anfíbios no PERD, sendo a maioria de ampla distribuição e algumas típicas das baixadas costeiras do Sudeste brasileiro. Registros únicos para Minas Gerais, como *Sphaenorhynchus prasinus*, *Scinax argireornatus*, *Aparasphenodon brunoi*, *Itapotihyla langsdorffii*, *Hypsiboas albomarginatus*, *Dendropsophus anceps*, *Phyllomedusa rohdei*, *Physalaemus obtectus*, *Chiasmocleis schubarti* e *Stereocyclops incrassus*, também foram citados. Já *Scinax carnevallii* é endêmica das regiões do vale do rio Doce e da zona da mata em Minas Gerais e *Physalaemus obtectus* é conhecida apenas no PERD e Linhares, no Espírito Santo (FEIO et al., 1998; FEIO; SANTOS; CARAMASCHI, 1999).

Souza, Condé e Orsini (2009) fizeram um levantamento da herpetofauna presente em dois fragmentos e em uma plantação de eucalipto da zona de amortecimento do PERD, nas cidades de Revés de Belém e Pingo-d'Água. Identificaram 41 espécies na área de estudo, 25 de anfíbios e 16 de répteis, contemplando cinco famílias de anfíbios e dez de répteis. Quanto à anurofauna, destacou-se *Scinax* cf. *caldarum*, vulnerável no estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2010). Ainda, citaram espécies endêmicas e altamente dependentes de ambientes

específicos da Mata Atlântica, como *Aparasphenodon brunoi*, *Dendropsophus anceps*, *Hypsiboas albomarginatus*, *Phyllomedusa rohdei* e *Scinax* cf. *caldarum*, sendo *A. brunoi* conhecida apenas das regiões de baixada do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com ocorrência apenas na região do PERD no estado de Minas Gerais. O PERD é destacado por ser um dos parques mais ricos em anfíbios do estado, apresentando um complexo hídrico com mais de 50 lagoas (FEIO et al., 1998), com alto grau de anuros endêmicos. Nos eucaliptais, seis espécies de anuros foram encontradas vocalizando (*Phyllomedusa rohdei*, *Dendropsophus anceps*, *Hypsiboas faber*, *Leptodactylus ocellatus*, *Leptodactylus mystacinus* e *Leptodactylus fuscus*).

Um estudo iniciado por Rievers (2010) e publicado por Rievers, Pires e Eterovick (2014) abordou a relação entre três dimensões do nicho de anuros (espaço, tempo e alimento) e a riqueza de espécies, abundância e biomassa das comunidades de anuros, diferenciando-os em um grupo com desenvolvimento terrestre (TD) e com larva aquática (AL). Para isso, utilizaram o PERD, que compõe o maior complexo de lagos da América Latina, com 56 lagos independentes, amostrando a comunidade de anuros em três áreas florestais: Preta, Central e Aníbal. A altitude do parque varia entre 200 e 500 m acima do nível do mar, com estação seca entre abril e setembro e estação chuvosa entre outubro e março (IEF, 2008). A localidade denominada Preta situa-se mais próxima ao rio Doce, com floresta primária de cerca de 30 m e alta abundância de epífitas, muito úmida e com baixa declividade. Central, de estágio sucessório mais inicial, possui árvores de até 30 m, com estrato vegetacional mais denso que em Preta. Aníbal, por sua vez, caracteriza-se por floresta secundária em terreno íngreme, com árvores de 15 a 20 m e sub-bosque denso, com a presença de clareiras e taquarais. As armadilhas de captura foram posicionadas entre 140 e 370 m do corpo de água mais próximo, em vias de evitar a coleta de espécies deslocando-se para o local de reprodução.

Rievers, Pires e Eterovick (2014) coletaram 326 anuros, registrando 15 espécies, distribuídas em sete famílias, uma riqueza esperada comparada a outras localidades da Mata Atlântica, a qual varia entre oito e 16. Descartando quatro indivíduos arborícolas (*Hylidae*), os 322 indivíduos distribuíram-se em Preta (155 indivíduos), Central (189) e Aníbal (18). A riqueza foi maior em Central (dez espécies), seguida por Preta (oito) e Aníbal (sete), sendo a riqueza estimada em 8.91±0.91 em Preta, 13,58±2,12 em Central e 7,91±0,91 em Aníbal. Em Central, a curva de rarefação não atingiu a assíntota, indicando a presença de uma maior riqueza que a encontrada. A maioria dos anuros foi coletada durante a estação chuvosa (58%); na estação seca, 43% das coletas ocorreram em setembro, antes do início da estação chuvosa (outubro).

Os autores analisaram a riqueza, abundância e biomassa de anuros ao longo de um ano (dados disponibilizados por mês), em conjunto com variáveis preditoras, entre elas, abundância e riqueza de táxons de invertebrados no folhiço, biomassa seca do folhiço e condições microclimáticas (pluviosidade, temperatura média do ar e do solo, umidade e quantidade de água no solo) (RIEVERS; PIRES; ETEROVICK, 2014).

Os padrões de correlação e a literatura de estudos similares, segundo Rievers, Pires e Eterovick (2014), indicam que todas as variáveis influenciam de alguma forma as assembleias de anuros de foliço e as respostas destes variam muito de acordo com a espécie e suas necessidades biológicas, o que em parte explica a resposta variada dos anuros de foliço entre localidades. Além disso, os métodos de captura devem ser levados em conta, principalmente pela diferença observada entre espécies TD e AL.

Por fim, o plano de manejo da RPPN-FMA (PRESERVE MURIQUI, 2014) e da RPPN-MS (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014) fornece informações complementares por se tratar de unidades de conservação adjacentes. Baseado no levantamento de Cassimiro e Bertoluci (2002a, 2002b), o plano de manejo da RPPN-FMA (PRESERVE MURIQUI, 2014) registrou 38 espécies de anfíbios, distribuídas em nove famílias, sendo 11 espécies endêmicas da Mata Atlântica, entre elas, duas pererecas do gênero *Phyllomedusa* (*P. burmeisteri* e *P. rohdei*), ambas endêmicas, a rã-pimenta (*Leptodactylus latrans*) e o sapo-de-chifre (*Proceratophrys boiei*). O plano de manejo da RPPN-MS registrou 24 espécies de anuros, com destaque para *Megaelosia apuana*, espécie que ocorre próxima a corpos hídricos lênticos, frios e limpos da Mata Atlântica e não tolera alterações em seu ambiente, até então conhecida apenas para o estado do Espírito Santo, constando na respectiva lista de espécies ameaçadas na categoria vulnerável (PASSAMANI; MENDES, 2007). Com exceção desta, as espécies registradas na mata do Sossego apresentam, no geral, ampla distribuição geográfica, ocorrendo em outras áreas de Mata Atlântica no estado mineiro.

Répteis

Foram registradas na RPPN-FMA, por Cassimiro e Bertoluci (2002 apud EPE, 2007), 44 espécies de répteis, sendo duas anfisbenas, 12 lagartos, 28 serpentes, um quelônio e um jacaré, incluindo algumas espécies raras em Minas Gerais, como o lagarto *Ecpleopus gaudishaudii*, a anfisbena *Leposternon infraorbitale* e as serpentes *Drymoluber dichrous* e *Lachesis muta*. Esta, conhecida como surucucu, era considerada a subespécie *Lachesis muta rhombeata*, de ocorrência na Mata Atlântica, ao contrário de seu grupo irmão amazônico *L. muta muta*. Entretanto, a revisão taxonômica de Fernandes, Franco e Fernandes (2004) mostrou a inexistência de características que suportem a validade das subespécies, resultando na sua retirada das listas de ameaça, mas continuou sendo considerada ameaçada pela destruição de seu *habitat* (RODRIGUES et al., 2013), apesar de deficiente em dados na lista de fauna ameaçada do Brasil (MARTINS; MOLINA, 2008). Destaca-se, ainda, que a espécie depende amplamente de ambientes florestados, sendo considerada ameaçada em diversos estados, inclusive no Espírito Santo (PASSAMANI; MENDES, 2007), mesmo ausente na lista de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2010).

Entre os répteis, Souza, Condé e Orsini (2009) registraram sete espécies de serpentes, distribuídas entre as famílias *Colubridae*, *Elapidae* e *Viperidae*, e três de lagartos (*Enyalius bilineatus*, *Cercossaura ocellata* e *Salvator merianae*) em dois fragmentos de mata e uma plantação de eucalipto nas adjacências do PERD. Sem ocorrer em áreas abertas como pastagens ou fragmentos florestais degradados, *E. bilineatus* e *C. ocellata* são espécies típicas de florestas e dependentes da serrapilheira, respectivamente. Nos ambientes de mata secundária, eucaliptos e associados à estrada, uma alta abundância de teiú (*S. merianae*) foi registrada. Os eucaliptais foram considerados uma zona de tampão ou matriz para o deslocamento das serpentes.

De maneira similar à anurofauna, os planos de manejo da RPPN-FMA (PRESERVE MURIQUI, 2014) e da RPPN-MS (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014) fornecem informações complementares, por se tratar de unidades de conservação adjacentes. Baseado no levantamento de Cassimiro e Bertoluci (2001a, 2001b), o plano da RPPN-FMA (PRESERVE

MURIQUI, 2014) registrou 37 espécies de répteis, distribuídas em 13 famílias da ordem *Squamata* e uma família da ordem *Chelonia*, com um único representante (*Phrynops geoffroanus*), sendo oito espécies endêmicas da Mata Atlântica, entre eles, o teiú (*Salvator merianae*), o lagarto-preguiça (*Polychrus marmoratus*) e a lagartixa-da-mata (*Gymnodactylus darwinii*). No que diz respeito às serpentes, há uma riqueza de 23 espécies (60% das espécies de répteis registrados na área), incluindo a jararaca (*Bothrops jararaca*), a surucucu (*Lachesis muta*), a coral-verdadeira (*Micrurus corallinus*) e a cobra-listrada (*Elapomorphus quinquelineatus*), endêmicas da Mata Atlântica, e a cobra-cipó (*Drymoluber dichrous*), a papa-ovo (*Chironius fuscus*) e duas espécies de falsa-coral (*Oxyrhopus petola e Erythrolamprus aesculapii*). Apesar de não ser atualmente considerada ameaçada, *Corallus hortulanus* (*Boidae*) foi enquadrada como vulnerável até 1998 e *Lachesis muta* (*Viperidae*) é atualmente deficiente em dados (MARTINS; MOLINA, 2008). Ainda, *L. muta*, popularmente conhecida como surucucu-pico-de-jaca, é a maior cobra peçonhenta da América do Sul, podendo ultrapassar 3,5 m de comprimento. A situação dessa espécie não é conhecida para uma avaliação de seu *status*, podendo, na verdade, estar em uma situação mais crítica. Já o plano de manejo da RPPN-MS (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014) registrou cinco lagartos e três serpentes – *Enyalius perditus*, *Ophiodes striatus* e *Bothrops jararaca*.

Baixo rio Doce

Quanto à região do baixo rio Doce, a caracterização do trecho baseou-se em estudo de Ramos e Gasparini (2004) para a anurofauna, no trabalho da NutriPetro (2013b), além das informações contidas no plano de manejo da Flona de Goytacazes (ICMBIO, 2013b) para a herpetofauna no geral. O plano de manejo da Rebio Augusto Ruschi (IBAMA, 1995) não faz nenhuma referência direta à ocorrência de qualquer espécie que compõe a herpetofauna. O da Rebio Comboios, por sua vez, só faz menção às tartarugas marinhas, como a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriaceae*), com o único sítio reprodutivo do Brasil inserido dentro da unidade de conservação, grupo taxonômico abordado em tópico específico. Ainda, vale esclarecer que poucos estudos registram, no Espírito Santo, a composição de fauna de répteis (EPE, 2007).

Anuros

Ramos e Gasparini (2004) encontraram 41 espécies de anuros, pertencentes a quatro famílias, na região da Área de Proteção Ambiental de Goiapaba-Açu (APA-GA), que abrange grande parte do município de Fundão e uma pequena parte do município de Santa Teresa, situando-se próxima da Rebio Augusto Ruschi. O município de Santa Teresa apresentou a ocorrência de outras espécies, significando que a riqueza registrada na APA-GA pode ser maior. A variação altitudinal e a heterogeneidade ambiental foram atribuídas à elevada riqueza do local.

A região do município de Santa Teresa, no Espírito Santo, abriga fragmentos florestais de floresta ombrófila densa de altitude, incluindo as unidades de conservação da estação

biológica de Santa Lúcia e estação biológica de São Lourenço. Nessa localidade, a EPE (2007) compilou o registro de 85 espécies de anfíbios, representando a anurofauna mais rica conhecida para o bioma da Mata Atlântica e a terceira maior riqueza local em toda a região neotropical, atrás de duas localidades no Acre. Essa diversidade, à época, incluía duas ameaçadas de extinção e dez em declínio populacional ou extintas localmente. Santa Teresa é também a localidade-tipo de 15 espécies endêmicas da Mata Atlântica do leste do Brasil, sendo uma espécie endêmica da estação biológica de Santa Lúcia, *Proceratophrys paviotii* (CRUZ; PRADO; IZECKSOHN, 2005). Ainda, *Physalaemus crombiei* e *Proceratophrys laticeps* distribuem-se apenas no estado do Espírito Santo e sul da Bahia. Assim, destaca-se a região de Santa Teresa como de excepcional riqueza de anurofauna. A região de Linhares, por sua vez, também teve sua anurofauna estudada em uma área de cultivo de cacau situada em floresta de aluvião. Nessa localidade, foram registradas 41 espécies de anfíbios, o que representa uma elevada riqueza para uma área com histórico de exploração de recursos naturais, destacando-se espécies raras como *Macrogenioglottus alipioi* e *Dasypops schirchi*. Por fim, a Reserva Natural da Vale do Rio Doce (RNVRD), localizada, em sua maior parte, no município de Linhares, além de pequena área em Soorotema e Jaguaré, no estado do Espírito Santo, foi passiva do registro de 41 espécies de anfíbios (EPE, 2007).

A Flona de Goytacazes, situada em Linhares, é uma unidade de conservação no domínio da Mata Atlântica, mais especificamente, na formação de floresta atlântica de aluvião. Seu plano de manejo (ICMBIO, 2013b) registra 44 espécies para a área, com apenas uma (*Sphaenorhynchus prasinus*) não confirmada por registros visuais. A família mais numerosa foi *Hylidae*, com 25 espécies, seguida por *Leptodactylidae*, com seis espécies. Essa riqueza é significativa, pelo fato de a área da Flona ser relativamente pequena (1.350 ha). Além de destacar a presença de nove modos reprodutivos na composição de espécies da Flona, o documento cita o município de Santa Teresa como o mais rico de todo o bioma da Mata Atlântica, com 92 espécies conhecidas, de acordo com Gasparini et al. (2005 apud ICMBIO, 2013b).

A NutriPetro (2013b) realizou o levantamento de anfíbios no município de Aracruz, por meio de dados primários e secundários de registros de ocorrência, encontrando 53 espécies de anuros, distribuídas em dez famílias, sendo 39 endêmicas da Mata Atlântica. Destas, *Arcovomer* aff. *passarellii* pode ser uma nova espécie ou apenas uma variação populacional de *Arcovomer passarellii*. O levantamento primário (durante julho de 2010, período de seca) resultou na identificação de 13 espécies, com 113 indivíduos, sendo *Scinax alter* a mais representativa, com 34 indivíduos registrados. Contando as 53 espécies de anuros, a região apresenta cerca de 5,6% do total de anfíbios do Brasil, considerando as 946 espécies conhecidas à época, e 39,8% das espécies do estado do Espírito Santo.

Répteis

A EPE (2007) cita alguns estudos e referências para a caracterização da herpetofauna da bacia do rio Doce, relatando a fauna de répteis de três localidades: a RNVRD, as restingas de Linhares e as praias da foz do rio Doce, na Rebio Comboios e na Rebio Sooretama. Um inventário realizado nessa última, localizada marginalmente à bacia hidrográfica do rio Doce,

por exemplo, registrou 35 espécies, incluindo *Caiman latirostris*, dois quelônios (*Acantochelys radiolata* e *Geochelone* sp.), três anfisbenas, três lagartos e 26 espécies de serpentes. Apesar de não amostrada por completo, essa é uma diversidade de répteis que se espera ocorrer nos remanescentes de Mata Atlântica da bacia do rio Doce situados próximos à Rebio. Na RNVRD, por sua vez, que apresenta sua maior extensão no município de Linhares e pequena abrangência nos municípios de Soorotema e Jaguaré, foram registradas 43 espécies de répteis, sendo três endêmicas registradas em Linhares: *Cnemidophorus nativo*, *Bothrops leucurus* e *Amphisbaena nigricauda*; *C. nativo* foi classificada como vulnerável no estado do Espírito Santo, com destaque importante para a conservação das restingas, junto das tartarugas marinhas que desovam nesse tipo de ambiente (PASSAMANI; MENDES, 2007). Por fim, a EPE (2007) relata apenas uma espécie de jacaré endêmica da bacia do rio Doce (*Caiman latirostris*), além da serpente *Tantilla boipiranga* e do lagarto *Placosoma cipoensis*, reiterando a bacia do rio Doce como uma das áreas prioritárias para o estudo de composição de répteis no bioma da Mata Atlântica.

Quanto aos répteis, a NutriPetro (2013b) realizou o levantamento de répteis em Aracruz (ES), por meio de dados primários e secundários de registros de ocorrência. Foram observadas 57 espécies de répteis das ordens *Crocodylia*, *Testudines* e *Squamata*, representando aproximadamente 7,9% do total dos répteis do Brasil conhecidos à época. A ordem *Crocodylia* estava representada pela espécie *Caiman latirostris*, enquanto *Testudines*, por duas espécies, sendo o jabuti *Chelonoidis carbonaria* e outra do cágado-amarelo, *Acanthochelys radiolata*. A ordem *Squamata* apresentou 54 espécies, entre elas, 18 lagartos, 32 serpentes e quatro anfisbenas, sendo 16 endêmicas da Mata Atlântica. *Lachesis muta*, *Bothropsis bilineata* e *Cnemidophorus nativo* foram classificadas como vulneráveis no Espírito Santo (PASSAMANI; MENDES, 2007) e o cágado-amarelo (*Acanthochelys radiolata*), categorizado como quase ameaçada (IUCN, 2017). Ainda, de acordo com a NutriPetro (2013b), algumas espécies foram adicionadas ao levantamento pelas espécies de provável ocorrência a partir da literatura secundária. Acerca da sazonalidade, a maioria das espécies registradas foi encontrada no período chuvoso, padrão não comum, mas fatores como os registros por atropelamento, que são vários, podem ter influenciado tal encontro. Cita-se, ainda, um levantamento de 39 espécies de répteis na restinga de Setiba, município de Guarapari. Dado que não foram encontradas espécies raras, o relatório indica *Tropidurus torquatus*, uma espécie bastante abundante, como um bom bioindicador em estudos quantitativos de impacto ambiental.

A fauna de répteis da Flona de Goytacazes também é considerada, a exemplo de sua anurofauna, bastante significativa em contraste com sua pequena área (1.350 ha), segundo seu plano de manejo (ICMBIO, 2013b). O documento registra 43 espécies de répteis, sendo um quelônio, um crocodilo, oito lagartos, uma anfisbena e 32 serpentes, pertencentes a 13 famílias distintas, nenhuma das quais é citada nas listas de fauna ameaçada da época. Entre os lagartos, estão *Anolis punctatus*, *Leposoma scincoides*, *Hemidactylus mabouia* e *Salvator merianae*; entre as serpentes, *Corallus hortulanus*, *Liophis meridionalis*, *Oxyrhopus petola*, *Siphlophis compressus*, *Leptodeira annulata* e *Typhlops brongersmianus*.

Consoante os dados e literatura analisados para esse trecho do rio Doce, há uma elevada riqueza de anfíbios, destacando-se as 92 espécies da região de Santa Teresa (EPE, 2007), com um número anormal de espécies, como também a região de Guarapari, com 53

espécies (NUTRIPETRO, 2013b), e a Flona de Goytacazes, com 44 espécies. As mesmas localidades, com exceção de Santa Teresa, destacam-se pela grande riqueza de répteis: 57 espécies no litoral do Espírito Santo (Aracruz e Guarapari), pelo relatório da NutriPetro (2013b), e 43 espécies na Flona de Goytacazes.

Quelônios

Os quelônios, popularmente conhecidos como cágados, jabutis e tartarugas, são répteis pertencentes à ordem taxonômica Testudines Sua origem remete ao período triássico, na era mesozoica, durante o apogeu dos dinossauros (RUEDA-ALMONACID et al., 2007). Uma de suas principais características morfológicas é o corpo revestido por uma carapaça dorsal formada por placas ósseas, que são vértebras modificadas com costelas expandidas sem capacidade de movimento, cobertas por placas queratinizadas ou osteodermos e um escudo ventral (plastrão), formado por costelas abdominais e partes da cintura peitoral, conferindo-lhes uma anatomia única entre os craniados (POUGH; HEISER; JANIS, 2008; LIEM et al., 2012). Não possuem dentes, mas um bico córneo que reveste as mandíbulas.

Os quelônios reúnem duas subordens: Cryptodira, que compreende as espécies capazes de retrair a cabeça verticalmente para dentro da carapaça, formando um "S", e Pleurodira, que é representada pelas espécies que curvam o pescoço horizontalmente para acomodar a cabeça e a nuca abaixo da borda da carapaça. As duas subordens ainda apresentam diversas diferenças morfofisiológicas entre si, como, por exemplo, cintura pélvica fusionada à carapaça nos Pleurodira e cintura pélvica unida por ligamentos nos Cryptodira (RUEDA-ALMONACID et al., 2007). Além disso, todos os Pleurodira são aquáticos continentais, enquanto os Cryptodira habitam desde esses ambientes até os aquáticos marinhos (tartarugas marinhas) e terrestres (jabutis).

Atualmente, são conhecidas 346 espécies de quelônios ao redor do mundo (UETZ; HOŠEK, 2016). Segundo Costa e Bérnils (2015), no Brasil ocorrem 36 espécies, caracterizando o país como o detentor da maior riqueza do grupo. Entre as espécies registradas, cinco são marinhas, divididas em duas famílias: Cheloniidae, que agrega a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), a tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), e Dermochelydae, com uma única representante vivente no mundo, a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), também reconhecida por ser a maior espécie atual dentre os quelônios. Todas essas espécies ocorrem no litoral do estado do Espírito Santo, incluindo a área de estudo deste projeto.

Além das espécies marinhas, outras duas são terrestres, sendo popularmente conhecidas como jabutis. Ambas pertencem à família Testudinidae, consistindo em *Chelonoidis carbonarius* (jabuti-piranga ou jabuti-vermelho) e *Chelonoidis denticulatus* (jabuti-amarelo).

A maior diversidade de quelônios brasileiros é associada a ambientes de água doce, sendo seis espécies pertencentes à subordem Cryptodira e as demais pertencentes à subordem Pleurodira. Os modos de vida de tais espécies são bastante diversificados, com algumas ocorrendo exclusivamente em banhados e açudes, outras ocorrendo apenas em rios encachoeirados serranos até espécies associadas a grandes rios e lagos, nesses casos com algumas apresentando hábitos residentes e associados a determinadas condições ambientais específicas (como corredeiras) até aquelas que apresentam movimentos migratórios entre

grandes bacias hidrográficas. Essa diversidade de modos de vida tem implicações diretas na conservação das espécies frente a impactos ambientais diversos, como modificações hidrológicas impostas pela formação de reservatórios, interrupção de fluxos gênicos decorrentes do estabelecimento de barragens, trânsito de grandes embarcações e eventos poluentes, entre outras.

Os quelônios são animais que ocupam os ambientes terrestre e aquático, sendo que, entre as espécies de hábitos aquáticos, existem aquelas que habitam ambientes continentais de água doce e outras que habitam o ambiente marinho, eventualmente utilizando o ambiente salobro dos estuários como áreas de alimentação. As espécies dulcícolas costumam alternar com frequência o uso do ambiente terrestre e aquático, enquanto as espécies marinhas passam a vida inteira na água após seu nascimento, com exceção das fêmeas adultas, que retornam ao ambiente terrestre para depositar seus ovos, geralmente na mesma praia em que nasceram.

No geral, as espécies de quelônios de água doce são residentes (isto é, passam toda a vida em uma mesma região, no máximo apresentando deslocamentos entre sítios próximos no intuito de obter alimentos ou para atividades reprodutivas), enquanto as marinhas são migratórias, percorrendo grandes distâncias nos oceanos ao longo da vida. Para tal, possuem adaptações em suas patas, que funcionam como nadadeiras, além de adaptações fisiológicas para a vida na água salgada e para localização. Essa condição é inerente a todas as espécies marinhas habitantes da costa do Brasil (THOMÉ et al., 2007). Já entre os quelônios de água doce do país, pelo menos a tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) é conhecida pelos hábitos migratórios, com indivíduos deslocando-se entre grandes bacias hidrográficas amazônicas durante períodos reprodutivos (SITES JR et al., 1999).

Quanto aos jabutis, espécies do gênero *Chelonoidis*, imaginava-se que possuíam hábitos estritamente terrestres. Entretanto, estudo recente demonstrou que o jabuti-amarelo (*Chelonoidis denticutatus*) possui grande capacidade de viver em ambientes aquáticos, principalmente na época das cheias na região amazônica (MORCATTY; VALSECCHI, 2015).

Há muito tempo, humanos de diversas culturas vêm fazendo uso de quelônios como fonte de proteína, alimentando-se da carne do próprio animal ou de seus ovos. Antes da chegada dos europeus à América do Sul, os indígenas já exploravam esse recurso, sem afetar negativamente as populações de tartarugas. Essa realidade mudou com a chegada dos colonizadores, que não apenas se alimentavam dos indivíduos adultos, mas também de seus ovos e filhotes, de maneira exaurível. A situação ficou ainda mais grave quando se passou a utilizar a gordura dos animais e dos ovos para produção de óleo, principalmente para fins de iluminação (VOGT, 2008).

No caso das tartarugas marinhas, elas também sofreram pressão predatória, tendo seus ovos coletados nas areias das praias de desova e sendo capturadas e abatidas para consumo humano. Atualmente, ainda existem relatos de consumo de carne de tartarugas marinhas, como no estado de Santa Catarina, principalmente quando são capturadas acidentalmente nas redes de pescadores ou em pesca com espinhel e acabam vindo a óbito.

Outro grande impacto que afeta os quelônios marinhos consiste na presença de lixo em seu *habitat*. Em consequência da ingestão acidental de resíduos sólidos, como sacolas plásticas, que são confundidas como alimento por algumas espécies (medusas, lulas e, inclusive, peixes), e/ou resíduos e material plástico ou metal particulado que se mesclam a

bancos de algas, não raro são encontrados animais mortos contendo tais materiais em seu conteúdo gastrointestinal. Assim, a poluição dos oceanos e das águas continentais por produtos plásticos ou outros elementos tóxicos, como metais pesados, efluentes domésticos ou industriais, é uma ameaça a esse grupo faunístico, que pode ser contaminado diretamente ou por meio da ingestão de alimentos (THOMÉ et al., 2007).

Há algumas décadas, alguns projetos de sucesso vêm sendo desenvolvidos no Brasil para auxiliar na preservação de algumas espécies de quelônios, como o Projeto Tamar, criado em 1980 e que atua na proteção das tartarugas marinhas em diversos pontos da costa brasileira, e os Projetos Tartaruga-da-Amazônia, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) desde a década de 1980, e Pé-de-Pincha, criado em 1999 e atuante nos estados do Amazonas e Pará, protegendo as tartarugas dulcícolas da região, especialmente o tracajá (*Podocnemis unifilis*) e a tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) (ANDRADE, 2007). Esses projetos são importantes na proteção direta dos ninhos e dos ovos, possibilitando um incremento no recrutamento das espécies-alvo e auxiliando os filhotes a alcançar o ambiente aquático. Também têm grande importância no desenvolvimento de estudos que geram subsídios para o conhecimento e preservação desses quelônios. Contudo, seu principal mérito consiste na conscientização das comunidades envolvidas, em várias faixas etárias, muitas vezes mudando seus hábitos de predação e degradação do *habitat* e transformando-as em parceiros e multiplicadores das ações de preservação, inclusive gerando renda (MARCOVALDI; PATIRI; THOMÉ, 2005).

Quelônios Continentais

A partir do banco de dados do ICMBio (VOGT et al., 2015) e de estudos que apresentam a distribuição ampla de quelônios no continente sul-americano (ERNST; BARBOUR, 1989; IVERSON, 1992), um total de 13 espécies de quelônios continentais (sendo 11 aquáticas e duas terrestres) foi registrado para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Tabela 5 – Espécies de quelônios continentais registrados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e sua ocorrência na bacia do rio Doce.). Entretanto, parte dessas espécies, embora contemple distribuições próximas à bacia do rio Doce, ocorre em ecossistemas bastante distintos, possivelmente não se fazendo representar na região ora em estudo. De qualquer forma, tais espécies são citadas para fins de referência.

A despeito de sua grande importância regional, não são conhecidos trabalhos publicados que contemplem inventários de quelônios ao longo da bacia do rio Doce como um todo. Os poucos estudos que abordam levantamentos de espécies continentais do grupo foram desenvolvidos em alguns locais específicos no contexto da bacia, a exemplo de Linhares (ES), em que inventários herpetofaunísticos foram realizados nas reservas locais da Vale (ROCHA, 1998; BÉRNILS et al., 2014). Tais estudos revelam a ocorrência de algumas espécies de quelônios em localidades específicas da bacia.

Tabela 5 – Espécies de quelônios continentais registrados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e sua ocorrência na bacia do rio Doce.

Família/espécie	Nome popular	MG	ES	RD
Kinosternidae				

Família/espécie	Nome popular	MG	ES	RD
Kinosternon scorpiodes (Linnaeus, 1766)	Muçuã	X		
Geoemydidae				
Rhinoclemmys sp.	Aperema		X	X
Testudinidae				
Chelonoidis carbonarius (Spix, 1824)	Jabuti-vermelho	X	X	X
Chelonoidis denticulatus(Linnaeus, 1766)	Jabuti-amarelo	X	X	X
Chelidae				
Acanthochelys radiolata (Mikan, 1820)	Cágado-amarelo	X	X	X
Acanthochelys spixii (Durméril e Bibron, 1835)	Cágado-preto	X		
Mesoclemmys hogei (Mertens, 1967)	Cágado-de-Hoge	X	X	
Mesoclemmys tuberculata (Lüderwaldt, 1926))	Cágado-do-nordeste	X		
Mesoclemmys vanderhaegei (Bour, 1973)	Cágado-cabeçudo	X		
Phrynops geoffroanus (Schweigger, 1812)	Cágado-de-barbicha	X	X	X
Hydromedusa maximiliani (Mikan, 1825)	Cágado-da-serra	X	X	X
Hydromedusa tectifera Cope, 1870	Cágado-da-serra	X		
Emydidae				
Trachemys scripta (Thunberg in Schoepff, 1792)*	Tartaruga-de-orelha-vermelha	?	?	?

Nota: * Espécie exótica com possível ocorrência na região do estudo.

Além desses estudos, informações sobre quelônios continentais para a bacia do rio Doce são provenientes de alguns registros esporádicos presentes na literatura e referentes a ampliações de distribuição, revisões taxonômicas e/ou observações sobre hábitos alimentares e/ou outros aspectos da ecologia das espécies. Tais registros podem ser verificados, por exemplo, nos trabalhos de Moreira (1998), Souza et al. (2003), Friol (2014), Vogt et al. (2015), além de Garbin, Karlguth e Fernandes (2016).

A partir da sua análise, foi comprovada a presença de quatro espécies dulcícolas e duas espécies terrícolas de jabutis na bacia hidrográfica do rio Doce, a saber, o cágado-da-serra (*Hydromedusa maximiliani*), o cágado-amarelo (*Acanthochelys radiolata*), o cágado-de-barbicha (*Phrynops geoffroanus*), os jabutis (*Chelonoidis denticulatus* e *C. carbonarius*) e uma espécie ainda não descrita do gênero *Rhinoclemmys*, registrada para a região de Linhares (BÉRNILS et al., 2014).

A Tabela 6 sumariza o estado de conservação das espécies continentais consideradas ameaçadas e registradas para a bacia. Por sua vez, as características e a distribuição das espécies no contexto da bacia são descritas em seguida.

Tabela 6 – Lista de espécies de quelônios continentais ameaçadas de extinção em algum nível, segundo listas de espécies ameaçadas mundial, nacional ou estaduais (Minas Gerais e Espírito Santo).

Família/espécie	Nome popular	Lista de espécies ameaçadas			
		Mundial	Nacional	ES	MG
Testudinidae					
Chelonoidis denticulatus (Linnaeus, 1766)	Jabuti-amarelo	VU			
Chelidae					
Acanthochelys radiolata (Mikan, 1820)*	Cágado-amarelo	NT			
Hydromedusa maximiliani (Mikan, 1825)*	Cágado-da-serra	VU		VU	VU

Notas: VU = vulnerável. NT = quase ameaçada. * Espécies registradas na bacia do rio Doce.

Fonte: Adaptado de Brasil (2014), IUCN (2017), Minas Gerais (2010) e Passamani e Mendes (2007).

- Cágado-da-serra (*Hydromedusa maximiliani*)

Esta espécie é tida como associada exclusivamente a pequenos riachos encachoeirados de serras, em geral em áreas mais elevadas e frias (SOUZA et al., 2003), onde se alimenta exclusivamente de invertebrados aquáticos e pequenos peixes (NOVELLI et al., 2008; ROCHA-BARBOSA et al., 2014). Entretanto, Moreira (1998) referenda a espécie para o vale do rio Doce e para o município de Mariana, sem especificar os ambientes de registro. Não se descarta a possibilidade de a espécie ocorrer nas imediações da área afetada.

H. maximiliani é tida como vulnerável em nível internacional (IUCN, 2017) e nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

- Cágado-amarelo (*Acanthochelys radiolata*) (Figura 48)

Esta espécie é associada às bacias hidrográficas da Mata Atlântica ao norte do estado do Rio de Janeiro (ERNST; BARBOUR, 1989; GARBIN; KARLGUTH; FERNANDES, 2016; VOGT et al., 2015). Trata-se de uma espécie normalmente encontrada em banhados e várzeas, podendo eventualmente ocorrer também em leitos de rios de baixa correnteza. Possivelmente ocorra na área afetada pelo rompimento da barragem, em especial, em áreas de remanso do rio Doce e da foz de seus afluentes.

Esta espécie é tida como quase ameaçada pela IUCN (2017).

Figura 48 – *Acanthochelys radiolata*, espécie ocorrente na bacia do rio Doce



Foto: Sérgio A. A. Morato

- Cágado-de-barbicha (*Phrynops geoffroanus*) (Figura 49)

Esta espécie apresenta ampla distribuição no Brasil, ocorrendo desde o nordeste e sul da Amazônia até a bacia do rio Paraná (VOGT et al., 2015). Entretanto, estudos recentes têm sugerido que ela abrange um complexo taxonômico. Segundo Friol (2014), suas populações na bacia do rio Doce apresentam uma composição gênica bastante distinta das de outras regiões, o que sugere um processo de especiação em curso.

P. geoffroanus ocorre, em geral, no leito de grandes rios; na região de estudo, está principalmente no curso principal do rio Doce e de seus maiores afluentes.

Figura 49 – *Phrynops geoffroanus*, espécie ocorrente no leito principal do rio Doce e de seus maiores afluentes.



Foto: Sérgio A. A. Morato

- Jabutis (*Chelonoidis carbonarius* e *C. denticulatus*) (Figura 50)

As duas espécies de jabutis brasileiros contam com registros para as proximidades do rio Doce, habitando principalmente os remanescentes florestais existentes na região. *C. carbonarius* (jabuti-vermelho) apresenta distribuição mais ampla, ocorrendo desde a Amazônia até a Caatinga, o Cerrado e o Pantanal, chegando até a Mata Atlântica do Rio de Janeiro. Já *C. denticulatus* (jabuti-amarelo) é mais restrito, ocorrendo apenas na Amazônia e em remanescentes de Mata Atlântica do sul da Bahia e Espírito Santo (VOGT et al., 2015). Essa última espécie é tida como vulnerável pela lista da IUCN (2017).

Figura 50 – Jabutis (*Chelonoidis carbonarius* à esquerda e *C. denticulatus* à direita), espécies ocorrentes na bacia do rio Doce.



Fotos: Sérgio A. A. Morato.

- Aperema (*Rhinoclemmys* sp.)

Esta espécie foi recentemente descoberta para o estado do Espírito Santo, podendo consistir em uma espécie ainda não descrita (BÉRNILS et al., 2014). Habita lagoas e várzeas dos rios costeiros e pequenos riachos margeados por florestas. Sua ocorrência no vale do rio Doce ainda é desconhecida.

Quelônios Marinhos

As tartarugas marinhas despertam o interesse de inúmeros pesquisadores, sendo objeto de diversos estudos no mundo e no Brasil.

Diferentemente dos quelônios continentais, informações sobre tartarugas marinhas para o estado do Espírito Santo são bem representadas na literatura. O estado, inclusive, representa a principal área de desova da tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), sendo a praia de Comboios o principal local de nidificação, além de alguns pontos mais esporádicos ao norte desta (THOMÉ et al., 2007). A população que desova no Brasil é geneticamente distinta das outras populações que desovam no oceano Atlântico (VARGAS et al., 2008).

Thomé et al. (2007) publicaram dados da espécie coletados pelo Projeto Tamar entre as temporadas de desova de 1988-1989 a 2003-2004, no Espírito Santo. O número de ninhos no período estudado pelos autores variou de seis a 92, com tendência de aumento (de 20% ao ano) a partir da temporada de 1995-1996. O principal período de desova da espécie ocorreu entre os meses de outubro e janeiro, com pico de desova entre os meses de novembro e dezembro (THOMÉ et al., 2007). Cada ninho teve em média 87,7 ovos viáveis e 22,1 ovos sem gema (19,6% dos ovos nos ninhos), considerados comuns para a espécie. Entre os ovos viáveis, o sucesso de incubação variou em média entre 53,3% e 78,0% e o período de incubação, entre 61,5 a 78 dias, dependendo da temporada de desova (THOMÉ et al., 2007).

O litoral do Espírito Santo é também utilizado para desova pelas demais espécies de tartarugas marinhas brasileiras (BARBOSA; MAYORGA; ZANOTTI, 2012). A tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta* – Figura 51), espécie de tartaruga marinha com desova mais comum no litoral brasileiro (THOMÉ et al., 2005), tem áreas regulares de desova no Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Rio de Janeiro (MARCOVALDI; CHALOUPKA, 2007). A população da espécie com desova no Brasil é uma das maiores do mundo, sendo que o litoral norte do Espírito Santo compreende a segunda mais importante região de desova para a espécie, depois do litoral da Bahia (MARCOVALDI; CHALOUPKA, 2007). Estudos genéticos (com ácido desoxirribonucleico – DNA – mitocondrial) revelaram a existência de duas populações distintas, uma no Espírito Santo e Rio de Janeiro e uma na Bahia e Sergipe (REIS et al., 2010), ressaltando a importância ecológica das diferentes áreas de desova para a conservação das populações.

Figura 51 – Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), espécie com reprodução registrada no litoral do Espírito Santo.



Foto: Sérgio A. A. Morato.

A tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), como as demais tartarugas, tem o sexo determinado pela temperatura de incubação dos ovos. No Brasil, as áreas de desova localizadas na Bahia e Sergipe produzem predominantemente tartarugas fêmeas (94%), enquanto Espírito Santo e Rio de Janeiro têm distribuição mais equilibrada entre machos e fêmeas (53% fêmeas) (MARCOVALDI et al., 2016). As áreas de desova no Espírito Santo são, portanto, as maiores responsáveis pela produção de machos no país, desempenhando função importante para a conservação da espécie.

A tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata* – Figura 52) apresenta desova eventual no litoral do Espírito Santo, com áreas de desova regulares na Bahia e Sergipe (MARCOVALDI et al., 2007, 2011). Existem registros de juvenis da espécie no Sul e Sudeste do Brasil, mas são mais comuns no Norte e Nordeste. A ilha de Trindade (ES) é área de alimentação para a espécie (MARCOVALDI et al., 2011).

Figura 52 – Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), espécie registrada no litoral do Espírito Santo.



Foto: Sérgio A. A. Morato.

Quanto à tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivácea* – Figura 53), embora a área prioritária de desova esteja localizada entre os estados da Bahia e Alagoas (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1999), desovas da espécie em menor densidade ocorrem no litoral do Espírito Santo. Além disso, existe registro de ocorrência e deslocamento da espécie no estado (CASTILHOS et al., 2011).

Figura 53 – Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), espécie registrada no litoral do Espírito Santo.



Foto: Sérgio A. A. Morato.

A tartaruga-verde (*Chelonia mydas* – Figura 54, por fim, apresenta raros registros de desova no litoral continental do Espírito Santo (ALMEIDA et al., 2011). Entretanto, a ilha de Trindade é uma área regular de desova importante no Brasil (MOREIRA; BJORDAL, 2006). O litoral costeiro do Espírito Santo é área de alimentação para os juvenis da espécie, assim como o restante do litoral costeiro brasileiro.

Figura 54 – Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), espécie registrada no litoral do Espírito Santo.



Foto: Sérgio A. A. Morato.

Todas as cinco espécies de tartarugas marinhas brasileiras encontram-se sob algum grau de ameaça (Tabela 7). Em nível internacional (IUCN, 2017), a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), a tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*) e a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) estão classificadas como vulneráveis, enquanto a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) encontra-se em perigo de extinção. A tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) é classificada como criticamente ameaçada. Já em nível nacional, *Chelonia mydas* tem o *status* vulnerável, *Caretta caretta* e *Lepidochelys olivacea* são categorizadas como em perigo e *Eretmochelys imbricata* e *Dermochelys coriacea* são criticamente ameaçadas (BRASIL, 2014).

Por fim, em relação ao estado do Espírito Santo, *Dermochelys coriacea* é tida como criticamente ameaçada (seguindo o preconizado na lista nacional); *Eretmochelys imbricata* e *Lepidochelys olivácea*, em perigo e *Caretta caretta* e *Chelonia mydas*, vulneráveis (ALMEIDA et al., 2007). As diferenças conceituais entre o previsto para o Brasil e o estado do Espírito Santo devem-se especialmente aos critérios adotados para avaliação (frequência de registros, área de ocorrência), os quais seguem a IUCN (2017).

Tabela 7 – Lista de espécies de tartarugas marinhas presentes no litoral do Espírito Santo e situação nas listas de espécies ameaçadas mundial, nacional ou estadual.

Família/espécie	Nome popular	Lista de espécies ameaçadas		
		Mundial	Nacional	ES
Cheloniidae				
Caretta caretta (Linnaeus, 1758)	Tartaruga-cabeçuda	VU	EN	VU
Eretmochelys imbricata (Linnaeus, 1766)	Tartaruga-de-pente	CR	CR	EN
Lepidochelys olivacea (Eschscholtz, 1829)	Tartaruga-oliva	EN	EN	EN
Chelonia mydas (Linnaeus, 1758)	Tartaruga-verde	EN	VU	VU
Dermochelyidae				
Dermochelys coriacea (Vandelli, 1761)	Tartaruga-de-couro	VU	CR	CR

Notas: VU = vulnerável. EN = em risco. CR = criticamente ameaçada.

Fonte: Adaptado de Brasil (2014), IUCN (2017) e Passamani e Mendes (2007).

Thomé et al. (2007) relataram tendência de a tartaruga-de-couro (*D. coriacea*) evitar a região próxima à foz do rio Doce para desova, relacionando à grande descarga de sedimento vindo da foz desse curso d'água, embora os autores ressaltem que a seleção do local de desova para as tartarugas marinhas não é conhecida. Por sua vez, o termo de referência para estudos da fauna marinha na foz do rio Doce recém-publicado (ICMBIO, 2017e) informa que a região do estuário estabelece uma área de grande importância para as espécies, sendo, inclusive, um local relevante para alimentação dos animais. Essa condição é aparentemente sustentada por Almeida et al. (2007), que, em relação à *Dermochelys coriacea*, afirmam que "o único sítio com concentração regular de ninhos da espécie é o litoral norte do Espírito Santo, principalmente na foz do rio Doce, entre as localidades de Barra do Riacho, no município de Aracruz, e Degredo, no município de Linhares". Portanto, ela carece ainda de confirmação, especialmente no tocante à importância do estuário para a alimentação dos quelônios. De qualquer forma, todos os autores são unânimes em afirmar que o litoral do Espírito Santo a norte da foz do rio Doce consiste em uma área de grande importância para a reprodução de todas as espécies, com destaque para *Dermochelys coriacea* e *Caretta caretta*.

4.3.6 Avifauna

4.3.6.1 Metodologia

O estudo da linha-base deste grupo taxonômico foi realizado em duas fases: a primeira tratou-se de um extensivo levantamento bibliográfico dos diferentes tipos de pesquisa desenvolvidos na área de abrangência deste estudo e a segunda foi sua descrição, visando à caracterização da fauna silvestre no período pretérito ao desastre.

É de suma importância a realização de um levantamento bibliográfico para definição de um referencial teórico e, por meio disso, identificar as referências a ser utilizadas para a formatação de uma lista de espécies com ocorrência comprovada e com potencial de ocorrência na área estudada, além de caracterizar a presença de espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, exóticas e/ou invasoras e abordar aspectos como dados de abundância, densidade e outros parâmetros populacionais.

Esta pesquisa foi conduzida em toda a área de abrangência do estudo, compreendendo a bacia hidrográfica do rio Doce e os trechos do alto, médio e baixo rio Doce até a desembocadura desse mesmo rio no oceano Atlântico, com enfoque especial nas áreas afetadas pelo desastre. O trecho alto compreende a região da barragem de Fundão até a UHE Risoleta Neves, incluindo as cabeceiras do rio Doce na porção sul da Serra do Espinhaço – rios Gualaxo do Norte, Carmo, Piracicaba e Piranga. O trecho médio inclui a região entre as UHEs Risoleta Neves e Mascarenhas, entre os municípios de Rio Doce (MG) e Baixo Guandu (ES), respectivamente. Esse trecho abrange os municípios mineiros de Ipatinga (passando pelo PERD), Governador Valadares e Conselheiro Pena (onde se localiza o PESS). Por fim, o trecho denominado baixo rio Doce compreende a região entre o município de Baixo Guandu e Linhares, até a foz do rio Doce no oceano Atlântico.

Este extenso levantamento bibliográfico foi realizado mediante consultas em plataformas de periódicos nacionais e internacionais utilizando o *software* bibliométrico Publish or Perish® e em coleções museológicas pelo sistema integrado de dados primários de coleções científicas conhecido como speciesLink. Além disso, foram consultados diferentes estudos de impactos ambientais de empreendimentos da região disponíveis na rede mundial de computadores, bem como outros desenvolvidos nas unidades de conservação existentes na bacia hidrográfica do rio Doce, com enfoque especial para as áreas afetadas diretamente pelo desastre.

Para a nomenclatura, os nomes populares das espécies e o *status* de ocorrência seguiram o Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (PIACENTINI et al., 2015), *habitat* (SIGRIST, 2009) e endemismo (BROOKS et al., 1999). Para a classificação de cada espécie registrada na área de ocorrência deste estudo quanto ao aspecto do estado de ameaça nos diferentes âmbitos abordados (estadual, nacional e mundial), foram utilizadas as listas vermelhas de fauna ameaçada elaboradas por Passamani e Mendes (2007), no Espírito Santo, COPAM (MINAS GERAIS, 2010), em Minas Gerais, além da Portaria nº 444 (BRASIL, 2014) e mundial (IUCN, 2017).

4.3.6.2 Resultados

Em conjunto com a Colômbia e o Peru, o Brasil é um dos países com maior riqueza avifaunística da América do Sul, sendo também aquele com o maior número de espécies ameaçadas no mundo (PIACENTINI et al., 2015; BIRDLIFE INTERNACIONAL, 2017). O último levantamento sistematizado da avifauna nacional (PIACENTINI et al., 2015) apontou uma lista de 1.919 espécies, totalizando 3.051 táxons – a soma das espécies e das subespécies reconhecidas. Essa admirada riqueza distribui-se em 33 ordens, 103 famílias e 705 gêneros taxonômicos. Não obstante, a lista de avifauna brasileira não deixa de crescer a cada nova atualização, apesar de pouco – 7% desde a última década, número baixo comparado com outros grupos taxonômicos menos conhecidos. A avifauna da Mata Atlântica, no entanto, encontra-se bem conhecida por ter sido alvo de muitas pesquisas de biodiversidade (PIACENTINI et al., 2015). A seguir, estão descritos os estudos obtidos para os trechos do rio Doce e que foram aqui abordados de modo a caracterizar a avifauna e descrever o conhecimento existente sobre a região. No **Apêndice F**, segue a lista de espécies com

probabilidade de ocorrência na área de abrangência do estudo, com informações complementares pertinentes, como nome popular, *habitat* preferencial, *status* de ocorrência, endemismo e categorias de ameaças nos âmbitos estaduais, nacional e mundial.

Alto rio Doce

A maior parte dos registros avifaunísticos do trecho do alto rio Doce está concentrada na Serra do Caraça, que abriga uma avifauna com a presença de táxons típicos da Mata Atlântica e dos campos rupestres (VASCONCELOS; MELO JR, 2001), sendo considerada uma área importante para a conservação das aves do bioma (BENCKE et al., 2006). Nela, insere-se a RPPN-SC, que, por sua vez, abrange grande parte da Serra do Caraça – um dos divisores geográficos da bacia hidrográfica do rio Doce.

A RPPN-SC está na porção meridional da cadeia do Espinhaço, na região do quadrilátero ferrífero, área prioritária para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais, em categoria de especial importância biológica devido à alta riqueza de vertebrados, com destaque às aves (VASCONCELOS; MELO JR, 2001; DRUMMOND et al., 2005). Também integra a área destinada às reservas da biosfera da Serra do Espinhaço e da Mata Atlântica, reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2005, e é inscrita na Área de Proteção Ambiental ao Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul – RMBH) (VASCONCELOS, 2017). Dessa maneira, a caracterização da avifauna deste trecho do rio Doce baseou-se em diversos levantamentos, realizados principalmente pelo pesquisador F. M. Vasconcelos (VASCONCELOS; MELO JR, 2001; VASCONCELOS et al., 2003, 2005; VASCONCELOS; LPES; HOFFMAN, 2007) na Serra do Caraça e áreas adjacentes, com o complemento de estudo de fragmentos florestais no sul da cadeia do Espinhaço e em Ouro Branco e Ouro Preto (PEREIRA et al., 2015), além dos planos de manejo das unidades de conservação presentes na área, como da RPPN-SC (SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2013), da SOB (IEF, 2017f) e da EET (FEAM, 1995).

A RPPN-SC possui 11.233 ha e variação altitudinal de 850 a 2.072 m. A vegetação nativa é composta por floresta atlântica montana nas baixas altitudes e ao longo dos corpos d'água e campos rupestres (campos de altitude) nas altitudes elevadas, com pastagens e pequenos reservatórios no interior. O maior levantamento da avifauna da região da Serra do Caraça foi feito por Vasconcelos e Melo Jr (2001), complementando os estudos de Carnevalli (1980), autor do primeiro levantamento sistemático da região, em adição aos registros históricos de naturalistas como G. H. von Langsdorff, A. Saint-Hilaire, J. B. von Spix, C. F. P. von Martius, P. E. Gounelle e A. A. da Silveira (VASCONCELOS; MELO JR, 2001).

O esforço amostral realizado por esses pesquisadores também incluiu pontos na fazenda Bocaina, no município de Santa Bárbara, em que se encontra o Parque Nacional da Serra do Gandarela, caracterizado por floresta atlântica secundária, pastagens e pântanos. O levantamento resultou no registro de 264 espécies de aves na RPPN-SC, das quais 47 são endêmicas da Mata Atlântica, quatro, do Cerrado e três, da cadeia do Espinhaço. Quanto aos graus de ameaça, à época os autores registraram 20 espécies ameaçadas ou quase ameaçadas mundialmente e oito ameaçadas no estado de Minas Gerais.

Entre os registros, cinco foram introduzidas localmente (Sicalis flaveola, Sporophila caerulescens, Cyanoloxia brissonii, Icterus jamacaii e Chrysomus ruficapillus). Passer

domesticus e Estrilda astrild, por sua vez, são exóticas. Em relação ao último levantamento, feito por Carnevalli (1980), Vasconcelos e Melo Jr (2001) apontam *Crypturellus noctivagus*, *Nyctibius aethereus*, *Melanerpes flavifrons*, *Thamnophilus doliatus*, *Myrmotherula axillaris*, *Anabazenops fuscus*, *Philydor atricapillus*, *Dendrocincla turdina*, *Campylorhampus trochilirostris*, *Attila rufus*, *Hylophilus poicilotis*, *Phaeothlypis rivularis* e *Chlorophanes spiza* como identificações erradas. Ainda, não houve comparação com outro checklist apresentado por Forrester (1993), uma vez que este incluiu registros da Serra do Caraça e de Peti, áreas que se distinguem quanto à ocorrência de muitas espécies (VASCONCELOS; MELO JR, 2001).

Pelos registros realizados pelos autores, destacam-se *Ramphastos dicolorus* e *Drymophila rubricollis* como raras na Serra do Caraça; *Piculus aurulentus*, *Formicivora serrana* e *Hemitriccus nidipendulus* como endêmicas, mas bastante comuns na região; *Drymophila ochropyga*, quase ameaçada mundialmente; e *Embernagra longicauda*, endêmica da Mata Atlântica e da serra do Caraça. Em suma, a Serra do Caraça destaca-se por conter espécies da avifauna endêmicas tanto do Cerrado quanto da Mata Atlântica, abrigando o extremo sul de distribuição de muitas espécies (*Hylopezus nattereri*, *Neopelma chrysolophum* e *Oreophylax moreirae*). Sujeita a atividades antrópicas, como mineração e incêndios, a área de entorno (a qual inclui Mariana) é destacada como de fundamental importância para a conservação das espécies da Serra do Caraça (VASCONCELOS, 2017).

Outros estudos realizados por Vasconcelos e outros pesquisadores complementaram a caracterização da região da Serra do Caraça com registros adicionais; por exemplo, Vasconcelos et al. (2003) registraram 12 novas espécies, das quais a presença de *Primolius maracana*, *Thamnophilus torquatus*, *Elaenia cristata* e *Euscarthmus meloryphus* foi atribuída ao desmatamento na base da serra, duas realizam migrações sazonais (*Legatus leucophaius* e *Tyrannus albogularis*) e outras seis espécies são prováveis autóctones de baixa abundância. Esse estudo expandiu para 286 o número de espécies de aves na região.

A região de Barro Branco, município de Mariana, foi objeto de observação de Vasconcelos et al. (2005), em conjunto com outros dois fragmentos de mata secundária nas localidades de morro da Água Quente (vertente leste da Serra do Caraça) e RPPN-SC, ambas no município de Catas Altas. Nesse estudo, os autores relatam o consumo de frutos de taquaras (*Parodiolyra micrantha* e *Chusquea attenuata*) por algumas espécies de aves: *Tiaris fuliginosa*, em Mariana, *T. fuliginosa* e *Claravis pretiosa*, no morro da Água Quente, representando novos registros para a Serra do Caraça, e *Haplospiza unicolor*, na RPPN-SC.

O levantamento da avifauna do plano de manejo da RPPN-SC (SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2013) foi também realizado pelo pesquisador M. F. Vasconcelos, constando toda a revisão da literatura para a região até a época de sua publicação. Assim, o plano de manejo inclui todos os registros confirmados na região, com suas respectivas fontes de informação e tipos de documentação (espécime, gravação e fotografia), a distribuição altitudinal dessas espécies e seu estado de conservação e endemismos, os registros considerados duvidosos, mas com potencial de ocorrência na região, além dos registros de espécies que certamente não ocorrem na região, baseados em erros de identificação.

Com base nessa literatura, registraram-se 386 espécies de aves, das quais 14 consideradas duvidosas, pois nunca foram registradas na RPPN-SC, mas são conhecidas em áreas próximas e possuem potencial de ocorrência na região. Outros 14 registros foram identificados como errôneos, sendo representados por espécies que seguramente não

ocorrem na região, o que sumariza a composição da avifauna da região em 372 espécies, cerca de metade do número de espécies ocorrente no estado de Minas Gerais, segundo a lista do estado de 1993 (MATTOS; ANDRADE; FREITAS, 1993). Destas, 74 espécies são endêmicas da Mata Atlântica, além de três do Cerrado e quatro dos topos de montanha do leste do Brasil, sendo essa região o limite de distribuição de muitas dessas espécies, como a coruja-listrada (*Strix hylophila*), o beija-flor-rubi (*Clytolaema rubricauda*), o pica-pau-dourado (*Piculus aurulentus*), a borralhara (*Mackenziaena severa*), o pinto-do-mato (*Hylopezus nattereri*), o tapaculo-pintado (*Psilorhamphus guttatus*), a tovaca-cantadora (*Chamaeza meruloides*), o arapaçu-de-bico-torto (*Campylorhamphus falcularius*), a maria-pequena (*Phylloscartes sylviolus*), o tropeiro-da-serra (*Lipaugus lanioides*), a saíra-lagarta (*Tangara desmaresti*) e o tico-tico-do-mato (*Arremon semitorquatus*).

A RPPN-SC abriga algumas espécies ameaçadas em diversos níveis, das quais vale destacar o pixoxó (*Sporophila frontalis*) e cigarra-verdadeira (*Sporophila falcirostris*), em perigo no nível mundial, ameaçados no nível nacional e em perigo no estado de Minas Gerais; a águia-cinzenta (*Urubitinga coronata*), ameaçada nos níveis mundial, nacional e estadual; o macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*), ameaçado no nível mundial e nacional (MINAS GERAIS, 2010; BRASIL, 2014; BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2017), entre diversos outros, como a tesourinha-da-mata (*Phibalura flavirostris*) e chibante (*Laniisoma elegans*) na categoria de vulnerável, o uru (*Odontophorus capueira*), gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), gavião-de-penacho (*Spizaetus ornatus*), maria-pequena (*Phylloscartes sylviolus*) e gavião-pombo-grande (*Leucopternis polionotus*), em diferentes categorias de ameaça em Minas Gerais, com destaque para o falcão-de-peito-laranja (*Falco deiroleucus*), criticamente ameaçado (MINAS GERAIS, 2010). Quanto à utilização de *habitats*, o plano de manejo da RPPN-SC faz uma análise robusta sobre a ocorrência de espécies associadas aos picos mais elevados da Serra do Caraça e a amplas áreas florestadas, ambientes que apresentam maior fragilidade.

No plano de manejo da EET, unidade de conservação inserida em Ouro Preto, a caracterização da fauna cita o conhecimento apenas da avifauna e herpetofauna desenvolvido pelo Clube de Observadores de Aves e pelo administrador da EET (FEAM, 1995). Registraram-se, assim, 142 espécies compondo a avifauna, sendo a tesourinha-da-mata (*Phibalura flavirostris*) quase ameaçada mundialmente (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2017) e vulnerável no estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2010). A lista de aves da EET apresenta também *Augastes scutatus*, atualmente considerada quase ameaçada mundialmente.

O plano de manejo do Parque Estadual Serra do Ouro Branco (PESOB) (IEF, 2017f) teve sua caracterização avifaunística realizada pelos pesquisadores Rômulo Ribon e Larissa Lacerda, registrando 79 espécies de aves pertencentes a 37 famílias e 15 ordens, o que representa 9,58% das espécies observadas em Minas Gerais (MATTOS; ANDRADE; FREITAS, 1993) e 36,58% da avifauna registrada para toda a cadeia do Espinhaço (VASCONCELOS; RODRIGUES, 2010). Essa riqueza, no entanto, pode ser maior, dado que foram estimadas 104,4 espécies de aves com o estimador *jackknife* de primeira ordem. Ainda assim, trata-se de um local com baixa riqueza de aves devido às grandes extensões de campo rupestre presentes no PESOB, as quais abrigam uma menor diversidade da avifauna quando comparadas com outras formações vegetais, como as florestais. Das 79 espécies registradas, sete são endêmicas da Mata Atlântica: o tangarazinho (*Ilicura militaris*), o tachuri-campainha (*Hemitriccus*

nidipendulus), a maria-preta-de-garganta-vermelha (*Knipolegus nigerrimus*), o pula-pula-assobiador (*Myiothlypis leucoblephara*), a saíra-douradinha (*Tangara cyanoventris*), a saíra-ferrugem (*Hemithraupis ruficapilla*) e a cigarra-bambu (*Haplospiza unicolor*). Também foram observadas duas espécies endêmicas dos topos de morro do leste do Brasil: o rabo-mole-da-serra (*Embernagra longicauda*) e o papa-moscas-de-costas-cinzentas (*Polystictus superciliaris*), mas não houve nenhum endemismo do Cerrado. Os autores disponibilizaram a lista de ocorrência em conjunto com o tipo de registro e o local (na área do PESOB ou no entorno) e comentam em que *habitat* algumas espécies-chave ocorreram.

O registro de *Augastes scutatus*, espécie quase ameaçada mundialmente, soma-se a pelo menos outras duas espécies ameaçadas destacadas pelos autores: o tico-tico-de-máscara-negra (*Coryphaspiza melanotis*) e a corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*). Vale ressaltar que *A. scutatus* é uma espécie ausente na lista de ameaça de Minas Gerais, o que destaca a identificação de espécies sensíveis e endêmicas para a conservação, pois estas podem entrar facilmente em ameaça de extinção. Quanto à densidade, houve predomínio de espécies raras (pouco abundantes), em contraposição ao menor número de espécies abundantes no PESOB, padrão observado na maioria das comunidades de aves. As espécies mais abundantes foram o tico-tico (*Zonotrichia capensis*), o pula-pula-assobiador (*Myiothlypis leucoblephara*) e o bico-chato-de-orelha-preta (*Tolmomyias sulphurescens*). Outras espécies, como o bico-de-veludo (*Schistochlamys ruficapillus*), a saíra-dourada (*Tangara cayana*) e a cambacica (*Coereba flaveola*), são encontradas em Cerrado *stricto sensu* e mesmo em jardins e locais mais arborizados em áreas urbanizadas (STOTZ et al., 1996). Quanto ao *habitat* preferencial, 34 (43%) são aves florestais, 24 (30,4%), espécies campestres e as demais 21 (26,6%), generalistas, ocorrendo em ambos os *habitats* (florestados e campestres).

Faria et al. (2006) fizeram um levantamento de aves em um fragmento florestal do alto rio Doce localizado em Peti, disponibilizando a lista de ocorrência. Registraram um total de 231 espécies, pertencentes a 57 famílias (33% das 682 espécies observadas na Mata Atlântica na época), sendo 33 espécies endêmicas à Mata Atlântica e uma ao Cerrado. Diagnosticaram 22 espécies abundantes, 24 comuns, 52 escassas, 90 raras e 43 ocasionais, segundo a frequência de ocorrência. Das espécies encontradas, cinco são consideradas ameaçadas em Minas Gerais e uma delas é globalmente ameaçada (*Crax blumenbachii*). Comparando com um estudo desenvolvido em período pretérito (CARNEVALLI et al., 1989), 35 espécies novas foram catalogadas na área e 52 espécies antes registradas foram consideradas localmente extintas.

Claudino (2013) estudou a ocorrência e abundância de corujas na Floresta Estadual do Uamii (FEU), na EET e na SOB, na Fazenda da Brígida (FB) e no Condomínio Paragem do Tripui (CPT). A FEU possui uma área de 4.309,16 ha e abriga um dos principais remanescentes de floresta atlântica de Minas Gerais, com o PERD. A EET localiza-se na cidade de Ouro Preto e a SOB, no município de Mariana, com altitudes variando de 1.250 a 1.568 m e vegetação com predominância de matas secundárias, em função do histórico processo de transformação da região em áreas urbanas e agrícolas e também pela influência da mineração. A FB localiza-se próxima ao município de Ouro Preto, estando inserida na APA estadual Cachoeira das Andorinhas, também em Ouro Preto. Possui uma área de 18.700 ha, com vegetação predominantemente composta por floresta atlântica (florestas estacionais semideciduais) e florestas ripárias e de galeria, incluindo também áreas de Cerrado e formações de campo

rupestre. Por fim, o CPT localiza-se próximo a Ouro Preto, sendo uma área residencial com um remanescente de floresta atlântica de 145 ha.

Com o intuito de avaliar a preferência de *habitats* de corujas, Claudino (2013) registrou um indivíduo da espécie *Aegolius harrisii* (2%), 33 de *Megascops choliba* (75%) e dez de *Strix hylophila* (23%), totalizando 44 registros. O único indivíduo de *A. harrisii* foi observado no interior da floresta, enquanto os indivíduos de *M. choliba* utilizaram mais *habitats* de bordas das florestas e de clareiras (79%) e os indivíduos de *S. hylophila*, os *habitats* de interior das florestas (90%), com preferência significativa pelos *habitats* descritos por *M. choliba* e *S. hylophila*. Ademais, das variáveis climáticas mensuradas (velocidade máxima do vento, temperatura e umidade relativa), houve correlação apenas da abundância de *S. hylophila* com a umidade relativa.

O segundo objetivo do autor foi avaliar a riqueza de corujas em relação ao tamanho dos fragmentos estudados. Assim, por meio das metodologias de *playback* e transecto linear, registrou seis espécies (*Aegolius harrisii, Megascops choliba, Pulsatrix koeniswaldiana, Asio clamator, Strix virgata* e *Strix hylophila*), totalizando 37,5% das 16 espécies que ocorrem em Minas Gerais. Foram 33 registros, dos quais 22 (76%) foram de *M. choliba*; as demais espécies variaram entre um e quatro indivíduos, sendo essa riqueza similar à de outros fragmentos da Mata Atlântica. Entretanto, não houve correlação entre a riqueza de corujas e o tamanho dos fragmentos. *A. harrisii, P. koeniswaldiana* e *S. hylophila* apresentaram alta sensibilidade à alteração dos *habitats*, ocorrendo principalmente nos maiores fragmentos, de área superior a 340 ha. Em termos de ameaça, *Strix hylophila* é quase ameaçada mundialmente (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2017).

Pereira et al. (2015) compararam a riqueza e a densidade de aves que dependem de ocos em árvores para ovipôr entre a floresta nativa e florestas de eucaliptos em duas unidades de conservação: o PEI, inserido nos municípios de Mariana e Ouro Preto, com cerca de 7.000 ha e altitude de 700 a 1.772 m, e a FEU, inserida no município de Mariana, com 4.398 ha e altitude de 930 m até cerca de 1.800 m. Ambas são administradas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e localizadas no extremo sul da cadeia do Espinhaço. Houve 170 registros, sendo identificadas 14 espécies de aves que fazem postura em ocos de árvores. Foram registradas, para o PEI, oito espécies no eucaliptal e 13 na vegetação nativa e, para a FEU, sete espécies no eucaliptal e sete espécies na vegetação nativa.

A riqueza total pelo estimador *jackknife* de primeira ordem foi de 16,95±3,78 e 11,99±1,94 (média ± IC 95%) e a riqueza observada foi de 13 e 11 para as áreas de vegetação nativa e para as áreas com eucaliptos, respectivamente. O pica-pau-de-banda-branca (*Dryocopus lineatus*), o irré (*Myiarchus swainsoni*) e a viuvinha (*Colonia colonus*) mostraram-se raros, sendo registrados somente no PEI, enquanto a maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado (*Myiarchus tyrannulus*) foi observada somente na vegetação com eucalipto da FEU. A densidade média das aves na vegetação nativa foi significativamente maior que a densidade média nas áreas com eucalipto.

Por fim, a região do alto rio Doce pode ser caracterizada pela elevada riqueza taxonômica associada ao amplo gradiente altitudinal da RPPN-SC, que engloba vários ambientes, além da conexão florestada com a vertente leste da Serra da Gandarela (limites de municípios de Santa Bárbara e Rio Acima). Essa riqueza, entretanto, é ameaçada pela contínua destruição florestal das atividades de mineração, que, com o tempo, acarretará na

fragmentação desse corredor, quebrando suas conexões e impedindo o fluxo de elementos avifaunísticos, além de diminuir a área de *habitat* disponível para a avifauna (SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2013). O PESOB, por sua vez, não apresentou grande riqueza por abrigar grandes extensões de campo rupestre, ambiente que possui uma menor diversidade da avifauna quando comparado com outras formações florestais (IEF, 2017f). Já na EET, localizada em Ouro Preto, 142 espécies foram registradas. Somando esses registros com a avifauna da Serra do Caraça, tem-se uma diversidade significativa, principalmente para as espécies endêmicas e ameaçadas citadas.

Médio rio Doce

A porção mineira da bacia do rio Doce apresenta uma grande riqueza de espécies de aves, tendo sido contabilizadas pelo menos 393 espécies no levantamento de 1995, representando aproximadamente um quarto da avifauna brasileira e metade das espécies com distribuição em Minas Gerais (MACHADO, 1995 apud IEF, 2001). No contexto do médio rio Doce, Machado e Fonseca (2000) registraram o levantamento mais abrangente, em termos de fragmentos, amostrando e compilando dados secundários para seis localidades – PERD, RPPN-FMA, Nova Era, Antônio Dias, Peti e RPPN-MS. Após o registro de uma riqueza excepcional no PERD (IEF, 2001), outros estudos, como os de Branco (2003), Carvalho Filho et al. (2009) e Loures-Ribeiro et al. (2011), também foram realizados.

Machado e Fonseca (2000) registraram a avifauna de quatro municípios pertencentes ao médio rio Doce (Nova Era, Antônio Dias, Caratinga e Marliéria), encontrando 75 espécies, distribuídas em 15 famílias. Para cada uma das sete localidades amostradas, os autores registraram o número de espécies de ampla distribuição, quase endêmicas, endêmicas e ameaçadas. Também apresentaram valores de biodiversidade (H') para cada município e a composição de acordo com a altitude e sazonalidade, além de uma análise de similaridade entre cada localidade.

Dos 466 indivíduos coletados, 231 indivíduos, representando 50 das 75 espécies, foram encontrados somente em Nova Era. Os dados de abundância constam apenas para as aves com cinco ou mais capturas, mas são descritos para cada uma das quatro localidades (Antônio Dias, Nova Era, PERD e RPPN-FMA). Contando com os dados secundários, foram registradas 397 espécies, sendo 38 (9,5%) endêmicas da floresta atlântica. Constatou-se, a partir desse estudo, que o PERD possui maior riqueza (299 espécies), seguido de Peti (250), RPPN-FMA (204), Nova Era (125), Antônio Dias (156) e RPPN-MS (101), sendo que a riqueza de espécies foi correlacionada significativamente com o tamanho dos fragmentos florestais (escala logarítmica, $r = 0,82857$, $P < 0,05$). O PERD também foi registrado com o maior número de táxons endêmicos (23 espécies, 7,7%), seguido de 15 (7,7%) na RPPN-FMA, dez (8,0%) em Nova Era, 17 (11,0%) em Antônio Dias, 20 (8,0%) em Peti e 15 (14,8%) na RPPN-MS (MACHADO; FONSECA, 2000).

Os estudos de maior duração e abrangência realizados no PERD foram os de Carnevalli (CARNEVALLI; TONELLI; VASCONCELOS-SILVA, 1978; CARNEVALLI; LANNA, 1981), que resultaram na formação de uma coleção de 240 peles de 103 espécies de aves. Apesar de alguns estudos conduzidos com a avifauna do PERD, a área de abrangência e o esforço

amostral destes nem sempre foram considerados suficientes para amostrar toda a riqueza avifaunística local, principalmente nas áreas localizadas na porção interior do parque (IEF, 2001). O plano de manejo do PERD fornece uma lista de 325 espécies de aves registradas para a localidade. Esse número exclui, no entanto, espécies com apenas um registro (visual ou sonoro), que correspondem a 49. À época, a riqueza registrada correspondia a 82% das aves observadas para o vale do rio Doce de Minas Gerais (MACHADO, 1995), 47% das aves registradas para o bioma da Mata Atlântica (STOTZ et al., 1996), 41% da avifauna mineira (MATTOS; ANDRADE; FREITAS, 1993) e 19% da avifauna brasileira (SICK, 1997), contando com 13 espécies ameaçadas de extinção em nível mundial, 20 espécies no Brasil e 25 em Minas Gerais. As cinco espécies presentes na lista de Minas Gerais eram o inambu-anhangá (*Crypturellus variegatus*), o uru (*Odontophorus capueira*), a juriti-vermelha (*Geotrygon violacea*), o curió (*Sporophila angolensis*) e o canário-da-terra (*Sicalis flaveola*) (IEF, 2001). Também foi citado o mutum-de-bico-vermelho (*Crax blumenbachii*), uma das três espécies de cracídeos mais ameaçadas do Brasil, extinta na maior parte dos locais em que habitava originalmente.

O mutum-de-bico-vermelho atualmente consta ameaçado em todas as listas para a região do rio Doce, sendo criticamente ameaçado na lista nacional e de Minas Gerais e ameaçado mundialmente (MINAS GERAIS, 2010; BRASIL, 2014; BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2017). Destacam-se também os registros do gavião-real (*Harpia harpyja*), jacutinga (*Aburria jacutinga*), gavião-pombo (*Pseudastur polionotus*), crejoá (*Cotinga maculata*) e jacutinga (*Pipile jacutinga*), muitos dos quais são históricos e, portanto, indicam uma extrema raridade da espécie ou extinção local no PERD, dada sua não confirmação posterior. Foram citadas 57 espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica, sendo endêmicas todas as citadas na lista nacional.

Esses registros colocam o PERD como uma área importantíssima para a conservação da biodiversidade de aves, especialmente do bioma da Mata Atlântica (IEF, 2001). Não obstante, o documento separa as espécies registradas em quatro grupos, segundo sua preferência de *habitat*: aves florestais, aves de borda, aves campestres e aves aquáticas, sendo as últimas associadas aos ambientes limnícolas e suas margens, sejam eles lagoas, brejos, alagados, rios e córregos. Quarenta e um porcento (132 espécies) eram espécies dependentes de ambientes florestais, em maior ou menor grau de conservação. As espécies associadas às bordas representaram 26% do total de aves, sendo também dependentes da existência de mata ou vegetação arbórea. Por fim, 22% das aves (72 espécies) eram típicas de áreas abertas e 10% apresentaram hábito aquático.

Espécies de hábitos migratórios constituíam 20% da riqueza de aves do PERD. Quanto às espécies exóticas presentes no parque, citam-se o pintor (*Tangara fastuosa*), originário da região Nordeste do país; a maracanã-guaçu (*Ara severus*), o pica-pauzinho-avermelhado (*Veniliornis affinis*), o caneleiro-da-guiana (*Pachyramphus surinamus*) e o papa-capim-de-coleira (*Dolospingus fringilloides*), da região amazônica; a arara-canindé (*Ara ararauna*) e o pica-pau-louro (*Celeus lugubris*), do Brasil Central; além do amarelinho-do-junco (*Pseudocolopteryx flaviventris*), da região Sul do Brasil.

Outros estudos colaboraram para o conhecimento da avifauna do PERD. Branco (2003) analisou a avifauna de lagos do médio rio Doce (PERD e entornos), registrando um total de 39 espécies, pertencentes a 14 famílias e nove ordens. Também disponibilizou dados

de abundância, densidade, biomassa, riqueza e diversidade beta para cada espécie, além da abundância relativa de ordens e da influência da sazonalidade.

Carvalho Filho et al. (2009) registraram 38 espécies de rapina diurnas no PERD, sendo *Harpyhaliaetus coronatus* ameaçada em nível nacional e mundial, tauató-pintado (*Accipiter poliogaster*), gavião-de-penacho (*Spizaetus ornatus*) e gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*) ameaçadas de extinção em Minas Gerais e gavião-ripina (*Harpagus bidentatus*) e gavião-miudinho (*Accipiter superciliosus*) carentes de referências em Minas Gerais.

Em outro estudo, Zorzin et al. (2009) avaliaram as aves de rapina noturnas do PERD. Foram registradas sete espécies de corujas: *Tyto furcata* (*Tytonidae*), *Megascops choliba*, *Pulsatrix koeniswaldiana*, *Glaucidium brasilianum*, *G. minutissimun*, *Athene cunicularia* e *Asio clamator* (*Strigidae*), somando nove espécies com outras duas registradas anteriormente: *C. virgata* e *Bubo virginianus*. Além disso, os dois trabalhos abordaram as características gerais de cada família e espécie observada, destacando também outras espécies com provável ocorrência e de ampla distribuição ques não foram registradas. Ambos fornecem a descrição de cada espécie, seu *habitat*, alimentação, reprodução, comentando também sua abundância no PERD.

Loures-Ribeiro et al. (2011) registraram, durante a estação seca de 2006, as aves de sub-bosque de dois trechos de floresta do PERD, incluindo os dados de Machado e Fonseca (2000) no estudo. Pretendendo comparar a riqueza entre algumas regiões, encontraram 38 espécies (146 capturas e 50 recapturas), realizaram considerações sobre a guilda e riqueza da avifauna, além de confirmar o registro exclusivo de *Habia rubica* no PERD.

Na atual situação do médio rio Doce, em que não são encontrados fragmentos florestais de grande porte em médio/avançado estado de conservação fora de unidades de conservação, as áreas protegidas (como as unidades de conservação) existentes na região abrigam a maior parte da diversidade avifaunística de Minas Gerais, o que sugere alta restrição e dependência das espécies de avifauna por esses locais, sendo essas áreas consideradas insubstituíveis para muitas espécies ameaçadas e endêmicas. Um dos mais importantes fragmentos florestais, nesse cenário, é o PERD. De forma geral, para as aves mais sensíveis à perturbação ambiental e dependentes de maiores extensões de florestas, o PERD é um dos poucos remanescentes no médio rio Doce capaz de sustentar populações viáveis de espécies raras e ameaçadas, tendo papel essencial como fonte dispersora para outros remanescentes da região, fruto da dinâmica de metapopulações (IEF, 2001). Conforme o levantamento deste relatório, pouquíssimas outras áreas da região mantêm tal diversidade de avifauna, chegando sequer à metade dos táxons registrados no PERD.

O contexto da avifauna integrando o corredor ecológico Sossego-Caratinga é bem representado pelos dados de ocorrência registrados nos planos de manejo da RPPN-FMA (PRESERVE MURIQUI, 2014) e da RPPN-MS (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2013). Dentro da realidade da RPPN-FMA, seu plano de manejo destaca sua caracterização como um fragmento integrante de uma possível dinâmica de metapopulações, idealizadas a partir das observações da variação na composição da avifauna durante o estudo de Machado e Fonseca (2000). Esse fragmento florestal representa uma importante área para a manutenção da riqueza das espécies de aves e de outros táxons na região da bacia do rio Doce, mais especificamente, no médio rio Doce (PRESERVE MURIQUI, 2014). A composição da avifauna numa distribuição em gradientes latitudinais, também estudada por Machado e Fonseca (2000), mostrou uma

grande similaridade entre a RPPN-FMA e o PERD, ambos situados numa altitude de até 500 m, levando ao objetivo de reestruturar a conexão entre as duas regiões por meio da proteção dos fragmentos remanescentes e das matas ciliares. Isso se faz importante visto que muitas espécies, a exemplo de *Conopophaga melanops*, *Drymophila squamata*, *Dendrocincla turdina* e *Pyriglena leucoptera*, demonstraram áreas de distribuição pequenas e limitadas por estreitas zonas altitudinais.

O primeiro estudo da composição avifaunística da RPPN-FMA foi realizado pelo Carnevalli, no fim da década de 1970 e durante os anos 1980. Em um primeiro relatório publicado, sua equipe de pesquisa reuniu o registro de 177 espécies de aves na RPPN-FMA. Machado (1995) acrescentou mais 27 espécies nessa lista, totalizando 204 espécies registradas, enquanto Vasconcelos identificou o gavião-pato (*Spizaetus melanoleucus*) nas matas da RPPN-FMA em 2001, elevando o número para 205 espécies de aves (PRESERVE MURIQUI, 2014). No total, o plano de manejo da RPPN (PRESERVE MURIQUI, 2014) registra 216 espécies de aves, das quais 44 são endêmicas da Mata Atlântica e 23 constavam, à época, em alguma das listas vermelhas de espécies ameaçadas de extinção regional, nacional ou mundial (PRESERVE MURIQUI, 2014). Dessa lista, *Aratinga solstitialis* foi desconsiderada por se tratar de uma espécie amazônica, mas a subespécie *A. solstitialis auricapilla* pode ocorrer na RPPN-FMA, necessitando de confirmação. A ordem mais representada é a dos *Passeriformes*, com 121 espécies, distribuídas nas famílias mais ricas do ambiente: *Tyrannidae* (28 espécies), *Thraupidae* (15) e *Thamnophilidae* (13). Além destas, outras duas famílias (*Trochilidae* e *Psittacidae*) são bem representadas, cada uma com dez espécies registradas, sendo metade das espécies de *Psittacidae* em situação de algum grau de ameaça (*Primolius maracana*, *Pyrrhura cruentata*, *Pyrrhura leucotis*, *Amazona farinosa* e *Amazona vinacea*).

Em relação à avifauna do estado de Minas Gerais (DRUMMOND; MARTINS; MENDONÇA, 2007), com 764 espécies, a RPPN-FMA comporta um quarto das espécies endêmicas da Mata Atlântica e, aproximadamente, 30% das espécies registradas para todo o estado mineiro. Das espécies ameaçadas nacionalmente, ocorrem nela *Crypturellus noctivagus*, *A. vinacea*, *P. cruentata* e *P. leucotis*. Para o nível estadual (MINAS GERAIS, 2010), das 13 espécies ameaçadas, citam-se *Tinamus solitarius*, *Crypturellus variegatus*, *Odontophorus capueira* e *S. melanoleucus*, consideradas em perigo, em adição a sete espécies de aves consideradas com dados insuficientes (PRESERVE MURIQUI, 2014).

O plano de manejo constatou a enorme importância da RPPN-FMA para a manutenção da biodiversidade na região, recomendando ações como o monitoramento das populações de tiriba-de-orelha-branca (*P. leucotis*), maracanã (*P. maracana*) e choquinha-chumbo (*D. plumbeus*) e estudos da ecologia e biologia das espécies de papagaio-de-peito-roxo (*A. vinacea*), cuitelão (*Jacamaralcyon tridactyla*) e tiriba-grande (*P. cruentata*). A reserva ainda fornece bons locais para a nidificação de psitacídios e possui características como alta complexidade vegetal e baixa perturbação ambiental, que, aliadas à diminuição da pressão predatória humana, são essenciais para a presença das aves de interior de floresta, como o macuco (*T. solitarius*), o jaó-do-sul (*C. noctivagus*), o chororão (*C. variegatus*), o araçari-de-bico-branco (*Pteroglossus aracari*) e os jacus (*Penelope superciliaris* e *P. obscura*). Essa observação é reforçada pela presença na reserva do gavião-pato (*S. melanoleucus*), do uru-capoeira (*O. capueira*), da pomba-amargosa (*Patagioenas plumbea*), do murucututu-de-barriga-amarela (*Pulsatrix koeniswaldiana*), do araçari-banana (*Pteroglossus bailloni*) e do

tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vitellinus*), todas essas aves altamente sensíveis a distúrbios ambientais.

Por fim, o plano de manejo (PRESERVE MURIQUI, 2014) registrou a presença de um casal de gavião-pato (*S. melanoleucus*) residente dentro da RPPN-FMA, na região do vale do Jaó, que, durante o período de 2008 a 2009, utilizou um ipê-preto (*Zeyheria tuberculosa*), com cerca de 50 m de altura, como base para um ninho, com o nascimento de um filhote. Assim, a RPPN-FMA apresenta um ambiente aparentemente adequado para essa espécie, indicando uma possibilidade de estudos futuros da espécie no estado de Minas Gerais, além de ser área de ocorrência de diversas espécies endêmicas e ameaçadas, como citado anteriormente.

A RPPN-MS teve sua avifauna amostrada em 2010, totalizando o registro de 104 espécies, distribuídas em 30 famílias e 13 ordens, apesar de se tratar de um número provavelmente subestimado pela falta do alcance da assíntota na curva de acumulação de espécies (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014). Sua importância, em termos de riqueza, foi representada pelo registro de espécies comumente encontradas em ambientes naturais com pouco distúrbio, como o gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), uma espécie florestal que necessita de um ambiente equilibrado, com presença de presas (principalmente pequenos vertebrados) disponíveis, e outras aves como a tovaca-cantadora (*Chamaeza meruloides*), o sabiá-una (*Turdus flavipes*) e o tropeiro-da-serra (*Lipaugus lanioides*), associadas a florestas primárias ou em estado avançado de regeneração. Os encontros com a seriema (*Cariama cristata*) e o tico-tico (*Zonotrichia capensis*), apesar de representarem espécies típicas de ambientes antropizados e/ou abertos, foram raros. Em termos de espécies invasoras, foram registrados o tucanuçu (*Ramphastos toco*) e o corrupião (*Icterus jamacaii*), associados a ambientes abertos.

Espécies com interesse econômico (canoras) e cinegético, como psitacídeos (maracanãs, periquitos e maitacas), o jacuguaçu (*Penelope obscura*) e o inambuguaçu (*Crypturellus obsoletus*), também foram identificadas na RPPN-MS (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014). Ademais, nos municípios ou vilarejos próximos à reserva, foi observada grande quantidade de gaiolas com aves típicas da região, como a maitaca-verde (*Pionus maximiliani*) e o trinca-ferro (*Saltator similis*), sendo o último de grande interesse para o tráfico de animais silvestres e registrado em abundância na região.

Baixo rio Doce

Esta região do rio Doce compreende basicamente o trecho do Espírito Santo, estado que foi um dos primeiros do Sudeste brasileiro a possuir uma lista de aves, fato decorrente principalmente dos trabalhos do naturalista Augusto Ruschi. Ruschi publicou a primeira lista das aves do Espírito Santo (RUSCHI, 1953) e a revisou 14 anos depois (RUSCHI, 1967), de acordo com Simon (2009).

A região engloba poucos fragmentos florestais de grande porte, que possuem elevada importância biológica, sendo considerados áreas prioritárias para a conservação e também fazendo parte do corredor central da Mata Atlântica, no qual o estado do Espírito Santo é inserido (ICMBIO, 2013b).

Para esta caracterização, são citados os estudos desenvolvidos por Antas e Almeida (2003) nas áreas de reflorestamento da Aracruz Celulose, Serpa et al. (2009) na praia

Formosa, também em Aracruz, além do estudo de troquilídeos (beija-flores) realizado por Ruschi e Simon (2012). Ressaltam-se também o levantamento da avifauna do Espírito Santo (SIMON, 2009), o relatório de impacto do empreendimento da NutriPetro (2013b), no litoral de Aracruz, e os planos de manejo da Rebio Augusto Ruschi (IBAMA, 1995), da Rebio Comboios (IBAMA, 1997) e da Flona de Goytacazes (ICMBIO, 2013b).

Os planos de manejo da Rebio Comboios e Rebio Augusto Ruschi são incipientes quanto ao aspecto geral da fauna, mas citam estudos que listam diversas espécies de aves. O da Rebio Augusto Ruschi (IBAMA, 1995) destaca-se por conter informações de um período pretérito do município de Santa Teresa. Assim, inclui os registros da década de 1970 e 1980 de Ruschi (1973, 1979, 1984). Quanto à avifauna, o documento gestor aborda a ocorrência em abundância do joão-de-barro (*Furnarius rufus*), do socozinho (*Butorides striata*), da coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*) e de beija-flores, constituindo como parte do levantamento do relatório de Grupo de Observadores de Aves (GOA) a ocorrência de mais de 270 espécies. Entre as ameaçadas citadas à época pelo plano de manejo, salientam-se o beija-flor-rabo-branco-de-garganta-rajada (*Phaethornis eurynome*), o cuiú-cuiú (*Pionopsitta pileata*) e o macuco (*Tinamus solitarius*), sendo *P. eurynome* limitada geograficamente ao estado do Espírito Santo e exclusiva de mata primária. Citando Ruschi (1984), o plano de manejo comenta que mais de 204 espécies do município de Santa Teresa desapareceram entre 1974 e 1984.

O plano de manejo da Rebio Comboios (IBAMA, 1997), por sua vez, cita apenas um trabalho, com sua respectiva lista de espécies da avifauna (CARVALHO, 1986), totalizando 44 espécies, pertencentes a 26 famílias e 13 ordens na unidade de conservação, sendo 45% da riqueza representada pelos *Passeriformes*.

Antas e Almeida (2003) estudaram a influência do ciclo da celulose nas aves da microbacia de Aracruz (ES), entre 1993 e 2002. Registraram 189 espécies, indicando quais aves surgiram na microbacia somente após a colheita da madeira ou eram migratórias. Caracterizaram as espécies residentes em determinado *habitat*: no ambiente florestal, destacam-se a juruviara (*Vireo chivi*), a choca-bate-cabo (*Thamnophilus punctatus*) e o bico-chato-amarelo (*Tolmomyias flaviventris*). Quatro espécies ocorreram unicamente no ambiente de plantio: corruíra (*Troglodytes musculus*), coleirinho (*Sporophila caerulescens*), tiziu (*Volatinia jacarina*) e barulhento (*Euscarthmus meloryphus*), e, no ambiente aberto, tico-tico (*Zonotrichia capensis*), rolinha (*Columbina talpacoti*), e tico-tico-do-campo (*Ammodramus humeralis*). As cinco aves ameaçadas registradas foram *Turdus fumigatus*, *Procnias nudicollis*, *Amazona rhodocorytha*, *Primolius maracana* e *Pseudastur polionotus*. As aves migratórias, por sua vez, foram pararu-azul (*Claravis pretiosa*), sovi (*Ictinia plumbea*), sabiá-una (*Turdus flavipes*) e papa-lagarta-de-asa-vermelha (*Coccyzus americanus*).

O número de capturas determinado inicialmente (550) só foi atingido com 18.000 horas/rede, evidenciando que algumas aves na microbacia estavam, em geral, com densidade populacional rarefeita. Nenhuma espécie presente antes da colheita na microbacia desapareceu no período de pós-colheita do eucalipto nos talhões comerciais e registraram-se diversos retornos para a região em até seis anos depois do corte.

Simon (2009) oferece a última lista de espécies da avifauna do estado de Espírito Santo, listando 654 espécies, sendo consideradas exóticas: *Columba livia*, *Patagioenas picazuro*, *Furnarius figulus*, *Fluvicola nengeta*, *Paroaria dominicana*, *Estrilda astrild* e *Passer*

domesticus. O estudo serve como amparo geral e ponto de início para a amostragem das localidades pertencentes à bacia do rio Doce, em especial, às associadas ao ambiente florestal, como o mangue arbóreo, a mata de restinga e outras formações florestais do Espírito Santo, além de indicar os endemismos, conforme bibliografia mais recente, e as espécies que são frequentemente liberadas de cativeiro (soltura), mas que não necessariamente representam espécies exóticas estabelecidas.

O autor também destaca que grande parte das aves presentes no estado possui estreita afinidade com determinados tipos de vegetação, os denominados endemismos da paisagem, de grande relevância para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Assim, importantes componentes da avifauna capixaba dependem fortemente das áreas naturais remanescentes, sem as quais eles e outros organismos associados desapareceriam de seu território (SIMON, 2009), sendo, por exemplo, o que ocorre com as espécies *Glaucis dohrnii* (balança-rabo-canela), *Crax blumenbachii* (mutum-do-sudeste) – assim como citado para o PERD (IEF, 2001), no médio rio Doce – e *Neomorphus geoffroyi* (jacu-estalo), com registros recentes unicamente para as "relictuais" matas de tabuleiro ao norte do estado. Simon (2009) ressalta, ainda, o alto endemismo da Mata Atlântica no estado do Espírito Santo, totalizando 139 espécies.

Serpa et al. (2009) registraram um total de 145 espécies, distribuídas em 20 ordens e 46 famílias na área do Serviço Social do Comércio (SESC) Aracruz, sendo obtidos registros fotográficos ou gravações de 95 (65,5%) desse total, representando pouco mais de 22% das 654 espécies já catalogadas na mais recente lista das aves do estado (SIMON, 2009). O número de espécies listadas para o local representa um aumento de 35 espécies não previamente mencionadas para a região, quando comparado com o estudo de Antas e Almeida (2003). Nove espécies endêmicas foram encontradas: *Aramides saracura*, *Phaethornis idaliae*, *Malacoptila striata*, *Thamnophilus ambiguus, Myiornis auricularis, Todirostrum poliocephalum, Ramphocelus bresilius, Tangara brasiliensis* e *Tangara peruviana*, sendo *Mimus gilvus* enquadrada em perigo, conforme lista de espécies ameaçadas de extinção do Espírito Santo (PASSAMANI; MENDES, 2007), enquanto *Tangara peruviana* é vulnerável mundialmente (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2017). *Columba livia*, *Patagioenas picazuro*, *Furnarius figulus*, *Fluvicola nengeta*, *Paroaria dominicana*, *Estrilda astrild* e *Passer domesticus* constituem os registros de espécies exóticas encontradas na área estudada.

Ruschi e Simon (2012) estudaram os beija-flores de Santa Teresa (ES), registrando 22 espécies num gradiente altitudinal de 1.000 m. Das 39 espécies que ocorrem na Mata Atlântica (45% das 84 do Brasil), a única que não possui registro para o Espírito Santo é *Heliactin bilopha*. Em Santa Teresa (ES), 34 das espécies da Mata Atlântica foram registradas. Neste estudo, o levantamento ocorreu em seis áreas: Rebio Augusto Ruschi, Estação Biológica de Santa Lúcia (EBSL), Parque Natural Municipal de São Lourenço (PNMSL), Vale do São Brás (VSB), Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (PMBML) e a área urbana da cidade, sendo essas áreas caracterizadas em categorias de ambientes. Nove espécies foram exclusivas da região montanhosa: *Ramphodon naevius*, *Glaucis hirsuta*, *Phaethornis squalidus*, *Anthracothorax nigricollis*, *Leucochloris albicollis*, *Agyrtria brevirostris*, *Polyerata fimbriata*, *Clytolaema rubricauda* e *Calliphlox amethystina*. A riqueza variou de nove a 21 espécies por ambiente, sendo o ambiente de montanha o mais rico. As espécies da subfamília *Phaetornithinae* foram exclusivas de florestas nativas e outras três espécies (*P. squalidus*, *P. idaliae* e *R. naevius*)

tiveram maior frequência no mesmo ambiente. Dezesseis espécies tiveram baixo grau de raridade, quatro tiveram médio e *A. nigricollis* e *P. fimbriata* tiveram alto grau.

A NutriPetro (2013b) realizou o levantamento de aves em Aracruz (ES) por meio de dados primários e secundários – incluindo os de Antas e Almeida (2003) e Serpa et al. (2009), já citados – de registros de ocorrência, totalizando 321 espécies, em 25 ordens e 66 famílias. Destas, 129 foram registradas no local. Cinco espécies foram observadas pela primeira vez para Aracruz: o trinta-réis-de-bico-vermelho (*Sterna hirundinacea*) e o trinta-réis-de-bando (*Thalasseus acuflavidus*), ambos listados como potencialmente presentes no local (BIODINÂMICA, 2007); o pernilongo-de-costas-brancas (*Himantopus melanurus*); o príncipe (*Pyrocephalus rubinus*); e o bico-de-veludo (*Schistochlamys ruficapillus*). Na lista de potencial ocorrência, registraram-se espécies que realizam movimentos migratórios longos, oriundas tanto do sul do continente (nove espécies) quanto do hemisfério norte (17 espécies) e uma espécie vagante oriunda do sul. Verificaram-se 20 espécies endêmicas do Brasil, sendo 14 endêmicas da Mata Atlântica.

Em relação às espécies ameaçadas, foram registradas no estudo desenvolvido pela NutriPetro (2013b): maracanã-verdadeiro (*Primolius maracana*), tiriba-grande (*Pyrrhura cruentata*), chauá (*Amazona rhodocorytha*), sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*) e trinta-réis-real (*Thalasseus maximus*), o primeiro em perigo no Espírito Santo (PASSAMANI; MENDES, 2007), sendo intensamente associado à restinga, e o segundo vulnerável em nível nacional (BRASIL, 2014). Outras 19 espécies com potencial ocorrência também foram identificadas como ameaçadas.

O plano de manejo da Flona de Goytacazes (ICMBIO, 2013b) registrou, dentro dos seus limites, 109 espécies e, em seu entorno, 119. Considerando os registros secundários, somaram-se 204 espécies de aves. Do total registrado, 43 espécies correspondem a novas ocorrências para a área de estudo; *Chiroxiphia caudata* e *Saltator similis* foram desconsideradas por não terem área de ocorrência na região. Nenhuma ave migratória foi registrada e, do total, 14 são endêmicas do Brasil. Houve maior riqueza em ambientes dulcícolas (74), seguidos de vegetação antrópica (63), matas de cabruca e aluvião (49 cada). Noventa e uma espécies (46%) pertencem à ordem dos *Passeriformes*, enquanto 111 são não *Passeriformes*. O documento gestor destaca a presença de 14 espécies ameaçadas de extinção (cinco em nível nacional, 12 em nível regional e três em nível nacional/regional), 90 espécies dependentes do ambiente florestal, 16 espécies endêmicas da Mata Atlântica e 38 espécies sob pressão de caça (12) e captura (26) no Espírito Santo, o que dá notável relevância para a conservação ambiental da área. Também foram constatadas dez espécies alóctones do território capixaba, incluindo garça-vaqueira (*Bubulcus ibis*), seriema (*Cariama cristata*), noivinha-branca (*Xolmis velatus*) e lavadeira-mascarada (*Fluvicola nengeta*).

Destaca-se a diversidade elevada de espécies da margem e foz do rio Doce nesse trecho de caracterização, principalmente na Flona de Goytacazes (204 espécies) e no município de Aracruz, incluindo suas restingas (321 espécies), como destacado por ICMBio (2013b) e NutriPetro (2013b), respectivamente. A presença de táxons ameaçados e/ou de interesse cinegético e de captura mostrou-se preocupante, principalmente na Flona de Goytacazes, adjacente à cidade de Linhares. Ainda, a Rebio Augusto Ruschi, próxima do município de Santa Teresa, exibe uma riqueza de 270 espécies de aves, mesmo com considerável perda de diversidade nas décadas de 1970 e 1980 (IBAMA, 1995).

4.3.7 Mastofauna

4.3.7.1 Metodologia

O estudo da linha-base deste grupo taxonômico foi realizado em duas fases: a primeira tratou-se de um extensivo levantamento bibliográfico dos diferentes tipos de pesquisa desenvolvidos na área de abrangência deste estudo e a segunda foi sua descrição, visando à caracterização da fauna silvestre no período pretérito ao desastre.

É de suma importância a realização de um levantamento bibliográfico para definir um referencial teórico e, por meio disso, identificar as referências a ser utilizadas para a formatação de uma lista de espécies com ocorrência comprovada e com potencial de ocorrência na área estudada, além de caracterizar a presença de espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, exóticas e/ou invasoras e abordar aspectos como dados de abundância, densidade e outros parâmetros populacionais.

Esta pesquisa foi conduzida em toda a área de abrangência do estudo, compreendendo a bacia hidrográfica do rio Doce e os trechos do alto, médio e baixo rio Doce, até a desembocadura desse mesmo rio no oceano Atlântico, com enfoque especial nas áreas afetadas pelo desastre. O trecho alto compreende a região da barragem de Fundão até a UHE Risoleta Neves, incluindo as cabeceiras do rio Doce, na porção sul da Serra do Espinhaço – rios Gualaxo do Norte, Carmo, Piracicaba e Piranga. O trecho médio inclui a região entre as UHEs Risoleta Neves e Mascarenhas, entre os municípios de Rio Doce (MG) e Baixo Guandu (ES), respectivamente. Esse trecho abrange os municípios mineiros de Ipatinga (passando pelo PERD), Governador Valadares e Conselheiro Pena (onde se localiza o PESS). Por fim, o trecho denominado baixo rio Doce compreende a região entre o município de Baixo Guandu e Linhares, até a foz do rio Doce no oceano Atlântico.

Para a região costeria, a área de estudo foi definida para a região litorânea do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, com limites ao norte, no limite norte do banco dos Abrolhos, na Bahia, e ao sul, na divisa entre os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. A grande extensão de área de estudo definida para este diagnóstico inicial é justificada pelos grandes deslocamentos que os cetáceos são capazes de realizar (LODI et al., 2008; ZERBINI et al., 2006) e pela natureza do meio aquático, cujos contaminantes podem persistir no ambiente e se dispersar pelas correntes marítimas. Ao adentrar a cadeia trófica, esses poluentes podem ser transportados para diferentes regiões.

Para a descrição dos cetáceos na área de estudo, foram realizadas buscas por publicações em bases de dados científicos (Google Acadêmico), assim como em bibliografia especializada, referentes aos cetáceos. A pesquisa abrangeu livros, artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, teses de doutorado e dissertações de mestrado, monografias, trabalhos publicados em eventos técnicos e acadêmicos e documentos técnicos, como relatórios de monitoramento ambiental, estudos de impactos, entre outros. Foram utilizadas combinações de palavras-chave tanto em português quanto em inglês: cetáceos (*cetacean*), mamíferos marinhos (*marine mammals*), golfinho (*dolphin*), boto, baleia (*whale*), Espírito Santo, Abrolhos, bacia de Campos (Campos *basin*) e rio Doce. Todos os trabalhos

encontrados, desenvolvidos anteriormente ao dia 5 de novembro de 2015, foram analisados. Parte dos dados relevantes para o tema deste relatório é compilada e descrita a seguir.

Cabe destacar que o gênero *Sotalia* era considerado monoespecífico, com dois ecótipos, sendo um marinho e outro fluvial, ambos chamados *S. fluviatilis*. A situação taxonômica do gênero foi resolvida recentemente, com a separação em duas espécies, baseada em morfologia craniana e genética molecular, sendo a espécie marinha denominada *S. guianensis* (MONTEIRO FILHO; MONTEIRO; REIS, 2002; CUNHA et al., 2005).

Este extenso levantamento bibliográfico foi realizado mediante consultas em plataformas de periódicos nacionais e internacionais utilizando o *software* bibliométrico Publish or Perish® e em coleções museológicas por meio do sistema integrado de dados primários de coleções científicas conhecido como speciesLink. Além disso, foram consultados diferentes estudos de impactos ambientais de empreendimentos da região disponíveis na rede mundial de computadores, bem como outros desenvolvidos nas unidades de conservação existentes na bacia hidrográfica do rio Doce, com foco especial nas áreas afetadas diretamente pelo desastre.

As informações referentes à nomenclatura das espécies, nomes populares, dieta, locomoção e endemismo foram obtidas em Paglia et al. (2012). Para a classificação de cada espécie registrada na área de ocorrência deste estudo quanto ao aspecto do estado de ameaça nos diferentes âmbitos abordados (estadual, nacional e mundial), foram utilizadas as listas vermelhas de fauna ameaçada elaborada por Passamani e Mendes (2007) no Espírito Santo, COPAM (MINAS GERAIS, 2010) em Minas Gerais, além da Portaria nº 444 (BRASIL, 2014) e da lista mundial (IUCN, 2017).

4.3.7.2 Resultados

Em território nacional, ocorrem 701 espécies de mamíferos, colocando o Brasil no primeiro lugar do *ranking* dos países megadiversos do planeta (PAGLIA et al., 2012). No país, as ordens com maior número de espécies ameaçadas são *Carnivora* e *Primates*, situação atribuída à necessidade de grandes áreas de vida e hábito arborícola, respectivamente (BRASIL, 2008).

A Mata Atlântica é o terceiro maior bioma brasileiro, contemplando cerca de 298 espécies de mamíferos e apresentando alto endemismo da mastofauna (90 espécies endêmicas) (PAGLIA et al., 2012). Essa taxa de endemismo é explicada em razão dos primatas, roedores e marsupiais, que, em conjunto, contribuem com 84% do endemismo da Mata Atlântica (RYLANDS et al., 1996). A diversidade do Cerrado também é muito representativa, com 195 espécies de mamíferos (18 endêmicas). Por sua vez, o ambiente possui riqueza de mamíferos estimada em 140 espécies, das quais apenas quatro seriam endêmicas (DRUMMOND et al., 2009).

O estado de Minas Gerais é composto por três biomas brasileiros (Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica), sendo os últimos dois considerados *hotspots* por sua destacada biodiversidade, com altos índices de endemismo e alto grau de ameaça (MYERS et al., 2000; MITTERMEIER et al., 2004). Sua composição mastofaunística reflete a diversidade de *habitats* associados a esses biomas, possuindo uma elevada riqueza de espécies: são 236 espécies registradas no estado, constituindo cerca de 35% das espécies de mamíferos do país. Devido

especialmente à forte pressão antrópica, com destaque para a destruição de *habitat* (desmatamento), muitas espécies estão ameaçadas de extinção no estado mineiro (DRUMMOND et al., 2009). Somente na região da bacia do rio Doce, foram documentadas 148 espécies, o que corresponde a cerca de 60% das espécies registradas para todo o estado (DRUMMOND et al., 2007).

Segundo Moreira et al. (2008), o estado do Espírito Santo é uma das regiões com maior diversidade de espécies, sendo confirmada a ocorrência de 138, distribuídas em nove ordens e 29 famílias. Entre elas, 29 são endêmicas da Mata Atlântica. Uma das regiões em que foi realizado um grande número de levantamentos da fauna de mamíferos foi Polo Linhares (entre Sooretama e Linhares), contrastando com a região de Colatina, descrita como pobre em observações ou estudos com mamíferos. O maior número de espécies observadas é da ordem *Chiroptera*, que possui 53 espécies, seguida pela ordem *Rodentia*, com 34 espécies.

A seguir, estão descritos os estudos obtidos para os trechos do rio Doce, aqui abordados de modo a caracterizar a mastofauna terrestre, não voadores e voadores e descrever o conhecimento existente sobre a região. No **Apêndice G**, segue a lista de espécies com probabilidade de ocorrência na área de abrangência do estudo, com informações complementares pertinentes a cada espécie, como nome popular, dieta, locomoção, endemismo e categorias ameaças nos âmbitos estaduais, nacional e mundial.

Alto rio Doce

Para a reunião das espécies de mamíferos de pequeno, médio e grande porte com potencial de ocorrência nesta região, foi necessário compilar e analisar os estudos desenvolvidos em áreas vizinhas, com aspectos ambientais similares ao local do desastre. Dessa forma, utilizaram-se como base alguns estudos desenvolvidos na RPPN-SC (TALAMONI et al., 2014), PEI (MELO et al., 2009; BIASIZZO et al., 2011; SILVA, 2013), PESOB e do monumento natural estadual de Itatiaia, na porção sul da cadeia do Espinhaço (BRAGA; DRUMMOND; PIRES, 2016). A região aqui estudada faz parte do quadrilátero ferrífero, local com riqueza elevada de espécies, devido aos diferentes *habitats* e ecossistemas associados, especialmente, o ecótone entre Floresta Atlântica e Cerrado, sendo considerada prioritária para a conservação da sua biodiversidade.

No estudo desenvolvido por Talamoni et al. (2014), na RPPN-SC, foram compiladas 70 espécies, 26 famílias e dez ordens de mamíferos por observações visuais, evidências indiretas e capturas. Desse total de espécies, 42 foram comprovadas por armadilhas, 16, registradas visualmente, quatro, encontradas mortas em estradas e outras quatro, registradas por fragmentos de ossos existentes em amostras de fezes de lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*). Entre as espécies registradas como ameaçadas, seis foram enquadradas como dados deficientes (DD) e duas como quase ameaçadas. A ordem *Carnivora* possui quatro espécies ameaçadas em nível estadual e nacional (*Chrysocyon brachyurus*, *Leopardus pardalis, Leopardus wiedii* e *Puma concolor*). Duas espécies de mamíferos estão listadas como ameaçadas no estado mineiro: *Alouatta guariba clamitans* e *Pecari tajacu*. Apenas uma espécie de pequeno mamífero, registrada neste estudo, encontra-se ameaçada de extinção (*Trinomys moojeni*), a qual possui distribuição geográfica restrita, com poucos registros para o estado

mineiro. Essa espécie ocupa áreas de floresta em altitude aproximada de 1.000 m acima do nível do mar, em áreas de ecótone entre os biomas do Cerrado e Floresta Atlântica (TALAMONI et al., 2014).

Este estudo foi desenvolvido com a coleta de dados primários e secundários; assim, foi compilada uma lista abrangente com os resultados obtidos nos estudos desenvolvidos em período pretérito, abordando pequenos mamíferos não voadores e voadores e animais de médio e grande porte, de forma a unificar o conhecimento sobre a biodiversidade mastofaunística dessa região. A RPPN-SC fica localizada nos municípios mineiros de Catas Altas e Santa Bárbara, vizinhos do munícipio de Mariana, local do desastre aqui avaliado. Essa reserva está situada nas encostas da Serra do Espinhaço e tem, entre suas características ambientais relevantes, a presença de um mosaico de vegetação, em que são registradas áreas de floresta semidecidual, Cerrado e áreas abertas, como os campos de altitude.

A Peti foi alvo de um inventário da mastofauna por Paglia et al. (2005), culminando no registro de 64 espécies, entre elas, dez não registradas anteriormente, incluindo *Tamandua tetradactyla*, *C. geoffroyi* e *Callicebus nigrifons*, ameaçadas de extinção. Quatro espécies registradas anteriormente nessa localidade (FONSECA, 1989; TAVARES; CESARI, 1996) não foram observadas: *Chiroderma doriae*, *Kannabateomys amblyonyx*, *Chrysocyon brachyurus* e *Puma concolor*. Também não foram registradas *Gracilinanus agilis* e *Juliomys pictipes*, coletadas em estudos anteriores. Todos os morcegos relatados em 1987 (FONSECA, 1989) foram registrados, mas, dos relatados em 1995 (TAVARES; CESARI, 1996), cinco espécies não foram coletadas: *Chiroderma doriae*, *Phyllostomus hastatus*, *Anoura geoffroyi*, *Nyctinomops laticaudatus* e *Molossus molossus*.

Outra importante região localizada próxima à área aqui estudada e que possui informações importantes quanto à riqueza de mamíferos trata-se do PEI. Essa unidade de conservação localiza-se entre os municípios de Ouro Preto e Mariana, na bacia do rio Gualaxo do Sul, afluente do rio do Carmo, e situa-se em área de ecótone entre Cerrado e Floresta Atlântica, sendo sua área composta aproximadamente por 60% de campos rupestres e o restante por florestas remanescentes da Mata Atlântica mineira (MELO et al., 2009).

Nessa localidade, um estudo desenvolvido por Melo et al. (2009) para a elaboração do plano de manejo registrou a ocorrência de 14 espécies de pequenos mamíferos não voadores e 29 de mamíferos de médio e grande porte. Destas, oito espécies foram consideradas ameaçadas ou quase ameaçadas de extinção em nível estadual, seis espécies, ameaçadas em nível nacional e uma, em nível mundial. Os autores registraram a ocorrência de nove espécies de mamíferos endêmicos da Mata Atlântica, sendo eles: *Didelphis aurita*, *Philander frenata*, *Monodelphis americana*, *Marmosops incanus*, *Euryoryzomys russatus, Akodon serrensis, Thaptomys nigrita*, *Coendou spinosus* e *Callicebus nigrifrons.* Dessa forma, esse estudo registrou 17 espécies consideradas raras e/ou ameaçadas de extinção e endêmicas.

Em estudo posterior, realizado na mesma área, Biasizzo et al. (2011) registraram a ocorrência de 30 espécies de médio e grande porte, confirmando a presença de *Cerdocyon thous*, *Chrysocyon brachyurus*, *Leopardus pardalis*, *Dasypus novemcinctus* e *Euphractus sexcinctus.* Em um levantamento de mamíferos de médio e grande porte no quadrilátero ferrífero (SILVA, 2013), em que foram abordadas as confiabilidades dos registros de espécies em diferentes unidades de conservação, incluindo o PEI, foi registrada a ocorrência de 33 espécies para essa unidade de conservação. Dessa riqueza, dez espécies descritas pelo autor

encontram-se em alguma categoria de ameaça nos âmbitos estadual, nacional ou mundial. As espécies ameaçadas são: *Chrysocyon brachyurus, Leopardus pardalis, Leopardus guttulus, Leopardus wiedii, Lontra longicaudis, Panthera onca, Puma concolor, Tapirus terrestris, Brachyteles hypoxanthus* e *Myrmecophaga tridactyla.* As espécies de carnívoros possuem diferentes tipos de ameaça antrópica, de forma direta e indireta, podendo ser destacados: caça, destruição de seus *habitats* e diminuição de presas. Por exemplo, as lontras sofrem pela poluição dos cursos d'água em que vivem, bem como pela destruição dos ambientes aquáticos e consequente diminuição de seus recursos alimentares (peixes).

Conforme abordado em Melo et al. (2009), as regiões do PEI e do quadrilátero ferrífero, por possuir uma riqueza elevada de espécies e ampla diversidade de ecossistemas, foram consideradas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de mamíferos, no estado de Minas Gerais (DRUMMOND et al., 2005). Entre as principais ações recomendadas, estão os inventários biológicos, demonstrando que o conhecimento sobre a biodiversidade de mamíferos da região, apesar de representativo em número de espécies registradas, necessita de mais informações.

Médio rio Doce

Nesta região do estado mineiro, são encontradas diversas unidades de conservação, em que foram desenvolvidos alguns estudos com o objetivo de registrar a ocorrência de espécies de mamíferos. Uma delas em destaque é o PERD, o qual constitui o maior remanescente florestal de Mata Atlântica em Minas Gerais, onde foram desenvolvidos alguns estudos importantes. Além dessa unidade de conservação, há a RPPN-FMA, a RPPN-MS e a RPPN Macedônia. A caracterização da mastofauna dessa região deu-se pela descrição dos dados presentes nos estudos desenvolvidos nessas unidades de conservação (FONSECA, 1989; STALLINGS, 1991; STALLINGS et al., 1991; SCOSS et al., 2004; PASCHOAL, 2008; FOLLY; OLIVEIRA; RIBEIRO JR, 2011; BARBOSA et al., 2013; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014; KEESEN; NUNES; SCOSS, 2016) e em outras áreas particulares (fazenda Esmeralda), como também em informações presentes nos relatórios de licenciamentos ambientais dos empreendimentos existentes na região.

O PERD é a mais antiga unidade de conservação de Minas Gerais, criada em 1994 e contando com 35.976,43 há, distribuídos entre os municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo, na região do vale do Aço, sendo um dos sítios de estudos e levantamentos faunísticos da região. Entre os estudos, exemplifica-se Fonseca (1989), que realizou um levantamento de pequenos mamíferos na fazenda Esmeralda, na RPPN-FMA e no PERD, com o objetivo de comparar os estágios sucessórios dentro de cada categoria de tamanho do fragmento: pequeno, médio e grande, respectivamente. Encontrou 692 indivíduos de 19 espécies, sendo oito marsupiais e 11 roedores. Entre os roedores, *Abrawayaomys ruschii* era vulnerável (MINAS GERAIS, 2010). Concluiu que áreas de florestas secundárias podem manter uma maior diversidade de pequenos mamíferos por constituir um *habitat* mais complexo do que florestas primárias; no entanto, essa conclusão não pode ser extrapolada para outros grupos.

Stallings (1991) analisou a composição faunística de pequenos mamíferos em duas áreas de plantações de eucaliptos no PERD, diferenciando as áreas entre floresta homogênea de eucalipto e floresta de eucalipto com bosque de espécies nativas. Na primeira, apenas

Oryzomys nigripes obteve um registro, enquanto na segunda houve registro de cinco espécies de marsupiais e duas de roedores: *Didelphis marsupialis* (sete capturas), *Metachirus nudicaudatus* (17), *Marmosa incanus* (14), *Micoureus demerarae* (75), *Calouromys philander* (16), *Akodon cursor* (25) e *Hylaeamys megacephalus* (duas).

No levantamento mastofaunístico do PERD realizado por Stallings et al. (1991), foram catalogadas 60 espécies de mamíferos (nove ordens, 24 famílias e 49 gêneros) e suas abundâncias, sendo 20 espécies de pequenos mamíferos não voadores, 14 de quirópteros (12 gêneros e quatro famílias) e 12 de mamíferos de médio e grande porte, o que ressalta a unidade como uma das principais áreas de conservação na região do rio Doce. Dos táxons encontrados, 52,2% das espécies são terrestres, 26,1%, escansoriais e 21,7%, arborícolas, com destaque para os primatas *Callicebus personatus*, *Callithrix aurita*, um híbrido de *Callithrix* sp., *Alouatta guariba clamitans*, *Brachyteles hypoxanthus*, além de *Euphractus sexcinctus* e *Tapirus terrestris.* Esse inventário de mamíferos veio a ser complementado por Scoss et al. (2004) e recentemente atualizado por Keesen, Nunes e Scoss (2016), totalizando 89 espécies (aumento de 48%) de mamíferos, distribuídas em dez ordens, 28 famílias e 77 gêneros, além de manter a unidade como a área de preservação de maior diversidade em Minas Gerais, seguida pela RPPN-SC (11.233 ha), com 75 espécies, situada no alto rio Doce, e a RPPN-FMA (1.500 ha), no médio rio Doce, com 63 espécies.

A lista atualizada do PERD (KEESEN; NUNES; SCOSS, 2016) inclui 14 espécies ameaçadas em alguma categoria regional, 11 endêmicas do bioma e três de médio e grande porte, sendo o primeiro estudo a registrar *Priodontes maximus, Chrysocyon brachyurus* e *Lontra longicaudis* no parque. Assim, podem-se citar *Conepatus semistriatus*, *Lontra longicaudis*, *Chrysocyon brachyurus*, *Panthera onca*, *Herpailurus yagouaroundi*, *Leopardus guttulus*, *Tapirus terrestris*, *Pecari tajacu*, *Mazama americana*, *Tamandua tetradactyla* e *Priodontes maximus* como raras e/ou ameaçadas em algum nível das listas de espécies ameaçadas de extinção.

Segundo Hirsch (2003), o PERD é o fragmento florestal de maior riqueza de primatas, na bacia hidrográfica do rio Doce, com sete espécies: *Alouatta guariba clamitans*, *Brachyteles hypoxanthus*, *Callicebus nigrifrons*, *Sapajus nigritus*, *Callithrix aurita*, *Callithrix geoffroyi* e *Callithrix penicillata*. Scoss et al. (2004) utilizaram parcelas de areia para levantamento e monitoramento da mastofauna em relação à utilização das rodovias, encontrando 16 espécies e estimando suas abundâncias. Ainda no PERD, Viana (2006 apud BARBOSA et al., 2013) colaborou para o conhecimento da mastofauna do parque com seu estudo, registrando alta abundância relativa da anta (*Tapirus terrestris*), da cutia (*Dasyprocta azarae*) e uma estimativa de 12 indivíduos (± 5,86) de onça-pintada (*Panthera onca*), uma das mais elevadas na Mata Atlântica. Dados mais recentes indicam 4,8 indivíduos de *P. onca* para cada 100 km^2 (L. R. Viana, não publicado) e uma das maiores populações de anta (L. M. Scoss, não publicado), segundo Keesen, Nunes e Scoss (2016). O parque também se destaca por abrigar populações viáveis de *Brachyteles hypoxanthus*, primata criticamente ameaçado (BRITO; GRELLE; BOUBLI, 2008)

Paula (2008) cita a ocorrência de 77 espécies em nove ordens de mamíferos no PERD, sendo 16% endêmicos da Mata Atlântica. Entre essas espécies, revela a ocorrência de *Tapirus terrestris* em densidades elevadas, além de 20 espécies de pequenos mamíferos não voadores, sendo o grupo mais estudado de toda a unidade de conservação: sete marsupiais, dos quais

três espécies são endêmicas da Mata Atlântica (*Didelphis aurita*, *Gracilinanus microtarsus* e *Marmosops incanus*), e 13 espécies de roedores, sendo uma delas (*Abrawayomys ruschii*) endêmica da Mata Atlântica. Citando Fonseca (2001) e Fonseca e Robinson (1990), a autora comenta que as espécies de pequenos mamíferos geralmente possuem abundância intermediária no parque, com poucas espécies sendo raras ou muito abundantes, em detrimento da presença de predadores de médio porte. Dessa maneira, reafirma-se a identidade do PERD, que conta com 30% dos mamíferos da Mata Atlântica, segundo a última lista de mamíferos do Brasil (PAGLIA et al., 2012), por incluir espécies endêmicas e ameaçadas, como uma importante área para a conservação (KEESEN; NUNES; SCOSS, 2016).

Além do PERD, a RPPN-FMA, situada no município de Caratinga, destaca-se por ter um antigo histórico de conservação da fauna desde a década de 1980, com o muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*) como espécie-chave (STRIER; BOUBLI, 2006). A reserva possui 857 ha e é considerada uma das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na Mata Atlântica, de acordo com o *Atlas para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais* (COSTA et al., 1998; DRUMMOND et al., 2005) e o estudo *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e campos sulinos* (BRASIL, 2000). A RPPN-FMA integra, em conjunto com a RPPN-MS, o corredor ecológico Caratinga/Simonésia, região considerada de importância biológica "muito alta" para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica, por abrigar uma alta riqueza de espécies (PRESERVE MURIQUI, 2014).

Seu plano de manejo (PRESERVE MURIQUI, 2014) fornece informações importantes sobre a unidade de conservação em termos de diversidade da mastofauna, com 63 espécies presentes, sendo nove delas endêmicas da Mata Atlântica. A ordem *Carnivora* é representada por três famílias e oito espécies e, em conjunto com a ordem *Primates*, representada por três famílias com quatro espécies, compõe cerca de 50% das espécies de mamíferos consideradas ameaçadas em Minas Gerais. A diversidade da mastofauna atual da reserva é representada por mamíferos como o bicho-preguiça (*Bradypus variegatus*), a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), a paca (*Cuniculus paca*), a cutia (*Dasyprocta leporina*), os tatus (*Dasypus novencinctus* e *Euphractus sexcinctus*), o ouriço-cacheiro (*Coendou prehensilis*), o quati (*Nasua nasua*), a irara (*Eira barbara*) e o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), além de cerca de 22 espécies de pequeno porte. Não imune às extinções locais e às pressões antrópicas sofridas no passado (corte seletivo, desmatamento para formação de pastagem e cultivos e incêndios), a RPPN-FMA preserva a mais densa população de primatas conhecida para o estado de Minas Gerais, com a ocorrência de quatro dos seis gêneros presentes na Mata Atlântica: *Brachyteles hypoxanthus* (muriqui-do-norte), *Alouatta clamitans* (bugio), *Sapajus nigritus* (macaco-prego) e *Callithrix flaviceps* (sagüi-da-serra) (PRESERVE MURIQUI, 2014).

Paschoal (2008) registrou a ocorrência de diferentes espécies de mamíferos de médio e grande porte na RPPN-FMA e estimou a densidade e abundância da jaguatirica (*Leopardus pardalis*), um felino de médio porte (até 15 kg), ameaçado em Minas Gerais – vulnerável (MINAS GERAIS, 2010). Sua densidade foi estimada em três indivíduos (95% IC = 3-9) e a abundância, em 0,237 ind./km^2 (95% IC = 0,237 - 0,712) e 0,521 ind./km^2 (95% IC = 0,521 - 1,564). Além da jaguatirica, a autora registrou o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), a preguiça-comum (*Bradypus variegatus*), quatro primatas, dois procionídeos, dois mustelídeos, dois felídeos e dois roedores, relatando suas respectivas abundâncias. A abundância dos felinos encontrados nesse estudo foi correlacionada com a alta densidade de

primatas na reserva, com evidências de eles constituírem quase um terço (27%) da dieta da jaguatirica (BIANCHI; MENDES, 2007), predação associada à utilização do solo, principalmente do muriqui-do-norte (MOURTHÉ et al., 2007). Os felinos observados não foram considerados residentes da área, dependendo, portanto, dos outros fragmentos da região para sobrevivência.

Outra unidade de conservação presente nessa região é a RPPN-MS, localizada em Simonésia (MG) e mantida pela Fundação Biodiversitas, cujo plano de manejo (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014) evidencia sua importância para a conservação da mastofauna do médio rio Doce. Assim como a RPPN-FMA, é considerada área de alta importância biológica de acordo do *workshop Atualização do atlas de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais*, que ratificou as conclusões do *Atlas para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais* (COSTA et al., 1998; DRUMMOND et al., 2005). Com 133,74 ha, cinco primatas ocorrem na reserva: o muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*), criticamente ameaçado (MINAS GERAIS, 2010; BRASIL, 2014); o sagui-da-serra (*Callithrix flaviceps*), na categoria em perigo (MINAS GERAIS, 2010; BRASIL, 2014); *Alouatta guariba clamitans*, vulnerável (MINAS GERAIS, 2010; BRASIL, 2014); além do sauá (*Callicebus nigrifrons*) e do macaco-prego (*Sapajus nigritus*), quase ameaçados mundialmente (IUCN, 2017). Ao todo, são registradas 27 espécies de mamíferos, incluídas *Equus caballus*, *Bos taurus* e *Canis lupus familiaris*, espécies domesticadas e/ou exóticas. Das espécies silvestres, destaca-se a presença de três tatus (*Dasypus novemcinctus*, *Cabassous tatouay* e *Euphractus sexcinctus*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*); *Eira barbara*, *Lontra longicaudis*, quatro felinos e veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*).

Outras localidades, como a RPPN Fazenda Macedônia (à margem direita do rio Doce), no município de Ipaba (MG), também foram alvos de levantamentos do grupo em debate. A reserva possui 560 ha da área de florestas nativas da fazenda Macedônia, que, por sua vez, conta com cerca de 3.000 ha, sendo aproximadamente metade dessa área coberta por vegetação nativa. Nessa localidade, Folly, Oliveira e Ribeiro Jr. (2011) registraram, por meio de pegadas, pelos, fezes, arranhões e armadilha fotográfica, a ocorrência de dez espécies: *Puma concolor* (onça-parda), *Canis lupus familiaris* (cão doméstico), *Leopardus pardalis* (jaguatirica), *Leopardus guttulus* (gato-do-mato-pequeno), *Lontra longicaudis* (lontra), *Eira barbara* (irara), *Cuniculus paca* (paca), *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara), *Dasyprocta leporina* (cutia) e *Mazama gouazoubira* (veado-catingueiro).

O estudo de impacto da UHE Aimorés concede informações de interesse à caracterização, pelo fato de a usina abranger quatro municípios: Baixo Guandu (ES), Aimorés, Itueta e Resplendor (MG), num ponto final do médio rio Doce, a jusante do PESS, o qual não conta com registros da mastofauna, segundo o *Atlas da fauna em unidades de conservação de Minas Gerais* (IEF, 2011). A área teve ocupação intensificada na década de 1940, com o início da exploração madeireira e sua substituição por pastagens. Atualmente, atividades pecuárias (corte e leite) predominam na região do trecho final do médio rio Doce, principalmente em Aimorés.

Na caracterização do meio biótico, o relatório relata a ocorrência de 22 espécies de mamíferos, "pouco representativas em termos de diversidade", como caxinguelê ou esquilo, tapeti ou coelho-do-mato, quati, tatu-galinha, tatu-peba e barbado ou guariba. O sauá

(*Callicebus personatus*) e o bugio (*Alouatta guariba clamitans*) são citados como espécies ameaçadas na região, enquanto o rato doméstico (*Rattus rattus*) é o único mamífero exótico.

Evidencia-se, assim, que o PERD e as RPPNs FMA, MS e Fazenda Macedônia constituem áreas importantes por conter populações de espécies da mastofauna raras e/ou ameaçadas em diversos âmbitos (estadual, nacional e mundial), essenciais para a conservação do trecho do médio rio Doce e da mastofauna de Minas Gerais como um todo. Nesse quesito, a área do médio rio Doce destaca-se, principalmente, pela ocorrência de espécies de primatas ameaçadas, como o muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*) (HIRSCH, 2003; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014; KEESEN; NUNES; SCOSS, 2016); de felídeos, como o gato-do-mato-pequeno, gato-maracajá, jaguatirica, gato-mourisco, onça-parda e onça-pintada, no PERD (KEESEN; NUNES; SCOSS, 2016); de mustelídeos, como a irara, lontra e furão (*Galictis* sp.), em Caratinga e Mata do Sossego (PASCHOAL, 2008; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2014), e a jaritataca (*Conepatus* sp.), no PERD (KEESEN; NUNES; SCOSS, 2016), dentre outros registros, como a anta, o tatu-canastra, o tamanduá-mirim e o cateto, no PERD (KEESEN; NUNES; SCOSS, 2016).

Baixo rio Doce

O estado do Espírito Santo é uma das regiões reconhecidas como uma das mais ricas em termos de diversidade de espécies de mamíferos terrestres, incluindo espécies ameaçadas e endêmicas da Mata Atlântica, além de duas típicas do bioma Cerrado. A caracterização do baixo rio Doce, trecho contido no estado, baseou-se principalmente em artigos científicos (ALBUQUERQUE, 1993; CHIARELLO, 2000a, 2000b; CHIARELLO; MELO, 2001; LORENZUTTI; ALMEIDA, 2006; PEIXOTO et al., 2008; MOREIRA; MENDES, 2010; PERACCHI; MARTINELLI; VOLPI, 2011; PERACCHI; NOGUEIRA; LIMA, 2011), mas também no plano de manejo da Flona de Goytacazes (ICMBIO, 2013b), unidade de conservação situada em Linhares, à margem do rio Doce, e no relatório de impacto da NutriPetro (2013b) referente a empreendimento de um porto no litoral de Aracruz (ES).

De maneira similar às outras regiões de Minas Gerais e no geral da Mata Atlântica, a região do baixo rio Doce sofreu com a devastação de suas florestas. A causa dessa destruição do norte do Espírito Santo foi o desmatamento e corte seletivo das florestas, principal atividade econômica da região no início dos anos 1960 (HEINSDIJK et al., 1965 apud CHIARELLO, 2000b). As principais e maiores unidades de conservação dessa região, a RNV e a Rebio Sooretama, localizadas em Linhares e Sooretama, respectivamente, somam 46.000 ha de floresta contínua e foram passíveis de atividades antropogênicas no passado, como incêndios, caça, desmatamento e corte seletivo. Apesar de interligadas, a Rebio Sooretama possui um histórico de atividades antropogênicas mais intensificado por carecer da proteção que a RNV possuía (CHIARELLO, 2000b).

As duas unidades de conservação constituem a área mais preservada da formação vegetal que engloba do norte do Rio de Janeiro até a Bahia, a mata de tabuleiros, domínio da floresta atlântica (PEIXOTO et al., 2008). Portanto, como esperado, a área despertou o interesse de diversos pesquisadores, de fauna à flora, concentrando esses estudos na região de Linhares. Peracchi e Albuquerque (1993) apresentaram a lista de ocorrência de

quirópteros (38 espécies), em Linhares (ES), em conjunto com dados reprodutivos (época de reprodução, número de indivíduos, sexo). Em um novo censo, Peracchi, Nogueira e Lima (2011) revisaram a literatura de quirópteros do estado e registraram novas espécies, totalizando 70 para o estado e ampliando a distribuição geográfica de algumas delas. Somando 50 espécies na RNV (SRBEK-ARAUJO; ROCHA; PERACCHI, 2014), elegeram a unidade de conservação como a mais rica em quirópteros na Mata Atlântica.

Palma (1996) realizou um estudo de separação de nichos entre pequenos mamíferos nesse mesmo sítio. Encontrou nove espécies e dividiu-as em duas guildas (roedores frugívoros-onívoros e marsupiais insetívoros-onívoros). Mensurou 26 variáveis de micro-*habitat*, fornecendo a densidade ao longo do estrato arbóreo e o peso dos indivíduos coletados. Também avaliou a dieta desses animais e ponderou sobre a diversidade conforme a fisionomia da vegetação.

Em uma escala mais abrangente, Chiarello (2000b) comparou dados de densidade de cinco espécies de mamíferos de interesse cinegético, entre alguns fragmentos do Espírito Santo de tamanho variável: Rebio Sooretama, RNV, Floresta Nacional do Rio Preto (FNRP), Rebio Córrego do Veado, Rebio Córrego Grande, M7/317 e Putiri. As cinco espécies que preencheram suas premissas (arborícolas, facilmente encontradas e com massa acima de 1 kg) foram *Guerlinguetus brasiliensis*, *Callithrix geoffroyi*, *Callicebus personatus*, *Sapajus nigritus* e *Dasyprocta leporina*. Também realizou uma estimativa de tamanho populacional nos fragmentos florestais estudados, comparando-os com a densidade de diversas localidades da Mata Atlântica.

Nas mesmas localidades, Chiarello (2000a) estudou a pressão de caça sobre algumas espécies de mamíferos (12) e pássaros (nove) por meio das taxas de encontro e registrou uma maior abundância de mamíferos na RNV, a exemplo de *Sapajus nigritus*, *Dasyprocta leporina* e *Mazama* sp.; as espécies mais raras foram *Priodontes maximus*, *Cabassous tatouay*, *Tapirus terrestris* e *Tayassu pecari*. Ainda nas mesmas localidades, Chiarello e Melo (2001) estimaram a densidade e o tamanho populacional dos primatas *Alouatta guariba clamitans*, *Sapajus nigritus*, *Callicebus personatus* e *Callithrix geoffroyi*. A densidade mostrou-se dentro do esperado para a Mata Atlântica, exceto para o bugio, que se revelou raro. Listas de espécies da mastofauna de médio e grande porte publicadas recentemente (SRBEK-ARAUJO; ROCHA; PERACCHI, 2014; GATTI et al., 2017) enfatizam a importância do complexo florestal Linhares-Sooretama para a conservação dessas espécies.

Lorenzutti e Almeida (2006) identificaram o acervo de mamíferos do Museu Elias Lorenzutti, registrando 45 espécies, sendo 39 da região Norte do Espírito Santo (especialmente Linhares). O registro inclui algumas espécies localmente extintas (tamanduá-bandeira) ou confinadas em unidades de conservação (onça-pintada e tatu-canastra). Ainda, exibem uma lista de ocorrência no município de Linhares e exemplares tombados no Museu de Biologia Mello Leitão e referenciam estudos que contêm os levantamentos das espécies da região, entre eles, estudos de fauna da estação biológica de Comboios (RUSCHI, 1978), atualmente Rebio Comboios, em Sooretama (RUSCHI, 1980) e parque de reserva, refúgio e criação de animais silvestres (AGUIRRE, 1951), assim conhecida antigamente a Rebio Sooretama. Outros estudos, como Chiarello (1999, 2001) e Mendes (1995), também são referenciados, culminando numa lista que totaliza 96 espécies de mamíferos no município de Linhares.

A restinga do litoral norte do Espírito Santo manteve algumas áreas conservadas devido à sua baixa balneabilidade. Entretanto, essa característica não imunizou as restingas da substituição por ação, principalmente, da atividade pecuária e outras atividades – pesquisas geofísicas, exploração de óleo e gás natural, cultura de cacau, malha viária, desmatamento, gasodutos e oleodutos, além da infraestrutura urbana. Essas constituem algumas das interferências comprometedoras da biota na região em estudo, com exceção de algumas áreas isoladas na beira da praia, também responsáveis pela raridade das áreas remanescentes conservadas de importância para a fauna local (BELLINI et al., 1990 apud IBAMA, 1997). Assim caracterizada a área Norte do Espírito Santo, a Rebio Comboios foi alvo de levantamentos da mastofauna, principalmente por Ruschi (RUSCHI, 1953, 1978), cujos trabalhos também incluíram o levantamento de aves e répteis. Entretanto, Moreira e Mendes (2010) compilaram os registros de mamíferos na restinga do litoral do Espírito Santo, separando-os por complexos (norte, extremo norte e sul), sendo a região Norte a de interesse desta caracterização, dado que inclui Linhares e Aracruz. Esse estudo consiste em um dos mais abrangentes em termos de mastofauna no litoral do Espírito Santo. Os autores registraram 68 espécies, em 33 localidades, com os complexos norte e extremo norte sendo seguidos do complexo sul por riqueza.

Moreira e Mendes (2010) encontraram 11 espécies endêmicas da Mata Atlântica, quatro ameaçadas de extinção pela lista brasileira (MACHADO; DRUMMOND; PAGLIA, 2008) e três ameaçadas de extinção pela lista de espécies do estado do Espírito Santo (PASSAMANI; MENDES, 2007). Forneceram as espécies que ocorrem por cada localidade e registraram o parque estadual Paulo César Vinha (Guarapari) com maior riqueza (38 espécies), seguido por Povoação (20) e Regência (12), em Linhares. Em adição, o plano de manejo da Rebio Comboios (IBAMA, 1997) cita a ocorrência da preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), do tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) e do ouriço-cacheiro (*Coendou* sp.) por meio de depoimentos dos moradores da região. O fato de essas regiões serem pouco conhecidas em termos de riqueza e ao mesmo tempo dominadas pelas altas densidades humanas realça a importância das restingas para a conservação da biodiversidade (MOREIRA; MENDES, 2010).

Martinelli e Volpi (2011) realizaram um levantamento das espécies atropeladas na rodovia ES-080, na margem do rio Doce, entre 2006 e 2008. Obtiveram 55 registros de 11 espécies diferentes, sendo marsupiais e carnívoros mais abundantes: *Didelphis aurita* (40,00%), *Coendou insidiosus* (18,17%), *Cerdocyon thous* (14,54%), *Eira barbara* (5,45%), *Galictis cuja* (3,64%), *Procyon cancrivorus* (3,64%), *Sylvilagus brasiliensis* (3,64%), *Tamandua tetradactyla* (3,64%), *Dasypus novemcinctus* (1,82%), *Nasua nasua* (1,82%), *Potus flavus* (1,82%) e *Herpailurus yagouaroundi* (1,82%). Esses registros representam 7,97% das espécies ocorrentes no estado e 13,00% das espécies não voadoras.

O relatório da NutriPetro (2013b) inclui um levantamento de mamíferos em Aracruz (ES), por meio de dados primários e secundários da região de Barra do Riacho. A partir dos dados primários, registrou 16 espécies, pertencentes a 13 famílias, sete provenientes de entrevistas com moradores, sendo 14 espécies de médio e grande porte e duas de pequeno porte. Destas, quatro espécies são endêmicas da Mata Atlântica e apenas a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) está ameaçada. Entre os registros, constam *Lontra longicaudis* e *Nectomys squamipes*, espécies que dependem da presença de água. Pelos dados secundários, 28 espécies de mamíferos de médio e grande porte foram registradas, sendo 12 da ordem

Carnivora. O relatório também registra a presença de *Hydrochoerus hydrochaeris*, *Dasypus novemcinctus* e *Euphractus sexcinctus*. De todas as espécies observadas, oito são endêmicas do bioma da Mata Atlântica e sete são ameaçadas. Quanto à sazonalidade, dez espécies foram registradas no período chuvoso (outubro a março) e outras 22, nos dois períodos.

A Flona de Goytacazes encontra-se localizada no município de Linhares (ES). Com 1.423,96 ha, é composta por um ecossistema florestal desenvolvido sobre solo aluvial, raro e de características únicas dentro do bioma da Mata Atlântica. Além disso, faz parte do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, que tem, entre seus objetivos, a proteção da biodiversidade em grandes extensões pelo incremento de conexões entre as diversas áreas naturais protegidas (ICMBIO, 2013b). A mastofauna desta unidade de conservação representa 78% da mastofauna da Rebio Sooretama e da RNV, mesmo constituindo apenas 3% da área das duas somadas, porcentagem significativa pelo fato de estas serem unidades de proteção integral do estado capixaba. Mediante busca ativa, entrevistas e armadilhas fotográficas, registraram-se 43 espécies de mamíferos para a localidade. Entre os de médio e grande porte, destaca-se a presença da irara (*Eira Barbara*), lontra (*Lontra longicaudis*), preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), três espécies de tatu (*Cabassous unicinctus*, *Dasypus novemcinctus* e *Euphractus sexcinctus*), quatro felinos (gato-maracajá, gato-do-mato-pequeno, jaguatirica e jaguarundi), veado-mateiro (*Mazama americana*), veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*), ouriço-cacheiro (*Coendou insidiosus*), paca, capivara, além de três primatas: *Sapajus nigritus*, *Alouatta guariba clamitans* e *Callithrix geoffroy*. Quanto aos pequenos mamíferos voadores, 16 espécies foram identificadas e sua abundância foi registrada conforme estação chuvosa ou seca (que consiste no esforço amostral do plano de manejo da Flona). *Tonatia saurophila* foi observada e é uma espécie rara, constituindo o segundo registro para o estado do Espírito Santo. Houve maior abundância de quirópteros na estação seca (165) do que na úmida (39).

A literatura levantada para a caracterização do baixo rio Doce quanto à mastofauna mostrou grande importância em termos de biodiversidade taxonômica, principalmente no eixo da RNV e Rebio Sooretama e na Barra do Riacho. Somente na restinga do estado do Espírito Santo, 68 espécies, das quais 11 são endêmicas, foram registradas por Moreira e Mendes (2010). Linhares mostrou-se um grande epicentro da biodiversidade, com 50 espécies de morcegos apenas na RNV, tornando-a a unidade de conservação mais rica em quirópteros de toda a Mata Atlântica (PERACCHI; NOGUEIRA; LIMA, 2011). Por fim, a Flona de Goytacazes, um importante e um dos últimos fragmentos florestais da Mata Atlântica no estado do Espírito Santo, em conjunto com a Rebio Sooterama e a RNV, conta com 43 espécies de mamíferos, situando-se na margem do rio Doce.

Região costeira – Cetáceos

Os Cetáeos são mamíferos adaptados ao meio aquático, englobando os botos, baleias e golfinhos.

A área de abrangência deste estudo de linha-base conta com o registro de ocorrência de diversas espécies de cetáceos, sendo algumas de presença restrita ao oceano Atlântico Ocidental e outras ameaçadas de extinção em diferentes níveis.

Grande parte dos registros de cetáceos do Espírito Santo é proveniente de animais encalhados junto à costa (FREITAS NETTO; GASPARINI; SAZIMA, 1996; BARBOSA, 2003; SICILIANO et al., 2007; FÉLIX, 2014). Outros estudos recentes coletaram dados sobre avistamentos de animais vivos por embarcações (ROSSI-SANTOS; WEDEKIN; SOUZA-LIMA, 2006; DANILEWICZ et al., 2013; WEDEKIN et al., 2014; CTA, 2016) ou sobrevoos (MORENO et al., 2003; ANDRIOLO et al., 2010).

Na área de abrangência deste estudo, foram registradas pelo menos 32 espécies de cetáceos (PETROBRAS, 2004; SICILIANO et al., 2006; NUTRIPETRO, 2013b; CTA, 2016) (**Apêndice H**), o que corresponde a aproximadamente 71% da riqueza de cetáceos da costa brasileira (LODI; BOROBIA, 2013). O *status* de conservação foi baseado no *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção de 2016* (ICMBIO, 2016) e citado apenas para as espécies em algum nível de ameaça. Aproximadamente, 22% das espécies registradas para a região estão classificadas com algum grau de ameaça de conservação.

As diferentes espécies de cetáceos demonstram preferências por determinados *habitats*, podem ser descritas pelas profundidades que usam para realizar suas atividades vitais (ROSSI-SANTOS; WEDEKIN; SOUZA-LIMA, 2006; CTA, 2016). Com base nessa característica, já foram propostos pelo menos três grupos de cetáceos que habitam as águas do Espírito Santo (CHIARELLO et al., 2007): (i) cetáceos costeiros (C): usam exclusivamente regiões da plataforma continental e costeira; (ii) cetáceos costeiro-oceânicos (C-O): podem usar desde regiões rasas até profundas; (iii) cetáceos oceânicos (O): usam exclusivamente regiões mais profundas.

No contexto do rompimento da barragem de Fundão, os cetáceos exclusivamente costeiros merecem atenção especial por usar preferencialmente regiões próximas da costa e/ou rasas como *habitats* críticos. Dos pequenos cetáceos costeiros, destacam-se o boto-cinza (*Sotalia guianensis*) e a toninha (*Pontoporia blainvillei*). O golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*) e o golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*) também utilizam regiões costeiras, mas podem ser encontrados com frequência em regiões oceânicas. Dos grandes cetáceos, destacam-se a baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e a baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*), que usam regiões rasas para reprodução, mas podem utilizar regiões oceânicas durante a migração e alimentação (LODI; BOROBIA, 2013).

Entre todas as espécies, pelo menos três são observadas frequentemente em regiões próximas da costa do estado do Espírito Santo, em especial, nas regiões costeiras adjacentes à foz do rio Doce. Elas são representativas tanto pela sua ocorrência quanto pelo grau de ameaça que sofrem, sendo descritas em mais detalhes a seguir: o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), a toninha (*Pontoporia blainvillei*) e a baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*). Entre 2010 e 2016, as praias do estado do Espírito Santo foram monitoradas e as carcaças de animais marinhos foram registradas e coletadas (SCITECH, 2017), sendo que as três espécies que mais encalharam mortas nas praias foram as citadas.

Além dessas espécies, vale lembrar que a baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*), o golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*) e o golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*) podem ser observados em regiões costeiras do estado do Espírito Santo, mas com menor frequência.

Sotalia guianensis (Van Bénéden, 1864) – boto-cinza

Figura 55 – Grupo de botos-cinza (*Sotalia guianensis*).



Fonte: Instituto Boto-Cinza.

O boto-cinza é um pequeno cetáceo odontoceto da família Delphinidae, que ocorre na costa atlântica ocidental da América do Sul e Central, desde o sul do Brasil até Honduras, normalmente em regiões próximas à costa e estuarinas, em pequenos grupos (FLORES; SILVA, 2009; SECCHI, 2012; MONTEIRO FILHO et al., 2013).

Figura 56 – Área de ocorrência do boto-cinza.



Fonte: Adaptado de Secchi (2012).

Segundo o *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*, a espécie é classificada como vulnerável (ICMBIO, 2016). Já nas listas mundial (SECCHI, 2012) e estadual (IEMA, 2017c), consta como dados insuficientes. Chama atenção o fato de que o boto-cinza não é classificado com nenhum grau de ameaça para o estado Espírito Santo (CHIARELLO et al., 2007), contrariando uma tendência de outros estados, como Paraná e Santa Catarina, de classificar a espécie como ameaçada devido ao fato de ser uma especialista de *habitat* e sofrer diversas ameaças humanas.

Botta (2011), em estudo com 156 indivíduos de *S. guianensis* de diversas regiões da costa brasileira, classificou os animais em quatro grupos principais pela análise de composição dos isótopos nos dentes, sendo uma unidade para o Espírito Santo. Esse estudo, assim como outros genéticos, indica que existem unidades populacionais distintas ao longo da costa.

A espécie já foi observada em diferentes localidades do estado do Espírito Santo, demonstrando residência e fidelidade ao uso de algumas áreas. Na baía de Benevente, ao sul do estado, em estudo realizado de 2012 a 2014, foi estimada uma população entre 59 e 78 indivíduos (MAMEDE, 2015). Segundo a autora, foi observada uma baixa densidade, porém

com a maior parte dos indivíduos residente. Foram verificados filhotes durante todo o estudo e todas as estações do ano.

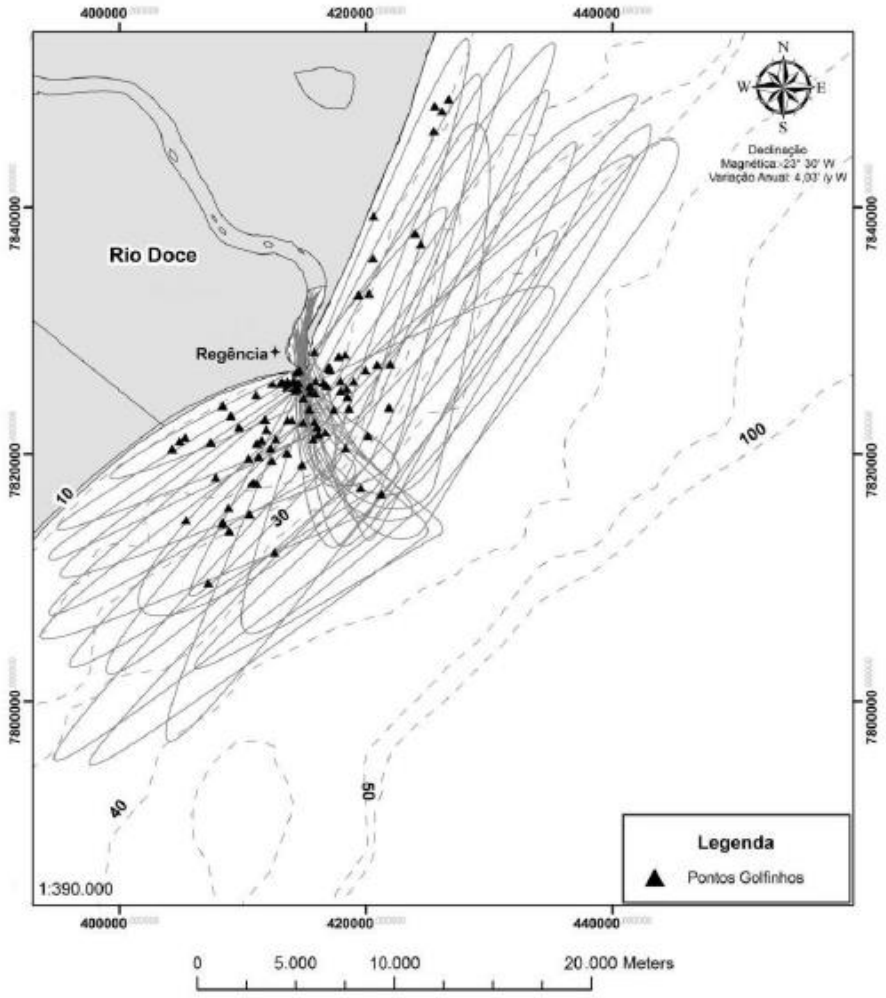
No banco dos Abrolhos, Rossi-Santos, Wedekin e Sousa-Lima (2006) identificaram, entre 1994 e 2007, 101 grupos de botos-cinza, sendo que os avistamentos concentraram-se na região Norte e nas proximidades da foz do rio Doce. Um grupo de cem animais foi observado na região costeira ao largo da foz do rio Doce. O boto-cinza tende a usar regiões rasas, próximas da costa e da desembocadura de rios.

Uma população da espécie ocorre dentro do banco dos Abrolhos, no complexo estuarino e de manguezais de Caravelas, sendo a região de ocorrência da espécie mais bem estudada. Quase 60% dos indivíduos foram classificados como residentes anuais e o restante, errante de áreas vizinhas, incluindo regiões que se estendem até o extremo norte do estado do Espírito Santo (ROSSI-SANTOS; WEDEKIN; MONTEIRO FILHO, 2007). A área de uso individual mostrou áreas comuns dentro do estuário, com alguns indivíduos chegando a 12 km rio acima e outros frequentando as águas costeiras, até 35 km ao sul. Em outro estudo na região, a frequência de avistamentos na foz do rio Caravelas foi relacionada à profundidade, distância de bancos de areia, distância da costa, declividade, salinidade, temperatura e direção da maré (ROSSI-SANTOS; WEDEKIN; MONTEIRO FILHO, 2010). Ainda para o estuário do rio Caravelas, Cantor et al. (2012) estudaram a dinâmica populacional do boto-cinza durante um período de sete anos. A abundância estimada variou entre 57 e 124 botos, representando uma pequena população, segundo autores. Também analisaram as taxas de permanência e migração, sugerindo grandes áreas de uso para alguns indivíduos e ocorrência de diversos indivíduos migrantes. Os autores calcularam, ainda, a taxa de sobrevivência e a abundância, que permaneceram constantes.

Outra população da espécie estudada mediante observações a partir de pontos fixos foi em Conceição da Barra (FÉLIX, 2014). Os animais foram observados no interior do estuário, na foz do rio São Mateus e na praia de Guriri, sendo encontrados durante todo o ano na região.

Em outro estudo realizado na foz do rio Doce (ES), Frizzera, Vasconcelos e Pinheiro (2007) registraram 35 grupos de *S. guianensis*, somando 104 indivíduos avistados durante oito embarques, em 2006. Durante cada embarque, observaram de um a oito grupos com um a dez indivíduos cada. Os avistamentos ocorreram de 50 a 900 m da costa. As saídas foram realizadas a partir de Regência e os animais foram observados frequentemente em uma região tanto ao sul quanto ao norte da foz do rio Doce (PINHEIRO, 2014) (Figura 57).

Figura 57 - Área de ocorrência do boto-cinza na foz do rio Doce.



Fonte: Pinheiro (2014, p. 15).

Outros estudos valeram-se de dados de animais encalhados nas praias ou capturados incidentalmente pela pesca. Casos de emalhamento acidental em aparatos de pesca pela espécie já foram reportados (FREITAS NETTO; BARBOSA, 2003). Carvalho et al. (2012) estudaram 37 indivíduos de boto-cinza capturados acidentalmente ou encalhados no litoral do Espírito Santo. Foram identificados animais de até 20 anos de idade e os autores sugerem que, para o estado, os animais da espécie alcançam maturidade física quando atingem 187,5 cm de comprimento total, próximo de seis a sete anos de idade, e são maiores que os encontrados em outras regiões, como São Paulo e Paraná. Já Lima et al. (2017), em estudo realizado com animais encalhados de 1996 a 2010, encontraram animais de até 33 anos de idade. Os autores relataram, ainda, uma maior captura acidental de indivíduos jovens, em fase de desenvolvimento sexual, por redes de pesca e indicaram que tal fato atua de forma

importante no declínio populacional da espécie. Relatos de pescadores entrevistados ao longo do litoral do Espírito Santo revelam que a região de Regência é de alto risco de emalhamento por conta da diversidade de redes de emalhe utilizada pelos pescadores artesanais do local (FREITAS NETTO; DI BENEDITTO, 2008).

Na região do banco dos Abrolhos, a dieta do boto-cinza já foi estudada por meio de conteúdos estomacais de animais encalhados nas praias (RODRIGUES, 2014). A dieta dos animais é essencialmente piscívora, complementada por crustáceos e cefalópodes. Entre os itens utilizados pela espécie, destacam-se o peixe-espada (*Thichiurus lepturus*), a tainha (*Mugil* sp.), o bagre (*Bagre* sp.) e peixes da família Scianidae.

Pontoporia blainvillei (Gervais e d'Orbigny, 1844) – toninha

Figura 58 – Toninha (*Pontoporia blainvillei*).



Fonte: Projeto Toninhas.

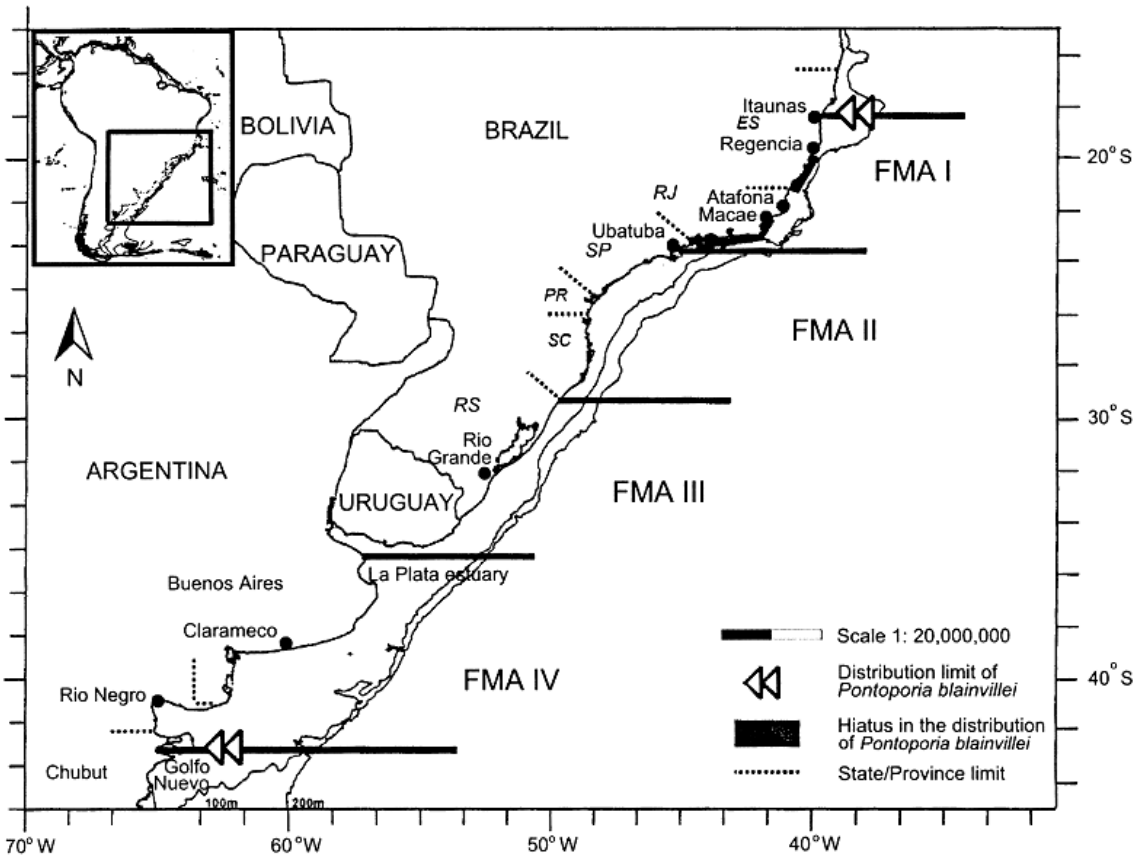
A toninha, ou franciscana, é um cetáceo odontoceto, único representante da família Pontoporiidae Sua distribuição é restrita à América do Sul e vai desde Itaúnas (ES) até o golfo San Matías, na Argentina, com duas populações identificadas (MORENO et al., 2003; SECCHI; DANILEWICZ; OTT, 2003; FÉLIX, 2014).

A espécie é classificada como criticamente ameaçada pelo *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*, sendo o pequeno cetáceo mais ameaçado da América do Sul, devido, principalmente, à pesca de emalhe e de arrasto (ICMBIO, 2016). Pela lista mundial, é classificado como vulnerável (REEVES et al., 2012) e, na lista estadual (IEMA, 2017c), consta como em perigo.

Secchi, Danilewicz e Ott (2003) definiram como *Franciscana Management Areas* (FMAs) os limites de ocorrência dos estoques populacionais. As FMAs foram divididas pelos

autores em quatro: FMA I – Espírito Santo e Rio de Janeiro; FMA II – São Paulo e Santa Catarina; FMA III – Rio Grande do Sul e Uruguai; e FMA IV – Argentina, até a província de Chubut (**Figura 59**).

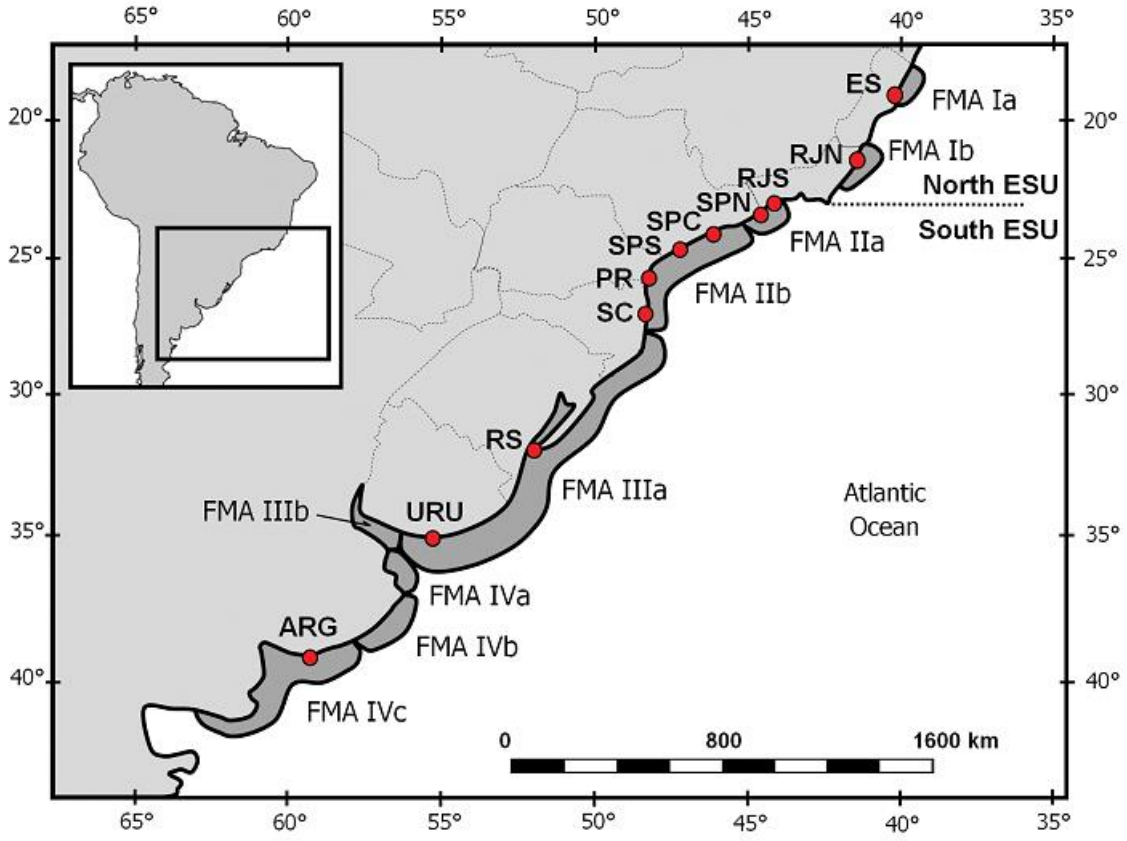
Figura 59 – Área de ocorrência da toninha, com definição das "áreas de manejo" (FMAs).



Fonte: Secchi, Danilewicz e Ott (2003, p. 66).

Posteriormente, Cunha et al. (2014) analisaram sequências de DNA mitocondrial de toninhas, definindo a estruturação populacional em duas unidades evolutivas significativas, cada uma com populações maiores do que previamente reconhecido, e sugerindo uma revisão das FMAs (Figura 60).

Figura 60 – Reavaliação das FMAs.

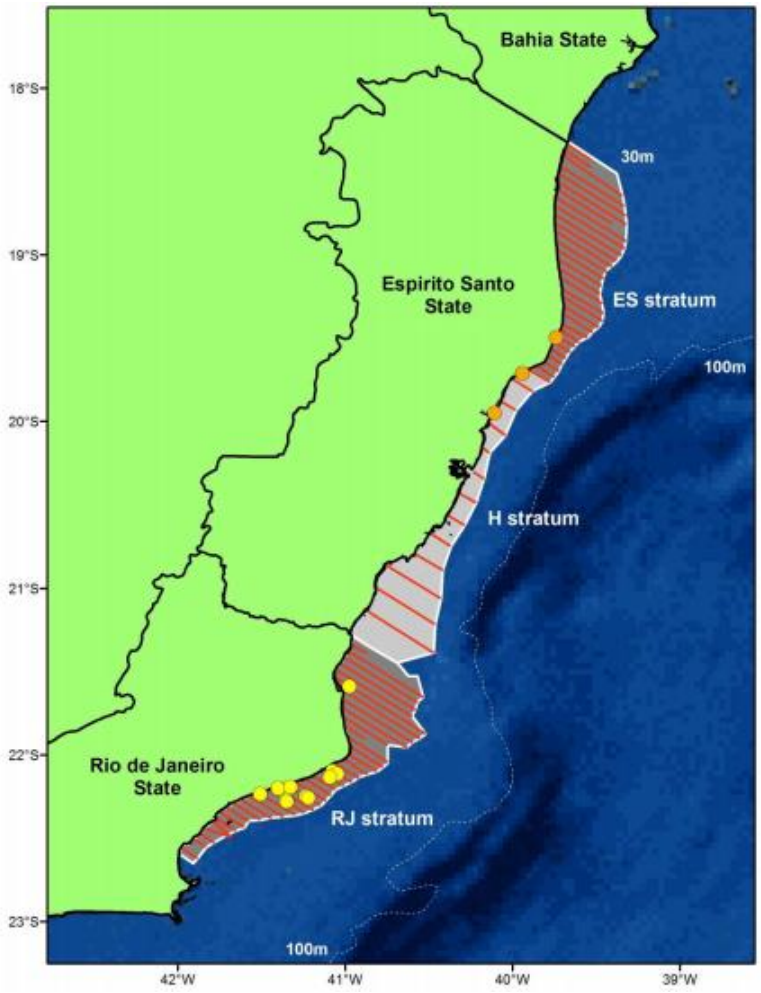


Fonte: Cunha et al. (2014, p. 5).

No Espírito Santo, o primeiro registro da espécie ocorreu em 1984, referente a um crânio e oito vertebras da espécie, em Regência (GEISE; BOROBIA, 1987). Apenas em 2003, houve novo registro da espécie, com a visualização de aproximadamente 20 indivíduos no norte do estado, próximo à foz do rio Doce (MORENO et al., 2003). É reconhecido um hiato na distribuição da espécie no litoral central a sul do estado do Espírito Santo (SICILIANO; DI BENEDITTO; RAMOS, 2002).

Entre 2011 e 2012, Danilewicz et al. (2012) realizaram um levantamento aéreo no litoral do Espírito Santo, percorrendo 1.146 km em extensão e abrangendo 5.122 km^2, e nenhum indivíduo foi avistado dentro do esforço amostral. Apenas três grupos foram observados fora de esforço e bem próximos à costa, incluindo duas observações na região Norte da área considerada hiato de distribuição da espécie (Figura 61).

Figura 61– Avistamentos da toninha no Espírito Santo durante um levantamento aéreo realizado em 2011/2012.



Nota: Círculos laranjas correspondem a avistamentos fora do esforço e círculos amarelos, a avistamentos dentro dele.

Fonte: Danilewicz et al. (2012, p. 12).

Outros registros da toninha para o estado do Espírito Santo incluem capturas acidentais em redes de emalhe, registradas a partir da coleta de carcaças encalhadas nas praias da região (FREITAS NETTO; BARBOSA, 2003). Considerando esses dados, pode-se afirmar que o avistamento da espécie na área de estudo não é comum, sendo os principais registros de ocorrência por meio de animais capturados acidentalmente ou carcaças encontradas na praia (FREITAS NETTO; BARBOSA, 2003; FRIZZERA et al., 2012; CUNHA et al., 2014; FÉLIX, 2014). A população mais setentrional da espécie habita a região costeira ao norte do estado e foi observada em densidade muito baixa, estando provavelmente seriamente ameaçada de extinção.

Megaptera novaeangliae (Borowski, 1781) – baleia-jubarte

Figura 62 – Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*).



Fonte: Instituto Baleia Jubarte.

A baleia-jubarte é um cetáceo da ordem Mysticeti São animais de grande porte que podem atingir até 16 m de comprimento e ocorrem em todos os oceanos (CLAPHAM; MEAD, 1999; MONTEIRO FILHO et al., 2013). No Atlântico Sul Ocidental, a espécie utiliza a costa brasileira como *habitat* para reprodução, concentrando-se no banco dos Abrolhos (MORETE et al., 2003; ANDRIOLO et al., 2010). Altamente sazonal, a espécie não se alimenta no Brasil, sendo a atividade observada raramente (DANILEWICZ et al., 2009).

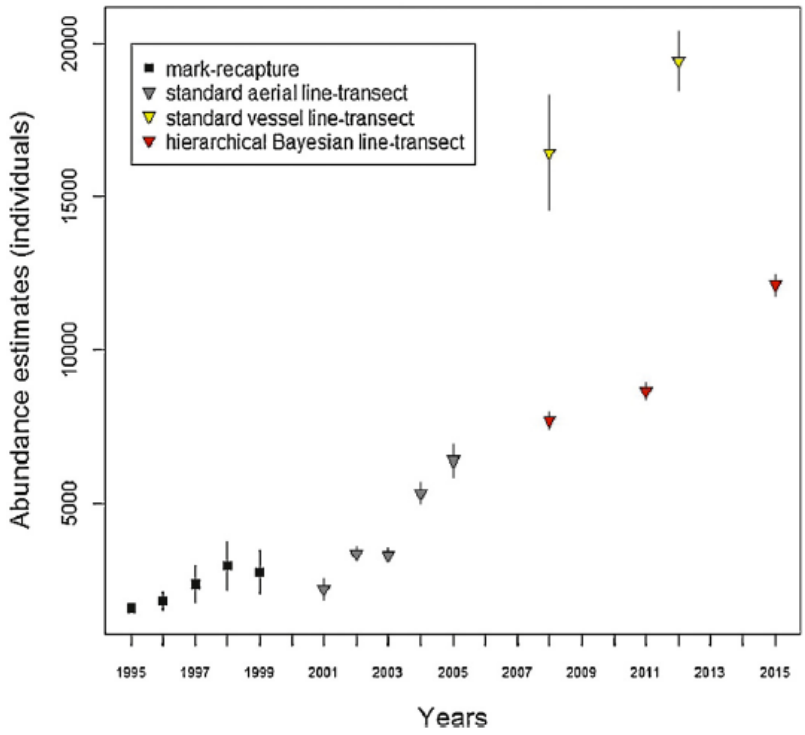
É classificada como ameaçada na lista estadual (IEMA, 2017c), na categoria vulnerável. Já na lista mundial, seu *status* consta como pouco preocupante (REILLY et al., 2008) e, na nacional, como quase ameaçada (ICMBIO, 2016).

Entre as ameaças a esta espécie, a caça foi a mais evidente. Outras, como captura acidental em redes de pesca, tráfego de embarcações (ruído e colisões com navios), turismo de observação e prospecção e exploração de gás e óleo, são ameaças em potencial e merecem atenção (CLAPHAM; MEAD, 1999; SOUZA-LIMA; CLARK, 2008; ENGEL; MARCONDES, 2011; BEZAMAT; WEDEKIN; SIMÕES-LOPES, 2015). Segundo Fleming e Jackson (2011), as mudanças climáticas também são uma ameaça em potencial a esta espécie.

Para a região de estudo, Wedekin et al. (2014) descreveram registros de cetáceos no ano de 2010, entre Vitória e Trindade. Foram observados nove grupos de baleia-jubarte. Segundo os autores, diferentemente de Siciliano et al. (2012), os avistamentos da espécie perto de Trindade foram ocasionais, pois os registros contaram com baixa densidade e poucos avistamentos. Entretanto, nos bancos próximos do banco de Abrolhos, os registros da espécie foram abundantes, sendo o local sugerido como *habitat* reprodutivo da espécie.

Diversos trabalhos estimaram a abundância da baleia-jubarte na costa brasileira, demonstrando que essa população vem crescendo ao longo dos últimos anos (Figura 63) (BORTOLOTTO et al., 2016; PAVANATO et al., 2017), porém não de forma homogênea na costa brasileira, com taxas maiores de crescimento na região costeira e mais afastada da costa do banco dos Abrolhos, enquanto na região central do banco a taxa de crescimento é menor (WEDEKIN et al., 2017).

Figura 63 – Estimativas de abundância da baleia-jubarte na costa brasileira.



Fonte: Pavanato et al. (2017, p. 16).

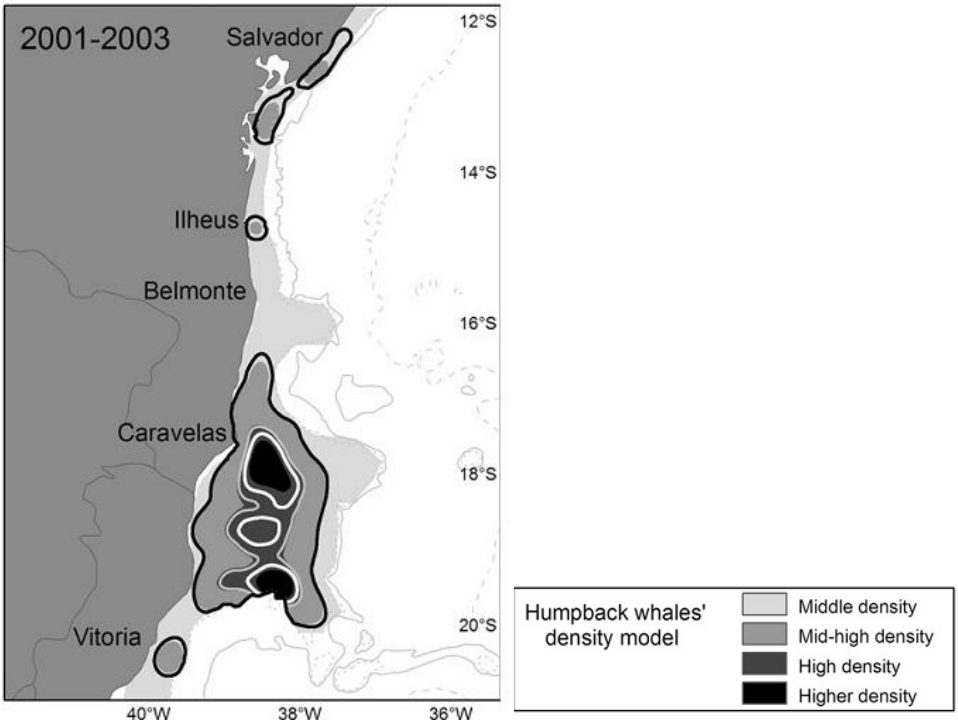
No banco dos Abrolhos, Martins et al. (2001) analisaram o uso diferencial por grupos da baleia-jubarte. As áreas diferenciaram-se na profundidade média em que as baleias foram encontradas; os grupos contendo filhotes foram encontrados com mais frequência em locais mais rasos e perto do arquipélago. Morete et al. (2003), por sua vez, analisaram dados coletados entre 1998 e 2000 para estimar a variação na abundância sazonal da espécie. Foram avistados 2.146 grupos, sendo que, para aqueles com tamanho verificado, a contagem de adultos e filhotes (N = 462) variou de zero a 31 e zero a 39, respectivamente. A abundância mostrou-se sazonal, sendo menor em julho e apresentando aumento gradativo, com pico em setembro e decaimento contínuo até zero no fim de novembro. Houve uma frequência de 49,8% de grupos com filhotes, destacando a região como área importante para a reprodução da espécie. De 1998 a 2004, Morete et al. (2008) identificaram flutuação na abundância das populações que utilizam o local durante a estação reprodutiva e registraram 7.996 avistamentos de adultos e 2.044 de indivíduos jovens/recém-nascidos.

Entre Belmonte, Caravelas e Barra do Riacho (sul da Bahia), Bezamat, Wedekin e Simões-Lopes (2015) estimaram a densidade de baleias-jubarte, com a intenção de prever o número de colisões potenciais entre navios e baleias. Encontraram 0,085 indivíduos/km^2

entre Belmonte e Caravelas e 0,023 indivíduos/km² entre Caravelas e Barra do Riacho durante o período reprodutivo de 2011, com potencial de colisão de navios com 25 animais e de mortalidade de 17 deles.

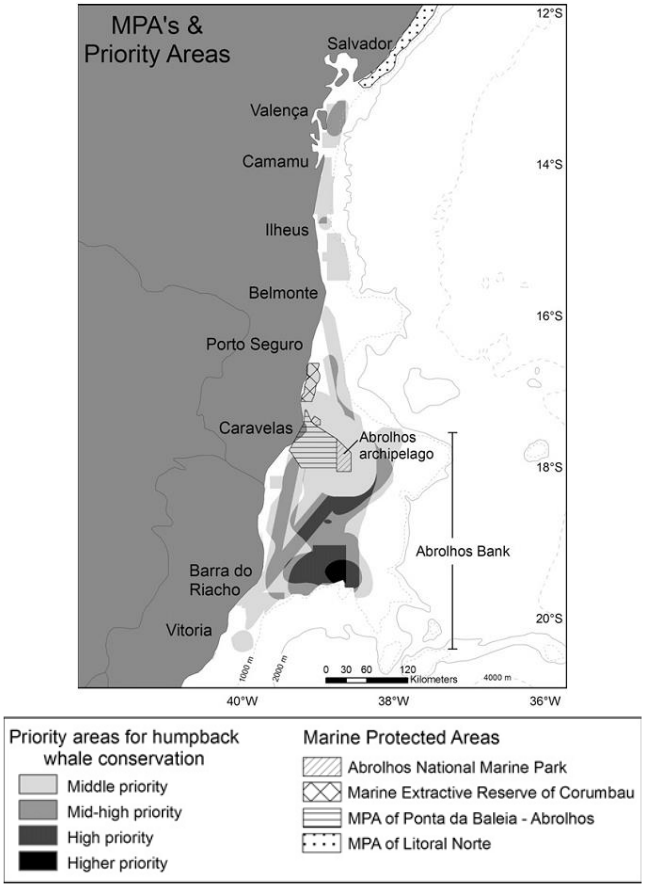
Martins et al. (2013) realizaram uma análise de risco para a espécie de acordo com sua ocorrência entre 2001 e 2003 (Figura 64), com o tráfego marinho e áreas de exploração de óleo e gás. Com esses dados, propuseram áreas prioritárias para conservação.

Figura 64 – Distribuição da baleia-jubarte na costa do Espírito Santo e Bahia.



Fonte: Martins et al. (2013, p. 67).

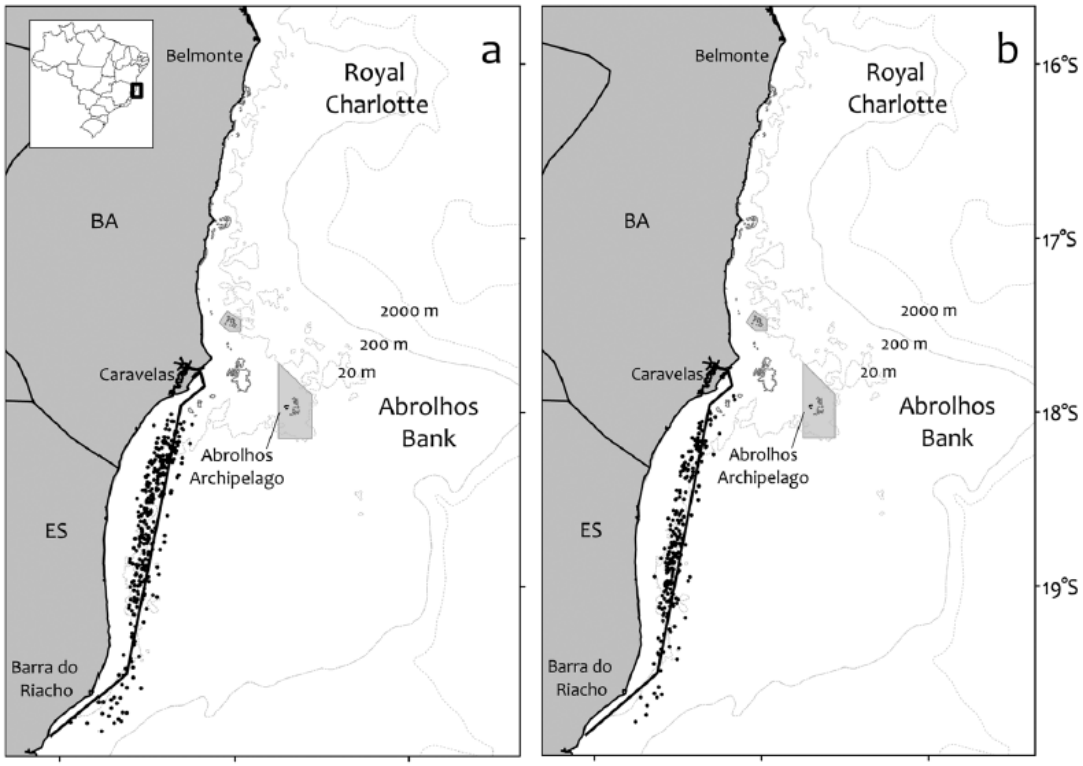
Figura 65 – Áreas prioritárias para conservação da baleia-jubarte no Espírito Santo e Bahia.



Fonte: Martins et al. (2013, p. 69).

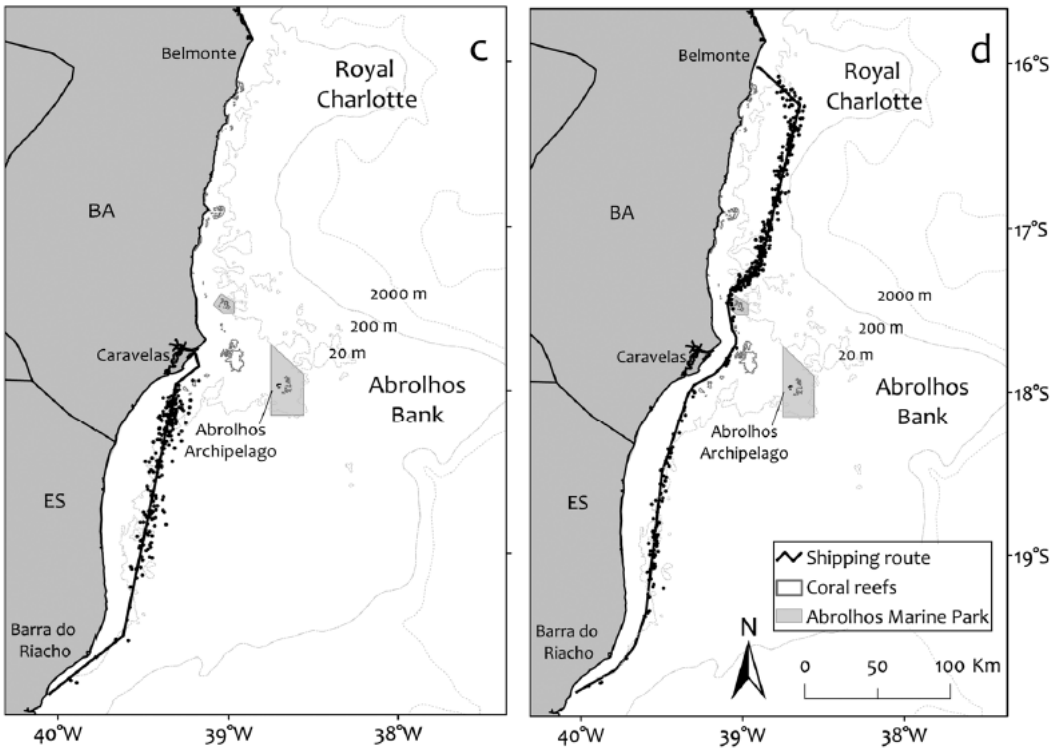
A espécie ocorre em todo o banco dos Abrolhos, mas em menor frequência na costa sul, especialmente nas regiões próximas da foz do rio Doce (Figura 66 e Figura 67) (BEZAMAT; WEDEKIN; SIMÕES-LOPES, 2015). Esse menor número de avistamentos da baleia-jubarte na região da desembocadura do rio Doce provavelmente tem relação com a alta turbidez gerada pelas águas do rio, condição evitada pela espécie.

Figura 66 – Distribuição da baleia-jubarte em (a) 2003 e (b) 2004.



Fonte: Bezamat, Wedekin e Simões-Lopes (2015, p. 717).

Figura 67 – Distribuição da baleia-jubarte em (c) 2005 e (d) 2011.



Fonte: Bezamat, Wedekin e Simões-Lopes (2015, p. 717).

Impactos Antropogênicos

Os cetáceos sofrem diversas ameaças causadas por atividades humanas: capturas incidentais ou intencionais; interação com a pesca; atividades de prospecção e exploração de óleo e gás; tráfego de embarcações (colisões e poluição sonora); poluição química; degradação ambiental e perda de *habitat*; mudanças climáticas e sobrepesca (FLEMING; JACKSON, 2011; ROCHA-CAMPOS; CÂMARA, 2011). Os mamíferos aquáticos, em geral, devido às suas características biológicas, são mais vulneráveis a ameaças se comparados a outros grupos, pois as espécies apresentam crescimento lento e taxa reprodutiva baixa, além de geralmente necessitarem de grandes áreas para realizar suas atividades vitais (ROCHA-CAMPOS; CÂMARA, 2011). Além da vulnerabilidade desse grupo, outro agravante é que essas ameaças normalmente são provenientes de diferentes fontes humanas, que podem atuar conjuntamente sobre as populações, formando complexos cenários de conservação (WEDEKIN et al., 2005).

O estudo de causa de morte em cetáceos encalhados na região mostra que uma das principais causas de ameaça antrópica é a pesca (FREITAS NETTO; BARBOSA, 2003; FRIZZERA et al., 2012; FÉLIX, 2014; ICMBIO, 2016). Também há relatos de obstrução do trato gastrointestinal por resíduos plásticos (COSTA; SILVEIRA; BARBOSA, 2013) e contaminações (DORNELES et al., 2008).

Freitas Netto e Barbosa (2003) realizaram uma compilação de capturas acidentais de cetáceos na região entre 1994 e 2001. Foram 56 indivíduos de seis espécies registrados, a saber: *Sotalia guianensis* (36), *Steno bredanensis* (três), *M. novaeangliae* (dois), *P. blainvillei* (3), *Tursiops truncatus* (um) e *Physeter macrocephalus* (um).

Outro problema emergente diz respeito aos casos de colisão com embarcações, especialmente de grandes baleias. Foi realizada uma modelagem do risco de atropelamentos de baleias-jubarte em uma rota de navegação costeira que cruza o banco dos Abrolhos (BEZAMAT; WEDEKIN; SIMÕES-LOPES, 2015). Apesar de os casos de atropelamento previstos pela modelagem não ser significativos para alterar a dinâmica de crescimento dessa população de baleias-jubarte, o estudo previu que o risco de atropelamentos, incluindo os casos com morte, está aumentando ao longo do tempo, conforme a densidade das baleias aumenta e mais embarcações trafegam nas rotas de navegação.

Os cetáceos fazem parte dos predadores de topo de cadeia e bioacumulam elementos tóxicos ao longo da vida (ROCHA-CAMPOS; CÂMARA, 2011), porém, para alguns elementos, esse processo não é observado. No caso do selênio (Se), por exemplo, Kehrig et al. (2009) não observaram o processo de biomagnificação do elemento no boto-cinza, em estudo realizado com animais de diferentes níveis tróficos (peixes, lula, boto) no Rio de Janeiro. Geralmente, populações costeiras de golfinhos, focas e leões-marinhos tendem a apresentar níveis mais elevados de contaminantes do que populações oceânicas (ROCHA-CAMPOS; CÂMARA, 2011).

A seguir, estão descritos os dados toxicológicos encontrados, bem como informações sobre patologias verificadas em animais capturados acidentalmente e encalhados. Os dados patológicos não trazem inferências sobre possíveis causas, ainda assim podem, futuramente, auxiliar no diagnóstico a ser realizado sobre impactos do desastre em Mariana por meio de discussões mais aprofundadas acerca da relação de contaminantes ambientais com alterações patológicas.

Dados Toxicológicos

Existem coletas de tecidos de cetáceos realizadas na região por diferentes instituições (SCITECH, 2017), mas ainda não se sabe se essas amostras poderão ser avaliadas quanto aos contaminantes presentes e suas concentrações. Para a área de estudo, dados referentes a concentrações de componentes tóxicos e elementos-traço para os cetáceos são escassos. Alguns estudos avaliaram a presença de determinados compostos nos organismos, porém sem inferir os efeitos destes sobre os animais. Pouco se conhece sobre os impactos advindos de contaminações em cetáceos previamente ao rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais.

Dorneles et al. (2008) realizaram análises de concentração de estanho (Sn) em tecido hepático de pequenos cetáceos, totalizando 67 indivíduos de 12 espécies capturados acidentalmente no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, entre 1994 e 2006. O estanho é utilizado em diversas indústrias, em biocidas na agricultura, em tintas *antifouling*, entre outros. Segundo os autores, botos-cinza da costa brasileira são altamente expostos à contaminação por compostos organoestânicos, quando comparados à literatura existente; por isso, sugerem que a espécie é apropriada para avaliação de contaminação ambiental por esses compostos.

Já Dorneles et al. (2013) avaliaram o conteúdo de dioxinas e compostos relacionados, conhecidos como DRCs, nas espécies: *Pontoporia blainvillei*, *Sotalia guianensis*, *Steno bredanensis* e *Pseudorca crassidens*, do litoral do Espírito Santo ao litoral do Rio Grande do Sul, porém a maioria das amostras foi coletada em animais do Rio de Janeiro. Segundo os autores, para *S. guianensis*, alguns desses compostos (as bifenilas policloradas ou PCBs) foram encontrados nos níveis mais altos já descritos para cetáceos.

Alonso et al. (2012) estudaram a ocorrência de compostos chamados antichamas, à base de bromo (*Brominated Flame Retardants* – BFRs) ou organobromados, em *P. blainvillei* na costa brasileira. Foram analisadas amostras de fígado de 53 animais, sendo 13 no Espírito Santo, sugerindo que esses componentes estão sofrendo bioacumulação na cadeia trófica do Atlântico Sul Ocidental.

Não foram encontrados dados sobre a concentração de mercúrio (Hg) em tecidos de cetáceos no Espírito Santo, mas existe bibliografia acerca do potencial bioacumulador desse elemento, especialmente para os odontocetos em espécies de ocorrência no Brasil (KEHRIG et al., 2009; LEGAT; BRITO, 2010; MOURA et al., 2012).

As causas da intoxicação por arsênico em mamíferos marinhos ainda são desconhecidas, porém em mamíferos terrestres a intoxicação pode ocorrer com arsênicos orgânicos ou inorgânicos ingeridos ou absorvidos pela pele, podendo afetar múltiplos órgãos. O envenenamento com arsênicos inorgânicos pode causar lesões hepáticas e renais, além de neurotoxicidade. Quanto aos arsênicos orgânicos, sua toxicidade ainda é desconhecida (ZACHARY, 2009).

A intoxicação por chumbo em bovinos pode apresentar corpúsculo de inclusão intranuclear em células epiteliais dos túbulos renais (MYERS; MCGAVIN, 2009), podendo o envenenamento por esse metal causar lesão em diversos tecidos, como fígado, rins, trato gastrointestinal, sistema nervoso central, medula óssea, órgãos reprodutivos e endócrino. Em

casos agudos ou hiperagudos, pode ocorrer sem alterações macroscópicas ou microscópicas (ZACHARY, 2009). Ainda, não há literatura conhecida para cetáceos.

Dados Patológicos

Referente às contaminações, pouco se conhece sobre efeitos tóxicos em cetáceos decorrentes de contaminantes já existentes anteriormente ao desastre em Mariana (MG) que possam ser relacionados no futuro para o diagnóstico de impacto a ser realizado. No entanto, existem alguns estudos pretéritos sobre a saúde dos cetáceos da região que podem auxiliar o andamento das investigações.

Costa, Silveira e Barbosa (2013) analisaram amostras de 14 animais encalhados no litoral do Espírito Santo, sendo cinco deles da espécie *S. guianensis*. Amostras de diferentes órgãos foram analisadas, sendo indicadas as principais alterações: amostras hepáticas – esteatose, congestão e degeneração hidrópica, seguidas de hepatite, necrose e cirrose; amostras pulmonares – enfisema e atelectasia, predominantemente, e edema, espessamento do septo alveolar, congestão e demais indicativos de insuficiência respiratória; amostras renais – congestão e glomerulonefrites, principalmente, e mineralização, lipidose renal, cistos e hemorragia glomerular.

Groch et al. (2012) analisaram anormalidades do tecido esqueletal encontradas em baleias-jubarte encalhadas no banco dos Abrolhos entre 2002 e 2011. Do total de 49 baleias, 20 (24,5%) apresentaram mudanças patológicas em um ou mais ossos, sendo mudanças degenerativas e malformações de desenvolvimento mais frequentes (10,2% cada), seguidas de lesões traumáticas e inflamatórias/infecciosas (8,2% cada). Foram identificadas lesões degenerativas na coluna vertebral, entre costelas e úmero, lesões infecciosas na coluna vertebral, lesões traumáticas nas costelas e anormalidades de desenvolvimento na coluna vertebral e costelas. As lesões foram distribuídas entre filhotes, juvenis e adultos. Cada indivíduo teve a data de encalhe registrada, sexo, idade e tipos de lesão indicados. Esses dados podem servir como comparativos caso ocorra um aumento na prevalência e incidência dessas malformações.

Costa-Silva et al. (2012) descreveram alterações em processo espinhoso dos odontocetos que encalharam no banco dos Abrolhos de 2002 a 2012. Nesse estudo, mais de 60 cetáceos de dez espécies diferentes foram avaliados. As alterações foram encontradas em indivíduos das espécies *Sotalia guianensis*, *Stenella clymene* e *Tursiops truncatus* que encalharam na região.

Groch et al. (2014) descreveram o primeiro relato da ocorrência de morbilivírus em um cetáceo proveniente de Guriri (ES). Tratava-se de um exemplar da espécie *Sotalia guianensis*, que apresentava hepatite necrotizante multifocal, meningoencefalite linfoplasmocítica e neutrofílica, perineurite em nervo óptico, pneumonia intersticial linfoplasmocítica e neutrofílica e depleção linfoide multicêntrica severa. Morbilivírus está associado a encalhes em massa em outras espécies de cetáceos em todo o mundo (DOMINGO et al., 1992), porém no Brasil ainda não há registros relacionados a esses eventos.

Costa-Silva et al. (2014) descreveram as lesões de pele encontradas em *Sotalia guianensis* do sul da Bahia, baía de Todos os Santos (BA) e baía Norte (SC). Nesse estudo, foi avaliado um banco de imagem de 2002 a 2010 e encontrada prevalência maior de lesões

nodulares (n = 5) e lesões abertas não cicatrizadas (n = 3) em mais de 2.600 imagens de botos-cinza na região de Caravelas (BA). Também não foram encontrados indícios de lacaziose-*like* ou poxvírus nesses animais, apesar de haver registro dessas enfermidades em outras regiões do país.

Outros patógenos ainda não registrados nessa região são as infecções causadas por fungos, geralmente oportunistas e associadas a outros fatores, como desnutrição, estresse e infecção viral (VOS et al., 2003).

4.3.8 Considerações finais

Através da análise dos dados apresentados neste relatório, pôde-se perceber o conhecimento sobre a biodiversidade faunística existente na área do estudo e suas imediações. De uma forma geral para os grupos faunísticos aqui abordados, em especial para a entomofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna, os estudos aqui descritos demonstram que o conhecimento é distribuído de forma desigual na área do estudo, sendo a grande maioria das pesquisas desenvolvidas em Unidades de Conservação ou reservas ambientais existentes na região. Dentre estas áreas de destaque pelo conhecimento gerado, tem-se: Unidade Ambiental de Peti, Estação Ecológica do Tripuí, Parque Estadual do Itacolomi, Porção Sul da Serra do Espinhaço, Serra de Ouro Preto, Ouro Branco e Mariana, Serra do Caraça, Parque Estadual do Rio Doce, RPPN Feliciano Miguel Abdalla, Reserva Natural Vale, Floresta Nacional de Goytacazes, Reserva Biológica Sooretama.

Como se pôde avaliar, foi registrada a ocorrência de 103 espécies de anfíbios para a bacia hidrográfica do rio Doce, representando cerca de 70% da fauna deste grupo para o Espírito Santo, 52% de Minas Gerais e quase 10% do Brasil. Para os répteis foi compilada a ocorrência de 63 espécies de répteis. Essa quantia representa 20,5% da riqueza de espécies de Minas Gerais, 56,25% do Espírito Santo e 8,15% do Brasil.

Para o grupo da avifauna, neste estudo compilou-se a ocorrência de 466 espécies de aves, representando quase 25% da avifauna brasileira. Quanto aos mamíferos foram descritas a existência de 132 espécies. A diversidade de espécies de mamíferos existentes na bacia hidrográfica do rio Doce corresponde a uma riqueza de mamíferos numericamente similar ao Espírito Santo, corresponde a 56% de Minas Gerais e 19% das espécies de mamíferos do Brasil.

Além dessa riqueza sumarizada, há ainda a ocorrência de inúmeras espécies endêmicas e ameaçadas de extinção na área de estudo, reforçando a importância da manutenção dos *habitats* disponíveis na região para a sobrevivência das espécies nos estados mineiro e capixaba. Esse fator de ameaça se deve muito aos diferentes processos econômicos estabelecidos de forma desordenada desde o século XVIII na região do estudo e que tem acelerado nos últimos 50 anos o processo de degradação ambiental da região, com a destruição de *habitats* para exploração mineral e para o estabelecimento de novas áreas de pastagem e plantios homogêneos de espécies arbóreas, pelas queimadas para manutenção das pastagens, pela poluição advinda das indústrias, entre outros.

Com base nos dados obtidos a partir da análise da literatura especializada elencada neste relatório, é possível afirmar que o conhecimento acerca dos quelônios ainda é incipiente na área de estudo, principalmente em relação aos quelônios continentais na bacia

hidrográfica do rio Doce. Apesar da existência de alguns estudos já desenvolvidos na região, ainda existem diversas lacunas a ser preenchidas, como a confirmação da ocorrência de algumas espécies e as respectivas distribuições geográficas no âmbito da bacia, tamanho das populações, hábitos correlacionados ao ecossistema em questão, as ameaças a que estão expostas essas espécies, entre outras questões que podem ser elucidadas ao longo do monitoramento de quelônios a ser desenvolvido. Sobre as tartarugas marinhas, a maior parte dos estudos disponíveis refere-se à tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) e tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), espécies que utilizam regularmente a região litorânea de estudo como sítio de desova. As demais espécies são abordadas em menor frequência em pesquisas, confirmando desovas eventuais e a presença de áreas de alimentação na costa do Espírito Santo. É importante ressaltar que são parcos os estudos referentes à toxicidade e metais pesados presentes nos organismos dos quelônios eventualmente capturados nas pesquisas pretéritas levantadas, fato dificultador do estabelecimento de parâmetros de contaminação entre as situações anterior e posterior ao desastre ambiental avaliado nesta pesquisa. Portanto, o diagnóstico atual dos quelônios deve abranger áreas diretamente afetadas pela pluma de rejeitos proveniente da barragem de Fundão e áreas que não foram diretamente atingidas pela lama, no intuito de realizar um comparativo do grau de contaminação de cada espécime analisado, considerando sua área de captura.

Os cetáceos têm grande importância ecológica, além de grande importância para o homem, que contrasta com as ameaças à sua conservação. Sua sensibilidade a diferentes impactos humanos faz com que sua saúde, demografia e ecologia possam ser usadas para monitorar a saúde do ecossistema como um todo. O litoral do Espírito Santo engloba regiões de alta relevância ecológica e de interesse para a conservação da biodiversidade marinha, incluindo áreas prioritárias para a conservação de mamíferos marinhos. Entre os ambientes que se destacam como de alta relevância biológica, estão o banco dos Abrolhos, a cadeia Vitória-Trindade e a região da foz do rio Doce. Entre as diversas unidades de conservação criadas na região, o Parna Abrolhos merece especial destaque, tendo sido o primeiro parque nacional marinho do Brasil; entre seus objetivos, está proteger as baleias-jubarte em seu principal sítio reprodutivo no oceano Atlântico Sul Ocidental. Das 32 espécies já registradas na costa do estado do Espírito Santo, três destacam-se por serem exclusivamente costeiras, como o boto-cinza (*Sotalia guianensis*) e a toninha (*Pontoporia blainvillei*), ou por usarem intensivamente as regiões costeiras para reprodução, como é o caso da baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*). Além disso, essas espécies estão ameaçadas de extinção ou ainda se recuperam de impactos sofridos nas últimas décadas, como a caça comercial. O boto-cinza é a espécie mais interessante do ponto de vista de um monitoramento, devido à sua abrangência e utilização do *habitat*. A espécie utiliza a região o ano todo, com populações residentes ao longo da costa e observações pretéritas de uso da região da foz do rio Doce e adjacências. Possui informações importantes que compõem sua linha-base e será uma espécie importante no diagnóstico a ser realizado sobre o desastre em Mariana. Para a toninha, existem poucas informações na área de estudo, incluindo poucas observações realizadas por meio de levantamentos aéreos e capturas acidentais por pescadores artesanais, identificadas mediante animais encalhados nas praias da região. Sua ocorrência confirmada na região da foz do rio Doce, apesar das escassas observações de animais vivos, faz dela uma espécie de interesse no contexto do desastre em Mariana. A baleia-jubarte ocorre em grande densidade

na região durante sua época reprodutiva (julho a novembro), quando permanece sem se alimentar. Devido à alta turbidez, a espécie evita naturalmente áreas costeiras. Os estudos avaliados constataram o aumento populacional da espécie no Brasil, sendo que suas populações se concentram na região central do banco dos Abrolhos e existem dados robustos sobre sua abundância nessa região, incluindo a densidade e abundância. Do ponto de vista toxicológico, dados referentes a concentrações de componentes tóxicos e elementos-traço para os cetáceos na região específica de interesse são escassos. Existem informações para o Sudeste do Brasil, assim como para as espécies-alvo do estudo, que poderão ser utilizadas para fins comparativos para o diagnóstico a ser realizado. Cabe destacar que a análise de novos dados, que estão sendo adquiridos junto a grupos de pesquisa, pode trazer novas elucidações acerca deste grupo de animais para a área de interesse.

4.4 Ecotoxicologia

A ecotoxicologia (também denominada toxicologia ambiental) é a ciência que estuda os efeitos tóxicos, qualitativos, quantitativos e de modo integrado, de substâncias naturais ou sintéticas sobre organismos vivos animais ou vegetais, aquáticos ou terrestres, incluindo suas interações com o ambiente (TRUHAUT, 1975).

4.4.1 Importância ambiental do tema

A poluição ambiental, especialmente nos ambientes aquáticos, tem aumentado sensivelmente em decorrência do aumento do crescimento industrial e demográfico, os quais contribuem de modo significativo para alterações físicas, químicas e biológicas nesses ambientes (VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003; MAGALHÃES; FERRÃO FILHO, 2008). Tais alterações são decorrentes de descargas diretas de fontes de contaminação, como a deposição de efluentes domésticos, agrícolas, industriais; ou por contaminação indireta, quando os contaminantes presentes no solo são carreados aos rios ou infiltrados em lençóis freáticos ou, ainda, quando estes atingem a atmosfera e retornam à água por meio de processos hidrológicos e atmosféricos (VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003; PORTZ; WOODLEY; CECH, 2006). Assim, além de uma variedade de compostos químicos (orgânicos e inorgânicos), o ambiente aquático tem acumulado grande quantidade de matéria orgânica, que juntos são responsáveis pela redução na qualidade da água (VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003).

A qualidade da água é um dos fatores mais importantes para o bem-estar de organismos aquáticos. No entanto, diferentes fontes de contaminação têm, cada vez mais, alterado o ambiente aquático e, consequentemente, ameaçado as condições adequadas ao desenvolvimento e sobrevivência destes organismos (SCOTT; SLOMAN, 2004; PORTZ; WOODLEY; CECH, 2006; LÜRLING; SCHEFFER, 2007). Os peixes são os vertebrados mais diversos e abundantes na Terra (NELSON, 2006), e são totalmente dependentes da qualidade da água para sua sobrevivência. Estes estão cada vez mais sujeitos a águas contaminadas ou de baixa qualidade, nos mais variados *habitats* (de água doce, estuarino e marinho) em que se distribuem em diferentes estágios do seu ciclo de vida (EVANS, 1987; EVANS; PERMARINI;

CHOE, 2005). Devido a essa exposição, abundância, diversidade e ao vasto conhecimento das respostas fisiológicas e bioquímicas desses organismos, os peixes têm sido cada vez mais utilizados como bioindicadores em estudos de avaliação dos efeitos decorrentes da contaminação e da alteração na qualidade da água. Essa relevância se torna ainda maior pelo fato destes interagirem em diversos níveis tróficos da cadeia biológica, apresentando, assim, grande importância ecológica (WENDELAAR BONGA, 1997; VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003).

Bioindicadores são organismos ou sistemas biológicos que respondem a alterações ambientais através da modificação de suas funções vitais normais e/ou de sua composição química, refletindo, desse modo, a situação ambiental vigente (VAN GESTEL; VAN BRUMMELEN, 1996; WENDELAAR BONGA, 1997; VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003). Essas respostas detectáveis são denominadas biomarcadores, e são manifestadas em vários níveis da organização biológica e utilizadas para indicar exposição, efeito e/ou susceptibilidade de um organismo ao fator estressor. Os biomarcadores são classificados em moleculares, genéticos, bioquímicos, fisiológicos, comportamentais ou estruturais e são quantificados em tecidos e fluidos corpóreos do organismo (VAN GESTEL; VAN BRUMMELEN, 1996; WENDELAAR BONGA, 1997; VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003; MAGALHÃES; FERRÃO FILHO, 2008).

Os biomarcadores fornecem informações biológicas da exposição dos organismos a contaminantes ambientais mesmo que a baixas concentrações e por curto período de tempo. Assim, a capacidade estressora ou a toxicidade de um determinado composto pode ser determinada de acordo com as disfunções causadas por este ao organismo ou às suas funções celulares. Desse modo, servem satisfatoriamente como indicadores de alterações subletais manifestadas em diferentes níveis da organização biológica, permitindo uma melhor compreensão dos efeitos da poluição sobre o animal, bem como antecipando efeitos subsequentes sobre as populações e comunidades dos ecossistemas impactados. Sendo assim, e em conjunto com a avaliação química da qualidade da água (que identificam e quantificam as substâncias presentes em amostras ambientais), são considerados indispensáveis para a avaliação da poluição hídrica, tornando-se um importante instrumento não só para a avaliação da qualidade da água, mas, também, para o entendimento da dinâmica do sistema e para escolhas de medidas de manejo e recuperação de um determinado ecossistema (VAN GESTEL; VAN BRUMMELEN, 1996; WENDELAAR BONGA, 1997; VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003; MAGALHÃES; FERRÃO FILHO, 2008).

4.4.2 Metais e hidrocarbonetos de petróleo

Entre os diferentes poluentes existentes na região estudada, os metais (ANDRADE, 2003; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; ARANTES et al., 2009; MORAIS, 2009; ANDRADE et al., 2010; RHODES, 2010; SILVA, 2010; RODRIGUES et al., 2014; LIMA, 2016) e os hidrocarbonetos de petróleo (SOUZA, 2007; LIMA, 2008) foram os mais estudos, especialmente devido à elevada potencialidade tóxica e capacidade de acumulação destes.

Metais são encontrados normalmente em baixas concentrações no ambiente aquático (GUILHERME et al., 2005; RAMOS, 2005; SOUZA et al., 2015; LIMA, 2016), especialmente na bacia hidrográfica do rio Doce, a qual está inserida em uma região reconhecidamente rica em

minérios (RAMOS, 2005; RHODES, 2010; SILVA, 2010; RODRIGUES et al., 2014; LIMA, 2016). No entanto, as diferentes atividades antropogênicas, principalmente as atividades industriais e de mineração, têm contribuído significativamente para aumentar as concentrações desses contaminantes (JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; GUILHERME et al., 2005; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; RHODES, 2010; SILVA, 2010; SILVA, 2010; RODRIGUES et al., 2014; SARMIENTO et al., 2011; SALES, 2013; SOUZA et al., 2015), assim como vem sendo evidenciado na bacia hidrográfica do rio Doce (ANDRADE, 2003; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; ARANTES et al., 2009; MORAIS, 2009; ANDRADE et al., 2010; RHODES, 2010; SILVA, 2010; RODRIGUES et al., 2014; LIMA, 2016).

A denominação metal-traço, ou mais popularmente metais pesados, é dada para elementos persistentes no meio, ou seja, elementos que não se degradam facilmente e que permanecem por longo período de tempo no ambiente. Estão inseridos nessa denominação elementos como o arsênio, alumínio, cádmio, chumbo, mercúrio, cromo, níquel e urânio. No entanto, metais essenciais (ou seja, importantes para a fisiologia e como constituintes de organismos vivos) como cobalto, cobre, manganês, selênio, ferro e zinco também podem ser considerados como metais-traço, uma vez que, em elevadas concentrações, podem causar toxicidade aos organismos (ANDRADE, 2003; JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; GUILHERME et al., 2005; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; SOUZA, 2007; VAREJÃO, 2008; MORAIS, 2009; SILVA, 2010; SALES, 2013).

Ao adentrarem o ambiente aquático, os metais passam por diferentes transformações químicas, especialmente a complexidade destes com outros elementos e substâncias presentes na coluna d'água. Materiais particulados em suspensão são importantes meios de transporte de metais pesados em ecossistemas aquáticos. Porém, quando ocorre redução na velocidade da corrente de água, o material em suspensão é gradualmente depositado, sendo os sedimentos o destino final desses elementos (FÖRSTNER; WITTMANN, 1981; CHAPMAN et al., 1996; GUILHERME et al., 2005; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; SOUZA, 2007; VAREJÃO, 2008; RHODES, 2010; SILVA, 2010; SARMIENTO et al., 2011; SALES, 2013; SOUZA et al., 2015). Ao serem incorporados aos sedimentos, os metais tornam-se menos biodisponíveis, ou seja, quando em fase aquosa os metais são mais facilmente absorvidos pelos organismos. No entanto, é válido ressaltar que o sedimento é um compartimento ativo, que não somente acumula esses elementos, mas também tem papel fundamental na reposição, redistribuição e biodisponibilização destes para a coluna d'água e, consequentemente, à biota aquática (BEVILACQUA, 1996; GUILHERME et al., 2005; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; SARMIENTO et al., 2011; SALES, 2013; SOUZA et al., 2015), atuando como fonte potencial de poluição difusa no ambiente aquático (SILVA, 2010).

A potencialidade tóxica dos metais sobre a biota aquática é dependente não somente da concentração química total no meio, mas da forma como estão fixados ao sedimento, das condições abióticas do ambiente aquático analisado, do tempo e nível de exposição, da rota (oral, cutânea, branquial) de absorção, da capacidade absortiva e defesa dos organismos, e também de como a especificidade química do elemento afeta a distribuição do metal no organismo (ANDRADE, 2003; GUILHERME et al., 2005; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; MORAIS, 2009; RHODES, 2010; PEREIRA et al., 2010; SOUZA et al., 2015). Os efeitos agudos desses elementos ocorrem rapidamente, são claramente definidos, geralmente fatais e raramente reversíveis. Os efeitos crônicos ou subletais levam ao comprometimento

orgânico-funcional de todo o organismo, com alterações em funções osmorregulatórias, bioquímicas, comportamentais, entre outros (ANDRADE, 2003; JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; QUEIROZ, 2006; MORAIS, 2009). De modo geral, os chamados metais-traço apresentam elevada toxicidade, uma vez que interferem no funcionamento orgânico de diferentes maneiras, especialmente em reações enzimáticas de todo o organismo. Por possuírem grande afinidade por moléculas que contenham átomos de nitrogênio e enxofre, ligam-se facilmente a proteínas e macromoléculas celulares, bloqueando, deslocando o íon essencial ou alterando a conformação estrutural ativa de biomoléculas (ANDRADE, 2003; JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; QUEIROZ, 2006; MORAIS, 2009).

Além disso, devido à baixa mobilidade apresentada por esses elementos, estes podem ser facilmente acumulados. Ligam-se covalentemente a átomos de carbono em grupos orgânicos, como, por exemplo, o metil (-CH_3) originando compostos organometálicos, que quando neutros tendem a ser lipossolúveis e, portanto, atravessam facilmente as membranas biológicas, atingindo, consequentemente, vários compartimentos orgânicos e interferindo no funcionamento de todo o organismo. Os organismos aquáticos tendem a acumular metais-traço (e outros contaminantes) em seus tecidos, mesmo quando a água possui níveis desses compostos abaixo da concentração máxima tolerada pela legislação (NIENCHESKI et al., 2014). Dessa forma, concentrações aparentemente baixas na coluna d'água e sedimento não indicam ausência de absorção e efeitos destes sobre a biota. Ao serem absorvidos e, consequentemente, acumulados pelos organismos, atingem níveis altamente tóxicos e, até mesmo, fatais. É válido ressaltar que os metais pesados podem atingir altas concentrações na biota devido ao aumento progressivo das concentrações ao longo dos diferentes níveis da cadeia trófica. Nessa condição, denominada de biomagnificação, organismos que se posicionam no topo da cadeia alimentar apresentariam concentrações mais significativas e tóxicas desses elementos (ANDRADE, 2003; JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; MORAIS, 2009; NIENCHESKI et al., 2014). Desse modo, o conhecimento sobre os efeitos desses elementos tóxicos passa, também, a apresentar relevância à saúde humana, o que justificaria o interesse e as metodologias utilizadas nos estudos realizados, e aqui descritos, na região da bacia hidrográfica do rio Doce.

Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPAs), por sua vez, são grupos de mais de 100 substâncias orgânicas formados por átomos de carbono e hidrogênio, compostos por dois ou mais anéis aromáticos de cinco ou seis átomos de carbono condensados. São separados em dois subgrupos de acordo com a massa molar ou número de anéis. Apresentam pouca solubilidade em água, mas grande afinidade por fases orgânicas lipofílicas. Desse modo, tendem a se concentrar em sedimentos ou associar-se à matéria orgânica em suspensão, bem como ser absorvidos pelos tecidos biológicos, causando bioacumulação (SOUZA, 2007; LIMA, 2008). Do mesmo modo que os metais pesados, os HPAs também são poluentes persistentes no ambiente, reconhecidamente de potencialidade tóxica, com propriedades carcinogênicas e mutagênicas. Ocorrem em todos os compartimentos ambientais (ar, solo, água, sedimento), onde são introduzidos de forma natural, como, por exemplo, erupções vulcânicas, ou antropogênica através da queima de combustíveis fósseis e de diferentes atividades industriais (VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003; ZACCARON DA SILVA et al., 2005; KENNEDY; FARRELL, 2005; SOUZA, 2007), estas últimas, muito comuns em toda a bacia hidrográfica do rio Doce. No ambiente aquático, os HPAs são comuns causadores de grandes

problemas ambientais, uma vez que causam diversos efeitos subletais ou letais nos diferentes organismos que habitam esses ambientes (VAN DER OOST; BEYER; VERMEULEN, 2003; ZACCARON DA SILVA et al., 2005; KENNEDY; FARRELL, 2005; SOUZA, 2007). A toxicidade desses compostos pode causar danos morfológicos, histopatológicos e genéticos em diversos organismos (KENNEDY; FARRELL, 2005). Esses poluentes inicialmente causam alteração estrutural nas biomoléculas dos organismos aquáticos e, posteriormente, levam à alteração das propriedades funcionais dessas moléculas envolvidas nos processos biológicos (KENNEDY; FARRELL, 2005; AMADO et al., 2006). Nesse sentido, os HPAs conferem sérios riscos de toxicidade que comprometem a qualidade ambiental da área estudada.

4.4.3 Metodologia para linha-base

4.4.3.1 Área de abrangência do estudo de linha-base

A área estabelecida para os levantamentos ecotoxicológicos em água doce inclui todos os rios que compõem a bacia hidrográfica do rio Doce, com ênfase nos principais rios formadores do rio Doce e atingidos pelo desastre. Para a caracterização da área marinha-estuarina, considerou-se toda a área do delta do rio Doce, o qual estende-se sobre os municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Linhares e Aracruz, com extrapolação ao norte – Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, que se encontra na área de Abrolhos, localizada, pela costa, entre as cidades de Prado e Nova Viçosa no extremo sul da Bahia e ao sul até a região de Anchieta.

4.4.3.2 Revisão bibliográfica

Para o desenvolvimento da linha-base de ecotoxicologia foi realizado um extenso levantamento bibliográfico, o qual teve como objetivo caracterizar a região quanto às fontes poluidoras, assim como compilar estudos de avaliação ecotoxicológica realizados na bacia hidrográfica do rio Doce antes do desastre causado pelo rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015. Para tanto, foram utilizadas diferentes plataformas de pesquisas científicas nacionais e internacionais, a saber: Science Direct, Web of Science, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal periódicos Capes, Google Acadêmico. A busca pelos artigos científicos foi realizada por meio da combinação de diferentes palavras-chave, tanto em inglês quanto em português, tais como: bacia hidrográfica do rio Doce, ecotoxicologia, impacto ambiental, impacto de metais, respostas de estresse, respostas fisiológicas, quadrilátero ferrífero, vale do aço, rio Piracicaba, rio do Carmo, rio Piranga, rio Gualaxo do Norte, bioacumulação, toxicologia ambiental, foz do rio Doce, estuário do rio Doce, Regência, lagoas costeiras, lagoas de água doce, lagoa Mãe-Bá, indicadores biológicos, entre outros. Adicionalmente, foram utilizadas informações obtidas de *sites* de notícias dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de relatórios técnicos desenvolvidos na região e de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, trabalhos em congressos) de instituições públicas e privadas dos estados supracitados.

4.4.4 Resultados da linha-base

Os dados de ecotoxicologia aqui apresentados são baseados em levantamento de dados secundários. A maior parte dos estudos foi realizada em trechos específicos de alguns rios da bacia hidrográfica do rio Doce e em situações pontuais e/ou sazonais. As concentrações de alguns elementos foram indicadas pela literatura como fora dos limites estabelecidos pela legislação, tanto para água superficial quanto para sedimentos. No entanto, não foram corroborados, ou seja, considerados como não conformidades, pelos levantamentos e análise de dados realizados pelos Institutos Lactec, as quais podem ser visualizadas nos itens 7.5 e 7.4, respectivamente, do presente relatório. Porém, é de extrema importância ressaltar que concentrações aparentemente baixas na coluna d'água e sedimento não indicam ausência de absorção e efeitos destes sobre a biota. Ou seja, mesmo que atendam aos limites estabelecidos pelas legislações ambientais, metais-traço e outros contaminantes, como hidrocarbonetos de petróleo, por exemplo, podem ser acumulados pelos organismos em seus tecidos, alterando a homeostasia destes.

4.4.4.1 Bacia hidrográfica do rio Doce

Todo o estado de Minas Gerais, em especial a região do Quadrilátero Ferrífero, é caracterizado pelas atividades extrativo-mineral, tendo se destacado desde o final do século XVII como uma das principais regiões produtoras de ouro do Brasil e, posteriormente, como produtor de minério de ferro, manganês e pedras preciosas. As extrações minerais constituem

importantes fontes ambientais de metais-traço, entre os quais destacam-se arsênio, chumbo, zinco, cobre, antimônio e prata (GUILHERME et al., 2005; RAMOS, 2005; PALMIERI, 2006; VAREJÃO, 2008; COSTA et al., 2010; RHODES, 2010; SILVA, 2010; RODRIGUES et al., 2014). Além disso, toda a extensão da bacia hidrográfica do rio Doce é caracterizada pela intensa ocupação antrópica, marcada pelo crescimento desordenado, uso inadequado do solo, intensa atividade industrial e minerária, além de uma agropecuária extensiva, o que contribui para que diferentes danos ambientais assolem a região, especialmente com significativo prejuízo às áreas de mananciais, várzeas e rios (ANDRADE, 2003; ALMEIDA et al., 2004; RAMOS, 2005; BRASIL, 2006; ÁVILA; MONTE-MÓR, 2007; GUIMARÃES, 2007; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; VIOLA, 2008; MORAIS, 2009; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010; SILVA, 2010; LIMA E SILVA et al., 2013; CBH-DOCE, 2014; PARREIRAS, 2014a, b; GUEDES et al., 2015; LIMA 2016; QUEIROZ et al., 2017).

Os rios funcionam como canais receptores e transportadores de rejeitos e efluentes na região e, desse modo, refletem o uso das águas e do solo de sua bacia de drenagem (BRASIL, 2006; ÁVILA; MONTE-MÓR, 2007; GUIMARÃES, 2007; VIOLA, 2008; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; COSTA et al., 2010; RHODES, 2010; LIMA E SILVA et al., 2013; CBH-DOCE, 2014). Inúmeras são as substâncias oriundas de atividades antropogênicas na região capazes de alterar a qualidade do ambiente aquático. Além disso, grande parte da poluição hídrica gerada em um determinado ponto tende a seguir o curso dos rios e, assim, afetar outras regiões a jusante (RAMOS, 2005; ÁVILA; MONTE-MÓR, 2007; SOUZA, 2007; VIOLA, 2008; SALES, 2013; RODRIGUES et al., 2014). Assim, por conta das diferentes fontes de contaminação presentes na área de estudo, a qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Doce tem sido considerada como bastante precária em toda sua cobertura geográfica (LIMA E SILVA et al., 2013; PARREIRAS, 2014a, b; GUEDES et al., 2015; LIMA, 2016). O rio Doce já nasce degradado por diferentes fontes de contaminação (PARREIRAS, 2014a), sendo considerado o quinto rio mais poluído do Brasil (JACOB, 2016) e sua bacia apontada como a mais degradada de Minas Gerais (PARREIRAS, 2014a).

Essa classificação é decorrente do fato de a bacia hidrográfica do rio Doce apresentar, em toda a sua extensão, elevadas concentrações de metais, como: arsênio (BORBA et al., 2000; BORBA; FIGUEIREDO; CAVALCANTI, 2004; RAMOS, 2005; PALMIERI, 2006; QUEIROZ, 2006; SOUZA, 2007; VAREJÃO, 2008; ANDRADE et al., 2010; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; COSTA et al., 2010; RHODES, 2010; SILVA, 2010; LIMA E SILVA et al., 2013), ferro (JORDÃO et al., 1996; ANDRADE, 2003; RAMOS, 2005; SOUZA, 2007; LIMA, 2009; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; SILVA, 2010; RODRIGUES et al., 2014; LIMA, 2016), manganês (JORDÃO et al., 1996; ANDRADE, 2003; RAMOS, 2005; SOUZA, 2007; ANDRADE et al., 2010; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010; SILVA, 2010; SILVA, 2010; LIMA, 2016), alumínio (JORDÃO et al., 1996; RAMOS, 2005; BRASIL, 2006; SOUZA, 2007; VIOLA, 2008; ANDRADE et al., 2010; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010; LIMA, 2016), cádmio (JORDÃO et al., 1996; BORBA et al., 2000; BRASIL, 2006; VAREJÃO, 2008; LIMA, 2009; ANDRADE et al., 2010; LIMA E SILVA et al., 2013), cobre (BORBA et al., 2000; ANDRADE, 2003; VAREJÃO, 2008; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010; SILVA; 2010; LIMA, 2016), níquel (ANDRADE, 2003; VAREJÃO, 2008; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010), bário (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010; SILVA, 2010), cromo (JORDÃO et al., 1996; ANDRADE, 2003; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; ANDRADE et al., 2010;

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010 RHODES, 2010), cobalto (VAREJÃO, 2008; SILVA, 2010), chumbo (JORDÃO et al., 1996; BORBA et al., 2000; ANDRADE, 2003; SOUZA, 2007; VAREJÃO, 2008; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010; LIMA, 2016), mercúrio (BRASIL, 2006; PALMIERI, 2006; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; VEADO et al., 2008; VAREJÃO; BELLATO; FONTES, 2009; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; RHODES, 2010) e zinco (JORDÃO et al., 1996; BORBA et al., 2000; ANDRADE, 2003; BRASIL, 2006; QUEIROZ, 2006; VAREJÃO, 2008; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010 RHODES, 2010), além de outros elementos como enxofre (LIMA, 2009), compostos como fosfato (ANDRADE, 2003; SOUZA, 2007; VIOLA, 2008; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; LIMA, 2016), elementos com propriedades radioativas como tório, urânio (QUEIROZ et al., 2017), hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (SOUZA, 2007; LIMA, 2008), sulfetos (PARREIRAS, 2014b; LIMA, 2009; SILVA, 2010), fenóis e cianetos (BORBA et al., 2000; ANDRADE et al., 2010; PARREIRAS, 2014a; LIMA, 2016), bem como compostos provenientes de diferentes atividades industriais e agropastoris, como, por exemplo, benzeno, tolueno, 2,4,6-tris(1,1- dimetiletil)-fenol, entre outros (VIOLA, 2008). Muitos desses elementos, especialmente metais, foram encontrados por alguns autores em amostras de água e/ou sedimentos, pelo menos, 20% fora dos limites estabelecidos pela legislação brasileira (VIOLA, 2008; MORAIS, 2009; GUEDES et al., 2015; LIMA, 2016), especialmente nas sub-bacias do rio Suaçuí Grande e do rio Caratinga (DO4 e DO5), seguidas das sub-bacias do rio Piranga e Piracicaba (DO1 e DO2), as quais foram consideradas as mais degradadas (BRASIL, 2006; LIMA, 2016). Na porção capixaba, a porção baixa da bacia, destaca-se a contaminação por metais, óleos e graxas, fenóis e detergentes (BRASIL, 2006).

O rio Piracicaba, que é um dos principais afluentes e formadores do rio Doce, é considerado um dos mais contaminados da bacia. Toda a extensão dess rio é marcada pelo elevado conglomerado urbano e massivo de reflorestamento por monocultura de eucaliptos, além de um conjunto variado e expressivo de indústrias dos mais variados ramos (siderurgia, mineração, celulose), apresentando, desse modo, elevada contaminação por esgoto e efluentes de atividade minerária e de siderurgia, além de assoreamento e carga difusa, preservando apenas 37% de suas condições naturais (JORDÃO et al., 1996; QUEIROZ, 2006; GUIMARÃES, 2007; VIOLA, 2008; MORAIS, 2009; LIMA, 2009; ANDRADE et al., 2010; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; SILVA, 2010; PARREIRAS, 2014b; QUEIROZ et al., 2017). Segundo Morais (2009), de trinta e cinco indústrias alocadas na bacia do rio Doce, dezenove estão localizadas na sub-bacia do rio Piracicaba e, destas, apenas quatro em conformidade com a legislação no quesito lançamento de efluentes. Assim, nesse rio, vários dos parâmetros de qualidade de água superam, e muito, o estabelecido pelo CONAMA nº 357/2005, apresentando, por exemplo, sulfetos (1400%) e manganês (112%) acima da legislação (PARREIRAS, 2014b). Além disso, ocorrem no rio Piracicaba alguns elementos, dotados de radioatividade, em quantidade muito superior ao esperado para o tipo de formação pedológica local, como o tório e urânio (QUEIROZ et al., 2017). Do mesmo modo que para as amostras de água, em amostras de sedimentos as concentrações de metais-traço também se encontram fora dos limites estabelecidos pela legislação (CONAMA nº 354/2012), com destaque às elevadas concentrações de arsênio, cádmio, cobre, cromo, níquel, manganês e zinco. Dessa maneira, este é enquadrado como apresentando qualidade ambiental muito baixa (LIMA, 2009; SILVA, 2010).

Do mesmo modo, com alguns parâmetros fora da legislação, estão os rios do Carmo e Piranga, também formadores do rio Doce. O rio do Carmo recebeu resíduos de garimpo de minas de ouro lançados diretamente em sua calha durante anos (RAMOS, 2005; COSTA et al., 2010) apresentando, ainda hoje, elevadas concentrações de arsênio, mercúrio, cádmio, cobre, chumbo e zinco (BORBA et al., 2000; PALMIERI; LEONEL, 2000; BORBA; FIGUEIREDO; CAVALCANTI, 2004; RAMOS, 2005; PALMIERI, 2006; VAREJÃO; BELLATO; FONTES, 2009; COSTA et al., 2010; CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; LIMA E SILVA et al., 2013), além de sofrer outros impactos resultantes da exploração do minério de ferro, como degradação do solo, por exemplo (CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME, 2010; SILVA, 2010). Além disso, ribeirões formadores desse rio também apresentam elevadas concentrações de metais e outros elementos, como HPAs, contribuindo para a degradação deste (SOUZA, 2007), o qual foi considerado como fortemente impactado (VIOLA, 2008). O rio Piranga, por sua vez, apresentou, na região denominada de Ponte Nova, 23% de ferro dissolvido e 52% de manganês, num total acima do estabelecido pelo CONAMA nº 357/2005. Quando alcança os municípios de Ipaba e Perpétuo Socorro, o rio Piranga recebe, ainda, efluente das indústrias de celulose, fazendo com que os limites de cianeto também ultrapassem 20% dos limites estabelecidos pela legislação (PARREIRAS, 2014a). Além destes, o rio Gualaxo do Norte também apresentou elevadas concentrações de metais (Al, As, Ba, Co, Cr, Cu, Fe, Hg, Mn, Ni, Pb, Sr, Ti, Zn e Zr), especialmente ferro (Fe) (RODRIGUES et al., 2014), mercúrio (Hg) e arsênio (As) (RHODES, 2010) e, principalmente, em amostras de sedimentos. No entanto, no período de seca (inverno), as concentrações de Hg na água também ultrapassam, significativamente, o estabelecido pela legislação CONAMA nº 357/2005 (RHODES, 2010).

Com relação à presença e concentrações de HPAs, Lima (2008), em seu estudo nos rios Piracicaba e Doce, verificou a ocorrência, em amostras de água de oito pontos desses rios, de 16 HPAs (naftaleno, acenafteno, acenaftileno, fluoreno, fenantreno, antraceno, fluoranteno, pireno, benzo[a]antraceno, criseno, benzo[b]fluoranteno, benzo[k]fluoranteno, benzo[a]pireno, dibenzo[a,h]antraceno, benzo[g,h,i]perileno, indeno[1,2,3,cd]pireno). Todos os HPAs avaliados foram encontrados nas amostras de água dos rios avaliados. Porém, apenas benzo[a]pireno e criseno se encontravam em concentrações acima da permitida pela legislação ambiental e, ainda, somente no período chuvoso (verão) onde, segundo o estudo, as chuvas favorecem a contaminação dos rios, uma vez que trazem consigo materiais particulados da atmosfera e do solo. Do mesmo modo, Souza (2007) identificou a presença de 11 HPAs (naftaleno, acenaftaleno, fluoreno, fenantreno, antraceno, fluoranteno, pireno, criseno, benzo[b]fluoranteno, benzo[k]fluoranteno, benzo[a]pireno), em amostras de sedimento do Ribeirão do Funil, formador do rio do Carmo, região de Ouro Preto. Segundo o autor, a existência desses compostos nas amostras avaliadas em concentrações tão elevadas quanto às encontradas corrobora a influência de diferentes ações antrópicas na geração desses elementos, com destaque para as diferentes indústrias existentes na região.

Apesar do histórico de deposição e ocorrência de diferentes compostos na bacia hidrográfica do rio Doce, os quais são potencialmente tóxicos à biota aquática, raros foram os estudos realizados para avaliar a saúde dos organismos aquáticos presentes na área de estudo antes do comprometimento desta pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão (JORDÃO et al., 1996; PALMIERI; LEONEL, 2000; ANDRADE, 2003; RAMOS, 2005; PALMIERI, 2006; QUEIROZ, 2006; VEADO et al., 2008; ARANTES et al., 2009; MORAIS, 2009;

ANDRADE et al., 2010). Estudos ecotoxicológicos, com a utilização de diferentes biomarcadores e que avaliaram os danos decorrentes da contaminação em diferentes níveis de organização biológica, são inexistentes. Todos os estudos encontrados são químicos, ou seja, determinaram apenas a presença, concentrações e/ou acúmulo de metais pesados em todo o animal ou em tecido específico de peixes da região. Apenas dois desses estudos avaliaram os efeitos de alguns desses metais sobre peixes e, ainda assim, apenas através de análises histopatológicas (ANDRADE, 2003; MORAIS, 2009). Além disso, somente o estudo de Palmieri (2006) avaliou o acúmulo de metais em anfíbios. A grande maioria desses estudos foi realizada, especificamente, no rio Piracicaba, principal formador do rio Doce (JORDÃO et al., 1996; QUEIROZ, 2006; VEADO et al., 2008; ARANTES et al., 2009; MORAIS, 2009; ANDRADE et al., 2010). E, entre esses estudos, a espécie de maior ocorrência foi *Geophagus brasiliensis* (Figura 68; ANDRADE, 2003; RAMOS, 2005; QUEIROZ, 2006; VEADO et al., 2008; ARANTES et al., 2009; MORAIS, 2009; ANDRADE et al., 2010), talvez por sua abundância, mas, certamente, devido ao seu hábito alimentar omnívoro e comportamento territorialista e relativamente sedentário, não migratório (QUEIROZ, 2006; ARANTES, 2009; ANDRADE et al., 2010), os quais favorecem estudos de avaliação de bioacumulação, principal foco das pesquisas realizadas.

Figura 68 – Imagem representativa de um espécime de *Geophagus brasiliensis*.



Fonte: Froese e Pauly (2017).

Jordão et al. (1996) determinaram as concentrações de alumínio (Al), ferro (Fe), manganês (Mn), zinco (Zn), cromo (Cr), cádmio (Cd), níquel (Ni), chumbo (Pb) e molibdênio (Mo) em *Astyanax* sp., isto é, em organismos inteiros coletados em quatro pontos ao longo do rio Piracicaba. Embora todos os elementos tenham sido encontrados nos espécimes amostrados, apenas as concentrações de Cr estavam fora do limite, cerca de 50 vezes acima do permitido para consumo humano, assim como acima do determinado para a mesma espécie em uma área controle.

Palmieri e Leonel (2000) determinaram as concentrações de metilmercúrio (MeHg) em exemplares de peixes *Astyanax* sp., *Hoplias malabaricus* e *Rhamdia* sp. obtidos no rio do Carmo. Os autores identificaram que os peixes apresentavam elevadas concentrações de MeHg, especialmente se comparados ao valor máximo permitido pela legislação (0,5 µg/g) aplicada para pescado (BRASIL, 1998).

Andrade (2003) determinou as concentrações de Zn, Mn, Fe, Ni, Pb, Cr, Cd e cobre (Cu) em fragmentos musculares 16 espécies de peixes (*Astyanax bimaculatus*, *A. scabripinnis*, *Geophagus brasiliensis*, *Gymnoyus carapo*, *Hoplias lacerdae*, *H. malabaricus, Hoplosternum litoralle, Hypostomus affinis, Leporinus* sp*., L. copelandi, Loricariichthys castaneus, Oligosarcus argenteus, Paraochenipterus striatulus, Pygocentrus nattereri, Rhamdia quelen, Tilapia rendalli*), que ocupam diferentes nichos tróficos (bentófaga, detritívora, insetívora, carnívora e onívora), em seis rios da porção média da bacia hidrográfica do rio Doce. As espécies *A. bimaculatus, G. brasiliensis, Leporinus* sp., *H. affinis* e *R. quelen*, coletadas exatamente no rio Doce, apresentaram elevadas concentrações de Zn, Fe, Ni, Pb, Cr e Cd, tanto no período chuvoso quando no período seco (estações de verão e inverno, respectivamente). Tais concentrações foram superiores às encontradas na água e sedimento pelo referido autor e, também, consideradas acima do estabelecido pela legislação ambiental. O autor sugere a ocorrência de bioacumulação e, até mesmo, biomagnificação (acúmulo progressivo via cadeia trófica) nos peixes desse ponto, especialmente, nos bentófagos, insetívoros e omnívoros. Adicionalmente, o autor evidenciou a ocorrência de lesões histopatológicas, especificamente, fusão de lamelas secundárias nas brânquias de exemplares de *R. quelen*, acompanhado do aumento no número de células mucosas e de cloreto, indicando prejuízos osmorregulatórios para a espécie em decorrência da contaminação existente.

Ramos (2005) avaliou a presença de 13 metais essenciais e não essenciais (Al, As, Ca, Cd, Cr, Cu, Fe, Hg, Mg, Mn, Ni, Pb e Zn) em amostras de água, sedimento, vísceras e fragmentos musculares de peixes das espécies *Astyanax scabripinnis* e *Geophagus brasiliensis* coletadas no

ribeirão do Carmo e afluentes, região do Quadrilátero Ferrífero. O autor identificou elevadas concentrações de Al, Fe, Mn, As e Hg nas amostras de água e sedimentos dos pontos avaliados, as quais encontravam-se acima da legislação brasileira (BRASIL, 2005; 2012, respectivamente). No entanto, é válido ressaltar que para as amostras de água as concentrações de As e Hg estavam, inclusive, acima da legislação pertinente quanto à potabilidade da água, especialmente na estação chuvosa. Corroborando os resultados das análises de água e sedimentos, os tecidos das espécies de peixes analisadas também indicaram a presença de As e Hg em elevadas concentrações, refletindo a elevada carga de contaminação presente no ribeirão do Carmo e afluentes.

Palmieri (2006) identificou a presença, biodisponibilidade e a bioacumulação de Hg, metilmercúrio (MeHg), As, antimônio (Sb) e selênio (Se) em peixes das espécies *Astyanax* sp. (lambari; omnívoro), *Cichlasoma* sp. (acará; iliófago), *Hoplias malabaricus* (traíra; piscívoro), *Trichomycterus brasiliensis* (cambeva; bentônico/detritívoro), *Tilapia nigra* (tilápia; omnívoro), *Hypostomus* sp. (cascudo; omnívoro), *Geophagus brasiliensis* (acará; iliófago) coletados no ribeirão do Carmo em comparação aos peixes coletados na Estação Ecológica do Tripuí (EET, área-controle). Além disso, a autora avaliou sete espécies de anfíbios, as quais foram obtidas apenas na EET: *Hyla albopunctata*, *Hyla minuta*, *Hyla faber* (arborícola/insetívoro), *Scinax* sp., *Physalaemus cuvieri*, *Leptodactylus ocellatus* (semi-aquático/insetívoro), *Bufo crucifer* (terrestre/insetívoro). Entre as espécies de peixes coletadas no rio do Carmo, *H. malabaricus* foi a que apresentou as maiores concentrações de Hg total (0,34 µg/g), enquanto *Astyanax* sp. e *Hypostomus* sp. apresentaram concentrações de 0,27 e 0,21 µg/g, respectivamente, indicando que a espécie piscívora tem acumulado mais Hg que as espécies herbívora e omnívora. Apesar disso, em todos os peixes avaliados as concentrações estavam abaixo do permitido para consumo humano segundo a legislação brasileira (0,5 µg/g). No entanto, quando foram comparados os resultados desses peixes aos *Cichlasoma* sp. (0,15 µg/g) coletados na EET, os resultados se mostram superiores aos estabelecidos na literatura para uma área controle (0,2 µg/g), corroborando a existência de contaminação para o rio do Carmo. Apesar disso, os peixes *T. brasiliensis,* também coletados na EET, apresentaram concentrações de Hg total acima do permitido pela legislação, mesmo tendo sido coletados em área controle. Tais resultados obtidos podem ter relação com o hábito alimentar das espécies (detritívoro/bentônico) que as coloca em maior contato com o sedimento e, consequentemente, com o Hg, naturalmente disponível na área estudada. Ainda, segundo a autora, os resultados obtidos permitem concluir que os peixes do ribeirão do Carmo estão bioacumulando Hg na forma de metilmercúrio (MeHg), uma vez que a razão MeHg/Hg foi elevada em lambaris (93,5%), cambeva (95,2%), acará (93,7%) e traíra (95,3%). Entre todos os pontos e espécies de peixes avaliados, apenas no ponto PT1 e nos peixes cambeva as concentrações de As foram elevadas (2,0 µg/g) e, inclusive, superiores ao estabelecido pela Portaria nº 685 para pescados (1,0 µg/g; BRASIL, 1998). Apesar das elevadas concentrações de As encontradas nos sedimentos dos pontos amostrais, não foi identificada bioacumulação nos peixes amostrados. Com relação ao antimônio e selênio, todas as concentrações apresentaram limites inferiores ao limite máximo tolerável para alimentos, indicando ausência de bioacumulação. Ao avaliar os anfíbios, a autora constatou que todas as espécies apresentaram, de modo geral, baixas concentrações de Hg, MeHg e Se (< 0,25 µg/g). Os resultados obtidos para Hg indicam ausência de acumulação desse elemento. Apesar disso,

as maiores concentrações foram encontradas para a espécie *L. ocellatus*, enquanto as menores concentrações foram encontradas para a espécie *H. albopunctata*. Tais resultados podem estar relacionados aos hábitos de vida e alimentar das espécies. Os resultados obtidos para MeHg, por sua vez, indicam acúmulo de metilmercúrio nos anfíbios, uma vez que as razões (Hg/MeHg) estiveram na faixa de 56,7-79,5%. Em contrapartida, as concentrações de As e Sb ficaram abaixo dos limites de detecção do método utilizado.

Queiroz (2006) determinou a concentração de arsênio (As), cromo (Cr), mercúrio (Hg) e zinco (Zn) em amostras de água, sedimento e músculos de peixes da espécie *Geophagus brasiliensis* obtidos de quatro diferentes pontos no rio Piracicaba nas estações de verão e inverno. Todos os elementos avaliados nas amostras musculares de *G. brasiliensis* apresentaram concentrações elevadas, ou seja, acima do estabelecido pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 1998). As concentrações de As determinadas para fragmentos musculares de *G. brasiliensis* estavam elevadas em todos os pontos de coleta, no entanto, no ponto P1 (Fonseca) estas estavam, inclusive, maiores que as concentrações determinadas em água e sedimento. As concentrações musculares de Cr também ultrapassaram o estabelecido pelo Ministério da Saúde e, também, com valores acima das determinadas na água e sedimento do ponto P4 (Ipatinga). Do mesmo modo, as concentrações de zinco também ultrapassaram os limites máximos tolerados para todos os pontos avaliados, porém, com concentrações ainda maiores no ponto P1, quando comparado aos demais pontos avaliados. As concentrações de Hg foram as que estiveram significativamente mais altas e, consequentemente, muito fora do limite máximo tolerável de acordo com a legislação (entre 50 e 268% acima do estabelecido). Os resultados obtidos corroboram o elevado grau de deterioração ambiental, colocando esse rio em desacordo com a classificação deste (classe 3) na legislação brasileira (BRASIL, 2005). Adicionalmente, indicam bioacumulação, bem como a possibilidade de ocorrer biomagnificação, uma vez que esses peixes, comumente consumidos pela população, estão comprometidos pela presença de metais-traço.

Veado et al. (2008) verificaram, através da técnica de ativação neutra (em inglês *Neutron Activation Analysis* – NAA) a presença de diferentes elementos, como: Al, Mn, vanádio (V), arsênio (As), ouro (Au), sódio (Na), cobalto (Co), Cr, césio (Cs), Fe, Hg, tório (Th) e Zn em tecido muscular de peixes da espécie *G. brasiliensis* coletados em quatro pontos do rio Piracicaba. Os autores identificaram que, entre os elementos avaliados, apenas Hg se encontrava em concentrações muito acima (cerca de quatro vezes) das estabelecidas pela legislação ambiental, embora as amostras de água e sedimento avaliadas no mesmo estudo tenham registrado elevadas concentrações de outros elementos.

Arantes et al. (2009) identificaram em tecido muscular de peixes da espécie *G. brasiliensis*, coletados em quatro pontos do rio Piracicaba, elevada concentração de mercúrio (Hg). Segundo os autores, as concentrações de Hg encontradas indicam bioacumulação, a qual pode estar relacionada ao fato dessa espécie de peixe ter hábito territorialista, não migratório e ser omnívora. Essa bioacumulação, e até mesmo biomagnificação, seria favorecida pela redução das concentrações de Hg na coluna d'água e consequente deposição desse elemento no sedimento. A associação de Hg com a grande quantidade de sólidos suspensos presentes na área facilita a sedimentação deste e a absorção por organismos que fazem parte da dieta de *G. brasiliensis*. Ainda segundo os autores, a reduzida concentração de Hg na água pode refletir o processo de metilação, de ocorrência comum para esse metal em condições

ambientais favoráveis como a apresentada pelo rio Piracicaba (grande quantidade de matéria orgânica, altas temperaturas e pH entre ácido e neutro). Quando convertido à forma de metilmercúrio, a toxicidade desse elemento é ainda mais alta para a biota aquática.

Morais (2009), por sua vez, avaliou as concentrações de Al, Cd, Cr, Cu, Mn, Ni, Pb e Zn em tecidos branquial, hepático, muscular e gonadal (testículo e ovários) e os danos histopatológicos causados pela presença desses elementos em brânquias, fígado e gônadas de *Astyanax bimaculatus* e *G. brasiliensis* coletados no rio Piracicaba. Os resultados encontrados demonstram bioacumulação desses elementos, bem como elevada toxicidade caracterizada pelo grande número de lesões branquiais, hepáticas e testiculares. Adicionalmente, segundo o autor, tais resultados corroboram o comprometimento da qualidade da água desse afluente do rio Doce, e sinaliza para a piora dessas condições no inverno, período seco do ano. Desse modo, esperam-se efeitos mais significativos para a biota nesse período.

Andrade et al. (2010) determinaram as concentrações de As, Cr e Hg em fragmentos musculares do peixe *G. brasiliensis* obtidos em quatro pontos amostrais, também no rio Piracicaba. Os autores identificaram que as concentrações dos elementos avaliados estavam muito acima das concentrações determinadas na coluna d'água dos pontos amostrados. De acordo com os autores, o hábito alimentar omnívoro da espécie favorece a acumulação de metais nesses organismos, corroborando a ocorrência de degradação do rio.

4.4.4.2 Foz do rio Doce

A região da foz do rio Doce, por sua vez, fica localizada no distrito de Regência Augusta, no município de Linhares, o qual é situado 129 km ao norte de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Nessa região, o rio Doce representa o principal manancial. O delta do rio Doce estende-se sobre os municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Linhares e Aracruz, apresenta uma área de 2500 km^2 e é o mais importante da costa brasileira (TEIXEIRA, 2010; POLIZEL; ROSSETTI, 2014; APRILE; LORANDI; SIQUEIRA, 2016). A região possui características de delta destrutivo, com um único canal sem meandros ou afluentes, e com formação de ondas suficientemente fortes para transportar para o oceano grandes quantidades de material depositado na desembocadura do rio principal. A maior parte dos sedimentos existentes na foz não é originária do processo erosivo da região, mas sim do transporte fluvial do rio Doce, o qual carreia grande quantidade de sedimento proveniente de diferentes atividades antropogênicas ao longo do curso do rio, especialmente do médio rio Doce, entre o estado de Minas Gerais e o Espírito Santo (POLIZEL; ROSSETTI, 2014; APRILE; LORANDI; SIQUEIRA, 2016). A área apresenta diferentes ecossistemas, sob uma intensa influência marítima: mangues, vegetação de restinga, rios e riachos, lagoas temporárias, lagoas permanentes, lagunas, restingas e planície de inundação e brejos (TEIXEIRA, 2010).

Embora o baixo curso do rio Doce seja mais conservado em relação ao alto e médio curso desse rio, este passou por um intenso processo de ocupação, transformação e interferências diretas no canal principal, como, por exemplo, a transposição do rio Doce, junto à sua foz, para o abastecimento de uma indústria de papel e celulose, alterando as características naturais do rio nessa região (BRASIL, 2006; TEIXEIRA, 2010; LEONARDO et al., 2017). Além disso, essa porção da bacia já apresenta claros sinais dos impactos causados pelas atividades antropogênicas, sendo que o mais marcante desses impactos é o assoreamento, mas também a presença de elevadas concentrações de poluentes provenientes de Minas Gerais (FIGUEIREDO et al., 2014). De modo geral, a faixa costeira da foz do rio Doce apresenta uma extensa área alterada por atividades de mineração, agricultura, construção de canais para drenagem de água e reflorestamento. Entre as principais fontes de degradação dos recursos hídricos, em toda a área da foz do rio Doce, estão as elevadas cargas de esgoto doméstico, efluentes industriais e efluentes e resíduos da atividade agropecuária, uso de fertilizantes, contaminação proveniente da queima de combustíveis fósseis, metais pesados, derivados de petróleo, chorume e suinocultura (FIGUEIREDO et al., 2014; APRILE; LORANDI; SIQUEIRA, 2016; LEONARDO et al., 2017). Quanto aos derivados de petróleo, é válido indicar que na localidade de Regência há oleodutos, gasodutos e poços perfurados por uma grande empresa petroleira. Nessa região, há um registro de um grande vazamento de óleo na margem sul do rio Doce, na comunidade de Areal, em meados da década de 1980 (LEONARDO et al., 2017).

Em um estudo de avaliação da qualidade da água do "Vale do Suruaca", localizado no lado norte da foz do rio Doce, Lani et al. (2009) identificaram elevados teores de chumbo, fósforo e alumínio. Além disso, a água dessa porção possui salinidade extremamente alta (com teores de sódio muito acima ao contido na água do mar) e elevada acidez. Segundo os autores, a água de salinidade elevada e com altos teores de chumbo e alumínio é proveniente de lagoas presentes na região, as quais são abastecidas com resíduos industriais de uma grande

empresa petroleira que, periodicamente, devido às cheias do rio Doce, extravasam contaminando toda a área. Ainda, segundo os autores, a ocorrência de elevados níveis de fósforo é decorrente do uso de adubos em plantações de arroz, dos sedimentos ferríferos provenientes do rio Doce, além de resíduos domésticos e industriais lançados inadequadamente no rio Doce. Desse modo, a foz do rio Doce reflete não somente o uso das águas e solos pelas comunidades e indústrias do entorno, mas também as características de todos os rios de sua bacia de drenagem. Assim, a região da foz do rio Doce foi caracterizada como degradada e considerada como uma área prioritária para a conservação da biodiversidade, especialmente, porque esta abriga uma ampla área estuarina a qual, coincidentemente, apresenta grande importância ecológica (BRASIL, 2006; TEIXEIRA, 2010).

Estuários caracterizam-se como áreas semifechadas de livre conexão com o mar e que sofrem constantes diluições pelas águas continentais. Podem ser considerados como regiões de transição ou ecótonos, pois muitas de suas características os tornam únicos, tais como seus atributos físicos e biológicos (ODUM, 1983; DAY JR et al., 1989; RICKLEFS, 2003). Os nutrientes trazidos pelos rios, em conjunto com os sedimentos e nutrientes do fluxo marinho, aliados à tendência desses ambientes serem de áreas rasas, contribuem para uma elevada produtividade biológica, proporcionando, dessa forma, condições para o desenvolvimento e criação de diversas espécies. A região estuarina pode ser considerada como o ambiente mais produtivo do planeta (ODUM, 1983; RICKLEFS, 2003). Atua, ainda, como berçário, criadouro e refúgio, abrigando várias espécies de peixes em diversos períodos dos seus ciclos de vida. Beneficia peixes juvenis pela abundância de nutrientes ou, ainda, pela proteção contra predadores fornecida pelas plantas vasculares, as quais também participam da criação de um ambiente altamente favorável para a reprodução (VENDEL; CHAVES, 2001; SPACH; SANTOS; GODEFROID, 2003).

Além disso, correspondem a áreas de grande utilização e importância social e econômica para a espécie humana. Nesse aspecto, apresentam importância significativa como vias de acesso para atividades portuárias, instalação de indústrias, extração de areia, pesca, atividades recreativas, entre outras (NEVES, 2014). Desse modo, não há nas regiões tropicais e subtropicais estuários em condições naturais, a grande maioria sofre influência de ações antropogênicas. Em decorrência dessas ações, muitos estuários apresentam alteração de *habitat*, estrutura e dinâmica das comunidades bióticas. Além disso, as espécies que ali residem entram em contato com a contaminação tanto proveniente das atividades antrópicas quanto com os diversos compostos carreados naturalmente dos rios para o mar (CAGNIN, 2013; NEVES, 2014; NIENCHESKI, 2014). Devido aos estuários serem localizados em áreas rasas, onde a circulação local só permite a diluição parcial dos poluentes, estes produzem efeitos tóxicos sobre a fauna afetando o equilíbrio ecológico (CAGNIN, 2013).

Três diferentes espécies de robalo (*Centropomus undecimalis*, *C. parallelus* e *C. ensiferus*) ocorrem na região estuarina de Regência. Entre estas, a espécie *C. parallelus* (Figura 69) é a mais abundante e comum (JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; BARROSO et al., 2007; SOUZA et al., 2013). Para essas espécies de peixes, a região estuarina é essencial, pois estes são considerados como residentes em estuários (RODRIGUES, 2005; SOUZA et al., 2013). Especialmente, durante o período reprodutivo, buscam e utilizam a foz dos rios e estuários para acasalamento e desova (RODRIGUES, 2005; BARROSO et al., 2007; CAGNIN, 2013). Robalos foram considerados os peixes de maior importância comercial para os pescadores do

litoral do estado do Espírito Santo, especialmente para pescadores artesanais (RODRIGUES, 2005; BARROSO et al., 2007; CAGNIN, 2013). Devido a isso, as espécies do gênero *Centropomus* foram consideradas sobre-explotadas na região da foz do rio Doce, onde já apresentam estoques bastante reduzidos (BARROSO et al., 2007).

Figura 69 – Imagem representativa de um espécime de *Centropomus parallelus*.



Fonte: Froese e Pauly (2017).

Apesar da relevância das diferentes fontes de contaminação já registradas e da relevância ecológica da área estuarina associada à foz do rio Doce, até o presente momento não foram encontrados estudos de ecotoxicologia nessa região, entenda-se, especificamente, Regência, distrito de Linhares no Espírito Santo. Os estudos ecotoxicológicos encontrados para a porção marinha-estuarina do estado foram realizados, em sua maioria, na região de Vitória, a qual é impactada por diferentes fontes antrópicas (JESUS et al., 2004; JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; SOUZA et al., 2013), especialmente metais provenientes de diferentes fontes como efluentes urbanos e industriais, erosão e intemperismo de rochas e solos que compõem as bacias hidrográficas, e lixiviação de áreas contendo sucatas metálicas (JESUS et al., 2004). Além disso, em boa parte desses estudos, *C. parallelus* foi utilizada como espécie bioindicadora devido a sua relevância para a população, mas também em decorrência de sua íntima relação com o ambiente estuarino e de seu hábito alimentar carnívoro, que a posiciona no topo da cadeia alimentar aquática e a coloca em uma posição-chave da cadeia trófica, onde qualquer perturbação na população dessa espécie acarretaria um distúrbio do ecossistema com um todo (JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; RODRIGUES, 2005; CAGNIN, 2013; SOUZA et al., 2013). Desse modo, o uso dessa espécie permite avaliar não somente a presença e/ou influência de metais pesados sobre a saúde desta como de toda a biota local, além de permitir a avaliação de processos de biomagnificação. É válido ressaltar que embora os estudos tenham sido desenvolvidos na região de Vitória, estes são importantes devido à capacidade migratória da espécie (JOYEUX; CAMPANHA FILHO; JESUS, 2004; RODRIGUES, 2005; BARROSO et al., 2007; SOUZA et al., 2013).

Joyeux, Campanha Filho e Jesus (2004) compararam a bioacumulação de metais (Cd, Cr, Cu, Pb, Zn) em tecido muscular de duas espécies com hábitos alimentares distintos: *Centropomus* spp. (robalo, espécie carnívora) e *Mugil* spp. (tainha, espécie detritívora). Os autores identificaram uma correlação positiva entre as concentrações dos metais Cd, Cr, Cu e Zn e o tamanho e peso dos exemplares de robalo, ou seja, aumento nas concentrações de metais proporcionais ao aumento do tamanho e peso dos animais, desse modo, quanto maiores os animais, maiores as concentrações de metais acumuladas. Além disso, as

concentrações de Cd e Pb foram maiores em tainhas que em robalos, enquanto que para Zn o resultado foi inverso, cerca de duas vezes maior em robalos que em tainhas. As concentrações de Cd e Pb foram maiores no verão que no inverno. Entre os metais determinados, apenas Cr apresentou concentrações acima das permissíveis para consumo humano, de acordo com a legislação brasileira.

Em um estudo bastante detalhado, Souza et al. (2013) utilizaram a espécie *C. parallelus* como bioindicador para avaliação da presença e influência de metais e metaloides (Al, Cr, Mn, Fe, Ni, Cu, Zn, As, Se, Ag, Cd, Hg, Pb) sobre a saúde da biota de dois estuários do litoral do Espírito Santo, os estuários de Vitória e Santa Cruz, os quais apresentam diferentes fontes de poluição. Em ambos os estuários avaliados a concentração de metais e metaloides encontrada na água e sedimentos foi significativamente alta, embora o estuário de Vitória apresente concentrações um pouco mais elevadas, compatíveis com impactos antropogênicos mais severos na região. Do mesmo modo, elevadas concentrações de metais foram encontradas em tecido muscular de *C. parallelus* obtidos nas regiões avaliadas. No entanto, as concentrações de As e Hg foram significativamente maiores no tecido muscular de *C. parallelus* que na água e sedimento. Tais concentrações foram, inclusive, muito superiores às estabelecidas para consumo humano. Esses resultados indicaram biomagnificação desses elementos, compatíveis com os hábitos alimentares e de vida da espécie. Adicionalmente, os autores identificaram que os contaminantes presentes na região não causaram danos genéticos significativos, ou seja, possuem baixo potencial mutagênico. No entanto, outras alterações fisiológicas e bioquímicas foram identificadas. Os exemplares *C. parallelus* obtidos dos dois estuários avaliados apresentaram lesões histopatológicas e alterações em funções enzimáticas das brânquias, no entanto, sem prejuízos significativos ao funcionamento desse órgão. Por outro lado, as determinações realizadas no fígado indicaram alterações histopatológicas severas, como, por exemplo, morte celular. Tais alterações prejudicam o funcionamento desse órgão, levando à inibição de enzimas de biotransformação e, consequentemente, reduzindo a capacidade de defesa do organismo diante do estresse oxidativo causado comumente por metais.

Cagnin (2013) avaliou a toxicidade do arsênio (elemento de ocorrência comum e em elevadas concentrações nos estuários do estado do Espírito Santo) sobre as respostas de defesa ao estresse oxidativo de juvenis de *C. parallelus* em salinidades de 5 e 25 psu. As concentrações testadas no estudo (1,25 e 2,5 mg/L) causaram drásticos prejuízos às respostas de defesa antioxidante da espécie, independentemente da salinidade. Juvenis de robalos apresentaram inibição das principais enzimas de defesa, catalase e superóxido dismutase (CAT, SOD), além de prejuízos em funções neurológicas, verificado pela inibição da enzima acetilcolinesterase (AchE). Adicionalmente, os animais apresentaram aumento no dano lipídico (TBARS) e redução no consumo de oxigênio, refletindo alterações no metabolismo energético. Embora esse estudo tenha sido realizado exclusivamente em laboratório, o uso de um elemento reconhecidamente tóxico e, de ocorrência comum na região, nos ajuda a conhecer as respostas de uma espécie representativa e de grande interesse para a população local. Além disso, os espécimes utilizados nesse estudo foram obtidos de uma fazenda de cultivo localizada na região de Linhares. Assim, mesmo em concentrações diferentes das testadas no estudo, os animais podem estar expostos a esse elemento no ambiente natural.

Niencheski et al. (2014) avaliaram a concentração de metais (Cd, Cu, Cr, Hg, Pb, Zn) em tecidos corpóreos de peixes e invertebrados (ostras ou cracas) de quatro estados brasileiros (Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande) que sofrem elevada influência antrópica. Especificamente no estado do Espírito Santo, foram avaliados os estuários dos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim no distrito de Santa Cruz, município de Aracruz, utilizando como bioindicadores o peixe *Lutjanus synagris* e a ostra *Crassostrea gigas*. A determinação de metais-traço tanto em fígado quanto em músculo de *L. synagris* e em tecidos moles de *C. gigas* indicou acúmulo de cromo e zinco nessas espécies e em limites superiores ao permitido pela legislação.

Lagoas existentes na região

Lagoas costeiras são ecossistemas ecologicamente e economicamente importantes. Constituem interfaces entre zonas costeiras, águas interiores e águas costeiras marinhas e contribuem diretamente para a manutenção do lençol freático e para a estabilidade climática local e regional. Além disso, são consideradas importantes depositários de biodiversidade, tanto aquática quanto terrestre, bem como são dotadas de elevada produtividade primária contribuindo para a manutenção das cadeias alimentares aquáticas. Estas apresentam características ecológicas bastante particulares, dependentes não somente das influências naturais de suas bacias formadoras, mas também das influências antrópicas que sofrem (PEREIRA; MENDONÇA; ANDRADE FILHO, 2006; FERNANDES et al., 2009; SOUZA; FERNANDES, 2009). Do mesmo modo que os demais ecossistemas aquáticos de todo o mundo, as lagoas costeiras também vêm sofrendo alterações em suas características naturais em decorrência das intensas e diversas influências antrópicas (FERNANDES et al., 2009; SOUZA; FERNANDES, 2009).

No baixo rio Doce, região de Linhares, ocorrem inúmeras lagoas naturais, muitas delas formadas a partir de processos de transgressão e regressão marinhas sucessivas, como, por exemplo: Meio, Durão, Aviso, Juparanã, Nova, Palminhas, Palmas, Sabiá, Aguiar, Dentro, Suruaca, Bonita, Zacarias, Machado, Piaba, Piabanha, Parda e Cacimbas. Todas essas lagoas sofrem influências antrópicas sob as formas de exploração mineral e agropastoril de sua bacia de drenagem. Algumas delas, inclusive, recebem esgotos domésticos diretamente em suas águas (ESTEVES et al., 1995). Apesar disso, não há estudos ecotoxicológicos para estas. Os estudos encontrados foram realizados nas lagoas localizadas no litoral sul do estado, mais especificamente na lagoa Mãe-Bá, localizada na divisa dos municípios de Guarapari e Anchieta e na lagoa Jacuném, localizada no município de Serra.

A lagoa de Mãe-Bá é a segunda maior lagoa do estado, com área média de 4,9 km^2 e profundidade média de 1,9 m (PEREIRA; MENDONÇA; ANDRADE FILHO, 2006; FERNANDES et al., 2009; SOUZA; FERNANDES, 2009). A lagoa possui pequenos córregos afluentes, que apresentam limitada disponibilidade hídrica devido ao elevado estágio de degradação do solo e à construção de barragens. Esta não apresenta ligação com o mar, uma vez que teve seu canal de ligação fechado para a construção de uma rodovia. A água dessa lagoa apresenta múltiplos usos, como, por exemplo, abastecimento público e uso dos poços rasos pelas comunidades ribeirinhas para lazer e pesca. Porém, também é utilizada como receptora e diluidora de efluentes domésticos sem tratamento, além de efluentes industriais, em especial,

resíduos da barragem da empresa Samarco, unidade pelotizadora, denominada Barragem Norte (PEREIRA; MENDONÇA; ANDRADE FILHO, 2006; PEREIRA et al., 2008; FERNANDES et al., 2009; PEREIRA et al., 2010; PEREIRA; HATTUM; BROUWER, 2012). A conexão da barragem com a lagoa ocorre por meio de um barramento, que é aberto, em média, quatro vezes por ano por cerca de 72h. A vazão média do efluente da barragem é estimada em 150 m^3/h (PEREIRA; MENDONÇA; ANDRADE FILHO, 2006; FERNANDES et al., 2009). Devido a essas fontes poluidoras, Pereira et al. (2008), Pereira et al. (2010) e Pereira, Hattum e Brouwer (2012) estudaram a lagoa de Mãe-Bá quanto à presença de metais pesados e seus efeitos sobre a biota.

Pereira et al. (2008) avaliaram a biodisponibilidade e, consequentemente, a acumulação (determinada pela concentração) de metais potencialmente tóxicos Fe, Mn, Al, Cr, Zn, Cu, Ni, Pb, Cd, Hg, e As, em espécies de invertebrados *Pomacea haustrum*, *Melanoides tuberculata*, *Macrobrachium* sp. e *Ucides* sp. Segundo os autores, há uma clara diferença entre a absorção e acumulação de metais entre as espécies avaliadas. O gastrópode *M. tuberculata* concentrou mais Fe, Pb, Ni e Hg, enquanto o gastrópode *P. haustrum* concentrou mais Mn. Exemplares de camarões *Macrobrachium* sp. apresentaram elevadas concentrações de Cu. Essa lagoa apresenta grande número de metais complexados à matéria orgânica presente no sedimento, especialmente Cu (60%) e Ni (35%). Segundo os autores, o fato de os metais se complexarem à matéria orgânica reduz a disponibilidade destes e, consequentemente, a absorção e acumulação nos organismos avaliados. Nesse sentido, as características físico-químicas da lagoa contribuem para reduzir os níveis de metais na coluna d'água e sedimento (exceto Fe, Hg e As) e indiretamente reduz os prejuízos à fauna local.

Pereira et al. (2010) determinaram as concentrações de Fe, Mn, Al, Zn, Cr, Cu, Ni, Pb, Cd, Hg e As em amostras de sedimento e, de modo comparativo, em tecido muscular de *Pomacea haustrum*, *Melanoides tuberculatus*, *Macrobrachium* sp. e *Ucides* sp. (invertebrados) e em tecidos muscular, hepático e branquial de *G. brasiliensis*, *T. rendalli*, *Mugil liza*, *Cichla ocellaris*, *H. littorale*, *Trachelyopterus striatulus*, *R. quelen*, *H. malabaricus* (peixes) obtidos da lagoa de Mãe-Bá, no estado do Espírito Santo, para avaliação de bioacumulação. Os autores observaram que as concentrações de Fe, Cr, Ni, Pb, Cd foram consideravelmente maiores nas amostras de sedimentos que nos organismos avaliados, do mesmo modo, que as concentrações de Fe, Mn, Al, Zn, Cu, Cr, Ni, Pb e As foram maiores em invertebrados que em peixes. No entanto, mesmo que os peixes estejam acumulando esses elementos, não foi evidenciado biomagnificação. Além disso, as concentrações dos elementos avaliados foram bastante diferentes nos tecidos dos peixes amostrados: Fe, Cu e Zn foram significativamente maiores em fígado e brânquias quando comparados ao tecido muscular; Hg e Cd apresentaram maiores concentrações em fígado e músculo comparados às brânquias; Mn e Cr, por sua vez, concentraram-se mais em brânquias do que músculo e fígado. De modo geral, as espécies *H. littorale, R. quelen, H. malabaricus* e *C. ocellaris*, de hábitos comumente associados ao substrato, foram as que apresentaram as maiores concentrações dos elementos avaliados. Adicionalmente, entre todas as espécies de peixes amostradas, *H. malabaricus* foi a que apresentou a maior concentração de Hg. No entanto, embora as concentrações detectadas dos elementos avaliados sejam altas e compatíveis com locais contaminados por metais, estas não excederam os níveis máximos estabelecidos para consumo humano, conforme

concentrações estabelecidas em diferentes agências regulamentadoras nacionais e internacionais.

Pereira, Hattum e Brouwer (2012) encontraram uma correlação positiva entre as concentrações de Fe presentes no tecido hepático e os níveis de peroxidação lipídica e de retinoides (vitamina A), também hepáticos, em sete espécies de peixes (*G. brasiliensis, T. rendalli, M. liza, C. ocellaris, H. malabaricus, H. littorale* e *R. quelen*) coletados na lagoa de Mãe-Bá, no estado do Espírito Santo. Segundo os autores, essas espécies de peixes, que são expostas a efluentes de minérios de ferro na área estudada, mobilizam vitamina A de outros tecidos, aumentando os níveis dessa vitamina no fígado, como uma alternativa para protegê-lo e, consequentemente, reduzir danos oxidativos (= peroxidação lipídica) induzidos por metais nesse órgão.

A lagoa Jacuném apresenta área de 1,46 km^2, onde 48% dessa área fica cercada de bairros industriais e residenciais. Esta apresenta elevado estado de eutrofização em decorrência dos impactos causados pelo mau uso e ocupação do solo de sua bacia de drenagem, mas, especialmente, devido ao aporte de efluentes domésticos e industriais, os quais são lançados diretamente ou indiretamente na lagoa. Apesar disso, foi classificada, de acordo com a resolução CONAMA nº 357/2005, como pertencente à classe 2. A água dessa lagoa foi utilizada, até o fim de 1983, para abastecimento público, mas hoje, com o sistema de captação desativado, é utilizada apenas para lazer e pesca (SILVA; MENDONÇA, 1997; LEAL, 2006; DUARTE et al., 2012). Duarte et al. (2012) avaliaram a qualidade da água da lagoa Jacuném, bem como a potencialidade genotóxica e mutagênica desta, através do uso da espécie de peixe *Oreochromis niloticus* como bioindicadora. Os autores encontraram, por meio de análises físico-químicas da água, que a lagoa se encontra em elevado estado de degradação, corroborada pela elevada condutividade, concentração de clorofila-a, DBO, concentração de fósforo e de coliformes termotolerantes, assim como baixo nível de oxigênio. Adicionalmente, os resultados apontaram elevadas concentrações de alumínio e cádmio, acima das concentrações estabelecidas pela legislação, bem como elevado número de micronúcleos e grande perda da integridade do DNA da espécie de peixe avaliada. Segundo os autores, embora a qualidade da água da lagoa Jacuném seja considerada boa pelos órgãos ambientais competentes, apenas a integração entre a avaliação físico-química da água e o uso de marcadores citogenotóxicos permitiria identificar que as diferentes fontes de poluentes depositados direta ou indiretamente na lagoa, especialmente a ocorrência de metais-traço na água dessa lagoa, fazem com que esta apresente elevada capacidade genotóxica e mutagênica.

4.4.5 Considerações finais

A bacia hidrográfica do rio Doce é historicamente e reconhecidamente impactada por diferentes fontes de contaminação decorrentes de diversas ações antrópicas. Entre os principais contaminantes, estão os metais, resultantes do processo de mineração, e os hidrocarbonetos de petróleo, provenientes de diferentes processos industriais. Os rios da área de abrangência funcionam como canais receptores e transportadores de rejeitos e efluentes, o que faz com que a qualidade da água da bacia seja considerada bastante precária em toda sua cobertura geográfica. Apesar disso, toda a extensão da bacia hidrográfica do rio Doce carece de informações acerca dos problemas que envolvem o uso de suas águas, dos

impactos causados sobre as diferentes interferências humanas sobre a biota aquática, bem como de estudos que busquem a recuperação e preservação dos recursos naturais da região, especialmente os hídricos.

A maior parte dos estudos realizados na área de estudo compreende estudos químicos de caracterização da contaminação existente em amostras de água, sedimentos e tecidos de organismos, especialmente peixes. Avaliações ecotoxicológicas com a utilização de diferentes biomarcadores e para a avaliação de danos em diferentes níveis da organização biológica, ou seja, que relacionem a contaminação com o funcionamento metabólico e comportamento dos organismos, são inexistentes. Foram encontrados dez estudos, os quais avaliaram a presença e/ou a concentração de metais em peixes da região. A maior parte dos estudos foi realizada no rio Piracicaba, considerado um dos mais contaminados de toda a bacia, e utilizou, principalmente, a espécie *Geophagus brasiliensis*, devido seu hábito de vida relativamente sedentário e alimentação omnívora, que ampliam os riscos de acumulação de metais nesses organismos. Entre esses estudos, somente dois determinaram efeitos decorrentes da presença de metais sobre os peixes e, ainda assim, apenas através de avaliações histopatológicas, as quais indicaram comprometimento de brânquias, fígado e gônadas dos peixes avaliados. É válido ressaltar que houve um estudo que avaliou o acúmulo de metais em anfíbios, e identificou que mesmo os organismos capturados em uma região-controle (Estação Ecológica de Tripuí), longe da influência direta da extração mineral, apresentam elevadas concentrações de metilmercúrio, corroborando o impacto antrópico de diferentes ecossistemas na área de drenagem da bacia e, também, a necessidade de avaliações ecotoxicológicas no local.

No que diz respeito à foz do rio Doce, esta foi considerada como degradada e prioritária para a conservação da biodiversidade, uma vez que sofre a influência de diferentes fontes de contaminação, especialmente metais provenientes de diferentes fontes e, principalmente, da porção média do rio Doce. No entanto, não foram encontrados estudos ecotoxicológicos para o local até o acometimento da região pelo rejeito proveniente do desastre, embora seja uma região sensível e que abrigue uma área estuarina de grande importância ecológica, social e econômica. Os estudos ecotoxicológicos realizados concentraram-se na região de Vitória e buscaram avaliar tanto a presença quanto a concentração e efeitos de metais em exemplares de *Centropomus parallelus*, uma espécie de peixe residente de regiões estuarinas e que ocorre em todo o litoral do Espírito Santo, incluindo a área abrangida pela foz do rio Doce. Essa espécie, além de apresentar importância econômica para a população da região, apresenta hábito alimentar carnívoro. Assim, embora os estudos não caracterizem os impactos na área de influência direta da foz do rio Doce, o uso dessa espécie permite identificar efeitos de metais sobre a espécie, bem como sobre toda a biota, além de inferir sobre biomagnificação.

Na região do baixo rio Doce ocorrem, ainda, inúmeras lagoas naturais que também são economicamente e ecologicamente importantes e, assim como os demais ambientes aquáticos, refletem as diferentes pressões antrópicas sofridas por suas bacias de drenagem. Porém, os únicos estudos encontrados para esse tipo de ecossistema foram realizados nas lagoas Jacuném e Mãe-Bá, localizadas no litoral sul do estado do Espírito Santo. O único estudo encontrado para a lagoa Jacuném aponta que esta se encontra em estágio avançado de degradação, e que a água dessa lagoa apresenta elevada capacidade genotóxica e mutagênica.

Isso se deve ao fato de a lagoa receber diferentes tipos de poluente, especialmente metais, provenientes de efluentes domésticos e industriais despejados direta ou indiretamente nesta. Os estudos realizados na lagoa Mãe-Bá, por sua vez, determinaram a ocorrência, concentração, biodisponibilidade e acúmulo de metais tóxicos em invertebrados e vertebrados (peixes) presentes nessa lagoa e revelaram elevada contaminação por diferentes metais, bem como a acumulação desses elementos pelos animais, no entanto, ainda em concentrações toleradas pela legislação. Embora esses resultados não estejam relacionados diretamente à bacia hidrográfica do rio Doce, estes serão muito relevantes para a interpretação e correlação com os dados que serão obtidos pelo diagnóstico, uma vez que esta apresenta, como uma das principais fontes poluidoras, resíduos da barragem norte, unidade pelotizadora da Samarco, com características muito similares aos do rejeito da barragem de Fundão.

Referências

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABELL, R.; THIEME, M. L.; REVENGA, C., BRYER, M.; KOTTELAT, M.; BOGUTSKAYA, N.; COAD, B.; MANDRAK, N.; CONTRERAS BALDERAS, S.; BUSSING, W.; STIASSNY, M. L. J.; SKELTON, P.; ALLEN, G.R.; UNMACK, P.; NASEKA, A.; NG, R.; SINDORF, N.; ROBERTSON, J.; ARMIJOE; HIGGINS, J.V.; HEIBEL, T. J.; WIKRAMANAYAKE, E.; OLSON, D.; LÓPEZ, H. L.; REIS, R.E.; LUNDBERG, J.G.; SABAJ PÉREZ, M.H.; PETRY, P. Freshwater ecoregions of the world: a new map of biogeographic units for freshwater biodiversity conservatios. **BioScience**, v. 58, n. 5, p. 406-414, 2008.

ABILHOA, V.; BRAGA, R. R.; BORNATOWSKI, H.; VITULE, J. R. S. Fishes of the atlantic rain forest streams: ecological patterns and conservation. In: GRILLO, O.; VENORA, G. (Ed.). **Changing diversity in changing environment**. Croácia: InTech, 2011. p. 259-282.

AFONSO, L. G.; ETEROVICK, P. C. Spatial and temporal distribution of breeding anurans in streams in southeastern Brazil. **Journal of Natural History**, v. 41, n. 13-16, p. 949-963, 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Bacias hidrográficas do Atlântico Sul – trecho Leste**: sinopse de informações do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe. Brasília, DF: ANA, 2001.

AGUIRRE, A. **Estudo sobre o Parque da Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres, "Sooretama", no município de Linhares, estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: MAPA, 1951.

AKOSY, A.; ÖZTÜRK, M. A. Nerium oleander L. of lead and other heavy metal pollution in Mediterranean environments. **The Science of the Total Environment**, v. 205, n. 2-3, p. 145-150, 1997.

ALBERT, J. S.; BART, H. L.; REIS, R. E. Species richness and cladal diversity. In: ALBERT, J. S.; REIS, R. E. **Historical biogeography of neotropical freshwater fishes**. Berkeley, CA: University of California Press, 2011, p. 89-104.

ALBINO, J. **Morfodinâmica e processo de sedimentação atual das praias de Bicanga à Povoação, ES**. 1999. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geologia Sedimentar. Instituto de Geociências. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALMEIDA, A. P.; GASPARINI, J. L.; ABE, A. S.; ARGOLO, A. J. S.; BATISTOTTE, C.; FERNANDES, R.; ROCHA, C. F. D.; VAN SLUYS, M. Os répteis ameaçados de extinção no estado do Espírito Santo. In: PASSAMANI, M.; MENDES, S. L. (Eds.). **Espécies da fauna ameaçadas de extinção no estado do Espírito Santo**. Vitória, Brazil: INMA, 2007. p. 65-74.

ALMEIDA, A. P.; SANTOS, A. J. B., THOMÉ, J. C. A.; BELLINI C.; BAPTISTOTTE, C.; MARCOVALDI, M. Â., SANTOS, A. S. dos; LOPEZ, M. Avaliação do Estado de Conservação da Tartaruga Marinha *Chelonia mydas* (Linnaeus, 1758) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 1, p. 12-19, 2011.

ALMEIDA, D. S. **Recuperação ambiental da Mata Atlântica**. Ilhéus: Editus, 2000.

ALMEIDA, N. L.; RODRIGUES, L. C. R.; CAMPOS, J. C. F.; AMODEO, N. B. P. Diagnóstico socioeconômico e ambiental do leste mineiro como subsídio para políticas públicas de planejamento e desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em: <www.unisc.br/site/sidr/2004/planejamento/15.pdf>. Acesso em: 3 maio 2017.

ALMEIDA, S.; LOUZADA, J. N. C.; RIBEIRO, S. P. Comunidades de besouros de serapilheira e a sucessão natural em uma floresta estacional semidecídua. **MG.BIOTA**, v. 3, n. 6, p. 32-48, 2011.

ALONSO, M. B.; ELJARRAT, E.; GORGA, M. et al. Natural and anthropogenically-produced brominated compounds in endemic dolphins from Western South Atlantic: Another risk to a vulnerable species. **Environmental Pollution**, v. 170, p. 152-160, 2012.

ALVES, C. B. M.; VIEIRA, F.; MAGALHÃES, A. L. B.; BRITO, M. F. G. Impacts of non-native fish species in Minas Gerais, Brazil: present situation and prospects. In: BERT, T. M. (Org.). **Ecological and genetic implications of aquaculture activities**. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2007, p. 291-314.

AMADO, L. L.; ROBALDO, R. B.; GERACITANO, L.; MONSERRAT, J. M.; BIANCHINI, A. Biomarkers of exposure and effect in the Brazilian flounder *Paralichthys orbignyanus* (Teleostei: Paralichthyidae) from the Patos Lagoon estuary (Southern Brazil). **Marine Pollution Bulletin**, v. 52, p. 207-213, 2006.

AMORIM, H. B. **Florestas nativas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo**. Inventário Florestal Nacional. Brasília DF: IBDF, 1984.

ANDRADE, C. A. **Estudo ecotoxicológico no trecho médio da Bacia do Rio Doce – MG**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

ANDRADE, F. F. **Assembleia de peixes do estuário do rio São Mateus (ES)**: variações espaço-temporais na estrutura e composição. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ANDRADE, M. T.; VEADOR, M. A. R. V.; MENEZES, M. A. B. C.; ALÍPIO, V. C. Análise da concentração de metais pesados no rio Piracicaba, Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 30., 2010, São Carlos. **Anais...** São Carlos, 2010. p. 1-15. Disponível em: <www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_TN_STO_113_739_16250.pdf>. Acesso em: 3 maio 2017.

ANDRADE, P. C. M. **Criação e manejo de quelônios no Amazonas**: projeto diagnóstico da criação de animais silvestres no estado do Amazonas. 2. ed. Manaus: FAPEAM, 2007.

ANDRIOLO, A.; KINAS, P. G.; ENGEL, M. H.; MARTINS, C. C. A.; RUFINO, A. M. Humpback whales within the Brazilian breeding ground: Distribution and population size estimate. **Endangered Species Research**, v. 11, n. 3, p. 233-243, 2010.

ANTAS, P. de T. Z.; ALMEIDA, C. **Aves como bioindicadoras de qualidade ambiental**: aplicação em áreas de plantio de eucalipto. Espírito Santo: Gráfica Santonio, 2003.

APRILE, F.; LORANDI, R.; SIQUEIRA, G. W. Influence of natural and anthropogenic processes in the coastline evolution at the Doce river mouth (Espírito Santo, Brazil). **British Journal of Environment and Climate Change**, v. 6, n. 1, p. 18-27, 2016.

ARANTES, I. A.; PINTO, M. T. C.; MANGABEIRA, P. A.; GRENIER-LOUSTALOT, M. F.; VEADO, M. A. R. V.; OLIVEIRA, A. H. Mercury concentration in fish from Piracicaba River (Minas Gerais, Brazil). **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 156, p. 119-130, 2009.

ARAUJO, D. S. D.; PEREIRA, O. J.; PEIXOTO, A. L. Campos nativos at the Linhares Forest Reserve, Espírito Santo, Brazil. In: THOMAS, W. (Ed.). **The Atlantic Coastal Forest Northeastern Brazil**. New York: The New York. Botanical Garden, 2008. p. 351-394.

ARRUDA, M. B.; SÁ, L. F. S. N. (Orgs.). **Corredores ecológicos**: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil. Brasília, DF: Edições Ibama, 2003. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/corredoresecologicosdigital.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ASSIS, B.; DRUMMOND, L. O.; PIRES, M. R. S. Riqueza de espécies de anfíbios anuros em duas lagoas no município de Ouro Preto, Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HERPETOLOGIA, 2., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2005.

ASSIS, M. A. Diversidade e conservação das florestas de encosta no Espírito Santo. In: MENEZES, L. F. T. et al. (Orgs.). **Ecossistemas costeiros do Espírito Santo**: conservação e restauração. Vitória: EDUFES, 2007. p. 45-58.

ÁVILA, J. L. T.; MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanizacão e impactos ambientais: uma análise da relação entre as características dos espaços urbanos e a poluição hídrica na região do médio rio Doce (MG). In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2007. p. 1-18. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa3/trabalhos/urbanizacao_e_impactos_ambientais.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

AZEVEDO, A. A.; SILVEIRA, F. A. O.; AGUIAR, C. M. L.; PEREIRA, V. S. Fauna de abelhas (Hymenoptera, Apoidea) nos Campos Rupestres da cadeia do Espinhaço e biogeografia de espécies endêmicas em Formações Campestres altimontanas do Centro-Leste do Brasil. **Megadiversidade**, v. 4, n. 1-2, p. 126-157, 2008.

BAÊTA, D. et al. Primeiro registro de *Physalaemus maximus*. Feio, Pombal Jr. e Caramaschi, 1999 (Anura, Leptodactylidae) fora da localidade-tipo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HERPETOLOGIA, 2., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2005.

BALLANCE, L. Cetacean ecology. In: PERRIN, W. F., WÜRSIG, B. E.; THEWISSEN, J. G. M. (Eds.). **Encyclopedia of marine mammals**. 2. ed. Amsterdam: Academic Press, 2008. p. 196-201.

BARBOSA, F. A. R.; LOVATO, M. B.; NASCIMENTO, A. M. A.; MAIA-BARBOSA, P. M.; MONTE-MÓR, R. L.; PAGLIA, A.; STEHMANN, J. R. Dinâmica biológica e conservação da biodiversidade da Mata Atlântica do Médio Rio Doce, MG (PELD/UFMG). In: TABARELLI, M, ROCHA, C. F. D.; ROMANOWSKI, H. P.; ROCHA, O.; LACERDA, L. D. (Eds.). **PELD-CNPq**: dez anos do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração no Brasil: achados, lições e perspectivas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, Cap. 6, Série de Publicações PELD, 2013. p. 115-146.

BARBOSA, L. A.; MAYORGA, L, F. S. P; ZANOTTI, A. D. Nidificação de *Dermochelys coriacea* (Testudines, Dermochelyidae) no município de Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 14, n. 1, 2, 3, p. 227-231, 2012.

BARROS, N. B. Recent cetacean records for Southeastern Brazil (notes). **Marine Mammal Science**, v. 7, n. 3, p. 296-306, 1991.

BARROSO, M. V.; SOUZA, G. A.; THOMÉ, J. C. A.; LEITE JÚNIOR, N. O.; MOREIRA, L. M. P.; SANGALIA, C.; SALES, E. F.; DURÃO, J. N. Estratégias de conservação das populações de robalos Centropomus spp. na foz do Rio Doce, Linhares, Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 1468-1468, 2007.

BARTHEM, R. B.; RIBEIRO, M. C. L.; PETRERE Jr, M. Life Strategies of some long-distance migratory catfish in relation to hydroelectric dams in the Amazon Basin. **BiolConservation**, v. 55, p. 339-345, 1991.

BASTOS, S. **Aplicações de indicadores de avaliação e monitoramento em um projeto de restauração florestal, Reserva particular do Patrimônio Natural – RPNN Fazenda Bulcão, Aimorés, MG**. 2010. Dissertação (Pós-Graduação em Botânica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

BAUMGARTNER, G.; NAKATANI, K.; GOMES, L. C.; BIALETZKI, A.; SANCHES, P. V.; MAKRAKIS, M.C. Identification of spawning sites and natural nurseries of fishes in the upper Paraná river, Brazil. **EnvironBiolFish**, v. 71, n. 2, p. 115-125, 2004.

BECKLEY, L. E. The ichthyofauna of the Sundays Estuary, South Africa, with particular reference to the juvenile marine component. **Estuaries**, v. 7, n. 3, p. 248-258, 1984.

BENCKE, G. A.; MAURICIO, G. N.; DEVELEY, P. F.; GOERCK, J. M. (Eds.). **Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil**. Parte I – Estados do Domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE Brasil, 2006.

BÉRNILS, R. S.; ALMEIDA, A. P.; GASPARINI, J. L., SRBEK-ARAUJO, A. L.; ROCHA, C. F. D.; RODRIGUES, M. T. Répteis na Reserva Natural Vale, Linhares, Espírito Santo, Brasil. **Ciência e Ambiente**, v. 49, p. 193-210, 2014.

BÉRNILS, R. S.; COSTA, H. C. (Org.). **Brazilian reptiles**: list of species version 2012.1., 2012. Disponível em: <http://www.sbherpetologia.org.br>.

BÉRNILS, R. S.; NOGUEIRA, C.; SILVA, V. X. Biota minas: diagnóstico do conhecimento de vertebrados: répteis. In: DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; GRECO, M. S.; VIEIRA, F. (Ed.). **Biota Minas**: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2009, p. 252-278.

BERTOLUCI, J. Serpentes. In: MACHADO, A. B. M.; FONSECA, G. A.; AGUIAR, L. M. S.; LINS, L. V. (Ed.). **Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998, p. 417-444.

BERTOLUCI, J.; CANELAS, M. A. S.; EISEMBERG, C. C.; PALMUTI, C. F. D. S.; MONTINGELLI, G. G. Herpetofauna da Estação Ambiental de Peti, um fragmento de Mata Atlântica do estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil. **Biota Neotropica**, v. 9, n. 1, p. 147-155, 2009.

BERTOLUCI, J.; LEITE, F. S.; EISEMBERG, C. C.; CANELAS, M. A. S. Description of the tadpole of Scinax luizotavioi from the Atlantic rainforest of southeastern Brazil. **Herpetol. J.**, v. 17, n. 1, p. 14-18, 2007.

BEVILACQUA, J. E. **Estudo sobre a caracterização e a estabilidade de amostras de sedimentos do rio Tietê, SP**. 1996. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Química do Instituto de Química da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BEZAMAT, C.; WEDEKIN, L. L.; SIMÕES-LOPES, P. C. Potential ship strikes and density of humpback whales in the Abrolhos Bank breeding ground, Brazil. **Aquatic Conserv: Mar. Freshw. Ecosyst**, v. 25, p. 712-725, 2015.

BIANCHI, R. C.; MENDES, S. L. Ocelot (*Leopardus pardalis*) predation on Primates in Caratinga Biological Station, Southeast Brazil. **American Journal of Primatology**, v. 69, p. 1-6, 2007.

BIANCHINI JR, I. Modelos de crescimento e decomposição de macrófitas aquáticas. In: THOMAZ, S. M.; BINI, L. M. (Eds). **Ecologia e manejo de macrófitas aquáticas**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2003. p. 85-126.

BIASIZZO, R. T.; MORCATTY, T. Q.; CARNEIRO, H. C. S.; EL BIZRI, H. R.; ROCHA, P. C.; DUTRA, D. B. O.; SILVA; E. S.; RODRIGUES; F. H. G. Parque Estadual do Itacolomi: levantamento da mastofauna de médio e grande porte e atualização da lista de mamíferos. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 10., 2011, São Lourenço. **Anais...** São Lourenço, 2011.

BIODINÂMICA. **Estudo de impacto ambiental do terminal aquaviário de Barra do Riacho**. RT Petrobras, 2007.

BIODIVERSITAS. **Corredor Ecológico Sossego Caratinga**. BIODIVERSITAS, 2017a. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/corredorecologico/inicial.asp#noticia1>. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. **Reserva da biosfera da serra do Espinhaço**. BIODIVERSITAS, 2017b. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br/rbse/>. Acesso em: 8 ago. 2017.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. **Handbook of the birds of the world and BirdLife International digital checklist of the birds of the world**. Version 9.1, 2017. Disponível em: <http://datazone.birdlife.org/userfiles/file/Species/Taxonomy/BirdLife_Checklist_Version_91.zip>. Acesso em: 7 ago. 2017.

BITENCOURT, G. A. **Formação econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização. Vitória: Cátedra, 1987.

BOLZAN, M. S. **Peixes em áreas rasas do estuário do rio São Mateus, Espírito Santo**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BOM JESUS DO GALHO. **Lei nº 968, de 29 de abril de 2002**. Cria Área de Proteção Ambiental – APA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.bomjesusdogalho.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Lei_Ordinaria_968_2002?cdLocal=5&arquivo={AC7CDDDA-5B5B-E3E0-10BD-B53DA7C71D0C}.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BORBA, R. P.; FIGUEIREDO, B. R.; CAVALCANTI, J. A. Arsênio na água subterrânea em Ouro Preto e Mariana, Quadrilátero Ferrífero (MG). **Revista Escola de Minas**, v. 57, n. 1, p. 45-51, 2004.

BORBA, R. P.; FIGUEIREDO, B. R.; RAWLINS, B.; MATSCHULLAT, J. Arsenic in water and sediment in the Iron Quadrangle, State of Minas Gerais, Brazil. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 30, n. 3, p. 558-561, 2000.

BORGES-MARTINS, M. **Revisão taxonômica e sistemática filogenética do gênero *Ophiodes* Wagler, 1828 (Sauria, Anguidae, Diploglossinae)**. 1998. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

BORNATOWSKI, H.; WEDEKIN, L. L.; HEITHAUS, M. R.; MARCONDES, M. C. C.; ROSSI-SANTOS, M. R. Shark scavenging and predation on cetaceans at Abrolhos Bank, eastern Brazil. **Journal of the Marine Biological Association of the U.K.**, v. 92, n. 8, p. 1767-1772, 2012.

BORTOLOTTO, G. A.; DANILEWICZ, D.; ANDRIOLO, A.; SECCHI E.; ZERBINI, A. N. Whale, whale, everywhere: increasing abundance of western south Atlantic humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in their wintering grounds. **Plos One**, v. 11, n. 10, 2016.

BORTOLUZZI, R. L. C. et al. Leguminosae, Papilionoideae no Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. II: árvores e arbustos escandentes. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 49-71, mar. 2004.

BORTOLUZZI, R. R. L. C. **Papilonoideae (Leguminosae) no Parque Estadual Rio Doce, Minas Gerais, Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

BOSQUETTI, L. **Caesalpinioideae (Leguminosae) no Parque Estadual Rio Doce, Minas Gerais, Brasil**. 2004. Tese (Pós-Doutorado em Botânica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

BOTTA, S. **Uso do habitat e identificação de unidades populacionais de pequenos cetáceos do Atlântico Sul-Ocidental através de isótopos estáveis e elementos traço**. 2011. Tese (Doutorado em Oceanografia Biológica) – Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, 2011.

BOVINI, M. G.; CARVALHO-OKANO, R. M.; VIEIRA, M. F. Malvaceae A. Juss. no Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 81, p. 17-47, 2001.

BOWEN, E. D. Role of marine mammals in aquatic ecosystems. **Marine Ecology Progress Series**, v. 158, p. 267-274, 1997.

BRAGA, C. A. de C.; DRUMMOND, L. de. O.; PIRES, M. R. S. Inventário de pequenos mamíferos (Rodentia E Didelphimorphia) da Serra de Ouro Branco: Porção Sul da Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. **Oecologia Australis**, v. 20, n. 1, p. 69-80, 2016.

BRANCO, M. B. C. **Diversidade da avifauna aquática nas represas do médio e baixo rio Tietê (SP) e no sistema de lagos do médio rio Doce (MG) e sua relação com o estado trófico e a morfometria dos ecossistemas aquáticos**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

BRANDÃO, M.; LACA-BUENDIA, J. P.; GAVILANES, M. L. Plantas palustres que se comportam como invasoras no Estado de Minas Gerais. **Acta Bot. Bras.**, Feira de Santana, v. 2, n. 1, supl. 1, p. 255-258, 1988.

BRANDT MEIO AMBIENTE. **Estudo de impacto ambiental barragem de rejeito de Fundão**. Belo Horizonte: Brandt, 2005.

BRASIL. **Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Sudeste**. Brasília, DF: MMA, 2006.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 454, de 1 de novembro de 2012. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 nov. 2012.

_____. **Dados por estado**: CNPF 2014. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/component/content//article/62-informacoes-florestais/625-dados-por-estado-cnfp-2016>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. **Dados**. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017a.

_____. Decreto nº 90.222, de 25 de setembro de 1984. Cria, no Estado do Espírito Santo, a Reserva Biológica de Comboios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 1984. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90222-25-setembro-1984-440496-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração de Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 fev. 1993.

_____. Decreto de 5 de junho de 2009. Cria o Monumento Natural do Rio São Francisco, localizado nos Municípios de Piranhas, Olho D'água do Casado e Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas, Paulo Afonso, no Estado da Bahia, e Canindé de São Francisco, no Estado de Sergipe, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12058.htm>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____. Decreto de 17 de junho de 2010. Dispõe sobre a criação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12648.htm>. Acesso em: 4 ago. 2017.

_____. Decreto de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação e ampliação dos limites da Floresta Nacional de Goytacazes, no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Dsn/Dsn13322.htm>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Decreto de 13 de outubro de 2014. Cria o Parque Nacional da Serra do Gandarela, localizado nos Municípios de Nova Lima, Raposos, Caeté, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 out. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14013.htm>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 685, de 27 de agosto de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 1998.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília, DF: Conservation International do Brasil/Fundação SOS Mata Atlântica/Fundação Biodiversitas/Instituto de Pesquisas Ecológicas/Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo SEMAD/Instituto Estadual de Florestas-MG, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**: atualização – Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007. Brasília, DF: MMA, 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Eds.). 1. ed. Brasília, DF: MMA (Biodiversidade 19), 2 volumes, 2008.

_____. Panorama da Zona Costeira e Marinha. In: _____. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília, DF: MMA, 2002, p. 267-339.

_____. Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**, Seção 1, n. 245, p. 121-130, 18 dez. 2014.

_____. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos". **Diário Oficial da União**, 18 dez. 2014.

_____. **Reserva da Biosfera**. 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera>. Acesso em: 8 ago. 2017b.

_____. **Série Corredores Ecológicos**: 12 anos de trabalho pela conservação da biodiversidade nacional. Brasília, DF: MMA, 2015.

_____. **Sumário executivo**: livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Brasília, DF: ICMBio, 2016.

_____. Zona Costeira e Marinha. In: _____. **Áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**: Atualização – Portaria MMA nº 9, 23 de janeiro de 2007. Brasília, DF: MMA, 2007, p. 101-120.

BRITO, D.; GRELLE, C. E. V.; BOUBLI, J. P. Is the Atlantic Forest protected area network efficient in maintaining viable populations of *Brachyteles hypoxanthus*? **Biodiversity and Conservation**, v. 17, p. 3255-3268, 2008.

BROWN JR, K. S.; FREITAS, A. V. L. Diversidade de Lepidoptera em Santa Teresa, Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 11/12, p. 71-118, 2000.

BUCKUP, P. A.; MENEZES, N. A.; GHAZZI, M. S. **Catálogo das espécies de peixes de água doce do Brasil**. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2007.

CAGNIN, R. C. **Efeitos da exposição ao arsênio sobre juvenis de robalo-peva, *Centropomus parallelus* (Teleostei: Centropomidae) em diferentes salinidades**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Oceanografia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CALDEIRA, F. N. **Ictiofauna de bancos de macrófitas aquáticas do baixo rio Jucu, Espírito Santo**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Vila Velha, Vilha Velha, 2009.

CAMARGO, V.; SILVA, A.; NETO, J.; MARTINS, S. Influência de fatos edáficos sobre variações florísticas na floresta estacional semidecídua no entorno da lagoa Carioca, PERD. **Acta Botânica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 75-84, 2008.

CANELAS, M. A. S.; BERTOLUCI, J. Anurans of the Serra do Caraça, southeastern Brazil: species composition and phenological patterns of calling activity. Iheringia. **Série Zoologia**, v. 97, n. 1, p. 21-26, 2007.

CANTOR, M.; WEDEKIN, L. L.; DAURA-JORGE, F. G.; ROSSI-SANTOS, M. R.; SIMÕES-LOPES, P. C. Assessing population parameters and trends of Guiana dolphins (*Sotalia guianensis*): an eight-year mark-recapture study. **Marine Mammal Science**, v. 28, n. 1, p. 63-83, 2012.

CARAMASCHI, U., FEIO, R. N, GUIMARÃES NETO, A. G. A new, brightly colored species of *Physalaemus* (Anura: Leptodactylidae) from Minas Gerais, Southeastern Brazil. **Herpetologica**, v. 59, n. 4, p. 19-524, 2003.

CARDOSO, P. C. A. **Estudo taxonômico e aspectos biogeográficos da ictiofauna de água doce de drenagens costeiras do Estado da Bahia, Brasil, com a descrição de seis espécies novas**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CARMO, F. F.; JACOBI, C. M. A vegetação de canga no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: caracterização e contexto fitogeográfico. **Rodriguésia**, v. 64, p. 527-541. 2013.

_____. Diversity and plant trait-soil relationships among rock outcrops in the Brazilian Atlantic rainforest. **Plant and soil**, v. 403, n. 1-2, p. 7-20, 2016.

CARNEVALLI, N. Contribuição ao estudo da ornitofauna da Serra do Caraça, Minas Gerais. **Lundiana**, v. 1, p. 89-98, 1980.

CARNEVALLI, N. E. D.; LANNA, E. **Estudos da ornitofauna do Parque Florestal do Rio Doce - MG**. Relatório nº 2. Relatório técnico não publicado. Belo Horizonte: Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, 1981.

CARNEVALLI, N. E. D.; TONELLI, M. L. F.; VASCONCELOS-SILVA, H. H. **Estudos da ornitofauna do Parque Florestal do Rio Doce - Minas Gerais**. Relatório 1. Relatório técnico não publicado. Belo Horizonte: Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, 1978.

CARNEVALLI, N.; MACHADO, R. B.; BRANDT, A.; LAMAS, I. R.; LINS, L. V.; BARROS, L. P.; SOUZA, A. L. T. **Estudo qualitativo da avifauna da Estação de Pesquisa e Desenvolvimento Ambiental de Peti – EPDA-PETI**. Belo Horizonte: UFMG-CEMIG, 1989.

CARRERAS, H. A.; PIGNATA, M. L. Comparison among air pollutants, meteorological conditions and some chemical parameters in the transplanted lichen Usneaamblyoclada. **Environmental Pollution**, v. 111, p. 45-52, 2001.

CARVALHO FILHO, E. P. M.; ZORZIN, G.; CANUTO, M.; CARVALHO, C. E. A.; CARVALHO, G. D. M. Aves de rapina diurnas do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **MG BIOTA**, Belo Horizonte, v. 1, n. 5, 2009.

CARVALHO JR, R. R.; GALDINO, C. A. B.; NASCIMENTO, L. B. Notes on the courtship behavior of Aplastodiscus arildae (Cruz and Peixoto, 1985) at an urban forest fragment in Southeastern Brazil (Amphibia, Anura, Hylidae). **Arq Mus Nac Rio Jan**, v. 64, n. 3, p. 247-254, 2006.

CARVALHO, A. P. M.; YWASAKI, J.; AZEVEDO, C. T.; CAMPOS, A. S.; QUEIROZ, F. F.; PONTES, L. A. E.; BARBOSA, L. A.; SILVEIRA, L. S. Crescimento e desenvolvimento de boto-cinza (*Sotalia guianensis*) do litoral do Espírito Santo. **Arq Bras Med Vet Zootec**, v. 64, n. 1, p. 205-208, 2012.

CARVALHO, C. E. S. **Ornitofauna da Reserva Biológica de Comboios**. Relatório nº 1. Rio de Janeiro: Mimeografado, 1986.

CASSIMIRO, J.; BERTOLUCI, J. Répteis da Estação Biológica de Caratinga: um fragmento de Mata Atlântica do estado de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 24., 2002, Itajaí. **Anais...** Itajaí, 2002a.

_____. Anfíbios da Estação Biológica de Caratinga: um fragmento de Mata Atlântica do estado de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 24., 2002, Itajaí. **Anais...** Itajaí, 2002b.

CASTELLO, J. P. (Coord.). **Diagnóstico ambiental oceânico e costeiro das regiões Sul e Sudeste do Brasil**. Rio Grande: Petrobras, 1994. 5 v.

CASTILHOS, J. C.; COELHO, C. A.; ARGOLO, J. F.; SANTOS, E. A. P.; MARCOVALDI, M. Â.; SANTOS, A. S.; LOPEZ, M. Avaliação do Estado de Conservação da Tartaruga Marinha *Lepidochelys olivacea* (Eschscholtz, 1829) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, n. 1, p. 28-36, 2011.

CASTRO, F. S. DE; GONTIJO, A. B.; DA ROCHA, W. D.; RIBEIRO, S. P. As comunidades de formigas de serapilheira nas florestas semidecíduas do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais. **MG.BIOTA**, v. 3, n. 5, p. 5-24, 2010/2011.

CASTRO, R. M. C. Evolução da ictiofauna de riachos sul-americanos: padrões gerais e possíveis processos causais. In: CARAMASCHI, E. P., MAZZONI, R.; PERES-NETO, P. R. **Ecologia de peixes de riachos**. Oecologia Brasiliensis v. VI. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 157-182.

CAVALCANTI, R.; JOLY, C. The conservation of the Cerrados. In: OLIVEIRA, P. S; MARQUIS, R. J. (Eds.). **The Cerrado of Brazil**. Ecology and natural history of a neotropical savanna. New York: Columbia University Press, 2002. p. 351-367.

CENIBRA. Reserva Particular do Patrimônio Natural comemora duas décadas de excelência ambiental. **CENIBRA**, 13 out. 2014. Disponível em: <https://www.cenibra.com.br/noticias/reserva-particular-patrimonio-natural-comemora-duas-decadas-de-excelencia-ambiental>. Acesso em: 1 set. 2017.

CHAO, L. N.; PEREIRA, L. E.; VIEIRA, J. P.; BENVENUTI, M.; CUNHA, L. P. R. Relação preliminar dos peixes estuarinos e marinhos da Lagoa dos Patos e região costeira adjacente, Rio Grande do Sul. **Atlântica**, v. 5, n. 1, p. 67-75, 1982.

CHAPMAN, P. M.; PAINE, M. D.; ARTHUR, A. D.; TAYLOR, L. A. A triad study of sediment quality associated with a major, relatively untreated marine sewage discharge. **Marine Pollution Bulletin**, v. 32, n. 1, p. 47-67, 1996.

CHAVES, P. T. C. Atividade reprodutiva de *Bairdiella ronchus* (Cuvier) (Pisces, Sciaenidae) na Baía de Guaratuba, Paraná, Brasil. **Rev. Bras. Zool.**, v. 12, n. 4, p. 759-766, 1995.

CHIARELLO, A. G. Effects of fragmentation of the Atlantic forest on mammal communities in South-eastern Brazil. **Biol. Cons.**, v. 89, p. 71-82, 1999.

_____. Influência da caça ilegal sobre mamíferos das matas de tabuleiro do norte do estado do Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 11/12, p. 229-247, 2000a.

_____. Density and Population Size of Mammals in Remnants of Brazilian Atlantic Forest. **Conservation Biology**, v. 14, n. 6, p. 1649-1657, 2000b.

CHIARELLO, A. G.; COSTA, L. P.; LEITE, Y. L. R.; PASSAMANI, M.; SICILIANO, S.; ZORTÉA, M. Os mamíferos ameaçados de extinção no estado do Espírito Santo. In: PASSAMANI, M.; MENDES, S. L. (Orgs.). **Espécies da fauna ameaçadas de extinção no estado do Espírito Santo**. Vitória: IPEMA, 2007. p. 29-40.

CHIARELLO, A. G.; MELO, F. R. DE. Primate population densities and sizes in Atlantic forest remnants of northern Espirito Santo, Brazil. **International Journal of Primatology**, v. 22, n. 3, p. 379-396, 2001.

CHIARELLO. In: SEAMA. **Diagnóstico ambiental do vale da lagoa Suruaca**. Relatório não publicado, 2001.

CLAPHAM, P. J.; MEAD, J. G. *Megaptera novaeangliae.* **Mammalian Species**, n. 604, p. 1-9, 1999.

CLARK, B. M. Variation in surf-zone fish community structure across a wave exposure gradient. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, v. 44, p. 659-674, 1997.

CLAUDINO, R. M. **Como a fragmentação da Mata Atlântica no sudoeste de Minas Gerais afeta aspectos da comunidade de população e assembleia de corujas (Aves: Strigiformes)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2013.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE (CBH-DOCE). **A bacia**. Governador Valadares: CBH-DOCE, 2014. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/a-bacia>. Acesso em: 3 maio 2017.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS (CEMIG). **Relatório do monitoramento da ictiofauna da PCH Peti**. Patos de Minas: CEMIG, 2011a. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/peixe_vivo/publicacoes/Documents/Relatorios%20Ictiofauna/Relatorio%20Monitoramento%20PCH%20Peti%202010-2011.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Relatório do monitoramento da ictiofauna da PCH Tronqueiras**. Patos de Minas: CEMIG, 2011b. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/peixe_vivo/publicacoes/Documents/Relatorios%20Ictiofauna/Relatorio%20Monitoramento%20PCH%20Tronqueiras%202010-2011.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Relatório do monitoramento da ictiofauna das PCHS Bom Jesus do Galho e Sumidouro**. Patos de Minas: CEMIG, 2012a. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/peixe_vivo/publicacoes/Documents/Relatorios%2520Ictiofauna/Doce_Relat%25C3%25B3rio%2520Monitoramento%2520PCH%2520Bom%2520Jesus%2520do%2520Galho%2520e%2520Sumidouro%25202011-2012.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Relatório do monitoramento da ictiofauna da PCH Poquim**. Patos de Minas: CEMIG, 2012b. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/peixe_vivo/publicacoes/Documents/Relatorios%2520Ictiofauna/Doce_Relat%25C3%25B3rio%2520Monitoramento%2520PCH%2520Poquim%25202011-2012.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Relatório do monitoramento da ictiofauna da UHE Salto Grande**. Patos de Minas: CEMIG, 2012c. Disponível em: <http://www.cemig.com.br>. Acesso em: 15 maio 2017.

CONNEL, J. H. Diversity in tropical rainforests and coral reefs. **Science**, v. 199, p. 1302-1310, 1978.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL (CIB); FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS; INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS; SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO; SEMAD/INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-MG. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília, DF: MMA/SBF, 2000.

CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME. **Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce e planos de ações para as unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no âmbito da bacia do rio Doce**: relatório final. Consórcio Ecoplan-Lume, 2010. 1 v. Disponível em: <www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2014/10/PIRH_Doce_Volume_I.pdf>. Acesso em: 2 maio 2017.

CONSTANTINE, R. Folklore and legends. In: PERRIN, W. F.; WURSIG, B.; THEWISSEN, J. G. M. (Eds.). **Encyclopedia of marine mammals**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2009. p. 447-449.

CORREA, L. B.; KROHLING, W. Densidade e distribuição vertical de peixes Pomacanthidae (Teleostei) na Ilha Escalvada, Guarapari, ES. **Natureza online**, v. 8, n. 1, p. 1-7, 2010.

CORRÊA, M. F. M. **Ictiofauna da baía de Paranaguá e adjacências (litoral do Estado do Paraná-Brasil)**: levantamento e produtividade. Curitiba. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1987.

_____. Caracterização ambiental da Região Sudeste-Sul: Paraná. In: CASTELLO, J. P. (Coord.). **Diagnóstico ambiental oceânico e costeiro das regiões Sul e Sudeste do Brasil**. Rio Grande: Petrobras, 1994. 5 v., p. 7-8.

CÓRREGO NOVO. **Lei nº 695, de 25 de fevereiro de 2003**. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental no município de Córrego Novo - APA Córrego Novo, e dá outras providências. Disponível em: <http://corregonovo.mg.gov.br/panel/licitacoes/leis/lei_695-2003_-_cria%C3%A7ao_da__apa.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Plano de gestão e manejo**: área de proteção ambiental. APA Córrego Novo. Córrego Novo, MG: Universalis, 2008. Disponível em: <http://www.universalisconsultoria.com.br/projetos/0030.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

CORREIA, G. **Indicadores de avaliação em floresta em restauração e em ecossistema de referência, Reserva Natural Vale, Linhares, ES**. 2014. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

COSTA, A. T.; NALINI JR, H. A.; CASTRO, P. T. A.; TATUMI S. H. Análise estratigráfica e distribuição do arsênio em depósitos sedimentares quaternários da porção sudeste do Quadrilátero Ferrífero, bacia do Ribeirão do Carmo, MG. **Geociências**, v. 63, n. 4, p. 703-714, 2010.

COSTA, C. M. R.; HERMANN, G.; MARTINS, C. S.; LINS, L. V.; LAMAS, I. R. **Biodiversidade em Minas Gerais**: um atlas para a sua conservação. Fundação Biodiversitas: Belo Horizonte, 1998.

COSTA, D.; SILVA, A. Briófitas da Reserva Natural do Vale do Rio Doce, Linhares, Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 16, p. 21-23, 2003.

COSTA, F. V.; MELLO, R.; LANA, T. C.; NEVES, F. D. S. Ant Fauna in megadiverse mountains: a checklist for the rocky grasslands. **Sociobiology**, v. 62, n. 2, p. 228-245, 2015.

COSTA, H. C.; BÉRNILS, R. S. Répteis brasileiros: lista de espécies 2015. **Herpetologia Brasileira**, v. 4, n. 3, 2015.

COSTA, P. A. S.; BRAGA, A. C.; ROCHA, L. O. F. Reef fisheries in Porto Seguro, eastern Brazilian coast. **Fisheries Research**, v. 1449, p. 1-7, 2012.

COSTA, P. C. S.; SILVEIRA, L. S.; BARBOSA, L. A. Patologia de pequenos cetáceos encalhados no litoral do Espírito Santo, Brasil. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 5., 2013, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes, 2013.

COSTA-SILVA, S.; COLOSIO, A. C.; MARCONDES, M. C. C.; GROCH, K. R.; SIMÕES-LOPES, P. Desvio em processo espinhal de cetáceos encalhados no Banco dos Abrolhos, Brasil. In: REUNIÓN DE TRABAJO DE EXPERTOS EN MAMÍFEROS ACUÁTICOS DE AMERICA DO SUR – 9 SOLAMAC, 15., 2012, Puerto Madryn. **Anais...** Puerto Madryn, Argentina, 2012.

COSTA-SILVA, S.; GROCH, K. R.; MARCONDES, M. C. C.; REIS, M. S. S.; DAURA-JORGE, F.; ROSSI-SANTOS, M.; SOUTO, L. A.; WEDEKIN, L. L. Records of skin lesions on Guiana-dolphin (*Sotalia guianensis*) from three different populations along its distribution in Brazil. In: REUNIÓN DE EXPERTOS EN MAMÍFEROS ACUÁTICOS DE AMERICA DO SUR – 10 SOLAMAC, 16., 2014, Cartagena. **Anais...** Cartagena, Colômbia, 2014.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Geodiversidade do estado de Minas Gerais**. Programa Geologia do Brasil: levantamentos da geodiversidade. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1339&sid=9>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CRUZ, A. J. R.; DE OLIVEIRA DRUMMOND, L.; LUCENA, V. D. et al. Lizard fauna (Squamata, Sauria) from Serra do Ouro Branco, southern Espinhaçoo Range, Minas Gerais, Brazil. **Checklist**, v. 10, n. 6, p. 1290-1299, 2014.

CRUZ, C. A. G.; PRADO, G. M.; IZECKSOHN, E. Nova espécie de *Proceratophrys* Miranda Ribeiro, 1920 da Sudeste do Brasil (Amphibia, Anura, Leptodactylidae). **Arquivos do Museu Nacional**, v. 63, n. 2, p. 289-295, 2005.

CTA. **Relatório Consolidado do Projeto de Monitoramento de Cetáceos nos Campos de Peroá e Cangoá - 2007 a 2015**: Relatório Técnico para a Petrobras. Vitória: CTA Serviços em Meio Ambiente, 2016.

CUNHA, H. A.; MEDEIROS, B. V.; BARBOSA, L. A.; CREMER, M. J.; MARIGO, J.; LAILSON-BRITO, J.; AZEVEDO, A. F.; SOLÉ-CAVA, A. M. Population structure of the endangered franciscana dolphin (*Pontoporia blainvillei*): Reassessing management units. **PLoS ONE**, v. 9, n. 1, 2014.

CUNHA, H. A.; SILVA, V. M. F.; LAILSON-BRITO JR, J.; SANTOS, M. C. O.; FLORES, P. A. C.; MARTIN, A. R.; AZEVEDO, A. F.; FRAGOSO, A. B. L.; ZANELATTO, R. C.; SOLE-CAVA, M. Riverine and marine ecotypes of Sotalia dolphins are different species. **Marine Biology**, v. 148, p. 449-457, 2005.

CUNHA, L. P. R. Aspectos da ictiofauna das zonas de arrebentação de praias do litoral do Paraná e do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 15., 1988, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 1988.

CURLETTI, G.; RIBEIRO, S. P.; MIGLIORE, L. Preliminary contribution to the knowledge of Coleoptera Buprestidae from Atlantic rainforest regions of Rio Doce and Itacolomi State Parks of Minas Gerais, Brazil. The genera Agrilus Curtis, 1825, Autarcontes Waterhouse, 1887, and GeraliusHarold, 1869. **Biodiversity Journal**, v. 4, n. 4, p. 443-450, 2013.

DANILEWICZ, D.; OTT, P. H.; SECCHI, E.; ANDRIOLO, A.; ZERBINI, A. Occurrence of the Atlantic spotted dolphin, *Stenella frontalis*, in southern Abrolhos Bank, Brazil. **Marine Biodiversity Records**, v. 6, p. e6, 2013.

DANILEWICZ, D.; TAVARES, M.; MORENO, I. B.; OTT, P. H., TRIGO, C. C. Evidence of feeding by the humpback whale (*Megaptera novaeangliae*) in mid-latitude waters of the western South Atlantic. **Marine Biodiversity Records**, v. 2, n. 88, p. 1-3, 2009.

DANILEWICZ, D.; ZERBINI, A. N.; ANDRIOLO, A.; SECCHI, E. R.; SUCUNZA, F.; FERREIRA, E.; DENUNCIO, P.; FLORES, P. A. C Abundance and distribution of an isolated population of franciscana dolphins (*Pontoporia blainvillei*) in southeastern Brazil: red alert for FMA I? In: Annual report of the International Whaling Comission, 2012.

DAY JR, J. W.; HALL, C. A. S.; KEMP, W. M.; YANEZ-ARANCIBIA, A. **Estuarine ecology**. New York: Wiley, 1989.

DE PAULA, J. A. **Biodiversidade, população e economia**: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, 1997.

DEIQUES, C. H.; STAHNKE, L. F.; REINKE, M.; SCHMITT, P. **Guia ilustrado dos anfíbios e répteis do Parque Nacional de Aparados da Serra, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Brasil**. Pelotas: USEB, 2007.

DELPRETE, P. G. Riodocea (Rubiaceae, Gardenieae), a new genus from the Brazilian Atlantic forest. **Brittonia**, v. 51, p. 15-23, 1999.

DIAS, B. F. S. **Alternativas de desenvolvimento dos Cerrados**: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis. Brasília, DF: UnB, Ibama, Funatura, 1992.

DOMINGO, M.; VISA, J.; PUMAROLA, M.; MARCO, A. J.; FERRER, L.; RABANAL, R.; KENNEDY, S. Pathologic and immunocytochemistry studies of morbillivirus infection in striped dolphins (*Stenella coeruleoalba*). **Veterinary Pathology**, v. 29, p. 1-10, 1992.

DORNELES, P. R.; LAILSON-BRITO, J.; FERNANDEZ, M. A. S.; BARBOSA, L. A.; AZEVEDO, A. F.; FRAGOSO, A. B. L.; TORRES, P. M.; MALMA, O. Evaluation of cetacean exposure to organotin compounds in Brazilian waters through hepatic total tin concentrations. **Environmental Pollution**, v. 156, n. 3, p. 1268-1276, 2008.

DORNELES, P. R.; SANZ, P.; EPPE, G.; AZEVEDO, A. F.; BERTOZZI, C. P.; MARTÍNEZ, M. A.; SECCHI, E. R.; BARBOSA, L. A.; CREMER, M.; ALONSO, M. B.; TORRES, J. P. M.; LAILSON-BRITO, J.; MALMA, O.; ELJARRAT, E.; BARCELÓ, D.; DAS, K. High accumulation of PCDD, PCDF, and PCB congeners in marine mammals from Brazil: A serious PCB problem. **Science of the Total Environment**, v. 463-464, p. 309-318, 2013.

DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; GRECO, M. B.; VIEIRA, F. (Eds). **Biota Minas**: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no estado de Minas Gerais – subsídio ao Programa Biota Minas/Minas Biota. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2009.

DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; MACHADO, A. B. M.; SEBAIO, F. A.; ANTONINI, Y. **Biodiversidade em Minas Gerais**: um atlas para sua conservação. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; MENDONÇA, M. P. **Revisão das listas das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção do estado de Minas Gerais**. Fundação Biodiversitas: Belo Horizonte, 2007.

DUARTE, I. D.; DIAS, M. C.; DAVID, J. A. O.; MATSUMOTO, S. T. A qualidade da água da Lagoa Jacuném (Espírito Santo, Brasil) em relação a aspectos genotóxicos e mutagênicos, mensurados respectivamente pelo ensaio do cometa e teste do micronúcleo em peixes da espécie *Oreochromis niloticus.* **Revista Brasileira de Biociências**, v. 10, n. 2, p. 211-219, 2012.

DUTRA, G. F.; ALLEN, G. R.; WERNER, T.; MCKENNA, S. A. A rapid marine biodiversity assessment of the Abrolhos Bank, Bahia, Brazil. **RAP Bulletin of Biological Assessment 38**. Washington, DC.: Conservation International, 2006.

EKAU, W.; KNOPPERS, B. An introduction to the pelagic system of the Northeast and East Brazilian shelf. **Archive of Fishery and Marine Research**, v. 47, n. 2/3, p. 113-132, 1999.

ELLIOT, M.; McLUSKY, D. S. The need definitions in understanding estuaries. **Estuarine and Coastal Shelf Science**, v. 55, p. 815-827, 2002.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos aproveitamentos hidrelétricos da bacia do rio Doce**. Relatório Final, 2007.

ENGEL, M. H.; MARCONDES, C. C. Baleia-jubarte. In: ROCHA-CAMPOS, C. C.; CÂMARA, I. G. (Org.). **Plano de ação nacional para conservação dos mamíferos aquáticos**: grandes cetáceos e pinípedes. Brasília, DF: ICMBio, 2011. p. 27-29.

ENGEL, V. L. **Estudo fenológico de espécies arbóreas de uma floresta tropical em Linhares, ES**. 2001. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ERNST, C. H.; BARBOUR, R. W. **Turtles of the world**. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1989.

ESPÍRITO SANTO, N. B. de. **Assembléia de formigas do Parque Estadual do Itacolomi (MG) e relações intra e interespecíficas entre espécies dominantes**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 3.802-N, de 30 de dezembro de 1994. Institui Área de Proteção Ambiental de Praia Mole, denominada APA de Praia Mole, no município da Serra. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 30 dez. 1994. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1994/dec_3802_n_1994_apapraiamole_es.pdf>. Acesso em: 1 set. 2017.

ESTEVES, F. A.; SUZUKI, M. S.; CALLISTO, M. F. P.; PERES-NETO, P. R. Teores de matéria orgânica, carbono orgânico, nitrogênio, fósforo e feopigmentos no sedimento de alguns ecossistemas lacustres do litoral do Estado do Espírito Santo. **Oecologia Brasiliensis**, v. 1, p. 407-417, 1995.

EVANS, D. H. The fish gill: site of action and model for toxic effects of environmental pollutants. **Environmental Health Perspectives**, v. 71, p. 47-58, 1987.

EVANS, D. H.; PIERMARINI, P. M.; CHOE, K. P. The multifunctional fish gill: Dominant site of gas exchange, osmoregulation, acid-base regulation, and excretion of nitrogenous waste. **Physiological Reviews**, v. 85, p. 97-177, 2005.

FADINI, G. P. A Ictiofauna do Rio Santa Maria do Rio Doce. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA, 3., 2014, Santa Teresa. **Anais...** Santa Teresa, 2014, p. 379-385.

FAGUNDES, R.; FUJACO, M. A. G.; SILVA, G. L.; ESPÍRITO-SANTO, N. B.; RIBEIRO, S. Padrão sazonal de forrageio de formigas de padrão sazonal de forrageio de formigas de solo em mata estacional semidecidual montana, Ouro Preto (Mg, Brasil). In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2007.

FAGUNDES, R.; TERRA, G.; RIBEIRO, S. P.; MAJER, J. D. O Bambu Merostachys fischeriana (Bambusoideae: Bambuseae) como Habitat para Formigas de Floresta Tropical Montana. **Neotropical Entomology**, v. 39, n. 6, p. 906-911, 2010.

FARIA, C. M. A.; RODRIGUES, M.; AMARAL, F. Q. DO; MÓDENA, É.; FERNANDES, A. M. Aves de um fragmento de Mata Atlântica no alto Rio Doce, Minas Gerais: colonização e extinção. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 23, n. 4, p. 1217-1230, 2006.

FAUSCH, K. D.; LYONS, J.; KARR, J. R.; ANGERMEIER, P. L. Fish communities as indicators of environmental degradatio. In: ADAMS, S.M. (Ed.). **Biological indicators of stress in fish**. Bethersda, Maryland: American Fisheries Sociey, 1990, p. 123-124.

FEIO, R. N.; SANTOS, P. S.; CARAMASCHI, U. New records of amphibians from Parque Estadual do Rio Doce, State of Minas Gerais, Brasil. **Herpetological Review**, v. 30, n. 1, 1999.

FEIO, R. N.; WIEDERHECKER, H; BRAGA, U. M. L.; SANTOS, P. S. **Anfíbios do Parque Estadual do Rio Doce**. Universidade Federal de Viçosa e Instituto Estadual de Florestas. Viçosa: Imprensa Universitária, 1998.

FEITOZA, B. M.; ROSA, R. S.; ROCHA, L. A. Ecology and zoogeography of deep-reef fishes in northeastern Brazil. **Bulletinof Marine Science**, v. 76, n. 3, p. 725-742, 2005.

FÉLIX, V. B. G. **Ocorrência e caracterização de golfinhos no litoral norte do espírito santo e sua relação com a atividade pesqueira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2014.

FERNANDES, D. S.; FRANCO, F. L.; FERNANDES, R. Systematic revision of the genus *Lachesis* Daudin, 1803 (Serpentes, Viperidae). **Herpetologica**, Lawrence, v. 60, n. 2, p. 245-260, 2004.

FERNANDES, V. O.; CAVATI, B.; SOUZA, B. D. A.; MACHADO, R. G.; COSTA, A. G. Lagoa Mãe-Bá (Guarapari-Anchieta, ES): Um Ecossistema com potencial de floração de cianobactérias? **Oecologia Brasiliensis**, v. 13, n. 2, p. 366-381, 2009.

FERREIRA, F.; MORMUL, R.; PEDRALLI, G.; POTT, V.; POTT, A. Estrutura da comunidade de macrófitas aquáticas em três lagoas do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **Revista Hoehnea**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 43-52, 2010.

FIGUEIREDO, G. M.; GARCIA, A. M.; RESENDE, S. M.; VIEIRA, J. P. Variação nictemeral de abundância e tamanho da assembléia de peixes do estuário da Lagoa dos Patos, RS. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 11., 1995, Campinas. **Anais...** Campinas, 1995, p. 7.

FIGUEIREDO, J. A.; NORIEGA, C. D.; OLIVEIRA, E. M. C.; NETO, R. R.; BARROSO, G. F.; FILHO, M. A. Avaliação biogeoquímica de águas fluviais com ênfase no comportamento dos compostos de nitrogênio e fósforo total para diagnoses provenientes do sistema aquático bacia do rio Doce, no Espírito Santo. **Geochimica Brasiliensis** v. 28, n. 2, p. 215-226, 2014.

FLEMING, A.; JACKSON, J. **Global review of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*)**. U.S. Department of Commerce: NOAA Tech. Memo. NOAA-TM-NMFS-SWFSC-474, 2011.

FLOETER, S. R.; GASPARINI, J. L. The southwestern Atlantic reef fish fauna: composition and zoogeographic patterns. **Journal of Fish Biology**, v. 56, p. 1099-1114, 2000.

FLOETER, S. R.; GUIMARÃES, R. Z. P.; ROCHA, L.A.; FERREIRA, C. E. L.; RANGEL, C.A.; GASPARINI, J. L. Geographic variation in reef-fish assemblages along the Brazilian coast. **Global Ecology and Biogeography**, v. 10, p. 423-431, 2001.

FLOETER, S.R.; ROCHA, L.; ROBERTSON, D. R.; JOYEUX, J. C.; SMITH-VANIZ, W.F.; WIRTZ, P.; EDWARDS, A. J.; BARREIROS, J.P.; FERREIRA, C. E. L.; GASPARINI, J. L.; BRITO, A.; FALCÒN, J. M.; BOWEN, B. W.; BERNARDI, G. Atlantic reef fish biogeography and evolution. **Journal of Biogeography**, v. 35, p. 22-47, 2008.

FLORES, P. A. C.; SILVA, V. M. F. Tucuxi and guiana doplphin *Sotallia fluviatilis* and *S. guanensis*. In: PERRIN, W. F.; WÜRSIG, B.; THEWISSEN, J. G. M. (Eds.). **Encyclopedia of marine mammals**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2009, p. 1188-1192.

FOLLY, H. S. G.; OLIVEIRA, S. F.; RIBEIRO JR, C. Levantamento de mamíferos terrestres por métodos não invasivos na RPPN Fazenda Macedônia - MG. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., 2011, Coronel Fabriciano-MG. **Anais...** Coronel Fabriciano-MG: Unileste MG, 2011.

FONSECA, G. A. B. The vanishing Brazilian Atlantic Forest. **Biological Conservation**, v. 34, p. 17-34, 1985.

_____. Small mammal species diversity in Brazilian tropical primary and secondary forests of different sizes. **Revta Bras. Zool.**, v. 6, n. 3, p. 381-422, 1989.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The state of world fisheries and aquaculture**. Part 1: world review of fisheries and aquaculture. FAO, Rome, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/i0250e/i0250e01.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2007.

FORESTELL, P. Popular culture and literature. In: PERRIN, W. F.; WÜRSIG, B.; THEWISSEN, J. G. M. (Eds.). **Encyclopedia of marine mammals**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2009. p. 898-913.

FORRESTER, B. C. **Birding Brazil**: a checklist and site guide. Irvine: John Geddes, 1993.

FÖRSTNER, U.; WITTMANN, G. T. W. **Metal polllution in the aquatic environment**. 2. ed. Berlin: Springer-Verlag, 1981.

FORZZA, R. C. et al. New Brazilian floristic list highlights conservation challenges. **BioScience**, v. 62, n. 1, 39-45, 2012.

FRANÇA, G.; STEHMANN, J. Florística e estrutura do componente arbóreo de remanescentes de Mata Atlântica do médio rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. A1-A12, 2013.

FRANCISCHETTI, C. N. **Ephemeroptera (Insecta) do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil**: biodiversidade e distribuição espacial. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

FRANCISCHETTI, C. N.; SALLES, F. F.; DIAS, L. G.; DA-SILVA, E. R. Fauna de Baetidae (Insecta: Ephemeroptera) do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v. 11, n. 21, p. 2243, 2015.

FREITAS NETTO, R.; BARBOSA, L. A. Cetaceans and fishery interactions along the Espírito Santo State, southeastern Brazil during 1994-2001. **The Latin American Journal of Aquatic Mammals**, v. 2 n. 1, p. 57-60, 2003.

FREITAS NETTO, R.; DI BENEDITTO, A. P. M. Interactions between fisheries and cetaceans in Espírito Santo State coast, southeastern Brazil. **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 10, n. 1, p. 55-63, 2008.

FRIOL, N. R. **Filogenia e evolução das espécies do gênero *Phrynops* (Testudines, Chelidae)**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FRIZZERA, F. C.; TOSI, C.; PINHEIRO, H. T.; MARCONDES, M. C. C. Captura acidental de toninha (*Pontoporia blainvillei*) na costa norte do Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 29, p. 81-86, 2012.

FRIZZERA, F. C.; VASCONCELOS, D. G.; PINHEIRO, H. T. Avistamento de pequenos cetáceos na foz do Rio Doce, Linhares ES. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2007. p. 1-2.

FROESE, R.; PAULY, D. (Ed.). **FishBase**. WorldWide web eletronic publication. Version (06/2017). Disponível em: <www.fishbase.org>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. **Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata do Sossego**: RPPN Mata do Sossego. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rppn_mata_sossego_pm.pdf>. Acessado em: 17 jul. 2017.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). **Plano de manejo da estação ecológica do Tripuí - Ouro Preto - MG**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1995. 1 v.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica**: período 2015-2016. Relatório Técnico. São Paulo, 2017.

GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica - Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005.

GARAY, I. Uma história recente. In: GARAY, I.; RIZZINI, C. M. (Orgs.). **A Floresta Atlântica de Tabuleiros**: diversidade funcional da cobertura arbórea. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 3-26.

GARAY, I.; RIZZINI, C. M. (Orgs.). **A Floresta Atlântica de Tabuleiros**: diversidade funcional da cobertura arbórea. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARBIN, R. C.; KARLGUTH, D. T.; FERNANDES, D. S. Morphological variation in the Brazilian Radiated Swamp Turtle *Acanthochelys radiolata* (Mikan, 1820) (Testudines: Chelidae). **Zootaxa**, v. 4105, p. 45-64, 2016.

GARTY, J.; KLOOG, N.; COHEN, Y. Integrity of lichen cell membranes in relation to concentration of airborne elements. Arch. Environ. **Contam. Toxicol.**, v. 34, p. 136-144, 1998.

GASPARINI, J. L.; SAZIMA, I. A stranded melon-headed whale, *Peponocephala electra*, in southeastern Brazil, with coments on wounds from the cookiecutter shark, *Isistius brasiliensis*. **Marine Mammal Science**, v. 12, n. 2, p. 8-312, 1996.

GATTI, A.; FERREIRA, P. M.; CUNHA, C. J.; SEIBERT, J. B.; MOREIRA, D.O. Medium and large-bodied mammals of the Private Reserve of Natural Heritage Recanto das Antas, in Espírito Santo, Brazil. **Oecologia Australis**, v. 21, n. 2, p. 171-181, 2017.

GEISE, L.; BOROBIA, M. New Brazilian records for Kogia, *Pontoporia*, *Grampus* and *Sotalia* (Cetacea, Physeteridae, Platanistidae, and Delphinidae). **Journal of Mammalogy**, v. 68, n. 4, p. 873-5, 1987.

GILHUIS, J. P. Levantamento da vegetação do Parque Estadual do Rio Doce. In: Curso de manejo e administração e unidades de conservação. **Universidade Federal de Viçosa**, MG. (Apostila de curso), 1986.

GODEFROID, R. S.; HOFSTAETTER, M. 1995. Estrutura populacional da ictiofauna da zona de arrebentação da praia de Pontal do Sul, Paraná. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 11., 1995, Campinas. **Anais...** Campinas, 1995.

GODINHO, A. L.; POMPEU, P. S. A importância dos ribeirões para os peixes de piracema. In: GODINHO, H. P.; GODINHO, A. L. (Orgs.). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 361-372

GOVERNADOR VALADARES. **Decreto nº 9.532, de 06 de junho de 2011**. Cria o Parque Natural Municipal de Governador Valadares. Disponível em: <http://www.valadares.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Decreto_9532_2011?cdLocal=5&arquivo={DE6C35AB-D05B-77DE-BBBB-A4B514D87A2A}.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Institucional: Parque Natural Municipal. **Governador Valadares**, 9 fev. 2015. Disponível em: <http://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/parque-natural-municipal/22505>. Acesso em: 17 jul. 2017.

GRAÇANO, D.; AZEVEDO, A.; PRADO, J. Anatomia foliar das espécies de Pteridaceae do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) – MG. **Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 333-347, set. 2001.

GRAÇANO, D.; PRADO J.; AZEVEDO A. Levantamento preliminar de Pteridophyta do Parque Estadual do Rio Doce (MG). **Acta Botânica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 165-181, 1998.

GROCH, K. R.; MARCONDES, M. C. C.; COLOSIO, A. C.; CATÃO-DIAS, J. L. Skeletal abnormalities in humpback whales *Megaptera novaeangliae* stranded in the Brazilian breeding ground. **Diseases of Aquatic Organisms**, v. 101, n. 2, p. 145-158, 2012.

GROCH, K. R; COLOSIO, A. C.; MARCONDES, M. C. C.; ZUCCA, D.; DÍAS-DELGADO, J.; NIEMEYER, C.; MARIGO, J.; BRANDÃO, P. E.; FERNANDÉZ, A.; CATÃO-DIAS, J. L. A novel morbilivírus in Guiana-dolphin, Brazil. **Emerging Infectious Diseases**, v. 20, n. 3, p. 511-513, 2014.

GUEDES, G. R.; SIMÃO, A. B.; DIAS, C. A.; BRAGA, E. O. Risco de adoecimento por exposição às águas do Rio Doce: um estudo sobre a percepção da população de Tumiritinga, Minas Gerais, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p. 1257-1268, 2015.

GUILHERME, L. R. G.; MARQUES, J. J.; PIERANGELI, M. A. P.; ZULIANI, D. Q.; CAMPOS, M. L.; MARCHI, G. Elementos traço em solos e sistemas aquáticos. **Tópicos em Ciências do Solo**, v. 4, p. 345-390, 2005.

GUIMARÃES, E.; SILVA, M. Uma nova espécie e novos nomes em Piper seção Ottonia (Piperaceae) para o Sudeste do Brasil. **Revista Hoehnea**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 431-435, 2009.

GUIMARÃES, M. C. C. S. **Ecotoxicologia como ferramenta de monitoramento na gestão municipal de recursos hídricos no município de Barão de Cocais – MG**. 2007. Monografia – Programa de Pós-graduação em Gerenciamento de Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GUSMÃO, R. P. **Diagnóstico Brasil**: a ocupação e o meio ambiente. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 1990.

HADDAD, C. F. B.; TOLEDO, L. F.; PRADO, C. P. A. **Anfíbios da Mata Atlântica**: guia dos anfíbios anuros da Mata Atlântica. São Paulo: Editora Neotropica, 2008.

HAIMOVICI, M.; VOOREN, C. M.; CASTELLO, J. P. Nécton do Rio Grande do Sul. In: CASTELLO, J. P. (Coord.). **Diagnóstico ambiental oceânico e costeiro das regiões Sul e Sudeste do Brasil**. Rio Grande: Petrobras, 1994. 5 v., p. 81-129.

HAWKSWORTH, D. L. Litmus tests for ecosystem helth: the potential of bioindicator in the monitoring of biodiversity. In: SWAMINATHAN, M. S.; JANA, S. (Eds.). **Biodiversity**. Implications for global food security, Madras, Macmillan Índia, v. 17, p. 184-204, 1992.

HIRSCH, A. **Avaliação da Fragmentação do Habitat e Seleção de Áreas Prioritárias para a Conservação de Primatas na Bacia do Rio Doce, Minas Gerais, através da aplicação de um Sistema de Informações Geográficas**. 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

HIRSCH, A; OLIVEIRA, L.; CÂMERA, E.; PASCHOAL, A.; ALVARENGA, R.; BALARMINO, M. Callithrix geoffroyi (primates: callitrichidae) and alouatta caraya (primates: atelidae) in the Serra do Cipó National Park, Minas Gerais, Brazil. **Neotropical Primates**, v. 11, n. 2, p. 86-89, 2003.

HORN, M. H. Diel and seasonal variation en abundance and diversity of shallow-water fish populations in Morro Bay, California. **Fishery Bulletin**, v. 78, n. 3, p. 759-769, 1980.

HOSTIN-SILVA, M.; ANDRADE, J. P.; CAFFÉ, A.; VICENTE, M. de J. Ictiofauna da foz do Rio Itajaí-Açu, Santa Catarina, Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 12., 1997, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1997a.

HOSTIN-SILVA, M.; RODRIGUES, A. T.; SOUZA FILHO, M. A. C. de; CLEZAR, L.; RIBEIRO, G. C. Ictiofauna da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA, 12., 1997, São Paulo. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1997b.

HOYT, E. **Whale-watching 2001: Worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits**. Yarmouth Port: International Fund for Animal Welfare, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF). **Plano de manejo da Reserva Biológica de Sooretama**. Brasília, DF: IBDF, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

_____. **Mapa da área de aplicação da Lei nº. 11.428 de 2006**. Brasília, DF: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/biomas/mata_atlantica/mapa_mata_atlantica_lei_11428_2006_e_decreto6660_2008.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.

_____. **Manual técnico de geomorfologia**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Manual técnico da vegetação brasileira**: sistema fitogeográfico: inventários das formações florestais e campestres: técnicas e manejo de coleções botânicas: procedimentos para mapeamentos. 2. ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de Manejo Reserva Biológica Augusto Ruschi**. Ibama, 1995. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_augusto-ruschi.pdf. Acesso em: 28 jul. 2017.

_____. **Plano de Manejo da Reserva Biológica de Comboios**: fase 1. Ibama, 1997. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_comboios.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Goytacazes**. Resumo Executivo. Vitória: ICMBio, 2013a. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resumo_executivo-_jan2013_final.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Goytacazes, Espírito Santo**. Volume I – Diagnóstico. Brasília, DF: 2013b.

_____. **Sumário executivo**: livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Brasília, DF: ICMBio, 2016.

_____. **Plumas de Sedimentos na Foz do rio Doce**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/ibama_mapa_consolicao_plumas_foz_rio_doce_10022017.jpg>. Acesso em: 6 set. 2017a.

_____. **Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnajurubatiba/> Acesso em: 31 ago. 2017b.

_____. **Parque Nacional Marinho de Abrolhos**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 31 ago. 2017c.

_____. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN**. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico>. Acesso em: 18 jul. 2017d.

_____. **Termo de referência para estudos da fauna marinha na foz do rio Doce**. Brasília, DF: ICMBio, 2017. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/dcom_TR_monitoramento_Clausula_165_ANEXO_8_Abrolhos.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017e.

INSTITUTO DE PESQUISA DA MATA ATLÂNTICA (IPEMA). **Contribuição ao processo de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce**. Vitória: IPEMA, 2009.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (INEMA). **APA Ponta Baleia/Abrolhos**. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-ponta-da-baleia-abrolhos/>. Acesso em: 1 set. 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). **Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce**. Unidade de conservação e Zona de amortecimento. Encarte 4. Belo Horizonte: IEF, 2001.

_____. **Atlas da fauna em unidades de conservação do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: IEF, 2011. 1 v.

_____. **Conselho Consultivo Parque Estadual Sete Salões**. IEF, 2013. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/conselhoconsultivo/divulgacao-conselho-saloes.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. **Parque Estadual do Rio Doce**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/195?task=view>. Acesso em: 17 jul. 2017a.

_____. **Banco de Dados de Unidades de Conservação Estaduais**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/banco-de-dados-de-unidades-de-conservacao-estaduais>. Acesso em: 20 jul. 2017b.

_____. **Parque Estadual Sete Salões**. Disponível em:<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protegidas/214>. Acesso em: 20 jul. 2017c.

_____. **IEF realiza consulta pública sobre criação do Monumento Natural Estadual Pico do Ibituruna**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1337-ief-realiza-consulta-publica-sobre-criacao-do-monumento-natural-estadual-pico-do-ibituruna->. Acesso em: 20 jul. 2017d.

_____. **APA SUL RMBH**. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/fiscalizacao> Acesso em: 31 ago. 2017e.

_____. **Parque Estadual Serra do Ouro Branco**: plano de manejo. Encarte 1. Diagnóstico. Belo Horizonte: IEF, 2017f.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA). **Plano de Manejo da APA de Conceição da Barra**. Considerações finais. Vitória: IEMA, 2014. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/GRN/20150508_VOLUME_II_6_Consideracoes_Finais.pdf>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____. **APA Setiba**. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/APA_Setiba>. Acesso em: 1 set. 2017a.

_____. **I3Geo**. Disponível em: <http://189.84.218.229/aplicmap/geral.htm?f95ae2377f800fa1c9943f41f3f5d9d7>. Acesso em: 22 jun. 2017b.

_____. **Espécies ameaçadas**: lista de espécies ameaçadas de extinção no Espírito Santo. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/especies-ameacadas>. Acesso em: 5 jun. 2017c.

INSTITUTO PRÍSTINO. **Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço**. Instituto Prístino, 2017. Disponível em: <http://www.institutopristino.org.br/atlas/espinhaco/baixe-os-arquivos-shp-e-kml/>. Acesso em: 18 jul. 2017a.

_____. **Atlas Digital Geoambiental**. Sistema WebGis de livre acesso ao banco de dados ambiental. Disponível em: <http://institutopristino.org.br/atlas>. Acesso em: 1 ago. 2017b.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Serra do Gandarela**. Disponível em: <https://www.uc.socioambiental.org/node/602416>. Acesso em: 20 jul. 2017.

INSTITUTO TERRA. **O que fazemos**: restauração ecossistêmica. RPPN Fazenda Bulcão. Instituo Terra, 2013. Disponível em: <http://www.institutoterra.org/pt_br/conteudosLinks.php?id=23&tl=TyBxdWUgZmF6ZW1vcw==&sb=MTI=#.WXinBtQwjGh>. Acesso em: 26 jul. 2017.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). **Guidelines for the prevention of biodiversity loss caused by alien invasive species**. Cambridge: IUCN, 2000.

_____. **The World Conservation Union – IUCN**. IUCN, 2006. Disponível em: <www.iucn.org>. Acesso em: 23 fev. 2006.

_____. **The IUCN Red List of Threatened Species**. Version 2017-1. IUCN, 2017. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em: 7 de ago. 2017.

IVERSON, J. B. **A revised checklist with distribution maps of the turtles of the world**. Richmond: Privately Printed, 1992.

JACOB, A. C. P. Os 5 rios mais poluídos do Brasil. **Aquafluxus**, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://www.aquafluxus.com.br/os-5-rios-mais-poluidos-do-brasil>. Acesso em: 4 maio 2017.

JESUS, H. C.; COSTA, E. A.; MENDONÇA, A. S. F.; ZANDONADE, E. Distribuição de metais pesados em sedimentos do sistema estuarino da Ilha de Vitória-ES. **Química Nova**, v. 27, n. 3, p. 378-386, 2004.

JORDÃO, C. P.; PEREIRA, J. C.; BRUNE, W.; PEREIRA, J. L.; BRAATHEN, P. C. Heavy metal dispersion from industrial wastes in the Vale do Aço, Minas Gerais, Brazil. **Environmental Technology**, v. 17, p. 489-500, 1996.

JOYEUX, J. C.; CAMPANHA FILHO, E. A.; JESUS, H. C. Trace metal contamination in estuarine fishes from Vitória Bay, ES, **Brazil. Brazilian Archives of Biology and Technology**, v. 47, n. 5, p. 765-774, 2004.

KARR, J. R. Assessment of biotic integrity using fish communities. **Fisheries**, v. 6, p. 21-27, 1981.

KEESEN, F.; NUNES, A. V.; SCOSS, L. M. Updated list of mammals of Rio Doce State Park, Minas Gerais, Brazil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 38, n. 2, p. 139-162, 2016.

KEHRIG, H. A.; FERNANDES, K. W. G.; MALM, O.; SEIXAS, T. G.; DI BENEDITTO, A. P. M.; SOUZA, C. M. M Transferência trófica de mercúrio e selênio na costa norte do Rio de Janeiro. **Quim. Nova**, v. 32, n. 7, p. 1822-1828, 2009.

KENNEDY, C. J.; FARRELL, A. P. Ion homeostasis and interregnal stress responses in juvenile Pacific herring, Clupea pallasi, exposed to the water-soluble fraction of crude oil. **Journal Experimental Marine Biology and Ecology**, v. 323, p. 43-56, 2005.

KENNISH, M. J. **Ecology of estuaries**. Boca Raton: CRC Press, 1990.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

KLUMPP, A.; ANSEL, W.; KLUMPP, G.; FOMIN, A. Um novo conceito de monitoramento e comunicação ambiental: a rede européia para a avaliação da qualidade do ar usando plantas bioindicadoras (EuroBionet). **Revista Brasileira de Botânica**, v. 4, p. 511-518, 2001.

KNAPP, R. A.; MATTHEWS, K. R. Effects of non-native fishes on wilderness lake ecosystems in the Sierra Nevada and recommendations for reducing impacts. **USDA Forest Service Proceedings RMRS-P-15**, v. 5. p. 312-317, 1999.

_____. Non-native fish introductions and the decline of the mountain yellow-legged frog from within protected areas. **Conservation Biology**, v. 14, n. 2. p. 428-438, 2000.

KOLLMANN, L. J. C. Begonia ruschii L. Kollmann (*Begoniaceae*), uma nova espécie da Floresta Atlântica do Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão** (Nova Série), v. 15, p. 29-33, 2003.

KOLLMANN, L. J. C.; FONTANA, A. P. Acianthera fornograndensis L. Kollmann & A.P. Fontana (*Orchidaceae*) uma nova espécie da Floresta Atlântica do Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão** (Nova Série), v. 20, p. 27-33, 2006.

LACERDA, T. Fitossociologia em um fragmento de Floresta Estacional Semidecidual limítrofe ao Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. Universidade Federal de Viçosa. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 10., 2011, São Lourenço. **Anais...** São Lourenço, 2011.

LAFFRANCHI NETO, R. M. F. **Variação espaço-temporal da ictiofauna sob o impacto de derrocagem na baía de Vitória/ES**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas. Vitória, 2013.

LANDAU, E. C.; FONSECA, G. A. B. **Análise da distribuição espacial de fragmentos florestais no vale do Rio Doce**, Minas Gerais, e consequências para a conservação da biodiversidade. 1997.

LANI, J. L.; REZENDE, S. B.; SARTAIN, J. B.; LANI, J. A. Águas da região do delta do rio Doce com ênfase no Vale do Suruaca, Linhares-ES. **Geografares**, v. 7, p. 147-160, 2009.

LASIAK, T. A. Juveniles, food, and the surf zone habitat: implications for the teleost nursery areas. South **African Journal of Zoology**, v. 21, p. 51- 55, 1986.

LEAL, P. R. **Avaliação de indicadores do estado trófico de uma lagoa costeira**: lagoa Jacuném (Serra/ES). 2006. Monografia – Curso de Oceanografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

LEÃO, Z. M. A. N. The coral reefs of Bahia: morphology, distribution and the major environmental impacts. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 68, n. 3, p. 339-452, 1996.

LEDO, B. S. de. Nécton de Santa Catarina. In: CASTELLO, J. P. (Coord.). **Diagnóstico ambiental oceânico e costeiro das regiões Sul e Sudeste do Brasil**. Rio Grande: Petrobras, 1994. 5 v., p. 59-81.

LEGAT, L. N. A.; BRITO, J. L. O mercúrio em cetáceos (*Mammalia, Cetacea*): uma revisão. **Oecologia Australis,** v. 14, n. 4, p. 1021-1035, 2010.

LEITE, F. S. F.; JUNCÁ, F. A.; ETEROVICK, P. C. Status do conhecimento, endemismo e conservação de anfíbios anuros da Serra do Espinhaço, Brasil. **Megadiv**, v. 4, n. 1-2, p. 158-176, 2008.

LEITE, P.; KLEIN, R. M. Vegetação. In: IBGE. **Geografia do Brasil**: região Sul. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 113-150.

LEMES, A. **Relações florísticas, fitossociológicas e aspectos edáfitos de comunidades de campos rupestres da Serra do Itacolomi e Serra do Ouro Branco, Minas Gerais**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H.; CREADO, E.; TRIGUEIRO, A.; SILVA, B.; DUARTE, L.; SANTANA. N. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). **Relatório de Pesquisa**. Vitória: GEPPEDES, 2017.

LIEM, K. F.; BEMIS, W. E.; WALKER JR., W F.; GRANDE, L. **Anatomia funcional dos vertebrados**: uma perspectiva evolutiva. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LIMA E SILVA, C.; COSTA, A. T.; LANDA, G. G.; FONSECA, H. F. C.; SILVEIRA, A. Evaluation of sediment contamination by trace elements and the zooplankton community analysis in area affected by gold exploration in Southeast (SE) of the Iron Quadrangle, Alto Rio Doce, (MG) Brazil. **Acta Limnologica Brasiliensia**, v. 25, n. 2, p. 150-157, 2013.

LIMA, A. C. **Determinação de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos em águas superficiais nos rios Piracicaba e Doce, Ipatinga – MG, utilizando a técnica de EFS-CLAE-DAD**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2008.

_____. **As assembleias de peixes dos estuários de Conceição da Barra e Barra Nova, Espírito Santo**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Vitória, 2012.

LIMA, H. S. **Qualidade das águas superficiais da porção mineira da Bacia do Rio Doce e sua relação com aspectos socioambientais**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LIMA, J. G. **Elementos químicos nas águas e sedimentos do rio Piracicaba, afluente do rio Doce, MG**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009.

LIMA, J. S. **O biomonitoramento como ferramenta complementar na avaliação de impactos ambientais**: discutindo conceitos. Techoje, 2000. Disponível em: <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/174>. Acesso em: 10 maio 2017.

LIMA, l. Y.; CARVALHO, A. P. M.; AZEVEDO, C. T.; BARBOSA, L. A.; SILVEIRA, L. S. Variation of age and total length in *Sotalia guianensis* (Van Bénéden, 1864) (Cetacea, Delphinidae), on the coast of Espírito Santo state, Brazil**. Braz. J. Biol.**, v. 77, n. 3, p. 437-443, 2017.

LODI, L.; BOROBIA, M. **Baleias, botos e golfinhos do Brasil**: guia de identificação. Rio de Janeiro: Editora Technical Books, 2013.

LODI, L.; WEDEKIN, L. L.; ROSSI-SANTOS, M. R.; MARCONDES, M. C. Movements of the bottlenose dolphin (*Tursiops truncatus*) in the Rio de Janeiro state, southeastern Brazil. **Biota Neotropica**, v. 9, p. 205-209, 2008.

LOMBARDI, J.; GONÇALVES M. Composição florística de dois remanescentes de Mata Atlântica do sudeste de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 255-282, set. 2000.

LONGMAN, K. A.; JENIK. **Tropical Forest its environment**. London: Tropical Ecology Series, 1984.

LOPES, P. R. D.; OLIVEIRA-SILVA, J. T.; SENA, M. P.; SILVA, I. S.; VEIGA, D. C. M.; SILVA, G. R.; SANTOS, R. C. L. Contribuição ao conhecimento da ictiofauna da praia de Itapema, santo Amaro da Purificação, Baía de Todos os Santos, BA. **Acta Biológica Leopoldensia**, v. 21, n. 1, p. 99-105, 1999.

LOPES, P. R. D.; OLIVEIRA-SILVA, J. T.; SOUZA, C. P. Ictiofauna desembarcada na cidade de Valença (Estado da Bahia, Litoral Nordeste do Brasil). **Sitientibus série Ciências Biológicas**, v. 1, n. 2, p. 137-140, 2001.

LOPES, W.; SILVA, A.; SOUZA, A.; NETO, J. Estrutura Fitossociológica de um trecho de vegetação arbórea no Parque Estadual Rio Doce – Minas Gerais, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 443-456, 2002.

LORENZUTTI, R.; ALMEIDA, A. D. P. A coleção de mamíferos do Museu Elias Lorenzutti em Linhares, Estado do Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 19, p. 59-74, 2006.

LOURENÇO, A. C. C.; NASCIMENTO, L. B.; PIRES, M. R. S. A new species of *Scinax catharinae* species group (Anura: Hylidae) from Minas Gerais, Southeastern Brazil. **Herpetologica**, v. 65, n. 4, p. 468-479, 2009.

LOURES-RIBEIRO, A.; MANHÃES, M. A.; DIAS, M. M. et al. Aves de sub-bosque de uma área de Mata Atlântica de baixada do sudeste do Brasil. **Ornithologia**, v. 4, p. 76-85, 2011.

LOWE-McCONNELL, R. H. **Fish communities in tropical freshwater:** their distribution, ecology and evolution. London: Longman, 1975.

_____. **Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LOYOLA, R. et al. Áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da flora brasileira ameaçada de extinção. 2014. Disponível em: <http://dspace.jbrj.gov.br/jspui/handle/doc/28>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LUNDBERG, J. G.; KOTTELAT, M.; SMITH, G. R.; STIASSNY, M.; GILL, T. So many fishes, so little time: an overview of recent ichthyological discoveries in fresh waters. **Ann. Missouri Bot. Gard.**, v. 87, n. 1, p. 26-62, 2000.

LÜRLING, M.; SCHEFFER, M. Info-disruption: pollution and the transfer of chemical information between organisms. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 22, p. 374-379, 2007.

MACAÉ. **Lei nº 1.1216, de 16 de dezembro de 1989**. Cria o Parque e a Área de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.macae.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1355204625.pdf>. Acesso em: 1 set. 2017.

MACHADO, R. B. **Padrão de fragmentação da Mata Atlântica em três municípios da bacia do rio Doce (Minas Gerais) e suas conseqüências para a avifauna**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MACHADO, R. B.; FONSECA, G. A. B. The Avifauna of Rio Doce Valley, Southeastern Brazil, a highly fragmented area. **Biotropica**, v. 32, n. 4, p. 914, 2000.

MACIEIRA, R. M. **Peixes de poças de maré da província brasileira**: ecologia, aspectos funcionais e sistemática. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

MACIEL, N. A. L. **Estudos sobre a composição, distribuição, abundância e diversidade da ictiofauna de três enseadas na região litorânea de Ubatuba, Estado de São Paulo, Brasil**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MAGALHÃES, A. P. **Composição e diversidade da anurofauna de serapilheira da Serra do Ouro Branco, Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

MAGALHÃES, D. P.; FERRÃO FILHO, A. S. A ecotoxicologia como ferramenta no biomonitoramento de ecossistemas aquáticos. **Oecologia Brasiliensis**, v. 12, n. 3, p. 355-381, 2008.

MAGALHÃES, O. et al. Ocorrência de *Luetkenotyphlus brasiliensis* (Lütken, 1851) (Amphibia, Gymnophiona, Caeciliidae) em Minas Gerais, Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HERPETOLOGIA, 1., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004.

MAGNAGO, L. **Forest fragmentation on tree communities, functional diversity and carbon storage in a Brazilian Atlantic rain forest**. Tese (Pós-Graduação em Botânica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

MAMEDE, N. S. **Caracterização espaço-temporal da população de boto-cinza, VAN BÉNÉDEN, 1864 (CETACEA: DELPHINIDAE) na Baía de Benevente, Espírito Santo, e implicações para a conservação**. 2015. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada ao Manejo e Conservação de Recursos Naturais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MARATAÍZES. **Decreto nº 193, de 01 de dezembro de 2008**. Cria o Monumento Natural Municipal Falésias de Marataízes e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacaocompilada.com.br/marataizes/Arquivo/Documents/legislacao/html/D1932008.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

MARCHIORO, G. B.; NUNES, M. A.; DUTRA, G. F.; MOURA, R. L.; PEREIRA, P. G. Avaliação dos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e adjacências. **Megadiversidade**, v. 1, p. 225-310, 2005.

MARCOVALDI, M. A. G.; LÓPES-MENDILAHARSU, M.; SANTOS, A. S; LOPEZ, G. G.; GODFREY, M. H.; TOGNIN, F.; BAPTISTOTTE, C.; THOMÉ, J. C.; DIAS, A. C. C.; CASTILHOS, J. C.; FUENTES, M. M. P. B. Identification of loggerhead male producing beaches in the south Atlantic: implications for conservation. **Journal of Experimental Marine Biology and Ecology**, v. 477, p. 14-22, 2016.

MARCOVALDI, M. A.; CHALOUPKA, M.; Conservation status of the loggerhead sea turtle in Brazil: an encouraging outlook. **Endangered Species Research**, Alemanha, v. 3, p. 133-143, 2007.

MARCOVALDI, M. A.; LOPEZ, G. G.; SOARES, L. S.; SANTOS, A. J. B.; BELLINI, C.; BARATA, P. C. R. Fifteen years of Hawksbill sea turtle (*Eretmochelys imbricata*) Nesting in Northern Brazil. **Chelonian Conservation and Biology**, v. 6, p. 223-228, 2007.

MARCOVALDI, M. Â.; LOPEZ, G. G.; SOARES, L. S.; SANTOS, A. J. B.; BELINI, C.; SANTOS, A. S. dos; LOPEZ, M. Avaliação do estado de conservação da tartaruga marinha *Eretmochelys imbricata* (Linnaeus, 1766) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, n. 1, p. 20-27, 2011.

MARCOVALDI, M. A.; MARCOVALDI, G. G. Marine turtle of Brazil: the history and structure of Projeto TAMAR-IABAMA. **Biological Conservation**, v. 91, p. 35-41, 1999.

MARCOVALDI, M. A.; PATIRI, V.; THOMÉ, J. C. Projeto TAMAR-IBAMA: Twenty-Five Years Protecting Brazilian Sea Turtles Through a Community-Based Conservation Programme. **Mast**, v. 3, p. 39-62, 2005.

MARIANA. **Área de Proteção Ambiental do Seminário Menor**. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/veja/10/53/area-de-protecao-ambiental-do-seminario-menor>. Acesso em: 1 set. 2017.

MARQUES, A. A. B.; FONTANA, C. S.; VÉLEZ, E.; BENCKE, G. A.; SCHNEIDER, M.; REIS, R. S. **Lista de referência da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul**. Decreto n. 41.672, 11 de junho de 2002. Porto Alegre: FZB/MCT–PUCRS/PANGEA, 2002. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/upload/1396360907_fauna_ameacada.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MARQUES, B. S.; BELEI, F., SAMPAIO, W. M. S. Ictiofauna do baixo rio Manhuaçu (bacia do médio rio Doce). **Evolução e Conservação da Biodiversidade**, v. 4, n. 1, p. 32-41, 2013.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; DOMINGUES, J. M. L.; FLEXOR, J. M. **Geologia do Quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e Espírito Santo**. Belo Horizonte: CPRM/FAPESP, 1997.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J. M. As flutuações do nível do mar durante o quaternário superior e a evolução geológica de deltas brasileiros. **Boletim Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo**, São Paulo, Publ. Esp., n. 15, 1993.

MARTINELLI, M. M.; VOLPI, T. A. Mamíferos atropelados na Rodovia Armando Martinelli (ES-080), Espírito Santo, Brasil. **Natureza online**, v. 9, n. 3, p. 113-116, 2011.

MARTINS, C. C. A.; ANDRIOLO, A.; ENGEL, M. H.; KINAS, P. G.; SAITO, C. H. Identifying priority areas for humpback whale conservation at Eastern Brazilian Coast. **Ocean and Coastal Management**, v. 75, p. 63-71, 2013.

MARTINS, C. C. A.; MORETE, M. E.; ENGEL, M. H.; FREITAS, A. C.; SECCHI, E. R.; KINAS, P. G. Aspects of habitat use patterns of humpback whales in the Abrolhos Bank, Brazil, breeding ground. **Memoirs of the Queensland Museum,** v. 47, p. 563-570, 2001.

MARTINS, C.; SILVEIRA, R. A.; NASCIMENTO, N. de. O.; ANTONINI, Y. Fauna de abelhas de campos rupestres ferruginosos no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. **MG.BIOTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 21-34, 2012.

MARTINS, M. E.; MOLINA, F. B. Panorama geral dos répteis ameaçados do Brasil. MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. Brasília, DF: MMA, 2008.

MATTOS, G. T.; ANDRADE, M. A.; FREITAS, M. V. **Nova lista de aves do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação Acangaú, 1993.

McFARLAND, W. N. Seasonal change in the number and the biomass of fishes from the surf at Mustang Island, Texas. **Publications of the Institute of Marine Science**, v. 9, p. 91-105, 1963.

McLACHLAN, A. Exposed sandy beaches as semi-closed ecosystems. **Marine Environmental Research**, v. 4, p. 59-63, 1980.

_____. Sandy beaches ecology: a review. In: McLACHLAN, A.; ERASMUS, T. (Eds.). **Sandy beaches as ecosystems**. The Hague: Dr. Junk Publishers, 1983. p. 321-380.

McLUSKY, D. **The estuarine ecosystem**. London: Chapman & Hall, 1989.

MEIRA-NETO, J. A. A. et al. Estrutura de uma floresta estacional semidecidual submontana em área de influência da Usina Hidrelétrica de Pilar, Ponte Nova, Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Árvore**, v. 21, n. 3, p. 337-344, 1997.

MELO, F. R.; OLIVEIRA, Á. F.; SOUZA, S. M.; FERRAZ, D. S. A fauna de mamíferos e o plano de manejo do Parque Estadual do Itacolomi, Ouro Preto, Minas Gerais. **MG.BIOTA**, Belo Horizonte, v. 1, n. 6, 2009.

MENDES, S. L. Importância dos remanescentes de Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo para a conservação de primatas. **Cadernos de Pesquisa UFES**, v. 4, p. 1-14, 1995.

MENEZES, N. A. Methods for assessing freshwater fish diversity. In: MENEZES, N. A.; BICUDO, C. E. M. (Eds.). **Biodiversity in Brazil**: a first approach. São Paulo: CNPq, 1996. p. 289-295.

MENEZES, N. A.; BUCKUP, P. A.; FIGUEIREDO, J. L.; MOURA, R. L. **Catálogo das espécies de peixes marinhos do Brasil**. São Paulo: Museu de Zoologia da USP, 2003.

MINAS GERAIS. Decreto nº 21.224, de 25 de fevereiro de 1981. Define como de proteção especial, para preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, a área dos Municípios de Ouro Preto e Mariana. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 26 fev. 1981. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=21224&comp=&ano=1981>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Decreto nº 35.624, de 08 de junho de 1994. Declara como Área De Proteção Ambiental a região situada nos Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara, e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 9 jun. 1994. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1383>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. Decreto nº 39.908, de 22 de setembro de 1998. Cria o Parque Estadual de Sete Salões e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 23 set. 1998. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1557>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Deliberação Normativa Conjunta COPAM nº 55, de 13 de junho de 2002. **Diário Oficial do Executivo**, Belo Horizonte, MG, 14 jun. 2002.

_____. Deliberação COPAM nº 366, de 15 de dezembro de 2008. Aprova a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna do Estado de Minas Gerais. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 18 dez. 2008.

_____. Deliberação Normativa COPAM nº 147, de 30 de abril de 2010. Aprova a lista de espécies ameaçadas de extinção da fauna do Estado de Minas Gerais. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 4 maio 2010.

_____. Lei nº 1.119, de 14 de julho de 1944. Dispõe sobre parques florestais. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 1944. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/riodoce/decreto1119.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Lei nº 21.158, de 17 de janeiro de 2014. Estabelece os limites do monumento natural estadual Pico do Ibituruna, no município de Governador Valadares, e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 18 jan. 2014. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2014&num=21158&tipo=LEI>. Acesso em: 24 jul. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Instrução Normativa 6 de 23 de setembro de 2008. **Reconhecer como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I a esta Instrução Normativa**.

MIRANDA, E. E. **A ecologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MITTERMEIER, R. A.; GIL, P. R.; HOFFMANN, M.; PILGRIM, J.; BROOKS, J.; MITTERMEIER, C. G.; LAMOURUX, J.; FONSECA, G. A. B. (Eds.). **Hotspots Revisited**: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Washington, D.C.: CEMEX, 2004.

MITTERMEIER, R. A.; ROBLES-GIL, P.; MITTERMEIER, C. G. **Hotspots**: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Mexico City: CEMEX/Agrupación Seirra Madre, 1999.

MODDE, T.; ROSS, S. T. Seasonality of fishes occupying a surf zone habitat in the northern Gulf of Mexico. **Fishery bulletin**, v. 78, n. 4, p. 911-921, 1981.

_____. Trophic relationships of fishes occurring within a surf zone habitat in the northern Gulf of Mexico. **Northeast Gulf Science**, v. 6, n. 2, p. 109-120, 1983.

MONTEIRO FILHO, E. L. A.; MONTEIRO, L. R.; REIS, S. F. Skull shape and size divergence in dolphins of the genus Sotalia: A tridimensional morphometric analysis. **Journal of Mammalogy**, v. 83, p. 125-134, 2002.

MONTEIRO FILHO, E. L. A.; OLIVEIRA, L. V.; MONTEIRO, K. D. K. A.; FILLA, G. F.; QUITO, L.; GODOY, D. F. **Guia ilustrado de mamíferos marinhos do Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas de Cananéia (IPeC), 2013.

MONTEIRO NETO, C.; BLACHER, C.; LAURENT, A. A. S.; SNIZEK, F. N.; CANOZZI, M. B.; TABAJARA, L. L. C. A. Estrutura da comunidade de peixes de águas rasas na região de Laguna, Santa Catarina, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 53-69, 1990.

MORAIS, A. C. T. **Concentração de metais pesados em peixes teleósteos do Rio Piracicaba, Minas Gerais, Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biologia Animal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

MORCATTY, T.; VALSECCHI, J. Confirming the occurrence of the Endangered yellow-footed tortoise in flooded forests of the Amazon. **Oryx**., v. 49, n. 4, p. 577-578, 2015.

MOREIRA, D. O.; COUTINHO, B. R.; MENDES, S.L. O status do conhecimento sobre a fauna de mamíferos do Espírito Santo baseado em registros de museus e literatura científica. **Biota Neotropica**, v. 8, n. 2, p. 163-173, 2008.

MOREIRA, D. O.; MENDES, S. L. Diversidade de mamíferos em ecossistemas costeiros do estado do Espírito Santo. In: PESSÔA, L. M.; TAVARES, W. C.; SICILIANO, S. (Eds.). Mamíferos de restingas e manguezais do Brasil. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Mastozoologia, 2010. p. 59-74.

MOREIRA, G. M. *Hydromedusa maximiliani* (Mikan, 1820). In: MACHADO, A. B. M.; FONSECA, G. A. B., MACHADO, R. B.; AGUIAR L. M. S.; LINS, L. V. (Eds.). **Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.

MOREIRA, L. M. P.; BJORDAL, K. A. Estimates of green turtle (*Chelonia mydas*) nests on Trindade island, Brazil, South Atlantic. In: ANNUAL SYMPOSIUM ON SEA TURTLE BIOLOGY AND CONSERVATION, 23., 2003, Kuala Lumpur. **Proceeding**...Kuala Lumpur, 2006.

MORENO, I. B.; MARTINS, C. C. A.; ANDRIOLO, A.; ENGEL, M. Sightings of fransiscana dolphins (*Pontoporia blainvillei*) of Espírito Santo, Brazil. **The Latin American Journal of Aquatic Mammals**, v. 2, n. 2, p. 131-132, 2003.

MORETE, M. E.; BISI, T. L.; PACE, R. M.; ROSSO, S. Fluctuating abundance of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in a calving ground off coastal Brazil. **Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom**, v. 88, n. 6, p. 1-7, 2008.

MORETE, M. E.; PACE, III, R. M.; MARTINS, C. C. A.; FREITAS, A. C.; ENGEL, M. H. Indexing seasonal abundance of humpback whales around Abrolhos Archipelago, Bahia, Brazil. **Latin American Journal of Aquatic Mammals**, v. 2, n. 1, p. 21-28, 2003.

MOURA, J. F.; EMIN-LIMA, R.; HACON, S. S.; VEGA, C. M.; CAMPOS, R. C.; SICILIANO, S. Mercury Status of the Amazon Continental Shelf: Guiana Dolphins (*Sotalia guianensis*, Van Beneden 1864) as a Bioindicator. **Bull Environ Contam Toxicol**, v. 89, p. 412-418, 2012.

MOURA, R. L. Brazilian reefs as priority areas for biodiversity conservation in the Atlantic Ocean. **Proceedings 9th International Coral Reef Symposium**, v. 2, p. 917-920, 2000.

MOURA, R. L.; FRANCINI-FILHO, R. B. Reef and shore-fishes of the Abrolhos Bank, Brazil. In: DUTRA, G. F.; ALLEN, G. R.; WERNER, T.; MCKENNA, S.A. (Eds). **A rapid marine biodiversity assessment of the Abrolhos Bank, Bahia, Brazil**. RAP Bulletin of Biological Assessment 38. Washington, D.C.: Conservation International, 2005.

MOURTHÉ, I. M. C.; GUEDES, D.; FIDELIS, J.; BOUBLI, J. P.; MENDES, S.; STRIER, K. B. Ground Use by Northern Muriquis (*Brachyteles hypoxanthus*). **American Journal of Primatology**, v. 69, p. 706-712, 2007.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, n. 6772, p. 853-858, 2000.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, 2000.

MYERS, R. K.; McGAVIN, M. D. Respostas celulares teciduais. In: MAcGAVIN, M. D.; ZACHARY, J. F. (Eds.) **Bases da Patologia Veterinária**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009. p. 3-59.

NASCIMENTO, G. K. **Inventariamento da herpetofauna da estação de pesquisa e desenvolvimento ambiental de Peti – EPDA-Peti, município de São Gonçalo do Rio Abaixo, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cemig. 1988.

NEIFF, J.J. Esquema sucesional de la vegetacion en islas flotantes del chaco argentino. **Boletin de la Sociedad Argentina de Botánica** 21: 325-341. 1982.

NELSON, J. S. **Fishes of the word**. 4. ed. New York: John Wiley & Sons, 2006.

NELSON, W. O. Predation and prey population variation in a high energy sand beach macrofaunal community. **Ophelia**, v. 26, p. 305-316, 1986.

NEMÉSIO, A. Preliminary sampling of Euglossina (Hymenoptera: Apidae: Apini) of Reserva Particular do Patrimônio Natural "Feliciano Miguel Abdala", Caratinga, Minas Gerais, southeastern Brazil. **Lundiana**, v. 4, n. 2, p. 121-124, 2003.

NEMÉSIO, A.; PAULA, I. R. C. The orchid-bee fauna (Hymenoptera: Apidae) of 'RPPN Feliciano Miguel Abdala' revisited: relevant changes in community composition. **Braz. J. Biol.**, v. 73, n. 3, p. 515-520, 2013.

NEMÉSIO, A.; SILVEIRA, F. A. Edge effects on the orchid-bee fauna (Hymenoptera: Apidae) at a large remnant of Atlantic Rain Forest in southeastern Brazil. **Neotropical entomology**, v. 35, n. 3, p. 313-323, 2006.

NEVES, F. S. **Efeito da estrutura de habitat sobre insetos herbívoros associados ao dossel**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

NEVES, J. A. **Fauna bentônica de estuários do norte do Espírito Santo**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Tropical, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

NIENCHESKI, L. F.; MACHADO, E. C.; SILVEIRA, I. M. O.; FLORES MONTES, M. J. Metais traço em peixes e filtradores em quatro estuários da costa brasileira. **Tropical Oceanography**, v. 42, n. 1, p. 94-106, 2014.

NIMIS, P. L.; LAZZARIN, G.; LAZZARIN, N.; SKERT, N. Biomonitoring of trace elements with lichens in Veneto (NE Italy). **The Science of the Total Environment**, v. 255, p. 97-111, 2000.

NOGUEIRA, C.; BUCKUP, P. A.; MENEZES, N. A.; OYAKAWA, O. T.; KASECKER, T. P.; RAMOS-NETO, M. B.; SILVA, J. M. C. 2010. Restricted-Range fishes and conservation of Brazilian freshwaters. **Plos-One**, v. 5, n. 6, p. 1-10, 2010.

NOGUEIRA, T. A. **Análise da diversidade e efeito de borda na assembléia de borboletas frugívoras da Reserva Biológica de Sooretama – ES**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2012.

NOVELLI, I. A.; SOUSA, B. M.; GOMIDES, S. C.; SANTOS, A. O.; BRUGIOLO, S. S. S. *Hydromedusa maximiliani* (Brazilian Snake-necked Turtle): Diet. **Herpetological Review**, v. 39, p. 345, 2008.

NUNES, S.; GARCIA, F.; LIMA, H.; OKANO, R. Mimosoideae (Leguminosae) arbóreas do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil: distribuição geográfica e similaridade florística na floresta atlântica no sudeste do Brasil. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 403-421, 2007.

NUTRIPETRO. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA**. Terminal Portuário de Uso Múltiplo da NutriPetro. São Paulo: NutriPetro, 2013a.

_____. **Terminal Portuário de Uso Múltiplo da Nutripetro**: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Nutripreto, 2013b.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1983.

_____. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

OLIVEIRA FILHO, A. T. et al. Análise florística do compartimento arbóreo de áreas de Floresta Atlântica sensu lato na região das Bacias do Leste (Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro). **Rodriguésia**, p. 185-235, 2005.

OLIVEIRA, I. S.; WIELOCH, A. H. *Macroperipatus machadoi* sp. n. (Onychophora: Peripatidae) da Floresta Atlântica de Minas Gerais, Brasil. **Lundiana**, 6(supplement), p. 61-66, 2005.

ORTEGA, V.; ENGEL, V. Conservação da biodiversidade em remanescentes de Mata Atlântica na região de Botucatu, SP. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 839-852, 1992.

PAGLIA, A. P.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; HERRMANN, G.; AGUIAR, L. M. S.; CHIARELLO, A. G.; LEITE, Y. L. R.; COSTA, L. P.; SICILIANO, S.; KIERULFF, M. C. M.; MENDES, S. L.; TAVARES, V.; MITTERMEIER, R. A.; PATTON, J. L. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. 2. ed. **Occasional Papers in Conversation Biology**, Arlington, VA, n. 6, 2012.

PAGLIA, A. P.; LOPES, M. O. G.; PERINI, F. A.; CUNHA, H. M. Mammals of the Estação de Preservação e Desenvolvimento Ambiental de Peti (EPDA-Peti), São Gonçalo do Rio Abaixo, Minas Gerais, Brazil. **Lundiana**, v. 6, p. 89-96, 2005.

PAIVA FILHO, A. M.; TOSCANO, A. P. Estudo comparativo e variação sazonal da ictiofauna na zona entremarés do Mar Casado - Guarujá e Mar Pequeno - São Vicente, São Paulo. **Bol. Inst. oceanogr.**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 153-65, 1987.

PALMA, A. R. T. **Separação de nichos entre pequenos mamíferos de Mata Atlântica**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PALMIERI, H. E. L. **Distribuição, especiação e transferência de Hg e As para a biota em áreas do sudeste do Quadrilátero Ferrífero, MG. 2006**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais do Departamento de Geologia da Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.

PALMIERI, H. E. L.; LEONEL, L. V. Determination of methylmercury in fish tissue by gas chromatography with microwave-induced plasma atomic emission spectrometry after derivatization with sodium tetraphenylborate. **Fresenius Journal of Analytical Chemistry**, v. 366, p. 466-469, 2000.

PARREIRAS, M. Rio Doce, que começa a correr quase morto, tem a bacia mais degradada de Minas. **em.com.br**, 8 abr. 2014a. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/nascentes/2014/04/08/noticias-internas-nascentes,516596/rio-doce-que-comeca-a-correr-quase-morto-tem-a-bacia-mais-degradada.shtml>. Acesso em: 4 maio 2017.

_____. Retrato do descaso, Rio Piracicaba está sufocado por minério, esgoto e assoreamento. **em.com.br**, 8 abr. 2014b. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/nascentes/2014/04/08/noticias-internas-nascentes,516595/retrato-do-descaso-rio-piracicaba-esta-sufocado-por-minerio-esgoto-e.shtml>. Acesso em: 4 maio 2017.

PASCHOAL, A. M. O. **Fragmentos de Mata Atlântica e a liberação de mesopredadores**: estudo de caso na RPPN Miguel Feliciano Abdala, Caratinga, MG. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PASSAMANI, M.; MENDES, S. L. **Espécies da fauna ameaçadas de extinção no estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto de Pesquisas da Mata Altântica, 2007.

PAULA, J. L. de. **Diversidade morfométrica de quatro espécies de marsupiais do Parque Estadual do Rio Doce e seu entorno (Minas Gerais)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PAULY, D.; CHRISTENSEN, V.; GUÉNETTE, S.; PITCHER, T.; SUMAILA, U.; WALTERS, C.; WATSON, R.; ZELLER, D. Towards sustainability in world fisheries. **Nature**, v. 418, p. 689-695, 2002.

PAULY, D.; TRITES, A. W.; CAPULI, E.; CHRISTENSEN, V. Diet composition and trophic levels of marine mammals**. ICES Journal of Marine Science**, v. 55, p. 467–481. 1998.

PAVANATO, H. J.; WEDEKIN, L. L.; GUILHERME-SILVERA, F. R.; ENGEL. M. H.; KINAS, P. G. Estimating humpback whale abundance using hierarchical distance sampling. **Ecological Modeling**, v. 358, p. 10-18, 2017.

PAVILLARD, J. **Éléments de sociologie végétale**. Paris: Herman. 1935.

PEDRALLI, G. Macrófitos aquáticos: técnicas e métodos de estudos. **Estudos de Biologia**, v. 26, p. 5-24, 1990.

PEDRALLI, G.; GUIMARÃES NETO, A. S.; TEIXEIRA, M. C. B. Diversidade de anfíbios na região de Ouro Preto. **Ciência Hoje**, v. 30, n. 178, p. 70-73, 2001.

PEIXOTO, A. L. et al. Tabuleiro forests north of the Rio Doce: their representation in the Vale do Rio Doce Natural Reserve, Espírito Santo, Brazil. **Memoirs of the New York Botanical Garden**, v. 100, p. 319-350, 2008.

PEIXOTO, A. L.; SILVA, I. M.; PEREIRA, O. J.; SIMONELLI, M.; JESUS, R. M.; ROLIM, S. G. Tabuleiro Forests North of Rio Doce: their representation in the Vale do Rio Doce Natural Reserve, Espirito Santo, Brazil. **Memoirs of the New York Botanical Garden**, v. 100, p. 319-350, 2008.

PEIXOTO, A.; ROSA, M.; JOELS, L. Diagramas de perfil e de cobertura de um trecho de floresta de tabuleiro na floresta de Linhares (Espírito Santo, Brasil). **Acta Botânica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 177-193, 1995.

PELLENS, R.; GARAY, I. A comunidade de macroartrópodos edáficos em uma plantação de *Coffea robusta* Unden (Rubiaceae) e em uma floresta primária em Unhares, Espírito Santo, Brasil. **Rev. Bras. Zool.**, v. 16, n. 1, p. 245-258, 1999.

PERACCHI, A. L.; ALBUQUERQUE, S. T. Quiropteros do município de Linhares, estado do Espirito Santo, Brasil (Mammalia, Chiroptera). **Rev. Bras. Biol.**, v. 53, n. 4, p. 575-581, 1993.

PERACCHI, A. L.; NOGUEIRA, M. R; LIMA, I. P. Novos achegos à lista dos quirópteros do município de Linhares, estado do Espírito Santo, sudeste do Brasil (Mammalia, Chiroptera). **Chiroptera Neotropical**, v. 17, n. 1, 2011.

PEREIRA, A. A.; MENDONÇA, A. S. F.; ANDRADE FILHO, M. C. Aspectos qualitativos de águas de lagoas costeiras e seus fatores influentes – Estudo de Caso: Lagoa Mãe-Bá, Espírito Santo. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 11, n. 1, p. 63-77, 2006.

PEREIRA, A. A.; VAN HATTUM, B.; BROUWER, A.; VAN BODEGOM, P. M.; REZENDE, C. E.; SALOMONS, W. Effects of iron-ore mining and processing on metal bioavailability in a tropical coastal lagoon. **Journal of Soils and Sediments**, v. 8, p. 239-252, 2008.

PEREIRA, A. A.; VAN HATTUM, B.; DE BOER, J.; VAN BODEGOM, P. M.; REZENDE, C. E.; SALOMONS, W. Trace elements and carbon and nitrogen stable isotopes in organisms from a Tropical Coastal Lagoon. **Archives of Environmental Contamination and Toxicology**, v. 59, p. 464-477, 2010.

PEREIRA, A. A.; VAN HATTUM, BROUWER, A. Hepatic retinoid levels in seven fish species (teleosts) from a tropical Coastal lagoon receiving effluents from iron-ore mining and processing. **Environmental Toxicology and Chemistry**, v. 31, p. 408-416, 2012.

PEREIRA, H. S.; PIRES, M. R.; AZEVEDO, C. S. DE; RIBON, R. Riqueza e densidade de aves que nidificam em cavidades em plantações abandonadas de eucalipto. **Papéis Avulsos de Zoologia**, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, v. 55, n. 5, p. 81-90, 2015.

PETRERE JR., M. **Migraciones de peces de agua dulce en America Latina**: algunoscomentarios. Rome: Organizacion de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentacion, 1985.

PETROBRAS. **EIA – Estudo de Impacto Ambiental**: atividade de produção e escoamento de óleo e gás do campo de jubarte, bacia de Campos, Relatório Técnico CPM RT 017/04, v. I/II. Vitória: CEPEMAR, 2004.

PIACENTINI, V. Q.; ALEIXO, A.; AGNE, C. E.; MAURICIO, G. N.; PACHECO, J. F.; BRAVO, G. A.; BRITO, G. R. R.; NAKA, L. N.; OLMOS, F.; POSSO, S.; SILVEIRA, L. F.; BETINI, G. S.; CARRANO, E.; FRANZ, I.; LEES, A.C.; LIMA, L. M.; PIOLI, D.; SCHUNCK, F.; AMARAL, F. R.; BENCKE, G. A.; COHN-HAFT, M.; FIGUEIREDO, L. F. A.; STRAUBE, F. C.; CESARI, E. Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee / Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v. 23, n. 2, p. 91-298, 2015.

PIMENTEL, C. R. **Organização trófica da comunidade de peixes de poças de maré da praia dos Castelhanos (ES), Atlântico Sudoeste Tropical**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PINHEIRO, F. C. F. **Padrões de uso de habitat do boto-cinza (Sotalia guianensis) na região da foz do rio Doce, costa norte do Espírito Santo, Sudeste do Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

PINHEIRO, H. T. **Peixes recifais da Ilha dos Franceses**: composição, distribuição espacial e conservação. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

PIRANI, R. M.; NASCIMENTO, L. B.; FEIO, R. N. Anurans in a forest remnant in the transition zone between cerrado and atlantic rain forest domains in southeastern Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 85, n. 3, p. 1093-1104, 2013.

PIVARI, M.; OLIVEIRA, V.; COSTA, F.; FERREIRA R.; SALINO, A. Macrófitas aquáticas do sistema lacustre do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 4, p. 759-770, 2011.

PIVARI, M.; SALIMENA F.; POTT, V.; POTT, A. Macrófitas aquáticas da lagoa Silvana, Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **IHERINGIA**, Sér. Bot., Porto Alegre, v. 63, n. 2, p. 321-327, jul./dez. 2008.

POLIZEL, S. P. **Caracterização morfológica do Delta do rio Doce (ES) com base em Sensoriamento Remoto**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2014.

POLIZEL, S. P.; ROSSETTI, D. F. Caracterização morfológica do delta do rio Doce (ES) com base em análise multissensor. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 15, n. 2, p. 311-326, 2014.

POREMBSKI, S.; BARTHLOTT, W. **Inselbergs**. Biotic diversity of isolated rock outcrops in tropical and temperate regions. Berlim: Springer-Verlag, 2000.

PORTZ, D. E.; WOODLEY, C. M.; CECH JR, J. J. Stress-associated impacts of short-term holding on fishes. **Reviews in Fish Biology and Fisheries**, v. 16, p. 125-170, 2006.

POUGH, F. H.; HEISER, J. B.; JANIS, C. M. A. **A vida dos vertebrados**. 4. ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2008.

PRESERVE MURIQUI. **Plano de Manejo da RPPN Feliciano Miguel Abdala**. Preserve Muriqui, 2014.

PRITCHARD, D. W. What is an estuary: physical viewpoint. In: LAUFF, G. H. (Ed.). **Estuaries**. Washington, D.C.: American Association for Advance of Science, 1967. p. 3-5.

QUEIROZ, M. T. A. **Bioacumulação de metais pesados no rio Piracicaba, Minas Gerais, aplicando a análise por ativação neurotrônica instrumental**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, UNILESTE, MG, Coronel Fabriciano, 2006.

QUEIROZ, M. T. A.; SABARÁ, M. G.; QUEIROZ, C. A.; LEÃO, M. M. D.; AMORIM, C. C.; LIMA, L. R. P. Estudo sobre os teores de tório, urânio e potássio nas águas superficiais e sedimento marginal do rio Piracicaba, Minas Gerais, Brasil. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 22, n. 2, p. 371-380, 2017.

RAMELOW, G. J.; WEBRE, C. L.; MUELLER, C. L.; BECK, J. N; YOUNG, J. C.; LANGLEY, M. P. Variations of heavy metals and arsenic in fish and other organisms from the Calcasieu River and Lake, Louisiana. **Archives of Environmental Contamination Toxicology**, v. 18, p. 804-818, 1989.

RAMOS, A. D.; GASPARINI, J. L. **Anfíbios do Goiapaba-Açu, Fundão, estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Santo Antônio, 2004.

RAMOS, W. E. S. **Contaminação por mercúrio e arsênio em Ribeirões do Quadrilátero Ferrífero – MG, em área de mineração e atividades garimpeiras**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Agroquímica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

RAPINI, A.; ANDRADE, J. G.; GIULIETTI, A. M.; QUEIROZ, L. P.; SILVA, J. M. C. Introdução. In: GIULIETTI, A. M. et al. (Orgs.). **Plantas raras do Brasil**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2009. p. 23-35.

REEVES, R.; DALEBOUT, M.; JEFFERSON, T. A.; KARKZMARSKI, L.; LAIDRE, K.; O'CORRY-CROWE, G.; ROJAS-BRACHO, L.; SECCHI, E.; SLOOTEN, E.; SMITH, B. D.; WANG, J. Y.; ZERBINI, N. A.; ZHOU, K. ***Pontoporia blainvillei.*** The IUCN Red List of Threatened Species 2012: e.T17978A17623386, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2012.RLTS.T17978A17623386.en>. Acesso em: 30 maio 2017.

REILLY, S. B.; BANNISTER, J. L.; BEST, P. B.; BROWN, M.; BROWNELL, J. R.; BUTTERWORTH, D. S.; CLAPHAM, P. J.; COOKE, J.; DONOVAN, G. P.; URBÁN, J.; ZERBINI, A. N. ***Megaptera novaeangliae.*** The IUCN Red List of Threatened Species 2008: e.T13006A3405371, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2008.RLTS.T13006A3405371.en.>. Acesso em: 30 maio 2017.

REINA-HERVAS, J. A.; SERRANO, P. Structural and seasonal variations of inshore fish populations in Málaga Bay, Southeastern Spain. **Marine Biology**, v. 95, p. 501-508, 1987.

REIS, E. C.; SOARES, L. S.; VARGAS, S. M.; SANTOS, F. R.; YOUNG, R. J.; BJORNDAL, K. A.; BOLTEN, A. B.; LÔBO-HADJU, G. Genetic composition, population structure and phylogeography of loggerhead sea turtle: colonization hypothesis for the Brazilian rookeries. **Conservation Genetics**, v. 11, p. 1467-1477, 2010.

REIS, R. E.; KULLANDER, O.; FERRARIS JR, C. J. **Check list of the freshwater fishes of South and Central America**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (RBMA). **O Programa MaB e as Reservas da Biosfera**. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp>. Acesso em: 8 ago. 2017a.

_____. **Texto Síntese**. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp>. Acesso em: 8 ago. 2017b.

REYNOLDS III, J. E.; ODELL, D. K.; ROMMEL, S. A. Marine mammals of the world. In: REYNOLDS III, J. E.; ROMMEL, S. A. (Eds.). **Biology of marine mammals**. Washignton: Smithsonian Institution Press, 1999. p. 1-14.

REZENDE, H. R.; VIRGENS, T. M. DAS.; LIBERATO, M. A.; VALENTE, F. I.; FERNANDES, A.; URBINATTI, P. R. Aspectos ecológicos de culicídeos imaturos em larvitrampas de floresta e ambiente antrópico adjacente no município de Linhares, Espírito Santo, Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 385-391, 2011.

RHODES, V. P. **Distribuição de mercúrio e arsênio nos sedimentos da área afetada por garimpo ouro – rio Gualaxo do Norte, Mariana, MG**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Evolução Crustal e Recursos Naturais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Prato, 2010.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**: um livro-texto em ecologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RIEVERS, C. R. **Anfíbios anuros de serrapilheira do Parque Estadual do Rio Doce**: resposta à disponibilidade de recursos e aos fatores climáticos. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

RIEVERS, C. R.; PIRES, M. R. S.; ETEROVICK, P. C. Habitat, food, and climate affecting leaf litter anuran assemblages inan Atlantic Forest remnant. **Acta Oecologica**, v. 58, p. 12-21, 2014.

RINGUELET, R.A. Zoogeografia y ecología de los peces de aguas continentales de la Argentina y consideraciones sobre las areasictológicas de America del Sur. **Ecosur**, v.2, n.3, p. 1-122, 1975.

RIZZINI, C. M.; ADUAN, R. E.; JESUS, R. M.; GARAY, I. Floresta pluvial de tabuleiro, Linhares, ES, Brasil, sistemas primários e secundários. **Leandra**, v. 12, p. 54-76, 1997.

ROBERTSON, A. I.; LENANTON, R. C. Fish community structure and food chain dynamics in the surf zone of sandy beaches: the role of aquatic macrophyte detritus. **Journal of Experimental Biology and Ecology**, v. 84, p. 265-283, 1984.

ROCHA, C. F. D. Composição e organização da comunidade de répteis da área de Mata Atlântica da região de Linhares, Espírito Santo. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE ECOLOGIA, 8., 1998, São Carlos, São Paulo. **Anais...** São Carlos, UFSCar, 1998. p. 869-881.

ROCHA, C. F. D.; VAN-SLUYS, M.; PUORTO, G.; FERNANDES, R.; BARROS-FILHO, J. D.; SILVA, R. R. E.; NEO, F. A.; MELGAREJO, E. A. Répteis. In: BERGALLO, H. G.; ROCHA, C. F. D.; M.A.S. ALVES, M. A. S.; VAN-SLUYS, M. (Eds.). **A fauna ameaçada de extinção do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2000. p. 79-87.

ROCHA, L. A. Patterns of distribution and processes of speciation in Brazilian reef fishes. **Journal of Biogeography**, v. 30, p. 1161-1171, 2003.

ROCHA-BARBOSA, O.; HOHL, L. S. L.; NOVELLI, I. A.; SOUSA, B. M.; GOMIDES, S. C.; LOGUERCIO, M. F. C. Underwater turning movement during foraging in *Hydromedusa maximiliani* (Testudines, Chelidae) from southeastern Brazil. **Braz. J. Biol.**, v. 74, p. 977-982, 2014.

ROCHA-CAMPOS, C. C.; CÂMARA, I. G. (Org.). **Plano de ação nacional para conservação dos mamíferos aquáticos**: grandes cetáceos e pinípedes. Brasília, DF: ICMBio, 2011.

RÖDDER, D.; SOLÉ, M.; BÖHME, W. Predicting the potential distributions of two alien invasive Housegeckos (Gekkonidae: *Hemidactylus frenatus, Hemidactylus mabouia*). **North-western Journal of Zoology**, v. 4, n. 2, p. 236-246, 2008.

RODRIGUES, A. S. L.; MALAFAIA, G.; COSTA, A. T.; NALINI JÚNIOR, H. A. Iron ore mining promotes iron enrichment in sediments of the Gualaxo do Norte River basin, Minas Gerais State, Brazil. **Environmental Earth Sciences**, v. 71, p. 4177-4186, 2014.

RODRIGUES, P. P. **Aspectos reprodutivos do robalo peba, *Centropomus parallelus*, na foz do rio Doce, Linhares, Espírito Santo**. 2005. Monografia – Curso de Graduação em Oceanografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

RODRIGUES, R.; ALBUQUERQUE, P. L. DE; SANTANA, J. D.; LARANJEIRAS, D. O.; PROTÁZIO, A. S.; FRANÇA, F. G. R.; MESQUITA, D. O. Record of the occurrence of *Lachesis muta* (Serpentes, Viperidae) in an Atlantic Forest fragment in Paraíba, Brazil, with comments on the species' preservation status. **Biotemas**, v. 26, n. 2, p. 283-286, 2013.

RODRIGUES, T.; SIMONELLI, M. A família Orchidaceae em uma Floresta de Restinga, Linhares-ES: ecologia e conservação. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 468-470, jul. 2007.

RODRIGUES, V. L. A. **Dieta e ecologia alimentar do boto-cinza, Sotalia guianensis (*Cetartiodactyla: Delphinidae*) na região do Banco dos Abrolhos, costa central do Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

ROLIM, S. G.; CHIARELLO, A. G. Slow death of Atlantic forest trees in cocoa agroforestry in southeastern Brazil. **Biodiversity and Conservation**, v. 13, p. 2679-2694, 2004.

ROLIM, S.; IVANAUSKAS, N.; RODRIGUES, R.; NASCIMENTO, M.; GOMES, J.; FOLLI, D.; COUTO, H. Composição florística do estrato arbóreo da floresta estacional semidecidual na planície aluvial do rio Doce, Linhares, ES, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 549-561, 2006.

ROMAN, J.; ESTES, J. A.; MORISSETE, L.; SMITH, C.; COSTA, D.; MCCARTHY, J.; NATION, J. B.; NICOL, S.; PERSHING, A.; SMETACEK, V. Whales as marine ecosystem engineers. **Frontiers in Ecology and Environment**, v. 12, n. 7, p. 377-385, 2014.

ROSS, S. T. A review of surf zone ichthyofaunas in the Gulf of Mexico. In: NORTHERN GULF OF MEXICO ESTUARIES AND BARRIER ISLANDS RESEARCH CONFERENCE, 1983, Biloxi. **Proceedings...** Atlanta: U.S. Dep. Int. Natl. Park Serv., 1983. p. 25-34.

ROSS, S. W.; LANCASTER, J. E. Movements and site fidelity of two juvenile fish species using surf zone nursery habitats along the southern North Carolina coast. **Environmental Biology of Fishes**, v. 63, p. 161-172, 2002.

ROSSI-SANTOS, M. R.; WEDEKIN, L. L.; MONTEIRO FILHO, E. L. A. Residence and site fidelity of *Sotalia guianensis* in the Caravelas River Estuary, eastern Brazil. **Journal of the Marine Biological Association of the UK**, v. 87, n. 1, p. 207-212, 2007.

_____. Habitat use of the Guiana dolphin, *Sotalia guianensis* (Cetacea: Delphinidae), in the Caravelas River Estuary, eastern Brazil. **The Latin American Journal of Aquatic Mammals**, v. 8, n. 1-2, p. 111-116, 2010.

ROSSI-SANTOS, M.; WEDEKIN, L. L.; SOUSA-LIMA, R. S. Distribution and habitat use of small cetaceans off Abrolhos Bank, Eastern Brazil. **The Latin American Journal of Aquatic Mammals**, v. 5, n. 1, p. 23-28, 2006.

RUEDA-ALMONACID, J. V.; CARR, J. L.; MITTERMEIER, R. A.; RODRÍGUEZ-MAHECHA, J. V.; MAST, R. B.; VOGT, R. C.; RHODIN, A. G. J.; OSSA-VELÁSQUEZ, J.; RUEDA, J. N.; MITTERMEIER, C. G. **Las tortugas y los cocodrilianos de los países andinos de Trópico**. Bogotá: Conservación Internacional, 2007.

RUSCHI, A. Fitogeografia do estado do Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão** (Série Botânica), v. 1, p. 1-353, 1950.

_____. Lista das aves do estado do Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, Série Zool., v. 11, p. 1-21, 1953.

_____. Lista atual das aves do estado do Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, Série Zool., v. 28, p. 1-45, 1967.

_____. Ecologia e qualidade do ambiente no estado do Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão** (Série Proteção à Natureza), v. 46, p. 1-52, 1972.

_____. Uma nova espécie de beija-flor do E. E. Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, Série Zool., n. 36, 1973.

_____. Atual fauna de mamíferos, aves e répteis da Reserva Biológica de Comboios. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, Prot. 16a, p. 1-45, 1978.

_____. As reservas biológicas do estado do Espírito Santo. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, Comemorativo do XXX aniversário de sua fundação, p. 158-191, 1979.

_____. A fauna e flora da Estação Biológica de Sooretama. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 98, p. 1-24, 1980.

_____. Algumas áreas de endemismo e relictos de fauna e flora espírito-santense. **Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão**, n. 110, Série Zoologia, 1984.

RUSCHI, P. A.; SIMON, J. E. Hummingbirds of Santa Teresa, State of Espírito Santo, Southeastern Brazil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 29, p. 31-52, 2012.

RYLANDS, A. B.; FONSECA, G. A. B.; LEITE, Y. L.; MITTERMEIER, R. A. Primates of the Atlantic forest, origin, distributions, endemism, and communities. In: NORCONK, P. (Ed.). **Adaptive radiations of neotropical primates**. New York: Plenun Press, 1996. p. 21-51.

SABINO, J.; CASTRO, R. M. C. Alimentação, período de atividade e distribuição espacial dos peixes de um riacho da Floresta Atlântica (Sudeste do Brasil). **Rev. Bras. de Biol.**, v. 50, n. 1, p. 23-36, 1990.

SABINO, W. O.; FERREIRA, R. de P.; ANTONINI, Y. A apifauna do Parque Estadual do Itacolomi, Ouro Preto, Minas Gerais. **MG.BIOTA**, v. 3, n. 6, p. 19-25, 2011.

SAITER, F. Z. et al. Floristic units and their predictors unveiled in part of the Atlantic Forest hotspot: implications for conservation planning. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 87, n. 4, p. 2031-2046, 2015.

SALES, S. C. M. **Avaliação ecotoxicológica de impactos da contaminação por metais e arsênio em áreas de mineração e beneficiamento de ouro em Minas Gerais**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre do Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SALLES, F. F.; NASCIMENTO, J. M. C. DO; MASSARIOL, F. C. et al. Primeiro levantamento da fauna de Ephemeroptera (Insecta) do Espírito Santo, Sudeste do Brasil. **Biota Neotropica**, v. 10, n. 1, p. 293-307, 2010.

SANTO, N. B. E.; RIBEIRO, S. P. Invasões biológicas de dossel: *Linepithema humile* Mayr 1868 (Hymenoptera, Formicidae): um desastre silencioso. **MG.BIOTA**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, 2010/2011.

SANTOS, G. M.; FERREIRA, E. J. G. Peixes da Bacia Amazônica. In: LOWEMcCONNELL, R. H. (Org.). **Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 345-373.

SANTUÁRIO DO CARAÇA. Província Brasileira da Congregação da Missão. Associação de RPPN e Reservas Privadas de Minas Gerais. **Plano de Manejo da RPPN "Santuário do Caraça"**. Santa Bárbara: Santuário da Caraça, 2013.

SÃO PEDRO, V. A. **Composição, ocupação ambiental e sazonalidade dos anfíbios anuros da Serra do Ouro Branco, Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biologia Animal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SÃO PEDRO, V. A.; FEIO, R. N. Distribuição espacial e sazonal de anuros em três ambientes na Serra do Ouro Branco, extremo sul da Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. **Biotemas**, v. 23, n. 1, p. 143-154, 2010.

_____. Anuran species composition from Serra do Ouro Branco, southernmost Espinhaço Mountain Range, state of Minas Gerais, Brazil. **Checklist**, v. 7, n. 5, 2011.

SÃO PEDRO, V. A.; PIRES, M. R. S. As serpentes da região de Ouro Branco, extremo sul da Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais. **Revista Ceres**, v. 56, n. 2, p. 166-171, 2009.

SARMENTO-SOARES, L. M. **Distribuição e Endemismo de Peixes de Riacho do Espírito Santo**: Projeto BIOdiversES - Projeto de Pesquisa Científica - 2008 - 2010 – Edital Universal Mct/Cnpq 14-2008. Proposta apresentada em 6 de agosto de 2008. BIOdiversES, 2008. Disponível em: <http://www.nossacasa.net/biodiverses/doc/biodiverses1.pdf>.

SARMENTO-SOARES, L. M.; MARTINS-PINHEIRO, R. F. Rios e peixes do Espírito Santo: estado atual do conhecimento da ictiofauna de água doce. **Boletim SBI**, v. 95, p. 6-7, 2009.

_____. **Relação de lotes do Espírito Santo disponíveis nos bancos de dados públicos das principais coleções ictiológicas do país considerados no Projeto BIOdiversES**. Nossos Riachos, 2010. Disponível em: <http://www.nossacasa.net/biodiverses/doc/anexo_b.pdf>.

_____. A fauna de peixes nas bacias do sul do Espírito Santo, Brasil. **Sitientibus série Ciências Biológicas**, v. 13, 2014a.

_____. A fauna de peixes na bacia do rio Barra Seca e na REBIO de Sooretama, Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 35, p. 49-104, 2014b.

SARMIENTO, A. M.; DELVALLS, A.; NIETO, J. M.; SALAMANCA, M. J.; CARABALLO, M. A. Toxicity and potential risk assessment of a river polluted by acid mine drainage in the Iberian Pyrite Belt (SW Spain). **Science of the Total Environment**, v. 409, p. 4763-4771, 2011.

SCALCO, R.; GONTIJO, B. M. Mosaico de unidades de conservação: da teoria à prática. O caso do mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto/MG. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 75-92, 2009.

SCARANO, F. R. Rock outcrop vegetation in Brazil: a brief overview. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 30, n. 4, p. 561-568. 2007.

SCHIFFLER, G.; SCHIFFLER, G.; VAZ-DE-MELLO, F. Z. et al. Scarabaeidae s.str. (Coleoptera) do Delta do Rio Doce e Vale do Suruaca no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 5, n. 2, p. 205-211, 2003.

SCHULZ, U. H.; MARTINS-JUNIOR, H. *Astyanax fasciatus* as bioindicator of water pollution of Rio dos Sinos, RS, Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, v. 61, n. 4, p. 615-622, 2001.

SCITECH. **6º Relatório Anual**. Processo administrativo nº 02022.001407/2010. CGPEG/DILIC/IBAMA. Relatório Técnico elaborado para a PETROBRAS. Rio de Janeiro: Scitech, 2017.

SCOSS, L. M.; DE MARCO JÚNIOR, P.; SILVA, E.; MARTINS, S. V. Sand-Plot use for monitoring road impact on mammal species richness. **Revista Árvore**, v. 28, n. 1, p. 121-127, 2004.

SCOTT, G. R.; SLOMAN, K. A. The effects of environmental pollutants on complex fish behavior: integrating behavioral and physiological indicators of toxicity. **Aquatic Toxicology**, v. 68, p. 369-392, 2004.

SECCHI, E. ***Sotalia guianensis***. The IUCN Red List of Threatened Species 2012: e.T181359A17583662, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2012.RLTS.T181359A17583662.en>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SECCHI, E.; DANILEWICZ, D.; OTT, P.H. Applying the phylogeographic concept to identify franciscana dolphin stocks: implications to meet management objectives. **J. Cetacean Res. Manage,** v. 5, n. 1, p. 61-68, 2003.

SEGALLA, M. V.; CARAMASCHI, U.; CRUZ, C. A. G.; GRANT, T.; HADDAD, C. F. B.; GARCIA, P. C. A.; BERNECK, B. V. M.; LANGONE, J. Brazilian amphibians: list of species. **Herpetologia Brasileira**, v. 5, n. 2, p. 34-46, 2016.

SERAFIM, C. S. F.; HAZIN, F. O ecossistema costeiro. In: _____. **Geografia**: ensino fundamental e ensino médio: o mar no espaço geográfico brasileiro. Brasília, DF: MEC, 2005.

SERPA, G. A.; OLMOS, F.; GUSSONI, C. O. A. et al. As aves do SESC Praia Formosa, Aracruz, Espírito Santo: observações durante o XVII Congresso Brasileiro de Ornitologia. **Atualidades Ornitológicas**, v. 151, p. 39-52, 2009.

SICILIANO, S.; ARRUDA RAMOS, R. M.; DI BENEDITTO, A. P. M.; SANTOS, M. C. O.; FRAGOSO, A. B.; BRITO JR, J. L.; AZEVEDO, A. F.; VICENTE, A. F. C.; ZAMPIROLLI, E.; ALVARENGA, F. S.; BARBOSA, L.; LIMA, N. R. W. Age and growth of some delphinids in south-eastern Brazil. **Journal of the Marine Biological Association of the UK**, v. 87, p. 293-303, 2007.

SICILIANO, S.; DI BENEDITTO, A. P.; RAMOS, R. A toninha, *Pontoporia blainvillei* (Gervais & D'Orbigny, 1884) (Mammalia: Cetacea) nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, costa sudeste do Brasil: caracterização dos hábitats e possíveis fatores de isolamento das populações. **Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Zoologia**, v. 146, p. 1-15, 2002.

SICILIANO, S.; MORENO, I. B.; SILVA, E. D.; ALVES, V. C. **Whales, river dolphins, and dolphins in the campos basin**. Field Guide Series. Rio de Janeiro: Campos Basin Marine Fauna, 2006. Disponível em: <http://thecre.com/pdf/brazil%20reprt%20e.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2017.

SICILIANO, S.; MOURA, J. F.; FILGUEIRAS, H. R.; RODRIGUES, P. P.; LEITE JR, N. O. Sightings of humpback whales on the vitória-trindade chain and around Trindade island, Brazil. **Brazilian Journal of Oceanography**, v. 60, n. 3, p. 455-459, 2012.

SICK, H. **Ornitologia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SILVA, A. R. M.; GUIMARÃES, M. P. M.; VITALINO, R. F.; BAGNI, Â. S.; MARTINS, Y. E.; CORDEIRO, A. M.; DE OLIVEIRA, E. V. Borboletas frugívoras do Parque Estadual do Rio Doce/MG. **MG.BIOTA**, v. 3, n. 4, p. 5-21, 2010.

SILVA, E. S. da. **Importância do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil) para a conservação de mamíferos de médio e grande porte**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, I. F. L. **Contribuições para o diagnóstico ambiental da parte média e inferior da bacia do Rio Piracicaba, MG**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

SILVA, J. M. C.; CASTELETI, C. H. Status of the biodiversity of the Atlantic forest of Brazil. In: GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. (Eds.). **The Atlantic Forest of South America**: biodiversity status, threats, and outlook. Washington, DC: Island Press, 2003. p. 43-59.

SILVA, L. H. P.; MENDONÇA, A. S. F. Avaliação qualitativa da lagoa Jacunén com ênfase à eutrofização. In: 19º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 19., 1997, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1997. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/abes97/laguna.pdf>. Acesso em: 4 ago 2017.

SILVA, P. C.; MALABARBA, M. C.; MALABARBA, L. R. Using ancient DNA to unravel taxonomic puzzles: the identity of Deuterodon pedri (Ostariophysi: Characidae). **Neotrop. ichthyol.**, Maringá, v. 15, n. 1, e160141, 2017.

SILVA, S. S. **Estudo sobre a relação entre o carbono orgânico dissolvido e elementos metálicos maiores e traços em águas do leste do Quadrilátero Ferrífero, MG**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.

SILVANO, D. L.; SEGALLA, M. V. Conservação de anfíbios no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, p. 80-88, 2005.

SIMON, J. E. A lista das aves do estado do Espírito Santo. In: SIMON, J. E.; RAPOSO, M. A.; STOPIGLIA, R.; PERES, J. (Orgs.). **Livro de resumos do XVII Congresso Brasileiro de Ornitologia**. TEC ART. Editora: São Paulo, 2009. p. LV-LXXXVIII.

SIMON, T. E. **Peixes recifais**: comparação entre ambientes artificiais e naturais. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

SIMONELLI, M.; FRAGA, C. (Orgs.). **Espécies da flora ameaçadas de extinção no estado do Espírito Santo**. Vitória: IPEMA, 2007.

SIMONELLI, M.; MAGNAGO, L.; KOLLMAN, A.; FONTANA, A.; MATOS, F. Aspectos fitogeográficos, vegetacionais e estado de Conservação da região de Serra das Torres, Espírito santo, Brasil. **Revista Científica Faesa**, Vitória, v. 4, n. 1, p. 33-38, 2008.

SIMONELLI, M.; SOUZA, A.; PEIXOTO, A.; SILVA, A. Floristic Composition and Structure of the Tree Component of a Muçununga Forest in the Linhares Forest Reserve, Espírito Santo, Brazil. In: THOMAZ, W. W. (Ed.). **The Atlantic Coastal Forest of Northeastern Brazil**. New York: Botanical Garden Press, 2008. p. 345-364.

SIQUEIRA, R. C. **Estrutura e composição da ictiofauna do médio rio Casca, bacia do (alto) rio Doce, Minas Gerais, Brasil**. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Avaliação de fauna e flora em estudos ambientais) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

SITES, JR., J. W.; FITZSIMMONS, N. N.; DA SILVA, JR., N.J.; CANTARELLI, V. H. Conservation genetics of the giant amazon river turtle (*Podocnemis expansa*: Pelomedusidae): inferences from two classes of molecular markers. **Chelonian Conservation and Biology**, v. 3, p. 454-463, 1999.

SOARES, J. P. **Estudo da relação entre as características abióticas e bióticas na compartimentação de comunidades ecológicas no Parque Estadual do Rio Doce/MG com base na geomorfologia e na interação inseto-planta**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Outro Preto, Ouro Preto, 2006.

SOARES, L.M.S., PINHEIRO, R.F.M., 2012. RIOS E PEIXES DO ESPÍRITO SANTO 18, 1074–1088.

SOBRAL, M. Três novas Myrtaceae de Santa Teresa, Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão** (Nova Série), v. 20, p. 73-82, 2006.

SOLÁ, M. **Análise de Remanescentes de Mata Atlântica em função das classes de declividade do terreno na região do Parque Estadual do Rio Doce, MG**. 2001. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) – Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SOUZA, A. M.; CONDÉ, R.; ORSINI, V. Levantamento da herpetofauna em área antropizada situada na zona de amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce, MG. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 9., 2009, São Lourenço. **Anais...** São Lourenço, 2009.

SOUZA, B. D'Â.; FERNANDES, V. O. Estrutura e dinâmica da comunidade fitoplanctônica e sua relação com as variáveis ambientais na lagoa Mãe-Bá, Estado do Espírito Santo, Brasil. **Acta Scientiarum Biological Sciences**, v. 31, n. 3, p. 245-253, 2009.

SOUZA, C. F. DE; QUARESMA, P. F.; ANDRADE FILHO, J. D.; BEVILACQUA, P. D. Phlebotomine fauna in the urban area of Timóteo, State of Minas Gerais, Brazil. **Acta Tropica**, v. 134, n. 1, p. 72-79, 2014.

SOUZA, F. L.; CUNHA, A. F.; OLIVEIRA, M. A.; PEREIRA, G. A. G.; REIS, S. F. Preliminary Phylogeographic Analysis of the Neotropical Freshwater Turtle *Hydromedusa maximiliani* (Chelidae). **Journal of Herpetology**, v. 37, p. 427-433, 2003.

SOUZA, I. C.; DUARTE, I. D.; PIMENTEL, N. Q.; ROCHA, L. D.; MOROZESK, M.; BONOMO, M. M.; AZEVEDO, V. C.; PEREIRA, C. D. S.; MONFERRÁN, M. V.; MILANEZ, C. R. D.; MATSUMOTO, S. T.; WUNDERLIN, D. A.; FERNANDES, M. N. Matching metal pollution with bioavailability, bioaccumulation and biomarkers response in fish (*Centropomus parallelus*) resident in neotropical estuaries. **Environmental Pollution**, v. 180, p. 136-144, 2013.

SOUZA, M. M. de; PIRES, E. P.; FERREIRA, M.; LADEIRA, T. E.; PEREIRA, M.; ELPINO-CAMPOS, Á.; ZANUNCIO, J. C. Biodiversidade de vespas sociais (Hymenoptera: Vespidae) do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **MG.BIOTA**, v. 5, n. 1, p. 4-19, 2012.

SOUZA, P. **Diversidade florística e atributos pedológicos ao longo de uma encosta com floresta estacional semidecidual submontana, zona de amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce, MG**. 2008. Tese (Pós-Graduação em Botânica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SOUZA, V. L. B.; LIMA, V.; HAZIN, C.A.; FONSECA, C. K. L.; SANTOS, S. O. Biodisponibilidade de metais-traço em sedimentos: uma revisão. **Brazilian Journal of Radiation Sciences**, v. 3, n. 1A, p. 1-13, 2015.

SOUZA, W. R. **Análise de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos – HPAs – em sedimentos do Ribeirão do Funil na região de Ouro Preto – MG**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2007.

SOUZA-LIMA, R. S.; CLARK, C. W. Modeling the effect of boat traffic on the fluctuation of humpback whale singing activity in the Abrolhos National Marine Park, Brazil. **Canadian Acoustics**, v. 36, n. 1, p. 174-181, 2008.

SPACH, H. L.; SANTOS, C.; GODEFROID, R. S. Padrões temporais na assembléia de peixes na gamboa do Sucuriú, Baía de Paranaguá, Brasil, **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 20, p. 591-600, 2003.

SRBEK-ARAUJO, A. C.; ROCHA, M. F.; PERACCHI, A. L. A Mastofauna da Reserva Natural Vale, Linhares, Espirito Santo, Brasil. **Ciência & Ambiente**, v. 49, p. 153-167, 2014.

STALLINGS, J. R. The importance of understorey on wildlife in a brazilian eucaplypt plantation. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 7, n. 3, p. 267-276, 1991.

STALLINGS, J. R.; DA FONSECA, G. A. B.; PINTO, L. P. DE S.; AGUIAR, L. M. DE S.; SÁBADO, E. L. Mamíferos do Parque Florestal Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, v. 7, n. 4, p. 663-677, 1991.

STOTZ, D. F.; FITZPATRICK, J. W.; PARKER III, T. A.; MOSKOVITS, D. K. **Neotropical birds**: ecology and conservation. University of Chicago Press, Chicago, 1996.

STRIER, K. B.; BOUBLI, J. P. A history of long-term research and conservation of northern muriquis (*Brachyteles hypoxanthus*) at the Estação Biológica de Caratinga/RPPN-FMA. **Primate Conservation**, v. 20, p. 53-63, 2006.

STRYDOM, N. A. Occurence of larval and early juvenile fishes in the surf zone adjacent to two intermittently open estuaries, South Africa. **Environmental Biology**, v. 66, p. 349-359, 2003.

SUDA, Y.; INOUE, T.; UCHIDA, H. Fish communities in the surf zone of a protected sandy beach at Doigahama, Yamaguchi Prefecture, Japan. **Estuarine, CoastalandShelf Science**, v. 55, p. 81-96, 2002.

SUGUIO, K.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L. Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário: influência das flutuações do nível do mar. In: SIMPÓSIO DO QUATERNÁRIO NO BRASIL, 4., 1982, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CTCQ-SBG, 1982. p. 93-116.

SUZUKI, H. I.; VAZZOLER, A. E. A. M.; MARQUES, E. E.; PEREZ-LIZAMA, M. A.; INADA, P. Reproductive ecology of the fish assemblages. In: THOMAZ, S. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. (Eds.). **The upper Paraná River and its floodplain**: physical aspects, ecology and conservation. Leiden: Backhuys Publishers, 2004. p. 271-292.

TALAMONI, S. A.; AMARO, B. D.; CORDEIRO-JÚNIOR, D. A.; CARLOS EDUARDO, M.; MACIEL, A. Mammals of Reserva Particular do Patrimônio natural Santuário do Caraça, state of Minas Gerais, Brazil. **Checklist**, v. 10, n. 5, p. 1005-1013, 2014.

TANQUE, R. L. do. **Pimplinae, Poemeniinae e Rhyssinae (Hymenoptera: Ichneumonidae) na unidade ambiental de Peti (CEMIG), Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

TAVARES, V. C.; CESARI, A. Observações sobre a comunidade de quirópteros da Estação de Pesquisa e Desenvolvimento Ambiental de PETI (EPDA/PETI), leste de MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 21., 1996, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1996. p. 236-237.

TEIXEIRA, C. C. A. **(Re) Organização da beira-mar**: diferentes modos de uso e ocupação no norte do Espírito Santo. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

TEMPONI, L.; GARCIA, F.; SAKURAGUI, C.; OKANO. Araceae do Parque Estadual do Rio Doce, MG, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 87-103, 2006.

THOMAZ, L. D.; MONTEIRO, R. Composição florística da Mata Atlântica de encosta da Estação Biológica de Santa Lúcia, município de Santa Tresa – ES. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão** (NovaSérie), v. 7, p. 1-48, 1997.

THOMÉ, J. C. A.; BAPTISTOTTE, C.; MOREIRA, L. M. P.; SCALFONI, J. T.; ALMEIDA, A. P. E.; RIETH, D. Novos índices de longevidade reprodutiva para a careba-amarela (*Caretta caretta*) no litoral do Espírito Santo, Brasil. In: ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY FOR CONSERVATION BIOLOGY, 19., 2005, Brasília. **Resumos...** Brasília, 2005.

THOMÉ, J. C. A.; BAPTISTOTTE, C.; MOREIRA, L. M. P.; SCALFONI, J. T.; ALMEIDA, A. P.; RIETH, D. B.; BARATA, P. C. R. Nesting Biology and conservation of the leatherback sea turtle (*Dermochelys coriacea*) in Espírito Santo State, Brazil, 1988-1989 to 2003-2004. **Chelonian Conservation and Biology**, Massachusetts, v. 6, n. 1, p. 15-27, 2007.

TIMÓTEO. **Prefeitura inicia trabalhos para mapear APA da Serra**. 2013. Disponível em: <http://www.timoteo.mg.gov.br/noticias.aspx?cd=672>. Acesso em: 20 jul. 2017.

TRUHAUT, R. Ecotoxicology – a new branch of toxicology: a general survey of its aims, methods and prospects. In: NATO, C. R. (Ed.). **Environmental Science Research Series**, New York: Ecological Toxicology Research, 7. 1975. p. 3-23.

UETZ, P.; HOŠEK, J. (Eds.). **The Reptile Database**. 2016. Disponível em: <http://www.reptile-database.org>. Acessado em: 22 jun. 2017.

_____. **The Reptile Database**. 2017. Disponível em: <http://www.reptile-database.org>. Acesso em: 9 jul. 2017.

UIEDA, V. S. **Regime alimentar, distribuição espacial e temporal de peixes (Teleostei) em um riacho na região de Limeira-SP**. 1983. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Biosphere Reserve Information**. UNESCO, 2005. Disponível em <http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?mode=all&code=BRA+06>. Acessado em: 8 ago. 2017.

URAMOTO, K. **Diversidade de moscas-das-frutas (Diptera, Tephritidae) em pomares comerciais de papaia em áreas remanescentes da Mata Atlântica e suas plantas hospedeiras nativas, no município de Linhares, Espírito Santo**. 2007. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2007.

VAN DER OOST, R.; BEYER, J.; VERMEULEN, N. P. E. Fish bioaccumulation and biomarkers in environmental risk assessment: a review. **Environmental Toxicology and Pharmacology**, v. 13, p. 57-149, 2003.

VAN GESTEL, C. A. M.; VAN BRUMMELEN, T. C. Incorporation of the biomarker concept in ecotoxicology calls for a redefinition of terms. **Ecotoxicology**, v. 5, p. 217-225, 1996.

VANNOTE, R. L.; MINSHALL, G. W.; CUMMINS, K. W.; SEDELL, J. R.; CUSHING, C. E. The river continuum concept. **Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Science**, v. 37, p. 130-137, 1980.

VAREJÃO, E. V. V. **Distribuição de mobilidade de arsênio e metais pesados em ribeirões do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroquímica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

VAREJÃO, E. V. V.; BELLATO, C. R.; FONTES, M. P. F. Mercury fractionation in stream sediments from the Quadrilátero Ferrífero gold mining region, Minas Gerais State, Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 157, p. 125-135, 2009.

VARGAS, S. M.; ARAUJO, F. C. F.; MONTEIRO, D. S.; ESTIMA, S.C.; ALMEIDA, A. P.; SOARES, L. S.; SANTOS, F. R. Genetic Diversity and Origin of Leatherback Turtles (*Dermochelys coriacea*) from the Brazilian Coast. **Journal of Heredity**, Washington, US, v. 99, p. 215-220, 2008.

VASCONCELLOS, M. G.; LUCCA, J. V.; ROCHA, O.; VERANI, N. F.; VERAN, J. R. 2008. Composição ictiofaunística do sistema lacustre do vale do rio Doce (MG), Brasil. In: SIMPÓSIO DE ECOLOGIA DO PPGERN, 2., 2008, UFSCar. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2008.

VASCONCELOS, M. F. de. **RPPN – Avifauna**. Santa Bárbara: Santuário da Caraça, 2017. Disponível em: <http://www.santuariodocaraca.com.br/rppn-o-que-e/rppn-avifauna>. Acesso em: 25 ago. 2017.

VASCONCELOS, M. F. de; LOPES, L. E.; HOFFMAN, D. Dieta e comportamento de forrageamento de *Oreophylax moreirae* (Aves: Furnariidae) na Serra do Caraça, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v. 15, n. 3, p. 439-442, 2007.

VASCONCELOS, M. F. de; RODRIGUES, M. Patterns of geographic distribution and conservation of the open-habitat avifauna of southeastern Brazilian mountaintops (campos rupestres and campos de altitude). **Papéis Avulsos de Zoologia**, v. 50, n. 1, p. 1-29, 2010.

VASCONCELOS, M. F. de; VASCONCELOS, A. P.; VIANA, P. L.; PALÚ, J.; SILVA, J. F. Observações sobre aves granívoras (Columbidae e Emberizidae) associadas à frutificação de taquaras (Poaceae, Bambusoideae) na porção meridional da Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. **Lundiana**, v. 6, n. 1, p. 75-77, 2005.

VASCONCELOS, M. F. de; VASCONCELOS, P. N.; MAURÍCIO, G. N.; MATRANGOLO, C. A. R.; DELL' AMORE, C. M.; NEMÉSIO, A.; FERREIRA, J. C.; ENDRIGO, E. Novos registros ornitológicos para a Serra do Caraça, Brasil, com comentários sobre distribuição geográfica de algumas espécies. **Lundiana**, v. 4, n. 2, p. 135-139, 2003.

VASCONCELOS, M. F.; MELO JR, T. A. An ornithological survey of Serra do Caraça, Minas Gerais, Brazil. **Cotinga**, n. 15, p. 21-31, 2001.

VASCONCELOS, M. F. O que são campos rupestres e campos de altitude nos topos de montanha do leste do Brasil? Revista Brasileira de Botânica, 34, 241-246. 2011.

VEADO, M. A. R. V.; MENEZES, M. A. B. C.; QUEIROZ, M. A. T.; COSTA, A. A.; LOPES, G. F.; OLIVEIRA, A. H. Nuclear Application in Studies of Environmental Pollution in Brazil. In: PACIFIC BASIN NUCLEAR CONFERENCE, 16., 2008, Aomori, Japan. **Proceedings...** Aomori, Japan, 2008. Disponível em: <https://inis.iaea.org/search/search.aspx?orig_q=RN:41018080>. Acesso em: 19 jun. 2017.

VELOSO, H. P.; OLIVEIRA FILHO, L. C.; VAZ, A. M. S. F.; LIMA, M. P. M.; MARQUETE, R.; BRAZÃO, J. E. M. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE. 1992.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VENDEL, A. L.; CHAVES, P. T. C. Baía de Guaratuba, Paraná: um estudo de caso sobre ictiofauna em estuários. In: _____. **Reunião técnica sobre ictiologia em estuários**. Curitiba, Paraná, Publ. Fund. Araucária e CNPq, 2001.

VIEIRA, F. **A ictiofauna do rio Santo Antônio, bacia do rio Doce, MG**: proposta de conservação. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

_____. Distribuição, impactos ambientais e conservação da fauna de peixes da bacia do rio Doce. **MG.BIOTA**, v. 2, p. 5-22, 2010.

VIEIRA, F.; ALVES, C. B. M.; SANTOS, G. B. Rediscovery and first record of Henochilus wheatlandii (Teleostei: Characiformes) a rare neotropical fish, in rio Doce basin of southeatern Brazil. **Ichthyological Explorations of Freshwaters**, v. 11, p. 201-206, 2000.

VIEIRA, J. P.; MUSICK, J. A. Fish faunal composition in warm-temperate and tropical estuaries of Western Atlantic. **Atlântica**, Rio Grande, v. 16, p. 31-53, 1994.

VILA VELHA. **Decreto nº 33, de 9 de fevereiro de 2003**. Cria o Parque Nacional Municipal de Jacarenema e dá outras providências. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/D332003.html >. Acesso em: 31 ago. 2017.

VIOLA, Z. G. G. **Avaliação da qualidade das águas da bacia do rio Doce/MG**: Caracterização da matéria orgânica e seus impactos ambientais. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre do Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VOGT, R. C. **Tartarugas da Amazônia**. Lima: Gráfica Biblos, 2008.

VOGT, R. C.; FAGUNDES, C. K.; BATAUS, Y. S. L.; BALESTRA, R. A. M.; BATISTA, F. R. W.; UHLIG, V. M.; SILVEIRA, A. L.; BAGER, A.; BATISTELLA, A. M.; SOUZA, F. L.; DRUMMOND, G. M.; REIS, I. J.; BERNHARD, R.; MENDONÇA, S. H. S. T.; LUZ, V. L. F. **Avaliação do risco de extinção dos quelônios continentais no Brasil**. Processo de avaliação do risco de extinção da fauna brasileira. Brasília, DF: ICMBio, 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/estado-de-conservacao/2791-repteis-quelonios-continentais>. Acesso em: 25 maio 2017.

VOS, J. G.; BOSSART, G. D.; FOURNIER, M.; O'SHEA, T. J. **Toxicology of marine mammals**. London: Editora Taylor and Francis, 2003.

WALKER, I. Ecologia e biologia dos igapós e igarapés. **Ciência Hoje**, v. 11, n. 64, p. 44-53, 1990.

WEDEKIN, L. L.; DA-RÉ, M. A.; DAURA-JORGE, F. G.; SIMÕES-LOPES, P. C. O uso de um modelo conceitual para descrever o cenário de conservação do boto-cinza na Baía Norte, Sul do Brasil. **Natureza & Conservação**, v. 3, n. 1, p. 59-67, 2005.

WEDEKIN, L. L.; ENGEL, M. H.; ANDRIOLO, A.; PRADO, P. I.; ZERBINI, A. N.; MARCONDES, M. C. C.; KINAS, P. G.; SIMÕES-LOPES, P. C. Running fast in the slow lane: rapid population growth of humpback whales after exploitation. **Marine Ecology Progress Series**, v. 575, p. 195-206, 2017.

WEDEKIN, L. L.; ROSSI-SANTOS, M. R.; BARACHO, C.; CYPRIANO-SOUZA, A. L.; SIMÕES-LOPES, P. C. Cetacean records along a coastal-offshore gradient in the Vitória-Trindade Chain, western South Atlantic Ocean. **Brazilian Journal of Biology**, v. 74, n. 1, p. 137-144, 2014.

WELLS, R. S.; RHINEHART, H. L.; HANSEN, L. J.; SWEENEY, J. C.; TOWNSEND, F. I.; STONE, R.; CASPER, D. R.; SCOTT, M. D.; HOHN, A. A.; ROWLES, T. K. Bottlenose dolphins as marine ecosystem sentinels: developing a health monitoring system. **EcoHealth**, p. 1, p. 246-254, 2004.

WENDELAAR BONGA, S. E. The stress response in fish. **Physiological Reviews**, v. 77, p. 591-625, 1997.

XIAO, Z.; SOMMAR, J.; LINDQVIST, O.; GIOULEKA, E. Atmospheric mercury deposition to grass in southern Sweden. **The Science of the Total Environment**, v. 213, p. 85-94, 1998.

YAMAGUTI, Y.; SACCARDO, S. A.; ALVARES, L. M. de C.; MUTO, Y. Nécton dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. In: CASTELLO, J. P. (Coord.). **Diagnóstico ambiental oceânico e costeiro das regiões Sul e Sudeste do Brasil**. Rio Grande: Petrobras, 1994. 5 v., p. 15-32.

YÁÑEZ-ARANCIBIA, A. Recursos demersales de alta diversidad en las costas tropicales: perspectiva ecologica. In: ÝAÑEZ-ARANCIBIA, A. (Ed.). **Recursos pesqueros potenciales de México**: la pesca acompañante del camarón. México: UNAM, 1985. p. 17-38.

YANO, O. Adição às briófitas da Reserva Natural do Vale do Rio Doce, Linhares, Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão**, v. 18, p. 5-48, 2005.

ZACCARON DA SILVA, A.; ZANETTE, J.; FERREIRA, J. F.; GUZENSKI, J.; MARQUES, M. R. F; BAINY, A. C. D. Effects of salinity on biomarker responses in *Crassostrea rhizophorae* (Mollusca, Bivalvia) exposed to diesel oil. **Ecotoxicology and Environmental Safety**, v. 62, p. 376-382, 2005.

ZACHARY, J. F. Sistema nervoso. In: MAcGAVIN, M. D.; ZACHARY, J. F. (Eds.). **Bases da patologia veterinária**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009. p. 833-953.

ZERBINI, A. N.; ANDRIOLO, A.; HEIDE-JORGENSEN, M. P.; PIZZORNO, J. L.; MAIA, Y. G.; VANBLARICOM, G. R.; DEMASTER, D. P.; SIMÕES-LOPES, P. C.; MOREIRA, S.; BETHLEM, C. Satellite-monitored movements of humpback whales *Megaptera novaeangliae* in the Southwest Atlantic Ocean. **Mar. Ecol. Prog. Ser.**, v. 313, p. 295-304, 2006.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/zee/>. Acesso em: 22 jun. 2017.

ZORZIN, G.; CANUTO, M.; CARVALHO FILHO, E. P. de.; CARVALHO, C. E. A. Aves de rapina noturnas do Parque Estadual do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil. **MG BIOTA**, v. 1, n. 5, 2008/2009.

5 LINHA-BASE BENS ARQUEOLÓGICOS E CULTURAIS

"...preservar a matéria no tempo, o patrimônio, não pode estar descolado do trabalho de gerar sentido aos diferentes grupos sociais"
(ROCHA; ECKERT, 2006, p. 1)

O objetivo deste tópico é apresentar a denominada **linha-base** a respeito do **patrimônio cultural** da região do vale do rio Doce, antes do rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015. Nesse sentido, o conceito de linha-base utilizado para o presente estudo é o mesmo adotado para os demais levantamentos voltados à caracterização dos meios físico e biótico (OECD, 2006; EUROPEAN UNION, 2008).

Convém destacar que o patrimônio cultural abarca tanto os bens arqueológicos e bens tombados, registrados e valorados, quanto referências culturais não acauteladas. Visando à organização das informações, teremos um capítulo voltado ao patrimônio arqueológico, sobretudo, aquele relacionado cronologicamente ao período pré-colonial, e outro capítulo dedicado aos demais patrimônios culturais evidenciados, reconhecidos ou não do ponto de vista oficial, relacionados ao período dito histórico (pós-1500). Não obstante, ao nos referirmos ao patrimônio cultural, estaremos lidando com esse amplo repertório de bens e referências.

Para a construção da linha-base foram considerados os municípios ao longo das margens do rio Doce até a sua foz: Mariana, Barra Longa, rio Doce, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado, Sem-Peixe, rio Casca, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Dionísio, Raul Soares, Córrego Novo, Marliéria, Pingo-d'Água, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Iapu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Alpercata, Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés em Minas Gerais; e Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares, no Espírito Santo.

Importante salientar que a linha-base ora apresentada conhecerá daqui em diante sucessivos aprofundamentos e atualizações, de modo a balizar de forma consistente o diagnóstico, prognósticos e valoração dos danos imputados aos patrimônios culturais, e, por conseguinte, proposições para a compensação, criando a ambiência para sua salvaguarda e promoção no bojo de um novo desenho de futuro para a região afetada.

5.1 Importância do Tema

O patrimônio cultural, composto por bens de natureza material (tangíveis) e imaterial (intangíveis), está associado à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa compreensão encontra-se expressa na Constituição Brasileira de 1988.

Contudo, para além dos bens oficialmente reconhecidos pelo Estado e intermediados pelo conhecimento dos especialistas, o patrimônio também é composto por elementos considerados importantes pelas pessoas de um determinado território, aqui denominados de referências culturais, conforme o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O desafio do presente estudo reside justamente em congregar os bens acautelados e as referências culturais, traçando um cenário imediatamente anterior ao evento.

Esses bens patrimoniais e referências culturais são elementos constituintes do cotidiano dos grupos humanos, enquanto lugares, saberes, ritos e festas vinculados às sociabilidades e subjetividades. Dessa feita, traçar um panorama de tais elementos antes do rompimento da barragem, coloca-se como ponto de partida para compreender como esse evento traumático afetou esses componentes da memória social, trazendo à baila informações que auxiliem na compreensão de como o desastre afetou os direitos culturais desses cidadãos e cidadãs.

Uma definição de desastre bastante utilizada nas ciências sociais é aquela que sugere que o desastre é um acontecimento que desorganiza a ordem social, cultural, econômica e política de uma coletividade, a ponto de que esta não é capaz de reorganizar-se de forma espontânea e autônoma (TADDEI, 2016). Para Batteau (2000 apud DA SILVA, 2004), a situação de desastre se caracteriza fundamentalmente pela capacidade que um evento tem de gerar o colapso da ordem cultural, abalando, algumas vezes de forma irreversível, o sentido de comunidade. Nessa definição, encontramos elementos que apontam que um desastre acarreta, enquanto evento crítico, necessariamente, impactos ao patrimônio cultural de uma comunidade.

Evidenciamos três pontos a serem considerados na análise da relação entre o conceito antropológico de desastre e o campo patrimonial.

Primeiro, é que **o desastre não é um evento isolado no tempo e no espaço**, mas sim um processo que se desdobra ao longo do tempo (VALENCIO, 2009), e que, em geral, afeta coletividades humanas e não humanas em uma dimensão espacial muito maior do que o local específico do evento crítico que o originou. Na realidade, há décadas, as ciências sociais vêm compreendendo o desastre como um fenômeno em processo. Destarte, o desastre do rompimento da barragem de Fundão continua em curso, demandando estratégias diversificadas e continuadas de monitoramento. Um exemplo pode ser dado: a atividade da pesca, tão cara a diversas comunidades ao longo do rio Doce, mesmo após quase dois anos, continua sendo afetada pelo desastre, impactando os modos de fazer – compreendidos aqui como patrimônio cultural – e o cotidiano dessas populações.

O segundo ponto é que **não há desastre que não tenha, concomitantemente, componentes ecossistêmicos e componentes tecnológicos** e, em razão disso, a diferenciação entre desastres naturais e tecnológicos é apenas o destaque, para fins operacionais ou jurídicos, do fator preponderante em cada caso. Um desastre tecnológico é

aquele atribuído em parte ou em todo a uma intenção humana, erro ou negligência, ou falha em um sistema humano (ZHOURI et al., 2016).

Um terceiro ponto reside no fato de que a compreensão de **um desastre deve considerar as condições de vulnerabilidade em que as comunidades** se encontram em razão de circunstâncias socioculturais, históricas, políticas e econômicas (DA SILVA, 2004). Nesse sentido, uma análise dos impactos aos patrimônios culturais também deve considerar as condições de vulnerabilidade dos bens impactados. Referências culturais não acauteladas, associadas a comunidades vulneráveis em virtude de particularidades relativas à classe social, atividade profissional, religião, relações de gênero, faixa etária, grupo étnico e nacionalidade, entre outros, serão certamente mais impactadas ao longo do tempo do que bens acautelados, uma vez que são pouco "visíveis". Dessa forma, discussões sobre os patrimônios culturais "esquecidos", "selecionados", "apropriados" ou "resinificados" se fazem necessárias. Conforme veremos ao longo deste documento, bens materiais edificados, associados ao contexto colonial e/ou a religiosidades de matriz cristã, se sobressaem no cenário patrimonial antes do evento crítico. Certamente, esses bens foram impactados, mas, o que vemos, é que após o desastre tais bens passaram a ser os mais mencionados nos documentos oficiais ou mídias, sendo pouco recorrente a menção a bens de outra natureza.

5.2 Metodologia

Para a operacionalização do estudo, deu-se inicialmente a constituição da equipe multidisciplinar, envolvendo profissionais dos Institutos Lactec e consultores das áreas de Arqueologia, História, Patrimônio, Antropologia e Museologia.

O *start* do processo deu-se por meio de reuniões periódicas (presenciais e/ou a distância) para tomada de conhecimento a respeito do evento, sendo ainda realizados encontros com os coordenadores dos Institutos Lactec e profissionais do Ministério Público Federal (MPF), em Minas Gerais, objetivando a aquisição e intercâmbio de informações em torno do desastre, procedendo-se concomitantemente ao exame da documentação disponibilizada pelo MPF e demais órgãos intervenientes a respeito do desastre, abarcando laudos, relatórios técnicos, pareceres e relatórios.

Em linhas gerais, os levantamentos se deram num momento inicial, a partir de consultas a bancos de dados disponíveis em *websites* das instituições de pesquisa e preservação do patrimônio cultural, bibliotecas, museus e arquivos, a citar:

- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;
- Arquivo Histórico Nacional;
- Arquivo Histórico da Torre do Tombo (Portugal);
- Mapoteca do Itamaraty (Rio de Janeiro);
- Arquivo Histórico do Exército;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA);
- Biblioteca do Museu Paulista da Universidade de São Paulo;
- Fundação Nacional do Índio (Funai);
- Fundação Cultural Palmares.

A partir do cotejo da literatura, foram delineados cenários de ocupação humana passíveis de serem detectados na área alvo de estudo, dentro de uma perspectiva de longa duração.

Num segundo momento, os esforços estiveram voltados ao aprofundamento do levantamento de dados constantes de processos lotados nas seguintes instituições de preservação e fiscalização do patrimônio cultural, a citar:

- DEPAM/CNEPAM/CNA/IPHAN (Brasília);
- Superintendência Regional do IPHAN Minas Gerais;
- Superintendência Regional do IPHAN Espirito Santo;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA (SEC/MG).

Da mesma forma, foram consultadas diferentes mídias, a fim de mapear informações veiculadas acerca do patrimônio cultural (jornais, televisão e páginas da internet), no intuito de rastrear dados acerca de referências e bens patrimoniais, antes e depois do desastre.

Dada a especificidade e magnitude do desastre, julgou-se igualmente importante promover complementarmente a sistematização da literatura analítica produzida a respeito de eventos análogos ocorridos em outras regiões do globo, com foco na gestão de recursos culturais em situações de desastre, objetivando identificar experiências e ações exitosas, desencadeadas em favor da mitigação e reparação de danos frente ao patrimônio cultural. Tal como ocorrido em outras partes do globo terrestre, como a passagem do Furação Katrina, do tsunami sobre a costa australiana, do tsunami no Japão, Chernobyl, o ataque de 11 de setembro no EUA, além de eventos ocorridos no Brasil, como o vazamento de cápsulas de césio 137, em Goiânia, e as enchentes que assolaram os núcleos históricos tombados de Goiás Velho (2002) e São Luiz de Paraitinga (SP), no ano de 2010 (ZANETTINI; SILVA, 2010). Nessa perspectiva, vem sendo também reunidas referências a respeito de modelos de avaliação de impactos e gestão pós-desastre, como, por exemplo, os trabalhos de Ruangrassamee e Saelem (2009) no Golfo da Tailândia; de Scheffers et al. (2008), devotados à análise de traços de tsunami do Holoceno tardio nas costas ocidental e sul do Peloponeso (Grécia); Alongi (2008), Perez-Maqueo, Intralawan e Martinez (2007), Rose (2007), Benson e Clay (2006), este voltado à vulnerabilidade, com ênfase especial para implicações de desastres em países menos desenvolvidos e populações pobres, informações úteis à continuidade do diagnóstico, para futuras avaliações.

Uma vez reunidos os dados a respeito de bens e referências culturais presentes na área de interesse, passou-se, em gabinete, à consistência de informações, visando à criação de um banco de dados unificado e construção de cartas temáticas a respeito dos fenômenos para fins de análise e construção da linha-base, sendo considerados os seguintes elementos:

a) bens acautelados (arqueológicos, tombados, registrados e valorados) pelo órgão federal responsável (IPHAN);
b) bens acautelados (arqueológicos, tombados, registrados e valorados) pelos órgãos estaduais responsáveis, nas duas unidades da federação afetadas pelo desastre: Minas Gerais (IEPHA) e Espírito Santo (Gerência de Memória e Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo);

c) bens acautelados (arqueológicos, tombados, registrados e valorados) pelos municípios observados nesta pesquisa;
d) bens indicados para inventário ou já inventariados pelos municípios observados nesta pesquisa;
e) referências a respeito de territórios tradicionais reconhecidos pela Funai, para o caso das terras indígenas, e pela Fundação Palmares, para o caso das comunidades quilombolas;
f) comunidades tradicionais localizadas na área afetada pelo desastre (comunidades caiçaras e ribeirinhas).
g) e, por fim, áreas dotadas de potencial, delineadas a partir do cotejo da bibliografia (para as quais se conta com referências a marcos históricos, arqueológicos, paisagísticos, artísticos, urbanísticos etc.), diante do histórico de ocupação das regiões afetadas pelo desastre. Particularmente úteis no estabelecimento dessas zonas de interesse, tem-se a cartografia histórica selecionada a respeito da região.

Por fim, torna-se importante destacar alguns dos aspectos impostos pela documentação coligida:

a) As informações mais abundantes a respeito do patrimônio cultural nos municípios de Minas Gerais decorrem de planos de inventário e inventários enviados pelos governos municipais ao IEPHA. Todos os inventários produzidos pelos municípios mineiros envolvidos nesta pesquisa, até o ano de 2015, foram estudados e seus dados compilados. Contudo, observa-se a carência de informação quanto à localização precisa de uma quantidade expressiva de bens, e mesmo aqueles que possuem alguma indicação contêm imprecisões, notadamente aqueles localizados em áreas rurais ou periurbanas.
b) Os bens listados na pesquisa não estão todos com seus inventários executados e concluídos (com fichas técnicas, estado de conservação, bibliografia básica, histórico, características, justificativas, deliberações etc.). Tais informações são fundamentais, pois consideramos que os danos podem ocorrer em um dilatado tempo a partir do evento crítico do rompimento da barragem. Ou seja, para além dos impactos imediatos e amplamente perceptíveis (sobretudo nas localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira), há a possibilidade da extensão dos danos no tempo e no espaço.
c) Em algumas áreas afetadas pelo desastre a quantidade de informações é, ainda, bastante singela, sobretudo para municípios do médio curso do rio Doce.
d) Apesar de a lista de bens culturais para os municípios estudados já contar com praticamente 4.500 referências, é plausível que o número cresça ainda mais por conta de municípios com subnotificação, de bens culturais em comunidades tradicionais ou bens associados a outros já identificados e/ou inventariados (como sedes de fazendas e todo o universo material que as cerca).

Restam, por fim, tecer algumas considerações a respeito da organização das informações e que explicam e sustentam este relatório:

1 O motivo gerador deste trabalho é o risco e danos causados ao patrimônio cultural presente na área de influência direta do desastre decorrente do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana, no final de 2015.
2 Esse patrimônio possui sua historicidade em dois aspectos: o primeiro deles são os movimentos e processos históricos aos quais pertencem e que os explicam e são sentidos no tempo e no espaço. A segunda camada de historicidade diz respeito aos processos pelos quais passaram até se tornarem patrimônio cultural (protegido ou não, e de qual maneira).
3 Portanto, entende-se que tecer uma "história regional" seria de pouco proveito nesse momento. A fortuna historiográfica, sobretudo para a região de Mariana e seu entorno, é vastíssima e possui obras fundamentais tanto de caráter geral quanto para abordagens específicas (sobre as mulheres nas Minas Gerais, relações de gênero, trabalhos e ofícios, economia, artes, ideologias, escravidão e assim por diante).
4 Julgou-se mais operativo partir de uma linha de raciocínio, que buscasse compreender a existência do patrimônio cultural na área em questão a partir de processos e movimentos históricos e culturais, rumo à construção de uma ferramenta útil para a avaliação dos danos, riscos e ações envolvendo os recursos culturais na área impactada pelo desastre e uma base aproveitável para a estruturação de um inventário sistemático.

Foram considerados elementos dignos de citação e inclusão em base de dados, itens visando contemplar o amplo espectro do patrimônio cultural conforme expresso adiante no corpo do documento e seus anexos. A partir dessas morfologias e classificações foram identificados bens que possuem diferentes graus e formas de acautelamento (tombados, registrados, valorados e assim por diante). Da mesma forma, foram adicionados bens que não possuem proteção legal, mas que foram indicados para inventariação ou inventariados ou, ainda, recorrentemente indicados pelas comunidades locais através de meios eletrônicos (*sites*, *blogs*, páginas oficiais de prefeituras e secretarias/departamentos municipais de cultura).

5.3 Resultados

5.3.1 Caracterização regional

As avaliações desenvolvidas pelo poder público e outras instituições após o evento de Mariana demonstraram que, ao menos, 40 municípios ao longo da bacia do rio Doce conheceram impactos de natureza e magnitude diversa, abarcando porções do território mineiro e capixaba, afetados em algum grau, física ou socialmente, quer pela degradação da qualidade de água, do recurso hídrico *per se*, quer pelo fato de serem interceptados pelo rio, seja por estarem à sua margem ou dele se valerem para abastecimento (IBAMA, 2015; GONÇALVES; BRANTES, 2016) (Tabela 8).

Tabela 8 – Relação dos municípios afetados (ordenação de oeste para leste).

Numeração	Município	Estado
1	Mariana	MG
2	Barra Longa	MG
3	Rio Doce	MG
4	Ponte Nova	MG
5	Santa Cruz do Escalvado	MG
6	Sem-Peixe	MG
7	Rio Casca	MG
8	São Domingos do Prata	MG
9	São José do Goiabal	MG
10	São Pedro dos Ferros	MG
11	Dionísio	MG
12	Raul Soares	MG
13	Córrego Novo	MG
14	Marliéria	MG
15	Pingo-d'Água	MG
16	Bom Jesus do Galho	MG
17	Timóteo	MG
18	Caratinga	MG
19	Ipatinga	MG
20	Santana do Paraíso	MG
21	Ipaba	MG
22	Belo Oriente	MG
23	Bugre	MG
24	Iapu	MG
25	Naque	MG
26	Periquito	MG
27	Sobrália	MG
28	Fernandes Tourinho	MG
29	Governador Valadares	MG
30	Alpercata	MG
31	Tumiritinga	MG
32	Galileia	MG
33	Conselheiro Pena	MG
34	Resplendor	MG
35	Itueta	MG
36	Aimorés	MG
37	Baixo Guandu	ES
38	Colatina	ES
39	Marilândia	ES
40	Linhares	ES

Constitui este o recorte territorial adotado, cabendo ressalvar que, mediante o avanço da pesquisa, novos municípios da bacia hidrográfica do rio Doce poderão vir a ser eventualmente incorporados à relação acima apresentada.

No que tange à área afetada, assumimos a definição estabelecida para os demais estudos devotados aos meios físico e biótico, permanecendo esta circunscrita à calha do rio e áreas imediatamente contíguas, alvo da ação direta das águas e rejeitos a partir do evento de novembro de 2015.

Essa área, da mesma forma, poderá conhecer modificações com o avanço dos estudos devotados ao patrimônio cultural e, sobretudo, a realização dos demais estudos socioeconômicos ainda não iniciados.

No que tange propriamente aos impactos percebidos como de maior magnitude e intensidade pelo rompimento da barragem de Fundão, tivemos a porção do alto curso do rio

Doce desde o subdistrito marianense de Bento Rodrigues (soterrado pela lama), além de porções do território dos municípios de Barra Longa, rio Doce e Santa Cruz do Escalvado igualmente atingidos (ANA, 2015). Assim, além de Bento Rodrigues, foram ainda afetados outros vilarejos e distritos situados às margens do rio Gualaxo do Norte, como Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Camargos e Gesteira (microrregião diretamente afetada, conforme o Decreto nº 46.892/2015).

Após causar a destruição dos locais por onde passou ao longo do Gualaxo do Norte, os rejeitos atingiram o rio do Carmo, alcançando propriamente o rio Doce, sendo "contidos" pela barragem da UHE Risoleta Neves (Candonga), hoje amplamente assoreada. A partir da UHE, o fluxo ajustou-se à calha do rio, gerando impactos de menor intensidade às populações até alcançar o Atlântico. Da mesma forma, os efeitos do desastre abalaram profundamente os Krenak desde o momento de chegada da lama em sua reserva, evidenciando que o *Watu* (denominação dada pela etnia ao rio Doce) antes do desastre, para além de lugar de pesca, constituía "igualmente um ente sagrado, elemento fundamental na composição da cosmologia nativa e da identidade étnica" (MPF, 2016, p. 74).

Assim, numa perspectiva antropológica, tal qual, para os Krenak, o rio se apresentava para outras comunidades alvo do desastre além de território, igualmente como paisagem, lugar, representação, abarcando um *continuum* temporal de amplo espectro que certamente supera 10 mil anos, conforme atesta a literatura arqueológica.

O rio não escapou a seu devir histórico, vindo a integrar Minas Gerais à economia e mercado mundial a partir da invasão europeia, assistindo à derrocada de suas densas florestas, tão exaltadas por aventureiros e naturalistas de todos os cantos do globo, conforme ilustra a gravura a seguir e o testemunho de John Steains, proferido em sessão da Royal Geographical Society de Londres:

> O grande encanto dessa região do Brasil está nas imensas florestas virgens que cobrem, com grandiosidade sem par, quase a totalidade da área banhada pelo rio Doce e seus numerosos afluentes. Em ambas as margens do rio, e durante a maior parte do seu curso, essas belas florestas, abundantes em uma centena de espécies da melhor madeira, chegam até à beira d'água, formando uma muralha quase impenetrável da vegetação tropical mais esplendidamente natural que possa ser imaginada. [...] desses vastos templos da natureza, a grandeza e a imobilidade como que de morte que dominam o cenário lhe transmitem a impressão de se encontrar em terreno sagrado. (STEAINS, 1984 apud ESPINDOLA et al., 2012, p. 4).

Figura 70 – "Schiffarht auf dem Rio-doce", gravura de autoria do naturalista francês Ferdinand Denis (1846).



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (2017).

Para além do ciclo aurífero dos primeiros séculos pós-conquista e experiências pioneiras de siderurgia ocorridas nos novecentos, a implantação de vias férreas contribuiu para a aceleração do processo de urbanização, que se deu a partir da década de 1930, assegurando o escoamento de minério de Itabira rumo ao porto de Vitória, criando o substrato para o florescimento do polo siderúrgico, "Vale do Aço", oficialmente denominado Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), composto por Ipatinga, Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo, além das 24 cidades onde coabitam diversas empresas.

A par da expressiva geração e concentração de capital em porções do rio Doce em função da existência do complexo siderúrgico, indicadores sociais e econômicos apontam que parte significativa dos municípios da bacia apresenta índices baixos de desenvolvimento humano. Da mesma forma, os efeitos do modelo econômico adotado deixaram igualmente marcas no rio, notadamente em seu baixo curso, quer acelerando processos erosivos quer provocando seu assoreamento, entre outros aspectos. Nessa perspectiva, diversas comunidades ribeirinhas na bacia do rio Doce que ali constituíram historicamente seus lugares e modos de vida em torno da dinâmica fluvial viram igualmente seus respectivos lugares transformados paulatinamente em "áreas de risco", sujeitas a desastres (ZHOURI et al., 2016).

Nesse contexto, dá-se, em 1977, a fundação da Samarco Mineração S.A. (atualmente controlada por meio de uma *joint-venture* entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton), responsável pela construção da barragem de rejeito de Fundão que atende à mina de Germano (Complexo de Alegria). Nessa e em outras barragens, vinha sendo lançado o estéril derivado do processamento do minério, escoado por minerodutos, rumo às unidades de Germano e Ubu, em Anchieta no Espírito Santo.

5.3.2 Linha-base para o patrimônio arqueológico

5.3.2.1 A arqueologia na região do rio Doce

Para fins de apresentação das informações arqueológicas disponíveis para o território em estudo, será traçado, em um primeiro momento, um quadro a respeito das pesquisas realizadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em especial, nas áreas próximas aos municípios que configuram o território em exame.

Em seguida, serão apresentados cenários de ocupação humana em escala regional, tendo como objetivo a organização dos dados disponíveis de forma didática. Dessa feita, cabe destacar que esses cenários são extremamente heterogêneos, envolvendo uma diversidade considerável de evidências e, certamente, de povos pretéritos. Por fim, será apresentado o perfil do patrimônio arqueológico antes do desastre.

A pesquisa arqueológica realizada no estado de Minas Gerais está intimamente relacionada ao desenvolvimento da arqueologia em território nacional, tendo sida estabelecida a partir da primeira metade do século XIX, sendo marcada pelas pesquisas de Peter Lund, naturalista dinamarquês, na região de Lagoa Santa, que objetivavam discutir a antiguidade da presença humana na região (PROUS, 1992; CORRÊA, 2009). Mesmo que seja possível identificar o desenvolvimento tímido de pesquisas na primeira metade do século XX, pode-se afirmar que projetos de caráter sistemático em outras porções do território mineiro viriam a ocorrer apenas a partir da década de 1950, com o estabelecimento das missões internacionais junto à região de Lagoa Santa, ao maciço de Cerca Grande e na Lapa das Boleiras, que contaram, em determinados casos, com a parceria do Museu Nacional. As abordagens metodológicas encetadas no período baseavam-se em uma perspectiva ampla de pesquisa, buscando contemplar o contexto geomorfológico dos sítios, as alterações promovidas na paisagem e mudanças climáticas a partir do pleistoceno final (PROUS, 2013).

A década seguinte seria marcada pela implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), primeiro programa de pesquisa em escala nacional fundamentado exclusivamente na prática arqueológica, gestado a partir de um seminário realizado por Betty Meggers e Clifford Evans na Universidade Federal do Paraná, desenvolvido entre os anos de 1965 e 1970, que buscou mapear, junto aos grandes rios e suas bacias, culturas arqueológicas incidentes sobre áreas até então não estudadas, marcadas por "vazios arqueológicos", além de obter datações relativas e absolutas (CORRÊA, 2009). Como resultado, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do PRONAPA prospectaram mais de 1.500 novos sítios arqueológicos no país, enquadrados em um recorte cronológico e espacial até então ausente na pré-história do Brasil (DIAS, 1995).

Conforme aponta Corrêa (2009), as pesquisas do PRONAPA não abrangeram todo o estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, tendo sido desenvolvidas em território mineiro pela equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), sob a coordenação do professor Ondemar Ferreira Dias Júnior, e pela equipe do professor Celso Perota no Espírito Santo, cujos resultados abordam temas relevantes à questão da ocupação humana em escala regional desse território (CORRÊA, 2009).

De acordo com André Prous (2013), a partir de meados da década de 1970, é criado, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Setor de Arqueologia, sediado no Museu de História Natural da UFMG. As pesquisas desenvolvidas mantiveram o enfoque sobre a região de Lagoa Santa, mas se voltaram também para estudos na região da Serra do Cipó, e na região de Montalvânia, localizada no alto médio São Francisco, no norte do estado. Atualmente, pesquisas são realizadas em Lagoa Santa pela equipe do Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH) da USP. Destarte, o vale do rio Doce não foi destacado nas pesquisas realizadas em território mineiro.

No estado do Espírito Santo, as pesquisas arqueológicas se iniciaram mais tardiamente, no século XX. Ademais, informações disponíveis sobre a arqueologia da região Noroeste são escassas, em comparação com a grande quantidade de pesquisas realizadas no litoral, em decorrência da atividade petrolífera na região costeira, com grande quantidade de empreendimentos associados, além do favorecimento ao desenvolvimento econômico propiciado pela proximidade com a Rodovia BR 101, que atravessa o estado de norte a sul escoando a produção agrícola e industrial.

No Espírito Santo, as pesquisas arqueológicas realizadas na região em estudo mostram a diversidade cultural dos grupos humanos que habitaram a região. Os primeiros estudos no norte do estado remontam à década de 1940, quando Neves (1943) registra um sítio cerâmico Tupi-guarani no município de Conceição da Barra.

Adam Orssich (1981), em diversas viagens realizadas pelo Espírito Santo na década de 1960 do século passado, relatou a existência de vários sítios na região norte e oeste do estado, nos atuais municípios de Colatina, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Pancas, Baixo Guandu e São Domingos do Norte. Alguns vestígios estão certamente relacionados à Tradição Tupi-guarani, havendo também ocorrências sem correlação cultural definida. Além dos sítios registrados posteriormente pelo arqueólogo Celso Perota, o autor indica diversas outras ocorrências e informações concluindo pelo alto potencial da região.

A partir do final da década de 1960, Perota registrou vários sítios no vale do rio Doce. Realizando pesquisas na região oeste por ocasião do PRONAPA, cadastrou dois sítios arqueológicos em Nova Venécia, um em São Gabriel da Palha, seis em Colatina[2], e dois em Boa Esperança (PEROTA, 1971b, 1974). Deve ser observado que na ocasião do registro os municípios de São Domingos do Norte e Águia Branca ainda não haviam sido desmembrados, respectivamente, de Colatina e São Gabriel da Palha. Alguns desses sítios correspondem aos anteriormente pesquisados por Orssich. Investigações adicionais, entretanto, necessitam ser efetuadas para obter a localização desses sítios. No município de Linhares, Perota (1974) faz referência a um sambaqui próximo à foz do rio Doce, e ao sítio Monsarás, da Tradição Aratu, próximo à lagoa Monsarás.

A partir do final da década de 1990, diversos levantamentos arqueológicos foram realizados no litoral norte do Espírito Santo, em cumprimento da legislação federal para licenciamento de atividades causadoras de impacto ambiental. Em Linhares, destacam-se as atividades relacionadas à exploração do petróleo. Foram consultados diversos relatórios, relacionados nas referências ao final deste trabalho, muitos deles sem identificação de vestígios arqueológicos.

[2] Há informação para um outro sítio em Colatina registrado por Perota, CO-8, mencionado em Ofício de 1972 da UFES.

Destarte, as pesquisas realizadas no vale do rio Doce, tanto em sua porção capixaba quanto mineira, indicam o potencial arqueológico da região, com sítios associados aos denominados caçadores-coletores, aos povos horticultores-ceramistas, classificados nas tradições Aratu, Tupi-guarani e Una, e sítios históricos. Os trabalhos realizados, entretanto, possuem em sua maioria um caráter pontual, sendo que os estudos recentes embora em expansão permanecessem voltados ao levantamento de áreas específicas, a serem afetadas por empreendimentos determinados, com poucas escavações sistemáticas e análises de material que levem a interpretações fundamentadas. As informações disponíveis, no entanto, permitem traçar um panorama geral para a ocupação pré-histórica da região em exame.

As evidências arqueológicas indicam a intensa ocupação da região em épocas passadas, sendo o rio Doce referenciado pelos viajantes e naturalistas como local de intenso povoamento indígena, assim como eixo e vetor para ao avanço colonial.

Cenário 1. Períodos recuados no tempo: caçadores-coletores-pescadores

Este cenário integra contextos arqueológicos recuados, associados aos denominados caçadores-coletores, e suas especificidades litorâneas e interioranas. Os sítios de arte rupestre, embora possam estar associados a outro cenário pré-colonial indígena posterior, permaneceram agregados ao cenário caçador-coletor-pescador.

Ao delinearmos os cenários de ocupação que marcam a região em apreço, segundo a bibliografia disponível, as ocupações de grupos denominados como caçadores-coletores teriam tido início em períodos bem recuados. Em Minas Gerais, carvões associados a níveis estratigráficos, nos quais ossos e coprólitos de uma preguiça terrícola (*Catonyx cuvieri*) foram escavados, no sítio arqueológico de Lapa Vermelha IV, município de Pedro Leopoldo, foram datados em 9.580±200 AP. Recentemente pesquisadores do LEEH/USP obtiveram uma datação de 9.990±40 AP para os ossos de uma preguiça gigante da mesma espécie no Lapa Vermelha IV, encontrada no sítio paleontológico Cuvieri, na região de Lagoa Santa. A ocupação humana mais antiga para a região é de cerca de 10 mil anos atrás.

A região de Lagoa Santa apresenta uma importante coleção de esqueletos, tendo sido o mais antigo deles encontrado no abrigo nº 4 da Lapa Vermelha. Dezenas de corpos foram encontrados geralmente em posição fletida, atestando uma ocupação do abrigo como cemitério entre 11 e 8 mil anos atrás. A região ficou conhecida pela localização do fóssil humano mais antigo das Américas, que recebeu o nome de **Luzia**[3], com cerca de 11.500 anos, permitindo plantear discussões em torno das **rotas migratórias** efetivamente adotadas para o povoamento da América devido a seus traços anatômicos afro-melanésios, distintos dos traços mongoloides que marcam as populações indígenas atuais; "Luzia" suscitou, assim, novas reflexões sobre a ocupação do continente americano. Segundo Neves et al. (1997), uma leva de ocupação afro-melanésia teria precedido a seguinte, ao longo da diáspora humana pela América do Sul.

Encontram-se associados a essas primeiras ocupações materiais lascados em quartzo, obtidos muitas vezes por esmagamento com bigorna, sendo retocadas para fornecerem

[3] O crânio foi encontrado no início dos anos 1970 pela missão arqueológica franco-brasileira chefiada pela arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, localizado escavações na Lapa Vermelha.

pontas de projétil. Há presença igualmente de instrumentos lascados mais robustos ("**raspadores**"), assim como rochas resistentes ao picoteamento para fabricação de artefatos polidos.

No que tange aos sítios de arte rupestre, segundo Prous (1992), para o contexto mineiro destacam-se as expressões gráficas da **Tradição Planalto**. Em Minas Gerais, tal Tradição, expressiva nas regiões de Lagoa Santa e na Serra do Espinhaço (Botumirim, Conceição do Mato Dentro, Diamantina, Santana do Riacho, Serra do Cabral e Serra do Cipó), caracteriza-se em sua quase totalidade por pinturas, sendo marcada pela prevalência de **figuras de animais monocrômicos**, principalmente cervídeos e peixes, embora apresentem ainda, em certas regiões, alguns grafismos geométricos e antropomorfos. A cor predominante é o vermelho, mas também empregavam branco, amarelo e preto. As figuras dos animais são desproporcionais em relação ao tamanho dos homens, sempre retratados muito menores em situações de caça, e de forma mais simples. Um dos sítios típicos dessa Tradição é o de Santana do Riacho, com mais de duas mil pinturas rupestres realizadas entre 4 mil e 8 mil anos.

O centro mineiro apresenta estilos regionais de arte rupestre, muitas vezes caracterizados por zoomorfos, mais cuidadosamente tratados, em relação aos antropomorfos, apenas esboçados. Na mesma região, tardiamente aparece a "Fase Ballet", a qual se utiliza de elementos raros à Tradição Planalto como as cores branco e preto, e gravuras picoteadas, tendo sua originalidade marcada pela presença de formas derivadas da figura de pássaros (PROUS, 1992).

Na região do vale do rio Doce inserida no Espírito Santo, existem informações sobre a existência de sítios arqueológicos relacionados a grupos caçadores-coletores-pescadores, tanto no litoral quanto no interior, os quais pertencem a grupos culturais e períodos distintos, habitantes de ambientes diversificados.

No interior, os caçadores-coletores estão possivelmente relacionados ao período de ocupação mais antigo do estado, com uma economia não especializada. Ao longo dos rios e da costa, são encontrados os sambaquis, apresentando indústria lítica, artefatos ósseos e malacológicos. O início da ocupação no litoral norte do Espírito Santo é estimado por volta de 5.000 A.P.[4] / 3.050 a.C. (PEROTA, 1971b, 1995; PEROTA; ASSIS, 1993).

Importante apontar que a costa do Espírito Santo é marcada por uma grande concentração de rios, lagoas, praias, que guardam um conjunto rico de recursos naturais adequados à instalação de grupos de caçadores-coletores-pescadores, responsáveis pelo estabelecimento dos sambaquis evidenciados no território capixaba (PILÓ, 2008). Ainda de acordo com Piló (2008):

> Há vários registros de sítios litorâneos no Espírito Santo como sambaquis, acampamentos litorâneos, concheiros e sítios sob duna, apesar de muitos deles ainda não se encontrarem cadastrados. Nestes sítios foram encontrados, sobretudo, carapaças de moluscos e ossos de peixes, como também, e, alguns casos, ossos de mamíferos terrestres. No caso dos Sambaquis também podem ser encontrados negativos de postes e restos esqueletais, o que demonstra que estes ambientes também eram utilizados como cemitérios. Há também registros de níveis arqueológicos, normalmente os mais recentes, com fragmentos cerâmicos. No caso

[4] A.P. significa "antes do presente".

> capixaba, muitas destas amostras estão também relacionadas à Tradição Tupiguarani. (p. 22).

As pesquisas levadas a cabo a partir do estabelecimento do PRONAPA no estado na década de 1970, coordenadas pelo professor Celso Perota, identificaram **sítios arqueológicos pré-cerâmicos**, principalmente, na baía de Vitória, junto aos rios Piraquê-Açu, Piraquê-Mirim, Mariricu, São Mateus e Reis Magos (PEROTA, 1971; COSTA, 2013). Tais estudos permitiram o estabelecimento de algumas datações referentes ao período pré-cerâmico. A primeira delas recua a 4.500 A.P.; a segunda, associada à **Tradição Itaipu, com a denominada fase regional Potiri, datada em 1435 ± 80 A.P**. Por sua vez, sambaquis localizados na região norte do estado possuem datas entre 4.400 e 2.970 A.P. (SCIENTIA CONSULTORIA, 2005; COSTA, 2013).

No vale do rio Doce, há indicações da ocorrência desses sítios, próximos à sua foz (PEROTA, 1974). Pesquisas no delta do rio Doce obtiveram datações para três sambaquis entre 2450 +- 200 a.C. e 430 +- 170 a.C. (SUGUIO et al., 1982; SIMBIOS, 2000). Um projeto de pesquisa em andamento (VILLAGRAN, 2014) promete trazer novas informações e datações para esses sítios.

Cabe apontar que os estudos desenvolvidos tanto em sambaquis quanto em sítios caçadores-coletores buscavam apontar uma distinção daqueles associados às ocupações de grupos ceramistas e, através de pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo voltadas ao estudo dos níveis de flutuação marinhos da **costa do rio Doce**, Perota obteve novas informações a respeito dos sambaquis dessa porção do território, obtendo datas entre 4.000 e 4.500 A.P. (COSTA, 2013). De acordo com Costa (2013), podemos mencionar como os principais expoentes desse cenário de ocupação os sítios Potiri 2, Timbuí e Campus II, todos enquadrados na **Tradição Itaipu** (PEROTA, 1972 apud COSTA, 2013).

A literatura aponta que os sambaquis identificados no Espírito Santo apresentavam grandes dimensões, chegando a atingir 10 metros de altura (FERREIRA, 1936 apud COSTA, 2013), e 30 a 40 metros de extensão, de acordo com as pesquisas desenvolvidas por Perota. No que diz respeito à cultura material identificada em sambaquis, Prous (1992) aponta para a presença de raspadores côncavos, além de artefatos produzidos com lascamento por percussão direta e bipolar, polimento e picoteamento identificados por Perota, além de zonas de refugo alimentar, marcadas por concentrações de ostras na forma de montes com três a quatro metros de extensão (PROUS, 1992; COSTA, 2013).

Cenário 2. Períodos associados à construção de histórias indígenas: horticultores-ceramistas

Iniciaremos pela Tradição Una, uma das mais antigas tradições ceramistas do Sudeste brasileiro. Os sítios a ela relacionados são encontrados tanto no interior quanto no litoral. Possivelmente correspondem a grupos com maior grau de sedentarismo, já praticantes da horticultura (CARVALHO, 1987).

De acordo com Seda et al. (2011), a **Tradição Una**:

> [...] apresenta uma das cerâmicas mais antigas do Brasil fora da Amazônia: por volta de 3.500 anos A.P. ela já aparece na Gruta do Gentio, no Noroeste de Minas Gerais, dando início à Tradição. Originária, possivelmente, da Amazônia, esta Tradição expande-se por todo o Sudeste: partindo do noroeste de Minas Gerais, atinge o sul deste Estado, o norte de São Paulo, posteriormente, a Serra Fluminense, a Baixada de Campos e o litoral do Rio de Janeiro e, por fim, a serra do Espírito Santo. Ocupantes tanto de grutas (Minas Gerais e serras), como de sítios abertos, os grupos da Tradição Una eram portadores de uma cerâmica pequena, tecnologicamente bem feita, cor escura (devido à queima redutora), formas arredondadas (as mais antigas lembrando a forma de cabaças) e alguma decoração plástica. Acompanhando esta cerâmica, encontra-se material lítico (lascado, polido e picotado), adornos diversos e, nos sítios de maior preservação, abundante material têxtil e vegetal. Os sepultamentos apresentam uma grande variação entre as suas fases, inclusive com a prática da cremação. Por volta de 1.000 anos A.P., esta Tradição também é encontrada em Goiás e, em torno de 950 A.P., no sudoeste da Bahia" (SEDA et al., 2011, p. 72).

No Espírito Santo, os sítios dessa Tradição estão em abrigo sob rocha ou a céu aberto, em pequenas ocupações, com até 90 centímetros de profundidade. A cerâmica é acordelada, com bases modeladas, temperada com quartzo, hematita e mica. Cerâmica predominantemente simples, ocorrendo também vermelha e polida-estriada. A queima é oxidante incompleta, predominando a coloração preta ou marrom escura na superfície e núcleo dos fragmentos. Formas geralmente globulares, ocorrendo tigelas fundas e rasas, bordas na maioria diretas. A indústria óssea é representada por pontas de projétil e ossos cortados. A indústria lítica inclui batedores e lascas de quartzo, além de um raspador em calcedônia (PEROTA, 1974).

Em território capixaba, a Tradição Una é representada pela **fase Tangui**, a mais recente dessa Tradição, relacionada pelos dados etnográficos aos índios Puri-Coroado. Datações de C14 a situam no estado em 810 ± 80 d.C. (SI-1189)[5], sendo também datado um sítio dessa Tradição em Aracruz em cerca de 1.000 A.P. (MACHADO; SENE, 2008). Além desse em Aracruz, foram registrados na região central do estado nos vales dos rios Jucu e Santa Maria, e nas proximidades da baía de Vitória (PEROTA, 1974, 1975, 1995; SIMBIOS, 2000). Sítios dessa Tradição são também registrados em abrigos no alto rio Doce, em Minas Gerais (BAETA et al., 2008).

A cerâmica associada à Tradição arqueológica **Tupi-guarani** tem sido caracterizada por sua singular homogeneidade de traços, que se repetem ao longo do tempo, com uma ampla distribuição geográfica. Os traços marcantes dessa Tradição seriam a cerâmica policrômica (vermelho ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, os enterramentos secundários em urnas, os machados de pedra polida e a presença de tembetás, segundo definição do PRONAPA (CHMYZ, 1976). A primeira divisão dessa Tradição propôs a existência de três subtradições: pintada, corrugada e ungulada. Ademais, foram estabelecidas dezenas de fases arqueológicas para essa Tradição, as quais representariam, para Brochado (1990), mais diferenças regionais do que temporais.

A Tradição Tupi-guarani tem sido associada a grupos indígenas pertencentes, de modo geral, à **família linguística Tupi-guarani**. Essa correlação foi postulada por diversos

[5] Datação obtida para o sítio ES-CI nº 2, no município de Castelo.

pesquisadores, sendo inclusive, mencionada quando do estabelecimento da referida Tradição:

> Após as considerações de possíveis alternativas, não obstante suas conotações linguísticas foi decidido rotular como Tupiguarani (escrito numa só palavra) esta Tradição ceramista tardia amplamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também a informação Etnohistórica estabelecer correlações entre as evidências arqueológicas e os falantes de línguas Tupi e Guarani ao longo de quase todo território brasileiro. (PRONAPA, 1969, p. 10).

Por outro lado, vários autores indicam que a associação entre a Tradição arqueológica Tupi-guarani e família linguística homônima engloba questões mais complexas, advogando uma postura crítica com relação à referida correlação (SCATAMACCHIA, 1981; SOARES, 1997). Meggers e Evans (1973) apontam, por sua vez, uma relação entre Tradição arqueológica e grupos conhecidos etnograficamente. Segundo os autores, condições excepcionais teriam possibilitado a associação entre a Tradição ceramista e a família linguística, sendo essa correlação respaldada por três fontes:

> i) documentos etnohistóricos, que registram a presença de grupos falando essas línguas nas áreas onde se localizam os sítios arqueológicos; ii) associação de objetos europeus com sítios contendo cerâmica 'Tupiguarani'; iii) datações por C-14, indicando que a última variante dessa Tradição ceramista era ainda manufaturada em alguns locais nos séculos XVII e XVIII. Embora não se justifique concluir que todos os produtores de cerâmica Tupiguarani fossem falantes do Tupi-Guarani, ou ainda, que todos os sítios com outros tipos de cerâmica tivessem sido habitados por falantes de outras línguas, parece relativamente seguro concluir que a correlação, de maneira geral, é perfeitamente válida. (MEGGERS; EVANS, 1973, p. 54).

Contudo, as pesquisas realizadas sob a influência do PRONAPA foram marcadas por um distanciamento entre o discurso arqueológico e as demais ciências humanas, o que veio a influenciar também as pesquisas em sítios associados à Tradição Tupi-guarani. Ou seja, na prática, as informações etno-históricas, etnológicas e linguísticas não foram consideradas na formulação das interpretações arqueológicas sobre a Tradição Tupi-guarani, como indica Noelli (1993).

Ao mesmo tempo que as pesquisas impulsionadas pelo PRONAPA permitiram o reconhecimento de sítios arqueológicos da chamada Tradição Tupi-guarani por todo o país, também generalizaram as especificidades regionais e locais desses grupos, uma vez que "[...] definir fases e tradições transformou-se em paradigma para um determinado grupo de arqueólogos brasileiros, condenando-os a um contrassenso científico, na medida em que os meios para atingir o conhecimento (os conceitos) transformaram-se na finalidade última de sua pesquisa" (DIAS, 1994, p. 43).

Importante destacar que os grupos da família linguística Tupi-Guarani aparecem na literatura quinhentista e seiscentista divididos em várias castas, nações, gerações ou parcialidades, algumas aliadas e outras inimigas. As designações desses grupos também são variadas:

> de sul para norte, teríamos os Carijó (Guarani) entre Lagoa dos Patos e Cananéia; os Tupiniquins daí até Bertioga – incluindo o planalto paulista; os Tupinambá (também chamados, nessa região, Tamoio) do norte de São Paulo até o Cabo Frio, dominando inclusive o Vale do Paraíba; os Temomino, em áreas da Bahia de Guanabara. Entre o Espírito Santo e o Sul da Bahia aparecem novamente os Tupiniquins; mais ao norte, os Tupinambá, que dominam o Recôncavo Baiano e se estendem daí até a foz do São Francisco – em cujo sertão vivem os Tupinaé. Daí até o Paraíba era território kaeté e os numerosos Potiguar espalhavam-se do extremo nordeste da costa até o Ceará. (FAUSTO, 1992, p. 383).

Ou seja, as fontes etno-históricas apontam para uma enorme diversidade social e cultural entre esses grupos. Desse modo, cabe apontarmos que as pesquisas em sítios associados à Tradição Tupi-guarani têm que lidar com dois componentes: a continuidade e a diversidade. Mesmo com amplitudes temporais que chegam há 2000 anos e uma dispersão espacial que toma grande parte do território hoje brasileiro, essa Tradição permaneceu reconhecível como tal, ou seja, estamos lidando com processos que envolvem uma considerável continuidade. Já a diversidade apontada nas fontes etno-históricas ficou relegada a um segundo plano quando do estabelecimento da referida Tradição (Figura 71).

Um avanço interpretativo foi evidenciado com a tese de Brochado (1984), já citada, na qual o autor correlaciona as subtradições Guarani e Tupinambá aos grupos Guarani e Tupinambá, conhecidos historicamente.

O autor também apontou a singularidade das cerâmicas Guarani e Tupinambá como formas e acabamentos de superfície específicos. Para a cerâmica Guarani, indicou uma variabilidade formal em sentido amplo, marcada por um princípio de segmentação, e para cerâmica Tupinambá percebeu uma maior diversidade de motivos pintados e a existência de um número maior de vasilhas abertas. As diferenciações morfológicas estariam ligadas aos alimentos ingeridos, predominando o milho entre os Guarani e a mandioca entre os Tupinambá (diferenciação que o autor já havia estabelecido em trabalho anterior, de 1977). Vale ressaltar que, as ideias de Brochado para os Guarani foram baseadas em trabalhos e coleções nos quais o autor teve acesso direto, enquanto que, para os Tupinambá, o autor baseou-se apenas nos dados publicados à época de suas pesquisas. Não obstante, Brochado propôs, anos mais tarde, que o conceito de subtradição Tupinambá fosse aplicado exclusivamente aos falantes do Tupinambá – diferenciando-os dos demais Tupi (não Tupinambá) (NOELLI, 1996).

Figura 71 – Origem e expansão Tupi.



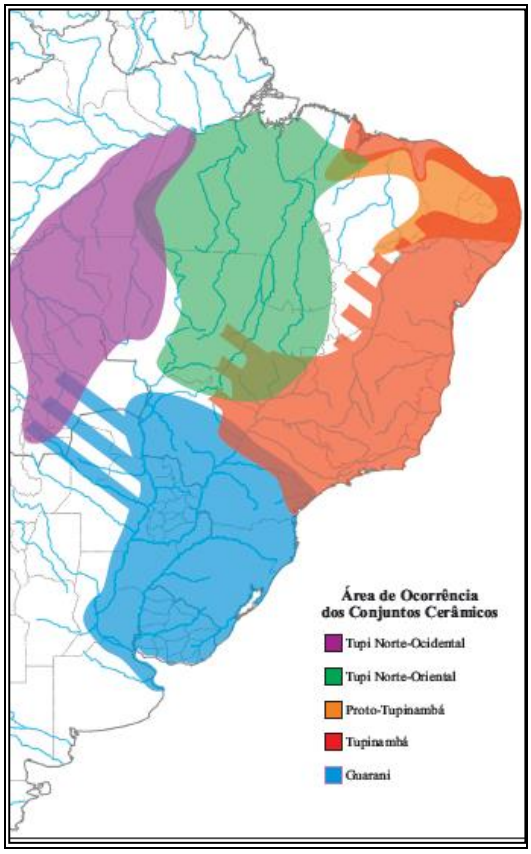
Nota: Em cinza, a possível área de origem, em azul a área de distribuição da subtradição Tupinambá e em amarelo a distribuição da subtradição Guarani.

Fonte: Robrahn-González (2001, p. 189).

Atualmente, algumas pesquisas que abordam sítios associados à Tradição Tupi-guarani têm adotado um caráter mais regional, buscando a compreensão da diversidade no âmbito da continuidade. Desse modo, as subtradições propostas por Brochado (1984) poderão ser detalhadas, sendo possível estabelecer subdivisões estilísticas que reflitam a extensão de parcialidades (PROUS, 2005).

Nesse sentido, recorrermos aos grandes conjuntos regionais propostos por Ângelo Corrêa (2014), a saber: 1. Tupi norte-ocidental (sul do rio Amazonas entre as bacias do rio Madeira-Guaporé e Tapajós); 2. Tupi norte-oriental (a leste da bacia do rio Tapajós até as bacias dos rios Gurupi-Tocantis); 3. Proto-Tupinambá e Tupinambá (a leste dos rios Gurupi-Tocantins, região nordeste ao norte da Bahia); 4. Tupinambá (região nordeste até o Paraná, incluindo o interior do Mato Grosso); 5. Guarani (do sul da Bolívia e do Mato Grosso até a foz do rio da Prata, do litoral até a bacia do rio Paraguai). Na Figura 72 é apresentada a distribuição dos conjuntos supracitados no território brasileiro.

Figura 72 – Áreas de ocorrência dos conjuntos cerâmicos Tupi.



Fonte: Corrêa (2014, p. 214).

Os grupos associados à Tradição Tupi-guarani formavam assentamentos semipermanentes, podendo manter acampamentos específicos para a exploração de um recurso (CARVALHO, 1987). No Espírito Santo, os sítios dessa Tradição são encontrados desde a década de 1940 (NEVES, 1943; RUSCHI, 1953; ORSSICH, 1981), com ampla ocorrência registrada. Na região noroeste do estado, Orssich identificou diversos sítios relacionados a essa Tradição nos atuais municípios de São Gabriel da Palha, Pancas, São Domingos do Norte, Baixo Guandu e Colatina. Segundo Perota (1974), os sítios dessa Tradição encontrados no norte do estado estão relacionados à fase Cricaré.

Os sítios da **fase Cricaré** ocorrem próximos às margens de rios, com grande concentração no vale do rio Doce. Localizam-se entre 100 e 1.500 metros das margens dos rios, com dimensões de até 100 x 200 metros, sem indicação da profundidade do refugo arqueológico. Ocorre pequena quantidade de material lítico, entre eles afiadores, lascas de quartzo e machados polidos. A cerâmica dessa fase é friável, temperada com quartzo, feldspato e raramente mica. Além dos fragmentos simples e da pintura policrômica característica em branco, vermelho e preto, ocorre também decoração plástica (corrugada, ungulada, incisa, escovada, entalhada e ponteada). Ocorrem formas variadas, como tigelas, pratos, grelhas, urnas carenadas e peças de boca irregular. Há uma datação para essa fase obtida no sul do estado, próximo ao rio Itapemirim, 895±80 d.C. (SI-828) (PEROTA, 1971b, 1974).

Conforme já apontado, a cerâmica Tupi-guarani, elemento diagnóstico da Tradição, caracteriza-se pela presença de decoração policrômica pintada sobre engobo branco, além de

decorações plásticas (corrugadas e unguladas). Atualmente, sabemos que essas populações adentraram o território do atual estado de Minas Gerais através de grandes rios navegáveis, entre eles o rio Grande, das Velhas, São Francisco, Cochá, Jequitinhonha, Doce e Paraíba do Sul (JÁCOME, 2006). Pesquisas realizadas recentemente pelo Setor de Arqueologia da UFMG têm permitido o avanço no conhecimento sobre essas ocupações. Não obstante, os dados disponíveis para a região em exame ainda permanecem escassos, apesar da existência de sítios cadastrados no IPHAN e contabilizados na Avaliação Ambiental Estratégica das PCHs mineiras (CALDARELLI; PANACHUK, 2007).

Cabe apontar, contudo, que, ainda que incipientes, as pesquisas realizadas em porções do território mineiro, em especial, junto à região sudeste do estado, no vale do rio Doce, têm permitido uma revisão acerca do papel dos grupos Tupi-guarani. Ao apresentar uma compilação do material Tupi-guarani situado em Minas Gerais, Dias Jr. e Panachuk (2010) apontam que, na porção abarcada pelo médio curso do rio Doce, no leste do estado, foram identificadas dezenas de sítios arqueológicos junto aos municípios de Itueta, Resplendor e Aimorés (BAETA; ALONSO, 2004), incidentes tanto sobre áreas de meia encosta, próximos a cursos d´água, quanto em topos de morros de encosta abrupta (DIAS JR; PANACHUK, 2010).

Com relação aos conjuntos artefatuais que caracterizam os sítios associados a essa Tradição, de acordo com os Dias Jr. e Panachuk (2010):

> Entre os sítios localizados em meia encosta de colina suave foram exumados 5.265 cacos, dos quais 80% não apresenta decoração, 11% com decoração plástica e 9% com decoração pintada. Os fragmentos decorados somam 860 cacos, deste total a predominância é dos tipos corrugado (40%), seguido de modalidades pintadas (25%) e unguladas (14%), sendo escassos os padrões estriados, escovados, acanalados, incisos, digitados, ponteados, digitungulados e marcados com cestaria (entre 1 e 2%, cada um). Em relação aos sítios situados em topo de elevação o material cerâmico soma 1.932 cacos dos quais 70% sem decoração, 11% com decoração plástica e 19% com decoração pintada. A predominância é de fragmentos pintados (63%), seguidos dos padrões acanalados (17%), corrugados (10%) e ungulados (8%); fragmentos com decoração incisa, ponteada, escovada e digitada são mais raros (não chegam a atingir 1% cada um). (p. 96).

Cabe apontar o uso de antiplástico mineral, predominantemente o quartzo, bem como a aplicação, como técnica de manufatura principal o acordelado, sendo que em alguns casos é possível notar a técnica de modelagem. Finalmente, merece destaque a evidenciação de estruturas funerárias, com morfologia elíptica e decoração ungulada e pintura em sua interna (DIAS JR.; PANACHUK, 2010).

Por sua vez, no que diz respeito ao território circunscrito ao alto curso do rio Doce, pesquisas de cunho prospectivo desenvolvidas no município de Mutum identificaram, de acordo com Dias Jr. e Panachuk (2010):

> [...] quatro sítios Tupiguarani a céu aberto durante processo inicial de prospecção. Três deles estão localizados em meia encosta de colina suave, o quarto aparecendo em topo de morro abrupto. Os sítios ocupam áreas que variam entre 200m^2 e cerca de 44.000m^2, estão situados próximos aos afluentes do rio Doce como o Rio São Manoel e ribeirões menores. Um dos sítios apresenta uma mancha de 'terra preta' e duas possíveis estruturas funerárias foram localizadas em dois destes sítios... As regiões graníticas

> com resíduos de Mata Atlântica como no vale do rio Grande e Rio Doce parece terem sido alvo de ocupações mais estáveis e intensas, é justamente nestas regiões onde aparece o maior número de sítios conhecidos. A região do rio Doce, inclusive, guarda certas semelhanças com a fase Cricaré da Tradição Tupiguarani definida por Perota para o norte do Espírito Santo, no vale do mesmo rio. Nos sítios destas duas regiões aparecem blocos de pedra e as bolas de argila modeladas que o autor associa ao processo de queima da cerâmica. Nesta região, embora não contemos com datações suficientes, a diferença de localização dos sítios (em meia encosta e topo de morro) pode implicar em dois momentos distintos de ocupação. Neste sentido os sítios de meia encosta de colina suave poderiam estar relacionados a uma ocupação mais antiga, anterior ao colonizador europeu. Enquanto os sítios de topo podem ter ligação com um processo migratório diferenciado preocupado em evitar o contato com o branco. Mas, a ausência de datações e a degradação de vários sítios nos impede de inferir algo mais preciso. (p. 97-98).

No tocante aos materiais líticos identificados junto aos sítios Tupi-guarani no vale do rio Doce, em território mineiro, segundo Prous et al. (2010):

> [...] o quartzo foi lascado tanto à mão livre quanto sobre bigorna, alternando-se eventualmente as duas técnicas num mesmo bloco, como evidencia a observação dos blocos debitados. Isso ocorria em função da morfologia (a presença de um plano natural favorável à percussão favorecia o início à mão livre, sobretudo em blocos maiores), da qualidade da matéria (quando a matéria é policristalina, é mais fácil obter lascas grandes por percussão sobre bigorna) e do tamanho do núcleo (peças menores ou em fase final de redução, que não se pode mais segurar à mão livre, ainda podem ser processadas sobre bigorna). Trata-se, portanto, de técnicas complementares e não antagônicas. (p. 33).

Ainda de acordo com os autores:

> Várias bacias de polimento em afloramentos rochosos no leito dos rios foram encontradas a poucas dezenas de metros (no rio Doce) ... no rio Doce, estas bacias aparecem em locais onde a erosão criou depressões naturais orientadas no sentido das fraturas da rocha e torna-se extremamente complicada a distinção entre as numerosas depressões naturais e as poucas (maiores e de forma mais ovalada) que parecem ser artificiais, embora desenvolvidas a partir das primeiras. Todos esses polidores fixos apresentam bacias ovaladas e abertas, não havendo registro de polidores circulares ou em sulco. (PROUS et al., 2010, p. 56-57).

Por sua vez, as lâminas de machado são os objetos mais frequentes, apresentando aspecto trapezoidal, considerado típico entre as lâminas Tupi-guarani (NEVES, 2003 apud PROUS et al., 2010). No tocante aos adornos, a amazonita era bastante utilizada, sendo estes, de acordo com Prous et al. (2010, p. 70), "[...] mais curtos e largos que os tembetá de quartzo, seriam então mais particularmente destinados a ser colocados nas bochechas e não no lábio inferior".

Com relação à identificação desse cenário no estado do Espírito Santo, a porção do território capixaba lindeira com o estado de Minas Gerais é marcada pela presença de sítios

arqueológicos com horizontes cerâmicos Tupi-guarani. Entretanto, também são recorrentes, na mesma região, sítios da Tradição Aratu, conforme aponta Prous (1992):

> No litoral capixaba, a cerâmica demonstra alguma influência tupiguarani com a ocorrência em certas fases, de banho vermelho, de decoração pintada (traços vermelhos sobre fundo branco) e porcentagem significativa de decoração plástica corrugada, ponteada ou escovada (fase Itaúnas) [...] Um sítio desta mesma fase está sob o abrigo, permitindo encontrar artefatos ósseos: buril de dente de mamífero, vértebra de peixe, dentes e conchas, disco de bula timpânica de baleia, todos perfurados como adornos. (p. 347).

A Tradição Tupi-guarani identificada na região capixaba engloba três fases: a fase Itabapoana, datada em período recente, cerca de 300 A.P.; a Cricaré, datada em 1055 ± 80 e 560 ± 170 A.P.; e Tucum, datada em 555 ± 40 A.P., que apresenta vestígios relacionados ao período de contato. Os vestígios associados às fases mencionadas abarcam toda a faixa litorânea e interior do estado (SCIENTIA CONSULTORIA, 2005; COSTA, 2013).

A fase Cricaré, associada à subtração pintada, pode ser considerada, de acordo com Costa (2013), a fase mais representativa da Tradição Tupi-guarani no estado, e está relacionada a sítios localizados junto ao rio Cricaré, sendo marcada por grupos que habitaram a região, entre os rios Doce e Cricaré, e porções do litoral sul (COSTA, 2013). O conjunto artefatual associado a essa fase é caracterizado pela presença de tigelas, pratos, grelhas, urnas carenadas e peças de boca irregular (COSTA, 2013), apresentando cerâmicas simples, pintadas e com decoração plástica (pintura vermelha sobre engobo branco e vermelha e preta sobre engobo branco, corrugado, ungulado, escovado, ponteado, entalhado) (PEROTA, 1971 apud COSTA, 2013).

Segundo Perota (1974), os sítios da fase Cricaré, localizados em território capixaba, podem alcançar uma extensão de até 100 x 200 m. O autor destaca, da mesma forma, que:

> [...] em dois sítios foram encontrados grupos de pedras, geralmente 3, que tinham 2/3 enterrados no solo e o resto aflorando, as quais possivelmente foram utilizadas para suportes de grandes recipientes cerâmicos (est. 38). Algumas delas foram escavadas não se notando sinais de fogo nas proximidades, nem as pedras foram alteradas pela ação do fogo. (PEROTA, 1974, p. 132).

Por sua vez, a fase Tucum apresenta uma variação estilística menor do que a da fase Cricaré, sendo que os sítios que caracterizam tal fase encontram-se junto a areais no entorno de manguezais, na área da baía de Vitória e em porções do litoral sul do estado, e são marcados pela presença de urnas funerárias, tigelas e bacias, com bordas arredondadas e inclinadas para fora, além de peças retangulares e elípticas, apresentando, ao contrário da fase Cricaré, poucos elementos decorativos (pintura vermelha sobre engobo branco e vermelha e preta sobre engobo branco, corrugado, ungulado, escovado, ponteado, pinçado, entalhado) (PEROTA, 1971 apud COSTA, 2013).

Finalmente, a fase Itabapoana, incidente junto a sítios localizados no extremo sul do estado, próximo ao vale do rio Itabapoana, é marcada por uma datação mais recente (300 A.P.) e, conforme já exposto, apresenta em seu conjunto artefatual alguns elementos associados ao contato com os portugueses. De maneira geral, a decoração presente no conjunto artefatual é

variada e incide em menor quantidade junto aos acervos, sendo possível observar o escovado, o ungulado, o corrugado e ponteado (DIAS JR., 1969).

No tocante à **Tradição Aratu-Sapucaí**, as discussões em torno dessa Tradição mostraram-se extensas e intensas nos últimos anos (DIAS JR., 1971; SCATAMACCHIA, 1990; ALVES, 1991, 1997; PROUS, 1992; JUNQUEIRA; MALTA, 1995; CHMYZ, 1995; HENRIQUES JR., 2006; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009).

Valentin Calderón (1972) definiu a Tradição Aratu a partir de estudos realizados no distrito de Aratu, na baía de Todos os Santos, tendo por característica inicial as inúmeras urnas funerárias piriformes. Essa Tradição foi identificada primeiramente no sítio Guipe, localizado nas proximidades da baía de Aratu, onde cortes artificiais executados pelo maquinário que nivelava o terreno revelaram urnas funerárias piriformes, cujo tipo já teria sido registrado, segundo o autor, em outras partes do estado, mas nunca em contexto (FERNANDES, 2003). As pesquisas realizadas por Calderón (1971, 1974) levaram a definição dessa Tradição a outras regiões da Bahia, tendo sido localizados 14 sítios Aratu no litoral norte e 12 na região ocidental do estado.

Geralmente, a cerâmica Aratu não é "decorada", possui antiplástico mineral, sendo caracterizada por vasilhas piriformes, tigelas, vasos geminados e presença de bordas onduladas (PROUS, 1992).

Contamos com pesquisas sobre a Tradição Aratu na Bahia (CALDERÓN, 1969, 1971, 1974; FERNANDES, 2003), no Espírito Santo (PEROTA, 1971, 1974); no Tocantins (OLIVEIRA, 2005; MORALES, 2005); em Goiás (SCHMITZ et al., 1982; WÜST, 1983; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996; VIANA, 1996); em São Paulo (MARANCA; SILVA; SCABELLO, 1994; ALVES; CALLEFFO, 1996; ROBRAHN-GONZÁLEZ et al., 1998; CALDARELLI, 2003; FERNANDES, 2001; GOMES, 2003; ALVES, 2003, 2004; AFONSO; MORAES, 2005/2006; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2008). Em Minas Gerais, tais conjuntos foram analisados sob a denominação de Sapucaí (DIAS JR., 1971, HENRIQUES JR., 2006).

Prous (1992) aponta a presença de características da Tradição Tupi-guarani em vestígios associados à tradução Aratu, sobretudo, no Espírito Santo, onde cerâmicas Aratu apresentam engobo, decorações plásticas e pintadas.

De acordo com Eremites de Oliveira e Viana (2000), a Tradição Aratu se distingue por recipientes grandes de formas piriformes, esféricas ou elipsoides. Não há presença de reforço nas bordas e encontram-se bases arredondadas, côncavas ou perfuradas (denominadas como cuscuzeiros). São comuns as formas grandes que comportam de dezenas a centenas de litros, embora sejam quase inexistentes os grandes pratos ou assadores. Outra forma característica é um pequeno vasilhame geminado, além de rodelas de fuso, carimbos e cachimbos tubulares. Decorações se fazem presentes em poucos recipientes, predominando a incisa, o entalhe, o ungulado, o ponteado, a borda acastelada, o banho vermelho e a pintura preta. Ocorrem, ainda, apliques mamilonares ou em forma de asa. Há a predominância de antiplástico mineral (EREMITES DE OLIVEIRA; VIANA 2000).

Por sua vez, a denominada Tradição Sapucaí foi definida por Dias Jr., no estado de Minas Gerais, próximo ao Rio Grande, a partir de uma cerâmica caracterizada pela abundância de vasos grandes, de paredes grossas e com formas globulares. Ao lado desses recipientes maiores, encontram-se vasos pequenos de paredes finas e bases perfuradas, essas formas são pouco numerosas, sendo deixadas normalmente sem decoração. A cerâmica Sapucaí

apresenta por vezes um banho vermelho que pode ser aplicado em qualquer tipo de vaso (PROUS, 1992).

Em Goiás, Schmitz et al. (1982) identificaram sítios Aratu, inserindo-os na fase Mossâmedes. Essa fase apresenta algumas características que nos remetem à influência da cerâmica associada à Tradição Uru, verificada no emprego do cariapé como antiplástico e pela presença de grandes pratos para o preparo de mandioca (SCHMITZ et al., 1982).

Em 1972, discutiu-se a possível unificação das tradições Aratu e Sapucaí, contudo não se chegou a um consenso (DIAS JR., 1980). Para Ondemar Dias (1980, p. 25), "há muita semelhança entre as duas (Aratu e Sapucaí), que podiam ser subtradições [...]. Proponho que reconheçamos possivelmente uma Tradição antiga de onde essas duas se derivaram". Por conseguinte, alguns pesquisadores chegam a propor a união das duas tradições regionais, resultando na junção das diversas fases cerâmicas (FERNANDES, 2001), postura que adotamos neste trabalho com a denominação de Tradição Aratu-Sapucaí.

De fato, essas tradições possuem características em comum, como, por exemplo, o predomínio da falta de pratos assadores que indicariam o consumo de mandioca, o que indicaria que sua economia estaria baseada no cultivo do milho (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996).

A morfologia dos sítios Aratu-Sapucaí é comumente caracterizada pelo padrão de casas formando um círculo ao redor de uma grande praça, eventualmente com duas, ou até mesmo três linhas concêntricas. Os sítios cronologicamente mais recentes apresentariam um número menor de casas.

A origem dos grupos associados à Tradição Aratu é ainda incerta, contando-se com duas linhas interpretativas para o Brasil Central, onde essa Tradição foi estudada de modo mais aprofundado. O debate acerca dessa questão se divide entre uma origem externa ou interna a essa região (Figura 73).

Brochado (1991) defende a hipótese de um deslocamento dos grupos Gê e Cariri saindo da Amazônia para o Centro-Oeste, seja por questões ambientais, demográficas ou expansionistas. Em seu modelo de ocupação do leste da América do Sul, Brochado (1984) insere a Tradição Aratu e outras cerâmicas semelhantes, no âmbito da Tradição Pedra do Caboclo, propondo uma rota de expansão a qual teria se separado no rio Tocantins, gerando a cerâmica Aratu ("grupos agricultores do leste" para ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996) e Uru ("grupos agricultores do oeste" para ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996). Nesse quadro, a cerâmica Sapucaí teria relações com a fase Mossâmedes (com influência da Tradição Uru). Os grupos portadores da cerâmica Aratu estariam relacionados ao tronco linguístico Macro-Gê.

Já autores como Wüst e Barreto (1999) defendem a emergência local dessas aldeias, como resultante de soluções frente a processos históricos específicos ocorridos na região Centro-Oeste.

Para Robrahn-González, a hipótese mais plausível sobre a origem desses grupos consiste na combinação de fatores internos e externos para o surgimento dessas aldeias. Segundo a autora, "não se pode descartar a possibilidade da formação desses agricultores do leste derivar tanto de deslocamentos externos como do desenvolvimento de comunidades locais, envolvendo diferentes formas de contato cultural" (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996, p. 103).

Figura 73 – Distribuição das tradições Aratu e Uru.



Nota: Em amarelo a Tradição Uru e em verde a Aratu.
Fonte: Robrahn-González (2001, p. 197).

Dias Jr. e Carvalho (1990) e Prous (1992) relacionam as tradições Aratu-Sapucaí e Una a um grupo etno-histórico: os Cataguá. Para Henriques Jr. (2006), a palavra "cataguá" aparece associada ao sertão dos Cataguás ou Minas dos Cataguás e nunca a uma determinada etnia, mas simplesmente a vários grupos distintos denominados genericamente como Cataguás, habitantes dos sertões desconhecidos. Esse autor propôs que o complexo formado pelas referidas tradições Aratu-Sapucaí e Una seria formado por: "grupos portadores de uma cultura material comum, que teria se desenvolvido a partir de mudanças na trajetória histórica dos grupos caçadores coletores, que teriam desenvolvido uma cerâmica incipiente, por volta de 2000 anos AP, que desembocaria dez séculos mais tarde na Tradição Aratu" (HENRIQUE JR., 2006, p. 77).

Para o referido autor, as diferenças na morfologia das vasilhas dos referidos grupos estariam relacionadas à sua funcionalidade, mas aponta que as relações entre essas tradições ainda não foram esclarecidas (HENRIQUES JR., 2006).

Nas imediações da cidade de Belo Horizonte foram localizados vestígios de cerâmica da fase Paraopeba – Tradição Aratu-Sapucaí, em formas miniaturizadas ou incluindo o formato de cuias (PROUS, 1992). Os maiores sítios, com extensão de até 600 m, encontram-se ao longo dos rios, apresentando-se contínuos, contendo duas ou mais concentrações de vestígios. Prous ainda indica a ausência do padrão circular de organização espacial das aldeias, recorrente no Brasil Central (PROUS, 1992). Existem datações de cerca de 1070 anos A.P. para cerâmicas das fases Sapucaí e Jaraguá (SCHMITZ, 1978 apud FERNANDES, 2003).

Na região de Lagoa Santa são inúmeros os vestígios ligados à Tradição Aratu-Sapucaí, ocupando colinas e baixos terrenos de lagoas sazonais. No entanto, caracterizam-se como sítios de menor proporção, possivelmente ocupação temporária ou sazonal, nos quais foram localizados machados, fusos bicônicos, cachimbos e urnas, a exemplo do Abrigo São Caetano, na Lapa Vermelha. No mesmo abrigo, além da cerâmica Sapucaí, há presença de pinturas nas

paredes, entre as quais se encontra a representação de um machado semilunar (PROUS, 1992).

O conhecimento sobre a ocupação Aratu-Sapucaí para a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte foi ampliado com as pesquisas desenvolvidas pela Zanettini Arqueologia (2009) nos municípios de Jeceaba e Congonhas. Foram pesquisados treze sítios relacionados aos grupos produtores desse tipo de cultura material, resultando em um quadro inovador no que se refere a padrão de assentamento, morfologia cerâmica e cronologia, já que os sítios apresentaram uma distribuição espacial extremamente compacta em pontos elevados e meia encosta do relevo, aparentemente apresentando hierarquias de tipos de sítio relacionadas a essa distribuição. Além dos vasilhames típicos já descritos para essa Tradição, as pesquisas regionais apresentaram conjuntos de morfologias ainda não descritos. Foi possível, a partir de um quadro de duas datações de carbono e oito de termoluminescência, determinar um período de ocupação em torno de 1300 a 1600 A.D.[6]

No Espírito Santo, a Tradição Aratu é representada na região pelas fases Guarabu e Itaúnas (PEROTA, 1971a, 1971b; SIMBIOS, 2000). A fase Guarabu foi inicialmente indicada por esse pesquisador por dois sítios habitações, localizados no curso médio do rio Cotaxé (rio São Mateus), em elevações acentuadas não muito próximas dos rios, com cerca de 200 x 70 metros, sem indicação de profundidade. O material arqueológico registrado é exclusivamente cerâmico, geralmente com formas piriformes, com bordas inclinadas para dentro, ligeiramente cambadas e arredondadas. É uma cerâmica compacta, com bom tratamento de superfície, temperada com areia e caco moído. Predominam os fragmentos simples, ocorrendo também fragmentos com engobo vermelho. Sua datação é estimada entre 800-1300 d.C. Perota identifica a fase Guarabu do Espírito Santo com a fase Aratu na Bahia (PEROTA, 1971a, 1971b). Sítios dessa Tradição são também registrados no alto rio Doce, em Minas Gerais (BAETA et al., 2008).

Destarte, no que diz respeito à incidência sobre o território do Espírito Santo de sítios relacionados à Tradição Aratu, esta se dá por volta de 1.150 anos A.P., podendo ser caracterizada, conforme exposto anteriormente, por sítios habitação a céu aberto com grandes dimensões, apresentando um conjunto artefatual marcado, de acordo com Seda et al. (2011) por:

> [...] cerâmica de grandes proporções é tecnologicamente bem feita, predominantemente simples, ocorrendo alguma decoração plástica, formas esféricas e ovóides, de cor avermelhada (queima oxidante). Os vasilhames são vasos, tigelas e urnas funerárias piriformes. Além dos vasilhames cerâmicos, costumam aparecer bifaces polidos e cachimbos tubulares. Parece que os sítios eram erguidos próximos a matas galeria. Muito provavelmente, seriam grupos de horticultores semipermanentes, com agricultura incipiente do tipo floresta tropical (derrubada e queimada). A Tradição guarda muitas semelhanças com a Sapucaí, diferenciando-se desta por apresentar decoração e formas mais variadas, alguns padrões decorativos ausentes na outra, além de diferenças na distribuição das formas. Atualmente, alguns pesquisadores defendem que estas duas expressões formem uma única Tradição. (p. 73).

[6] A.D. significa *Anno Domini*, sendo equivalente à d.C (depois de Cristo).

No Espírito Santo, Perota (1974) aponta, para a Tradição Aratu, três fases, a saber: Itaúnas, Jacareípe e Guarabu. A fase Itaúnas, com datações de C-14 de 870 ± 90 (sítio SI-142), 1360 ± 40 A.D. (sítio SI-341), 1730 ± 75 A.D. (SI-834), 1780 ± 75 A.D. (SI-829), abarca sítios arqueológicos incidentes sobre o litoral, podendo ser localizados em abrigos sob rocha ou a céu aberto, em porções do território não muito afastadas de cursos d'água (FACCIO et al., 2006; COSTA, 2013). O conjunto artefatual característico dessa fase é marcado por cerâmicas com antiplástico mineral (quartzo), apresentando tipos simples (simples tempero grosso e simples tempero fino) e decorados (vermelho, pintado, corrugado simples, corrugado ungulado, polido estriado, grafitado, roletado, ungulado, inciso, ponteado, escovado, entalhado (FACCIO et al., 2006). Cabe destacar que Perota (1974) indica, para essa fase, um aumento na frequência de fragmentos não decorados, apontando que a presença de materiais pintados deve ser entendida como intrusiva, indicando um possível sintoma de contatos com grupos Tupi.

A sua vez, a fase Jacareípe, se faz presente em sítios localizados na porção central do litoral do estado, distando cerca de um quilômetro da costa, apresentando datações entre 1345 A.D. e 1350 A.D., sendo marcada por cerâmicas com antiplástico mineral, com quartzo e hematita, além de cacos moídos, e, segundo Seda et al. (2011):

> bem compactada e alisada, com decoração plástica restrita a uma pequena faixa, sempre perto das bordas. Além da cerâmica simples, foram identificados nos tipos decorados o corrugado, o corrugado ungulado, o ponteado, o roletado e o ungulado. As formas reconstituídas mais comuns são as tigelas pequenas, recipientes globulares e cônicos, todos de pequenas dimensões, bases sempre arredondadas e cônicas. (p. 74).

Por sua vez, a fase Guarabu é marcada, de acordo com Perota (1974), por sítios do tipo habitação, localizados em porções de terreno com elevações acentuadas, distantes dos rios. A cerâmica dessa fase, segundo Faccio et al. (2006):

> apresenta tipos simples, com tempero grosso, simples com tempero fino e vermelho. Algumas peças do tipo simples apresentaram o revestimento de argila muito fina. Em alguns casos esta camada de argila chega a ter 0,2 cm de espessura. O antiplástico utilizado na pasta foi o mineral (quartzo) e o caco moído. A cerâmica desta fase apresenta forma piriforme com bordas inclinadas para dentro, além de formas cambadas e arredondadas. (p. 9).

Finalmente, ao tratarmos da Tradição Una, cabe destacarmos que esta não pôde ser identificada junto às fichas CNSA constantes do cadastro IPHAN dos municípios afetados pelo desastre. Contudo, a fim de que possamos discorrer, ainda que brevemente, a respeito dessa Tradição, destacamos que, em território capixaba, devemos levar em consideração que esta representa uma amostra diminuta do universo dos grupos horticultores-ceramistas estudados no estado. As manifestações associadas a essa Tradição incidem no entorno da baía de Vitória, entre as bacias dos rios Jucu e Santa Maria, na porção centro-sul do estado (COSTA, 2013). Os sítios vinculados a essa Tradição podem ser identificados em abrigos ou a céu aberto, sendo que a maioria dos sítios localizados se encontra em áreas de abrigo, com datação

de 1140 ± 80 anos A.P. De acordo com Perota (1974), a Tradição Una é representada pela fase Tangui, e sua cerâmica:

> [...] tem como método de manufatura o acordelamento, notando-se algumas bases modeladas. O antiplástico é o quartzo, hematita e a mica. A cor preta-marrom escura domina tanto na superfície como nos núcleos. A oxidação sempre foi incompleta. O alisamento com seixo ou feixes de capim deixou estrias muitas vezes profundas. Somente quatro tipos cerâmicos foram definidos: O Jucu simples (tempero grosso), Tangui simples (tempero fino), Jucu polido estriado e Jucu vermelho. (PEROTA, 1974, p. 134).

Cabe apontar que uma das principais características de sítios associados à Tradição Una é a presença de maiores concentrações de vestígios líticos *in situ* em relação a vestígios cerâmicos, fato corroborado junto aos sítios identificados no estado do Espírito Santo (COSTA, 2013).

Os sítios da fase Itaúnas estendem-se pela faixa litorânea desde a baía de Vitória, no Espírito Santo, até o sul da Bahia, em pequenas elevações entre 50 e 100 metros das margens de rios. Suas dimensões variam entre 30 x 30 metros e 200 x 100 metros, e refugo arqueológico com até 30 centímetros de espessura. Entre o material arqueológico, ocorrem fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e ossos animais. Apresenta cerâmica acordelada simples, geralmente temperada com areia, ocorrendo diversos tipos de decoração plástica, como corrugado, ungulado, inciso, ponteado, entalhado, escovado, entre outros. Um traço marcante da decoração é aparecer somente em uma pequena porção junto às bordas. As formas são também diversificadas, geralmente urnas piriformes, com bordas inclinadas para dentro, corpo globular com gargalo reto, esféricas e meia calota. São também encontrados cachimbos tubulares, rodelas de fuso, alças e taipa. Fragmentos pintados são considerados intrusivos da Tradição Tupi-guarani.

Entre os artefatos líticos, a maioria são batedores ou percutores utilizados sem preparo prévio, ocorrendo também lâminas de machado e lascas de quartzo. A indústria sobre ossos e conchas inclui buril, vértebras, dentes e conchas perfuradas (PEROTA, 1971a, 1971b, 1974). O sítio ES-LI-nº 4, em Conceição da Barra, foi datado por Perota (1975) em 220±75 A.P. / A.D. 1730 (SI-834).

Cenário 3. Período histórico

Alguns dos sítios arqueológicos identificados no litoral capixaba, notadamente aqueles apresentando datações recentes, nos projetam rumo a outro cenário de ocupação delineado para a região em estudo.

Evidências materiais como contas de vidro, fragmentos metálicos e louças brancas, como faianças e porcelanas vindas do além mar, dispostos lado a lado de fragmentos de vasilhas indígenas de barro, nos colocam diante de assentamentos surgidos a partir dos primeiros contatos estabelecidos entre indígenas, europeus e africanos em solo sul americano no bojo do avanço do capitalismo mercantil a partir do século XVI: encontros amistosos transformados em guerras genocidas sem limite, travadas território colonial adentro, com a cooptação das populações que aqui habitavam.

Nessa perspectiva, alguns pesquisadores propõem a diferenciação dos sítios arqueológicos relacionados a esse processo, denominando-os como “de contato” ou “históricos”. Os primeiros seriam aqueles nos quais elementos europeus estão presentes, mas em que o modo de vida identificado é ainda fundamentalmente indígena correspondendo aos momentos iniciais de contato. Os outros sítios (históricos) remetem a períodos posteriores, contando com o predomínio e/ou exclusividade de elementos materiais forâneos, muitas vezes associados a estruturas e edificações monumentais como fortes, igrejas etc.

Assim, os sítios históricos arqueológicos cadastrados na área de interesse exibem grande diversidade, envolvendo tanto pequenas áreas de refugo doméstico, contendo evidências móveis (entre as quais, foi dada ênfase à cerâmica produzida localmente, afiliada à Tradição neobrasileira por pesquisadores do PRONAPA), quanto estruturas edificadas de tipologias e portes diversos envolvendo edifícios de função religiosa, habitacional, militar, lotes urbanos, sedes rurais e assim por diante (SNOW; ABREU, 1977; BAETA; PILÓ; SOUZA, 2005; BAETA; PILÓ, 2007a, 2007b; 2009).

A par dos conduzidos no bojo do licenciamento de empreendimentos, conta-se em Minas com projetos acadêmicos orientados por problemáticas específicas, podendo ser evidenciados, a título de exemplo, os estudos conduzidos por pesquisadores da UFMG, entre os quais as escavações realizadas em quilombos, iniciadas, ainda, na década de 1980 (GUIMARÃES; LANNA, 1980; GUIMARÃES, 2004, 2007, 2008, 2010), bem como estudos mais recentes voltados à diáspora africana no Brasil, a cargo do arqueólogo Luiz Cláudio Symanski, também da UFMG, que em interação com pesquisadores de outras instituições vem desenvolvendo escavações sistemáticas em fazendas de Minas e outras regiões, como o vale do Paraíba norte-fluminense (SYMANSKI, 2007, 2014; SYMANSKI; GOMES, 2012, 2013; SYMANSKI; SOUZA, 2007) Embora tais estudos objetivem dar maior visibilidade a determinados grupos sociais “alijados da história”, ainda assim incidem, via de regra, sobre zonas específicas do território do estado (justamente aquelas que vivenciaram com maior vigor o surto minerador colonial (Ouro Preto, Mariana e Diamantina, para citar algumas das localidades).

No caso do Espírito Santo, a situação não se apresenta muito distinta, observando-se um número ainda menor de estudos devotados à arqueologia histórica, constituindo uma referência, as pesquisas desenvolvidas em igrejas jesuíticas, a cargo de Rosana Najjar (2005, 2011), envolvendo escavações sistemáticas nas ermidas de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta e dos Reis Magos, no município capixaba de Serra, não podendo ser deixadas de lado as intervenções pioneiras conduzidas em sítios de contato indígena/colono conforme anteriormente mencionado (DIAS JR., 1988; PEROTA, 1971b).

5.3.3 O perfil do patrimônio arqueológico antes do desastre

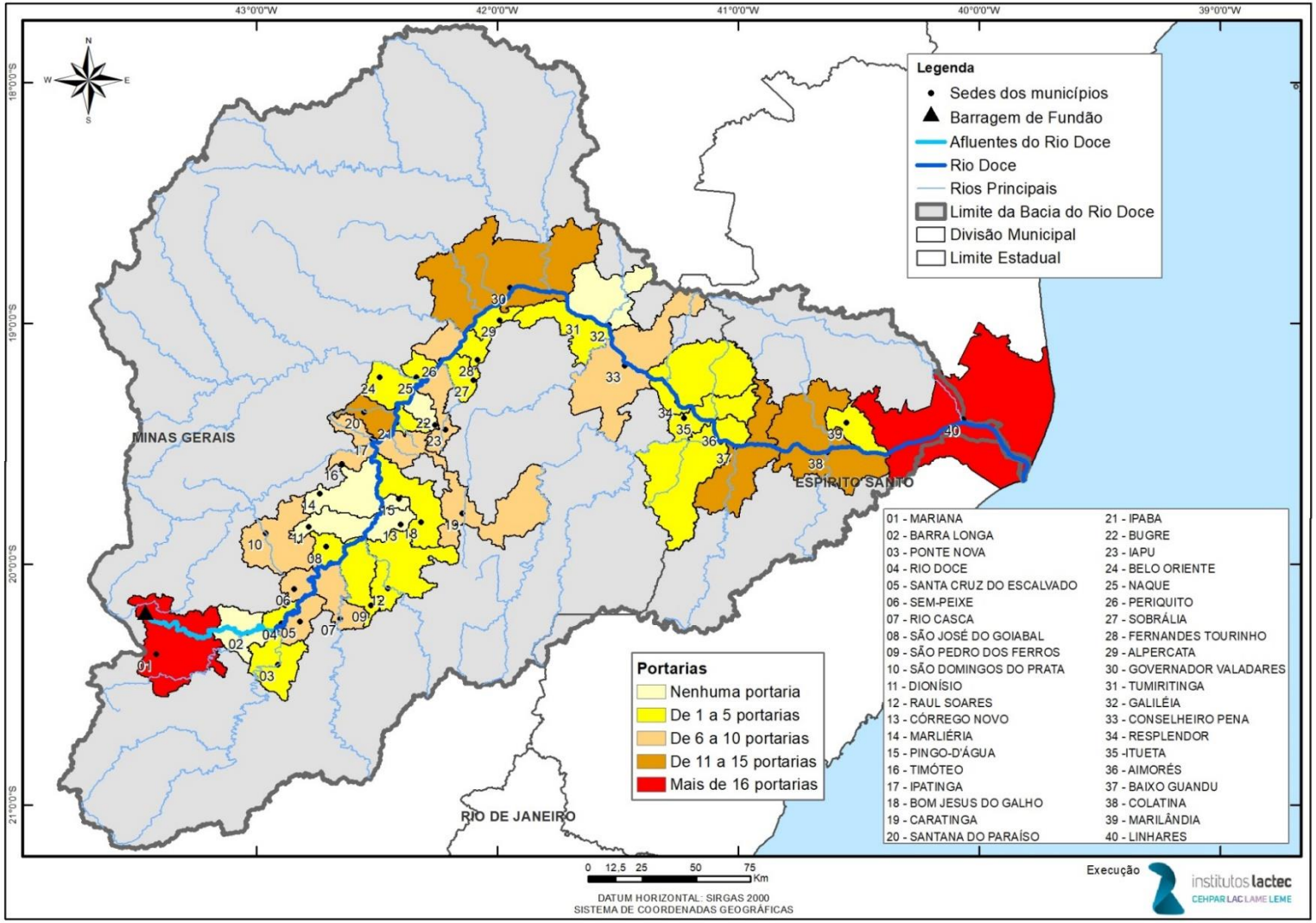
No que concerne ao conhecimento arqueológico ora sumarizado a respeito da arqueologia nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, cabe destacar que o quadro aqui delineado está baseado em trabalhos de referência e sínteses acadêmicas, informações disponíveis no CNSA/IPHAN, bem como em estudos desenvolvidos no âmbito da arqueologia preventiva para a região e áreas adjacentes, contando-se com informações disponibilizadas por pesquisadores que atuam na região.

Conforme anteriormente exposto, a área alvo de pesquisa abrange a totalidade do curso do rio Doce, abarcando 40 municípios distribuídos entre as regiões do Alto, Médio e Baixo rio Doce, incidindo sobre porções do território dos estados de Minas Gerais (mesorregiões metropolitanas de Belo Horizonte, zona da mata mineira e vale do rio Doce) e do Espírito Santo (mesorregiões do noroeste Espírito-santense e litoral norte Espírito-santense).

Apresentamos, a seguir, um quadro sucinto do patrimônio arqueológico reconhecido para os municípios que compõem o território alvo de avaliação, considerando as informações existentes até o dia 5 de novembro de 2015.

Em primeiro lugar, torna-se necessário esboçar quais pesquisas foram realizadas no território em tela. Para tanto, foram consideradas as portarias de pesquisa publicadas no Diário Oficial da União entre 1991 e 5 de novembro de 2015, disponibilizadas no *site* do IPHAN. Segundo as portarias consultadas, os municípios abordados foram alvo de **cento e cinquenta e seis (156) programas de pesquisa** associados tanto a pesquisas arqueológicas de caráter acadêmico quanto ao licenciamento de empreendimentos. Cabe destacar, entretanto, que, ao considerarmos portarias relacionadas à renovação e/ou prorrogação de autorizações e permissões de pesquisa, esse número se vê ampliado, alcançando **cento e setenta e quatro (174) portarias** relacionadas aos estudos anteriormente apontados (Figura 74).

Figura 74 – Número de permissões de pesquisa arqueológica por município.



A primeira pesquisa a ser realizada nos municípios abarcados pelo desastre ocorreu apenas em 2001, estando relacionada ao licenciamento da UHE Risoleta Neves, nos municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Essa informação indica um quadro ainda recente de pesquisas sistemáticas na área – lembrando que o estado de Minas Gerais tem sido alvo de pesquisas desde o século XIX, o que resulta em uma vulnerabilidade maior dos contextos arqueológicos, uma vez que estes foram apenas recentemente abordados pelo olhar da arqueologia. Podemos notar um predomínio de pesquisas voltadas ao licenciamento de empreendimentos diversos e a ausência de pesquisas acadêmicas de maior fôlego no território em tela. Ademais, sete municípios ainda não foram alvo de pesquisas sistemáticas, a saber: Barra Longa, Dionísio, Marliéria, Córrego Novo, Pingo-d'Água, Bugre e Galileia. A sistematização dos dados referentes às permissões e autorizações de pesquisa pode ser verificada no **Anexo 1** deste relatório.

Importante apontar que nem todas as pesquisas realizadas resultaram no cadastro de sítios arqueológicos e que estudos que cadastraram sítios podem ainda não ter sido imputados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos *on-line* (CNSA/SGPA), ou nas outras fontes consultadas.

No que tange aos dados consultados, podemos apontar a existência de **325 sítios arqueológicos distribuídos no território abordado** (**Anexo 2**). Dessa forma, a Figura 75 e a Figura 76 apresentam a concentração de sítios arqueológicos por município.

Figura 75 – Sítios arqueológicos cadastrados por municípios.

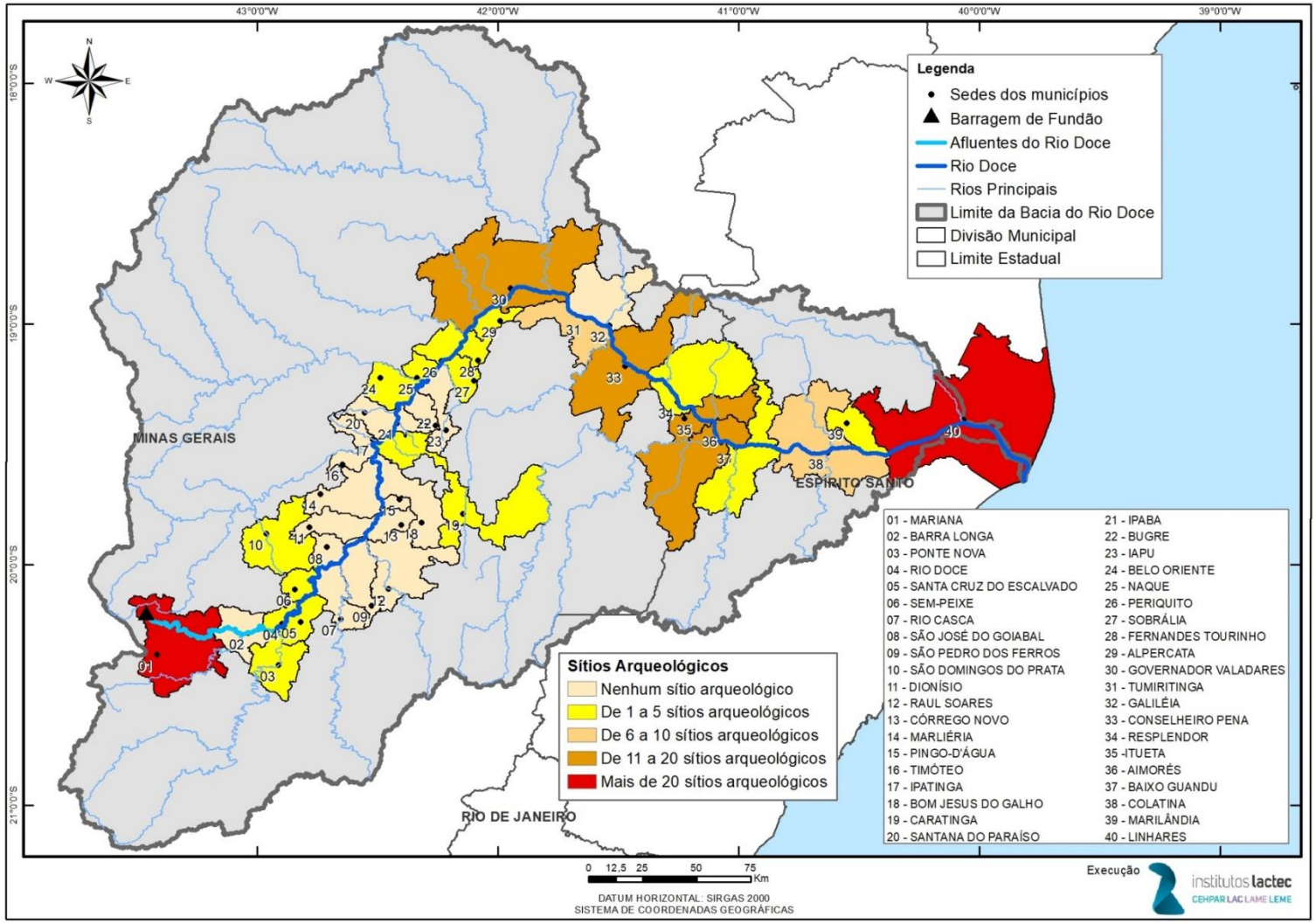
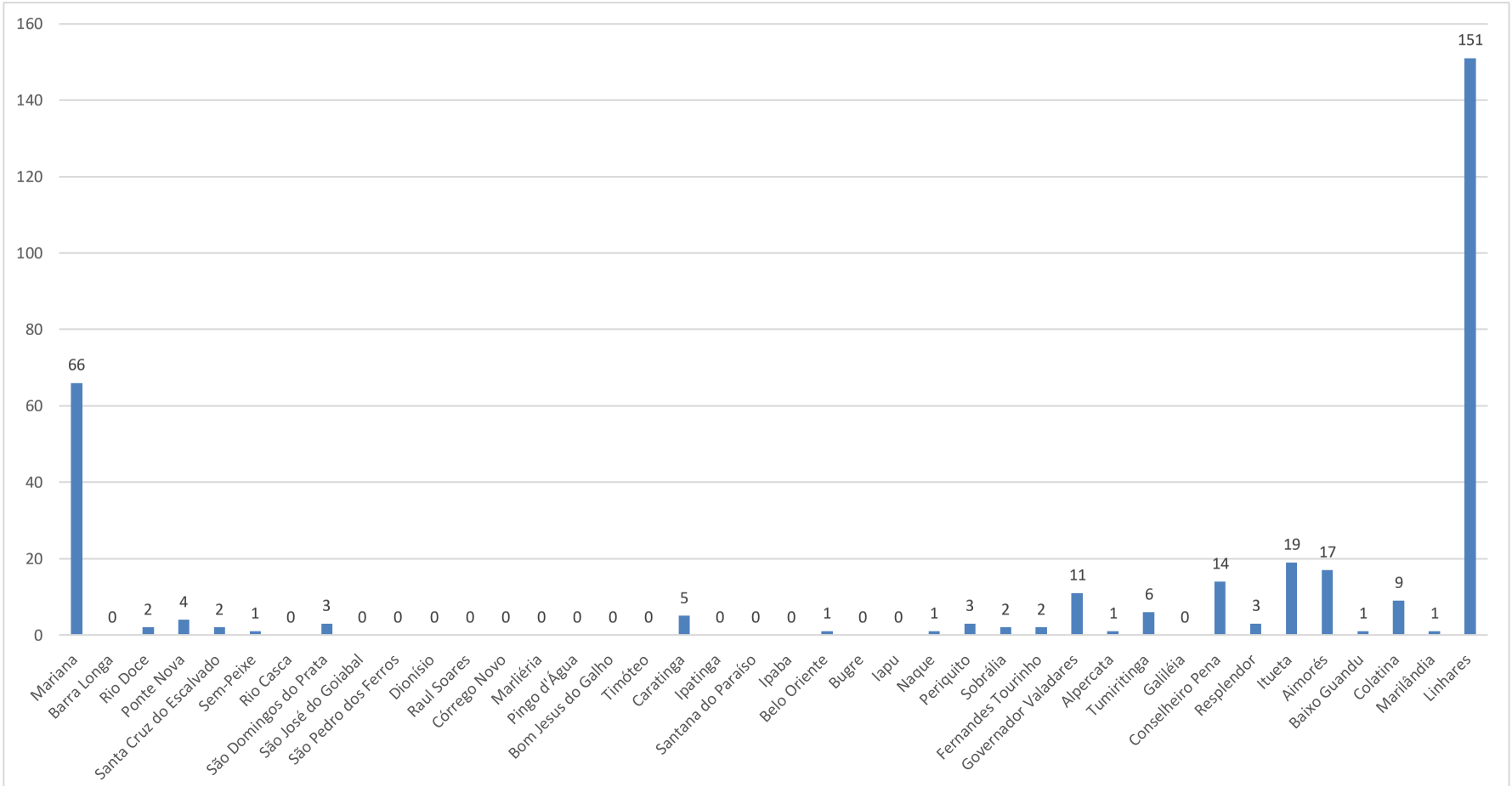


Figura 76 – Número de sítios arqueológicos por município.

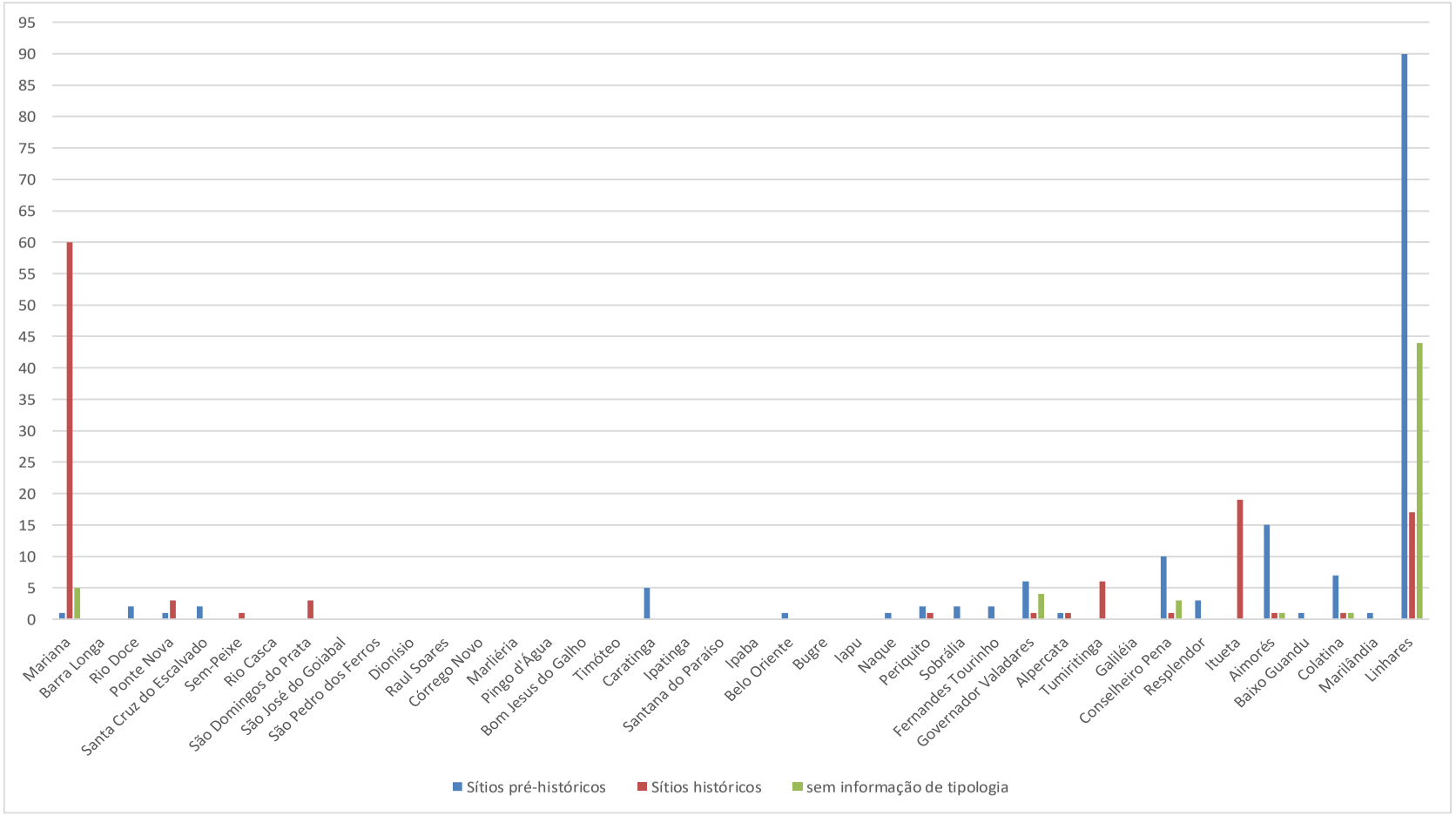


Nota: Organização dos municípios de oeste a leste, seguindo o curso do rio Doce

.

Do total de sítios identificados no cadastro CNSA/SGPA, 281 contam com informações georreferenciadas que permitem a indicação de sua localização precisa no território, o equivalente a 86,4% do total de bens cadastrados, os quais podem ser visualizados na Figura 77. As Figura 78 a Figura 86, por sua vez, apresentam um detalhamento da localização dos sítios georreferenciados, ferramenta estratégica no *design* de uma linha-base da arqueologia no território pesquisado. Retomaremos esses dados adiante, quando abordarmos os sítios georreferenciados que se inserem nas proximidades do rio Doce e de seus afluentes.

Figura 77 – Número de sítios arqueológicos pré-históricos, históricos e sem informação por município.



Nota: Organização dos munípios de oeste à leste, seguindo o curso do rio Doce.

Figura 78 – Sítios arqueológicos.

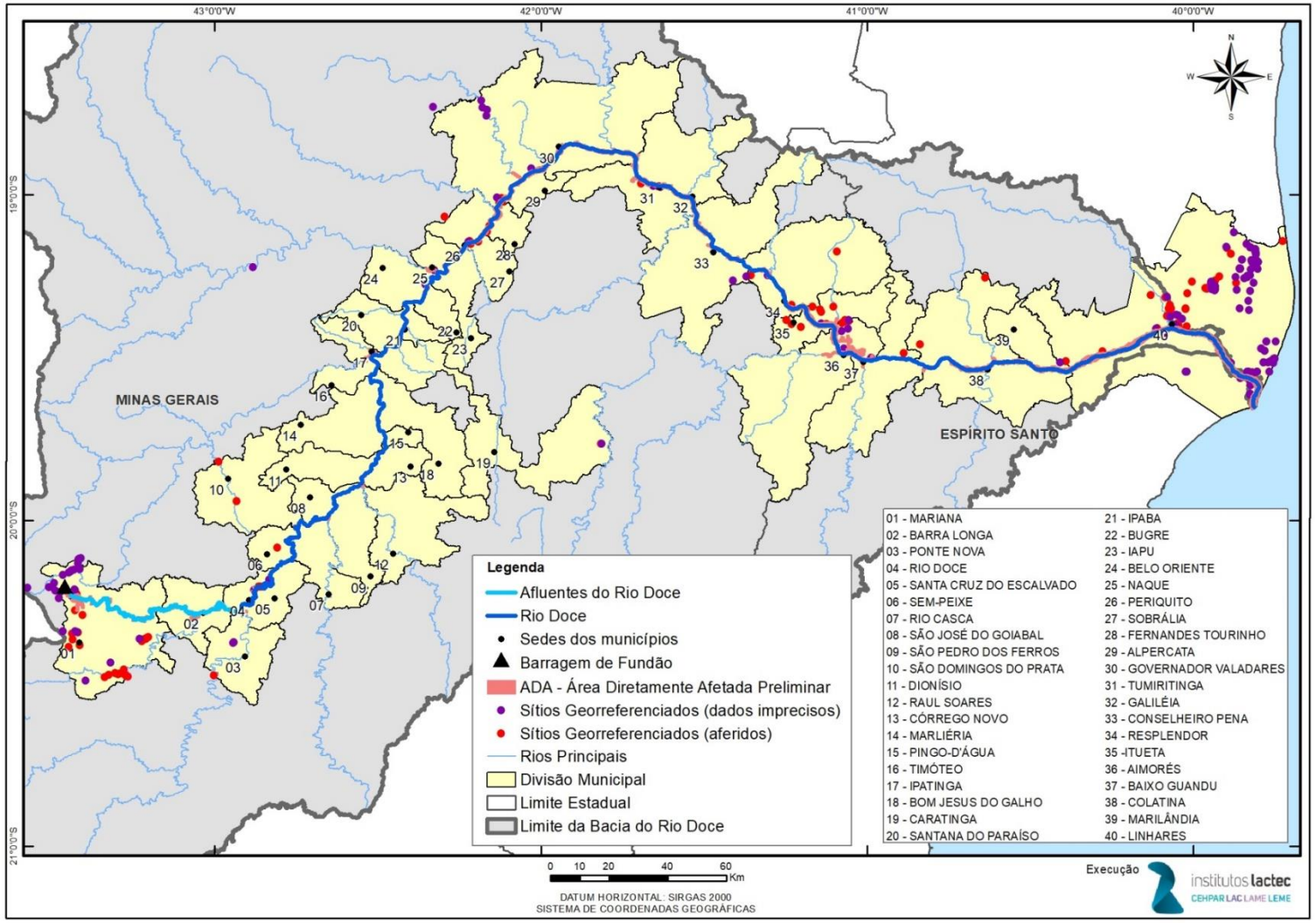


Figura 79 – Sítios arqueológicos – detalhe 1.

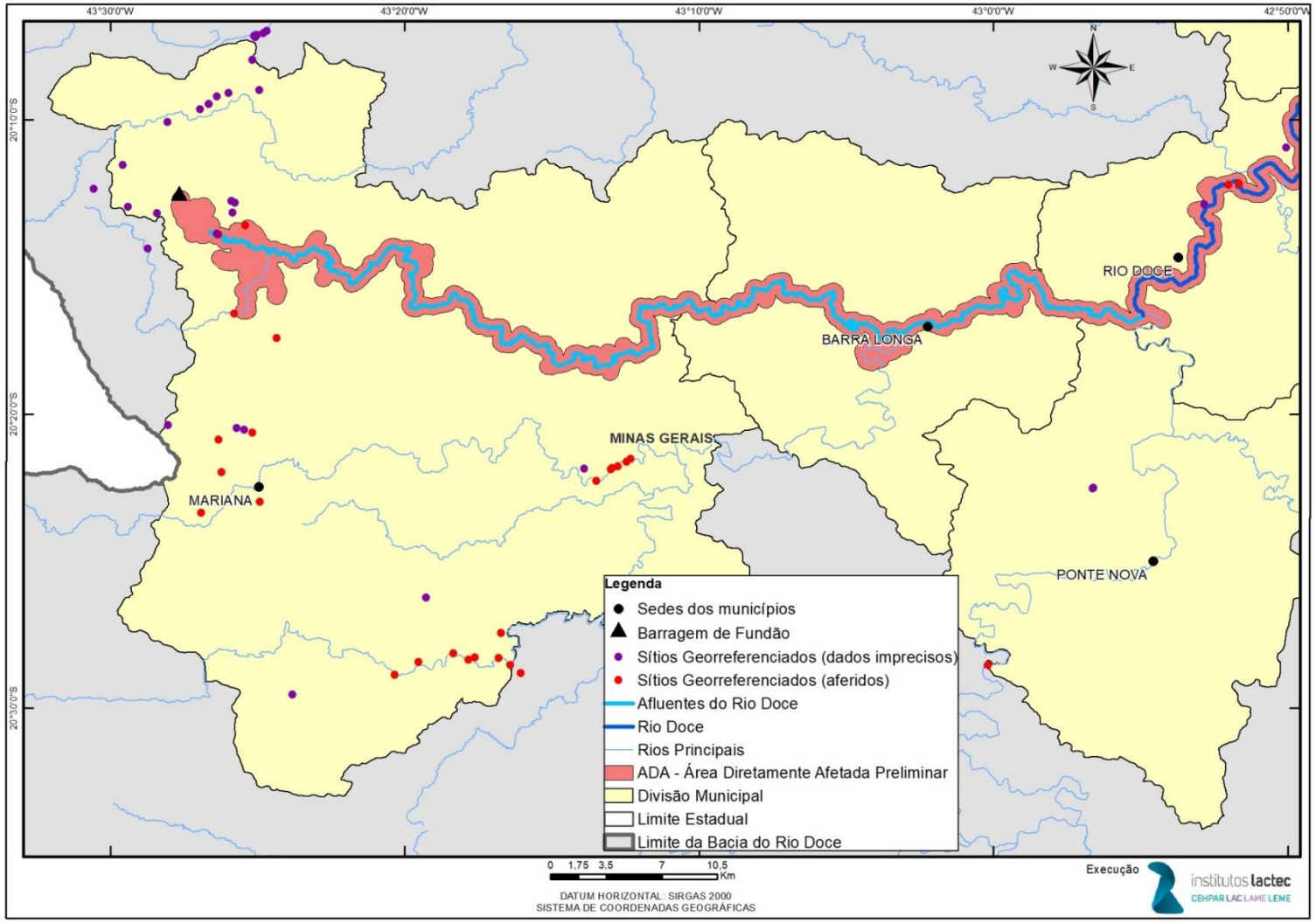


Figura 80 – Sítios arqueológicos – detalhe 2.

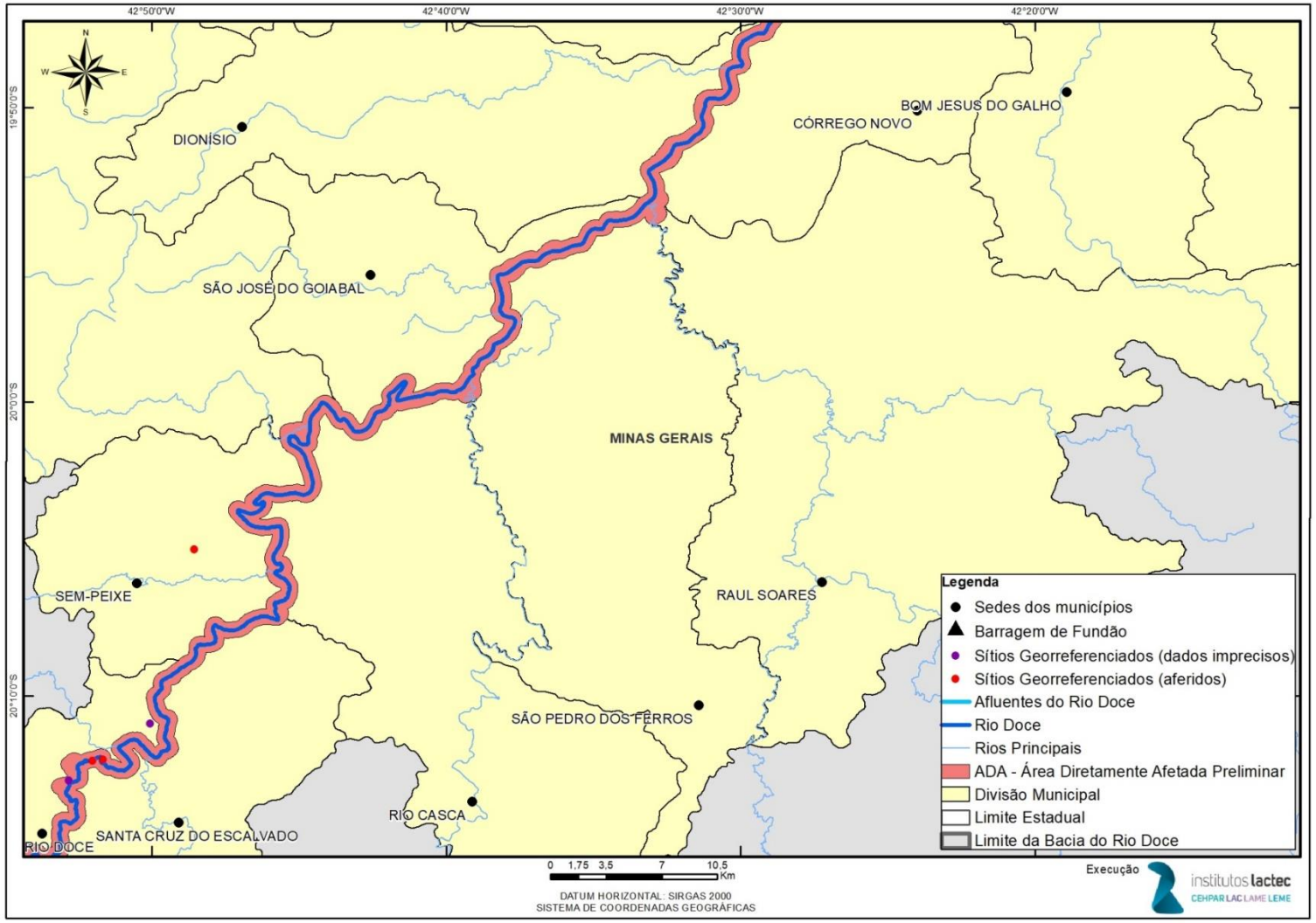


Figura 81 – Sítios arqueológicos – detalhe 3.

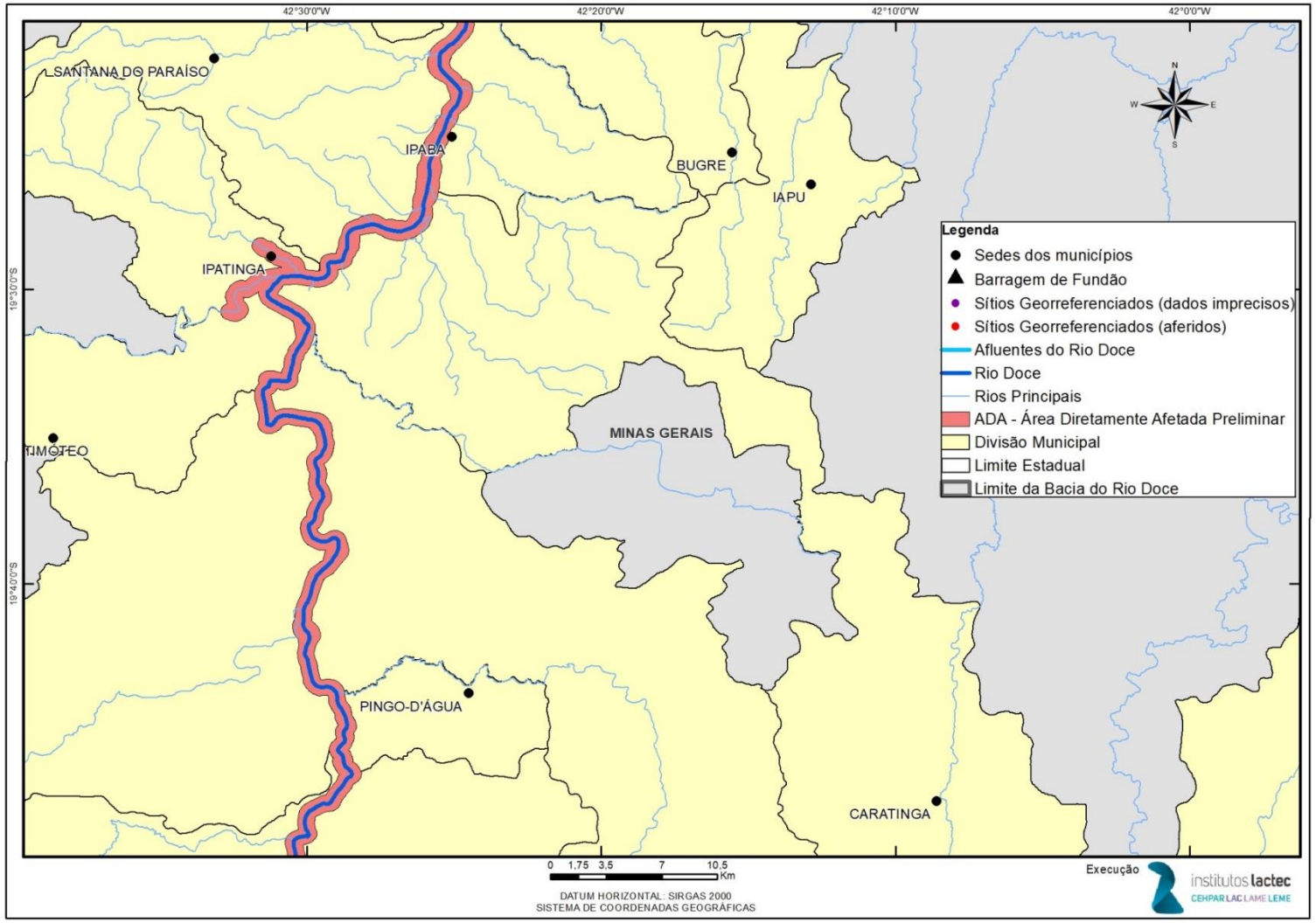


Figura 82 – Sítios arqueológicos – detalhe 4.

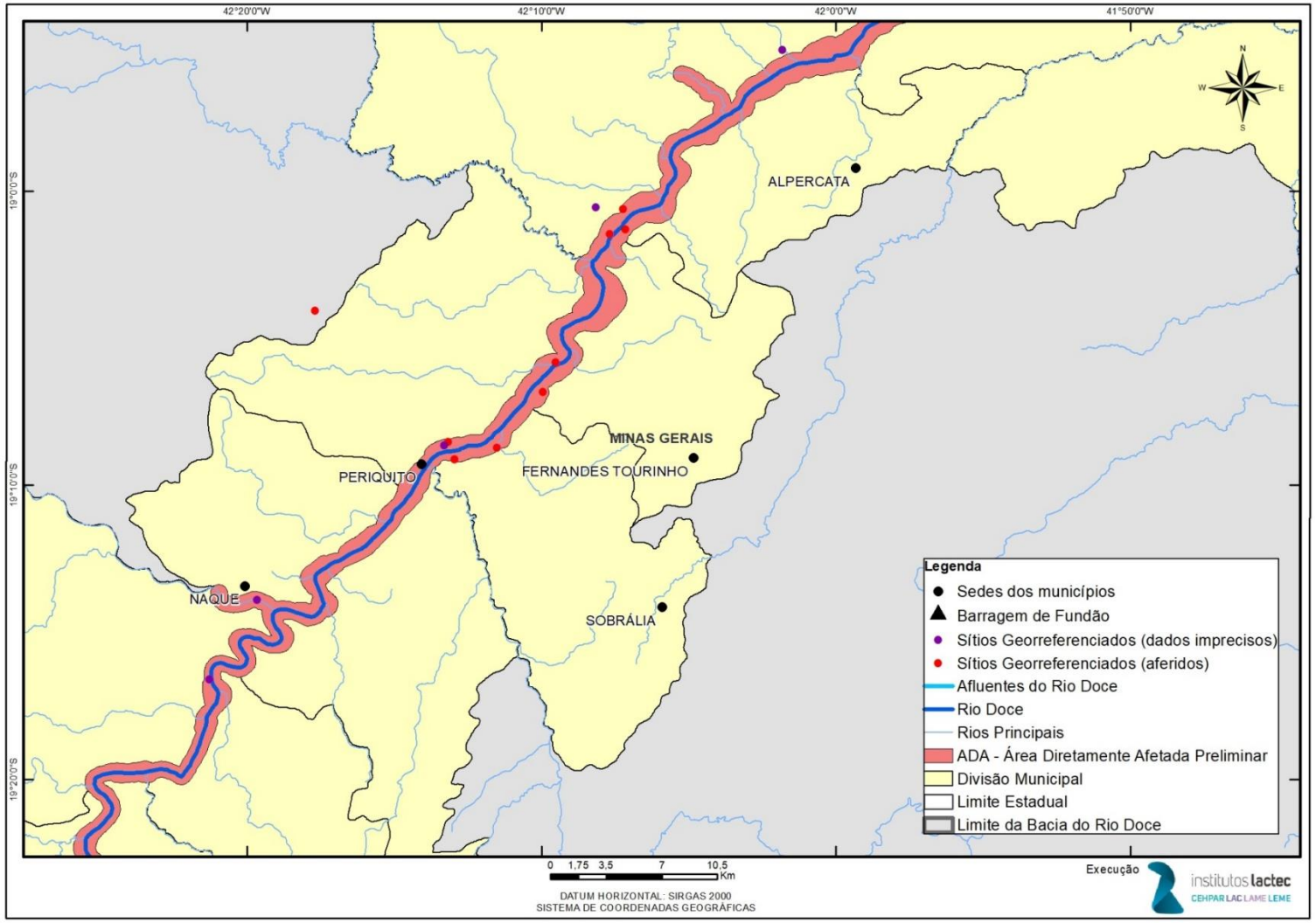


Figura 83 – Sítios arqueológicos – detalhe 5.

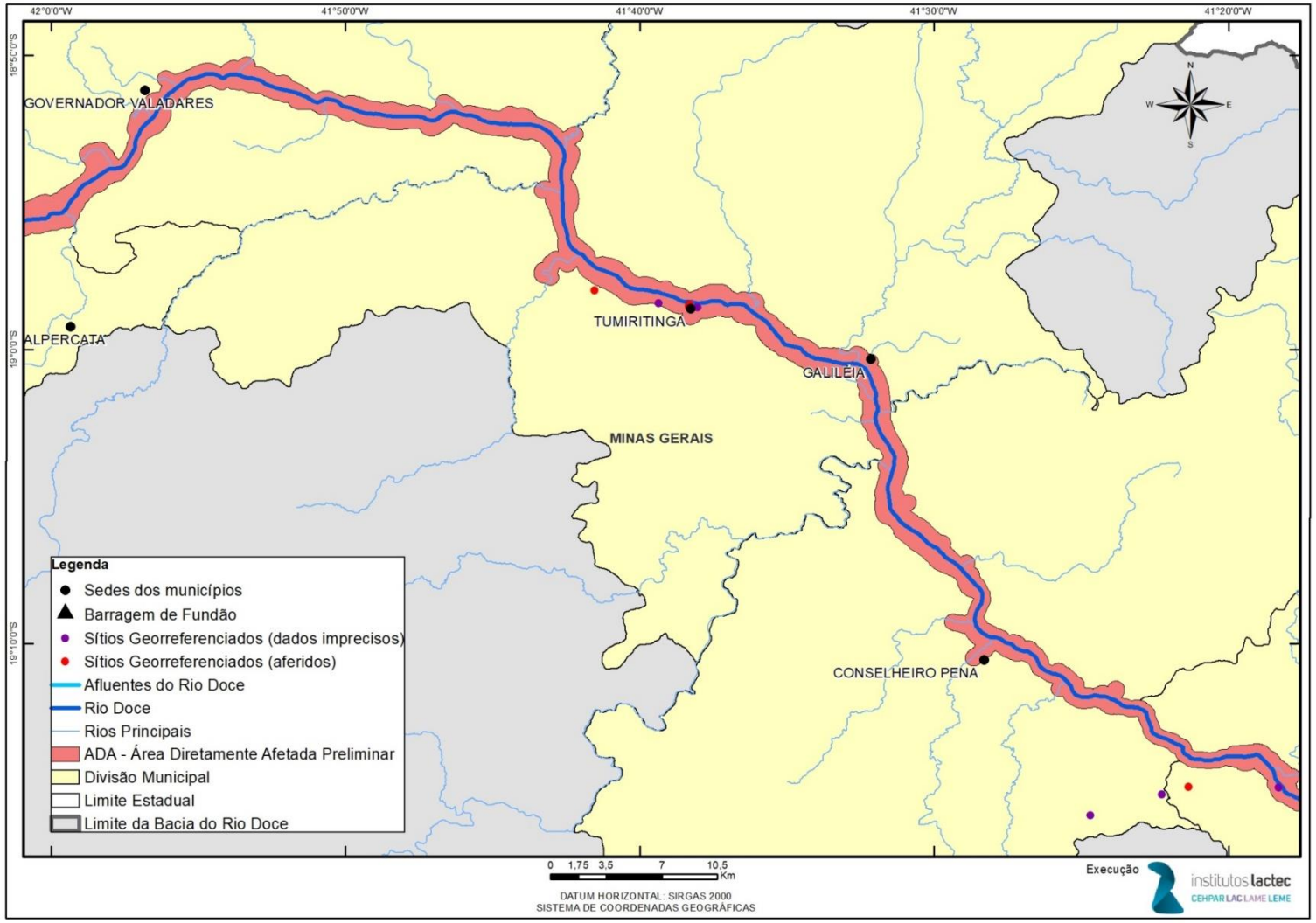


Figura 84 – Sítios arqueológicos – detalhe 6.

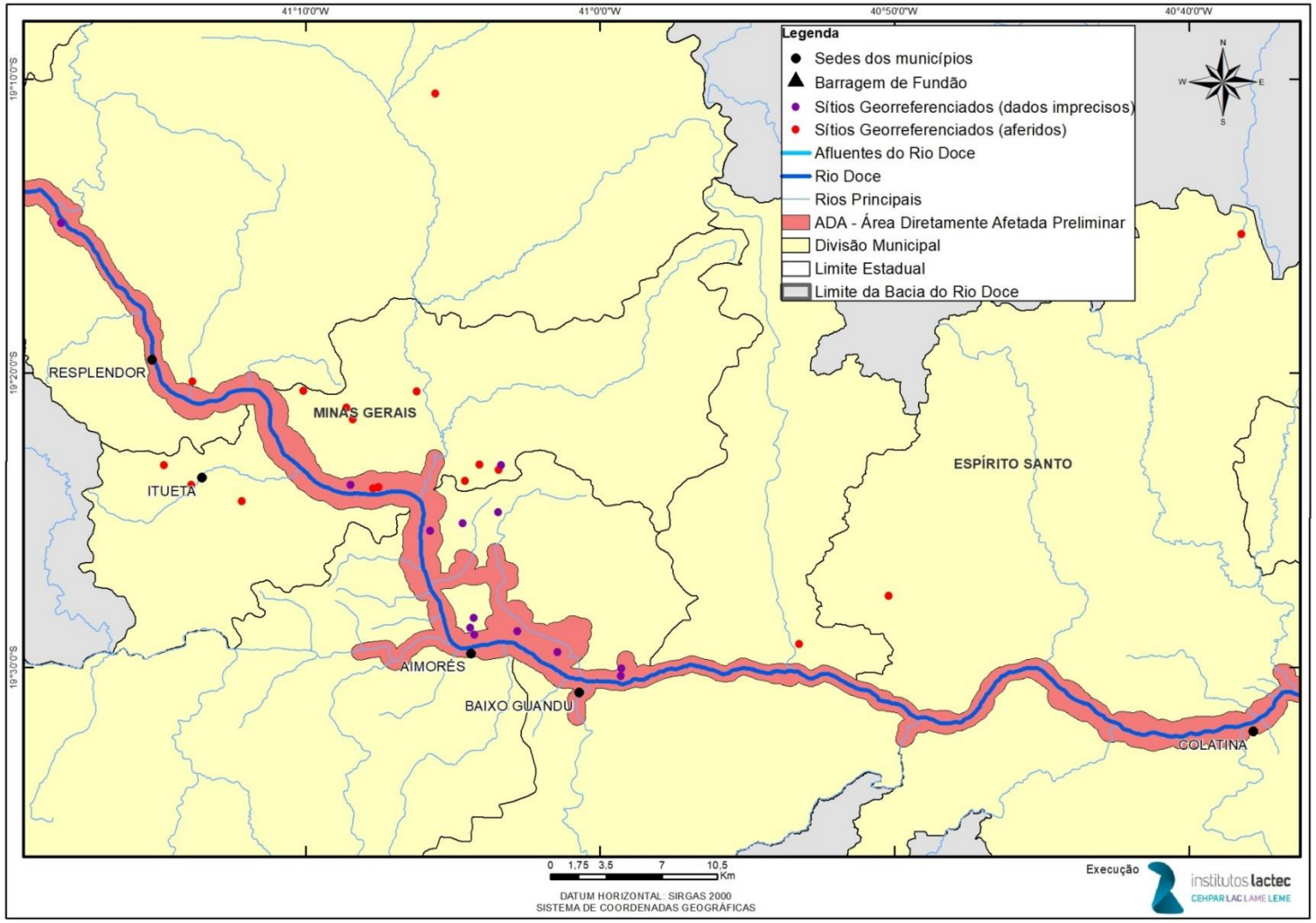


Figura 85 – Sítios arqueológicos – detalhe 7.

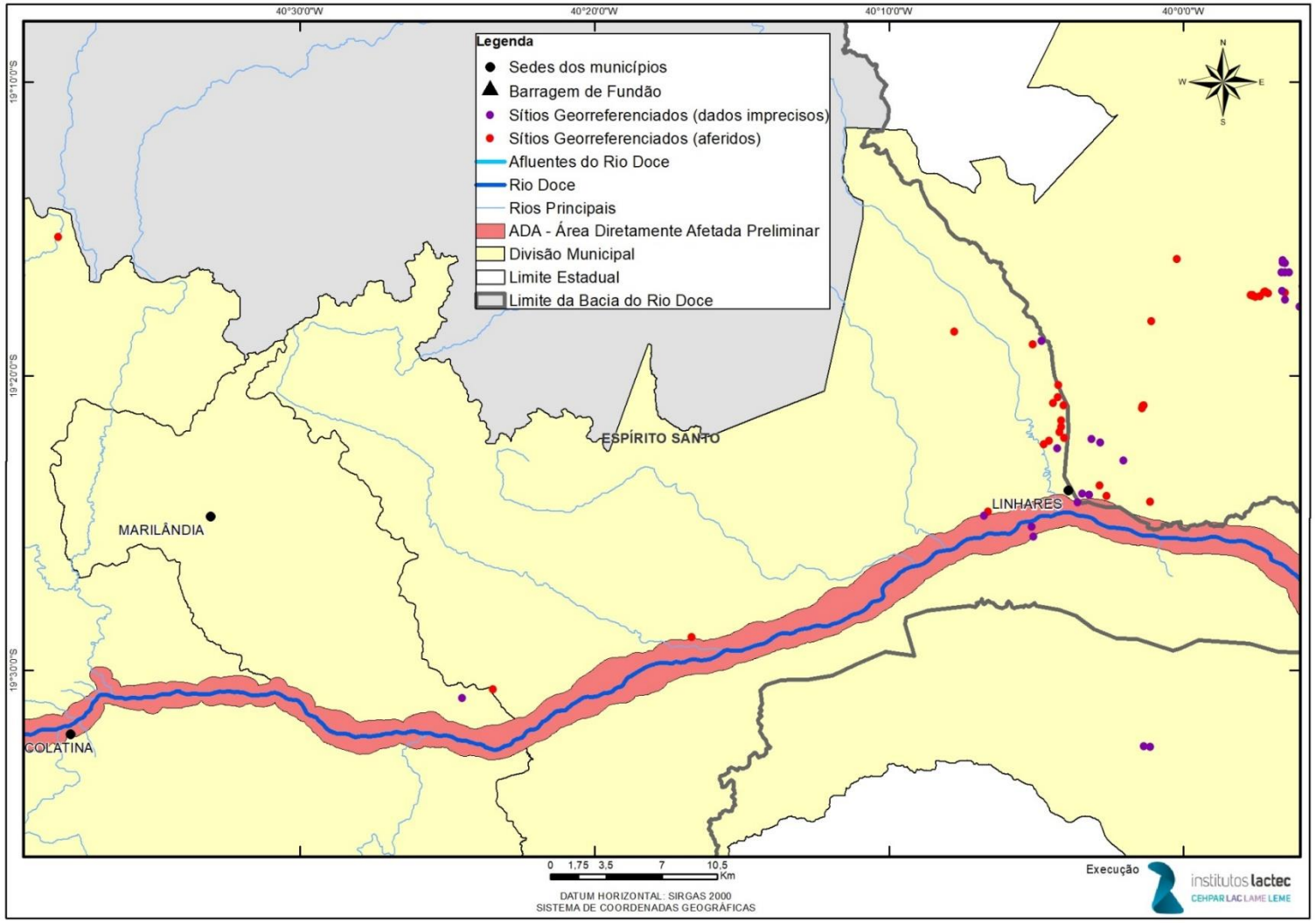
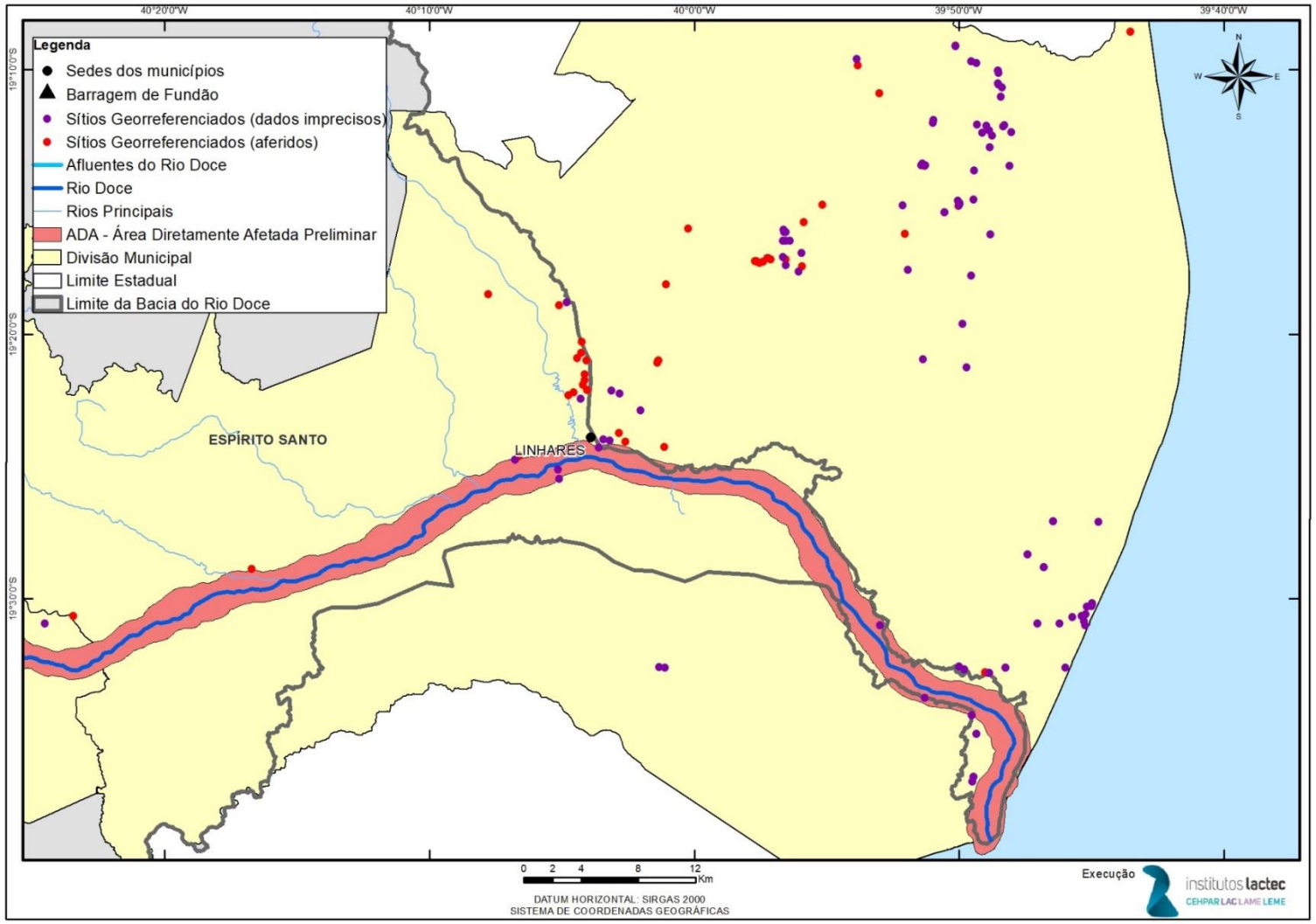
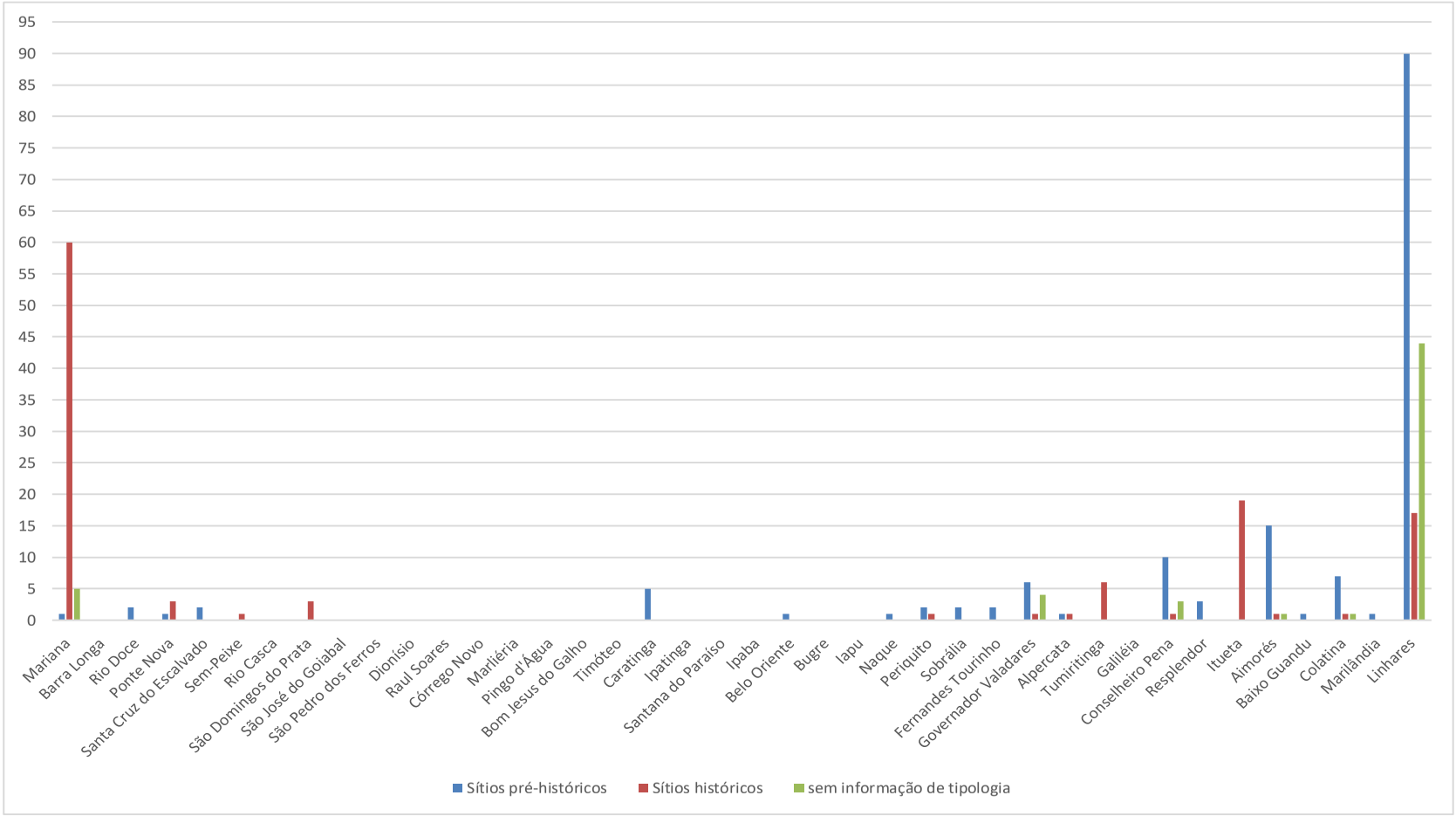


Figura 86 – Sítios arqueológicos – detalhe 8.



Voltemos a esboçar uma linha-base para o patrimônio arqueológico tomando como recorte o território composto pelos 40 municípios abordados. Entre os sítios arqueológicos cadastrados, temos 153 sítios associados aos cenários de ocupação pré-coloniais, 93 sítios relacionados aos cenários de ocupação do período "histórico" (pós invasão europeia) e 58 sítios para os quais não dispomos de informações precisas (**Figura 87**). Interessante observar que os sítios arqueológicos históricos cadastrados estão concentrados na região oeste do *transect* aqui determinado pelo curso do vale do rio Doce. Certamente, esse resultado deriva do fato de que a região de Mariana tem sido abordada por diferentes olhares voltadas ao patrimônio cultural do período colonial, resultando também em uma maior visibilidade do patrimônio arqueológico histórico frente ao patrimônio pré-colonial. Ou seja, isso não quer dizer que na região a oeste, onde certamente temos um destaque ao distrito de Bento Rodrigues, não haja um patrimônio arqueológico pré-colonial de monta, mas que foi pesquisado de forma menos sistemática.

Figura 87 – Número de sítios arqueológicos pré-históricos, históricos e sem informação por município.



Nota: Organização dos municípios de oeste a leste, seguindo o curso do rio Doce.

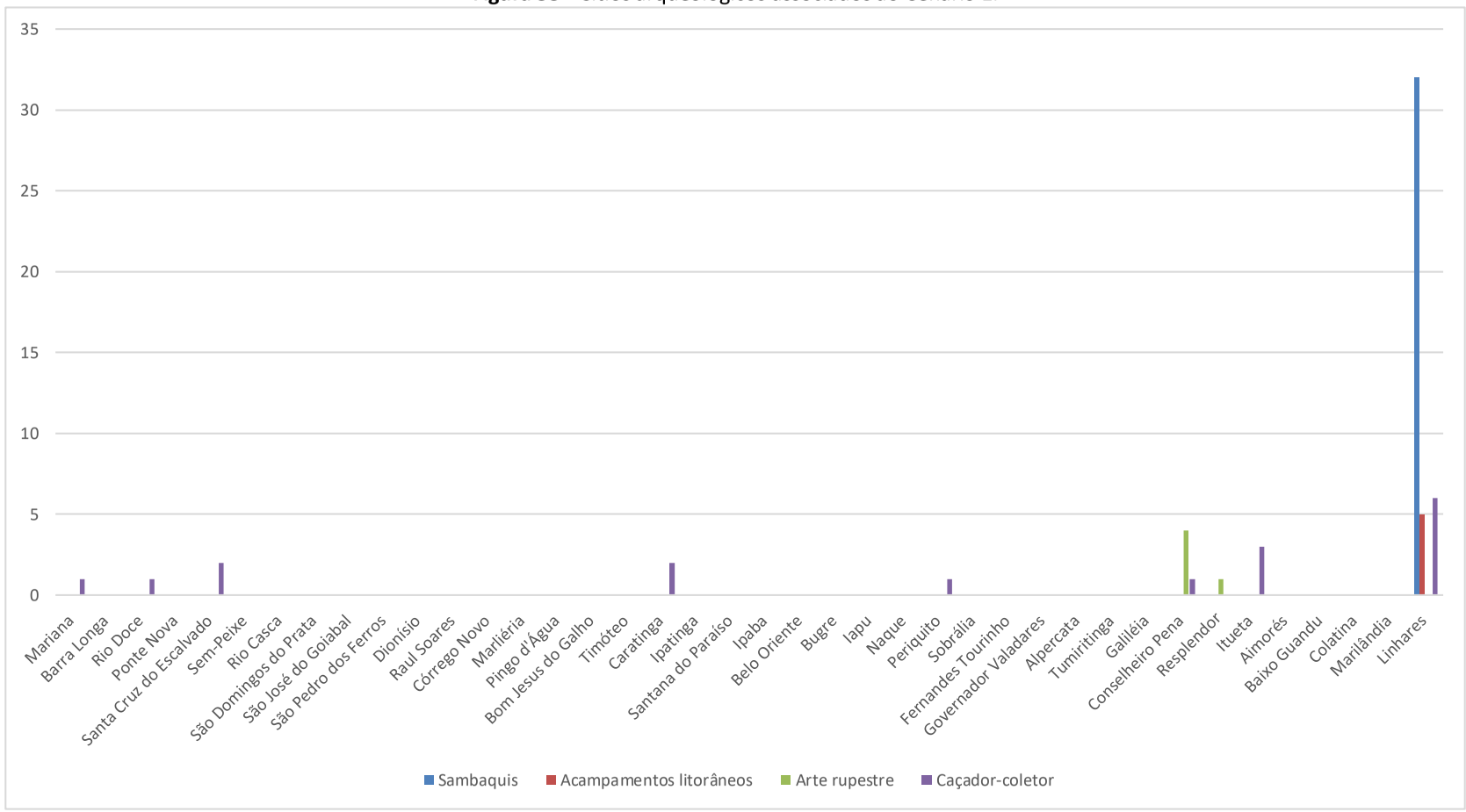
A seguir, apresentaremos os dados levantados de acordo com os cenários de ocupação delineados a partir do cotejo da bibliografia disponível para a região de entorno.

O **Cenário 1** se faz notado no curso do rio Doce, em território mineiro, junto aos municípios de Mariana, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Caratinga, Periquito, Conselheiro Pena, Resplendor e Itueta. Por sua vez, segundo a mesma base de dados, têm-se 43 sítios desse cenário em território capixaba, no município de Linhares. Classificamos os sítios desse cenário em quatro subtipos: sítio associados a "caçadores-coletores" (sítios predominantemente a céu aberto e com materiais líticos), sítios com arte rupestre, sítios acampamentos litorâneos e sambaquis (Figura 88).

No tocante aos sítios de acampamentos litorâneos e sambaquis, apenas o município de Linhares apresenta registros, num total de cinco sítios arqueológicos de acampamentos e 32 sambaquis na faixa costeira capixaba.

A sua vez, sítios arqueológicos marcados por registros rupestres podem ser observados apenas nos municípios de Conselheiro Pena (4 sítios) e Resplendor (1 sítio), todos localizados em território mineiro, totalizando cinco sítios arqueológicos rupestres.

Figura 88 – Sítios arqueológicos associados ao Cenário 1.



Nota: Organização dos municípios de oeste a leste, seguindo o curso do rio Doce

.

Passando ao **Cenário 2**, associados aos grupos horticultores-ceramistas, é possível notar um incremento na porção centro oriental do *transect* analisado, mais precisamente, nas regiões onde estão inseridos os municípios de Governador Valadares e Aimorés.

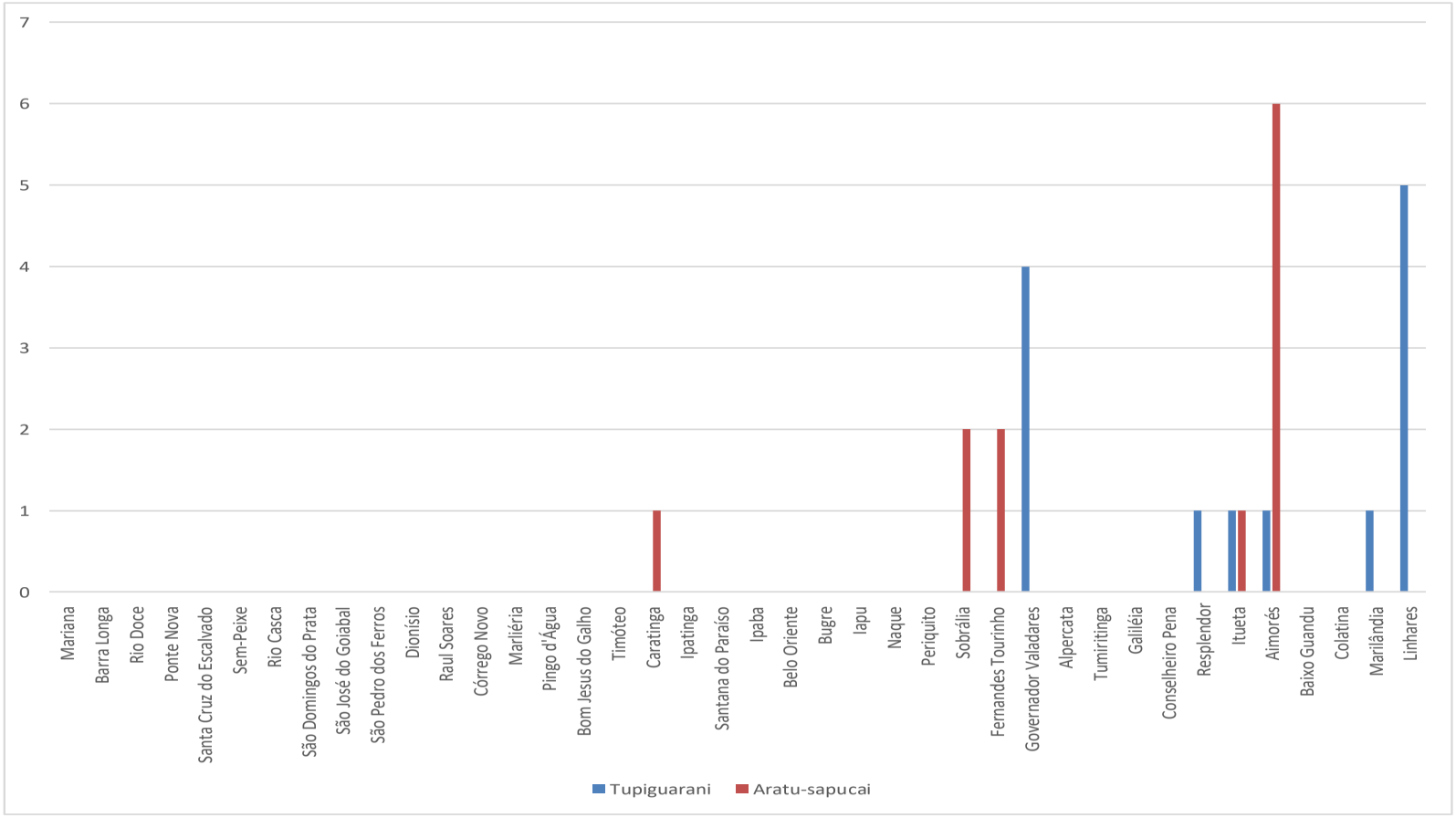
Ao debruçarmo-nos sobre o cenário de ocupação horticultor-ceramista, é possível refinarmos as informações a respeito da Tradição arqueológica atribuída a alguns dos sítios arqueológicos associados a esse cenário de ocupação.

Cabe destacar que informações concernentes às tradições arqueológicas não constam da totalidade das fichas CNSA que compõem o cadastro do IPHAN, fator que deve ser levado em consideração uma vez que apenas uma parcela dos bens cadastrados apresenta tais dados. Não obstante, em território mineiro contamos com sítios associados à Tradição Tupi-guarani nos municípios de Governador Valadares, Resplendor, Itueta e Aimorés. Por sua vez, no estado do Espírito Santo são observados sítios Tupi-guarani em Marilândia e Linhares (Figura 89).

Ao discorrermos a respeito dos sítios filiados à Tradição Aratu-Sapucaí, destacamos a sua identificação apenas em território mineiro no âmbito das fichas de cadastro, nos municípios de Caratinga, Sobrália, Fernandes Tourinho, Itueta e Aimorés. Cabe lembrar que Prous (1992) aponta a existência de sítios Aratu nessa região, mas com forte influência da Tradição Tupi-guarani (Figura 89).

Cabe sublinhar dois pontos de especial interesse nesse cenário. Primeiro: a potencialidade dessa região para o estudo de sítios associados a diferentes tradições arqueológicas, fenômeno que deve estar relacionado aos processos de troca de objetos, pessoas e informações entre diferentes povos indígenas. Segundo: contamos com a presença de comunidades indígenas Krenak em terras indígenas no município de Resplendor. De acordo com o Instituto Socioambiental, os Krenak são os últimos Botocudos do Leste, vítimas de constantes massacres decretados como “guerras justas” pelo governo colonial, vivendo atualmente numa área reduzida (RICARDO, 2000).

Figura 89 – Sítios arqueológicos associados ao Cenário 2 – categorizados de acordo com as tradições arqueológicas estabelecidas.



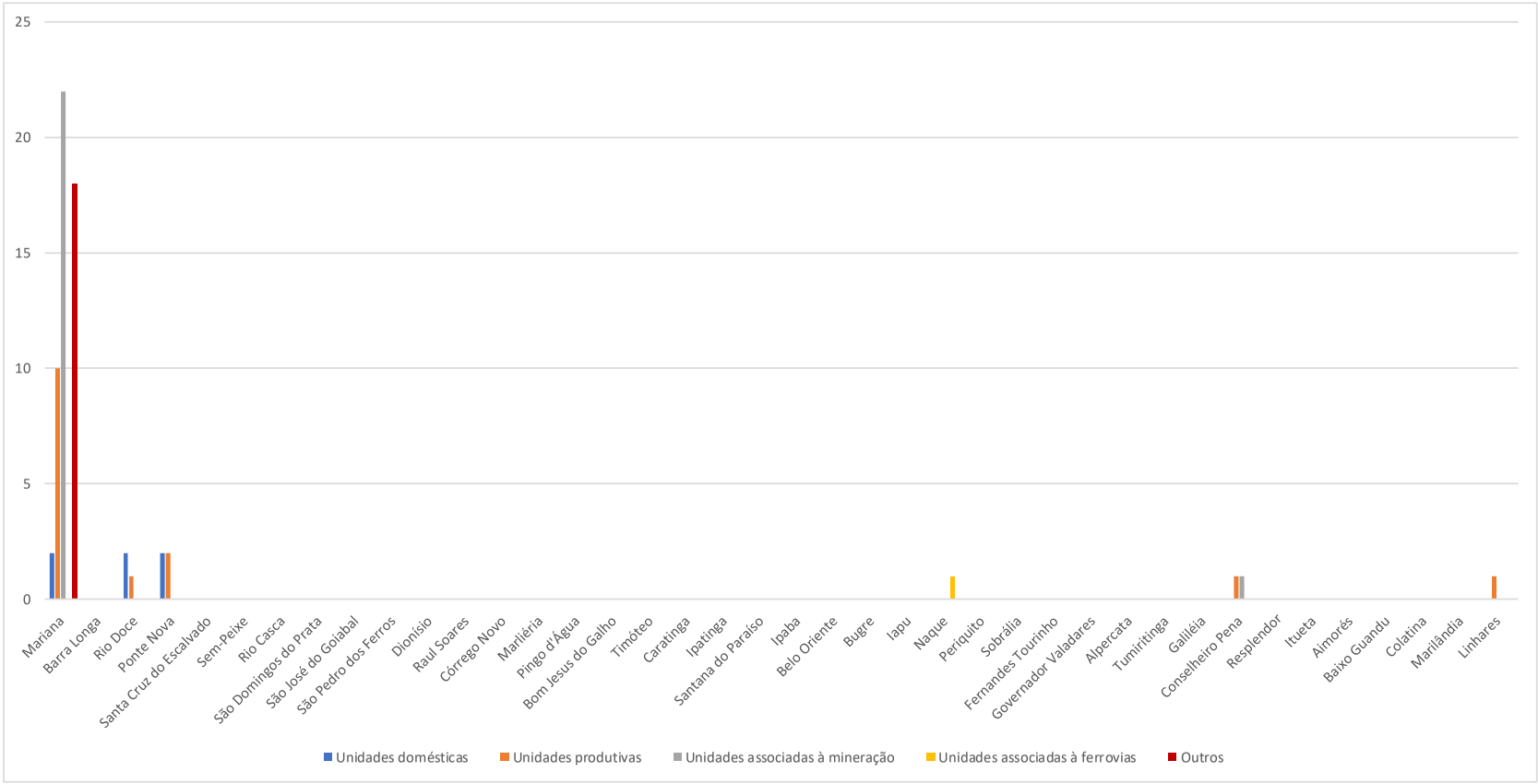
Nota: Organização dos municípios de oeste a leste, seguindo o curso do rio Doce.

No que tange ao **Cenário 3**, associados à ocupação histórica da região (pós-1500), tem-se um total de 93 sítios arqueológicos associados a esse quadro, inseridos, sobretudo, na porção oeste da região abordada, exibindo distintas tipologias, abarcando unidades habitacionais, áreas de lavra, casas-sede de propriedades rurais, edificações de função religiosa e militar, quilombos e outros espaços de resistência e assim por diante. A Figura 90 apresenta a classificação desses sítios, visando oferecer uma visualização do predomínio dos sítios históricos na região de Mariana, bem como a representatividade dos locais associados às atividades minerárias.

Uma parcela significativa desses bens, notadamente aqueles localizados em Mariana e seu entorno, está francamente relacionada a testemunhos materiais que fazem referência precisamente ao ciclo minerador de ouro que teve seu apogeu no decorrer do século XVIII. Já, na porção litorânea, em solo capixaba, os sítios históricos arqueológicos remetem a testemunhos relativos aos contatos ocorridos entre indígenas e colonos, desde o momento inicial desse processo até o efetivo banimento das populações indígenas tradicionais que se valiam desse território (SNOW; ABREU, 1977; BAETA; PILÓ; SOUZA, 2005; BAETA; PILÓ, 2007a, 2007b; 2009).

Nesse contexto, elementos e referências a respeito dos bens arqueológicos relacionados ao período histórico são retomados na próxima seção, dedicada ao patrimônio cultural, dada a inter-relação que apresentam com outras referências e bens culturais de natureza material.

Figura 90 – Sítios arqueológicos associados ao Cenário 3 – categorizados de acordo com os contextos identificados.



Nota: Organização dos municípios de oeste a leste, seguindo o curso do rio Doce

.

Por fim, cabe fazermos algumas observações acerca de sítios arqueológicos inseridos nas proximidades do rio Doce, em áreas que compõem, provavelmente, os locais de influência do desastre. Entre os 325 sítios mapeados na linha-base, 43 estão nessas condições, os quais estão apresentados na Tabela 9 abaixo:

Tabela 9 – Sítios inseridos em áreas imediatamente adjacentes ao vale do rio Doce.

Sítio	Município	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Categoria
Sítio Mina Santo Antônio	Mariana	23 K 663088 7762099	Histórico
Sítio Fazenda Fábrica	Mariana	23 K 663001 7762192	Histórico
Sítio Fazenda Ouro Fino	Mariana	23 K 664693 7762686	Histórico
Sítio Marimbondo	Rio Doce	23 K 721435 7763350	Horticultor-ceramista e Histórico
Sítio Lapa da Candonga	Santa Cruz do Escalvado	23 K 722883 7764578	Caçador-coletor
Sítio Candonga	Santa Cruz do Escalvado	23 K 723506 7764644	Caçador-coletor
Sítio Fazenda Presídio	Belo Oriente	23 K 778005 7866442	Horticultor-ceramista
Sítio Bases de ponte e Antigo traçado ferroviário em Naque	Naque	23 K 780922 7871396	Histórico
Sítio Córrego do Bugre	Sobrália	23 K 792844 7880029	Horticultor-ceramista
Sítio Base de ponte e estrutura metálica de Ponte Ferroviária em Periquito	Periquito	23 K 792221 7880923	Histórico
Sítio Nicanor Barrel	Periquito	23 K 792466 7881137	Horticultor-ceramista
Sítio Fazenda Paraíso	Sobrália	23 K 795374 7880727	Horticultor-ceramista
Sítio Artur Ferreira	Fernandes Tourinho	23 K 798181 7884168	Horticultor-ceramista
Sítio Fazenda Paquetá	Fernandes Tourinho	23 K 798957 7886010	Horticultor-ceramista
Sítio Cachoeira da Fumaça	Governador Valadares	23 K 802310 7894024	Horticultor-ceramista
Sítio Fazenda da Cachoeira	Alpercata	23 K 803249 7894305	Horticultor-ceramista
Sítio Fazenda São Manoel	Governador Valadares	23 K 803141 7895564	Horticultor-ceramista
Sítio Estrada Tumiritinga GV	Tumiritinga	24 K 220324 7899955	Horticultor-ceramista
Sítio Do Antônio	Tumiritinga	24 K 222158 7899896	Horticultor-ceramista
Sítio Do Kennedy	Tumiritinga	24 K 222117 7899798	Horticultor-ceramista
Sítio Praia do Jão	Tumiritinga	24 K 222187 7899931	Horticultor-ceramista
Sítio João Bertuano	Tumiritinga	24 K 222642 7899746	Horticultor-ceramista
Sítio Resplendor 3	Conselheiro Pena	24 K 257680 7870102	Caçador-coletor e histórico
Sítio Resplendor 4	Conselheiro Pena	24 K 257680 7870102	Caçador-coletor
Sítio Monte das Oliveiras III	Itueta	24 K 275123 7853899	Horticultor-ceramista
Sítio Bela Vista	Itueta	24 K 276790 7853751	Horticultor-ceramista
Sítio Flores	Itueta	24 K 276790 7853751	Horticultor-ceramista
Sítio Monte das Oliveiras II	Itueta	24 K 276470 7853683	Horticultor-ceramista
Sítio Santa Angélica	Itueta	24 K 282354 7845007	Horticultor-ceramista
Sítio Olicio	Aimorés	24 K 279899 7851074	Horticultor-ceramista
Sítio João Reis	Aimorés	24 K 282591 7844573	Horticultor-ceramista
Sítio Wilson Thiago	Aimorés	24 K 282561 7845630	Horticultor-ceramista
Sítio Barro Branco	Aimorés	24 K 285145 7844823	Horticultor-ceramista
Sítio Vala Seca	Aimorés	24 K 287557 7843548	Horticultor-ceramista
Sítio Hermes Piepper	Aimorés	24 K 291341 7842573	Horticultor-ceramista
Sítio Ilha Lorena	Aimorés	24 K 291341 7842087	Horticultor-ceramista
Sítio Fazenda Camata	Linhares	24 K 383137 7853158	Histórico
Sítio Fazenda Goytacaz 1	Linhares	24 K 385996 7852477	Sem informação - apenas que é pré-colonial
Sítio Aviso 3	Linhares	24 K 388690 7854026	Sem informação - apenas que é pré-colonial
Sítio Monsarás	Linhares	24 K 407317 7841764	Sem informação
Sítio Progresso	Linhares	24 K 410310 7836698	Horticultor-ceramista
Sítio Areial 2	Linhares	24 K 413395 7835538	Horticultor-ceramista
Sítio Córrego Alegre 02	Linhares	24 K 413395 7835538	Sem informação

Esses sítios deverão ser analisados com mais profundidade nas fases subsequentes do estudo, uma vez que compõe o patrimônio arqueológico submetido, provavelmente aos impactos do desastre do rompimento da barragem.

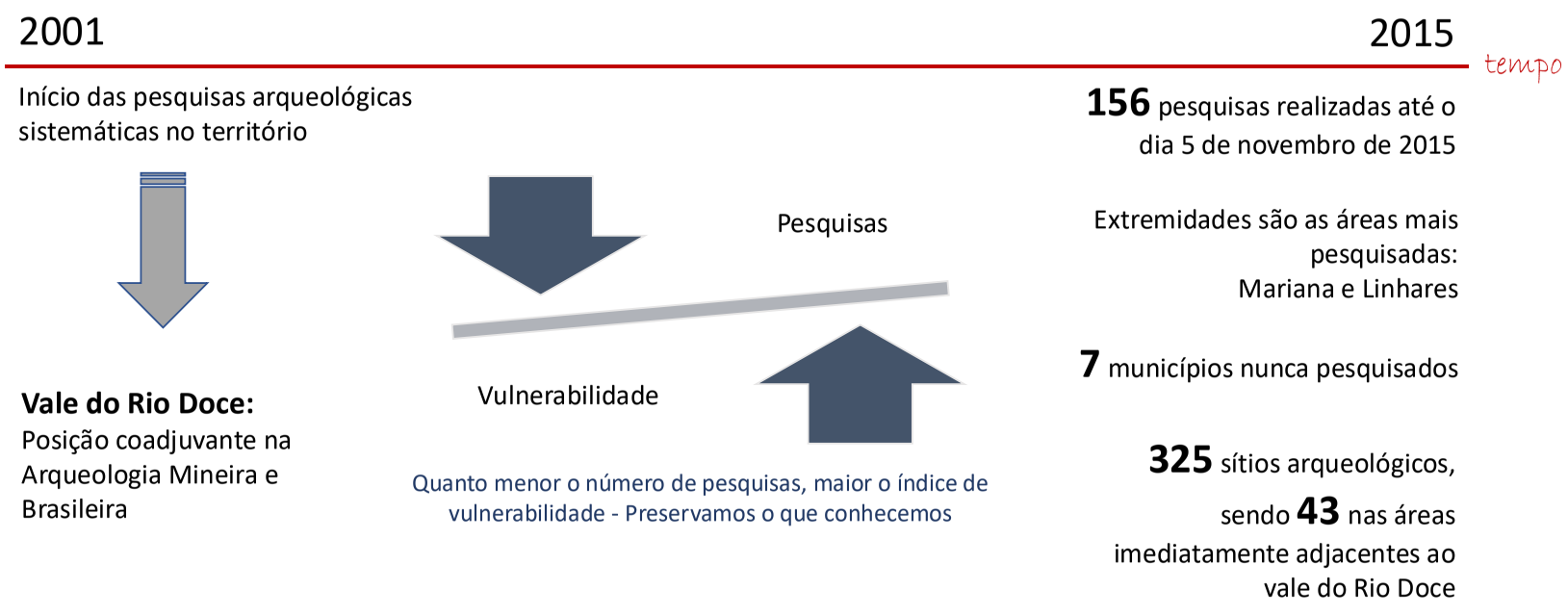
Quando consideramos as categorias desses 43 sítios e, automaticamente, os cenários a que estão associados, vemos que acompanham uma tendência do montante total – 325 – dos sítios identificados nos 40 municípios abordados: a oeste, em Mariana, temos o predomínio de sítios históricos, na região de Resplendor os sítios associados aos povos indígenas horticultores-ceramistas e no município de Linhares, no litoral capixaba, sítios sambaquis e acampamentos.

Devemos considerar o fato de que o território conformado por esse grande *transect* foi pesquisado apenas a partir de 2001, ou seja, em um período recente, o que revela, de certa forma, uma posição coadjuvante desse território no cenário da arqueologia mineira e brasileira, cujos estudos foram iniciados no século XIX. Esse fato eleva o grau de complexidade da presente linha-base, pois diversos contextos arqueológicos, nunca identificados pelas pesquisas, podem ter sido atingidos pelo desastre. Por exemplo, na região de Mariana, o grau de vulnerabilidade dos sítios pré-coloniais, imediatamente anterior ao desastre foi maior. Cenário inverso é identificado em Linhares, na porção leste do *transect* pesquisado. Nesse território, os olhares se voltaram, sobretudo, para um passado pré-colonial conformado por sítios de grupos caçadores-coletores-pescadores, tendo sido dada pouca atenção aos vestígios associados ao período histórico e aos períodos mais recentes. Dessa forma, nessa região é o patrimônio arqueológico histórico que se colocou como mais vulnerável no cenário imediatamente anterior ao desastre.

Estamos considerando que um patrimônio não reconhecido é um patrimônio mais vulnerável no que concerne a uma linha-base, uma vez que sítios cadastrados e georreferenciados permitirão uma análise de seu grau de conservação pós desastre, destacando-se aqui os 43 sítios mencionados na tabela anterior. Sítios desconhecidos, quando da ocorrência do desastre, demandarão estratégias refinadas e baseadas em diferentes métodos de prognóstico.

Na Figura 91 é apresentado um quadro-síntese do patrimônio arqueológico no território-alvo, considerando as dimensões de tempo e espaço.

Figura 91 – Quadro síntese para o patrimônio arqueológico no território-alvo.



5.3.4 Linha-base para o patrimônio cultural

5.3.4.1 Ocupação histórica do vale do rio Doce

Enquanto o acesso ao passado mais recuado no tempo se dê, via de regra, quase que exclusivamente por meio de evidências materiais exumadas em sítios arqueológicos, para a nossa história mais recente passamos a contar com um leque ampliado de fontes documentais (textos escritos, iconografia, cartografia, testemunhos orais, entre outras), com óbvios reflexos naquilo que traduzimos e selecionamos enquanto testemunhos e referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Uma pequena distância separa a foz do rio Doce (na região de Regência, distrito de Linhares/ES) e a cidade de Porto Seguro, ponto inicial da colonização portuguesa nas Américas.

Ao contrário do que defendia uma historiografia de caráter mais tradicional (RIBEIRO, 2012; PRADO JR., 2014), o processo de ocupação colonial e de investigação do território sul-americano foi significativamente rápido. Se por um lado a ação do governo colonial buscava concentrar os colonos nas cidades litorâneas e canalizar seus esforços para a produção de artigos exportáveis, por outro era extremamente difícil de controlar os deslocamentos e as interações, sobretudo, com os povos nativos (SILVA, 2016).

Prova dessa plasticidade e velocidade de avanço sobre o território americano é a impressionante expansão da ação jesuítica no território. Poucos anos após chegarem a Salvador, na Bahia, os jesuítas já tinham presença no Rio de Janeiro, em São Vicente, serra acima em São Paulo de Piratininga e, no que nos interessa especificamente, no Espírito Santo.

Nesse primeiro momento de construção do território colonial, e da ação catequética (posto que são dimensões que não estão sempre juntas, nem sempre comungam das mesmas estratégias e objetivos e eventualmente se chocam) (SILVA, 2016), dois procedimentos são fundamentais: o primeiro deles é o emprego dos cursos dos rios como caminhos para a interiorização no território.

Mais do que uma nação "marítima", como se costuma tratar os portugueses, o que observamos é uma cultura "náutica", ou seja, com vasto aproveitamento das águas navegáveis onde quer que elas estejam.

O segundo procedimento diz respeito à interação com os povos indígenas e a apropriação do vasto conhecimento deles a respeito do território. Uma complexa, e ainda por ser escrita em grande medida, história indígena pré-colonial nos indica cenários de grande interação entre diferentes povos, etnias, com uma geopolítica própria formada por alianças, embates e trocas materiais (CUNHA, 2002). Os grupos indígenas não apenas dominavam o território como já o haviam mapeado cultural e mentalmente; rotas ligavam regiões extremas do continente e eram regularmente empregadas não apenas para trocas, mas essencialmente para a guerra. Os colonos e, sobretudo, os jesuítas se valeram fartamente desse conhecimento para a expansão de suas ações.

O surgimento da povoação de Coutins (hoje Linhares, no Espírito Santo) em 1593 já subindo pelo curso do rio Doce é sinal desses dois processos: o emprego dos cursos dos rios e a aproximação com os povos nativos. Infelizmente, a par dos esforços da arqueologia pouco ou quase nada está estudado sobre esses primeiros anos de colonização e estabelecimento de

núcleos missionários no rio Doce. O que sabemos é que os jesuítas muito rapidamente fizeram uma opção pela catequese dos povos Tupis, empregando São Paulo de Piratininga como base de ação em direção ao Paraguai (MONTEIRO, 1995; CASTELNEAU-L'ESTOILE, 2006; SILVA, 2016). A região do rio Doce era, e ainda é parcialmente, terra tradicional dos botocudos e suas ramificações (como os Krenak, os quais possuem duas terras indígenas atualmente na região do rio Doce). Contudo, parece prudente que se investigue com mais detalhe e tempo (através da documentação jesuítica e da cartografia histórica) a presença de missões ao longo do curso do rio Doce.

Dessa forma, o rio Doce nos oferece um grande e novo cenário onde se desdobra e manifesta o patrimônio cultural: um vasto território de ocupação indígena pré-colonial, majoritariamente de botocudos (Krenak, Aimoré) (PARAÍSO, 2002), que passa desde as primeiras décadas da colonização portuguesa nas Américas por um processo de contato e embate com colonos e missionários.

Esses embates, aliás, vão se estender por séculos na região posto que ainda no século XIX o governo irá estabelecer quartéis e presídios na região do rio Doce como forma de conter os grupos indígenas que assediavam vilarejos e povoados (ESPINDOLA, 2005, 2007), dificultando o adensamento e a expansão colonizadora nessa área. Uma carta localizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, datada de 1861, nos indica a presença tanto dos quartéis nas margens do rio Doce quanto de aldeias indígenas no interior do território (Figura 92).

Figura 92 – Detalhe da carta da província de Minas Gerais 1861 – parte 2.



Na Figura 92 é possível observar a indicação de ao menos três quartéis: Quartel e Porto de Souza, Ilha e Quartel de Natividade e Barra do Cuieté. Nenhum desses quartéis tem sua localização conhecida, e sabemos pouco a respeito do exato perfil e dimensão dessas estruturas e do arsenal artefatual derivado dessas ocupações.

Segundo Haruf Espindola, ao todo, no curso do rio Doce (ao menos em seu trecho navegável), havia ao menos seis quartéis e outros estabelecimentos militares dessa natureza, todos eles ligados à Divisão Militar do Rio Doce (DMRD) criada por D. João VI (ESPINDOLA, 2007). Nesses quartéis, o contingente somado chegaria à casa dos 350 homens.

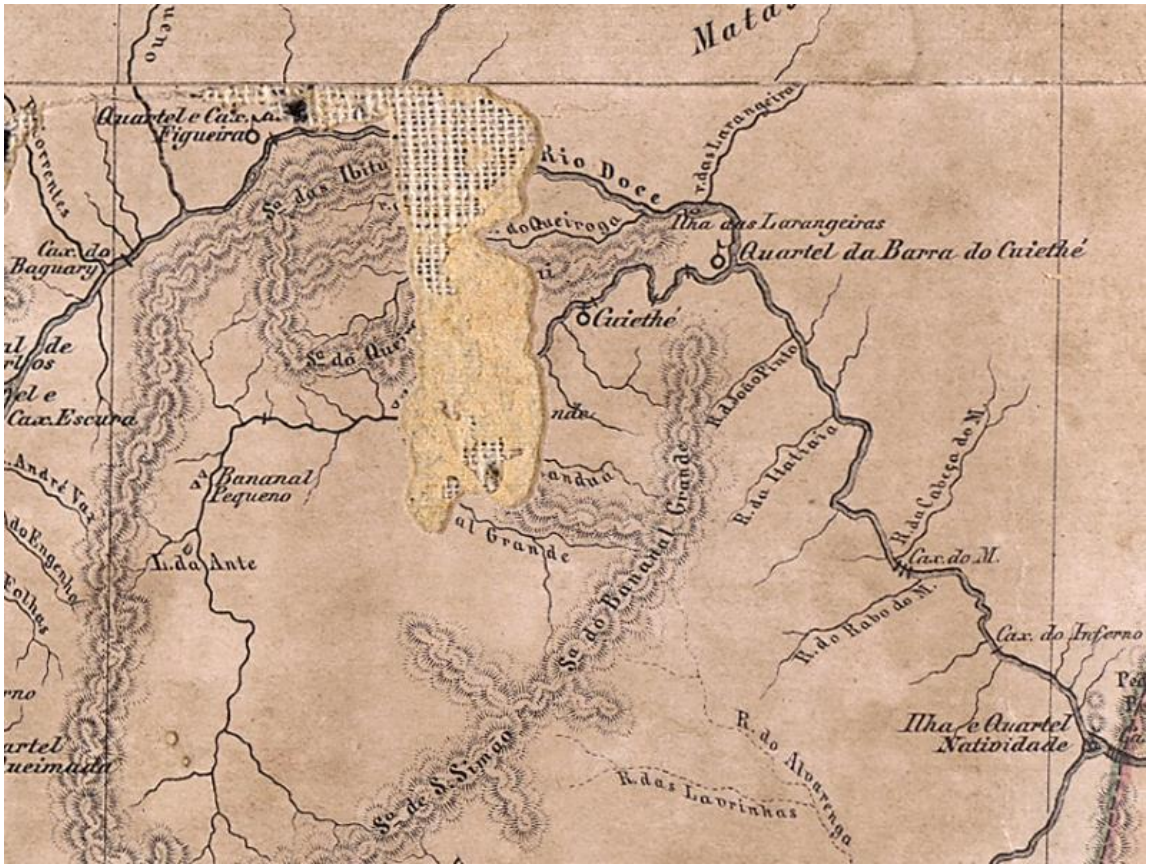
O estabelecimento desses quartéis estaria substancialmente ligado a dois processos: a tentativa de adensar a colonização da calha do rio Doce, a qual fora proibida durante o período áureo da mineração nas Minas Gerais como forma de canalizar e direcionar o escoamento do ouro pela Estrada Real (saindo por Parati e depois Rio de Janeiro) e evitar o contrabando, e, em segundo lugar, fomentar a navegação comercial no rio, permitindo a integração de Minas Gerais aos mercados europeus principalmente.

Da mesma forma, dois grandes obstáculos se interpunham aos planos oficiais: a instabilidade e insegurança regional por conta dos constantes embates com os botocudos e as dificuldades físicas para a navegação de grande monta no rio Doce, partindo de sua desembocadura, palco de ao menos meia dúzia de naufrágios conhecidos e documentados nos oitocentos e inícios do século XX.

Entretanto, é importante destacar que mesmo o fato de Coroa Portuguesa haver dificultado (e no limite, proibido) o desenvolvimento da colonização na Zona da Mata/Médio rio Doce isso não significa que, de fato, a região tenha se mantido como um vazio colonial, como aponta Patrício Carneiro (2008).

Em outro segmento da mesma carta, rio Doce acima, vamos encontrar a referência a outro quartel: Cachoeira da Figueira (Figura 93).

Figura 93 – Detalhe da carta da província de Minas Gerais -1861 (parte 3).



Esses quartéis estão rigorosamente localizados em áreas estratégicas do rio, na barra de rios, ilhas ou cachoeiras. Essas áreas representam não apenas marcos na paisagem, mas desafios para a navegação. Os trechos encachoeirados exigiam que as embarcações fossem retiradas do rio e transportadas por terra para a transposição do obstáculo, o que promovia uma exposição aos ataques indígenas. As barras e embocaduras permitiam, por sua vez, que se adentrasse o território e que fossem realizadas, também, emboscadas pelos povos nativos. Em suma, a localização desses postos de guarda nos indica um cenário de conflito, a existência sistemática de rotas de navegação no rio Doce e um empenho oficial em tornar esse sistema seguro e fomentar a colonização da região (ESPINDOLA, 2007).

O que a documentação referente ao estabelecimento desses quartéis no rio Doce e das tentativas de estabelecer uma rota regular de navegação comercial nos diz é que uma das grandes dificuldades para tal empreitada era a impossibilidade de se estabelecer uma navegação por longo curso, com barcos de maior porte, sobretudo no trecho encachoeirado das “Escadinhas”. A solução por décadas foi a de empregar canoas capazes de carregar até 13

toneladas de mercadorias (embora o comércio na região jamais tenha justificado tal necessidade).

Assim como na antiga rota das Monções (de Araritaguaba, em São Paulo, até Cuiabá, no Mato Grosso) (SILVA, 2007), possivelmente exista um legado material ainda preservado em terra firme ou no meio aquático (técnicas de construção, equipamentos, embarcações, portos, quartéis ou seus vestígios) dessas expedições e rotas de navegação, os quais seria desejável que fossem mais bem estudados e mapeados, principalmente pelo fato de estarem todos eles preferencialmente posicionados junto à calha do rio Doce. No que tange a embarcações naufragadas, se conta com referência aos seguintes sinistros, no período de 1837 a 1950 (Tabela 10).

Tabela 10 – Indicações de sítios de naufrágios na desembocadura do rio Doce.

Nome do Naufrágio[7]	Ano do sinistro	Localização	Estado
Chata de Regência		Linhares (Regência)	ES
Navio de Regência		Linhares (Regência)	ES
Rio Doce	1837	Linhares (Regência)	ES
Vencedora	1876	Linhares (Regência)	ES
Imperial Marinheiro	1887	Linhares (Regência)	ES
Irene	1899	Linhares (Regência)	ES
Plataforma 2	1900	Linhares	ES
Santa Cruz	1905	Linhares (Regência)	ES
São João da Barra	1914	Linhares (Regência)	ES
Tipití	1950	Rio doce	ES

Também é importante notar que a existência das rotas de navegação, bem como as terrestres, implica em um uso objetivo e de ordem material. Ou seja, se existem rotas é porque elas ligam pontos que mantêm relacionamento regular e produtivo, podendo se esperar, portanto, que estruturas de produção (fazendas, moinhos, engenhos, currais etc.) também existam nessas áreas. Esse mapeamento não está claro, nem concluído e compõe parte das perguntas suscitadas a respeito do patrimônio cultural na região (nesse caso de ordem histórica e arqueológica) a serem respondidas com o aprofundamento futuro das pesquisas na região.

Vale lembrar, ainda, que com grande frequência os locais usados para o estabelecimento de vilas, povoados, fazendas, portos, quartéis e outras estruturas militares (como fortes e fortins) são reocupações de áreas ancestralmente ocupadas. A escolha do território e sua ocupação não se dão de forma aleatória, atendendo a critérios claros (empíricos entre os povos tradicionais e, posteriormente, transformados em regras, parâmetros, princípios pelas sociedades letradas) como segurança, salubridade, acessibilidade, disponibilidade de água e outros recursos materiais fundamentais (ARAÚJO, 1998, BUENO, 2012).

O patrimônio cultural nas cabeceiras do rio Doce (Mariana e seu entorno): história, gênese e transformação do patrimônio cultural brasileiro

[7] Quadro síntese a respeito de naufrágios na costa brasileira, Alves, 2008. Datilog.; Alves, 2009.

As políticas de proteção do patrimônio cultural brasileiro tiveram sua estruturação de fato nas décadas de 1930 e 1940 sob a batuta do Ministério da Saúde e Educação, dirigido por Gustavo Capanema (BOMENY, 2001). A criação do SPHAN, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito do ministério de Capanema e durante a primeira passagem de Getúlio Vargas pela presidência da República, determinou um desenho para o entendimento do patrimônio cultural brasileiro, bem como um caminho para sua identificação, entendimento e proteção, balizas e recortes que demandaram décadas para serem criticados e modificados (ainda que em alguma medida se mantenha).

A primeira geração do SPHAN (depois transformado em Departamento, DPHAN, e finalmente em Instituto, o IPHAN) era composta por intelectuais, acadêmicos e técnicos que deixaram uma marca profunda no desenho do patrimônio cultural brasileiro. Figuras como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade deram a primeira feição para as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, bem como para suas ênfases e conjunto de bens.

Parte substancial do grupo que formou o SPHAN e desenhou suas diretrizes e métodos era oriundo ou ligado intimamente ao modernismo e às discussões sobre identidade e nacionalidade brasileiras. Podemos dizer que, no limite, Mário de Andrade levou parte de sua "antropofagia" à política de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Nesse sentido, apesar do apreço de Mário de Andrade e seus colegas às matrizes africanas, indígenas e mesmo aos povos imigrantes, a ideia central de "nacionalidade" e "identidade" para eles passava necessariamente pela hibridação, pela mestiçagem e pela incorporação de outras culturas e povos.

Esse debate, a respeito das características da nacionalidade e da identidade brasileiras, se arrastava desde o século XIX, mas ganhara força nos anos de 1910/1920 sob a égide dos vários modernismos (embora muito se fale do modernismo paulista e da Semana de Arte de 1922 (SEVCENKO, 2003), outros impulsos modernistas se desenvolviam pelo Brasil, alguns até antes, como o modernismo em Pernambuco, do qual faziam parte figuras como Gilberto Freyre e Carlos Pena Filho).

Em paralelo, essa discussão também compunha uma preocupação central na ideologia do governo varguista. Enquanto o século XIX havia sido, nos moldes do Império brasileiro, uma constante marcha para a tentativa do branqueamento da população e da construção de um "império" aos moldes europeus (sentido pouco alterado mesmo com a proclamação da República em 1889) a década de 1930 se desenhava como palco para a construção de uma identidade nacional, com marcos comuns, referências compartilhadas.

Devemos sempre lembrar que até a República Velha o Brasil era um imenso território cuja construção de uma ideia e justificativa para a unidade sempre houvera sido uma tarefa complexa e em constante construção. Além da unidade em torno da família real e de uma herança colonial portuguesa (constituída por um aparato burocrático/governamental, além da religiosidade católica e da língua) pouca coisa unia efetivamente – ou no imaginário do homem comum – regiões e culturas tão distantes quanto à dos gaúchos dos pampas (profundamente hispanizados) e dos caboclos amazônicos (marcadamente indígenas).

Assim, a construção de um ideário nacional, com marcos e registros compartilhados era uma imensa tarefa e obra de engenharia social durante o primeiro governo Vargas. Não é fortuito que também tenha surgido nesse período uma ferramenta de comunicação

extremamente poderosa e capaz de conectar as distantes regiões do país, como Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

De toda forma a construção de uma determinada visão e de um corpo de procedimento e técnicas de proteção do patrimônio cultural brasileiro estava dentro desse movimento maior, o qual dizia respeito à identidade e cultura brasileiras.

Também vale lembrar que um dos grandes debates surgidos a partir desse grande movimento esteve focado na definição de uma singularidade cultural brasileira no lugar de um mosaico de culturas, tema que, aliás, ainda retorna ao nosso debate nacional com significativa frequência.

O fato, que nos interessa diretamente, é que a primeira geração do SPHAN (apesar dos debates intensos e das propostas alternativas) elegeu o período colonial como berço dessas supostas identidade e nacionalidade brasileiras.

Como expressão artística e arquitetônica do colonial brasileiro, o barroco foi indicado como primeiro movimento de expressão tipicamente nacional e as Minas Gerais do período áureo da mineração como baliza espacial para o fenômeno.

Embora outros locais e bens tenham sido contemplados (como o barroco baiano, a arte missioneira no Rio Grande do Sul etc.), nenhuma região recebeu a mesma atenção e interesse do que as Minas Gerais do século XVIII.

Isso, obviamente, criou uma sequência de vieses dos quais as políticas nacionais de proteção do patrimônio cultural ainda tentam se libertar ou superar. Embora Mário de Andrade tenha advogado em nome das expressões populares da cultura (a arquitetura vernacular, os festejos populares, a religiosidade não oficial, os jogos e brincadeiras infantis, os saberes regionais, a alimentação etc.), o que vicejou foi uma política que privilegiou a identificação de bens de caráter monumental, ligados à Igreja ou ao Estado (templos, capelas, palácios, fortalezas, casas de câmara e cadeia etc.), associados a vultos históricos (casa de determinado personagem, palácio de outra, capela pintada por esse ou aquele artista, escultura desse ou daquele mestre).

Também se elegeu um conjunto de bens que, na época, era tido como expressão de uma sociedade embrionária da nação brasileira, com traços de várias matrizes, mas essencialmente branca, cristã, oficial, urbana. Para isso, colaboraram inúmeros historiadores que defendiam desde o final do século XIX que fora nas Minas Gerais que o Brasil começara a se desenhar distante da dicotomia senhor/escravo do Nordeste açucareiro, índio/bandeirante de São Paulo, da cultura muito influenciada pelos castelhanos do extremo Sul ou muito indígena da Amazônia e do Centro-Oeste. Também na visão dessa geração de historiadores fora nas Minas Gerais que se desenhara o primeiro impulso para a independência da colônia, tese que somente em tempos recentes foi revista (FURTADO, 2002).

Nesse aspecto, as políticas e diretrizes de proteção ao patrimônio cultural brasileiro refletiram em grande medida o pensamento historiográfico. A escrita da história, por sua vez, sempre é desenhada por visões específicas, ideologias, limitações e tendências de época. Apesar de todo esforço em busca de uma objetividade é necessário, constantemente, se questionar a respeito do local de produção do conhecimento histórico. Por conta disso privilegiou-se uma cronologia para as Minas Gerais que começa essencialmente no final do século XVIII, com a descoberta das primeiras minas de ouro, e adentra pelo século XVIII com o surgimento das primeiras vilas e cidades (entre elas Mariana, a primeira sede da capitania),

a separação da capitania das Minas da de São Paulo, o apogeu da mineração e a construção de um intenso ambiente urbano (do qual são testemunhos os bens culturais protegidos pela esfera federal e localizados, sobretudo, na região central de Mariana). O discurso a respeito dessa "época de ouro" de Minas Gerais foi construído em grande medida após a proclamação da República, em 1889, e em detração da antiga monarquia (a qual teria sido imensamente privilegiada pela exploração do ouro e teria sufocado as tendências urbanizadoras, libertárias e independentistas da região).

Por fim, privilegiou-se uma ideia de "pureza", sobretudo, quando aplicada à arquitetura. Critério para o reconhecimento de um bem e seu respectivo tombamento era a sua capacidade de expressar "as características fundamentais" de uma estética ou escola. Com isso, todo bem que tivesse sido constantemente reinterpretado, transformado pelo uso cotidiano estava quase que automaticamente excluído da perspectiva de proteção. Pesou, é claro, também a possibilidade de se imobilizar bens cujas possibilidades de alteração essencial do uso eram remotas (como igrejas, palácios e estruturas militares).

Todas essas características influenciaram para que a região da mineração nas Minas Gerais (Ouro Preto, Mariana, Vila Rica, Sabará, Diamantina etc.) estivesse no centro das atenções e que o primeiro impulso protecionista, materializado pela sequência de tombamentos em esfera federal, tenha mirado em bens como as igrejas, capelas, obras de arte, palácios, casas de câmara e cadeia da região. É essencialmente esse o conjunto de correntes que culminou na constituição dos bens protegidos pela União e que ora estão nas áreas que viriam a serem afetadas pelo desastre decorrente do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais (Matriz de Nossa Senhora das Mercês, Palácio do Bispo no centro histórico da cidade de Mariana ou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Camargos).

Note-se, por meio dos levantamentos ora realizados, que o conjunto de bens protegidos em esfera federal, aproximadamente três dezenas, quase todo ele pertence à mesma morfologia, ao mesmo processo histórico, à mesma região, às mesmas matrizes. Todos, também, protegidos no mesmo período e trajetória do SPHAN (e suas denominações substitutivas). Em alguns desses bens ocorreram pesquisas arqueológicas relacionadas a processos de conservação e valorização dessas edificações (como as pesquisas realizadas na área envoltória ao Palácio do Bispo, em Mariana).

Com isso, entretanto, criou-se uma tendência que somente após a redemocratização do país e a incorporação dos debates no âmbito da UNESCO a respeito da representação das culturas e da multiplicidade do patrimônio cultural (sobre o que esboçamos uma primeira aproximação anteriormente) passou a ser criticada e revista pelos órgãos brasileiros de proteção ao patrimônio cultural.

O patrimônio cultural em Minas Gerais "depois do ouro"

Outra tendência da historiografia brasileira do final do século XIX e começo do XX que acabou por influenciar o desenho do patrimônio cultural é a tese da "decadência do ouro" (BOXER, 2000; MAXWELL, 2010). Por longo tempo, a história das Minas Gerais foi tratada dentro de uma chave de compreensão na qual a região haveria passado por três momentos distintos: a descoberta das minas no final do século XVII, o estabelecimento das vilas e o apogeu da mineração entre o começo do século XVIII e seus meados, por fim a decadência da

mineração e a crise no final do século XVIII (movimento que teria culminado com a denominada "Inconfidência").

Nesta matriz historiográfica, o século XIX nas Minas Gerais praticamente desaparece diante de um novo protagonismo do Rio Janeiro durante o Império. Perguntas deixaram de ser feitas ou foram respondidas inadequadamente: o que aconteceu com as Minas Gerais com o início do declínio da mineração? A mineração declinou ou simplesmente desapareceu? Como se reorganizou social e economicamente a região? O perfil das cidades e de suas populações se manteve?

Hoje, já distanciados da ideia de uma interrupção abrupta e definitiva da mineração, o desenho do século XIX nas Minas Gerais se apresenta de modo mais concreto e claro.

Mesmo antes do declínio da mineração, um vasto sistema de produção regional já se havia estabelecido. As atividades agrícolas haviam se desenvolvido substancialmente e garantira durante décadas todo o abastecimento das Minas Gerais e outras regiões circunvizinhas (FURTADO, 1999; SOUZA, 2004). Outro aspecto relevante é que o ambiente agrícola passou a ter maior influência na economia e na política regional, o que não era exceção no território colonial e, depois, durante o Império. Nesse sentido, a não ser durante um curtíssimo espaço de tempo no início do estabelecimento das minas, o urbano e o rural se desenvolveram simultaneamente e de forma interdependente.

Esse desenvolvimento do universo rural em Minas Gerais, inclusive, gerou a rede de unidades produtivas (fazendas, sítios, chácaras) que suportou a criação de um conjunto de referências gastronômicas que ainda hoje é a base da alimentação regional (milho, feijão, mandioca, aguardente, leite e seus inúmeros derivados, açúcar e suas variações, como a rapadura e o melado de cana, pequenos animais e uma extensa variedade de hortaliças). Tal alimentação – seus pratos tradicionais, a doçaria, os produtos típicos como os queijos e as aguardentes – se tornou igualmente uma referência cultural inconteste de Minas Gerais e parte de seu patrimônio. Essas unidades produtivas e seus equipamentos (não somente as fazendas, mas os monjolos, engenhos e engenhocas, moinhos, tulhas) aparecem constantemente nos inventários municipais de patrimônio cultural como referências fundamentais para a história local. Diferentemente da política do IPHAN, que, como vimos, privilegiou o monumental e oficial, os municípios da região estudada no âmbito deste projeto deram grande relevância à expressão material desse passado (e em alguns lugares presente também) rural e da produção local.

Parte significativa das fazendas (e suas construções) inventariadas pelos municípios em Minas Gerais são marcos do processo de ocupação do território, transformação da paisagem e, mesmo, do surgimento de muitas cidades. Localmente, tais bens culturais têm maior destaque e relevância do que outros itens, inclusive com proteção legal federal. Nesses casos, esse universo rural, associado à formação das vilas e cidades, é mais próximo e significante para as histórias e populações locais. São mais próximos, suas histórias e trajetórias são conhecidas, seus caminhos se cruzam com o das comunidades.

Entretanto, é importante destacar que os inventários municipais na grande maioria das vezes identificam e inventariam, primordialmente, as casas-sede de fazendas, deixando de fora estruturas tão relevantes quanto, pertencentes ao mesmo universo material e temporal, tais como estruturas produtivas, currais, galpões etc. Nessa perspectiva, é recomendável que, para as fazendas localizadas próximo às áreas afetadas posteriormente pelo desastre, sejam observados esses aspectos, com complementações e verificações *in loco*,

de modo a garantir a identificação do patrimônio cultural associado a esse universo rural, muitas vezes tangenciado ou eclipsado.

A própria mineração também não declinou da noite para o dia, nem desapareceu absolutamente. Deixou sim de ser uma atividade de grande vigor, a ponto de ser capaz de sustentar parte substancial de Portugal (depois do Império do Brasil). Vale lembrar que, no século XIX, com a crescente presença de empresas e investidores estrangeiros (sobretudo ingleses) no Brasil após a transferência da família real ao Brasil, as Minas Gerais passaram por uma nova fase da mineração de ouro impulsionada pela presença de grandes investidores e da aplicação de técnicas mais modernas de extração e refino. A própria região de Mariana passou por esse processo, do qual ainda existem estruturas importantes relacionadas às atividades minerárias (ruínas de edificações, tanques, aquedutos, canais, áreas de deposição de material estéril e assim por diante), evidenciados, principalmente, por projetos de arqueologia preventiva, dedicadas ao licenciamento de empreendimentos minerários industriais. Também é relevante destacar a presença de outras modalidades de mineração para além do ouro, como a do minério de ferro (a partir do século XIX com maior relevância), a qual – aliás – deu origem a todo um novo movimento histórico-cultural no vale do rio Doce, conhecido como "Vale do Aço".

Contudo, é desse processo de ampliação das atividades agrícolas e pecuárias que surge o segundo grande grupo de bens culturais identificados na região envolvida pelo desastre de Fundão/Mariana. São pequenas capelas rurais, vilarejos, fazendas, currais, vendas, estruturas urbanas associadas a pequenos comerciantes. A própria igreja de Nossa Senhora das Mercês, preservada parcialmente dos impactos advindos do desastre, em Bento Rodrigues, é uma edificação de meados do século XIX e não mais associada à primeira fase da mineração na região e ao estabelecimento dos primeiros arraiais e vilas.

Essas estruturas foram em grande medida desconsideradas no passado pelos órgãos nacionais de proteção do patrimônio por não se enquadrarem nos critérios de bens de "interesse nacional" ou por não guardarem características consideradas "autênticas" ou "integras" de um determinado período, estética ou estilo. De fato, quando operamos a identificação e proteção do patrimônio cultural a partir dos quadros oferecidos pela historiografia clássica, tais bens, associados à vida cotidiana e aos grupos de anônimos ou entendidos como subalternos da sociedade, não encontraram espaço, o que em diversos casos, passou a constituir objeto da arqueologia.

Contudo, tais bens são fundamentais para a compreensão não só da história e da cultura desses grupos de cidadãos comuns (os quais Laura de Melo e Souza chamou de "desclassificados" por não serem vislumbrados nas classificações tradicionais), do cotidiano, mas, sobretudo, das histórias locais e regionais, dos processos de ocupação, transformação econômica e social, das relações culturais em microescala.

Em documento citado por Guimarães (2010, p. 4), a respeito da região de Itabirito (MG), podemos observar a relação material entre as áreas de mineração e todo o universo envoltório:

> huma Fazenda com lavras, seos capoens com campos de criar, cazas de vivenda, senzalas, capela, huma caza grande de pedra que serve de venda, todas cobertas de telha com suas agoas respetivas que parte de hum lado

> com terras do falecido Domingos Pereira e com terras do Reverendo Padre Merciano de Almeida Sande, e com terras do gambá [...].[8]

Por isso, quando nos voltamos à escala municipal (e mesmo considerando os incentivos legais existentes para a identificação e proteção dos bens pelas políticas estaduais em Minas Gerais), as referências e os bens culturais se multiplicam saltando das duas dezenas de bens protegidos em nível federal para mais de 4.000 referências em nível municipal (Anexo 3) (Figura 94).

Esses bens nos falam sobre o surgimento das vilas e povoamentos na região (igrejas matrizes e antigas sedes de prefeituras), sobre o cotidiano e a vida religiosa (casario, capelas, escolas, hospitais), sobre as atividades produtivas e sobre a economia (antigos hotéis, vendas, acervos relacionados ao universo do trabalho). Muitos desses bens estão implantados em áreas rurais, diferentemente da ênfase no urbano que marcou as políticas nacionais de proteção ao patrimônio cultural aplicadas entre a formação do SPHAN e a década de 1970.

A grande maioria desses bens, protegidos em âmbito municipal, pertence ao século XIX tardio e às primeiras décadas do século XX, período de formação dos entes municipais propriamente ditos.

Como recorrentemente ocorre, as políticas de proteção possuem visões e encaminhamentos políticos e ideológicos. Portanto, o fato de os municípios terem garantido proteção aos bens relacionados às suas histórias e formações revela, novamente, essa ligação com certa narrativa fundamentada na ideia de "origens". Isso significa que, talvez, outros bens (talvez mais antigos ou menos perceptíveis a olho nu) tenham sido esquecidos ou negligenciados.

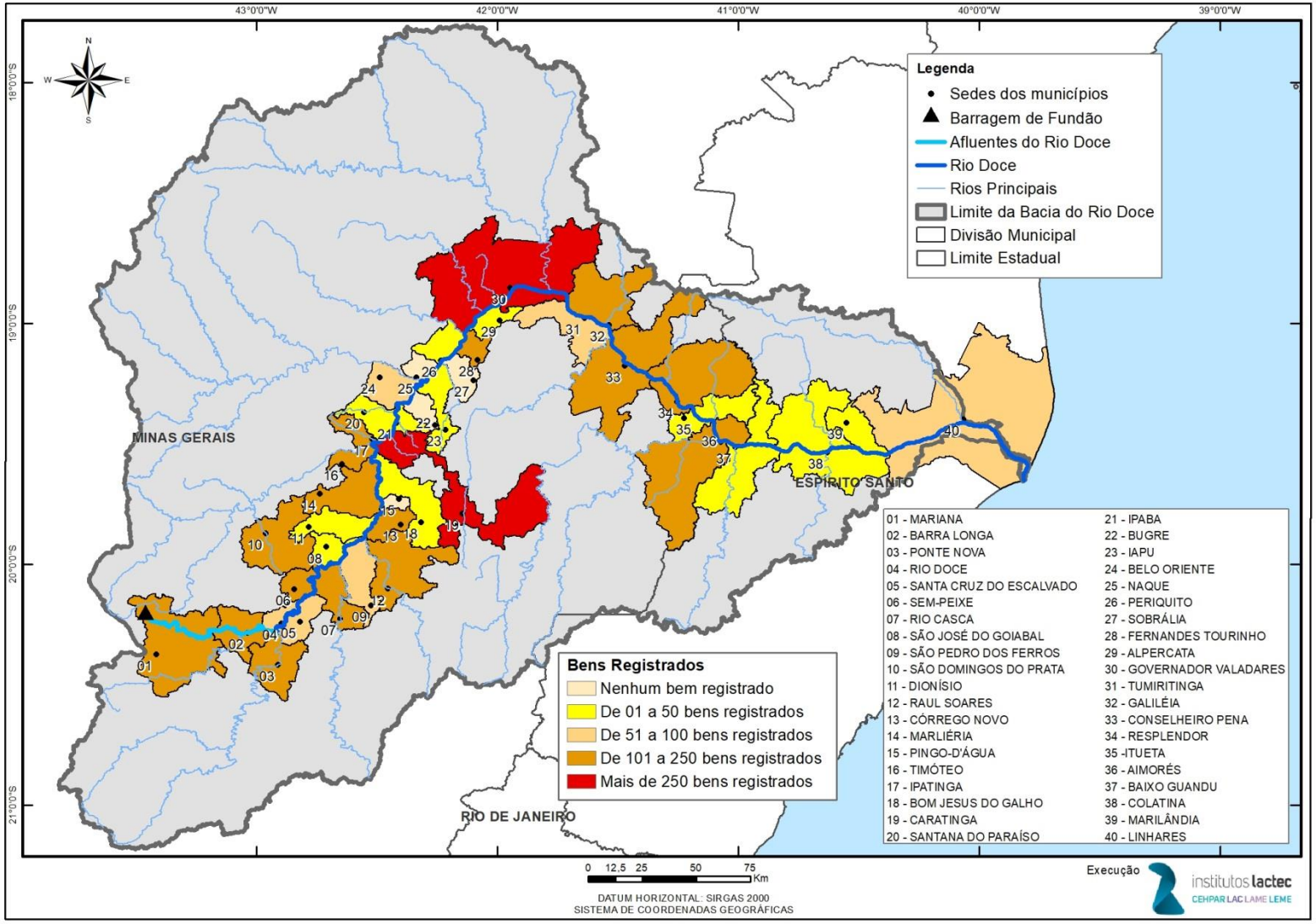
É importante também destacar que é na esfera municipal que os marcos decorrentes das relações culturais entre povos e grupos distintos vão encontrar respaldo e proteção. Enquanto não há praticamente nenhum registro de bem intangível em esfera federal na área alvo de estudo, quando nos debruçamos sobre os inventários e referências municipais, eles se multiplicam significativamente.

São festejos populares (Folias de Rei, Moçambiques, festas religiosas, procissões), saberes (conhecimento medicinal tradicional, produção de alimentos), grupos musicais ou religiosos. Nessas manifestações, podemos vislumbrar uma face mais humanizada do patrimônio, menos idealizada, e, de fato, herdeira da história de formação das comunidades locais, com grande influência das tradicionais religiosas populares, da população de origem africana.

Esse conjunto de bens, por conta de sua plasticidade e mobilidade, são aquelas que oferecem maior dificuldade quando se fala de riscos, danos e acompanhamento de suas transformações.

[8] Auto de Seqüestro. 1822. Códice 342, Auto 7156, 1º Ofício. Arquivo Histórico da Casa do Pilar do Museu da Inconfidência / AHCPMI (Ouro Preto/MG).

Figura 94 – Patrimônio cultural por município.



Além das tentativas desenvolvidas em grande medida entre a última década do século XVIII e meados do XIX para desenvolver a ocupação do vale do rio Doce e a navegação comercial na região (PARAÍSO, 2002; ESPINDOLA, 2007; MARINATO, 2007), o século XIX foi marcado por uma intensa busca de unificação do território nacional por uma rede de ferrovias, símbolos do progresso no período e uma das grandes apostas do governo imperial junto com o investimento em navegação comercial (MARSON, 1987).

Até o desmonte da rede ferroviária brasileira, realizado majoritariamente durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), os caminhos de ferro constituíram verdadeiros símbolos e formadores de identidades regionais por quase todo o território brasileiro. Algumas das ferrovias construídas no período (como a Pedro II, a São Paulo Railway, a Bahia a Minas, a Vitória a Minas, a Sorocabana, a Mogiana, a Leopoldina Railway, a Madeira Mamoré, e a Noroeste do Brasil/EFNOB) se tornaram marcos regionais e parte fundamental das culturas e imaginário das populações a elas ligadas.

Assim, como as tentativas em estabelecer rotas de navegação comercial, a construção dessa rede de ferrovias, embora possuísse diversas dificuldades (como a sustentação da Madeira-Mamoré) ou limitações (pela ausência do estabelecimento de um sistema de bitola única ou universal), tinham como grande objetivo unificar o território e interligar as regiões mais distantes da marinha aos mercados potenciais do exterior. Seja para escoar o café (como a São Paulo Railway, a Leopoldina, a Sorocabana e a Mogiana), seja para escoar o látex vegetal (a Madeira-Mamoré) ou, posteriormente, o minério de ferro (como a Vitória a Minas), as estradas de ferro também serviram como ferramenta de interligação de cidades, adensamento da colonização e, mesmo, ocupação do território, pressionando povos indígenas (como ocorreu no caso da Madeira-Mamoré na Amazônia e de Vitória a Minas no vale do rio Doce).

Muitas localidades se desenvolveram em função da ampliação e multiplicação da rede de ferrovias pelo território brasileiro, o que demonstra sua importância para a história, memória e patrimônio cultural.

No caso específico do rio Doce, a implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas claramente substituiu as tentativas de estabelecimento de uma rota de navegação comercial regular interligando o interior de Minas Gerais ao litoral. Da mesma forma, a ferrovia substituiu a política de estabelecimento de unidades militares (presídios, quartéis e destacamentos) como forma de pressão sobre os botocudos e, mais especificamente, sobre os Krenak do rio Doce (PARAÍSO, 2002). Enquanto as tentativas de estabelecer uma rota de navegação comercial regular no rio Doce ocuparam a primeira metade do século XIX, a Estrada de Ferro Vitória a Minas tomou esse espaço e demanda a partir do final do século.

Tanto a Estrada de Ferro Vitória a Minas quanto a Estrada de Ferro Leopoldina (ou Leopoldina Railway) possuem inúmeras estações ferroviárias remanescentes nos municípios afetados pelo desastre decorrente do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Além das estações ferroviárias, muitas delas protegidas pelos órgãos e legislações de proteção ao patrimônio cultural, existe todo um universo material relacionado às ferrovias: ferramentas, locomotivas e vagões, galpões, maquinário, vilas ferroviárias e escritórios administrativos, pontes e pontilhões apenas parcialmente identificado e/ou protegido

(apontados no Anexo 3). Esse conjunto de bens culturais relacionados ao universo ferroviário abarca dezenas de itens distribuídos pelos municípios da área afetada, indicado na **Figura 95**.

De outro lado, não se pode negligenciar existir toda uma memória pertencente aos antigos usuários e funcionários dessas ferrovias que precisa ser igualmente resguardada, posto que é componente fundamental do imaginário brasileiro sobre as últimas décadas do século XIX até meados do XX.

Resta lembrar que, por conta das necessidades técnicas dos caminhos de ferro, estes foram, via de regra, implantados em fundos de vales. Até o desenvolvimento das locomotivas movidas a diesel ou energia elétrica, os motores eram impulsionados pelo vapor, o que implicava em uma matriz energética cara e muita das vezes escassa. Por conta disso, era (e é) pratica comum nas estradas de ferro buscar os terrenos de topografia suave, o que nos impulsiona rumo às margens (vales enxutos ou terraços) de rios.

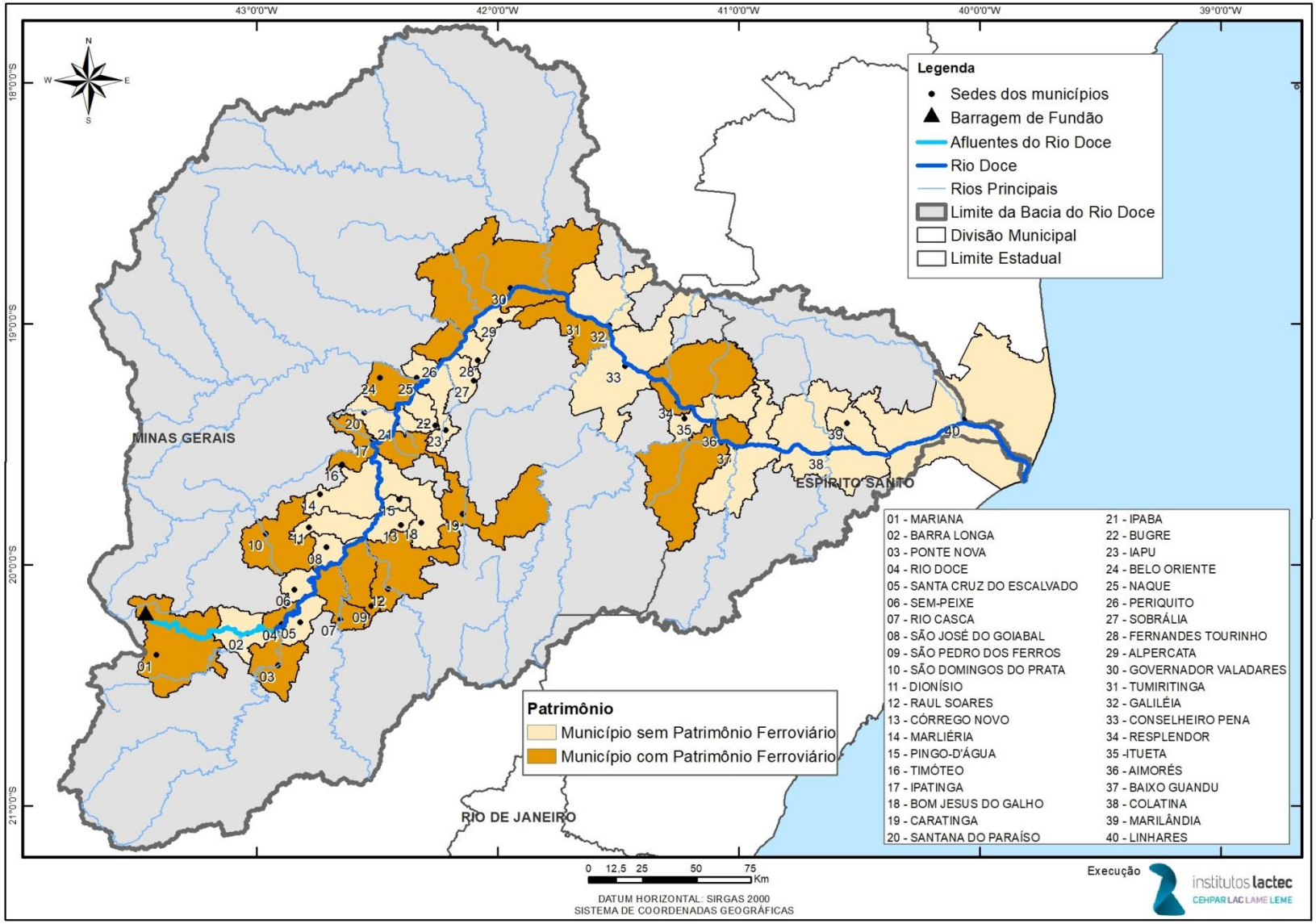
O traçado da Estrada de Ferro Vitória a Minas segue o rio Doce em parte substancial de seu curso. Apesar de seus primeiros trechos terem sido inaugurados no final do século XIX e primeiros anos do XX, é possível observar no mapa dos caminhos de ferro editado em 1892 (ver Anexo 4), o traçado da estrada de ferro e a preocupação em estabelecer a conectividade com outras modalidades de transporte, sobretudo com o rio. Com isso, se reafirma a preocupação do Império, e dos primeiros anos da República, em estabelecer redes de comunicação com o objetivo de potencializar o desenvolvimento das regiões interioranas do território brasileiro.

Na região Mariana, distante da Estrada de Ferro Vitória a Minas, encontramos outro caminho ferroviário fundamental e seus ramais: a Estrada de Ferro Leopoldina. Esse caminho esteve profundamente associado ao estabelecimento de uma cultura agrícola importante – sobretudo, a do café – artigo fundamental das exportações brasileiras na segunda metade do século XIX e começo do XX.

A importância desse conjunto de bens culturais é perceptível pelo fato de o IPHAN em Minas Gerais ter desenvolvido amplo mapeamento do patrimônio ferroviário no estado e pelo IEPHA, em seu modelo de inventário cultural (executado pelos municípios mineiros), evidenciar, inclusive, campos para que seja comprovada aspectos em torno da inserção da cidade em determinado ramal ferroviário. Tal informação é importante para o órgão, pois o patrimônio ferroviário, por estar ligado a redes, é tratado como um conjunto e possui programa específico para sua identificação e proteção.

Seja por estarem nas áreas de impacto imediato (como no caso da Estrada de Ferro Leopoldina) ou por estarem diretamente associados ao curso do rio Doce (como no caso da Estrada de Ferro Vitória a Minas), o patrimônio ferroviário irá requerer atenção nas análises futuras para que seja possível se valorar possíveis danos e riscos decorrentes do desastre.

Figura 95 – Patrimônio ferroviário por município.



O surgimento do "Vale do Aço"

Na sucessão de movimentos econômicos associados à mineração em Minas Gerais, o final do século XIX e a primeira metade do XX foram fortemente marcados pela ascensão da mineração do ferro e, posteriormente, o desenvolvimento da indústria siderúrgica.

O desenvolvimento dessa indústria foi tão intenso que a região do médio rio Doce ganhou o título de "Vale do Aço", graças à presença concentrada de grandes empresas do setor de mineração e siderurgia.

Parte desse movimento esteve intimamente associado ao desenvolvimento de uma malha ferroviária eficiente que possibilitou o escoamento de matéria-prima, do aço e, igualmente, de pessoas e maquinários. A Estrada de Ferro Vitória a Minas, surgida na virada do século XIX para o XX foi, de fato, uma das grandes protagonistas desse processo.

Em 1936 a companhia Belgo-Mineira construiu uma planta siderúrgica na cidade de Coronel Fabriciano e, na década seguinte, foi a vez da Acesita se instalar em Timóteo (QUECINI, 2007). Ambas as companhias, somadas à presença da EFVM, responderam por parte significativa do desenvolvimento urbano da região, bem como o crescimento demográfico e o surgimento de novos entes municipais. Nas décadas seguintes surgiram na região a Usiminas e a Cenibra.

Paralelamente, o surgimento e o impressionante crescimento da Companhia Vale do Rio Doce – fundada durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1942 a partir da junção de antigas empresas mineradoras atuantes em Minas Gerais – ofereceu oferta de minério de ferro suficiente para suportar o desenvolvimento do Vale do Aço.

O conjunto dessas cidades – Belo Oriente, Ipatinga, Timóteo, Caratinga, Bom Jesus do Galho etc. – representa um capítulo novo na longa história da mineração nas Minas Gerais, mas, também, um movimento singular, essencialmente urbano e industrial. Enquanto a relação entre o rural e o urbano durante o período da mineração de ouro (do século XVII ao XIX) se davam de modo simbiótico e interdependente, o surgimento do Vale do Aço representou o estabelecimento de um ambiente urbano-industrial completamente novo e pleno de particularidades. Vale lembrar que a própria conurbação – que justificou, inclusive, o reconhecimento oficial de uma região metropolitana do Vale do Aço – é um fenômeno novo na bacia do rio Doce.

Fundamentado, conforme mencionado, no reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro em pilares associados à oficialidade, à monumentalidade e à fé católica, o conjunto de referências históricas e culturais do Vale do Aço demorou a ser compreendido, identificado e protegido.

Somente com o surgimento da política estadual de patrimônio de Minas Gerais de incentivo à proteção do patrimônio cultural (através de ferramentas como o ICMS Cultural e o fomento ao desenvolvimento de inventários municipais de patrimônio) é que os bens associados a esse capítulo da história mineira começaram a ser identificados.

Para as cidades do Vale do Aço, as identidades locais estão profundamente associadas a esse universo industrial, siderúrgico, ferroviário, urbano (ainda que, por herança de antigos processos, também haja nesses municípios bens ligados ou oriundos de um passado rural). A impressão de que – no campo da arquitetura – somente o barroco, o colonial ou o rural mereciam atenção, levou a uma percepção por longo tempo de uma suposta "ausência" do

patrimônio cultural no Vale do Aço. Ao menos a percepção de que se tratava de um cenário secundário diante de outros processos e momentos histórico-culturais de Minas Gerais.

Entretanto, o quadro tem se alterado de modo significativo desde o início dos anos de 2000. Os IPACs produzidos pelas cidades do Vale do Aço agora demonstram de modo intenso e vigoroso a presença de referências associadas a essa história recente, ao urbano, à indústria siderúrgica. Em cidades como Governador Valadares e Timóteo bens relacionados à história de formação do Vale do Aço e ao Quadrilátero Ferrífero representam mais de 90% do total de referências reunidas.

Além de edifícios industriais encontramos um volume significativo de residências de operários, implantadas em áreas urbanas, formando conjuntos e vila de morfologia semelhante e profundamente influenciadas pelo *art déco*. Nota-se, também, a mudança dos materiais construtivos, com o abandono da pedra, da madeira e da taipa em favor do cimento armado, do aço, do concreto, de telhas industrializadas, do emprego das lajes.

Também ganhou atenção o conjunto ferroviário (como vimos), mas, de modo igualmente significativo, os marcos urbanos associados às memórias e sociabilidade de camadas das populações urbanas e fabris como clubes, campos de futebol, praças, praias ribeirinhas, escolas, academias de dança. Em suma, locais e instâncias que recobram a formação dessas sociedades e a construção de suas sociabilidades (bem como das instâncias de representação social dos grupos – trabalhadores, mulheres, estudantes – e classes sociais).

Contudo, por novo que é, esse conjunto de bens culturais precisa ser mais bem compreendido e estudado em sua totalidade, para além dos inventários (marcados pelo registro individual e singular de cada bem).

5.3.4.2 Quadro síntese a respeito do patrimônio cultural nos municípios de interesse

Os levantamentos realizados a respeito dos quarenta municípios abarcados pelo estudo conduziram à identificação de 4.153 bens e referências culturais, sendo apresentada no Anexo 3 a relação completa, ordenada por municípios.

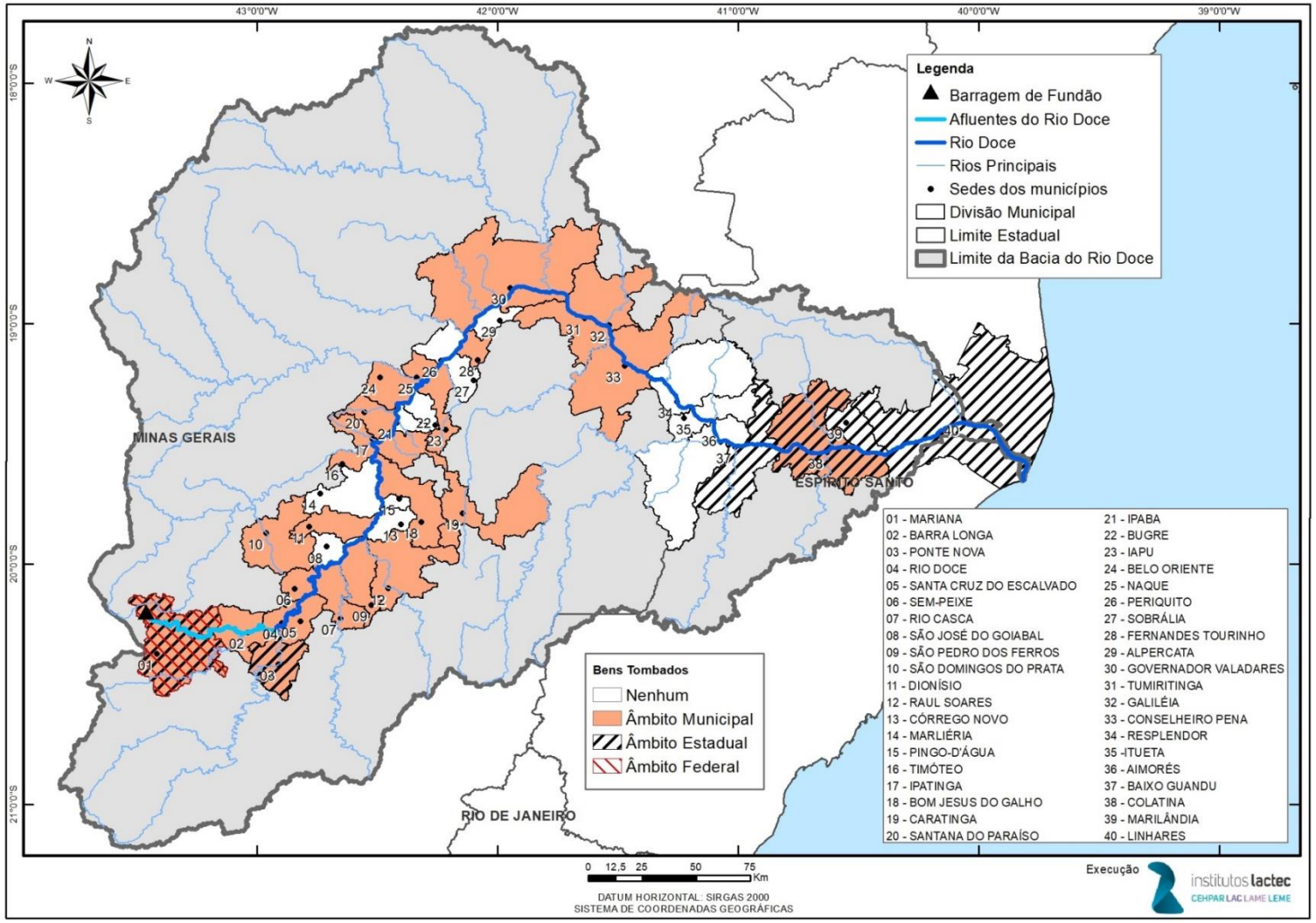
A sua vez, esse conjunto expressivo de bens foi classificado de acordo com sua morfologia nas seguintes categorias (Tabela 11):

Tabela 11 – Totais de bens e referências culturais por categoria.

Categorias	Totais
Celebrações	129
Arqueológico/Histórico	9
Coleções arqueológicas	3
Arquivos	96
Ofícios e modos de fazer	65
Formas de expressão	52
Bens móveis	666
Patrimônio ferroviário	40
Lugares	528
Pessoas de referência	47
Edificações	2520

Cabe ressaltar que alguns bens foram enquadrados em diversas categorias simultaneamente, o que pode gerar pequenas divergências nos totais ora apresentados, sem que isso, no entanto, altere o quadro geral ou comprometa a linha-base ora delineada. Da mesma forma, alguns bens contam com tombamento em mais de uma instância, contando-se com 25 bens em âmbito federal, 29 bens em âmbito estadual e 152 bens em âmbito municipal (Figura 96).

Figura 96 – Bens tombados em âmbito federal, estadual e municipal.



A partir desses dados, passemos a algumas considerações a respeito.

A primeira delas diz respeito ao processo de identificação dos bens. Foram consultados os livros de tombo do IPHAN (nível federal), as Secretarias Estaduais de Cultura e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e os planos de inventário e os inventários (IPACs) dos municípios localizados em Minas Gerais e enviados ao IEPHA para pontuação no programa estadual de incentivo à proteção dos bens culturais, com frequências e atualizações distintas entre 1996 e 2015 (período consultado), conforme indicado na Tabela 12, a seguir.

Tabela 12 – Inventários e planos de inventários consultados por município.

Municípios	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Aimorés																X	X	X		
Alpercata												X					X			
Barra Longa										X										X
Belo Oriente									X									X		
Bom Jesus do Galho																		X		
Caratinga					X				X	X			X	X		X				X
Conselheiro Pena						X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		
Córrego Novo															X	X	X		X	X
Dionísio														X		X				
Fernandes Tourinho							X		X	X			X	X	X	X	X	X	X	X
Galileia									X	X			X	X	X	X		X		X
Governador Valadares									X					X			X			X
Iapú											X	X	X	X	X		X	X		
Ipaba											X									
Ipatinga	X				X			X	X	X	X	X	X	X		X				X
Itueta												X								
Mariana									X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Marliéria																X	X	X		X
Periquito										X		X	X							
Ponte Nova												X	X	X	X	X	X	X	X	X
Raul Soares									X					X		X	X		X	X
Resplendor													X			X		X		X
Rio Doce											X		X		X	X		X	X	X
Santa Cruz do Escalvado									X			X		X		X	X	X	X	X
Santana do Paraíso										X		X	X	X	X	X	X	X		
São Domingos do Prata															X	X	X	X	X	X
São José do Goiabal												X		X	X	X	X	X		
São Pedro dos Ferros									X			X	X	X	X					
Sem-Peixe									X		X			X	X	X	X	X	X	
Sobrália											X									
Timóteo									X			X	X	X	X					
Tumiritinga									X		X			X	X	X	X	X	X	

Da mesma forma, cabe evidenciar que a documentação referente aos anos de 2016 e 2017 ainda se encontra em avaliação pela Direção do IEPHA, não estando disponível para consulta. Contudo, não interferem na construção da linha-base, que estabelece como linha de corte o ano de 2015.

Ressalva-se que no Espírito Santo não se conta com legislação e política pública similar, sendo os dados provenientes de consulta aos órgãos estaduais responsáveis pelo patrimônio cultural.

Cabe esclarecer que o processo de identificação, inventário e proteção do patrimônio cultural nos municípios mineiros tem seu início, perante o IEPHA, com a apresentação de um "plano de inventário" no qual se especificam as etapas e a progressão da identificação e estudo dos bens. Nos anos subsequentes, esses planos se desdobram em inventários realizados em etapas definidas segundo a estratégia original proposta. Por isso a documentação dos inventários do patrimônio cultural dos municípios mineiros envolve vários volumes por cidade, produzidos em anos distintos e, às vezes, descontinuados.

De qualquer modo, esse processo, de continuo reconhecimento e compreensão do patrimônio cultural nos municípios, fez com que o computo geral atingisse cifras consideráveis, sobretudo, se comparada com o número de bens protegidos em âmbito federal. Assim, torna-se perceptível a partir desses números o sucesso da política estadual de Minas Gerais, o que propiciou que o patrimônio cultural de importância local ou regional fosse devidamente percebido e em significativo progresso de proteção, preenchendo lacunas derivadas das ações desencadeadas em âmbito federal.

Os filtros estabelecidos pelo IPHAN desde seus primeiros anos, mesmo com as seguidas revisões, acabaram por privilegiar os bens considerados de "importância nacional" e associados a uma categoria histórica de fundo (e bastante controversa) que versa sobre "processos históricos nacionais" ou de "formação da nação brasileira". O resultado dessa política foi a ênfase da proteção nos bens de origem eclesiástica (igrejas, capelas, catedrais, basílicas, mosteiros e conventos), de origem oficial ou da administração do Estado (casas de câmara e cadeia, palácios), de origem militar (quartéis, fortes e fortins), urbanos (centros urbanos e edificações em áreas urbanas), ligados às elites (grandes complexos rurais, sedes de fazendas históricas, casas de personagens históricos), a arte chancelada pelas universidades e academias (o barroco, o neoclássico, o academicismo). De outro lado, as políticas federais recorrentemente acabaram por esquivar-se da arquitetura rural de caráter popular ou vernacular (casario de pequenos vilarejos, bairros rurais), as estruturas produtivas (moinhos, engenhos, engenhocas, tulhas, currais etc.), ao mundo industrial (fábricas, galpões), aos locais de culto de outras religiões (terreiros, templos, santuários, locais de culto ou sagrados etc.).

É fato que mais recentemente o IPHAN buscou ampliar suas referências e diminuir esse descompasso entre a diversidade histórica e cultural das várias regiões brasileiras e o ideário de uma "história e cultura" nacionais (sempre no singular). Contudo, tal processo ainda não consegue atender completamente às demandas em âmbito regional e local.

Dessa forma foi nos planos de inventário e nos inventários municipais que encontramos uma enorme diversidade de bens ligados a diferentes processos históricos e culturais (o universo rural, a mineração de pequena monta, o estabelecimento das linhas férreas, a implantação da indústria siderúrgica e o surgimento do Vale do Aço, o adensamento

populacional e o surgimento de novos núcleos urbanos, as manifestações locais, os saberes regionais).

5.3.4.3 Os bens arqueológicos ou arqueológicos históricos

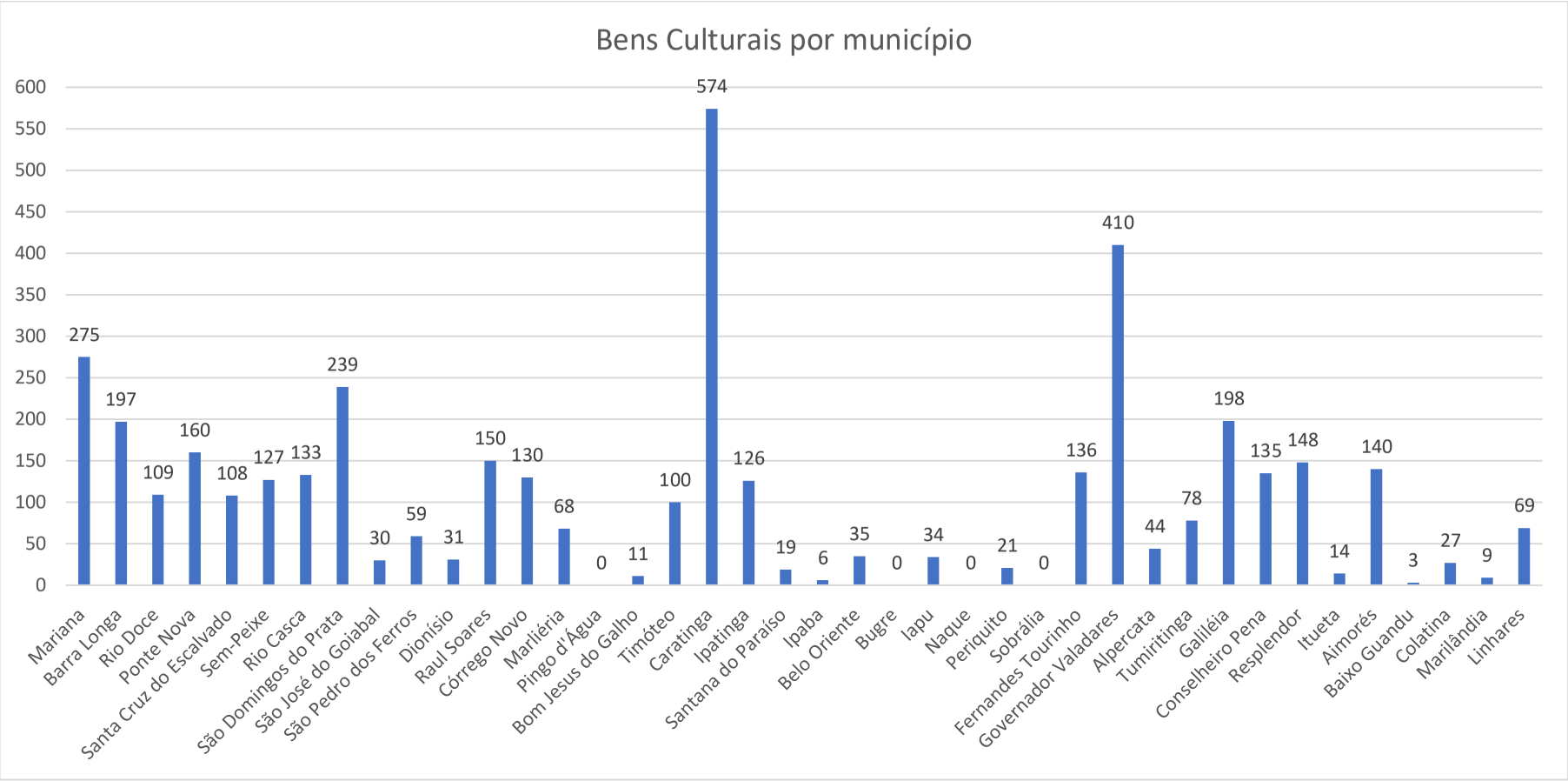
A par das centenas de sítios arqueológicos cadastrados no CNSA IPHAN apresentados anteriormente, em alguns casos, nos inventários de patrimônio cultural dos municípios mineiros observa-se a existência de referências a "coleções arqueológicas", fruto, via de regra, de achados fortuitos e bens arqueológicos históricos, totalizando 12 referências (9 sítios arqueológicos e 3 coleções arqueológicas). Entre esses 9 bens arqueológicos/históricos, 5 deles migraram para o cadastro nacional (CNSA), observando-se nesses casos, portanto, uma dupla notificação (pois estão inventariados como "bens arqueológicos/históricos" pelos municípios, ao mesmo tempo, presentes no CNSA do IPHAN como sítios arqueológicos propriamente ditos). Conforme apontado, os bens referenciados nos IPACs como "coleções arqueológicas", remetem a artefatos como pontas de flecha, cerâmicas, urnas funerárias, machados de pedra polida, encontrados em tempos distintos, em diversos locais, reunidos em coleções destituídas de maiores informações acerca de sua origem, morfologia, cronologia e assim por diante.

A distribuição dos bens nos municípios

O total de bens arrolados ao longo dos levantamentos para a linha-base permite estabelecer uma média de 103,8 bens culturais por município[9]. No conjunto dos municípios existem alguns que produziram números excepcionais. Por um lado, Caratinga (574 bens) e Governador Valadares (410 bens) apresentam valores significativamente maiores aos da média; de outro lado Pingo-d'Água, Bugre, Naque e Sobrália não contam com bens identificados e Baixo Guandu indicou somente três bens conforme se observa na Figura 94 e na Figura 97.

[9] Vale lembrar que não há critérios estabelecidos para que municípios que apresentarem maior número de bens culturais sejam melhor avaliados e obtenham maior pontuação na política estadual de Minas Gerais para a área de patrimônio cultural. Portanto, não há qualquer razão para que tais inventários sejam alvo de questionamento técnico (embora os procedimentos para suas realizações ainda demandem melhor consolidação).

Figura 97 – Bens culturais por município.



Se optarmos por excluir os 10 municípios com os maiores números e os 10 com menores números, obtemos uma mediana de 80 bens culturais por município, apontando para índices expressivos em termos quantitativos, condizentes com as realidades locais.

Outro dado importante é que enquanto alguns municípios apresentaram números extremamente altos como Governador Valadares, compreensível por conta de planos sistemáticos de mapeamento de imóveis de interesse histórico na malha urbana do município, outros não indicaram nenhum bem cultural ou uma quantidade expressivamente baixa (caso de Baixo Guandu 3, Marilândia 9, Ipaba 6, Bom Jesus do Galho 11, Itueta 14). O caso de Marilândia é de fácil compreensão por se localizar no estado do Espírito Santo, onde não se conta com política estadual de fomento aos inventários culturais. Entretanto, essa condição é observável igualmente para algumas cidades mineiras.

Percebe-se a partir da cartografia gerada (Figura 94) que há uma baixa incidência de bens culturais justamente na região do Médio rio Doce e uma maior concentração nos municípios localizados nas extremidades do curso do rio (nascentes e foz).

Entre outros aspectos, uma explicação para tal ausência é a existência recente de parte desses municípios, conforme expresso na Tabela 13 abaixo:

Tabela 13 – Data de fundação dos municípios alvo de estudo.

Cidades contempladas no estudo[10]			
Cidade	**Estado**	**Criação**	**Existência de legislação municipal para o patrimônio cultural**
Aimorés (Natividade)	MG	1915	Sim (Lei 1688/2002)
Alpercata	MG	1962	Sim (Lei 677/2002)
Baixo Guandú	ES	1935 (emancipado de Colatina)	Não
Barra Longa	MG	1939 (mas a ocupação remonta ao século XVIII, pertencendo ao distrito de Furquim)	Sim (Lei 937/2000)
Belo Oriente	MG	1963	Não
Bom Jesus do Galho	MG	1943	Sim (Lei 989/2003)
Bugre	MG	1995	Não
Caratinga	MG	1848	Sim (Lei 2420/1997)
Colatina	ES	1921	Não
Conselheiro Pena	MG	1938	Sim (Lei 1736/1998)
Córrego Novo	MG	1962	Sim (Lei 740/2006)
Dionísio	MG	1949	Sim (Lei 247/2000)
Fernandes Tourinho	MG	1962	Sim (Lei 685/2002)
Galileia	MG	1948	Sim (Lei 45/2005)
Governador Valadares	MG	1938	SIM (Lei 4646/1999)
Iapu	MG	1949	SIM (Lei 56/2001)
Ipaba	MG	1992	Não
Ipatinga	MG	1964	Sim (Lei 689/1980)
Itueta	MG	1948	Não
Linhares (Coutins)	ES	1800	Sim (Lei 194/1990)
Mariana	MG	1696	Sim (Lei 1728/2003)
Marilândia	ES	1980	Não
Marliéria	MG	1953	Sim (Lei 827/2005)

[10] Utilizou-se para a composição deste quadro os dados disponíveis na base do IBGE referente aos municípios. Apesar de 13 deles não possuírem legislação específica para a proteção do patrimônio cultural em nível municipal, apenas quatro não apresentaram qualquer bem cultural. Tal dissonância pode se dever a uma de duas situações: a primeira delas a uma possível desatualização da base de dados do IBGE, tendo alguns desses municípios criado instrumentos legais em tempos mais recentes. A segunda possibilidade é que alguns desses municípios tenham realizado identificação, inventário e/ou tombamento de bens culturais se valendo de outros instrumentos legais disponíveis pela administração local (como decretos).

Cidades contempladas no estudo[10]			
Cidade	**Estado**	**Criação**	**Existência de legislação municipal para o patrimônio cultural**
Naque	MG	1995	Não
Periquito	MG	1995	Sim (Lei 146/2002)
Pingo-d'Água	MG	1995	Não
Ponte Nova	MG	1770	Sim (Lei 1582/1990)
Raul Soares	MG	1924	Sim (Lei 2016/2006)
Resplendor	MG	1939	Não
Rio Casca	MG	1912	Sim (Lei 1632/2002)
Rio Doce	MG	1886	Sim (Lei 747/2005)
Santa Cruz do Escalvado	MG	1948	Sim (Lei 571/2002)
Santana do Paraíso	MG	1992	Sim (Lei 157/1999)
São Domingos do Prata	MG	1891	Sim (Lei 295/2003)
São José do Goiabal	MG	1953	Sim (Lei 862/2005)
São Pedro dos Ferros	MG	1943	Sim (Lei 20/2001)
Sem Peixe	MG	1995	Não
Sobrália	MG	1962	Não
Timóteo	MG	1964	Não
Tumiritinga	MG	1949	Sim (Lei 796/2002)

Conforme se observa na Tabela 13, Pingo-d'Água, Bugre e Naque foram alçadas à categoria de cidades em 1995, e Ipaba em 1992 sendo que ambas não possuem legislação municipal específica voltada à proteção do patrimônio cultural, nem conselhos municipais instituídos. Dessa forma, podemos atribuir a ausência de referências à deficiência administrativa municipal em dispor de ferramentas para a execução dos processos requeridos. Por outro lado, é recorrente que municípios sem lei específica nem conselhos municipais de patrimônio, mesmo quando apresentam seus inventários, sejam os que indicam menor número de bens culturais a serem inventariados ou com inventários já realizados.

Essa tendência demonstra dificuldades de determinados municípios em desenvolver políticas de proteção ao patrimônio cultural ou reflete a persistência de certos mitos e preconceitos por parte do poder público (a proteção do patrimônio cultural atrapalha o desenvolvimento das cidades, a cultura é tema supérfluo, o investimento em políticas culturais e para o patrimônio cultural não se justifica diante de tantas demandas, os trabalhos na área de cultura e do patrimônio cultural prescindem de especialização e técnica etc.).

Também é importante notar que, tal qual ocorre na maioria dos municípios mineiros, a maioria dos planos de inventário e de inventários são executados por empresas terceirizadas para tal fim. Essa tendência se desdobra em algumas carências: o primeiro deles é a necessidade de o município dispor de recursos para realizar tais contratações (as quais, regularmente, envolvem vários anos de trabalho para a conclusão dos inventários). O segundo aspecto é a ausência de quadros fixos nos municípios tecnicamente habilitados para acompanhar e desdobrar as ações na área do patrimônio cultural. Com isso, ocorre muitas vezes de os municípios interromperem seus inventários ou fazê-los de modo precário com funcionários pouco capacitados para a tarefa.

Como tais inventários são avaliados pelo IEPHA para atribuição de pontuação, algumas vezes, na recepção de avaliações com muitas observações (que não geram pontos aos municípios), os planos de inventário acabam paralisados e/ou encerrados em definitivo, seja pelo fato de o poder público local não ter recursos para manter as contratações de empresas, seja por não estar disposto a mobilizar funcionários para o aprimoramento necessário,

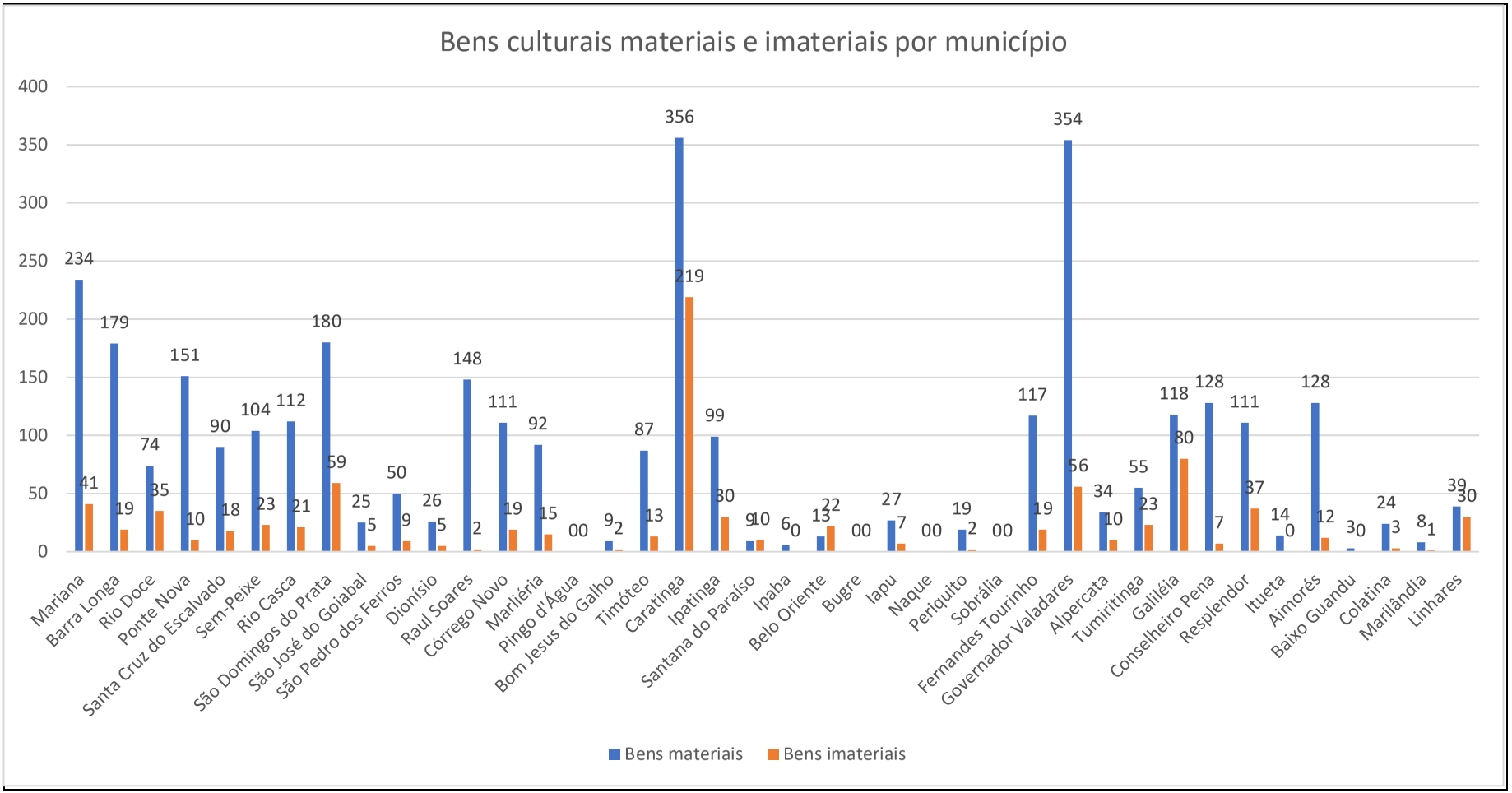
intimamente correlacionada aos ciclos quadrienais de sucessão, sem qualquer planejamento em longo prazo, sobretudo nos entes municipais.

O resultado disso é que os casos de ausência de notificação, evidente em quatro dos municípios, e números baixos de notificação se devem às dificuldades do poder público em gerar informação e não à inexistência propriamente dita de bens culturais nessas cidades.

A força do "edificado"

Entre o total de 4.153 bens identificados, 2.520 remetem a edificações (cerca de 58,35% do total). Se adicionarmos a esse montante 40 outros bens de natureza ferroviária, os quais regularmente se revestem igualmente em edifícios, atingimos um total de 2.560 bens, conforme expresso na Figura 98. Tal número poderia ainda ser acrescido de alguns exemplares ora registrados como "lugares" devido à flexibilidade da definição, que explicita uma tradição da interpretação a respeito do patrimônio cultural no Brasil, a trajetória das políticas de proteção e, por fim, uma *expertise* adquirida ao longo de décadas para a proteção e restauração de tais bens.

Figura 98 – Bens materiais e imateriais por município.



A gênese do IPHAN, então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), está profundamente ligada à presença ativa de arquitetos e urbanistas na primeira geração do órgão. Tal presença se manteve por décadas e consolidou certo viés para a interpretação do patrimônio cultural brasileiro. O edificado, que, como vimos, se pautou por longo período em vertentes que privilegiaram o oficial, o urbano, o monumental, o católico, o militar, também ganhou força por conta de uma longa e vasta tradição europeia de proteção dos bens edificados, com imensa fortuna crítica a qual envolveu nomes como Viollet Le Duc, Camillo Boito e John Ruskin, figuras que criaram entre a segunda metade do século XIX e começo do XX as bases teóricas e conceituais ainda empregadas na área da preservação e do restauro dos bens materiais.

O peso dessa tradição, bem como a emergência das grandes cidades europeias e americanas no mesmo período (transição do século XIX ao XX), influenciou fortemente os pensadores brasileiros e determinou as bases de nossa percepção a respeito da cultura e suas expressões no mundo. Embora a discussão a respeito do intangível, ou imaterial, seja também longa, a dificuldade em estabelecer protocolos e objetividades a seu respeito acabou por relegar essas manifestações a um segundo plano, criando um descompasso se considerarmos os primeiros anos do SPHAN até a consolidação de políticas nacionais para os bens culturais intangíveis.

O fato é que, pela tradição, pela percepção e pela experiência, nossa política de proteção do patrimônio cultural ainda é majoritariamente uma política de identificação e proteção do edificado. Isso se torna expresso nos números obtidos para a área em estudo.

Nesse universo do edificado, vamos notar, novamente, a presença de determinados vieses, como a prevalência do ambiente urbano. Embora, neste momento, não tenhamos números consolidados a respeito da implantação dos bens inventariados ou em via de inventariação pelos municípios (como veremos adiante), é perceptível a predominância das edificações localizadas em áreas urbanas. Também é perceptível a predominância de bens associados à gênese das cidades (o primeiro comércio, a primeira prefeitura, a primeira câmara de vereadores etc.). Da mesma forma, muitas dezenas de igrejas, capelas, matrizes, santuários convivem com escassos registros de locais de culto de outras religiões (poucas igrejas evangélicas e nenhum registro de locais de culto de religiões afro-brasileiras). O fato de outras duas comunidades quilombolas terem sido identificadas através da consulta aos IPACs na região (Curralinho dos Paulas, em Resplendor, e Charneca, em São Domingos do Prata) mesmo não constando na listagem oficial da Fundação Palmares indica a possibilidade de haver outras em igual situação.

Entre o conjunto de bens edificados identificados, aqueles que suscitarão maior atenção e acompanhamento daqui em diante podem ser enquadrados em dois grupos: bens edificados localizados em centros urbanos junto às margens do rio Doce e/ou de seus afluentes (incluindo os bens ferroviários, pelo fato de as linhas férreas, muitas vezes, acompanharem o curso dos rios) e os bens localizados em áreas rurais, sobretudo estruturas de fazendas e/ou estruturas associadas a elas (moinhos, monjolos, tulhas, lavras etc.). Tais bens são justamente os que precisarão ser verificados em detalhe com o avanço dos estudos e programas vindouros, por incidirem em áreas de maior risco aos efeitos do desastre.

As áreas rurais, os bens associados e sua localização

Entre o conjunto de bens edificados indicados na documentação dos municípios, uma parte está sediada em áreas rurais. Quando da confecção do plano de inventário pelos municípios comumente se faz um trabalho de zoneamento do território que baliza e estabelece um cronograma para a realização dos IPACs. Não existe um consenso ou recomendação para esses zoneamentos, podendo eles decompor cidades em áreas com morfologias distintas (zona urbana e zona rural), por antiguidade (centro histórico, bairros) ou por setores aleatórios (zonas A, B, C, ou azul, amarelo, vermelho etc.). O fato é que, no processo de identificação dos bens nas diversas zonas, o que regularmente se faz é lançar o item em planta, acompanhado – na maioria das vezes – por um endereço, de difícil georreferenciamento, devido à falta de dados a respeito.

Nesse contexto (o das áreas rurais), contamos com fazendas, currais, estradas antigas, tulhas, monjolos, moinhos, engenhos, muros, traços e marcos do processo histórico de formação do universo rural e do estabelecimento de estruturas e redes de produção e sustentação das cidades. São complexos que responderam, e muitas vezes ainda respondem, pelo fornecimento de hortaliças, frutas, leite e seus derivados, grãos como milho e feijão, açúcar e seus derivados como a cachaça, rapadura, farinhas diversas, feijões, pequenos animais, enfim, toda uma gama de alimentos responsáveis pelo abastecimento das cidades da região desde o início do adensamento colonial no alvorecer do século XVII.

Também inspira cuidados o fato de que o viés do oficial, e do monumental, acabou por promover na identificação dos bens culturais nos municípios o privilégio das estruturas centrais nas áreas rurais, notadamente as casas-sede. Ou seja, é comum nos inventários que os municípios indiquem somente a moradia senhorial como bens de importância à memória e à história locais. Entretanto, fazendas constituem invariavelmente complexos produtivos formados por inúmeras estruturas e, comumente, tais elementos pertencem ao mesmo tempo e processo das sedes e também compõem o universo de bens culturais a serem identificados e protegidos. No caso em estudo, independentemente desses bens associados terem sido ou não indicados, o fato de que muitas dezenas de fazendas foram arroladas pelos respectivos municípios como bens culturais sugere que um conjunto ainda maior de estruturas pertencentes a esses complexos rurais não foram adequadamente mapeados e identificados.

Tais complexos produtivos rurais (fazendas com suas sedes, galpões, currais, moinhos, tulhas, objetos de trabalho e do cotidiano do lar, capelas rurais) se localizam, via de regra, à margem de rios e córregos dada a necessidade de abastecimento de água (sobretudo para o aproveitamento de energia hidráulica para a movimentação de moinhos e monjolos). Por conta disso, e por estarem fora das atenções mais imediatas (sempre localizadas nas áreas urbanas), uma verificação de localização dessas estruturas (com georreferenciamento) e de possíveis danos ou impactos é desejável para que se possa aferir com a precisão requerida os prováveis impactos a elas imputados em decorrência do desastre.

Os bens registrados

Em tempos mais recentes, aumentou a preocupação com a existência e preservação dos bens culturais imateriais. Apesar de as discussões a respeito desses bens estarem presentes desde a formação do SPHAN, foi apenas na década de 2000 que começaram a tomar formas políticas nacionais para a identificação e proteção desses bens, na forma de "registro", de modo a permitir seu fomento e promoção.

Na área aqui estudada existem seis registros realizados pelo IPHAN de bens culturais intangíveis, sendo que três deles são exclusivos ao estado de Minas Gerais e outros três são compartilhados por Minas Gerais e Espírito Santo.

No primeiro grupo, de bens exclusivos a Minas Gerais, estão a técnica de fabricação do pão de queijo, o ofício de sineiro e o toque dos sinos de Minas Gerais. Compartilhando com o Espírito Santo (e outros estados da Federação), estão o jongo, os mestres de capoeira e as rodas de capoeira.

Tais registros possuem delimitações territoriais baseadas da divisão política brasileira, ou seja, remetem ao limite dos estados. Tal forma de registro, apesar de sua relevância, cria dificuldades à devida localização.

Optamos, no corpo deste estudo, apenas em mencionar a existência de tais manifestações protegidas em âmbito federal, de modo a evitar distorções a respeito, visto não constarem, na maioria dos casos, dos inventários municipais analisados.

Presença e herança africana nas Minas Gerais e no Espírito Santo

Foge ao escopo do presente estudo estabelecer um perfil detalhado a respeito da presença histórica dos povos de origem africana nas Minas Gerais e no Espírito Santo. Como é de amplo conhecimento, e fartamente estudado, a presença dos povos e culturas africanas na formação do Brasil tem início com a própria colonização do território e inúmeros contextos e situações específicas. Desse modo, traçar uma história para a presença africana e seus desdobramentos na extensa área envolvida no presente projeto é tarefa complexa. Contudo, e mais importante, é desenhar, por ora, algumas considerações e balizamentos, os quais permitirão, então, aprofundamentos e refinamentos futuros, sobretudo no tocante aos desdobramentos dessas relações históricas, sociais e culturais no campo do patrimônio.

A primeira consideração é que não estamos lidando com uma cultura única, uniforme e homogênea: no decorrer de praticamente três séculos de regime escravista povos de diferentes regiões da África foram compulsoriamente trazidos à América portuguesa e depois ao Brasil. Por conta disso, o tempo todo estamos tratando de hibridações e recriações culturais e identitárias, mesmo quando nos remetemos somente aos povos africanos (SCHWARCZ; REIS, 1996).

Isso significa que não existe uma "cultura africana" de caráter genérico, nem que sua expressão em nossa história seja única. Cada lugar, cada época recebeu contingentes diversos de povos africanos, com desdobramentos singulares e que a historiografia e a antropologia vêm conhecendo e compreendendo melhor nas últimas décadas.

O caso das Minas Gerais é particularmente complexo e rico, pois a natureza da atividade mineradora (razão pela qual primordialmente a população africana escravizada foi conduzida a esse território) permitiu uma multiplicidade de relacionamentos comparável ao cenário urbano do Rio de Janeiro, Recife e Salvador no século XIX (SANTOS, 2010). Ou seja,

diferentemente de cenários um tanto mais homogêneo, como o dos complexos açucareiros dos séculos XVI ao XVIII na Bahia, em Pernambuco e demais capitanias do Nordeste (SCHWARTZ, 2011), nas Minas Gerais – sobretudo do século XVIII – a presença da população negra apresentou-se extremamente multifacetada. Ora o negro escravizado estava incorporado aos contingentes mineradores, ora atuava nos núcleos urbanos como trabalhador mecânico (pedreiro, carpinteiro, músico, vendedor). As cidades comportavam, inclusive, esferas de representação próprias das populações negras, como as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São Benedito, às vezes até mesmo associações ao redor do culto de São Bento e Santa Efigênia (santos comumente associados às populações negras).

A plasticidade da sociedade mineira oitocentista também permitiu um elevado grau de mestiçagem e de relacionamentos entre brancos e negros, como comprovam figuras como a de Aleijadinho e Chica da Silva (FURTADO, 2009), as quais, mais do que uma exceção, que uma raridade, demonstram uma sociedade extremamente complexa, tanto no tocante às relações raciais quanto às de gênero (FIGUEIREDO, 1993).

Considerando igualmente a existência de projetos acadêmicos melhor delineados e orientados por problemáticas específicas, podendo ser evidenciados, a título de exemplo, os estudos conduzidos por pesquisadores da UFMG, entre os quais as escavações realizadas em quilombos, iniciadas, ainda, na década de 1980 (GUIMARÃES; LANNA, 1980; GUIMARÃES, 2004, 2007, 2008, 2010), bem como estudos mais recentes voltados à diáspora africana no Brasil, a cargo do arqueólogo Cláudio Symanski, também da UFMG, que em interação com pesquisadores de outras instituições vem desenvolvendo escavações sistemáticas em fazendas de Minas e outras regiões, como o vale do Paraíba norte-fluminense (SYMANSKI, 2007, 2014; SYMANSKI; GOMES, 2012, 2013; SYMANSKI; SOUZA, 2007).

Embora tais estudos objetivem dar maior visibilidade a determinados grupos sociais "alijados da história", ainda assim incidem, via de regra, sobre zonas específicas do território do estado de Minas (justamente aquelas que vivenciaram com maior vigor o surto minerador colonial – Ouro Preto, Mariana e Diamantina, para citar algumas das localidades).

Podemos dizer, então, que a quantidade de manifestações culturais na região das Minas Gerais possui uma enorme influência das culturas africanas, as quais precisam ser melhor compreendidas, mapeadas e protegidas. Note-se que, na área selecionada para o estudo em Mariana, existem quatro comunidades quilombolas sobre as quais – neste momento – contamos com poucas informações para além do reconhecimento de sua existência. Pouco sabemos sobre suas origens (pois a definição de quilombo comporta várias classificações e trajetórias, desde os quilombos clássicos, de resistência, até terras devolutas historicamente ocupadas), dimensão, relações espaciais, atividades produtivas, marcos, referências e manifestações culturais. Em poucos casos a documentação analisada indica relação direta de bens culturais com comunidades quilombolas (como alguns bens inventariados pelo município de Resplendor).

Contudo, se tomarmos o perfil de outras comunidades quilombolas na mesma região, seria de esperar que tais comunidades (Vila Santa Efigênia, em Mariana, Bairro de Fátima, em Ponte Nova, e Comunidade dos Bernardos, em Raul Soares, Curralinho dos Paulas, em Resplendor, e Charneca, em São Domingos do Prata, todas em Minas Gerais) possuíssem uma extensa gama de saberes, práticas religiosas específicas, festejos. Também desconhecemos nessa etapa de elaboração da linha-base o quanto essas atividades são realizadas somente dentro das comunidades e o quanto elas estão integradas aos municípios e suas populações.

Festejos intimamente ligados as populações negras, como as Folias de Reis, por exemplo, envolvem as comunidades quilombolas ou não? Existem nessas localidades manifestações de tambores de crioula ou de Mina, também muito recorrente em comunidades nas Minas Gerais?

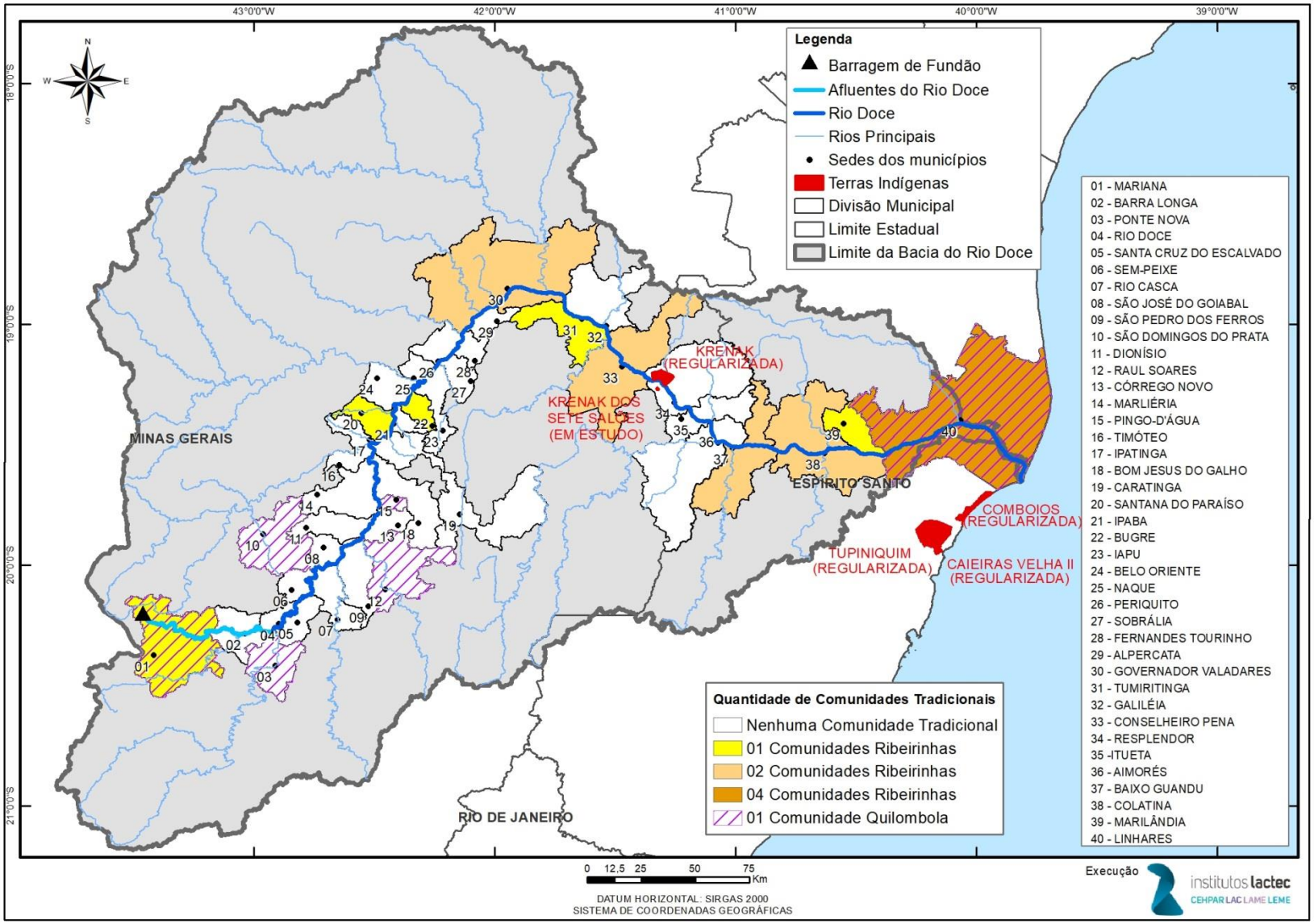
No tocante ao médio e baixo rio Doce, especialmente na parcela localizada no Espírito Santo, tornar-se-á necessário entender melhor as origens dessas populações (do quilombo de Degredo, em Linhares, por exemplo), posto que não foram ou constituem áreas tradicionais de mineração. Também não sabemos como se deram as interfaces com as populações indígenas tradicionais da região (considerando não somente o histórico da presença indígena, mas também a existência contemporânea das duas terras Krenak no rio Doce (TI Sete Salões em Resplendor/MG e outra ainda em estudo na mesma região), uma Guarani Mbya e Tupiniquim (TI Caieras Velha II em Aracruz/ES, na foz do rio Piraquê-açu), uma Tupiniquim (TI Tupiniquim em Aracruz/ES) e uma compartilhada por tupiniquins e guaranis (TI Comboios em Aracruz/ES, ambas próximas ao rio Comboios) (conforme podemos observar na Figura 99).

Especificamente, sobre as comunidades quilombolas de Comunidade dos Bernardos (Raul Soares) e Degredo (Linhares), a existência destas implica um melhor conhecimento da história da colonização dessas regiões e do questionamento a respeito de um suposto "vazio produtivo" no médio rio Doce (CARNEIRO, 2008) entre os séculos XVIII e XIX, quando as proibições da Coroa à navegação e ocupação do rio Doce são suspensas (ESPINDOLA, 2005).

Em suma, as manifestações culturais ora identificadas e eventualmente registradas pelos municípios envolvidos denunciam uma forte presença das culturas africanas e sugerem um universo significativamente maior, sobretudo no tocante às comunidades tradicionais.

Na pesquisa desenvolvida nos inventários de patrimônio cultural produzidos pelas prefeituras dos municípios alvo do estudo também se notou a indicação de comunidades que se reconhecem como quilombolas, mas que não estão listadas no cadastro oficial da Fundação Palmares (é o caso de Curralinho dos Paulas, em Resplendor, e Charneca, em São Domingos do Prata).

Figura 99 – Comunidades tradicionais.



O relativo adensamento tardio da colonização no médio rio Doce (apesar das divergências historiográficas a respeito) acabou por responder pela manutenção de terras indígenas Krenak na região. Da mesma forma, no litoral ao sul da foz do rio Doce se manteve outras três terras indígenas de povos tupiniquim e guarani. Em ambos os casos, apesar dos aldeamentos pelo menos desde o século XIX (demonstrado na sequência cartográfica obtida), a presença indígena se manteve nessas regiões e deram origem às terras indígenas (TIs) contemporâneas reconhecidas pela Funai (quatro já demarcadas, TI Comboios/Tupiniquim e Guarani, TI Tupiniquim/Tupiniquim, TI Caieras Velha II/Guarani Mbya e Tupiniquim, TI Sete Salões/Krenak, e uma segunda TI Krenak, ainda em estudo).

Apesar de os assuntos relacionados aos povos indígenas no Brasil serem subordinados à Funai, inclusive com rigorosas restrições de acesso a esses territórios, a interface com a sociedade nacional é regularmente intensa e, quase sempre, complexo e pleno de tensões.

No plano da cultura e de suas manifestações, a temática indígena ressurge com igual complexidade. As interações com a sociedade nacional recorrentemente aceleram os processos de transformação das culturas tradicionais, especialmente as indígenas. Distante de uma ideia de imobilidade e originalidade dessas culturas, posto que é uma condição essencial de todas as culturas sua plasticidade e capacidade de adaptação (CERTEAU, 1998), é importante reconhecer que o contato com as sociedades nacionais impõe um tempo de transformação que, muitas vezes, se desdobra em uma espécie de esgarçamento dessas comunidades tradicionais. As expressões mais dramáticas dessas transformações podem incorrer em alcoolismo, dependência química, depressão, violência de várias ordens, suicídio, casos que são frequentes em cidades onde existem terras indígenas.

Vale ressaltar que não são as transformações que levam a esse quadro, nem mesmo a incorporação de hábitos ou elementos oriundos da sociedade nacional. O ponto de desestruturação é a perda das referências e do nexo das culturas tradicionais promovido por um relacionamento com as sociedades nacionais no qual os povos tradicionais são recorrentemente infantilizados, diminuídos ou oprimidos de diversas formas (inclusive com a exploração econômica e física dos indivíduos) (GEERTZ, 2014).

Posto isso, o maior risco às comunidades indígenas – e aos povos tradicionais em geral – é a perda de seu modo de vida, o que inclui a base econômica e de trabalho dessas culturas. A perda da autonomia produtiva (agrícola, piscicultora, coletora) é um dos maiores riscos à manutenção dos povos tradicionais e seus estilos de vida.

Nesse sentido, os próprios modos de vida dos povos tradicionais devem ser considerados enquanto patrimônios culturais (seguindo, inclusive, as orientações da ONU e da UNESCO a respeito, previsto em documentação específica) (UNITED NATIONS, 1989) e alvo de atenção e preocupação dos órgãos ligados à cultura e à proteção do patrimônio cultural.

Entretanto, para que avance o conhecimento a respeito dos povos indígenas localizados na área em estudo, envolverá necessariamente a aproximação e interação com as equipes devotadas à questão socioeconômica, bem como o estabelecimento de protocolos, cooperação e autorização expressa da Funai e dos próprios grupos envolvidos, dentro de

princípios legais e éticos preconizados na literatura e legislação. É importante destacar que aquilo que ora chamamos de patrimônio é, essencialmente, elemento formador dessas culturas e possui dimensões diversas (econômica, social, religiosa, espacial etc.).

Dois exemplos nos ajudam a compreender a complexidade dessa relação: no primeiro deles, dias após o rompimento da barragem, quando do aviso a respeito da descida da lama pelo rio Doce, a comunidade Krenak realizou uma cerimônia de despedida do rio, tido por eles como uma entidade. Além dos impactos materiais diretos (impossibilidade de se pescar, contaminação da água, eventualmente danos a áreas cultivadas ou de manejo por parte das comunidades), há toda uma dimensão religiosa, de signos, símbolos e sentidos que merece ser investigada e compreendida.

O segundo exemplo diz respeito à inclusão da principal cerimônia religiosa da comunidade Krenak como patrimônio cultural inventariado pelo município de Resplendor (MG). Nessa perspectiva, não só a comunidade nacional percebe, naquele município, um elemento da cultura Krenak como seu patrimônio, como se apropria dele como um "item" a ser incluído em seu inventário. Há dois aspectos a serem compreendidos: é positivo que a sociedade nacional perceba as culturas tradicionais como importantes e dignas de serem vistas como um patrimônio. Por outro lado, corre-se o risco de, isolando um elemento dessa cultura, criar a percepção (errônea) de que ele pode ser destacado da própria existência da comunidade e das demais manifestações que a compõem. Também é possível que tal percepção desdobre-se na espetacularização de algo que, em essência, é ethos indissolúvel de uma religião e de uma visão de mundo.

É verdade que tal percepção a respeito do patrimônio cultural em povos tradicionais corre sempre esse risco, não sendo restrito a comunidades indígenas. O mesmo pode ocorrer com comunidades quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e caboclos etc.

Por isso, é recomendável que, com o devido acompanhamento e autorização da Funai, sejam realizados estudos específicos a respeito das culturas indígenas presentes na área afetada e que tais investigações tenham em foco a dimensão cultural (de patrimônio, de modos de vida, de sentidos e significações).

Os bens intangíveis

Por fim, há que se abordar os bens intangíveis ou de natureza imaterial.

A rigor não existem propriamente bens exclusivamente intangíveis, visto que toda manifestação humana demanda alguma expressão material. Mesmo um idioma, um mito, um canto se lastreiam no mundo material e o nomeiam. Ainda mais óbvia é a interdependência dos "modos de fazer" ou "celebrações", os quais necessitam, rigorosamente, de todo um universo de espaços, edificações, ferramentas, objetos de adorno ou de culto. Posto isso, a legislação entende como bens intangíveis aqueles cuja centralidade ou razão de ser está depositada em aspectos imateriais, ainda que demande da materialidade.

Isso posto, na área em estudo foram identificadas 129 celebrações, 65 formas de fazer e 52 formas de expressão, perfazendo um total de 246 bens classificados como de natureza intangível.

O universo composto por esses bens é profundamente diverso e envolve desde celebrações indígenas (como a cerimônia do Atorá, entre os Krenak de Sete Salões, em Resplendor/MG) até cavalgadas e festas contemporâneas, passando por moçambiques e outras manifestações de matriz africana.

É nesse conjunto de bens que encontramos o maior desafio no que tange à sua espacialização. As manifestações intangíveis têm como característica uma profunda plasticidade e mobilidade, ainda que muitas vezes demandem a existência de locais ou espaços específicos (como uma cerimônia ou festejo que ocorra regularmente em uma capela, uma gruta, à beira de um rio, ao redor de uma praça etc.).

Na lista de bens intangíveis identificados, poucos exemplares possuem registros ou inventários completos, já executados, o que dificulta a localização das manifestações, bem como a identificação dos recursos materiais empregados na manutenção da manifestação (lugares, objetos, matérias-primas).

Algumas das manifestações sugerem um distanciamento significativo da área impactada pelo desastre (como um grupo de coral localizado numa capela dentro da área urbana, distante da calha do rio Doce ou de seus afluentes). Contudo, outras demandam aprofundamento, como cerimônias indígenas, festejos em comunidades quilombolas e, como vimos anteriormente, modos de vida tradicionais.

Maior preocupação inspira a manutenção de modos de vida tradicionais ou técnicas e saberes que compõem esses modos de vida. Mais do que celebrações específicas, mais do que festejos, o que pode efetivamente correr risco são saberes associados à medicina tradicional, à produção de cerâmicas (a qual demanda matéria-prima colhida junto a drenagens), técnicas de pesca, de pastoreio e agricultura tradicional. Também é significativo o provável impacto sobre comunidades indígenas e de pescadores (sem contar os danos causados ao turismo receptivo em pequenas comunidades). Em todos esses casos, a avaliação das ações decorrentes dos impactos demandará pesquisas localizadas.

5.4 Considerações finais

Conforme exposto nos capítulos precedentes, o conjunto de informações obtidas e consistidas permite delinear um quadro suficientemente amplo e rico a respeito do patrimônio cultural presente na região de interesse, num momento imediatamente anterior ao evento de rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

Convém ressaltar que o patrimônio cultural abarca tanto os bens arqueológicos e bens tombados, registrados e valorados, quanto referências culturais não acauteladas. Visando à organização das informações, optamos metodologicamente em apresentar separadamente o patrimônio arqueológico (sobretudo, aquele relacionado cronologicamente ao período pré-colonial), dos demais patrimônios culturais evidenciados, reconhecidos ou não do ponto de vista oficial, relacionados ao período dito histórico (pós-1500). Não obstante, ao nos referirmos ao patrimônio cultural, lidamos com esse amplo repertório de bens e referências.

A título de linha-base, é possível contabilizar para a área alvo de estudo um total de **4.478 bens e referências culturais**, sendo 325 sítios arqueológicos cadastrados no CNSA/IPHAN e os outros 4.153 itens (acauteladas ou não) relacionados às demais categorias,

morfologias e esferas de proteção estabelecidas para o patrimônio cultural, em consonância com a literatura, legislação brasileira e cartas patrimoniais internacionais as quais o Brasil é signatário (Tabela 14).

Tabela 14 – Bens e referências culturais – total por estado.

Patrimônio Cultural Evidenciado	Minas Gerais	Espírito Santo
Sítios arqueológicos	163	162
Bens Tombados, Registrados, Valorados e Referências Culturais não Acauteladas	4.045	108
Totais	**4.208**	**270**

Em linhas gerais, o conjunto de sítios arqueológicos remete aos três grandes cenários de ocupação estabelecidos como recorte metodológico a partir do cotejo da literatura produzida a respeito da região do vale do rio Doce e seu entorno, abarcando evidências relacionadas a caçadores-coletores-pescadores antigos (sítios oficina, sambaquis, acampamentos conchíferos, sinalizações rupestres etc.); aldeias associadas à instalação na região de indígenas horticultores ceramistas afiliados a diversos grupos linguísticos, e, por fim, um cenário histórico (envolvendo testemunhos materiais relacionados a unidades habitacionais isoladas e núcleos urbanos, sedes rurais, áreas de mineração, edificações de caráter religioso e assim por diante), abarcando um espectro temporal de mais de 10 mil anos. Entre o total dos sítios evidenciados, ao menos 43 sítios, devido guardarem grande proximidade do rio, irão demandar especial atenção daqui em diante.

No que tange aos demais bens culturais acautelados (bens materiais, lugares, celebrações, formas de fazer etc.) e referências não protegidas, se circunscrevem, fundamentalmente, ao cenário dito histórico, abarcando cronologicamente desde os primeiros contatos e início do processo de colonização a partir do século XVI até o momento presente, incluso o processo de industrialização vivenciado ao longo do médio vale do rio Doce. Conforme se observa no **Anexo 2** e **Anexo 3**, no que tange à sua distribuição espacial, têm-se 4.203 bens e referências circunscritas para o estado de Minas Gerais e 277 itens localizados no Espírito Santo.

A par da expressão numérica, multiplicidade e diversidade de manifestações presentes na área de interesse, chama a atenção a existência de um grupo de municípios que não apresenta registros acerca de bens culturais, como Bugre, Pingo-d'Água, Naque e Sobrália, todos no estado de Minas Gerais, mesmo diante da evidente eficácia das políticas públicas colocadas em prática pelo estado nas últimas décadas. A discrepância observada entre os números obtidos para ambos os estados (4.040 itens para MG e 113 para ES) também aponta para a fragilidade das ações desencadeadas pelas administrações capixabas a respeito, não se contando no Espírito Santo até o presente com uma política pública específica e consolidada de incentivo à identificação e inventariação do patrimônio cultural.

No que concerne à espacialização dos bens e referências culturais, as fontes identificadas e consistidas não permitem, devido às características que apresentam, que se processe o georreferenciamento requerido, o que irá demandar a formulação de estratégias específicas visando à verificação e aferição de dados nas etapas subsequentes do estudo que ora se inicia.

Desse universo de 4.478 bens culturais identificados, 206 são protegidos pela figura do tombamento, sendo 25 bens tombados em âmbito federal; 29 bens em âmbito estadual e 152 bens em âmbito municipal (alguns estão submetidos a tombamento em mais de uma instância), estando predominantemente localizados em áreas urbanizadas.

No que tange à sua categorização, predominam no conjunto bens identificados (2.520 itens, representando 58,35% do total), seguido pelos bens móveis (666 itens, representando 15,29% do total), lugares (528 itens, representando 12,71% do total), arquivos (96, representando 2,31% do total), patrimônio ferroviário (40 bens, representando 0,96% do total), bens e coleções arqueológicas registradas em âmbito municipal (12 referências, representando 0,28% do total), tornando expressas as marcas da tradição e trajetória dos estudos e trabalhos relacionados ao patrimônio cultural no Brasil, amplamente lastreados na materialidade (apenas 10,1% dos bens e referências identificadas são compostos por formas de saber, celebrações, ofícios e outras formas do patrimônio imaterial ou intangível).

Esse viés do tratamento dado ao patrimônio cultural no Brasil cria igualmente uma grande vulnerabilidade para bens intangíveis, localizados em áreas rurais, desde sua identificação até a devida proteção.

Por fim, há que considerar a presença de cinco terras indígenas, duas delas pertencentes à etnia Krenak (uma demarcada – TI Sete Salões em Resplendor/MG e outra em estudo), uma às etnias Guarani Mbya e Tupiniquim (TI Caieras Velha II em Aracruz/ES), uma à Tupiniquim (TI Tupiniquim em Aracruz/ES) e, por fim, uma aos Tupiniquim e Guarani (TI Comboios em Aracruz/ES).Também se conta na área em estudo com quatro quilombos demarcados e ao menos outros dois autodeclarados ainda não reconhecidos por ora, pela Fundação Palmares. Cabe evidenciar que algumas das manifestações dessas culturas (indígenas e quilombolas) já são reconhecidas em seus respectivos municípios como bens culturais.

Referências

AFONSO, M. C.; MORAES, C.A. O sítio Água Branca: interações culturais dos grupos ceramistas no norte do Estado de São Paulo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 15/16, p. 59-71, 2005-2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Relatório técnico**: análise preliminar sobre a qualidade d'água e seus reflexos sobre os usos da água. Brasília, DF: ANA, 2015.

ALONGI, D. M. Mangrove forests: resilience, protection from tsunamis, and responses to global climate change, Estuarine. **Coastal and Shelf Science**, v. 76, n. 1, p. 1-13, 2008.

ALVES, L. B. **Sítios arqueológicos de naufrágios como recifes artificiais**: uma contribuição da oceanografia para a gestão do patrimônio cultural subaquático. 2009. Monografia – Centro Universitário Monte Serrat, Santos, 2009.

ALVES, M. A. Culturas ceramistas de São Paulo e Minas Gerais: estudo tecnotipológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 1, p. 71-96, 1991.

_____. Estudo de cerâmica pré-histórica no Brasil: das fontes de matéria-prima ao emprego de microscopia petrográfica, difratometria de raios X e microscopia eletrônica. **Clio** – Série Arqueológica, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n. 1, p. 12-86, 1997.

_____. Documentação cerâmica contextualizada e as diferenças de gênero nos sepultamentos primários do sítio de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo. **Canindé, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 3, p. 275-289, 2003.

_____. Estratigrafia, estruturas arqueológicas e cronologia do sítio Água Limpa, Monte Alto. São Paulo. **Canindé, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 4, p. 283-324, 2004.

ALVES, M. A.; CALLEFFO, M. E. V. Sítio arqueológico de Água Limpa, Monte Alto, São Paulo: estruturas de combustão, restos alimentares e padrões de subsistência. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 123-140, 1996.

ARAÚJO, R. K. M. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.

BAETA, A. et al. Monitoramento arqueológico de RDS e proteção de estruturas remanescentes de canalização de água em Mariana-MG. In: SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO DE MINAS GERAIS, 3., 2008, Carangola. **Anais...** Carangola, 2008.

BAETA, A.; ALONSO, M. Consórcio Aimorés. Programa de Resgate Arqueológico UHE Aimorés. **Relatório final**. Consórcio Aimorés, 2004.

BAETA, A.; PILÓ, H. Gogô e Santo Antônio: conjuntos de estruturas de mineração em Mariana – MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 14., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007a.

_____. **Dossiê de tombamento (patrimônio arqueológico) dos Morros de Santo Antônio e Gogô**. Memória e Arquitetura/Prefeitura Municipal de Mariana, 2007b.

_____. **Laudo estado de conservação (patrimônio arqueológico) dos Morros de Santo Antônio e Gogô**. Memória e Arquitetura/Prefeitura Municipal de Mariana, 2009.

BAETA, A.; PILÓ, H.; SOUZA, A. Evidenciação e resgate do patrimônio arqueológico na área de entorno da Capela de Santo Antônio, Mariana-MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13., 2005, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2005.

BENSON, C.; CLAY, E. J. Disasters, vulnerability and the global economy: Implications for less-developed countries and poor populations. In: GALBRAITH, C. S.; STILES, C. H. (Eds.). **Developmental entrepreneurship**: adversity, risk, and isolation. International Research in the Business Disciplines, 2006. 5 v., p. 115-145.

BOMENY, H. **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOXER, C. C. **A idade de ouro no Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BROCHADO, J. P. **Alimentação na floresta tropical**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.

_____. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern south America**. 1984. Tese (Doutorado em Atropologia) – University of Illinois, Urbana, 1984.

_____. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO, 1., 1990, Recife. **Anais...** Recife, 1990. p. 85-88.

_____. What did the tupinambá cook in their vessels? Na humble contribution to ethnographic analogy. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 6, p. 40-88, 1991.

BUENO, B. P. **Desenho e desígnio**: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp, 2012.

CALDARELLI, S. Os sítios arqueológicos e as pesquisas. In: CALDARELLI, S. B. (Coord.). **Arqueologia do vale do Paraíba do Sul**. São Paulo: DERSA, 2003. p. 8-46.

CALDARELLI, S.; PANACHUK, L. A arqueologia em avaliações ambientais de planos e programas governamentais no Brasil: o caso da avaliação ambiental estratégica do programa de geração hidrelétrica de Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 14., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

CALDERÓN, V. A Fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emilio Goeldi, v. 13, p. 161-172, 1969.

_____. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 15, p. 163-177, 1971.

_____. A pesquisa arqueológica nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte. **Dédalo**, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, n. 15, 1972.

_____. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do recôncavo e do sul do estado da Bahia. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 26, p. 144-152, 1974.

CARNEIRO, P. A. S. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação regional da zona da mata no leste da capitania de Minas Gerais (1694-1835). 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, E. T. de (Ed.) **A Pesquisa do Passado: Arqueologia no Brasil**. Instituto de Arqueologia Brasileira (Boletim Série Catálogos, 3), Rio de Janeiro, 1987.

CASTELNEAU-L'ESTOILE, C. **Operários de uma vinha estéril**: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580 – 1620. Bauru: Edusc, 2006.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998. 2 v.
CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, v. 1, n. 1, p. 119-148, 1976.
_____. **Programa de salvamento arqueológico**. Atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, Relatório final - estudos ambientais. Belo Horizonte: CEMIG, 1995. 1 v.
CORRÊA, A. **Tetama nas matas mineiras**: sítios Tupi na microrregião de Juiz de Fora-MG. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
_____. **Pindorama de mboîa e îakaré**: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
COSTA, H. A. V. **Arqueologia do estado do Espírito Santo**: subsídios para gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
DA SILVA, T. C. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, A. (Org.). **Tecnologias do corpo**: uma antropologia das medicinas no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004. 1 v., p. 201-225.
DIAS JR., O. Resultados preliminares do segundo ano de pesquisas no estado do Rio de Janeiro. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 10, p. 119-129, 1969.
_____. Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas Gerais. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, n. 15, p. 133-144, 1971.
_____. III Seminário Goiano de Arqueologia: os cultivadores do planalto e do litoral. **Anuário de Divulgação Científica**, n. 8, 1980.
_____. A cerâmica neo-brasileira. **Arqueo-IAB - Textos Avulsos**, v. 1, p. 3-13, 1988.
DIAS JR., O.; CARVALHO, E. A Tradição Itaipu (RJ): discussão de tópicos e a proposta de um modelo teórico. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 20, p. 157-166, 1990.
DIAS JR., O.; PANACHUK, L. Características da Tradição Tupiguarani no sudeste do Brasil. In: PROUS, A.; LIMA, T. Andrade (Eds.). **Os ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. 1 v., p. 79-104.
DIAS, A. S. **Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
_____. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.
EREMITES DE OLIVEIRA, J.; VIANA, S. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista da Universidade de São Paulo**, n. 44, p. 142-189, dez./fev., 1999-2000.
ESPINDOLA, H. S. **Sertão do rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005.
_____. A navegação do rio Doce, 1800-1850. **Revista Navigator**, v. 3, n. 5, p. 50-72, 2007.
ESPINDOLA, H. S. et al. Esse rio do ferro e da floresta tem nome de Doce: poder, capital e apropriação da natureza. In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 18., 2012, Mariana. **Anais...** Mariana, 2012. p. 1-10.
EUROPEAN UNION. **The European Parliament**. Directive 2001/42/EC of the European Parliament and of the Council on the assessment of the effects of certain plans and programmes on the environment. European Union, 2008.
FACCIO, N. B. et al. Sítio arqueológico dos Neves: a luta pelo resgate arqueológico e preservação patrimonial. In: ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 5., 2006, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande, 2006.
FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.
FERNANDES, H. L. A. **Os sepultamentos do sítio Aratu de Piragiba**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
FERNANDES, S. C. G. **Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucaí**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
FIGUEIREDO, L. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
FURTADO, J. F. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

FURTADO, J. P. **O manto de Penélope**: história, mito e memória da Inconfidência mineira 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Chica da Silva e o contratador de diamantes**: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, D. M. C. A cerâmica indígena do sítio Caçapava I. In: CALDARELLI, S. B. (Coord.). **Arqueologia do vale do Paraíba do Sul**. São Paulo: DERSA, 2003. p. 214-220.

GONÇALVES, F. A. F.; BRANTES, H. A. **Mapeamento temático para suporte à tomada de decisão**: bacia do rio Doce após rompimento da barragem de Fundão. 2016. Projeto de graduação – Curso de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GUIMARÃES, C. **Levantamento visual do patrimônio do Morro da Queimada em Ouro Preto/MG**. Relatório final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia FAFICH/UFMG, 2004.

_____. **Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real no trecho Ouro Branco – Ouro Preto/MG**. Relatório final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da FAFICH/UFMG, 2007.

_____. **Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real**: o Capão do Lana – Ouro Preto/MG. Relatório final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da FAFICH/UFMG, 2008.

GUIMARÃES, C. **Pesquisa histórico-arqueológica sobre Aredes**: município de Itabirito/MG. Relatório final. Belo Horizonte: Cooperativa Cultura, 2010.

GUIMARÃES, C.; LANNA, A. L. D. **Arqueologia de quilombos em Minas Gerais**. Pesquisas, n. 31, p. 147-164, 1980.

HENRIQUES JR., G. **Arqueologia regional da Província Cárstica do Alto São Francisco**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Laudo técnico preliminar**. Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Ibama: nov. 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

JÁCOME, C. P. **Ayquatiá da Yapepó**: estudo dos materiais Utilizados na Cerâmica Pintada Tupiguarani de Minas Gerais. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

JUNQUEIRA, P.; MALTA, I. M. **EIA/RIMA do patrimônio arqueológico no novo ramal Ferroviário da Ferrovia Vitória-Minas**: trecho túnel do Cabral/Costa Lacerda, 1995.

MARANCA, S., SILVA, A. M.; SCABELLO, A. Projeto oeste paulista de arqueologia do baixo e médio vale do rio Tietê: síntese dos trabalhos realizados. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 4, p. 223-226, 1994.

MARINATO, F. A. **Índios imperiais**: os botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845). 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MARSON, I. A. **O império do progresso:** a revolução praieira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAXWELL, K. **A devassa da devassa**: a inconfidência mineira, Brasil-Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emilio Goeldi, v. 20, p. 51-69, 1973.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORALES, W. F. **12.000 anos de ocupação**: um estudo de arqueologia regional na Bacia do córrego Água Fria, médio curso do rio Tocantins. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NAJJAR, R. **Catequese em Pedra e Cal**: estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção - Anchieta/ES. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Para além dos cacos: a arqueologia histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 71-91, 2011.

NEVES, A. **Cerâmio de Sapucaia**. Revista do IHGES. (15). Vitória, 1943.

NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, FFLCH/USP, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.

_____. **Sem Tekohá não há Tekó**: em busca de um modelo etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS. 1993.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA, E R. **Aspectos da interação cultural entre os grupos ceramistas pré-coloniais do médio curso do rio Tocantins**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Applying strategic environmental assessment**: good practice guidance for development co-operation. OECD, 2006.

ORSSICH, A. Relatório arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES Vitória**, v. 6, n. 20, p. 73-120, jun./ago. 1981.

PARAÍSO, M. H. B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 413-430.

PEREZ-MAQUEO, O.; INTRALAWAN, A.; MARTINEZ, M. L. Coastal disasters from the perspective of ecological economics. **Ecological Economics**, v. 63, n. 2-3, p. 273-284, 2007.

PEROTA, C. Considerações sobre a Tradição Aratu nos estados da Bahia e Espírito Santo. **Boletim do Museu de Arte e História**, n. 1, 1971a.

_____. Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do quarto ano. 1968-69. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 15, 1971b.

_____. Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do Estado do Espírito Santo. **Publicações Avulsas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 26, p. 127-140, 1974.

_____. As datações do C-14 dos sítios arqueológicos do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES**, v. 4, n. 6, 1975.

_____. **Ampliação do gasoduto Lagoa Parda**. Vitória e Novos Ramais, 1995.

PEROTA, C; ASSIS, V. **O Sítio Areal. Estudo da pressão ambiental sobre a população pré-histórica do litoral do Estado do Espírito Santo**. Revista de Cultura da UFES. Vitória: EDUFES, 1993.

PILÓ, H. **Arqueologia Tupiguarani**: relações entre as implantações dos sítios e cultura material no médio rio Doce. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: UnB, 1992.

_____. A pintura em cerâmica Tupiguarani. **Revista Ciência Hoje**, v. 36, n. 213, p. 22-28, 2005.

_____. As muitas arqueologias das Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, v. 2, n. 2, p. 36-54, 2013.

PROUS, A.; ALONSO, M.; AMORELI, F.; LIMA, A. P.; SOUZA, G. N.; ALMEIDA, A. As indústrias líticas dos ceramistas Tupiguarani. In: PROUS, A.; LIMA, T. A. (Org.). **Os ceramistas Tupiguarani**. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, 2010. 3 v., p. 27-76.

QUECINI, V. M. **Timóteo**: o legado urbano de um projeto industrial. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos indígenas do Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, É. M. **A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central**: origens e desenvolvimento. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. M. As aldeias circulares do Brasil central. In: SÃO PAULO. Museu de Arqueologia e Etnologia. **Brasil 50 mil anos**: uma viagem ao passado pré-colonial. São Paulo: Edusp; MAE-USP, 2001.

ROSE, A. Economic resilience to natural and man-made disasters: multidisciplinary origins and contextual dimensions. **Environmental Hazards**, v. 7, n. 4, p. 383-398, 2007.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, Cornelia. A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória. **Habitus**, v. 04, p. 455-469, 2006.

RUANGRASSAMEE, A.; SAELEM, N. Effect of tsunamis generated in the Manila Trench on the Gulf of Thailand. **Journal of Asian Earth Sciences**, v. 36, n. 1, p. 56-66, 2009.

RUSCHI, A. **Contribuição à arqueologia de Santa Tereza, no Estado do Espírito Santo – Objetos de pedra de origem indígena**. Santa Teresa: Boletim do Museu Mello Leitão, 1953.

SANTOS, Y. L. **Além da senzala**: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)., São Paulo: HUCITEC, 2010.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Tentativa de caracterização da Tradição Tupiguarani**. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

_____. **A Tradição policrômica no leste da América do sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá**: fontes arqueológicas e etnohistórica. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SCHEFFERS, A.; KELLETAT, D.; VOTT, A.; MAY, S. M.; SCHEFFERS, S. Late Holocene tsunami traces on the western and southern coastlines of the Peloponnesus (Greece). **Earth and Planetary Science Letters**, v. 269, n. 1-2, p. 271-279, 2008.

SCHMITZ, P. I.; WÜST, I.; COPÉ, S. M.; THIES, U. M. E. **Arqueologia do Centro-Sul de Goiás**. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. São Leopoldo: UNISINOS, 1982.

SCHWARCZ, L. M.; REIS, L. V. S. **Negras imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARTZ, S. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCIENTIA CONSULTORIA. **Projeto de salvamento arqueológico do sítio arqueológico RPO-1**. Relatório final.São Mateus: Scientia Consultoria, 2005.

SEDA, P.; MACHADO, C. L.; SENE, G.; SILVA, L. P. R. Do cerrado ao mar: a Tradição Una no litoral do Espírito Santo. **Maracanan**, v. VII, p. 55-82, 2011.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, R. Monções revisitadas: patrimônio e cultura material. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, v. 1, p. 5-24, 2007.

_____. **De rios e colinas**: a cidade de São Paulo entre os séculos XVI a XVIII. Um estudo sobre a tradição urbanística de origem lusitana e suas transformações à época do Iluminismo. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SNOW, C. T; ABREU J. E. T. A cerâmica neobrasileira em regiões vizinhas a Belo Horizonte – MG. Um estudo da produção atual. **Arquivos do Museu de História Natural**, UFMG, p. 175-184, 1977.

SOARES, A. L. **Guarani**: organização social e arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOUZA, L. de M. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SUGUIO, K; MARTIN, L; DOMINGUEZ, J.M.L **Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário: influência das flutuações do nível do mar**. Atas do simpósio do Quaternário no Brasil: 93-116, Rio de Janeiro, 1982.

SYMANSKI, L. C. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Afro-Ásia**, v. 49, p. 159-198, 2014.

SYMANSKI, L. C. P. O domínio da tática: práticas religiosas de origem Africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT): vestígios. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, F. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, supl, p. 309-317, 2012.

_____. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 293-338, 2013.

SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 215-244, 2007.

TADDEI, R. Os desastres em uma perspectiva antropológica (ComCiência). **Uma (in)certeza antropologia**, 10 mar. 2016. Disponível em: <https://umaincertaantropologia.org/2016/03/10/os-desastres-em-uma-perspectiva-antropol>. Acesso em: 15 jul. 2017.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURE ORGANIZATION (UNESCO). **Recommendation on the safeguarding of traditional culture and folklore**. UNESCO, 15 nov. 1989. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

VALENCIO, N. Da morte da quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VIANA, S. A. Análise espacial intra-sítio: o estudo do sítio Lourenço (GO-CA-14). **Revista de Arqueologia**, v. 9, p. 65-87, 1996.

VILLAGRAN, X. S. **Arqueologia do litoral Norte do ES**: sambaquis do município de Linhares. 2014. Projeto científico – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
WÜST, I. **Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do mato Grosso de Goiás**: tentativa de análise espacial. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
WÜST, I.; BARRETO, C. The ring villages of central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. **Latin American Antiquity**, v. 10, n. 1, p. 3-23, 1999.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de resgate arqueológico distrito industrial de Jeceaba, município de Jeceaba, Minas Gerais**. Relatório final de resgate arqueológico. Zanettini Arqueologia, 2009.
ZANETTINI, P. E.; SILVA, S. F. S. M. **Avaliação arqueológica Capela das Mercedes, município de São Luis de Paraitinga, São Paulo**. Versão 1. Relatório apresentado ao CNA IPHAN, 2010.
ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, jul./set. 2016.

Relatórios

AMBIENTO CONSULTORIA. **Resultado do Levantamento/Diagnóstico, Prospecção e Resgate Arqueológico da Área sob Influência da PCH Cachoeira da Fumaça, Município de Coroaci, Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, nov. 2010.
ARCADISLOGOS. **Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas Áreas de Influência do Projeto Máxima Capacidade (PMC) DA Samarco Mineração S.A**., Municípios de Mariana e Ouro Preto – Minas Gerais: Pedido de autorização para realização de diagnóstico e prospecção arqueológica. São Paulo, out. 2014.
ARKAIOS CONSULTORIA. **AHE Baguari Programa de resgate arqueológico**: Relatório final. Belo Horizonte, abr. 2014.
ARKAIOS CONSULTORIA. **Pequena Central Hidrelétrica Pipoca: Programa de Prospecção Arqueológica**, Relatório Final. Belo Horizonte, ag. 2006.
ARKAIOS CONSULTORIA. **Programa de Prospecção Arqueológica: Projeto de ampliação da mina de Fazendão**. Belo Horizonte, abril 2014.
ARKAIOS CONSULTORIA. **Termo de Ajustamento de Conduta da UHE Candonga**: Programa de Prospecção Arqueológica Suplementar, Relatório Final, maio 2006.
ARTEFACTO CONSULTORIA. **Diagnóstico Arqueológico nas Áreas de Abrangência da Mina Del Rey**. Ibirité, dez. 2011.
ARTEFACTO CONSULTORIA. **Laudo Arqueológico não interventivo, Pesquisa Geológica Mirandinha**, Município de Ouro Preto, fev. 2014.
ARTEFACTTO CONSULTORIA. **Evidenciação das Estruturas Remanescentes do Jardim do Antigo Palácio Episcopal**: Relatório final. Ibirité, dez. 2010.
BOURSCHEID S.A. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Gasoduto Cacimbas** – Catu. Petrobras, 2005.
BOURSCHEID S.A. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Gasoduto Cacimbas** – Catu – Revisão da Diretriz do EIA. Petrobras, 2006.
BRANDT MEIO AMBIENTE. **Relatório Diagnóstico Arqueológico Complementar prospecção Arqueológica nas Áreas de Abrangência do Empreendimento Alegria E**, jul. 2009.
COSTA, Fernando W da S. **Diagnóstico Arqueológico interventivo nas áreas direta e indiretamente impactadas pela construção da LT Mesquita** – Viana II, entre os municípios de Ipatinga (MG) e Viana (ES). Relatório Final, dez. 2010.
COSTA, Henrique Antônio Valadares. R**elatório de Diagnóstico Arqueológico em Levantamento Geofísico Sísmica 3D** – Ibiribas. Linhares, ES. Petrobras, Vitória, 2010.
CSL - CONSULTORIA ENGENHARIA E ECONOMIA. **Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica no Âmbito do Projeto de Ampliação da Capacidade e Modernização da BR-381**, Trecho Governador Valadares - Belo Horizonte (306 Km) /MG-DNIT: Relatório final. Belo Horizonte, maio 2012.
DAM PROJETOS DE ENGENHARIA**. Linha de Transmissão 2 AHE Aimorés/MG - UHE Mascarenhas/ES em 230KV.** Estudo Ambiental - Diagnostico Arqueológico. Projeto de Pesquisa, maio 2005.
DELPHI Projetos e Gestão. **PCH Furquim: Pedido de Autorização para Prospecção Arqueológica ao IPHAN**, Belo Horizonte, jul. 2006.

EMPARQ ARQUEOLOGIA**. Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural PCH de Santo Antônio do Porto**. Juiz de Fora, jul. 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Arquitetura. **Patrimônio Cultural do Espírito Santo.** Secretaria de Estado de Cultura / Conselho Estadual de Cultura. Vitória, 2009.

FUNDAÇÃO RENOVA. Relatório Mensal – **Comitê Interfederativo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**. Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/fundacao-renova-emite-setimo-relatorio-sobre-o-andamento-dos-programas>.

FUNDAÇÃO RENOVA. Relatório Mensal – **Comitê Interfederativo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**. Agosto de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/fundacao-renova-emite-setimo-relatorio-sobre-o-andamento-dos-programas>.

FUNDAÇÃO RENOVA. Relatório Mensal – **Comitê Interfederativo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.** Julho de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/fundacao-renova-emite-setimo-relatorio-sobre-o-andamento-dos-programas>.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Estudos Arqueológicos na Área de Implantação do Gasoduto Gasene Cacimbas** – Catu - Pojuca. Linhares, março 2005a.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. Monitoramento Arqueológico - **Relatório Parcial Maio / 2008 a fevereiro / 2009 Gasoduto Cacimbas – Catu.** Petrobras, Recife, maio 2009. Coordenação Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Plano de Trabalho do Resgate Arqueológico, Monitoramento de Educação Patrimonial** – Área de Implantação do Gasoduto Cacimbas – Catu. Recife, jan. 2008a.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Projeto de Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial** – Área de Implantação do Gasoduto Cacimbas - Catu. Recife, abril 2006c.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Relatório da Prospecção Arqueológica Gasoduto Cacimbas** - Catu – Variante Rio Preto. Recife, 2005b.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Relatório Final da Prospecção Arqueológica** – Área de Implantação do Gasoduto Cacimbas - Catu. Recife, abril 2006a.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Relatório Final da Prospecção Arqueológica Área de Implantação do Gasoduto Cacimbas** – Catu – ANEXOS. Fichas de Registro de sítios e ocorrências arqueológicas. Recife, abr. 2006b.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Relatório Final do Programa de Salvamento e Monitoramento Arqueológico do Gasoduto Cacimbas** - Catu (04 Volumes), novembro 2010. Coordenação Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin. GONZÁLES, Érika Marion. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico, Cultural e paisagístico** (diagnóstico) mineroduto Morro do Pilar e Porto Norte Capixaba. Mun em MG e ES (Colatina, Marilândia, Linhares e Baixo Guandu). Relatório Final, Manabi / Documento, fevereiro 2014.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Salvamento Arqueológico**, Relatório Técnico Final (Volumes I e II), 2008b.

GRUPO DA FORÇA-TAREFA. Governo do Estado de Minas Gerais - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. **Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG**. fev. 2016. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf>.

IBAMA, **Relatório Geral de Vistoria, Operação Águas, Fase Argos, Etapa III.** Núcleo de Apoio Permanente ao Rio Doce, mar. 2017

IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar. Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. nov. 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf>.

INGA ENGENHARIA E CONSULTORIA. **Programa de Diagnóstico Arqueológico: Avaliação e levantamento do potencial arqueológico do AHE Resplendor**, dez. 2010.

INGA ENGENHARIA E CONSULTORIA. **Programa de Diagnóstico Arqueológico: Avaliação e levantamento do potencial arqueológico do AHE Crenaque**, dez. 2010.

IPHAN/CONSÓRCIO CANDONGA. **Projeto: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos:** Atualização Banco de Dados do IPHAN, 3º Relatório de Atividades, Volume 1, Belo Horizonte, setembro 2006.

JULIANI, Lucia de Jesus Cardoso de Oliveira e BROCHIER, Laércio Loiola. **Diagnóstico Arqueológico do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho** – TABR e Dutos de Interligação com o Pólo Cacimbas, Municípios de Aracruz e Linhares. Petrobras / Biodinâmica / A Lasca Arqueologia, nov. 2008.

JULIANI, Lucia. **Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR – 101 / ES/BA, do km 939,4 ao km 956,9** no Estado da Bahia e do km 0,0 ao km 244,9 no Estado do ES. Apoio UESC/Sta Cruz; Museu Hist da Serra / PMSM. Municípios Pedro Canário, Pinheiros, Conc da Barra, SM, Jaguaré, Sooretama, Linhares, Aracruz, João Neiva, Ibiraçu, Fundão e Serra (ES); Mucuri (BA). Projeto de Pesquisa. Ecorodovias / Concremat, São Paulo, ago. 2014.

JULIANI, Lucia. **Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR – 101 / ES/BA, do km 939,4 ao km 956,9** no Estado da Bahia e do km 0,0 ao km 244,9 no Estado do ES. Relatório Técnico Diagnóstico Interventivo. Municípios Pedro Canário, Pinheiros, Conc da Barra, SM, Jaguaré, Sooretama, Linhares, Aracruz, João Neiva, Ibiraçu, Fundão e Serra (ES); Mucuri (BA). Ecorodovias / Concremat, São Paulo, out. 2015.

LA SALVIA, Eliany Salaroli. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico em área destinada à extração de areia, poligonal 896.002/2015 (49,9 ha),** Dakota Mineração Ltda., município de Linhares/ES. Dakota / Arkeos, Ouro Preto, maio de 2017. MACHADO, Christiane Lopes. Prospecção de Sítios Arqueológicos na Reserva Florestal de Linhares, ES. Relatório Técnico. Florestas Rio Doce, Linhares, 1994.

MACHADO, Christiane Lopes. **Atualização do Cadastro de Sítios Arqueológicos no Espírito Santo. Relatório Final – RT. Rhea 2008_063**, Rhea Estudos e Projetos Ltda / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vitória, ago. 2008c.

MACHADO, Christiane Lopes. **Caracterização Arqueológica em Áreas da Aracruz Celulose S/A no Estado do Espírito Santo.** Relatório Final. RT 031/2005. Rhea Estudos e Projetos Ltda, Vitória, jun. 2005b.

MACHADO, Christiane Lopes. **Caracterização Arqueológica em Áreas da Aracruz Celulose S/A no Estado do Espírito Santo.** Relatório Final. RT 2007-016 Rhea Estudos e Projetos Ltda, Vitória, mar. 2007.

MACHADO, Christiane Lopes. **Caracterização Arqueológica em Áreas da Aracruz Celulose S/A nos Estados do Espírito Santo e Bahia.** Relatório Técnico RT 2008_23 Rhea Estudos e Projetos Ltda, Vitória, jun. 2008a.

MACHADO, Christiane Lopes. **Diagnóstico Arqueológico na Área do Aterro Sanitário de Colatina / ES. Relatório Técnico.** RT. Rhea 2009_042, Rhea Estudos e Projetos / Vereda Estudos e Execução de Projetos, Vitória, set. 2009.

MACHADO, Christiane Lopes. **Diagnóstico Arqueológico no Residencial Jardins dos Lagos. Relatório Técnico RT.** Rhea 2011_153, Rhea Estudos e Projetos Ltda. Vitória, dez. 2011.

MACHADO, Christiane Lopes. **Diagnóstico Arqueológico para Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Porto Norte Capixaba, Linhares ES.** Relatório Técnico, Rhea Estudos e Projetos Ltda / Econservation. Vitória, RT-ECV-038/12, dez. 2012b.

MACHADO, Christiane Lopes. **Levantamento Arqueológico na Área de Ampliação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, Linhares – ES (UTGC fase II).** Relatório de Pesquisa CPM RT 016/05. Rhea Estudos e Projetos Ltda / Cepemar Serviços de Consultoria em Meio Ambiente, jan. 2005a.

MACHADO, Christiane Lopes. **Levantamento do Potencial Arqueológico nas Áreas da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC) e do Gasoduto UTGC** – Praia de Cacimbas. Relatório de Pesquisa. RHEA Estudos e Projetos Ltda. / Petrobras, Vitória, maio 2003.

MACHADO, Christiane Lopes. **Monitoramento Arqueológico na Área do Residencial Jardins dos Lagos**, Linhares / ES. Projeto de Pesquisa 004_2013, Rhea Estudos e Projetos Ltda. Vitória, 2013.

MACHADO, Christiane Lopes. **Prospecção Arqueológica em Obras Associadas ao Projeto REGALP**, Linhares/ ES. Relatório de Pesquisa 2008_51, Rhea Estudos & Projetos Ltda / Petrobras. Vitória, set. 2008b.

MACHADO, Christiane Lopes. **Prospecção Arqueológica na Área do Residencial Jardins dos Lagos.** Relatório de Pesquisa RT. Rhea 2012_52, Rhea Estudos e Projetos Ltda. Vitória, jun. 2012a.

MACHADO, Christiane Lopes. **Prospecção Arqueológica na Área dos Loteamentos Perobas e Esplanada, Linhares – ES.** Relatório Técnico RT_Rhea 035/05. Rhea Estudos & Projetos Ltda. Vitória, ago. 2005c.

MACHADO, Christiane Lopes; SENE, Glaucia Malerba. **Salvamento Arqueológico na Área de Ampliação do Terminal Especializado de Barra do Riacho Portocel, Aracruz, ES.** Relatório Final RT 2008_002, Rhea Estudos e Projetos. Vitória, 2008.

MC CONSULTORIA. **Relatório de Prospecção Arqueológica Linha de transmissão da PCH Barra da Paciência**. Belo Horizonte, ago. 2009.

ORSSICH, Adam. **Relatório Arqueológico do Espírito Santo**. Revista de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo, 20. Vitória, 1981.

PARALELO 20 CONSULTORIA E PROJETOS EM MEIO AMBIENTE. **Programa de Prospecção Arqueológica: Rede de distribuição de gás natural Pólo Vale do Aço - 3ª Etapa,** Relatório Final de Prospecção Arqueológica, jul. 2007

PARALELO 20 CONSULTORIA E PROJETOS EM MEIO AMBIENTE. **Programa de Prospecção Arqueológica LT SE Germano / Secção Ouro Preto 2 - Vitória**: Relatório final de pesquisa. Belo Horizonte, nov. 2009.

PARALELO 20 CONSULTORIA E PROJETOS EM MEIO AMBIENTE. **Projeto: Salvamento Arqueológico da Área Impactada pela Construção da Linha de Transmissão Ouro Preto II – Vitória.** Relatório Final Volume 2. Belo Horizonte, 2000.

PARALELO 20 CONSULTORIA E PROJETOS EM MEIO AMBIENTE. **Relatório Final de Diagnóstico e Prospecção do DNPM 830.578/2006 Fazenda Romão - Distrito Antônio Pereira - Ouro preto/MG**. Belo Horizonte, dez. 2014.

PEREIRA, Daiane. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área diretamente afetada do Loteamento Unique, Linhares/ES.** Perfil/ Peabiru, Vitória, jun. 2016a.

PEREIRA, Daiane. **Relatório Final do Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área diretamente afetada do Loteamento Vivere, Linhares/ES.** Conquista/ Peabiru, Vitória, outubro de 2016b.

PEROTA Celso e TEIXEIRA, João Luiz da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSL-771", Linhares – ES.** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, 1999.

PEROTA, Celso e TEIXEIRA, João Luiz. **Levantamento Arqueológico nas Áreas das Locações "FSR-794", "FSR-17D" e "BCED-18".** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares, jan. 2000a.

PEROTA, Celso e TEIXEIRA, João Luiz. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSJ-28H" Linhares -ES. Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares,** fev. 2000b.

PEROTA, Celso e TEIXEIRA, João Luiz. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSJ-27H" Linhares -ES. Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares,** 2000c.

PEROTA, Celso e TEIXEIRA, João Luiz. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR-718" Linhares -ES. Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares,** 2000d.

PEROTA, Celso e TEIXEIRA, João Luiz. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR-748" Linhares -ES. Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares,** 2000e.

PEROTA, Celso. **Ampliação do Gasoduto Lagoa Parda** - Vitória e Novos Ramais. 1995a.

PEROTA, Celso. **As datações do C-14 dos sítios arqueológicos do Espírito Santo**. Revista de Cultura da UFES, vol.4, nº6. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1975 (a).

PEROTA, Celso. **Central de Gestão Ambiental Linhares. Relatório Final do Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial.** Vitória Ambiental Engenharia e Tecnologia S.A / CTA. 2014a.

PEROTA, Celso. **Considerações sobre a Tradição Aratu nos estados da Bahia e Espírito Santo**. Boletim do Museu de Arte e História, 1. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1971(a). (Arqueologia)

PEROTA, Celso. **Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**: Resultados preliminares do quarto ano. 1968-69. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 15. MPEG, Belém, 1971(b).

PEROTA, Celso. **Diagnóstico Arqueológico com Prospecção da Área de Plantio de Cana de Açúcar da Empresa Linhares Agroindustrial S/A (LASA).** dez 2007a.

PEROTA, Celso. **Diagnóstico arqueológico da Área de Implantação das Usinas Termelétrica Joinville e João Neiva (Linhares – ES).** CTA. Vitória, 2010e.

PEROTA, Celso. **Diagnóstico arqueológico da Área do Empreendimento Complexo Eólico de Linhares. Linhares – ES. EDP / CTA,** Vitória, 2009c.

PEROTA, Celso. **Diagnóstico Arqueológico da Área do Empreendimento Complexo Gás-Químico UFN - IV. Linhares / Aracruz - ES. Petrobras / CTA.** Vitória, 2011a.

PEROTA, Celso. **Diagnóstico Arqueológico na Área de Implantação da LD 138 KV Linhares – Cacimbas.** ago. 2006a.

PEROTA, Celso. **Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas- Fase III.** Petrobras, Linhares 2006b.

PEROTA, Celso. **Diagnóstico Prospectivo na Área de Construção da Estação Degredo. Transportadora Gasene / CTA. Linhares,** out. 2010b.
PEROTA, Celso. **Diagnóstico Prospectivo na Área de Construção da Estação rio Ipiranga**. Transportadora Gasene / CTA. Linhares, novembro de 2010c.
PEROTA, Celso. **Instalação e Pavimentação da Rodovia ES-080 Variante Colatina.** DER/ES, 2009a.
PEROTA, Celso. **Instalação e Pavimentação da rodovia ES-080 variante de Colatina.** Relatório Final do Programa de Monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial. Mun de Colatina. DER/ES, Vitória, 2015a.
PEROTA, Celso. LD 138 KW Colatina / Mascarenhas. AB3, 2007b. Mun. PEROTA, Celso. **Monitoramento Arqueológico na Área das Obras de Implantação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas** – Fase III. 2007c.
PEROTA, Celso. **LDV 138kv Linhares - Cacimbas - Relatório Final do Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial.** Linhares. ESCELSA / CTA, Vitória, 2014b.
PEROTA, Celso. **Levantamento Geofísico terrestre - sísmica 3D Campo Ibiribas. Relatório Final do programa de prospecção e monitoramento arqueológico.** Petrobras, CTA, 2013a. Linhares.
PEROTA, Celso. **Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Campo Fazenda Queimada. Relatório Final do Programa de Prospecção e monitoramento arqueológico.** Municípios de São Mateus, Jaguaré e Linhares, Estado do Espírito Santo. Petrobras / CTA, 2013b.
PEROTA, Celso. **Levantamento Geofísico Terrestre – Sísmica 3D Campo de Jacupemba. Relatório Final do Programa de Prospecção, Monitoramento arqueológico e EP.** Relatório Técnico RT-CAEP-192-004. Linhares. Petrobras / Control Ambiental, ab. 2015d.
PEROTA, Celso. **Levantamento Geofísico Terrestre 3D no Campo Produtor de Fazenda Queimados**. Petrobras / Control Ambiental, 2011c.
PEROTA, Celso. **Levantamento geofísico terrestre sísmica 3D - bloco ES-T466. Relatório do Programa de Prospecção, Monitoramento e Educação Patrimonial. Municípios de Jaguaré e Linhares,** Estado do Espírito Santo. Vipetro, 2015c.
PEROTA, Celso. **Levantamento geofísico terrestre sísmica 3D - Lagoa Sabiá. Relatório Final do Programa de Prospecção, Monitoramento arqueológico e EP. Linhares, ES.** Relatório Técnico RT-CAEP-192-005. Petrobras / Control Ambiental, abr. 2015b.
PEROTA, Celso. **Levantamentos Geofísicos Terrestres Bloco ES T-466**. Vipetro, 2011b.
PEROTA, Celso. **Linha de Transmissão 138 KW SE São Silvano / SE Ângelo Frechiane.** AB3, 2008b.
PEROTA, Celso. **Linhares Agroindustrial S/A LASA. Relatório do Programa de Arqueologia Preventiva Diagnóstico Prospectivo do Empreendimento.** LASA /Bioma, 2011f.
PEROTA, Celso. LT 138 KW – **UTE Linhares / SE Linhares. Linhares Energia / PSG Engenharia,** 2009b.
PEROTA, Celso. **LT 500kV Linhares - Viana. Energética Capixaba / CTA,** 2011d.
PEROTA, Celso. **Monitoramento Arqueológico nos Levantamentos Geofísicos Terrestres (sísmica 3D) no Campo Produtor de São Rafael.** Linhares. Petrobras /CTA. 2008a.
PEROTA, Celso. **O Sítio Arqueológico "Campus 2". Revista de Cultura da UFES, vol. 3, nº 1. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória,** 1972. (Arqueologia)
PEROTA, Celso. O Sítio Monsarás – evidências arqueológicas. **Dissertação de Mestrado** apresentada a Universidade de São Paulo. 1980.
PEROTA, Celso. **Programa de Arqueologia Preventiva Diagnóstico Arqueológico Levantamento Geofísico Terrestre 3D no Bloco Jacupemba**. Linhares, Control Ambiental, junho 2013e.
PEROTA, Celso. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Loteamento Empresarial Giuclube.** ArqueBios, DT-AB-008/17. jun./2017.
PEROTA, Celso. **Relatório Consolidado dos Programas de Prospecção Arqueológica do COMPLEXO GÁS-QUÍMICO UFN-IV.** Linhares, CTA / Petrobras, jun. 2013f.
PEROTA, Celso. **Relatório de Prospecção Arqueológica COMPLEXO GÁS-QUÍMICO UFN-IV.** Linhares. CTA / Petrobras, 2012.
PEROTA, Celso. **Relatório do Programa de Prospecção Arqueológica nas unidades extramuros e áreas de empréstimo do COMPLEXO GÁS-QUÍMICO UFN-IV**. Linhares e Aracruz, CTA / Petrobras, maio 2013d.
PEROTA, Celso. **Relatório do Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológico Levantamento Geofísico Terrestre sísmica 3D Campo Lagoa Bonita.** Relatório do Programa

de Prospecção e monitoramento arqueológico. Município de Linhares, Estado do Espírito Santo. Petrobras / CTA, 2013c.

PEROTA, Celso**. Relatório do Programa de Prospecções Arqueológicas na Área do Empreendimento Centro de Tratamento e Disposição Adequada de Resíduos Sólidos de Colatina, ES**. Vereda / Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano. Vitória, 2011e.

PEROTA, Celso. **Relatório Final do Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológico Levantamento Geofísico Terrestre – Sísmica 3D Fazenda Santa Luzia.** Município de Linhares, Estado do Espírito Santo. CTA / Petrobras, 2014c.

PEROTA, Celso. **Relatório Final do Programa de Prospecção e Monitoramento Arqueológico Levantamento Geofísico Terrestre 3D Barra do Ipiranga.** Municípios de Linhares, São Mateus e Jaguaré, Estado do Espírito Santo. CTA / Petrobras, 2014d.

PEROTA, Celso. **Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do Estado do Espírito Santo. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas:** Resultados preliminares do quinto ano. 1969-70. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 26. MPEG, Belém, 1974.

PEROTA, Celso. **Sítios Arqueológicos e Acervo Pré-Histórico no Espírito Santo**. Revista da Fundação Jones dos Santos Neves, v.2, n.4. Vitória, 1979.

PEROTA, Celso. **Usina Termoelétrica de Cacimbas (UTE Cacimbas) Usina Termoelétrica Escolha (UTE Escolha). CTA,** 2010a.

PEROTA, Celso. **Usina Termoelétrica Mundi - Linhares I. PFX Engenharia** / Centro de Estudos Ambientais. Vitória, 2010d.

PERUAÇU ARQUEOLOGIA. **Arqueologia Preventiva na Área da Mina Barlão/Barroca Mineração Viamar Mariana/MG:** Relatório Diagnóstico e Prospecção, mar. 2014.

PETROBRAS. **Levantamento de Dados Arqueológicos: Descrição dos principais Estudos Arqueológicos realizados na Área do Campo de Produção de Petróleo e Gás de Cancã (CNC).** Linhares, ES. maio 2017.

PROGRAMA MONUMENTA; IPHAN. **Patrimônio Arqueológico: "Evidenciação e Resgate do Patrimônio Arqueológico remanescente na área de entorno do imóvel identificado como "Capela de Santo Antônio",** Mariana-MG". Relatório Final, jan. 2006.

PROUS, André. **Relatório do Projeto Arqueologia da Cultura Tupiguarani no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SAMARCO MINERAÇÃO S. A. **Relatório de Monitoramento e Capacitação Patrimonial das Atividades de Remoção de Rejeito da Região de Bento Rodrigues** – Mariana/MG – Semana 6, set. 2016. file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Relatorio%20de%20Monitoramento%20Semanal%2024.09%20a%2030.09%20(1).pdf

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. **Relatório Mensal – Comitê Interfederativo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.** Junho de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/fundacao-renova-emite-setimo-relatorio-sobre-o-andamento-dos-programas>.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. *Relatório Mensal* – **Comitê Interfederativo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**. Maio de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/fundacao-renova-emite-setimo-relatorio-sobre-o-andamento-dos-programas>.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. *Relatório Mensal* – **Comitê Interfederativo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.** Abril de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/fundacao-renova-emite-setimo-relatorio-sobre-o-andamento-dos-programas>.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. *Relatório Mensal* – **Comitê Interfederativo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**. Novembro de 2015 a Março de 2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/fundacao-renova-emite-setimo-relatorio-sobre-o-andamento-dos-programas>.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina (coord.). **Diagnóstico Prospectivo Gasoduto Cacimbas – Vitória.** 2005a.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina (coord.). **Projeto de Monitoramento e Programa de Educação Patrimonial Dutos Cacimbas / Barra do Riacho.** Museu de Arqueologia e Etnologia / Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina (coord.). **Relatório do Diagnóstico Prospectivo Dutos Cacimbas** / Barra do Riacho. São Paulo, 2008.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina (coord.). **Relatório Final e Programa de Educação Patrimonial Projeto Diagnóstico Arqueológico do Gasoduto Cacimbas - Vitória.** São Paulo, outubro de 2005b.

SCIENTIA CONSULTORIA. (2005). P**rojeto de Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1,** São Mateus, ES. Relatório Final.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, Espírito Santo. **Patrimônio Cultural do Espírito Santo** - Arquitetura. Conselho Estadual de Cultura, SECULT. Vitória, 2009.

SETE SOLUÇÔES E TECNOLOGIA AMBIENTAL. **Diagnóstico Arqueológico da Expansão da Mina Fábrica Nova: Relatório Final.** Belo Horizonte, mar. 2010.

SETE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL. **Diagnóstico de bens culturais na área da otimização da barragem de disposição de rejeito de Fundão:** Relatório final, diagnóstico e prospecção do patrimônio arqueológico. Belo Horizonte, nov. 2012.

SETE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL. **Levantamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico das Minas da Samarco no distrito de Alegria**. Belo Horizonte, out. 2001.

SILVA, Osvaldo Paulino. **Levantamento Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230 Kv Mascarenhas – Verona**, Georquealogia Pesquisa Cientifica LTDA. outubro 2007.

SILVA, Osvaldo Paulino. **Programa de Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230 Kv Mascarenhas – Verona / Espírito Santo**. Relatório Final de Pesquisa. Geoarqueologia / Florianópolis, 2014.

SILVA, Osvaldo Paulino. **Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230 Kv Mascarenhas – Verona / Espírito Santo.** Relatório Parcial de Pesquisa. Geoarqueologia Pesquisa Cientifica Ltda. Florianópolis, SC, novembro 2008.

SIMBIOS. Consultoria Ambiental. Parque Estadual de Itaúnas: Diagnóstico Ambiental. Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado para Assessoria do Meio Ambiente. Julho, 2000.

SOUZA, Letícia M. S. de. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada pelo Loteamento Empresarial Linha Sul II - Linhares, ES.** Relatório Técnico - RT-ECV-178/16, Econservation, setembro de 2016a.

SOUZA, Letícia M. S. de. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área dos Loteamentos Morada do Lago e Nova Morada do Lago, no Município de Linhares (ES).** Vila Velha, junho de 2017c.

SOUZA, Letícia M. S. de. **Diagnóstico Arqueológico Interventivo na ADA e AID do ramal ferroviário Colatina - Linhares. Municípios de Colatina e Linhares, Estado do Espírito Santo.** Relatório Técnico – RT-ECV-070/14, Manabi / Econservation. Outubro 2014.

SOUZA, Letícia M. S. de. **Diagnóstico, Prospecção Arqueológica Interventiva e EP nas ADA e AID do Oleoduto entre a Estação Fazenda São Rafael e a Estação Fazenda Alegre.** Relatório BR 01/15. Petrobras / Apice, setembro 2015. Município de Linhares, São Mateus e Jaguaré.

SOUZA, Letícia M. S. de. E COSTA, Fernando W. da Silva. **Educação Patrimonial, Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento Prospectivo nas áreas afetadas pelas obras de construção do Gasoduto 4" Jacupemba-Cancã – Relatório Final. Município de Linhares**, Estado do Espírito Santo. Petrobras / LENC, Relatório BR 001/13. Vila Velha, dezembro de 2013.

SOUZA, Letícia M. S. de. E COSTA, Fernando W. da Silva. **Educação Patrimonial, Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento prospectivo (sistemático) de subsuperfície no segmento rodoviário do Contorno da UTGC – Petrobras, em Linhares – ES.** Relatório Final. Petrobras / LENC, abril de 2014.

SOUZA, Letícia M. S. de. **Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico LT 230 KV SE Linhares II - SE São Mateus II, municípios de Linhares, Rio Bananal, Sooretama, Vila Valério, Jaguaré e São Mateus / ES.** Relatório Técnico - RT-ECV-126/17, Econservation, maio de 2017b.

SOUZA, Letícia M. S. de. **Resgate Arqueológico do Sítio Sossego III, na área do Loteamento Residencial Lagoa Park II. Município de Linhares**, ES. Relatório Parcial. CBL Desenvolvimento Urbano. Vila Velha, abril de 2017a.

SOUZA, Letícia M. S. de. **Solicitação de Autorização para Realização de Programa de Resgate Arqueológico do Sítio Sossego III, inserido no Loteamento Lagoa Park II, Município de Linhares (ES).** CBL Desenvolvimento Urbano. Vila Velha, setembro de 2016b.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. "**Levantamento Arqueológico do Programa Sísmico 3D "Lagoa Parda**" - Linhares (ES). Relatório Final, abril 2005c.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Acompanhamento e monitoramento arqueológico das obras da Usina Termelétrica Linhares.** Município de Linhares, ES. Ambiental Norte, Relatório de Pesquisa, novembro 2009b.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Diagnóstico do potencial arqueológico Usinas Termelétricas Linhares II e II - Município de Linhares - ES.** Ambiental Norte, Relatório de Pesquisa, fevereiro 2010a.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Diagnóstico do potencial arqueológico "Linha de Transmissão UTE Linhares / Subestação Escelsa (Bairro Colina)** - Município de Linhares, ES". Ambiental Norte, Relatório de Pesquisa, abril 2010b.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Diagnóstico Preliminar de Potencial Arqueológico na Área de Influência Direta do Empreendimento Usina Termelétrica Linhares Energia**, município de Linhares, ES. Ambiental Norte, Relatório de Pesquisa, maio 2008.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Diagnóstico Preliminar de Potencial Arqueológico na Área de Influência do Empreendimento: Rede de Distribuição de Gás Canalizado para os Segmentos Industrial, Comercial, Residencial e Veicular em Linhares** - ES. São Mateus, agosto 2005e.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Estudo de Arqueologia Preventiva – 'Diagnóstico' - na Área de Influência do Empreendimento "*Loteamento Residencial VITALI*", Município de Colatina (ES)**. Relatório de Pesquisa, CBL Desenvolvimento Urbano Ltda, fevereiro de 2015a.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Estudo de Arqueologia Preventiva – Programa de Prospecção Interventiva - na área diretamente afetada pelo "Loteamento Residencial Lagoa Park II"**, Município de Linhares (ES). Relatório de Pesquisa, CBL / ES Ambiental, Maio / 2015b.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSL-111" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, 1999b.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSL – 835" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000g.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSL – 869" Linhares – ES.** Relatório Final, setembro 2000h.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 17D" Linhares – ES.** Relatório Final, setembro 2000i.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR-713" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000j.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 717" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000k.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 734A" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000l.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 743" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000m.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 746A" Linhares –** ES. Relatório Final, setembro 2000n.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 756" Linhares – ES.** Ambiental Norte, setembro 2000o.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação FSR – 782" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000p.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 795" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000q.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 799" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000r.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSR – 764A" Linhares – ES.** Relatório Final, setembro 2000s.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área do Programa Sísmico 3D São Jorge Norte.** Ambiental Norte, janeiro 2001a.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área do Programa Sísmico 3D São Jorge Sul.** Ambiental Norte, janeiro 2001b.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área de Influência Direta do Programa Sísmico 3D BT-ES-22.** Relatório 2004a.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área do Programa Sísmico 3D "BT ES 27" – Linhares (ES).** Relatório Final, maio 2005d.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "LB-3H" Linhares - ES.** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares, fevereiro 2000b.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação "FSL-733", "FSL-761" Linhares - ES.** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares, novembro 2000t.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área da Locação CAN-5, Linhares (ES).** Petrobras. São Mateus, abril 2002b

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área do Programa Sísmico 3D "BT-ES-14" – Linhares (ES)**. Relatório Final, março 2005b.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico nas Áreas das Locações "MA-19H", "FSL-754", "FSL-738", "FSL-788", "FSL-740", "FSR-75", "FSR-747", "FSR-709", "FSR-789", "FSR-789A", "SM-78H" Linhares-ES.** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares, junho 2000d.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico nas Áreas das Locações "FSL-722", "FSR-753", "FSR-764", "FSJ-29H". Linhares-ES**. Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares, julho 2000e.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico nas Áreas das Locações "PDA-01" e "LOC-B", Linhares -ES.** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, São Mateus, abril 2001c.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico nas Áreas das Locações "SFA-1", "SFA-2", "BREG-22", "BREG-17", "BREG-20", "BREG-18", "BREG-21", "BREG-24", "BREG-23", "BREG-19", "BREG-25",** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares, abril 2001d.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico nas Áreas das Locações "BCED-35", Linhares - ES.** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, São Mateus, maio 2001e.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento arqueológico nas áreas das locações "SNE-01", "FSR-788", "FSR-760", "FSR-726", Linhares -ES.** Relatório Final. Petrobras / Ambiental Norte, Linhares, setembro 2001f.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico nas Áreas de Influência Direta do Programa Sísmico 3D "BT-ES-14", e "Lagoa Parda" Linhares - ES.** Petrobras / Ambiental Norte, São Mateus, novembro 2004b.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento Arqueológico nas Áreas de Influência Direta do Programa Sísmico 3D "BT-ES-27", Linhares-ES.** Petrobras / Ambiental Norte, São Mateus, junho 2006a.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Levantamento e Cadastramento dos Sítios Arqueológicos na Área do "Programa Sísmico 3D Norte – ES".** Março 2000c.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Levantamento e Prospecção Arqueológica na Faixa de Intervenção Direta do Empreendimento: Rede de Distribuição de Gás Canalizado para os Segmentos Industrial, Comercial, Residencial e Veicular em Linhares - ES.** Projeto de Pesquisa. São Mateus, setembro 2005f.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. L**evantamento Sísmico 3D Norte Extensão ES.** Linhares. Petrobras / Ambiental Norte, 2001g.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **LT UTE Linhares / SE Escelsa - Município de Linhares - ES. Estudo de Arqueologia Preventiva, Programa de Prospecção Arqueológica.** Linhares Geração /Ambiental Norte, outubro 2010d.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Monitoramento e Acompanhamento Arqueológico, Educação Patrimonial e Eventual Resgate Arqueológico na Implantação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) de Linhares (ES)**. Relatório 01 – julho de 2011a. Petrobras.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Monitoramento e Acompanhamento Arqueológico, Educação Patrimonial e Eventual Resgate Arqueológico na Implantação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) de Linhares (ES).** Relatório 02 – agosto de 2011b. Petrobras.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Monitoramento e Acompanhamento Arqueológico, Educação Patrimonial e Eventual Resgate Arqueológico na Implantação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) de Linhares (ES).** Relatório 03 – setembro de 2011c. Petrobras.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Monitoramento e Acompanhamento Arqueológico, Educação Patrimonial e Eventual Resgate Arqueológico na Implantação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) de Linhares (ES).** Relatório 04 – outubro de 2011d. Petrobras.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Monitoramento e Acompanhamento Arqueológico, Educação Patrimonial e Eventual Resgate Arqueológico na Implantação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) de Linhares (ES).** Relatório 05 – novembro de 2011e. Petrobras.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Monitoramento e Acompanhamento Arqueológico, Educação Patrimonial e Eventual Resgate Arqueológico na Implantação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) de Linhares (ES).** Relatório 05 – novembro de 2011f. Petrobras.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. Projeto de Pesquisa "Senhores do Litoral": a Sociedade Tupinambá na Floresta Ombrófila Densa dos Tabuleiros do Norte do Espírito Santo. Janeiro de 2006. Linhares, São Mateus e Conceição da Barra / ES. **Projeto de doutorado, MAE – USP.**

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Prospecção Arqueológica na Área Diretamente Afetada pelo Empreendimento Usina Termelétrica Linhares, município de Linhares, ES.** Ambiental Norte, Relatório de Pesquisa, maio 2009a.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. **Relatório de Pesquisa Levantamento e prospecção arqueológica na faixa de intervenção direta do empreendimento Rede de Distribuição de Gás Natural Canalizado para os Segmentos Industrial, Comercial, Residencial e Veicular em Linhares / ES**. Ambiental Norte, Linhares, janeiro 2006b.

TEIXEIRA, João Luís da Cunha. Resgate do "**Sítio Arqueológico Perobas**" – Loteamentos Perobas e Esplanada – Município de Linhares - ES. Outubro 2005g.

TEIXEIRA, João Luis da Cunha. **Usinas Termelétricas Linhares II e II. Município de Linhares - ES. Estudo de Arqueologia Preventiva, Fase de Instalação, Programa de Prospecção Arqueológica**. Linhares Energia SA / Ambiental Norte, setembro 2010c.

TEIXEIRA, João Luiz da Cunha. **Levantamento Arqueológico na Área do Programa Sísmico 3D "BT-ES-22" Linhares (ES).** Ambiental Norte, Relatório Final, fevereiro 2005a.

TEIXEIRA, João Luiz da Cunha. **Levantamento arqueológico nas áreas das locações "FSR – 718"; "FSJ – 27H"; "FSR – 748"; "SNE – 01"; "FSR – 788"; "FSR – 760"; "FSR – 726"; "LB – 3H"; "BREG-24"; Linhares – ES.** Relatório Final. Ambiental Norte, janeiro 2000a.

TENÓRIO, Maria Cristina**. Complementação do Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico para o Duto de LGN – Cabiúnas** – REDUC- OSDUC II. 2001.

TENÓRIO, Maria Cristina. **Levantamento Arqueológico da Área de Influência Direta e Indireta do OSDUC II/Cabiúnas.** 2000.

TEXEIRA, João Luis da Cunha. L**evantamento Arqueológico na Área da Locação "FSL – 728H (738)" Linhares – ES.** Relatório Final, Ambiental Norte, setembro 2000f.

TEXEIRA, João Luis da Cunha**. Levantamento e Cadastramento das Ocupações Humanas Pré-históricas: Arqueologia e Preservação na Planície Costeira do Rio Doce ES-Brasil**. Projeto de Pesquisa, 1999c.

VILLAGRAN, Ximena Suarez. **Arqueologia do Litoral Norte do ES: Sambaquis do Município de Linhares.** Projeto Científico. Processo de Portaria de Pesquisa. Instituto de Geociências – USP, São Paulo, 2014.

VILLAGRAN, Ximena Suarez. Arqueologia do Litoral Norte do ES: Sambaquis do Município de Linhares. **Relatório Técnico de Atividades,** 2015 – 2016. São Paulo, maio de 2016.

XAVIER, Leandro Augusto. **Diagnóstico arqueológico LT 230 kv Mascarenha – Linhares. Relatório Técnico CPM RT 329/11, Cepemar / Furnas**. Vitória, novembro, 2011b. Mun ES: Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares.

XAVIER, Leandro Augusto. **Programa de Arqueologia Preventiva e Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico. Projeto de Salvamento Arqueológico da LT 230 kv Mascarenhas – Linhares, Linhares / ES.** Relatório Final, CP+ RT 233/15. Vitória, novembro de 2015.

XAVIER, Leandro Augusto. **Programa de Prospecção arqueológica Linha de Transmissão Mesquita / Viana - MG/ES. Laudo Técnico Vol. 2 – Trecho do Espírito Santo KM 01 ao KM 08 – SE Viana – Viana 2, KM 202 ao 252 – SE Mesquita – Viana 2.** Paralelo 20, maio de 2011a.

XAVIER, Leandro Augusto. **Relatório Final de Prospecção Arqueológica LT 230 kv Mascarenhas – Linhares / ES.** Relatório Técnico CP+ RT 191/13. Eletrobrás Furnas / CP+, Vitória, julho 2013.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA (2009). **Programa de Resgate Arqueológico Distrito Industrial de Jeceaba, Município de Jeceaba, Minas Gerais**. Relatório Final de Resgate Arqueológico.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2008). **Programa de Diagnóstico, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico da Ferrovia Transnordestina, Trecho Salgueiro – Porto de Suape,** Estado do Pernambuco. Relatório Final da Etapa de Prospecções Extensivas e Interventivas.

Documentos

CONSELHO DA EUROPA, **Recomendação Europa:** sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de ministros em 11 de setembro de 1994 por ocasião do 543o encontro de vice-ministros. Local não especificado: Conselho Europa, 1995.

CONSELHO DA EUROPA, **Support Culture and Museums to Face the Global Crisis and Build the Future**, Lisbon Declaration, Lisboa: Icom, 2013.
ICOM – **International Council of Museuns**, Anual Report 2015,
ICOMOS, **Declaração de Xi'an Sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do Patrimônio Cultural**. Xi'an, Xian: ICOMOS. 2006.
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (2016). Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo - **Força Tarefa Rio Doce.** Autos nº 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400. *Ação Civil Pública com pedido de Liminar Inaudita Altera PARS.* Disponível em http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco.
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2015). Procuradoria da República no município de Colatina/ES. **Ofício Circular 006/2015 PRM COL-JMS**.
MUNICÍPIO DE AIMORÉS – MG. Quadro II. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Janeiro de 2010 / Exercício de 2011
MUNICÍPIO DE AIMORÉS – MG. Quadro II. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. 2012.
MUNICÍPIO DE AIMORÉS – MG. Quadro II. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. 2013.
MUNICÍPIO DE ALPERCATA - MG. Ofício 03/2011. Quadro II. Janeiro de 2007
MUNICÍPIO DE ALPERCATA - MG. Ofício 03/2011. Quadro II. Janeiro de 2011.
MUNICÍPIO DE ALPERCATA - MG. Ofício 03/2011. Quadro II. Janeiro de 2012
MUNICÍPIO DE BARRA LONGA – MG. Atualização do inventário do Município de Barra Longa, Minas Gerais. 2006.
MUNICÍPIO DE BARRA LONGA – MG. Pasta Quadro IV. Item 4 (Quadro II). Exercício de 2004.
MUNICÍPIO DE BARRA LONGA – MG. Pasta Quadro IV. Item 4 (Quadro II). 2005.
MUNICÍPIO DE BARRA LONGA – MG. Quadro II - Conjunto II – Plano de Inventário. 2015.
MUNICÍPIO DE BARRA LONGA – MG. Quadro II - Conjunto II – Plano de Inventário. 2008.
MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. 2011.
MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. 2013.
MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE – MG. Plano de Inventário. 2004.
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO. IPAC. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Número 1/2003.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Material de Comprovação para Pontuação no ICMS. Patrimônio Cultural para o Ano 2000. Complementação. 2000.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Plano de Inventário de Caratinga/MG. Março de 2007.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Plano de Inventário de Caratinga/MG. Abril de 2008.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Quadro II. Plano de Inventário. 2009.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Quadro II. Plano de Inventário. 2011.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Quadro II. Plano de Inventário. 2015.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Quadro II. Plano de Inventário. Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Caratinga. 2004.
MUNICÍPIO DE CARATINGA – MG. Quadro II. Plano de Inventário. Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Caratinga. Abril de 2005.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2001.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2002.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2003.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2004.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2005.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2006.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2007.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2009.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2010.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2011.
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2012/ Exercício de 2013.
MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. Março de 2009.
MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2010.
MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2011.
MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2012.

MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2014.
MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2015.
MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO. Plano de Inventário do Município de Córrego Novo. Março de 2006.
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO. Quadro II. Plano de Inventário. 2008 – Exercício 2009.
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO. Quadro II. Plano de Inventário. 2011.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. Setembro de 2005.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2008.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2009.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2010.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2011.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2013.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2015.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Listagem dos bens inventariados no IPACH/2013 / Exercício de 2014.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2002.
MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. Abril de 2003 (exercício de 2004).
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. Março de 2004.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. Março de 2005.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. Março de 2007.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. 2008.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. 2009.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. 2010.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. 2011.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. 2013.
MUNICÍPIO DE GALILÉIA. Plano de inventário do município de Galiléia. 2015.
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2004.
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. Março 2008.
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2009.
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2012.
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2015.
MUNICÍPIO DE IAPU. Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Iapu. 2007.
MUNICÍPIO DE IAPU. Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Iapu. 2008.
MUNICÍPIO DE IAPU. Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Iapu. 2009.
MUNICÍPIO DE IAPU. Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Iapu. 2010.
MUNICÍPIO DE IAPU. Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Iapu. 2012.
MUNICÍPIO DE IAPU. Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Município de Iapu. 2013.
MUNICÍPIO DE IAPU. Plano de Inventário. 2005 / Exercício de 2006.
MUNICÍPIO DE IPABA. Plano de Inventário. 2006.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 1996.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2002.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2003.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2004.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2005.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2006.

MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2007.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2008.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2009.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2011.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. 2015.
MUNICÍPIO DE IPATINGA. Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Ipatinga. IPAC-IP. 2000.
MUNICÍPIO DE ITUETA – MG. Plano de Inventário 2006.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana. Atualização do Plano de Divulgação, 2014.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana. Atualização do Plano de Divulgação, dezembro de 2013 – exercício 2015.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Prefeitura Municipal de Mariana – abril 2003.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2004.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2005.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2006.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2007.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2008.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2009.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2010.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2011.
MUNICÍPIO DE MARIANA – MG. Relação de Bens Inventariados 2012.
MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA – MG. Plano de Inventário. 2011.
MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA – MG. Plano de Inventário. 2012.
MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA – MG. Plano de Inventário. 2015.
MUNICÍPIO DE MARLIÉRIA – MG. Relação dos nomes das áreas e respectivos bens culturais inventariados e ano do inventário (últimas datas 2013)
MUNICÍPIO DE PERIQUITO – MG. Plano de Inventário 2004.
MUNICÍPIO DE PERIQUITO – MG. Plano de Inventário 2007.
MUNICÍPIO DE PERIQUITO – MG. Plano de Inventário 2008.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário de Acervo Cultural exercício 2015.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2007.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2008.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2009.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2010.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2011.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2012.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2013.
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA – MG. Inventário do Acervo Cultural – abril de 2014.
MUNICÍPIO DE RAUL SOARES – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural - abril de 2003 (exercício 2004).
MUNICÍPIO DE RAUL SOARES – MG. Plano de Inventário Local – Revisão e Atualização – abril de 2003 (exercício 2004).
MUNICÍPIO DE RAUL SOARES – MG. Relação de Bens Inventariados exercício 2013 – 2015.
MUNICÍPIO DE RAUL SOARES – MG. Relação de Bens Inventariados, ano de ação: abril de 2008 a abril de 2009.
MUNICÍPIO DE RAUL SOARES – MG. Relação de Bens Inventariados, ano de ação: janeiro de 2011 a dezembro de 2011.
MUNICÍPIO DE RAUL SOARES – MG. Relação de Bens Inventariados, ano de ação: janeiro de 2012 a dezembro de 2012.
MUNICÍPIO DE RAUL SOARES – MG. Relação de Bens Inventariados, ano de ação: 2014.
MUNICÍPIO DE RESPLENDOR – MG. Bens Inventariados – ano 2013 / exercício 2015.
MUNICÍPIO DE RESPLENDOR – MG. Plano de Inventário Prefeitura Municipal de Resplendor 2007.
MUNICÍPIO DE RESPLENDOR – MG. Plano de Inventário. 2011.
MUNICÍPIO DE RESPLENDOR – MG. Plano de Inventário. 2013
MUNICÍPIO DE RIO CASCA – MG. Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural. Exercício 2015.
MUNICÍPIO DE RIO CASCA – MG. Plano de Inventário Local – Revisão e Atualização – abril de 2003 (exercício 2004).

MUNICÍPIO DE RIO DOCE – MG. Plano de Inventário do Acervo Cultural Local. Listagem dos Bens Inventariados no IPAC 2011/exercício 2012.
MUNICÍPIO DE RIO DOCE – MG. Plano de Inventário do Acervo Cultural Local. 2013.
MUNICÍPIO DE RIO DOCE – MG. Plano de Inventário do Acervo Cultural Local. 2014.
MUNICÍPIO DE RIO DOCE – MG. Plano de Inventário do Acervo Cultural Local. 2015.
MUNICÍPIO DE RIO DOCE – MG. Plano de Inventário do Município de Rio Doce. Data de elaboração: março de 2005. Gestão 2005 – 2008.
MUNICÍPIO DE RIO DOCE – MG. Plano de Inventário do Município de Rio Doce. 2006.
MUNICÍPIO DE RIO DOCE – MG. Plano de Inventário do Município de Rio Doce. 2010.
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local – Revisão de Atualização – abril de 2003 (exercício de 2004).
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local. 2007.
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local. 2009.
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local. 2011.
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local. 2012.
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local. 2013.
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local. 2014.
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO – MG. Plano de Inventário Local. 2015.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2005.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2007.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2008.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2009.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2010.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2011.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2012.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO PARAÍSO – MG. Plano de Inventário 2013.
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural Minas Gerais 2009.
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural Minas Gerais 2010.
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural Minas Gerais 2011.
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural Minas Gerais 2012.
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural Minas Gerais 2013.
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural Minas Gerais 2014.
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural Minas Gerais 2015.
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL – MG. Bens inventariados no exercício de 2011.
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL – MG. Bens inventariados. 2012.
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL – MG. Bens inventariados. 2013
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL – MG. Plano de Inventário 2006 a 2008.
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL – MG. Plano de Inventário 2010.
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL – MG. Plano de Inventário. 2009.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local (IPAC) 2003.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local (IPAC) 2004.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local (IPAC) 2007.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local (IPAC) 2008.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local (IPAC) 2009.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS – MG. Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local (IPAC) 2010.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS – MG. Relação de Bens Inventariados no ano de Ação 2011/ exercício de 2013.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Listagem de Bens Inventariados no IPAC 2012/ exercício 2014.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. Abril de 2003.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2004.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2006.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2009.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2010.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2011.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local. 2012.
MUNICÍPIO DE SEM PEIXE – MG. Plano de Inventário de Proteção ao Acervo Cultural Local 2013.
MUNICÍPIO DE TIMÓTEO – MG. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Abril de 2009/ exercício 2010.
MUNICÍPIO DE TIMÓTEO – MG. Plano de Inventário: Proteção do Acervo Cultural de Timóteo. Abril de 2003.
MUNICÍPIO DE TIMÓTEO – MG. Plano de Inventário: Proteção do Acervo Cultural de Timóteo. 2004.
MUNICÍPIO DE TIMÓTEO – MG. Plano de Inventário: Proteção do Acervo Cultural de Timóteo. 2007.
MUNICÍPIO DE TIMÓTEO – MG. Plano de Inventário: Proteção do Acervo Cultural de Timóteo. 2008.
MUNICÍPIO DE TIMÓTEO – MG. Plano de Inventário: Proteção do Acervo Cultural de Timóteo. 2009.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. 2004.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. 2006.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. 2009.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. 2010.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. 2011.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. 2012.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. Revisão e atualização. 2013.
MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA – MG. Plano de Inventário Local. Revisão e atualização. 2014.
UNESCO, **Recommendation concerning the Safeguarding of Beauty and Character of Landscapes and Sites,** adotado em 11 de dezembro de 1962.
UNESCO, **Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage 1972**, adotada em 16 de novembro de 1972.
UNESCO, **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage 2003**, 17 de outubro de 2003.
UNESCO, **Culture – Urban – Future – Global Report on Culture for Sustainable Urban**, Paris: Unesco, 2016.
UNESCO, **Global report on culture for sustainable urban development**, Quito: Unesco, 2015.
UNESCO, **Recomendação Paris Paisagens e Sítios**. Paris, Escritório Internacional dos Museus/UNESCO, 1992.
UNESCO, **Recommendation concerning the Protection, at National Level, of the Cultural and Natural Heritage**, adotada em 16 de novembro de 1972.
UNESCO, **Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas,** adotada em 26 de novembro de 1976.
UNESCO, **Recommendation on Participation by the People at Large in Cultural Life and their Contribution to It,** adotada em 26 de novembro de 1976.
UNESCO, **Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore,** adotada em 15 de novembro de 1989.
UNITED NATIONS, **Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio ambiente y el Desarrollo**, Río de Janeiro, 3 a 14 de junio de 1992, vol. I, Resoluciones aprobadas por la Conferencia, Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 1992.
UNITED NATIONS, **Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo**, El Cairo, 5 a 13 de septiembre de 1994, Cairo: Organização das Nações Unidas, 1994.
UNITED NATIONS, **Informe de la Cuarta Conferencia de las Naciones Unidas sobre los Países Menos Adelantados,** Estambul (Turquía), 9 a 13 de mayo de 2011, Istambul: Organização das Nações Unidas, 2011.
UNITED NATIONS, **New Urban Agenda** – adopted in 68hd Plenary – United Nations, 23/12/2016, New York: UN, 2016.
UNITED NATIONS, **Report of the United Nations Conference on Human Environment, Stokholm**: United Nations, 1972.

APÊNDICES

Apêndice A - Mapa de vegetação da bacia do rio Doce

Apêndice B - Lista da composição geral da ictiofauna da bacia hidrográfica do rio Doce e ambiente marinho adjacente registrados por meio de levantamento de dados secundários.

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Abudefduf saxatilis*	Sargentinho	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Ostraciidae	*Acanthostracion polygonius*	Peixe cofre	Poey, 1876	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Ostraciidae	*Acanthostracion quadricornis*	Peixe cofre	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Acanthuridae	*Acanthurus bahianus*	Cirurgião	Castelnau, 1855	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Acanthuridae	*Acanthurus chirurgus*	Cirurgião	(Bloch, 1787)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Acanthuridae	*Acanthurus coeruleus*	Cirurgião	Bloch & Schneider, 1801	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Achiridae	*Achirus achirus*	Linguado	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Achiridae	*Achirus declivis*	Linguado	Chabanaud, 1940	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Achiridae	*Achirus lineatus*	Linguado	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Myliobatiformes	Myliobatidae	*Aetobatus narinari*	Raia pintada	(Euphrasen, 1790)	SIM	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Ahlia egmontis*	Enguia	(Jordan, 1884)	NÃO	Ampla
Marinho	Albuliformes	Albulidae	*Albula vulpes*	Ubarana	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Alphestes afer*	Garoupa rajada	(Bloch, 1793)	SIM	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Aluterus monoceros*	Peixe porco	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Aluterus scriptus*	Cangulo pavão	(Osbeck, 1765)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Cirrhitidae	*Amblycirrhitus pinos*	Sarampinho	(Mowbray, 1927)	NÃO	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Anchoa filifera*	Manjuba	(Fowler, 1915)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Anchoa januaria*	Manjuba	(Steindachner, 1879)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Anchoa lyolepis*	Manjuba	(Evermann & Marsh, 1900)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Anchoa tricolor*	Manjuba	(Spix & Agassiz, 1829)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Anchovia clupeoides*	Manjuba	(Swainson, 1839)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Anchoviella brevirostris*	Manjuba	(Günther, 1868)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Anchoviella lepidentostole*	Manjuba	(Fowler, 1911)	SIM	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Bothidae	*Ancylopsetta cycloidea*	Linguado	Tyler, 1959	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Anisotremus moricandi*	Sargo	(Ranzani, 1842)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Anisotremus surinamensis*	Sargo de beiço	(Bloch, 1791)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Anisotremus virginicus*	Salema	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Lophiiformes	Antennariidae	*Antennarius striatus*	Peixe pescador	(Shaw, 1794)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Caproidae	*Antigonia capros*	Periquito	Lowe, 1843	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Apogonidae	*Apogon americanus*	Cardinalfish	Castelnau, 1855	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Apogonidae	*Apogon maculatus*	Cardinalfish	(Poey, 1860)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Apogonidae	*Apogon pseudomaculatus*	Cardinalfish	Longley, 1932	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sparidae	*Archosargus probatocephalus*	Sargo de dente	(Walbaum, 1792)	SIM	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Sparidae	*Archosargus rhomboidalis*	Sargo	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Congridae	*Ariosoma opisthophtalma*	Moréia	(Ranzani, 1839)	NÃO	Brasil
Marinho	Siluriformes	Ariidae	*Aspistor luniscutis*	Bagre	(Valenciennes, 1840)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Uranoscopidae	*Astroscopus y-graecum*	Mira céu	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Atheriniformes	Atherinopsidae	*Atherinella blackburni*	Peixe rei	(Schultz, 1949)	SIM	Ampla
Marinho	Atheriniformes	Atherinopsidae	*Atherinella brasiliensis*	Peixe rei	(Quoy & Gaimard, 1825)	SIM	Ampla
Marinho	Rajiformes	Arhynchobatidae	*Atlantoraja castelnaui*	Raia	(Miranda Ribeiro, 1907)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Awaous tajasica*	Maria da toca	(Lichtenstein, 1822)	NÃO	Brasil
Marinho	Siluriformes	Ariidae	*Bagre bagre*	Bagre	(Linnaeus, 1766)	SIM	Ampla
Marinho	Siluriformes	Ariidae	*Bagre marinus*	Bagre	(Mitchill, 1815)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Bairdiella ronchus*	Cangauá	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Balistidae	*Balistes capriscus*	Peixe porco	(Gmelin, 1789)	SIM	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Balistidae	*Balistes vetula*	Peroá rei	Linnaeus, 1758	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Barbulifer ceuthoecus*	Maria da toca	(Jordan & Gilbert, 1884)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Barbulifer enigmaticus*	Maria da toca	J.-C. Joyeux et al., 2009	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Bathygobius mystacium*	Maria da toca	Ginsburg, 1947	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Bathygobius soporator*	Maria da toca	(Valenciennes, 1837)	NÃO	Ampla
Marinho	Scorpaeniformes	Triglidae	*Bellator brachychir*	Cabrinha	(Regan, 1914)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Percophidae	*Bembrops heterurus*	Peixe-lagarto	(Miranda Ribeiro, 1903)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Bodianus pulchellus*	Bodião	(Poey, 1860)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Bodianus rufus*	Bodião	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Boridia grossidens*	Roncador	Cuvier, 1830	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Pleuronectiformes	Bothidae	*Bothus lunatus*	Linguado	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Bothidae	*Bothus ocellatus*	Linguado	(Agassiz, 1831)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Bothidae	*Bothus robinsi*	Linguado	Topp & Hoff, 1972	NÃO	Ampla
Marinho	Gadiformes	Bregmacerotidae	*Bregmaceros atlanticus*	Abrótea	Goode & Bean, 1886	NÃO	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Brevoortia pectinata*	Sardinha	(Jenyns, 1842)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Bryx dunckeri*	Peixe cachimbo	(Metzelaar, 1919)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Eleotridae	*Butis koilomatodon*	Dorminhoco	(Bleeker, 1849)	NÃO	Introduzida
Marinho	Perciformes	Sparidae	*Calamus penna*	Peixe pena	(Valenciennes, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Callionymidae	*Callionymus bairdi*	Dragãozinho	Jordan, 1888	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Cantherhines macrocerus*	Peixe porco	(Hollard, 1853)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Cantherhines pullus*	Peixe porco	(Ranzani, 1842)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Canthigaster figueiredoi*	Peixe porco	Moura & Castro, 2002	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Carangoides bartholomaei*	Xaréu	(Cuvier, 1833)	SIM	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Carangoides ruber*	Xaréu	(Bloch, 1793)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Caranx crysos*	Xaréu	(Mitchill, 1815)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Caranx hippos*	Xaréu	(Linnaeus, 1766)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Caranx latus*	Xaréu	Agassiz, 1834	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Caranx ruber*	Xaréu	(Bloch, 1793)	SIM	Ampla
Marinho	Carcharhiniformes	Carcharhinidae	*Carcharhinus brevipinna*	Cação	(Müller & Henle, 1839)	SIM	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Achiridae	*Catathyridium garmani*	Bagre	(Jordan, 1889)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Siluriformes	Ariidae	*Cathorops spixii*	Bagre	(Spix & Agassiz, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Centropomidae	*Centropomus parallelus*	Robalo	Poey, 1860	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Centropomidae	*Centropomus undecimalis*	Robalo flecha	(Bloch, 1792)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacanthidae	*Centropyge aurantonota*	Anjo	(Burgess 1974)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Cephalopholis fulva*	Catuá	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Cetengraulis edentulus*	Manjuba	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Ephippidae	*Chaetodipterus faber*	Parú	(Broussonet, 1782)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Chaetodontidae	*Chaetodon sedentarius*	Borboleta	Poey, 1860	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Chaetodontidae	*Chaetodon striatus*	Borboleta	Linnaeus, 1758	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Diodontidae	*Chilomycterus antillarum*	Baiacu	Jordan & Rutter, 1897	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Diodontidae	*Chilomycterus reticulatus*	Baiacu	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Diodontidae	*Chilomycterus spinosus spinosus*	Baiacu	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Chirocentrodon bleckerianus*	Manjuba	(Poey,1867)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Chlopsidae	*Chlopsis bicolor*	Moréia	Rafinesque, 1810	NÃO	Ampla
Marinho	Aulopiformes	Chlorphthalmidae	*Chlorophthalmus agassizi*	Olho-vivo	Bonaparte, 1840	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Chloroschombrus chrysurus*	Palombeta	(Linnaeus, 1766)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Chromis flavicauda*	Anteninha	(Günther, 1880)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Chromis jubauna*	Donzela	Moura, 1995	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Chromis multilineata*	Donzela	(Guichenot, 1853)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Citharichthys arenaceus*	Linguado	Evermann & Marsh, 1902	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Citharichthys dinoceros*	Linguado	Goode & Bean, 1886	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Citharichthys macrops*	Linguado	Dresel, 1889	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Citharichthys spilopterus*	Linguado	Günther, 1862	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Clepticus brasiliensis*	Peixe-fantasma	Heiser, Moura & Robertson, 2000	NÃO	Brasil
Marinho	Anguilliformes	Congridae	*Conger triporiceps*	Congrio	Kanazawa, 1958	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Conodon nobilis*	Roncador	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Coryphopterus dicrus*	Budião	Bohlke & Robins, 1960	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Coryphopterus glaucofraenum*	Budião	Gill, 1863.	NÃO	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Cryptotomus roseus*	Budião	Cope, 1871	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Ctenogobius boleosoma*	Maria da toca	(Jordan & Gilbert, 1882)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Ctenogobius saepepallens*	Maria da toca	(Gilbert & Randall, 1968)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Ctenogobius smaragdus*	Maria da toca	(Valenciennes, 1837)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Ctenogobius stigmaticus*	Maria da toca	(Poey, 1861)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Ctenosciaena gracilicirrhus*	Maria da toca	(Metzelaar, 1919)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Muraenesocidae	*Cynoponticus savanna*	Muçcum	(Bancroft, 1831)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Cynoscion acoupa*	Pescada	(Lacepède, 1801)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Cynoscion jamaicensis*	Pescada	(Vaillant & Bocourt, 1883)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Cynoscion leiarchus*	Pescada	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Cynoscion microlepidotus*	Pescada	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Cynoscion steindachneri*	Pescada	(Jordan, 1889)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Cynoscion striatus*	Pescada	(Cuvier, 1829)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Cynoscion virescens*	Pescada	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Scorpaeniformes	Dactylopteridae	*Dactylopterus volitans*	Peixe-voador	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Dactyloscopidae	*Dactyloscopus tridigitatus*	Peixe-voador	Gill, 1859	NÃO	Ampla
Marinho	Myliobatiformes	Dasyatidae	*Dasyatis centroura*	raia	(Mitchill, 1815)	SIM	Ampla
Marinho	Rajiformes	Dasyatidae	*Dasyatis guttata*	raia	(Bloch & Schneider, 1801)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Decapterus punctatus*	Chicharro	(Cuvier, 1829)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Diapterus auratus*	Caratinga	Ranzani, 1842	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Diapterus olisthostomus*	Caratinga	(Goode & Bean, 1822)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Diapterus rhombeus*	Caratinga	(Cuvier, 1829)	SIM	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Diodontidae	*Diodon holocanthus*	Baiacu	Linnaeus, 1758	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Diodontidae	*Diodon hystrix*	Baiacu	Linnaeus, 1758	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Diplectrum formosum*	Aipim	(Linnaeus, 1766)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Diplectrum radiale*	Aipim	(Quoy & Gaimard, 1824)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Doratonotus megalepis*	Folha-verde	Gunther, 1862	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Eleotridae	*Dormitator maculatus*	Dorminhoco	(Bloch, 1792)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Dules auriga*	Mariquita	Cuvier, 1829	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Echeneidae	*Echeneis naucrates*	Rêmora	Linnaeus, 1758	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Echiophis intertinctus*	Muçum	(Richardson, 1848)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Elacatinus figaro*	Amborê	Sazima, Moura & Rosa, 1997	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Eleotridae	*Eleotris pisonis*	Dorminhoco	(Gmelin, 1789)	NÃO	Ampla
Marinho	Elopiformes	Elopidae	*Elops saurus*	Ubarana	Linnaeus, 1766	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Chaenopsidae	*Emblemariopsis signifer*	Macaquinho	(Ginsburg, 1942)	NÃO	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Epinephelus adscensionis*	Garoupa pintada	(Osbeck, 1765)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Epinephelus itajara*	Mero	(Lichtenstein, 1822)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Epinephelus marginatus*	Garoupa	(Lowe, 1834)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Epinephelus morio*	Garoupa	(Valenciennes, 1828)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Equetus lanceolatus*	Maria-nagô	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Eleotridae	*Erotelis smaragdus*	Dorminhoco	(Valenciennes, 1837)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Etropus crossotus*	Linguado	Jordan & Gilbert, 1882	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Etropus longimanus*	Linguado	Norman, 1933	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Eucinostomus argenteus*	Escrivão	Baird & Girard, 1855	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Eucinostomus gula*	Escrivão	(Quoy & Gaimard, 1824)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Eucinostomus lefroyi*	Escrivão	(Goode, 1874)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Eucinostomus melanopterus*	Escrivão	(Bleeker, 1863)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Eugerres brasilianus*	Caratinga	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Scombridae	*Euthynnus alletteratus*	Cavala	(Rafinesque, 1810)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Evorthodus lyricus*	Amborê	(Girard, 1858)	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Fistulariidae	*Fistularia petimba*	Cachimbau	Lacepéde, 1803	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Fistulariidae	*Fistularia tabacaria*	Cachimbau	Linnaeus, 1758	NÃO	Ampla
Marinho	Siluriformes	Ariidae	*Genidens genidens*	Bagre	(Cuvier, 1829)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Genyatremus luteus*	Roncador	(Bloch, 1790)	SIM	Ampla
Marinho	Ophidiiformes	Ophidiidae	*Genypterus blacodes*	Congrio	(Forster, 1801)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Gerres aprion*	Escrivão	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Dactyloscopidae	*Gillellus greyae*	Miraceu	Kanazawa, 1952	NÃO	Ampla
Marinho	Orectolobiformes	Ginglymostomatidae	*Ginglymostoma cirratum*	Lixa	(Bonnaterre, 1788)	SIM	Ampla
Marinho	Osmeriformes	Argentinidae	*Glossanodon pygmaeus*	Agulho	Cohen, 1958	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Gnatholepis thompsoni*	Sabãozinho	Jordan, 1904	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Congridae	*Gnathopis aff. mystax*	Congrio	(Delaroche 1809)	NÃO	Ampla
Marinho	Gobiesociformes	Gobiesocidae	*Gobiesox barbatulus*	Peixe-ventosa	Starks, 1913	NÃO	Ampla
Marinho	Gobiesociformes	Gobiesocidae	*Gobiesox strumosus*	Peixe-ventosa	Cope, 1870	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Gobioides broussonnetii*	Maria da toca	Lacépède,1800	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Gobionellus oceanicus*	Maria da toca	(Pallas, 1770)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Gobionellus stomatus*	Maria da toca	Starks, 1913	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Gobiosoma hemigymnum*	Maria da toca	(Eigenmann & Eigenmann, 1888)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Grammatidae	*Gramma brasiliensis*	Grama	Sazima, Gasparini & Moura, 1998	SIM	Brasil
Marinho	Perciformes	Eleotridae	*Guavina guavina*	Maria-da-toca	(Valenciennes, 1837)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Soleidae	*Gymnachirus nudus*	Linguado	Kaup, 1858	NÃO	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Anguilliformes	Muraenidae	*Gymnothorax funebris*	Moréia	Ranzani, 1839	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Muraenidae	*Gymnothorax miliaris*	Moréia	(Kaup, 1856)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Muraenidae	*Gymnothorax moringa*	Moréia	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Muraenidae	*Gymnothorax ocellatus*	Moréia	Agassiz, 1831	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Muraenidae	*Gymnothorax vicinus*	Moréia	(Castelnau, 1855)	NÃO	Ampla
Marinho	Myliobatiformes	Gymnuridae	*Gymnura altavela*	Raia	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Haemulon aurolineatum*	Catinga	Cuvier, 1830	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Haemulon macrostomum*	Cocoroca	Günther, 1859	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Haemulon parra*	Sargo	(Desmarest, 1823)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Haemulon plumierii*	Biquara	(Lacepède, 1801)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Haemulon steindachneri*	Catinga	(Jordan & Gilbert, 1882)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Halichoeres brasiliensis*	Budião	(Bloch, 1791)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Halichoeres dimidiatus*	Budião	(Agassiz, 1831)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Halichoeres penrosei*	Budião	Starks, 1913	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Labridae	*Halichoeres poeyi*	Budião	(Steindachner, 1867)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Halichoeres sazimai*	Budião	Luiz, Ferreira & Rocha, 2009	NÃO	Brasil
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Harengula clupeola*	Sardinha	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Harengula jaguana*	Sardinha	Poey, 1865	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Hemicaranx amblyrhynchus*	Chicharro	(Cuvier, 1833)	SIM	Ampla
Marinho	Beloniformes	Hemiramphidae	*Hemiramphus balao*	Agulha	Lesuer, 1823	NÃO	Ampla
Marinho	Beloniformes	Hemiramphidae	*Hemiramphus brasiliensis*	Agulha	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Priacanthidae	*Heteropriacanthus cruentatus*	Olho-de-cão	(Block & Shineider, 1801)	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Hippocampus erectus*	Cavalo marinho	Perry, 1810	SIM	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Hippocampus reidi*	Cavalo marinho	Ginsburg, 1933	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacanthidae	*Holacanthus ciliaris*	Peixe-anjo	Linnaeus, 1758	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacanthidae	*Holacanthus tricolor*	Peixe-anjo	Bloch, 1795	SIM	Ampla
Marinho	Beryciformes	Holocentridae	*Holocentrus adscensionis*	Mariquita	(Osbeck, 1765)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Blenniidae	*Hypleurochilus fissicornis*	Maria da toca	(Quoy & Gaimard, 1824)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Blenniidae	*Hypleurochilus pseudoaequipinnis*	Maria da toca	Bath, 1994	NÃO	Ampla
Marinho	Beloniformes	Hemiramphidae	*Hyporhamphus unifasciatus*	Agulha	(Ranzani, 1841)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Blenniidae	*Hypsoblennius invemar*	Maria da toca	Smith-Vaniz & Acero P., 1980	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Isopisthus parvipinnis*	Pescada	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Jenkinsia lamprotaenia*	Sardinha	(Gosse, 1851)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Kyphosidae	*Kyphosus sectatrix*	Pirangica	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labrisomidae	*Labrisomus cricota*	Maria da toca	Sazima, Gasparini & Moura, 2002	NÃO	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Labrisomidae	*Gobioclinus kalisherae*	Maria da toca	(Jordan,1904)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labrisomidae	*Labrisomus nuchipinnis*	Maria da toca	(Quoy & Gaimard, 1824)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Ostraciidae	*Lactophrys trigonus*	Cofre	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Lagocephalus laevigatus*	Baiacu Ará	(Linnaeus, 1766)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Lagocephalus lagocephalus*	Baiacu Ará	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Larimus breviceps*	Boca torta	Cuvier, 1830	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Letharchus aliculatus*	Muçum	McCosker, 1974	NÃO	Brasil
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Lile piquitinga*	Sardinha	(Schreiner & Miranda Ribeiro, 1903)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Lobotidae	*Lobotes surinamensis*	Dorminhoco	(Bloch, 1790)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Lutjanidae	*Lutjanus alexandrei*	Vermelho	Moura & Lindeman, 2007	SIM	Brasil
Marinho	Perciformes	Lutjanidae	*Lutjanus analis*	Cioba	(Cuvier, 1828)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Lutjanidae	*Lutjanus cyanopterus*	Caranha	(Cuvier, 1828)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Lutjanidae	*Lutjanus jocu*	Dentão	(Bloch & Schneider, 1801)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Lutjanidae	*Lutjanus synagris*	Ariocó	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Engraulidae	*Lycengraulis grossidens*	Manjuba	(Spix & Agassiz, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Macrodon ancylodon*	Pescada	(Bloch & Schneider, 1801)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Macrodon atricauda*	Pescada	(Günther, 1880)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Malacanthidae	*Malacanthus plumieri*	Pirá	(Bloch, 1786)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Labrisomidae	*Malacoctenus aff. triangulatus*	Maria da toca	Springer, 1959	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labrisomidae	*Malacoctenus delalandii*	Maria da toca	(Valenciennes, 1836)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Menticirrhus americanus*	Betara	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Menticirrhus littoralis*	Betara	(Holbrook, 1847)	SIM	Ampla
Marinho	Gadiformes	Merlucciidae	*Merluccius hubbsi*	Bacalhau	Marini, 1933	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Microdesmidae	*Microdesmus bahianus*	Peixe-verme	Dawson, 1973	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Microdesmidae	*Microdesmus longipinnis*	Peixe-verme	(Weymouth,1910)	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Micrognathus crinitus*	Peixe-cachimbo	(Jenyns, 1842)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gobiidae	*Microgobius meeki*	Amborê	Evermann & Marsh, 1899	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Microphis brachyurus*	Peixe-cachimbo	(Blecker, 1853)	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Microphis lineatus*	Peixe-cachimbo	(Kaup, 1856)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Micropogonias furnieri*	Corvina	(Desmarest, 1823)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Microspathodon chrysurus*	Morocota	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Monacanthus ciliatus*	Baiacu	(Mitchill, 1818)	NÃO	Ampla
Marinho	Mugiliformes	Mugilidae	*Mugil brevirostris*	Tainha	(Ribeiro, 1915)	SIM	Brasil
Marinho	Mugiliformes	Mugilidae	*Mugil curema*	Tainha	Valenciennes, 1836	SIM	Ampla
Marinho	Mugiliformes	Mugilidae	*Mugil liza*	Tainha	Valenciennes, 1836	SIM	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Mullidae	*Mulloidichthys martinicus*	Trilha	(Cuvier, 1829)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Mycteroperca acutirostris*	Mira	(Valenciennes, 1828)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Mycteroperca bonaci*	Badejo quadrado	(Poey, 1860)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Mycteroperca interstitialis*	Mané nego	(Poey, 1860)	SIM	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Myrichthys breviceps*	Moréia	(Richardson, 1848)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Myrichthys ocellatus*	Moréia	(Lesueur, 1825)	NÃO	Ampla
Marinho	Beryciformes	Holocentridae	*Myripristis jacobus*	Vermelho	Cuvier, 1829	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Myrophis platyrhynchus*	Moréia	Breder, 1927	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Myrophis punctatus*	Moréia	Lütken, 1852	NÃO	Ampla
Marinho	Torpediniformes	Narcinidae	*Narcine brasiliensis*	Raia elétrica	(Olfers, 1831)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Nebris microps*	Pescada-banana	Cuvier, 1830	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Nicholsina usta usta*	Budião	(Valenciennes, 1840)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Lutjanidae	*Ocyurus chrysurus*	Guaiuba	(Bloch, 1791)	SIM	Ampla
Marinho	Atheriniformes	Atherinopsidae	*Odontesthes bonariensis*	Peixe rei	(Valenciennes, 1835)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Clupeiformes	Pristigasteridae	*Odontognathus mucronatus*	Sardinha	Lacepède, 1800	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Odontoscion dentex*	Pescada	(Cuvier, 1830)	NÃO	Ampla
Marinho	Lophiiformes	Ogcocephalidae	*Ogcocephalus notatus*	Morcego	(Valenciennes, 1837)	NÃO	Ampla
Marinho	Lophiiformes	Ogcocephalidae	*Ogcocephalus vespertilio*	Morcego	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Oligoplites palometa*	Guaivira	(Cuvier, 1832)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Oligoplites saliens*	Guaivira	(Bloch, 1793)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Oligoplites saurus*	Guaivira	(Bloch & Schnerider, 1801)	SIM	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Ophichthus cylindroideus*	Moréia	(Ranzani, 1840)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Ophichthus gomesii*	Moréia	(Castelnau, 1855)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Ophichthus ophis*	Moréia	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Anguilliformes	Ophichthidae	*Ophichthus parilis*	Moréia	(Richardson, 1848)	NÃO	Ampla
Marinho	Ophidiiformes	Ophidiidae	*Ophidion holbrookii*	Moréia	Putnam, 1874	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Ophioscion punctatissimus*	Canguá	Meek & Hildebrand, 1925	NÃO	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Opisthonema oglinum*	Sardinha	(Lesueur, 1818)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Opistognathidae	*Opistognathus aurifrons*	Jawfish	(Jordan & Thompson, 1905)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Opistognathidae	*Opistognathus cuvieri*	Jawfish	Valenciennes, 1836	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Opistognathidae	*Opistognathus whitehursti*	Jawfish	(Longley, 1927)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Orthopristis ruber*	Corcoroca	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sparidae	*Pagrus pagrus*	Pargo	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Blenniidae	*Parablennius marmoreus*	Blenio	(Poey, 1875)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Blenniidae	*Parablennius pilicornis*	Blenio	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Labrisomidae	*Paraclinus arcanus*	Blenio	Guimarães & Bacellar, 2002	NÃO	Brasil
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Paralichthys brasiliensis*	Linguado	(Ranzani, 1840)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Paralichthys orbignyanus*	Linguado	(Valenciennes, 1839)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Paralonchurus brasiliensis*	Maria Luiza	(Steindachner, 1875)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Pareques acuminatus*	Pescada	(Bloch & Schneider, 1801)	NÃO	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Pristigasteridae	*Pellona harroweri*	Sardinha	(Fowler, 1917)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Pempheridae	*Pempheris schomburgki*	Lambari do mar	Müller & Troschel, 1848	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Stromateidae	*Peprilus paru*	Paru	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Percophidae	*Percophis brasiliensis*	Tira-vira	Quoy & Gaimard, 1825	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Mugiloididae	*Pseudopercis semifasciata*	Namorado	(Cuvier, 1829)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Apogonidae	*Phaeoptyx pigmentaria*	Apogon-pintado	(Poey, 1860)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Polynemidae	*Polydactylus oligodon*	Parati-barbudo	(Günther, 1860)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Polynemidae	*Polydactylus virginicus*	Parati-barbudo	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacanthidae	*Pomacanthus arcuatus*	Paru	Linnaeus, 1758	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacanthidae	*Pomacanthus paru*	Paru	Bloch 1787	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Pomadasys corvinaeformis*	Roncador	(Steindachner, 1868)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Pomadasys crocro*	Roncador	(Cuvier, 1830)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Haemulidae	*Pomadasys ramosus*	Roncador	(Poey, 1860)	NÃO	Ampla
Marinho	Cyprinodontiformes	Poeciliidae	*Poecilia vivipara*	Guaru	Bloch & Schneider, 1801	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomatomidae	*Pomatomus saltatrix*	Salteira	(Linnaeus, 1766)	SIM	Ampla
Marinho	Batrachoidiformes	Batrachoididae	*Porichthys porosissimus*	Miraceu	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Stromateidae	*Prepilus paru*	Gordinho	Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Priacanthidae	*Priacanthus arenatus*	Catalufa	Cuvier, 1829	NÃO	Ampla
Marinho	Scorpaeniformes	Triglidae	*Prionotus punctatus*	Cabrinha	(Bloch, 1793)	NÃO	Ampla
Marinho	Rajiformes	Rajidae	*Psammobatis lentiginosa*	Raia	McEachran, 1983	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Pseudocaranx dentex*	Xaréu	(Bloch & Schneider, 1801)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Mullidae	*Pseudupeneus maculatus*	Trilha	(Block, 1793)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Microdesmidae	*Ptereleotris randalli*	Linha-azul	Gasparini, Rocha & Floeter, 2001	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Rachycentridae	*Rachycentron canadum*	Cobia	(Linnaeus, 1766)	SIM	Ampla
Marinho	Rajiformes	Rajidae	*Rioraja agassizi*	Raia	(Müller & Henle, 1841)	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Ophidiiformes	Ophidiidae	*Raneya brasiliensis*	Moréia	(Kaup, 1856)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Echeneidae	*Remora remora*	Remora	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Rajiformes	Rhinobatidae	*Rhinobatos horkelii*	Viola	Müller & Henle, 1841	SIM	Ampla
Marinho	Rajiformes	Rhinobatidae	*Rhinobatos percellens*	Viola	(Walbaum, 1792)	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Rhinosardinia bahiensis*	Sardinha	(Steindachner, 1879)	SIM	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Carcharhiniformes	Carcharhinidae	*Rhizoprionodon porosus*	Cação	(Poey, 1861)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Clinidae	*Ribeiroclinus eigenmanni*	Clinídeo	(Jordan, 1888)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Rypticus bistrispinus*	Sabão	(Mitchill, 1818)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Rypticus randalli*	Sabão	Courtenay, 1967	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Rypticus saponaceus*	Sabão	(Bloch & Schneider, 1801)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Rypticus subbifrenatus*	Sabão	Gill, 1861	NÃO	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Sardinella aurita*	Sardinha	Valenciennes, 1847	SIM	Ampla
Marinho	Clupeiformes	Clupeidae	*Sardinella brasiliensis*	Sardinha	(Steindachner, 1879)	SIM	Ampla
Marinho	Aulopiformes	Synodontidae	*Saurida brasiliensis*	Peixe-lagarto	Norman, 1935	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Blenniidae	*Scartella cristata*	Amborê	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Scarus trispinosus*	Budião	Valenciennes, 1840	SIM	Brasil
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Scarus zelindae*	Budião	Moura, Figueiredo & Sazima, 2001	SIM	Brasil
Marinho	Perciformes	Scombridae	*Scomberomorus brasiliensis*	Sororoca	Collette, Russo & Zavala-Camin, 1978	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Scombridae	*Scomberomus cavalla*	Cavala	(Cuvier, 1829)	SIM	Ampla
Marinho	Scorpaeniformes	Scorpaenidae	*Scorpaena brasiliensis*	Pedra	Cuvier, 1829	NÃO	Ampla
Marinho	Scorpaeniformes	Scorpaenidae	*Scorpaena isthmensis*	Pedra	Meek & Hildebrand, 1928	NÃO	Ampla
Marinho	Scorpaeniformes	Scorpaenidae	*Scorpaena plumieri*	Pedra	Bloch, 1789	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Selene brownii*	Galo	(Cuvier, 1816)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Selene setapinnis*	Galo	(Mitchill, 1815)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Selene vomer*	Galo	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Serranus atrobranchus*	Garoupinha	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Serranus baldwini*	Garoupinha	(Evermann & Marsh, 1899)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Serranus flaviventris*	Garoupinha	(Cuvier, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Serranus phoebe*	Garoupinha	Poey, 1851	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Sparisoma amplum*	Budião	(Ranzani, 1841)	SIM	Brasil
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Sparisoma axillare*	Budião	(Steindachner, 1878)	SIM	Brasil
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Sparisoma frondosum*	Budião	(Agassiz, 1831)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Sparisoma radians*	Budião	(Valenciennes, 1840)	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Sparisoma tuiupiranga*	Budião	Gasparini, Joyeux & Floeter, 2003	NÃO	Brasil
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Sphoeroides greeleyi*	Baiacu	Gilbert, 1900	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Sphoeroides pachygaster*	Baiacu	(Müller & Troschel, 1848)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Sphoeroides spengleri*	Baiacu	(Bloch, 1785)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Sphoeroides testudineus*	Baiacu	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Tetraodontidae	*Sphoeroides tyleri*	Baiacu	Shipp, 1972	NÃO	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Sphyraenidae	*Sphyraena guachancho*	Barracuda	Cuvier, 1829	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sphyraenidae	*Sphyraena tome*	Tubarão martelo	(Walbum, 1789)	NÃO	Ampla
Marinho	Carcharhiniformes	Sphyrnidae	*Sphyrna tudes*	Tubarão martelo	(Valenciennes, 1822)	SIM	Ampla
Marinho	Carcharhiniformes	Sphyrnidae	*Sphyrna zygaena*	Tubarão martelo	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Labrisomidae	*Starksia brasiliensis*	Maria-da-toca	(Gilbert, 1900)	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Stegastes fuscus*	Donzela	(Cuvier, 1830)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Stegastes pictus*	Donzela	(Castelnau, 1855)	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Stegastes variabilis*	Donzela	(Castelnau, 1855)	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Stellifer brasiliensis*	Roncador	(Schultz, 1945)	NÃO	Brasil
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Stellifer naso*	Roncador	(Jordan, 1889)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Stellifer rastrifer*	Roncador	(Jordan, 1889)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Stellifer stellifer*	Roncador	(Bloch, 1790)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Stephanolepis hispidus*	Peixe-porco	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Stephanolepis setifer*	Peixe-porco	(Bennett, 1831)	NÃO	Ampla
Marinho	Beloniformes	Belonidae	*Strongylura marina*	Trombeta	(Walbaum, 1792)	NÃO	Ampla
Marinho	Beloniformes	Belonidae	*Strongylura timucu*	Trombeta	(Walbaum, 1792)	NÃO	Ampla
Marinho	Ophidiiformes	Bythitidae	*Stygnobrotula latebricola*	Muçum	Bohlke, 1957	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Syacium micrurum*	Linguado	Ranzani, 1840	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Syacium papillosum*	Linguado	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Cynoglossidae	*Symphurus diomedeanus*	Linguado	(Goode & Bean, 1885)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Cynoglossidae	*Symphurus ginsburgi*	Linguado	Menezes & Benvegnú, 1976	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Pleuronectiformes	Cynoglossidae	*Symphurus plagusia*	Linguado	(Bloch & Schneider, 1801)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Cynoglossidae	*Symphurus tessellatus*	Linguado	(Quoy & Gaimard, 1824)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Cynoglossidae	*Symphurus trewavasea*	Linguado	Chabanaud, 1948	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Acropomatidae	*Synagrops spinosus*	Mariquita	Schultz, 1940	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Syngnathus folletti*	Cachimbo	Herald, 1942	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Syngnathus pelagicus*	Cachimbo	Linnaeus, 1758	NÃO	Ampla
Marinho	Syngnathiformes	Syngnathidae	*Syngnathus scovelli*	Cachimbo	(Evermann & Kendall, 1896)	NÃO	Ampla
Marinho	Aulopiformes	Synodontidae	*Synodus foetens*	Lagarto	(Linnaeus, 1766)	NÃO	Ampla
Marinho	Aulopiformes	Synodontidae	*Synodus intermedius*	Lagarto	(Spix & Agassiz, 1829)	NÃO	Ampla
Marinho	Aulopiformes	Synodontidae	*Synodus synodus*	Lagarto	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Thalassoma noronhanum*	Budião	(Boulenger, 1890)	NÃO	Brasil
Marinho	Gobiesociformes	Gobiesocidae	*Tonicodon australis*	Peixe-ventosa	Briggs, 1955	NÃO	Brasil
Marinho	Gobiesociformes	Gobiesocidae	*Tomicodon fasciatus*	Pampo	(Peters, 1859)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Trachinotus carolinus*	Pampo	(Linnaeus, 1766)	NÃO	Ampla

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Trachinotus falcatus*	Pampo	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Trachinotus goodei*	Pampo	Jordan & Evermann, 1896	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Trachinotus marginatus*	Pampo	(Cuvier,1832)	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Trachurus lathami*	Chicharro	Nichols, 1920	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Trichiuridae	*Trichiurus lepturus*	Espada	Linnaeus, 1758	SIM	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Achiridae	*Trinectes microphthalmus*	Linguado	(Chabanaud, 1928)	NÃO	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Achiridae	*Trinectes paulistanus*	Linguado	(Miranda & Ribeiro, 1915)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Beloniformes	Belonidae	*Tylosurus acus acus*	Peixe-agulha	(Lacepède, 1803)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Ulaema lefroyi*	Escrivão	(Goode, 1874)	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Umbrina canosai*	Roncador	Berg, 1895	SIM	Atlântico Sul
Marinho	Perciformes	Sciaenidae	*Umbrina coroides*	Roncador	Cuvier, 1830	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Mullidae	*Upeneus parvus*	Trilha	Poey, 1852	NÃO	Ampla
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Uraspis secunda*	Pampo	(Poey, 1860)	NÃO	Ampla
Marinho	Tetraodontiformes	Monacanthidae	*Xanthichthys ringens*	Peixe-porco	*(Linnaeus, 1758)*	SIM	Ampla
Marinho	Perciformes	Labridae	*Xyrichtys novacula*	Budião	(Linnaeus, 1758)	SIM	Ampla
Marinho	Pleuronectiformes	Paralichthyidae	*Xystreurys rasile*	Linguado	(Jordan, 1891)	NÃO	Atlântico Sul
Marinho	Rajiformes	Rhinobatidae	*Zapteryx brevirostris*	Cação viola	(Müller & Henle, 1841)	NÃO	Atlântico Sul
Rio	Cypriniformes	Cyprinidae	*Cyprinus carpio*	Carpa	Linnaeus, 1758	Sim	Introduzida
Rio	Cypriniformes	Cyprinidae	*Ctenopharyngodon idella*	Carpa-capim	(Valenciennes, 1844)	Sim	Introduzida
Rio	Cypriniformes	Cyprinidae	*Hypophthalmichthys molitrix*	Carpa-prateada	(Valenciennes, 1844)	Sim	Introduzida
Rio	Cypriniformes	Cyprinidae	*Hypophthalmichthys nobilis*	Carpa-cabeçuda	(Richardson, 1845)	Sim	Introduzida
Rio	Characiformes	Curimatidae	*Cyphocharax gilbert*	Saguiru	(Quoy & Gaimard, 1824)	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Anostomidae	*Leporinus conirostris*	Piapara	Steindachner, 1875	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Anostomidae	*Leporinus copelandii*	Piau	Steindachner, 1875	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Anostomidae	*Leporinus macrocephalus*	Piau	Garavello & Britski, 1988	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Anostomidae	*Hypomasticus mormyrops*	Piau	(Steindachner, 1875)	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Anostomidae	*Hypomasticus thayeri*	Piapara	(Borodin, 1929)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Prochilodontidae	*Prochilodus costatus*	Curimatã	Valenciennes, 1850	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Prochilodontidae	*Prochilodus vimboides*	Curimatã	Kner, 1859	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Astyanax aff. lacustris*	Lambari	(Lütken, 1875)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Astyanax aff. fasciatus*	Lambari	(Cuvier, 1829)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Astyanax aff. scabripinnis*	Lambari	(Jenyns, 1842)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Astyanax taeniatus*	Lambari	(Jenyns, 1842)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Astyanax intermedius*	Lambari	Eigenmann, 1908	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Knodus moenkhausii*	Lambari	Eigenmann & Kennedy, 1903)	NÃO	Nativa

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Rio	Characiformes	Characidae	*Deuterodon pedri*	Lambari	Eigenmann, 1908	NÃO	endêmica
Rio	Characiformes	Characidae	*Charax sp.*	Lambari-dentudo		NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Galeocharax gulo*	Dentudo	(Cope, 1870)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Hasemania sp.*	Lambari		NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Hyphessobrycon bifasciatus*	Lambari	Ellis, 1911	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Hyphessobrycon cf. reticulatus*	Lambari	Ellis, 1911	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Moenkhausia doceana*	Lambari	(Steindachner, 1877)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Mimagoniates microlepis*	Piabanha	(Steindachner, 1877)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Oligosarcus acutirostris*	Saicanga	Menezes, 1987	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Oligosarcus argenteus*	Saicanga	Günther, 1864	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Oligosarcus solitarius*	Saicanga	Menezes, 1987	NÃO	endêmica
Rio	Characiformes	Characidae	*Piabina argentea*	Lambari	Reinhardt, 1867	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Characidae	*Serrapinus cf. heterodon*	Lambari	(Eigenmann, 1915)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Bryconidae	*Brycon devillei*	Piabanha	(Castelnau, 1855)	Sim	endêmica
Rio	Characiformes	Bryconidae	*Brycon opalinus*	Pirapitinga	(Cuvier, 1819)	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Bryconidae	*Henochilus wheatlandii*	Andirá	Garman, 1890	NÃO	endêmica
Rio	Characiformes	Bryconidae	*Salminus brasiliensis*	Dourado	(Cuvier, 1816)	NÃO	Introduzida
Rio	Characiformes	Serrasalmidae	*Metynnis maculatus*	Pacu-manchado	(Kner, 1858)	NÃO	Nativa
Rio	Characiformes	Serrasalmidae	*Piaractus mesopotamicus*	Pacu	(Holmberg, 1887)	Sim	Introduzida
Rio	Characiformes	Serrasalmidae	*Pygocentrus nattereri*	Piranha	Kner, 1858	NÃO	Introduzida
Rio	Characiformes	Serrasalmidae	*Colossoma macropomum*	Tambaqui	(Cuvier, 1816)	Sim	Introduzida
Rio	Characiformes	Crenuchidae	*Characidium sp. "doce"*	Canivete	(sensu Lopes, 2015)	NÃO	endêmica
Rio	Characiformes	Crenuchidae	*Characidium sp. "cricaré"*	Canivete	(sensu Lopes, 2015)	NÃO	endêmica
Rio	Characiformes	Erythrinidae	*Hoplias aff. malabaricus*	Traíra	(Bloch, 1794)	Sim	Nativa
Rio	Characiformes	Erythrinidae	*Hoplias intermedius*	Trairão	(Günther, 1864)	Sim	Nativa
Rio	Siluriformes	Ariidae	*Potamarius grandoculis*	Bagre	(Steindachner, 1877)	NÃO	endêmica
Rio	Siluriformes	Clariidae	*Clarias gariepinus*	Bagre-africano	(Burchell, 1822)	Sim	Introduzida
Rio	Siluriformes	Ictaluridae	*Ictalurus punctatus*	Bagre-do-canal	(Rafinesque, 1818)	Sim	Introduzida
Rio	Siluriformes	Auchenipteridae	*Glanidium botocudo*	Bocudo	Sarmento-Soares & Martins-Pinheiro, 2013	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Auchenipteridae	*Pseudauchenipterus affinis*	Bocudo	(Steindachner, 1877)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Auchenipteridae	*Trachelyopterus striatulus*	Bocudo	(Steindachner, 1877)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Auchenipteridae	*Aspidoras virgulatus*	Cascudinho	Nijssen & Isbrücker, 1980	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Callichthyidae	*Callichthys callichthys*	Coridoras	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Callichthyidae	*Corydoras aeneus*	Coridoras	(Gill, 1858)	NÃO	Nativa

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Rio	Siluriformes	Callichthyidae	*Corydoras nattereri*	Coridoras	Steindachner, 1876	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Callichthyidae	*Hoplosternum littorale*	Cascudinho	(Hancock, 1828)	Sim	Introduzida
Rio	Siluriformes	Callichthyidae	*Scleromystax prionotos*	Cascudinho	(Nijssen & Isbrücker, 1980)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Hypostomus affinis*	Cascudo	(Steindachner, 1877)	Sim	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Hypostomus luetkeni*	Cascudo	(Steindachner, 1877)	Sim	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Loricariichthys castaneus*	Cascudo	(Castelnau, 1855)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Neoplecostomus doceensis*	Cascudo	Roxo, Silva, Zawadzki & Oliveira, 2014	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Neoplecostomus espiritosantensis*	Cascudo	Langeani, 1990	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Pareiorhaphis scutula*	Cascudo	Pereira, Vieira & Reis, 2010	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Pareiorhaphis nasuta*	Cascudo	Pereira, Vieira & Reis, 2007	NÃO	endêmica
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Pareiorhaphis ruschii*	Cascudo	Pereira, Lehmann A. & Reis, 2012	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Delturus carinotus*	Cascudo	(La Monte, 1933)	Sim	endêmica
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Harttia loricariformis*	Cascudo	Steindachner, 1877	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Rineloricaria sp.*	Cascudo-viola		NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Parotocinclus doceanus*	Cascudo	(Miranda Ribeiro, 1918)	NÃO	endêmica
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Parotocinclus planicauda*	Cascudo	Garavello & Britski, 2003	NÃO	endêmica
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Pogonopoma wertheimeri*	Cascudo	(Steindachner, 1867)	NÃO	Introduzida
Rio	Siluriformes	Heptapteridae	*Pimelodella sp.*	Mandi		NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Heptapteridae	*Imparfinis sp.*	Bagre		NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Heptapteridae	*Rhamdia quelen*	Jundiá	(Quoy & Gaimard, 1824)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Pimelodidae	*Lophiosilurus alexandri*	Pacamã	Steindachner, 1876	Sim	Introduzida
Rio	Siluriformes	Pimelodidae	*Pimelodus maculatus*	Mandi	La Cepède, 1803	Sim	Nativa
Rio	Siluriformes	Pimelodidae	*Steindachneridion doceanum*	Surubim	(Eigenmann & Eigenmann, 1889)	Sim	endêmica
Rio	Siluriformes	Pimelodidae	*Duopalatinus emarginatus*	Mandi-açu	(Valenciennes, 1840)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Pimelodidae	*Pseudoplatystoma sp.*	Pintado		Sim	Introduzida
Rio	Siluriformes	Pseudopimelodidae	*Microglanis parahybae*	Bagre	(Steindachner, 1880)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Trichomycteridae	*Trichomycterus cf. alternatus*	Candiru	(Eigenmann, 1917)	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Trichomycteridae	*Trichomycterus cf. brasiliensis*	Candiru	Lütken, 1874	NÃO	Nativa
Rio	Siluriformes	Trichomycteridae	*Trichomycterus cf. immaculatus*	Candiru	(Eigenmann & Eigenmann, 1889)	NÃO	Nativa
Rio	Synbranchiformes	Synbranchidae	*Synbranchus aff. marmoratus*	Muçum	Bloch, 1795	NÃO	Nativa
Rio	Gymnotiformes	Gymnotidae	*Gymnotus carapo*	Tuvira	Linnaeus, 1758	NÃO	Nativa
Rio	Gymnotiformes	Sternopigidae	*Sternopygus macrurus*	Tuvira	(Bloch & Schneider, 1801)	NÃO	Nativa
Rio	Perciformes	Centrarchidae	*Micropterus salmoides*	Black-bass	(Lacepède, 1802)	NÃO	Introduzida
Rio	Perciformes	Centrarchidae	*Lepomis gibbosus*	Perca-sol	(Linnaeus, 1758)	NÃO	Introduzida

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Pesca	Distribuição
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Australoherosipatinguensis*	Acará-vovó	Ottoni & Costa, 2008	NÃO	Nativa
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Geophagus brasiliensis*	Acará	(Quoy & Gaimard, 1824)	NÃO	Nativa
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Geophagusaltifrons*	Acará	Heckel, 1840	NÃO	Introduzida
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Astronotus ocellatus*	Oscar	(Agassiz, 1831)	Sim	Introduzida
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Crenicichla lacustris*	Joaninha	(Castelnau, 1855)	NÃO	Nativa
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Oreochromis niloticus*	Tilápia-do-Nilo	(Linnaeus, 1758)	Sim	Introduzida
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Coptodon rendalli*	Tilápia	(Boulenger, 1897)	Sim	Introduzida
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Cichla kelberi*	Tucunaré	Kullander & Ferreira, 2006	Sim	Introduzida
Rio	Perciformes	Cichlidae	*Cichla piquiti*	Tucunaré	Kullander & Ferreira, 2006	Sim	Introduzida
Rio	Perciformes	Sciaenidae	*Pachyurus adspersus*	Pescada	Steindachner, 1879	Sim	Nativa
Rio	Perciformes	Gobiidae	*Awaous tajasica*	Amborê	(Lichtenstein, 1822)	NÃO	Nativa
Rio	Cyprinodontiformes	Poeciliidae	*Phalloceroselachistos*	Barrigudinho	Lucinda, 2008	NÃO	endêmica
Rio	Cyprinodontiformes	Poeciliidae	*Poecilia reticulata*	Lebiste	Peters, 1859	NÃO	Introduzida
Rio	Cyprinodontiformes	Poeciliidae	*Xiphophorushellerii*	Espada	Heckel, 1848	NÃO	Introduzida
Rio	Cyprinodontiformes	Rivulidae	*Xenurolebiasizecksohni*	Peixe-annual	(Da Cruz, 1983)	NÃO	endêmica

Apêndice C - Lista das espécies ameaçadas da ictiofauna com ocorrência na da bacia hidrográfica do rio Doce e ambiente marinho adjacente.

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Status
Marinho	Tetraodontiformes	Balistidae	*Balistes capriscus*	Peixe porco	(Gmelin, 1789)	VU[1]
Marinho	Myliobatiformes	Dasyatidae	*Dasyatis centroura*	Raia	(Mitchill, 1815)	CR[2]
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Epinephelus itajara*	Mero	(Lichtenstein, 1822)	CR[2]
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Epinephelus marginatus*	Garoupa verdadeira	(Lowe, 1834)	VU[2]
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Epinephelus morio*	Garoupa	(Valenciennes, 1828)	VU[2]
Marinho	Orectolobiformes	Ginglymostomatidae	*Ginglymostoma cirratum*	Lixa	(Bonnaterre, 1788)	VU[2]
Marinho	Myliobatiformes	Gymnuridae	*Gymnura altavela*	Raia	(Linnaeus, 1758)	CR[2]
Marinho	Perciformes	Lutjanidae	*Lutjanus cyanopterus*	Caranha	(Cuvier, 1828)	VU[2]
Marinho	Perciformes	Pomacentridae	*Microspathodon chrysurus*	Morocota	(Cuvier, 1830)	VU[2]
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Mycteroperca bonaci*	Badejo quadrado	(Poey, 1860)	VU[2]
Marinho	Perciformes	Serranidae	*Mycteroperca interstitialis*	Mané nego	(Poey, 1860)	VU[2]
Marinho	Rajiformes	Rhinobatidae	*Rhinobatos horkelii*	Viola	Müller & Henle, 1841	CR[2]
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Scarus trispinosus*	Budião	Valenciennes, 1840	EN[2]
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Scarus zelindae*	Budião	Moura, Figueiredo & Sazima, 2001	VU[2]
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Sparisoma axillare*	Budião	(Steindachner, 1878)	VU[2]
Marinho	Perciformes	Scaridae	*Sparisoma frondosum*	Budião	(Agassiz, 1831)	VU[2]
Marinho	Carcharhiniformes	Sphyrnidae	*Sphyrna tudes*	Tubarão martelo	(Valenciennes, 1822)	CR[2]
Marinho	Carcharhiniformes	Sphyrnidae	*Sphyrna zygaena*	Tubarão martelo	(Linnaeus, 1758)	CR[2]
Marinho	Rajiformes	Rhinobatidae	*Zapteryx brevirostris*	Cação viola	(Müller & Henle, 1841)	VU[2]
Rio	Characiformes	Anostomidae	*Hypomasticus thayeri*	Piapara	(Borodin, 1929)	EN[2]
Rio	Characiformes	Prochilodontidae	*Prochilodus vimboides*	Curimatã	Kner, 1859	VU[2]
Rio	Characiformes	Characidae	*Oligosarcus solitarius*	Saincaga		EN[3]
Rio	Characiformes	Bryconidae	*Brycon devillei*	Piabanha	(Castelnau, 1855)	EN[2,3,4]
Rio	Characiformes	Bryconidae	*Brycon opalinus*	Pirapitinga	(Cuvier, 1819)	VU[2,3]
Rio	Characiformes	Bryconidae	*Henochilus wheatlandii*	Andirá	Garman, 1890	CR[2,3]
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Pareiorhaphis scutula*	Cascudo	Pereira, Vieira & Reis, 2010	EN[2]
Rio	Siluriformes	Loricariidae	*Pareiorhaphis nasuta*	Cascudo	Pereira, Vieira & Reis, 2007	CR[2]
Rio	Siluriformes	Pimelodidae	*Steindachneridion doceanum*	Surubim	(Eigenmann & Eigenmann, 1889)	CR[2,3]
Rio	Siluriformes	Ariidae	*Potamarius granduculis*	Bagre	(Steindachner, 1877)	VU[4]
Rio	Cyprinodontiformes	Rivulidae	*Xenurolebias izecksohni*	Peixe-annual	(Da Cruz, 1983)	EN[2,4]
Rio	Perciformes	Gobiidae	*Awaous tajasica*	Maria da toca	(Lichtenstein, 1822)	CR[3]
Marinho	Perciformes	Centropomidae	*Centropomus parallelus*	Robalo	Poey, 1860	LC[1], CR[3]
Marinho	Perciformes	Centropomidae	*Centropomus undecimalis*	Robalo flecha	(Bloch, 1792)	LC[1], CR[3]

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor	Status
Marinho	Siluriformes	Ariidae	*Genidens genidens*	Bagre	(Cuvier, 1829)	LC[1], CR[3]
Marinho	Perciformes	Carangidae	*Caranx latus*	Xaréu	Agassiz, 1834	LC[1], CR[3]
Marinho	Perciformes	Mugilidae	*Mugil curema*	Tainha	Valenciennes, 1836	LC[1], CR[3]
Marinho	Elopiformes	Megalopidae	*Megalops atlanticus**	Tarpão	Valenciennes, 1847	VU[1], CR[3]
Marinho	Perciformes	Gerreidae	*Eugerres brasilianus*	Caratinga	(Cuvier, 1830)	LC[1], CR[3]

Status: (1) ameaça internacional baseada na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN); (2) ameaça nacional baseada na lista da fauna brasileira ameaçada de extinção (MMA, 2014) e Portaria MMA nº 445 de 2014; (3) ameaça estadual / MG baseada na Resolução COPAM nº 366, de 15 de dezembro de 2008, que reconhece a Lista Espécies Ameaçadas da Fauna do Estado de Minas Gerais; (4) ameaça estadual / ES baseada em Passamani e Mendes (2007).
Categorias: (LC) menor preocupação; (VU) espécie vulnerável; (EN) em perigo; (CR) criticamente em perigo.
***** A espécie *M. atlanticus* não teve o seu registro confirmado para a bacia do rio Doce e ambiente marinho adjacente de acordo com a base de dados consultada.

Apêndice D - Lista das espécies de peixes introduzidos (exóticos) registrados na bacia hidrográfica do rio Doce e ambiente marinho adjacente.

Ambiente	Ordem	Família	Táxon	Nome popular	Autor
Marinho	Perciformes	Eleotridae	*Butis koilomatodon*	Dorminhoco	(Bleeker, 1849)
Água doce	Cypriniformes	Cyprinidae	*Cyprinus carpio*	Carpa	Linnaeus, 1758
Água doce	Cypriniformes	Cyprinidae	*Ctenopharyngodon idella*	Carpa-capim	(Valenciennes, 1844)
Água doce	Cypriniformes	Cyprinidae	*Hypophthalmichthys molitrix*	Carpa-prateada	(Valenciennes, 1844)
Água doce	Cypriniformes	Cyprinidae	*Hypophthalmichthys nobilis*	Carpa-cabeçuda	(Richardson, 1845)
Água doce	Characiformes	Bryconidae	*Salminus brasiliensis*	Dourado	(Cuvier, 1816)
Água doce	Characiformes	Serrasalmidae	*Piaractus mesopotamicus*	Pacu	(Holmberg, 1887)
Água doce	Characiformes	Serrasalmidae	*Pygocentrus nattereri*	Piranha-vermelha	Kner, 1858
Água doce	Characiformes	Serrasalmidae	*Colossoma macropomum*	Tambaqui	(Cuvier, 1816)
Água doce	Siluriformes	Clariidae	*Clarias gariepinus*	Bagre-africano	(Burchell, 1822)
Água doce	Siluriformes	Ictaluridae	*Ictalurus punctatus*	Bagre-do-canal	(Rafinesque, 1818)
Água doce	Siluriformes	Callichthyidae	*Hoplosternum littorale*	Cascudinho	(Hancock, 1828)
Água doce	Siluriformes	Loricariidae	*Pogonopoma wertheimeri*	Cascudo	(Steindachner, 1867)
Água doce	Siluriformes	Pimelodidae	*Lophiosilurus alexandri*	Pacamã	Steindachner, 1876
Água doce	Siluriformes	Pimelodidae	*Pseudoplatystoma* sp.	Pintado híbrido	
Água doce	Perciformes	Centrarchidae	*Micropterus salmoides*	Black-bass	(Lacepède, 1802)
Água doce	Perciformes	Centrarchidae	*Lepomis gibbosus*	Perca-sol	(Linnaeus, 1758)
Água doce	Perciformes	Cichlidae	*Geophagus altifrons*	Acará	Heckel, 1840
Água doce	Perciformes	Cichlidae	*Astronotus ocellatus*	Oscar	(Agassiz, 1831)
Água doce	Perciformes	Cichlidae	*Oreochromis niloticus*	Tilápia-do-Nilo	(Linnaeus, 1758)
Água doce	Perciformes	Cichlidae	*Coptodon rendalli*	Tilápia	(Boulenger, 1897)
Água doce	Perciformes	Cichlidae	*Cichla kelberi*	Tucunaré	Kullander & Ferreira, 2006
Água doce	Perciformes	Cichlidae	*Cichla piquiti*	Tucunaré	Kullander & Ferreira, 2006
Água doce	Cyprinodontiformes	Poeciliidae	*Poecilia reticulata*	Lebiste	Peters, 1859
Água doce	Cyprinodontiformes	Poeciliidae	*Xiphophorus hellerii*	Espada	Heckel, 1848

Apêndice E - Lista de espécies de anfíbios e répteis com potencialidade de ocorrência na área de abrangência do estudo em Minas Gerais e Espírito Santo com descrição dos táxons, nome popular, endemismo e estado de conservação.

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
ORDEM ANURA						
Família Brachycephalidae						
Brachycephalus ephippium (Spix, 1824)	sapinho-pingo de-ouro		-	-	-	LC
Brachycephalus cf. *didactylus* (Izecksohn, 1971)	sapo-pulga					
Ischnocnema aff. *guentheri*	rã-do-folhiço					
Ischnocnema guentheri (Steindachner, 1864)18	rã-do-folhiço		-	-	-	LC
Ischnocnema izecksohni (Caramaschi & Kisteumacher, 1989 "1988")	rã-do-folhiço		-	-	-	DD
Ischnocnema sp. (aff. *juipoca*)1, 18	rãzinha-do-folhiço		-	-	-	LC
Ischnocnema gr. *lactea*	rã-do-folhiço					
Ischnocnema aff. *parva*	rã-do-folhiço					
Ischnocnema parva (Girard, 1853)			-	-	-	LC
Ischnocnema oea (Heyer, 1984)	rã-do-folhiço	x				NT
Ischnocnema cf. *rolti*	rã-do-folhiço					
Ischnocnema surda (Canedo, Pimenta, Leite & Caramaschi, 2010)			-	-	-	-
Ischnocnema aff. *verrucosa*	rã-do-folhiço	x				DD
Ischnocnema verrucosa (Reinhardt & Lütken, 1862)18	rãzinha-do-folhiço		-	-	-	DD
Família Bufonidae						
Dendrophryniscus carvalhoi (Izecksohn, 1994 "1993")			-	DD	-	EN
Rhinella crucifer (Wied-Neuwied, 1821)8	sapo-cururu		-	-	-	LC
Rhinella granulosa (Spix, 1824)8,19			-	-	-	LC
Rhinella schneideri (Werner, 1894)8,9			-	-	-	LC
Família Centrolenidae (Centroleninae)						
Vitreorana uranoscopa (Müller, 1924)	perereca-de-vidro	x	VU	-	-	LC
Vitreorana eurygnatha (A. Lutz, 1925)	perereca-de-vidro		-	VU	-	LC

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Família Ceratophryidae						
Ceratophrys aurita (Raddi, 1823)	sapo-intanha		-	DD	-	LC
Família Craugastoridae (Craugastorinae)						
Haddadus binotatus (Spix, 1824)7	rã-do-folhiço		-	-	-	LC
Família Cycloramphidae						
Zachaenus carvalhoi (Izecksohn, 1983 "1982")	sapo		-	-	-	DD
Thoropa miliaris (Spix, 1824)	rã-do-folhiço	x	-	-	-	LC
Família Eleutherodactylidae (Phyzelaphryninae)						
Adelophryne sp.						
Família Hemiphractidae						
Fritziana goeldii (Boulenger, 1895 "1894")10			-	-	-	LC
Gastrotheca ernestoi (Miranda Ribeiro, 1920)	perereca		-	-	-	DD
Família Hylidae						
Aparasphenodon brunoi (Miranda-Ribeiro, 1920)	perereca-de-capacete		-	-	-	LC
Aplastodiscus arildae (Cruz & Peixoto, 1987 "1985")	perereca-flautinha	x	-	-	-	LC
Aplastodiscus cavicola (Cruz & Peixoto, 1985 "1984")11	perereca	x	-	-	-	NT
Aplastodiscus leucopygius (Cruz & Peixoto, 1985 "1984")	perereca-verde	x	-	-	-	LC
Aplastodiscus weygoldti (Cruz & Peixoto, 1987 "1985")	perereca	x	-	-	-	NT
Bokermannohyla caramaschii (Napoli, 2005)	perereca	x	-	-	-	LC
Bokermannohyla circumdata (Cope, 1871)11	perereca-da-mata		-	-	-	LC
Bokermannohyla sp. (gr. *circumdata*)	perereca					
Bokermannohyla ibitipoca (Caramaschi & Feio, 1990)	perereca	x	-	-	-	DD
Dendropsophus anceps (A. Lutz, 1929)	perereca	x	-	-	-	LC
Dendropsophus bipunctatus (Spix, 1824)11	pererequinha		-	-	-	LC
Dendropsophus branneri (Cochran, 1948)11	pererequinha		-	-	-	LC
Dendropsophus decipiens (A. Lutz, 1925)	pererequinha		-	-	-	LC
Dendropsophus elegans (Wied-Neuwied, 1824)11	pererequinha		-	-	-	LC
Dendropsophus minutus (Peters, 1872)11,12	pererequinha-do-brejo		-	-	-	LC

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Dendropsophus rubicundulus (Reinhardt & Lütken, 1862 "1861")	perereca		-	-	-	LC
Dendropsophus ruschii (Weygoldt & Peixoto, 1987)	perereca	x	-	VU	-	DD
Hypsiboas albomarginatus (Spix, 1824)11	perereca-verde		-	-	-	LC
Hypsiboas albopunctatus (Spix, 1824)11	perereca-cabrinha		-	-	-	LC
Hypsiboas crepitans (Wied-Neuwied, 1824)11	perereca		-	-	-	LC
Hypsiboas faber (Wied-Neuwied, 1821)11	sapo-martelo		-	-	-	LC
Hypsiboas pardalis (Spix, 1824)11	sapo-porco		-	-	-	LC
Hypsiboas polytaenius (Cope, 1870 "1869")	perereca-de-pijama		-	-	-	LC
Hypsiboas pombali (Caramaschi, Pimenta & Feio, 2004)2			-	-	-	LC
Hypsiboas semilineatus (Spix, 1824)11	perereca		-	-	-	LC
Itapotihyla langsdorffii (Duméril & Bibron, 1841)13	perereca-castanhola		-	-	-	LC
Ololygon argyreornata (Miranda-Ribeiro, 1926)15	pererequinha-de-bromélia		-	-	-	LC
Ololygon carnevallii (Caramaschi & Kisteumacher, 1989)		x	-	-	-	LC
Ololygon cf. *catharinae* (Boulenger, 1888)1,16	perereca-catarinense		-	-	-	LC
Ololygon gr. *catharinae*	perereca-risonha					
Ololygon flavoguttata (Lutz & Lutz, 1939)	perereca		-	-	-	LC
Ololygon luizotavioi (Caramaschi & Kisteumacher, 1989)5	perereca		-	-	-	LC
Ololygon cf. *perpusilla* (A. Lutz & B. Lutz, 1939)1,17			-	-	-	LC
Ololygon gr. *perpusillus*	perereca					
Ololygon aff. *rizibilis*	perereca-risadinha					
Ololygon tripui (Lourenço, Nascimento & Pires, 2010 "2009")	perereca	x	-	-	-	-
Phyllodytes luteolus (Wied-Neuwied, 1824)	pererequinha-de-bromélia		-	-	-	LC
Scinax cf. *alter*						
Scinax alter (B. Lutz, 1973)	perereca-do-litoral		-	-	-	LC
Scinax cf. caldarum	perereca	x	VU	-	-	-
Scinax crospedospilus (A. Lutz, 1925)	perereca	x	-	-	-	LC

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Scinax curicica (Pugliesse, Pombal & Sazima, 2004)	perereca		-	-	-	DD
Scinax cuspidatus (A. Lutz, 1925)	raspa-cuia		-	-	-	LC
Scinax eurydice (Bokermann, 1968)	perereca		-	-	-	LC
Scinax fuscomarginatus (A. Lutz, 1925)	pererequinha-do-brejo		-	-	-	LC
Scinax fuscovarius (A. Lutz, 1925)	pererequinha-de-banheiro, perereca-raspa-de-cuia		-	-	-	LC
Scinax aff. *perereca*						
Scinax sp.1 (cf. *alter*)1			-	-	-	LC
Scinax sp.2 (aff. *perereca*)1	pererequinha-de-banheiro		-	-	-	LC
Scinax sp.3 (gr. *perpusillus*)1	pererequinha-de-bromélia		-	-	-	LC
Trachycephalus mesophaeus (Hensel, 1867)14	prereca-grudenta		-	-	-	LC
Trachycephalus nigromaculatus (Tschudi, 1838)			-	-	-	LC
Família Hylodidae						
Crosodactylus gr. *gaudichaudii*	rãzinha					
Hylodes babax (Heyer, 1982)	rãzinha	x	-	-	-	DD
Hylodes lateristrigatus (Baumann, 1912)	rãzinha	x	-	-	-	LC
Hylodes aff. *lateristrigatus* (Baumann, 1912)1	rãzinha		-	-	-	LC
Hylodes sp.						
Megaelosia apuana (Pombal, Prado & Canedo, 2003)	rãzinha	x	VU	-	-	DD
Megaeloisia sp.						
Família Leptodactylidae (Leiuperinae)						
Physalaemus crombiei (Heyer & Wolf, 1989)	rãzinha-do-folhiço		-	-	-	LC
Physalaemus cuvieri (Fitzinger, 1826)	rã-cachorro		-	-	-	LC
Physalaemus feioi (Cassini, Cruz & Caramaschi, 2010)	rãzinha	x	-	-	-	LC
Physalaemus maximus (Feio, Pombal & Caramaschi, 1999)	rãzinha		-	-	VU	DD
Physalaemus sp. (cf. *crombiei*)4,1	rãzinha-do-folhiço		-	-	-	LC
Physalaemus sp. (aff. *obtectus*)1	rãzinha		-	-	-	DD
Família Leptodactylidae (Leptodactylinae)						
Adenomera marmorata (Steindachner, 1867)3	rãzinha-marmoreada		-	-	-	LC
Adenomera thomei (Almeida & Ângulo, 2006)	rãzinha					LC

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Leptodactylus cupreus (Caramaschi, Feio & São-Pedro, 2008)	rã		-	-	-	DD
Leptodactylus fuscus (Schneider, 1799)	rã-assobiadora		-	-	-	LC
Leptodactylus labyrinthicus (Spix, 1824)	rã-pimenta		-	-	-	LC
Leptodactylus latrans (Steffen, 1815)6	rã-manteiga		-	-	-	LC
Leptodactylus mystacinus (Burmeister, 1861)	rã-de-bigode		-	-	-	LC
Leptodactylus cf. *mystaceus*						
Leptodactylus aff. *spixii*						
Família Leptodactylidae (Paratelmatobiinae)						
Crossodactylodes izecksohni (Peixoto, 1983 "1982")	rãzinha-de-bromélia		-	DD	-	NT
Família Microhylidae (Gastrophryninae)						
Chiasmocleis sp.						
Chiasmocleis mantiqueira (Cruz, Feio & Cassini, 2007)	rã-grilo		-	-	-	DD
Chiasmocleis schubarti (Bokermann, 1952)	rãzinha-da-mata		-	-	-	LC
Elachistocleis cesarii (Miranda Ribeiro (1920)	rã-apito-de-guarda		-	-	-	LC
Stereocyclops incrassatus (Cope, 1870 "1869")	rãzinha-do-folhiço		-	-	-	LC
Família Odontophrynidae						
Odontophrynus cultripes (Reinhardt & Lütken, 1861 "1862")			-	-	-	LC
Proceratophrys boiei (Wied-Neuwied, 1825)	sapo-de-chifres		-	-	-	LC
Proceratophrys laticeps (Izecksohn & Peixoto, 1981)	sapo-de-chifres		-	-	-	LC
Proceratophrys aff. *melanopogon* (Miranda-Ribeiro, 1926)						
Família Phyllomedusidae						
Phasmahyla exilis (Cruz, 1980)	perereca	x	-	-	-	LC
Phasmahyla sp.	perereca					
Phyllomedusa burmeisteri (Boulenger, 1882)	perereca-das-folhagens, perereca-macaco		-	-	-	LC
Phyllomedusa rohdei (Mertens, 1926)	perereca-macaco	x				LC
ORDEM GYMNOPHIONA						
Família Siphonopidae						
Luetkenotyphlus brasiliensis (Lütken, 1852 "1851")	cecília		-	-	-	DD

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Siphonops annulatus (Mikan, 1820)	cecília		-	-	-	LC
ORDEM CROCODYLIA (Gmelin, 1789)						
Alligatoridae Cuvier, 1807						
Caiman latirostris (Daudin, 1801)			-	DD	-	LC
ORDEM SQUAMATA (Oppel, 1811)						
Gekkonidae Gray, 1825						
Hemidactylus mabouia (Moreau de Jonnès, 1818)2	lagartixa		-	-	-	LC
Phyllodactylidae Gamble, Bauer, greenbaum e Jackman, 2008 (13 / 13)						
Gymnodactylus darwinii (Gray, 1845)	lagarto		-	-	-	-
Mabuyidae Mittleman, 1952 (15 / 15)						
Psychosaura macrorhyncha (Hoge, 1947)	mabuia		-	-	-	-
Iguania Cope, 1864 (83 / 86)						
Dactyloidae fitzinger, 1843 (18 / 18)						
Norops fuscoauratus (D'Orbigny, 1837 in Duméril e Bibron, 1837)	lagarto		-	-	-	-
Leiosauridae Frost, Etheridge, Janies e Titus, 2001						
Enyalius sp. (cf. *bilineatus*)	papa-vento		-	-	-	-
Enyalius brasiliensis (Lesson, 1828)	papa-vento	x	-	-	-	-
Urostrophus vautieri (Duméril e Bibron, 1837)	iguana-rajada		-	-	-	-
Polychrotidae Fitzinger, 1843						
Polychrus marmoratus (Linnaeus, 1758)	camaleão		-	-	-	-
Tropiduridae Bell *in* Darwin, 1843						
Tropidurus torquatus (Wied, 1820)	calango		-	-	-	LC
Anguidae Gray, 1825						
Ophiodes striatus (Spix, 1825)						
Ophiodes sp. 1						
Lacertiformes (Estes, De Queiroz e Gauthier *in* Estes e Pregill, 1988)						
Gymnophthalmidae Fitzinger, 1826						
Ecpleopus gaudichaudi	lagartinho	x	-	-	-	-

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Heterodactylus imbricatus	lagartinho		-	-	-	-
Teiidae Gray, 1827						
Ameiva ameiva (Linnaeus, 1758)7	calango		-	-	-	-
Tupinambinae Bonaparte, 1831						
Salvator merianae (Duméril e Bibron, 1839)3	tejuaçu, tejú, lagarto-do-papo-amarelo		-	-	-	LC
Amphisbaenia (Gray, 1844)						
Amphisbaenidae Gray, 1825						
Amphisbaena alba (Linnaeus, 1758)	cobra-cega		-	-	-	LC
Leposternon infraorbitale (Bertold, 1859)	cobra-cega					
Leposternon wuchereri (Peters, 1879)	cobra-cega	x	-	-	-	-
Serpentes (Linnaeus, 1758)						
Anomalepididae Taylor, 1939						
Liotyphlops wilderi (Garman, 1883)	cobra-da-terra		-	-	-	-
Leptotyphlopidae Stejneger, 1892						
Boidae Gray, 1825						
Corallus hortulanus (Linnaeus, 1758)	saçubóia		-	-	-	LC
Epicrates sp.	salamanta		-	-	-	-
Colubridae Oppel, 1811						
Chironius bicarinatus (Wied, 1820)	cobra-cipó	x	-	-	-	-
Chironius cf. *quadricarinatus* 1	cobra-cipó		-	-	-	-
Chironius exoletus (Linnaeus, 1758)	cobra-cipó					
Chironius fuscus (Linnaeus, 1758)	cobra-cipó					
Drymoluber dichrous (Peters, 1863)	cobra					
Simophis rhinostoma (Schlegel, 1837)			-	-	-	-
Spilotes pullatus (Linnaeus, 1758)7	caninana-preta-meridional		-	-	-	-
Spilotes sulphureus	papa-ovo	x				
Dipsadidae Bonaparte, 1838						
Sibynomorphus mikanii	dormideira		-	-	-	-
Sibynomorphus neuwiedi (Ihering, 1911)	dormideira	x	-	-	-	-
Imantodes cenchoa (Linnaeus, 1758)	cobra-cipó		-	-	-	-
Leptodeira annulata (Linnaeus, 1758)4,7	falsa-coral, falsa jararaca		-	-	-	LC

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Echinanthera melanostigma (Wagler in Spix, 1824)	corredeira	x	-	-	-	-
Echinanthera undulata (Wied, 1824)	corredeira		-	-	-	LC
Taeniophallus affinis (Günther, 1858)	corredeira	x	-	-	-	LC
Elapomorphus quinquelineatus (Raddi, 1820)	cobra-da-terra-listrada	x	-	-	-	-
Philodryas olfersii (Liechtenstein, 1823)	cobra-cipó		-	-	-	-
Clelia clelia (Daudin, 1803)	muçurana		-	-	-	-
Mussurana montana (Franco, Marques e Puorto, 1997)	muçurana	x	-	-	-	-
Oxyrhopus clathratus (Duméril, Bibron e Duméril, 1854)	falsa-coral-serrana	x	-	-	-	-
Oxyrhopus guibei (Hoge e Romano, 1978)	falsa-coral		-	-	-	-
Oxyrhopus petolarius	falsa-coral					
Oxyrhopus trigeminus (Duméril, Bibron e Duméril, 1854)	falsa-coral		-	-	-	-
Pseudoboa nigra (Duméril, Bibron e Duméril, 1854)	falsa-muçurana		-	-	-	-
Thamnodynastes cf. *nattereri*	cobra-espada		-	-	-	-
Tropidodryas serra (Schlegel, 1837)	falsa-jararaca		-	-	-	LC
Tropidodryas striaticeps (Cope, 1870)	falsa-jararaca		-	-	-	-
Xenodontini Bonaparte, 1845						
Erythrolamprus aesculapii (Linnaeus, 1766)5,7	falsa-coral		-	-	-	LC
Erythrolamprus poecilogyrus 1,6,7	cobra-verde, cobra-de-lixo, cobra-capim		-	-	-	-
Erythrolamprus miliaris	cobra-da-água		-	-	-	-
Erythrolamprus poecilogyrus	falsa-coral		-	-	-	-
Liophis cf. *almadensis* 1			-	-	-	-
Liophis sp. 1						
Xenodon merremii (Wagler in Spix, 1824)9	boipeva, boipeva-comum		-	-	-	-
Xenodon neuwiedii (Günther, 1863)	boipeva		-	-	-	LC
Elapidae Boie, 1827						
Micrurus corallinus (Merrem, 1820)	coral	X				
Micrurus frontalis (Duméril, Bibron e Duméril, 1854)8	coral		-	-	-	LC
Viperidae Oppel, 1811						

ANFÍBIOS (SBH, 2016) E RÉPTEIS (SBH, 2015)	Nome popular (HADDAD et al., 2008; DEIQUESs et al., 2007)	Endemismo	Estado de Conservação			
			MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Bothrops jararaca (Wied, 1824)	jararaca	X	-	-	-	-
Bothrops jararacussu (Lacerda, 1884)	jararacuçu	X	-	-	-	LC
Bothrops moojeni (Hoge, 1966)	caiçaca		-	-	-	-
Bothrops neuwiedi (Wagler in Spix, 1824)	jararaca		-	-	-	-
Crotalus durissus (Linnaeus, 1758)7,10	cascavel		-	-	-	LC
Lachesis muta (Linnaeus, 1766)	surucucu		-	VU	-	VU
EXÓTICAS						
Hemidactylus mabouia (Moreau de Jonnès, 1818)2						

Répteis: [1] Necessita revisão taxonômica; [2] Anteriormente incluído em *Hemidactylus mercatorius* (IUCN, 2017-1); [3] Citado como *Tupinambis merianae* (DUMERIL; BIBRON, 1839) por Bertoluci et al. (2009); [4] *Leptodeira rhombifera* é sinonímia de *Leptodeira annulata* ssp. *rhombifera* (GÜNTHER, 1872) (IUCN, 2017-1); [5] *Erythrolamprus aesculapii* var. *bizona* é considerada sinonímia de *Erythrolamprus bizona* (IUCN, 2017-1); [6] Citado como *Liophis poecilogyrus* (WIED, 1825) por Bertoluci et al. (2009); [7] Atenção à existência de subespécies; [8] *Micrurus pyrrhocryptus* é sinonímia de *Micrurus frontalis* ssp. *pyrrhocryptus* (COPE, 1862) (IUCN, 2017-1); [9] Citado como *Waglerophis merremii* (WAGLER, 1824) por Bertoluci et al. (2009); [10] Dados de *microhabitat*, *habitat* e ocorrência válidos para a subespécie *C. durissus terrificus;* [11] Sinonímia de *Elapomorphus lepidus*.

Anuros: [1] Indicações "aff." ou "cf." se referem a táxons semelhantes à espécie binomial a qual intercala; [2] Citado como *Rhinella pombali* (BALDISSERA; CARAMASCHI; HADDAD, 2004) por Rievers et al. (2014); [3] Citado como *Leptodactylus marmoratus* (STEINDACHNER, 1867) por Rievers et al. (2014); [4] Se assemelha a *Physalaemus crombiei* (HEYER; WOLF, 1989), conhecida apenas para uma localidade em Santa Teresa (ES) (HEYER; WOLF, 1989 apud RIEVERS et al., 2014); [5] Citado como *Scinax luizotavioi* (CARAMASCHI; KISTEUMACHER, 1989) por Bertoluci et al. (2009); [6] Citado como *Leptodactylus ocellatus* (LINNAEUS, 1758) por Bertoluci et al. (2009); [7] Citado como *Eleutherodactylus binotatus* por Ramos e Gasparini (2004); [8] Citado como *Bufo* por Ramos e Gasparini (2004); [9] Citado como *Bufo paracnemis* por Ramos e Gasparini (2004); [10] Citado como *Flectonotus goeldii* por Ramos e Gasparini (2004); [11] Citado como *Hyla* por Ramos e Gasparini (2004); [12] Sinonímia de *Hyla minuta* segundo a GBIF (Global Biodiversity Information Facility - http://www.gbif.org/species/102078415); [13] Citada como *Osteocephalus langsdorffii* por Ramos e Gasparini (2004); [14] Citado como *Phrynohyas mesophaeus* por Ramos e Gasparini (2004); [15] Sinonímia de *Scinax argyreornatus* segundo o American Museum of Natural History (AMNH) (http://research.amnh.org/vz/herpetology/amphibia/Amphibia/Anura/Hylidae/Scinaxinae/Ololygon/Ololygon-argyreornata); [16] Sinonímia de *Scinax catharinae* segundo o AMNH (http://research.amnh.org/vz/herpetology/amphibia/Amphibia/Anura/Hylidae/Scinaxinae/Ololygon/Ololygon-catharinae); [17] Sinonímia de *Scinax perpussilus*segundo o AMNH (http://research.amnh.org/vz/herpetology/amphibia/Amphibia/Anura/Hylidae/Scinaxinae/Ololygon/Ololygon-catharinae); [18] Anteriormente *Eleutherodactylus* (AMNH); [19] Citado como *Chaunus* por Haddad et al. (2008).

Táxon (CBRO, 2015)	Nome popular (CBRO, 2015)	*Habitat* (SIGRIST, 2009)	*Status* de ocorrência (CBRO, 2015)	Endemismo (BROOKS et al, 1999; VASCONCELOS & MELO, 2001)	Estado de Conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2017)
TINAMIFORMES Huxley, 1872								
Família Tinamidae Gray, 1840								
Tinamus solitarius (Vieillot, 1819)	macuco	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R	X	EN	CP	-	NT
Crypturellus sp.								
Crypturellus soui (Hermann, 1783)[1]	tururim	FA, FM, FC, R, TF, MV, MT, MR, FP, T, CA	R		-	-	-	LC
Crypturellus obsoletus (Temminck, 1815)[1]	inambuguaçu	TF, FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, B	R		-	-	-	LC
Crypturellus undulatus (Temminck, 1815)	jaó	FM, FG, MV, MR, C, B, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Crypturellus noctivagus (Wied, 1820)[1]	jaó-do-sul	FA, FM, FC	R, E	X	EN	CP	VU	NT
Crypturellus variegatus (Gmelin, 1789)	inambu-anhangá	TF, MT, FA, FC	R		EN	EP	-	LC
Crypturellus parvirostris (Wagler, 1827)	inambu-chororó	FM, FG, B, C, CE, CAA, AA, PA	R		-	-	-	LC
Crypturellus tataupa (Temminck, 1815)[1]	inambu-chintã	TF, TM, FC, MA, FS, B, CE, CAA, AA, PA	R		-	-	-	LC
ANSERIFORMES Linnaeus, 1758								
Família Anhimidae Stejneger, 1885								
Anhima cornuta (Linnaeus, 1766)	anhuma	B, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Família Anatidae Leach, 1820								
Dendrocygna viduata (Linnaeus, 1766)	irerê	B, AA, PA, IF, M, H20	R		-	-	-	LC
Dendrocygna autumnalis (Linnaeus, 1758)[1]	marreca-cabocla	B, AA, PA, IF, M, H20	R		-	-	-	LC
Cairina moschata (Linnaeus, 1758)	pato-do-mato	FG, FC, B, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Amazonetta brasiliensis (Gmelin, 1789)[1]	ananaí	B, AA, PA, IF, M, H20	R		-	-	-	LC
Netta erythrophthalma (Wied, 1833)[1]	paturi-preta	AA, H20	R		-	DD	-	LC

Nomonyx dominicus (Linnaeus, 1766)31	marreca-caucau	AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
GALLIFORMES Linnaeus, 1758								
Família Cracidae Rafinesque, 1815								
Penelope superciliaris (Temminck, 1815)[1]	jacupemba	TF, MT, FM, FG, FC, R, B, CE, AA, PA	R		-	-	CR	LC
Penelope obscura Temminck, 1815	jacuguaçu	FA, FC, MA	R		-	VU	-	LC
Aburria jacutinga(Spix, 1825)35	jacutinga	FA, FM, FC, MA, FS	R	X	CR	RE	EN	EN
Ortalis sp.								
Crax blumenbachii (Spix, 1825)	mutum-de-bico-vermelho	FA	R, E	X	CR	CP	CR	EN
Família Odontophoridae Gould, 1844								
Odontophorus capueira (Spix, 1825)[1]	uru	FA, FM, MA, FS	R	X	EN	EP	-	LC
PODICIPEDIFORMES Fürbringer, 1888								
Família Podicipedidae Bonaparte, 1831								
Tachybaptus dominicus (Linnaeus, 1766)	mergulhão-pequeno	AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Podilymbus podiceps (Linnaeus, 1758)[1]	mergulhão-caçador	AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
SULIFORMES Sharpe, 1891								
Família Fregatidae Degland & Gerbe, 1867								
Fregata magnificens Mathews, 1914	tesourão	H20	R		-	-	-	LC
Família Phalacrocoracidae Reichenbach, 1849								
Nannopterum brasilianus (Gmelin, 1789)5	biguá	AA, P, M, H20	R		-	-	-	LC
Família Anhingidae Reichenbach, 1849								
Anhinga anhinga (Linnaeus, 1766)[1]	biguatinga	AA, P, H20	R		-	DD	-	LC
PELECANIFORMES Sharpe, 1891								

Família Pelecanidae Rafinesque, 1815							
Família Ardeidae Leach, 1820							
Tigrisoma lineatum (Boddaert, 1783) [1]	socó-boi	FG, FC, R, MI, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Nycticorax nycticorax (Linnaeus, 1758)[1]	socó-dorminhoco	FG, FC, R, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Butorides striata (Linnaeus, 1758)[1]	socozinho	FG, FC, R, MI, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Bubulcus ibis (Linnaeus, 1758)[1]	garça-vaqueira	FC, B, C, CA, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Ardea cocoi Linnaeus, 1766	garça-moura	FG, GC, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Ardea alba Linnaeus, 1758[1]	garça-branca	FG, FC, MI, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Syrigma sibilatrix (Temminck, 1824)[1]	maria-faceira	B, C, CE, AA, PA, H20	R	-	-	-	LC
Pilherodius pileatus (Boddaert, 1783)	garça-real	FG, FC, MI, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Egretta thula (Molina, 1782)	garça-branca-pequena	FG, FC, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
CATHARTIFORMES Seebohm, 1890							
Família Cathartidae Lafresnaye, 1839							
Cathartes aura (Linnaeus, 1758)[1]	urubu-de-cabeça-vermelha	FA, FM, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF	R	-	-	-	LC
Cathartes burrovianus Cassin, 1845[1]	urubu-de-cabeça-amarela	FM, FG, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Coragyps atratus (Bechstein, 1793)[1]	urubu	FA, FM, MA, FS, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, H20	R	-	-	-	LC
Sarcoramphus papa (Linnaeus, 1758)	urubu-rei	FA, FM, FG, FS, TF, MV, MT, FP, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA	R	-	VU	-	LC
ACCIPITRIFORMES Bonaparte, 1831							

Família Pandionidae Bonaparte, 1854								
Pandion haliaetus (Linnaeus, 1758)[1]	águia-pescadora	FG, FC, MR, AA, PA, M, IF, H20	VN		-	-	-	LC
Família Accipitridae Vigors, 1824								
Leptodon cayanensis (Latham, 1790)	gavião-gato	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Chondrohierax uncinatus (Temminck, 1822)[1]	caracoleiro	FA, FM, FG, FC, MA, TF, MV, MT, MI, MR, FP, B, CA, CE, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Elanoides forficatus (Linnaeus, 1758)1	gavião-tesoura	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, CE, PA, IF	R		-	-	-	LC
Elanus leucurus (Vieillot, 1818)[1]	gavião-peneira	R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Accipiter striatus (Vieillot, 1808)	tauató-miúdo		R		-	DD	-	LC
Ictinia plumbea (Gmelin, 1788)	sovi	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Geranospiza caerulescens (Vieillot, 1817)[1]	gavião-pernilongo	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M	R		-	-	-	LC
Heterospizias meridionalis (Latham, 1790)	gavião-caboclo		R		-	-	-	LC
Amadonastur lacernulatus (Temminck, 1827)32	gavião-pombo-pequeno	FA, FC, R	R, E	X	CR	-	VU	VU
Urubitinga urubitinga (Gmelin, 1788)[1],21	gavião-preto	FG, FC, R, MR, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Rupornis magnirostris (Gmelin, 1788)[1]	gavião-carijó	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, MR, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Parabuteo leucorrhous (Quoy & Gaimard, 1824)6	gavião-de-sobre-branco		R		-	-	-	LC
Geranoaetus albicaudatus (Vieillot, 1816)1,6	gavião-de-rabo-branco	FM, B, C, CE, CAA, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC

Geranoaetus melanoleucus (Vieillot, 1819)	águia-serrana		R		-	-	-	LC
Pseudastur polionotus (Kaup, 1847)32	gavião-pombo	FA, FC, MA, FS	R	X	CR	VU	-	NT
Buteo brachyurus (Vieillot, 1816)[1]	gavião-de-cauda-curta	FM, MT, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Buteo albonotatus (Kaup, 1847)[1]	gavião-urubu	FA, FM, FC, MA, R, B, C, CE, AA, PA	R		-	DD	-	LC
Harpia harpyja (Linnaeus, 1758)	gavião-real	FA, FM, FG, FC, MA, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CE, AA, PA, IF	R		CR	CP	VU	NT
Spizaetus melanoleucus (Vieillot, 1816)33	gavião-pato	FM, FG, MA, FS, B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		EN	VU	-	LC
GRUIFORMES Bonaparte, 1854								
Família Rallidae Rafinesque, 1815								
Aramides cajaneus (Statius Muller, 1776)[1]	saracura-três-potes	FG, FC, R, MR, B, AA, PA, M, H20, IF	R		-	-	-	LC
Aramides saracura (Spix, 1825)	saracura-do-mato	FA, FM, FC, MA, FS, AA, H20	R	X	-	-	-	LC
Laterallus melanophaius (Vieillot, 1819)[1]	sanã-parda	FG, FC, R, B, AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Mustelirallus albicollis (Vieillot, 1819)7	sanã-carijó	B, AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Pardirallus nigricans (Vieillot, 1819)[1]	saracura-sanã	AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Gallinula galeata (Lichtenstein, 1818)1,8	galinha-d'água	AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Porphyrio martinicus (Linnaeus, 1766)	frango-d'água-azul	B, AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
CHARADRIIFORMES Huxley, 1867								
SubOrdem Charadrii Huxley, 1867								
Família Charadriidae Leach, 1820								
Vanellus cayanus (Latham, 1790)54	mexeriqueira	AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Vanellus chilensis (Molina, 1782)	quero-quero	B, C, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Família Recurvirostridae Bonaparte, 1831								

Himantopus melanurus (Vieillot, 1817)55	pernilongo-de-costas-brancas	AA, PA, IF, H20	R	-	-	-	LC
SubOrdem Scolopaci Steijneger, 1885							
Família Scolopacidae Rafinesque, 1815							
Gallinago paraguaiae (Vieillot, 1816)1	narceja		R	-	-	-	LC
Actitis macularius (Linnaeus, 1766)	maçarico-pintado	AA, PA, M, IF, H20	VN	-	-	-	LC
Tringa melanoleuca (Gmelin, 1789)	maçarico-grande-de-perna-amarela	AA, PA, M, IF, H20	VN	-	-	-	LC
Tringa flavipes (Gmelin, 1789)[1]	maçarico-de-perna-amarela	AA, PA, M, IF, H20	VN	-	-	-	LC
Família Jacanidae Chenu & Des Murs, 1854							
Jacana jacana (Linnaeus, 1766)[1]	jaçanã	B, AA, PA, IF, H20	R	-	-	-	LC
SubOrdem Lari Sharpe, 1891							
Família Sternidae Vigors, 1825							
Sternula superciliaris (Vieillot, 1819)	trinta-réis-pequeno	PA, H20	R	-	-	-	LC
Sterna hirundo (Linnaeus, 1758)[1]	trinta-réis-boreal	IF, H20	VN	-	-	-	lc
Família Rynchopidae Bonaparte, 1838							
COLUMBIFORMES Latham, 1790							
Família Columbidae Leach, 1820							
Columbina talpacoti (Temminck, 1810)[1]	rolinha	FM, R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R	-	-	-	LC
Columbina squammata (Lesson, 1831)[1],37	fogo-apagou	FM, R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R	-	-	-	LC
Columbina picui (Temminck, 1813)[1]	rolinha-picuí	FM, B, C, CAA, CE, AA, PA	R	-	-	-	LC
Columba livia (Gmelin, 1789)[1]	pombo-doméstico	AA	R	-	-	-	LC
Claravis pretiosa (Ferrari-Perez, 1886)	pararu-azul	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT,MR, FP, B, CA, AA, PA	R	-	-	-	LC
Patagioenas picazuro (Temminck, 1813)[1],36	asa-branca	FM, FG, FC, MT, B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R	-	-	-	LC

Patagioenas cayennensis (Bonnaterre, 1792)[1],36	pomba-galega	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, B, C, CA, CE, AA, IF, PA	R	-	-	-	LC
Patagioenas plumbea (Vieillot, 1818)[1],36	pomba-amargosa	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, FP	R	-	-	-	LC
Leptotila verreauxi (Bonaparte, 1855)[1]	juriti-pupu	FA, FM, FG, FC, MA, FS, B, C, CA, CAA, CE, AA, IF, PA	R	-	-	-	LC
Leptotila rufaxilla (Richard & Bernard, 1792)[1]	juriti-de-testa-branca	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MR, T, PA, M, IF	R	-	-	-	LC
Geotrygon montana (Linnaeus, 1758)[1]	pariri	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MT, MR, T, B, IF	R	-	-	-	LC
Geotrygon violacea (Temminck, 1809)[1]	juriti-vermelha	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MT, MR	R	-	CP	-	LC
CUCULIFORMES Wagler, 1830							
Família Cuculidae Leach, 1820							
Subfamília Cuculinae Leach, 1820							
Piaya cayana (Linnaeus, 1766)[1]	alma-de-gato	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MR, FP, B, CA CAA, CE, AA, PA, M, IF	R	-	-	-	LC
Subfamília Crotophaginae Swainson, 1837							
Crotophaga major (Gmelin, 1788)	anu-coroca	FG, FC, MI, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Crotophaga ani Linnaeus, 1758	anu-preto	R, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Guira guira (Gmelin, 1788)	anu-branco	R, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, H20	R	-	-	-	LC
Subfamília Taperinae Verheyen, 1956							
Tapera naevia (Linnaeus, 1766)[1]	saci	FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R	-	-	-	LC
Subfamília Neomorphinae Shelley, 1891							
Neomorphus geoffroyi (Temminck, 1820)	jacu-estalo	FA, TF, MV, MT	R	CR	CP	VU	VU

STRIGIFORMES Wagler, 1830								
Família Tytonidae Mathews, 1912								
Tyto furcata (Temminck, 1827)10	suindara	B, C,CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Família Strigidae Leach, 1820								
Megascops choliba (Vieillot, 1817)[1],39	corujinha-do-mato	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MR, B, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Pulsatrix perspicillata (Latham, 1790)[1]	murucututu	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, PA, IF	R		-	-	VU	LC
Pulsatrix koeniswaldiana (Bertoni & Bertoni, 1901)	murucututu-de-barriga-amarela	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Pulsatrix sp.								
Strix virgata (Cassin, 1849)[1],56	coruja-do-mato	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, FP, B, CA, PA	R		-	-	-	LC
Glaucidium brasilianum (Gmelin, 1788)[1]	caburé	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MR, M*, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Athene cunicularia (Molina, 1782)[1],40	coruja-buraqueira	B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Asio clamator (Vieillot, 1808)[1],41	coruja-orelhuda	FM, FC, MA, FS, MR, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Asio stygius (Wagler, 1832)[1]	mocho-diabo	FM, FG, FC, MA, FS, B, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
NYCTIBIIFORMES Yuri, Kimball, Harshman, Bowie, Braun, Chojnowski, Han, Hackett, Huddleston, Moore, Reddy, Sheldon, Steadman, Witt & Braun, 2013								
Família Nyctibiidae Chenu & Des Murs, 1851								
Nyctibius grandis (Gmelin, 1789)	urutau-grande	FA, FM, FG, FC, TF, MT, MR, B, C, CE, AA, PA, IF	R		-	VU	-	LC

Nyctibius griseus (Gmelin, 1789)[1]	urutau	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MT, MR, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF	R	-	-	-	LC
CAPRIMULGIFORMES Ridgway, 1881							
Família Caprimulgidae Vigors, 1825							
Nyctiphrynus ocellatus (Tschudi, 1844)[1]	bacurau-ocelado	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MR, FP	R	-	-	-	LC
Antrostomus rufus (Boddaert, 1783)1,11	joão-corta-pau	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, FP, B, PA	R	-	DD	-	LC
Lurocalis semitorquatus (Gmelin, 1789)[1]	tuju	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, B, C, AA, PA, IF	R	-	-	-	LC
Nyctidromus albicollis (Gmelin, 1789)[1]	bacurau	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MR, FP, B, C, CA, CAA, CE, AA, M, PA, IF, H20	R	-	-	-	LC
Hydropsalis longirostris (Bonaparte, 1825)1,12	bacurau-da-telha	T, B, C, CA, CE, AA	R	-	-	-	LC
Hydropsalis torquata (Gmelin, 1789)[1],43	bacurau-tesoura	B, C, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R	-	-	-	LC
Nannochordeiles pusillus (Gould, 1861)1,42	bacurauzinho	FG, B, C, CAA, CE, AA, PA	R	-	-	-	LC
APODIFORMES Peters, 1940							
Família Apodidae Olphe-Galliard, 1887							
Streptoprocne zonaris (Shaw, 1796)[1]	taperuçu-de-coleira-branca	FA, FM, MA, FS, MR, T, B, AA, PA, IF, H20	R	-	-	-	LC
Streptoprocne biscutata (Sclater, 1866)	taperuçu-de-coleira-falha		R	-	-	-	LC
Chaetura cinereiventris (Sclater, 1862)[1]	andorinhão-de-sobre-cinzento	FA, MA, FS, R, TF, T, AA, PA, M	R	-	-	-	LC
Chaetura meridionalis (Hellmayr, 1907)60	andorinhão-do-temporal	FM, FG, MA, FS, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, H20	R	-	-	-	LC
Família Trochilidae Vigors, 1825							

Subfamília Phaethornithinae Jardine, 1833								
Ramphodon naevius (Dumont, 1818)	beija-flor-rajado	FA, R, AA	R, E	X	-	-	-	NT
Glaucis hirsutus (Gmelin, 1788)[1]	balança-rabo-de-bico-torto	FA, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, PA	R		-	-	-	LC
Phaethornis squalidus (Temminck, 1822)	rabo-branco-pequeno	FA, MA	R, E	X	-	-	-	LC
Phaethornis idaliae (Bourcier & Mulsant, 1856)	rabo-branco-mirim	FA, R	R, E	X	-	-	-	LC
Phaethornis ruber (Linnaeus, 1758)[1]	rabo-branco-rubro	FA, FM, FC, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, IF	R		-	-	-	LC
Phaethornis pretrei (Lesson & Delattre, 1839)	rabo-branco-acanelado	FM, FG, FC, MA, FS, R, C, B, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Phaethornis eurynome (Lesson, 1832)[1]	rabo-branco-de-garganta-rajada	FA, MA, FS, R, TF, T, AA, PA, M	R	X	-	-	-	LC
*Phaethornis margarettae (*Ruschi, 1972)57	rabo-branco-de-margarette	FA	R, E	X	-	-	EN/CR	LC
Subfamília Trochilinae Vigors, 1825								
Campylopterus largipennis diamantinensis (Ruschi, 1963)[1]	asa-de-sabre-cinza		R		-	-	-	LC
Eupetomena macroura (Gmelin, 1788)[1],25	beija-flor-tesoura	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CE, CAA, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Aphantochroa cirrochloris (Vieillot, 1818)26	beija-flor-cinza	FA, FM, FC, MA, AA	R	X	-	-	-	LC
Florisuga mellivora (Linnaeus, 1758)[1]	beija-flor-azul-de-rabo-branco	FG, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, IF	R		-	-	-	LC
Florisuga fusca (Vieillot, 1817)44	beija-flor-preto	FA, FM, FS, R	R	X	-	-	-	LC
Colibri serrirostris (Vieillot, 1816)	beija-flor-de-orelha-violeta	FM, FG, FC, MA, FS, B, C, CA, CE, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Anthracothorax nigricollis (Vieillot, 1817)	beija-flor-de-veste-preta	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, T, B, C, CA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Chrysolampis mosquitus (Linnaeus, 1758)	beija-flor-vermelho	FM, FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC

Lophornis magnificus (Vieillot, 1817)	topetinho-vermelho	FA, FM, FC, MA, R, AA	R, E			-	-	-	LC
Lophornis chalybeus (Temminck, 1821)[1]	topetinho-verde	FA, FC, R, TF, MV, MT, T, AA	R			-	-	-	NT
Discosura langsdorfii (Temminck, 1821)[1]	rabo-de-espinho	TF, MV, MT, MI, MR, C, IF	R			CR	CP	EN	LC
Discosura longicaudus (Gmelin, 1788)	bandeirinha	FA, MT, MR, T, C, AA, IF	R			-	-	-	LC
Chlorestes notata (Reich, 1793)[1],23	beija-flor-de-garganta-azul	FA, FG, FC, R, MV, MT, MI, MR, B, M, IF, H20	R			-	-	-	LC
Chlorostilbon lucidus (Shaw, 1812)1,13	besourinho-de-bico-vermelho	FG, FC, MA, C, CAA, CE, AA, PA	R			-	-	-	LC
Thalurania furcata (Gmelin, 1788)[1]	beija-flor-tesoura-verde	FA, FM, FG, FC, MV, MT, MI, MR, FP, B, CA, AA, PA, M, IF	R			-	-	-	LC
Thalurania glaucopis (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta	FA, FM, FC, MA, FS	R		X	-	-	-	LC
Hylocharis sapphirina (Gmelin, 1788)	beija-flor-safra	FA, FM, FG, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, AA, IF	R			-	-	-	LC
Hylocharis cyanus (Vieillot, 1818)[1]	beija-flor-roxo	FA, FC, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, B, PA, IF	R			-	-	-	LC
Leucochloris albicollis (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-papo-branco	FA, FM, FC, MA, FS, R, AA, PA	R		X	-	-	-	LC
Polytmus guainumbi (Pallas, 1764)[1]	beija-flor-de-bico-curvo	B, C, CAA, CE, AA, PA, M, H20	R			-	-	-	LC
Amazilia versicolor (Vieillot, 1818)[1],27	beija-flor-de-banda-branca	FA, FM, FG, MA, R, MI, MR, B, C, CE, AA, PA, M, IF, H20	R			-	-	-	LC
Amazilia brevirostris (Lesson, 1829)[1],28	beija-flor-de-bico-preto	FA, R	R			-	-	-	LC
Amazilia fimbriata (Gmelin, 1788)[1],29	beija-flor-de-garganta-verde	FA, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, B, C, CE, AA, PA, M, IF, H20	R			-	-	-	LC
Amazilia lactea (Lesson, 1832)[1],29	beija-flor-de-peito-azul	FG, FC, MA, MT, B, C, CA, CE, AA, PA	R			-	-	-	LC
Augastes scutatus (Temminck, 1824)[1]	beija-flor-de-gravata-verde		R, E		MA, CE	-	-	-	NT

Heliodoxa rubricauda (Boddaert, 1783)[1],30	beija-flor-rubi	FA, FM, FC, MA, AA	R	X	-	-	-	LC
Heliothryx auritus (Gmelin, 1788)[1]	beija-flor-de-bochecha-azul	FA. FM, FG, FC, MA, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Heliomaster squamosus (Temminck, 1823)	bico-reto-de-banda-branca	FM, FG, FC, MA, FS, MT, B, C, CE, CA, AA, PA	R, E		-	-	-	LC
Calliphlox amethystina (Boddaert, 1783)	estrelinha-ametista	R, MR, T, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
TROGONIFORMES A. O. U., 1886								
Família Trogonidae Lesson, 1828								
*Trogon viridis (*Linnaeus, 1766)[1]	surucuá-de-barriga-amarela	FA, MA, TF, MV, MT, MI, T, CA, AA, PA	R		-	-	-	LC
Trogon surrucura (Vieillot, 1817)[1]	surucuá-variado	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Trogon rufus (Gmelin, 1788)[1]	surucuá-dourado	FA, FM, FC, MA, FS, TF, MT, CA	R		-	-	-	LC
CORACIIFORMES Forbes, 1844								
Família Alcedinidae Rafinesque, 1815								
Megaceryle torquata (Linnaeus, 1766)[1],14	martim-pescador-grande	FG, FC, R, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Chloroceryle amazona (Latham, 1790)	martim-pescador-verde	FG, FC, R, MI, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Chloroceryle americana (Gmelin, 1788)[1]	martim-pescador-pequeno	FG, FC, R, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Chloroceryle inda (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-da-mata	FG, FC, R, MI, MR, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Família Momotidae Gray, 1840								
Baryphthengus ruficapillus (Vieillot, 1818)	juruva	FA, FM, FC, MA	R	X	-	-	-	LC
GALBULIFORMES Fürbringer, 1888								
Família Galbulidae Vigors, 1825								
Jacamaralcyon tridactyla (Vieillot, 1817)	cuitelão	FM, FC	R, E	X	-	DD	-	VU
Galbula ruficauda (Cuvier, 1816)[1]	ariramba	FA, FM, FG, FC, TF, MT, B, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC

Família Bucconidae Horsfield, 1821								
Nystalus chacuru (Vieillot, 1816)[1]	joão-bobo	FM, FG, MT, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Malacoptila striata (Spix, 1824)[1]	barbudo-rajado	FA, FM, FC, MA, TF, MT	R, E	X	-	-	-	NT
Nonnula rubecula (Spix, 1824)[1]	macuru	FM, FG, FC, TF, MV, MT, MI, MR, B, CE, PA, IF	R		-	-	-	LC
Chelidoptera tenebrosa (Pallas, 1782)[1]	urubuzinho	FA, FM, FG, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CAA, CE, AA, PA, IF	R		-	VU	-	LC
PICIFORMES Meyer & Wolf, 1810								
Família Ramphastidae Vigors, 1825								
Ramphastos vitellinus (Lichtenstein, 1823)	tucano-de-bico-preto	FA, FM, FG, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CE, AA, IF	R		-	-	-	VU
Ramphastos dicolorus (Linnaeus, 1766)	tucano-de-bico-verde		R	X	-	-	-	LC
Pteroglossus aracari (Linnaeus, 1758)[1]	araçari-de-bico-branco	FA, FG, FC, TF, MV, MR, B, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Família Picidae Leach, 1820								
Picumnus cirratus Temminck, 1825[1]	picapauzinho-barrado	FA, FM, FC, MA, FS, TF, MT, B, C, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Melanerpes candidus (Otto, 1796)	pica-pau-branco	FM, FG, FC, MA, FS, B, C, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Melanerpes flavifrons (Vieillot, 1818)	benedito-de-testa-amarela	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R	X	VU	VU	-	LC
Veniliornis maculifrons (Spix, 1824)	picapauzinho-de-testa-pintada	FA, FC	R, E	X	-	-	-	LC
Veniliornis passerinus (Linnaeus, 1766)[1]	pica-pau-pequeno	FM, FG, FC, TF, MV, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Piculus flavigula (Boddaert, 1783)[1]	pica-pau-bufador		R					
Piculus chrysochloros (Vieillot, 1818)	pica-pau-dourado-escuro	FA, FM, FG, FC, TF, MV, MR, B, CA, CAA, CE, AA, PA	R		-	DD	-	LC
Piculus aurulentus (Temminck, 1821)	pica-pau-dourado		R	X	-	-	-	NT
Colaptes melanochloros (Gmelin, 1788)[1]	pica-pau-verde-barrado	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC

Colaptes campestris (Vieillot, 1818)[1]	pica-pau-do-campo	FM, FG, MA, FS, R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Celeus flavescens (Gmelin, 1788)[1]	pica-pau-de-cabeça-amarela	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Dryocopus lineatus (Linnaeus, 1766)[1]	pica-pau-de-banda-branca	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	-
Campephilus robustus (Lichtenstein, 1818)	pica-pau-rei	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R	R	X	-	-	-	LC
Campephilus melanoleucos (Gmelin, 1788)[1]	pica-pau-de-topete-vermelho		R		-	-	-	LC
CARIAMIFORMES Furbringer, 1888								
Família Cariamidae Bonaparte, 1850								
Cariama cristata (Linnaeus, 1766)	seriema	B, C, CE, CAA, AA, PA	R		-	-	-	LC
FALCONIFORMES Bonaparte, 1831								
Família Falconidae Leach, 1820								
Caracara plancus (Miller, 1777)34	carcará	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MT, MI, MR, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Milvago chimachima (Vieillot, 1816)[1]	carrapateiro	FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CE, CAA, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Herpetotheres cachinnans (Linnaeus, 1758)[1]	acauã	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Micrastur semitorquatus (Vieillot, 1817)[1]	falcão-relógio	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CAA, CE, PA,IF	R		-	-	-	LC
Falco sparverius Linnaeus, 1758[1]	quiriquiri	B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Falco rufigularis Daudin, 1800[1]	cauré	FA, FM, FG, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, PA,IF	R		-	-	-	LC
Falco femoralis (Temminck, 1822) [1]	falcão-de-peito-laranja	B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
PSITTACIFORMES Wagler, 1830								

Família Psittacidae Rafinesque, 1815								
Primolius maracana(Vieillot, 1816)38	maracanã	FA, FM, FG, FC, TF, MT, B, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	NT
Diopsittaca nobilis (Linnaeus, 1758)[1]	maracanã-pequena	FM, FG, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF	R		-	DD	-	LC
Psittacara leucophthalmus (Statius Muller, 1776)1,9	periquitão	FM, FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Aratinga solstitialis (Linnaeus, 1766)	cacauê	ocorrência apenas amazônica. Conferir	R		-	-	EN	EN
Eupsittula aurea (Gmelin, 1788)22	periquito-rei	FM, FG, FC, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Pyrrhura cruentata (Wied, 1820)	tiriba-grande	FA	R, E	X	CR	EP	VU	VU
Pyrrhura frontalis (Vieillot, 1817)[1]	tiriba	FA, MA	R	X	-	-	-	LC
Pyrrhura leucotis (Kuhl, 1820)	tiriba-de-orelha-branca	FA	R, E	X	CR	EP	VU	NT
Forpus xanthopterygius (Spix, 1824)[1]	tuim	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Brotogeris tirica (Gmelin, 1788)	periquito-verde	FA, MA, R, AA	R, E	X	-	-	-	LC
Brotogeris chiriri (Vieillot, 1818)[1]	periquito-de-encontro-amarelo	FM, FG, FC, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Pionus maximiliani (Kuhl, 1820)[1]	maitaca	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, B, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Amazona farinosa (Boddaert, 1783)	papagaio-moleiro	FA, FG, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, PA, M, IF	R		CR	-	-	NT
Amazona amazonica (Linnaeus, 1766)	curica	FA, FM, FG, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, PA, M, IF, H20	R		-	CP	-	LC
Amazona rhodocorytha (Salvadori, 1890)	chauá	FA, R, M	R, E	X	EN	-	VU	EN
Amazona aestiva (Linnaeus, 1758)	papagaio	FM, FG, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
PASSERIFORMES Linnaeus, 1758								
SubOrdem Tyranni Wetmore & Miller, 1926								

ParvOrdem Thamnophilida Patterson, 1987								
Família Thamnophilidae Swainson, 1824								
Subfamília Thamnophilinae Swainson, 1824								
Terenura maculata (Wied, 1831)	zidedê	FA, FM, FC, MA, FS, R	R	X	-	-	-	LC
Myrmotherula axillaris (Vieillot, 1817)[1]	choquinha-de-flanco-branco	FA, FG, TF, MV, MT, MI, CA	R		-	-	-	LC
Formicivora grisea (Boddaert, 1783)[1]	papa-formiga-pardo	FA, FM, FG, FC, R, TF, MT, T, B, CAA, CE, PA	R		-	-	-	LC
Formicivora serrana (Hellmayr, 1929)[1]	formigueiro-da-serra	FA, FM, FC	R, E	X	-	-	-	LC
Drymophila ferruginea (Temminck, 1822)	trovoada		R, E	X	-	-	-	LC
Drymophila rubricollis (Bertoni, 1901)	trovoada-de-bertoni		R	X	-	-	-	LC
Drymophila ochropyga (Hellmayr, 1906)	choquinha-de-dorso-vermelho	FA	R, E	X	-	-	-	NT
Drymophila malura (Temminck, 1825)	choquinha-carijó		R	X	-	-	-	LC
Drymophila squamata (Lichtenstein, 1823)[1]	pintadinho	FA	R, E	X	-	-	-	LC
Dysithamnus mentalis (Temminck, 1823)[1]	choquinha-lisa	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, ME, T, B, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Dysithamnus plumbeus (Wied, 1831)	choquinha-chumbo	FA	R, E	X	VU	-	EN	LC
Herpsilochmus atricapillus (Pelzeln, 1868)	chorozinho-de-chapéu-preto	FM, B, CAA, CE, PA	R		-	-	-	LC
Herpsilochmus rufimarginatus (Temminck, 1822)[1]	chorozinho-de-asa-vermelha	FA, FM, FC, MA, FS, R, TF, T	R		-	-	-	LC
Thamnophilus ruficapillus (Vieillot, 1816)[1]	choca-de-chapéu-vermelho	FC, MA, FS, C, CE, AA	R		-	-	-	LC
Tamnophilus palliatus (Lichtenstein, 1823)[1]	choca-listrada	FA, FC, R, TF, MV, MT, MI, MR, IF	R		-	-	-	LC
Tamnophilus ambiguus (Swainson, 1825)	choca-de-sooretama	FA	R, E	X	-	-	-	LC

Tamnophilus caerulescens (Vieillot, 1816)	choca-da-mata	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MT, B, CE, AA, PA	R		-	-	VU/VU	LC
Tamnophilus punctatus (Shaw, 1809)[1]	choca-bate-cabo	TF, MT, CA	R		-	-	-	LC
Taraba major (Vieillot, 1816)[1]	choró-boi	FA, FM, FG, CFC, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CA, CE, PA, IF	R		-	-	-	LC
Mackenziaena leachii(Such, 1825)	borralhara-assobiadora	FA, FM, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Mackenziaena severa (Lichtenstein, 1823)	borralhara	FA, FM, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Myrmoderus loricatus (Lichtenstein, 1823)[3]	formigueiro-assobiador	FA	R, E	X	-	-	-	LC
Pyriglena leucoptera (Vieillot, 1818)	papa-taoca-do-sul	FA, FM, FC, MA, FS, R	R	X	-	DD	-	LC
Família Conopophagidae Sclater & Salvin, 1873								
Conopophaga lineata (Wied, 1831)[1]	chupa-dente	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, AA	R	X	-	-	EN/VU	LC
Conopophaga melanops (Vieillot, 1818)[1]	cuspidor-de-máscara-preta	FA, FM	R, E	X	-	-	VU	LC
ParvOrdem Furnariida Sibley, Ahlquist & Monroe, 1988								
Superfamília Grallarioidea Sclater & Salvin, 1873								
Família Grallariidae Sclater & Salvin, 1873								
Hylopezus nattereri (Pinto, 1937)62	pinto-do-mato		R	X	-	-	-	LC
Família Rhinocryptidae (Wetmore, 1930)								
Eleoscytalopus indigoticus (Wied, 1831)61	macuquinho	FA, FC, MA, FS	R, E	X	-	-	-	NT
Scytalopus sp.								
Família Formicariidae Gray, 1840								
Chamaeza campanisona (Lichtenstein, 1823)[1]	tovaca-campainha	FA, FC, MA, FS, TF, T	R		-	-	-	LC

Chamaeza meruloides (Vigors, 1825)	tovaca-cantadora		R, E	X	-	-	-	LC
Família Scleruridae Swainson, 1827								
Sclerurus scansor (Ménétriès, 1835)	vira-folha	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Família Dendrocolaptidae Gray, 1840								
Subfamília Sittasominae Ridgway, 1911								
Dendrocincla turdina (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-liso	FA, FM, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Sittasomus griseicapillus (Vieillot, 1818)[1]	arapaçu-verde	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Subfamília Dendrocolaptinae Gray, 1840								
Xiphorhynchus fuscus (Vieillot, 1818)[1,2]	arapaçu-rajado	FA, FM, FC, MA, FS, R	R	X	-	-	-	LC
Campylorhamphus falcularius (Vieillot, 1822)	arapaçu-de-bico-torto		R	X	-	-	-	LC
Dendroplex picus (Gmelin, 1788)[1]	arapaçu-de-bico-branco	FA, FM, FC, MV, MI, MR, FP, B, CA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Lepidocolaptes angustirostris (Vieillot, 1818)	arapaçu-de-cerrado		R		-	-	-	LC
Lepidocolaptes squamatus (Lichtenstein, 1822)	arapaçu-escamoso	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R, E	X	-	-	-	LC
Dendrocolaptes platyrostris (Spix, 1825)[1]	arapaçu-grande	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MT, MR, B, CE, PA	R		-	-	-	LC
Xiphocolaptes albicollis (Vieillot, 1818)[1]	arapaçu-de-garganta-branca	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R	R		-	-	-	LC
Família Xenopidae Bonaparte, 1854								
Xenops minutus (Sparrman, 1788)[1]	bico-virado-miúdo	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, CA, IF	R		-	-	VU	LC

Xenops rutilans (Temminck, 1821)[1]	bico-virado-carijó	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Família Furnariidae Gray, 1840								
Subfamília Furnariinae Gray, 1840								
Furnarius figulus (Lichtenstein, 1823)[1]	casaca-de-couro-da-lama	FG, FC, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R, E		-	-	-	LC
Furnarius rufus (Gmelin, 1788)[1]	joão-de-barro	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Lochmias nematura (Lichtenstein, 1823)[1]	joão-porca	FG, FC, T, AA, H20	R		-	-	-	LC
Subfamília Philydorinae Philydorinae P. L. Sclater & Salvin, 1873								
Automolus leucophthalmus (Wied, 1821)[1]	barranqueiro-de-olho-branco	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, AA	R	X	-	-	-	LC
Anabazenops fuscus (Vieillot, 1816)	trepador-coleira	FA, FC	R, E	X	-	-	-	LC
Anabacerthia lichtensteini (Cabanis & Heine, 1859)	limpa-folha-ocráceo	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R		-	-	-	LC
Philydor atricapillus (Wied, 1821)	limpa-folha-coroado	FA, FM, FG, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Philydor rufum(Vieillot, 1818)[1]	limpa-folha-de-testa-baia	FA, FM, FG, FC, MA, FS, B, AA, PA	R		-	-	-	LC
Syndactyla rufosuperciliata (Lafresnaye, 1832)[1]	trepador-quiete	FA, FM, FC, MA, FS	R		-	-	-	LC
Subfamília Synallaxiinae De Selys-Longchamps, 1839 (1836)								
Phacellodomus rufifrons (Wied, 1821)[1]	joão-de-pau	FM, FG, FC, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Phacellodomus ruber (Vieillot, 1817)	graveteiro	FG, FC, MR, B, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Phacellodomus erythrophthalmus (Wied, 1821)	joão-botina-da-mata	FA, FM, FC	R, E	X	-	-	-	LC
Anumbius annumbi (Vieillot, 1817)	cochicho	FM, B, C, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Certhiaxis cinnamomeus (Gmelin, 1788)[1]	curutié	MI, MR, B, C, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Synallaxis ruficapilla (Vieillot, 1819)	pichororé	FA, FM, FG, MA, FS, R	R	X	-	-	-	LC

Synallaxis cinerascens (Temminck, 1823)	pi-puí	FA, FM, FC, MA, FS	R		-	-	-	LC
Synallaxis frontalis (Pelzeln, 1859)	petrim	FM, R, B, C, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Synallaxis albescens (Temminck, 1823)[1]	uí-pi	B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Synallaxis spixi (Sclater, 1856)	joão-teneném	FM, R, B, C, CE, AA	R		-	-	-	LC
Synallaxis scutata (Sclater, 1859)[1]	estrelinha-preta	FM, B, CE, PA	R		-	-	-	LC
Asthenes moreirae (Miranda-Ribeiro, 1906)	garrincha-chorona		R, E	X	-	-	-	LC
Cranioleuca pallida (Wied, 1831)	arredio-pálido	FA, FM, FC, MA, FS, AA	R, E	X	-	-	-	LC
ParvOrdem Tyrannida Wetmore & Miller, 1926								
Família Pipridae Rafinesque, 1815								
Subfamília Neopelminae Tello, Moyle, Marchese & Cracraft, 2009								
Neopelma pallescens (Lafresnaye, 1853)	fruxu-do-cerradão	FM, FG, MR, B, CE, PA, IF	R		-	-	-	LC
Neopelma aurifrons (Wied, 1831)	fruxu-baiano	FA	R, E	X	-	VU	EN	VU
Neopelma chrysolophum (Pinto, 1944)	fruxu		R, E	X	-	-	-	LC
Subfamília Piprinae Rafinesque, 1815								
Manacus manacus (Linnaeus, 1766)[1]	rendeira	FA, FM, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Dixiphia pipra (Linnaeus, 1758)[1],58	cabeça-branca	FA, MR, FP, TF, MV, MT, MI, IF			-	-	-	LC
Subfamília Ilicurinae Prum, 1992								
Ilicura militaris (Shaw & Nodder, 1809)	tangarazinho	FA	R, E	X	-	-	-	LC
Chiroxiphia caudata (Shaw & Nodder, 1793)	tangará	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, AA	R	X	-	-	-	LC
Superfamília Cotingoidea Bonaparte, 1849								
Família Onychorhynchidae Tello, Moyle, Marchese & Cracraft, 2009								

Myiobius atricaudus Lawrence, 1863[1]	assanhadinho-de-cauda-preta	FA, FM, FG, FC, MV, MI	R		-	-	-	LC
Myiobius barbatus (Gmelin, 1789)	assanhadinho	FA, FM, FG, FC, TF, T, CA	R		-	-	-	LC
Família Tityridae Gray, 1840								
Subfamília Schiffornithinae Sibley & Ahlquist, 1985								
Schiffornis virescens (Lafresnaye, 1838)	flautim	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R	R	X	-	-	-	LC
Schiffornis turdina (Wied, 1831)[1]	flautim-marrom	FA, FG, TF, MV, MT, MI, MR, T, CA, AA, PA, IF	R, E		VU	VU	VU	LC
Laniisoma elegans (Thunberg, 1823)	chibante		R, E		VU	VU	-	NT
Subfamília Tityrinae Gray, 1840								
Tityra inquisitor (Lichtenstein, 1823)[1]	anambé-branco-de-bochecha-parda	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Tityra cayana (Linnaeus, 1766)[1]	anambé-branco-de-rabo-preto	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Pachyramphus viridis (Vieillot, 1816)[1]	caneleiro-verde	FA, FM, FG, FC, FS, TF, MT, MR, FP, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Pachyramphus castaneus (Jardine & Selby, 1827)[1]	caneleiro	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, C, CE, AA, M	R		-	-	-	LC
Pachyramphus polychopterus (Vieillot, 1818)[1]	caneleiro-preto	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MR, B, CA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Pachyramphus marginatus (Lichtenstein, 1823)[1]	caneleiro-bordado	FA, FM, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Pachyramphus validus (Lichtenstein, 1823)[1]	caneleiro-de-chapéu-preto	FA, FM, FG, FC, MA, FS, MT, MR, B, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Família Cotingidae Bonaparte, 1849								
Subfamília Phytotominae Swainson, 1837								
Phibalura flavirostris (Vieillot, 1816)	tesourinha-da-mata		R		-	VU	-	NT

Subfamília Cephalopterinae Reichenow, 1814								
Pyroderus scutatus (Shaw, 1792)[1]	pavó	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, T, AA	R	X	-	DD	-	LC
Subfamília Cotinginae Bonaparte, 1849								
Lipaugus lanioides (Lesson, 1844)	tropeiro-da-serra	FA, FC, MA	R, E	X	-	-	-	NT
Cotinga cotinga (Linnaeus, 1766)	anambé-de-peito-roxo	TF, MT, CA	R		-	-	-	LC
Superfamília Tyrannoidea Vigors, 1825								
Família Pipritidae Ohlson, Irestedt, Ericson & Fjeldså, 2013								
Família Platyrinchidae Bonaparte, 1854								
Platyrinchus mystaceus (Vieillot, 1818)[1]	patinho	FA, FM, FG, FC, MA, FA, FS, R, MT, MR, AA, PA	R		-	-	VU	LC
Família Rhynchocyclidae Berlepsch, 1907								
Subfamília Pipromorphinae Wolters, 1977								
Mionectes rufiventris (Cabanis, 1846)	abre-asa-de-cabeça-cinza	FA, FM, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Leptopogon amaurocephalus Tschudi, 1846	cabeçudo		R		-	-	-	LC
Corythopis delalandi (Lesson, 1830)	estalador	FA, FM, FG, FC, MA, FS, PA	R		-	EN	-	LC
Phylloscartes ventralis (Temminck, 1824)[1]	borboletinha-do-mato	TF, FA, FM, FC, MA, FS	R		-	-	-	LC
Subfamília Rhynchocyclinae Berlepsch, 1907								
Rhynchocyclus olivaceus (Temminck, 1820)[1]	bico-chato-grande	TF, MV, MT, MR, FP			EN	VU	-	LC
Tolmomyias sulphurescens (Spix, 1825)[1]	bico-chato-de-orelha-preta	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, C, CA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC

Tolmomyias flaviventris (Wied, 1831)[1]	bico-chato-amarelo	FA, FM, FG, FC, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, C, CA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Subfamília Todirostrinae Tello, Moyle, Marchese & Cracraft, 2009								
Todirostrum poliocephalum (Wied, 1831)[1]	teque-teque	FA, FM, FC, MA, FS, R, AA	R, E	X	-	-	-	LC
Todirostrum cinereum (Linnaeus, 1766)[1]	ferreirinho-relógio	FM, FG, FC, MA, MT, B, C, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Poecilotriccus plumbeiceps (Lafresnaye, 1846)[1],46	tororó	FA, FM, FC, MA, FS, R, AA	R		-	-	-	LC
Myiornis auricularis (Vieillot, 1818)[1]	miudinho	FA, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Hemitriccus diops (Temminck, 1822)	olho-falso	FA, FC, MA, FS	R	X	-	-	-	LC
Hemitriccus nidipendulus (Wied, 1831)[1]	tachuri-campainha	FA, FM, FC	R, E	X	-	-	-	LC
Família Tyrannidae Vigors, 1825								
Subfamília Hirundineinae Tello, Moyle, Marchese & Cracraft, 2009								
Hirundinea ferruginea (Gmelin, 1788)[1]	gibão-de-couro	FA, FM, FC, MA, FS, R, T, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Subfamília Elaeniinae Cabanis & Heine, 1856								
Euscarthmus meloryphus (Wied, 1831)[1]	barulhento	R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Camptostoma obsoletum (Temminck, 1824)[1]	risadinha	FM, FG, FC, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Elaenia flavogaster (Thunberg, 1822)[1]	guaracava-de-barriga-amarela	FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Elaenia chilensis (Hellmayr, 1927)45	guaracava-de-crista-branca	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MR, B, C, CE, AA, PA, IF	VS		-	-	-	LC
Elaenia parvirostris (Pelzeln, 1868)	tuque-pium	FM, FC, MA, FS, R, MT, MR, B, C, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Elaenia mesoleuca (Deppe, 1830)	tuque	FA, FM, FG, FC, MA, FS, MT, MR, AA, PA	R		-	-	-	LC

Elaenia cristata (Pelzeln, 1868)	guaracava-de-topete-uniforme	FM, FG, FC, MA, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Elaenia chiriquensis (Lawrence, 1865)	chibum		R		-	-	-	LC
Elaenia obscura (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	tucão	FA, FM, FC, MA, FS	R		-	-	-	LC
Myiopagis caniceps (Swainson, 1835)[1]	guaracava-cinzenta	FA, FM, FG, FC, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Myiopagis viridicata (Vieillot, 1817)[1]	guaracava-de-crista-alaranjada	FM, FG, FC, MA, FS, MT, MR, B, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Capsiempis flaveola (Lichtenstein, 1823)[1]	marianinha-amarela	FA, FM, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, FP, CA, AA, IF	R		-	-	-	LC
Phaeomyias murina (Spix, 1825)[1]	bagageiro	FM, FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Phyllomyias fasciatus (Thunberg, 1822)[1]	piolhinho	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, AA, PA	R		-	-	-	LC
Polystictus superciliaris (Wied, 1831)	papa-moscas-de-costas-cinzentas		R, E	CE	-	-	-	LC
Serpophaga subcristata (Vieillot, 1817)[1]	alegrinho	FM, FG, FC, FS, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Subfamília Tyranninae Vigors, 1825								
Attila rufus (Vieillot, 1819)[1]	capitão-de-saíra	FA	R, E	X	-	-	-	LC
Legatus leucophaius (Vieillot, 1818)[1]	bem-te-vi-pirata	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Myiarchus tuberculifer (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	maria-cavaleira-pequena	FA, MR, B, C, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Myiarchus swainsoni (Cabanis & Heine, 1859)[1]	irré	FM, FG, FC, MA, FS, MR, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Myiarchus ferox (Gmelin, 1789)[1]	maria-cavaleira	FM, FG, FC, MA, FS, MR, T, B, C, CA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Myiarchus tyrannulus(Statius Muller, 1776)	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	FM, FG, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC

Sirystes sibilator (Vieillot, 1818)[1]	gritador	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, CA, PA, IF	R	-	-	-	LC
Rhytipterna simplex (Lichtenstein, 1823)[1]	vissiá	FA, FG, TF, MT	R	-	-	-	LC
Casiornis rufus (Vieillot, 1816)	maria-ferrugem	FM, B, C, CE, AA, PA, H20	R	-	-	-	LC
Pitangus sulphuratus (Linnaeus, 1766)[1]	bem-te-vi	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Machetornis rixosa (Vieillot, 1819)[1]	suiriri-cavaleiro	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R	-	-	-	LC
Myiodynastes maculatus (Statius Muller, 1776)[1]	bem-te-vi-rajado	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, MR, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Megarynchus pitangua (Linnaeus, 1766)[1]	neinei	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, MI, MR, B, C, CA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Myiozetetes cayanensis (Linnaeus, 1766)[1]	bentevizinho-de-asa-ferrugínea	FM, FG, FC, TF, MV, MT, MR, B, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Myiozetetes similis (Spix, 1825)[1]	bentevizinho-de-penacho-vermelho	FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Tyrannus albogularis (Burmeister, 1856)	suiriri-de-garganta-branca	FM, FG, FC, MR, B, C, CA, CE, AA, PA, IF, H20	R	-	-	-	LC
Tyrannus melancholicus (Vieillot, 1819)[1]	suiriri	FM, FG, FC, R, MT, MR, B, C, CA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Tyrannus savana (Daudin, 1802)[1]	tesourinha	FM, FG, FC, R, B, C, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Empidonomus varius (Vieillot, 1818)[1]	peitica	FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R	-	-	-	LC
Subfamília Fluvicolinae Swainson, 1832							

Colonia colonus (Vieillot, 1818)[1]	viuvinha	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Myiophobus fasciatus (Statius Muller, 1776)[1]	flipe	FM, FG, FC, MA, FS, B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Pyrocephalus rubinus (Boddaert, 1783)[1]	príncipe	FM, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Fluvicola nengeta (Linnaeus, 1766)[1]	lavadeira-mascarada	FC, R, AA, M, H20	R		-	-	-	LC
Arundinicola leucocephala (Linnaeus, 1764)	freirinha	MR, B, C, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Gubernetes yetapa (Vieillot, 1818)	tesoura-do-brejo	C, H20	R		-	-	-	LC
Cnemotriccus fuscatus (Wied, 1831)[1]	guaracavuçu	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, MR, B, CA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Lathrotriccus euleri (Cabanis, 1868)[1]	enferrujado	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Contopus cinereus (Spix, 1825)[1]	papa-moscas-cinzento		R		-	-	-	LC
Knipolegus cyanirostris (Vieillot, 1818)	maria-preta-de-bico-azulado	FA, FM, FC, MA, FS, R, C, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Knipolegus lophotes (Boie, 1828)	maria-preta-de-penacho	FM, B, C, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Knipolegus nigerrimus (Vieillot, 1818)[1]	maria-preta-de-garganta-vermelha	FM, FC, MA, FS, R, MT, MR, B, C, CE, AA, PA, M, IF	R, E	X	-	-	-	LC
Satrapa icterophrys (Vieillot, 1818)	suiriri-pequeno	FG, FC, MI, MR, B, C, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Xolmis cinereus (Vieillot, 1816)[1]	primavera	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Xolmis velatus (Lichtenstein, 1823)	noivinha-branca	B, C, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Muscipipra vetula (Lichtenstein, 1823)	tesoura-cinzenta	FA, FM, FC, MA, FS, C	R	X	-	-	-	LC
SubOrdem Passeri Linnaeus, 1758								
ParvOrdem Corvida Wagler, 1830								
Família Vireonidae Swainson, 1837								
Cyclarhis gujanensis (Gmelin, 1789)[1]	pitiguari	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T,	R		-	-	-	LC

		B, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20						
Hylophilus amaurocephalus (Nordmann, 1835)	vite-vite-de-olho-cinza	FM, FG, FC, MT, B, CAA, CE, AA, PA	R, E	X	-	-	-	LC
Hylophilus thoracicus (Temminck, 1822)[1]	vite-vite	FA, FM, FC, R, TF, MV, AA	R		-	-	-	LC
Vireo olivaceus (Linnaeus, 1766)	juruviara-boreal	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CE, AA, PA, M, IF	VN		-	-	-	LC
Vireo chivi (Vieillot, 1817)[1]59	juruviara		R		-	-	-	-
Família Corvidae Leach, 1820								
Cyanocorax cristatellus (Temminck, 1823)	gralha-do-campo	FM, FG, B, C, CE, AA, PA	R	CE	-	-	-	LC
ParvOrdem Passerida Linnaeus, 1758								
Família Hirundinidae Rafinesque, 1815								
Pygochelidon cyanoleuca (Vieillot, 1817)[1],48	andorinha-pequena-de-casa	FC, C, CE, AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Stelgidopteryx ruficollis (Vieillot, 1817)[1]	andorinha-serradora	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, MR, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Progne tapera (Vieillot, 1817)[1],47	andorinha-do-campo	FM, FG, FC, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Progne chalybea (Gmelin, 1789)[2]	andorinha-grande	T, B, C, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Tachycineta albiventer (Boddaert, 1783)	andorinha-do-rio	FG, FC, MI, MR, B, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Tachycineta leucorrhoa (Vieillot, 1817)	andorinha-de-sobre-branco	FG, FC, R, B, C, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Família Troglodytidae Swainson, 1831								
Troglodytes musculus (Naumann, 1823)[1],50	corruíra	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	-
Pheugopedius genibarbis (Swainson, 1838)[1],49	garrinchão-pai-avô	FM, FG, FC, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC

Família Donacobiidae Aleixo & Pacheco, 2006								
Donacobius atricapilla (Linnaeus, 1766)[1]	japacanim	FG, FC, B, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Família Polioptilidae Baird, 1858								
Ramphocaenus melanurus (Vieillot, 1819)	chirito	FA, FG, TF, MV, MT, CA	R		-	DD	-	LC
Família Turdidae Rafinesque, 1815								
Turdus flavipes (Vieillot, 1818)[1],15	sabiá-una	FA, FM, FC, MA, FS, R, TF, MT, AA	R		-	-	-	LC
Turdus leucomelas Vieillot, 1818[1]	sabiá-branco	FM, FC, FC, MA, FS, R, MR, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Turdus rufiventris Vieillot, 1818[1]	sabiá-laranjeira	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, M	R		-	-	-	LC
Turdus amaurochalinus (Cabanis, 1850)	sabiá-poca	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, H20	R		-	-	-	LC
Turdus subalaris (Seebohm, 1887)	sabiá-ferreiro	FM, FG, FC, MA, FS, MT, CE, AA	R	X	-	-	-	LC
Turdus albicollis (Vieillot, 1818)[1]	sabiá-coleira	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Família Mimidae Bonaparte, 1853								
Mimus gilvus (Vieillot, 1807)[1]	sabiá-da-praia	R, C, AA, M, H20	R		-	EP	-	LC
Mimus saturninus (Lichtenstein, 1823)[1]	sabiá-do-campo	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Família Motacillidae Horsfield, 1821								
Anthus lutescens (Pucheran, 1855)[1]	caminheiro-zumbidor	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Família Passerellidae Cabanis & Heine, 1850								
Zonotrichia capensis (Statius Muller, 1776)[1]	tico-tico	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Ammodramus humeralis (Bosc, 1792)[1]	tico-tico-do-campo	C, B, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC

Arremon taciturnus (Hermann, 1783)[1]	tico-tico-de-bico-preto	FA, FM, FG, FC, MR, T, TF, MV, MT, CA	R		-	-	-	LC
Arremon flavirostris (Swainson, 1838)[1]	tico-tico-de-bico-amarelo	FM, FG, B, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Família Parulidae Wetmore, Friedmann, Lincoln, Miller, Peters, van Rossem, Van Tyne & Zimme, 1947								
Setophaga pitiayumi (Vieillot, 1817)[1],24	mariquita	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, T, B, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Geothlypis aequinoctialis (Gmelin, 1789)[1]	pia-cobra	B, C, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Basileuterus culicivorus (Deppe, 1830)[1]	pula-pula	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MT, T, AA, PA	R		-	-	-	LC
Myiothlypis flaveola (Baird, 1865)[1],19	canário-do-mato	FM, FG, FC, B, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Myiothlypis leucoblephara (Vieillot, 1817)	pula-pula-assobiador		R	X	-	-	-	LC
Myiothlypis rivularis (Wied, 1821)19	pula-pula-ribeirinho	FA, FC, MV, MI, MR, AA, PA, H20	R		-	CP	-	LC
Família Icteridae Vigors, 1825								
Psarocolius decumanus (Pallas, 1769)[1]	japu	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MI, MR, B, CA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Cacicus haemorrhous (Linnaeus, 1766)[1]	guaxe	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MI, MR, CA, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Icterus jamacaii (Gmelin, 1788)	corrupião	FM, FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R, E		-	-	-	LC
Gnorimopsar chopi (Vieillot, 1819)[1]	pássaro-preto	FA, FM, FG, FC, MA, FS, B, C, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Anumara forbesi (Sclater, 1886)53	anumará	FM, FC, AA	R, E		CR	-	VU	EN
Agelasticus cyanopus (Vieillot, 1819)53	carretão	B, C, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Chrysomus ruficapillus (Vieillot, 1819)[1]	garibaldi	B, C, CCE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC

Molothrus oryzivorus (Gmelin, 1788)[1],54	iraúna-grande	FA, FM, FG, FC, R, B, C, CE, AA, PA, H20	R		-	DD	-	LC
Molothrus bonariensis (Gmelin, 1789)[1]	chupim	B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Sturnella militaris (Linnaeus, 1758)	polícia-inglesa-do-norte	C, AA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Sturnella superciliaris (Bonaparte, 1850)52	polícia-inglesa-do-sul	B, C, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Família Thraupidae Cabanis, 1847								
Subfamília Thraupinae Cabanis, 1847								
Pipraeidea melanonota (Vieillot, 1819)[1]	saíra-viúva	FA, FM, FC, MA, FS, R, TF, MI, T, AA, PA	R		-	-	-	LC
Cissopis leverianus (Gmelin, 1788)[1]	tietinga	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MT, AA	R		-	-	-	LC
Schistochlamys ruficapillus (Vieillot, 1817)	bico-de-veludo	FM, FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Paroaria dominicana (Linnaeus, 1758)	cardeal-do-nordeste	C, CAA, AA	R, E		-	-	-	LC
Tangara brasiliensis (Linnaeus, 1766)	FC, R, AA	FC, R, AA	R, E	X	-	-	-	LC
Tangara seledon (Statius Muller, 1776)	saíra-sete-cores	FA, FC, MA, FS, R, AA	R	X	-	-	-	LC
Tangara cyanoventris (Vieillot, 1819)16	saíra-douradinha	FA, FC, AA	R, E	X	-	-	-	LC
Tangara desmaresti (Vieillot, 1819)16	saíra-lagarta	FA, R, AA	R, E	X	-	-	-	LC
Tangara sayaca (Linnaeus, 1766)[1],16	sanhaço-cinzento	TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, VB, CA, AA, M, IF	R		-	-	-	LC
Tangara palmarum (Wied, 1821)[1],16	sanhaço-do-coqueiro	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, T,F, MV, MT, MR, FP, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Tangara ornata (Sparrman, 1789)16	sanhaço-de-encontro-amarelo	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, AA, PA	R, E	X	-	-	-	LC
Tangara peruviana (Desmarest, 1806)	saíra-sapucaia	FA, FC, R, AA	R, E	X	-	DD	VU	VU

Tangara cayana (Linnaeus, 1766)16	saíra-amarela	FM, FG, FC, MA, FS, R, MT, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Subfamília Nemosiinae Bonaparte, 1854								
Nemosia pileata (Boddaert, 1783)[1]	saíra-de-chapéu-preto	FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MR, T, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Subfamília Diglossinae Sclater, 1875								
Conirostrum speciosum (Temminck, 1824)[1]	fguinha-de-rabo-castanho	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, B, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Sicalis citrina (Pelzeln, 1870)[1]	canário-rasteiro	B, C, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Sicalis flaveola (Linnaeus, 1766)[1]	canário-da-terra	B, C, CE, CAA, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Haplospiza unicolor (Cabanis, 1851)	cigarra-bambu	FA, FM, FC, MA, FS, AA	R	X	-	-	-	LC
Subfamília Hemithraupinae Sundevall, 1872								
Chlorophanes spiza (Linnaeus, 1758)[1]	saí-verde	FA, FC, MA, TF, MV, MT, MR, FP, T, CA, AA, PA	R		-	-	-	LC
Hemithraupis flavicollis (Vieillot, 1818)[1]	saíra-galega	FA, FM, FG, FC, TF, T, CA, AA, PA	R		-	-	-	LC
Hemithraupis ruficapilla (Vieillot, 1818)[1]	saíra-ferrugem	FA, FM, FG, FC, MA, R, AA	R, E	X	-	-	-	LC
Subfamília Tachyphoninae Bonaparte, 1853								
Volatinia jacarina (Linnaeus, 1766)	tiziu	R, CB, C, CA, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Trichothraupis melanops (Vieillot, 1818)	tiê-de-topete	FA, FM, FC, FC, MA ,FS, TF, MV, MT, MR, FP, CA	R		-	-	-	LC
Coryphospingus pileatus (Wied, 1821)[1]	tico-tico-rei-cinza	FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, H20	R		-	-	-	LC
Lanio cristatus (Linnaeus, 1766)[4]	tiê-galo	FA, FG, FC, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, AA, IF	R		-	-	-	LC
Tachyphonus coronatus (Vieillot, 1822)	tiê-preto	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, CE, AA, PA	R	X	-	-	-	LC

Ramphocelus bresilius (Linnaeus, 1766)[1]	tiê-sangue	FA, FC, R, AA	R, E	X	-	-	-	LC
Ramphocelus carbo (Pallas, 1764)[1]	pipira-vermelha	FM, FG, FC, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, CA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	DD	-	LC
Subfamília Dacninae Sundevall, 1836								
Tersina viridis (Illiger, 1811)[1]	saí-andorinha	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, T, B, C, CA, CE, PA, IF	R		-	-	-	LC
Cyanerpes cyaneus (Linnaeus, 1766)[1]	saíra-beija-flor	FA, FM, FG, FC, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CA, CE, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Dacnis cayana (Linnaeus, 1766)[1]	saí-azul	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CA, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Subfamília Coerebinae d'Orbigny & Lafresnaye, 1838								
Coereba flaveola (Linnaeus, 1758)[1]	cambacica	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, B, C, CAA, CE, AA, PA, M, IF, H20	R		-	-	-	LC
Subfamília Sporophilinae Ridgway, 1901								
Sporophila lineola (Linnaeus, 1758)	bigodinho	B, C, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Sporophila collaris (Boddaert, 1783)[1]	coleiro-do-brejo	B, C, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Sporophila nigricollis (Vieillot, 1823)[1]	baiano	FM, FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Sporophila caerulescens (Vieillot, 1823)	coleirinho	FM, FG, FC, R, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF, H20	R		-	-	-	LC
Sporophila albogularis (Spix, 1825)	golinho	C, CAA, AA	R, E		-	-	-	LC
Sporophila leucoptera (Vieillot, 1817)[1]	chorão	R, B, C, CAA, CE, AA, PA, IF, H20			-	-	-	LC

Sporophila bouvreuil (Statius Muller, 1776)	caboclinho	B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Sporophila angolensis (Linnaeus, 1766)[1],51	curió	B, C, CE, AA, PA, IF, H20	R		CR	CP	-	LC
Subfamília Emberizoidinae Burns, Shultz, Title, Mason, Barker, Klicka, Lanyon & Lovette, 2014								
Embernagra platensis (Gmelin, 1789) [1]	sabiá-do-banhado	C, H20	R		-	-	-	LC
Embernagra longicauda (Strickland, 1844)	rabo-mole-da-serra	C	R, E	CE	-	-	-	LC
Emberizoides herbicola (Vieillot, 1817)[1]	canário-do-campo	B, C, CA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Subfamília Saltatorinae Bonaparte, 1853								
Saltatricula atricollis (Vieillot, 1817)17	batuqueiro	FM, B, C, CE, PA	R		-	-	-	LC
Saltator maximus (Statius Muller, 1776)[1]	tempera-viola	FA, FG, TF, MV, MT, MI, MR, FP, T, CA, AA, IF	R		-	-	-	LC
Saltator similis (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	trinca-ferro	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, B, C, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Subfamília Poospizinae Wolters, 1980								
Thlypopsis sordida (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)[1]	saí-canário	FM, FG, FC, R, TF, MT, B, C, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Donacospiza albifrons (Vieillot, 1817)	tico-tico-do-banhado		R		-	-	-	LC
Família Cardinalidae Ridgway, 1901								
Piranga flava (Vieillot, 1822)[1]	sanhaço-de-fogo	FA, FG, B, C, CAA, CE, AA, PA	R		-	-	-	LC
Habia rubica (Vieillot, 1817)[1]	tiê-de-bando	FA, FM, FG, FC, MA, FS, TF, MV, MT, MR, FP, CA	R		-	-	-	LC
Caryothraustes canadensis (Linnaeus, 1766)[1]	furriel	FA, FM, FC, TF, MT, T, CA	R		-	-	EN	LC
Cyanoloxia brissonii (Lichtenstein, 1823)[1],18	azulão	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MR, B, C, AA, PA, IF, H20	R		-	CP	-	LC

Spiza americana (Gmelin, 1789)	papa-capim-americano	C, AA	VA (N)		-	-	-	LC
Família Fringillidae Leach, 1820								
Subfamília Carduelinae Vigors, 1825								
Spinus magellanicus (Vieillot, 1805)[1],20	pintassilgo	MA, FS, B, C, CAA, CE, AA, PA, H20	R		-	-	-	LC
Subfamília Euphoniinae Cabanis, 1847								
Euphonia chlorotica (Linnaeus, 1766)[1]	fim-fim	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, MT, MR, B, C, CE, AA, PA, IF	R		-	-	-	LC
Euphonia violacea (Linnaeus, 1758)[1]	gaturamo	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, TF, MV, MT, FP, T, MI, MR, AA, PA, M, IF	R		-	-	-	LC
Euphonia cyanocephala (Vieillot, 1818)[1]	gaturamo-rei	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, T, AA, PA	R		-	-	-	LC
Euphonia xanthogaster (Sundevall, 1834)	fim-fim-grande	FA, FG, TF, MV, MT, MI, MR, FP, CA, AA, IF	R		-	DD	-	LC
Euphonia pectoralis (Latham, 1801)	ferro-velho	FA, FM, FG, FC, MA, FS, R, AA, PA	R	X	-	-	-	LC
Chlorophonia cyanea (Thunberg, 1822)[1]	gaturamo-bandeira		R					
Família Estrildidae Bonaparte, 1850								
Estrilda astrild (Linnaeus, 1758)[1]	bico-de-lacre	C, AA, H20	R		-	-	-	LC
Família Passeridae Rafinesque, 1815								
Passer domesticus (Linnaeus, 1758)[1]	pardal	C, AA	R		-	-	-	LC

Apêndice F - Lista de espécies de aves com potencialidade de ocorrência na área de abrangência do estudo em Minas Gerais e Espírito Santo com descrição dos táxons, nome popular, *habitat*, *status* de ocorrência, endemismo e estado de conservação.

Apêndice G - Lista de espécies de mamíferos terrestres não voadores e voadores com potencialidade de ocorrência na área de abrangência do estudo em Minas Gerais e Espírito Santo com descrição dos táxons, nome popular, dieta, locomoção, endemismo, estado de conservação.

Táxons (PAGLIA et al., 2012)	Nome popular (PAGLIA et al., 2012	Dieta (PAGLIA et al., 2012	Locomoção (PAGLIA et al., 2012	Endemismo (Brasil) (PAGLIA et al., 2012)	Estado de conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
DIDELPHIMORPHIA								
Familia Didelphidae								
Calouromys philander (Linnaeus, 1758)	Cuíca-lanosa	Fr/On	Ar	N	-	-	-	LC
Chironectes minimus (Zimmermann, 1780)	Cuíca-d'água	Ps	SA	N	VU	CP	-	LC
Didelphis albiventris (Lund, 1840)	Gambá, sarué	Fr/On	Sc	N	-	-	-	LC
Didelphis aurita (Wied-Neuwied, 1826)	Gambá, mucura	Fr/On	Sc	N	-	-	-	LC
Didelphis marsupialis (Linnaeus, 1758)	Gambá, mucura	Fr/On	Sc	N	-	-	-	LC
Gracilinanus sp.								
Gracilinanus agilis (Burmeister, 1854)	Cuíca	In/On	Ar	N	-	-	-	LC
Gracilinanus microtarsus (Wagner, 1842)	Cuíca	In/On	Ar	S	-	-	-	LC
Marmosa murina (Linnaeus, 1758)	Catita, guaiquica	In/On	Sc	N	-	-	-	LC
Marmosops incanus (Lund, 1840)	Cuíca	In/On	Sc	S	-	-	-	LC
Metachirus nudicaudatus (É. Geoffroy, 1803)	Cuíca-de-quatro-olhos	In/On	Te	N	-	-	-	LC
Micoureus demerarae (Thomas, 1905)	Cuíca, catita	In/On	Ar	N	-	-	-	LC
Micoureus paraguayana (Tate, 1931)	Cuíca, catita	In/On	Sc	N	-	-	-	LC
Monodelphis sp.								
Monodelphis americana (Müller, 1776)	Cuíca-de-três-listras	In/On	Te	N	-	-	-	LC
Monodelphis iheringi (Thomas, 1888)	Catita, guaiquica-listrada	In/On	Te	N	-	-	-	DD
Monodelphis scalops (Thomas, 1888)	Catita	In/On	Te	N	-	CP	-	LC
Philander frenatus (Olfers, 1818)	Cuíca-de-quatro-olhos	In/On	Sc	N	-	-	-	LC
Philander opossum (Linnaeus, 1758)	Cuíca-de-quatro-olhos	In/On	Sc	N	-	-	-	LC
PILOSA								
Familia Bradypodidae					-	-	-	
Bradypus torquatus (Illiger, 1811)	Preguiça-de-coleira	Fo	Ar	S	-	EP	VU	VU
Bradypus variegatus (Schinz, 1825)	Preguiça, bicho-preguiça	Fo	Ar	N	-	-	-	LC
Familia Myrmecophagidae								
Myrmecophaga tridactyla (Linnaeus, 1758)	Tamanduá-bandeira	Myr	Te	N	VU	CP	VU	VU
Tamandua tetradactyla (Linnaeus, 1758)	Tamanduá-de-colete, tamanduá-mirim	Myr	Sc	N	-	-	-	LC
Familia Dasypodidae								
Cabassous tatouay (Desmarest, 1804)	Tatu-de-rabo-mole-grande	Myr	SF	N	-	DD	-	LC

Táxons (PAGLIA et al., 2012)	Nome popular (PAGLIA et al., 2012	Dieta (PAGLIA et al., 2012	Locomoção (PAGLIA et al., 2012	Endemismo (Brasil) (PAGLIA et al., 2012)	Estado de conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Dasypus novemcinctus (Linnaeus, 1758)	Tatu, tatu-galinha	In/On	SF	N	-	-	-	LC
Dasypus septemcinctus (Linnaeus, 1758)	Tatu, tatu-mulita	In/On	SF	N	-	DD	-	LC
Euphractus sexcinctus (Linnaeus, 1758)	Tatu-peludo, tatu-peba	In/On	SF	N	-	-	-	LC
Priodontes maximus (Kerr, 1792)	Tatu-canastra	Myr	SF	N	EN	CP	VU	VU
PERISSODACTYLA								
Familia Tapiridae								
Tapirus terrestris (Linnaeus, 1758)	Anta	Hb/Fr	Te	N	EN	EP	VU	VU
ARTIODACTYLA								
Familia Cervidae								
*Mazama americana (*Erxleben, 1777)	Veado-mateiro	Fr/Hb	Te	N	-	-	-	DD
Mazama gouazoubira (G. Fischer, 1814)	Veado-catingueiro	Fr/Hb	Te	N	-	-	-	LC
Pecari tajacu (Linnaeus, 1758)	Cateto, caititu	Fr/Hb	Te	N	VU	VU	-	LC
Tayassu pecari (Link, 1795)	Queixada	Fr/Hb	Te	N	CR	EP	VU	VU
PRIMATES								
Familia Atelidae								
Alouatta guariba clamitans (Humboldt, 1812)	Bugio-ruivo, guariba	Fo/Fr	Ar	N	VU/CR	-	VU/CR	LC/LC
Brachyteles hypoxanthus (Kuhl, 1820)	Muriqui-do-norte, mono-carvoeiro	Fr/Fo	Ar	S	EN	CP	CR	CR
Familia Callitrichidae								
Callithrix aurita (É. Geoffroy, 1812)	Sagüi-da-serra-escuro	Fr/In/Go	Ar	S	EN	-	EN	VU
Callithrix geoffroyi (Humboldt, 1812)	Sagüi-de-cara-branca	Fr/In/Go	Ar	S	-	-	-	LC
Callithrix flaviceps (Thomas, 1903)	Sagüi-da-serra	Fr/In/Go	Ar	S	EN	EP	EN	EN
Callithrix penicillata (É. Geoffroy, 1812)	Sagüi, mico-estrela	Fr/In/Go	Ar	S	-	-	-	LC
Familia Cebidae								
Sapajus robustus (Kuhl, 1820)	Macaco-prego-de-crista	Fr/On	Ar	S	EN	VU	-	EN
Sapajus nigritus (Linnaeus, 1758)	Macaco-prego	Fr/On	Ar	S	-	-	-	LC
Familia Pitheciidae								
Callicebus nigrifrons (Spix, 1823)	Guigó, sauá	Fr/Fo	Ar	S	-	-	-	NT
Callicebus personatus (É. Geoffroy, 1812)	Guigó, sauá	Fr/Fo	Ar	S	EN	VU	VU	VU
CARNIVORA								
Familia Canidae								
Cerdocyon thous (Linnaeus, 1766)	Cachorro-do-mato, graxaim, raposa	In/On	Te	N	-	-	-	LC
Chrysocyon brachyurus (Illiger, 1815)	Lobo-guará, guará	Ca/On	Te	N	VU	-	VU	NT

Táxons (PAGLIA et al., 2012)	Nome popular (PAGLIA et al., 2012	Dieta (PAGLIA et al., 2012	Locomoção (PAGLIA et al., 2012	Endemismo (Brasil) (PAGLIA et al., 2012)	Estado de conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Familia Felidae								
Leopardus pardalis(Linnaeus, 1758)	Jaguatirica	Ca	Te	N	VU	VU	-	LC
Leopardus guttulus (Schreber, 1775)	Gato-do-mato-pequeno	Ca	Sc	N	VU	VU	EN	VU
Leopardus wiedii (Schinz, 1821)	Gato-maracajá, maracajá	Ca	Sc	N	EN	VU	VU	NT
Panthera onca (Linnaeus, 1758)	Onça-pintada	Ca	Te	N	CR	CP	VU	NT
Puma concolor (Linnaeus, 1771)	Onça-parda, suçuarana, leão-baio	Ca	Te	N	VU	EP	VU	LC
Herpailurus yagouaroundi (É. Geoffroy, 1803)	Jaguarundi, gato-mourisco	Ca	Te	N	-	-	VU	LC
Familia Mephitidae								
Conepatus semistriatus (Boddaert, 1785)	Cangambá, jaritataca	In/On	Te	N	-	DD	-	LC
Familia Mustelidae								
Eira barbara (Linnaeus, 1758)	Irara, papa-mel	Fr/On	Te	N	-	-	-	LC
Galictis cuja (Molina, 1782)	Furão	Ca	Te	N	-	-	-	LC
Galictis vittata (Schreber, 1776)	Furão	Ca	Te	N	-	-	-	LC
Lontra longicaudis (Olfers, 1818)	Lontra	Ca	Te	N	VU	-	-	NT
Familia Procyonidae								
Nasua nasua (Linnaeus, 1766)	Quati	Fr/On	Te	N	-	-	-	LC
Potos flavus (Schreber, 1774)	Jupará	Fr/On	Ar	N	EN	-	-	LC
Procyon cancrivorus (G. Cuvier, 1798)	Guaxinim, mão-pelada	Fr/On	Sc	N	-	-	-	LC
CHIROPTERA								
Familia Emballonuridae								
Peropteryx macrotis (Wagner, 1843)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Rhynchonycteris naso (Wied-Neuwied, 1820)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Saccopteryx leptura (Schreber, 1774)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Familia Molossidae								
Molossus molossus (Pallas, 1766)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Molossus rufus (É. Geoffroy, 1805)24	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Familia Noctilionidae								
Noctilio leporinus (Linnaeus, 1758)	Morcego-pescador grande	Ps/In	Vo	N	-	-	-	LC
Familia Phyllostomidae								
Anoura caudifer (É. Geoffroy, 1818)	Morcego beija-flor	Nec	Vo	N	-	-	-	LC
Anoura geoffroyi (Gray, 1838)	Morcego beija-flor	Nec	Vo	N	-	-	-	LC

Táxons (PAGLIA et al., 2012)	Nome popular (PAGLIA et al., 2012	Dieta (PAGLIA et al., 2012	Locomoção (PAGLIA et al., 2012	Endemismo (Brasil) (PAGLIA et al., 2012)	Estado de conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Artibeus cinereus (Gervais 1855)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	
Artibeus fimbriatus (Gray, 1838)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Artibeus lituratus (Olfers, 1818)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Artibeus obscurus (Schinz, 1821)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Artibeus planirostris (Spix, 1823)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Carollia brevicauda (Schinz, 1821)	Morcego	Fr	Vo	N	-	VU	-	LC
Carollia perspicillata (Linnaeus, 1758)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Chiroderma doriae (Thomas, 1891)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Chiroderma villosum (Peters, 1860)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Choeroniscus minor (Peters, 1868)	Morcego beija-flor	Nec	Vo	N	EN	VU	-	LC
Chrotopterus auritus (Peters, 1856)	Morcego	Ca	Vo	N	-	-	-	LC
Desmodus rotundus (É. Geoffroy, 1810)	Morcego vampiro	He	Vo	N	-	-	-	LC
Glossophaga soricina (Pallas, 1766)	Morcego beija-flor	On	Vo	N	-	-	-	LC
Lampronycteris brachyotis (Dobson, 1879)	Morcego	In/Ca	Vo	N	-	VU	-	LC
Lonchophylla mordax (Thomas, 1903)	Morcego beija-flor	Nec	Vo	N	-	DD	-	NT
Lophostoma brasiliense (Peters, 1867)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Macrophyllum macrophyllum (Schinz, 1821)	Morcego	In	Vo	N	-	DD	-	LC
Micronycteris hirsuta (Peters, 1869)	Morcego	In	Vo	N	-	VU	-	LC
Micronycteris minuta (Gervais, 1856)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Mimon crenulatum (É. Geoffroy, 1803)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Phyllostomus discolor (Wagner, 1843)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Phyllostomus hastatus (Pallas, 1767)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Platyrrhinus lineatus (É. Geoffroy, 1810)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Plathyrrhinus recifinus (Thomas, 1901)	Morcego	Fr	Vo	S	-	DD	-	LC
Pygoderma bilabiatum (Wagner, 1843)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Rhinophylla pumilio (Peters, 1865)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Sturnira lilium (É. Geoffroy, 1810)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Sturnira tildae (de la Torre, 1959)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Trachops cirrhosus (Spix, 1823)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Trinycteris nicefori (Sanborn, 1949)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
Uroderma magnirostrum (Davis, 1968)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	LC
Vampyressa pusilla (Wagner, 1843)	Morcego	Fr	Vo	N	-	-	-	DD
Familia Vespertilionidae								
Eptesicus diminutus (Osgood, 1915)	Morcego	In	Vo	N	-	DD	-	LC
Histiotus velatus (I. Geoffroy, 1824)	Morcego	In	Vo	N	-	DD	-	DD

Táxons (PAGLIA et al., 2012)	Nome popular (PAGLIA et al., 2012	Dieta (PAGLIA et al., 2012	Locomoção (PAGLIA et al., 2012	Endemismo (Brasil) (PAGLIA et al., 2012)	Estado de conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Myotis sp.								
Myotis sp. 1								
Myotis sp. 2								
Myotis nigricans (Schinz, 1821)	Morcego	In	Vo	N	-	-	-	LC
LAGOMORPHA								
Familia Leporidae								
Sylvilagus brasiliensis (Linnaeus, 1758)	Coelho, tapeti	Hb	Te	N	-	-	-	LC
RODENTIA								
Familia Caviidae								
*Cavia fulgida (*Wagler, 1831)	Preá				-	-	-	LC
Hydrochoerus hydrochaeris (Linnaeus, 1766)	Capivara	Hb	SA	N	-	-	-	LC
Familia Cricetidae								
Abrawayaomys ruschii (Cunha & Cruz, 1979)	Rato-do-mato	Fr/Gr	SF	N	VU	CP	-	LC
Akodon cursor (Winge, 1887)	Rato-do-chão	In/On	Te	S	-	-	-	LC
Akodon mystax (Hershkovitz, 1998)	Rato-do-chão	In/On	Te	S	-	-	VU	LC
Akodon serrensis (Thomas, 1902)	Rato-do-chão	In/On	Te	N	-	-	-	LC
Bibimys labiosus (Winge, 1887)	Rato-do-chão	In/On	SF	N	-	-	-	LC
Blarinomys breviceps (Winge, 1887)	Rato-do-mato	In/On	SF	N	-	DD	-	LC
Calomys sp.								
Calomys callosus (Rengger, 1830)	Rato-do-chão	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	LC
Calomys expulsus (Lund, 1841)	Rato-do-chão	Fr/Gr	Te	S	-	-	-	LC
Calomys laucha (G. Fischer, 1814)	Rato-do-chão	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	LC
Calomys tener (Winge, 1887)	Rato-do-chão	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	LC
Cerradomys subflavus (Wagner, 1842)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	LC
Delomys dorsalis (Hensel, 1873)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	LC
Delomys sublineatus (Thomas, 1903)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Te	S	-	-	-	LC
Euryzygomatomys spinosus (G. Fischer, 1814)	Guirá	Hb	SF	N	-	-	-	LC
Euryoryzomys russatus (Wagner, 1848)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	LC
Holochilus brasiliensis (Desmarest, 1819)		Fr/Hb	SA	N	-	-	-	LC
Holochilus sciureus (Wagner, 1842)	Rato-d'água	Fr/Hb	SA	N	-	-	-	LC
Hylaeamys laticeps (Lund, 1840)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Te	S	-	-	-	NT
Hylaeamys megacephalus (G. Fischer, 1814)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	LC
Necromys lasiurus (Lund, 1841)	Rato-do-mato	Fr/On	Te	N	-	-	-	LC
Nectomys squamipes (Brants, 1827)	Rato-d'água	Fr/On	SA	N	-	-	-	LC
Oecomys catherinae (Thomas, 1909)	Rato-da-árvore	Fr/Se	Ar	S	-	-	-	LC

Táxons (PAGLIA et al., 2012)	Nome popular (PAGLIA et al., 2012	Dieta (PAGLIA et al., 2012	Locomoção (PAGLIA et al., 2012	Endemismo (Brasil) (PAGLIA et al., 2012)	Estado de conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Oecomys roberti (Thomas, 1904)	Rato-da-árvore	Fr/Se	Ar	N	-	-	-	LC
Oecomys trinitatis (J. A. Allen & Chapman, 1893)	Rato-da-árvore	Fr/Se	Ar	N	-	-	-	LC
Oligorizomys flavescens (Saussure, 1860)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Sc	N	-	-	-	LC
Oligoryzomys fornesi (Massoia, 1973)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Sc	N	-	-	-	LC
Oligoryzomys nigripes (Olfers, 1818)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Sc	N	-	-	-	LC
Oligoryzomys stramineus (Bonvicino & Weksler, 1998)	Rato-do-mato	Fr/Gr	Sc	S	-	-	-	LC
Oxymycterus sp.								
Oxymycterus sp. 1								
Oxymycterus sp. 2								
Oxymycterus dasytrichus (Schinz, 1821)	Rato-do-brejo	In/On	SF	S	-	-	-	LC
Rhipidomys mastacalis (Lund, 1840)	Rato-da-árvore	Fr/Se	Ar	S	-	-	-	LC
Sooretamys angouya (G. Fischer, 1814)	Rato-do-mato	Fr/G	Te	N	-	-	-	LC
Familia Cuniculidae								
Cuniculus paca (Linnaeus, 1766)11	Paca	Fr/Hb	Te	N	-	-	-	LC
Familia Dasyproctidae								
Dasyprocta azarae (Lichtenstein, 1823)	Cutia	Fr/Gr	Te	N	-	-	-	DD
Dasyprocta leporina (Linnaeus, 1758)6	Cutia	Fr/Gr	Te	N	-	VU	-	LC
Familia Echimyidae								
Kannabateomys amblyonyx (Wagner, 1845)	Rato-da-taquara	Fo	Ar	N	-	CP	-	LC
Mesomys hispidus (Desmarest, 1817)	Rato-de-espinho	Fr/On	Ar	N	-	-	-	LC
Echimys sp.								
Phyllomys sp.								
Phyllomys pattoni (Emmons, Leite, Kock & Costa, 2002)	Rato-da-árvore	Fo	Ar	S	-	-	-	LC
Trinomys iheringi (Thomas, 1911)	Rato-de-espinho	Fr/Gr	Te	S	-	-	-	LC
Trinomys setosus (Desmarest, 1817)	Rato-de-espinho	Fr/Gr	Te	S	-	-	-	LC
Familia Erethizontidae								
Chaetomys subspinosus (Olfers, 1818)	Ouriço-preto, gandú	Fo/Fr	Ar	S	-	VU	-	VU
Coendou spinosus (F. Cuvier, 1823)	Ouriço-cacheiro	Fr/Fo	Ar	N	-	-	-	LC
Sphiggurus sp.								
Familia Sciuridae								
Guerlinguetus sp. [5]								
Guerlinguetus brasiliensis (Gmelin, 1788)	Caxinguelê, esquilo	Fr/On	Sc	N	-	-	-	LC
EXÓTICAS								

Táxons (PAGLIA et al., 2012)	Nome popular (PAGLIA et al., 2012	Dieta (PAGLIA et al., 2012	Locomoção (PAGLIA et al., 2012	Endemismo (Brasil) (PAGLIA et al., 2012)	Estado de conservação			
					MG (COPAM, 2010)	ES (PASSAMANI & MENDES, 2007)	Federal (MMA, 2014)	Mundial (IUCN, 2017)
Rattus norvegicus (Berkenhout, 1769)	Ratazana				-	-	-	LC
Rattus rattus	"Rato preto"				-	-	-	LC

Apêndice H - Espécies de cetáceos de ocorrência no litoral do Espírito Santo, com registro anterior ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, MG.

	Subordem	Gênero Espécie	*Status**	*Habitat***	Nome Comum	Referências
1	Mysticeti	*Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822)	EN	C-O	Baleia-franca-austral	Santos et al. (2001)
2		*Balaenoptera musculus* (Linnaeus, 1758)	CR	O	Baleia-azul	Petrobras (2004)
3		*Balaenoptera physalus* (Linnaeus, 1758)	EN	O	Baleia-fin	Wedekin et al. (2014)
4		*Balaenoptera borealis* (Lesson, 1828)	EN	O	Baleia-sei	Barros (1991)
5		*Balaenoptera edeni* (Anderson, 1879)		C-O	Baleia-de-Bryde	CTA (2016)
6		*Balaenoptera acutorostrata* (Lacépède, 1804)		C-O	Baleia-minke-comum	CTA (2016)
7		*Balaenoptera bonaerensis* (Burmeister, 1867)		O	Baleia-minke-antártica	Wedekin et al. (2014)
8		*Megaptera novaeangliae* (Borowski, 1781)		C-O	Baleia-jubarte	Freitas Netto e Barbosa (2003), Wedekin et al. (2014)
9	Odontoceti	*Physeter macrocephalus* (Linnaeus, 1758)	VU	O	Cachalote	Freitas Netto e Barbosa (2003)
10		*Kogia breviceps* (Blainville, 1838)		O	Cachalote-pigmeu	Petrobras (2004)
11		*Kogia sima* (Owen, 1866)		O	Cachalote-anão	Petrobras (2004)
12		*Berardius arnuxii* (Duvernoy, 1851)		O	Baleia-bicuda-de-arnoux	Siciliano et al. (2006)
13		*Ziphius cavirostris* (G. Cuvier, 1823)		O	Baleia-bicuda-de-cuvier	Mayorga, Barbosa e Bhering (2011)
14		*Mesoplodon europaeus* (Gervais, 1855)		O	Baleia-bicuda	Siciliano et al. (2006)
15		*Mesoplodon mirus* (True, 1913)		O	Baleia-bicuda-de-true	Siciliano et al. (2006)
16		*Orcinus orca* (Linnaeus, 1758)		C-O	Orca	Wedekin et al. (2014)
17		*Globicephala macrorhynchus* (Gray, 1846)		O	Baleia-piloto	Petrobras (2004)
18		*Lagenodelphis hosei* (Fraser, 1956)		O	Golfinho-de-Fraser	Petrobras (2004)
19		*Pseudorca crassidens* (Owen, 1846)		O	Falsa-orca	CTA (2016)
20		*Feresa attenuata* (Gray, 1875)		O	Orca-pigméia	CTA (2016)
21		*Peponocephala Electra* (Gray, 1846)		O	Golfinho-cabeça-de-melão	Gasparini e Sazima (1996); Felix (2014)
22		*Sotalia guianensis* (Van Bénéden, 1864)	VU	C	Boto-cinza	Felix (2014)
23		*Steno bredanensis* (G. Cuvier in Lesson, 1828)		C-O	Golfinho-de-dentes-rugosos	Freitas Netto e Barbosa, (2003); Wedekin et al. (2014)

	Subordem	Gênero Espécie	*Status**	*Habitat***	Nome Comum	Referências
24		*Grampus griseous* (G. Cuvier, 1812)		O	Golfinho-de-Risso	CTA (2016)
25		*Tursiops truncatus* (Montagu, 1821)		C-O	Golfinho-nariz-de-garrafa	Freitas Netto e Barbosa (2003), Wedekin et al. (2014)
26		*Stenella attenuata* (Gray, 1846)		O	Golfinho-pintado-pantropical	Moreno et al. (2005)
27		*Stenella frontalis* (G. Cuvier, 1829)		O	Golfinho-pintado-do-atlântico	Danilewicz et al. (2013)
28		*Stenella longirostris* (Gray, 1828)		O	Golfinho-rotador	Moreno et al. (2005)
29		*Stenella clymene* (Gray, 1846)		O	Golfinho-clímene	Moreno et al. (2005)
30		*Stenella coeruleoalba* (Meyen, 1833)		O	Golfinho-riscado	Moreno et al. (2005)
31		*Delphinus delphis* (Linnaeus, 1758)		C-O	Golfinho-comum	Barros (1991)
32		*Pontoporia blainvillei* (Gervais & d'Orbigny, 1844)	CR	C	Toninha	Freitas Netto e Barbosa (2003); Felix (2014)

* O *status* de conservação foi baseado no Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção de 2016 (ICMBIO, 2016).

** *Habitat*: C – exclusivamente costeiro; C-O – costeiro-oceânico; O – exclusivamente oceânico.

ANEXOS

Anexo 1 – Sistematização dos dados referentes às permissões e autorizações de pesquisa.

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Programa de Prospecção Arqueológica/UHE de Candonga	2001	Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce/MG	Paulo Alvarenga Junqueira		
Programa de Resgate Arqueológico nos Sítios Lapa da Candonga e Oficina Lítica da Candonga	2001	Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce/MG	Paulo Alvarenga Junqueira	Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG	
Programa de Prospecção Arqueológica PCH Furquim	2001	Mariana/MG	Mônica Carsalad Schlobach	Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG	
Salvamento Arqueológico - Aqueduto nas Áreas Alegria 8 e 9 - Região da Mina de Germano	2002	Mariana/MG	Márcio Alonso Lima		
Resgate Arqueológico nas Áreas Afetadas pela UHE de Aimorés	2002	Aimorés, Resplendor e Itueta/MG	Alenice Maria Motta Baeta		
Levantamento Arqueológico na Faixa de Servidão da LT 230 kV AHE Aimorés - Sistema Escelsa	2003	Aimorés-MG e Baixo Guandú-ES	Solange Bezerra Caldarelli	Universidade Católica de Santos - Instituto de Pesquisas em Arqueologia	
Levantamento Arqueológico na Faixa de Servidão da Linha de Transmissão 230 kV AHE Aimorés-Sistema Escelsa	2003	Aimorés e Baixo Guandu	Solange Bezerra Caldarelli	Instituto de Pesquisas em Arqueologia - IPARQ da Universidade Católica de Santos	
Levantamento do Potencial Arqueológico nas Áreas da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTCG) e do Gasoduto Terrestre UTCG - Praia de Cacimbas	2003	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado	Superintendência Estadual do Iphan no Rio de Janeiro	
Levantamento do Potencial Arqueológico nas Áreas da UTG de Cacimbas (UTCG) e do Gasoduto Terrestre UTCG - Praia de Cacimbas	2003	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado	Superintendência do Iphan no Estado do Rio de Janeiro	
Levantamento e Prospecção Arqueológica da Estrada de Acesso Mina de Fazendão - Morro da Mina	2004	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Levantamento Arqueológico na Área de Ampliação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC Fase II)	2004	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	
evidenciação e resgate do patrimônio arqueológico remanescente na área de entorno do imóvel identificado como “Capela de Santo Antônio”	2005	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
prospecção arqueológica na área dos Loteamentos Perobas e Esplanada	2005	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
diagnóstico arqueológico nas áreas de abrangência da Linha de Transmissão Aimorés e Mascarenhas	2005	Baixo Guandu/ES	Alenice Maria Motta Baeta	Instituto de Pesquisas em Arqueologia - IPARQ da Universidade Católica de Santos	
prospecção arqueológica suplementar solicitado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da UHE Candonga	2005	Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce/MG	Ione Mendes Malta e Paulo Alvarenga Junqueira	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
levantamento e prospecção arqueológica na faixa de intervenção direta do empreendimento Rede de Distribuição de Gás Natural Canalizado para os Seguimentos Industrial, Comercial, Residencial e Veicular	2005	Linhares/ES	João Luiz da Cunha Teixeira	Museu de Ciências do Espírito Santo do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais e Culturais	
resgate do sítio arqueológico Perobas - Loteamentos Perobas e Esplanada	2006	Linhares/ES	João Luiz da Cunha Teixeira	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	
prospecção arqueológica na PCH Pipoca	2006	Caratinga/MG	Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ipanema
diagnóstico e prospecção do patrimônio arqueológico da UHE Baguari	2006	Governador Valadares, Periquito, Alpercata, Fernandes Tourinho, Sobrália e Iapú/MG	Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
pesquisa de caracterização arqueológica em áreas da Aracruz Celulose S.A.	2006	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado	Instituto de Arqueologia Brasileira	Abrange outros municípios
diagnóstico arqueológico na área de implantação da LD 138 kV Linhares - Cacimbas	2006	Linhares/ES	Celso Perota	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	
Diagnostico e prospecção arqueológica - UTCG III	2006	Linhares/ES	Celso Perota	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	
Diagnóstico e prospecção do patrimônio arqueológico da PCH Jurumirim	2007	Rio Casca e São Pedro dos Ferros/MG	Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Resgate arqueológico nos sítios localizados na área da UHE Baguari	2007	Governador Valadares, Periquito, Alpercata, Fernandes Tourinho, Sobrália e Iapú/MG	Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção arqueológica da rede de gás natural no Pólo Vale do Aço	2007	Mariana/MG	Divaldo Rocha Sampaio	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Monitoramento arqueológico nas obras da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas - Fase III	2007	Linhares/ES	Celso Perota	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Diagnóstico arqueológico da PCH Brito	2007	Ponte Nova/MG	Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Levantamento arqueológico na área de implantação da LT 230kV Mascarenhas - Verona	2007	Colatina e Baixo Guandu	Osvaldo Paulino da Silva	Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense	Abrange outros municípios
Programa de resgate arqueológico dos sítios na ADA pela PCH Areia Branca	2007	Caratinga/MG	Ione Mendes Malta e Paulo Alvarenga Junqueira	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ipanema
Resgate arqueológico na área da LT2 230kV UHE Aimorés 2 - UHE Mascarenhas	2007	Aimorés e Baixo Guandu	Fabiano Lopes de Paula	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico arqueológico na área da LT 138kV Colatina - Mascarenhas	2007	Colatina e Baixo Guandu	Celso Perota	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	
Arqueologia Preventiva na área de Intervenção da Linha de Transmissão 500 kv Neves 1 - Mesquita	2007	Ipatinga e Santana do Paraíso/MG	Solange Bezerra Caldarelli	Instituto de Pesquisas em Arqueologia - IPARQ da Universidade Católica de Santos	Abrange outros municípios
Diagnóstico Arqueológico - Terminal Aquaviário de Barra do Riacho - TABR e Dutos de Interligação com o Pólo de Cacimbas	2007	Linhares/ES	Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani e Laércio Loiola Brochier	Instituto de Pesquisas em Arqueologia - IPARQ da Universidade Católica de Santos	Abrange Aracruz
Diagnóstico Arqueológico na Área da Linhares Agroindustrial S/A	2008	Linhares/ES	Celso Perota	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	
Diagnóstico Prospectivo e Salvamento Arqueológico para Avaliação do Potencial Arqueológico na Área do Empreendimento Linha de Distribuição 138kV - Colatina / Mascarenha	2008	Colatina e Baixo Guandu	Celso Perota	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	
Diagnóstico Arqueológico da Interligação da Linha de Transmissão de Acesso à Rede Básica de 345kv Ouro Preto 2 - Vitória à Subestação 345/138kv (Mina de Germano)	2008	Mariana/MG	Divaldo Rocha Sampaio	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da LT 230KV Mascarenhas - Verona	2008	Baixo Guandu e Colatina/ES	Osvaldo Paulino da Silva	Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense	Abrange outros municípios
Monitoramento Arqueológico nos Levantamentos Geofísico Terrestre (Sísmica 3D) no Campo Produtor de São Rafael	2008	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Arqueologia Brasileira	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Diagnóstico Arqueológico - Pequena Central Hidrelétrica de Santo Antônio do Porto	2008	Governador Valadares/MG	Ana Paula de Paula Loures de Oliveira	Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora	
Prospecção Arqueológica na Barragem de Rejeitos da Usina de Germano	2008	Mariana/MG	Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica em Obras Associadas ao Projeto "REGALP"	2008	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado e Lydie Gusmão	Instituto de Arqueologia Brasileira	
Prospecção Arqueológica na LT da PCH Cocais Grande	2008	Timóteo/MG	Gilmar Pinheiro Henriques Júnior	Superintendência Estadual do Iphan no Espírito Santo	Abrange outros municípios
Prospecção Arqueológica - Avaliação do Potencial Arqueológico da PCH Cachoeira da Fumaça	2008	Governador Valadares/MG	Fabiano Lopes de Paula	Memorial Santa Clara	Abrange Coroaci
Diagnóstico Arqueológico na Área de Ampliação da Mina Fábrica Nova	2008	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura	Instituto de Pesquisas em Arqueologia - IPARQ da Universidade Católica de Santos	
Arqueologia Preventiva Associada ao Mineroduto Minas-Rio	2008	São Domingos do Prata, Sem Peixe, Santa Cruz do Escalvado e Rio Casca/MG	Solange Bezerra Caldarelli	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	Abrane outros municípios
Diagnóstico Arqueológico nas Áreas de Influência do Empreendimento de Implantação da Nova Usina	2008	Santana do Paraíso/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Projeto de Diagnóstico Arqueológico nas Áreas de Influência do Empreendimento do Novo Aeroporto de Bom Jesus do Galho e Santana do Paraíso	2008	Ipatinga e Santana do Paraíso/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica na Área da Expansão da Mina São Luis	2008	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Catas Altas
Diagnóstico Arqueológico nas Áreas de Abrangência do Empreendimento de Implantação de Adutora Samarco S.A.	2008	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrane outros municípios
Prospecção Arqueológica PCH Brito	2009	Ponte Nova/MG	Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico Complementar e Prospecção Arqueológica nas Áreas de Abrangência do Empreendimento Mina de Alegria E - Ampliação da Lavra e Pilhas de Estéril	2009	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Prospecção Arqueológica nas Áreas de Abrangência do Empreendimento 'Novo Aeroporto da Usiminas'	2009	Bom Jesus do Galho/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica nas Áreas de Abrangência do Empreendimento de 'Instalação de Novas Unidades de Produção da Usiminas'	2009	Santana do Paraíso/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial	2009	Linhares/ES	Maria Cristina Mineiro Scatamacchia	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP	Abrange Aracruz
Prospecção Arqueológica na Área de Implantação da Pilha de Estéril Portaria da Mina de Alegria	2009	Mariana/MG	Andrei Isnardis Horta	Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica na Área Diretamente Afetada pelo Empreendimento "Usina Termelétrica Linhares"	2009	Linhares/ES	João Luiz da Cunha Teixeira	Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais e Culturais - CEPES	
Prospecção Arqueológica na Linha de Transmissão da PCH Barra da Paciência	2009	Fernandes Tourinho e Periquito/MG	Gilmar Pinheiro Henriques Júnior	Museu Municipal de Pains	Abrane outros municípios
Prospecção e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão SE Mina Germânio/Secção Ouro Preto 2 - Vitória	2009	Mariana/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Diagnóstico Arqueológico para Ampliação da Mina da Alegria 1, 2 e 6	2009	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo nas Áreas Diretamente Afetadas pela Implantação da PCH Tabaúna	2009	Aimorés/MG	Márcio Walter de Moura Castro	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	Abange Santa Rita do Itueto
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas Áreas de Abrangência de Empreendimento Imobiliário - Loteamento Parques do Vale	2009	Caratinga/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na área de ligação da atual usina Usiminas em Ipatinga à futura em Santana do Paraíso	2010	Santana do Paraíso e Ipatinga/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Resgate Arqueológico da Mina Alegria	2010	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Diagnóstico Arqueológico da AHE Biboca	2010	Rio Casca, Santa Cruz do Escalvado, São Domingos do Prata, Sem Peixe e Rio Doce/MG	Ione Mendes Malta e Paulo Alvarenga Junqueira	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Prospecção Arqueológica para a área do empreendimento denominado "Complexo Eólico de Linhares"	2010	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Prospecção na área diretamente afetada pelos empreendimentos Unidade Usinas Termelétricas Linhares II e III	2010	Linhares/ES	João Luiz da Cunha Teixeira	Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais e Culturais - CEPES	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Extração de Gemas da Mineradora Geometa	2010	Conselheiro Pena/MG	Eliany Salaroli La Salvia	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	
Monitoramento Arqueológico do Gasoduto Gasmig Vale do aço - Lote 02	2010	Mariana/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Projeto Arqueológico PCH Cachoeira da Fumaça - Prospecção, Resgate e Educação Patrimonial	2010	Governador Valadares/MG	Maria Bernadete Póvoa	Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem do Instituto de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Abrange outros municípios
Prospecção Arqueológica na Área do Empreendimento "LT UTE Linhares - SE Escelsa (B.Colina)"	2010	Linhares/ES	João Luiz da Cunha Teixeira	Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais e Culturais - CEPES	
Diagnóstico e Avaliação de Impactos da UHE Travessão	2010	Itueta e Aimorés/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abange Santa Rita do Itueto
Levantamento, Prospecção, Diagnóstico e Educação Patrimonial dos Bens Arqueológicos da PCH COVANCA	2010	Mariana/MG	Edward Karel Maurits Koole	Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem do Instituto de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	
Prospecção Arqueológica e Programas Afins Terceiro Concentrador de Germano Adutora e Linha de Transmissão Samarco Mineração S/A.	2010	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Diagnóstico Arqueológico - Projeto Itabitritos Mariana - Ligação Ferroviária Pêra de Carregamento	2010	Mariana/MG	Márcio Alonso Lima e Maria Teresa Teixeira de Moura	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico Projeto de Expansão da Mina de Fazendão e Projeto Barragem Vale do Brumado e Usina de Itabiritos de Mariana	2010	Mariana/MG	Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Prospecções e Resgate Arqueológico - PCH Santo Antonio do Porto	2010	Governador Valadares/MG	Paulo Eduardo Zanettini	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	Abrange Coroaci

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Diagnóstico Arqueológico do Projeto Itabiritos Mariana - Ligação Ferroviária Pêra de Carregamento	2010	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Santa Bárbara
Diagnóstico Arqueológico da AHE Crenaque	2010	Conselheiro Pena e Resplendor/MG	Fabiano Lopes de Paula	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico da AHE Resplendor	2010	Conselheiro Pena e Resplendor/MG	Fabiano Lopes de Paula	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Evidenciação das Estruturas Remanescentes do Jardim do Antigo Palácio Episcopal	2010	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo nas Áreas Direta e Indiretamente Impactadas pela Construção da Linha de Transmissão Mesquita - Viana II - Viana	2010	Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Iapu e Caratinga	Fernando Walter da Silva Costa	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	Abrange outros municípios
Diagnóstico Prospectivo na Área de Construção das Estações de Degredo e Rio Ipiranga	2010	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Levantamentos Geofísicos em 3D no Campo Produtor de Ibiribas	2010	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Arqueologia Preventiva associada ao Mineroduto Minas-Rio. Terceira Etapa: Prospecção Arqueológica no Traçado Alternativo dos Trechos 1 e 2	2010	São Domingos do Prata, Sem Peixe e Santa Cruz do Escalvado/MG	Solange Bezerra Caldarelli	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	Abrange outros municípios
Diagnóstico Interventivo ns Áreas da PCH Piau	2010	Governador Valadares/MG	Márcio Walter de Moura Castro	Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC	Abrange outros municípios
Prospecção com Monitoramento Arqueológico na Área do empreendimento Cluster Termelétrico Linhares	2010	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Prospecção com Monitoramento Arqueológico na Área do Empreendimento: Cluster Termelétrica Linhares	2011	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Diagnostico Arqueológico da Ampliação da Mina Fábrica Nova	2011	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura	Instituto de Pesquisa em Arqueologia	
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 kv - 345kv - Mesquita - Viana II - Viana	2011	Santana do Paraíso, Ipaba, Iapu e Caratinga	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Trecho Rodoviário Municipal Cava Grande - Entroncamento da BR-262	2011	Timóteo/MG	Ione Mendes Malta e Paulo Alvarenga Junqueira	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico na Área de Abrangência do Empreendimento Del-Rey	2011	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Salvamento e Monitoramento Arqueológico - Linha de Transmissão 138Kv, SE Germano à Secção Ouro Preto 2/Vitória	2011	Mariana/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas Áreas de Abrangência da Barragem de Perenização de Vazão	2011	Caratinga/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Arqueologia Preventiva, Prospecção Arqueológica e Programa de Educação Patrimonial do Centro de Tratamento e Disposição Adequada de Resíduos Sólidos de Colatina	2011	Colatina/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Levantamento e Diagnóstico Interventivo do Patrimônio Arqueológico da Área de Influência da CGH BOM JESUS	2011	Bom Jesus do Galho/MG	Beatriz Costa Paiva e Gerson Levi Lazzaris	Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem do Instituto de Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo, na Área da Mina de Quartzito em Zona de Amortecimento do PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI	2011	Mariana/MG	Eliany Salaroli La Salvia	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	
Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica nas Áreas de Abrangência do Empreendimento de AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MODERNIZAÇÃO DA BR-381	2012	Timóteo, Ipatinga, Santana do Paraíso, Belo Oriente, Naque, Periquito e Governador Valadares/MG	Fernando Walter da Silva Costa	Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	Abrange outros municípios
Prospecção Arqueológica na Área do RESIDENCIAL JARDINS DOS LAGOS	2012	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado	Instituto de Arqueologia Brasileira	
Monitoramento e Acompanhamento Arqueológico das obras da REDE DE GÁS CANALIZADO DE LINHARES	2012	Linhares/ES	João Luiz da Cunha Teixeira	Museu de Ciências do Espírito Santo do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais e Culturais	
Monitoramento Arqueológico do Empreendimento RODOVIA ES-080, VARIANTE DE COLATINA	2012	Colatina/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Diagnóstico Arqueológico e Prospecção na Área de Implantação do PAIOL DE EXPLOSIVOS DA SAMARCO	2012	Mariana/MG	Tiago Moreira Alves	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Prospecção arqueológica e Programa de Educação Patrimonial na área de Empreendimento COMPLEXO GÁS-QUÍMICO UFN-IV	2012	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo "Subestação Timóteo 2"	2012	Timóteo/MG	Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico da Unificação e Alteamento da BARRAGEM DO GERMANO	2012	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura e Márcio Alonso Lima	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico da Otimização da BARRAGEM DO FUNDÃO	2012	Mariana/MG	Maria Teresa Teixeira de Moura e Márcio Alonso Lima	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Interventivo "LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV TIMÓTEO 2 - Mesquita 2"	2012	Timóteo, Ipatinga e Santana do Paraíso/MG	Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Coronel Fabriciano
Prospecções Arqueológicas nas Áreas das Unidades Extramuros e nas Potenciais Áreas de Empréstimo de Extração de Argila do Empreendimento Complexo Gás-químico UFN-IV	2012	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	Abrange Aracruz
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo na Área da Poligonal 830.985/2005 e Entorno da Empresa SAG Mineração LTDA.	2012	Governador Valadares/MG	Eliany Salaroli La Salvia	Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC	
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Área do Empreendimento Imobiliário Fazenda Horto Ipanema - Gleba 01	2012	Santana do Paraíso e Ipatinga/MG	Ione Mendes Malta e Paulo Alvarenga Junqueira	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica na Linha de Transmissão 230kV Mascarenhas - Linhares	2013	Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares/ES	Leandro Augusto Franco Xavier	Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire - CAALE	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo nas Áreas de Impacto da Pequena Central Hidrelétrica Barro Preto	2013	Conselheiro Pena/MG	Tatiana Costa Fernandes	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Diagnóstico Arqueológico na Área de Abrangência do Empreendimento Barragem Mirandinha	2013	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D HD Campo Fazenda Queimadas	2013	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	Abrange outros municípios

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Levantamento Geofísico Terrestre Sismica 3D - Campo de Ibiribas	2013	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Alteamento da Barragem Santarém	2013	Mariana/MG	Fabiano Lopes de Paula	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área do Empreendimento Levantamento Geofísicos Terrestres 3D - Lagoa Bonita	2013	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Prospecção Arqueológica Linha de Transmissão 230 KV Mesquita-Timóteo 2	2013	Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo/MG	Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Prospecção Arqueológica e Monitoramento na área do Empreendimento "Levantamento Geofísico Terrestre 3D Fazenda Santa Luzia"	2013	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Prospecção Arqueológica e Monitoramento na área do Empreendimento "Levantamento Geofísico Terrestre 3D Barra do Ipiranga"	2013	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	Abrange outros municípios
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica do Empreendimento Arqueológico PDE Natividade - Etapa 1	2013	Mariana/MG	Márcio Alonso Lima	Museu de Ciências Naturais Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Inconfidência Mineira: Uma abordagem Arqueológica e Cartográfica	2013	Mariana/MG	Carlos Magno Guimarães	Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica nas Áreas de Influência e Implantação do DNPM 830.578/2006	2013	Mariana/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Prospecções Arqueológicas na Área Destinada para o Loteamento Alphaville Rio Doce	2013	Governador Valadares/MG	Eliany Salaroli La Salvia	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica - Projeto Mina Del Rey	2013	Mariana/MG	Ione Mendes Malta e Paulo Alvarenga Junqueira	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento Prospectivo (Sistemático) de Subsuperfície no Segmento Rodoviário do Contorno da UTGC - Petrobras	2013	Linhares/ES	Letícia Moura Simões de Souza e Fernando Walter da Silva Costa	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento Prospectivo (Sistemático) de Subsuperfície nas Áreas Afetadas pelas Obras de Construção do Gasoduto 4, Jacupemba-Cancã, Linhares	2013	Linhares/ES	Letícia Moura Simões de Souza e Fernando Walter da Silva Costa	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção Arqueológica na Área do Empreendimento "Projeto Expansão da Mina de Fábrica Nova"	2013	Mariana/MG	Ana Carolina Rodrigues Cunha	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Prospecção e Monitoramento Arqueológico na Área do Residencial Jardins dos Lagos	2013	Linhares/ES	Christiane Lopes Machado	Instituto Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas - IBPA	
Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico, Cultural e Paisagístico (Etapa Diagnóstico) - Mineroduto Morro do Pilar e Porto Norte Capixaba	2013	Belo Oriente, Naque, Iapu, Sobrália, Fernandes Tourinho, Tumiritinga, Conselheiro Pena, Resplendor e Itueta/MG; Colatina, Marilândia, Linhares e Baixo Guandu/ES	Erika Marion Robrahn-González	Instituto Homem Brasileiro	Abrange outros municípios
Arqueologia Preventiva- Diagnóstico de Bens Culturais na área da Mina Barlão/Barroca - Viamar Mineração LTDA.	2013	Mariana/MG	Ângelo Pessoa Lima e Luís Felipe Bassi Alves	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da PCH Melo Viana	2014	Raul Soares/MG	Flávia Maria da Mata Reis e Danielle Raquel Lima	Centro de Arqueologia Annete Laming Emperaire da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial do Empreendimento Minerário - DNPM 830.578/2006/MG	2014	Mariana/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Salvamento e Monitoramento Arqueológico da Linha de Transmissão 230 Kv Mascarenhas - Linhares	2014	Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares/ES	Leandro Augusto Franco Xavier	Centro de Arqueologia Annete Laming Emperaire da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	
Prospecção, Monitoramento e Educação Patrimonial - Levantamento Geofísico Terrestre Sísmica 3D no Bloco ES-T 466	2014	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Arqueologia do litoral Norte do Espírito Santo: Sambaquis do município de Linhares	2014	Linhares/ES	Ximena Suarez Villagran	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Diagnóstico Arqueológico Interventivo na ADA e AID do Ramal Ferroviário Colatina - Linhares	2014	Linhares e Colatina/ES	Letícia Moura Simões de Souza	Instituto Homem Brasileiro	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Prospecção e Monitoramento Arqueológico para o levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Lagoa do Sabiá	2014	Linhares/ES	Celso Perota	Museu de História de São Mateus da Prefeitura Municipal de São Mateus	
Prospecção e Monitoramento Arqueológico para Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Campo de Jacupemba	2014	Linhares/ES	Celso Perota	Museu de História de São Mateus da Prefeitura Municipal de São Mateus	
Prospecção e Monitoramento Arqueológico para Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Campo de Saíra	2014	Linhares/ES	Celso Perota	Museu de História de São Mateus da Prefeitura Municipal de São Mateus	
Prospecção Arqueológica na área da LD 138 Kv Linhares - Cacimbas	2014	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de implantação da Central de Gestão Ambiental Linhares	2014	Linhares/ES	Celso Perota	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS	
Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do projeto de ampliação da capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do km 939,4 ao km 956,9, no Estado da Bahia, e do km 0,0 ao km 244,9, no Estado do Espírito Santo	2014	Linhares/ES	Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani		
Diagnóstico e Prospecção Arqueológicos Interventivos nas ADA e AID do Oleoduto entre a Estação de Fazenda São Rafael e a Estação Fazenda Alegre	2015	Linhares/ES	Letícia Moura Simões de Souza	Museu de História de São Mateus da Prefeitura Municipal de São Mateus	Abrange outros municípios
Programa de Arqueologia Preventiva - Prospecção Arqueológica Interventiva e Educação Patrimonial na área de intervenção do Loteamento Residencial Lagoa Park II	2015	Linhares/ES	João Luiz da Cunha Teixeira	Museu de História de São Mateus da Prefeitura Municipal de São Mateus	
Diagnóstico e Prospecção na Área de Influência da PCH Covanca e Programa de Educação Patrimonial	2015	Mariana/MG	Sérgio Bruno dos Reis Almeida	Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na área de influência do PMC Samarco Mineração	2015	Mariana/MG	Elisângela de Morais Silva	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Diagnóstico Arqueológico Interventivo na área de ampliação da mina de quartzito em zona de amortecimento do Parque Estadual Itacolomi	2015	Mariana/MG	Eliany Salaroli La Salvia	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	

Nome do Projeto	Ano	Município	Arqueólogo(s) Coordenador(es)	Apoio Institucional / Administração Pública / Instituição Executora	Observações
Diagnóstico Arqueológico e Educação Patrimonial do DNPM 832.219/2001 - Projeto Gualaxo	2015	Mariana/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial da Duplicação da Rodovia BR-262/MG-Subtrecho km 0-196,4	2015	São Domingos do Prata e Rio Casca/MG	Leandro Augusto Franco Xavier	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange outros municípios
Resgate Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na área do empreendimento de Expansão da Mina Fábrica Nova	2015	Mariana/MG	Mariana Gonçalves Moreira	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo do projeto de ampliação das Minas Alegria Norte e Sul da Samarco Mineração S/A.	2015	Mariana/MG	Eliany Salaroli La Salvia	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Prospecção Arqueológica - Projeto Mariana - Itaberito	2015	Mariana/MG	Ione Mendes Malta	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Abrange Ouro Preto
Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na área de implantação da capacidade e modernização da BR-381	2015	Coronel Fabriciano, Timóteo, Ipatinga, Santana do Paraíso, Belo Oriente, Naque, Periquito e Governador Valadares/MG	Isadora Gillian Teles de Melo Gallas	Centro de Arqueologia Annete Laming Emperaire da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	Abrange outros municípios
Evidenciação das Estruturas Remanescentes do Jardim do Antigo Palácio Episcopal - Etapa 2	2015	Mariana/MG	Alenice Maria Motta Baeta e Henrique Moreira Duarte Piló	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico Prospectivo-Sistema de Disposição de Rejeitos Miradinha-ADA e AID-Complexo Germano	2015	Mariana/MG	Eliany Salaroli La Salvia e Julimar Quaresma Mendes Júnior	Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	
Diagnóstico Arqueológico LT 2 em 230 kV AHE Aimorés - UHE Mascarenhas	2005	Aimorés/MG e Baixo Guandu/ES	Alenice Maria Motta Baeta	Universidade Católica de Santos - Instituto de Pesquisas em Arqueologia	Abrange Mascarenhas

Anexo 2 – Sítios arqueológicos distribuídos no território abordado.

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Alicerce de Pedra - João Carneiro		Mariana-MG	23 K 687070 7747630	Localiza-se no fundo de um vale, na margem direita do ribeirão do Carmo; Pequeno alicerce; Suas dimensões sugerem estar associado a estrutura de um paiol ou curral de fazenda.	Histórico
Alto da Igreja Antiga	MG01069	Mariana-MG	23 K 677965 7735437	Este sítio é composto por alicerces de pedras de duas antigas construções, dois muros e um forno, distribuídos em cotas diversas de terreno em aclive.	Histórico
Aqueduto da Adriana		Mariana-MG	23 K 662592 7770305	Aqueduto de pedra, amontoados de cascalho	Histórico
Aqueduto da Alegria 9		Mariana-MG	23 K 655740 7765044	Dois canais de adução paralelos, escavados no sedimento, ora escavado em rocha e, por vezes, escorados com pedras	Histórico
Batatal		Mariana-MG	23 K 648847 7764907	Canais de adução, edificação e barragem de pedras	Histórico
Canal da Fazenda do Morro	MG01067	Mariana-MG	23 K 679522 7736963	Este sítio é composto por muros de pedras configurando o escoramento de um canal.	Histórico
Canela 1		Mariana-MG	23 K 664042 7749979	Situado em uma caverna localizada em uma área alta de onde avista-se a Estrada Real; Caracterizados por fragmentos cerâmicos de 4 potes distintos, com alguns que possuem decoração plástica, outros pintada, mas a maioria não tem decoração.	Histórico
Canela 2		Mariana-MG	23 K 664485 7749864	Situado em uma caverna localizada em uma ruptura de canga; Está próximo a uma área de antiga mineração; Caracterizado por um pote de cerâmica integro.	Histórico
Catas da Matinha		Mariana-MG	23 K 663084 7770796	Barragem, canais de adução, mundéu	Histórico
Catas do Córrego Itabira		Mariana-MG	23 K 663747 7770993	Canais, galeria, revirados de cascalho, murosa de contenção	Histórico
Colégio e Seminário Osório		Mariana-MG		Edificação histórica feita em três patamares, com barrancos contidos por muros de pedras onde situam-se os três desníveis; Foram encontrado em profundidade rasa fragmentos de porcelana (bordas, alças, fundos, lados e laterais de diversos tipos de utensílio de uso do cotidiano dos séculos XVII, XVIII e XIX.	Histórico
Conjunto de Mineração do Divino		Mariana-MG	23 K 687310 7747804	Localizado em mata ciliar; Estruturas de mineração dos bandeirantes com catas, canal, montes de cascalho revirados e uma vala; Um cachimbo de argila histórico é referenciado.	Histórico
Conjunto Estruturas Mineração Meimd		Mariana-MG	23 K 686540 7747335	Localiza-se na margem esquerda do ribeirão do Carmo, em fundo de vale; Local de mineração dos bandeirantes com	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
				elementos de um canal modificado do ribeirão, roda d'água, muro de pedras e minas antigas	
Conjunto Ruínas Casarões Sec XIX		Mariana-MG	23 K 686125 7747160	Localiza-se na margem esquerda do ribeirão do Carmo, na área urbana; Quatro alicerces de antigos casarões do século XIX da localidade Arraial Novo	Histórico
Córrego Natividade		Mariana-MG			
Cruz das Almas		Mariana-MG	23 K 633450 7762789	Sistema de adução, cavado na rocha, formado por um extenso canal usado para o transporte de água epelo menos três galerias do processo de extração aurífera, localizados em terço superior e parte do médio de duas vertentes de forte inclinação	Histórico
Curral de Pedra	MG01068	Mariana-MG	23 K 679393 7735404	Sítio histórico composto por muro de pedras de cerca de 130,00m.	Histórico
Estruturas Mineração Sr João / S. Francisco		Mariana-MG	23 K 685270 7746450	Localiza-se em fundo de vale, nas margens esquerda e direita do ribeirão do Carmo; Local de mineração dos bandeirantes com muro de pedras e sulcos perpendiculares e paralelos em bloco de esteatita	Histórico
Fazenda Alegria		Mariana-MG	23 K 662592 7770305	Edificação histórica e ruínas de uma forja de ferro	Histórico
Fazenda Córrego do Fraga I		Mariana-MG	23 K 663914 7763473	Ruínas de capela e de edificações, muros de pedra e canais	Histórico
Fazenda Córrego do Fraga II		Mariana-MG	23 K 663862 7764219	Muros de pedra e testemunhos de mineração	Histórico
Fazenda da Vargem MG.MA.Vrm.01		Mariana-MG	23 K 667161 7733210	Estruturas de uma fazenda em ruína e em uso, com três ocupações sucessivas, implantado em área de relevo movimentado em uma extensa área de várzea, localizado à margem do córrego Bananal da bacia do rio Doce	Histórico
Fazenda do Dito		Mariana-MG	23 K 684560 7747200	Localiza-se na margem esquerda do ribeirão do Carmo; Alicerce de pedra em dois degraus constituído por grandes blocos com o contorno original conservado; o casarão ocupava uma grande área e possuia grandes cômodos	Histórico
Fazenda do Fraga		Mariana-MG	23 K 664070 7764112	Conjunto de vestígios de edificações históricas que compreendem uma "fazenda", destacando-se: as ruínas de uma capela, com cemitério e estruturas contíguas; ruínas de uma edificação provavelmente de moradia, com estruturas associadas e calçamento de pedras; e restos de uma grupiara, com diversos vestígios associados à mineração de ouro	Histórico
Fazenda do Tanque	MG01075	Mariana-MG	23 K 680666 7734420	Nesse sítio encontra-se o alicerce de uma edificação, que segundo informação oral seria uma antiga fazenda.	Histórico
Fazenda Fábrica		Mariana-MG	23 K 663088 7762099	Remanescentes de muros e alicerce de antiga sede de fazenda; São ruínas de habitação e área de trabalho com	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
				moinho e canais; foram identifcadas áreas com marcas de exploração mineral que remontam aos séculos XVIII e XIX	
Fazenda Gualaxo	MG01074	Mariana-MG	23 K 680054 7734965	Este sítio localiza-se às margens do rio Gualaxo do Sul, onde existiu a mais antiga fazenda regional, segundo a memória dos habitantes atuais do local.	Histórico
Fazenda Gualaxo		Mariana-MG	23 K 663967 7757164	Possui alicerce em pedras e um local escavado provavelmente para abrigar uma roda d'água	Histórico
Fazenda Nossa Senhora dos Remédios		Mariana-MG	23 K 662070 7769986	Conjunto de ruínas de edificações	Histórico
Fazenda Ouro Fino		Mariana-MG	23 K 664693 7762686	Era centro de beneficiamento de ouro composto por três construções, uma delas seguramente do início do século XX; Possui oficina, engenho e três minas; Edificação histórica, ruínas de uma usina e galeria de mina antiga	Histórico
Fazenda Romão		Mariana-MG	23 K 659975 7750183	Caracterizado por sistema de mineração tradicional iniciado em início/meados do século XVII e que funcionou até o início do século XIX; Possui diveras estruturas edificadas em alvenaria de pedra, junta seca e barro; Foram identificadas 51 estruturas do sistema tradicional de exploração do ouro.	Histórico
Galeria da Mina do Germano		Mariana-MG	23 K 657466 7766526	Galeria de mina, revestida com blocos de hematita; Situada no alto da vertente; Possuia originalmente altura de 2 metros.	Histórico
Garimpo da Fazenda de Herson Vieira MG.MA.Mtn.02		Mariana-MG	23 K 675130 7739218	Remanescentes de atividade minerária, fornos de tijolo para a produção de cavão e um segmento de estrada, implantado em área de relevo movimentado no terço inferior de uma vertente, localizado em ambas as margens do córrego "dos Martins" da bacia do rio Doce	Histórico
Garimpo I	MG01073	Mariana-MG	23 K 677607 7735287	Sítio composto por montes de cascalho revirados no patamar do rio Gualaxo do Sul	Histórico
Garimpo II	MG01071	Mariana-MG	23 K 674655 7735181	Sítio composto por montes de cascalho revirados no patamar do rio Gualaxo do Sul.	Histórico
Garimpo José Balbino	MG01070	Mariana-MG	23 K 676712 7735714	Constitui-se de montes de cascalho revirado no patamar do rio Gualaxo do Sul.	Histórico
Garimpo José Sérvulo	MG01076	Mariana-MG		Constitui-se de montes de cascalho revirado no patamar do rio Gualaxo do Sul.	Histórico
Gualaxo		Mariana-MG		Ponte de acesso com base feita em pedra	Histórico
Jardim do Antigo Palácio Episcopal		Mariana-MG	23 K 665373 7745333	Trata-se de um jardim idealizado e cultivado em finas do séc. XVIII nos fundos do antigo Palácio Episcopal na sede do município de Mariana.	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
				Há estruturas remanescentes: trechos de muros, fonte e poço confeccionados de alvenaria de pedra; O córrego do Seminário está a 20 m dele.	
Largo da Capela de Santo Antônio		Mariana-MG		Terreiro associado à Capela de Santo Antônio (imóvel de fins do século XVII) onde foram encontrados objetos históricos dos séculos XIX e XX (em faiança fina, vidro, cerâmica de produção local/regional, metal e polímero); situado em platô, em um morro que tem seu cume no alto da ladeira de São Gonçalo, no bairro conhecido como Prainha ou Rosário Velho	Histórico
Louça Azul		Mariana-MG	23 K 633143 7764732	Fragmentos de faiança fina inglesa (Shell Edge Blue) encontrado em uma caverna localizada em terço superior de vertente	Histórico
Mina Santo Antonio		Mariana-MG	23 K 663001 7762192	Mina antiga com galerias de exploração	Histórico
Mirandinha		Mariana-MG	23 K 660129 7769224	Abrigo associado a uma escarpa quartzítica; Possui figuras biomorfas atribuídas à Tradição planalto; Localizado na região sul do maciço da serra do Caraça, em topo de vertente, a 1036 m de altitude; Possui figuras relativamente grandes; As representações são predominantemente naturalistas - zoomorfas, principalmente cervídeos e outros mamíferos quadrúpedes, e há poucas representações geométricas, além de restos indefinidos de figuras; Possui lítico.	Caçador-coletor e rupestre
Morro de Santana	MG01198	Mariana-MG	23 K 662955 7749250	Grande área com muitos vestígios de atividades de mineração associados à moradia dos mineiros, atividades de trabalho e sociais	Histórico
Morro de Santo Antônio	MG01199	Mariana-MG	23 K 663122 7747215	Grande área com vestígios de intensa atividade de mineração. Ruínas de edifícios religiosos, de moradia e oficiais. Arruamentos e outras estruturas urbanas. Túneis e shafts de minas, instalações para processamento do ouro.	Histórico
Morro de Santo Antônio	MG02534	Mariana-MG	23 K 663122 7747215	Grande área com vestígios de intensa atividade de mineração. Ruínas de edifícios religiosos, de moradia e oficiais. Arruamentos e outras estruturas urbanas. Túneis e shafts de minas, instalações para processamento do ouro.	Histórico
Morro do Braga		Mariana-MG	23 K 633210 7764947	Sistema de adução formado por um extenso canal usado para o transporte de água provavelmente durante o processo de extração aurífera	Histórico
Morro do Padre Fraga		Mariana-MG			

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Morro do Santo Antonio	MG02167	Mariana-MG	23 K 661902 7744678	Ruínas de catas, mundéis, armazens e outras estruturas de moradias comuns e oficiais e religiosas; possível relacionamento á área da mIna de Felipe dos Santos.	Histórico
Não identificado		Mariana-MG	23 K 659466 7763480	Local de mineração colonial, localizado próximo à Barragem Santarém, composto por áreas de desmonte, montes de rejeito, talhos abertos e área de escoamento da lama aurífera.	Histórico
Não identificado		Mariana-MG	23 K 657730 7763927	Local de mineração colonial composto por áreas de desmonte. Localizado próximo à ferrovia.	Histórico
Ponte de Pedra	MG01072	Mariana-MG	23 K 673235 7734397	Trata-se de antiga ponte em pedra, da qual restam as estruturas de encabeçamento, localizada nas margens do rio Gualaxo do Sul. Neste local encontram-se dois cabeçotes de encaixe em cada margem.	Histórico
Romão		Mariana-MG			
Ruínas da Casa do Barão de Camargo		Mariana-MG			
Ruínas de Nossa Senhora dos Remédios		Mariana-MG			
Ruínas do Natividade		Mariana-MG	23 K 658889 7761265	Vestígios de um barramento de pedras, construído para o represamento do córrego da Natividade; Construção composta por grandes paredes formando dois compartimentos retangulares (mundéu); Presença de canais de adução e de um tanque para armazenamento de água	Histórico
S1		Mariana-MG	23 K 665188 7773063	Canal de adução formado por muro de pedras duplo	Histórico
S2		Mariana-MG	23 K 665580 7771144	Canal cortado na rocha	Histórico
S3		Mariana-MG	23 K 665848 7774725	Canal de adução formado por muro de pedras duplo	Histórico
S4		Mariana-MG	23 K 665489 7774628	Vestígios de uma das paredes de pedra de um canal de adução	Histórico
S5		Mariana-MG	23 K 665304 7774541	Muro de contenção no encontro de canais	Histórico
S6		Mariana-MG	23 K 665387 7774489	Canal, tanque ovalado de pedras e mundéu quadrado de pedras	Histórico
S7 ("Curral dos Cabritos")		Mariana-MG	23 K 666065 7774865	Mundéu retangular de pedras, construído por dois compartimentos retangulares, com dois canais individuais	Histórico
Sede da Fazenda Portuguesa e Capela		Mariana-MG	23 K 686200 7747220	Localiza-se em média encosta, na margem esquerda do ribeirão do Carmo; Estruturas de antiga fazenda	Histórico
Sítio Arqueológico de Mineração Del Rey	MG02540	Mariana-MG	23 K 664951 7749662	Área de exploração mineral	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Sítio histórico fazenda do tesoureiro	MG02420	Mariana-MG	23 K 666459 7755596	Fazenda que servia como registro para o caminho do ouro que ia em direção a Parati	Histórico
Marimbondo		Rio Doce-MG	23 K 721435 7763350	Remanescentes de fazenda do século XIX instalada junto à barra de córrego de mesmo nome na margem esquerda do rio Doce, em um amplo terraço fluvial nas proximidades de alguns afloramentos rochsosos; possuia casa grande, residência de agregados, engenho de cana e uma pequena capela; foi edificada pelos escravos; existem alicerces de antigas construções e uma pedra de moinho; na prospecção foram identificados telhas, faiança fina inglesa, cerâmica de produção local/regional, fragmentos de garrafas, cerâmica pré-colonial e lítico lascado	Hosticultor-ceramista e Histórico
Pasto do Quilombo		Rio Doce-MG	23 K 726320 7766871	Situado a 1.800m a norte de Santana do Deserto, distrito do município de Rio Doce, e 1.000m do rio homônimo; Cercado por morros íngrimes com altitudes de até 460m; A área tem o formato de um anfiteatro, quase todo cercado por colinas de vertentes convexas, exceto no lado nordeste, por onde escoam água do córrego local, formado por duas nascentes; Foram encontrados remanescentes de duas casas cujas bases eram de pedras; Atrás da estrutura haviam fragmentos de garrafa e de frascos de remédios da primeira metade do século XX; Também foram encontardos líticos lascados e polidos.	Caçador-coletor e histórico
Bom Jardim ou Carioca	MG01870	Ponte Nova-MG	23 K 708266 7734622		Horticultor-ceramista
Fornos de Carvão VII MG.PN.Mtc.01		Ponte Nova-MG	23 K 714640 7745672	Fornos de tijolo para a produção de cavão, implantado em área de relevo movimentado no terço inferior de uma vertente, localizado na margem esquerda de um afluente do Córrego da Cachoeira da bacia do rio Doce	Histórico
Fornos de Carvão VIII MG.PN.Cch.02		Ponte Nova-MG	23 K 714640 7745672	Fornos de tijolo para a produção de cavão, implantado em área de relevo movimentado no terço inferior da vertente, localizado na margem direita de um córrego afluente do Ribeirão Mata Cães da bacia do rio Doce	Histórico
Fazenda Camponesa MG.PN.Cch.03		Ponte Nova-MG	23 K 714599 7745639	Estruturas de uma moradia e de um curral, implantado em área de relevo movimentado em uma baixada, localizado na margem direita de um córrego sem nome afluente do córrego Cachoeira da bacia do rio Doce	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Candonga	MG02175	Santa Cruz do Escalvado-MG	23 K 723506 7764644		Caçador-coletor
Lapa da Candonga	MG02182	Santa Cruz do Escalvado-MG	23 K 722883 7764578		Caçador-coletor
Sem Peixe - 2	MG01043	Sem-Peixe-MG	23 K 729080 7777761	Caracterizado pela concentração de fragmentos cerâmicos em uma roça recentemente arada	Histórico
São Domingos do Prata - 1	MG01039	São Domingos do Prata-MG	23 K 710697 7807151	Sítio apresenta ruínas de antiga casa na margem esquerda da pequena estrada de chão e farto material arqueológico (lixeira) na margem direita desta estrada.	Histórico
Sítio São domingos do Prata - 2	MG01040	São Domingos do Prata-MG	23 K 716215 7793635	Antigo chalé demolido pela família; está localizado ao lado do rio que corta a comunidade; área entorno bastante antropizada	Histórico
Sem Peixe - 1	MG01042	São Domingos do Prata-MG		Antiga casa de colonos já demolida; apresenta parte de seu alicerce; ao lado estão telhas antigas amontoadas;	Histórico
Córrego da Areia	MG00908	Caratinga-MG		Oficina de lascamento localizada em ampla várzea arenosa, com aproximadamente 300m por 50m, a 100m da margem esquerda do córrego da Areia. Os vestígios líticos encontram-se enterrados na profundidade entre 40 e 80 cm.	Caçador-coletor
Baixa da Vigilata	MG00909	Caratinga-MG		Oficina de lascamento localizada em ampla várzea do rio Manhuaçu, a 300m a jusante do córrego Vigilata.Os vestígios líticos encontram-se entre 10 e 40 cm de profundidade, enterrados em sedimentos arenoso.	Caçador-coletor
Fazenda do Marçal	MG00912	Caratinga-MG		Sítio Lito-cerâmico localizado a 25m da margem esquerda do Rio Manhuaçu, na base de uma vertente, em uma área relativamente plana. Os vestígios cerâmicos estavam dispersos ao longo de 320 m parelos ao rio, em uma roça de milho, canavial e capineira.	Horticultor-ceramista
Barbosa		Caratinga-MG	24 K 204948 7812033	Situado em base de vertente.	Horticultor-ceramista
Bragança		Caratinga-MG	24 K 204983 7812079	Situado dentro da propriedade da Fazenda Vargem Alegre a 20m da margem direita do córrego do Leitão e a 200m nordeste da sede da fazenda; Localizado em uma colina suave, coberta por braquiária e, em menor densidade, um misto de pasto e vegetação em recilcagem; Possui fragmentos cerâmicos e lítico polido	Horticultor-ceramista
Fazenda Presídio		Belo Oriente-MG	23 K 778005 7866442	Situado próximo da rodovia BR-381, no Km 209, e da ferrovia Vitória-Minas, a aproximadamente 200 m do rio Doce; Localizado na margem esquerda do rio Doce, e a partir dele é	Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
				possível avistar uma ilha (a aproximadamente 400 m do sítio), que no passado colonial era denominada “Ilha do Presídio” e hoje é conhecida como “Ilha do Didi”; Foram coletadas dezenas de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície e em profundidade na sondagem realizada.	
Bases de ponte e Antigo traçado ferroviário em Naque		Naque-MG	23 K 780922 7871396	Localizado sobre um pequeno córrego a cerca de 200 metros da antiga ponte ferroviária sobre o rio Santo Antônio (também desativada e totalmente removida com exceção das bases de pedra); Base de ponte abandonada no rio Santo Antônio e pontilhão no perímetro urbano de Naque, ambos relacionados ao antigo traçado da EFVM; O pontilhão foi reformado e atualmente é utilizada para travessia de pedestres e veículos.	Histórico
Córrego Fundo		Periquito-MG	23 K 784657 7889474	Caracterizado por lascas, fragmentos de lascamento e fragmentos térmicos detectados em subsuperfície em meio a sedimento argiloso avermelhado, em área de fundo de vale, em base de vertente, planície fluvial (a 50 m do córrego fundo) situada em relevo de conjunto de colinas e serras mamemolares do Leste Brasileiro; Localizado na zona rural próximo da localidade de São Sebastião do Baixio.	Caçador-coletor
Nicanor Barrel		Periquito-MG	23 K 792466 7881137	Sítio a céu aberto localizado a 350m a norte da margem esquerda do rio Doce; Situa-se na fazenda de propriedade do espólio de Nicanor Barrel; Dista 2.375m a sudoeste da sede municipal; A altitude local é de 191m. Situado em uma várzea ampla de aproximadamente 2km de extensão por 600m de largura máxima. Essa várzea foi formada por deposição de sedimentos areno-siltosos. Apresenta uma topografia aplainada como colos e dorsos, indicativos de diques de areia. Nesses terrenos mais baixos há a formação de pequenas lagoas nas grandes cheias, fator negativo à instalação de habitações nesses locais; Caracterizado por cerâmica.	Horticultor-ceramista
Base de ponte e estrutura metálica de Ponte Ferroviária em Periquito		Periquito-MG	23 K 792221 7880923	Estrutura metálica com parcela enterrada que era parte de pontilhão; Possui base de pedra onde foram inseridos materiais construtivos de boa qualidade; Peças de aço foram encontradas praticamente intactas, o que demonstra a qualidade da liga; A base foi feita com granito e rejuntada com cimento.	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Córrego do Bugre		Sobrália-MG	23 K 792844 7880029	Situado em base de vertente, a 800m a leste da margem direita do córrego do Bugre e a 400m a sul do rio Doce; Localizado junto da borda de um barranco de aproximadamente 6m de altura formado por um terraço elevado, e em cuja base encontra-se a várzea atual inundável do rio; Caracterizado por cerâmica.	Horticultor-ceramista
Fazenda Paraíso		Sobrália-MG	23 K 795374 7880727	Sítio a céu aberto localizado a 550m a sul da margem direita do rio Doce e a 175m a oeste da margem esquerda do córrego Caixa Larga; Encontrado em um paleo-terraço do rio Doce, na margem do barranco da várzea atual; Cerâmica encontrada em fragmentos de pequena dimensão devido ao contínuo pisoteio do gado e ao arado	Horticultor-ceramista
Artur Ferreira		Fernandes Tourinho-MG	23 K 798181 7884168	Caracterizado por cerâmica; Implantado em base de vertente.	Horticultor-ceramista
Fazenda Paquetá		Fernandes Tourinho-MG	23 K 798957 7886010	Caracterizado por cerâmica.	Horticultor-ceramista
Fazenda São Domingos	MG02847	Governador Valadares-MG		Trata-se de um sítio a céu aberto, ao lado do Córrego do Onça, com ocorrência de material cerâmico em superfície e urnas de cerâmica enterradas.	Horticultor-ceramista
Fazenda São Manoel		Governador Valadares-MG	23 K 803141 7895564	Caracterizado por fragmentos cerâmicos; Situado em bse de vertente, em área plana, sujeita a alagamento no período chuvoso; Três morrotes baixos limitavam lateralmente o sitio, a leste, sudeste e nordeste, encaixado entre eles, um amplo pasto de braquiária cobria totalmente o sitio; Distante do rio Doce 400m a sudoeste e 1.200m a nordeste do sitio Cachoeira da Fumaça.	Horticultor-ceramista
Cachoeira da Fumaça		Governador Valadares-MG	23 K 802310 7894024	Caracterizado por lítico e concentrações de cerâmica; Situado na margem esquerda do rio Doce; Um pequeno córrego de calha profunda, hoje seco, dividia o terreno ao meio; O local onde existia a aldeia era constituído por um extenso terraço, 6m acima do nível atual das águas do rio - está submerso após a construção do empreendimento.	Horticultor-ceramista
Bananalzinho		Governador Valadares-MG	23 K 781474 7926751	Localizado na Fazenda Zé Leite, à margem direita do córrego Bananalzinho de Tronqueiras, na comunidade Bananal, distrito de Goiabal; Foram encontrados líticos lascados em profusão na profundidade média de 15 cm e até 60 cm; Possui poucos fragmentos cerâmicos.	Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Fazenda Corrente		Governador Valadares-MG	23 K 801501 7895722	Situa-se numa planície, na Fazenda Corrente; Fragmentos cerâmico, uma rodela de fuso e lítico lascado foram identificados em superfície, expostos devido a atividade agrícola do local, em área de cultivo de milho; Situado a 1700m do rio Doce; O sítio ocupa as duas margens (acostamentos) da BR 381, que se encontravam aradas.	Horticultor-ceramista
Torre de Tijolos de Governador Valadares		Governador Valadares-MG	23 K 812809 7905386	Segundo informações orais a torre tinha mais de 10 m de altura e base com 4,4 m², fazia parte de um antigo engenho de açúcar e rapadura fechado há mais de 60 anos.	Histórico
Cachoeira do Porto		Governador Valadares-MG	23 K 798619 7923713	Localizada na Fazenda Laranjal; Foram encontrados fragmentos de cerâmica	Horticultor-ceramista
Pedra dos Bugres		Governador Valadares-MG	23 K 797079 7928876	Localizado na propriedade do Sr. Conélio Raimundo Pereira	
Malaquias		Governador Valadares-MG	23 K 797372 7926443	Localizado na margem direita do rio Suaçuí	
Chico Gago		Governador Valadares-MG	23 K 798955 7925535	Localizado na margem direita do rio Suaçuí	
Vargem Grande (Varjão)		Governador Valadares-MG	23 K 722360 7873118	Localizado na Fazenda Vargem Grande	
Fazenda da Cachoeira	MG01249	Alpercata-MG	23 K 803249 7894305		Horticultor-ceramista
Do Antônio	MG01940	Tumiritinga-MG	24 K 222158 7899896		Horticultor-ceramista
Do Kennedy	MG01941	Tumiritinga-MG	24 K 222117 7899798		Horticultor-ceramista
Praia do Jão	MG01944	Tumiritinga-MG	24 K 222187 7899931		Horticultor-ceramista
Rio 19	MG01945	Tumiritinga-MG	24 K 216475 7900723		Horticultor-ceramista
João Bertuano		Tumiritinga-MG	24 K 222642 7899746	Situado em base de vertente; Caracterizado por cerâmica.	Horticultor-ceramista
Estrada Tumiritinga GV		Tumiritinga-MG	24 K 220324 7899955	Situado em base de vertente; Caracterizado por cerâmica.	Horticultor-ceramista
Barra do Cuieté	MG00237	Conselheiro Pena-MG		Cemitério indígena situado abaixo de uma construção atual. Encontrados uma urna funerária em cerâmica (fragmentada) e ossos.	Horticultor-ceramista
Bela Vista	MG00238	Conselheiro Pena-MG		Dois potes de cerâmica encontrados no meio de uma lavoura de café.	Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Boa Esperança	MG00239	Conselheiro Pena-MG		Sítio cerâmico localizado no curral.	Horticultor-ceramista
Boiadeiro	MG00240	Conselheiro Pena-MG		Afloramento de quartzito formando abrigo no alto da Serra do Boiadeiro. Pinturas nas paredes do abrigo.	Registro Rupestre
Pedra do Letreiro	MG00241	Conselheiro Pena-MG		Vertente da serra. Pinturas nas paredes internas e externas do abrigo.	Registro Rupestre
Pedra Pintada	MG00242	Conselheiro Pena-MG		Afloramento de rocha no alto da serra. Pinturas nas paredes do abrigo.	Registro Rupestre
Fazenda do Eme	MG00243	Conselheiro Pena-MG		Plateau. Cacos de material cerâmico encontrados na superfície.	Horticultor-ceramista
Boa Vista	MG00244	Conselheiro Pena-MG		Afloramento de rocha no alto da serra. Pinturas nas paredes do abrigo.	Registro Rupestre
Lapa		Conselheiro Pena-MG			
Letreito		Conselheiro Pena-MG	24 K 246493 7868211		
Onça		Conselheiro Pena-MG	24 K 250731 7869581		
Cuietê Velho		Conselheiro Pena-MG		Caracterizados por atividade minerária; Possui montes de cascalhos retirados do rio Cuietê e depositados às margens do mesmo rio, no local conhecido como Presídio.	Histórico
Resplendor 3		Conselheiro Pena-MG	24 K 257680 7870102	Possui lascas de quartzo hialino, amoladores-polidores fixos e fragmentos de líticos, faianças finas e vidros; Está localizada no sítio uma casa com fachada característica de fazendas coloniais mineiras; Situado às margens do rio Doce.	Caçador-coletor e histórico
Resplendor 4		Conselheiro Pena-MG	24 K 257680 7870102	Possui amoladores-polidores fixos situados em um bloco de granito; Situado às margens do rio Doce.	Caçador-coletor
Zico	MG01890	Resplendor-MG	24 K 279868 7878510		Horticultor-ceramista
Cravadinhos	MG01891	Resplendor-MG	24 K 265632 7860257		Horticultor-ceramista
Pedra Pintada	MG01892	Resplendor-MG	24 K 252320 7870080		Registro Rupestre
Bela Vista	MG01557	Itueta-MG	24 K 276790 7853751		Horticultor-ceramista
Canoinha	MG01571	Itueta-MG	24 K 263996 7854966		Horticultor-ceramista
Córrego do Chapéu	MG01558	Itueta-MG	24 K 283918 7854939		Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Estrela do Norte	MG01559	Itueta-MG	24 K 275197 7858003		Caçador-coletor
Flores	MG01560	Itueta-MG	24K 276790 7853751		Horticultor-ceramista
Floresta		Itueta-MG	24 K 284067 7855244	Situado em topo.	Horticultor-ceramista
Florestal I	MG01562	Itueta-MG	24 K 278975 7859807		Horticultor-ceramista
Mangueira	MG01563	Itueta-MG	24 K 282766 7855247		Horticultor-ceramista
Monte das Oliveiras I	MG01564	Itueta-MG	24 K 276790 7853751		Horticultor-ceramista
Monte das Oliveiras II	MG01565	Itueta-MG	24 K 276470 7853683		Horticultor-ceramista
Monte das Oliveiras III		Itueta-MG	24 K 275123 7853899	Situado na Fazenda Monte das Oliveiras, entre as barras dos córregos Bom Destino e Boa Sorte, às margens do rio Doce	Horticultor-ceramista
Natividade	MG01556	Itueta-MG	24 K 272238 7859740		Horticultor-ceramista
Nicole	MG01567	Itueta-MG	24 K 268662 7852788		Caçador-coletor
Santa Angélica		Itueta-MG	24 K 282354 7845007	Situado em base de vertente; Caracterizado por cerâmica.	Horticultor-ceramista
Café	MG02661	Itueta-MG		Atualmente o local existe uma plantação de café, sendo os fragmentos expostos devido ao revolvimento do solo por maquinário agrícola.	Horticultor-ceramista
Santo Cristo	MG01569	Itueta-MG	24 K 274799 7858711		caçador-coletor
Silva	MG01570	Itueta-MG	24 K 281926 7854216		Horticultor-ceramista
Vala Grande	MG02174	Itueta-MG	24 K 265632 7853751		Horticultor-ceramista
Florestal II		Itueta-MG		Apresenta um conjunto de 8 concentrações de vestígios cerâmicos e líticos, além de estruturas de pedras em cerca de 14.000 m² no topo de um vigoroso relevo tabular de cerca de 100m de altura; Há vestígios de enterramento e outras ocupações no pé da encosta, ao longo de uma estrada de terra que beira um riacho; Na parte baixa foram escavadas urnas funerárias	Horticultor-ceramista
Duas Metades	MG02655	Aimorés-MG		O Sítio arqueológico pré-histórico cerâmico Duas Metades, está situado na margem direita do Rio Manhuaçú, dentro da ADA. Trata-se do ponto de vista geomorfológico de antiga	Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
				planície aluvial do rio Manhuaçú, que se desenvolve sentido W-E.	
Binda	MG02656	Aimorés-MG		O Sítio arqueológico pré-histórico cerâmico Binda, está situado na margem direita do Rio Manhuaçú, dentro da ADA. A geomorfologia do sítio é de uma planície aluvionar com depósitos de sedimentos que caracterizam o relevo como levemente ondulado.	Horticultor-ceramista
Barranca 01	MG02657	Aimorés-MG		O Sítio arqueológico pré-histórico cerâmico Barranca 01 está situado na margem direita do Rio Manhuaçú. Trata-se de uma planície aluvionar em área de deposição de sedimentos, caracterizando o relevo como suave ondulado.	Horticultor-ceramista
Barranca 02	MG02658	Aimorés-MG		O Sítio arqueológico pré-histórico lito-cerâmico Barrancada 02, está situado na margem direita do Rio Manhuaçú. A geomorfologia do sítio é de uma planície aluvionar com depósitos de sedimentos que caracterizam o relevo como leve ondulado.	Horticultor-ceramista
Capão do Bode	MG02659	Aimorés-MG		O sítio arqueológico histórico louça-vidro Boa Vista, está situado na margem direita do rio Manhuaçú, no local existe um povoado antigo. A área do sítio está inserida em uma planície aluvionar.	Histórico
Morro do Binda	MG02660	Aimorés-MG		O topo do morro possui uma área aproximada de 200 por 200 metros sendo parte coberto por capoeira e parte por vegetação arbustiva, onde foram observados fragmentos cerâmicos possivelmente da cultura Aratu-sapucaí.	Horticultor-ceramista
Cipó	MG02671	Aimorés-MG		O sítio arqueológico pré-histórico lito-cerâmico Cipó, está situado à margem direita do Rio Manhuaçu. Trata-se do ponto de vista geomorfológico de uma planície aluvionar.	Horticultor-ceramista
Boa Vista	MG02672	Aimorés-MG			Horticultor-ceramista
Barro Branco		Aimorés-MG	24 K 285145 7844823	Situado no terraço e meio encosta de colina suave às margens do rio Doce	Horticultor-ceramista
Hermes Piepper		Aimorés-MG	24 K 291341 7842573	Situado na encosta de colina suave do rio Doce	Horticultor-ceramista
Ilha Lorena		Aimorés-MG	24 K 291341 7842087	Situado na ilha do rio Doce, próxima a "Pedra Lorena"	Horticultor-ceramista
João Reis		Aimorés-MG	24 K 282591 7844573	Situado na praia do rio Doce	Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Olicio		Aimorés-MG	24 K 279899 7851074	Situado no terraço do rio Doce	Horticultor-ceramista
Pedra do Resplendor II		Aimorés-MG	24 K 283918 7852270		Horticultor-ceramista
Vala Seca		Aimorés-MG	24 K 287557 7843548	Situado às margens do rio Doce	Horticultor-ceramista
Wilson Thiago		Aimorés-MG	24 K 282561 7845630	Situado no topo de colina suave às margens do rio Doce	Horticultor-ceramista
Lorena		Aimorés-MG	24 K 281822 7851545	Situado em topo.	
Sitio Cerâmico Barra do Mutum	ES00235	Baixo Guandu-ES	24 K 301902 7844230	Sitio cerâmico com ocorrência de fragmentos de utensilios em superficie de uma lavoura de café. Camada arqueologica identificada até 40 cm de profundidade.	Horticultor-ceramista
ES-C0-2 n° 2	ES00006	Colatina-ES			Horticultor-ceramista
ES-CO n° 1	ES00007	Colatina-ES			Horticultor-ceramista
ES-CO n° 3	ES00008	Colatina-ES			Horticultor-ceramista
ES-CO n° 4	ES00009	Colatina-ES			Horticultor-ceramista
ES-CO n° 6	ES00010	Colatina-ES			Horticultor-ceramista
ES-CO n° 7	ES00011	Colatina-ES			Horticultor-ceramista
CO-8		Colatina-ES			
São João Grande		Colatina-ES	24 K 307183 7847302	Sítio com fragmentos de vasilhames cerâmicos e blocos de barro cozido	Horticultor-ceramista
Quitungo		Colatina-ES	24 K 327937 7870210	Sítio composto por estrutura de madeira para prensar mandioca e vestígios do forno	Histórico
Mangueiras	ES00325	Marilândia-ES	24 K 354050 7842037	Sítio lito cerâmico Tupiguarani, situado próximo de nascentes e a 2,6 km sentido sul do Rio Doce. Apresenta vasta ocorrência de cerâmica pintada, corrugada e digitada em superfície, tal como bordas, fundos em associação com material lítico em menor quantidade.	Horticultor-ceramista
Alvarenga		Linhares-ES	24 K 413480 7830921	cerâmica neo-brasileira, vidro, metal e piso	Histórico
Fazenda Rio Doce	ES00149	Linhares-ES		Morro de conchas e terra preta, com outros restos de fauna	Sambaqui
Durão	ES00150	Linhares-ES		Fragmentos Cerâmicos aflorando à superficie e detectados por meio de furos com cavadeira articulada	Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Amargoso 1		Linhares-ES	24 K 401820 7866384	cerâmica em 50ha e 0,7m de prof	Horticultor-ceramista
Areial 1		Linhares-ES	24 K 413721 7834244	cerâmica e lítico	Horticultor-ceramista
Areial 2		Linhares-ES	24 K 413395 7835538	pequena quantidade de cerâmica	Horticultor-ceramista
Aviso 1		Linhares-ES	24 K 389404 7854514		
Aviso 2		Linhares-ES	24 K 388960 7854583		
Aviso 3		Linhares-ES	24 K 388690 7854026		
Graciosa	ES00342	Linhares-ES		Sítio pré-histórico cerâmico à céu aberto afiliado à Tradição Tupiguarani.	Horticultor-ceramista
Balaio		Linhares-ES	24 K 386485 7864116		
Barro Novo 1		Linhares-ES	24 K 409020 7866525	Montículo destacado na paisagem, com concentração de árvores e material arqueológico no topo.	Sambaqui
Barro Novo 2		Linhares-ES	24 K 414456 7869006	cerâmica abundante e lítico	Horticultor-ceramista
Barro Novo 3		Linhares-ES	24 K 413235 7866162	cerâmica abundante e lítico	Horticultor-ceramista
Barro Novo 4		Linhares-ES	24 K 412671 7862795	cerâmica abundante e lítico	Horticultor-ceramista
Barro Novo 5		Linhares-ES	24 K 410047 7860303	cerâmica abundante e lítico	Horticultor-ceramista
Barro Novo 6		Linhares-ES	24 K 412925 7859737	cerâmica abundante e lítico	Horticultor-ceramista
Bomba d'Água		Linhares-ES	24 K 408000 7886200	fragmentos de cerâmica em mancha preta	Horticultor-ceramista
Cacimbas 1		Linhares-ES	24 K 421317 7843232	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Cacimbas 2		Linhares-ES	24 K 421278 7843167	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Cacimbas 3		Linhares-ES	24 K 421325 7843376	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Cacimbas 4		Linhares-ES	24 K 420980 7843103	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Canto Grande 1 (Campo Grande 1)		Linhares-ES	413486 / 7880956	cerâmica, quartzo em 2ha de área e 0,5 m prof	Horticultor-ceramista
Canto Grande 11 (Campo Grande 11)		Linhares-ES	24 K 402123 7869805	Perota 2015 encontra cerâmica e conchas, bastante antropizado	
Canto Grande 12 (Campo Grande 12)		Linhares-ES	400780 / 7867356	cerâmica escassa em 800m² de área	Horticultor-ceramista
Canto Grande 2 (Campo Grande 2)		Linhares-ES	24 K 403364 7871016	cerâmica em 2,5ha de área e 0,4 m prof	Horticultor-ceramista
Canto Grande 3 (Campo Grande 3)		Linhares-ES	400826 / 7869119	cerâmica escassa em 2.100m² de área e 0,4 m prof	Horticultor-ceramista
Canto Grande 4 (Campo Grande 4)		Linhares-ES	400946 / 7869109	cerâmica escassa em 1.600m² de área e 0,4 m prof	Horticultor-ceramista
Canto Grande 5 (Campo Grande 5)		Linhares-ES	400942 / 7868507	cerâmica escassa em 1.700m² de área e 0,4 m prof	Horticultor-ceramista
Canto Grande 6 (Campo Grande 6)		Linhares-ES	400811 / 7869287	cerâmica escassa em 900m² de área	Horticultor-ceramista
Canto Grande 7 (Campo Grande 7)		Linhares-ES	401215 / 7868524	cerâmica escassa em 2,0ha de área e 0,5 m prof	Horticultor-ceramista
Canto Grande 8 (Campo Grande 8)		Linhares-ES	400758 / 7868518	cerâmica escassa em 6.000m² de área	Horticultor-ceramista
Canto Grande 9 (Campo Grande 9)		Linhares-ES	401988 / 7867651	cerâmica escassa em 3.500m² de área	Horticultor-ceramista
Córrego Alegre 01		Linhares-ES	24 K 412898 7838729		
Córrego Alegre 02		Linhares-ES	24 K 413395 7835538		
Córrego Alegre 03		Linhares-ES	24 K 413480 7830921		
Córrego Alegre 04		Linhares-ES	24 K 413534 7831226		
Córrego Alegre 05		Linhares-ES	24 K 413721 7834244		
Córrego Alegre 06		Linhares-ES	24 K 414560 7838487		
Córrego Alegre 07		Linhares-ES	24 K 415598 7838864		
Córrego Alegre 08		Linhares-ES	24 K 417032 7846730		
Córrego Alegre 09		Linhares-ES	24 K 417727 7841939		
Córrego Alegre 10		Linhares-ES	24 K 418115 7845846		
Córrego Alegre 11		Linhares-ES	24 K 418713 7849049		

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Durão (Atualização de registro)	ES00313	Linhares-ES	24 K 407098 7878823	Sítio pré-colonial cerâmico localizado nas proximidades da margem esquerda do corrego João Pedro. A área do sítio arqueológico Durão apresenta-se bastante impactada pela constante extração de área no entorno do local.	Horticultor-ceramista
Fazenda Camata		Linhares-ES	24 K 383137 7853158	sítio habitação de período histórico, fortemente impactado pelas ocupações posteriores	Histórico
Fazenda Ceará		Linhares-ES	24 K 414260 7838527		Horticultor-ceramista
Fazenda Durão 2		Linhares-ES	24 K 407098 / 7878823	sítio lítico em areal parcialmente perturbado por extração de areia	Caçador-coletor
Fazenda Goytacaz 1		Linhares-ES	24 K 385996 7852477		
Fazenda Goytacaz 2		Linhares-ES	24 K 386078 7851849		
Feijoal		Linhares-ES	24 K 352202 7841495	Lascas de quartzo em sítio pouco denso, bastante impactado	Caçador-coletor
Interlagos 1		Linhares-ES	24 K 390419 7854443		
Interlagos 2		Linhares-ES	24 K 390000 7855074		
João Mineiro		Linhares-ES	24 K 419563 7838867	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa Bonita 06 - Morro do Mutum (registro atualizado)	ES00317	Linhares-ES	24 K 412094 7882157	Sambaqui situado acerca de 500m da Lagoa Bonita. Sua elevada altura destaca o local em meio à paisagem plana atualmente ocupada por pastagem. Além disso, sobre o elevado há uma construção recente (casa) que, por sua vez, chama bastante atenção.	Sambaqui
Lagoa Bonita 1 (Também referido como Sambaqui 1 e localmente como Morro dos índios ou Morro do Mutum)		Linhares-ES	24 K 412095 7882137	Residência construída no topo, com material arqueológico em superfície	Sambaqui
Lagoa Bonita 10		Linhares-ES	24 K 414545 7875883	Três elevações em 0,5ha de área, prof entre 0,6 e 0,9 m, boa preservação, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão.	Sambaqui
Lagoa Bonita 11		Linhares-ES	24 K 415717 7873784	Elevação de 0,4 m, 2.300m², ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão em 0,8m de prof	Sambaqui
Lagoa Bonita 12		Linhares-ES	24 K 414423 7875074	Elevação de 1,8 m, 1.900m de área, boa preservação, conchas, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 13		Linhares-ES	24 K 413545 7876662	Montículo com árvores no topo, sem material em superfície. Ossos de peixes em sondagem.	Sambaqui

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Lagoa Bonita 14		Linhares-ES	24 K 415825 7876158	Montículo de fácil visibilidade na paisagem, sem material em superfície e subsuperfície	Sambaqui
Lagoa Bonita 15		Linhares-ES	24 K 413899 7876097	Elevação de 1,4 m, 4.100m², boa preservação, conchas, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 16		Linhares-ES	24 K 413338 7871454	Elevação de 1,4 m, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 17		Linhares-ES	24 K 410673 7876955	Elevação de 1,2 m, conchas, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 18		Linhares-ES	24 K 413396 7873486	Elevação de 1,7 m, conchas, ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 19		Linhares-ES	24 K 412393 7871044	Elevação de 1,6 m,0,5ha, conchas, ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 19, 20 e 23 (Registro atualizado)	ES00316	Linhares-ES	24 K 412342 7871008	sítios Lagoa Bonita 19, 20 e 22 23 situam-se numa região plana alagadiça, atualmente drenada por canais de dragagem que entrecortam a região e ocupada por pastagem. O sítio localiza-se sobre um elevado suave que se sobressai em meio à paisagem.	Horticultor-ceramista
Lagoa Bonita 2 (Sambaqui 2)		Linhares-ES	24 K 413153 7881072	Montículo raso, construções no topo, conchas em superfície	Sambaqui
Lagoa Bonita 20		Linhares-ES	24 K 412418 7871136	Elevação de 0,7 m, 800m², ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 21		Linhares-ES	24 K 400955 7866817	Elevação de 0,6 m, 300m², ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 22		Linhares-ES	24 K 412295 7871350	Elevação de 0,7 m, 1.000m², ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 23		Linhares-ES	24 K 412426 7871208	Elevação de 1,3 m, 1.900m², conchas, ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 24		Linhares-ES	24 K 411445 7870553	Elevação de 2,1 m, conchas, crustáceos, ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 24 e 25 (Registro atualizado)	ES00315	Linhares-ES	24 K 408835 7869047	sambaqui situado numa área de pastagem alagadiça e plana inserida. Localiza-se num trecho mais elevado do relevo plano que o circunda. Este sítio apresenta uma extensão relevante, apresentando uma elevação proeminente com vegetação arbustiva e dendezeiros	Sambaqui
Lagoa Bonita 25		Linhares-ES	24 K 411422 7870549	Elevação de 1,5 m,0,5ha, conchas, crustáceos, ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 26		Linhares-ES	24 K 408677 7871023	Elevação de 2,3 m, 1.700m², conchas, crustáceos, ossos de peixes, aves e mamíferos, carvão	Sambaqui

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Lagoa Bonita 7		Linhares-ES	24 K 414166 7876598	Elevação de 0,8 m, 3.300m², conchas, crustáceos, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 8		Linhares-ES	24 K 405557 7881207	Elevação de 1,3 m, 1.600m², boa preservação, conchas, crustáceos, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão	Sambaqui
Lagoa Bonita 9		Linhares-ES	24 K 414351 7876251	Montículo suave, sem material em superfície, 3.100m² e 0,90m prof	Sambaqui
Lagoa da Onça 1		Linhares-ES	24 K 420633 7842457	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa da Onça 2		Linhares-ES	24 K 420853 7841806	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa da Onça 3		Linhares-ES	24 K 420789 7842117	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa da Onça 4		Linhares-ES	24 K 420895 7842597	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa da Viúva 1		Linhares-ES	24 K 420016 7842398	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa da Viúva 2		Linhares-ES	24 K 419167 7841957	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa do Doutor		Linhares-ES	24 K 418115 7845846	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Lagoa Nova		Linhares-ES	24 K 417727 7841939	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal	Histórico

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
				material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	
Lagoa Parda		Linhares-ES	24 K 413534 7831226	cerâmica e lítico	Horticultor-ceramista
Lençol Grande		Linhares-ES	24 K 381300 7864684		
Linhares Agroindustrial 01 / LASA 1		Linhares-ES	24 K 393038 7865420		Caçador-coletor
Linhares Agroindustrial 02 / LASA 2		Linhares-ES	24 K 400971 7867234		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 03 / LASA 3		Linhares-ES	24 K 392597 7860143		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 04 / LASA 4		Linhares-ES	24 K 392546 7860087		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 05 / LASA 5		Linhares-ES	24 K 392512 7859950		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 06 / LASA 6		Linhares-ES	24 K 394507 7869316		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 07 / LASA 7		Linhares-ES	24 K 402025 7866749		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 08 / LASA 8		Linhares-ES	24 K 399728 7867269		Caçador-coletor
Linhares Agroindustrial 09 / LASA 9		Linhares-ES	24 K 399012 7867095		Caçador-coletor
Linhares Agroindustrial 10 / LASA 10		Linhares-ES	24 K 398928 7867097		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 11 / LASA 11		Linhares-ES	24 K 399804 7867303		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 12 / LASA 12		Linhares-ES	24 K 399482 7867030		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 13/ LASA 13		Linhares-ES	24 K 399012 7867072		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 14 / LASA 14		Linhares-ES	24 K 399216 7866962		
Linhares Agroindustrial 15 / LASA 15		Linhares-ES	24 K 399036 7867040		Horticultor-ceramista
Linhares Agroindustrial 16 / LASA 16		Linhares-ES	24 K 399975 7867215		Horticultor-ceramista
Minotauro		Linhares-ES	24 K 385982 7863930		

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Monsarás		Linhares-ES	24 K 407317 7841764		
Monsarás 1		Linhares-ES	24 K 414560 7838487	cerâmica abundante e urna funerária, lítico	Horticultor-ceramista
Monsarás 2		Linhares-ES	24 K 412898 7838729	cerâmica abundante e lítico	Horticultor-ceramista
Monsarás 3		Linhares-ES	24 K 412536 7838897	cerâmica abundante e lítico	Horticultor-ceramista
Mosquito 1		Linhares-ES	24 K 387455 7857411		
Mosquito 10		Linhares-ES	24 K 386664 7857659		
Mosquito 11		Linhares-ES	24 K 387511 7861379		
Mosquito 2		Linhares-ES	24 K 389493 7858003		
Mosquito 3		Linhares-ES	24 K 387894 7858049		
Mosquito 4		Linhares-ES	24 K 387713 7859144		
Mosquito 5		Linhares-ES	24 K 387827 7860090		
Mosquito 6		Linhares-ES	24 K 387208 7860258		
Mosquito 7		Linhares-ES	24 K 387477 7860606		
Mosquito 8		Linhares-ES	24 K 387707 7858737		
Mosquito 9		Linhares-ES	24 K 387598 7858409		
Outro sítio		Linhares-ES	24 K 410650 7876773		
Palhal 1		Linhares-ES	24 K 392738 7838759		Horticultor-ceramista
Palhal 2		Linhares-ES	24 K 393121 7838719		Horticultor-ceramista
Perobas	ES00078	Linhares-ES	24 K 386988 7857870	Sítio cerâmico a céu aberto localizado próximo a lagoa, em área de elevação suave, perturbado por diversas ações antrópicas. Fica próximo ao Fórum Municipal e o Centro de Zoonoses.	Horticultor-ceramista
Piabanha		Linhares-ES	24 K 415598 7838864	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico
Platô Verde	ES00324	Linhares-ES	24 K 365807 7845409	Sítio lítico, situado na me do rio Doce, em plateau de cota alti. em torno de 58 m, ao passo que a calha fluvial do baixo rio Doce está entorno de 25 metros. Veg. Rasteira, local de plantio que anualmente recebe arado, com mata atlantica preservada.	Caçador-coletor
Progresso		Linhares-ES	24 K 410310 7836698	grande quantidade de cerâmica	Horticultor-ceramista

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Rio Doce		Linhares-ES	24 K 383400 7853408		
Sítio do Henrique 01		Linhares-ES	24 K 409955 7873907		
Sítio do Henrique 02		Linhares-ES	24 K 409955 7873924		
Sítio do Henrique 03		Linhares-ES	24 K 409941 7873814		
Sítio do Henrique 04		Linhares-ES	24 K 409894 7873798		
Sitio Ponte da Suruaca	ES00206	Linhares-ES	24 K 423674 7883166	Sitio pré-historico, com presença de sambaqui (sedimento escuro com carapaças de moluscos)	Sambaqui
Sossego		Linhares-ES	24 K 393021 7854096	Sítio cerâmico, entre lagoa e o Rio Doce, em área de aproximadamente 150 X 60 metros	Horticultor-ceramista
Sossego II		Linhares-ES	24 K 391430 7856655		
Sossego III		Linhares-ES	24 K 390040 7857788	sítio cerâmico já bastante impactado, com aproximadamente 140 x 50 metros	Horticultor-ceramista
Suruaca 1		Linhares-ES	24 K 414938 7880418	cerâmica, quartzo, carvão, ocre, ossos e conchas	Acampamentos litorâneos
Suruaca 13		Linhares-ES	24 K 414938 7880418	Elevação de 1,5 m, 1.400 m² e até 1,5 m de prof, boa preservação, ossos de peixes, aves e mamíferos, com quartzo, carvão e ocre	Sambaqui
Suruaca 14		Linhares-ES	24 K 414959 7880254	cerâmica, quartzo, carvão, ocre, ossos e conchas em 1ha de área e 1,5m de prof	Acampamentos litorâneos
Suruaca 15		Linhares-ES	24 K 414942 7879548	cerâmica, quartzo, carvão, ocre, ossos e conchas em 2.500m² de área e 1 m prof	Acampamentos litorâneos
Suruaca 16		Linhares-ES	24 K 414948 7879467	cerâmica, quartzo, carvão, ocre, ossos e conchas em 0,5ha de área e 0,9 m prof	Acampamentos litorâneos
Suruaca 17		Linhares-ES	24 K 415184 7879243	cerâmica, quartzo, carvão, ocre, ossos e conchas em 2,6ha de área e 1,3 m prof	Acampamentos litorâneos
Suruaca 18		Linhares-ES	24 K 415107 7878602	cerâmica, quartzo, carvão em 1,3ha de área e 0,5 m prof	Horticultor-ceramista
Suruaca 19		Linhares-ES	24 K 415277 7876559	Montículo com concentração de árvores no topo, material arqueológico até 40 cm, principalmente ossos	Sambaqui
Suruaca 2		Linhares-ES	24 K 415361 7876632		
Suruaca 20 (registro atualizado)	ES00314	Linhares-ES	24 K 410093 7873773	Sambaqui situado a aproximadamente 500m da margem do acesso principal que leva a estação coletora de Lagoa Bonita. O local está atualmente ocupado por uma pastagem tomada por trechos alagadiços ou alagáveis e presença de arbutos.	Sambaqui
Suruaca 3		Linhares-ES	24 K 410149 7873810		
Zacarias 1		Linhares-ES	24 K 418713 7849049	restos faunísticos em montículos	Sambaqui
Zacarias 2		Linhares-ES	24 K 417032 7846730	Elevação de 1,1 m, boa preservação, ossos de peixes, aves e mamíferos, conchas na base	Sambaqui

Denominação do sítio	Número de cadastro (CNSA)	Município/Estado	Coordenadas de referência (Datum SIRGAS2000)	Descrição sucinta do bem	Categoria
Zacarias 3		Linhares-ES	24 K 421705 7849012	sítio colonial tardio, próximo a lagoas, sobre cordões arenosos. Pacote arqueológico com até 0,2 m, principal material é malacológico, mas na maioria ocorrem fragmentos de porcelanas, vidros e telhas, além de árvores frutíferas	Histórico

Anexo 3 – Bens culturais no território abordado.

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco	Mariana-MG												X
Capela de Santa'Anna	Mariana-MG	Sede, Morro de Santana											X
Casa Capitular	Mariana-MG	Sede, Rua Frei Durão											X
Estrutura da Ponte Samaritana	Mariana-MG	Sede, Rua Frei Durão											X
Casa com Rótulas	Mariana-MG	Santa Rita Durão, Rua do Rosário											X
Casa Conhecida como do Barão de Pontal	Mariana-MG	Sede, Rua Direita											X
Casa de Câmara e Cadeira	Mariana-MG	Sede, Praça Minas Gerais											X
Igreja Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção. Catedral da Sé)	Mariana-MG	Sede, Praça da Sé											X
Igreja de Nossa Senhora da Glória	Mariana-MG	Passagem de Mariana											X
Igreja de Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Sede, Rua das Mercês											X
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede, Praça Minas Gerais											X
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Mariana-MG	Sede, Morro do Rosário											X
Igreja de São Francisco de Assis	Mariana-MG	Sede, Praça Minas Gerais											X
Igreja Matriz do Bom Jesus do Monte	Mariana-MG	Furquim											X
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Mariana-MG	Camargos											X
Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Igreja Matriz de São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Passo da Paixão à Rua Glória s/n. Passo Ponte de Areia	Mariana-MG	Sede, Ladeira do Rosário											X
Passo da Paixão à Rua Teófilo Otoni n° 51. Passo Ladeira do Rosário	Mariana-MG	Sede, Ponte de Areia											X
Seminário Menor e Capela de Nossa Senhora da Boa Morte	Mariana-MG	Sede, fora do centro da cidade											X
Imagem de São Miguel Arcanjo - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Sobrado, Praça da Matriz, 01	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Sobrado, Praça da Matriz, 41	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Praça Matriz, s/n. Escola Municipal Sinhô Machado	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua Santa Rita, 21	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação Térrea, Rua Santa Rita, 38	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua Santa Rita, 71	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua Santa Rita, 91	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação Térrea, Rua Santa Rita, 344	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação Térrea, Rua do Rosário s/n	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação Térrea, Rua do Rosário, 46	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação Térrea, Rua do Rosário, 364	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua do Rosário, 204	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua do Rosário, 262	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua do Rosário, 544	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Capela São Bento	Mariana-MG	Santa Rita Durão, sub-distrito de Bento Rodrigues											X
Capela de Nossa Senhora das Mercê	Mariana-MG	Santa Rita Durão, sub-distrito de Bento Rodrigues											X
Edificação Térrea, Rua do Cruzeiro, 368	Mariana-MG	Camargos											X
Edificação Térrea, Rua do Cruzeiro, 348	Mariana-MG	Camargos											X
Edificação Térrea, Rua do Cruzeiro, 418	Mariana-MG	Camargos											X
Edificação Térrea, Rua do Cruzeiro, 448	Mariana-MG	Camargos											X
Igreja de São Sebastião	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Capela de Santa Teresa de Ávila	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Edificação Térrea, Rua São Sebastião, 110	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Edificação Térrea, Rua da Glória, 250	Mariana-MG	Bandeirantes											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação Térrea, Rua da Glória, 264	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Sobrado, Rua da Glória, 362. Museu Pedro Aleixo.	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Edificação Térrea, Rua da Calçada, 42	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Edificação Térrea, Rua da Claçada, 62	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Edificação Térrea, Rua das Vargens, 02	Mariana-MG	Bandeirantes											X
Acervo Museu Pedro Aleixo: Sinos	Mariana-MG	Bandeirantes							X				
Igreja Matriz de São Sebastião	Mariana-MG	Cláudio Manuel											X
Igreja de Nossa Senhora das Neves	Mariana-MG	Cláudio Manuel											X
Casa Paroquial	Mariana-MG	Cláudio Manuel											X
Edificação Térrea, Rua Prof. Drumont, 148	Mariana-MG	Cláudio Manuel											X
Edificação Térrea, Rua Prof. Dumont, 222/232	Mariana-MG	Cláudio Manuel											X
Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais e Notas	Mariana-MG	Cláudio Manuel				X							
Corporação Musical São Sebastião	Mariana-MG	Cláudio Manuel						X					
Igreja de São Luís	Mariana-MG	Cláudio Manuel, sub-distrito de Águas Claras											X
Capela de Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Furquim											X
Estação Ferroviária de Furquim	Mariana-MG	Furquim								X			
Cartório Civil e Notas	Mariana-MG	Furquim				X							
Capela de Santo Antônio	Mariana-MG	Furquim, sub-distrito Pedras											X
Fazenda do Gualaxo	Mariana-MG	Furquim, sub-distrito Pedras											X
Capela de Santo Antônio	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Estação Ferroviária Monsenhor Horta	Mariana-MG	Monsenhor Horta								X			
Edificação Térrea, Rua Fernando Batista Macedo, 50	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Edificação Térrea, Rua Fernando Batista Macedo, 62	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Sobrado, Praça Benigno Alfonso Correio, 60	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Edificação Térrea, Praça Benigno Alfonso Correio, 67	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Edificação Térrea, Praça Benigno Alfonso Correio, 71	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Edificação Térrea, Rua José Bruno Ramos, 50	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Edificação Térrea, Rua José Bruno Ramos, s/n	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação Térrea, Rua Maurício Vítor, 52	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Casarão, Praça Luiz Macedo, s/n	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Sobrado, Praça Luiz Macedo, 13	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Edificação térrea, Praço Luiz Macedo, 15	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Acervo da Igreja Matriz de São Caetano, Arcaz da Sacristia	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Igreja de Santo Antônio	Mariana-MG	Monsenhor Horta, sub-distrito de Paracatu de Baixo											X
Folia de Reis	Mariana-MG	Monsenhor Horta, sub-distrito de Paracatu de Baixo			X								
Artesanato em Cedro (Esculturas)	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado					X						
Artesanato em Pedra Sabão (Panelas)	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado					X						
Artesanato: Tapetes (em Pita)	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado					X						
Festa de Nossa Senhora da Conceição	Mariana-MG	Camargos			X								
Edificação Térrea, Rua Catete Ulhôa, 71	Mariana-MG												X
Sobrado, Rua das Flores, 61	Mariana-MG												X
Edificação Térrea, Rua Firmino Ulhôa, 01	Mariana-MG												X
Cachoeira do Brumado	Mariana-MG										X		
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Mariana-MG	Vargem, Padre Viegas											X
Pia Batismal da Capela de Nossa Senhora da Conceição	Mariana-MG								X				
Sino da Capela de Nossa Senhora da Conceição	Mariana-MG								X				
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG												X
Sobrado, Rua Manuel Januário Moreira, 220	Mariana-MG												X
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG				X								
Coral de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG							X					
Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus	Mariana-MG	Padre Viegas						X					
Imagem de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG								X				
Imagem de Santana	Mariana-MG								X				
Imagem de São Joaquim	Mariana-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Congado de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG							X					
Sítio Arqueológico do Morro de Santana	Mariana-MG		X										
Cachoeira do Fundão	Mariana-MG										X		
Cachoeira do Gogô	Mariana-MG										X		
Arquivo Corrente da Câmara Municipal de Mariana	Mariana-MG	sede				X							
Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (ACHS/UFOP)	Mariana-MG	sede				X							
Arquivo Histórico da Casa Setecentista (IPHAN)	Mariana-MG	sede				X							
Semana Santa	Mariana-MG				X								
Festa de São Roque	Mariana-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede			X								
Pico do Itacolomi	Mariana-MG										X		
Mina de Passagem	Mariana-MG										X		
Festa de Nossa Senhora da Glória	Mariana-MG	Passagem de Mariana			X								
Núcleo Histórico e Urbano	Mariana-MG	Camargos											X
Núcleo Histórico e Urbano	Mariana-MG	Furquim											X
Núcleo Histórico e Urbano	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Núcleo Histórico e Urbano	Mariana-MG	Padre Viegas											X
Núcleo Histórico e Urbano	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Núcleo Histórico e Urbano	Mariana-MG	Sede											X
Conjunto paisagístico e arqueológico: Morros de Santana e Santo Antônio	Mariana-MG												X
Estação Ferroviária	Mariana-MG	Sede								X			
Igreja Matriz	Mariana-MG												X
Escultura Fonte Samaritana. Museu Arquidiocesano de Arte Sacra.	Mariana-MG	Sede							X				
Órgão Arp Schnitger. Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção. Catedral da Sé.	Mariana-MG	Sede							X				
Toque dos Sinos em Minas Gerais	Mariana-MG	Sede						X					

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Capela Nossa Senhora da Glória	Mariana-MG	Barro Branco, Padre Viegas											X
Capela Nossa Senhora das Neves	Mariana-MG	Cláudio Manoel											X
Capela Santo Antônio (Barroca)	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado											X
Capela Santo Antônio	Mariana-MG	Monsenhor Horta, sub-distrito de Paracatu de Baixo											X
Capela Santo Antônio	Mariana-MG	Furquim, sub-distrito Pedras											X
Capela Santo Antônio	Mariana-MG	Sede											X
Capela São Geraldo	Mariana-MG	Sede											X
Capela São Guilherme (Mainart)	Mariana-MG	Padre Viegas											X
Coreto à Praça Gomes Freire	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Praça Gomes Freire, 92	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Praça Gomes Freire, 108	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Praça Gomes Freire, 152, Sede do Marianense Futebol Clube	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Praça Gomes Freire, 220, Pouso da Typographya	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Bom Despacho, 61	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua Cônego Amando, 161. Antigo Palácio dos Bispos	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Direita, 07. Casa Setecentista	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Direita, 35. Museu Casa de Alphonsus de Guimaraens	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Direita, 91/93	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Direita, 92/94	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Direita, 151. Sede da Sociedade Musical União XV de Novembro	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua do Seminário, s/n	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Dom Silvério, 51	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Dom Silvério, 161. Colégio Providência	Mariana-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação à Rua Dom Silvério, 233. Hotel Providência.	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Dom Viçoso, 58	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Firmino Ulhôa, 01	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado											X
Edificação à Rua Flores, 61	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado											X
Edificação à Rua Frei Durão, 32. Sede Social Guarany Futebol Clube	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Frei Durão, 22. Centro de Cultura SESI-Mariana	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Frei Durão, 84. Academia Marianense de Letras	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Frei Durão s/n. Museu Arquidiocesano de Arte Sacra. Antigo Palácio Episcopal.	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Frei Durão, 49. Museu Arquidiocesano de Arte Sacra. Antiga Casa Capitular.	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua da Glória, 185	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Edificação à Rua João Pinheiro, 20/26	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Monsenhor Horta, 13	Mariana-MG	Sede											X
Edificação à Rua Monsenhor Horta, 51	Mariana-MG	Sede											X
Rua Professor Waldemar Moura Santos, 94	Mariana-MG	Sede											X
Estação Ferroviária Ribeirão do Carmo	Mariana-MG	Bandeirantes								X			
Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Padre Viegas											X
Igreja Nossa Senhora da Conceição	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado											X
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede											X
Igreja Nossa Senhora dos Anjos	Mariana-MG	Sede											X
Igreja São Pedro dos Clérigos	Mariana-MG	Sede											X
Passo da Paixão à Rua Direita entre n° 137 a 145	Mariana-MG	Sede											X
Passo da Paixão à Rua Dom Silverio entre n° 200 a 212. Passo do Pretório	Mariana-MG	Sede											X
Ponte de Tábuas	Mariana-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Praça Cláudio Manoel	Mariana-MG	Sede											X
Praça Gomes Freire	Mariana-MG	Sede											X
Praça Minas Gerais	Mariana-MG	Sede											X
Altar Mor da Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Altar Mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Arcos. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Arco-cruzeiro. Igreja São Pedro dos Clérigos	Mariana-MG	Sede							X				
Arco-cruzeiro. Capela Nossa Senhora da Boa Morte	Mariana-MG	Sede							X				
Balaustrada. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Castiçais. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Credênciais. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Credênciais. Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos / Arquiconfraria de São Francisco dos Cordões	Mariana-MG	Sede							X				
Cristo da Ressurreição. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede							X				
Cruzeiro. Praça Matriz	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Mesa Altar-Mor. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Mesa do Altar. Capela de Santo Antônio.	Mariana-MG	Sede							X				
Nossa Senhora da Conceição. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Nossa Senhora das Mercês. Igreja Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Sede							X				
Nossa Senhora do Carmo. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Nossa Senhora do Rosário. Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Padre Viegas							X				
Nossa Senhora do Rosário. Igreja Nossa Senhora do Carmo.	Mariana-MG	Sede							X				
Nossa Senhora do Rosário. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Nosso Senhor dos Passos. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Pia Batismal. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Pintura de Cavalete: Senhor dos Passos. Catedral Basílica de Nossa Senhora da Assunção / Sé de Mariana	Mariana-MG	Sede							X				
Pintura de Forro: Capela Mor. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Pintura de Forro: Nossa Senhora da Assunção. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede							X				
Pintura de Forro: Nave. Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Pintura de Forro: Nave. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Retábulo do Santíssimo Sacramento.Catedral Basílica de Nossa Senhora da Assunção / Sé de Mariana	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulo-mor. Capela Nossa Senhora da Boa Morte	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulo-mor. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Retábulo-mor. Igreja Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulo-mor. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulo-mor. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulo-mor. Igreja São Pedro dos Clérigos	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulos colaterais. Capela Nossa Senhora da Boa Morte	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulos colaterais. Igreja Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulos colaterais. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Retábulos colaterais. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede							X				
Retábulos laterais. Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
Sagrado Coração de Jesus. Capela Santo Antônio	Mariana-MG	Sede							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sagrado Coração de Jesus. Catedral Basílica de Nossa Senhora da Assunção / Sé de Mariana	Mariana-MG	Sede							X				
Sagrado Coração de Jesus. Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos / Arquiconfraria de São Francisco dos Cordões	Mariana-MG	Sede							X				
Sant'Ana Mestra. Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Padre Viegas							X				
Santa Catarina de Alexandria. Igreja Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Sede							X				
Santa Ifigênia. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede							X				
Santa Rita de Cássia. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Santa Rosa de Lima. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Santa Tereza de Ávila. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Santo Antônio. Capela Santo Antônio	Mariana-MG	Sede							X				
Santo Elias. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
São Benedito. Igreja Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Sede							X				
São João da Cruz. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
São Joaquim. Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Padre Viegas							X				
São José. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
São Miguel Arcanjo. Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão							X				
São Pedro. Igreja São Pedro dos Clérigos	Mariana-MG	Sede							X				
São Roque. Igreja Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Sede							X				
São Sebastião. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Senhor Bom Jesus. Igreja Nossa Senhora do Carmo	Mariana-MG	Sede							X				
Senhor da Agonia. Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos / Arquiconfraria de São Francisco dos Cordões	Mariana-MG	Sede							X				
Sinos. Igreja Matriz São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta							X				
Arquivo Eclesiástico: Arquidiocese de Mariana	Mariana-MG	Sede				X							
Cartório: Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas	Mariana-MG	Santa Rita Durão				X							
Esculturas em Cedro	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Festa Nossa Senhora da Conceição	Mariana-MG	Cachoeira do Brumado			X								
Festa de São Caetano	Mariana-MG	Monsenhor Horta			X								
Festa de Nossa Senhora de Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão			X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Mariana-MG	Padre Viegas			X								
Folia de Reis	Mariana-MG	Padre Viegas, sub-distrito de Barro Branco			X								
Zé Pereira da Chácara	Mariana-MG	Sede									X		
Festa de Santa Cruz	Mariana-MG	Padre Viegas, sub-distrito de Palmital			X								
Mina Alegria	Mariana-MG	Passagem de Mariana									X		
Muros em Pedras Canga	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Muros em Pedras	Mariana-MG	Monsenhor Horta											X
Sítio Arqueológico Morro de Santo Antônio	Mariana-MG	Passagem de Mariana	X										
Cestaria	Mariana-MG	Santa Rita Durão					X						
Coral de Nossa Senhora do Nazaré	Mariana-MG	Santa Rita Durão						X					
Festa de São José Operário	Mariana-MG				X								
Coral São Bento	Mariana-MG	Santa Rita Durão						X					
Festa de Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Santa Rita Durão			X								
Residência de Dona Zizi	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Casarão dos Fonseca	Mariana-MG	Santa Rita Durão											X
Trecho da Estrada Real	Mariana-MG	(Santa Rita Durão, Bento Rodrigues e Camargos									X		
Cachoeira do Retiro do Piracicaba	Mariana-MG	Santa Rita Durão									X		
Cachoeira do Ouro Fino	Mariana-MG	Santa Rita Durão									X		
Arrimo de pedra	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Bento Rodrigues	Mariana-MG	Bento Rodrigues									X		
Casario de Bento Rodrigues	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Capela de São Bento	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Capela Nossa Senhora das Mercês	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Mina Santo Antônio	Mariana-MG	Bento Rodrigues									X		
Cata próximo ao barrado Mirandinha	Mariana-MG	Bento Rodrigues									X		
Estrutura de ponte sobre o córrego Santarém	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Curral de Pedras	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Muros de pedras da Capela de São Bento	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Escada de pedras	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Muro 4	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Residência Geraldo Marcolino	Mariana-MG	Bento Rodrigues											X
Bar e restaurante da Sandra	Mariana-MG	Bento Rodrigues									X		
Cemitério da Capela de São Bento	Mariana-MG	Bento Rodrigues									X		
Capela Nossa Senhora do Rosário	Barra Longa-MG	Sede											X
Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede											X
Hotel Xavier	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 11	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Cap. Manoel Carneiro, 154	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Cap. Manoel Carneiro, 140/130	Barra Longa-MG	Sede											X
Imagem de Nossa Senhora do Rosário. Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Capela do Senhor dos Passos	Barra Longa-MG	Sede											X
Capela Senhor Bom Jesus	Barra Longa-MG	Capela											X
Corporação Musical São José	Barra Longa-MG	Sede						X					
União Musical São José	Barra Longa-MG	Sede			X								
Banda Nossa Senhora do Carmo	Barra Longa-MG	Sede			X								
Banda Nossa Senhora do Carmo	Barra Longa-MG	Sede						X					
Residência, Rua Matias Barbosa, 413	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 384	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 380	Barra Longa-MG	Sede											X
Rua Matias Barbosa, 513, Escola Estadual Padre José Epifânio	Barra Longa-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Centro Assistencial de Saúde, Rua Getúlio Etrusco, 108	Barra Longa-MG	Sede											X
Posto de Saúde, Rua Pedro José Pimenta, 69	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 359	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 331	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 293	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 271	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 238	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 198	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 163	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 145	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 154	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 130	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 116	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 40	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 23	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 20	Barra Longa-MG	Sede											X
Prefeitura Municipal, Rua Matias Barbosa, 40	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Matias Barbosa, 07	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Praça Governador Valadares, 43	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Praça Governador Valadares, 30 e 34	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 38	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 70	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 165	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 76	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 181	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 106	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 140	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 225	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 247	Barra Longa-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 154	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 176	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 279	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 202	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 297	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Av. Capitão Manoel Caraneiro, 311	Barra Longa-MG	Sede											X
Av. Capitão Manoel Caraneiro, 359, Escola Estadual Claudinor Lopes	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua 1° de Janeiro, 206	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua 1° de Janeiro, 290	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Rua Floriano Peixoto, s/n	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Travessa Manoel Ferreira Trindade, 113	Barra Longa-MG	Sede											X
Residência, Travessa Manoel Ferreira Trindade, 73	Barra Longa-MG	Sede											X
Cemitério Municipal	Barra Longa-MG	Vila São José									X		
Ponte Quindumba	Barra Longa-MG	Sobre Rio Carmo											X
Fazenda Jurumirim	Barra Longa-MG	Sede											X
Fazenda Vista Alegre	Barra Longa-MG	Sede											X
Fazenda do Bueno	Barra Longa-MG	divisa com Rio Doce											X
Fazenda das Pedrinhas	Barra Longa-MG	divisa com Córrego dos Pilões											X
Fazenda São Luiz	Barra Longa-MG	divisa com Córrego dos Pilões											X
Fazenda da Barra	Barra Longa-MG	Sede											X
Fazenda da Onça	Barra Longa-MG	Sede											X
Capela Nossa Senhora da Conceição	Barra Longa-MG	Caqui Grande											X
Capela Nossa Senhora Bom Sucesso	Barra Longa-MG	Bom Sucesso											X
Capela Nossa Senhora das Dores	Barra Longa-MG	Cunha											X
Fazenda Apaga Fogo	Barra Longa-MG	Paiol do Cunha											X
Fazenda Córrego	Barra Longa-MG	Paiol do Cunha											X
Fazenda do Brás	Barra Longa-MG	Paiol do Cunha											X
Fazenda da Mata	Barra Longa-MG	Paiol do Cunha											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Capela de São Sebastião	Barra Longa-MG	Engenho Silveira											X
Fazenda São Gonçalo	Barra Longa-MG	São Gonçalo											X
Capela de São Sebastião	Barra Longa-MG	Felipe dos Santos											X
Fazenda Sítio Bichiguento	Barra Longa-MG	Felipe dos Santos											X
Fazenda Bom Retiro	Barra Longa-MG	Felipe dos Santos											X
Fazenda Casa Branca	Barra Longa-MG	Felipe dos Santos											X
Imagem de Nossa Senhora, Capela do Senhor dos Passos	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de Cristo. Capela do Senhor dos Passos	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de Santo Antônio. Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de Santana Mestra. Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de São Sebastião. Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de Nossa Senhora das Dores. Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de São Miguel Arcanjo. Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Altar de Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X		X		
Imagem de São Benedito. Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Fazenda Matipó (prop. Joaquim Barbosa)	Barra Longa-MG	Matipó											X
Fazenda Matipó	Barra Longa-MG	Matipó											X
Capela de São José	Barra Longa-MG	Barro Branco											X
Estação Ferroviário	Barra Longa-MG	Barro Branco								X			
Estação Ferroviária	Barra Longa-MG	Crasto								X			
Capela Nossa Senhora do Pilar	Barra Longa-MG	Barreto											X
Fazenda do Moinho	Barra Longa-MG	Barreto											X
Fazenda J. Ricardo	Barra Longa-MG	Barreto											X
Fazenda Vista Alegre	Barra Longa-MG	Barreto											X
Capela de Santo Antônio	Barra Longa-MG	Pouso Alto											X
Fazenda Mateus Coelho	Barra Longa-MG	Pouso Alto											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Capela de Santa Efigênia	Barra Longa-MG	Rocinha											X
Fazenda das Corvinas	Barra Longa-MG	Rocinha											X
Conjunto Arquitetônico da Fazenda das Corvinas	Barra Longa-MG	Rocinha											X
Capela de Santa Efigênia	Barra Longa-MG	Engenho Fernandes											X
Fazenda Patrimônio Daniel	Barra Longa-MG	Engenho Fernandes											X
Fazenda Santo Antônio	Barra Longa-MG	Engenho Fernandes											X
Capela Nossa Senhora da Conceição	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda Nossa Senhora da Conceição	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda Esperança	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda da Gesteira	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda Bela Vista	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda Monte Alegre	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda do Ocidente	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda Almecega	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda da Mescia	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Fazenda do Gongo	Barra Longa-MG	Gesteira											X
Capela Santa Clara	Barra Longa-MG	Bonito											X
Fazenda de Nestor Rosa Pereira	Barra Longa-MG	Bonito											X
Fazenda Sítio Bonito	Barra Longa-MG	Bonito											X
Fazenda Pinheiro	Barra Longa-MG	Bonito											X
Fazenda Quebra Cadeira	Barra Longa-MG	Bonito / Pimenta											X
Fazenda do Quilombo	Barra Longa-MG	Bonito / Pimenta											X
Capela São Sebastião	Barra Longa-MG	Pimenta											X
Fazenda Rola	Barra Longa-MG	Pimenta											X
Fazenda dos Carneiros	Barra Longa-MG	Pimenta											X
Fazenda Nono Rola	Barra Longa-MG	Pimenta											X
Capela de São Geraldo	Barra Longa-MG	Água Fria											X
Fazenda Engenho de Cima	Barra Longa-MG	Água Fria											X
Fazenda Água Fria	Barra Longa-MG	Água Fria											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fazenda do Engenho	Barra Longa-MG	Água Fria											X
Fazenda do Barroso	Barra Longa-MG	Água Fria											X
Fazenda Bico de Pato	Barra Longa-MG	Bico de Pato											X
Capela Senhor do Bonfim	Barra Longa-MG	Bonfim											X
Fazenda Mato Dentro	Barra Longa-MG	Bonfim											X
Fazenda do Bonfim (prop. Chico Gonçalves)	Barra Longa-MG	Bonfim											X
Fazenda Manjonge	Barra Longa-MG	Bonfim											X
Capela do Sagrado Coração de Jesus	Barra Longa-MG	Covanca											X
Fazenda do Rancho	Barra Longa-MG	Covanca											X
Capela de São José	Barra Longa-MG	Taboões											X
Fazenda Taboões (prop. Gilberto Araújo Cotta)	Barra Longa-MG	Taboões											X
Fazenda Pedro Alvares Cabral	Barra Longa-MG	Taboões											X
Fazenda Taboões (Fazenda Laranjal - prop. Hevélcio Andrade Cotta)	Barra Longa-MG	Taboões											X
Fazenda Matipó	Barra Longa-MG	Taboões											X
Capela de Santa Efigênia do Dobla	Barra Longa-MG	Dobla											X
Fazenda das Almeidas	Barra Longa-MG	Dobla											X
Fazenda Fundão	Barra Longa-MG	Dobla											X
Fazenda São João do Dobla	Barra Longa-MG	Dobla											X
Forro da Capela Mor, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Forro do Camarim, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Retábulos colaterais, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Arco do Cruzeiro, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Tarja, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Púlpito (par), Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Arcada/tribuna, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Capela do Santíssimo, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de São José das Botas, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de Cristo Crucificado, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagem de Roca, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem do Senhor Morto, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Imagem de São Vicente de Paula, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Pintura de Cavalete, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Cadeira, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Arcaz, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Mocho (par), Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Harmônio, Igreja Matriz de São José	Barra Longa-MG	Sede							X				
Arquivo da Prefeitura Municipal (Rua Matias Barbosa, 40)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Centro de Memória Cônego Raimundo Trindade (Rua Matias Barbosa, 40, 2° andar)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Biblioteca Pública Municipal (Rua Matias Barbosa, 40)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Biblioteca da Escola Estadual Padre josé Epifânio Gonçalves ((Rua Matias Barbosa, 513)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Biblioteca da Escola Estadual Cluadinor Lopes (Av. Capitão Manoel Carneiro, 359)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Cartório de Registro Civil (Av. Capitão Manoel Carneiro, 279)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Centro de Memória Dr. Armando Pereira de Souza (Av. Capitão Manoel Carneiro, 38)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Arquivo da Câmara (Rua Getúlio Etrusco, 50)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Arquivo da Casa Paroquial / Arquivo Eclesiástico (Rua Pedro José Pimenta, 23)	Barra Longa-MG	Sede				X							
Artesanato do Bordado - "Associação Barra-Longuense de Bordadeiras e Artesãos"	Barra Longa-MG	Sede					X						
Carnaval	Barra Longa-MG	Sede			X								
Biscoito Gazeta - Maria Aparecida Costa Ferreira	Barra Longa-MG	Sede					X						

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Ostensório - Capela São Sebastião	Barra Longa-MG	Felipe dos Santos							X				
Arquivo do Cartório do 1° Ofício de Ponte Nova	Barra Longa-MG	Felipe dos Santos				X							
Festa do Divino	Barra Longa-MG	Felipe dos Santos			X								
Capela do Cunha	Barra Longa-MG	Cunha											X
Fazenda Cachoeira do Bonfm	Barra Longa-MG	Bonfim											X
Imagem de Nossa Senhora das Dores	Barra Longa-MG	Cunha							X				
Tela da Fuga para o Egito	Barra Longa-MG	Cunha							X				
Folia de Reis	Barra Longa-MG				X								
Congado	Barra Longa-MG							X					
Festa do Sagrado Coração de Jesus	Barra Longa-MG				X								
Gruta do São Gonçalo	Barra Longa-MG	São Gonçalo									X		
Cachoeira do Bonfim	Barra Longa-MG	Bonfim									X		
Casa Paroquial (Av. Pedro José Pimenta, 23)	Barra Longa-MG	Sede											X
Imagem de São Vicente - Policlínica	Barra Longa-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora do Rosário - Capela Nossa Senhora do Rosário	Barra Longa-MG	Sede							X				
Cemitério das proximidades da Fazenda Nossa Senhora da Conceição	Barra Longa-MG	Gesteira									X		
Caboclo D'Água	Barra Longa-MG						X						
Caminho de São José	Barra Longa-MG										X		
Calçamento de paralelepípedos históricos	Barra Longa-MG										X		
Corredor de Ipês	Rio Doce-MG										X		
Praia dos Quero-quero	Rio Doce-MG										X		
Corredeira do Fogo	Rio Doce-MG										X		
Bosque das palmáceas	Rio Doce-MG										X		
Conjunto paisagístico do encontro do Rio Piranga e Ribeirão do Carmo	Rio Doce-MG										X		
Ilha Domingo Perdido	Rio Doce-MG										X		
Par de Anjos Tocheiros	Rio Doce-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Estação Ferroviária	Rio Doce-MG									X			
Sede de fazenda – Seu Israel Martins (Zona Urbana, Rua Antônio Rosa, s/n)	Rio Doce-MG												X
Igreja de Santo Antônio (Zona Urbana, Rua Coronel Bessa, s/n)	Rio Doce-MG												X
Jardim da Cidade (Rua Cel. João José, s/n)	Rio Doce-MG										X		
Edifício da Estação Ferroviária Leopoldina Railway (Zona Urbana, Rua Antônio Baggio Ferraz, s/n)	Rio Doce-MG												X
Bem privado de uso residencial (Zona Urbana, Rua Cel. Luiz Torres, n. 104)	Rio Doce-MG												X
Grupo Escolar João José (Zona Urbana, Rua Antônio Rosa, s/n)	Rio Doce-MG												X
Bem privado (Zona Urbana, Rua Cel. Luiz Torres, s/n)	Rio Doce-MG												X
Bem privado - “Vila Nana” (Zona Urbana, Rua Antônio de Conceição Saraiva, s/n)	Rio Doce-MG												X
Cemitério Municipal (Zona Urbana, Rua Felício Galman, s/n)	Rio Doce-MG										X		
Rio Doce Clube (Rua Geraldo de Freitas Teixeira, s/n)	Rio Doce-MG										X		
Campo de Futebol Municipal – Estádio Caetano Cenachi (Zona Urbana, Rua Dr. Antônio Rosa, s/n)	Rio Doce-MG										X		
Centro Comunitário de Múltiplo Uso (Zona Urbana, Rua Dr. Antônio Rosa, s/n)	Rio Doce-MG										X		
Ruína do Pontilhão Leopoldina Railway (Zona Rural – acesso pela Estrada de Rio Doce para a Fazenda do Engenho, próxima ao encontro dos rios do Carmo e Piranga)	Rio Doce-MG												X
Sede da Fazenda do Engenho (Zona Rural - Fazenda do Engenho, acesso pela Estrada de Rio Doce para a Fazenda do Engenho)	Rio Doce-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Ruína da Estação do Engenho (Zona Rural – acesso pela Estrada de Rio Doce para a Fazenda do Engenho, próxima ao encontro dos rios do Carmo e Piranga)	Rio Doce-MG												X
Ruína da Olaria de José Pereira (Zona Rural)	Rio Doce-MG												X
Sede da Fazenda Floresta (Zona Rural - Fazenda Floresta – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG												X
Casa de Luz da Fazenda Floresta (Zona Rural - Fazenda Floresta – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG												X
Casa dos Colonos da Fazenda Floresta (Zona Rural - Fazenda Floresta – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG												X
Pátio de Secar Café da Fazenda Floresta (Zona Rural - Fazenda Floresta – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG												X
Gruta de Lourdes (Zona Rural – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG										X		
Santuário de Santana do Deserto (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG										X		
Sede da Fazenda das Lages (Zona Rural - Fazenda das Lages – acesso pela Estrada de Rio Doce para Lages)	Rio Doce-MG												X
Muro/base da antiga sede da Fazenda das Lages (Zona Rural - Fazenda das Lages – acesso pela Estrada de Rio Doce para Lages)	Rio Doce-MG												X
Casa de Luz da antiga sede da Fazenda das Lages (Zona Rural - Fazenda das Lages – acesso pela Estrada de Rio Doce para Lages)	Rio Doce-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Moinho da antiga sede da Fazenda das Lages (Zona Rural - Fazenda das Lages – acesso pela Estrada de Rio Doce para Lages)	Rio Doce-MG								X				
Sede da Fazendinha (Zona Rural – Fazendinha – acesso pela Estrada de Rio Doce para Lages)	Rio Doce-MG												X
Bem eclesiástico - Capela de Jorge (Zona Rural – Povoado de Jorge – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG												X
Bem eclesiástico - Capela de São José de Tapera (Zona Rural – Povoado de Tapera – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG												X
Antiga Usina do Funil – 1950 (Zona Rural – Povoado de Tapera – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG										X		
Usina Hidrelétrica de Candonga (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG										X		
Fazenda Jacaratiá (Zona Rural – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG												X
Imagens diversas pertencentes a Igreja de Santo Antônio (Zona Urbana)	Rio Doce-MG								X				
Presépio particular de Dona Guidinha (Zona Urbana, Rua Ce. José de Beca, n. 196)	Rio Doce-MG								X				
Estrutura Metálica pertencente ao Pontilhão Leopoldina Railway (Zona Rural – acesso pela Estrada de Rio Doce para Ponte Nova)	Rio Doce-MG												X
Oratório (Zona Rural - Fazenda Porto Alegre – acesso pela Estrada de Rio Doce para a Fazenda Porto Alegre)	Rio Doce-MG								X				
Desfolhador de Café (Zona Rural - Fazenda Floresta – acesso pela Estrada de Rio Doce para a Santana)	Rio Doce-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagem de Santana de Pé pertencente ao Santuário de Santana do Deserto (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – Praça Principal – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG								X				
Coroas doadas ao Santuário de Santana do Deserto (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – Praça Principal – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG								X				
Móveis diversos doados pelo Pároco da Igreja de Boa Viagem de Belo Horizonte (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – Praça Principal – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG								X				
02 Vitrais sobre a Vida de Santana (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – Praça Principal – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG								X				
Harmônico (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – Praça Principal – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG								X				
02 cadeiras do Grupo Escolar de Rio Doce (Zona Rural – Fazenda Paiol – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG								X				
Pedra de Moinho D'Água (Zona Rural – Fazenda Paiol – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG								X				
01 suporte de pilão (Zona Rural – Fazenda Paiol – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG								X				
Oratório (Zona Rural - Fazenda das Lages – acesso pela Estrada de Rio Doce para a Lages)	Rio Doce-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagens diversas (Zona Rural – Povoado de Tapera – Capela de São José – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG								X				
Sino (Zona Rural – Povoado de Tapera – Capela de São José – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG								X				
Imagem de São José (Zona Rural – Povoado de Tapera – Capela de São José – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG								X				
Imagem de São Jorge (Zona Rural – Povoado de Tapera – Povoado de Jorge – Capela de São Jorge – acesso pela Estrada de Rio Doce para Tapera)	Rio Doce-MG								X				
Cruzeiro (Zona Urbana, Bairro Alto)	Rio Doce-MG								X				
Fogão de Lenha da Fazenda das Lages (Zona Rural - Fazenda das Lages – acesso pela Estrada de Rio Doce para a Lages)	Rio Doce-MG								X				
Pintura de Ornamentação da Sala de Jantar (Zona Rural - Fazenda das Lages – acesso pela Estrada de Rio Doce para a Lages)	Rio Doce-MG												X
Mata da Fazenda de Engenho (Zona Rural - Fazenda de Engenho)	Rio Doce-MG										X		
Encontro dos Rios de Peixe e Doce (Zona Rural)	Rio Doce-MG										X		
Ilhas localizadas no encontro dos rios Piranga e do Carmo (Zona Rural - acesso pela Estrada de Rio Doce para a Fazenda do Engenho)	Rio Doce-MG										X		
Ofício de Nossa Senhora, maio (Zona Urbana – Igreja de Santo Antônio)	Rio Doce-MG						X						
Festa das Pastorinhas (Zona Urbana)	Rio Doce-MG				X								
Festa da Fogueira de Sã Joana Matias, junho (Zona Urbana, Bairro Alto)	Rio Doce-MG				X								
Festa Anual de Santo Antônio, junho (Zona Urbana)	Rio Doce-MG				X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Chácara do Judas, Sábado de Aleluia na Semana Santa (Zona Urbana, Jardim da Cidade)	Rio Doce-MG										X		
Cordões e Blocos de Carnaval, fevereiro (Zona Urbana)	Rio Doce-MG				X								
Procissão de Oração ao Cruzeiro, novembro (Zona Urbana, Bairro Alto)	Rio Doce-MG				X								
Festa Anual de Santana do Deserto, junho (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – Praça Principal – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG				X								
Causos de Juca Rodrigues, Zé Rodrigues, Sinval e Zé Efigênio (Zona Urbana e Rural)	Rio Doce-MG						X						
Parede de ornamentação interna da Igreja de Santo Antônio, hoje encoberta por outra pintura (Zona Urbana)	Rio Doce-MG												X
Partituras antigas da Banda Riodocense pertencentes ao Senhor [ilegível] (Zona Urbana)	Rio Doce-MG						X						
Congado de Santana (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto)	Rio Doce-MG						X						
Sede da Fazenda de Marimbondo, encoberta pela Barragem da Usina de Candonga (Zona Rural, acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana)	Rio Doce-MG												X
Antiga Capela de Santana do Deserto, de 1745 (Zona Rural – Povoado de Santana do Deserto – Praça Principal – acesso pela Estrada de Rio Doce para Santana do Deserto)	Rio Doce-MG												X
Jardim Helder de Aquino (Rua Cel. João José, s/n)	Rio Doce-MG										X		
Órgão – Igreja Matriz de Santo Antônio	Rio Doce-MG								X				
Imagem do Anjo Gabriel – Igreja Matriz de Santo Antônio	Rio Doce-MG								X				
Imagem do Anjo Rafael – Igreja Matriz de Santo Antônio	Rio Doce-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Lampião – Laurentina Barbosa Lopes	Rio Doce-MG								X				
Sinal – Laurentina Barbosa Lopes	Rio Doce-MG								X				
Lanterna – Laurentina Barbosa Lopes	Rio Doce-MG								X				
Penteadeira – Guiomar Natali Rodrigues	Rio Doce-MG								X				
Máquina de Costura – Guiomar Natali Rodrigues	Rio Doce-MG								X				
Torrador de Café – Guiomar Natali Rodrigues	Rio Doce-MG								X				
Cadeira de Balanço – Marai Pereira de Freitas Santos	Rio Doce-MG								X				
Trole – Prefeitura Municipal de Rio Doce	Rio Doce-MG								X				
Rádio de Válvulas – Antônio Lopes Leite	Rio Doce-MG								X				
Presépio – Margarida Gallinari Pereira (Guidinha)	Rio Doce-MG								X				
Cruzeiro (Comunidade da Igreja Matriz de Santo Antônio)	Rio Doce-MG								X				
Pintura parietal da cúpula octogonal da Igreja Matriz de Santo Antônio de Rio Doce	Rio Doce-MG												X
Pintura parietal do Altar-Mor da Igreja Matriz de Santo Antônio de Rio Doce	Rio Doce-MG												X
Pintura parietal do início do adro da Igreja Matriz de Santo Antônio de Rio Doce	Rio Doce-MG												X
Corporação Musical Santo Antônio	Rio Doce-MG						X						
Biblioteca Municipal Francisca Pinheiro Martins	Rio Doce-MG												X
Causos de Rio Doce	Rio Doce-MG						X						
Usina Paulo José Mascarenhas (Zona Rural – Comunidade do Funil)	Rio Doce-MG										X		
Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Zona Rural, entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado – alto rio Doce)	Rio Doce-MG										X		
Móveis religiosos – parlatórios, genuflexórios e mesa (Povoado de Santana do Deserto, acesso por estrada de terra a partir de Rio Doce, a 18 km da área urbana)	Rio Doce-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Santíssimo (Povoado de Santana do Deserto, acesso por estrada de terra a partir de Rio Doce, a 18 km da área urbana)	Rio Doce-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora de Fátima (Povoado de Santana do Deserto, acesso por estrada de terra a partir de Rio Doce, a 18 km da área urbana)	Rio Doce-MG								X				
Conjunto de mesa e armário (Fazenda das Lages, acesso pela Estrada de Rio Doce para a Fazenda Lages)	Rio Doce-MG								X				
Imagem do Sagrado Coração de Jesus – Capela de São José de Entre Monte (Povoado de Tapera, acesso por estrada de terra a partir de Rio Doce, a 22 km da área urbana)	Rio Doce-MG								X				
Porta (Povoado de Santana do Deserto, acesso por estrada de terra a partir de Rio Doce, a 18 km da área urbana)	Rio Doce-MG								X				
Arquivo de fotos de Santana do Deserto pertencente ao Padre Sebastião	Rio Doce-MG					X							
Causos e receitas de doces de frutas de Dona Fulô e Dona Ondina	Rio Doce-MG						X						
Fazenda Porto Alegre	Ponte Nova-MG										X		
Ruina do pontilhão da Leopoldina Railway	Ponte Nova-MG									X			
Faculdade de Ciências Humanas - Imóvel na rua Cantídio Dumond nº 92	Ponte Nova-MG												X
Fazenda Paciência	Ponte Nova-MG												X
Imagem de São Sebastião	Ponte Nova-MG								X				
Hotel Glória	Ponte Nova-MG												X
Locomotiva a Vapor	Ponte Nova-MG									X			
Residência da Família Brant Ribeiro	Ponte Nova-MG												X
Residência da Família Pinto Coelho	Ponte Nova-MG												X
Associação Comercial e Industrial de Ponte Nova	Ponte Nova-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência Mª Inácia de Almeida e irmãos	Ponte Nova-MG												X
Cartório Bem Feito	Ponte Nova-MG												X
Escola Municipal Dr. José Mariano	Ponte Nova-MG												X
Secretaria Municipal de Cultura	Ponte Nova-MG												X
Fazenda do Vau Açú	Ponte Nova-MG												X
Técnica de fabricação de goiabada cascão	Ponte Nova-MG						X						
Imagem de São Sebastião - Igreja Matriz de São Sebastião	Ponte Nova-MG								X				
Residência Família Pinto Coelho, Av Caetano Marinho, 235, 239, 245	Ponte Nova-MG												X
Residência Família Bant, Rua Cantídio Drumond, 11	Ponte Nova-MG												X
Igreja e Imagem de São José de Botas	Ponte Nova-MG	Distrito de Oratórios							X				X
FAVAP - Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga	Ponte Nova-MG												X
Cemitério dos Escravos, Fazenda do Urtiga	Ponte Nova-MG										X		
Pontilhão Ferroviário	Ponte Nova-MG												X
Residência, Av Arthur Bernardes, 224	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Av. Dr. José Mariano, 172, 174, 178, 182	Ponte Nova-MG												X
Residência, Av. Dr. José Mariano, 22	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Av. Dr. José Mariano, 268	Ponte Nova-MG												X
Residência, Av. Dr. José Mariano, 62, 70, 76	Ponte Nova-MG												X
Colégio Dom Helvécio, Av. Francisco Vieira Martins, 480	Ponte Nova-MG												X
Grupo Escolar José Mariano, Praça Cid Martins, 26	Ponte Nova-MG												X
Capela Nossa Senhora do Rosário	Ponte Nova-MG												X
Cruzeiro da Torre, Capela Nossa Senhora do Rosário	Ponte Nova-MG								X				
Imagem Nossa Senhora com o Menino Jesus - Capela Nossa Senhora do Rosário	Ponte Nova-MG								X				
Residência, Praça Getúlio Vargas, 43	Ponte Nova-MG												X
Ministério do Trabalho, Praça Getúlio Vargas, 73, 63, 38	Ponte Nova-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja Matriz de São Sebastião	Ponte Nova-MG	Sede											X
Retábulo mor - Igreja Matriz de São Sebastião	Ponte Nova-MG	Sede							X				
Imagem da Igreja Matriz de São Sebastião	Ponte Nova-MG	Sede							X				
Cálice - Igreja Matriz de São Sebastião	Ponte Nova-MG	Sede							X				
Biblioteca Pública de Ponte Nova	Ponte Nova-MG												X
Cemitério de Escravos, Rodovia MG 239 km (42° 55' S; 20° 20' N)	Ponte Nova-MG										X		
Altar do Cemitério dos Escravos	Ponte Nova-MG												X
Muro do Cemitério dos Escravos	Ponte Nova-MG												X
Banco Mercantil do Brasil	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Benedito Valadares, 226/230	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Rua Benedito Valadares, 244/ 252	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Benedito Valadares, 250	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Benedito Valadares, 261 / 273	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Rua Benedito Valadares, 284	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Benedito Valadares, 286	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Rua Benedito Valadares, 295 / 297	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Caetano Marinho, 02 / 10	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Caetano Marinho, 101 / 105	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Caetano Marinho, 185 / 187	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Rua Caetano Marinho, 235 / 239 / 245	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Caetano Marinho, 261	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Caetano Marinho, 91 - Secretaria de Cultura	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Cantídio Drumond, 105	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Cantídio Drumond, 106	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Cantídio Drumond, 129	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Cantídio Drumond, 137 / 139	Ponte Nova-MG												X
Casa Barroso, Rua Custório Silva, 1520	Ponte Nova-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Comércio, Rua Custório Silva, 38 / 46 / 50	Ponte Nova-MG												X
Câmara Municipal	Ponte Nova-MG												X
Hospital Nossa Senhora das Dores	Ponte Nova-MG												X
Capela de Nossa Senhora das Dores	Ponte Nova-MG												X
Retábulo mor - Capela Nossa Senhora das Dores	Ponte Nova-MG												X
Imagem Nossa Senhora das Dores - Capela Nossa Senhora das Dores	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua João Pinheiro, 56 / 57	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua João Pinheiro, 97	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Rua João Pinheiro, s/n	Ponte Nova-MG												X
Edifício Abandonado, Rua Major Soares, 133	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Major Soares, 50	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Major Soares, 71 / 75	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Major Soares, 89	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Marcos Giardini, 130	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Marcos Giardini, 33	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Marcos Giardini, 41	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Marechal Deodoro, 79	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Olegário Maciel, 01 / 03 / 05 / 09	Ponte Nova-MG												X
Nossa Senhora Auxiliadora, Rua Otávio Soares, 243	Ponte Nova-MG								X				
Residência, Presidente Antônio Carlos, 150 / 162	Ponte Nova-MG												X
Residência, Presidente Antônio Carlos, 239	Ponte Nova-MG												X
Residência, Presidente Antônio Carlos, 257	Ponte Nova-MG												X
Escola Estadual Senador Antônio Martins	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 341	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 353	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 361	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 421	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 425	Ponte Nova-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência, Rua Santa Terezinha, 427	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 435	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 451	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 459	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 469	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 485	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santa Terezinha, 491	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Santo Antônio, 54 / 70 / 80	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Senador Antônio Martins, 02 / 04/ 16	Ponte Nova-MG												X
Residência, Senador Antônio Martins, 107	Ponte Nova-MG												X
Comércio, Rua Senador Miguel Lana, 04	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Senador Miguel Lana, 14	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Senador Miguel Lana, 30	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Vigário Miguel, 43	Ponte Nova-MG												X
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal											X
Igreja Nossa Senhora do Carmo	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal / Chopotó											X
Residência - Antiga Estação de Chopotó	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal / Chopotó											X
Residência - Villa Tatana	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal / Chopotó											X
Comércio "A Brasileira"	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal / Chopotó											X
Residência - antiga casa da Usina do Pontal	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal											X
Residência - Antiga Estação de Pontal	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal											X
Fazenda Quebra Canoa	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal											X
Edificação - Fazenda Vargem Grande	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal											X
Bens móveis - Fazenda Vargem Grande	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal							X				
Fazenda Santa Cruz	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal											X
Sino - Igreja Nossa Senhora do Carmo	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal / Chopotó							X				
Imagem Nossa Senhora do Carmo - Igreja Nossa Senhora do Carmo	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal / Chopotó							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Conjunto de Móveis de dormitório - Fazenda Vargem Grande	Ponte Nova-MG	Distrito Pontal							X				
Festa de Nossa Senhora do Carmo	Ponte Nova-MG	Chopotó			X								
Fonte dos Tucanos	Ponte Nova-MG	Rosário do Pontal									X		
Corredeira do Ribeirão Oratórios	Ponte Nova-MG	Rosário do Pontal									X		
Conjunto Bebedouro Natural e Gameleira	Ponte Nova-MG	Rosário do Pontal									X		
Ilha da Garça	Ponte Nova-MG	Rosário do Pontal									X		
Vale do Capotó	Ponte Nova-MG	Chopotó									X		
Residência, Rua São Geraldo, 344 / 346	Ponte Nova-MG												X
Conjunto Arquetônico - Rua Santa Terezinha - Vila Alvarenga	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Doutor Arthur	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Bernardes, 288 / 292	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Av. Caetano Marinho, 108 / 112 / 120 / 126	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Av. Caetano Marinho, 131 / 137	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Av. Caetano Marinho, 230 / 234	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Av. Caetano Marinho, 233	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Av. Caetano Marinho, 265 / 269	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Praça Getúlio Vargas, 104	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Benedito Valadares, 28 / 34 / 38	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Benedito Valadares, 205 / 217	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Cantídio Drumond, 37 / 41	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Cantídio Drumond, 75	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Cantídio Drumond, 78 /92	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Major Soares, 18	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Major Soares, 26	Ponte Nova-MG												X
Edificação, Rua Major Soares, 89	Ponte Nova-MG												X
Igreja do Rosário	Ponte Nova-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência Maria Conceição Barroso Vasconcelos, Praça Getúlio Vargas, 56	Ponte Nova-MG												X
Prédio, Rua Caetano Marinho, 238	Ponte Nova-MG												X
Pontenovense Futebol Clube, Rua Caetano Marinho, 278	Ponte Nova-MG												X
Residência Maria Inácia de Almeida e irmãos, Rua Caetano Marinho, 294	Ponte Nova-MG												X
Escritório de Contabilidade e residência: Aníbal Lopes Júnior, Rua Cantídio Drumond, 47 / 61	Ponte Nova-MG												X
Praça Getúlio Vargas, Centro	Ponte Nova-MG												X
Asilo Municipal de Ponte Nova, Av. Antônio Brant Ribeiro, 78	Ponte Nova-MG												X
Residência Marco Antõnio Napoles Costa, Rua Cantídio Drumond, 105	Ponte Nova-MG												X
Associação Com Ind Ponte Nova, Praça Getúlio Vargas, 19	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Assad Zaidan, 71	Ponte Nova-MG												X
Residência, Av. Custódio Silva, 1438	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua José Vieira Martins, 159	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Dr. José Mariano, 491	Ponte Nova-MG												X
Residência (Edifício Azteca), Av. Francisco Vieira Martins, 722	Ponte Nova-MG												X
Residência, Av. Custódio Silva, 50	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Senador Antônio Martins, 59	Ponte Nova-MG												X
Residência, Rua Senador Antônio Martins, 35	Ponte Nova-MG												X
Praia das Pedras	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Capela Santo Antônio	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Cruzeiro de Santa Cruz	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Sino da Escola Estadual Dr. Otávio Soares	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado (Rua Capitão Luiz Sette, n. 127, Centro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Igreja Matriz de Santa Cruz do Escalvado (Praça Cônego José Luciano, n. 213, Centro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Escola Estadual Dr. Otávio Soares (Rua Dr. Otávio Soares, n. 162)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Antiga Câmara Municipal (Santa Terezinha, s/n, Centro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Casarão da Sra. Amélia dos Santos (Rua Sagrado Coração, n. 15, Centro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Casarão da Sra. Maria Carolina Murta (Rua Capitão Luiz Sette, n. 05, Centro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Casarão do Sr. José Luciano da Silva (Rua Amaro Ribeiro Gomes, n. 09, Centro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Casarão do Sr. Jerônimo Alves (Praça Cônego José Luciano, n. 80, Centro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Igreja de Santo Antônio (Rua Santo Antônio, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Fazenda do Escalvado (Zona Rural)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Fazenda Córrego Facão de Cima (Zona Rural)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Fazenda São Tomé (Zona Rural)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Fazenda São José (Zona Rural)	Santa Cruz do Escalvado-MG	São José da Vargem Alegre											X
Fazenda São Paulo (Zona Rural)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Casarão dos Fadel (Rua Fadel, n. 26)	Santa Cruz do Escalvado-MG	Zito Soares											X
Fazenda Quilombo (subindo a Rua das Mercês, está a aproximadamente a 6 km de carro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Fazenda Esperança (seguindo a Rua Aniceto de Barros, fica a 9 km de carro)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Cemitério Paroquial (Rua das Mercês)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Casa Paroquial (Praça Capitão Luiz Sette, n. 31)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Capela de Nossa Senhora das Mercês (Rua das Mercês)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sede da Fazenda dos Cameiro	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Antigos Galpões da Usina Hidrelétrica de Candonga	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Quadra Poliesportiva Manoel Moreira de Oliveira	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Posto de Saúde João Lizardo de Paula	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de João Lima da Silva (Rua José Xavier, s/n, Povoado de São José da Vargem Alegre)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Depósito da Fazenda da Vargem (dos Moreira)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Praça Sagrado Coração de Jesus	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Igreja do Sagrado Coração de Jesus	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Usina Hidrelétrica de Candonga	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Cemitério do Soberbo	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Telha de Barro da Fazenda Esperança	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Máquina de Costura da Fazenda Esperança	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Rádio da Fazenda Charnecão	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Tacho de Rapadura da Fazenda Esperança	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Forno de Tijolos da Fazenda Charnecão	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Desnatadeira da Fazenda Charnecão	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Guarda Comida/Armário para Mantimentos (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Banco de Madeira (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Guarda-Corpo (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Fogão à Lenha (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Forro em Madeira (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Escada de Madeira (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Tanque (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Máquina de Moer Cana (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Moinho (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Tacho de Rapadura (Fazenda do Córrego do Facão de Cima)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Cristaleira (Sede da Fazenda Esperança)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Cama (Sede da Fazenda Esperança)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Tachos (Sede da Fazenda Charnecão)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Banco de Madeira (Sede da Fazenda Charnecão)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Cama (Sede da Fazenda Charnecão)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Baú de mantimentos (Sede da Fazenda Charnecão)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Fogão à lenha (Sede da Fazenda Esperança)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Abertura entre paredes no interior da edificação (Sede da Fazenda Esperança)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Guarda-corpo de madeira (Sede da Fazenda Esperança)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Portão de madeira (Sede da Fazenda Charnecão)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Pintura parietal (Sede da Fazenda Charnecão)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Alambique artesanal da propriedade de Célio Casemiro Untaler	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Bomba de irrigação da propriedade de Célio Casemiro Untaler	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Engenho / moenda da propriedade de Célio Casemiro Untaler	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Caldeira a vapor da propriedade de Célio Casemiro Untaler	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Carro de boi da propriedade de José Geraldo Valadão	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Engenho de rapadura da propriedade de José Geraldo Valadão	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Tacho de cobre da propriedade de José Geraldo Valadão	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Estrada Viçoso - Santa Cruz	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Engenho da Fazenda Esperança - Fazenda Esperança (Localizado ao encontro entre o córrego Esperança e o rio Doce)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Engenho da Fazenda da Serra - Fazenda da Serra (Localizado à sudoeste do distrito de Zito Soares, próximo ao córrego da Onça)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Engenho da Fazenda Charnecão - Fazenda Charnecão (Localizado à nordeste do distrito Sede, próximo ao córrego do Charnecão)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Antiga Escola Evaristo Félix (Estrada para antigo Sebastião do Soberbo)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Oratório de Pedra Santa	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Paiol de Neném de Paula (Rua Idalina Maria do Carmo, s/n, Povoado de São José da Vargem Alegre)	Santa Cruz do Escalvado-MG								X				
Escola Municipal de Padre Simões (Rua José Sales, s/n, Povoado de Sagrado Coração de Jesus - Merengo)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo (Localizada na estrada para a Comunidade Rural Falcão, s/n – Localizada à sudeste do distrito Sede, próxima à margem do Ribeirão do Escalvado)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Escola Municipal Amaro Ribeiro Gomes	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Escola Municipal Antônio Leôncio Carneiro (Rua Luiz dos Santos Bicalho, 211)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Estádio da Associação Esportiva Santacruzense e Ginásio Poliesportivo José Emídio de Souza (Rua Amaro Ribeiro Gomes, n. 80)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Praça das Mercês (Bairro Nossa Senhora das Mercês)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Calçamento das ruas do centro do distrito Sede (Rua Santa Terezinha, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Coreto Praça Cônego José Luciano - Praça Cônego José Luciano	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Praça Cônego José Luciano	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Policlínica José Guerra Pinto (Capitão Luiz Sette, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Terminal Rodoviário Messias Dias Ferraz (Rua Dr. Otávio Soares, n. 229)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Clube Catalino Novaes(Rua Capitão Luiz Sette, n. 76)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Mirante de Nova Soberbo (Rua C, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Escola Municipal José Gomes de Souza (Rua Minas Gerais, n. 44)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Centro Comercial de Nova Soberbo (Rua B, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Posto de Saúde da Comunidade de Nova Soberbo (Rua B, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Casarão Amâncio Gomes Fadel (Rua José Alves Vieira, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de Antônio Miguel de Freitas (Rua Luiz dos Santos Biucalho, n. 246)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência Dona Maria José Fadel (Rua Fadel, n. 120)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência e Comércio de Francisco Gomes Fadel (Rua Fadel, n. 156)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Associação dos Pequenos Produtores de Leite (Rua Luiz dos Santos Biucalho, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de Antônio Cocota (Rua Padre Antônio Pinto, n. 68)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de Maria Moreira (Rua Santo Antônio, n. 212)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de Dona Mariquinha (Rua Santo Antônio, n. 187)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de Jair Sette Carvalho (Rua Santo Antônio, n. 108)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência de Ronaldo Soares Ferraz (Rua Capitão Sette, n. 107)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de Antônio Benedito (Rua 3 de Maio, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência de Ana Teresinha de Lana (Rua Capitão Sette, n. 56)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Residência da Senhora Neide Vieira Fadel (Rua C, n. 45)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Praça da Matriz (Rua C, s/n)	Santa Cruz do Escalvado-MG										X		
Casarão de Francisco Melo da Silva (Rua Sagrados Corações, n. 02)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Casarão de Dona Trindade Ferraz Dias (Rua 3 de Maio, n. 53)	Santa Cruz do Escalvado-MG												X
Acervo de Livros de Registro Civil do cartório	Sem Peixe-MG								X				
Conjunto Paisagístico da Igreja Matriz e praça S. Sebastião	Sem Peixe-MG										X		
Capela S. Vicente de Paula	Sem Peixe-MG												X
Congada	Sem Peixe-MG							X					
Igreja de São Bartolomeu	Sem Peixe-MG												X
Alto do Sítio Sapucaia	Sem Peixe-MG										X		
Cavalgada	Sem Peixe-MG				X								
Festa de São Sebastião	Sem Peixe-MG				X								
Corporação musical Nossa Senhora das Graças	Sem Peixe-MG							X					
Igreja de São Vicente	Sem Peixe-MG												X
Ponte sobre o Rio Sem Peixe	Sem Peixe-MG												X
Corporação Musical Nossa Senhora das Graças	Sem Peixe-MG												X
Sede da Prefeitura Municipal	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua José Antônio Nascimento, 54	Sem Peixe-MG												X
Futura Sede da Prefeitura Municipal	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua José Antônio Nascimento, s/n	Sem Peixe-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residêncial, Rua José Antônio Nascimento, 100	Sem Peixe-MG												X
Edificação residencial, Rua José Ribeiro Ferreira, s/n	Sem Peixe-MG												X
Edificação residencial, Rua José Ribeiro Ferreira, s/n	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua Horácio de Bastos, s/n	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua Horácio de Bastos, 353	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua Horácio de Bastos, 273	Sem Peixe-MG												X
Edificação residencial, Rua Rodolfo Starling, 233	Sem Peixe-MG												X
Escola Estadual São Sebastião	Sem Peixe-MG												X
Edificação residencial, Rua Rodolfo Starling, 145	Sem Peixe-MG												X
Edificação residencial, Rua Rodolfo Starling, 53	Sem Peixe-MG												X
Edificação residencial, Rua Rodolfo Starling, 56	Sem Peixe-MG												X
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sem Peixe	Sem Peixe-MG												X
Unidade Odontológica Municipal	Sem Peixe-MG												X
Edificação residnecial e padaria, Rua José Alvim, s/n	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua José Vicente de Souza, 65	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua José Vicente de Souza, 89	Sem Peixe-MG												X
Centro de Referência de Assitência Social	Sem Peixe-MG												X
Estádio Mirandão	Sem Peixe-MG												X
Caixa D'Água de Sem Peixe	Sem Peixe-MG												X
Lavandeiria Comunitária	Sem Peixe-MG												X
Igreja Matriz de São Sebastião	Sem Peixe-MG												X
Praça São Sebastião	Sem Peixe-MG												X
Cemitério de Sem Peixe	Sem Peixe-MG										X		
Sede da Fazenda Boa Esperança (Francisco Nascimento)	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Esgenho da Fazenda Boa Esperança	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Sede da Fazenda Portal das Águas	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Ponte sobre Córrego Boa Esperança	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Escola Agrícola de Sem Peixe	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Capela do Córrego Escuro	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Caixa D'Água de Sem Peixe	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Sede da Fazenda de Antônio Querubino Pereira	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Sede da Fazenda dos Teixeira	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro											X
Ponte do Tubulão	Sem Peixe-MG	Comunidade Sítio											X
Capela de Samanbáia	Sem Peixe-MG	Comunidade Sítio											X
Ponte do Córrego São Paulo	Sem Peixe-MG	Povoado São Paulo											X
Igreja de São Paulo	Sem Peixe-MG	Povoado São Paulo											X
Igreja de São Bartolomeu	Sem Peixe-MG	Povoado São Bartolomeu											X
Escola Rural de São Bartolomeu	Sem Peixe-MG	Povoado São Bartolomeu											X
Edificação residencial, Rua Jair Nunes Coelho, s/n	Sem Peixe-MG	Povoado São Bartolomeu											X
Ponte sobre Córrego São Bartolomeu	Sem Peixe-MG	Povoado São Bartolomeu											X
Lavandeiria Comunitária Dona Quintiliana	Sem Peixe-MG	Povoado São Bartolomeu											X
Posto de Saúde	Sem Peixe-MG	Povoado São Bartolomeu											X
Usina de Beneficiamento de Arroz	Sem Peixe-MG	Povoado São Bartolomeu											X
Sede da Fazenda de Antônio Geraldo Souza	Sem Peixe-MG	Comunidade Caboclo											X
Sede da Fazenda de João Bosco de Oliveira	Sem Peixe-MG	Comunidade São Vitorino											X
Alanbique de cachaça Fazenda de João Bosco de Oliveira	Sem Peixe-MG	Comunidade São Vitorino											X
Sede da fazenda de Tão Gaspar	Sem Peixe-MG	Comunidade Bela Fama											X
Sede da Fazenda Canasartes	Sem Peixe-MG	Comunidade Bela Fama											X
Usina Hidroelétrica Desativada - Fazenda de Sebastião Nascimento	Sem Peixe-MG	Comunidade Bela Fama											X
Sede da fazenda de Joaquim Teixeira	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego das Almas											X
Igreja do Córrego das Almas	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego das Almas											X
Sede da Fazenda de Sebastião Nascimento Sobrino	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego das Almas											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sede da fazenda de "D. Naná"	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego das Almas											X
Ponto sobre Rio Sem Peixe	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego das Almas											X
Sede da fazenda Bertão (Morcati)	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego das Almas											X
Engenho - fazenda de Joaquim Teixeira	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego das Almas											X
Sede da fazenda de Paulo Cassemiro Roque	Sem Peixe-MG	Comunidade Cascata											X
Sede da fazenda de Raimundo Jaime Nicolau	Sem Peixe-MG	Comunidade Cascata											X
Ponte sobre Córrego Cascata	Sem Peixe-MG	Comunidade Cascata											X
Igreja de Arataca	Sem Peixe-MG	Comunidade Arataca											X
Sede da fazenda de Fábio José Nardi	Sem Peixe-MG	Comunidade Arataca											X
Sede da fazenda de Geraldo Lelis	Sem Peixe-MG	Comunidade Arataca											X
Sede da fazenda das Amoras	Sem Peixe-MG	Comunidade Arataca											X
Sede da fazenda de Geraldo Teixeira	Sem Peixe-MG	Comunidade Arataca											X
Sede da fazenda de Elizário Marques	Sem Peixe-MG	Comunidade Arataca											X
Engenho de Cana de Açucar - fazenda das Amoras	Sem Peixe-MG	Comunidade Arataca											X
Igreja de Barbosa	Sem Peixe-MG	comunidade Barbosa											X
Igreja de Califórnia	Sem Peixe-MG	comunidade Califórnia											X
Acervo de Imagens da Igreja Matriz de São Sebastião	Sem Peixe-MG								X				
Cruzeiro da Capela da Samambaia	Sem Peixe-MG	Comunidade Sítio							X				
Moinho D'Água	Sem Peixe-MG	Comunidade Caboclo							X				
Cruzeiro de São Vitorino	Sem Peixe-MG	Comunidade São Vitorino							X				
Balança de Carga - Fazenda Catarina de Souza	Sem Peixe-MG	comunidade Califórnia							X				
Arquivo do Cartório de Registro Civil	Sem Peixe-MG					X							
Rio Sem Peixe	Sem Peixe-MG										X		
Cachoeira do Sítio	Sem Peixe-MG	Comunidade Sítio									X		
Cachoeira do Rio Sem Peixe	Sem Peixe-MG	Comunidade Barbosa									X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Confecção de Bordados pelas Bordadeiras	Sem Peixe-MG						X						
Festa do Padrieiro de São Sebastião	Sem Peixe-MG				X								
Cavalgada	Sem Peixe-MG				X								
Festa de Emamcipação do Município	Sem Peixe-MG				X								
Congado, Festa Nossa Senhora do Rosário	Sem Peixe-MG							X					
Banda de Música - Corporação Nossa Senhora das Graças	Sem Peixe-MG							X					
Cruz enfeitada nas fachadas	Sem Peixe-MG								X				
Espaço de Comemorações, Rua São Vicente de Souza, s/n	Sem Peixe-MG										X		
Pedras com aspecto de "paisagem lunar"	Sem Peixe-MG										X		
José Gomes do Couto	Sem Peixe-MG											X	
Maestro Sr. Jiló	Sem Peixe-MG											X	
Edificação Residencial, Rua José Vicente de Souza, 77	Sem Peixe-MG												X
Edificação Residencial, Rua José Vicente de Souza, 80	Sem Peixe-MG												X
Edificação residencial, Rua José Alvim, 09	Sem Peixe-MG												X
Almoxarifado - Antigo Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sem Peixe-MG												X
Almoxarifado - Antigo Centro de Saúde	Sem Peixe-MG												X
ETA - Estação de Tratamento de Água	Sem Peixe-MG												X
Residência, Rua Francisco Repolês Gomes, 166	Sem Peixe-MG												X
Edificação residêncial, Rua Horácio José Bastos, 159	Sem Peixe-MG												X
Residência, Rua Rodolfo Starling, 63	Sem Peixe-MG												X
Residência, Rua José Vicente de Souza, 90	Sem Peixe-MG												X
Capela do Ceitério Municipal	Sem Peixe-MG												X
residência, Praça São Sebastião, 82	Sem Peixe-MG												X
Anigo Quartel, Residência, Rua José Alvim, 80	Sem Peixe-MG												X
Antigo Comércio de Pedro Miranda, Praça São Sebastião, 352	Sem Peixe-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Apostolado da Oração	Sem Peixe-MG								X				
Sousafone, Praça São Sebastião	Sem Peixe-MG								X				
Imagem de Jesus Cristo, Praça São Sebastião	Sem Peixe-MG								X				
Imagem de São Geraldo, Praça São Sebastião	Sem Peixe-MG								X				
Acervo de Fotos da Sede da Fazenda Boa Esperança	Sem Peixe-MG					X							
Missal Romano da Capela São Vicente de Paula	Sem Peixe-MG					X							
Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Ruão	Sem Peixe-MG	Comunidade Córrego Escuro									X		
Gameleira	Sem Peixe-MG	Comunidades Sítio e Caboclo									X		
Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Sìtio	Sem Peixe-MG	Comunidade Sítio									X		
Acervo da Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Antiga Estação Ferroviária	Rio Casca-MG									X			
Conjunto Paisagístico da praça Dr. João Camilo Mayrinck	Rio Casca-MG										X		
Estação Ferroviária	Rio Casca-MG									X			
Igreja Matriz Imaculada Conceição	Rio Casca-MG												X
Casarão e Farmácia Pinto Coelho, Rua Sebastião Gomes da Silva s/n	Rio Casca-MG												X
Casarão Cupertino, Av. Senador Cupertino, 184	Rio Casca-MG												X
Casa Banda Santa Cecília, Rua Camilo Mayrink	Rio Casca-MG												X
Casarão Alternativa, Praça Furriel Ângelo, 75	Rio Casca-MG												X
Clube União dos Operários, Rua Imaculada Conceição, s/n	Rio Casca-MG												X
Escola Imaculada Conceição, Praça Furriel Ângelo, 47	Rio Casca-MG												X
Cruzeiro Praça Nossa Senhora da Conceição	Rio Casca-MG								X				
Fazenda da Vargem, Av. Dr. João Pinheiro, s/n	Rio Casca-MG												X
Residência Francisco Marques Martins de Miranda Chaves, Rua Dr. Juquita, 114	Rio Casca-MG												X
Ridência Lília Cota Miranda Chaves, Rua Dr. Juquita, 58	Rio Casca-MG												X
Residência Espólio de Gabriel João de Oliveira, Av. Senador Cupertino, 115	Rio Casca-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência e Comércio Espólio de Marino Cota Martins Teixeira, Av. Senador Cupertino, 108	Rio Casca-MG												X
Residência Eduardo Marcondes Machado, Av. Senador Cupertino, 96	Rio Casca-MG												X
Residência Maria Elias Matos, Praça Furriel Ângelo, n° 9a	Rio Casca-MG												X
Escola Municipal Senador Cupertino, Rua Getúlio Vargas, 173	Rio Casca-MG												X
Escola British House, Rua Dr. João Pinheiro, 35	Rio Casca-MG												X
Residência e Armazém Marurílio Geraldo Rocha, Av. Dr. João Pineiro, 139	Rio Casca-MG												X
Residência e Comércio Maria Helena de Oliveira Soares, Rua Dr. João Pinheiro, 199	Rio Casca-MG												X
Residência e Comércio leomar Lopes Santa, Rua Dr. João Pinheiro, 149	Rio Casca-MG												X
Residência e Compercio César Moreira Couto, Rua. Dr. João Pinheiro, 163	Rio Casca-MG												X
Residência Maria do Carmo Carvalho, Rua Cônego Scot, 259	Rio Casca-MG												X
Escola Municipal Itagiba Martins Chaves, Rua São Pedro, s/n	Rio Casca-MG												X
Escola Municipal Monsenhor João Facundo, Rua José Piuzani, 358	Rio Casca-MG												X
Estação de Tratamento de Águá da COPASA, Rua Coronel José Vieira, s/n	Rio Casca-MG												X
Ponte entre as ruas Conceição e João Pinheiro	Rio Casca-MG												X
Almofariz - Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Afinador de Rolha - Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Conjunto Geral, 02 peças, Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Conjunto de Funis, Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Conjunto de Jarras Medidoras, Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Conjunto 17 potes de Porcelana com Tampa, Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Conjunto 03 Garras, Cotejador e Copo, Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Conjunto de Vidros para armazenar tintura, Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Conjunto 04 garrafas azuis, Acervo Farmácia Pinto Coelho	Rio Casca-MG								X				
Praça Furiel Ângelo, Centro	Rio Casca-MG										X		
Praça Eyer Nogueria	Rio Casca-MG										X		
Praça Raimundo Corrêa	Rio Casca-MG										X		
Mapa do Município de Rio Casca de 1920, Av. Senador Cupertino, 66	Rio Casca-MG					X							
Acervo Fotográfico da Prefeitura Municipal, Av. Senador Cupertino, 66	Rio Casca-MG					X							
Acervo de Livros de leis, Portarias e Decretos - Prefeitura Municipal	Rio Casca-MG					X							
Acervo Jornais " O Rio Casca ARCA", Rua da Conceição, 14	Rio Casca-MG					X							
Acervo revistas ARCA, Rua da Conceição, 14	Rio Casca-MG					X							
Acervo livros, ARCA, Rua da Conceição, 14	Rio Casca-MG					X							
Acervo fotograficas digitais SEMEC, Rua Coronel José Vieira, 535	Rio Casca-MG					X							
Altar - Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG								X				
Geladeira - Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG								X				
Sofá - Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG								X				
Telefone a manivela - Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Relógio de pêndulo circular - Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG								X				
Relógio de pêndulo retangular - Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG								X				
Balança - Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG								X				
Conjunto de balanças - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Machadinhas - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Cofre - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Relógio de Pêndulo - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Busto Sr. João Carlos Belo Lisboa - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Maquina Registradora - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Maquina Registradora - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Conjunto de chaves antigas - Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG								X				
Moinho de milho	Rio Casca-MG	Região da Ponte Quimada							X				
Turbinas	Rio Casca-MG	Região da Ponte Quimada							X				
Roda D'água - Fazenda Jucutinga	Rio Casca-MG								X				
Muro de Pedra	Rio Casca-MG												X
Mão francesa	Rio Casca-MG								X				
Bomba D'Água - Sítio São Bento	Rio Casca-MG								X				
Filtro D'Água - Sítio São Bento	Rio Casca-MG								X				
Moedores de Carne - Sítio São Bento	Rio Casca-MG								X				
Torrador de Café - Sítio São Bento	Rio Casca-MG								X				
Moedor de Café	Rio Casca-MG								X				
Gamela - Sítio São Bento	Rio Casca-MG								X				
Pedra de Moinho	Rio Casca-MG								X				
Torta de todos os tempeiros	Rio Casca-MG						X						
Carne de charque	Rio Casca-MG						X						
Carne de Sol	Rio Casca-MG						X						
Pão com Linguiça	Rio Casca-MG						X						
Antônio Clareth Perira de Miranda	Rio Casca-MG											X	

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fernando Paula de Carvalho	Rio Casca-MG											X	
Gláucio Batista Vieira	Rio Casca-MG											X	
Maurinho Araújo	Rio Casca-MG											X	
Sebastião das Graças Breguês	Rio Casca-MG											X	
Colcha de Retalho	Rio Casca-MG						X						
Barragem Usina Ponte Queimada	Rio Casca-MG												X
Usina Hidroelétrica da Ponte Queimada 1	Rio Casca-MG												X
Usina Hidroelétrica da Ponte Queimada 2	Rio Casca-MG												X
Sede da Fazenda Cachoeira	Rio Casca-MG												X
Antiga Estação Ferroviário Lindoya	Rio Casca-MG									X			
Ruínas do Armazém da Estação Ferroviária Lindoya	Rio Casca-MG									X			
Edificação Residencial 1 - Estrada de terra, 6 km da estrada BR 262	Rio Casca-MG												X
Edificação residencial 2 - Estrada de terra, 6 km da estrada BR 262	Rio Casca-MG												X
Conjuntos Residenciais - Colônia Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG												X
Sede Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG												X
Edificações de Serviço Fazenda Lindoya	Rio Casca-MG												X
Sede da Fazenda Berlim	Rio Casca-MG												X
Ponte Queimada	Rio Casca-MG												X
Sítio São Bento	Rio Casca-MG												X
Pesque e Pague Rossi	Rio Casca-MG												X
Sede da Fazenda Jacutinga	Rio Casca-MG												X
Sede 1 da Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG												X
Sede da Fazenda Bom Futuro	Rio Casca-MG												X
Sede da Fazenda Córrego do Ouro	Rio Casca-MG												X
Rio Casca	Rio Casca-MG										X		
Cachoeira Mendes	Rio Casca-MG										X		
Lagoa Grande	Rio Casca-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Rio Casca, via Ouro Preto	Rio Casca-MG										X		
Cachoeira da Ponte Queimada	Rio Casca-MG										X		
Praça Imaculada Conceição	Rio Casca-MG	Centro									X		
Edificação Residencial - Rua Dr. Antoninho, 148	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação de uso miso, Rua Dr. Juquita Miranda, 12	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Dr. Juquita Miranda, 96	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Dr. Juquita Miranda, 162	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua cônego Scott, 233	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial (antigo Quartel) , Rua Gualba Miranda Chaves, 72	Rio Casca-MG	Centro											X
Vila Mariana, Av. Senador Cupertino, 120	Rio Casca-MG	Centro											X
Prefeitura Municipal, Praça José Ribeiro da Costa, 66	Rio Casca-MG	Centro											X
Automóvel Clube de Rio Casca, Praça José Ribeiro da Costa, 03	Rio Casca-MG	Centro											X
Praça José Ribeiro da Costa	Rio Casca-MG	Centro									X		
Edificação residencial, Rua Imaculada Conceição, 186	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Imaculada Conceição, 200	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação de uso misto, Rua Cônego Scott 138	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação comercial, Rua Imaculada Conceição, 209	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua cônego Scott, 32	Rio Casca-MG	Centro											X
Antigo Fórum, Praça Furriel Ângelo	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Camilo Mayrink, 72	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação comercial, Rua Imaculada Conceição, s/n	Rio Casca-MG	Centro											X
Traçado original do núcleo de ocupação	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua cônego Scott, 112	Rio Casca-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua cônego Scott, 45	Rio Casca-MG	Centro											X
Pontilhão da Estrada de Ferro - BR 262/ Km 118	Rio Casca-MG												X
Igreja N. Sra. do Rosário	São Domingos do Prata-MG												X
Hospital Nossa Senhora das Dores	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sobrado dos Mendes, Rua Getúlio Vargas, 284	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Sobrado dos Braga, Rua Getúlio Vargas, 265	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Bar, Rua Getúlio Vargas, 265	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência e Comércio Mil Ideias, Rua Getúlio Vargas, 23	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Edificação Comercial, Rua Antônio Antão Braga, 161	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência, Rua Joaquim Augusto Gomes de Lima, 90	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência, Rua Joaquim Augusto Gomes de Lima, 557	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência, Rua Cristiano Morais, 269	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência, Rua Cristiano Morais, 275	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência, Rua Cristiano Morais, 207	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Fazenda do Beco	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência, Av. São Domingos, 567	São Domingos do Prata-MG	Sede											X
Fazenda Catuny	São Domingos do Prata-MG	Sede											X
Residência, Rua Gabriel Passos, 248	São Domingos do Prata-MG												X
Residência, Rua Leandro Domingues Gomes, 110	São Domingos do Prata-MG												X
Hotel Semião, Travessa do Bentinho, 21	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência, Rua Cristiano Morais, 55	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Residência, Rua Astolfo Perdigão, 128	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Prefeitura Municipal, Rua Getúlio Vargas, 224	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Escritório - Posto Agropecuário - primeira casa	São Domingos do Prata-MG												X
Residência do Diretor - Posto Agropecuário, 80	São Domingos do Prata-MG												X
Residência do Técnico - Posto Agropecuário, 100	São Domingos do Prata-MG												X
Residência do Técnico - Posto Agropecuário, 130	São Domingos do Prata-MG												X
Galpão - Posto Agropecuário, s/n	São Domingos do Prata-MG												X
Parque de Exposição Paulo Rolia Perdigão	São Domingos do Prata-MG												X
Gruta da escadaria da Igreja do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Escadaria do Cemitério do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Calçamento de pedra	São Domingos do Prata-MG												X
Residência, Rua Colônia, s/n, Bairro Cerâmica	São Domingos do Prata-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Ruínas da Usina Hidroelétrica	São Domingos do Prata-MG	Sede											X
Capela de São José	São Domingos do Prata-MG	Comunidade Esperança											X
Fazenda Thomas Pinto	São Domingos do Prata-MG	Comunidade Esperança											X
Fazenda da Fábrica	São Domingos do Prata-MG	Comunidade Esperança											X
Fazenda do Julião	São Domingos do Prata-MG	Comunidade Esperança											X
Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Pintos											X
Fazenda Sr. Antônio Geraldo Vieira Guimarães	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Pintos											X
Muro de Pedras	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Pintos											X
Asilo São Judas Tadeu	São Domingos do Prata-MG	Sede											X
Praça do Cruzeiro	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Pintos											X
Corte da Estrada de Ferro	São Domingos do Prata-MG	Sede								X			
Fazenda Estrela	São Domingos do Prata-MG	Sede											X
Escola Municipal Euclides Martins Drumond	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Pintos											X
Capela de São José	São Domingos do Prata-MG												X
Capela Nossa Senhora do Livramento	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gândara											X
Fazenda dos Nunes	São Domingos do Prata-MG	Povoado do Selva											X
Fazenda Selvas	São Domingos do Prata-MG	Povoado do Selva											X
Igreja Nossa Senhora da Piedade	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Piedade											X
Grupo Escolar Municipal Lúcio Monteiro de Oliveira	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Piedade											X
Fazenda Sr. Nonô Pontes	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Piedade											X
Fazenda Sra. Terezinha Martins Fraga	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Piedade											X
Fazenda do Recreio	São Domingos do Prata-MG	Zona rural do Recreio											X
Fazenda da Piedade	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Piedade											X
Quilombo da Charneca	São Domingos do Prata-MG	Sede											X
Capela do Cemitério	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Portado do Cemitério	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Conjunto de duas casa	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Residência	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Residência	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sobrado	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Conjunto de duas casa	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Residência	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Imagem de São Domingos de Gusmão - Paróquia São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem de Nossa Senhora - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem de São José - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem de Nosso Senhor Morto - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem de Nossas Senhora das Dores - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem do Senhor dos Passos - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem de São Sebastião - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem de São João Batista - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Imagem de Nossa Senhora da Piedade - Igreja Nossa Senhora da Piedade	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Piedade							X				
Imagem de São Sebastião - Igreja Nossa Senhora da Piedade	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Piedade							X				
Imagem de Nossa Senhora Menina - Capela Nossa Senhora do Livramento	São Domingos do Prata-MG	Povoado da Gândara							X				
Vitrais - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Quadro da Via Sacra - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Quadro do Batismo - Igreja São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Réplicas dos quadros de Athaíde - Casa de Cultura	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Altar-mor - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagem de Santa Isabel altar-mor - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Imagem de Nossa Senhora do Rosário altar-mor - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Altar Colateral da Epístula - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Imagem de Santa Isabel altar colateral da Epístola - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Altar Colateral do Evangelho - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Imagem de São Sebastião altar colateral do evangelho - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Sino - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Porta Bíblia - Igreja Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Arquivo da Biblioteca Pública Municipal	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede				X							
Arquivos de Fotos da Prefeitura Municipal	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede				X							
Arquivo da Paróquia de São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede				X							
Coleção de Livros "Sermões" do Padre Antônio Vieira	São Domingos do Prata-MG					X							
Acervo da Casa de Cultura	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede				X							
Arquivo do Cartório de Registro Civil	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede				X							
Cartório de Registro Civil	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu				X							
Festa de São Domingos	São Domingos do Prata-MG				X								
Congado de Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG							X					
Bloco do Sujo	São Domingos do Prata-MG							X					
Carnaval	São Domingos do Prata-MG				X								
Grupo de Teatro Mãos Unidas	São Domingos do Prata-MG							X					
Grupo de Flauta da Fundação Monique Leclerq	São Domingos do Prata-MG							X					
Corporação Musical Santa Cecília	São Domingos do Prata-MG							X					
Festa de Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG				X								
Biolô	São Domingos do Prata-MG				X								
Cavalgada da Cidade	São Domingos do Prata-MG				X								
Semana Santa Festiva	São Domingos do Prata-MG				X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Festa de Corpus Christie	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de Nosssa Senhora da Piedade	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Livramento	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de São José	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	São Domingos do Prata-MG				X								
Receitas de Biscoitos	São Domingos do Prata-MG						X						
Receitas de Pães	São Domingos do Prata-MG						X						
Receitas de Salgado	São Domingos do Prata-MG						X						
Receita de Broa de Milho	São Domingos do Prata-MG						X						
Receitas de Derivados de Cana	São Domingos do Prata-MG						X						
Receitas de Derivados de Mel	São Domingos do Prata-MG						X						
Receitas de Farinha	São Domingos do Prata-MG						X						
Receita de Angu Doce	São Domingos do Prata-MG						X						
Receita de Fubá Suado	São Domingos do Prata-MG						X						
As Pastorinhas	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de Santa Isabel	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG				X								
Reserva Ambiental Elci Rolla Genna	São Domingos do Prata-MG	Sede									X		
Cachoeira do Cutucum	São Domingos do Prata-MG	Sede									X		
Bosque do Centenário	São Domingos do Prata-MG	Sede									X		
Cachoeira da Charneca	São Domingos do Prata-MG	Sede									X		
Pedra da Baleia	São Domingos do Prata-MG	Sede									X		
Igreja de Santana do Alfié	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Calçamento de pedra	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Sobrado, Praça José Cupertino, s/n	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência e Bar, Rua Antônio Martins de Assis, 77	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Igreja de Santo Antônio	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X
Residência, Rua Capitão Antônio Soares de Azevedo, 108	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência, Praça Manoel Gomes Martins, 99	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X
Fazenda Mata-Mata	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X
Fazenda João Antônio	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X
Fazenda do Paiva	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X
Residência de Espólio de Etelvina Arthuso, Praça Pe. Raimundo, 36	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X
Residência Herdeiros de Antônio M. Vieira, Rua Joviano de Paula, 19	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda											X
Capela de Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência da Sra. Eestela Pimental, Rua Regina Pimentel, 09	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Bar da Sra. Eestela Pimental, Rua Regina Pimentel, 05	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência da Sra. Maria Márcia Pimentel, Rua Antônio Martins de Assis,41	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência do Sr. Raimundo Batista Vasconcelos	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência do Sr. Deodoce Vasconcelos, Rua Joaquim Gomes, 69	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência Sr. Gessy Martins Fraga, Rua Cristiano Morais, 73	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência Herdeiros Pedro de Alcântara Vasconcelos, Rua Monsenhor Lelis, 71	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência, Sr. Benedito Coura Vasconcelos, Rua Monsenhor Lelis, 69	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Centro Comunitário e Posto de Saúde, Rua Antônio Martins de Assis, 169	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência Sr. José Domingues Fraga, Rua Antônio Martins de Assis, 135	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Residência Sra Iza Gomes Vasconcelos, Rua Antônio Martins de Assis, 150	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fazenda do Engenho	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Fazenda do Retiro	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Fazenda de Caux	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié											X
Fazenda das Palmeiras	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gomes											X
Fazenda Sr. Marinho Gomes	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gomes											X
Fazenda dos Caldeira	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gomes											X
Igreja de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG	Povoado Barro Preto											X
Fazenda Palmares	São Domingos do Prata-MG	Povoado Barro Preto											X
Igreja São Sebastião	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Centro Comunitário	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Sobrado Sra. Aria Geralda Costa, Rua Principal, 293	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Residência Sr. José Raimundo de Oliveira, Rua Principal, 253	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Residência, Sra. Argentina de Jesus Souza, Rua Principal, 363	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Residência Sra. Amélia Rita de Jesus, Rua Principal, 239	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Residência Sr. Sebastião Orlando, Rua Principal, 800	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Fazenda do Sr. Moacir das Graças	São Domingos do Prata-MG	Povoado Vieiras											X
Igreja Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Povoado Bateeiros											X
Igreja Nossa Senhora da Saúde	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gomes											X
Escola Muncipal Joaquim Soares Caldeira	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gomes											X
Igreja Nossa Senhora Aparecida	São Domingos do Prata-MG	Povoado Amoras											X
Cruzeiro	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Imagem de Santana do Alfie (sentada) - Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Altares Lateriasi -Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Livro de Tombo - Casa Paroquial	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Imagem de Nossa Senhora da Soledade - Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagem de São Joaquim - Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Conjunto de Sinos - Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Campa de Padre Alípio - Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Confessionário - Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Altar Mor - Igreja de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié							X				
Imagem de Santo Antônio - Igreja de Santo Antônio	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda							X				
Imagem do Senhor Bom Jesus - Igreja de Santo Antônio	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda							X				
Crucifixo de Madeira - Igreja de Santo Antônio	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda							X				
Altar mor - Igreja de Santo Antônio	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda							X				
Gruta Nossa Senhora Aparecida	São Domingos do Prata-MG	Povoado de Vieiras									X		
Arquivo do Cartório de Paz e Notas, Rua do Rosário, 315	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié				X							
Festa da Cruz do Jambreiro	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié			X								
Festa de Santo Antônio	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda			X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié			X								
Semana Santa ao vivo	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de Santana	São Domingos do Prata-MG				X								
Cavalgada de Santana do Alfie	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié			X								
Festa de Nossa Senhora da Saúde	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gomes			X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Gomes			X								
Malhação do Judas	São Domingos do Prata-MG				X								
Banda de Música São José	São Domingos do Prata-MG							X					
Festa de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG	Povoado do Barro Preto			X								
Festa de Nossa Senhora Aparecida	São Domingos do Prata-MG	Povoado dos Vieiras			X								
Festa de Nossa Senhora Aparecida e do Nosso Senhor Bom Jesus	São Domingos do Prata-MG	Povoado Amoras			X								
Corporação Musical Aníbal Soares de Oliveira	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda						X					
Cacheira de Vargem Linda	São Domingos do Prata-MG	Vargem Linda									X		
Cacheira do Prequeté	São Domingos do Prata-MG	Santana do Alfié									X		
Igreja Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagem de São Domingos de Gusmão - Igreja Matriz de São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede							X				
Igreja Matriz de São Domingos de Gusmão	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Escola Estadual Cônego João Pio	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Escola Estadual Coronel Francisco	São Domingos do Prata-MG	Centro/Sede											X
Igreja São Sebastião, Rua São José Genes de Araújo, s/n	São Domingos do Prata-MG												X
Fazenda Vista Alegre	São Domingos do Prata-MG	Distrito Cônego João Pio											X
Escola Estadual Coronel José Gomes de Araújo	São Domingos do Prata-MG												X
Residência/comércio, Rua Direita, s/n	São Domingos do Prata-MG												X
Igreja de Nossa Senhora da Purificação	São Domingos do Prata-MG	Ilheus do Prata											X
Posto de Saúde Francisco Camilo Peixoto	São Domingos do Prata-MG	Ilheus do Prata											X
Residência da Tutinha	São Domingos do Prata-MG	Distrito Cônego João Pio											X
Residência de Maria Feliciana de Morais	São Domingos do Prata-MG	Distrito Cônego João Pio											X
Casarão de Pastel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Igreja de Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Cruzeiro de Juiraçu	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu							X				
Residência de Pedro Pi, Rua Joaquim Pereira Vieira da Mota	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Residência de Nana de Crioulo, Rua Joaquim Pereira Vieira da Mota	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Residência de Zé Távico, Rua Joaquim Pereira Vieira da Mota	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Antiga Farmácia de Pedro Padeiro, Rua Joaquim Pereira Vieira da Mota	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Residência de Dona Ana, Rua Joaquim Pereira Vieira da Mota	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu											X
Altar mor da Igreja de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG								X				
Sacrário - Igreja de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagem de São Sebastião (1950) - Igreja de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora da Imaculada Concição - Igreja de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG								X				
Memorial do Padre Toninho	São Domingos do Prata-MG					X							
Cartório de Registro Civil Paulo Bastos	São Domingos do Prata-MG	Ilheus do Prata				X							
Festa de São Sebastião	São Domingos do Prata-MG				X								
Festa de Nossa Senhora da Purificação	São Domingos do Prata-MG				X								
Cavalgada de Ilhéus	São Domingos do Prata-MG	Ilheus do Prata			X								
Cavalgada Cônego Pio	São Domingos do Prata-MG	Distrito Cônego João Pio			X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu			X								
Cavalgada Santa Izabel	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu			X								
Receita da Cachaça Floriana	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu					X						
Receita da Rapadura	São Domingos do Prata-MG	Juiraçu					X						
Fazenda Barra Alegre	São José do Goiabal-MG												X
Fazenda Pedro Simão	São José do Goiabal-MG												X
Castiçais, Fazenda Barra Alegre	São José do Goiabal-MG								X				
Asperge, Fazenda Barra Alegre	São José do Goiabal-MG								X				
Rádio à valvula, Fazenda Barra Alegre	São José do Goiabal-MG								X				
Caldeirinha, Fazenda Barra Alegre	São José do Goiabal-MG								X				
Maquina de costura, Fazenda Barra Alegre	São José do Goiabal-MG								X				
Igreja Matriz de São José	São José do Goiabal-MG												X
Casa Alto da China, Rua Dr. Mateus Ribeiro	São José do Goiabal-MG												X
Penteadeira da Casa Alto da China	São José do Goiabal-MG								X				
Prateleira da Casa Alto da China	São José do Goiabal-MG								X				
Cavalgada	São José do Goiabal-MG							X					
Festa do Rosário	São José do Goiabal-MG				X								
Capela dos Escravos	São José do Goiabal-MG												X
Casarão do Alto da China	São José do Goiabal-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Devoção ao Padre Ermelindo	São José do Goiabal-MG							X					
Âmbula, Igreja Matriz de São José	São José do Goiabal-MG								X				
Cruz, Igreja Matriz de São José	São José do Goiabal-MG								X				
Grupo de Congago Chico Caraçina	São José do Goiabal-MG							X					
União Musical Goiabalense	São José do Goiabal-MG							X					
Casa do Sr. Juarez	São José do Goiabal-MG												X
Fazendinha do Major Severino (CRAS)	São José do Goiabal-MG												X
Prefeitura Municipal	São José do Goiabal-MG												X
Praça Cônego Pio	São José do Goiabal-MG												X
Relógio da Matriz	São José do Goiabal-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora de Fátima	São José do Goiabal-MG								X				
Imagem do Bom Jesus	São José do Goiabal-MG								X				
Imagem do Senhor Crucificado	São José do Goiabal-MG								X				
Imagem do Senhor dos Passos	São José do Goiabal-MG								X				
Cruzeiro	São José do Goiabal-MG								X				
Antiga Estação Ferroviária	São Pedro dos Ferros-MG									X			
Igreja Matriz de São Pedro	São Pedro dos Ferros-MG												X
Igreja Sagrado Coração de Jesus	São Pedro dos Ferros-MG												X
Imagem de São Pedro dos Ferros	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Solar dos Guzella	São Pedro dos Ferros-MG												X
Farmácia Rios (Rua Abreu Rios, n. 16)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Hotel Rios (Rua Abreu Ramos, n. 34)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Residência (Rua Abreu Ramos, n. 94)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Cinema Jacarandá (Praça Senador Cupertino)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Residência (Rua Jother Peréz, n. 670)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Academia (Rua Neco Soares, n. 266)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Casa do Délio Peréz (Praça José Peres, n. 100)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Matadouro (Rua José Mucida, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG										X		
Cemitério da Cidade (Alameda dos Fundadores)	São Pedro dos Ferros-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Ponte do Cemitério (Alameda dos Fundadores)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Fazenda do Chalé	São Pedro dos Ferros-MG												X
Fazenda Recreio	São Pedro dos Ferros-MG												X
Fazenda Italiana	São Pedro dos Ferros-MG												X
Retábulo do Altar-Mor (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Altar lateral, lado epístola (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Altar lateral, lado evangelho (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Portada (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Nicho da Fachada (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Sino Imperial (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Sino Republicano (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Imagem do Senhor Morto (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Sacrário (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Pára-Vento (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Mesa do Altar (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Cadeiras (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Crucifixo (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Híssope (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Castiçais de Madeira (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Imagem de São Pedro antiga (Praça José Perez, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Imagem de São Pedro média (Praça José Perez, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Pia Batismal (Praça José Perez, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora das Dores (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Imagem do Senhor dos Passos (Praça Domicílio Guzella, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Captação de água (Reserva Volta Grande)	São Pedro dos Ferros-MG										X		
Igreja Matriz de Águas Férreas (Praça da Matriz, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG	Águas Férreas											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Praça da Matriz de Águas Férreas (Centro)	São Pedro dos Ferros-MG	Águas Férreas									X		
Residência do Sr. Nelson Martins Brandão (Praça da Matriz, n. 243)	São Pedro dos Ferros-MG	Águas Férreas											X
Sobrado de uso misto (residência e mercearia) propriedade de Célio Feliciano Pereira (Rua Bernardino Cândido, n. 159)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Escola Municipal Omar Resende Peres (Rua Bernardino Cândido, s/n)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Cemitério do distrito de Águas Férreas (Rua Urbana)	São Pedro dos Ferros-MG	Águas Férreas									X		
Praça Pedro de Alcântara (Rua Urbana)	São Pedro dos Ferros-MG	Águas Férreas									X		
Reservatório de água do distrito de Águas Férreas	São Pedro dos Ferros-MG	Águas Férreas											X
Rio Casca (Divisa dos municípios de São Pedro dos Ferros e Rio Casca)	São Pedro dos Ferros-MG										X		
Rio São Pedro (Divisa dos municípios de São Pedro dos Ferros e Raul Soares)	São Pedro dos Ferros-MG										X		
Lagoa Seca (Acesso pela estrada da mata sentido Águas Férreas)	São Pedro dos Ferros-MG										X		
Mercearia de propriedade de César Davini (Estrada de Mata – saída para Águas Férreas, próximo a Fazenda Leopoldina)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Sede da Fazenda Bom Jardim (Fazenda Bom Jardim)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Sede da Fazenda Floresta (Fazenda Floresta)	São Pedro dos Ferros-MG												X
Piano (Acervo da Fazenda Bom Jardim)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Filtro de Barro (Acervo da Fazenda Bom Jardim)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Cama de Couro (Acervo da Fazenda Bom Jardim)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Relógio pêndulo (Acervo da Fazenda Bom Jardim)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Oratório em madeira (Acervo da Fazenda Bom Jardim)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Telefone (Acervo da Fazenda Bom Jardim)	São Pedro dos Ferros-MG								X				
Festa de São Sebastião	Dionísio-MG				X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Dionísio-MG				X								
Capela Santo Antônio (Região da área central, Praça Santo Antônio)	Dionísio-MG												X
Altar da Capela de Santo Antônio (Praça Santo Antônio, s/n)	Dionísio-MG								X				
Imagens do Altar da Capela de Santo Antônio (Praça Santo Antônio, s/n)	Dionísio-MG								X				
Imagem da parede lateral da capela Santo Antônio (Região da área central, Praça Santo Antônio)	Dionísio-MG								X				
Sino da capela Santo Antônio (Região da área central, Praça Santo Antônio)	Dionísio-MG								X				
Casa João Araújo	Dionísio-MG												X
Edificação residencial - datada de 1917 (Rua José Marcos de Vasconcelos, n. 629 - Centrro)	Dionísio-MG												X
Casa residencial - datada de 1890 (Praça santo Antônio)	Dionísio-MG												X
Fazenda na área urbana pertencente a família de Pedro Lourenço de Godoy (Rua Matheus de Vasconcellos, s/n)	Dionísio-MG												X
Residência de Juquinha Soyer (Praça São Sebastião, n. 221)	Dionísio-MG												X
Fazenda Adriano Batista, situada na área urbana (Rua José Felipe de Castro, s/n)	Dionísio-MG												X
Fazenda Vista Alegre, situada na área urbana (Final da Rua dos Operários, s/n)	Dionísio-MG												X
Telha com inscrição da data de fabricação pertencente a Fazenda Vista Alegre, situada na área urbana (Final da Rua dos Operários, s/n)	Dionísio-MG								X				
Telhas antigas da Fazenda Vista Alegre, situada na área urbana (Final da Rua dos Operários, s/n)	Dionísio-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Antigo salão paroquiano datado de 1953, Padre José Índio do Brasil (Rua José Matheus de Vasconcelos, s/n, entrada da cidade)	Dionísio-MG												X
Residência datada de 1951 (Rua José Matheus Vasconcelos, n. 605, Centro)	Dionísio-MG												X
Residência da Dona Doroteia Soares, 1950 (Rua José Matheus Vasconcelos, s/n, Centro)	Dionísio-MG												X
Praça São Sebastião (Centro)	Dionísio-MG										X		
Fonte luminosa (Praça São Sebastião, Centro)	Dionísio-MG										X		
Imagem de São Sebastião padroeiro de Dionísio (Praça São Sebastião, Centro)	Dionísio-MG								X				
Busto em homenagem a Poetisa Constança Moraes "D. Dudu" (Praça São Sebastião, Centro)	Dionísio-MG										X		
Matriz de São Sebastião (Praça São Sebastião, Centro)	Dionísio-MG												X
Imagens da antiga Matriz de São Sebastião usadas apenas na Semana Santa	Dionísio-MG								X				
Imagens de São Sebastião, ainda da primeira matriz de 1893	Dionísio-MG								X				
Bacia de Batismo em pedra sabão pertencente a primeira matriz de 1893	Dionísio-MG								X				
Sinos da Matriz de São Sebastião; Datados de 1950	Dionísio-MG								X				
Residência de Pedro Coura (Rua Senador Milton Campos, n. 54, Centro)	Dionísio-MG												X
Residência de Bendito Mendes de Moraes (Rua Senador Milton Campos, s/n, Centro)	Dionísio-MG												X
Primeiro Hospital de Dionísio (Rua Senador Milton Campos, n. 170, Centro)	Dionísio-MG												X
Estação Ferroviária de Vermelho Novo	Raul Soares-MG									X			
Estação Ferroviária Capitão Martins	Raul Soares-MG									X			

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Vitrais da Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Imagem do Senhor Morto	Raul Soares-MG								X				
Banda de Música – Corporação Musical Raulsoarense	Raul Soares-MG							X					
Antiga Estação Ferroviária	Raul Soares-MG									X			
Conjunto de Vitrais - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Barboaria, Rua Edward Leão, 79	Raul Soares-MG												X
Edificação Mista, Praça Doutor Durval Grossi	Raul Soares-MG												X
Antigo Cinema, Rua Professor Wilson Damião	Raul Soares-MG												X
Coreto, Praça Doutor Durval Grossi	Raul Soares-MG												X
Edificação mista, Av Governador Valadares, 154	Raul Soares-MG												X
Edificação Residencial, Av Governador Valadares,166	Raul Soares-MG												X
Edificação mista, Av Governador Valadares, 190	Raul Soares-MG												X
Edificação Residencial, Av Governador Valadares,176	Raul Soares-MG												X
Edificação Mista, Praça Doutor Durval Grossi, 396	Raul Soares-MG												X
Sede da Fazenda Cachoeira Alta	Raul Soares-MG												X
Antiga Serraria	Raul Soares-MG												X
Antiga Usina de Açucar	Raul Soares-MG												X
Escola Estudual Benedito Valadares	Raul Soares-MG												X
Cemitério municipal de Raul Soares (desativado)	Raul Soares-MG										X		
Igreja Matriz de Raul Soares	Raul Soares-MG												X
Igreja Matriz São Francisco de Assis	Raul Soares-MG												X
Igreja Presbiteriana (1953)	Raul Soares-MG												X
Conferência São Francisco de Assis	Raul Soares-MG												X
Padaria (1938), Rua Prefeito Wilson Damião, 152	Raul Soares-MG												X
Mercearia/Residência José Furtuoso (1955), Rua Dr. Jamir Alvez Pontes, 53	Raul Soares-MG												X
Mercearia José Nogueira, Rua Dr. Jamir Alvez Pontes, 172	Raul Soares-MG												X
Fazenda Coronel José Marta Pirez	Raul Soares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência Otaviano marta Pirez, Rua Rua Prefeito Wilson Damião, 560	Raul Soares-MG												X
Residência José Domingues de Almeida, Rua Prefeiro Wilson Damião, 192	Raul Soares-MG												X
Sobrado José Macário da Cruz, Rua Prefeiro Wilson Damião,	Raul Soares-MG												X
Sobrado Antônio Batista, Rua Carlindo Brandão 06	Raul Soares-MG												X
Sobrado Francisco Cunha, Rua Jamir Alves Ponte, 277	Raul Soares-MG												X
Abrigo dos Mineradores	Raul Soares-MG	Sítio Bananal											X
Sede Fazenda Bom Sucesso	Raul Soares-MG	Córrego dos Lima											X
Sede Fazenda Vista Alegre	Raul Soares-MG	Córrego Ferradura											X
Altar mor - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Cancelo - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Cùpula - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Vitral "Se Soubéssseis o Dom de Deus" - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Vitral "Conheceram-no quando partiu o pão" - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Vitral "Deixai vir a mim as criancinhas"- Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Vitral "Sagrado coração de Jesus" - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Vitral "Assunção de Maria" - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Vitral lateral epístula - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Vital lateral evangelho - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Conjunto de 3 sinos - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Sino antigo Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Relógio - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imagem do Senhor morto - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora das Dores - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Imagem do Senhor dos Passos - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Cruz processional - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Castiçais (RS) - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Esquife (RS) - Igreja Matriz de São Sebastião	Raul Soares-MG								X				
Imagem de Santana Mestre - Capela de Santana	Raul Soares-MG								X				
Estação Ferroviária, Av Getúlio Vargas, s/n	Raul Soares-MG									X			
Estação Ferroviária, Estrada MG 329 a 18 km da Sede	Raul Soares-MG									X			
Estação Ferroviária, Estrada MG 329 a 7 km da Sede	Raul Soares-MG									X			
Pontilhão para Bom Jesus	Raul Soares-MG									X			
Pontilhão para Terza	Raul Soares-MG									X			
Edificação mista, Rua José Sinfrônio e Castro, 105	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua José Sinfrônio e Castro, 601	Raul Soares-MG	Sede											X
Capela de São Judas Tadeu	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua José Sinfrônio e Castro, 396	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua José Sinfrônio e Castro, 191	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação mista, Rua José Sinfrônio e Castro, 188	Raul Soares-MG	Sede											X
Praça de esportes Jaime Peixoto Filho	Raul Soares-MG	Sede											X
Serralheria Colônia Barbosa	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua São Lucas, 225	Raul Soares-MG	Sede											X
Asilo Nossa Senhora Aparecida	Raul Soares-MG	Sede											X
Capela Nossa Senhora Aparecida	Raul Soares-MG	Sede											X
Salão Nossa Senhora Aparecida	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Professora Elza Bacelar, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X
AABB, Rua Professora Elza Bacelar, 395	Raul Soares-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
ERA, Rua Professora Elza Bacelar, 220	Raul Soares-MG	Sede											X
Parque de Exposições, Rua Professora Elza Bacelar, 711	Raul Soares-MG	Sede											X
Sindicato dos Produtores Rurais, Rua Professora Elza Bacelar, 711	Raul Soares-MG	Sede											X
APAE, Rua Professora Elza Bacelar, S/N	Raul Soares-MG	Sede											X
E.E. Regina Pacis, Rua Professora Elza Bacelar, 410	Raul Soares-MG	Sede											X
Ginásio Poliesportivo, Rua Professora Elza Bacelar, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X
Santana Country Clube	Raul Soares-MG	Sede											X
Capela de Sant'Ana	Raul Soares-MG	Sede											X
Esdificação residencial, Rua Padre Chiquinho, 475	Raul Soares-MG	Sede											X
Capela de Santo Antônio	Raul Soares-MG	Sede											X
Esdificação residencial, Rua Padre Chiquinho, 439	Raul Soares-MG	Sede											X
Esdificação residencial, Rua Padre Chiquinho, 424	Raul Soares-MG	Sede											X
Praça Jaime Peixoto Filho	Raul Soares-MG	Sede											X
Esdificação residencial, Rua Padre Chiquinho, 458	Raul Soares-MG	Sede											X
Esdificação residencial, Rua Padre Chiquinho, 464	Raul Soares-MG	Sede											X
O Esporte Clube Operário	Raul Soares-MG	Sede											X
Fiação e Tecelagem São Tarciso (desativado)	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Sr. Bom Jesus, 1348	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Sr. Bom Jesus, 1340	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Sr. Bom Jesus, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Sr. Bom Jesus, 1313	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Sr. Bom Jesus, 1303	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Sr. Bom Jesus, 1283	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Rua Sr. Bom Jesus, 1260	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Travessa Tocantins, 36	Raul Soares-MG	Sede											X
Capela do Senhor Bom Jesus	Raul Soares-MG	Sede											X
Cooperativa Agropecuária de Raul Soares	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Sr. Bom Jesus, 477	Raul Soares-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Tarza Indústria Textil	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificações Residenciais, Rua Francisco Martins Chaves, 178, 185, 191, 195, 201	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação Residencial, Rua Francisco Martins Chaves, 267	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação Residencial, Rua Francisco Martins Chaves, 331	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação Residencial, Rua Francisco Costa Abrantes, 264	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação Residencial, Rua Francisco Costa Abrantes, 270	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação Residencial, Rua Francisco Costa Abrantes, 164	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação Residencial, Rua Francisco Costa Abrantes, 128	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação Residencial, Rua Francisco Costa Abrantes, 116	Raul Soares-MG	Sede											X
Casa SAAE, Rua Marechal Deodoro, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Marechal Deodoro, 92	Raul Soares-MG	Sede											X
Hospital São Sebastião	Raul Soares-MG	Sede											X
Dispensário da SSPV	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Francisco Martins Chaves, 433	Raul Soares-MG	Sede											X
Assembleia de Deus, Alameda Vereadora Vivi Menezes, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Alameda Vereadora Vivi Menezes 344	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Getúlio Vargas, 367	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Getúlio Vargas, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação comercial, Av Getúlio Vargas, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação mista, Av Getúlio Vargas, 261	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Getúlio Vargas, s/n	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Av Getúlio Vargas, 179	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Getúlio Vargas, 171	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação mista, Av Getúlio Vargas, 155	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Getúlio Vargas, 35	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação mista, Av Getúlio Vargas, 19	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Alameda Dr Ade Grossi, 332	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Governador Valadares, 266	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Governador Valadares, 144	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Governador Valadares, 127	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Governador Valadares, 74	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação mista, Av Governador Valadares, 66	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação comercial, Av Governador Valadares, 49	Raul Soares-MG	Sede											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi,	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 44	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 104	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 154	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 200	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 201	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 213	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 236	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 117	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 278	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 310	Raul Soares-MG	Centro											X
Edificação residencial, Rua Geraldo Grossi, 320	Raul Soares-MG	Centro											X
Igreja Sagrada Família	Córrego Novo-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial, Praça Santa Efigênia, 22	Córrego Novo-MG												X
Igreja Matriz Santa Efigênia	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial (uma das primeiras edificações do município), Praça Santa Efigênia,	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Praça Santa Efigênia,	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 376	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 383	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 315	Córrego Novo-MG												X
Coreto da Praça Santa Efigênia	Córrego Novo-MG												X
Posto da Antiga Telemig	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 123	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 129	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 150	Córrego Novo-MG												X
Edificação comercial, Rua Padre Dionízio, 164	Córrego Novo-MG												X
Edificação Comercial, Pensão do Bidail, Rua Padre Dionízio, 169	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 120	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Sr. Olício Pereira Braga, Rua Padre Dionízio, 103	Córrego Novo-MG												X
Posto do Correio, Rua São José, s/n	Córrego Novo-MG												X
Posto Comunitário, Rua Prefeito Carlito	Córrego Novo-MG												X
Praça Alberto Vieira de Abreu	Córrego Novo-MG												X
Escola Municipal Professores Borges da Costa	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua João Pedra, 10	Córrego Novo-MG												X
Edificação comercial, Rua João Pedra, 60	Córrego Novo-MG												X
Congregação Cristã no Brasil, Rua da Pedra	Córrego Novo-MG												X
Igreja São Geraldo	Córrego Novo-MG												X
Gruta Água da Santa	Córrego Novo-MG										X		
Padre Grimaldo José Teixeira	Córrego Novo-MG											X	

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial, Praça Santa Efigênia, 118	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Praça Santa Efigênia, 72	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Praça Santa Efigênia, 22	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Irmão Domeles, 120	Córrego Novo-MG												X
Praça Santa Efigênia	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Padre Dionízio, 250	Córrego Novo-MG												X
Edificação comercial, Rua Padre Dionízio, 333	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Miguel Braga, 210	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Miguel Braga, 209	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Miguel Braga, 170	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Miguel Braga, 113	Córrego Novo-MG												X
Cemitério municipal	Córrego Novo-MG										X		
Edificação residencial, Rua Miguel Braga, 26	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Monsenhor Horta, 45	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Miguel Braga, 15	Córrego Novo-MG												X
Edificação mista, Rua Padre Dionízio,156	Córrego Novo-MG												X
Igreja Assembléia de Deus, Rua Padre Dionízio, s/n	Córrego Novo-MG												X
Edificação mista, Rua Padre Dionízio,76	Córrego Novo-MG												X
Edificação comercial, Rua Padre Dionízio, 18	Córrego Novo-MG												X
Edificação institucional, Rua Padre Dionízio, 14	Córrego Novo-MG												X
Praça São João	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Av. Mauro Lobo Martins, 87	Córrego Novo-MG												X
Edificação comercial, Av. Mauro Lobo Martins, 97	Córrego Novo-MG												X
Prefeitura Municipal de Córrego Novo	Córrego Novo-MG												X
Correios, Rua São José, s/n	Córrego Novo-MG												X
Edificação comercial, Rua São José, 85	Córrego Novo-MG												X
Ginásio Municipal, Rua Chico Pedra, s/n	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Av. Prefeito Carlito Caetano Campos, s/n	Córrego Novo-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial, Rua Dona Dica, 85	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Dona Dica, 55	Córrego Novo-MG												X
Casa Paroquial, Rua Dona Dica, s/n	Córrego Novo-MG												X
Edificação residencial, Rua Chico Pedra, 128	Córrego Novo-MG												X
Câmara dos Vereadores, Rua Pedro Lima, 42	Córrego Novo-MG												X
Unsina Municipal de Triagem e Ocmpsotagem do Lixo	Córrego Novo-MG												X
Cooperativa dos Produtores Rurais de Córrego Novo	Córrego Novo-MG												X
Estádio Municipal	Córrego Novo-MG												X
Igreja Batista Nacional da Renovação	Córrego Novo-MG												X
Sede da Fazenda Córrego dos Inácios	Córrego Novo-MG	Córrego da Lajinha											X
Sede da Fazenda de João Marcílio	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Sede da Fazenda do Belideo	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Sede da Fazenda do Bráulio	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Sede da Fazenda de Zé Grande	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Capela de São Pedro	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Assembléia de Deus	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Sede da Fazenda de D. Rita	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Sede da Fazenda do Celinho	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Sede da Fazenda do Ziza	Córrego Novo-MG	Córrego do Mantimento											X
Sede da Fazenda Boa Vista	Córrego Novo-MG	Córrego São José											X
Capela de São José	Córrego Novo-MG	Córrego São José											X
Sede da Fazenda de Antônio Pereira	Córrego Novo-MG	Córrego São José											X
Sede da Fazenda Vista Alegre	Córrego Novo-MG	Córrego Vista Alegre											X
Sede da Fazenda Boa Vista	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Capela de Nossa Senhora das Graças	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Sede da Fazenda de José Geraldo Deni	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Sede da Fazenda do Jairo de Lima	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Sede da Fazenda de Deni Lima	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Sede da Fazenda de João Carrinho	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sede da Fazenda Fidelidade	Córrego Novo-MG	Córrego da Fidelidade											X
Sede da Fazenda El Dourado	Córrego Novo-MG	Córrego Dormelas											X
Imagem de Santa Efigênia - Igreja Matriz de Sata Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Imagem de São Sebastião - Igreja Matriz de Sata Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Imagem de Nossa Senhora da Conceição - Igreja Matriz de Sata Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Imagem de São José - Igreja Matriz de Sata Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Cruzeiro - Igreja Matriz de Sata Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Santíssimo - Igreja Matriz de Sata Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Carro de Boi - Fazenda Córrego dos Inácios	Córrego Novo-MG	Córrego da Lajinha							X				
Carro de Boi - Fazenda de Antônio Pereira	Córrego Novo-MG	Córrego São José							X				
Carro de Boi - Fazenda de João Carrinho	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem							X				
Carro de Boi - Fazenda Fidelidade	Córrego Novo-MG	Córrego da Fidelidade							X				
Sino - Igreja Matriz de Santa Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Chafariz - Praça Santa Efigênia	Córrego Novo-MG	Sede							X				
Capela do Cemitério municipal	Córrego Novo-MG												X
Cruzeiro do Cemitério municipal	Córrego Novo-MG								X				
Coreto da Praça São João	Córrego Novo-MG												X
Chafariz, Av Carlito Caetano Campos	Córrego Novo-MG												X
Cruzeiro, Pedra de Corrego Novo	Córrego Novo-MG								X				
Painel da Sagrada Família - Igreja da Sagrada Família	Córrego Novo-MG								X				
Antigo alambique - Fazenda Córrego dos Inácios	Córrego Novo-MG	Córrego da Lajinha											X
Cruzeiro - Fazenda Boa Vista	Córrego Novo-MG	Córrego São José							X				
Engenho - Fazenda Antônio Pereira	Córrego Novo-MG	Córrego São José											X
Tulha - Fazenda de Antônio Pereira	Córrego Novo-MG	Córrego São José											X
Tulha - Fazenda Boa Vista	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Tulha - Fazenda de João Carrinho	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Engenho - Fazenda de João Carrinho	Córrego Novo-MG	Córrego Ferrugem											X
Livro de Registro do Cartório	Córrego Novo-MG					X							

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Livro de Registro da Igreja Matriz de Santa Efigênia	Córrego Novo-MG					X							
Acervo da Biblioteca Pública	Córrego Novo-MG					X							
Pedra de Córrego Novo	Córrego Novo-MG										X		
APA Córrego Novo	Córrego Novo-MG										X		
Festa de Santa Efigênia	Córrego Novo-MG				X								
Festa de São Sebastião	Córrego Novo-MG	Sede			X								
Festa de São geraldo	Córrego Novo-MG	Sede			X								
Semana Santa - Dia de Corpus Christie	Córrego Novo-MG	Sede			X								
Festa de Imaculada Conceição	Córrego Novo-MG	Sede			X								
Festa Junina	Córrego Novo-MG	Sede			X								
Cavalgada	Córrego Novo-MG	Sede						X					
Desfile cívico de 07 de Setembro	Córrego Novo-MG	Sede						X					
Jorginho Pedra - Pioneiro	Córrego Novo-MG	Sede										X	
Carlito Caetano Campos - ex prefeito	Córrego Novo-MG	Sede										X	
Sr. Manoel Rodrigues "Jabá"	Córrego Novo-MG	Sede										X	
Sr. João Aleixo Comerciante	Córrego Novo-MG											X	
Sr. Olício Pereira Braga, "Seu Lili"	Córrego Novo-MG											X	
Dona Iolanda dos reis Anatácio	Córrego Novo-MG											X	
Casarões família Carneiro, Família Quintão e de Juca Pontes	Marliéria-MG	Sede							X				X
Casario no Largo da Igreja Matriz	Marliéria-MG	Sede							X				X
Capela Bairro Santo Antônio	Marliéria-MG	Sede			X	X			X				X
Congado de Marliéria	Marliéria-MG	Sede						X					
Mirante Pico do Jacroá	Marliéria-MG	Sede									X		X
Feira dos Produtores	Marliéria-MG	Sede				X					X		
Cavalgada de Marliéria	Marliéria-MG	Sede			X								
Aniversário da Cidade	Marliéria-MG	Sede			X	X							
Dia da Padroeira da Cidade	Marliéria-MG	Sede			X								
Malhação do Judas	Marliéria-MG	Sede			X	X							

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Marliéria-MG	Sede			X								
Acervo Literário sobre a História de Marliéria	Marliéria-MG	Sede				X							
Registros fotográficos do Sr. Edimilson Araújo Castro	Marliéria-MG	Sede				X							
Fazenda Boa Vista	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça							X				X
Fazenda da Onça	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça							X				X
Fazenda de Antônio Martins Quintão	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça							X				X
Fazenda de José Raimundo Godol Quintão	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça							X				X
Capela de Trindade	Marliéria-MG	Trindade			X	X			X				X
Cemitério de Trindade	Marliéria-MG	Trindade							X		X		X
Capela de Santa Rita	Marliéria-MG	Santa Rita			X	X			X				X
"Vendas ou mercados"	Marliéria-MG	Santa Rita											X
Família Joaquim Inácio	Marliéria-MG	Inácias				X						X	
Porteiras das Fazendas	Marliéria-MG	Tijuco Preto e Fagundes							X				
Casario Típico	Marliéria-MG	Tijuco Preto e Fagundes											X
Capela de Fagundes	Marliéria-MG	Tijuco Preto e Fagundes			X	X			X				X
Capela de Antunes	Marliéria-MG	Antunes			X	X			X				X
Casarão da Família de José André de Castro	Marliéria-MG	Mundo Novo							X				X
Capela de Santo Antônio	Marliéria-MG	Santo Antônio da Mata e Machado			X				X				X
Fazenda da Aberta	Marliéria-MG	Santo Antônio da Mata e Machado							X				X
Fazenda do Sr. Raimundo Martins dos Santos	Marliéria-MG	Santo Antônio da Mata e Machado							X				X
Fazenda Conquista	Marliéria-MG	Santo Antônio da Mata e Machado							X				X
Fazenda Rosa	Marliéria-MG	Santo Antônio da Mata e Machado							X				X
Fazenda São Gabriel	Marliéria-MG	Santo Antônio da Mata e Machado							X				X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Projeto Urbanístico	Marliéria-MG	Cava Grande											X
Antigo Mercado	Marliéria-MG	Cava Grande											X
"The Cavas"	Marliéria-MG	Cava Grande											X
Capela de Nossa Senhora da Piedade do Córrego Celeste	Marliéria-MG	Celeste							X				X
Parque Estadual do Rio Doce	Marliéria-MG					X			X		X		X
Capela Nossa Senhora das Graças	Marliéria-MG	Trindade											X
Imagem de Nossa Senhora das Graças	Marliéria-MG	Trindade							X				
Arquivo Povoado Geraldo Gregório Ferreira	Marliéria-MG	Trindade				X					X		
Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Marliéria-MG	Trindade			X								
Fazenda Santa cruz	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça											X
Oratório - Fazenda Santa Cruz	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça							X				
Armário - Fazenda Santa Cruz	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça							X				
Banco de Madeira, Fazenda Tio Totone	Marliéria-MG	Ribeirão da Onça							X				
Mesa de Queijo, Fazenda Olaria	Marliéria-MG	Sede							X				
Capela Santo Antônio	Marliéria-MG	Sede											X
Sino da Capela Santo Antônio	Marliéria-MG	Sede							X				
Edifício Semi Internado	Marliéria-MG	Sede											X
Teatro Mutirão	Marliéria-MG	Sede											X
Sede da Prefeitura Municipal	Marliéria-MG	Sede				X							X
Igreja Nossa Senhora das Dores	Marliéria-MG	Sede											X
Banco Escolar	Marliéria-MG	Sede							X				
Sede Corporação Musical de Marliéria	Marliéria-MG	Sede											X
Imagem de Nossa Senhora da Saúde - parque Estadual do Rio Doce	Marliéria-MG								X				
Mirante - Parque Estadual do Rio Doce	Marliéria-MG										X		X
Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores	Marliéria-MG	Sede											X
Casarão do Sr. Maurício	Marliéria-MG	Sede											X
Praça JK	Marliéria-MG	Sede									X		
Antiga Farmácia Família Carneiro	Marliéria-MG	Sede				X							X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Altar da Igreja de Nossa Senhora das Dores	Marliéria-MG	Sede							X				
Coro da Igreja de Nossa Senhora das Dores	Marliéria-MG	Sede							X				
Grupo de Congado de Nossa Senhora das Dores	Marliéria-MG	Sede			X								
Fazenda da Olaria	Marliéria-MG	Sede							X				X
Casa Abandonada	Marliéria-MG	Povoado de Inácias											X
Casa de Dona Isabel Maria de Jesus	Marliéria-MG	Povoado de Inácias							X				X
Moinho às Margens do Córrego Tijuco Preto	Marliéria-MG	Tijuco Preto e Fagundes							X				
Estátua do Cristo da Paz e Querubins	Bom Jesus do Galho-MG										X		
Imagens / esculturas do santuário do Senhor Bom Jesus	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Cruzeiro	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Imagens sacras - Distrito de Quartel do Sacramento	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Sino da Igreja do Distrito de Sacramento	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Monumento do Cristo Paz (periferia urbana)	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Sino do Quartel do Sacramento (Estrada/Rua do Quartel do Sacramento)	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Imagem de São Lucas (Praça Padre Dionísio Homem de Faria, n. 06 - Centro)	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Imagem de São Marcos (Praça Padre Dionísio Homem de Faria, n. 06 - Centro)	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Imagem de São João (Praça Padre Dionísio Homem de Faria, n. 06 - Centro)	Bom Jesus do Galho-MG								X				
Gameleira do Córrego Grande	Bom Jesus do Galho-MG										X		
Antiga tubulação de água do Morro Bela Vista	Timóteo-MG												X
Chafariz e Olho d'Água - Biquinha	Timóteo-MG										X		
Escola Técnica de Metalurgia	Timóteo-MG												X
Grupo Escolar Getúlio Vargas	Timóteo-MG												X
Casarão da Rua Mateus Araújo – Casa da Memória	Timóteo-MG												X
Centro Cultural da Fundação Aperam Acesita	Timóteo-MG												X
Igreja de São José de Acesita	Timóteo-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG	Região Sul											X
Prefeitura Municipal de Timóteo	Timóteo-MG	Região Sul											X
Clube Campestre Choupana	Timóteo-MG	Região Sul											X
Casarão Matus Araújo. Praça 29 de abril	Timóteo-MG	Região Sul											X
Fachada do 1° Cartório de Paz e Notas	Timóteo-MG	Região Sul											X
Sede da Fazenda Pedro Estevão	Timóteo-MG	Região Sul											X
Sede da Fazenda Tonico Lunga	Timóteo-MG	Região Sul											X
Curral da Fazenda Didico Paiva	Timóteo-MG	Região Sul											X
Praça 29 de Abril	Timóteo-MG	Região Sul									X		
Centro de Convivência (praça criada pelo arquiteto Éolo Maia)	Timóteo-MG	Região Sul									X		
Acervo da Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG	Região Sul							X				
Adro da Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG	Região Sul							X				
Biquinha, Rua Moreira Bowen com Rua Mariléia	Timóteo-MG	Região Sul							X				
Monumento Cornélia Assis Pereira (Praça 29 de Abril)	Timóteo-MG	Região Sul							X				
Cruzeiro da Revolta	Timóteo-MG	Região Sul							X				
Cruzeiro Jorge Dias Duarte	Timóteo-MG	Região Sul							X				
Congado São Sebastião	Timóteo-MG	Região Sul						X					
Igreja Matriz de São José	Timóteo-MG	Região Norte											X
Capela de São José	Timóteo-MG	Região Norte											X
Fundação Acesita (antiga Casa de Hóspedes)	Timóteo-MG	Região Norte											X
Escritório da Acesita	Timóteo-MG	Região Norte											X
Forno Hoffman	Timóteo-MG	Região Norte											X
Antigo Hotel Acesita	Timóteo-MG	Região Norte											X
Colégio Estadual Getúlio Vargas	Timóteo-MG	Região Norte											X
Estação Ferroviária Mário Carvalho	Timóteo-MG	Região Norte								X			
Edifício Pioneiros	Timóteo-MG	Região Norte											X
Fazenda José Izídio	Timóteo-MG	Região Norte											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Exemplares das resisdências construídas para abrigar funcionário da Acesita	Timóteo-MG	Região Norte											X
Monumento Sinergia	Timóteo-MG	Região Norte							X				
Acervo da Capela de São José	Timóteo-MG	Região Norte							X				
Coreto da Praça 1° de Maio	Timóteo-MG	Região Norte											X
Bica das Bromélias	Timóteo-MG	Região Norte											X
Acervo do Museu Acesita, na Fundação Acesita	Timóteo-MG	Região Norte							X				
Locomotiva, Fundação Acesita	Timóteo-MG	Região Norte								X			
Ponte Mauá	Timóteo-MG	Região Norte											X
Corporação Santa Cecília (banda do município)	Timóteo-MG	Região Norte						X					
Praça 1° de maio	Timóteo-MG	Região Norte									X		
Arquivo Acesita	Timóteo-MG	Região Norte				X							
Fazenda Sr. Alderico	Timóteo-MG												X
Fazenda Sr. Romulo	Timóteo-MG												X
Escola Percival Farquhar (atual IMET)	Timóteo-MG												X
Cruzeiro Ana Moura	Timóteo-MG								X				
Parque Estadual do Rio Doce (porção dentro do município de Timóteo)	Timóteo-MG	Zona Leste									X		
Oikós	Timóteo-MG										X		
Pico Ana Moura	Timóteo-MG										X		
Conjunto Residencial do bairro Alphaville	Timóteo-MG										X		
Conjunto Residencial do bairro Recanto Verde	Timóteo-MG										X		
Fazenda dos Maia	Timóteo-MG												X
Fazenda do Alegre	Timóteo-MG												X
Grupo Escola Virgínia de Souza Reis	Timóteo-MG												X
Igreja do Ana Moura	Timóteo-MG												X
Escola Municipal Infantil Ana Moura	Timóteo-MG												X
Escola Estadual João Cotta de Figueiredo Barcellos	Timóteo-MG												X
Imágem de São Cristóvão	Timóteo-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Festa de São Cristóvão	Timóteo-MG				X								
Mina do Bairro São Cristõvão	Timóteo-MG										X		
Imagem do Sagrado Coração de Jesus - Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG								X				
Imagem de São Sebastião - Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição - Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG								X				
Conjunto de quadros do Adro da Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG								X				
Painéis do Adro da Igreja Matriz de São Sebastião	Timóteo-MG								X				
Oratório do Divino Espírito Santo - Escola Angelina Alves de Carvalho	Timóteo-MG								X				
Casa de Memória e Pesquisa do Legislativo	Timóteo-MG												X
Centro de Convivência Trajano Quirino Bicalho - Av. Acesita, s/n	Timóteo-MG												X
Sobradinho - Rua José Moreira Bowen, 152	Timóteo-MG												X
Sede da Fazenda Boa Vista	Timóteo-MG												X
Sede da Fazenda da Revolta	Timóteo-MG												X
Parque Timirim	Timóteo-MG												X
Cuzeiro da Fazenda Córrego de Timóteo	Timóteo-MG								X				
Maquete da Usina Acesita	Timóteo-MG								X				
Quarto de solteiro - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Quarto de casal - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Conjunto de fotografias representativas do processo de desenvolvimento da Acesita	Timóteo-MG								X				
Fole de Ressisitação Cardiopulmonar manual - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Escafaridro de segurança para área com gás - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Chanca - botina de segurança - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Maquina de perfurar cheques - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Relógio de Ponto - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Mobiliário de escritório - mesa - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Micrômetro - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Relógio Vigia - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Canoa - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Agitador de aço de pulso - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Microscópio para análise de matéria prima - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Aparelho macrofotográfico com mesa para microfilmagem - Acervo do Museu Fundação Acesita	Timóteo-MG								X				
Colégio Macedo de Soares	Timóteo-MG												X
Antigo Cine Marabá	Timóteo-MG												X
Secretaria de Obras - antiga escola técnica de metalurgia	Timóteo-MG												X
E. M. Carlos Drumond de Andrade	Timóteo-MG												X
Antigo Clube dos Operários - Asociação dos Aposentados	Timóteo-MG												X
Residência, Rua Antonieta M. Carvaho, s/m	Timóteo-MG	Timirim											X
Sino - Igreja São José	Timóteo-MG								X				
Arquivo Eclessiástico da Paróquia São José	Timóteo-MG	Zona Norte				X							
Coreto Ronaldinho Calazans	Caratinga-MG												X
Igrejinha de São João Batista	Caratinga-MG												X
Escola Princesa Isabel	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edifício do Fórum Desembargador Faria e Sousa	Caratinga-MG												X
Estação Ferroviária de Caratinga	Caratinga-MG									X			
Casarão da rua João Pinheiro nº 141	Caratinga-MG												X
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Cesário Alvim	Caratinga-MG										X		
Corporação Musical Santa Cecília	Caratinga-MG												X
Estação Ferroviária de Dom Lara	Caratinga-MG									X			
Festa de São João, Santo Antônio e Mês de Maria	Caratinga-MG				X								
Festa de rodeios	Caratinga-MG				X								
Encontro de Banda e Liras	Caratinga-MG							X					
Encontro de Corais	Caratinga-MG							X					
Encontro de Capoeira	Caratinga-MG							X					
Exposição de Antiguidades	Caratinga-MG										X		
Mostra de Artes Plásticas	Caratinga-MG							X					
Café Literário	Caratinga-MG										X		
Entidades Culturais	Caratinga-MG				X								
Biblioteca Pública Municipal Frei Carlos de São José	Caratinga-MG												X
Grupo de Congada Nossa Senhora do Rosário Chico Rei	Caratinga-MG				X								
Folia de Reis Nossa Senhora do Carmo	Caratinga-MG				X								
Cromos Cia. de Teatro	Caratinga-MG							X					
Coral Ad'Golriam - FUNEC	Caratinga-MG							X					
Coral São João Batista	Caratinga-MG							X					
Coral Vila Lobos	Caratinga-MG							X					
Coral Som Alegre	Caratinga-MG							X					
Banda de Música Acordes de Sião	Caratinga-MG							X					
Mobiliário/cadeira episcopal (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Paramento/batina simples episcopal (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Paramento/batina festiva episcopal (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Paramento/capa (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Paramento/mitra preciosa (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Móvel religioso/oratório (Maria Mariana)	Caratinga-MG								X				
Prensa (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Polyanthea Mariana (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Ritual/altar portátil (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Ostensório com trono ou custódia (Museu São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura parietal/presbitério (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura parietal/cancelo nave (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura de forro/altar (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura de forro/coro (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura capela do Santíssimo (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura parietal/lateral nave (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura de forro/nave (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Pintura parietal/lateral evangelho (Catedral de São João Batista)	Caratinga-MG								X				
Parque Municipal de Caratinga (antiga Fazenda da Prefeitura)	Caratinga-MG										X		
Lagoa do Piau	Caratinga-MG	São Cândido									X		
Lagoa Silvana	Caratinga-MG	São Cândido									X		
Pedra Itaúna	Caratinga-MG	Sede									X		
Ribeiro do Lage	Caratinga-MG	Santa Luzia									X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Estação Biológica de Caratinga	Caratinga-MG	Sto Antônio do Manhaçu									X		
Consultório do Dr. Cimini	Caratinga-MG												X
Fazenda do Senhor Fernando de Souza Cimini	Caratinga-MG	Dom Lara									X		
Capela de São Vicente	Caratinga-MG	São João de Jacutinga											X
Imóvel Sr. Joaquim Virgílio	Caratinga-MG	São João de Jacutinga											X
Sítio Ponte Alta	Caratinga-MG	São João de Jacutinga									X		
Cachoeira do Candinho	Caratinga-MG	São João de Jacutinga									X		
Cachoeira da Usina	Caratinga-MG	São João de Jacutinga									X		
Fachada da Igreja Nossa Senhora da Conceição	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Coreto da Praça Dr. José Augusto	Caratinga-MG	Sapucaia									X		
Casarão do Sr. José de Freitas Filho (Praça Dr. José Augusto, n. 239)	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Casarão do Sr. Sebastião Gomes Alves	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Fazenda do Sr. José Ferreira	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Casarão do Sr. Lívio de Freitas Guimarães	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Casarão da Fazenda Vargem Grande	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Casarão da Fazenda Sra. Ana Miranda	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Fazenda dos Botelhos	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú									X		
Fazenda do Sr. Nilson Correia	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú									X		
Casarão da Fazenda Joaquim Lucindo	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú											X
Casarão da 1ª Escola	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú											X
1ª Igreja Batista	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú											X
Escola Estadual Antônio Pena Sobrinho	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú											X
Imóvel da Rua Dr. Marinho, n. 156	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú											X
Imóvel da Rua Dr. Marinho, n. 114	Caratinga-MG	Santo Antônio do Manhaçú											X
Igreja Matriz de Santa Efigênia	Caratinga-MG	Santa Efigênia											X
Imóvel do Sr. Divino Garcia (Av. Capitão João Franco, n. 117)	Caratinga-MG	São Cândido											X
Casarão do Sr. João Garcia (Av. Capitão Franco, n. 37)	Caratinga-MG	São Cândido											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imóvel do Sr. Pedro Teodoro de Miranda (Rua Emília Teodoro da Cunha, n. 92A)	Caratinga-MG	São Cândido											X
Casarão do Sr. Antônio dos Santos Silva - centenária	Caratinga-MG	São Cândido											X
Imóvel da Rua Antônio Gomes, n. 69	Caratinga-MG	São Cândido											X
Vista Panorâmica da Estrada de São Cândido	Caratinga-MG	São Cândido									X		
Imóvel onde funciona o Posto de Saúde	Caratinga-MG	Patrocínio											X
Casa do Sr. Antônio Rodrigues Moura - 1ª casa do Distrito	Caratinga-MG	Patrocínio											X
Casa do Sr. Rubens Sette	Caratinga-MG	Patrocínio											X
Casa 22 da Rua Manoel Dias	Caratinga-MG	Patrocínio											X
Casa 34 da Rua Manoel Dias	Caratinga-MG	Patrocínio											X
Fazenda da Cachoeira	Caratinga-MG	Patrocínio									X		
Fazenda do Sr. Honorácio Campos	Caratinga-MG	Cordeiro de Minas									X		
Igreja de São Sebastião	Caratinga-MG	Cordeiro de Minas											X
Casa Paroquial	Caratinga-MG	Cordeiro de Minas											X
Lagoa Nova	Caratinga-MG	Cordeiro de Minas									X		
Vista parcial da Lagoa do Silvano	Caratinga-MG	Cordeiro de Minas									X		
Casa do Sr. Cesalpino	Caratinga-MG	Santa Luzia											X
Imóvel da Sra. Odorica Thomaz Alves	Caratinga-MG	Santa Luzia											X
Igreja de Santa Luzia	Caratinga-MG	Santa Luzia											X
Imóvel do Sr. João Paulino dos Santos	Caratinga-MG	Dom Modesto											X
Igreja Matriz	Caratinga-MG	Dom Modesto											X
Imóvel da D. Cotinha (Praça Sinhaninha, n. 53)	Caratinga-MG	Dom Modesto											X
Imóvel da Sra. Manoela Maria Teixeira (Praça Sinhaninha, n. 60)	Caratinga-MG	Dom Modesto											X
Imóvel onde reside Sr. Nute	Caratinga-MG	Dom Modesto											X
Edificações da Rua Pedro Batista n. 200, 192, 184 e 176	Caratinga-MG	Dom Modesto											X
Praça Cesário Alvim	Caratinga-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Catedral de São João Batista (Praça Cesário Alvim, n. 271)	Caratinga-MG												X
Coreto Ronaldo Silveira da Silva Araújo (Praça Cesário Alvim)	Caratinga-MG										X		
Palácio Episcopal do Bispo (Praça Cesário Alvim, n. 156)	Caratinga-MG												X
Escola Estadual Princesa Isabel (Praça Cesário Alvim, n. 55)	Caratinga-MG												X
Igreja de São Sebastião (Praça São Sebastião)	Caratinga-MG												X
Centro de Atendimentos de Cordeiro de Minas (Av. Manoel Cordeiro Lúcio, n. 294)	Caratinga-MG												X
Escola Estadual Manoel Cordeiro Lúcio (Praça dos Esportes, n. 15)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Av. Manoel Cordeiro Lúcio, s/n)	Caratinga-MG												X
Cartório de Paz (Praça dos Esportes, n. 50)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Av. Manoel Cordeiro Lúcio, n. 149)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Rua A)	Caratinga-MG												X
Casa Paroquial (Praça São Sebastião)	Caratinga-MG												X
Cemitério de Cordeiro de Minas (Rua do Cemitério)	Caratinga-MG										X		
Edificação comercial Esquina Bar e Mercearia (Praça Cruzeiro do Sul, s/n)	Caratinga-MG												X
Congregação Cristã no Brasil (Rua Maria Rosa, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Joaquim Ferreira Lopes, n. 109)	Caratinga-MG												X
Estádio Cordeiro de Minas (Praça dos Esportes)	Caratinga-MG										X		
Igreja Missão Nacional Batista (Rua A)	Caratinga-MG												X
Ponte sobre o córrego Cascalho (Rua Antônio Silvano Rocha)	Caratinga-MG												X
Ponte sobre o córrego Lagoa Nova (Rua Santa Rita)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Rua Manoel Cordeiro Lúcio, n. 149)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Alberti Cesário (Rua Antônio Silvano Rocha)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Antônio Silvano Neto (Rua Manoel Cordeiro Lúcio, n. 91)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Francisco José Gomes (Rua Francisco Lopes Farias, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial João Carlos de Oliveira (Rua Cruzeiro do Sul, n. 8)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial José da Silva Matos (Rua Antônio Silvano Rocha, n. 132 e 126)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Manoel Cordeiro Lúcio (Rua Francisco Lopes Farias, s/n)	Caratinga-MG												X
Imagem de São Sebastião (Igrela de São Sebastião)	Caratinga-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora (Igrela de São Sebastião)	Caratinga-MG								X				
Imagem de Jesus Cristo e Nossa Senhora Aparecida (Igrela de São Sebastião)	Caratinga-MG								X				
Getro Antônio Lúcio (Rua Francisco Ferreira Filho)	Caratinga-MG											X	
Igreja do Senhor Bom Jesus (Praça Ana Maria da Silva - Sinhaninha)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial João Paulino da Silva (Praça Ana Maria da Silva, n. 210)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Dona Maria (Praça Maria da Silva, n. 216)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Benê Venuti (Rua Pedro Batista do Nascimento, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Praça Maria da Silva, n. 196)	Caratinga-MG												X
Edificação institucional - Desafio Jovem El-Shadai (Praça Maria da Silva, n. 242)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Fazenda Claúdio Leitão - adjacente ao núcleo urbano Dom Modesto)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua São Vicente de Paula, n. 35)	Caratinga-MG												X
Escola Estadual Maria Júlia de Matos (Praça Ana Maria da Silva, n. 168)	Caratinga-MG												X
Capela São Caetano (Rua Pedro Batista do Nascimento)	Caratinga-MG												X
Escola Municipal de Dom Modesto - antigo prédio da estação ferroviária de Dom Modesto	Caratinga-MG												X
Campo de Futebol Machadão (Rua Sansão Alves Moreira)	Caratinga-MG										X		
Galpão (Praça Ana Maria da Silva)	Caratinga-MG												X
Antigo percusso da linha férrea (Rua Sansão Alves Moreira)	Caratinga-MG										X		
Edículo adjacente ao prédio da Igreja de Dom Modesto	Caratinga-MG												X
Ponte sobre o córrego dos Bertoudos (Rua Sansão Alves Moreira)	Caratinga-MG												X
Posto de saúde - antiga "casa de turma" dos ferroviários (Rua Raimundo de Souza Cruz)	Caratinga-MG												X
Praça Ana Maria da Silva - Sinhaninha (Praça Ana Maria da Silva)	Caratinga-MG										X		
Coreto (Praça Ana Maria da Silva)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial Joaquim Ramos (Praça Ana Maria da Silva, n. 04)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Oto Jorge Nascimento (Praça Ana Maria da Silva, n. 60)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Pedro Batista do Nascimento, n. 154)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Pedro Batista do Nascimento, n. 191)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial ferroviário Zé Pinto (Rua Pedro Batista do Nascimento, n. 247)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Geraldo Lopes de Farias (Rua Pedro Batista do Nascimento, n. 356)	Caratinga-MG												X
Conjunto de casas pertencentes aos ferroviários (Rua Pedro Batista do Nascimento)	Caratinga-MG												X
Campo de Futebol da Estação (Fazenda Claúdio Leitão - adjacente ao núcleo urbano Dom Modesto)	Caratinga-MG										X		
Igrela Assembléia de Deus (Praça Ana Maria da Silva, n. 135)	Caratinga-MG												X
Cruzeiro (Praça Ana Maria da Silva)	Caratinga-MG								X				
Carruagem (Fazenda Claúdio Leitão - adjacente ao núcleo urbano Dom Modesto)	Caratinga-MG								X				
Maria Cesária de Jesus (Rua Pedro Batista Nascimento, n. 184)	Caratinga-MG											X	
José Carlos (Praça Ana Maria da Silva, n. 210)	Caratinga-MG											X	
Unidade básica de saúde	Caratinga-MG												X
Biblioteca comunitária	Caratinga-MG												X
Capelinha de Nossa Senhora Aparecida (Praça Augusto de Moraes, n. 257)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial José Thomaz Ferreira - antiga Casa do Feitor (Rua Sebastião Laurentino Correia n. 15)	Caratinga-MG												X
Cemitério de Dom Lara (Rua Augusto de Moraes)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial (Rua Sebastião Laurentino Correia n. 116)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Dr. José Augusto n. 41)	Caratinga-MG												X
Escola Estadual Maurílio Senra (Praça José Cardoso de Paiva)	Caratinga-MG												X
Edificação tipo galpão (Rua Augusto de Moraes, n. 67)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Ponte sobre o córrego Água Santa (Rua Sebastião Laurentino Correia)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial Dona Maria de Freitas (Rua Augusto de Moraes, n. 14)	Caratinga-MG												X
Ponte sobre o córrego Macacos (Rua São José)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial Seu Cacais (Rua José Cardoso de Paiva, n. 07)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Sebastião Laurentino Correia, s/n)	Caratinga-MG												X
Cartório Jafet Consentino (Rua Dr. José Augusto n.101)	Caratinga-MG												X
Casa Paroquial - Igreja Nossa Senhora da Conceição (Rua Dr. José Augusto)	Caratinga-MG												X
Igreja Nossa Senhora da Conceição (Rua Dr. José Augusto)	Caratinga-MG												X
Coreto da Igreja Nossa Senhora da Conceição (Rua Dr. José Augusto)	Caratinga-MG										X		
Estádio José Gomes Ferreira (Rua Dr. José Augusto)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Nenzinho Sabino (Rua Dr. José Augusto, n. 100)	Caratinga-MG												X
Edificação comercial (Rua Dr. José Augusto, n. 110)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Fazenda Florestal (adjacente à Rua Dr. José Augusto)	Caratinga-MG												X
Igreja São José (Rua São José, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação comercial (Rua São José, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Augusto de Moraes, s/n)	Caratinga-MG												X
Caixa de abastecimento da antiga linha férrea (Praça José Cardoso de Paiva)	Caratinga-MG												X
Alimentador de água da antiga linha férrea (Rua Sebastião Laurentino Correia)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Capela do Padre Antônio de Carvalho (Rua Dr. José Augusto)	Caratinga-MG												X
Chave de desvio da antiga linha férrea (Rua Sebastião Laurentino Correia, n. 15)	Caratinga-MG								X				
Santo Sacrário - Igreja Nossa Senhora da Conceição	Caratinga-MG								X				
Imagem do Senhor Morto - Igreja Nossa Senhora da Conceição	Caratinga-MG								X				
Igreja de Santa Efigênia (Rua Francisco Rosa)	Caratinga-MG												X
Coreto Santa Efigênia (Rua Francisco Rosa)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial José André Rosa - ruína de uma das primeiras casas do povoado (Av. Francisco Rosa, s/n)	Caratinga-MG												X
Escola Estadual Venceslau José da Silva (Av. Francisco Rosa, n. 300)	Caratinga-MG												X
Esporte Clube Santa Efigênia (Av. Francisco Rosa)	Caratinga-MG												X
Posto de saúde José André Rosa (Rua Augusto de Moraes, n. 373)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Renato (Av. Francisco Rosa, s/n)	Caratinga-MG												X
Vista parcial urbana (Av. Francisco Rosa)	Caratinga-MG										X		
Campo das Palmeiras (Rua Conceição dos Santos)	Caratinga-MG										X		
Seu Antônio Rosa (Av. Francisco Rosa)	Caratinga-MG											X	
Dona Jandira de Souza (Av. Francisco Rosa)	Caratinga-MG											X	
Igreja de São Cândido (Av. Capelão João Moreira Franco)	Caratinga-MG												X
Escola Estadual João Moreira Franco (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 192)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Família Franco (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 74)	Caratinga-MG												X
Centro Comunitário Agostinho Teodoro da Cunha (Av. Capitão João Moreira Franco)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Assembléia de Deus (Av. Capitão João Moreira Franco, s/n)	Caratinga-MG												X
Cemitério São Cândido (Rua do Cemitério)	Caratinga-MG										X		
Escola Municipal Professora Conceição Martins da Silva (Av. Capitão João Moreira Franco)	Caratinga-MG												X
Quadra de Esportes - Escola Municipal Professora Conceição Martins da Silva (Av. Capitão João Moreira Franco)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial (Rua Emídio Teodoro Cunha, n. 70)	Caratinga-MG												X
Igreja Pentecostal Deus é Amor (Rua Emídio Teodoro Cunha, n. 227)	Caratinga-MG												X
Igreja Presbiteriana (Av. Capitão João Moreira Franco)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Emídio Teodoro Cunha, n. 81)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Emídio Teodoro Cunha, n. 82)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Emídio Teodoro Cunha, n. 188)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 215)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 502)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 607)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Regina Célia de Souza (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 1055)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Djalma Calais Ribeiro (Rua Emídio Teodoro Cunha, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Família Quintão (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 61)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Otaviano Gandra (Rua Emídio Teodoro Cunha, n. 158)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial Salão de Beleza (Av. Capitão João Moreira Franco, n. 32)	Caratinga-MG												X
Cruzeiro (Morro do Cruzeiro)	Caratinga-MG								X				
Campo de Futebol (Morro do Cruzeiro)	Caratinga-MG										X		
Imagem de São Cândido (Igreja de São Cândido)	Caratinga-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora (Igreja de São Cândido)	Caratinga-MG								X				
Djalma Calais Ribeiro (Rua Emídio Teodoro Cunha, s/n)	Caratinga-MG											X	
Igreja de Santa Luzia (Praça Josefino Damasceno)	Caratinga-MG												X
Casa paroquial (Praça Josefino Damasceno)	Caratinga-MG												X
Cemitério de Santa Luzia (Rua do Cemitério)	Caratinga-MG										X		
Escola Municipal de Santa Luzia - edificação desativada (Praça Josefino Damasceno)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Rua José Lopes, n. 466)	Caratinga-MG												X
Escola Estadual Professora Maria Fontes (Rua Narcionídio Firmino, n. 30)	Caratinga-MG												X
Edificação comercial (Praça Josefino Damasceno, n. 33)	Caratinga-MG												X
Fazendas Robson (Rua José Lopes)	Caratinga-MG												X
Fazendas Riodoce (Rua João da Costa)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus - Ministério Madureira (Rua João da Costa)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Celsino (Rua José Lopes, n. 70 e 76)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Cezalpino Marinho (Rua Josefino Damasceno, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Dona Luzia (Rua José Lopes, n. 33)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Geraldo Soares (Rua José Lopes, n. 149)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Odorica Thomas Alves (Rua Maria Antonia, n. 27)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Praça Josephino Damasceno	Caratinga-MG										X		
Gruta de Santa Luzia - Igreja de Santa Luzia	Caratinga-MG										X		
Imagem de Santa Luzia - Gruta de Santa Luzia	Caratinga-MG								X				
Imagem de Santa Maria - Igreja de Santa Luzia	Caratinga-MG								X				
Imagem de Santa Luzia - Igreja de Santa Luzia	Caratinga-MG								X				
Dona César Maria de Jesus (Rua José Lopes, n. 31)	Caratinga-MG											X	
Odorica Thomas Alves (Rua José Lopes, n. 27)	Caratinga-MG											X	
Igreja Matriz de Santo Antônio (Praça Américo Faria Fonseca)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Álvaro Pereira (Rua Deolindo Toledo, n. 656)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Rua Valdemar Alcino, s/n)	Caratinga-MG												X
Campo de Futebol Santo Antônio	Caratinga-MG												X
Cemitério de Santo Antônio (Rua Anacieta Pena de Faria)	Caratinga-MG										X		
Centro Comunitário (Praça Nico Araújo, n. 09)	Caratinga-MG												X
Edificação comercial (Av. Doutor Marinho, n. 42)	Caratinga-MG												X
Edificação comercial (Rua José Capixaba, n. 66)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Abigail Rosa Fonseca (Travessa José Olímpio, n. 47)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial e comercial - Cartório de Paz (Av. Doutor Marinho, n. 92)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Erinéia Raimunda Costa (Av. Doutor Marinho, n. 156)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Francisco Pena Sobrinho (Av. Doutor Marinho, n. 114)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Geraldo da Silva Fonseca (Rua José Capixaba, n. 75)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial José da Josina (Rua da Cocada, n. 279)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial Rafael Tristão (Rua Valdemar Alcino, n. 37)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Tilinho (Rua Severiano Claudiano, n. 167)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Auvides Queirós, n. 44)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Joaquim Brígida, n. 42)	Caratinga-MG												X
Ponte sobre o rio Manhaçu	Caratinga-MG										X		
Praça Américo Faria Fonseca	Caratinga-MG										X		
Praça Nico Araújo	Caratinga-MG										X		
Salão Paroquial (Praça Américo Faria Fonseca)	Caratinga-MG												X
Cruzeiro (Praça Américo Faria Fonseca)	Caratinga-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora Aparecida (Igreja Matriz de Santo Antônio)	Caratinga-MG								X				
Imagem de São Francisco (Igreja Matriz de Santo Antônio)	Caratinga-MG								X				
Milton Fonseca "Toquinho" (Praça Nico Araújo, n. 256)	Caratinga-MG											X	
Igreja Nossa Senhora do Patrocínio (Praça Monsenhor Antônio Coelho)	Caratinga-MG												X
Escola Municipal João Batista de Carvalho (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 111)	Caratinga-MG												X
Escola Municipal Sudário Alves Pereira (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 97)	Caratinga-MG												X
Quadra de Esportes e árvore Sapucaia (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 111)	Caratinga-MG										X		
Cemitério da Paz (Praça Monsenhor Anônio Coelho)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial Família Dornellas (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 208)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Rua Manoel Dias, n. 285)	Caratinga-MG												X
Campo de Futebol de Patrocínio (Rua Geraldo Emídio)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Congregação Cristã no Brasil (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 175)	Caratinga-MG												X
Cruzeiro	Caratinga-MG								X				
Edificação comercial (Praça Antônia Caetana, n. 284)	Caratinga-MG												X
Edificação comercial Álvaro Alves Pereira (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 104)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Família Paulino (Praça Antônia Caetana, n. 94)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Família Pires (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 128)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Irmã da Silveira (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 133)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial José Maria Correia (Praça Antônia Caetana, n. 08)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Luciano Alves (Rua Isaltino Silveira da Mata, n. 23)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Maria Antonio Vieira (Praça Antônia Caetana, n. 06)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Manoel Dias, n. 21)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Manoel Dias, n. 51)	Caratinga-MG												X
Igreja Adventista (Rua Izaltino Silveira da Mata, n. 20)	Caratinga-MG												X
Igreja Deus é Amor (Rua Manoel Dias, n. 240)	Caratinga-MG												X
Sociedade São Vicente de Paula (Rua Manoel Dias, n. 173)	Caratinga-MG												X
Vista parcial da Rua Manoel Gregório Pires	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial Antônio Amorim (Praça Antônia Caetana, n. 80)	Caratinga-MG												X
Conjunto de imagens - Igreja Nossa Senhora do Patrocínio	Caratinga-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Santo Sacrário - Igreja Nossa Senhora do Patrocínio	Caratinga-MG								X				
Alencar Soares (Rua Manoel Gregório Pires, n. 19)	Caratinga-MG											X	
Dona Maria Antônia Vieira (Praça Antônia Caetana, n. 06)	Caratinga-MG											X	
Igreja Assembléia de Deus (Rua Miguel Augusto de Castro, n. 172)	Caratinga-MG												X
Cartório José Luís Barbosa Sobrinho (Praça Dr. José Augusto)	Caratinga-MG												X
Praça Dr. José Augusto	Caratinga-MG										X		
Capelinha de Nossa Senhora Aparecida (Rua Francisco Ferreira Timóteo)	Caratinga-MG												X
Cemitério de Sapucaia (Rua Francisco Ferreira Timóteo)	Caratinga-MG										X		
Ponte sobre o córrego Sapucaia (Rua Miguel Augusto de Castro)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Ferreira Timóteo, n. 42)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua José Augusto, n. 48)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Miguel Augusto de Castro, n. 93)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua José Augusto, n. 150)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Praça Dr. José Augusto, n. 153)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Ferreira Timóteo, n. 234)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Ferreira Timóteo, n. 713)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Ferreira Timóteo, n. 790)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Claúdio Pacheco (Rua Miguel Augusto de Castro, s/n)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial José Costa (Rua José Augusto, n. 31)	Caratinga-MG												X
Vista parcial urbana (Rua Francisco Ferreira Timóteo)	Caratinga-MG										X		
Vista parcial urbana (Rua Gerino Francisco da Silva)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial Maria Aparecida Fiddelis (Rua José Augusto, n. 102)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Ferreira Timóteo, s/n)	Caratinga-MG												X
Cruzeiro (Praça Dr. José Augusto)	Caratinga-MG								X				
Oratório Nossa Senhora Aparecida (Praça Dr. José Augusto)	Caratinga-MG								X				
Igreja São João Batista (Praça Dom Pedro II)	Caratinga-MG												X
Asilo São Vicente de Paula (Rua São Vicente de Paula, n. 235)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Rua Antônio Ferreira n. 137)	Caratinga-MG												X
Campo de Futebol de São João do Jacutinga (MG Caratinga Ipanema)	Caratinga-MG										X		
Cemitério de São João do Jacutinga	Caratinga-MG										X		
Centro de Atendimentos (Praça Dom Pedro II, n. 397)	Caratinga-MG										X		
Congregação Cristã no Brasil (MG Caratinga Ipanema)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Praça Dom Pedro II, n. 86)	Caratinga-MG												X
E. E. Mary Luca Chagas (Rua Antônio Ferreira n. 65)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Antônio Ferreira n. 186)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Praça Dom Pedro II, n. 206)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Antônio Cardoso, n. 33)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Antônio Cardoso, n. 101)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Antônio Ferreira n. 33)	Caratinga-MG												X
Quadra de Esportes (Praça Dom Pedro II)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Rua Antônio Ferreira n. 229)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Rua Antônio Ferreira n. 255)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Rute Martins (Rua São Vicente de Paula, n. 235)	Caratinga-MG												X
Ponte sobre o ribeirão Jacutinga	Caratinga-MG												X
Igreja Pentecostal (Rua Antônio Ferreira n. 243)	Caratinga-MG												X
Igreja São Vicente de Paula (Rua São Vicente de Paula)	Caratinga-MG												X
Cruzeiro (Praça Dom Pedro II)	Caratinga-MG								X				
Conjunto de Imagens - Igreja São Vicente de Paula	Caratinga-MG								X				
Vista da Cachoeira situada no córrego Lage	Caratinga-MG										X		
Vista da região do córrego Salim	Caratinga-MG										X		
Propriedade de Paulo Abdaia situada na região do rio Caratinga	Caratinga-MG										X		
Instalações da nova cadeia situada no córrego dos Chaves	Caratinga-MG										X		
Aterro sanitário situado na região do córrego Salim	Caratinga-MG										X		
Vista da estação repetidora - Embratel	Caratinga-MG										X		
Vista da Pedra Itaúna	Caratinga-MG										X		
Região do córrego dos Chaves	Caratinga-MG										X		
Córrego do Pastor	Caratinga-MG										X		
Vista de propriedade rural situada no córrego dos Chaves	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de Seu Jovino situada no córrego do Pastor	Caratinga-MG										X		
Associação Mãe Admiável	Caratinga-MG												X
Igreja de São João (Rua Major Carlos Teixeira, s/n)	Caratinga-MG												X
Terminal Rodoviário Carlos Alberto de Mattos (Praça Francisco Moreira de Carvalho)	Caratinga-MG										X		
Edifiação institucional (Av. Moacyr de Mattos, n. 207)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial (Av. Moacyr de Mattos, n. 217)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
UNEC - Campus I (Av. Moacyr de Mattos, n. 87)	Caratinga-MG												X
Edificação comercial (av. Olegário Maciel, n. 121)	Caratinga-MG												X
Av. Dário Grossi	Caratinga-MG										X		
Ceasa - Caratinga (Bairro Nossa Senhora das Graças)	Caratinga-MG												X
Instituto Hélio Amaral (Bairro Nossa Senhora das Graças)	Caratinga-MG										X		
Vista do Bairro das Graças (Bairro Nossa Senhora das Graças)	Caratinga-MG										X		
UNEC - Campus II (Bairro Nossa Senhora das Graças)	Caratinga-MG												X
Vista da Av. Rezende (Bairro Nossa Senhora das Graças)	Caratinga-MG										X		
Cine Itaúna (Praça Dom Pedro II)	Caratinga-MG												X
Vista da Av. Catarina Crimim	Caratinga-MG										X		
Igreja Nossa Senhora do Carmo (Bairro Esplanada)	Caratinga-MG												X
Av. Olegário Maciel (Centro)	Caratinga-MG										X		
Monumento Menino Maluquinho (Praça dos Rodoviários)	Caratinga-MG										X		
Seminário (Rio-Bahia, BR-116)	Caratinga-MG												X
Igreja Santo Antônio (Bairro Santo Antônio)	Caratinga-MG												X
Praça Dom Pedro II (Bairro Centro)	Caratinga-MG										X		
Rua Raul Soares (Bairro Centro)	Caratinga-MG										X		
Vista da Rua Santa Cruz (Bairro Santa Cruz)	Caratinga-MG										X		
Vista da Praça Getúlio Vargas (Bairro Centro)	Caratinga-MG										X		
Calçadão da Rua Miguel de Castro (Bairro Centro)	Caratinga-MG										X		
Av. Presidente Trancredo Neves (Rio-Bahia BR-116)	Caratinga-MG										X		
Hotel Dom Pedro II (Praça Dom Pedro II)	Caratinga-MG												X
Cine Brasil (Praça Getúlio Vargas)	Caratinga-MG												X
Fórum (Praça Getúlio Vargas)	Caratinga-MG												X
Faculdades Integradas de Caratinga (Rua João Pinheiro)	Caratinga-MG												X
Igreja Presbiteriana (Rua João Pinheiro)	Caratinga-MG												X
Casa do Cidadão (Rua João Pinheiro)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Rua João Pinheiro, n. 368)	Caratinga-MG												X
Prefeitura Municipal de Caratinga (Rua Raul Soares)	Caratinga-MG												X
Parque de Exposições (Bairro Nossa Senhora das Graças)	Caratinga-MG										X		
Vista da Lagoa Vermelha	Caratinga-MG										X		
Vista da região do ribeirão Lagoa próximo a vila de Cordeiro de Minas	Caratinga-MG										X		
Queda d'água situada no ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista da sede da propriedade de Antônio Chagas	Caratinga-MG										X		
Vista da Capela de Santo Antônio situada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista da Fazenda Belmiro Costa situada na região do ribeirão Boi	Caratinga-MG										X		
Vista da Fazenda Vista Alegre localizada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista da lagoa Silvana	Caratinga-MG										X		
Vista da rua principal do povoado de Ilha do Rio Doce situado próximo a BR 458	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de Lalado Crispim situada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de João Garcia situada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista da Lagoa Nova	Caratinga-MG										X		
Campus Piau situado na região da Lagoa do Piau	Caratinga-MG										X		
Vista do Rio Doce situado na região nordeste do distrito de Cordeiro de Minas	Caratinga-MG										X		
"Pedra Rachada" localizada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de Antônio Garcia (Antiga Fazenda União) situada na região do ribeirão Lagoa - Cabeceira	Caratinga-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Propriedade de Divino Theodoro situada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Propriedade de José Garcia situada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de José Martim situada na região do ribeirão Lagoa - Cabeceira	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de Joaquim Guerra Laerte situada na região do córrego do Cascalho	Caratinga-MG										X		
Ponte sobre o ribeirão Boi	Caratinga-MG										X		
Propriedade de João Elídio situada na região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Vista panorâmica da região do ribeirão Lagoa	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial Manoel Cordeiro Lúcio (Rua Luzia Jesus, s/n)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Pedro Rodrigues Costa (Av. Francisco Lopes Faria s/n)	Caratinga-MG												X
Região bacia do córrego dos Bertoudos	Caratinga-MG										X		
Queda d'água existente no córrego dos Bertoudos próximo a vila de Dom Modesto	Caratinga-MG										X		
Casarão existente na região do córrego da Ilha das Cobras	Caratinga-MG										X		
Roda d'água situada na propriedade de Dona Efigênia Rosa Lopes	Caratinga-MG								X				
Sítio Santo Antônio localizado na região do córrego dos Bertoudos	Caratinga-MG										X		
Sítio situado no córrego da Ilha das Cobras de propriedade de Dona Mariquinha	Caratinga-MG										X		
Casa de moinho situada na propriedade de José Teixeira no córrego dos Bertoudos	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Roda d'água instalada na casa de moenda na propriedade de José Teixeira no córrego dos Bertoudos	Caratinga-MG								X				
Sítio Santa de propriedade de Dona Efigênia Rosa Lopes	Caratinga-MG										X		
Mecanismo conjugado a roda d'água utilizado para a moagem de cana	Caratinga-MG								X				
Otaviano Lopes Sobrinho - produtor de cachaça artesanal da região	Caratinga-MG											X	
Área de mata protegida na região do córrego dos Bertoudos	Caratinga-MG										X		
Trecho do córrego dos Bertoudos situado na propriedade de José Teixeira	Caratinga-MG										X		
Sítio de propriedade de Otaviano Lopes Sobrinho	Caratinga-MG										X		
Sítio situado no córrego da Ilha das Cobras de propriedade de Oswaldo de Souza	Caratinga-MG										X		
José Teixeira - proprietário rural	Caratinga-MG											X	
Vista panorâmica da região do ribeirão dos Macacos	Caratinga-MG										X		
Vista da região do ribeirão dos Macacos ao entardecer	Caratinga-MG										X		
Fazenda Triângulo situada na região do córrego dos Macacos	Caratinga-MG										X		
Dona Sônia - moradora da fazenda Triângulo	Caratinga-MG											X	
Vista da região do córrego do Macaco - Cabeceira	Caratinga-MG										X		
Vista da fazenda Triângulo situada na região do córrego do Macaco	Caratinga-MG										X		
Capela Nossa Senhora Aparecida Água Santa situada no córrego Água Santa	Caratinga-MG												X
Vista da região do córrego do Macaco	Caratinga-MG										X		
Fazenda Atalaia situada próximo do encontro do córrego do Macaco com o córrego do Mamão na região denominada por Barra do Macaco	Caratinga-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Haras Relíquia (antiga fazenda do Macaco) de propriedade de Paulo César Alves	Caratinga-MG										X		
Propriedade de "Mundinho Marçal" situada na região do córrego Água Santa	Caratinga-MG										X		
Residência principal do Haras Relíquia (antiga fazenda do Macaco)	Caratinga-MG												X
Vista da fazenda Rogério situada na região do córrego do Macaco	Caratinga-MG										X		
Vista da fazenda Vista Alegre localizada na região do ribeirão do Macaco	Caratinga-MG										X		
Imagem de Nossa Senhora Aparecida Água Santa	Caratinga-MG								X				
Vista da antiga residência pertencente a Antônio Bispo situada no córrego do Macaco	Caratinga-MG										X		
Vista do trecho do ribeirão do Macaco	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de Sebastião Lúcio na região do córrego do Macaco	Caratinga-MG										X		
Vista da região do ribeirão do Macaco	Caratinga-MG										X		
Unidade Básica de Saúde de Dom Lara - prédio da antiga Estação Ferroviária de Dom Lara (Praça José Cardoso de Paiva)	Caratinga-MG												X
Biblioteca comunitária de Dom Lara - prédio do antigo galpão Ferroviário de Dom Lara (Praça José Cardoso de Paiva)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Dona Catarina (Rua Sebastião Laurentino Correia n. 116)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Dona Rosalina (Rua Dr. José Augusto, n. 41)	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Rua Dr.José Augusto [ilegível])	Caratinga-MG												X
Cripta do Padre Antônio de Carvalho (Rua Dr. José Augusto)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Região do córrego São Silvestre	Caratinga-MG										X		
Comunidade Mendes na região do córrego São Silvestre	Caratinga-MG										X		
Fazenda dos Arcos de propriedade de Wilson Pessoa	Caratinga-MG										X		
Instalações da Destilaria Zé Pessoa (Coopercana) desativada na década de 80	Caratinga-MG												X
Antiga sede da fazenda Baixadão	Caratinga-MG												X
Parque Bem-te-vi situado nas imediações do km 09 da MG 425 - antiga casa utilizada como restaurante do parque	Caratinga-MG										X		
Vista interna das instalações da casa de moinho situada no parque Bem-te-vi	Caratinga-MG										X		
Lavoura do café situada nas imediações da fazenda Baixadão	Caratinga-MG										X		
Casa de moinho situada no parque Bem-te-vi	Caratinga-MG												X
Capela Nossa Senhora Auxiliadora situada na região do córrego São Silvestre	Caratinga-MG												X
Monjolo situado no parque Bem-te-vi	Caratinga-MG								X				
Comunidade dos Batistas situada no córrego São Silvestre	Caratinga-MG										X		
Fazenda Providência	Caratinga-MG										X		
Capela São Sebastião situada na região do córrego Cândido Lisboa	Caratinga-MG												X
Região do córrego São Silvestre próximo ao povoado de São Pedro	Caratinga-MG										X		
Escola Municipal São Sebastião situada na região do córrego Cândido Lisboa na porção norte do distrito	Caratinga-MG	Cândido Lisboa											X
Capela de São Pedro situado no povoado de São Pedro	Caratinga-MG												X
Assembléia de Deus (Avenida Franscico Rosa, n. 192)	Caratinga-MG												X
Capelinha Santo Antônio (Avenida Franscico Rosa)	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Cemitério de Santa Efigênia (Avenida Franscico Rosa)	Caratinga-MG										X		
Creche (Avenida Franscico Rosa)	Caratinga-MG												X
Igreja Batista (Avenida Franscico Rosa)	Caratinga-MG												X
Vista da região do córrego do Prata	Caratinga-MG										X		
Fazenda Antunes - sede da propriedade de Benvino Antunes situada no córrego Água Limpa	Caratinga-MG										X		
Capela Nossa Senhora Aparecida situada na região do córrego Vermelho	Caratinga-MG												X
Propriedade de Darci Soares de Moraes situado no córrego Vermelho	Caratinga-MG										X		
Capela Nossa Senhora do Rosário situada no córrego Água Limpa	Caratinga-MG												X
Fazenda Joaquim Matias localizada na região do córrego Vermelho - Cabeceira de propriedade de Pedro Soares Matias	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de Altimar Theodoro Franco situada na região do córrego do Prata	Caratinga-MG										X		
Vista da região serrena do córrego Vermelho	Caratinga-MG										X		
Vista do Poço Fundo situado no córrego Vermelho	Caratinga-MG										X		
Vista da região do córrego Vermelho	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de Alcindino de Souza situada na região do córrego do Prata	Caratinga-MG										X		
Vista da propriedade de João Fernandes situada na região do córrego Vermelho	Caratinga-MG										X		
Córrego Vermelho	Caratinga-MG										X		
Propriedade de José Moura situada na região do rio Claro	Caratinga-MG										X		
Capela Nossa Senhora Aparecida localizada na região do rio Preto	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Escola Estadual Maria Alves da Silveira situada na região do rio Preto	Caratinga-MG												X
Fazenda Rio Claro	Caratinga-MG												X
Fazenda Rio Doce	Caratinga-MG												X
Vista Panorâmica da região de Santa Luzia	Caratinga-MG										X		
Vista da fazenda Flor Corsina situada na região do rio Preto	Caratinga-MG										X		
Pequena queda d'água localizada no rio Preto	Caratinga-MG										X		
Conjunto habitacional Fazendas Riodoce (Rua João da Costa)	Caratinga-MG										X		
Igreja Batista (Rua José Lopes, n. 604)	Caratinga-MG												X
Posto de Saúde Santa Luzia (Praça Josefino Damasceno)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Dona Maria (Praça Josefino Damasceno, n. 39)	Caratinga-MG												X
Edificação residencial Dona Maria (Rua José Lopes, n. 415)	Caratinga-MG												X
Vista da ponte quebrada do ribeirão Jacutinga nas intermediações das regiões da Água Santa e Veadão	Caratinga-MG										X		
Cachoeira do Bom Será situada no ribeirão Jacutinga próxima ao córrego dos Macacos	Caratinga-MG										X		
Vista da panorâmica do ribeirão Jacutinga próximo a região do Veadão	Caratinga-MG										X		
Fazenda situada na região do córrego Veadão pertencente ao Sr. Antônio Fonseca	Caratinga-MG												X
Sede da fazenda Bela Vista de propriedade do Sr. José Machado Pereira, situada próxima a região do córrego de Água Santa, afluente do ribeirão Jacutinga	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sede da antiga residência de Feliciano Miguel Abdaia na fazenda Montes Claros que constitui atualmente a RPPN - FMA (Reserva Particular de Proteção Natural Feliciano Miguel Abdaia)	Caratinga-MG												X
Antigas instalações da serraria e depósito de café pertencentes a fazenda Montes Claros	Caratinga-MG												X
Espécie popularmente conhecida como Jequitibá-Rosa - espaço condicionado para visitação dentro da RPPN - FMA	Caratinga-MG										X		
Margens do rio Manhaçu próximo a região do córrego da Ponte Pedra - local popularmente conhecido como "Prainha"	Caratinga-MG										X		
Mirante situado na RPPN - FMA	Caratinga-MG										X		
Ponte situada no rio Manhaçu na região denominada Ponte de Pedra	Caratinga-MG										X		
Roda de moinho d'água situado dentro da RPPN - FMA	Caratinga-MG								X				
Vista parcial da Mata Atlântica que ocupa a extensão da RPPN - FMA	Caratinga-MG										X		
Situação de paisagens existentes com pastagens e forrageiras a frente e a Mata Atlântica ao fundo	Caratinga-MG										X		
Casa de moinho situada no córrego Suiço de propriedade de Antônio Ângelo Figueiredo	Caratinga-MG												X
Obras de implantação da Hidrelétrica Areia Branca S.A. na região norte do distrito que beneficiará os municípios de Caratinga e Ipanema	Caratinga-MG	Areia Branca									X		
Extensão do rio Manhançu na porção norte do distrito	Caratinga-MG										X		
Vista interna das instalações da casa de moinho de propriedade de Antônio Ângelo Figueiredo	Caratinga-MG										X		
Capela Boa União situada na região do córrego Suiço	Caratinga-MG												X
Igreja do Divino Espírito Santo situada no povoado Suiço	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Vista da rua principal do povoado Suiço	Caratinga-MG										X		
Serra da Jacutinga	Caratinga-MG										X		
Vista da região do ribeirão Jacutinga - Cabeceira	Caratinga-MG										X		
Vista da sede da fazenda Cabeceira do Jacutinga	Caratinga-MG										X		
Capela dos Rodrigues na região do córrego do Emboque	Caratinga-MG												X
Região do córrego do Emboque	Caratinga-MG										X		
Escola maria Quitéria na região do córrego Volta Grande - cabeceira	Caratinga-MG												X
Sítio Zé Quitéria na região do córrego Volta Grande - cabeceira	Caratinga-MG										X		
Capela do Divino Espírito Santo na região do córrego Volta Grande - cabeceira	Caratinga-MG												X
Sede da fazenda Botelho na região do córrego dos Botelho	Caratinga-MG												X
Roda d'água pertencente a fazenda Botelho	Caratinga-MG								X				
Moinho d'água pertencente a fazenda Botelho	Caratinga-MG								X				
Pedra de moinho - fazenda Botelho	Caratinga-MG								X				
Região do córrego do Retiro	Caratinga-MG										X		
Sede da fazenda Cachoeira próximo ao encontro do córrego do Botelho com o ribeirão Jacutinga	Caratinga-MG												X
Vista da fazenda Cachoeira	Caratinga-MG										X		
Povoado de Cachoeira Alegre situado no sul do território que constitui o distrito de Sapucaia	Caratinga-MG	Sapucaia									X		
Residência de "Seu Pio da Cachaça" situada no povoado de Cachoeira Alegre	Caratinga-MG												X
"Seu Pio da Cachaça" - conhecido produtor de cachaça artesanal	Caratinga-MG						X					X	
Fazenda Barreirinha próxima ao córrego Barreirinha	Caratinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Região do córrego Santa Cruz do Galho - cabeceiras; Propriedade de José Costa de Oliveira conhecido como "Zé Táta"	Caratinga-MG										X		
Vista da capela de São José situada em região próxima do córrego Santa Cruz do Galho	Caratinga-MG										X		
Vista da fazenda Bela Vista situada na região do ribeirão do Galho - cabeceiras	Caratinga-MG										X		
Parol - cocho de madeira que serve como recipiente para receber o caldo de cana saído da moenda; Equipamento pertencente a fazenda São Pedro	Caratinga-MG								X				
Vista da fazenda Cachoeira Alegre	Caratinga-MG										X		
Alambique situado na fazenda São Pedro	Caratinga-MG								X				
Tonel - grande recipiente formado por dois tampos planos e aduelas unidas e presas por arcos metálicos, utilizado para armazenamento de aguardente de cana; equipamento pertencente a fazenda São Pedro	Caratinga-MG								X				
Capela de São Vicente de Paula situada no povoado de São Vicente da Guanabara	Caratinga-MG												X
Propriedade de dona Madalena situada no córrego do Sobra próximo ao povoado de São Vicente da Guanabara	Caratinga-MG										X		
Vista da capela de São Sebastião situada na região das Quatro Encruzilhadas	Caratinga-MG										X		
Campo de Futebol de Sapucaia (Rua Francisco Ferreira Timóteo)	Caratinga-MG	Sapucaia									X		
Escola Estadual Cel. Florentino Miranda Costa (Rua Francisco Ferreira Timóteo, n. 362)	Caratinga-MG	Sapucaia											X
Coreto Capitão Rufino de F. Guimarães (Praça Dr. José Augusto)	Caratinga-MG										X		
Edificação residencial (Praça Dr. José Augusto, n. 236)	Caratinga-MG												X
Vista da região do córrego Jesus	Caratinga-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Salão de conferência da sociedade São Vicente de Paula situada na região do córrego Jesus	Caratinga-MG												X
Roda d'água instalada nas proximidades do ribeirão Jacutinga	Caratinga-MG								X				
Propriedade de João Batista situada na região do córrego do Mono próximo da área urbana do distrito de São João do Jacutinga	Caratinga-MG										X		
Academia Zélia Olguin (R. Ipê, 763)	Ipatinga-MG	Horto									X		
Estação Ferroviária (Estação da Memória - antiga Estação de Ipatinga) (R. Belo Horizonte esq. Com R. Montes Claros, 272)	Ipatinga-MG	Centro								X			
Antiga Fazendinha - antiga sede da Fazenda do barbeiro (Av. José Júlio da Costa, 2835)	Ipatinga-MG	Ferroviários											X
Antigas casas dos Ferroviários (Av. Londrina, 270 e 282)	Ipatinga-MG	Veneza								X			
Árvore Ficus Elástica (Av. Japão esq. com R. Nicarágua)	Ipatinga-MG	Cariru									X		
Árvore Ipê Peroba (R. Serra Estrela esq. com R. Aracaju)	Ipatinga-MG	Jardim Panorama									X		
Fazenda Bom Jardim - sede da fazenda (R. Dália, s/n)	Ipatinga-MG	Bom Jardim									X		
Grande Hotel Ipatinga (R. Antares, 950)	Ipatinga-MG	Castelo											X
Igreja Católica São Vicente de Paula - Igreja do Ipaneminha (Largo da igreja)	Ipatinga-MG	Ipaneminha											X
Igreja do Barra Alegre/ Igreja Nossa Senhora da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre											X
Imagem de N. Sra. da Esperança - Igreja de Nossa Senhora da Esperança (Av. Castelo Branco, s/n)	Ipatinga-MG	Horto							X				
Igreja Católica de Nossa Senhora da Esperança (Av. Castelo Branco, 689)	Ipatinga-MG	Horto							X				
Locomotiva Maria Fumaça e Carros de Passageiros	Ipatinga-MG									X			
Pontilhão de ferro sobre o ribeirão Ipanema (dossiê revisado e enviada ao IEPHA em abril de 2006) (R. Belo Horizonte)	Ipatinga-MG	Centro								X			

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sede do Clube Dançante N. Sra. do Rosário - Congado Ipaneminha	Ipatinga-MG	Ipaneminha											X
Teatro Zélia Olguin (Av. Itália, s/n)	Ipatinga-MG	Cariru											X
Ruínas da Primeira Estação Ferroviária - Estação Pedra Mole (às margens do Rio Piracicaba, quase em frente à sua confluência deste com o Rio Doce)	Ipatinga-MG	Cariru e Castelo								X			
Congada	Ipatinga-MG							X					
Festa do Divino	Ipatinga-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Ipatinga-MG				X								
Reisado	Ipatinga-MG				X								
Parque Ipanema (entre a Av. Burle Marx e a margem direita do ribeirão Ipanema)	Ipatinga-MG	Parque Ipanema											X
Maciço de Pedra Branca	Ipatinga-MG	Pedra Branca									X		
Parque da União	Ipatinga-MG	Planalto											X
Parque ambiental Samambaia (R. Samambaia, s/n)	Ipatinga-MG	Bom Jardim											X
Casario da Rua Nossa Senhora das Graças - antiga Rua do Buraco (R. Nsa. Sra. Das graças, nº das casas não registrados)	Ipatinga-MG	Novo Centro											X
Praça Natsuo Isak / Pça. Do Centro Comercial (Centro Comercial entre Av. Itália, Av. Japão e R. Argentina)	Ipatinga-MG	Cariru											X
Sede de Fazenda de José Teixeira de Andrade (Estr. de acesso à região do Tribuna, s/n)	Ipatinga-MG	Tribuna											X
Parque das Cachoeiras (Coordenadas UTM 752.427 x 7.850.308)	Ipatinga-MG	Barra Alegre											X
Sede da antiga Fazenda Quente Sol (Av. José Anatólio, 4951 - Fazenda 3)	Ipatinga-MG	Limoeiro											X
Sede da antiga Fazenda Pontal Alegre (R. Maitaca, 450)	Ipatinga-MG	Vila Celeste											X
Sede da Fazenda de Juventino Gomes Ribeiro (Estr. para Ipaneminha, s/n)	Ipatinga-MG	Ipaneminha											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência de D. Clara Maria Alves - antiga sede da Fazenda Limoeiro (R. Nozes, 20)	Ipatinga-MG	Limoeiro											X
Antiga sede da Fazenda do Eliseu (Av. Forquilha, 721)	Ipatinga-MG	Forquilha											X
Sede da Fazenda Boa Esperança (R. Monte Pascoal, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre											X
Parque das Montanhas (acesso pela R. Pontal - divisa com o município de Santana do Paraíso)	Ipatinga-MG	Bethânia (Vila Militar)											X
Capela velório antiga do Cemitério Parque Nossa Senhora da Paz (Av. Londrina, s/n)	Ipatinga-MG	Veneza											X
Cemitério do Barra Alegre (R. José Geraldo Ricardino, 267)	Ipatinga-MG	Barra Alegre									X		
Cemitério do Bom Jardim (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Joaquim Gonçalves Rosa, 459)	Ipatinga-MG	Bom Jardim									X		
Residência de Marília Corrêa da Silva (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Caviúna, 105, Bloco N)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência de Djalma da Silva Quinhão (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Caviúna, 108, Bloco P)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência de Aldair Anselmo dos Santos (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Caviúna, 105, Bloco N)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência de Fátima Cristina dos Santos (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Caviúna, 109, Bloco K)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência de Neide Aparecida Martins (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Caviúna, 107, Bloco K)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência de Flávio Cotta Cordeiro (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Caviúna, 101, Bloco A)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência de Wanda Gomes (R. Cedro, 417)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência Regina Maria de Souza Leão Ataíde (R. Jequitibá, 792)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência de Rui Barbosa dos Santos (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Jacarandá, 554)	Ipatinga-MG	Horto											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência de Wédina Aparecida de Paula (feita vistoria, mas não enviada ao IEPHA) (R. Síria, 21)	Ipatinga-MG	Cariru											X
Residência de Geraldo Sebastião Pimentel (R. Chile, 133)	Ipatinga-MG	Cariru											X
Residência de Valter Martins Oliveira (R. Afonso Pena, 92)	Ipatinga-MG	Bom Retiro											X
Residência de Séfora Trindade Chagas (R. Santos, 65)	Ipatinga-MG	Vila Ipanema											X
Sede da Fazenda Morro Escuro (Estr. do Morro Escuro, s/n)	Ipatinga-MG	Morro Escuro											X
Sede da Fazenda do José Teixeira Andrade (Pça. Da Tribuna, s/n)	Ipatinga-MG	Tribuna											X
Antiga escolinha da Fazenda do José Teixeira Andrade (Pça. Da Tribuna, s/n)	Ipatinga-MG	Tribuna											X
Igreja de São José Operário (Pça. Da Tribuna, s/n)	Ipatinga-MG	Tribuna											X
Conjunto Urbanístico da Rua Síria - Casas Sedes dos operários (R. Síria, s/n)	Ipatinga-MG	Cariru											X
Estação ferroviária Intendente Gravatá (Rod. BR-381)	Ipatinga-MG									X			
Casa do Teatro Farroupilha (Av. Londrina, 180)	Ipatinga-MG	Veneza II											X
Teatro Circular Farroupilha (Av. Londrina, 180)	Ipatinga-MG	Veneza II											X
Casa de Madeira (R. Cedro (antiga Rua J), 476)	Ipatinga-MG	Horto											X
Residência do Sr. Alípio (Estr. Bela Vista de Ipaneminha)	Ipatinga-MG	Ipaneminha											X
Traçado Urbano de Ipaneminha (Ipaneminha-Rodovia)	Ipatinga-MG	Ipaneminha											X
Ipatingão (Av. Burle Marx, s/n)	Ipatinga-MG	Parque Ipanema											X
Cruzeiro do Trevo (Trevo entre o acesso dos bairros Vila Ipanema, Castelo Branco e Cariru)	Ipatinga-MG								X				
Cruzeiro do Hotel (Canteiro central da BR-381, em frente ao Century Hotel - antigo Luxor Hotel)	Ipatinga-MG								X				
Imagem de Jesus Crucificado - Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Av. Japão, 845)	Ipatinga-MG	Cariru							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Mesa de altar com relíquias - Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Av. Japão, 845)	Ipatinga-MG	Cariru							X				
Objeto litúrgico processional ostensório do Divino - Igreja Nsa. Sra. Da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre							X				
Imagem de Nossa Senhora da Conceição - Igreja Nsa. Sra. Da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre							X				
Imagem de Nossa Senhora Aparecida - Igreja Nsa. Sra. Da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre							X				
Imagem de São Geraldo - Igreja Nsa. Sra. Da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre							X				
Imagem de Santa Luzia - Igreja Nsa. Sra. Da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre							X				
Imagem de São Vicente de Paula - Igreja Nsa. Sra. Da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre							X				
Debulhadeira de Milho	Ipatinga-MG	Morro Escuro							X				
Cruzeiro de madeira	Ipatinga-MG								X				
Escultura em aço sucateado	Ipatinga-MG								X				
Compoteira - Centro de Educação Portal da Mata Atlântica (Fazenda do Zeca)	Ipatinga-MG	Tribuna							X				
Moedor de Café - Centro de Educação Portal da Mata Atlântica (Fazenda do Zeca)	Ipatinga-MG	Tribuna							X				
Violão (R. Bananal, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre							X				
Acordeon Hohner - Centro de Educação Portal da Mata Atlântica (Fazenda do Zeca)	Ipatinga-MG	Tribuna							X				
Garrucha - Centro de Educação Portal da Mata Atlântica (Fazenda do Zeca)	Ipatinga-MG	Tribuna							X				
Arquivo fotográfico da Prefeitura Municipal de Ipatinga - Prédio sede da Prefeitura Municipal de Ipatinga (Av. Jorge Selim de Salles, 100)	Ipatinga-MG	Centro				X							

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Arquivo eclesiástico da Igreja Nossa Senhora da Conceição - Igreja Nsa. Sra. Da Conceição (Av. Francisco Rodrigues, s/n)	Ipatinga-MG	Barra Alegre				X							
Gameleira (Pça. Do núcleo urbano de Ipaneminha, s/n)	Ipatinga-MG	Ipaneminha									X		
Conjunto Paisagístico RPPN do Zaca (Zona Rural, regional 09, coord. Geog. 19°25.236'S e 42°37.029'W lat./long.)	Ipatinga-MG	Tribuna									X		
Conjunto Paisagístico entrada Sítio Riacho da Serra (Zona Rural, regional 09, coord. Geog. 19°25.889'S e 42°36.196'W lat./long.)	Ipatinga-MG	Tribuna									X		
Conjunto natural paisagístico Morro do Leão Deitado (Zona Rural, regional 09, coord. Geog. 19°24.672'S e 42°37.658'W lat./long.)	Ipatinga-MG	Tribuna									X		
Benzeção (Estr. Bela Vista de Ipaneminha)	Ipatinga-MG	Ipaneminha					X						
Festa Junina do Cariru (ao longo da Av. Kyoshi Tsunawaki)	Ipatinga-MG	Cariru			X								
Festa da Banana de Pedra Branca	Ipatinga-MG	Pedra Branca			X								
Folia do Divino (R. Bananal)	Ipatinga-MG	Barra Alegre			X								
Complexo turístico Estação Pouso de Água Limpa (margem direita do ribeirão Ipanema, s/n)	Ipatinga-MG	Centro									X		
CLESI - Clube de Escritores de Ipatinga	Ipatinga-MG	Centro									X		
Biblioteca "Zumbi dos Palmares"	Ipatinga-MG	Centro											X
Arquivo Documental Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	Ipatinga-MG	Centro				X							
Escultura Amílcar de Castro	Ipatinga-MG	Centro							X				
Monumento Tomie Ohtake	Ipatinga-MG	Ferroviários							X				
Projeto Xerimbabo	Ipatinga-MG	Usipa				X			X				
Clube Ipê	Ipatinga-MG	Horto											X
Praça Central	Ipatinga-MG	Bela Vista									X		
Cultura Nipo Brasileira, acervo de Sandro Yamano	Ipatinga-MG	Bom Retiro				X							

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Campo do Jabaquara	Ipatinga-MG	Bom Retiro											X
Clube Industrial	Ipatinga-MG	Bom Retiro											X
Clube Morro do Pilar	Ipatinga-MG	Castelo				X							
Bar do Expedito	Ipatinga-MG	Bom Jardim									X		
Acervo do CEDOC 7: CUT e o movimento esquerdista de Ipatinga	Ipatinga-MG	Centro				X							
Acervo Usiminas	Ipatinga-MG	Usiminas				X							
Casa de apoio aos pacientes oncológicos	Ipatinga-MG	Ferroviários											X
Hospital Márcio Cunha	Ipatinga-MG	Cariru											X
Santuário Senhor do Bomfim	Ipatinga-MG	Cidade Nobre									X		X
Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Ipatinga-MG	Castelo											X
EXPOUSIPA	Ipatinga-MG	Usipa				X			X				
Antigo Centro Comercial	Ipatinga-MG	Bela Vista											X
Camelódromo	Ipatinga-MG	Centro											X
Colégio São Francisco Xavier	Ipatinga-MG	Cariru											X
Escola Almirante Toyota	Ipatinga-MG	Cariru											X
Cemitério Indígena	Ipatinga-MG	Cariru									X		
Festival Roda Viva	Ipatinga-MG	Bom Jardim			X								
Amigos do Belá	Ipatinga-MG	Bela Vista			X								
Unidade artesanal de processamento de frutas, produção de quitandas e artesanato Fábrica de Banana	Ipatinga-MG	Pedra Branca									X		
Confeitaria Dona Angelina	Ipatinga-MG	Iguaçu					X						
Luthier: Francis	Ipatinga-MG	Jardim Panorama					X						
Jornal Vale do Aço	Ipatinga-MG	Centro				X							
Jornal Diário do Aço	Ipatinga-MG	Centro				X							
Série Perfil Jornal Diário do Aço	Ipatinga-MG	Centro				X							
Árvore da Gameleira	Santana do Paraíso-MG										X		
Casarão do Ipaba	Santana do Paraíso-MG												X
Igreja Matriz de Santana do Paraíso	Santana do Paraíso-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja de Nossa Senhora Aparecida	Santana do Paraíso-MG												X
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Santana do Paraíso-MG												X
Casarão do Sr. Alberto Madeira	Santana do Paraíso-MG												X
Casarão da Fazenda do Genésio	Santana do Paraíso-MG												X
Casarão do Dico Anício	Santana do Paraíso-MG												X
Biblioteca Pública Romancina de Oliveira Barbosa	Santana do Paraíso-MG												X
Ruínas da Estação de Ipaba	Santana do Paraíso-MG												X
Festa de Santana	Santana do Paraíso-MG				X								
Congado Nossa Senhora do Rosário	Santana do Paraíso-MG				X								
Cachoeira Paraíso	Santana do Paraíso-MG										X		
Cachoeira Bela Vista	Santana do Paraíso-MG										X		
Cachoeira da Batinga	Santana do Paraíso-MG										X		
Cachoeira do Engenho Velho	Santana do Paraíso-MG										X		
Lagoa da Prata	Santana do Paraíso-MG										X		
Gameleira do Soveno	Santana do Paraíso-MG										X		
Pico da Serenata	Santana do Paraíso-MG										X		
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha (Praça da Matriz, s/n)	Ipaba-MG												X
Cinema Municipal (Av. José Rodrigues de Almeida)	Ipaba-MG												X
Fazenda Macedônio (Zona Rural)	Ipaba-MG												X
Igreja de São Sebastião (Praça José Lanzelotti)	Ipaba-MG												X
Lagoa de Ipaba	Ipaba-MG												X
Vista do Rio Doce	Ipaba-MG												X
Casa de Cultura	Belo Oriente-MG												X
Cruzeiro	Belo Oriente-MG								X				
Jaqueiras	Belo Oriente-MG										X		
Sino da antiga capela de Nossa Senhora da Piedade	Belo Oriente-MG								X				
Festa do Senhor Bom Jesus	Belo Oriente-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Belo Oriente-MG				X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Estação Ferroviária Frederico Sellow - EFVM	Belo Oriente-MG									X			
Marujada	Belo Oriente-MG				X								
Praia do Rio Santo Antônio	Belo Oriente-MG										X		
Igreja de São Bartolomeu	Belo Oriente-MG										X		
Igreja Presbiteriana	Belo Oriente-MG												X
Prefeitura Municipal	Belo Oriente-MG												X
Coreto da Praça Nossa Senhora da Piedade	Belo Oriente-MG										X		
Praça Nossa Senhora da Piedade	Belo Oriente-MG										X		
Capela de Nossa Senhora da Piedade	Belo Oriente-MG												X
Praça da Jaqueira	Belo Oriente-MG										X		
Praça Principal	Belo Oriente-MG										X		
Rio Santo Antônio	Belo Oriente-MG										X		
Praça e passagem em Cachoeira Escura	Belo Oriente-MG										X		
Cachoeira Fest e Sarau Literário em Cachoeira Escura	Belo Oriente-MG				X								
Festival do Folclore em Bom Jesus do Bagre	Belo Oriente-MG	Bom Jesus do Bagre			X								
Festa da Padroeira	Belo Oriente-MG				X								
Cachoeira Escura	Belo Oriente-MG										X		
Antiga Fazenda no Distrito de Bom Jesus do Bagre	Belo Oriente-MG	Bom Jesus do Bagre									X		
Unidade Básica de Saúde em São Sebastião do Braúna	Belo Oriente-MG												X
Pavimentação em São Sebastião do Braúna	Belo Oriente-MG										X		
Cavalgada Pó na Estrada	Belo Oriente-MG				X								
Dança da Fita	Belo Oriente-MG				X								
Moinho Fazenda do Lóri	Belo Oriente-MG								X				
Casa em São Sebastião das Braúnas	Belo Oriente-MG												X
Farmácia [ilegível] [ilegível]	Belo Oriente-MG												X
Sítios arqueológicos (localidade “Praia da Missa”)	Belo Oriente-MG		X										
Acervo da Estação Ferroviária Vitória Minas	Belo Oriente-MG					X							
Cruz de Frederick von Shellow	Belo Oriente-MG										X		
Sítios Naturais	Belo Oriente-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja Matriz Santo Estevão	Iapu-MG												X
Imagem Santo Estevão	Iapu-MG								X				
Fazenda Califórnia	Iapu-MG												X
Capela da Fazenda Califórnia	Iapu-MG												X
Fazenda Tio Cotinho	Iapu-MG												X
Fazenda Saturnino	Iapu-MG												X
Fazenda da Gruta	Iapu-MG												X
Vitrais Igreja Matriz de Santo Estevão	Iapu-MG												X
Oratório do acervo da Igreja Matriz Santo Estevão	Iapu-MG								X				
Retábulo Mor da Igreja Matriz Santo Estevão	Iapu-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora Aparecida	Iapu-MG								X				
Roda d'água antiga	Iapu-MG								X				
Forno de barro - antigo	Iapu-MG								X				
Moinho de milho - antigo	Iapu-MG								X				
Folia de São Sebastião	Iapu-MG				X								
Folia do Divino	Iapu-MG				X								
Folia de Reis	Iapu-MG				X								
Folia de São Pedro	Iapu-MG				X								
Folia de Santo Estevão Padroeiro da Cidade	Iapu-MG				X								
Folia do mês de Maria	Iapu-MG				X								
Bandeira de São Sebastião	Iapu-MG								X				
Chapéus da Folia de São Sebastião	Iapu-MG								X				
Bandeira do Divino	Iapu-MG								X				
Vestimentas da Folia de Reis	Iapu-MG								X				
Antiga bandeira da Folia de Reis	Iapu-MG								X				
Nova bandeira da Folia de Reis	Iapu-MG								X				
Instrumentos utilizados na Folia de Reis	Iapu-MG								X				
Toalha utilizada na Folia de Reis	Iapu-MG								X				
Bandeira da Folia de São Pedro	Iapu-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Arquivo textual e iconográfico do acervo particular de Celso Emygodio Alves (Praça Matriz)	Iapu-MG					X							
Arquivo eclesiástico Igreja Matriz de Santo Estevão (Praça Matriz)	Iapu-MG					X							
Gruta (Fazenda da Gruta, Zona Rural)	Iapu-MG										X		
Residência São Sebastião da Barra (Rua principal de São Sebastião da Barra)	Iapu-MG												X
Imagem de São Sebastião da Barra, Igreja de São Sebastião da Barra, Rua principal de São Sebastião da Barra)	Iapu-MG								X				
Capela de São Sebastião	Periquito-MG												X
Cemitério Municipal	Periquito-MG										X		
Antiga Casa de Turma 1	Periquito-MG												X
Antiga Casa de Turma 2	Periquito-MG												X
Galpão	Periquito-MG												X
Conjunto Arquitetônico de Residências	Periquito-MG												X
Igreja de São José	Periquito-MG												X
Casa do antigo Correio	Periquito-MG												X
Antigo Comércio 1	Periquito-MG												X
Antigo Comércio 2	Periquito-MG												X
Antiga Estação	Periquito-MG									X			
Antiga Casa de Turma 3	Periquito-MG												X
Antiga Casa de Turma 4	Periquito-MG												X
Antiga Casa de Turma 5	Periquito-MG												X
Antiga Casa de Turma 6	Periquito-MG												X
Antiga Casa de Turma 7	Periquito-MG												X
Escola Municipal Dom José Maria Pires	Periquito-MG												X
Antiga Casa de Trole	Periquito-MG												X
Cartório de Pedra Corrida	Periquito-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Acervo da Escola Municipal Dom José Maria Pires	Periquito-MG					X							
Festa de São José	Periquito-MG				X								
Conjunto Paisagístico das praças Tião Alves, Antônio Fernandes de Oliveira, Rodolfo Custódio e Canteiros	Fernandes Tourinho-MG										X		
Igreja Nosso Senhor do Bom Jesus	Fernandes Tourinho-MG												X
Imagem do Senhor Bom Jesus	Fernandes Tourinho-MG								X				
Festa da Cidade	Fernandes Tourinho-MG				X								
Residência José Mateus Ramos (R. Frederico Ozanam, 57)	Fernandes Tourinho-MG												X
Galpão para Marcenaria de Roque Soares Marques (R. Presidente Vargas, 85)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Roque Soares Marques (R. Presidente Vargas, 74)	Fernandes Tourinho-MG												X
Prefeitura Municipal (Pça. João XXIII, 13)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Maria Rosa da Silva (R. 1° de Março, 57)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Expedito Vieira de Almeida (R. 1° de Março, 255)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Armindo Francisco Pereria (R. 1° de Março, 283)	Fernandes Tourinho-MG												X
Estabelecimento Comercial de Armindo Francisco Pereira (R. 1° de Março, 291)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Marcos Rogério de Souza (R. 1° de Março, 307)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Waldemir Abreu (R. 1° de Março, 358)	Fernandes Tourinho-MG												X
Palco (Pça. Antônio Fernandes, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Creche Dona Crioula (Pça. Antônio Fernandes, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Centro Cultural Recreativo (Pça. Rodolfo Custódio, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Câmara Municipal e Banco SICOOB (Pça. Rodolfo Custódio, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Unidade Sanitária Sebastião Marcelino (R. Presidente Vargas, 141)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Antônio Zito Neto (R. João Avelino, 63)	Fernandes Tourinho-MG												X
Casa de Oração (R. 1° de Março, 225)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Ercídio Araújo (R. 1° de Março, 275)	Fernandes Tourinho-MG												X
Sede de Fazenda Adjalma Alves Pinto (Estrada de Acesso ao Povoado Córrego do Arroz, a 5 km da cidade)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Arroz											X
Capela Nossa Senhora Aparecida (Vila Jacinto Custódio, a 10 km da cidade)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Arroz											X
Sede da Fazenda Efigênia Marcelina de Jesus (a 1,5km da Vila Jacinto Custódio)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Arroz											X
Sede de Fazenda Augustinho Vieira da Silva (a 2,5km da Vila Jacinto Custódio)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Arroz											X
Fazenda Vista Bonita de Sebastião Félix da Silva (próxima à Estrada A900, que liga a BR116)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Ilhéus											X
Residência de Francisco da Natalidade (Córrego dos Candinhos - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Candinhos											X
Carpintaria de Francisco da Natalidade (Córrego dos Candinhos - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Candinhos											X
Residência Ivo Leonídio Lopes (Córrego dos Candinhos - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Candinhos											X
Residência de Maria Joana (Córrego dos Candinhos - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Candinhos											X
Fazenda Cristalina de Ageu Pereira da Cunha (Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Sítio Beija-Flor de Enéas Alives (sem não mas existente) (Córrego dos Ilhéus - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Ilhéus											X
Sítio Boa Vista de Brás Ferreira (Córrego dos Ilhéus - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Ilhéus											X
Praça João XXIII	Fernandes Tourinho-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Secretaria de Educação (Pça. João XXIII, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Pça. Prefeito João Moreira (R. Joaquim Ribeiro Carvalhães, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Cemitério Bom Jesus (final da R. Joaquim Ribeiro Carvalhães)	Fernandes Tourinho-MG										X		
Estabelecimento comercial de José Calixto da Cruz (R. Manoel Pereira Neves, 16)	Fernandes Tourinho-MG												X
Estabeleimento comercial de Walace Teodoro de Oliveira (R. 1° de Março, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Geraldo Alves da Silva (R. 1° de Março, 60)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Rosini Magalhães Filho (R. 1° de Março, 97)	Fernandes Tourinho-MG												X
Casa da Roça de William Moreira Martins (R. 1° de Março, 141)	Fernandes Tourinho-MG												X
Estabelecimento comercial desativado de Rubem Alves de Almeida (R. 1° de Março, 308)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residênia Zilmar Moreira (R. 1° de Março, 327)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Cusódio Maçal (R. 1° de Março, 372)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Zilmar Moreira (prolongamento R. Frei Roberto, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Praça Tião Alves (R. Carlos Barros, s/n)	Fernandes Tourinho-MG										X		
Blue Star Clube Piscina's de Marli Teodoro Fernandes Aguiar (R. Carlos Barros, 190)	Fernandes Tourinho-MG												X
Hotel de Marli Teodoro Fernandes Aguiar (R. Carlos Barros, 180)	Fernandes Tourinho-MG												X
Escritório da Telemar (R. Sebastião Anastácio, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Rua Área de Lazer (ligação entre as ruas Sebastião Anastácio e Presidente Vargas)	Fernandes Tourinho-MG												X
Sociedade São Francisco de Paula (R. Frederico Ozanam, 68)	Fernandes Tourinho-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Praça Rodolfo Custódio	Fernandes Tourinho-MG										X		
Escola Municipal Alda Fernandes Gouveia (Pça. Antônio Fernandes, s/n)	Fernandes Tourinho-MG												X
Cemitério Cantinho de Descanso (R. Frei Roberto, s/n)	Fernandes Tourinho-MG										X		
Residência Antônio Braga da Silva (R. José Mizael, 129)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Alexandre Souza (R. Sebastião Marcelino, 211)	Fernandes Tourinho-MG												X
Escola Estadual Agripino Vilas Novas (R. Sebastião Marcelino, 533)	Fernandes Tourinho-MG												X
Canteiro Central da Rua Sebastião Marcelino (R. Sebastião Marcelino)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência José Reinaldo da Silva (R. Sebastião Marcelino, 587)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Levino Gonçalves (R. Sebastião Marcelino, 644)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Terezinha Mariana da Silva (R. Sebastião Marcelino, 764)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Ildo Luiz da Fonseca (R. Sebastião Marcelino, 771)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Maria Celestina de Jesus (R. Sebastião Marcelino, 798)	Fernandes Tourinho-MG												X
Residência Emília Nascimento (R. Sebastião Marcelino, 811)	Fernandes Tourinho-MG												X
Fazenda Longina da Fonseca (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Fazenda José Ferreira Sobrinho (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Fazenda Anélio Alves da Silva (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fazenda Paulo Celso Luciano (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Fazenda Raimundo Gonçalves de Lima (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Tulha da Fazenda Raimundo Gonçalves de Lima (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Escola Municipal Joaquim Verônico da Fonseca (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Capela Nossa Senhora Aparecida do Córrego Água Doce (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Residência Joaquim Verônico (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Residência Vitalina Amaro (Próximo a Rodovia 020, Córrego Água Doce - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Água Doce											X
Residência José Tobias (Próximo a Rodovia 020, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda José Tobias (com tulha) (Próximo a Rodovia 305, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda Gabriel Francisco Martins (Próximo a Rodovia 305, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda em Ruínas Dr. Jacy Junqueira (Próximo a Rodovia 305, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda Vitalina Lopes Pereira (Próximo a Rodovia 305, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda Monsueto Augusto (Próximo a Rodovia 425, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Residência Monsueto Augusto (Próximo a Rodovia 425, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fazenda Walace Alves Cardoso (Próximo a Rodovia 305, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda Raimunda Inês (Próximo a Rodovia 305, Córrego Vista Alegre - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Vista Alegre											X
Fazenda Sebastião Bento Casimiro (Próximo a Rodovia 305, Córrego Vista Alegre - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Vista Alegre											X
Fazenda Célio Jacomini de Morais (Próximo a Rodovia 310, Córrego Preto - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Preto											X
Fazenda Jacinto Venceslau Martins (Próximo a Rodovia 110, Povoado Córrego do Arroz)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Arroz											X
Fazenda reformada de José Ramos Dias (Próximo a Rodovia 320, Córrego Bom Será - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Bom Será											X
Fazenda José Ramos Dias (Próximo a Rodovia 320, Córrego Bom Será - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Bom Será											X
Fazenda José de Paula Martins (Próximo a Rodovia 110, Córrego Bom Será - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Bom Será											X
Fazenda Ageu Pereira da Cunha (Próximo a Rodovia 320, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda Sebastiana Maria Jesus (Córrego dos Candinhos - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Candinhos											X
Fazenda José Geraldo Santana (Próximo a Rodovia 110, Córrego Bom Será - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Bom Será											X
Fazenda abandonada Vereador Antônio Zito de Melo (Próximo a Rodovia 110, Córrego Bom Será - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Bom Será											X
Sítio Sonho Dourado de Lavínia Vilas Novas (Próximo a Rodovia 120, Córrego Preto - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Preto											X
Residência de Lavínia Vilas Novas (Próximo a Rodovia 120, Córrego Preto - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Preto											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fazenda Reformada de Maria do Carmo Pereira Zagola (Próximo a Rodovia 080, Córrego Boa Esperança - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Boa Esperança											X
Fazenda Maria do Carmo Pereira Zagola (Próximo a Rodovia 080, Córrego Boa Esperança - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Boa Esperança											X
Residência Aerton (R. Joaquim Mendonça, 35)	Fernandes Tourinho-MG	Senhora da Penha											X
Igreja Nossa Senhora da Penha (R. Joaquim Mendonça, s/n)	Fernandes Tourinho-MG	Senhora da Penha											X
Estabelecimento Comercial Nilo Alves da Silva (R. Joaquim Mendonça, s/n)	Fernandes Tourinho-MG	Senhora da Penha											X
Fazenda Oséias Batista Ramos (Próximo a Rodovia 130, Córrego Preto - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Preto											X
Fazenda Celso Chaves de Sá (Próximo a Rodovia 080, Córrego Cabeceira do Marumbá - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Cabeceira do Marumbá											X
Fazenda José Agripino Vilas Novas (Próximo a Rodovia 080, Córrego Cabeceira do Marumbá - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Cabeceira do Marumbá											X
Fazenda Vicente Fernandes de Oliveira (Próximo a Rodovia 080, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Fazenda Roberto Campos (Próximo a Rodovia 010, Córrego Marumbá - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Marumbá											X
Residência abandonada Odilon Ribeiro Carvalhães (Próximo a Rodovia 290, Córrego dos lhéus - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Ilhéus											X
Igreja de Nossa Senhora Aparecida (Próximo a Rodovia 290, Córrego dos lhéus - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Ilhéus											X
Fazenda João Pedro de Freitas (Próximo a Rodovia 290, Córrego dos lhéus - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Ilhéus											X
Capela São Francisco de Assis (Próximo a Rodovia 290, Córrego dos lhéus - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Ilhéus											X
Fazenda José Pereira (Próximo a Rodovia 400, Córrego do Barbudo - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Barbudo											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fazenda abandonada José Pereira (Próximo a Rodovia 400, Córrego do Barbudo - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Barbudo											X
Fazenda abandonada Pedro Alves Filho (Próximo a Rodovia 400, Córrego do Barbudo - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Barbudo											X
Acervo de imagens sacras da Igreja Nosso Senhor do Bom Jesus (Pça. João XXIII)	Fernandes Tourinho-MG								X				
Acervo de retratos da Câmara Municipal (Pça. Rodolfo Custódio)	Fernandes Tourinho-MG								X				
Carro de boi de Francisco da Natalidade (Córrego dos Candinhos - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Candinhos							X				
Acervo de objetos de carpintaria de Francisco da Natalidade (Córrego dos Candinhos - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego dos Candinhos							X				
Engenho de açúcar da Fazenda Monsueto Augusto (Fazenda Monsueto Augusto - próximo a Rodovia 425, Córrego Caixa Larga - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Caixa Larga											X
Engenho de açúcar da Fazenda Geraldo Lopes da Silva (Fazenda Geraldo Lopes da Silva - próximo a Rodovia 305, Córrego Vista Alegre - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Vista Alegre											X
Tacho de cobre de Marta Ângela Lopes (Fazenda Geraldo Lopes da Silva - próximo a Rodovia 305, Córrego Vista Alegre - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Vista Alegre							X				
Forno de alvenaria da Fazenda Raimunda Inês Martins (Fazenda Raimunda Inês Martins - próximo a Rodovia 305, Córrego Vista Alegre - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Vista Alegre											X
Livros da Câmara Municipal (Câmara Municipal - Pça. Rodolfo Custódio, s/n)	Fernandes Tourinho-MG					X							
Livros de Registros de Fernandes Tourinho - Cartório de Registros Civis e Notas (Pça. João XXIII)	Fernandes Tourinho-MG					X							
Rio Doce (Limites oeste do município)	Fernandes Tourinho-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Lagoa artificial de Nilton Cantide Ferreira (Córrego Preto, a 17km do distrito sede - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Preto									X		
Plantação de Seringueiras (Cantide, Córrego Preto - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Preto									X		
Fabricação artesanal de Rapadura de Marta Ângela Lopes (Fazenda Geraldo Lopes da Silva - próximo a Rodovia 305, Córrego Vista Alegre - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego Vista Alegre					X						
Extração tradicional de látex das seringueiras (Cantide, Córrego Preto - Zona Rural)	Fernandes Tourinho-MG						X						
Festa do Jubileu de Nosso Senhor do Bom Jesus (Pça. João XXIII, em frente a Igreja de Nosso Senhor de Bom Jesus)	Fernandes Tourinho-MG				X								
Festa do mês de Maria (Igreja de Nosso Senhor de Bom Jesus, Pça. João XXIII)	Fernandes Tourinho-MG				X								
Festas Juninas (Escola Municipal Alda Fernades Gouveia, como também ocorre nas demais escolas do município)	Fernandes Tourinho-MG				X								
Festa do Trabalhador (bem não mais existente)	Fernandes Tourinho-MG				X								
Praça Antônio Fernandes	Fernandes Tourinho-MG										X		
Estádio Juliano Piaza (R. José Mizael, s/n)	Fernandes Tourinho-MG										X		
Campo de futebol do Bandeirantes Esporte Clube (Próximo a Rodovia 110 - Povoado Córrego do Arroz)	Fernandes Tourinho-MG	Córrego do Arroz									X		
Pico do Ibituruna (também denominado Complexo do Monumento da Ibituruna); Endereço: Pico do Ibituruna	Governador Valadares-MG										X		
Venda do Seu Margarido (Rua Sá Carvalho, n. 263)	Governador Valadares-MG										X		
Fachada da antiga Companhia de Correios e Telégrafos (Av. Minas Gerais, s/n - Centro)	Governador Valadares-MG												X
Complexo da Santa	Governador Valadares-MG										X		
Antigo Templo Presbiteriano (Rua Prudente de Morais, n. 544)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fachada da antiga Cadeia Pública (Rua Afonso Pena, n. 3269)	Governador Valadares-MG												X
Argola de amarrar Solípedes (Calçada da Rua Marechal Floriano, em frente ao n. 1188 - Centro)	Governador Valadares-MG								X				
Maria Fumaça (Praça da Estação, Praça José Pinheiro)	Governador Valadares-MG									X			
Cadeiral do Júri	Governador Valadares-MG								X				
Painel cubista do edifício Helena Soares (Rua Israel Pinheiro, n. 2770)	Governador Valadares-MG								X				
Açucareira	Governador Valadares-MG												X
Antigo mobilário da Sala do Tribunal do Júri (Fórum Dr. Joaquim de Assis Martins da Costa)	Governador Valadares-MG								X				
Catedral de Santo Antonio (Praça Dom Manuel, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Casa Paroquial (Praça Dom Manuel, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Praça Dom Manuel (Av. Brasil, Rua Tiradentes)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação residencial (Rua Tiradentes, n. 185)	Governador Valadares-MG												X
Instituto Imaculada Conceição (Rua Tiradentes, n. 312)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Tiradentes, n. 145)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Claúdio Manoel, n. 145)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Teófilo Otoni, n. 210/220)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Ana Nery, n. 56)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Oswaldo Cruz, n. 113)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Israel Pinheiro, n. 1903)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua São João, n. 230 e 220)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua São João, n. 197)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua São João, n. 179)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Praça da Saudade, n. 260)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Prudente de Morais, n. 601)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 571)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 491)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 491)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 482)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Tiradentes, n. 339)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua João Pinheiro, n. 559)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Dom Pedro II, n. 155)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Av. Brasil, n. 2667)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Praça Euzébio Cabral, n. 20)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Praça Euzébio Cabral, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Eduardo Carlos Pereira, n. 80)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Eduardo Carlos Pereira, n. 114)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Eduardo Carlos Pereira, n. 157)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Eduardo Carlos Pereira, n. 176)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Oswaldo Cruz, n. 519)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Oswaldo Cruz, n. 303)	Governador Valadares-MG												X
Edificação institucional (Rua Afonso Pena, 2129)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Afonso Pena, 2169)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Ribeiro Junqueira, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Arthur Bernardes, n.1033)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Arthur Bernardes, n.684)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Afonso Pena, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Esquina entre Av. Minas Gerais e Marechal Floriano)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Belo Horizonte, n. 0677)	Governador Valadares-MG												X
Prefeitura Municipal e Câmara Municipal (Rua Marechal Floriano, n. 905)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação comercial (Esquina das Ruas Belo Horizonte com a Rua Castro Alves)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua São Paulo, n. 1022)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 934)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 3103)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 3094)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Deodoro, n. 627)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 3181)	Governador Valadares-MG												X
Igreja Adventista (Rua Omar Magalhães, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Caio Martins, n. 450)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sá Carvalho, n. 16)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Belo Horizonte, n. 34)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sá Carvalho, n. 131)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sá Carvalho, n. 197)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sá Carvalho, n. 233)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 119)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 159)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 956)	Governador Valadares-MG												X
Clube Recanto da Pantera (Rua Luís Martins Chaves, s/n, Bairro Santa Helena)	Governador Valadares-MG										X		
Garpo Clube (Av. Rio Dove, n. 54 - Ilha dos Araújos)	Governador Valadares-MG										X		
Mercado Central (Rua Israel Pinheiro, s/n)	Governador Valadares-MG										X		
Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce (Rodovia Rio-Bahia, n. 2193 - km 413 Bairro Turmalina)	Governador Valadares-MG										X		
Ponte São Raimundo (Ponte Rio-Bahia Bairro JK)	Governador Valadares-MG										X		
Conjunto de Imagens do Cemitério Municipal (Cemitério Municipal)	Governador Valadares-MG	Sede							X				
Conjunto de Bens do Museu da Cidade (Museu da Cidade)	Governador Valadares-MG	Sede							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Livros de Registros da Catedral de Santo Antonio (Catedral de Santo Antonio)	Governador Valadares-MG	Sede							X				
Livros de Registros do Fórum (Fórum)	Governador Valadares-MG	Sede							X				
Cachoeira dos Macacos (km 55 do Distrito Sede)	Governador Valadares-MG										X		
Cachoeira da Fumaça (km 55 do Distrito Sede)	Governador Valadares-MG										X		
Cachoeira da Fumaça - Rio Doce	Governador Valadares-MG	Baguary									X		
Cachoeira de Brejaubinha (km 66 do Distrito Sede)	Governador Valadares-MG	Brejaubinha									X		
Cachoeira do Sabiá (km 66 do Distrito Sede)	Governador Valadares-MG	Brejaubinha									X		
Cachoeira do Sereno	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Cachoeira do Elias (Córrego de São josé da Tronqueira, km 55 do Distrito Sede)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Cachoeira do Porto (km 34 do Distrito Sede)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Cachoeira Véu da Noiva (km 36 do Distrito Sede)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Cachoeira dos Bretas (Rio Suassuí, próximo da enteeda de Baguary)	Governador Valadares-MG										X		
Rio Doce	Governador Valadares-MG										X		
Festa de Santo Antonio (Catedral de Santo Antonio)	Governador Valadares-MG	Sede			X								
Edificação residencial (Rua Tiradentes, n. 197)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Claúdio Manoel, n. 175)	Governador Valadares-MG												X
Praça da Saudade	Governador Valadares-MG										X		
Cemitério (Praça da Saudade)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação residencial (Rua Teófilo Otoni, n. 239)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Israel Pinheiro, n. 1919)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Israel Pinheiro, n. 1903)	Governador Valadares-MG												X
Hospital Municipal (Rua Teófilo Otoni/Ruy Barbosa)	Governador Valadares-MG												X
Policlínica Central (Rua São João/Ruy Barbosa)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Ruy Barbosa, n. 32)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua São João, n. 213)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Alameda Juiz Otávio Pereira, n. 3003)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Prudente de Morais, n. 683/685)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 675)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Prudente de Morais, n. 681)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 695)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 660)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 616)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 601)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Morais, n. 549)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Julio Cipriano, n. 89)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Julio Cipriano, n. 71)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Brasil/Rua Julio Cipriano)	Governador Valadares-MG												X
Igreja Presbiterianal (Av. Brasil/Alameda Juiz Otavio Pereira)	Governador Valadares-MG												X
Rádio Mundo Melhor (Av. Brasil)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Brasil, n. 2822)	Governador Valadares-MG												X
Palácio da Cultura (Av. Brasil/Rua Marechal Floriano)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Brasil, n. 2925)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Brasil, n. 2937)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 610)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 452)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 471/451)	Governador Valadares-MG												X
Praça da "Boca Aberta" (Rua Marechal Floriano/Rua João Pinheiro/Rua Tiradentes)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação comercial (Rua João Pinheiro, n. 345)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação Institucional - Colégio Ibituruna (Rua Israel Pinheiro, n. 2144)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Teófilo Otoni, esquina com a Rua João Pinheiro)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua João Pinheiro s/n, ao lado do n. 2288)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Israel Pinheiro, n. 2309)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Israel Pinheiro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 237)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 155)	Governador Valadares-MG												X
Fórum (Rua Marechal Floriano)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 62)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n.)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 58)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 44)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Barão do Rio Branco, n. 164)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Barão do Rio Branco, n. 212/216)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Israel Pinheiro, n. 2566/2570)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Teófilo Otoni, n. 430/422)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Av. Brasil, n. 2657)	Governador Valadares-MG												X
FUNAI (Av. Brasil, n. 2560)	Governador Valadares-MG												X
Colégio (Av. Brasil, Colégio Presbiteriano)	Governador Valadares-MG												X
Praça (Praça Euzébio Cabral)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação residencial (Rua Graça Aranha, n. 266)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Israel Pinheiro, n. 1696)	Governador Valadares-MG												X
Clube Filadélfia (Av. Brasil)	Governador Valadares-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Rua Eduardo Carlos Pereira, n. 245)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Eduardo Carlos Pereira, n. 267)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Eduardo Carlos Pereira, n. 291)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Esplanada, n. 38)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Esplanada, n. 86)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 1836)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Graça Aranha, n. 438)	Governador Valadares-MG												X
Estádio Mamud Abbas (Rua Oswaldo Cruz)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação residencial (Rua Oswaldo Cruz, n. 483)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Oswaldo Cruz, n. 335)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Oswaldo Cruz, n. 263)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Oswaldo Cruz, n. 234)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Graça Aranha, n. 350)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Sales, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Sales, n. 106)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Sales, n. 117)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Sales, n. 147)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Sales, n. 166)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Francisco Sales, n. 187)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Ribeiro Junqueira, n. 299)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Ribeiro Junqueira, n. 402)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Ribeiro Junqueira, n. 413)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Ribeiro Junqueira, n. 299)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Sete de Setembro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2121)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2141)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2126)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2140)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2146)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Sete de Setembro, n. 2198)	Governador Valadares-MG												X
Igreja Maranata (Rua Sete de Setembro, n. 2121)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2256)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2240)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2368)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Olegário Maciel, n. 929)	Governador Valadares-MG												X
IPSEMG (Rua Olegário Maciel/Afonso Pena)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Afonso Pena, n. 2288)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Afonso Pena, s/n ao lado do n. 2288)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Afonso Pena, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Olegário Maciel, n. 629)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Olegário Maciel, n. 506)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Olegário Maciel, n. 585)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Ribeiro Junqueira, n. 48)	Governador Valadares-MG												X
Praça Municipal de Esportes, s/n	Governador Valadares-MG										X		
Edificação residencial (Rua Arthur Bernardes, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Arthur Bernardes, n. 1130)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Arthur Bernardes, n. 922)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 2463)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Arthur Bernardes/Rua Afonso Pena)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Afonso Pena, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Arthur Bernardes, n. 765)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Arthur Bernardes, n. 698)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação comercial (Rua Arthur Bernardes, n. 684)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Arthur Bernardes, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Arthur Bernardes, n. 698)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 470)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 353)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 376)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 447)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Dom Pedro II, n. 470)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 492)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Afonso Pena, n. 2505)	Governador Valadares-MG												X
Edifício comercial (Rua Dom Pedro II, n. 583)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 615)	Governador Valadares-MG												X
Edificação institucional (Rua Dom Pedro II, n. 635)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 741)	Governador Valadares-MG												X
E.E. Joaquim Pedro de Nascimento (Rua Sete de Setembro)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 791)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 851)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 864)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Dom Pedro II, n. 880)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Vicente Pífano, n. 293)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Vicente Pífano, n. 290)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Vicente Pífano/Rua Barão do Rio Branco)	Governador Valadares-MG												X
PRONTOCOR (Rua Rua Barão do Rio Branco, n. 707)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2256)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Sete de Setembro, n. 2679)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Sete de Setembro, n. 2717)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Sete de Setembro, n. 2718)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Hospital São Lucas (Rua Barão do Rio Branco/Rua Sete de Setembro)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Sete de Setembro, n. 2599)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Sete de Setembro, n. 2556)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Barão do Rio Branco, n. 619)	Governador Valadares-MG												X
Edificação institucional (Rua Barão do Rio Branco, n. 582)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 548)	Governador Valadares-MG												X
Governador Palace Hotel (Av. Minas Gerais)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Av. Minas Gerais, n. 612)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 576)	Governador Valadares-MG												X
Edificação institucional (Rua Barão do Rio Branco, n. 362)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 356)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 361)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 272)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Barão do Rio Branco, n. 280)	Governador Valadares-MG												X
Banco do Brasil (Rua Prudente de Moraes)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Prudente de Moraes, n. 847/833/863)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Prudente de Moraes, n. 877/861/881/883/885)	Governador Valadares-MG												X
Praça dos Pioneiros (Rua Prudente de Moraes)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação comercial (Av. Minas Gerais/Rua Marechal Floriano, n. 200)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 740/742)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 265)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 306)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 219)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 351/357)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 372)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 394)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 408/422/426/430/446/452)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Bárbara Heliodora)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Bárbara Heliodora/Av. Minas Gerais)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Bárbara Heliodora/Av. Minas Gerais)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Bárbara Heliodora/Av. Minas Gerais, n. 511/515)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 719)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 727)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 735)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 745)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 783)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Minas Gerais, n. 827)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Av. Minas Gerais, n. 957)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Peçanha, n. 997)	Governador Valadares-MG												X
Igreja (Rua Peçanha)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Peçanha, n. 963)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Peçanha/Rua Sete de Setembro, n. 2817/2821/2847)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Sete de Setembro, n. 2012/2830)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Peçanha, n. 841)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Peçanha, n. 732)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Peçanha, n. 724)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Peçanha, n. 723)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação de uso misto (Rua Peçanha/Rua Afonso pena, n. 686/688/692)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Peçanha, n. 301/303)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Marechal Floriano, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 934)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 945/Rua Belo Horizonte s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Belo Horizonte, n. 296)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Belo Horizonte, n. 932)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Belo Horizonte, n. 1052)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Belo Horizonte, n. 1026)	Governador Valadares-MG												X
Estação Ferroviária (Rua Antônio José de Almeida, sn)	Governador Valadares-MG									X			
Edificação de uso misto (Rua João Paulo Pinheiro, n. 90)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 1165/1177)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 1054)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua São Paulo, n. 917)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Castro Alves, n. 854/858/866 / Rua São Paulo s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 818)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 804)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Afonso Pena, n. 3102/3106 / Rua São Paulo s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Afonso Pena, n. 3039)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 3052)	Governador Valadares-MG												X
INSS (Rua Afonso Pena, n. 3016)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Bárbara Heliodora, s/n / Rua São Paulo, n. 621)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Bárbara Heliodora, s/n / Rua São Paulo, n. 626/640)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação de uso misto (Rua Bárbara Heliodora, n. 863)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Bárbara Heliodora, n. 761/785)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Bárbara Heliodora, n. 752)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 612/614/618)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 582)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua São Paulo, n. 576)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, n. 543)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Bárbara Heliodora, n. 776)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Israel Pinheiro, n. 2983 / Rua São Paulo s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua São Paulo, n. 570)	Governador Valadares-MG												X
Igreja Metodista Central (Rua Israel Pinheiro, n. 2964)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Israel Pinheiro, n. 2941/2959/2963)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Israel Pinheiro, n. 2876)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Caio Martins, n. 100)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Caio Martins, n. 76)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Caio Martins, n. 178 / São Paulo s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua São Paulo, n. 333)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua São Paulo, s/n / Rua Marechal Floriano, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua São Paulo, n. 365 / Rua Marechal Floriano, n. 1166/1172)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Marechal Floriano, n. 1183 / Rua São Paulo, n. 317)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 314)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 1076)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 1024)	Governador Valadares-MG												X
Terminal Ferroviário (Rua Marechal Floriano, n. 1017)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação de uso misto (Av. Brasil, n. 3456)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Av. Brasil, n. 3477)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Av. Brasil, n. 3500)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, n. 1188)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Caio Martins s/n / Rua Marechal Deodoro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Caio Martins, n. 196)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Israel Pinheiro, n. 3054)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Israel Pinheiro, n. 3132 / Rua Marechal Deodoro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Israel Pinheiro, n. 3090 / Rua Marechal Deodoro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Israel Pinheiro, n. 3085/3095/3099 / Rua Marechal Deodoro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Deodoro, n. 627)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Bárbara Heliodora, n. 911 / Rua Marechal Deodoro, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Marechal Deodoro, n. 716)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 3061)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 230)	Governador Valadares-MG												X
Praça dos Rodoviários (Rua Leonardo Cistino, s/n / Rua Benjamin Constant, s/n / Rua Sete de Setembro, s/n)	Governador Valadares-MG										X		
Edificação institucional (Rua Leonardo Cistino, s/n / Rua Benjamin Constant, n. 843)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Castro Alves, n. 320 / Rua Benjamin Constant, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Castro Alves, n. 340)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação comercial (Rua Afonso Pena, n. 3313 / Rua Benjamin Constant, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Afonso Pena, n. 3314)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Israel Pinheiro, n. 3164)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Caio Martins, n. 336)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Caio Martins, n. 324)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Benjamin Constant, n. 370)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Benjamin Constant, n. 347)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Floriano, n. 1317/1377)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Marechal Floriano, s/n / Rua Benjamin Constant, n. 326)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Marechal Floriano, n. 1284/1288)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Marechal Floriano, n. 1301)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Marechal Floriano, n. 1298)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Marechal Floriano, n. 1316)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Benjamin Constant, n. 270)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Omar Magalhães, n. 170)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Omar Magalhães, n. 317)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Omar Magalhães, n. 222 / Rua Benjamin Constant, n. 212)	Governador Valadares-MG												X
Centro Educacional Adventista (Av. Brasil, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Av. Brasil, n. 3680)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Quintino Bocaiúva, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Rua Quintino Bocaiúva, s/n / Rua Afonso Pena, n. 3462)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Quintino Bocaiúva, n. 912)	Governador Valadares-MG												X
CESU (Rua Leonardo Cistino, s/n)	Governador Valadares-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Edificação residencial (Rua Prudente de Moraes, n. 938)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Rua Sá Carvalho, n. 34)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 119 / Rua Sá Carvalho, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 71)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 169)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 158)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Marechal Deodoro, n. 215)	Governador Valadares-MG												X
Edificação de uso misto (Av. Brasil, n. 231 / Rua Marechal Deodoro s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Benjamin Constant, n. 111)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Benjamin Constant, n. 36)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Sá Carvalho, n. 492)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Sá Carvalho, n. 472)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Quintino Bocaiúva, n. 146)	Governador Valadares-MG												X
Edificação comercial (Av. Brasil, n. 3721/3723 / Rua Quintino Bocaiúva, s/n)	Governador Valadares-MG												X
Edificação residencial (Rua Prudente de Moraes, n. 965)	Governador Valadares-MG												X
Campus II - UNIVALE (Rua Israel Pinheiro, n. 2000 - Bairro Universitário)	Governador Valadares-MG												X
Igreja Nossa Senhora Aparecida (Rua Dez, n. 46 - Ilha dos Araújos)	Governador Valadares-MG												X
Colégio Independência (Rua Israel Pinheiro n. 3612 - Bairro de Lourdes)	Governador Valadares-MG										X		
Barbosa e Marques Cooperativa (Rua Aluísio Pereira Esteves, n. 250 - Bairro de Lourdes)	Governador Valadares-MG												X
José Serra Lima de Oliveira	Governador Valadares-MG	Sede										X	
Bonerges Leitão	Governador Valadares-MG	Sede										X	
Campeonato de Voo Livre (Pico da Ibituruna)	Governador Valadares-MG				X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Expoleste (Unicentro - Centro de Eventos e Feiras da UNIVALE)	Governador Valadares-MG										X		
Feira de Artesanato (Praça dos Pioneiros)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Gevê Folia - Parque de Exposições José Tavares	Governador Valadares-MG										X		
Encontro Regional de Folclore de Penha do Cassiano	Governador Valadares-MG	Penha do Cassiano			X								
Corrida Rústica	Governador Valadares-MG	Sede			X								
Cantata de Páscoa (Catedral de Santo Antônio)	Governador Valadares-MG	Sede			X								
Festa da Fantasia (Açucareira)	Governador Valadares-MG	Sede			X								
Festa do Dia de Santo Antônio (Catedral de Santo Antônio)	Governador Valadares-MG	Sede			X								
Massas Periquito (Rodovia Rio - Bahia (BR - 116) s/n km 418,7 - Bairro JK)	Governador Valadares-MG						X						
Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira (AER Governador Valadares s/n	Governador Valadares-MG	Distrito Industrial									X		
Monumento ao 20° aniversário da Cidade (Praça do Vigésimo)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Monumento ao voo livre (em frente ao Teatro Atiaia)	Governador Valadares-MG										X		
Busto de Mário Rocha (Praça Mario Rocha)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Monumento ao 40° aniversário da Cidade (Praça Mario Rocha)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Monumento à Bíblia (Praça dos Pioneiros)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Monumento ao 60° aniversário da Cidade (Praça dos Pioneiros)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Chafariz da Praça Serra Lima (Praça Serra Lima)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Monumento a JK (Av. Juscelino Kubitscheck)	Governador Valadares-MG										X		
Coreto da Praça Eusébio Cabral (Praça Eusébio Cabral - Bairro Esplanada)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Busto em Homenagem a Mulher Valadarense (Praça 13 de Maio)	Governador Valadares-MG	Sede									X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Busto de Eusébio Cabral (Praça Eusébio Cabral - Bairro Esplanada)	Governador Valadares-MG	Sede									X		
Acervo da Biblioteca Pública Municipal (Biblioteca Pública Municipal)	Governador Valadares-MG	Sede				X							
Livro de Registros da Catedral de Santo Antônio (Catedral de Santo Antônio)	Governador Valadares-MG	Sede				X							
Praça Homero Melo	Alpercata-MG	Sede									X		
Cruzeiro do Cemitério (Rua Bom Jesus, s/n)	Alpercata-MG	Sede							X				
Praça da Água	Alpercata-MG	Sede									X		
Praça do Produtor Rural (BR 116)	Alpercata-MG	Sede									X		
Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus (Praça Paulo VI, s/n)	Alpercata-MG	Sede											X
Imagem do Senhor Bom Jesus, Padroeiro (Praça Paulo VI, s/n)	Alpercata-MG	Sede							X				
Casa da Dona Firmínia de Paula (Rua Magalhães Pinto, n. 135)	Alpercata-MG	Sede											X
Praça Paulo VI	Alpercata-MG	Sede									X		
Escola Estadual Terezinha Pinto Fernandes Maia (Praça Paulo VI)	Alpercata-MG	Sede											X
Antiga sede da fazenda de José Bento	Alpercata-MG	Sede											X
Casa do Clóvis Campos (Rua Vereador Antônio Sales, n. 60)	Alpercata-MG	Sede											X
Casa do Clóvis Campos (Rua Célio Alves Pereira, n. 80)	Alpercata-MG	Sede											X
Antigo Cinema (Rua Vereador Fani, n. 10)	Alpercata-MG	Sede											X
Primeiro Hidrante de Alpercata (Esquina das ruas Cristiano Flores com Agenor Andrade)	Alpercata-MG	Sede							X				
Antiga Máquina de Arroz (Rua Magalhães Pinto, n. 15)	Alpercata-MG	Sede							X				
Festival do Quiabo	Alpercata-MG	Sede			X								
Jubileu do Bom Senhor Jesus	Alpercata-MG	Sede			X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja Senhor dos Passos (Rua José Antônio Souto, n. 50, Bairro Moacir Rosado Couto)	Alpercata-MG												X
Casa do Antônio Veloso Filho (Rua Clemência Vieira Dutra, s/n, Bairro Moacir Rosado Couto)	Alpercata-MG												X
Casa do Sr. Manoel de Oliveira (Rua Clemência Vieira Dutra, n. 275, Bairro Moacir Rosado Couto)	Alpercata-MG												X
Instituto Nosso Lar – lar para idosos (Rua Izidorio Nalon)	Alpercata-MG												X
Centro Educacional Joaquim Ribeiro Nascimento – antigo orfanato (BR 116, km 433)	Alpercata-MG												X
Bar Dias (Rua Presidente Vargas, n. 360, Vila Eugênio)	Alpercata-MG												X
Igreja Nossa Senhora Aparecida (Rua Rodrigues Alves, n. 167, Vila Eugênio)	Alpercata-MG												X
Posto de Saúde (Av. Altino Marques)	Alpercata-MG	Era Nova											X
Antiga Igreja Nossa Senhora Aparecida (Rua Hermes da Fonseca, s/n, Vila Eugênio)	Alpercata-MG												X
Centro de Convivência (Av. Altino Marques)	Alpercata-MG	Era Nova											X
Residência da Liliane Almeida (Rua E, n. 180)	Alpercata-MG	Era Nova											X
Casa da Dona Maria Eugênia (Rua Principal)	Alpercata-MG	Era Nova											X
Escola Municipal Ramiro Monteiro (Rua Manoel Pedro Monteiro, n. 250)	Alpercata-MG	Era Nova											X
Fazenda do Francisco Ferreira	Alpercata-MG	Era Nova									X		
Fazenda do Névio Mendes Ferreira (Zona Rural)	Alpercata-MG	Era Nova									X		
Casa da Maria Dalvino (Zona Rural)	Alpercata-MG	Era Nova											X
Cavalgada da Independência	Alpercata-MG	Era Nova			X								
Praça Geralda Cordeiro da Rocha	Alpercata-MG										X		
Igreja Nossa Senhora Auxiliadora (Zona Rural, Córrego Bonfim)	Alpercata-MG												X
Igreja Nossa Senhora do Rosário (Zona Rural, Córrego Martins)	Alpercata-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Escola Municipal João Martins de Melo (Zona Rural, Córrego Martins)	Alpercata-MG												X
Igreja de Santana (Zona Rural, Córrego da Boa Vista)	Alpercata-MG												X
Escola Municipal Boa Vista (Zona Rural, Córrego da Boa Vista)	Alpercata-MG												X
Casa de Valdomiro Antônio Silva (Zona Rural, Córrego Preto)	Alpercata-MG												X
Igreja Nossa Senhora Mercês (Zona Rural, Córrego Preto)	Alpercata-MG												X
Escola Municipal Feliciano Alves Pereira (Zona Rural, Córrego Preto)	Alpercata-MG												X
Casa de Cleuza Maria Moura (Zona Rural, Córrego Preto)	Alpercata-MG												X
Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó	Tumiritinga-MG										X		
Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus (Praça Tiradentes, s/n, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Igreja Presbiteriana do Brasil (Praça Leôncio Medeiros, n. 613, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Igreja Evangélica Assembleia de Deus (Av. Amazonas, n. 780, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Igreja Sagrado Coração de Jesus (Av. Getúlio Vargas, n. 1079, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Capela São João da Barra (São João da Barra, córrego da Perdida)	Tumiritinga-MG												X
Capela do Divino Espírito Santo (Rua Bias Fortes, n. 950, Vila Isabel – São Geraldo)	Tumiritinga-MG												X
Estação Ferroviária de Tumiritinga (Praça João Luiz Costa)	Tumiritinga-MG									X			
Museu Municipal de Tumiritinga (Av. Amazonas, n. 757, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Pensão (Av. Amazonas, n. 730, Centro)	Tumiritinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência Euclides Petersen	Tumiritinga-MG												X
Residência Geraldo Moreira (Av. Getúlio Vargas, n. 1145, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Residência Braz Moreira (Av. Getúlio Vargas, n. 830, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Residência Laudelino Nascimento dos Santos (Rua Rio de Janeiro, n. 223, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Residência José Severino da Silva (Av. Amazonas, n. 520, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Residência Luiz Alves Tempoe (Rua São Salvador, n. 146, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Residência (Av. Getúlio Vargas, n. 873, Centro)	Tumiritinga-MG												X
Residência (Av. Amazonas, n. 535)	Tumiritinga-MG												X
Sede da Prefeitura Municipal de Tumiritinga (Av. Amazonas, n. 812)	Tumiritinga-MG												X
Escola Municipal Professora Alcina Silva de Miranda (Av. Amazonas, n. 890)	Tumiritinga-MG												X
Bar do Promessa (Av. Amazonas, n. 922, esquina com Rua Minas Gerais)	Tumiritinga-MG												X
Associação em Defesa dos Pequenos em Mutirão de Tumiritinga (Av. Getúlio Vargas, s/n)	Tumiritinga-MG												X
Açougue Estrela e residência de Sílvio Rocha (Av. Getúlio Vargas, n. 762)	Tumiritinga-MG												X
Residência do Pastor Luiz Fernando Sotero (Av. Getúlio Vargas, n. 726)	Tumiritinga-MG												X
Antigo estabelecimento comercial e residência de Marinete Macedo (Av. Getúlio Vargas, n. 705)	Tumiritinga-MG												X
Tumiritinga Social Clube (Av. Getúlio Vargas, n. 681)	Tumiritinga-MG										X		
Imóvel de Delvani Guimarães (Praça Tiradentes, n. 108)	Tumiritinga-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Praça Tiradentes	Tumiritinga-MG										X		
Residência de Sebastião Sabino da Silva (Praça Tiradentes, n. 65)	Tumiritinga-MG												X
Panificadora, lanchonete, casa lotérica e guichê de passagens da Viação Guarani (Praça Tiradentes, n. 91a e 91b)	Tumiritinga-MG												X
Posto de saúde de Tumiritinga (Praça Tiradentes, n. 91a e 91b)	Tumiritinga-MG												X
Residência de Olânia Rodrigues Coelho, antigo bar de Bastião Coelho (Praça Tiradentes, n. 114)	Tumiritinga-MG												X
Imóvel sem uso, antigo armazém, cinema e teatro da família Pettersen (Av. Amazonas, n. 670)	Tumiritinga-MG												X
Sede do Santa Cruz Futebol Clube (Av. Amazonas, n. 700, esquina com Rua Pernambuco)	Tumiritinga-MG												X
Coreto e Sorveteria Bom Gosto (Praça Leôncio Medeiros, s/n)	Tumiritinga-MG										X		
Residência de Nely Caetano Santos, de Jurandir Campos dos Santos (Av. Getúlio Vargas, n. 831)	Tumiritinga-MG												X
Imóvel sem uso (antiga serraria de Geraldo Moreira) de Geraldo Moreira Filho (Av. Getúlio Vargas, n. 1175)	Tumiritinga-MG												X
Imóvel sem uso, de Agenor Vermelho (Rua da Balsa, n. 1276)	Tumiritinga-MG												X
Conjunto de casas populares, construídas na gestão do Prefeito José Rocha de Melo (Rua Conceição Alves da Rocha)	Tumiritinga-MG												X
Residência de Hernandes da Silva Costa (Rua Maria Inácio, n. 112)	Tumiritinga-MG												X
Mercearia Souza e Bernardes de Lorival Dázio de Souza (Av. Getúlio Vargas, n. 1009)	Tumiritinga-MG												X
Carro de bois (Av. Amazonas, n. 812)	Tumiritinga-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Tela (Av. Amazonas, n. 825)	Tumiritinga-MG								X				
Imagem do Sagrado Coração de Jesus (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG								X				
Ostensório em latão (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG								X				
Âmbula em latão (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG								X				
Conjunto para Procissão, com cruz processional e par de tochas em metal (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG								X				
Imagem de Santo Antônio de Pádua (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG								X				
Sino da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG								X				
Canastra (Travessa São Paulo, n. 697)	Tumiritinga-MG								X				
Bule de Ferro (Travessa São Paulo, n. 697)	Tumiritinga-MG								X				
Imagem de São Sebastião (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG								X				
Fonte de água/chafariz (Praça Tiradentes, s/n)	Tumiritinga-MG										X		
Antiga Quadra de Malhar (Av. Amazonas s/n)	Tumiritinga-MG										X		
Chaminé (Rua Rio de Janeiro, n. 414)	Tumiritinga-MG												X
Produção de Doces e Chuck (Rua São Paulo, n. 84)	Tumiritinga-MG						X						
Artesanato em Madeira de José Pavuna (Fazenda Califórnia)	Tumiritinga-MG						X						
Carnajaó	Tumiritinga-MG				X								
Semana Santa	Tumiritinga-MG				X								
Aniversário da Cidade	Tumiritinga-MG				X								
Festa do Sagrado Coração de Jesus, Padroeiro (Patrono) do Município	Tumiritinga-MG				X								
Festa de Nossa Senhora Aparecida	Tumiritinga-MG				X								
Festa Junina	Tumiritinga-MG				X								
Comemorações do Mês de Maria	Tumiritinga-MG				X								
Sete de Setembro	Tumiritinga-MG				X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Grupo de Reisado Neca Guimarães	Tumiritinga-MG						X						
Baixada do Clube – Parte dos fundos dos terrenos dos imóveis da Av. Getúlio Vargas	Tumiritinga-MG										X		
Base da antiga Estação ferroviária de Tumiritinga (Av. Amazonas s/n)	Tumiritinga-MG												X
Livros de Registros de Batismo e Casamentos da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (Av. Getúlio Vargas – Casa Paroquial)	Tumiritinga-MG								X				
Galeria dos Prefeitos (Av. Amazonas, n. 864)	Tumiritinga-MG										X		
Arquivo de Fotografias Antigas de Tumiritinga em meio digital (Av. Amazonas, n. 864)	Tumiritinga-MG								X				
Pintura artesanal em tecido de Daci Perez (Av. Amazonas, n. 865)	Tumiritinga-MG								X				
Pintura em óleo sobre tela de Daci Perez (Av. Amazonas, n. 865)	Tumiritinga-MG								X				
Esculturas Jorge Aun (Av. Amazonas, n. 711)	Tumiritinga-MG								X				
Feira Livre (Rua 4, n. 40)	Tumiritinga-MG										X		
Maria Marta	Tumiritinga-MG											X	
Espiridião Pereira Dias (Travessa São Paulo, s/n)	Tumiritinga-MG											X	
Antônio Escolástico da Cruz (Rua G, n. 1165)	Tumiritinga-MG											X	
Igreja de São João Batista (R. Coronel Farias, 990)	Galiléia-MG												X
Acervo da Sala de Memória de Galiléia (R. Coronel Farias, 426)	Galiléia-MG					X							
Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Candinho (Coord. Geog. 19'00" S e 41'33"W)	Galiléia-MG										X		
Residência de José de Oliveira (R. Coronel Farias, 950)	Galiléia-MG												X
Correio, de propriedade de Galdino Wetter (R. Coronel Farias, 780 esquina com Rua Amílcar Pinto)	Galiléia-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Pensão da Milita, de propriedade de Gleuza Maria de Souza Santos (R. Coronel Farias, 562)	Galiléia-MG												X
Residência de Milva Lopes Gonzaga (R. Coronel Farias, 290)	Galiléia-MG												X
Residência de Quênio de Paula Freitas, de propriedade de Varonil de Paula Freitas (R. Coronel Farias, 509)	Galiléia-MG												X
Cinema - Padaria do Zucoloto (R. Coronel Farias, 597 esquina com R. Padre Correia)	Galiléia-MG												X
Residência de Ana Celina Machado (R. Coronel Farias, 747)	Galiléia-MG												X
Residência de Dinalva Maria de Almeida, de propriedade da Família Wetter (R. Coronel Farias, 907)	Galiléia-MG												X
Residência de Jaqueline Elaine de Oliveira Ramos, de propriedade de Antônio Pontes (R. Coronel Farias, 951)	Galiléia-MG												X
Residência de Luzia Moreira Rodrigues (R. Coronel Farias, 685),	Galiléia-MG												X
Barbearia, antiga Garagem do Cirozi (R. Coronel Farias, 435)	Galiléia-MG												X
Capela de São Sebastião (R. São Geraldo, 364)	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras											X
Residência de José Amâncio Araújo (R. São Sebastião, 240)	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras											X
Fazenda Boa Vista, de propriedade de Messias Persiano Shamache (Barra do Córrego Boa Vista)	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras									X		
Fazenda Boa Esperança, de propriedade de Antônio Albino (R. São Geraldo, s/n - saída para nascente Ribeirão Boa Vista)	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras									X		
Residência de Fernando Avelino (R. São Geraldo s/n - saída para Galiléia)	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras											X
Igreja de Santo Antônio (R. Pedro Coimbra, s/n)	Galiléia-MG	Santa Cruz											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência de Deusenil Vitorino de Paula (R. Pedro Coimbra, 119)	Galiléia-MG	Santa Cruz											X
Fazenda Chiqueza, de propriedade de Paulo Silveira Magalhães (Rod. BR 259 - a 2km do povoado de Santa Cruz)	Galiléia-MG										X		
Fazenda Zucoloto, de propriedade de Ivanildo Zucoloto (Barra do Ribeirão Laranjeiras)	Galiléia-MG	Cachoeira do Candinho									X		
Residência de Genilda Belarmina Ferreira (Av. José Padre Correia, 784)	Galiléia-MG												X
Fazenda São Tomé, de propriedade de Jandira Valência Fraga	Galiléia-MG	Córrego São Tomé									X		
Fazenda Agrobarra, de propriedade de Milton Barra Lacerda	Galiléia-MG	Barra do Ribeirão Laranjeiras									X		
Fazenda Bela Vista, de propriedade de Sérgio Lacerda Amigo	Galiléia-MG	Barra do Córrego Palmeira									X		
Fazenda Pedra Bonita, de propriedade de Marcos Antônio Bacelar	Galiléia-MG	Barra do Córrego Sapucaia									X		
Residência de Luiza Maria Nogueira (R. Honório Gomes, 100)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Igreja de Santo Antônio (Pça de Santo Antônio, s/n)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Cartório de Paz e Notas (R. Santo Antônio, 116)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Conjunto de Repartições Públicas (R. Berilo, 256)	Galiléia-MG												X
Residência de Vadinho Moreira Campos (R. Ary Machado, 793)	Galiléia-MG												X
SIAT antiga Coletoria Estadual (R. Berilo, 293)	Galiléia-MG												X
Antigo Banco Bradesco (imóvel sem uso) (R. Coronel Farias s/n esq. Com R. Berilo)	Galiléia-MG												X
Sede da Prefeitura Municipal de Galiléia (R. Ary Machado, 599)	Galiléia-MG												X
Praça São Pedro	Galiléia-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja Matriz de São João Batista, da Paróquia São João Batista (Pça. São Pedro, s/n)	Galiléia-MG												X
Escola Municipal Waldira de Castro Martins (Pça. São Pedro, 449)	Galiléia-MG												X
Fórum Judiciário (Av. Oito de Dezembro, 851)	Galiléia-MG												X
Rodoviária de Galiléia (Av. Oito de Dezembro, 907 esq. com R. Amílcar Pinto)	Galiléia-MG												X
Antigo Posto de Recebimento e Resfriamento de Leite da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Conselheiro Pena - imóvel sem uso (R. das Laranjeiras, s/n)	Galiléia-MG												X
Antigo Armazém da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Conselheiro Pena - imóvel sem uso (R. José Valbuza, 3 esq. com R. das Laranjeiras)	Galiléia-MG												X
Estádio Municipal Moreirão (Av. Padre José Corrêa, s/n)	Galiléia-MG												X
Danceteria - antiga "Máquina de Arroz" (Pça. José Teixeira de Carvalho, s/n)	Galiléia-MG												X
Rua Rio Doce (antiga Rua dos Velhacos)	Galiléia-MG										X		
Chácara Rio Doce, de Geralda Gomes de Vasconcelos (R. Dorival Machado, 347 esq. Com Av. Colombita)	Galiléia-MG										X		
Rua Dorival Machado, com seu calçamento em lajeado de pedras	Galiléia-MG										X		
Residência de propriedade de Carlos Roberto de Carvalho (Av. Oito de Dezembro, 450)	Galiléia-MG												X
Ginásio Poliesportivo Cid Lopes Teixeira (R. Amílcar Pinto, s/n esq. com R. Pereira Sete)	Galiléia-MG												X
Sede da Maçonaria (R. Ary Machado, 750)	Galiléia-MG												X
Igreja Presbiteriana (R. Ary Machado, s/n)	Galiléia-MG												X
Hospital Imaculada Conceição (R. Berilo s/n esq. com R. Antônio Alves)	Galiléia-MG												X
Tabajara Atlético Clube (R. Flauzino de Almeida, 537)	Galiléia-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Cemitério Vida Nova (R. Coronel Farias, 1425)	Galiléia-MG										X		
Olaria Zucoloto - Cerâmica Irmãos Zucoloto Luz (R. Dorival Machado)	Galiléia-MG												X
Entrada principal da cidade (sede) (BR-259)	Galiléia-MG										X		
Conjunto Urbano da Antiga Rua da Cachoeira (R. da Cachoeira)	Galiléia-MG												X
Conjunto Urbano da Antiga Rua do Coqueiro (R. Ipanema)	Galiléia-MG												X
Conjunto Urbano da Antiga Rua do Comércio (R. Coronel Farias)	Galiléia-MG												X
Bar do Agripino de Freitas (antiga rodoviária e residência de Zicão) (R. Berilo s/n, esq. com R. Antônio Alves)	Galiléia-MG												X
Residência e Propriedade de Nilce de Carvalho (Branquinha) (R. Coronel Farias)	Galiléia-MG												X
Residência e Propriedade de Dona Áurea (R. Coronel Farias)	Galiléia-MG												X
Escola Estadual Levyndo Valadares da Fonseca (R. Coronel Farias esq. com Av. Colombita)	Galiléia-MG												X
Antiga Sede da Fazenda Luciana, espólio de José Antônio Gabriel	Galiléia-MG	Córrego São Paulo Pequeno											X
Antiga Sede da Fazenda Din Viana, de propriedade de Elton Ferreira	Galiléia-MG	Córrego São Paulinho											X
Igreja da Congregação Assembléia de Deus (R. Juvenal Pereira, 206)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X
Escola Municipal de Santa Cruz da Galiléia (R. Juvenal Pereira, 178)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X
Imóvel desocupado, de propriedade de Augustinha Maria da Costa (Suzyta) (R. Joaquim Marcelino,27)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X
Residência e Propriedade de Jussara e Serafim Paviotti (R. Pedro Coimbra, 204)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Imóvel sem uso de propriedade de Zequinha Carreiro (R. Pedro Coimbra, 56)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X
Igreja Evangélica (R. Pedro Coimbra, 132)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X
Imóvel sem uso (antiga farmácia de Pedro Coimbra), de propriedade de Deusenil Vitorino de Paula (R. Pedro Coimbra, s/n)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X
Igreja Deus é Amor (antigo armazém de Armando Barcelos) (R. Pedro Coimbra, 26)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia											X
Cemitério de Santa Cruz de Galiléia	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia									X		
Residência de José Agostinho, de propriedade de Leonardo da Costa e Silva	Galiléia-MG	Córrego Boa Esperança											X
Sede da Fazenda de "Chico Nico" (Córrego do Sapucaia)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Sede da Fazenda Irmãos Soares, de propriedade de Matilde Simões Soares (Córrego do Sapucaia/Barra do Córrego Palmeira)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Praça Santo Antônio	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte									X		
Imóvel sem uso (antigo posto de recebimento de leite de Barbosa e Marques) (R. Honório Gomes, 162)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Conjunto de construções residenciais na Rua Honório Gomes	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Conjunto arquitetônico da Rua Bela Vista	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Igreja Batista Filadélfia (R. Tiradentes, 10 esq. com R. Cirilo Soares)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Residência e Propriedade de Flausina Carlo Alves (R. Cirilo Soares, 149)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Residência e Propriedade de Paulino Alves (R. Cirilo Soares, 161)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Tulha de propriedade de Flausina Carlo Alves (R. Cirilo Soares, 149)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Conjunto arquitetônico da Rua Ary Machado (Antiga Rua do Paletó)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Cemitério de Sapucaia do Norte	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte									X		
Sede da Fazenda de Sebastião (Tãozinho)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Sede da Fazenda Granada, de propriedade de Walter Caetano Martins	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Antiga Sede da Fazenda Granada, de propriedade de Walter Caetano Martins	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Sede da Fazenda de Mário de Souza (Córrego Palmitazinho)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Tulha em tabique, de Mário de Souza (Fazenda de Mário de Souza, Córrego Palmitazinho)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Estrutura para Depósito de Montaria, de Mário de Souza (Fazenda de Mário de Souza, Córrego Palmitazinho)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Cemitério de São Sebastião das Laranjeiras	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras									X		
Banco em Madeira (SIAT antiga Coletoria Estadual R. Berilo, 293)	Galiléia-MG								X				
Conjunto de mesa e cadeiras de escritório em madeira (SIAT antiga Coletoria Estadual R. Berilo, 293)	Galiléia-MG								X				
Cofre (SIAT antiga Coletoria Estadual R. Berilo, 293)	Galiléia-MG								X				
Antigo arquivo em madeira com esteira deslizante e gavetas (Sala de Memória de Galiléia - R. Coronel Farias, 426)	Galiléia-MG								X				
Peça em pedra de moinho (Mó) (Residência de Pedro Valbuza - R. Ary Machado, 545)	Galiléia-MG								X				
Conjunto de material para montaria e para tropa (Residência de João José de Souza - R. dos Operários, 615)	Galiléia-MG								X				
Antiga Sela (Residência de João José de Souza - R. dos Operários, 615)	Galiléia-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Antigo acervo de caça de João José de Souza (Residência de João José de Souza - R. dos Operários, 615)	Galiléia-MG								X				
Harmônio (Igreja de São João Batista - R. Coronel Farias, 990)	Galiléia-MG								X				
Barca usada para travessia do Rio Doce (margem esquerda do Rio Doce, no final da Rua Dorival Machado)	Galiléia-MG								X				
Antigo remo em madeira da barca usada para a travessia do Rio Doce (margem esquerda do Rio Doce, no final da Rua Dorival Machado)	Galiléia-MG								X				
Carro de boi (Fazenda Luciana)	Galiléia-MG	Córrego São Paulo Pequeno							X				
Fogão "portátil" com trempe, em ferro (Fazenda Luciana)	Galiléia-MG	Córrego São Paulo Pequeno							X				
Plantadeira (Fazenda Luciana)	Galiléia-MG	Córrego São Paulo Pequeno							X				
Conjunto de Ancinhos (Fazenda Luciana)	Galiléia-MG	Córrego São Paulo Pequeno							X				
Peneira de Palha de Bambu (Residência de Joacyra Faustina de Jesus - R. Boavinda, 129)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia							X				
Mancebo (Residência de Joacyra Faustina de Jesus - R. Boavinda, 129)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia							X				
Baú-banco em madeira (Residência de Joacyra Faustina de Jesus - R. Boavinda, 129)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia							X				
Charrete de Juracy Silvestre da Silva (Rua Ary Machado, antiga Rua do Paletó)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte							X				
Carro de Boi de Dário Rogério Viana	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte							X				
Conjunto de Bens Móveis da Fazenda Boa Vista, de Messias Persiano Shamache (Sede da Fazenda Boa Vista (antiga Fazenda Arizona) - Barra do Córrego Boa Vista	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras							X				
Conjunto de Bens Móveis da Fazenda de Sebastião Fraga (Sede da Fazenda de Sebastião Fraga)	Galiléia-MG	Córrego São Tomé							X				
Monumento de Emancipação de Galiléia (Rua Berilo, em frente a residência de número 256)	Galiléia-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Gruta de Nossa Senhora de Lourdes (Átrio da Igreja Matriz de São João Batista, Pça. São Pedro, s/n)	Galiléia-MG										X		
Gruta de Nossa Senhora (Residência de Senhora Áurea)	Galiléia-MG										X		
Estrutura que Suportava o Poste do Telégrafo que servia ao Município (Rio Doce)	Galiléia-MG												X
Caixa D'água (Morro do Eucalipto, a leste do Distrito Sede)	Galiléia-MG												X
Torre de Televisão (Morro do Eucalipto, a leste do Distrito Sede)	Galiléia-MG												X
Cruzeiro em Madeira - Cemitério Vida Nova (Rua Coronel Farias, 1425)	Galiléia-MG								X				
Engenhoca (Fazenda Din Viana)	Galiléia-MG	Córrego São Paulinho							X				
Cruzeiro em Madeira - Adro da Igreja de Santo Antônio (R. Pedro Coimbra, 180)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia							X				
Máquina de Moer Milho (Residência de Joacyra Faustina de Jesus - R. Boavinda, 129)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia							X				
Conjunto de Fogão à Lenha e Panelas de Ferro (Residência de Joacyra Faustina de Jesus - R. Boavinda, 129)	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia							X				
Pinguela sobre o Córrego Sapucaia (Final da Travessa Honório Gomes)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte									X		
Pinguela de Arame da Propriedade de Aíde Mansur	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte									X		
Cruzeiro em Madeira - Cume da Pedra da Sapucaia	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte							X				
Cruzeiro em Madeira - Cemitério do Povoado de Santa Cruz da Galiléia	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia							X				
Monjolo - Fazenda de Jacy Torres, Córrego Boa Vista	Galiléia-MG	São Sebastião das Laranjeiras							X				
Arquivos da Paróquia de São João Batista - Igreja da Matriz de São João Batista (Pça. São Pedro, s/n)	Galiléia-MG												X
Arquivos da Prefeitura Municipal de Galiléia - Sede da Prefeitura Municipal de Galiléia (R. Ary Machado, 599)	Galiléia-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Arquivos do Cartório de Paz e Notas do Distrito Sede (R. São Antônio, 116)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Arquivos da Câmara Municipal de Galiléia (R. Ary Machado, 599)	Galiléia-MG												X
Arquivos do Cartório de Paz e Notas do Distrito de Sapucaia do Norte (R. São Antônio, 116)	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte											X
Ponta de Machadinha feita em Pedra Amolada "Corisco" - Residência de Pedro Valbuza (R. Ary Machado, 546)	Galiléia-MG			X									
Área próxima ao Depósito Santa Bárbara (segundo fontes orais foram encontradas duas urnas funerárias no local) (Av. Oito de Dezembro esq. com Rua São Tomé)	Galiléia-MG										X		
Área do entorno da Cacoheira do Candinho	Galiléia-MG	Cachoeira do Candinho									X		
Área próxima ao terreno de Jacy Torres, no Alto da Boa Vista	Galiléia-MG	Terra Fria									X		
Área do entorno da Cabeceira do Córrego São Tomé - próximo a propriedade de José Braga Bareira	Galiléia-MG	Córrego São Tomé									X		
Túneis de Lavra para a Extração de Pedras Preciosas	Galiléia-MG												X
Córrego São Tomé, a leste do distrito sede	Galiléia-MG										X		
Pedra da Requela	Galiléia-MG	Córrego São Paulo Pequeno									X		
Pedra do Joaquinzão	Galiléia-MG	Córrego da Boa Esperança									X		
Pedreira São Tomé	Galiléia-MG	Córrego São Tomé									X		
Lagoa do Zequita (Fazenda Luciana)	Galiléia-MG	Córrego São Paulo Pequeno									X		
Gameleira (Estr. de acesso à Cachoeira do Candinho)	Galiléia-MG										X		
Pedra da Pitorra, a 7km do distrito sede	Galiléia-MG										X		
Artesanato de lides Valentim (R. Quinze)	Galiléia-MG						X						
Confecção e consertos de instrumentos musicais de corda realizada por Pedro Valbuza (R. Ary Machado, 546)	Galiléia-MG						X						

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Cestaria feita com palha de milho por José Walter de Oliveira e outros (R. dos Operários, 600 (área urbana) e vários locais de área rural)	Galiléia-MG						X						
Balaios de palha feitos por Edna "dos Balaieiros" e outros (Vários locais da área urbana e rural)	Galiléia-MG						X						
Peneiras de Palha de Bambu, feitas por Manuel Epifânio	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia					X						
Utilitários em Madeira, feitos por Sebastião Abel	Galiléia-MG	Santa Cruz da Galiléia					X						
Folia de Reis (Vários locais da área urbana e rural)	Galiléia-MG				X								
Festa da Manga (Área central do distrito sede)	Galiléia-MG				X								
Semana Santa (Vários locais de Área Urbana)	Galiléia-MG				X								
Coroação de Nossa Senhora das Graças - Igreja Matriz de São João Batista (Pça. São Pedro, s/n)	Galiléia-MG				X								
Corpus Christi (Vários locais da área urbana)	Galiléia-MG				X								
Festa do Padroeiro São João Batista - Igreja Matriz de São João Batista (Pça. São Pedro, s/n)	Galiléia-MG				X								
Festa Junina (Escolas da área Urbana e Rural)	Galiléia-MG				X								
Festa de Santo Antônio	Galiléia-MG	Sapucaia do Norte			X								
Procissão de Nossa Senhora Aparecida (Pedra do Joaquinzão)	Galiléia-MG				X								
Procissão de Nossa Senhora Aparecida (Pedra da Sapucaia)	Galiléia-MG				X								
Aniversário da Cidade e Festa do Galileense Ausente (Área central do distrito sede)	Galiléia-MG				X								
Dia de São Pedro - Evento para contos de histórias de pescador (Área central do distrito sede)	Galiléia-MG				X								
Projeto "Ensinar a tocar" criado e coordenado pelo instrumentalista e professor de violão José Lacerda (Vários locais de Área Urbana)	Galiléia-MG						X						

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Grupo de música caipira de raiz "Varandão Sertanejo" (Área Urbana)	Galiléia-MG							X					
Programa de Rádio "Nossa Terra, Nossa Gente" coordenado por José Lacerda (Área Urbana (rádio local))	Galiléia-MG				X								
Grupos de Reflexão da Igreja Católica, que trabalham com o tema anual da Campanha da Fraternidade	Galiléia-MG				X								
Clube do Pescador	Galiléia-MG						X						
Feira Santa Maria (Todas as quintas e sextas-feiras, na rua Amílcar Pinto, ao lado do Ginásio Poliesportivo Cid Lopes Teixeira)	Galiléia-MG				X								
Causos ocorridos durante a Semana Santa (Vários locais da Área Urbana)	Galiléia-MG							X					
Lenda do Caboclo D'água, figura que vive no Rio Doce (Vários locais da área urbana e rural)	Galiléia-MG						X						
Lenda do "Corisco", pedra "amaldiçoada" que destrói os locais onde "cai" (Vários locais da área urbana e rural)	Galiléia-MG						X						
Lenda da Velha que vive no Poço da Velha (Cachoeira do Candinho)	Galiléia-MG	Cachoeira do Candinho					X						
História do Bandido que fugia da prisão numa Charrete Preta, guiada por uma assombração (Área Urbana)	Galiléia-MG						X						
"Pisquins" do Judas (Área Urbana)	Galiléia-MG						X						
Histórias de Martinho Cornelius, padre holandês que trabalhou muitos anos na paróquia de Galiléia	Galiléia-MG						X						
Seu "João Farrapo" - Sr. João José Souza - ex-condutor de boiada, um dos mais antigos moradores de Galiléia (R. dos Operários, 615)	Galiléia-MG											X	
Padre Martinho Cornelius - padre holandês que trabalhou muitos anos na paróquia de Galiléia (Área urbana, paróquia de São João Batista)	Galiléia-MG											X	

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Padre Osley Paviotti - primeiro padre natural de Galiléia (Área urbana, paróquia de São João Batista)	Galiléia-MG											X	
Salvador - um dos zeladores do Cemitério Vida Nova (R. Cel. Farias, 1425)	Galiléia-MG											X	
Júlio da Estação - Júlio Henrique Corneau - vendia passagens de trem (Área urbana)	Galiléia-MG											X	
"Barão" (Jaime) - Era doido, vestia paletó e achava que trabalhava na prefeitura (Área urbana)	Galiléia-MG											X	
"Lutão" (Carlos) - Também era doido (Área urbana)	Galiléia-MG											X	
Zé Beija-Flor - Também era doido, irmão de Lutão (Área urbana)	Galiléia-MG											X	
"João Baixio" (João Ferreira de Amorim) - era alcoólatra (Área urbana)	Galiléia-MG											X	
"Batia" (Sebastião Santos) - mecânico de Galiléia (Área urbana)	Galiléia-MG											X	
Ana Finemê - antiga dona da zona boêmia do local, quando Galiléia era um povoado (Área urbana)	Galiléia-MG											X	
"Os Cabeludos" - Grupo étnico que vive em Galiléia (Vários locais da Área Urbana e Rural)	Galiléia-MG											X	
Comidas à base de manga: doce, licor, cachaça, geléia, pavê, sorvete, suco e etc. (Vários locais da Área Urbana e Rural)	Galiléia-MG						X						
Acervo da Sala de Memória	Galiléia-MG								X				
Igreja de São Joao Batista	Galiléia-MG												X
Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Candinho	Galiléia-MG										X		
Gruta dos Sete Salões – conjunto de pinturas rupestres	Conselheiro Pena-MG		X										
Conjunto Paisagístico e Arqueológico da Serra da Onça	Conselheiro Pena-MG										X		
Caixa D'Água	Conselheiro Pena-MG												X
Imóvel à rua Benedito Valadares nº 1493 - 1ª Prefeitura	Conselheiro Pena-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Pia batismal – Capela de N. S. da Conceição de Cuieté Velho	Conselheiro Pena-MG								X				
Residência da Família Riani (R. Quintino Bocaiúva, 706)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Antigo Armazém de Secos e Molhados do Sr. Geraldo Barbosa (DEMOLIDA) (Pça. Antônio Amaro, 720)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Hotel Renascença (Pça. Antônio Amaro, 849)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Antigo Armazém de café do Sr. Antônio Amaro (R. Israel Pinheiro, 874)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
1ª Prefeitura de Conselheiro Pena (R. Benedito Valadares, 1493)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência de Gustavo Pereira do Vale (R. Benedito Valadares, 1490)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência (R. Benedito Valadares, 1477)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência de Walter Barreiros ((R. Benedito Valadares, 1214)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência (R. Benedito Valadares, 1364/1370)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência (R. Israel Pinheiro, 1144)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência de Aristino Campos Meireles (R. Israel Pinheiro, 1093)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência de Antônio Cândido Mesquita (R. Israel Pinheiro, 1077)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência de Pedro Pinto de Freitas (R. Israel Pinheiro, 1067)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência de Sérgio Augusto Mesquita ((R. Israel Pinheiro, 1051)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Antigo Armazém de Café (R. Israel Pinheiro, 1019)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Antigo Armazém de Café (R. Israel Pinheiro, 1011)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Residência de Ataulfo Barreiros (R. Israel Pinheiro, 1060)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Farmácia Mineira e residência de Edmundo Bitencourt (R. Israel Pinheiro, 1030)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Antigo armazém de Secos e Molhados do Sr. José Carlomanho (R. Israel Pinheiro, 1066)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Fábrica de Bebidas Eldorado (Pça. Antônio Amaro, 920)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Residência do Sr. Leandro Barreiro (Pça. Antônio Amaro, 910)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Residência do Sr. Domingos Abelha (Pça.Antônio Amaro, 893)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Antigo armazém de café do Sr. Domingos Abelha (Pça.Antônio Amaro, 971)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Residência (R. José Carlomagno, 19)	Conselheiro Pena-MG	Estação Velha											X
Residência (R. José Carlomagno, 40)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência (R. Nilo Moraes Pinheiro, 1140)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Escola de Comércio Itagussu (DEMOLIDA) (R. Joaquim Silva, 1247)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Residência (Av. Getúlio Vargas, 1530)	Conselheiro Pena-MG	Centro											X
Igreja Matriz de São José (Pça. Da Matriz, 277)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Moacir Albuquerque, 168)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio (R. 17 de Dezembro, 184)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio (R. 17 de Dezembro, 1666)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio/ Residência (R. 17 de Dezembro, 1676)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio (R. Cesário de Barros, 1715 e 1721)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio (Av. Getúlio Vargas, 1778)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio/ Residência (Av. Orlando Vaz, 297/ esq. com Av. Getúlio Vargas 1796)	Conselheiro Pena-MG												X
Antigo Cinema/ Comércio (Pça. Da Matriz, 1837)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio (R. 17 de Dezembro, 1817)	Conselheiro Pena-MG												X
Comércio/ Residência (Av. Orlando Vaz, 224)	Conselheiro Pena-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja Presbiteriana (Av. Getúlio Vargas, 1918)	Conselheiro Pena-MG												X
Imagem de Roca (Acervo da Igreja Matriz de São José - Pça. Da Matriz, 277)	Conselheiro Pena-MG	Centro							X				
Imagem do Menino Jesus (Acervo da Igreja Matriz de São José - Pça. Da Matriz, 277)	Conselheiro Pena-MG	Centro							X				
Imagem de São José (Acervo da Igreja Matriz de São José - Pça. Da Matriz, 277)	Conselheiro Pena-MG	Centro							X				
Imagem de Nossa Senhora das Graças (Acervo da Igreja Matriz de São José - Pça. Da Matriz, 277)	Conselheiro Pena-MG	Centro							X				
Imagem do Sagrado Coração de Jesus (Acervo da Igreja Matriz de São José - Pça. Da Matriz, 277)	Conselheiro Pena-MG	Centro							X				
Cartório Registro de Imóveis (R. João Pinto, 312)	Conselheiro Pena-MG	Centro				X							
Cartório 2° Ofício de Notas (R. Moacir Albuquerque, 110)	Conselheiro Pena-MG	Centro				X							
Cartório 1° Ofício de Notas (R. Cesário de Barros, 504)	Conselheiro Pena-MG	Centro				X							
Acervo fotográfico do Sr. Amaro Dutra (Pça. Da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Centro				X							
Acervo do Sr. Joel de Oliveira (R. Orlando Vaz, 370)	Conselheiro Pena-MG	Centro				X							
Praça da Matriz (Pça. Da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG										X		
Celebrações: Festa do Padroeiro - Festa de São José (Igreja Matriz de São José - Pça. Da Matriz e adjacências)	Conselheiro Pena-MG				X								
Estação Ferroviária da EFVM (R. Kalápalos, 815)	Conselheiro Pena-MG												X
Ponte do antigo trecho da EFVM (R. João Siqueira, ponte sobre Córrego João Pinto)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Frei Orlando, 2080)	Conselheiro Pena-MG												X
Cartório de Registros Civis (R. Lajão, 90)	Conselheiro Pena-MG					X							
Capela de São João Batista (R. São João, s/n)	Conselheiro Pena-MG												X
Armazém (R. Principal, s/n)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Principal, s/n)	Conselheiro Pena-MG												X
Cruzeiro de madeira (R. São João, s/n)	Conselheiro Pena-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Cachoeira do Pinhão ou Cachoeira do João Pinto (Fazenda Palmira, Serra do Pinhão)	Conselheiro Pena-MG	Povoado João Pinto									X		
Fazenda Sr. Diniz Bernardo Lopes (Estr. Conselheiro Pena/ Santa Rita do Itueto)	Conselheiro Pena-MG	Povoado São Roque											X
Capela de São Roque	Conselheiro Pena-MG	Povoado São Roque											X
Modos de fazer. Fabricação artesanal de farinha de mandioca. Residência Sr. Davino Porfírio e Sra. Maria Carneiro Porfírio	Conselheiro Pena-MG	Povoado São Roque					X						
Fazenda Roxa (Estr. Conselheiro Pena/ Krenaque)	Conselheiro Pena-MG												X
Armazém com descascador de arroz (Estr. Conselheiro Pena/ Barra do Cuieté)	Conselheiro Pena-MG												X
Capela do aglomerado Zé Rodrigues (Estr. Conselheiro Pena/ Cuieté Velho)	Conselheiro Pena-MG												X
Sítio da Lapa (Zona rural do distrito sede - Serra da Onça)	Conselheiro Pena-MG		X										
Pedra do Letreiro (Zona rural do distrito sede - Serra da Onça)	Conselheiro Pena-MG		X										
Lapa da Onça (Zona rural do distrito sede - Serra da Onça)	Conselheiro Pena-MG		X										
Residência (R. Pedro José Cordeiro, 366)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Pedro José Cordeiro, 439)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Pedro José Cordeiro, 576)	Conselheiro Pena-MG												X
Capela de Nossa Senhora da Conceição (R. Emeraldina C. de Jesus, 37)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Pedro José Cordeiro, 677)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Ademar Ribeiro Duque, 25)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Ademar Ribeiro Duque, 73)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Ademar Ribeiro Duque, 451)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Ademar Ribeiro Duque, 714)	Conselheiro Pena-MG												X
Residência (R. Pedro José Cordeiro, 281)	Conselheiro Pena-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Pia batismal bem cultural tombado municipalmente, através do decreto n. 1329 de 10 de abril de 2002 (R. Emeraldina C. de Jesus, 37)	Conselheiro Pena-MG								X				
Missais (R. Emeraldina C. de Jesus, 37)	Conselheiro Pena-MG								X				
Sino da Capela de Nossa Senhora da Conceição (R. Emeraldina C. de Jesus, 37)	Conselheiro Pena-MG								X				
Cartório Registro Civil (R. Padre José Cordeiro, 342)	Conselheiro Pena-MG					X							
Fazenda Vasconcelo/ Sapé (Estr. Conselheiro Pena / Cuieté Velho)	Conselheiro Pena-MG	Cuieté Velho											X
Fazenda Carneirinho (Estr. Conselheiro Pena / Cuieté Velho)	Conselheiro Pena-MG	Cuieté Velho											X
Pedra do Cuieté Velho (Estr. Cuieté Velho / Conselheiro Pena - Zona Rural do Distrito de Cuieté Velho	Conselheiro Pena-MG	Cuieté Velho									X		
Antiga Mina de Ouro do Cuieté Velho (Estr. Cuieté Velho / Alvarenga, 3km - Zona Rural do Distrito de Cuieté Velho)	Conselheiro Pena-MG	Cuieté Velho									X		
Residência (R. José Nicolau de Vasconcelos, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Antigo Cinema (R. Raul Soares, 1168)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Capela de São Pedro (Pça. da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Armazém (R. Pedro Nolasco, 75)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Residência (R. Capitão Vicente, 57)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Igreja Evangélica (R. João Carlos Pereira, 945)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Armazém (R. Capitão Vicente, 10)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Imagem de São Pedro - Acervo da Capela de São Pedro (Pça. da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté							X				
Imagem de São José - Acervo da Capela de São Pedro (Pça. da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté							X				
Imagem do Sagrado Coração de Jesus - Acervo da Capela de São Pedro (Pça. da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté							X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Cruz Processual - Acervo da Capela de São Pedro (Pça. da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté							X				
Estação Ferroviária (EFVM)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Antiga Estação Ferroviária (EFVM)	Conselheiro Pena-MG	Barra do Cuieté											X
Igreja de Nossa Senhora da Penha (Av. Altivo Saturnino Pereira, 539)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Sobrado - Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 457)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 626)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 687)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 745)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Armazém (Av. Altivo Saturnino Pereira, 766)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 797)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 817)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 814)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Residência (Av. Altivo Saturnino Pereira, 836)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Cruzeiro - Igreja de Nossa Senhora da Penha (Av. Altivo Saturnino Pereira, 539)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte							X				
Imagem de Nossa Senhora da Penha - Igreja de Nossa Senhora da Penha (Av. Altivo Saturnino Pereira, 539)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte							X				
Turíbulo - Igreja de Nossa Senhora da Penha (Av. Altivo Saturnino Pereira, 539)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte							X				
Harmônio - Igreja de Nossa Senhora da Penha (Av. Altivo Saturnino Pereira, 539)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte							X				
Cartório de Paz e Notas (Av. Altivo Saturnino Pereira, 745)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte				X							
Fazenda Solange (Zona Rural de Penha do Norte)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Fazenda do Córrego de Penha do Norte (Zona Rural de Penha do Norte)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X
Fazenda Santa Clara (Zona Rural de Penha do Norte)	Conselheiro Pena-MG	Penha do Norte											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Capela de São Sebastião (Pça. da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Ferruginha											X
Igreja Presbiteriana (R. Gouveia, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Ferruginha											X
Antiga Residência (R. Joaquim Teodoro Sobrinho, 1159)	Conselheiro Pena-MG	Ferruginha											X
Imagem de São Sebastião - Acervo da Capela de São Sebastião (Pça. da Matriz, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Ferruginha							X				
Fazenda Sr. Sebastião Guimarães (Estr. Ferruginha/ Goiabeira, Km 3)	Conselheiro Pena-MG	Ferruginha											X
Fazenda Córrego Coqueiro (Estr. Ferruginha/ Goiabeira, Km 6)	Conselheiro Pena-MG	Ferruginha											X
Capela do Bom Jesus (R. Principal, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Bueno											X
Residência (R. Principal, 135)	Conselheiro Pena-MG	Bueno											X
Residência (R. Principal, 27)	Conselheiro Pena-MG	Bueno											X
Imagem do Bom Jesus - Acervo da Capela do Bom Jesus (R. Principal, s/n)	Conselheiro Pena-MG	Bueno							X				
Cartório de Paz e Registro Civil (R. Principal, 135 - Transferido para o Distrito Sede: R. Lajão, 90)	Conselheiro Pena-MG	Bueno				X							
Estação Ferroviária de Resplendor	Resplendor-MG	Sede								X			
Igreja Matriz de Santana (Praça Pedro Nolasco, s/n)	Resplendor-MG	Sede											X
Edificação de uso misto (Rua Augusto Bernardino Alves, n. 39, 50 e 54)	Resplendor-MG												X
Edificação de uso misto (Av. Olegário Maciel, n. 258)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Getúlio Vargas, n. 64)	Resplendor-MG	Sede											X
Edificação de uso comercial (Rua Getúlio Vargas, n. 54)	Resplendor-MG	Sede											X
Praça Pedro Nolasco	Resplendor-MG	Sede									X		
Edificação de uso misto (Praça Pedro Nolasco, n. 60)	Resplendor-MG	Sede											X
Ponte sobre o Rio Doce – década de 1970	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Moraes de Carvalho, n. 510)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Moraes de Carvalho, n. 514)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Moraes de Carvalho, n. 534)	Resplendor-MG	Sede											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Galpão da CAPEL (Rua Moraes de Carvalho, s/n)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Benedito Quintino, n. 19)	Resplendor-MG	Sede											X
Edificação de uso comercial (Rua Benedito Quintino, n. 67)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Benedito Quintino, n. 35)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Benedito Quintino, n. 45)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Benedito Quintino, n. 113)	Resplendor-MG	Sede											X
Edificação de uso comercial (Rua Analcidas Sérgio Ferreira, n. 37 e 58)	Resplendor-MG	Sede											X
Edificação de uso comercial (Rua Av. Olegário Maciel, n. 134)	Resplendor-MG	Sede											X
Galpão (Rua Salustiano de Paula, n. 23)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Salustiano de Paula, n. 125)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Salustiano de Paula, n. 237)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Salustiano de Paula, n. 331)	Resplendor-MG	Sede											X
Praça (Rua Salustiano de Paula, s/n, próximo a ponte)	Resplendor-MG	Sede									X		
Residência (Rua Nicanor Brasil, n. 356)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Nicanor Brasil, n. 359)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Nicanor Brasil, n. 629)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Nicanor Brasil, n. 344)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Nicanor Brasil, n. 560)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Antônio Custódio dos Santos, n. 146)	Resplendor-MG	Sede											X
Residência (Rua Padre André Coli, n. 20)	Resplendor-MG	Sede											X
Cruzeiro da Capela de Nossa Senhora Aparecida	Resplendor-MG	Campo Alegre de Minas							X				
Olaria	Resplendor-MG	Nicolândia									X		
Igreja do Sagrado Coração de Jesus	Resplendor-MG	Nicolândia											X
Residência (Rua Antônio Eugênio Moreira, n. 228)	Resplendor-MG	Bom Pastor											X
Residência de Adão Ribeiro Arruda (Região de São Simeão)	Resplendor-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Praça José Nicolini	Resplendor-MG	Nicolândia									X		
Residência (Rua Sebastião Moraes, n. 8)	Resplendor-MG	Independência											X
Residência (Rua Sebastião Moraes, n. 252)	Resplendor-MG	Independência											X
Fazenda Nico Bananeira (Povoado de Horácio)	Resplendor-MG										X		
Fazenda da Família Morais (Região do Empossado)	Resplendor-MG										X		
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Resplendor-MG	Calixto											X
Cartório Ofício Registro Civil das pessoas naturais e anexos (Rua Morais de Carvalho, n. 510)	Resplendor-MG	Sede											X
Guta Sete Salões	Resplendor-MG										X		
Pinturas rupestres – sítios arqueológicos Lapa, Pedra Pintura, Onça, Boiadeiro e Zé Barbeiro	Resplendor-MG		X										
Cemitério Indígena – sítio Pedra Pintura (ao longo do córrego da Lapa)	Resplendor-MG										X		
Festa do Padroeiro do Distrito – Sagrado Coração de Jesus	Resplendor-MG	Nicolândia			X								
Cavalgada – Nicolândia	Resplendor-MG	Nicolândia			X								
Festa do Carro de Boi	Resplendor-MG	Independência			X								
Ritual do Atorá (Reserva dos Índios Krenak)	Resplendor-MG				X								
Modos de fazer – pão brot (Povoado do Bom Pastor)	Resplendor-MG						X						
Festa da Padroeira da Cidade (Santana)	Resplendor-MG	Sede			X								
Igreja de Nossa Senhora da Penha de França (Praça Cônego Cardoso, s/n)	Resplendor-MG												X
Conjunto de Passos: Passo 1 Rosário (Jesus com a Cruz), Passo 2 do Encontro (Praça Mendes Resende, Centro); Passo 3 Simão Cirineu conhecido como Passo da Gruta, Praça Nossa Senhora de Fátima, Centro); Passo 4 da Verônica (Praça Cônego Cardoso, Centro); Passo 5 da Última Queda de Jesus (Praça Cônego Cardoso, Centro)	Resplendor-MG				X								

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Escola Estadual Assis Resende (Praça Professora Rosa Soares Penido, n. 82, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial geminada conhecida como Casa do Inconfidente Resende Costas (Praça Cônego Cardoso, n. 84 e 90, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial conhecida como Casa do Padre Toledo (Praça Cônego Cardoso, n. 42, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação uso misto (Praça Cônego Cardoso, n. 7 e 13, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação uso misto (Praça Nossa Senhora de Fátima, s/n, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial (Praça Cônego Cardoso, n. 37, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial (Rua Bueno Brandão, n. 119, Centro)	Resplendor-MG												X
Cemitério de Cima (Praça Dom Lara, Centro)	Resplendor-MG										X		
Edificação residencial (Rua Assis Resende, n. 91, Centro)	Resplendor-MG												X
Igreja Nossa Senhora do Rosário (Praça Coronel Souza Maia)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial (Praça Doutor Costa Pìnto, n. 21 – Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial (Praça Doutor Costa Pìnto, n. 33 – Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial (Rua Assis Resende, n. 133, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial (Rua Assis Resende, n. 157, Centro)	Resplendor-MG												X
Edificação residencial (Av. Monsenhor Nelson, n. 3, Centro)	Resplendor-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Cemitério São Vicente de Paulo (Rua Margarida L. Barbosa, s/n, Centro)	Resplendor-MG										X		
Igreja de Nossa Senhora Aparecida (Rua Heloísa Macedo Lara, s/n, Bairro Aparecida)	Resplendor-MG												X
Escola Municipal Conjurados Resende Costa (Rua Moeira da Rocha, n. 440, Centro)	Resplendor-MG												X
Capela de Nossa Senhora de Fátima (Rua Julieta de Paula, esquina com Rua Aristides Ferreira)	Resplendor-MG												X
Fazenda (Rua Prefeito Antônio Resende, n. 241)	Resplendor-MG												X
Prefeitura Municipal de Resende Costa (Rua Maria Cândida Andrade, n. 91)	Resplendor-MG												X
Campo Expedicionário (Rua dos Expedicionário, s/n)	Resplendor-MG												X
Cruzeiro (Rua São Júlio Del Rey, s/n, São Domingos)	Resplendor-MG								X				
Capela de Santo Antônio (Rua Dr. Gervásio, s/n)	Resplendor-MG												X
Centro Comunitário Santo Antônio (Rua Dr. Gervásio, s/n)	Resplendor-MG												X
Capela de Nossa Senhora da Conceição (Rua Pau Brasil, n. 284, Bairro Tejuco)	Resplendor-MG												X
Igreja de São Judas Tadeu (Rua Antônio da Silva Barbosa, n. 445)	Resplendor-MG												X
Sobrado de 1920 (Rua Monsenhor Nelson, n. 17)	Resplendor-MG												X
Residência de Dona Rosária (Travessa Moreira da Rocha, n. 6)	Resplendor-MG												X
Residência de 1937 (Travessa Moreira da Rocha, n. 12)	Resplendor-MG												X
Residência do Sr. Aquino (Rua Pérsio B. Resende, n. 2)	Resplendor-MG												X
Residência da Fazenda Chácara	Resplendor-MG												X
Residência do Sr. Rogério Felix (Rua Francisco Felix Vieira, n. 8)	Resplendor-MG												X
Fórum (Praça Professora Rosa Soares de Penido, n. 7)	Resplendor-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Delegacia de Polícia (Rua José Jacinto, n. 52, Centro)	Resplendor-MG												X
Biblioteca Municipal Antônio Gonçalves Pinto (Praça Nossa Senhora de Fátima, n. 45)	Resplendor-MG												X
Capela de Nossa Senhora do Carmo (Comunidade Rural Campos Gerais)	Resplendor-MG												X
Capela de São Sebastião (Comunidade Rural Brumado)	Resplendor-MG												X
Fazenda Carvão (Comunidade Rural Brumado)	Resplendor-MG												X
Fazenda Boa Esperança (Comunidade Rural Brumado)	Resplendor-MG												X
Fazenda Ribeirão (Comunidade Rural Ribeirão)	Resplendor-MG												X
Hidrelétrica Fazenda Ribeirão (Comunidade Rural Brumado)	Resplendor-MG										X		
Sede da Fazenda do Pinheiro (Comunidade Rural Curralinho dos Paulas)	Resplendor-MG												X
Igreja de Nossa Senhora Imaculada Conceição (Comunidade Quilombola Curralinho dos Paulas)	Resplendor-MG												X
Museu de Artes Sacras Paroquial, MASP Igreja de Nossa Senhora da Penha de França (Praça Cônego Cardoso, s/n)	Resplendor-MG												X
Cabideiro de Parede – acervo da Prefeitura Municipal de Resende Costa (Praça Nossa Senhora de Fátima, s/n)	Resplendor-MG								X				
Limpa Pé – Casa Paroquial (Praça Cônego Cardoso, n. 61, Centro)	Resplendor-MG								X				
Armário – Casa Paroquial (Praça Cônego Cardoso, n. 61, Centro)	Resplendor-MG								X				
Armário – Casa Paroquial (Praça Cônego Cardoso, n. 84, Centro)	Resplendor-MG								X				
Suporte para Coador de Café (Praça Cônego Cardoso, Centro)	Resplendor-MG								X				
Cabideiro – Câmara Municipal de Resende Costa (Praça Nossa Senhora de Fátima, s/n, Centro)	Resplendor-MG								X				

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Máquina de Escrever Manual – Câmara Municipal de Resende Costa	Resplendor-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora do Rosário – Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Praça Coronel Souza Maia, Centro)	Resplendor-MG								X				
Armário – Acervo Particular Maria de Lourdes Fonseca Lara e Maria Auxiliadora Fonseca Lara (Praça Dr. Costa Pinto, n. 33)	Resplendor-MG								X				
Marco do Cruzeiro do Bairro Tijuco (Av. Antônio da Silva Barbosa, s/n, Bairro Tijuco)	Resplendor-MG										X		
Túmulo da jovem desconhecida (Rua Margarida L. Barbosa, s/n, Bairro Nova Resende)	Resplendor-MG										X		
Campainha Benta (Av. Alfredo Penido, n. 833, Bairro Nossa Senhora da Penha)	Resplendor-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora Aparecida (Rua Heloísa Macedo Lara, s/n, Bairro Nossa Senhora Aparecida)	Resplendor-MG								X				
Móveis de Madeira de demolição	Resplendor-MG								X				
Rádio (Rua Maria Cândida, n. 150, Bairro Bela Vista)	Resplendor-MG												X
Imagem de Nossa Senhora da Conceição (Rua Pau Brasil, n. 284, Bairro Tijuco)	Resplendor-MG								X				
Tear (Rua Antônio da Silva Barbosa, n. 448, Bairro Tijuco)	Resplendor-MG								X				
Utensílios de Alfaiataria (Travessa Moreira da Rocha, n. 3)	Resplendor-MG								X				
Banco dos Inconfidentes (Rua Pérsio B. Resende, n. 2)	Resplendor-MG												X
Retábulo da Capela de São Sebastião (Comunidade Rural Brumado)	Resplendor-MG								X				
Moinho de Milho Fazenda Ribeirão (Comunidade Rural Brumado)	Resplendor-MG								X				
Canastra fazenda das Éguas (Comunidade Rural Ribeirão Santo Antônio)	Resplendor-MG										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Cruzeiro do Catimbau ou Cruzeiro da Serra do Mané Chico (Comunidade Rural Ribeirão Santo Antônio)	Resplendor-MG								X				
Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de França (Praça Cônego Cardoso, s/n)	Resplendor-MG					X							
Livro de Cartas da Câmara Municipal de Resende Costa (Praça Nossa Senhora de Fátima, s/n, Centro)	Resplendor-MG					X							
Livro de Notas do 1º Cartório do Primeiro Ofício de Joaquim Pinto (Rua Gonçalves Pinto, n. 70, Centro)	Resplendor-MG					X							
Transcrição das transmissões (Registro Geral) Livro 3 (Rua Gonçalves Pinto, n. 70, Centro)	Resplendor-MG					X							
1º de Escrituras de Compra e Venda de imóveis da cidade de Resende Costa - Livro de Notas n. 4 (Rua Gonçalves Pinto, n. 4, Centro)	Resplendor-MG					X							
Transcrição dos Recibos de compra e venda de negócios / escravos (Av. Alfredo Penido, n. 882, Bairro Nossa Senhora da Penha)	Resplendor-MG					X							
Arquivos de fotos (Rua Moreira da Rocha, n. 440, Centro)	Resplendor-MG					X							
Arquivo (Rua Moreira da Rocha, n. 440, Centro)	Resplendor-MG					X							
Semana Santa	Resplendor-MG				X								
Festa de Nossa Senhora da Penha de França	Resplendor-MG				X								
Coral e Orquestra Mater Dei	Resplendor-MG				X								
Banda de Música Municipal Santa Cecília	Resplendor-MG							X					
Quitandas	Resplendor-MG												X
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Resplendor-MG				X								
Artesanato de Ferro sem forja	Resplendor-MG						X						
Artesanato de Retalho no tear	Resplendor-MG						X						
O mestre das Artes Sacras (Rua Padre Joaquim Carlos, n. 198, Centro)	Resplendor-MG						X						

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
O Centenário – o homem mais velho - (Rua Padre Joaquim Carlos, n. 45, Centro)	Resplendor-MG						X						
O Pelé (Rua Monsenhor Nelson	Resplendor-MG						X						
Sapateiro (Rua Ana Cândida de Jesus, n. 150)	Resplendor-MG						X						
Festa de Santo Antônio (Rua Dr. Gervásio, s/n)	Resplendor-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Carmo (Comunidade Rural Campos Gerais)	Resplendor-MG				X								
Festa de Nossa Senhora do Rosário (Comunidade Quilombola Curralinho dos Paulas)	Resplendor-MG				X								
Comunidade Quilombola Curralinho dos Paulas	Resplendor-MG										X		
Lajes de Pedra	Resplendor-MG										X		
Fazenda Henrique Cremasco - Córrego Cachoeira	Itueta-MG												X
Fazenda Joaquina - Córrego Coqueiro	Itueta-MG												X
Fazenda Lizal Nicoli - Córrego Coqueiro	Itueta-MG												X
Fazenda Nestor Tozi - Córrego Coqueiro	Itueta-MG												X
Fazenda Rico Nicoli - Córrego Coqueiro	Itueta-MG												X
Fazenda Santa Angélica	Itueta-MG												X
Sítio Bela Aurora - Córrego Santa Luzia	Itueta-MG												X
Fazenda Geneci Mozer - Córrego Quatizinho	Itueta-MG												X
Cartório Registro Civil de Pessoas Naturais e Notas - desde 1940	Itueta-MG												X
Residência Frederico	Itueta-MG												X
Residência Nelson	Itueta-MG												X
Igreja Luterana - Santo Antônio	Itueta-MG												X
Rua Caetano Baggio, n. 558	Itueta-MG	Quatituba											X
Rua Caetano Baggio, n. 568	Itueta-MG	Quatituba											X
Estação ferroviária (R. Pedro Nolasco, 1105)	Aimorés-MG									X			
Bar e Restaurante do Porto (Pça. João Pinheiro, s/n)	Aimorés-MG												X
Aimorés Palace Hotel (Pça. João Pinheiro, 82)	Aimorés-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência e Comérico (R. Pedro Nolasco, 980)	Aimorés-MG												X
Delegacia de Polícia (Pça. João Pinheiro, s/n)	Aimorés-MG												X
Residência e Comérico (Av. Américo Martins da Costa, 164)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Américo Martins da Costa, 36)	Aimorés-MG												X
Edificação do Antigo Sagrado Coração-1925/Comérico (Av. Raul Soares, s/n)	Aimorés-MG												X
Prédio Público EMATER-IEF (Av. Raul Soares, 202 e 300)	Aimorés-MG												X
Prefeitura (Av. Raul Soares, 310)	Aimorés-MG												X
Residência-1923 (Av. Raul Soares, s/n)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Raul Soares, 354)	Aimorés-MG												X
Residência e Comércio (Av. Raul Soares, s/n)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Raul Soares, 403)	Aimorés-MG												X
Edificação do Museu Histórico de Aimorés	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Raul Soares, 287)	Aimorés-MG												X
1ª Igreja Batista (Av. Raul Soares, s/n)	Aimorés-MG												X
Residência (Rua Cel. José Thiago, 142)	Aimorés-MG												X
Residência (Rua Cel. José Thiago, 186)	Aimorés-MG												X
Residência e Comércio - Antiga residência do Coronel José Thiago (R. Cel. José Thiago, 260)	Aimorés-MG												X
Comércio (A Brasileira) (R. Pedro Nolasco, 1260)	Aimorés-MG										X		
Antigo Colégio das Irmãs Carmelitas (atual UNIPAC) (R. Pedro Nolasco, s/n)	Aimorés-MG												X
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo (Pça. Nossa Senhora do Carmo, s/n)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Raul Soares, 489)	Aimorés-MG												X
Prédio da Secretaria de Educação e Cultura (Av. Raul Soares, 601)	Aimorés-MG												X
Fórum (Av. Raul Soares, 456)	Aimorés-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Antigo Armazém (Irmãos Mathias)	Aimorés-MG												X
Solar José Alves Paixão-1929 (Av. Getúlio Vargas, 160)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Getúlio Vargas, 390)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Getúlio Vargas, 426)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Getúlio Vargas, 455)	Aimorés-MG												X
Residência (Av. Raul Soares, 937)	Aimorés-MG												X
Comércio (Av. Raul Soares, 731)	Aimorés-MG												X
Antigo Comércio (Av. Raul Soares, 1330)	Aimorés-MG												X
Sobrado (Av. Getúlio Vargas, 971)	Aimorés-MG												X
Residência e Comércio (Auto Elétrica) (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 168)	Aimorés-MG												X
Comércio (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 480)	Aimorés-MG												X
Residência (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 485)	Aimorés-MG												X
Residência Sra. Maria Helena Calvão (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 538)	Aimorés-MG												X
Antigo Comércio. Atual Casa Paroquial (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 561)	Aimorés-MG												X
Conjunto Duas Reisdências (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 564 e 574)	Aimorés-MG												X
Igreja de São Sebastião (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 45)	Aimorés-MG												X
Comércio (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 611)	Aimorés-MG												X
Armazém/Comércio (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 718)	Aimorés-MG												X
Residência (Rancho dos Tropeiros) (R. Cap. Amaro Pereira, 180)	Aimorés-MG	Cantinho do Céu											X
Pontilhão (Est. BR 259, ponte sobre o Rio Manhuaçú)	Aimorés-MG												X
Centro Educacional Crescer (R. Pedro Nolasco, 828)	Aimorés-MG												X
Centro Espírita "O Pensamento (R. Bias Fortes, 87)	Aimorés-MG												X
Residência (Pça. Aloys Bens, 19)	Aimorés-MG												X
Residência e Comércio (R. Pedro Nolasco, 686)	Aimorés-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Residência (R. Pedro Nolasco, 574)	Aimorés-MG												X
Comércio (R. Pedro Nolasco, 670)	Aimorés-MG												X
Comércio (R. Pedro Nolasco, 677)	Aimorés-MG												X
Residência (R. Cel. Norberto de Brito, 121)	Aimorés-MG												X
Igreja Nossa Senhora das Dores	Aimorés-MG	Barra Preta											X
Hospital São José e São Camilo (Rua do Hospital, s/n)	Aimorés-MG												X
Praça João Pinheiro, Centro	Aimorés-MG										X		
Imagem de Nossa Senhora do Carmo - Acervo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Aimorés-MG								X				
Altar Lateral - Acervo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Aimorés-MG								X				
Imagem de Nossa Senhora das Dores - Acervo da Capela de Nossa Senhora das Dores	Aimorés-MG	Barra Preta							X				
Imagem de Santo Antônio - Acervo da Capela de Nossa Senhora das Dores	Aimorés-MG	Barra Preta							X				
Imagem de São José - Acervo da Capela de Nossa Senhora das Dores	Aimorés-MG	Barra Preta							X				
Imagem de São João Batista - Acervo da Capela de Nossa Senhora das Dores	Aimorés-MG	Barra Preta							X				
Cruzeiro da Capela de Nossa Senhora das Dores - Acervo da Capela de Nossa Senhora das Dores	Aimorés-MG	Barra Preta							X				
Imagem de São Sebastião - Acervo da Igreja de São Sebastião (R. Dr. Hugo Lopes Naly, 45)	Aimorés-MG								X				
Espada da Loja Maçônica Floriano Peixoto (Av. Américo Martins da Costa, s/n)	Aimorés-MG								X				
Museu Histórico de Aimorés (Av. Raul Soares, 355)	Aimorés-MG												X
Biblioteca Comunitária "Ler É Preciso" (Av. Raul Soares, 355)	Aimorés-MG												X
Cartório (Av. Raul Soares, s/n)	Aimorés-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Instituto Terra RPPN Fazenda Bulcão (Saída para Baixo Guandu BR 259 - Distrito Sede)	Aimorés-MG										X		
Urna Funerária Indígena - Museu Histórico de Aimorés (Av. Raul Soares, 355)	Aimorés-MG			X									
Artefatos Arqueológicos - Museu Histórico de Aimorés (Av. Raul Soares, 355)	Aimorés-MG			X									
Núcleo Museológico de Arqueologia Sede do Instituto Terra (Fazenda Bulcão - BR 259)	Aimorés-MG		X										
Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo - Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (Rua Cel José Thiago / R. Pedro Nolasco e adjacências)	Aimorés-MG				X								
Capela de São Benedito (Praça São Benedito)	Aimorés-MG	Tabaúna											X
Residência (Praça São Benedito)	Aimorés-MG	Tabaúna											X
Sede da Associação Comunitária (Pça. Manoel Vitorino, s/n)	Aimorés-MG	Tabaúna									X		
Capela de Nossa Senhora das Dores (R. Principal, s/n)	Aimorés-MG	Expedicionário Alício											X
Residência (R. Principal, s/n)	Aimorés-MG	Expedicionário Alício											X
Residência (R. Principal, 182)	Aimorés-MG	Expedicionário Alício											X
Capela de Nossa Senhora da Conceição (R. Áurea do Vale Rondon, 95)	Aimorés-MG	Conceição do Capim											X
Comércio (R. José Henrique Filho, 248)	Aimorés-MG	Conceição do Capim											X
Residência e Comércio (R. José Henrique Filho, s/n)	Aimorés-MG	Conceição do Capim											X
Comércio (R. José Henrique Filho, s/n)	Aimorés-MG	Conceição do Capim											X
Comércio - Bar Dalva (R. José Henrique Filho, s/n)	Aimorés-MG	Conceição do Capim									X		
Capela São Sebastião (R. Secundino Cipriano, s/n)	Aimorés-MG	Alto Capim											X
Antiga Sede da Loja Maçônica (R. Secundino Cipriano, s/n)	Aimorés-MG	Alto Capim											X
Capela de São Sebastião	Aimorés-MG	São Sebastião da Vala											X
Armazém	Aimorés-MG	São Sebastião da Vala											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Comércio	Aimorés-MG	São Sebastião da Vala											X
Armazém	Aimorés-MG	São Sebastião da Vala											X
Capela de Nossa Senhora da Penha	Aimorés-MG	Penha do Capim											X
Comércio Supermercado Agromila (R. Cap. Manoel Antônio, 74)	Aimorés-MG	Penha do Capim											X
Capela do Senhor Bom Jesus (R. Joaquim M. Cury, 57)	Aimorés-MG	Mundo Novo de Minas											X
Imagem de São Benedito - Acervo da Capela de São Benedito (Praça São Benedito)	Aimorés-MG	Tabaúna							X				
Imagem de Nossa Senhora das Dores - Acervo da Capela de Nossa Senhora das Dores	Aimorés-MG	Expedicionário Alício							X				
Imagem de São Sebastião - Acervo da Capela de São Sebastião (R. Secundino Cipriano, s/n)	Aimorés-MG	Alto Capim							X				
Imagem de São Sebastião - Acervo da Capela de São Sebastião	Aimorés-MG	São Sebastião da Vala							X				
Imagem de Nossa Senhora da Penha - Acervo da Capela de Nossa Senhora da Penha	Aimorés-MG	Penha do Capim							X				
Fazenda do Sr. Marco Antônio Calvão (Est. Aimorés/ Tabaúna)	Aimorés-MG	Bugre											X
Fazenda do Sr. Tico (Est. Aimorés/ Tabaúna)	Aimorés-MG	Bugre											X
Fazenda Sr. Milton Barbosa	Aimorés-MG	Bugre											X
Fazenda Sr. Adalto Correia (Est. Aimorés/ Tabaúna)	Aimorés-MG												X
Capela de São José (Est. Tabaúna/ Expedicionário Alício)	Aimorés-MG	São José do Limoeiro											X
Fazenda Sr. Joaquim Cardoso	Aimorés-MG	Macuco											X
Fazenda Fagundes, Sr. Joaquim Cardoso (Est. Aimorés/ Expedicionário Alício)	Aimorés-MG												X
Fazenda Boa Vista, Sra. Luciana Maria Alcântara. Responsável: Sr. José Pereira Ferreira (Est. Aimorés/ Expedicionário Alício)	Aimorés-MG												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Fazenda Moinho de Pau, Fazenda Boa Sorte (Est. Expedicionário Alício/ Conceição do Capim)	Aimorés-MG												X
Fazenda Luzitânia (Est. Expedicionário Alício/ Conceição do Capim)	Aimorés-MG												X
Fazenda Água Limpa Sr. Sebastião Palácio	Aimorés-MG	Todos os Santos											X
Fazenda Herdeiros Sr. Secundino Cipriano "Coronel Bim Bim"	Aimorés-MG	Alto Capim											X
Fazenda Herdeiros Sr. Acendino Cipriano (Est. Alto Capim/ São Sebastião da Vala)	Aimorés-MG	Alto Capim											X
Sítio Camboapina (Est. Alto Capim/ São Sebastião da Vala)	Aimorés-MG	Córrego Camboapina											X
Fazenda Sr. Aristolino Velho (Est. Alto Capim/ São Sebastião da Vala)	Aimorés-MG	Córrego Jerônimo											X
Fazenda Bonfim, Sra. Mariquinha Custódio (Est. Alto Capim/ São Sebastião da Vala)	Aimorés-MG	Córrego Jerônimo											X
Fazenda Sr. Alexandre Soares (Est. Alto Capim/ São Sebastião da Vala)	Aimorés-MG	Vala do Ubá											X
Residência Sr. Sebastião Ferreira (Est. Alto Capim/ São Sebastião da Vala)	Aimorés-MG	Vala do Ubá											X
Fazenda Sr. Ciriato Sampaio (Est. Alto Capim/ São Sebastião da Vala)	Aimorés-MG	Vala do Ubá											X
Capela de São João (Est. São Sebastião da Vala/ Penha do Capim)	Aimorés-MG	São João do Capim											X
Residência (Est. São João do Capim/ Penha do Capim)	Aimorés-MG	São João do Capim											X
Residência (Est. São João do Capim/ Penha do Capim)	Aimorés-MG	São João do Capim											X
Fazenda Nossa Senhora da Conceição	Aimorés-MG	Córrego Aventureiro											X
Fazenda Ponte Alta Sra. Gentil Maria	Aimorés-MG	Córrego Aventureiro											X
Residência	Aimorés-MG	Córrego Aventureiro											X
Residência Sr. Pedro Felisbino	Aimorés-MG	Córrego Aventureiro											X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Sítio da Barra	Aimorés-MG	Córrego Aventureiro											X
Fazenda Flor de Minas. Sr. Zé-Nias Pereira (Est. Mundo Novo de Minas/ Mutum)	Aimorés-MG	Mundo Novo de Minas											X
Fazenda Divisa Sr. Osvaldo Soares Nepomuceno (Est. Mundo Novo de Minas/ Mutum)	Aimorés-MG	Mundo Novo de Minas											X
Fazenda Polaca (Est. Mundo Novo de Minas/ Aimorés)	Aimorés-MG	Santa Terezinha											X
Fazenda Sr. Flauzino	Aimorés-MG	Córrego da Natividade											X
Capela Nossa Senhora da Natividade, Fazenda Turmalina	Aimorés-MG	Córrego da Natividade											X
Fazenda Turmalina, Sr. Antônio Calvão	Aimorés-MG	Córrego da Natividade											X
Fazenda Santa Izabel (Estrada Aimorés/Itueta)	Aimorés-MG												X
Imagem de São José	Aimorés-MG												X
Pedra da Lorena (Estrada Aimorés/Itueta)	Aimorés-MG										X		
Pedra do Bugre	Aimorés-MG	Bugre									X		
Cachoeira Rio Capim (Estrada Aimorés/ Tabaúna)	Aimorés-MG										X		
Corredeiras Rio Manhuaçú. Fazenda do Sr. Alarico (Estrada Aimorés/ Tabaúna)	Aimorés-MG										X		
Pedra do Macuco	Aimorés-MG	Macuco									X		
Associação Beija-Flor	Aimorés-MG	Bugre									X		
Cine Alba	Baixo Guandu-ES												X
Casarão de Albertina Holz	Baixo Guandu-ES												X
Casarão da Madame	Baixo Guandu-ES												X
Capela de São Sebastião	Colatina-ES												X
Capela de São João Batista	Colatina-ES												X
Capela de Santa Maria	Colatina-ES												X
Cristo Redentor	Colatina-ES												X
Capela de Santa Bárbara	Colatina-ES												X
Capela de Nossa Senhora da Saúde	Colatina-ES												X
Capela de São Judas Tadeu	Colatina-ES												X
Capela de Santa Terezinha	Colatina-ES												X

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Conjunto histórico de Itapina	Colatina-ES										X		
Casa da Parteira Perina Rognoni	Colatina-ES												X
Catedral do Sagrado Coração de Jesus	Colatina-ES												X
Capela de São Vicente	Colatina-ES												X
Ponte Florentino Avidos	Colatina-ES												X
Antigos armazéns da EFVM – Atual Biblioteca municipal	Colatina-ES												X
Câmara Municipal	Colatina-ES												X
Escola Aristides Freire	Colatina-ES												X
Igreja Nossa Senhora Auxiliadora	Colatina-ES												X
Capela de Santa Terezinha	Colatina-ES												X
Capela de Nossa Senhora das Graças	Colatina-ES												X
Capela de São João Batista	Colatina-ES												X
Capela de Santo Antônio	Colatina-ES												X
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Colatina-ES												X
Capela de Santa Marta	Colatina-ES												X
Capela de Nossa Senhora da Penha	Colatina-ES												X
Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina	Colatina-ES												X
Congo	Colatina-ES							X					
Folia de Reis	Colatina-ES							X					
Capela de Nossa Senhora da Penha	Marilândia-ES												X
Capela de São Caetano	Marilândia-ES												X
Igreja de São Pedro	Marilândia-ES												X
Capela de São Roque	Marilândia-ES												X
Capela de Nossa Senhora dos Navegantes	Marilândia-ES												X
Capela de Santo Hilário	Marilândia-ES												X
Capela de Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Marilândia-ES												X
Capela de São José	Marilândia-ES												X
Dança Italiana	Marilândia-ES				X								
Bandas de Congo	Linhares-ES							X					

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Igreja de São José	Linhares-ES												X
Capela de Nossa Senhora da Saúde	Linhares-ES												X
Igreja do Limoeiro	Linhares-ES												X
Capela do Sagrado Coração	Linhares-ES												X
Capela de São Pedro	Linhares-ES												X
Capela a margem do Rio Doce	Linhares-ES												X
Capela de São Sebastião	Linhares-ES												X
Capela do Bom Pastor	Linhares-ES												X
Capela de Nossa Senhora Aparecida	Linhares-ES												X
Capela de Nossa Senhora da Penha	Linhares-ES												X
Capela de Santo Antônio	Linhares-ES												X
Capela de Santa Bárbara	Linhares-ES												X
Capela de São Roque	Linhares-ES												X
Capela de São Francisco	Linhares-ES												X
Capela do Menino Jesus	Linhares-ES												X
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Linhares-ES												X
Capela de Santo Hilário	Linhares-ES												X
Capela de Nossa Senhora do Rosário	Linhares-ES												X
Capela de Santa Rita	Linhares-ES												X
Praia de Regência	Linhares-ES										X		
Balneário de Povoação	Linhares-ES										X		
Praia de Barra Seca	Linhares-ES										X		
Complexo lacustre de Linhares	Linhares-ES										X		
Lagoa Nova	Linhares-ES										X		
Lagoa do Meio	Linhares-ES										X		
Praia do Camata	Linhares-ES										X		
Praia do Minotauro	Linhares-ES										X		
Praia das Três Pontas	Linhares-ES										X		
Reserva Biológica de Comboios	Linhares-ES										X		

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Floresta Nacional de Goytacazes	Linhares-ES										X		
Antigo Farol de Regência	Linhares-ES												X
Museu Histórico de Regência	Linhares-ES												X
Praça 22 de agosto	Linhares-ES										X		
Casa de Joaquim Calmon	Linhares-ES												X
Porto de Linhares	Linhares-ES										X		
Capela Nossa Senhora da Conceição “igrejinha velha”.	Linhares-ES												X
Casa da antiga Câmara	Linhares-ES												X
Congada	Linhares-ES							X					
Folia de Reis	Linhares-ES				X								
Derrubada do Mastro de Regência	Linhares-ES				X								
Fincada do mastro de São Benedito e Festa de Santa Catarina	Linhares-ES				X								
Praia do Serafim	Linhares-ES										X		
Lagoa de Juparanã-mirim	Linhares-ES										X		
Farol do Rio Doce	Linhares-ES												X
Ponte Presidente Vargas	Linhares-ES												X
Entorno da Praça Régis Bittencourt	Linhares-ES												X
Cais do Porto do Rio Doce e Ladeira da Santa	Linhares-ES												X
Rua da Conceição	Linhares-ES												X
Porto de passageiros do cais de pedra do vapor Juparanã	Linhares-ES												X
Casa da Câmara (Sede de Linhares)	Linhares-ES												X
Igreja de Santo Expedito	Linhares-ES												X
Conjunto arquitetônico da Serraria Imasa (desativada)	Linhares-ES												X
Ilha do Imperador	Linhares-ES										X		
Jequitibá	Linhares-ES										X		
Grupo Consciência Negra, com Missa Negra	Linhares-ES							X					
Jongo	Linhares-ES							X					
Capoeira / Mestres da Capoeira	Linhares-ES							X					

Bem	Município	Distrito, Subdistrito, Bairro, Povoado	Tipologia obtida/atribuída nas fontes consultadas										
			Arqueológico/Histórico	Coleções arqueológicas	Celebrações	Acervo arquivístico	Ofícios, saberes e modo de	Formas de expressão	Bem móvel	Patrimônio Ferroviário	Lugar	Pessoas de referência	Edificação
Festa da Padroeira em 8 de dezembro	Linhares-ES				X								
Lira 8 de dezembro	Linhares-ES				X								
Jacoba / Jaroba	Linhares-ES										X		
rapadura de cacau	Linhares-ES						X						
Museu Elias Lorenzutti	Linhares-ES												X
Centro Ecológico de Regência	Linhares-ES												X
Museu Histórico de Regência	Linhares-ES												X
Reserva Natural Vale do Rio Doce	Linhares-ES										X		
Museu Histórico do Degredo Martins Carapina	Linhares-ES												X
Museu Histórico do Pontal do Ipiranga Divina Borges	Linhares-ES												X
Museu Histórico de Povoação Mestre Vicente Sabino	Linhares-ES												X

Anexo 4 – Caderno de cartografia histórica

CARTOGRAFIA HISTÓRICA SELECIONADA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A cartografia histórica nos auxilia de várias formas compreender a manifestação do patrimônio cultural em uma região. Em primeiro lugar, ela nos possibilita vislumbrar um crescente processo de construção do território e do conhecimento a respeito do mundo natural e da paisagem.

Em segundo lugar ela nos auxilia na compreensão da mudança das modalidades de transporte e deslocamento, mas, mais do que isso, as unidades produtivas, as povoações e a construção de redes de comunicação e transporte de pessoas, mercadorias e ideias, fator fundamental para a apropriação do território pelas culturas.

Também nos permite essa cartografia perceber as lógicas e supor os intentos de seus produtores: cada carta, cada desenho expressa um conjunto de interesses e preocupações (ênfase nos caminhos terrestres ou nos fluviais, existência de caminhos, áreas de interesse, localização de povos indígenas, redes de ferrovias etc.), as quais compõem a história e os movimentos em cada circunstância. No limite, nos permite vislumbrar os primeiros passos para a construção de um entendimento a respeito da ocupação histórica da bacia do rio Doce.

Esses desenhos ainda nos auxiliam a localizar estruturas ora desaparecidas, mas que, possivelmente deixaram vestígios materiais importantes à arqueologia, tal como quartéis, pousos e portos fluviais. No mesmo sentido, a cartografia nos auxilia a vislumbrar um cenário de ocupação desse território para além da relativa juventude dos municípios da região (sobretudo do Médio rio Doce). Em outras palavras: o fato de as municipalidades serem jovens não implica necessariamente que a ocupação do território também o seja.

A menção a grupos indígenas e quartéis ainda nos ajudam a compreender os processos e movimentações nessa longa história de embates entre povos tradicionais e sociedade colonial.

Por fim, a cartografia histórica é uma ferramenta útil para sustentar os estudos e identificação não só do patrimônio cultural existente e identificado, mas, sobretudo, de áreas potenciais na bacia do rio Doce.

Vale dizer que por conta da qualidade das cartas disponibilizadas digitalmente a análise restou parcial e preliminar. Neste momento foi possível avaliar apenas as cartas disponibilizadas digitalmente e a distância pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Mesmo assim nem todas as cartas que tratam da região estão disponibilizadas na rede, quando estão poucas possuem boa resolução.

Da mesma forma muitos arquivos históricos importantes (e que possuem cartografia de interesse para a região) como o Arquivo Histórico do Itamarati e o Arquivo Histórico do Exército (ambos no Rio de Janeiro, Capital), o Arquivo Público Mineiro (em Belo Horizonte, Minas Gerais), o Arquivo Público do Espírito Santo (em Vitória, no Espírito Santo), bem como o Arquivo Histórico Ultramarino (em Lisboa, Portugal) não dispõem de ferramentas adequadas de pesquisa a distância, nem de pré-visualizações das cartas que possuem.

Ainda nesse sentido, a cartografia publicada apresenta baixa resolução (apenas para atender as necessidades editoriais), o que impossibilita uma avaliação mais precisa e minuciosa de cada um desses documentos a partir de fontes secundárias.

Cada uma dessas cartas representa um documento de grande valor a respeito do processo de construção, ocupação e exploração do território. São ricas em informação, mas é comum que cada historiador, cada pesquisador, observe nelas aquilo que lhe é mais importante e associado à sua pesquisa específica. Por conta disso os comentários existentes na bibliografia que usa essas cartas como documentação não esgotam suas possibilidades, nem respondem às perguntas específicas feitas no âmbito de nossa pesquisa.

Também não se observou, nesse primeiro momento, outras ordens importantes de representações gráficas da materialidade como a iconografia e as plantas de cidades e povoados.

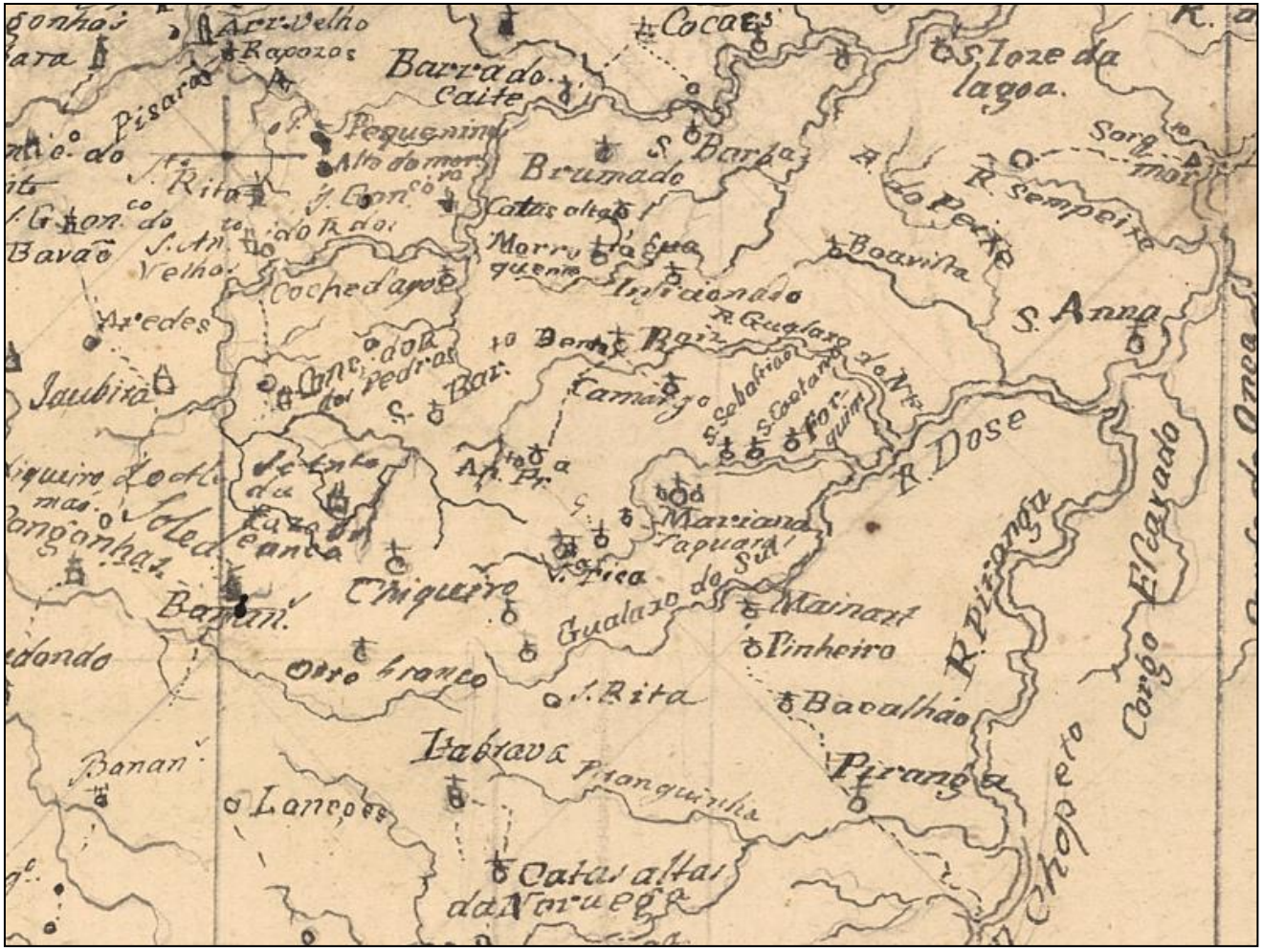
Por isso, recomenda-se que tal cartografia seja reunida a partir de cópias digitais em alta resolução em cada um desses arquivos e que se constitua uma base que subsidie as pesquisas a respeito do patrimônio cultural e da história da região envolvida pelos efeitos do desastre decorrente do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais.

Desse modo, são reproduzidos neste relatório 10 entre os mapas selecionados apresentando resolução para leitura e interpretação.

Ao final, é apresentada a listagem do conjunto de cartas identificadas demandando reprodução a partir do original mantido na instituição.

RELAÇÃO DE MAPAS E CARTAS COMENTADOS				
MAPA	**TÍTULO**	**ANO**	**LOCALIZAÇÃO**	**INSTITUIÇÃO**
1	[Mapa de Minas Gerais e os seus limites com São Paulo e Rio de Janeiro; e parte do Estado do Espírito Santo]	1750	Cartografia - ARC.028,03,030	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
2	[Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do São Francisco]	17--	Cartografia - ARC.030,03,018on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
3	Carta geografica do Rio Doce, e seus confluentes	18--	Cartografia - ARC.023,04,008on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
4	Mostrace neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e a parte da Capitania de Minas Gerais: com a devisa de ambas as capitanias dado pela Capitan José Manoel	1796	Cartografia - ARC.030,02,028on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
5	Carta da província do Espírito Santo: com parte da província de minas que lhe está adjacente	1856	Cartografia - ARC.007,12,006on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
6	Mapa da capitania de Minas Geraes	1778	Cartografia - ARC.011,05,009	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
7	Mappa da Capitania de Minas Geraes... [Cartográfico] / Jozé Joaqm. Da Rocha o fez	1777	Cartografia - ARC.029,04,002	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
8	Mappa geral das estradas de ferro dos estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes	1892	Cartografia - ARC.009,01,003	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
9	Mappa da Comarca de Villa Rica.	1779	Cartografia - ARC.030,01,034on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
10	Carta da província de Minas Geraes	1861	Cartografia - ARC.019,07,022	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Mapa 1 – Mapa de Minas Gerais e os seus limites com São Paulo e Rio de Janeiro; e parte do Estado do Espírito Santo.



Nesta carta, datada aproximadamente de 1750, é retratada a região de Mariana, Ouro Preto e seu entorno. Em verdade o mapa, muito maior, apresenta a região que – neste período – pertencia às capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (São Paulo, neste período havia sido suprimida e integrada à do Rio de Janeiro). No excerto selecionado podemos perceber a região afetada imediatamente pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. A relevância dessa carta reside em demonstrar a densidade da ocupação colonial nas Minas Gerais do período, em grande medida decorrente da atividade mineradora. Contudo, um aspecto a ser observado é que toda a atividade mineradora tem que ser suportada necessariamente por inúmeras outras atividades: produção de gêneros alimentícios (criação de gado e animais de pequeno porte, gêneros agrícolas, produtos manufaturados como queijo e rapadura), serviço religioso, administração pública, etc. Ou seja, as indicações no mapa de povoados e vilas devem ser multiplicadas substancialmente, sobretudo às margens dos riachos e ribeirões. Detalhe para a referência ao povoado de Bento Rodrigues como “Bento Roiz”.

Mapa 2 – Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do São Francisco.



Outro mapa (também chamado de "rabisco de sertanista") datado do século XVIII. Novamente vemos a densidade da ocupação das Minas Gerais neste período e a referência ao povoado de Bento Rodrigues (citado como "Bento Roiz"). Destaque para as linhas pontilhadas que indicam caminhos e, portanto, fluxos de pessoas e produtos entre as regiões. Tais caminhos podem ser coincidentes com os traçados da atual "Estrada Real", contudo é necessário se verificar.

Mapa 3 – Carta geográfica do rio Doce, e seus confluentes.



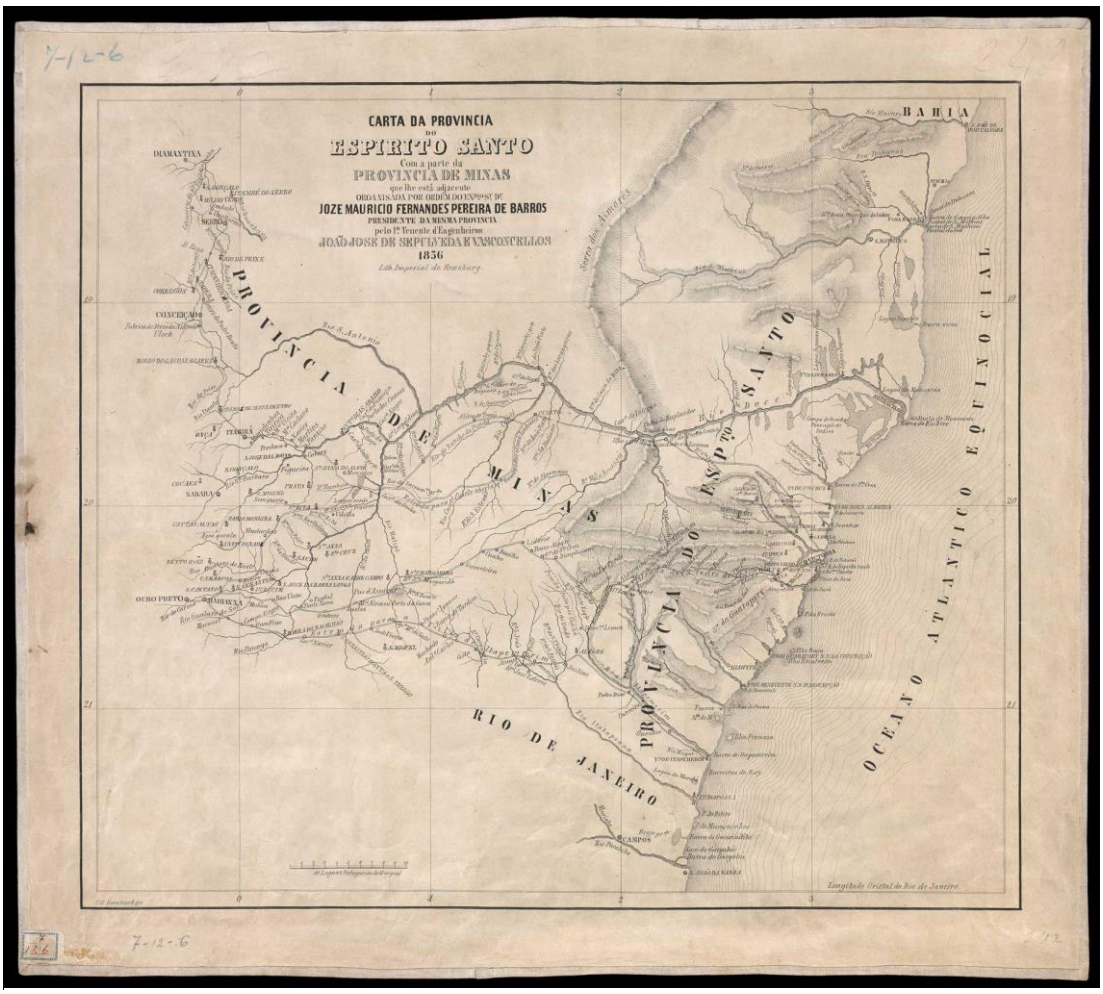
Esta carta, produzida no século XIX (provavelmente em sua primeira metade, pois são inexistentes referências às ferrovias construídas na região na segunda parte do século) mostra o Rio Doce e seus afluentes. O destaque é para o conhecimento, a nomeação de cada um dos cursos no decorrer do rio, o que indica um conhecimento sistemático do mesmo e um interesse efetivo, muito provavelmente por conta de navegação. Havendo navegação, por óbvio, suas margens deviam estar ponteadas de portos, povoados e outras estruturas de apoio à ação colonizadora. Vemos indicações de pequenas âncoras, as quais deviam indicar portos e uma legenda do lado esquerdo com nome de afluentes e de pessoas. Essas últimas, provavelmente, deviam possuir propriedades às margens do rio, havendo, portanto, estruturas materiais (casas, galpões, engenhos, currais, silos etc.).

Mapa 4 – Mostrasse neste mapa o julgado das cabeceiras do rio das Velhas e a parte da Capitania de Minas Gerais : com a divisa de ambas as capitanias dado pela Capitan José Manoel.



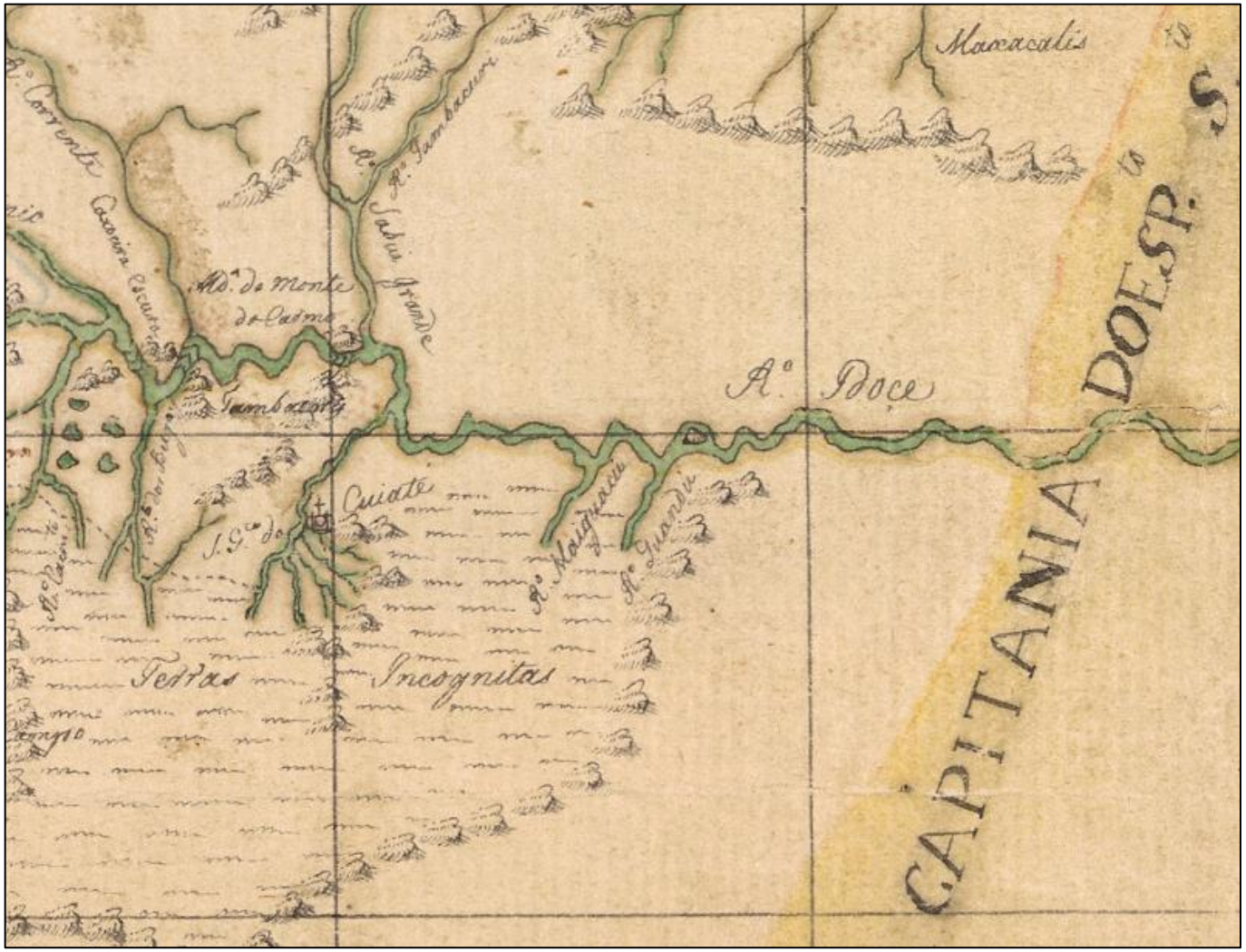
Nesta carta produzida no final do século XVIII vemos novamente a densidade da ocupação da região de Mariana, mas com o acréscimo de indicações de estradas e caminhos e uma notação diversa segundo o tamanho das povoações.

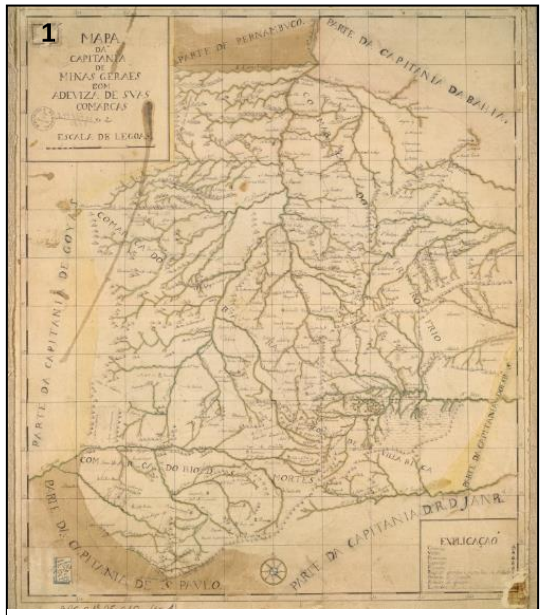
Mapa 5 – Carta da província do Espírito Santo 1856.



Neste mapa aparece toda a extensão do rio Doce. O destaque é para a localização de estradas e caminhos na região do Médio rio Doce, a indicação da localização de grupos indígenas e algumas estruturas de apoio localizadas às margens do rio.

Mapa 6.1 – Mapa da capitania de Minas Gerais – 1778.

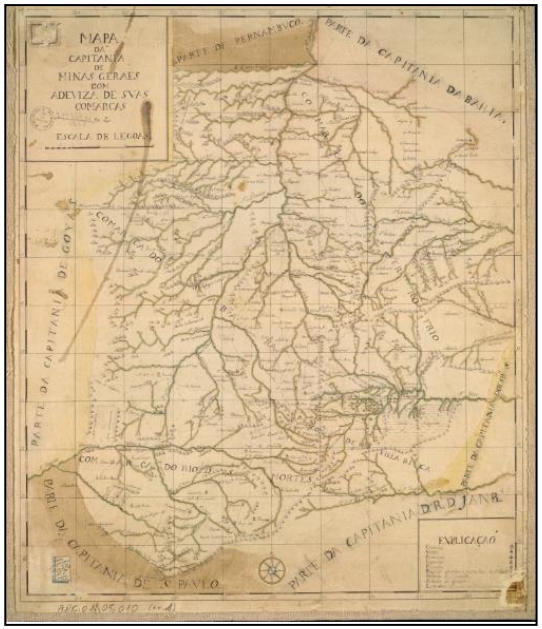




Neste mapa (detalhe) vemos novamente a bacia do Rio Doce, as povoações e a indicação de grupos indígenas (Maxacalis). Aparecem novamente os pontilhados indicando a articulação do rio com rotas terrestres. Efetivamente os pontos onde os pontilhados cruzam o rio devem ser marcados por outras estruturas não indicadas, como portos e pontes (provavelmente pousos ou povoados também).

Mapa 6.2 – Mapa da capitania de Minas Gerais – 1778.





Obs.: Continuação do mapa 6.

Mapa 7 – Mapa da Capitania de Minas Gerais - Jozé Joaquim. da Rocha o fez – 1777.



Mapa muito detalhado da Capitania de Minas Gerais com rica informação a respeito da localização de capelas, povoados, povoações, vilas e destacamentos militares. A região de Mariana está localizada sob a palavra “Comarca” de Vila Rica. Nela aparecem os povoados, entre eles “Bento Roiz”.

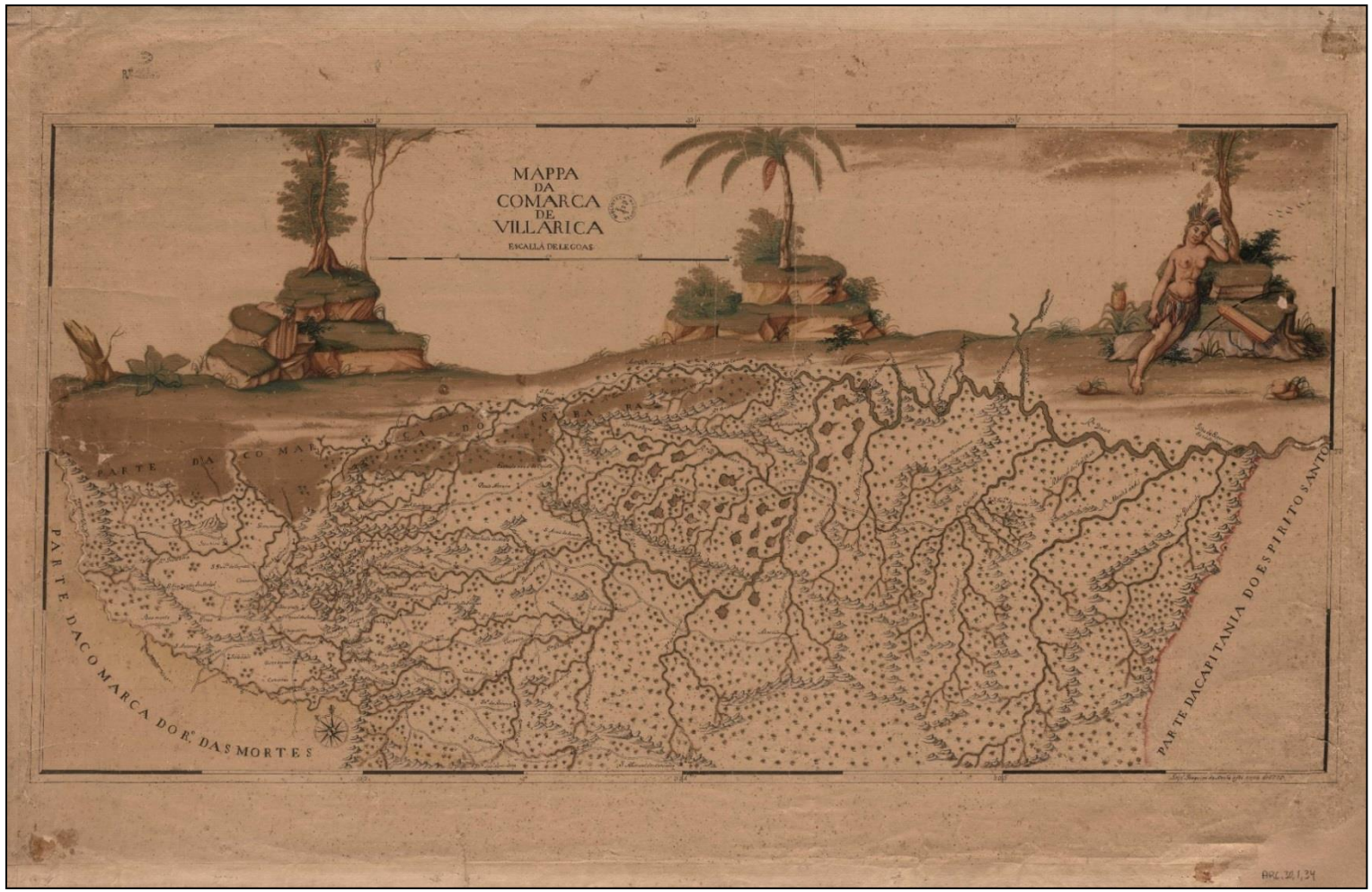
Mapa 8 – Mapa geral das estradas de ferro dos estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Gerais 1892.



Produzido no final do século XIX o mapa apresenta a série de estradas de ferro existentes nos estados (após a Proclamação da República, em 1889) de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Na bacia do Rio Doce podemos observar a incidência de duas estradas de ferro: a Vitória-Minas e a Leopoldina Railway. A primeira acompanha o vale do Rio Doce em sua parcela média entre as povoações de Natividade e Figueira. A segunda passa em Mariana vinda do Norte, de Inficionado. Em ambos os casos as estradas de ferro legam um vasto patrimônio composto por estruturas dos caminhos de ferro, oficinas, estações, galpões, casa e vilas ferroviárias. Sobretudo no caso da Estrada de Ferro Vitória-Minas, o caminho acompanha de acordo com o mapa o vale do Rio Doce (se aproveitando da planura no terreno). Também é importante destacar que o mapa indica os rios navegáveis, entre eles o Doce desde Linhares até Figueira e os portos existentes no trajeto.

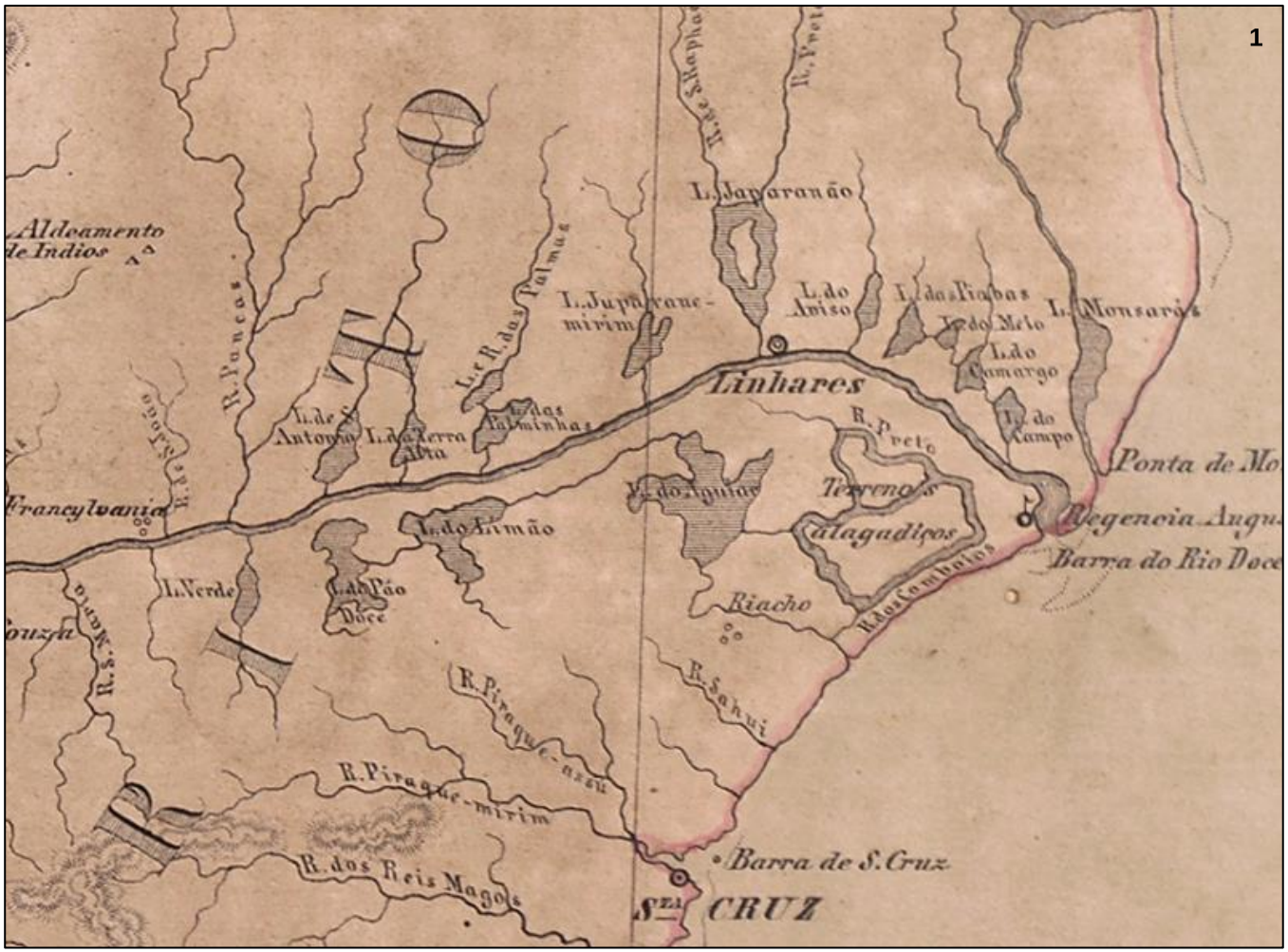
Por fim, é importante ressaltar que a conexão entre estradas de ferro e navegação dos dá a percepção de uma rede intermodal de comunicações que foi sendo construída no decorrer dos séculos e que, anteriormente (como vemos nos mapas do século XVIII) era composta de rotas de navegação com caminhos terrestres. Em ambos os casos toda uma estrutura de suporte à essas rotas, bem como as povoações e suas áreas produtivas, são previsivelmente existentes, restando localizá-las no espaço.

Mapa 9 – Mapa da Comarca de Villa Rica 1779.



Mais um mapa da região de Vila Rica, Ouro Preto e Mariana que nos mostra a densa rede de caminhos e povoações da região. Novamente aparecem os povoados ligados a vila de Mariana (Furquim, Camargos) e Bento Rodrigues como ponto essencial da conexão com a região Norte da capitania de Minas Gerais.

Mapa 10.1 – Carta da província de Minas Gerais 1861.





Desenhado em meados do século XIX o mapa apresenta não somente a província de Minas Gerais, mas parte do Espírito Santo. Ele mostra todo o percurso do rio Doce, desde Linhares até sua nascente. Significativo nesta planta é a referência aos territórios indígenas e a uma série de quartéis que acompanham todo o curso do rio. Provavelmente, esses quartéis nos indicam um cenário de conflito com os povos indígenas da região (sobretudo botocudos, como nos indica a bibliografia específica), mas também um esforço do governo imperial em garantir a segurança da região para as ações colonizadoras. O fato de tais quartéis estarem localizados em pontos estratégicos do Rio Doce (ilhas, barras, embocaduras e trechos encachoeirados) apontam outras duas questões: o emprego sistemático do rio para navegação e, eventualmente, um aumento de periculosidade nesses setores do trajeto devido às especificidades naturais do terreno (áreas de emboscada ou onde os barcos deviam ser retirados do rio para transporem as cachoeiras). De todo modo, tal mapa nos apresenta um cenário onde deviam existir estruturas materiais (quartéis, portos, áreas de apoio), ora não mapeadas nem identificadas no local.

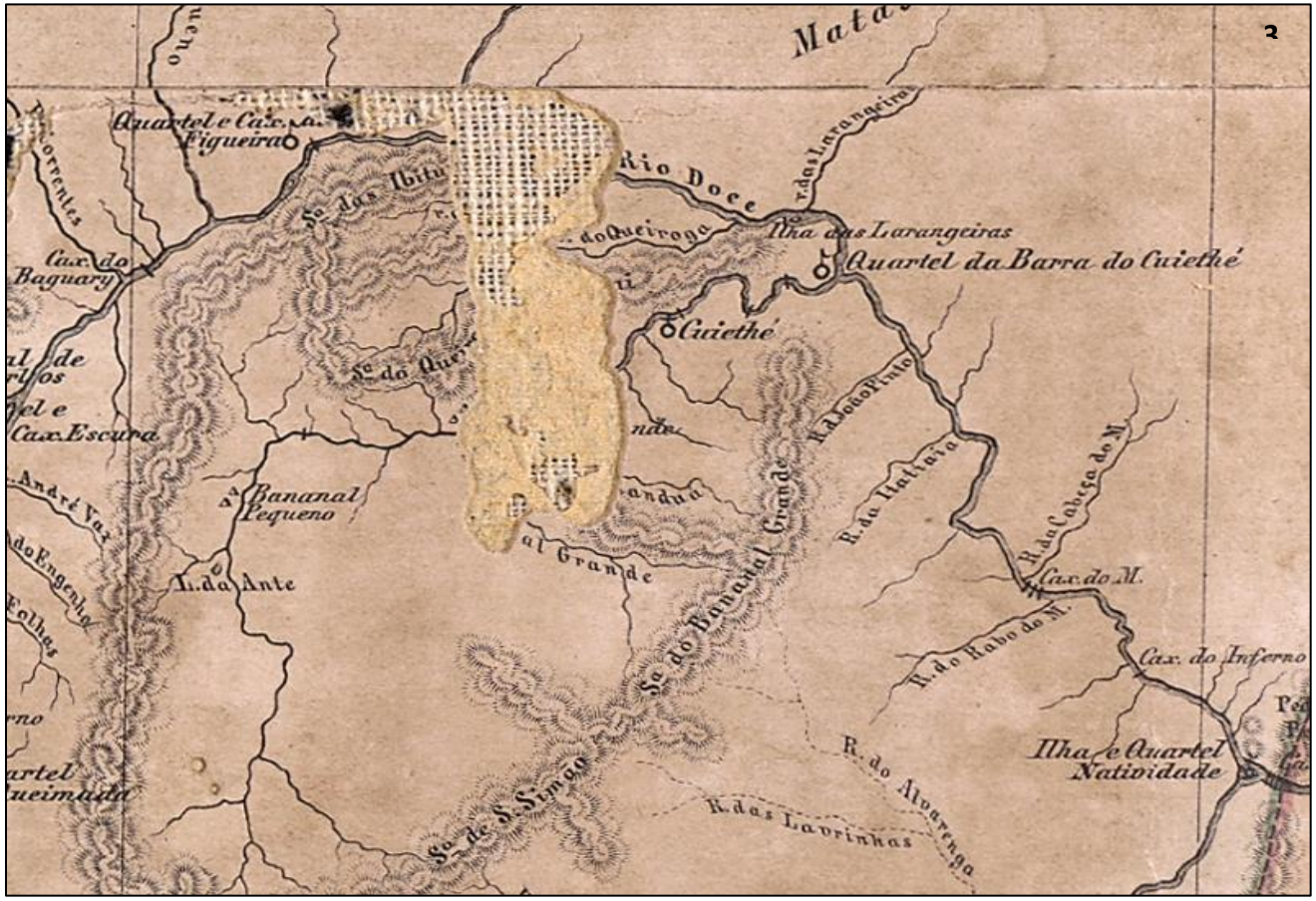
Mapa 10.2 – Carta da província de Minas Gerais 1861.





Obs.: Continuação do mapa 10.

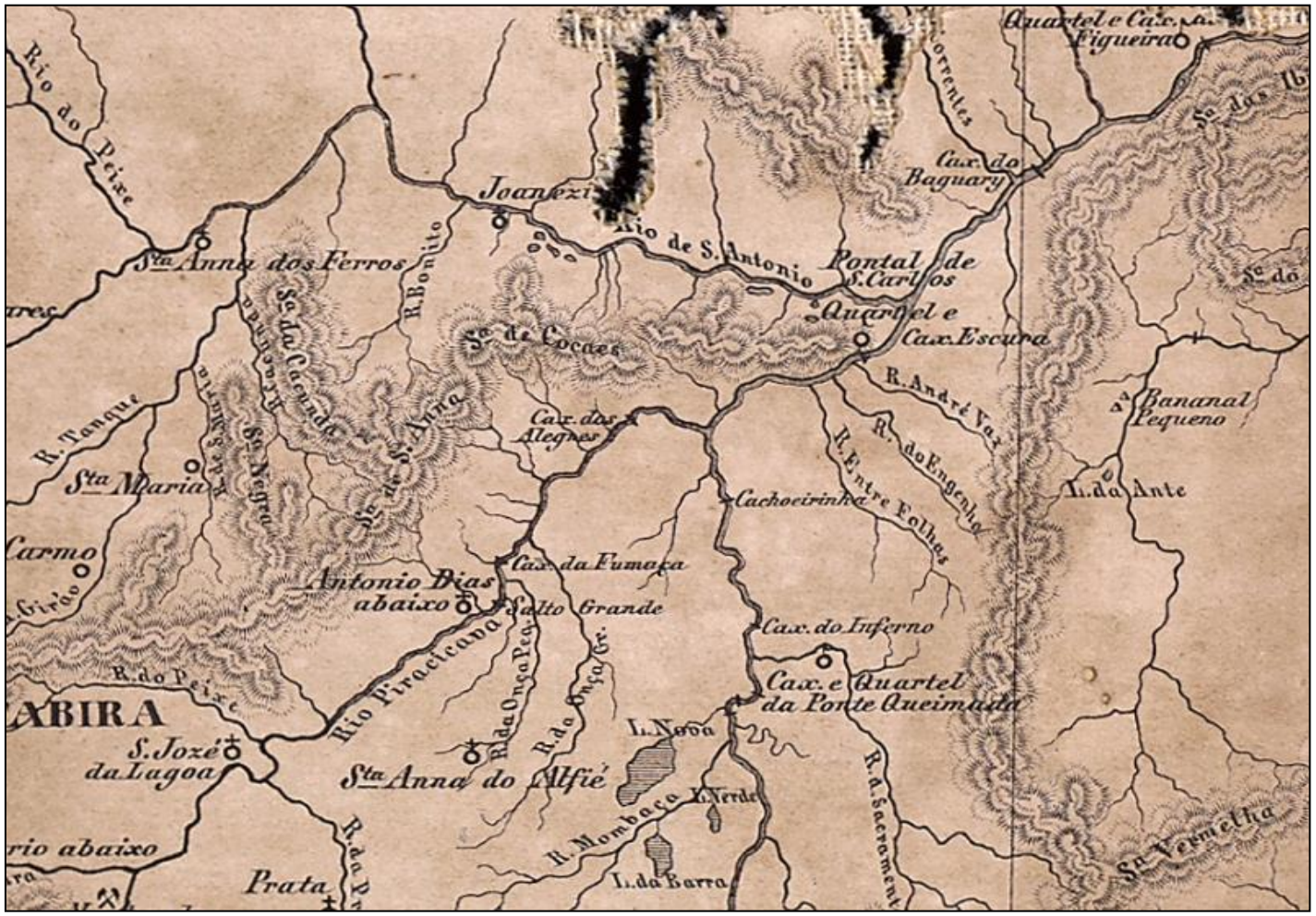
Mapa 10.3 – Carta da província de Minas Gerais 1861.





Obs.: Continuação do mapa 10.

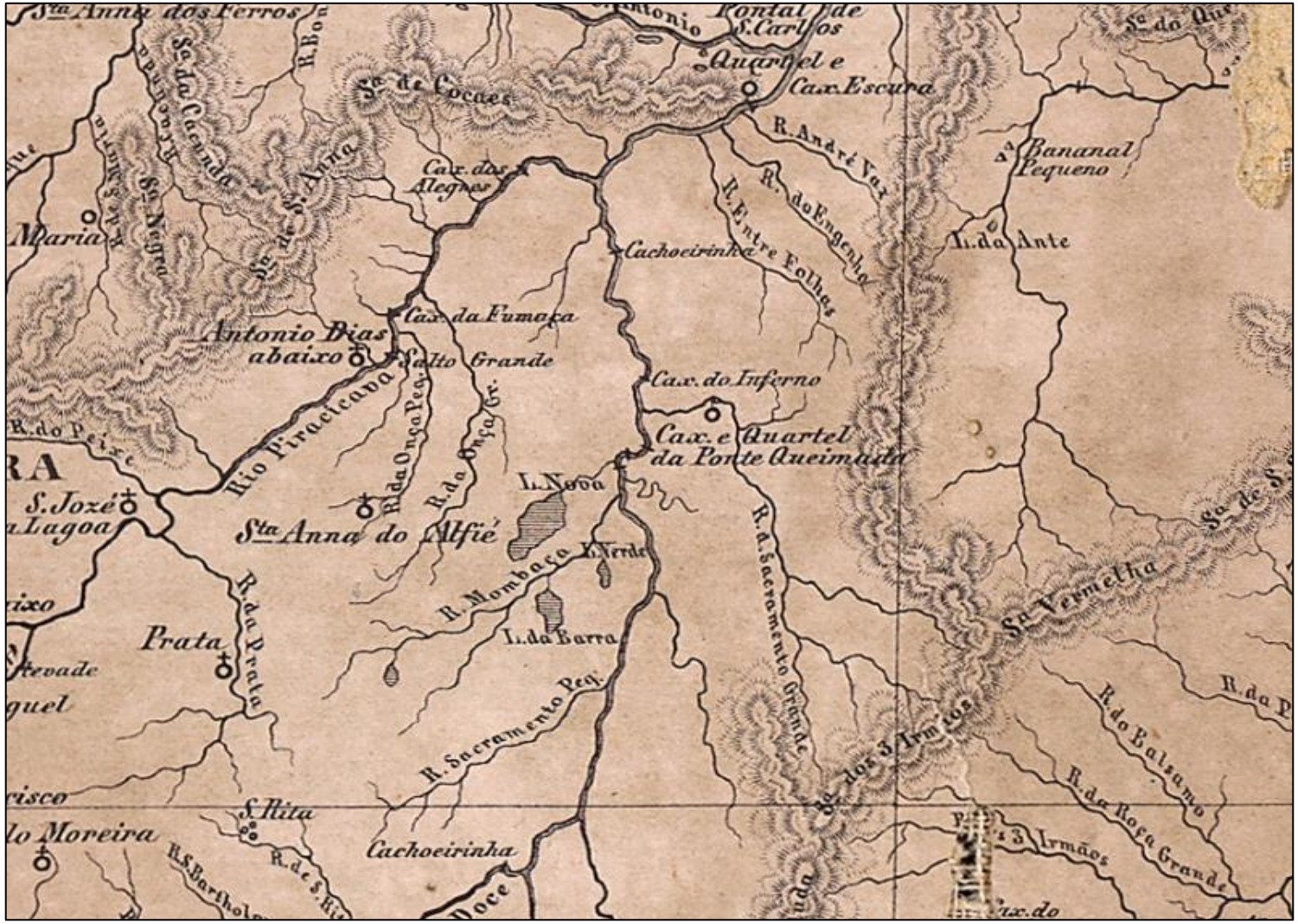
Mapa 10.4 – Carta da província de Minas Gerais 1861.





Obs.: Continuação do mapa 10.

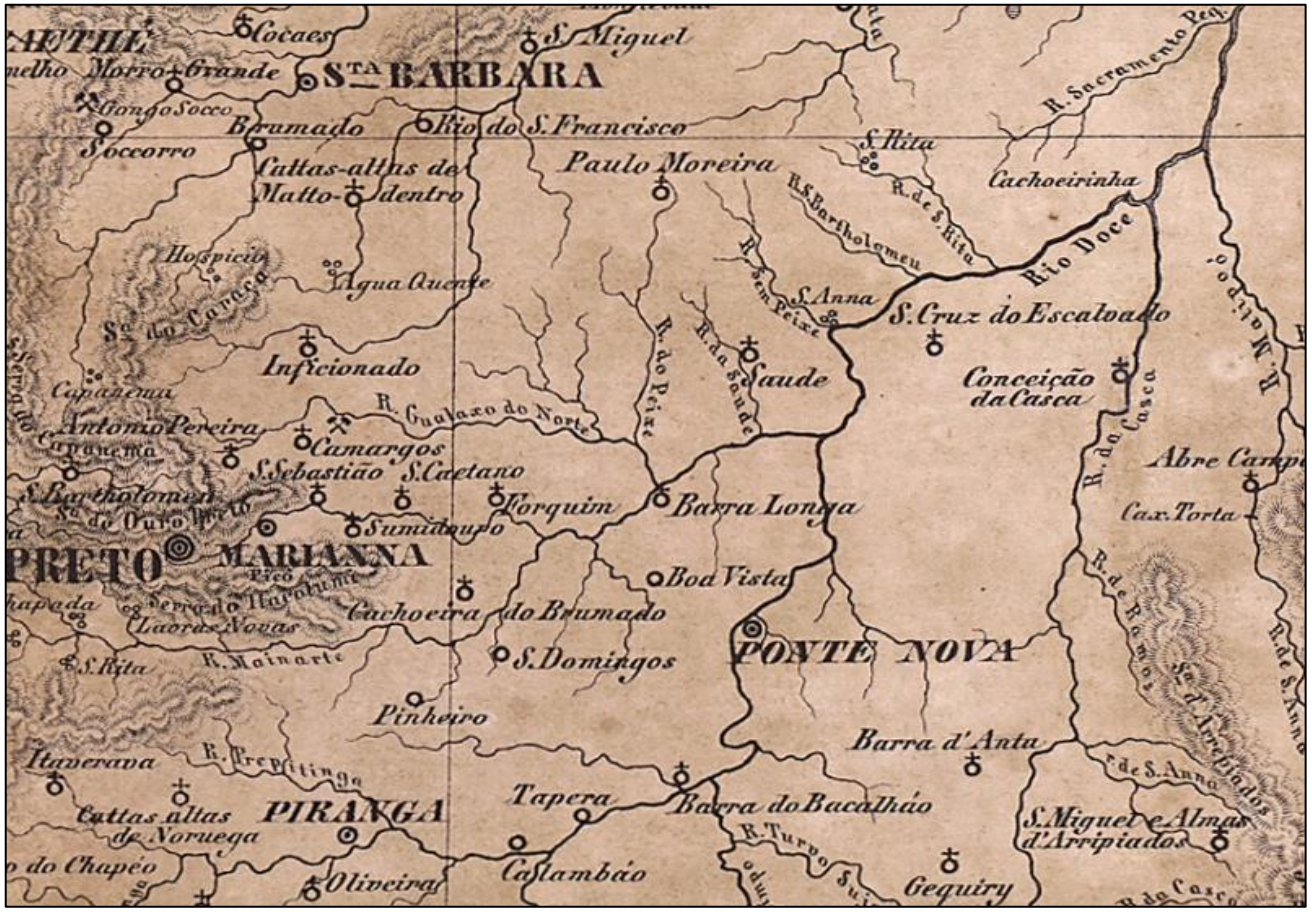
Mapa 10.5 – Carta da província de Minas Gerais 1861.





Obs.: Continuação do mapa 10.

Mapa 10.6 – Carta da província de Minas Gerais 1861.





Obs.: Continuação do mapa 10.

RELAÇÃO DE MAPAS A SEREM AVALIADOS

TÍTULO	ANO	LOCALIZAÇÃO	INSTITUIÇÃO
[Carta topográfica da Comarca do Rio das Velhas, da Comarca do Serro Frio e da Comarca do Rio das Mortes]	17--	Cartografia - ARC.030,01,014on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Cartas da Capitania de Minas Gerais]	17--	Cartografia - ARC.030,02,018on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Demonstração do rio São Francisco, em Minas Gerais]	17--	Cartografia - ARC.030,02,033on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Demonstração dos afluentes do rio São Francisco, em Minas Gerais]	17--	Cartografia - ARC.030,02,034on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapa com três traçados diferentes: rios São Francisco, Paranatinga e Jequitinhonha]	17--	Cartografia - ARC.030,03,009on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapa de parte de Minas Gerais, entre os rios São Francisco, Paraopeba e das Velhas]	17--	Cartografia - ARC.030,03,021on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapa de parte de Minas Gerais]	17--	Cartografia - ARC.030,03,019on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapa de um trecho do curso do Rio São Francisco: Minas Gerais]	17--	Cartografia - ARC.030,01,031bon Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapa parcial da região compreendida do Sertão do Ceará até a Vila do Príncipe]	17--	Cartografia - ARC.030,03,013on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapas da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso do Rio São Francisco]	17--	Cartografia - ARC.030,03,014on f.01	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Parte do rio São Francisco, com seu afluente, o rio Verde, ao norte da Capitania de Minas Gerais]	17--	Cartografia - ARC.030,03,020on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Carta corografica das Tera do governo das Minas ao Exmo. Conde de Asumar oferece]	17--	Cartografia - ARC.023,06,028on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Carta topographica da Villa do Principe no Serro Frio, e do seu distrito	17--	Cartografia - ARC.030,01,013on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Carta topographica das terras intermedias entre a Villa de Pitanguy e a Villa do Principe no Serro Frio	17--	Cartografia - ARC.030,01,011on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Cours de la riviere de Sao Franc.° e[t] la navigation que y fait de S.t Paul jusquax mines de Pitangui	17--	Cartografia - ARC.030,01,012on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Demarcação das povoaçoens do Serro do Frio, Minaes G[erais]	17--	Cartografia - ARC.030,03,001on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Guia de caminhantes	1817	Cartografia - CAM.04,003on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mapa dos rios Doce e Jequitinhonha copiado do que se acha no campão [sic] de Estatistica da Camara dos Deputados	18--	Cartografia - ARC.023,06,029on cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa da Capitania de Minas Geraes	1810	Cartografia - ARC.032,04,020	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa da Capitania de Minas Geraes, : que mandou fazer o Illmo. e Exmo. Senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal. da mesma capitania	1777	Cartografia - ARC.029,04,002on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais: que mandou descrever o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Cap. am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informaçõens	1777	Cartografia - ARC.030,01,007on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: esta descripção a mandou fazer o Illm. e Exmo. Senhor D. Antonio de Noronha governador,	1777	Cartografia - ARC.030,01,033on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

TÍTULO	ANO	LOCALIZAÇÃO	INSTITUIÇÃO
e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com grõde trabalho do seu autor			
Mappa da freguesia da Villa do Príncipe ... : que contem a nordeste a applicação do rio Preto; no centro a demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da freguesia do Rio Vermelho ao Oriente; e a sueste o territorio da Villa do Principe, Itambé, Rio do Peixe e Guanhans	18--	Cartografia - ARC.025,11,002on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa do sertão que atravessou João Caetano da Silva em 1817	18--	Cartografia - ARC.004,03,024 Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapa do rio Doce]	18--	Cartografia - ARC.001,02,027on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Mapas da região de encontro entre os atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e do curso doRio São Francisco]	17--	Cartografia - ARC.030,03,014on f.01	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
[Parte da costa do Espirito Santo e Bahia]	18--	Cartografia - ARC.001,01,021	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Carta geografica do Rio Doce, e seus confluentes	18--	Cartografia - ARC.023,04,008on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Carta geographica do rio Doce seus afluentes e confluentes	18--	Cartografia - ARC.022,11,035 Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Cópia de parte da planta do rio Doce / Jose Joaquim da Rocha	18--	Cartografia - ARC.014,03,001 Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Demarcação das povoaçoens do Serro do Frio, Minaes G[erais]	17--	Cartografia - ARC.030,03,001on Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mapa dos rios Doce e Jequitinhonha copiado do que se acha no campão [sic] de Estatistica da Camara dos Deputados	18--	Cartografia - ARC.023,06,029on cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa das possesções e das colonisações ali iniciadas do Dr. Franca sic e Leite nas margens do rio Doce provincia do Espírito Santo no Império do Brazil	1870	Cartografia - ARC.029,13,023 ex.1 Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa do rio Doce	1866	Cartografia - ARC.010,05,025 Cartografia ex.1	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Traçado de uma estrada de ferro partindo da margem dorio Parahyba, próximo à confluencia do rio Pomba, ao rioDoce	s/d	Cartografia - ARC.028,06,016 Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Carta da provincia do Espírito Santo: com parte da provincia de Minas que lhe está adjacente / pelo João Jose de Sepulveda e Vasconcellos	1856	Cartografia - ARC.028,12,012 Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Itinerario indicando as lavras de ouro e topazios, jazidas de mineraes e fabricas de ferro dos arredores de Ouro Preto: Dedicada a S. M. I. D. PII	1881	Cartografia - ARC.001,03,005 Cartografia	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Planta Geral da Capitania de Minas Geraes	183-	Cartografia - ARC.007,07,024 ex.1	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mappa da Comarca de Villa Rica	1779	Cartografia - ARC.030,01,034on	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Les environs de Villa Rica	1826	icon1250074_53a	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Mapa do Rio Doce	18--	Cartografia - ARC.001,02,027	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

TÍTULO	ANO	LOCALIZAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Vista ou prospectiva de hum lado dos quarteis da villa de N. S.ª do Carmo / Joseph Roz de Olliveyra capitam de Dragois o fes. - Petipé de 60 palmos (vista); petipé de 90 palmos (planta). - [Minas Gerais]: [s.n.], 1722. - 1 vista: papel, col., ms.; 345 x 225 mm. Inclui: "Planta geografica dos ditos quartéis"; rosa dos ventos; cartela com titulo e autoria. Anexo ao doc. de 23 de Jul. de 1723, AHU_CU_011, Cx.004, D. 47. Pertence a um conjunto de 2 plantas. Ver D.1152 N.ª S.ª do Carmo / Brasil / Minas Gerais	1722	AHU_CARTm_011, D. 1151	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Vista ôu prospectiva de hu lado dos quarteis de villa Rica / Joseph Rodriguez de Oliveyra Capitam de Dragois deste governo o fes. - Petipé de 120 palmos. - [Minas Gerais] : [s.n.], 1722. - 1 planta: papel, col., ms.; 225 x 348 mm Inclui "Planta geografica dos dts quartéis". Anexo à consulta de 23 de Julho de 1723, AHU_CU_011, Cx.004, D. 47. Pertence a um conjunto de 2 plantas. Ver D.1151 Quartel / Brasil / Minas Gerais / Vila Rica	1723	AHU_CARTm_011, D. 1152	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
S. Caetano nas Geraez e Matto dentro. - Escala indeterminada. - [Minas Gerais]: [s.n.], [1732?]. - 1 carta: papel, col., ms.; ??? VER sobre fólio de 197 x 325 mm Inclui: planta da povoação de São Caetano; representação meia cartucha estilo barroco com título (canto superior esquerdo), homens na exploração diamantina. Faz parte de um conjunto de 3 cartas. Ver D.1154 e 1155 1732 / Exploração diamantina / São Caetano (povoação) / Minas Gerais (capitania) / Brasil	1732	AHU_CARTm_011, D. 1156	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
[Planta em que se mostra a obra a fazer para evitar a inundação das ruas da Cidade de Mariana pelo rio que ali corre]. - Escala indeterminada. - [Minas Gerais]: [s.n.], [1746?]. - 1 planta: papel, ms.; 312 x 428 mm. Anexo ao doc. de 17 de Agosto de 1746 (cota antiga: Cx. 47, n.º32) 1746 / Minas Gerais (capitania) / Mariana (cidade) / Brasil	1746	AHU_CARTm_011, D. 1157	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Divizão da Capitania de Goyaz com a minas Jeraes. - Escala indeterminada. - [Minas Gerais]: [s.n.], [1764?]. – 1 carta: papel, col., ms.; 610 x 848 mm Inclui delimitação do "Bispado da cidade de Marianna". Contém: mapa da freguezia da Manga. Anexo ao doc. de 15 de Set. de 1764; Cx. 84, n.º 37 Minas Gerais (capitania) / Goiás (capitania) / Brasil (1764) OCL: Goiás (capitania) (Brasil). Carta geral. 1764	1764	AHU_CARTm_011, D. 1158	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

TÍTULO	ANO	LOCALIZAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Carta gepgrafica do termo da Villa Rica em que se mostra que os arrayaes das Catas Altas da Noroega, Itaberava e Carigóes lhe ficão bem mais perto que ao da Villa de S. José a que pertencem e igualmente o de S. Antonio do Rio das Pedras que toca ao do Sabará, o que se mostra pela escala ou petipé de 5 leguas. - Escala indeterminada. - [Minas Gerais]: [s.n.], [1766?]. - 1 carta: papel, col., ms.; 393 x 496 mm. Anexo ao doc. de 26 de Ago. de 1766; Cx.88, n.º 30 Minas Gerais / Vila Rica / Vila de S. José / Brasil	1766	AHU_CARTm_011, D. 1160	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Mapa topografico do orto botanico do ouro preto / por Manoel Ribeiro Guimarães. - Escala de 24 braças. - [Minas Gerais]: [s.n.], 1799. - 1 mapa: papel, col., ms.; 458 x 412 mm Anexo ao doc. de 4 de Jul. de 1800; Cx. 153, doc. 36 Ouro / Brasil / Minas Gerais	1799	AHU_CARTm_011, D. 1171	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Colecção de quatro mapas da capitania das Minas Gerais abrangendo os territórios banhados pelos rios S. Francisco, Guarapiranga, dos Corvados, Pareopeba, das Velhas, Gualeixo, Pardo, Pardo pequeno, Arassuali, Guiquitinonha, Tucambira, Assú, etc???????????????? / [Diogo Soares]. - Escala indeterminada. - [Minas Gerais]: [s.n.], [17--?]. - 1 mapa: papel, col., ms.; 311 x 200 mm	17--	AHU_CARTm_011, D. 1172/1175 desdobrar	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Carta da viagem que pelo Ryo Doce athé às escadinhas fez o Tenente Coronel João Baptista dos Santos e Araujo de ordem do Illm.º e Exm.º Snr. Bernardo Jozé de Loreno Governador e Capitam de Minas Geraes offerecida / por Manoel Joze Pires da Silva Pontes. - Escala de 5 legoas. - [Minas Gerais]: [s.n.], 1800. - 1 carta: papel, col., ms.; 443 x 378 mm. Anexo ao doc. de 27 de Abr. de 1801; Cx. 157, n.º 28 Minas Gerais / Rio Doce / Brasil	1800	AHU_CARTm_011, D. 1176	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Demarcação do termo da Villa do Paracatu do Principe. - Escala indeterminada. - [Minas Gerais]: [s.n.], [1800?]. - 1 planta: papel, col., ms.; 222 x 202 mm In códice n.º2108 intitulado: Copia athentica de todos os autos que se fizerão no estabelecimento da Villa do Paracatu do principe extrahida dos livros competentes da camara da mesma villa. Anexo ao doc. de 27 de Fev. de 1801; Cx. 156, n.º 84 Minas Gerais / Villa de Paracatu do Principe / Brasil	1800	AHU_CARTm_011, D. 1177	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais / C. L. Miranda. - Escala indeterminada. - [Minas Gerais]: [s.n.], 1801. - papel, col., ms.; 335 x 445 mm Pertence ao códice 1819	1801	AHU_CARTm_011, D. 1178	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

institutos lactec
INOVADORES POR NATUREZA



CONTATO

Leonardo Pussieldi Bastos
Divisão de Meio Ambiente
T + 55 (41) 3361-6882
leonardo.bastos@lactec.org.br

Rodovia BR-116, km 98, nº 8.813 | Jardim das Américas | CEP: 81531-980 | Curitiba – Paraná – Brasil